CARL VON CLAUSEWITZ

DA GUERRA

Tradução para o inglês
MICHAEL HOWARD e PETER PARET

Tradução do inglês para o português
CMG (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle

Ensaios Introdutórios por PETER PARET,
MICHAEL HOWARD e BERNARD BRODIE

com um Comentário de BERNARD BRODIE

SUMÁRIO

Ensaios Introdutórios

LIVRO TRÊS

Da Estratégia em Geral

LIVRO QUATRO

O Engajamento

LIVRO CINCO

Forças Militares

LIVRO SEIS
A Defesa

LIVRO SETE

O Ataque

LIVRO OITO

Planos de Guerra

UM COMENTÁRIO

NOTA DO EDITOR

O leitor poderá se perguntar porque é preciso fazer uma outra tradução para o inglês de *Vom Kriege*, quando já existem duas. A primeira, feita pelo Coronel J. J. Graham em 1874, foi republicada em Londres em 1909. A segunda, pelo Professor O. J. Matthijs Jolles, surgiu em Nova York em 1943.

Mas a tradução de Graham, fora o seu estilo ultrapassado, contém um grande número de imprecisões e de trechos obscuros e, embora a tradução de Jolles seja mais precisa, tanto a sua versão como a de Graham basearam-se em textos alemães que continham importantes alterações em relação à primeira edição publicada em 1832.

O crescente interesse verificado nos últimos anos pelos escritos teóricos, políticos e históricos de Clausewitz indicou que havia chegado o momento de fazer uma tradução totalmente nova. Baseamos o nosso trabalho na primeira edição de 1832, complementada pelo texto alemão comentado, publicado pelo Professor Werner Hahlweg em 1952, exceto onde os trechos obscuros existentes na edição srcinal - que o próprio Clausewitz nunca revisou - fez com que parecesse recomendável que ela recebesse correções posteriores.

Em todos os aspectos, menos um, seguimos a disposição srcinal do texto. A primeira edição continha quatro notas escritas por Clausewitz sobre as suas teorias, datadas de diversos períodos entre 1816 e 1830, como introduções ao próprio *Da Guerra* - uma prática adotada pela maioria das edições alemãs e estrangeiras posteriores. Abandonamos a disposição um tanto desorganizada na qual aquelas notas sempre surgiram e, em vez dela, as editamos na seqüência em que acreditamos que tenham sido escritas. Lê-las de uma maneira seqüencial ajuda a revelar como *Da Guerra* tomou forma na mente de Clausewitz e indica como o livro poderia ser mais aperfeiçoado se ele tivesse vivido para terminá-lo. Incluímos também o Prefácio de Marie von Clausewitz à primeira edição das obras póstumas de Clausewitz, que acrescenta informações sobre a gênese de *Da Guerra* e sobre a maneira pela qual o manuscrito foi preparado para ser publicado. Uma nota curta que ela introduziu no início do terceiro volume das *Obras* de Clausewitz, antecedendo imediatamente o Livro Sete de *Da Guerra*, foi suprimida, uma vez que diz respeito principalmente a outros escritos históricos e teóricos, e não a *Da Guerra*.

Tentamos apresentar as idéias de Clausewitz da maneira mais precisa possível, permanecendo ao mesmo tempo o mais próximo do seu estilo e do seu vocabulário que o emprego do idioma inglês moderno poderia permitir. Mas não hesitamos em traduzir o mesmo termo de maneiras diferentes, se o contexto parecesse exigir isto. Por exemplo, traduzimos *Moral* e *moralische Kraft* de maneira diversa, como “moral” e como “psicológico”. O próprio Clausewitz estava longe de ser constante em sua terminologia, como poderíamos esperar de um escritor que estava menos preocupado em criar um sistema ou uma doutrina formal do que em obter entendimento e clareza de expressão. Algumas vezes ele escreve *Geisteskrafte, Seelenkrafte*, e até mesmo *Psychologie*, em vez de *moralische Kraft* ou

moralische Grossen, e uma flexibilidade semelhante caracteriza o seu emprego de termos como "meios", "propósito", "engajamento", "batalha", etc. Como ele escreve no Livro Cinco, Capítulo Sete: "Uma rigorosa fidelidade aos termos resulta claramente em pouco mais do que diferenças pedantes."

A tarefa de tradução foi realizada inicialmente pelo Sr. Angus Malcolm, anteriormente pertencente ao Ministério das Relações Exteriores, que, para profundo pesar dos seus inúmeros amigos, faleceu enquanto ainda estava envolvido no projeto. Ele já havia realizado, entretanto, o trabalho preliminar, extremamente valioso, pelo que lhe somos muito gratos. Gostaríamos de agradecer à Sra. Elsbeth Lewin, editora de *World Politics*, ao Professor Bernard Brodie, da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, por verificar o manuscrito e nos ajudar a solucionar diversas ambigüidades, e aos Srs. Herbert S. Bailey Jr. e Lewis Bateman da Gráfica da Universidade de Princeton, pelo cuidado que tiveram ao preparar o manuscrito para publicação. Finalmente, é um prazer expressar a nossa gratidão ao Professor Klaus Knorr, da Universidade de Princeton, pois sem o seu interesse e estímulo esta tarefa nunca poderia ter sido realizada.

NOTA PARA A EDIÇÃO DE 1984

Corrigimos alguns erros e tentamos retirar uma poucas infelicidades cometidas na nossa tradução do texto de Clausewitz. Como no passado, entretanto, acreditamos que este trabalho exige tradutores que reunam um profundo respeito pelo autor e a determinação de procurar encontrar termos equivalentes, sempre que uma correspondência demasiado rigorosa com o srcinal puder levar a uma artificialidade.

Nos ensaios introdutórios, foram feitas pequenas alterações em "A Gênese de *Da Guerra*" e dois parágrafos sobre a interpretação Marxista de Clausewitz foram acrescentados a "A Influência de Clausewitz". A única outra alteração em relação à nossa edição srcinal é a inclusão de um índice, que a Sra. Rosalie West compilou de acordo com o modelo do índice das edições alemãs de *Da Guerra*, de 1952, 1972 e 1980, do Professor Werner Hahlweg.

MICHAEL HOWARD
Universidade de Oxford

PETER PARET
Universidade de Stanford

ENSAIOS INTRODUTÓRIOS

Por Peter Paret, Michael Howard
e Bernard Brodie

PETER PARET

A Gênese de *Da Guerra*

Apesar da sua abrangência, da sua abordagem sistemática e do seu estilo preciso, *Da Guerra* não é uma obra acabada. O fato de que nunca foi concluída de modo a satisfazer o seu autor é em grande parte explicado pela sua maneira de pensar e de escrever. Clausewitz tinha vinte e poucos anos quando rabiscou os seus primeiros pensamentos sobre a natureza dos processos militares e sobre o lugar da guerra na vida social e política. Uma acentuada percepção da realidade, cético com relação às premissas e teorias contemporâneas e um fascínio igualmente não doutrinário pelo passado, marcaram aquelas observações e máximas e deram a elas uma dimensão de coerência interna, mas não seria inadequado considerar os seus escritos anteriores a 1806 como sendo essencialmente idéias isoladas - blocos a serem utilizados numa estrutura que ainda não havia sido projetada.

A presença de algumas das suas primeiras idéias em *Da Guerra* indica a maneira lógica e coerente com que suas idéias se desenvolveram, embora na obra já amadurecida elas apareçam como componentes de um processo dialético que Clausewitz havia dominado ao longo de duas décadas e adaptado aos seus fins. Um exemplo disto é o seu conceito do papel que o gênio desempenha na guerra, que está próximo da srcem de todo o seu trabalho teórico. Remanescentes de um tipo um tanto diferente são a sua definição de estratégia e de tática, que ele formulou pela primeira vez aos vinte e quatro anos de idade, ou a comparação caracteristicamente não romântica da guerra às transações comerciais, feita naquela mesma época. A maior parte dos seus primeiros pensamentos, entretanto, se expandiu e adquiriu novas facetas nos anos transcorridos entre a derrota infligida à Prússia por Napoleão e a campanha russa. Clausewitz era um membro da associação informal de civis de mentalidade reformista e de soldados que tentavam naquele momento, com algum êxito, modernizar as instituições prussianas, e as suas múltiplas atividades como oficial de Estado-Maior, administrador e professor estimularam ainda mais os seus interesses intelectuais e a sua criatividade. Diversos trechos de memorandos, palestras e ensaios escritos durante o período das reformas reaparecem, claramente modificados, em *Da Guerra.* Após 1815, quando os seus manuscritos sobre política, história, filosofia, estratégia e tática chegavam a milhares de páginas, Clausewitz começou a trabalhar numa coletânea de ensaios analisando diversos aspectos da guerra, que gradualmente se fundiram numa teoria abrangente que procurava definir os elementos universais e permanentes existentes na guerra, com base numa

interpretação realista do presente e do passado. Ao longo de uma década, ele escreveu seis das oito partes planejadas e esboçou as outras duas. Em 1827, entretanto, ele havia elaborado uma nova hipótese sobre o que ele chamou de "dupla" natureza da guerra, cuja investigação sistemática exigiu uma ampla revisão de todo o manuscrito. Ele morreu antes que pudesse rescrever mais do que os primeiros capítulos do Livro Um.[1]

Da Guerra apresenta portanto os pensamentos do seu autor em diversos estágios de conclusão. Vão desde a excelente seqüência inicial de proposições que se são reveladas de uma maneira lógica, até as magníficas, mas algumas vezes parciais ou contraditórias, análises dos Livros de Dois a Seis e aos capítulos no estilo de ensaios dos dois últimos livros, que indicam com pinceladas brilhantes o que poderia ter contido uma versão definitiva. Nada pode tomar o lugar destas versões não escritas, mas devemos nos lembrar de que a decisão de Clausewitz, tomada em 1827, de rever o seu manuscrito, não significou uma rejeição das teorias anteriores - ele só pretendia ampliá-las e aperfeiçoá-las. À medida em que lemos o texto atual de *Da Guerra*, podemos pelo menos nos aproximar da intenção de Clausewitz, mantendo claramente em mente as suas hipóteses, intimamente relacionadas, da dupla natureza da guerra e do seu caráter político. Será proveitoso, ao fim desta exposição, voltar às suas hipóteses definitivas e apresentar em linhas gerais os seus aspectos mais importantes, principalmente porque ele nunca desenvolveu plenamente as suas implicações na teoria.

O poder criativo dos métodos e das idéias de Clausewitz indica que, apesar da irregularidade da sua execução, *Da Guerra* oferece uma teoria de conflitos essencialmente coerente. Qualquer pessoa que

esteja disposta a penetrar em sua maneira de argumentar compreenderá os seus pensamentos sobre os

---

[1] Uma grande parte da literatura mais antiga sobre as diferentes fases da elaboração de *Da Guerra* baseia-se em fontes inadequadas e pode ser desprezada. O pequeno livro *Clausewitz* (Berlim, 1905), escrito por R. v. Caemmerer, ainda tem valor nos dias de hoje, bem como o sugestivo artigo escrito por H. Rosinski, "Die Entwicklung von Clausewitz Werk ´Vom Kriege´ im Lichte seiner ´Vorrenden´ und ´Nachrichten,´" *Historische Zeitschrift*, 151 (1935), pag. 278 a 293, que foi aprimorado em aspectos importantes através da resposta de E. Kessel, "Zur Entstehungsgeschichte von Clausewitz´ Werk vom Kriege," *Historische Zeitschrift,* 152 (1935), pag. 97 a 100. As reflexões de W. M. Schering, em sua antologia dos escritos de Clausewitz, *Geist und Tat* (Stuttgart, 1941), estão cheias de contradições e de erros concretos, mas como Schering conhecia bem os rascunhos não publicados de Clausewitz e parece ter sido o último intelectual a trabalhar neles antes que desaparecessem no fim da Segunda Guerra Mundial, as suas interpretações não podem ser ignoradas. Num ensaio inteligente, "Clausewitz", publicado em *Formuladores da Estratégia Moderna* por E. M. Earle (Princeton, 1943), pag. 93 a 113, H. Rothfels escreve (pag. 108, n. 65): "Clausewitz fez a revisão do Livro Oito e de pelo menos algumas partes do Livro Um (provavelmente dos Capítulos de Um a Três) e do Livro Dois (certamente do Capítulo Dois)". Mas ele acrescenta que Clausewitz só considerava concluído o Capítulo Um do Livro Um. Creio que Rothfels superestimou consideravelmente a amplitude das revisões de Clausewitz após 1827. Ele não apresenta qualquer motivo para as suas opiniões, a não ser os indícios inerentes a elas, mas o trecho do Livro Oito que ele cita como uma prova de uma revisão posterior pode ser encontrado de forma quase idêntica no manuscrito de Clausewitz sobre estratégia, de 1804. A avaliação mais bem informada de toda a questão, incluindo as descobertas de um século de cultura, está contida no brilhante "Zur Genesis der modernen Kriegslehre" *Wehrwissenschaftliche Rundschau*, 3 (1953), nº 9, pag. 405 a 423, de E. Kessel.

aspectos permanentes da guerra. Mas a nossa leitura de *Da Guerra* só pode ser beneficiada por um conhecimento da sua gênese e do seu contexto intelectual. Que experiências políticas e militares influenciaram o seu autor? Quais foram as premissas e as teorias contra as quais ele reagiu? Quais eram, em sua opinião, os requisitos metodológicos de uma análise bem fundada? Até mesmo um rápido exame destas questões lançará uma luz sobre a evolução das idéias de Clausewitz e sobre as formas que elas assumiram nas diversas fases de *Da Guerra*.[2]

Clausewitz, o filho de um Tenente da reserva que exercia uma função secundária no serviço de fazenda prussiano, deparou-se pela primeira vez com a guerra em 1793, como um soldado de doze anos de idade. No ano anterior, a Assembléia Legislativa francesa havia declarado guerra à Áustria, com quem a Prússia tinha concluído recentemente uma aliança defensiva. A ação francesa foi causada menos por considerações relativas aos interesses nacionais do que pela política interna, mas iniciou um conflito de 23 anos entre a França revolucionária, e posteriormente imperial, e o resto da Europa. Com exceção da invasão inicial do Duque de Brunswick, que se deteve em Valmy, os prussianos saíram-se razoavelmente bem numa guerra em que nunca envolveram mais do que uma parte dos seus recursos militares. Eles derrotaram repetidamente os franceses na Alsácia e no Saar e fizeram milhares de prisioneiros. Em 1795, quando terminou a luta, controlavam a linha do Reno. Mas estas realizações não trouxeram qualquer retorno político. Como se poderia esperar, a guerra, com as suas ações vigorosas, derramamento de sangue e um resultado nada grandioso, causou uma forte impressão no jovem Clausewitz. Ele mesmo escreveu sobre o impacto causado por ela em suas emoções e no seu espírito. Nos anos seguintes, enquanto servia numa guarnição provinciana, extraiu algumas conclusões experimentais daquelas experiências anteriores, três das quais em especial teriam uma influência duradoura: Não existe um padrão de excelência único na guerra. A retórica e as políticas da República Francesa, que proclamavam a chegada de uma nova era, de modo algum subjugaram os exércitos do *ancien régime*. Os mercenários e os camponeses compulsoriamente alistados, comandados por oficiais cuja eficácia ainda se apoiava tanto na presunção aristocrática como no conhecimento profissional,

[2] Qualquer interpretação da gênese do pensamento de Clausewitz sobre a guerra não deve basear-se apenas nos seus trabalhos sobre a teoria e a história militares, mas também em seus extensos escritos sobre assuntos tais como educação, política, teoria da arte, e na sua correspondência. Análises especialmente valiosas de aspectos da sua ampla evolução intelectual estão contidas em *Carl von Clausewitz: Politik und Krieg* (Berlim, 1920), de H. Rothfel, e na introdução de E. Kessel à *Strategie aus dem Jahr 1804* de Clausewitz (Hamburgo, 1937). As fontes importantes e secundárias são analisadas em detalhes em meu livro *Clausewitz e o Estado* (Nova York, 1976), no qual se baseia uma grande parte do que se segue.

revelaram-se adversários à altura da *levée en masse*. Por outro lado, a rigorosa disciplina prussiana não conseguiu eliminar os exércitos revolucionários. À medida em que a República adquiria estabilidade e experiência, tinha muito que ensinar ao seus oponentes, cuja capacidade de aprender e de reagir eficazmente permanecia em dúvida. Estes acontecimentos e as suas primeiras leituras de história deram a entender a Clausewitz que nenhum sistema estava tão certo a ponto de excluir todos os outros. As instituições militares e a maneira pela qual empregavam a violência dependiam das condições econômicas, sociais e políticas dos seus respectivos Estados. Além disto, as estruturas políticas, como as guerras, não podiam ser medidas através de um único padrão. Os Estados eram moldados pelo seu passado específico e pelas circunstâncias atuais. Formas muito diferentes tinham validade e todas estavam sujeitas a alterações constantes.

Associada a esta visão individualizadora e anti-nacionalista da história e das instituições sociais e militares havia uma segunda conclusão, que colocava o jovem oficial em oposição à opinião dominante na Prússia e, na realidade, na Europa. Ele achava que era um erro acreditar que fosse possível conhecer perfeitamente a guerra através da observação deste ou daquele conjunto de regras. A diversidade e as constantes alterações sofridas pela guerra nunca poderiam ser totalmente percebidas por um sistema. Qualquer simplificação dogmática - que a vitória dependia do controle de pontos chave, por exemplo, ou do rompimento das linhas de comunicação do oponente - só adulteravam a realidade. Possivelmente Clausewitz já suspeitava da convicção, mantida pela maioria dos teóricos militares daquela época, de que o campo de ação do acaso na guerra poderia e deveria ser reduzido a um mínimo através do emprego da doutrina operacional e tática correta. Para alguém que desejava veementemente compreender a guerra de uma maneira sistemática e objetivamente comprovável, era especialmente difícil aceitar o poder do acaso, mas quando ele tinha vinte e poucos anos, o seu realismo e a lógica das suas opiniões sobre as mudanças históricas o levaram ao ponto de considerar o acaso não apenas como inevitável, mas até mesmo como um elemento incontestável na guerra.

Finalmente, as campanhas de 1793 e 1794 colocaram Clausewitz no caminho de reconhecer a guerra como um fenômeno político. As guerras, como todos sabem, eram travadas para que fosse atingido um propósito que era político, ou que pelo menos tinha sempre consequências políticas. As implicações que vinham a seguir não eram tão rapidamente evidentes. Se a guerra destinava-se a atingir um propósito político, tudo que entrava na guerra - os preparativos sociais e econômicos, o planejamento estratégico, a condução das operações, o emprego da violência em todos os níveis - deveria ser determinado por aquele propósito, ou, pelo menos, estar de acordo com ele. Embora os

soldados tivessem que adquirir qualificações especiais e atuar sob alguns aspectos num mundo à parte, seria uma negação da realidade permitir que realizassem o seu trabalho sangrento sem serem perturbados, até que um armistício trouxesse o seu empregador político de volta à equação. Assim como a guerra e as suas instituições refletem o seu ambiente social, todo aspecto do combate deve ser banhado pela sua motivação política, seja ela intensa ou moderada. A relação adequada entre a política e a guerra ocupou Clausewitz durante toda a sua vida, mas até mesmo os seus primeiros manuscritos e cartas revelam a sua percepção da interação existente entre elas.

A facilidade com que este vínculo - sempre reconhecido em tese - pode ser esquecido em determinados casos, e a insistência de Clausewitz de que ele nunca deveria ser ignorado, são ilustradas pela sua educada rejeição, já a caminho do fim da sua vida, de um problema estratégico apresentado pelo Chefe do Estado-Maior Geral Prussiano, no qual todos os detalhes militares dos lados opostos eram apresentados detalhadamente, mas não era feita qualquer menção ao seu propósito político. A um amigo que lhe havia enviado o problema para que apresentasse os seus comentários, Clausewitz respondeu que não era possível esboçar um plano de operações sensato sem indicar a situação política dos Estados envolvidos e a relação existente entre um o outro: "A guerra não é um fenômeno independente, mas a continuação da política através de meios diferentes. Consequentemente, as principais linhas de todo plano estratégico de vulto são *em grande parte políticas em sua natureza*, e o seu caráter político aumenta à medida em que o plano se aplica a toda a campanha e a todo o Estado. Um plano de guerra decorre diretamente da situação política dos dois Estados em guerra, bem como das suas relações com terceiras nações. Um plano de campanha tem srcem no plano de guerra e frequentemente - se só houver um teatro de operações - pode até mesmo ser idêntico a ele. Mas o elemento político penetra até mesmo nos componentes isolados de uma campanha. Raramente deixará de influenciar os principais episódios da guerra, como uma batalha, etc. De acordo com este ponto de vista, não poderá ser feita uma avaliação *puramente militar* de uma importante questão estratégica, nem poderá existir um esquema puramente militar para resolvê-la."[3]

Na segunda metade da década de 1790, o jovem Clausewitz só havia dado os primeiros passos da sua jornada intelectual que iria levá-lo a esta conclusão, mas, como dei a entender anteriormente, desde o início ele viajou através de uma estrada em linha reta, com poucas tangentes ou interrupções. Os cinco anos em que passou desempenhando uma função subalterna na pequena cidade de Neuruppin têm sido

____

[3] C. v. Clausewitz para C. v. Roeder, 22 de Dezembro de 1827, em *Zwei Briefe des Generals von Clausewitz*, edição especial do *Militarwissenschafliche Rundschau*, 2 (Março de 1937), pag. 6. Existe uma edição em inglês.

normalmente menosprezados, sendo considerados um período de estagnação, mas parece que os biógrafos têm interpretado de uma maneira muito literal o comentário caracteristicamente crítico e autocrítico sobre aquele período, que ele fez anos depois. Na realidade, a sua situação não deixava de apresentar algumas vantagens. Longe de estar servindo numa unidade provinciana não ilustre, ele pertencia a um regimento que tinha um membro da família real, o Príncipe Ferdinando, como Coronel honorário e patrono. Perto da cidade estava a residência de um outro Hohenzolern, o Príncipe Henry, o irmão mais talentoso de Frederico o Grande, cuja biblioteca, ópera e teatro estavam abertos aos oficiais. O mais importante era que o regimento era conhecido em todo o Exército pelas suas políticas educacionais inovadoras, financiadas em grande parte pelos próprios oficiais. Na sua volta da França, o regimento havia organizado uma escola primária e profissional para os filhos dos soldados, e uma escola mais avançada para os seus Cadetes e Tenentes, que admitia também os filhos da pequena nobreza local. É provável, embora não seja certo, que como outros Tenentes, Clausewitz dava aulas nesta última instituição, e não pode haver dúvida de que o seu envolvimento num programa educacional sério aprofundou o interesse que já sentia pela educação. Aos quinze anos de idade tinha ficado cativado pela idéia de que a aquisição de conhecimento podia levar à perfeição humana. Em pouco tempo, a meta de melhorar a sociedade reforçou a de auto-aperfeiçoamento, e ao seu desejo de aprender juntou-se a preocupação com a metodologia da educação. As maneiras pelas quais idéias abstratas poderiam refletir precisamente a realidade e transmitir essa realidade, a maneira pela qual os homens poderiam ser ensinados a compreender a verdade e o propósito mais elevado da educação - que, sustentava ele, não consistia na transmissão de conhecimentos técnicos, mas no desenvolvimento de uma capacidade independente de julgar - tudo isto passou a constituir as principais reflexões de Clausewitz em seu trabalho teórico.

Em 1801, Clausewitz foi admitido na Nova Escola de Guerra que Scharnhorst, recentemente transferido das suas funções em Hanôver, havia organizado em Berlim. Clausewitz formou-se como o primeiro da turma em 1803 e foi designado assistente de um jovem príncipe, filho do seu comandante anterior, o Príncipe Ferdinando, uma designação que permitiu que ele permanecesse na capital, em estreito contato com o seu mestre Scharnhorst. O impacto que Scharnhorst exerceu sobre a vida de Clausewitz e sobre a evolução das suas idéias não pode ser suficientemente ressaltado. Scharnhorst era um soldado excepcionalmente vigoroso e ousado, bem como um intelectual e um político talentoso - uma combinação harmoniosa de qualidades aparentemente opostas, que o seu discípulo nunca

igualaria. Este não é o lugar para analisar as suas opiniões sobre estratégia, sobre o recrutamento e sobre a organização do Comando e do Estado-Maior, que constituíam uma harmonização pragmática do antigo e do novo. O importante para os nossos fins é a independência intelectual com que ele tratava as questões militares fundamentais da sua época, bem como a sua simpatia pelos propósitos da educação humanista, e a sua convicção de que o estudo da história deveria estar no centro de qualquer estudo avançado de guerra. As opiniões experimentais de Clausewitz no campo da teoria militar e da educação foram comprovadas e orientadas ainda mais por Scharnhorst, que aprofundou também a percepção de Clausewitz das forças sociais que determinavam o estilo militar e as energias dos Estados. Scharnhorst, filho de um camponês livre que havia ascendido à graduação de Sargento-Ajudante de Esquadrão tinha tido uma carreira difícil no Exército de Hanôver, onde havia sido repetidamente preterido em favor de colegas nobres e bem relacionados. A experiência não o transformou num democrata, nem - tendo obtido êxito profissional, inclusive um título de nobreza - sucumbiu à fácil aceitação dos privilégios. O que importava para ele não era a estrutura específica da sociedade, nem a forma assumida pelas suas instituições, mas o espírito que lhes dava vida. Para dar um exemplo específico, na escola para crianças do regimento em Neuruppin, Clausewitz havia testemunhado um pouco da preocupação humanitária e paternalista com os pobres, que era uma característica marcante do recente Iluminismo na Prússia. Scharnhorst ensinou-lhe que aquilo não era adequado, nem para o indivíduo nem para o Estado. Se a Revolução Francesa havia provado alguma coisa, foi que os Estados que desejassem preservar a sua independência deveriam tornar-se mais eficientes em controlar as energias das suas populações. Em todas as sociedades existiram as elites, e elas se justificavam, contanto que fortalecessem a comunidade, permanecessem abertas aos talentos e recompensassem o mérito. Mas nada poderia justificar a continuação dos privilégios que protegiam a mediocridade enquanto privavam o Estado da capacidade e do entusiasmo do homem comum. Foi esta atitude que alguns anos mais tarde viria a determinar a direção do movimento reformador prussiano - talvez menos nas questões civis do que no lado militar, sob a liderança de Scharnhorst e dos seus colegas mais íntimos. Na gênese das idéias de Clausewitz, a visão essencialmente não ideológica das medidas sociais e políticas, que ele havia aprendido em parte com Scharnhorst e que já expressara em 1804 e em 1805, claramente se equipara à sua abordagem não doutrinária da guerra. Os políticos e os soldados devem repelir a tradição, a conveniência e qualquer influência que interfira na consecução do propósito principal. Semelhantemente, o teórico, querendo compreender a natureza do Estado e da

guerra, nunca deve permitir que os seus pensamentos se afastem muito do elemento mais importante de cada um deles - o poder na política e a violência na guerra.

A tarefa mais importante com que se defrontavam os soldados prussianos nos primeiros anos do Século XIX era adequar-se intelectual e institucionalmente à nova maneira francesa de travar guerras. Em uma década, os recursos que a França mobilizou para a guerra haviam chegado a níveis sem precedentes. O número de soldados que estava agora disponível para os seus Generais tornava possível a realização de campanhas que envolviam riscos maiores, deu srcem mais frequentemente a batalhas, permitiu que se espalhassem por uma parte maior do território e que se procurasse atingir propósitos políticos de uma magnitude maior do que teria sido possível para os exércitos do *ancien régime*. Esta nova técnica foi empregada por Napoleão com um brilhantismo que chocou tanto quanto a sua crueldade. Para a maioria dos alemães, era bastante difícil compreender o seu sistema, que reunia os dons de um indivíduo excepcional e as realizações sociais, administrativas e psicológicas da Revolução, que eram necessariamente estranhas para eles. Para os teóricos de qualquer nacionalidade era ainda mais difícil reconhecer a estratégia e a tática de Napoleão como sendo um fenômeno histórico, inevitavelmente sujeito a mudanças, e não um fenômeno definitivo na guerra, um padrão de excelência permanente para as guerras passadas, presentes e futuras.

A literatura militar européia comentava, com uma considerável percepção, os elementos isolados deste sistema, mas, como Clausewitz percebera anteriormente, fracassava em suas tentativas de realizar uma análise abrangente. O melhor trabalho realizado nesta área foi feito pelo teórico prussiano Heirich von Bulow e pelo Oficial de Estado-Maior suíço francês Antoine Jomini, em cujos escritos Clausewitz aperfeiçoou os seus conhecimentos teóricos nos anos que antecederam e que vieram logo após a derrocada prussiana de 1806. Bulow havia percebido o valor de evoluções táticas recentes, como a emboscada com grande número de soldados, a rapidez de movimentos e o tiro de pontaria. Ao mesmo tempo, ele desprezou a eficácia do combate na nova era, considerou-o um “recurso de desespero” e, em vez disto, defendeu um sistema estratégico de pontos de dominação e de ângulos de aproximação, cujos padrões geométricos combinavam de uma maneira fantástica com os seus cantos em louvor do combatente natural e livre de grilhões. Em seu primeiro trabalho publicado, um longo ensaio sobre Bulow, Clausewitz reconheceu a utilidade de uma parte da sua terminologia, do mesmo modo que iria encontrar méritos em alguns dos conceitos de Jomini, mas salientou que o seu método de análise era equivocado e que as suas conclusões não eram realistas. Em sua ânsia de racionalizar a guerra, de

transformá-la numa ciência e torná-la previsível, Bulow atribuiu papéis preponderantes às características geográficas e às medidas adequadas com relação ao sistema de abastecimento, enquanto ignorava significativamente os efeitos físicos e psicológicos que poderiam resultar de movimentos inesperados do oponente, da violência e do fortuito. A estratégia, objetava Clausewitz, não compreende "apenas as forças que são suscetíveis à análise matemática. Não, o reino da arte militar estende-se até onde, através da psicologia, a nossa inteligência descobre um recurso que pode ser útil ao soldado."[4]

Jomini aproximou-se da realidade contemporânea, mas errou, pensava Clausewitz, ao considerar uma parte da guerra - grandes exércitos procurando obter uma vitória decisiva - como sendo toda a guerra. A sua afirmativa de que havia extraído os princípios gerais da guerra a partir das operações de Frederico, Clausewitz repudiava como sendo absurda. Ele escreveu em 1808 que os princípios de Jomini perderiam a sua validade absoluta se pudesse ser demonstrado que as gerações anteriores possuíam boas razões para ignorá-los. César ou Eugênio de Savóia, agindo de acordo com as realidades sociais, tecnológicas e políticas das suas épocas, não foram inferiores a Napoleão porque não lutaram de uma maneira que a Revolução Francesa havia tornado possível. E assim como o passado só pode ser compreendido em seus próprios termos, os homens também devem ser interpretados como indivíduos, não como abstrações. Jomini havia imposto de maneira não realista um padrão de comportamento racional a homens com personalidades diferentes, como Frederico e Napoleão e, além disto, ignorou as diferenças existentes em suas experiências, às quais cada um naturalmente reagiu à sua maneira.[5]

Se o presente não proporcionou o padrão ideal em relação ao qual as guerras do passado pudessem ser avaliadas, Clausewitz afirmava com igual insistência que a guerra Napoleônica não poderia estabelecer os padrões para o futuro.[6] O que significava isto para a teoria? Para Clausewitz, a resposta era óbvia: A teoria de qualquer atividade, mesmo se tiver em vista um desempenho eficaz em vez de uma compreensão abrangente, deve revelar os elementos essenciais e permanentes daquela atividade e distinguí-los das suas características temporárias. A violência e o impacto político eram duas das características permanentes da guerra. Outra era a livre atividade da inteligência, da perspicácia e das emoções humanas. Estas eram as forças que dominavam o caos da guerra, não aqueles dispositivos esquemáticos, como a base de operações de Bulow, ou as operações de Jomini nas linhas interiores.

Não havia nada de novo em ressaltar a importância dos fatores psicológicos na guerra. Mas até

[4] [C. v. Clausewitz], "Bemerkungen uber die reine und angewandte Strategie des Herrn von Bulow", *Neue Bellona*, 9 (1805), nº 3, pag. 276.

[5] Em seu acréscimo ao seu ensaio "Dos Princípios Teóricos da Estratégia", um acréscimo posterior ao seu manuscrito sobre a estratégia de 1804, publicado em *Strategie aus dem Jahr 1804* pag. 71 a 73.

[6] Veja por exemplo o seu ensaio "Da Situação da Teoria Militar", escrito quando tinha vinte e poucos anos de idade, que começa com a declaração de que, ao contrário do que acreditam alguns escritores, a arte da guerra ainda não atingiu a perfeição: "Qualquer disciplina científica - a menos que como a lógica seja completa em si mesma - deve sempre ser capaz de se aperfeiçoar, de sofrer acréscimos constantes. De qualquer maneira, não é fácil de modo algum estabelecer limites ao intelecto humano." *Geist unt Tat*, pag. 52.

mesmo aqueles escritores que atribuíam uma predominância às emoções tinham pouco de concreto a dizer sobre elas. As considerações relativas à coragem, ao medo e ao moral só aparecem na margem das obras de Maurice de Saxe ou de Henry Lloyd. O jovem Clausewitz, ao contrário, colocou o fator psicológico no centro das suas reflexões teóricas. Mas como a psicologia ainda era uma disciplina rudimentar, que lhe oferecia apenas algumas das ferramentas necessárias para a interpretação e a classificação das idéias, ele fez isto de uma maneira que os leitores modernos podem achar confusa: incluiu uma grande parte das suas interpretações das características emocionais e morais sob o conceito de gênio. É essencial compreender que Clausewitz considerava gênio não apenas a srcinalidade e a criatividade elevadas ao seu maior grau, mas também, como escreveu em *Da Guerra*, os dons da mente e do temperamento em geral. Os gênios serviam como o seu recurso analítico predileto de conceituar as diversas aptidões e sentimentos que afetavam o comportamento dos homens mais comuns, bem como daqueles excepcionais.

Mesmo nos seus primeiros escritos, Clausewitz não teve dificuldade para revelar a inadequabilidade dos sistemas normativos quando defrontados com os recursos infinitos da mente e do espírito. Em seu ensaio sobre Bulow, escreveu que não deveria haver qualquer conflito entre o bom senso e uma teoria bem fundada, desde que aquela teoria se baseasse no bom senso e no gênio, ou que desse expressão a eles.[7] Ele se manteria fiel a este pensamento. Ele surge repetidamente em *Da Guerra*, não apenas no capítulo "Do Gênio Militar", mas também em outros lugares, como por exemplo no capítulo "Da Teoria da Guerra", onde está caracteristicamente associado a um ataque sarcástico à capitulação daqueles criadores de sistemas, como Bulow e Jomini, ante às riquezas do espírito: "Qualquer coisa que não possa ser alcançada através da escassa sabedoria destes pontos de vista parciais é considerada como estando além do controle científico: reside na esfera do *gênio, que se eleva acima de todas as regras*. Pobre do soldado que tem o dever de rastejar ao longo destes fragmentos de regras, que não são suficientemente boas para o gênio, que o gênio pode ignorar, ou rir delas. Não. O que o gênio faz é a melhor regra, e a teoria não pode fazer mais do que mostrar como e porque deve ser assim. Pobre da teoria que se choca com a razão!"[8] A teoria e as doutrinas delas decorrentes estão

portanto subordinadas ao grande talento criativo e às proposições universais da razão e dos sentimentos que ela expressa.

O próprio Clausewitz ainda estava longe de formular uma teoria que explicasse porque e como a

[7] [C. v. Clausewitz], "Bemerkungen", *Neue Bellona*, 9 (1805), nº 3, pag. 276 e 277.
[8] "Da Teoria de Guerra", Livro Dois, Capítulo 2, *Da Guerra*.

ação do gênio deveria ser a melhor regra. Ele precisava desenvolver outros métodos analíticos antes que
pudesse avançar consideravelmente, e devemos acrescentar que ele nunca superou totalmente as dificuldades inerentes ao duplo papel que atribuiu ao conceito de gênio. Os problemas da teoria, entretanto, não são idênticos aos da compreensão histórica. Aqui, a atenção dada às emoções de indivíduos e de grupos se associava sem grande esforço à crença na particularidade de épocas passadas. A história de Gustavo Adolfo na Guerra dos Trinta Anos, escrita por Clausewitz em torno de 1805, constitui o seu esforço inicial no sentido de integrar numa escala maior estes dois princípios interpretativos.[9] Foi uma tentativa extraordinariamente bem sucedida, e apenas o primeiro dos inúmeros estudos históricos que ele viria a escrever ao longo da sua vida. Na realidade, se formos considerar a quantidade, Clausewitz foi mais um historiador do que um teórico. O fato de que ele foi também inovador nesta matéria tende a ser esquecido - possivelmente porque os seus escritos históricos mais srcinais não foram publicados durante décadas, e porque a cultura histórica alemã logo desenvolveu e expandiu o filão com o qual ele estava entre os primeiros a trabalhar, enquanto que como teórico ele continuou sem ter verdadeiros sucessores. Para um homem da sua época, ele adotou uma abordagem do passado extraordinariamente direta. Ele não escondeu um interesse irônico pelas paixões e limitações dos seus personagens, principalmente quando escrevia sobre acontecimentos recentes, mas raramente demonstrou qualquer preconceito ideológico ou patriótico. Ele tentou o melhor que pôde descobrir como e porque as coisas aconteceram daquela maneira. O seu anseio de ser objetivo foi intensificado pela sua crença, com base numa predileção pessoal e pelos ensinamentos de Scharnhorst, de que a teoria militar dependia de diversas maneiras da história. As suas conclusões amadurecidas sobre a relação adequada entre elas foram melhor analisadas quando ele veio a escrever *Da Guerra*.

A derrota da Prússia em 1806 confirmou a opinião de Clausewitz de que a guerra não poderia ser analisada isoladamente, como sendo um ato essencialmente militar. Era óbvio para ele que a política da

década anterior havia decidido em grande parte a questão antes de começarem os combates, enquanto que as condições sociais há muito existentes na monarquia prussiana haviam criado instituições e atitudes militares que revelaram-se inúteis contra um oponente que era numericamente superior e que estava em harmonia com as novas formas de combater. Para Clausewitz pessoalmente a campanha foi uma vez mais uma guerra do infante. Ele serviu num batalhão de granadeiros até que a sua unidade foi

[9] O estudo "Gustavus Adolphus Feldzuge von 1630-1632", com algumas centenas de páginas, foi publicado em 1837 no volume 9 das obras compiladas de Clausewitz, *Hinterlassene Werke des Generals Carl von Clausewitz*, 10 vols. (Berlim, 1832 a 1837).

obrigada a se render. Após um período de prisão na França e uma permanência temporária na Suíça, ele voltou à Prússia na primavera de 1808. Nos quatro anos seguintes serviu como assistente do seu antigo professor Scharnhorst, que o empregou numa variedade de tarefas relacionadas com a modernização do Exército: reorganizando e reequipando as tropas, elaborando novas instruções táticas e operativas, disseminando a nova doutrina como instrutor na Escola de Guerra e tutor militar do príncipe herdeiro. Finalmente, Clausewitz desempenhou um papel mais importante do que poder-se-ia esperar de um oficial moderno, na evolução do pensamento político e estratégico do grupo que trabalhava nas reformas. A experiência que adquiriu foi extraordinariamente ampla e fortaleceu ainda mais o tom pragmático que transmitiu em seus escritos teóricos, bem como históricos. Casou-se durante aqueles anos. Sua esposa, uma mulher inteligente e sofisticada, compartilhava dos seus interesses literários e filosóficos e apoiou totalmente a sua crescente independência política e profissional. Somente a falta de filhos prejudicou um casamento que, não fosse por isto, teria sido excepcionalmente feliz. Ele criou também uma amizade duradoura com o segundo líder dos reformadores militares, Gneisenau, um relacionamento que viria a moldar significativamente a sua carreira subsequente. Após a Prússia ter sido obrigada a fornecer um destacamento para o exército que Napoleão estava formando para a invasão da Rússia, pediu demissão do Exército e, na primavera de 1812, aceitou a designação para uma função de Estado-Maior no Exército Russo.

A riqueza, bem como o volume, dos seus escritos durante estes anos muito movimentados é impressionante. Apresentar em linhas gerais apenas as principais hipóteses que Clausewitz apresentou, em áreas aparentemente tão diferentes quanto a grande estratégia e o caráter nacional, tomaria mais espaço do que é possível utilizar aqui, mas até mesmo uma breve introdução não deve ignorar as conclusões a que ele chegou sobre a natureza e o papel da teoria militar, uma vez que elas viriam a determinar a abordagem a ser adotada em *Da Guerra.* Algo deve ser dito também sobre o método

analítico que ele estava criando. Finalmente, podemos ter pelo menos uma indicação dos seus diversos avanços no campo da teoria, analisando uma conceituação que representa aquele período - o conceito de fricção, com o qual ele complementou as suas idéias anteriores e tornou-as produtivas na investigação científica.

Em 1808, Clausewitz fez uma firme distinção entre as funções utilitárias, pedagógicas e cognitivas da teoria. A primeira - melhorar a eficácia do soldado - era o principal, muitas vezes o único, propósito dos teóricos militares contemporâneos. Clausewitz compartilhava do seu desejo de definir e de dar uma resposta às questões práticas da guerra moderna, e mais do que nunca nos anos em que esteve apaixonadamente envolvido em reconstruir o Exército Prussiano para o segundo confronto com Napoleão. Mas, tanto no terreno da lógica quanto no do realismo, tornou-se cético com relação ao vínculo direto existente entre a teoria e o desempenho, que os teóricos consideravam certo. O seu estudo da filosofia Kantiana, antes de 1806, deu-lhe pelo menos algumas das ferramentas intelectuais de que necessitava para esclarecer as suas dúvidas - sendo que as coisas mais importantes que absorveu daquele estudo foram a visão da teoria defendida pelos escritores do antigo Iluminismo sobre estética, e o seu conceito de "meios" e de "propósito", que veio a desempenhar um papel penetrante em *Da Guerra.* Um ensaio, "Arte e Teoria da Arte" ilustra a sua utilização da estética para explorar a violenta arte de derrotar o seu inimigo. "A arte", escreveu ele, "é uma aptidão desenvolvida. Para que se expresse deve ter um *propósito*, como toda aplicação das forças existentes, e para aproximar-se deste propósito é preciso ter meios. . . . Harmonizar propósito e meios é criar. Arte é a capacidade de criar. A teoria da arte *ensina* esta harmonização [de propósito e meios] até onde este conceito pode fazê-lo. Assim, podemos dizer: *a teoria é a representação da arte através de conceitos.* Podemos ver facilmente que isto constitui a totalidade da arte, com duas exceções: *talento*, que é fundamental para tudo, e *prática*" - nenhum dos quais pode ser o produto da teoria.[10] Em suma, até mesmo a teoria mais realista nunca pode se igualar à realidade. Ocorre que todas as tentativas no sentido de estabelecer regras com força normativa foram inúteis numa atividade como o combate, e que a teoria militar nunca pode ser imediatamente utilitária. Como escreveu Clausewitz no mesmo ensaio, "as regras não se destinam a casos isolados e a ação nestes casos só pode ser determinada aplicando-se os conceitos de propósito e de meios."[11] Tudo que a teoria poderia fazer é dar ao artista ou ao soldado pontos de referência e padrões de avaliação em áreas específicas de ação, não com o propósito maior de dizer-lhe como agir, mas de desenvolver a sua capacidade de julgar.

Era este processo de aperfeiçoamento da capacidade de julgar e do "tato instintivo" do indivíduo que age que constituía a função pedagógica da teoria, não a redação de regras para serem aprendidas mecanicamente. (Um outro importante aspecto pedagógico da teoria, importante para Clausewitz pessoalmente, estava relacionado com o processo criativo. Ao elaborar uma estrutura analítica para a guerra, Clausewitz fortaleceu as suas aptidões intelectuais e implementou o programa de auto-educação do qual não havia se desviado desde a adolescência.) Mas embora somente uma séria investigação

[10] *Geist und Tat*, pag. 159. O ensaio não possui data, mas provavelmente foi escrito durante o período das reformas.
[11] Idem, pag. 162.

teórica pudesse deixar a mente livre, Clausewitz acreditava que a maioria dos homens não era capaz de obter um conhecimento intelectual profundo das áreas complexas da atividade humana, nem estava muito interessada em fazê-lo. Para ajudá-los através da confusão da guerra era necessário que houvesse guias relativamente sólidos. Como estes guias poderiam ser fornecidos? De acordo com Clausewitz, a experiência já tinha feito uma grande parte, mas no fim os guias de conduta adequados só seriam obtidos através de uma análise abrangente e científica.

Este era o lado cognitivo da teoria. As análises não utilitárias, preocupadas apenas em obter uma compreensão mais profunda, poderiam provocar uma melhora do desempenho operativo e estratégico, mas para Clausewitz a investigação científica não precisava de justificativas. Embora nunca tivesse perdido o interesse pelos aspectos militares, naquele momento uma compreensão como esta era o que mais importava para ele, e foi a esta tarefa que *Da Guerra* se dedicou.

Quando Clausewitz pela primeira vez começou a pensar em escrever um estudo que iria explorar a totalidade da guerra, não apenas algumas das suas partes, ele escolheu como modelos intelectuais livros como *De l´Esprit des lois*, de Montesquieu, e *Crítica da Razão Prática*, de Kant. Se na sua versão final *Da Guerra* manteve pouca semelhança com estas obras, elas apesar disto dão alguma indicação sobre o método empregado pelo seu autor. Anteriormente classifiquei o seu método como dialético. Ele era, mas num sentido especial. Ele certamente não procedeu de uma maneira formal e altamente estruturada. A tese, a antítese e a síntese de Hegel, para mencionar uma abordagem que foi muitas vezes lida em *Da Guerra,* pareceriam inadequadas a Clausewitz, como pareceria qualquer sistema cuja simetria lógica e intelectual fosse obtida às custas da realidade. Mas muitas vezes ele desenvolveu as suas idéias no que poderia ser chamada de uma forma modificada da tese e da antítese, que lhe permitiu explorar as características científicas de um determinado fenômeno com um elevado

grau de exatidão. Propósito e meios, estratégica e tática, teoria e realidade, intenção e execução, amigo e inimigo - estes são alguns dos opostos que ele define e compara, não apenas para obter uma verdadeira compreensão de cada membro do par, mas também para pesquisar os vínculos dinâmicos que uniam todos os elementos da guerra num estado de interação permanente. Uma das características marcantes desta maneira de pensar é que ela define cada elemento da maneira mais clara possível, ao mesmo tempo em que insiste na ausência de limites distintos. Guerra e política, ataque e defesa, inteligência e coragem - para mencionar alguns dos outros pares - nunca são opostos absolutos; em vez disto, um flui dentro do outro.

Uma vez mais, a filosofia alemã, juntamente com determinadas premissas analíticas e estruturais das ciências naturais, proporcionaram a Clausewitz uma atitude fundamental e as ferramentas intelectuais necessárias para expressá-la. A crença na necessidade de averiguar a essência de cada fenômeno, ou a idéia que o rege - como a violência, que de acordo com Clausewitz era a idéia essencial do fenômeno "guerra" - associada a uma visão universal e a uma percepção de que os pequenos detalhes continham a explicação para as grandes forças, assim como o conhecimento de uma flor era fundamental para a compreensão da natureza, ou saber porque e como um homem lutava era essencial para compreender a guerra.

Foi de acordo com esta perspectiva cultural mais ampla, bem como com as suas tendências pessoais, que Clausewitz evitou fazer generalizações e, ao mesmo tempo, rejeitou a anarquia do pragmatismo puro. O seu propósito era obter uma estruturação lógica da realidade. Ele acreditava que isto poderia ser feito se a busca de idéias reguladoras e a sua elaboração fossem informadas e controladas pelo respeito que os teóricos tinham pela realidade presente e passada. Consequentemente, o seu método consistia num permanente diálogo entre a observação, a interpretação histórica e o raciocínio teórico. À medida em que a análise progredia, tentava levar em conta todos os elementos da guerra em suas dimensões atuais e passadas, adaptar-se a todos, integrar todos eles e nunca ressaltar um em detrimento dos outros. Veremos que esta característica também se mantém verdadeira na teoria resultante, que flutua, disse Clausewitz, entre os principais fenômenos da guerra, sem ressaltar qualquer deles em particular. Os perigos do exagero, de ser ofuscado pelas condições atuais, principalmente a defesa injusta e parcial, são assim em grande parte evitados.

Um exemplo da maneira pela qual o método de Clausewitz transformou a realidade numa forma analisável é fornecida pela sua criação do conceito de fricção. Ele empregou pela primeira vez o termo durante a campanha de 1806, para descrever as dificuldades que Scharnhorst enfrentava para convencer

o alto comando a tomar decisões, e as dificuldades adicionais para fazer com que as decisões fossem implementadas. Incerteza, ignorância, confusão, cansaço, erros e outros inúmeros elementos imponderáveis - todos interferiam no emprego efetivo da força. Durante o período das reformas Clausewitz ampliou o conceito e vinculou-o a outras idéias. Até 1812 ele havia compreendido perfeitamente as suas implicações teóricas. Um ensaio que ele escreveu para o Príncipe Herdeiro no fim do seu período como tutor terminava com uma seção sobre fricção, em que tanto o conteúdo como a redação tornaram-se a base do capítulo "A Fricção na Guerra" de *Da Guerra* e para a análise da fricção
que se estende por toda a obra.[12] Travar uma guerra é muito difícil, escreveu ele, "mas a dificuldade não
é que seja necessário possuir erudição e um grande talento . . . não existe uma grande arte em conceber um bom plano de operações. Toda a dificuldade reside nisto: *Em combate, permanecer fiel aos princípios que foram estabelecidos para nós.*"

Para explicar porque deve ser assim, Clausewitz recorreu a uma analogia: "A condução da guerra se parece com o funcionamento de uma máquina complexa, com um tremendo atrito, de modo que as operações que podem ser facilmente planejadas no papel só podem ser executadas através de um grande esforço. Consequentemente, a livre determinação e a inteligência do comandante encontram-se tolhidas a todo momento e é necessário que haja uma notável energia da mente e do espírito para superar esta resistência. Até mesmo muitas idéias boas são destruídas pela fricção, e devemos realizar de uma maneira mais simples e modesta o que de uma forma mais complicada teria apresentado melhores resultados."

A fricção, continua ele, mesmo se for criada por forças físicas - mau tempo, por exemplo, ou fome - sempre exerce um efeito psicologicamente inibidor. A energia psíquica deve contribuir portanto para superá-la: "Em combate, as nossas imagens e percepções físicas são mais intensas do que as impressões que obtivemos anteriormente através de uma reflexão amadurecida. Mas elas são apenas a aparência exterior das coisas que, como sabemos, raramente correspondem exatamente à sua essência. Corremos portanto o risco de sacrificar uma reflexão amadurecida dando preferência às primeiras impressões." Ante a estas pressões, os homens devem manter as suas convicções e a confiança no seu conhecimento e no seu critério, senão se renderão à força da fricção. A fricção, viria ele concluir em *Da Guerra*, é o único conceito que contém mais ou menos os fatores que distinguem a guerra real da guerra no papel.[13]

Ao criar o conceito de fricção, ele tornou um dos elementos mais importantes em sua imagem da guerra - o acaso - sujeito à análise teórica. Na medida em que a fricção interferia nas ações de alguém, ela só representava os aspectos negativos do acaso. Os aspectos positivos do acaso eram representados pela força igualmente penetrante da fricção do lado do inimigo. Para avaliar a importância deste fenômeno devemos nos lembrar de que os escritores militares do Iluminismo, ao mesmo tempo em que muitas vezes reconheciam o poder do fortuito, esforçavam-se para reduzir a esfera de ação do acaso. Os seus sucessores espirituais, Bulow e Jomini, lutaram para atingir o mesmo propósito através de sistemas que ampliavam as regras imensamente detalhadas do Século XVIII para marchas, acampamentos e

---

[12] O ensaio, "Die wichtigsten Grundsatze des Kriegfuhrens . . . ", foi apresentado em inglês por H. Gatzke, com o título um tanto enganoso de *Princípios da Guerra* (Harisburgo, Filadélfia, 1942). Com relação às citações seguintes, que constam da minha tradução, compare-as com Gatzke, pag. 60, 61 e 67.

[13] "A Fricção na Guerra", Livro Um, Capítulo Sete de *Da Guerra*.

dispositivos táticos para a estratégia. O êxito poderia ser assegurado escolhendo-se as técnicas "corretas". Outros escritores afirmavam que a guerra moderna era anárquica, suscetível apenas ao tratamento empírico. Scharnhorst, ao contrário, sustentava que o comportamento natural das sociedades e dos indivíduos na guerra poderia ser compreendido e, portanto, até certo ponto orientado, e Clausewitz deu a esta crença uma forma teórica. Na sua opinião, excluir ou negar o acaso era ir contra a natureza. Na realidade, o acaso deveria ser bem vindo porque fazia parte da realidade. Não era apenas uma ameaça, mas também uma força inegável a ser explorada. Napoleão expressou perfeitamente esta idéia em sua máxima operativa: Engaje o inimigo e veja o que acontece. O comandante colocava-se no caminho do acaso. A força que tinha à sua disposição e a sua determinação de utilizá-la permitiam que ele transformasse o acaso numa nova realidade.

A força que poderia criar e explorar esta realidade da maneira mais eficaz era o gênio. Assim, o conceito de fricção veio a constituir na vida exterior o oposto do resultado das análises anteriores da vida interior do indivíduo, feitas por Clausewitz. A observação e a reflexão o haviam levado a elevar o gênio - a combinação harmoniosa de dons excepcionais e, por extensão, de qualidades intelectuais e emocionais em geral - a uma posição de destaque em suas conceituações da guerra. Os conceitos de gênio, de fricção e de acaso, em suas múltiplas interações, possibilitam agora que o teórico submeta as vastas áreas da realidade militar a uma análise lógica e sistemática.

Durante a guerra de 1812, Clausewitz serviu como Oficial de Estado-Maior em diversos comandos russos, sendo que o seu desconhecimento do idioma o limitou ao papel de observador até o

fim de Dezembro, quando tomou parte nas conversações entre as autoridades russas e o comandante do destacamento prussiano na *Grande Armée*, que levaram á estratégica e politicamente importante separação das forças prussianas do controle francês. Enquanto os combates deslocavam-se para oeste, ele concebeu o plano para organizar a milícia da Prússia Oriental, mais um passo significativo no processo de livrar a Prússia do domínio Francês. Na campanha da primavera de 1813, ainda usando o uniforme russo, trabalhou como assessor de Scharnhorst e de Gneisenau até a morte do primeiro e, em seguida, tornou-se Chefe do Estado-Maior de um pequeno exército internacional que protegia o flanco dos Aliados no Báltico. Embora alguns monarquista rigorosos, inclusive o próprio Rei, continuassem a se ressentir da sua recusa anterior de seguir a política oficial e lutar para os franceses, ele obteve finalmente a sua readimissão ao Exército Prussiano. Durante a campanha de Waterloo serviu como Chefe do Estado-Maior de um dos quatro destacamentos que constituíam o Exército de campo prussiano e lutou em Ligny e em Wavre, onde o seu destacamento imobilizou a força superior de Grouchy, até que o principal Exército francês estivesse derrotado. Em 1816 tornou-se Chefe do Estado-Maior do novo comando de Gneisenau, com sede em Coblenz, no Reno. Dois anos mais tarde foi transferido para Berlim, como Superintendente da Academia de Guerra. Suas novas funções não eram nem árduas nem especialmente gratificantes. Procurou diversas vezes trocar o Exército pela diplomacia, mas como a sua política reformadora o havia tornado inaceitável para a corte, continuou por doze anos em sua função administrativa, não descontente, compensado pela a oportunidade de dedicar uma grande parte do seu tempo ao estudo e a escrever.

Foi nos primeiros anos da paz, após o violento intervalo das últimas campanhas contra Napoleão, que Clausewitz voltou seriamente ao trabalho teórico. Uma nota encontrada em seus papéis, que a sua esposa cita em sua introdução a *Da Guerra*, indica que enquanto estava servindo na Renânia começou a escrever pequenos ensaios sobre estratégia, destinados aos conhecedores do assunto.[14] Nenhuma dessas peças parece ter sobrevivido, mas possuímos pelo menos um estudo preliminar do qual Clausewitz esperava extrair o ensaio aforístico que estava pretendendo escrever: "Do Avanço e da Pausa na Atividade Militar." Ele forneceu a base para o Capítulo Dezesseis do Livro Três de *Da Guerra*, que, por sua vez, elabora um dos argumentos chave no primeiro capítulo da obra: a guerra real fica aquém da violência total que é em tese a sua essência porque, entre outros motivos, a guerra não consiste num único ato, ou num grupo de ações simultâneas, mas estende-se ao longo do tempo, com períodos alternados de ação e de inação. Um outro ensaio, muito menos importante, pode ter sido a análise de uma organização do Exército que normalmente é publicada como um apêndice na edição

alemã de *Da Guerra.* Os seus pontos essenciais podem ser encontrados no Capítulo Cinco do Livro Cinco.

Estes ensaios, concisos como são, não se equiparam à extrema brevidade dos capítulos das obras de Montesquieu, que, escreve Clausewitz, serviram-lhe naquela época como uma espécie de modelo geral. Nem a estrutura da sua argumentação assemelha-se à de Montesquieu. Mas as características de *De l´Esprit des lois* e a personalidade do seu autor indicam com bastante clareza o fundamento para o sentimento de afinidade de Clausewitz. A introdução, apenas para mencionar um exemplo, contém

[14] M. v. Clausewitz, "Prefácio", *Da Guerra*. A citação do seu marido aparece na pag. 65. Cronologicamente esta é a segunda das quatro notas introdutórias escritas por Clausewitz para *Da Guerra.* A primeira, "Prefácio do Autor", datada de 1816 a 1818, faz referência aos ensaios que ele estava escrevendo naqueles anos (pag. 62 e 63). A segunda, contida no prefácio da sua esposa, faz referência à ampliação do esquema srcinal. A terceira, datada de 10 de Julho de 1827, constitui a primeira metade da "Observação" e menciona o plano de Clausewitz de fazer uma revisão completa dos Livros Um a Seis e dos esboços para os Livros Sete e Oito (pag. 70 e 71). A segunda parte da "Observação" foi escrita mais tarde, possivelmente em 1830, e indica que Clausewitz não havia avançado muito em sua revisão (pag. 62 e 72).

frases que o próprio Clausewitz poderia ter escrito: "Eu peço um favor que temo que não venha a ser concedido - não julguem o trabalho de vinte anos num só momento. Aprovem ou rejeitem todo o trabalho, não algumas das suas afirmativas. Se alguém quiser procurar saber a intenção do autor, ela só poderá ser revelada no esquema do trabalho." Um trecho posterior, em que Montesquieu afirma que enquanto estava escrevendo "não conhecia regras nem exceções", dificilmente pode ser melhorado para descrever a atitude de Clausewitz com relação ao estudo da guerra.[15]

Os ensaios, cada um destacando um determinado fenômeno ou conceito, tinham a vantagem de revelar com maior clareza as principais características de cada um deles, mas a análise inevitavelmente fragmentada deixou Clausewitz insatisfeito. À medida em que acrescentava novas seções e revia as existentes, a característica aforística e condensada da sua obra deu lugar a um tratamento mais minucioso, que correspondia à sua preferência por um desenvolvimento sistemático das idéias e pela aplicação uniforme de conceitos a uma gama mais ampla de fenômenos. Coincidentemente, ele achava que uma análise mais ampliada e mais explícita seria adequada a um público mais amplo do que o que srcinalmente tinha em mente. O resultado foi *Da Guerra*, basicamente como o conhecemos hoje, exceto pelas revisões limitadas feitas a partir de 1827.

Os leitores desta obra, e dos estudos que levaram a ela, podem perguntar porque Clausewitz achou que era necessário afirmar repetidamente que a violência é a essência da guerra, e considerar esta reiteração uma insistência pedante no óbvio. Mas Clausewitz ressaltou este ponto, não só porque a

experiência e o estudo do passado o haviam convencido da sua veracidade, mas ele estava também dando uma resposta ao número surpreendentemente elevado de teóricos que continuavam a afirmar que as guerras poderiam ser ganhas através de manobras e não através do derramamento de sangue. De qualquer modo, o que importa são as deduções que ele extraiu do que era por si só evidente. Quando tinha 24 anos de idade, havia escrito que a guerra deve ser sempre travada com a maior quantidade de energia possível - que apenas "as operações mais decisivas estavam de acordo com a natureza da guerra."[16] Oito anos depois, ensinava ao seu pupilo, o Príncipe Herdeiro, que a guerra exigia sempre a mais completa mobilização de recursos e a sua utilização mais vigorosa.[17] Havia aqui implicações específicas decorrentes do conceito de *guerra absoluta*", da guerra que, de uma maneira ideal, deveria ser travada com o máximo de violência - de uma maneira ideal porque a violência extrema estava de

[15] Montesquieu, *De l'Esprit des lois*, Gênova, 1749, pag. iii e vi.
[16] "Plano de Operações", *Strategie aus dem Jahr*1804, pag. 51 e 52.
[17] *Princípios da Guerra*, pag. 46.

acordo com a sua natureza. Se a guerra era um ato de força, Clausewitz não podia perceber quaisquer limites lógicos, "intrínsecos" ou auto-impostos, ao uso da força. A sua insistência nos extremos durante a era Napoleônica decorria, evidentemente, não só da lógica, mas também da situação histórica. Entre 1792 e 1815 eram de fato necessários um esforço e uma disposição excepcionais para correr grandes riscos para preservar a independência da Europa, ou para reconquistá-la. Mas mesmo nos anos de maior desafio, Clausewitz reconhecia que a exigência da violência absoluta ou extrema, embora logicamente válida, raramente era atendida na realidade. A guerra absoluta era uma ficção, uma abstração que servia para unificar todos os fenômenos militares e ajudava a tornar possível o seu tratamento teórico. Na prática, o uso da força tendia a ser limitado. O poder de fricção reduzia o absoluto teórico às formas modificadas que assumia na realidade. A principal parte de *Da Guerra*, não revista, está dominada pela relação dialética mutuamente esclarecedora existente entre a guerra absoluta e a guerra real.

Mas era realmente verdade que a guerra real sempre modificava o absoluto teórico? E, em segundo lugar, era válido deduzir, a partir do conceito de guerra absoluta, que todas as guerras, quaisquer que sejam as suas causas e os seus propósitos, devem ser travadas com o esforço máximo? Em 1804, Clausewitz já fazia uma distinção entre as guerras travadas para "exterminar o oponente e destruir a sua existência política", daquelas travadas para enfraquecer o oponente o suficiente para que pudesse "impor condições [a ele] na conferência de paz."[18] Quanto ainda estava elaborando esta

distinção, Clausewitz negava que o fato dos propósitos serem limitados justificasse uma limitação dos esforços. Ele argumentava que, mesmo que não se pretendesse mais do que obrigar o oponente a concordar com os termos, o seu poder e a sua determinação de resistir deveriam ser quebrados. Por motivos políticos e sociais, bem como por motivos militares, a melhor maneira de ocasionar a vitória era a mais curta e mais direta, e isto significava utilizar toda a força possível. Em sua opinião, como afirmei, a experiência apoiava as exigências da lógica. Não era difícil acreditar que a França tenha saído vitoriosa das primeiras campanhas da Revolução até as guerras de 1806 e 1809 porque os seus oponentes não puderam empenhar-se ao máximo. E foi em parte porque a realidade contemporânea parecia confirmar que toda guerra era uma modificação da guerra absoluta e que deveria ser travada sem que fossem impostas restrições ao emprego racional da força, que estes argumentos conservaram o que poderia ser chamado de uma supremacia formal na obra de Clausewitz, mesmo que ele viesse a considerar que eram

[18] "Plano de Operações", *Strategie aus dem Jahr*1804, pag. 51.

parciais.

O seu ensaio sobre "Avanço e Pausa" indica que em 1817 ele não ficava mais satisfeito em atribuir totalmente as modificações da atividade militar à força da fricção. Como a guerra consistia numa série de interações entre oponentes, era adequado, tanto na lógica como na realidade, que nem todos os minutos devessem transcorrer na maior intensidade de esforço e de violência. Inúmeras insinuações contidas nos Livros de Um a Seis apontam na mesma direção. No meio da década de 1820, Clausewitz reconheceu plenamente que o segundo tipo de guerra real - uma guerra travada para a consecução de propósitos ilimitados - não era necessariamente uma modificação ou uma deturpação do princípio teórico de guerra absoluta. Como ele afirmou em sua "Observação" e na última revisão do Capítulo Um do Livro Um, existia um segundo tipo de guerra que era tão válido quanto a guerra absoluta, não apenas no campo, mas também filosoficamente. As guerras limitadas podiam ser uma modificação das absolutas, mas não precisavam ser, se o propósito pelo qual eram travadas também fosse limitado. A violência continuava a ser a essência, a idéia reguladora, mesmo das guerras limitadas travadas por fins limitados, mas nestes casos a essência não exigia a sua maior expressão possível. O conceito de guerra absoluta de maneira alguma tinha deixado de ser válido. Ele continuava a desempenhar funções analíticas decisivas, mas estava agora acompanhado do conceito de guerra limitada.

A dupla natureza da guerra, como afirmou Clausewitz nos últimos anos de sua vida, está expressa em dois pares de possíveis conflitos, cada um deles caracterizado de acordo com o propósito envolvido. A guerra travada com o propósito de derrotar totalmente o inimigo, para (1) destruí-lo como um organismo político, ou (2) para obrigá-lo a aceitar quaisquer termos, e as guerras travadas para conquistar territórios, para (1) manter a conquista, ou (2) utilizar a terra ocupada como moeda de troca nas negociações de paz. Em "Observação", Clausewitz afirmou a sua intenção de fazer a revisão de todo o texto de *Da Guerra* para desenvolver sistematicamente estes diferentes tipos de guerra. Mas ele foi além. Como segundo tema em importância, a revisão iria pesquisar o caráter político da guerra. A distinção que ele fez entre os dois temas é intrigante, uma vez que no parágrafo anterior ele declara que os motivos políticos determinam se um conflito é limitado ou ilimitado. Clausewitz não explicou a distinção que fazia entre a dupla natureza da guerra e o seu caráter político, mas Eberhard Kessel aventou um motivo, com base em argumentos e em observações que se repetem ao longo de todos os escritos de Clausewitz.[19] A guerra é influenciada pelos fatores políticos, objetivos e subjetivos. Os fatores objetivos compreendem as características específicas, o poderio do Estado em questão e as

[19] Kessel, "Zur Genesis der modernen Kriegslehre", pag. 415 a 417. Ver também "Die doppelte Art des Krieges", do mesmo autor, *Wehrwissenschaftliche Rundschau*, 4 (Julho de 1954), nº 7.

características gerais da época - políticas, econômicas, tecnológicas, intelectuais e sociais. Os fatores subjetivos consistem na livre determinação da liderança, que deve estar de acordo com as realidades objetivas, mas que muitas vezes não está. Colocando de uma maneira diferente, Clausewitz separava as consequências políticas das condições em geral, daquelas decorrentes da inteligência, das emoções e do gênio individuais. Ele pode ter procurado obter uma clareza analítica ligando a sua análise das realidades políticas objetivas, principalmente ao conceito da dupla natureza da guerra, e as questões da liderança principalmente ao conceito do caráter político da guerra. Mas qualquer que seja a maneira pela qual seja interpretada a declaração programática de Clausewitz, o leitor de *Da Guerra* se encontrará de acordo com o seu autor, se der aos motivos políticos e às características da guerra mais relevância do que eles recebem em grande parte do texto e, além disto, se alterar as seções não revistas para que as guerras limitadas não precisem ser uma modificação, mas que teoricamente e na realidade existam dois tipos de guerra igualmente válidos.

Clausewitz chegou em grande parte ao reconhecimento da dupla natureza da guerra através dos seus estudos históricos, que o convenceram de que os conflitos limitados tinham ocorrido frequentemente, não porque os meios dos protagonistas impedissem que deixasse de ser despendido um esforço maior por parte da sua liderança, mas porque as suas intenções eram limitadas demais para justificar qualquer coisa mais. Face às provas históricas, a teoria tinha que ser corrigida. Como Clausewitz insistiu durante toda a sua vida, o presente não pode reivindicar qualquer superioridade definitiva sobre o passado e, para que seja de qualquer modo válida, a teoria deve ser válida universalmente. Desde o início, como sabemos, a história ajudou a orientar as suas idéias sobre a guerra. Pode-se pensar que dificilmente isto era incomum. Assim como alguns teóricos deixaram de reconhecer o papel que os fatores psicológicos desempenharam na guerra, a maioria proclamou o valor da história militar para uma boa compreensão da guerra. Mas o que Clausewitz tinha em mente era profundamente diferente das crônicas não ponderadas e das ilustrações utilitárias das "leis" estratégicas e táticas que eram tomadas como história na literatura militar. Ele não considerava a história como sendo um livro de exemplos a partir do qual os soldados pudessem aprender, diretamente ou por analogia. A sua maneira individualizadora de pensar, que permitiu que ele destacasse a força do caráter e a inteligência no choque de grandes exércitos e interpretasse as instituições, as sociedades e as nações como sendo personalidades maiores - separadas e diferentes umas das outras - ampliou a sua visão do passado. A história, também, estava marcada por uma diversidade constante, não sujeita a padrões - a marcha do progresso, por exemplo, na busca de Deus pelo homem - que para Clausewitz eram simplesmente suposições criadas pela moda, elas mesmos sempre mudando. Cada período existia por si mesmo, não como parte de um grande esquema, e só poderia ser compreendido em seus próprios termos. Certos grandes temas repetiam-se ao longo do tempo. Eles advinham dos desejos humanos elementares de segurança, poder e conhecimento, mas manifestavam-se de formas constantemente mutáveis. Como a teoria militar, a história não possuía lições ou regras para oferecer ao estudioso, só podia ampliar a sua compreensão e fortalecer a sua capacidade crítica de julgar.

Na obra pedagógica e teórica de Clausewitz, a história tinha a função adicional de ampliar a experiência do estudioso ou do leitor, ou de substituí-la quando faltasse experiência. A história retratava e representava a realidade. O papel da teoria, pelo contrário, declarou Clausewitz uma vez, era simplesmente ajudar-nos a compreender a história - uma inversão extremamente notável dos papéis, com que poucos outros teóricos teriam concordado, ou até mesmo compreendido.[20]

Esta concepção impôs certas exigências à maneira de escrever e ao estudo da história, o que constitui uma outra diferença entre Clausewitz e a maioria dos seus contemporâneos. Ele considerava inúteis as narrativas vagas do passado. Era muito melhor, dizia ele, estudar uma campanha em seus mínimos detalhes do que adquirir um conhecimento vago de uma dúzia de guerras. Os seus próprios escritos históricos revelam uma preocupação por peculiaridades que era excepcional em sua época, ainda mais porque que a grande quantidade de dados estatísticos, organizacionais e cartográficos está associada a reflexões muito amplas sobre intenções e implicações. *Da Guerra* está repleta de referências históricas. Elas foram muitas vezes criticadas - e algumas vezes suprimidas - como sendo detalhes desnecessários e ultrapassados. São de fato descrições da realidade, que por si sós justificam o arcabouço teórico e que deveriam estimular o leitor moderno a meditar sobre as suas próprias experiências e a recorrer ao seu conhecimento de acontecimentos da sua própria época, bem como do passado.

Quando Clausewitz decidiu que o texto de *Da Guerra* precisava ser remodelado para levar devidamente em conta a natureza dupla e o caráter políticos da guerra, ele não terminou o manuscrito, mas, em vez disto, voltou à pesquisa histórica. Entre 1827 e 1830, quando novas funções interromperam
os seus estudos, ele revisou apenas alguns poucos capítulos de *Da Guerra.* A maior parte do seu tempo foi dedicada a escrever histórias da campanha de 1815 e de duas guerras limitadas, as campanhas

[20] *Princípios da Guerra,* pag. 67.

italianas de 1796 e de 1799.[21] Ele precisava entender como as suas idéias funcionavam na realidade, antes que pudesse realizar o seu tratamento teórico sistemático. Quando ele poderia ter se sentido pronto para voltar a *Da Guerra*, circunstâncias externas intervieram. A sua transferência para a Inspetoria de Artilharia do Exército obrigou-o a familiarizar-se com um setor do serviço do qual conhecia relativamente pouco. Mal tinha assumido suas novas funções quando a Revolução Francesa de 1830 provocou uma nova mudança. O seu amigo Gneisenau foi reconvocado para o serviço ativo, para comandar o exército que a Prússia havia mobilizado e convidou Clausewitz para ser o seu Chefe do Estado-Maior. Quando a política externa cautelosa do novo regime francês e a rebelião polonesa contra a Rússia transferiram a crise para leste, as forças de Gneisenau foram dispostas ao longo da fronteira oriental da Prússia para proteger o país contra incursões polonesas e contra o cólera, que havia

se propagado da Rússia para a Polônia. A epidemia não pôde entretanto ser detida e, em Agosto de 1831, Gneisenau tornou-se uma das suas vítimas. Em 16 de Novembro, pouco depois de haver voltado às suas funções normais de Inspetor Geral da Artilharia da Silésia, Clausewitz morreu subitamente, provavelmente de um ataque cardíaco provocado por um caso relativamente suave de cólera.

Mesmo após as suas revisões definitivas, Clausewitz sabia que as suas idéias precisavam de outro aprimoramento, e trechos de *Da Guerra* e da sua correspondência do seu último ano indicam importantes acréscimos à teoria que ele nunca elaborou em detalhes. O livro Seis, por exemplo, afirma explicitamente que a dupla natureza da guerra aplica-se tanto à guerra defensiva como à ofensiva, mas a definição contida no capítulo inicial da obra só se refere ao lado que dá início ao conflito. Talvez este tenha sido o único motivo pelo qual, em "Observação", ele destaca o seu tratamento da defensiva como sendo pouco mais do que uma primeira tentativa, que precisava ser completamente refeita. Uma vez mais, as suas definições partem do princípio de que os propósitos políticos e militares eram basicamente semelhantes, muito embora estivesse ciente de que a relação entre eles tendia a ser mais complexa e que as metas podiam mudar ao longo dos combates. Apesar da notável concepção do conceito de escalada, Clausewitz nunca explorou suficientemente as diversas maneiras pelas quais um dos lados influencia o outro, principalmente na defensiva. Mas estes são comentários, não críticas. Eles nos lembram uma vez mais a maneira pela qual Clausewitz formou e aprimorou as suas idéias. Lembram também a vitalidade
dessas idéias, que nunca se fundiram num sistema finito, mas que levaram a hipóteses que ao longo de

[21] Os manuscritos, que foram publicados nos volumes de 4 a 6 e 8 das suas obras compiladas, chegam a 1.500 páginas impressas.

um século e meio revelaram a capacidade de um crescimento contínuo, que Clausewitz acreditava ser a marca da sua verdadeira teoria.

MICHAEL HOWARD

A Influência de Clausewitz

Quando a viúva de Clausewitz publicou *Da Guerra* em 1832, um ano após a morte do seu marido, o livro foi recebido com um respeito que deveu-se mais à reputação de Clausewitz, como pertencente à grande geração de reformadores militares prussianos, discípulo de Scharnhorst e colega íntimo de Gneisenau, do que a qualquer estudo profundo ou muito difundido do seu conteúdo. "O córrego cuja torrente cristalina se derrama sobre pepitas de ouro puro", alertou um crítico maneiroso,

"não corre sobre qualquer leito de rio plano e de fácil acesso, mas por um estreito vale rochoso cercado de Idéias gigantescas, e sobre a sua entrada o poderoso Espírito monta guarda, como um querubim com a sua espada, fazendo voltar todos os que esperam ser admitidos pagando o preço habitual por um jogo de idéias."[1] Em outras palavras, ele o achou difícil de ler, e não foi o único leitor a achar isto. A primeira edição, com 1.500 cópias, ainda não estava esgotada vinte anos depois, quando os editores decidiram publicar uma outra. Desta vez, muitos dos trechos obscuros existentes no texto srcinal - obscuridade talvez inevitável na publicação póstuma de um trabalho tão vasto e complexo, realizada por uma viúva dedicada, mas inexperiente - foram esclarecidas através de revisões e correções liberais feitas pelo cunhado do autor, o Conde Frederico von Bruhl. Nenhuma outra edição surgiu até 1867. Naquele ano, o escritor militar Wilhelm Rustow dedicou um capítulo a Clausewitz em sua pesquisa sobre *A Arte da Guerra no Século XIX*, mas disse que ele era "muito conhecido mas pouco lido", um aforismo que não perdeu nada da sua exatidão com a passagem do tempo. Mas mesmo aqueles que não o leram, sabiam que os seus ensinamentos expressavam aquela liberdade de pensamento, aquela ênfase na ação criativa dos indivíduos e o desprezo pelo formalismo em que se assentavam as bases das reformas do Exército Prussiano, idealizadas por Scharnhorst, e que o seu sucessor como Ministro da Guerra, Hermann von Boven tentou manter viva durante o período estéril e reacionário da década de 1840. Os conservadores militares preferiam os ensinamentos do General von Willisen, cuja *Theorie des grossen Krieges*(1840) estabelecia regras e princípios categóricos, com um dogmatismo Jominiano. A sua predominância em

[1] *Preussiche Militair-Literatur Zeitung*, 1832. Citado por Werner Halweg em sua introdução à 16ª edição de *Vom Kriege* (Bonn, 1952), daqui por diante referido como *Hahlweg.*

posições de influência naquele momento pode ter sido em parte responsável por ter evitado que as

2

idéias de Clausewitz fossem mais amplamente conhecidas.

Mas a causa fundamental para a prolongada obscuridade de Clausewitz deve ser buscada no próprio texto, bem como a causa da diversidade de interpretações a que estaria sujeito. O próprio Clausewitz havia alertado que se não vivesse para completar o seu trabalho deixaria atrás de si "uma massa disforme de idéias" que seriam interminavelmente mal interpretadas e "tornadas o alvo de muitas críticas mal feitas." Como Clausewitz não viveu para dar-lhes uma forma acabada e coerente, foi também uma massa de idéias das quais escritores posteriores viriam a extrair idéias e frases que conviessem às necessidades das suas próprias teorias e do seu próprio tempo. À luz do que veio a

acontecer, vemos que Clausewitz tinha menos motivos para temer os seus críticos do que para ser cauteloso a respeito dos seus admiradores confessos.

Na nota introdutória que escreveu em 1827, Clausewitz deixou clara a situação. Ele havia terminado seis livros. O sétimo e o oitavo eram ainda rascunhos não trabalhados. Quando esses estivessem terminados, ele voltaria novamente a todo o trabalho e apresentaria os dois grandes temas que viriam a receber a sua explicação definitiva no último livro. O primeiro tema era a "dupla natureza" da guerra, como um instrumento que poderia ser utilizado para destruir o inimigo ou para extrair dele uma concessão limitada. O segundo era a idéia "que precisa ser deixada absolutamente clara, isto é, que a guerra é simplesmente a continuação da política por outros meios." Se isto, alertava ele, "for sempre mantido em mente com firmeza . . . facilitará significativamente o estudo da questão e será mais fácil analisar o conjunto." Mas ele tinha que confiar em seus leitores para que a mantivessem em mente. A sua própria revisão não foi além do primeiro capítulo do Livro Um, onde ele nos apresenta aos três elementos da sua teoria: a violência intrínseca da guerra; o papel predominante de uma política racional para dar-lhe forma e controlá-la; e o importantíssimo valor do acaso.

A observação acima citada torna claro que se Clausewitz tivesse vivido para terminar o trabalho, o segundo dos três elementos acima: a predominância que o propósito político deve exercer sobre os meios militares, teria sido o que teria recebido a maior ênfase. Do modo como ocorreram as coisas, entretanto, Clausewitz tem muito pouco a dizer sobre isto, mesmo no Livro Três sobre estratégia. Ele define impropriamente a estratégia como sendo "o uso do combate para atingir os propósitos da Guerra." É aqui que encontramos a doutrina a que viriam se agarrar leitores posteriores. "A melhor estratégia é ser muito forte: primeiro em todos os lugares e, em seguida, no ponto decisivo." Os dois tipos de guerra e a possibilidade de que cada um deles precise ser conduzido de acordo com princípios diferentes, só recebem aqui a mais ligeira das referências. De uma maneira geral, a estratégia de que trata este livro é simplesmente a estratégia como Clausewitz a via, de Napoleão; de uma guerra "absoluta", como as injunções de uma poderosa motivação política poderiam fazer com que ela fosse.

A mesma restrição se aplica ainda mais intensamente ao Livro Quatro, "O Engajamento". Não encontramos ali uma única palavra sobre os dois tipos de guerra, ou sobre a supremacia do propósito político. O ponto central daquele livro é a grande batalha (*Hauptschlacht*) e as suas conseqüências, o que Clausewitz chamou de "o verdadeiro centro de gravidade da guerra." Apesar disto, quase que por

[2] *Hahlweg*, pag. 12 e 13. O trabalho de Rustow foi publicado como *Die Feldherrnkunst des neunzehnten Jahrhunderts* (Zurique, 1867). Ver também *La pensée militaire allemande*, de Eugene Carrias, (Paris, 1948), pag. 224 a 228.

definição, "guerras limitadas" são conflitos em que a questão não é levada a uma decisão de tal vulto. Pode-se alegar que aquele livro enfatiza o principal paradoxo de toda guerra, a dialética existente entre as forças da violência e as forças da razão, e que as exigências políticas de um controle racional não podem atenuar mais a natureza essencialmente violenta dos meios do que a manipulação precisa de uma chama de oxi-acetileno pode reduzir o seu calor. Na realidade, Clausewitz deu-se ao trabalho de reiterar este ponto no primeiro capítulo revisto do Livro Um, que deve ser visto como sendo a sua visão ponderada da questão: "As pessoas de bom coração poderiam pensar que existisse alguma maneira criativa para desarmar ou para derrotar um inimigo sem que houvesse muito derramamento de sangue e poderiam imaginar que este é o verdadeiro propósito da arte da guerra. Agradável como possa soar, este é um sofisma que precisa ser desmascarado." Assim, não há motivos para supor que em sua revisão Clausewitz tivesse abandonado qualquer das crenças expressas no Livro Quatro, crenças apresentadas em frases de uma intensidade espantosa, que eram o resultado das terríveis experiências por que ele próprio passou em 1806 e de 1812 a 1815. Mas talvez ele possa ter refletido mais profundamente sobre a maneira pela qual essa chama inexoravelmente destruidora pudesse ser atenuada e controlada para servir aos propósitos políticos que ele considerava mais importantes.

O que aconteceu foi que Clausewitz não sobreviveu para fazer essa revisão. No texto que deixou atrás de si verificamos que, dos três elementos da sua teoria, o político, aquele ao qual ele veio a dar a maior importância, só é tratado no último livro e no primeiro capítulo do primeiro. São os outros dois elementos, a violência intrínseca da guerra e a onipresença do acaso, juntamente com as exigências que os dois fazem das qualidades morais, que são enfatizados durante todo o resto do trabalho - exceto, na realidade, no longo, magnífico e complexo Livro Seis sobre a defesa, que praticamente não precisaria sofrer uma revisão se as suas lições tivessem sido apresentadas claramente.

Estes foram certamente os aspectos da obra de Clausewitz que mais fortemente impressionaram a posteridade, e não menos o grande Helmuth von Moltke, que veio a se tornar o Chefe do Estado-Maior Geral Prussiano em 1857 e que desempenhou um papel de destaque para trazer a obra de Clausewitz à atenção dos seus conterrâneos. Moltke viria a citar *Da Guerra*, juntamente com Homero e a Bíblia, como uma das verdadeiras obras embrionárias que haviam moldado o seu pensamento.[3] Ele estava na Academia Militar quando Clausewitz era o Superintendente, mas como Clausewitz praticamente não tinha contato com os alunos, não se pode alegar que tenha sofrido uma influência direta. Além do mais, como ressaltou o mais recente biógrafo de Moltke,[4] muitas das idéias que hoje imaginamos que sejam peculiarmente Clausewitzianas, e que Moltke notoriamente pôs em prática em suas campanhas - a

aniquilação da força principal do inimigo, a concentração de esforços contra o ponto decisivo, a insuperável importância das forças morais, a necessidade do comandante ter autoconfiança e a flexibilidade nos métodos táticos - eram lugares comuns entre os jovens oficiais prussianos que haviam compartilhado da experiência Napoleônica. Assim como ocorreu com tantos pensadores, muitas das idéias que Clausewitz desenvolveu e transmitiu à posteridade podem ter sido compartilhadas de uma maneira geral, talvez inconscientemente, entre os seus contemporâneos e, deste modo, um discípulo tão inteligente e perspicaz como Moltke as teria rapidamente assimilado. O pensamento de Moltke talvez devesse ser visto como reforçando e demonstrando as idéias de Clausewitz, e não simplesmente como tendo sido extraídas delas.

Mas foram as realizações de Moltke nas guerras pela unificação da Alemanha, em 1866 e 1870, que chamaram a atenção para a duradoura validade da obra de Clausewitz. Nos escritos do próprio Moltke encontramos diversos trechos que ecoam Clausewitz. "A vitória através do emprego da força armada é o fator decisivo na guerra . . . não é a ocupação de uma fatia do território ou a tomada de uma fortificação, mas sim a destruição das forças inimigas que decide o resultado da guerra. Deste modo, essa destruição constitui o principal propósito das operações." E novamente, "A estratégia é um sistema de recursos, é uma ciência aplicada à vida de cada dia . . . a arte de agir sob a pressão das circunstâncias mais árduas."[5] E talvez a reflexão mais poderosa de todas: "Na guerra, muitas vezes o que se faz é mais

---

[3] *Moltke*, de Eberhard Kessel (Stuttgart, 1957), pag. 108.
[4] Idem
[5] Ver os trechos citados em *La pensée militaire allemande*, de Carrias, pag. 238 a 241.

importante do que como se faz. Uma forte determinação e perseverança em levar a cabo uma simples idéia são os caminhos mais certos para alguém atingir o seu propósito."[6] Isto era o tipo de coisa que agradava aos soldados experientes.

Mas o que não encontramos em Moltke, ou na realidade em nenhum dos seus discípulos ou sucessores, é qualquer reflexão sobre a insistência de Clausewitz com relação à necessidade dos meios militares serem subordinados aos fins políticos. Ele não revelou qualquer indício, seja em seus escritos ou em seu trabalho como Chefe do Estado-Maior, de que compreendesse a exigência de Clausewitz de que a guerra deveria ser versátil para que atendesse ao propósito político. Para Moltke, a guerra não era tanto um instrumento da política, mas o destino inevitável da humanidade, a ser resistida estoicamente e conduzida eficientemente. Ele certamente aceitava a supremacia da autoridade política, desde que essa autoridade fosse o próprio Rei, o Senhor da Guerra, cujo uniforme ele usava e a quem havia jurado

fidelidade. Mas não a estendia aos assessores políticos do Rei, que não tinham qualquer direito, no entendimento de Moltke, de se intrometer em questões que o Rei lhe havia delegado. Quando fosse deflagrada a guerra, ponderava ele, "no momento da mobilização, o assessor político deveria calar-se e só reassumir o comando quando o estrategista houvesse informado ao Rei, após a completa derrota do inimigo, que a sua tarefa havia sido cumprida."[7]

Tudo isto evidentemente estava em total desacordo com os ensinamentos de Clausewitz sobre a relação existente entre as autoridades militares e políticas, como apresentados no Livro Oito de *Da Guerra.* Aqueles ensinamentos pressupunham que a direção da campanha continuaria sendo realizada pelo gabinete como um todo, sugerindo na realidade que o comandante militar devesse ser um membro daquele organismo, de modo que pudesse participar da tomada de decisões estratégicas cruciais. Mas foi a visão de Moltke sobre a questão, não a de Clausewitz, que tornou-se predominante na Alemanha Imperial próximo ao fim do Século XIX, muito embora tenha sido durante aqueles anos que Clausewitz estivesse sendo mais amplamente aplaudido. Em 1880 surgiu uma quarta edição de *Da Guerra.* O apreço com que Clausewitz era tido agora na Alemanha pode ser avaliado pelas palavras com que, em 1883, Colmar von der Goltz abriu a sua famosa obra *Das Wolk im Waffen*, que mereceu diversas edições e foi traduzido para o inglês com o título de *A Nação em Armas*: "Um escritor militar que escrever sobre a guerra após Clausewitz, correrá o risco de ser comparado ao poeta que, após Goethe,

[6] *Moltke*, de Kessel, pag. 511

[7] *Moltke und der Staat*, de Rudolph Stadelmann (Krefeld, 1950), pag. 206.

Tentar escrever um Fausto, ou que, após Shakespeare, tentar escrever um Hamlet. Tudo de alguma importância a ser dito sobre a natureza da guerra pode ser encontrado estereotipado nas palavras deixadas por aquele que foi o maior dos pensadores militares."[9]

Em 1905, foi publicada uma nova edição, com uma introdução elogiosa escrita pelo então Chefe do Estado-Maior Geral, Conde Alfred von Schieffen. Mais três edições seriam publicadas antes da deflagração da Grande Guerra, e não menos de cinco durante a própria guerra.

Durante aquele período, os ensinamentos de Clausewitz sobre a relação existente entre a guerra e a política não foram ignorados. Causaram, na realidade, uma certa perplexidade entre os seus admiradores. O General von Caemmerer, o mais eminente entre os intelectuais da sua geração conhecedores de Clausewitz, chamou a atenção para a divergência existente com relação a esta questão entre Clausewitz e Moltke, e revelou estar convencido "da exatidão, em todos os aspectos, das idéias de Clausewitz."[10] Mas von der Goltz expressou a visão da maioria ao recusar-se a aceitar isto. Não que

ele tivesse ignorado o elemento político existente na trindade Clausewitziana. Ele achava que ele não era mais pertinente. A situação, afirmava ele, mudou desde quando Clausewitz escreveu. Agora, "se duas nações européias de primeira ordem entrarem em conflito, todas as suas forças organizadas serão acionadas imediatamente para decidir a disputa. Todas as considerações políticas geradas pela falta de entusiasmo das guerras de aliança cairão por terra." A guerra era certamente um instrumento da política naquela guerra gerada por uma situação política, mas, continuava ele: "A guerra não terá por causa disto a sua importância reduzida nem a sua independência restringida, se ao menos o Comandante em Chefe e o político mais importante estiverem de acordo que, em qualquer circunstância, a guerra serve melhor ao propósito da política *através de uma derrota completa do inimigo* Dando-se atenção a esta máxima, ter-se-á a mais ampla liberdade de ação no emprego das forças combatentes."[11]

Assim, de uma maneira engenhosa, von der Goltz harmonizou as duas visões, conciliando a supremacia da política com a independência do comandante. Tendo em vista as crescentes dificuldades do planejamento militar à medida em que os exércitos tornavam-se ainda maiores, menos flexíveis e à mercê de horários de ferrovias, foi provavelmente o melhor que poderia ter sido feito para adaptar os ensinamentos de Clausewitz às exigências da política militar nos tempos de Wilhelm.

[9] *A Nação em Armas*, de Colmar von der Goltz (Londres, 1913), pag. 1.
[10] *A Evolução das Ciências Estratégicas durante o Século XIX*, de Rudolph von Caemmerer (Londres, 1905), pag. 86.
[11] *A Nação em Armas*, de Von der Goltz, pag. 143.

Porque não foi apenas na Alemanha que as idéias de Clausewitz sobre esta questão eram vistas no início do Século XX como estando cada vez mais ultrapassadas. Na França, o Coronel Foch escreveu em 1903, em seu *Princípios da Guerra*, "Daqui por diante os senhores devem chegar aos limites extremos para encontrar o propósito da guerra. Como o lado que agora está derrotado nunca se renderá antes que tenha sido privado de todos os meios de resposta, o que os senhores têm que procurar obter é a destruição exatamente daqueles meios de resposta."[12] Até mesmo uma autoridade francesa muito mais equilibrada, o Coronel Colin, cujo livro *A Transformação da Guerra* ainda é considerado um sumário excepcional da situação militar na Europa às vésperas da Grande Guerra, escreveu exatamente nos mesmos termos:

> Sem falar das paixões que animariam a maioria dos beligerantes, as condições materiais da guerra moderna não admitem mais que seja evitada a decisão radical através da batalha. Os dois exércitos, ocupando toda a área do teatro de operações, marcham um em direção ao outro e não há outra saída a não ser a vitória. . . . Portanto, as indicações que um governo deveria dar a um

General com relação ao propósito político ficam reduzidas a muito pouca coisa. Tendo decidido recorrer à guerra, é absolutamente necessário que um General seja deixado livre para conduzí-la a seu critério, estando sujeito a ver-se destituído do seu comando se utilizar esse critério com pouca energia e competência.[13]

Esta era a filosofia que iria animar, não apenas os alemães, mas todas as nações beligerantes no início da Grande Guerra. Mas não foram os pensadores estratégicos, nem mesmo as exigências da tecnologia militar, que moldaram a experiência de 1914 e os anos terríveis que vieram depois. O próprio Clausewitz havia escrito: "Os propósitos que um beligerante abraça e os recursos que ele emprega deverão ser regidos pelas características peculiares da sua situação, mas deverão estar também de acordo com o espírito da época e com suas características gerais." É à luz desta máxima que a experiência da Primeira Guerra Mundial deve ser compreendida.

Se havia razões técnicas, políticas e psicológicas compreensíveis que explicassem porque os ensinamentos de Clausewitz sobre a subordinação dos meios militares ao fim político não eram mais vistos como sendo pertinentes em 1914, dificilmente o mesmo pode ser dito com relação às suas idéias

---

[12] *Os princípios da Guerra*, de Ferdinand Foch (Londres, 1918), pag. 37
[13] *A Transformação da Guerra*, de Colin (Londres, 1912), pag. 343.

quanto a ser defesa a forma de guerra mais vigorosa, idéias que se tornaram mais importantes praticamente a cada nova evolução da tecnologia militar desde 1870. O próprio Moltke as defendeu, como o fez Caemmerer,[15] mas pouquíssimos outros escritores alemães o fizeram, e menos escritores franceses ainda. Von der Goltz é um exemplo típico dos primeiros.[16] "Travar uma guerra significa atacar" escreveu ele, e "feliz é o soldado cujo destino lhe atribui o papel de atacante." Ao concluir um relato de uma batalha imaginária, ele resumiu: "Ao descrever uma batalha somos levados, a despeito de nós mesmos, a narrar uma batalha ofensiva. Que outro soldado alemão faria de outra forma? Na realidade, um soldado alemão *havia feito* de outra forma, e aquele soldado era o próprio Clausewitz. A sua imagem de uma batalha, apresentada no Capítulo Dois do Livro Quatro, era a de uma extenuante *bataille d´usure*, de modo algum diferente, numa escala muito menor, das batalhas que ocorreram na Frente Ocidental entre 1915 e 1917. Mas, declarou Goltz, Clausewitz poderia ter "mudado as suas opiniões com relação à superioridade da defesa sobre o ataque se tivesse tido a oportunidade de rever cuidadosamente o seu texto srcinal", uma alegação frequentemente utilizada pelos admiradores de

Clausewitz - sem excetuar o presente autor - que acham que alguns aspectos da sua obra não são totalmente do seu agrado.

Se os ensinamentos de Clausewitz sobre a defensiva foram ignorados e as suas idéias sobre as relações existentes entre a guerra e a política foram consideradas anacrônicas, porque então era ele tão admirado no Exército Alemão? Em primeiro lugar pela façanha que realizou, como havia declarado Hans Rothfels,[17] ao afastar o pensamento estratégico de uma preocupação mecânica com as relações geométricas, aproximando-o "do homem e das suas ações, em meio a todas as incertezas que são o verdadeiro elemento da guerra." Caemmerer selecionou os capítulos sobre "A Vocação para a Guerra", "A Fricção na Guerra" e "Tensão e Inatividade na Guerra", juntamente com o primeiro e o terceiro livros, como sendo os que exerceram de um modo geral a maior influência sobre a instrução no Exército Prussiano. "Eles nos libertaram de toda aquela artificialidade que se considerava tão importante na teoria da guerra e nos mostrou, afinal de contas, o que era realmente importante." [18] Wilhelm Blume, em seu muito lido *Estratégia* (publicado pela primeira vez em 1884) repetiu Clausewitz quando escreveu que

---

[15] *A Evolução das Ciências Estratégicas*, de Caemmerer, pag. 95.
[16] *A Nação em Armas*, de Von der Goltz, pag. 262, 263 e 345.
[17] "Clausewitz", de Hans Rothfels, em *Formuladores da Moderna Estratégia*, de E. M. Earle (Princeton, 1943), pag. 100. "De um certo modo", dizia Rothfels, "esta foi uma revolução digna de Copérnico". Esta é uma analogia infeliz. Copérnico destituiu o homem da sua posição como centro do universo. Clausewitz e seus contemporâneos o recolocaram naquela posição.
[18] *A Evolução das Ciências Estratégicas*, de Caemmerer, pag. 82.

"Toda teoria . . . que procura vincular as ações recíprocas das forças vivas a teorias mortas deve ser rejeitada, porque na prática terá resultados desastrosos."[19] E foi para este aspecto dos ensinamentos de Clausewitz que von Schlieffen chamou a atenção em sua introdução à quinta edição de *Da Guerra*, em 1905. Clausewitz, escreveu ele, havia ensinado "que todo fato ocorrido na guerra deve ser analisado e ter todos os seus aspectos considerados isoladamente (*nach seiner Eigenart*)." Foi, disse ele, "pelo despertar deste reconhecimento como uma realidade que o Exército Prussiano, e agora todo o Exército Alemão, devem ao grande pensador o seu eterno agradecimento."[20]

Em segundo lugar, Clausewitz foi citado pela ênfase que deu à preeminência das forças morais na guerra. As frases Clausewitzianas sobre a força de vontade do comandante, sobre a necessidade dele possuir coragem, autoconfiança e *coup d`oeil* repercutem através dos escritos militares alemães, embora talvez tenha sido a influência de Moltke, e não a de Clausewitz, que tenha enfatizado a necessidade destas qualidades estarem presentes em todos os níveis de comando, e não simplesmente no Comandante-em-Chefe. A ênfase na simplicidade e nas atitudes diretas, e não nas manobras

criativas, na determinação, e não na sutileza, na iniciativa ousada, e não nos cálculos elaborados, seria encontrada em todos os livros didáticos alemães entre 1870 e 1914;[21] ainda mais desde que as condições existentes nas guerras do Século XX tornaram claramente estas qualidades ainda mais vitais ao êxito militar do que haviam sido na era Napoleônica. Nos enormes exércitos de 1900, com as suas comunicações dependentes, na melhor das hipóteses, de frágeis telefones de campo, com o seu tamanho e complexidade tornando fora de questão qualquer manobra complexa, os seus Comandantes-em-Chefe só podiam transmitir aos seus subordinados as mais amplas diretivas e confiar na sua inteligência e iniciativa para executá-las em detalhes. Os oficiais modernos tinham uma grande probabilidade de se encontrar isolados em grandes campos de batalha, algumas vezes dificilmente toleráveis, sem qualquer recurso a não ser a sua força interior para prosseguir e o seu bom senso para dizer-lhes o que fazer. Para estas situações, os ensinamentos de Clausewitz eram maravilhosamente apropriados, e os seus discípulos fizeram muito bem em salientá-los.

E qual era o propósito de toda essa determinação, de todo esse bom senso? Uma vez mais Clausewitz parece fornecer uma resposta clara e simples: a *aniquilação* do inimigo, o aspecto dos seus ensinamentos que Schlieffen enfatizou em sua introdução à quinta edição de *Da Guerra.* Com relação à

[19] Citado em *La pensée militaire allemande*, de Carrias, pag. 263.
[20] *Vom Kriege*, de Clausewitz, 5ª ed. (Berlim, 1905), pag. iii a vi.
[21] Ver os exemplos em *La pensée militaire allemande*, de Carrias, pag. 268.

dúvida de se seria sempre e necessariamente assim, e se a doutrina de Clausewitz sobre os dois tipos de guerra não indicava no *desgaste* causado ao inimigo um propósito alternativo válido, uma controvérsia erudita grassou nos jornais militares e históricos, tendo como centro o historiador militar Hans Delbruck, que já em 1881 havia apresentado a tese de que se Clausewitz tivesse vivido para rever a sua obra, teria dedicado muito mais reconhecimento e atenção à sua estratégia de desgaste (*Ermattungsstrategie*), que havia caracterizado as guerras no Século XVIII e as campanhas de Frederico o Grande, em oposição à estratégia de aniquilação (*Vernichtungsstrategie*), característica de Napoleão.[22] A experiência da Primeira Guerra Mundial foi extremamente sombria para justificar a visão de Delbruck de que a primeira estratégia não era menos válida do que a última, mas como essa visão não encontrou qualquer eco nos livros didáticos militares alemães antes de 1914, a questão continuou sendo acadêmica. O propósito da estratégia, era ensinado aos soldados alemães, era a destruição das forças armadas inimigas através da batalha, e quanto maior fosse a batalha, mais eficazmente poderia aquele propósito ser atingido.

Evidentemente, tudo isto seria encontrado em Clausewitz. Não só o conceito de batalha era fundamental para o seu pensamento estratégico, como ele escreveu sobre ele com um vigor e uma vivacidade que fizeram com que aqueles capítulos saltassem das páginas como uma mancha escarlate contra um fundo eruditamente cinza.[23] As famosas frases sobre a inevitabilidade de haver uma matança sangrenta numa batalha bem sucedida, e da existência de batalhas sangrentas numa boa estratégia eram pinçadas e citadas com um horrendo prazer, não tanto nos livros didáticos militares sérios, mas nos escritos militaristas populares de von der Goltz, Bernhardi e dos seus inúmeros imitadores existentes no Reich de Wilhelm. Na mente popular o nome de Clausewitz passou a ser associado a batalhas e a sangue. Quanto aos especialistas militares, o conceito de aniquilamento como sendo o propósito da estratégia não era menos predominante - quanto mais não fosse porque eles não podiam conceber como as guerras poderiam ser vencidas de outra maneira, principalmente as travadas pela Alemanha em duas frentes, tendo em vista as condições das guerras no início do Século XX. Como escreveu o próprio Schlieffen: "Não é possível executar uma estratégia de desgaste quando os gastos com o apoio a milhões

[22] Delbruck apresentou pela primeira vez a sua argumentação no livro *Zeitschrift fur preussische Geschichte und Landeskunde*, vols. 11 e 12 (1881) e os repetiu em seu livro *Geschichte der Kriegskunst im Rahmen der politischen Geschichte* (Berlim, 1920), 4: 439 a 444. A controvérsia só terminou em 1920 com a troca de idéias com Otto Hintz, no livro *Forschungen zur brandenburgischen und preussichen Geschichte*, vol. 33. Ver também o ensaio sobre Delbruck, escrito por Gordon Craig em Earle, *Formuladores da Estratégia Moderna*.

[23] Para encontrar algumas reflexões interessantes quanto aos motivos psicológicos disto, ver "Clausewitz: uma Paixão pela Guerra", de Bernard Brodie, *World Politics* 25, 2 (Janeiro de 1973).

de combatentes chegam a bilhões de marcos."[24] Se a Alemanha não pudesse destruir um ou dois dos seus principais adversários, tão rápida e completamente como havia destruído o poder militar francês em 1870, provavelmente seria espremida até a morte entre eles. Quanto a isto a estratégia de aniquilamento parecia ser inevitável. O que Schliefen e os seus sucessores subestimaram foram as limitações de um plano estratégico que, concentrando-se na destruição de uma grande potência terrestre, provocasse o antagonismo de uma grande potência marítima. Mas o próprio Clausewitz nunca levou em consideração a importância do poder marítimo nas guerras Napoleônicas. Com toda a sua profundidade, e com todo o seu gênio, o seu pensamento estratégico era intensamente provinciano, concebido como havia sido dentro da estrutura de uma Prússia presa à terra. De acordo com a sua própria definição, a estratégia se ocupava da movimentação dos exércitos. Nenhum dos seus discípulos refletiu sobre como os seus ensinamentos poderiam ser adaptados às exigências de um Império Alemão com pretensões a tornar-se uma potência mundial.

Até aqui examinamos apenas a influência de Clausewitz sobre o Exército Alemão, mas no início do Século XX o Exército Alemão era um modelo para os demais e, ao imitar os seus métodos de adestramento e as suas doutrinas táticas, os exércitos estrangeiros absorveram as doutrinas de Clausewitz, tanto consciente como inconscientemente. Mas os franceses fizeram isto de uma maneira totalmente consciente. A tradução francesa de *Da Guerra* havia sido publicada já em 1894 e quatro anos depois foi publicado um comentário sobre ela, escrito por um professor de Saint-Cyr.[25] Nenhum desses trabalhos parece ter causado um grande impacto sobre um Exército Francês que pressupunha que o seu comandante possuía um gênio inato, e que só exigia dos seus oficiais modernos a obediência às ordens, uma boa postura sobre um cavalo e uma bravura indômita sob fogo. Os acontecimentos de 1870 provaram que isto era insuficiente para os encargos da guerra moderna, mas em decorrência disto, a maioria dos escritores militares franceses começou a estudar, não porque o Exército Prussiano havia sido derrotado, mas o que o grande Napoleão teria feito se tivesse tido que enfrentar o mesmo problema. Clausewitz era considerado, na medida em que era de algum modo considerado, como sendo um dentre os vários intérpretes da verdadeira doutrina Napoleônica, e um que nunca havia destorcido as autênticas vigas mestras daquela verdade sagrada.[26] Mas um escritor francês havia começado a

[24] *Gesammelte Schriften*, de Graf von Schliefen, 2 vols. (Berlim, 1913), 1: 17.
[25] *La pensée militaire française*, de Eugene Carrias (Paris, 1960), pag. 252.
[26] Idem. Para ter um exemplo grotesco deste tipo de chauvinismo, ver especialmente a obra do General Bonnal e do Coronel Camon,

estudar independentemente a relação existente entre as forças morais e as forças físicas na guerra - o Coronel Ardent du Picq, que foi morto em Metz em 1870, e cujos *Etudes sur le Combat*, quando foram publicados dez anos depois, receberam uma aclamação imediata. A atenção já estava portanto concentrada sobre a questão do *moral*, quando um instrutor da Ecole de Guerre, Lucien Cardot, influenciado ao ler von der Goltz, resolveu fazer uma série de palestras sobre Clausewitz em 1884, que iria influenciar toda uma geração de oficiais franceses, a geração que iria moldar o pensamento do Exército Francês na virada do século e orientá-lo durante a Grande Guerra.[27]

Estes homens apossaram-se dos ensinamentos de Clausewitz sobre o moral, sobre a batalha e sobre o espírito ofensivo, e o pregaram com um entusiasmo que superou até mesmo o dos alemães. O seu ardor era impulsionado por uma mística nacional sobre a *fúria francesa* e pela filosofia popular contemporânea de Henry Bergson, com toda a sua ênfase no *élan vital*. Era mais um estado de espírito do que uma doutrina, que encontrou o seu maior expoente em um dos oficiais que haviam assistido às

palestras de Cardot, Ferdinand Foch. Na realidade, no fim do século o Exército Francês havia ficado tão totalmente impregnado dessas idéias neo-Clausewitzianas super-simplificadas quanto os seus adversários alemães. Vejam o Regulamento para o Serviço de Campo, de 1895: "O combate pode ser ofensivo ou defensivo, mas tem sempre como finalidade destruir à força a determinação do inimigo e impor-lhe a nossa própria vontade. Somente a ofensiva permite a obtenção de resultados decisivos. A defesa passiva está condenada a uma derrota certa. Deve ser totalmente rejeitada."[28]

E esses ensinamentos pareciam ser corroborados pelas lições extraídas do grande conflito seguinte entre grandes potências, a Guerra Russo-Japonesa de 1904. Na condução das suas operações, o Exército Japonês demonstrou possuir todas as qualidades tão louvadas por Clausewitz: o espírito ofensivo, a estratégia simples e direta, a iniciativa em todos os níveis, ao contrário da passividade dos adversários russos. Saber se o Exército Japonês teria tido o mesmo desempenho se não tivesse sido adestrado por um entusiástico discípulo de Clausewitz, o General von Meckel, é uma justa questão para reflexão, mas o certo é que *Da Guerra* havia sido traduzido para o japonês e que os comandantes japoneses cortesmente reconheceram a sua dívida para com ele.[29]

---

[27] "A Descoberta Francesa de Clausewitz e de Napoleão", de Dallas D. Irvine, *Jornal do Instituto Militar Americano*, 4 (1940): 143.

[28] Da mesma obra acima, citado por Irvine.

[29] Em 1904, os editores de *Vom Kriege*, Dummler Verlag, enviaram ao comandante japonês, Conde Kuroki, cópias antecipadas da quinta edição a ser publicada Ele respondeu que a obra já havia sido traduzida para o japonês e que tinha exercido uma grande influência sobre a condução da campanha. *Hahlweg*, pag. 52.

Esta dívida foi notada pelos observadores militares daquele outro Império insular, a Grã-Bretanha, que observaram com especial interesse o desempenho dos seus novos aliados no Extremo Oriente.[30] Após a humilhante atuação do Exército Britânico contra a República dos Boers na África do Sul, de 1899 a 1902, estava em marcha na Grã-Bretanha um renascimento do pensamento militar - um renascimento acelerado pela crescente percepção da possibilidade de que, num futuro não muito distante, a Grã-Bretanha poderia vir a se envolver numa guerra terrestre contra o Exército Alemão. Em 1874 havia surgido uma tradução inglesa de *Da Guerra*, feita pelo Coronel J. J. Graham, mas há muito tempo estava esgotada. A ignorância desdenhosa que os soldados britânicos em geral tinham a respeito de Clausewitz foi provavelmente bem resumida pelo mais admirado de todos os professores da Escola de Estado-Maior, o Coronel G. F. R. Henderson, que, numa palestra proferida em 1894 na Real Instituição das Forças Armadas Unidas, "Lições do Passado para o Presente", só havia mencionado Clausewitz para dizer, sarcástica e incorretamente: "Clausewitz, o mais profundo de todos os escritores sobre a guerra, diz que todos entendem o que é a força moral e como ela é aplicada. Mas Clausewitz

era um gênio, e os gênios e os homens inteligentes possuem um hábito lamentável de pensar que todos entendem o que é perfeitamente claro para eles."[31]

Este anti-intelectualismo complacente, que foi por muito tempo a característica predominante do Exército Britânico, que tem o prazer perverso de aprender todas as suas lições da maneira mais difícil, foi temporariamente abalado nos dez anos anteriores a 1914.[32] Clausewitz começou a receber quase tanta atenção em Camberley quanto a que havia recebido nas Escolas de Estado-Maior do continente. Uma nova e truncada tradução foi publicada por T. M. Maguire em 1909, mas simultaneamente, a tradução do Coronel Graham foi republicada, com uma introdução do Coronel F. N. Maude, chamando a atenção para a sua pertinência para um exército que provavelmente teria que enfrentar os alemães, nos três volumes vermelhos através dos quais tantos leitores britânicos e americanos vieram a conhecer *Da Guerra* nos últimos setenta anos. Mas o que é extremamente interessante é que Clausewitz foi estudado também pelo mais destacado historiador naval da Grã-Bretanha, Sir Julian Corbett, que em seu livro *Princípios de Estratégia Marítima*(1911), baseado nas palestras que proferiu no Real Colégio Naval de Greenwich, tanto assinalou a pertinência de Clausewitz aos problemas da guerra naval, como

[30] Ver principalmente os artigos escritos pelo correspondente militar do *The Times*, Coronel Repington, republicado em *A História da Guerra no Extremo Oriente, do The Times* (Londres, 1905), pag. 548 a 553.

[31] Republicado em *A Ciência da Guerra*, de G. F. R. Henderson (Londres, 1905), pag. 173.

[32] Ver *Os Planos de Guerra: O Estado-Maior Geral e a Estratégia Militar Britânica de 1900 a 1916*, de John Gooch (Londres, 1974), aqui e ali.

acrescentou uma nova e importante dimensão ao seu conceito de Guerra Limitada. Corbett foi um dos raros pensadores que não só interpretaram Clausewitz para a sua própria geração, mas que também aperfeiçoaram construtivamente as suas idéias.[33]

Mal havia Clausewitz ficado conhecido no mundo Anglo-Saxônico, iniciou-se uma vigorosa reação contra ele. Após 1914, os leitores britânicos o viram, principalmente como interpretado por Bernhardi e por von der Goltz, como um profeta daquele "Prussianismo" sedento de sangue contra o qual haviam lançado mão das armas. Liberais nos dois lados do Atlântico se agarraram a versões deturpadas dos seus ensinamentos sobre a relação existente entre a guerra e a política, vendo nelas a prova de um militarismo nu e desavergonhado. A popularidade de Clausewitz na Alemanha durante a Grande Guerra era motivo suficiente para que ele fosse impopular entre os inimigos da Alemanha. E essa impopularidade viria a ser herdada por uma geração pós guerra, que viu no holocausto da Primeira Guerra Mundial o resultado direto dos ensinamentos de Clausewitz. Nem estavam eles totalmente errados. Dificilmente Clausewitz pode ser responsabilizado por aquelas noções destorcidas de ofensiva

que enviaram quase um milhão de jovens franceses para a morte em 1914 e 1915. Mas nas dolorosas batalhas de desgaste de 1916 e 1917, e nos argumentos utilizados para justificá-las, pode-se encontrar nitidamente uma filosofia Clausewitziana, tanto na tática como na estratégia. O ceticismo com relação às manobras estratégicas; a reunião da força máxima no ponto decisivo para derrotar a principal força inimiga numa batalha; a condução das operações de modo a infligir o maior número possível de perdas ao inimigo e forçá-lo a utilizar as suas reservas num ritmo maior do que aquele em que estivéssemos gastando as nossas; a recusa obstinada a ser dissuadido devido a pesadas baixas; todos estes princípios Clausewitzianos bastante conhecidos foram empregados pelos comandantes britânicos para justificar o prosseguimento dos ataques à Frente Ocidental, comandantes que corporificavam, quase que constrangidamente, as qualidades da calma, da determinação e da perseverança que Clausewitz tanto elogiava.

Não é surpreendente, portanto, que o mais destacado crítico britânico pós guerra à estratégia utilizada na Frente Ocidental, o Comandante B. H. Liddel Hart, tivesse ampliado as suas críticas para incluir o próprio Clausewitz, bem como os seus discípulos. Em muitos dos seus escritos, Liddel Hart

---

[33] Sobre Corbett, ver o ensaio de Donald M. Schurman, *A Educação de uma Marinha: a Evolução do Pensamento Estratégico Naval Britânico de 1867 a 1914* (Londres, 1965), pag. 147 a 184.

admitiu que esses discípulos muitas vezes não interpretaram Clausewitz corretamente devido à "obscuridade" dos seus escritos, mas os seus próprios comentários revelaram muitas vezes um grau comparável de interpretações equivocadas. Clausewitz, escreveu ele: "havia proclamado as soberanas virtudes da determinação de conquistar, o incomparável valor da ofensiva realizada com uma violência sem limites por uma nação em armas e *o poder da ação militar para sobrepor-se a tudo o mais*"[34] (o itálico é nosso). Tendo em vista a insistência explícita e repetida de Clausewitz sobre a necessidade de subordinar os meios militares aos fins políticos, esta afirmativa final é intrigante. Ainda mais curiosa foi a reprovação enérgica de Liddell Hart a Clausewitz em seu livro *O Fantasma de Napoleão,* publicado no auge da reação contra a estratégia para a Frente Ocidental em 1933: "Ele foi a srcem da doutrina de "guerra absoluta", a luta por uma teoria de destruição que, começando com o argumento de que "a guerra é apenas a continuação da política de estado por outros meios", terminou tornando a política escrava da estratégia. . . . Clausewitz só olhava para o fim da guerra, não além da guerra, para a paz que vem depois."[35]

Clausewitz realizou, concordava Liddell Hart, uma modificação na realidade" e ensinou que "o propósito político deve determinar o esforço feito", mas "infelizmente as suas restrições foram apresentadas nas últimas páginas e foram transmitidas numa linguagem filosófica que confundia o soldado comum, possuidor de uma mente essencialmente concreta."[36] Evidentemente, as "restrições" são apresentadas muito enfaticamente, como uma parte inerente do raciocínio de Clausewitz, não "nas últimas páginas", mas bem no primeiro capítulo, mas com relação a aquele capítulo, Liddell Hart escreveria "Não é provável que nem mesmo um leitor em cada cem consiga acompanhar a sutileza da sua lógica ou manter um verdadeiro equilíbrio em meio a tal malabarismo filosófico."[37] O leitor terá que julgar por si mesmo a exatidão deste veredicto.

Finalmente, Liddell Hart, havendo criticado severamente o conceito Clausewitziano de "guerra absoluta", propôs em seu lugar uma "estratégia de propósito limitado." Um governo, sugeria ele,

> pode desejar esperar, ou até mesmo limitar permanentemente o seu esforço militar, enquanto uma ação econômica ou naval decide a questão. Ele pode avaliar que a destruição do poder militar do

[34] *Foch: o Homem de Orleans*, de B. H. Liddell Hart (Londres, 1931), pag. 22.
[35] *O Fantasma de Napoleão*, de B. H. Liddell Hart (Londres, 1933), pag. 121.
[36] *Idem*, pag. 123.
[37] *Estratégia: A Abordagem Indireta,* de B. H. Liddell Hart (Londres, 1954), pag. 355. Esse trabalho cita textualmente muitos outros textos vitais de Clausewitz que surgiram pela primeira vez em *O Fantasma de Napoleão.*

> inimigo é uma tarefa que está indiscutivelmente além da sua capacidade, ou que não valha o
> esforço - e que o propósito da sua política de guerra pode ser assegurado através da tomada de um território, que pode ser mantido sob o seu domínio ou ser utilizado como moeda de troca quando for negociada a paz. . . . Existem razões para indagarmos se essa política militar "conservadora" não merece que lhe seja conferido um lugar na teoria de condução da guerra.[38]

Não é preciso ir muito longe na leitura de Clausewitz - na realidade, não é preciso ir além do primeiro parágrafo da "Observação" de 10 de julho de 1827 - antes de encontrar a exposição mais explícita e lúcida, precisamente dessa doutrina de "propósito limitado."

Sob muitos aspectos as críticas de Liddell Hart a Clausewitz eram plenamente justificadas: a reiterada ênfase na batalha, a reduzida preocupação com as manobras, uma definição de "estratégia" que ignorava tudo exceto os meios puramente militares, o fato dele ignorar os fatores navais e econômicos e a característica tortuosa e contraditória de uma grande parte dos seus escritos. Todas

estas eram imperfeições que, embora compreensíveis em seu contexto, precisavam e ainda precisam ser mostradas. Mas o quadro definitivo que Liddell Hart pintou dos ensinamentos de Clausewitz foi destorcido, impreciso e injusto. E como em sua época Liddell Hart era provavelmente o escritor militar mais lido no mundo do língua inglesa, na Segunda Guerra Mundial este quadro era de uma maneira geral aceito como sendo verdadeiro.

Na Alemanha, entretanto, Clausewitz não perdeu nada da sua popularidade. Durante a década de 20, o General von Seeckt continuou martelando no Reichswer as lições que Schlieffen havia retirado dele: a importância da iniciativa, das forças morais, da flexibilidade e da autoconfiança, do estudo de exemplos históricos como guias para a ação.[39] Uma décima quarta edição de *Da Guerra* foi publicada em 1933 para comemorar o centésimo aniversário do nascimento de Schlieffen, e o Comandante-em-Chefe da nova Wermacht, General von Blomberg, declarou: "Apesar da transformação fundamental sofrida por todas as modalidades técnicas, o livro de Clausewitz, *Da Guerra*, permanece para sempre sendo a base para qualquer evolução racional da Arte da Guerra."[40] Novas edições populares surgiram a seguir durante a década de 30, bem como uma outra edição completa em 1937, e artigos escritos por eruditos como Karl Linnebach, Hans Rothfels, Herbert Rosinski, Walther Schering e Eberhart Kessel

---

[38] *Estratégia, pag. 334.*
[39] Ver a coletânea de discursos de von Seeckt, coligidos em *Pensamentos de um Soldado* (Londres, 1930).
[40] *Wissen und Wehr*, 1933, pag. 477.

apareciam frequentemente em jornais históricos e militares.[41] Como ele era visto, incorretamente, como um pioneiro do nacionalismo alemão, bem como o maior de todos os escritores sobre a guerra, Clausewitz desfrutava de uma elevada consideração no panteão nazista.

O mesmo não poderia ser dito de todos os estudiosos de Clausewitz, e dois dos mais destacados deles, Hans Rothfels e Herbert Rosinski, tiveram que procurar refúgio contra a perseguição racial nos Estados Unidos. Exceto alguns comentários perceptivos contidos no seu livro sobre *O Exército Alemão* (1940), a maioria dos estudos de Rosinski sobre Clausewitz continuou sem ser publicada, mas as suas palestras proferidas em universidades e escolas das forças armadas apresentaram a sua obra a uma vasta platéia. Hans Rothfels publicou um artigo embrionário na coletânea de estudos de E. M. Earle, *Formuladores da Estratégia Moderna*(1943), que revelou a uma nova geração o Clausewitz que por tanto tempo havia sido estudado e admirado por intelectuais alemães, bem como por soldados alemães, e que fez muito para dissipar a falsa imagem que havia dominado o mundo anglófono desde 1914. Uma

nova tradução, feita por O. J. Mattijs Jolles, foi publicada nos Estados Unidos em 1943, esclarecendo muitas das obscuridades existentes na versão de *Da Guerra* apresentada por Grahan.

Pouca coisa indica que Clausewitz tenha sido intensamente estudado nas escolas militares americanas entre as duas guerras. Como Bernard Brodie deixou claro, a influência de Jomini naquele país permaneceu quase que incontestada desde os dias da Guerra Civil. Mas aqueles aspectos do pensamento de Clausewitz que haviam dominado o pensamento estratégico europeu em 1914, certamente haviam cruzado o Atlântico ao fim da Primeira Guerra Mundial. O Regulamento para o Serviço de Campo do Exército dos Estados Unidos, para 1923, estabelecia: "O propósito final de todas as operações militares é a destruição das forças armadas do inimigo através do combate. Uma derrota decisiva em combate destroi a determinação do inimigo no sentido de guerrear e o forçará a pleitear a paz."[42]

Foi certamente esta atitude que levou o General Marshall, quando tiveram que ser elaborados os planos para derrotar a Alemanha na Segunda Guerra Mundial, a apegar-se tão firmemente ao seu plano de concentrar o grosso das forças americanas no ponto decisivo, o Noroeste da Europa, o único lugar

---

[41] Ver especialmente *Historische Zeitschrift* de 1935 e 1943 e *Wissen und Wehr* de 1931, 1933 e 1936. No *Historische Zeitschrift*, 167 (1943): 41, o historiador Gerhard Ritter publicou uma sutil análise da doutrina de Clausewitz sobre o sentido político da guerra e a dificuldade de aplicá-la às condições do Século XX. Essa análise foi republicada em seu *Staatskunst und Kriegshandwerk* (Munique, 1954), 1: 67 a 96.

[42] Citado por Maurice Matloff, "A Abordagem Americana à Guerra 1919 a 1945", em *A Teoria e a Prática na Guerra,* de Michael Howard (Londres, 1965), pag. 223.

em que o poderio da Wermacht alemã poderia ser destruído em combate.[43]

Mas foi o grande conflito seguinte em que os Estados Unidos tomaram parte, o ocorrido na Coréia de 1950 a 1953, que levou a uma séria retomada dos estudos sobre Clausewitz nos dois lados do Atlântico. Aquela guerra obrigou o governo americano a enfrentar dois dos problemas que Clausewitz havia estudado mais profundamente: a relação existente entre os poderes civil e militar na condução de uma guerra e a condução de uma guerra com um propósito limitado - isto é, uma guerra que não estava voltada para a aniquilação total do inimigo. O comandante das forças dos Estados Unidos no Extremo Oriente, General Douglas MacArthur, acreditava firmemente na doutrina que havia animado os pensadores militares europeus em 1914, e ele a apresentou em termos que lembravam o próprio Moltke:

> O comandante de um teatro (informava ele ao Senado após a sua exoneração) não se limita simplesmente a comandar as suas tropas. Ele comanda toda a área, política, econômica e militarmente. Naquele estágio do jogo em que os políticos fracassam e os *militares* assumem o controle, os senhores precisam confiar nos militares . . . Afirmo de maneira inquestionável que quando os homens ficam presos numa batalha, não deve haver qualquer artifício em nome da política que possa prejudicar os nossos próprios homens, reduzir as suas probabilidades de vencer e aumentar as suas perdas.[44]

Esta afirmativa e a atitude que revelava causaram uma profunda preocupação, tanto nos círculos governamentais dos Estados Unidos como entre a crescente comunidade de pensadores estratégicos nos dois lados do Atlântico. O desenvolvimento de armas atômicas por ambos os lados já tornava provável que o tipo de solução militar defendida pelo General MacArthur pudesse acarretar um grau inaceitável de destruição recíproca, que o advento das armas termonucleares logo elevaria a um grau de magnitude inconcebível. Tornou-se quase impossível visualizar qualquer propósito político para o qual o emprego de tais armas pudesse ser adequado. Dificilmente era preciso ler Clausewitz para redescobrir o conceito de "guerra limitada." Como M. Jourdain, de Molière, que nunca havia percebido que o que vinha falando o tempo todo era prosa, as forças americanas e os seus aliados na Coréia estiveram travando sem saber uma "guerra limitada" Clausewitziana.

[43] Ver especialmente *Planejamento Estratégico para uma Guerra de Coalizão 1941 a 1942*, de Maurice Matloff e Edwin M. Snell (Washington, D.C., 1953), pag. 174 a 197 e *George C. Marshall: Provação e Esperança 1939 a 1942*, de Forrest C. Pogue (Nova York, 1966), pag. 303 a 320.

[44] Citado em *As Armas e o Estado*, de Walter Millis (nova York, 1958), pag. 325.

Poucos dos inúmeros escritores que durante a década de 50 escreveram sobre "guerra limitada" precisaram reconhecer ter algum débito para com Clausewitz.[45] Eles conceberam a idéia por si mesmos. Mas alguns, notavelmente Robert Osgood e Bernard Brodie, encontraram em Clausewitz um padrão de pensamento cuja contribuição ao seu eles generosamente reconheceram, e através da influência destes e de outros escritores, Clausewitz começou a ser estudado novamente, e por um número muito maior de leitores do que jamais tivera antes.[46] Desta vez ele não era lido apenas por soldados preocupados com a condução da guerra, mas por estudiosos de política internacional, preocupados com a manutenção da paz. Se o Século XIX havia dado ênfase aos ensinamentos de Clausewitz sobre as forças morais, os leitores na metade do Século XX viriam a se concentrar - talvez igualmente em excesso - em sua ênfase na supremacia do propósito político.

Este foi certamente o caso dos discípulos Marxistas de Clausewitz. Quando Friedrich Engels deparou-se pela primeira vez com *Da Guerra*, não foi na realidade este aspecto do trabalho de Clausewitz que o impressionou mais vigorosamente. Foi a analogia entre a guerra e o comércio que chamou a atenção de Marx.; "uma maneira extraordinária de filosofar sobre a questão", comentou ele, "mas muito boa." Marx expressou igual aprovação: "o maroto tem um bom senso que toca as raias da sagacidade" retrucou ele.[47] Foi entretanto no conceito de "Guerra como a Continuação da Política por outros meios (isto é violentos)" que Lenin concentrou-se no estudo de *Socialismo e Guerra* (1915). "Esta máxima", escreveu ele, "foi proferida por um dos escritores mais profundos sobre os problemas da guerra. Os Marxistas têm sempre considerado corretamente esta tese como sendo a base teórica das concepções sobre a importância de qualquer guerra."[48] Toda guerra, explicava ele naquele e nos folhetos seguintes, estava indissoluvelmente ligada à ordem política da qual provinha e à política seguida pela classe dominante. O seu caráter "não era determinado pelo limite que os exércitos oponentes podiam suportar, [mas por] que política é levada adiante pela guerra, por que classe está conduzindo a guerra e por que propósitos pretende-se atingir ao longo dela.[49]

Esta generosa homenagem legitimava o filósofo burguês à vista dos Marxistas-Leninistas. Stalin, para dizer a verdade, o menosprezava por ser um "representante da era dos trabalhadores braçais", que

---

[45] Os trabalhos sobre "guerra limitada" escritos neste período estão convenientemente catalogados em *Guerra Limitada na Era Nuclear*, de Morton H. Halperin (Nova York, 1963).
[46] *Guerra Limitada: o Desafio da Estratégia Americana*, de Robert E. Osgood (Chicago, 1957); *A Estratégia na Era dos Mísseis*, de Bernard F. Brodie (Princeton, N.J., 1959).
[47] *Werke*, de Marx-Engels (Berlim, 1963), pag. 252 a 236.
[48] Citado em *O Marxismo e a Ciência da Guerra*, de Bernard Semmel (Oxford, 1981), pag. 67.
[49] Introdução de Werner Hahlweg a *Vom Kriege* (Bohn, 1980), pag. 98.

nada tinha a ensinar à era industrial. Mas continuaram a ser feitas referências respeitosas na literatura militar soviética, até que uma nova geração sentiu a necessidade de expurgar tais intromissões estrangeiras do pensamento soviético. Um abrangente estudo feito por B. Byely e outros declarou que, ao negar à política a questão fundamental das classes, Clausewitz "apresentava uma visão falsa e idealista da política, que ele chamou de mentalidade do estado personificado. . . . [Ele] ignorou completamente o fato de que a política é condicionada por causas profundas que têm srcem no sistema econômico da sociedade." Em vez disto, eles apresentaram a sua própria definição: "a guerra é a continuação da política de determinadas classes e estados, por outros meios."[50] Assim modificado,

Clausewitz pôde manter o seu lugar no panteão comunista e poucos livros didáticos sobre estratégia deixaram de fazer-lhe pelo menos uma breve referência elogiosa da boca para fora.

É portanto totalmente apropriado que *Da Guerra* deva ser estudado hoje, tanto nas universidades como nas academias militares. Mas não deve ser esquecido que Clausewitz era um soldado escrevendo principalmente para soldados, que ele via a continuação da guerra como sendo algo natural e inevitável e que os seus ensinamentos eram destinados a sucessivas gerações de patrióticos alemães lutando por sua terra natal - não a políticos mundiais conduzindo a política internacional numa era de fartura nuclear. Não devemos ler coisas demais em Clausewitz, nem devemos esperar dele mais do que pretendeu dar. A dimensão do seu gênio continua sendo que, embora a era para a qual escreveu já tenha passado há muito tempo, ele ainda pode fornecer tantas idéias pertinentes a uma geração cuja natureza dos problemas ele não poderia ter previsto.

---

[50] *O Marxismo-Leninismo sobre a Guerra e o Exército* (Moscou, 1972), pag. 17 a 19.

BERNARD BRODIE

A Pertinência Duradoura de *Da Guerra*

O falecido Herbert Rosinski, em seu estudo clássico *O Exército Alemão*, chamou *Da Guerra* de "o exame mais profundo, abrangente e sistemático da guerra que apareceu até hoje." Rosinski, entretanto, também tinha alguma preocupação quanto à sua eficácia, porque em algum outro lugar ele escreveu: "O fato de que ele paira acima do resto da literatura militar e naval, penetrando em regiões

das quais nenhum outro pensador militar jamais se aproximou, tem sido o motivo de ter sido mal compreendido."[1]

Ele tem sido de fato muitas vezes mal interpretado, mas a afirmativa de Rosinski é um tanto equivocada. Ele foi um minucioso estudioso de Clausewitz e da guerra, e a sua definição do livro é bastante justa, mas quando *Da Guerra* é mal compreendido o motivo não está em qualquer dificuldade básica para compreender as suas idéias. As idéias de Clausewitz, embora densamente amontoadas, são geralmente simples e em sua maior parte estão expressas numa linguagem isenta de jargões, tanto no srcinal como na presente tradução. Estas qualidades podem enganar, entretanto, o eventual leitor, levando-a a pensar que está lendo meros chavões. Pode ter sido por isto que um oficial britânico da reserva, de patente elevada, a quem certamente não faltava inteligência, comentou com este escritor alguns anos atrás: "Uma vez tentei ler Clausewitz, mas não extraí nada dele." Se ele tivesse encontrado novas idéias estranhas que exigissem algum esforço para compreendê-las - como alguns ensaios estratégicos recentes que utilizam matemática, teoria dos jogos e coisas semelhantes - ele bem poderia ter feito aquele esforço e talvez saísse com a sensação de ter sido adequadamente recompensado. Em vez disto, ele encontrou sensatez e pensou que isto não era nada de novo. Talvez ele tenha encontrado também algumas das idéias que não fossem totalmente do seu agrado, e não gostar das idéias é uma razão comum para não entendê-las corretamente.

Considerando que um ensaio introdutório deve ter um propósito que justifique interpor-se entre o leitor e o seu objetivo, o propósito desde é principalmente ajudá-lo a evitar a experiência que teve o meu ilustre conhecido militar. Uma maneira de evitá-la é, evidentemente, evitar ler Clausewitz, que foi a

[1] A primeira das duas citações de Rosinski é da edição revista de *O Exército Alemão* (Washington, 1944), pag. 73, e a segunda, da edição srcinal (Londres, 1940), pag. 122.

maneira escolhida por todos, menos por uma diminuta parcela das pessoas cultas, inclusive a grande
maioria daqueles que não têm hesitado em mencioná-lo ou em citá-lo. Os civis não leram a sua obra porque consideraram erroneamente o terreno obscuro, ou talvez demasiadamente afastado dos seus interesses, e os militares, exceto alguns poucos especiais, tiveram outros motivos para ignorá-la. O presente leitor, entretanto, tendo o livro nas mãos, tem obviamente a melhor das intenções. Vamos garantir-lhe logo, portanto, que ele não será atrapalhado por uma linguagem confusa nem por idéias

difíceis de compreender. Em todo caso, os livros sobre estratégia não possuem muitas vezes esta característica. Eles podem ser enfadonhos, ou podem ser insensatos, mas raramente são difíceis.

Existem de fato alguns problemas em ler Clausewitz, problemas que tentaremos analisar, porque enfrentando-os diretamente estaremos ajudando a diminuí-los. Em primeiro lugar, uma grande parte da obra está realmente ultrapassada e outra grande parte parece estar mais ultrapassada do que realmente está, porque os exemplos históricos citados para ilustrá-las são inevitavelmente de tempos mais antigos. Além disto, *Da guerra* é uma obra na qual uma pessoa perde de vista facilmente a floresta por causa das árvores. A sua própria extensão, agravada por incontáveis ressalvas às suas proposições, contribuem para esta característica e certamente não mantém o mesmo nível elevado durante toda a obra.

O próprio Clausewitz deixou claro na "Observação" que deixou junto com o seu manuscrito, que a revisão que ele havia planejado para o trabalho seria drástica e "livraria os seis primeiros livros de uma boa quantidade de material supérfluo, preencheria diversas lacunas, grandes e pequenas, e tornaria várias generalizações mais precisas quanto ao pensamento e à forma." Ao expressar a sua insatisfação com o manuscrito da maneira em que estava, ele quis dizer aquilo que realmente disse, embora muitos dos seus mais dedicados intérpretes pareçam esquecer-se disto. Muitas vezes o contraste é marcante entre o capítulo que ele considerava como tendo sido revisto e concluído ao seu gosto, que é o capítulo inicial da obra, e muitos dos outros capítulos. Devemos estar preparados, em suma, para uma obra que está inacabada e, portanto, imperfeitamente organizada no todo, muitas vezes repetitiva e algumas vezes até desconexa. Algumas vezes, por outro lado, é demasiadamente vaga. Ocasionalmente o exato significado de um ou mais pontos é obscuro, não devido a uma dificuldade básica de compreensão, mas porque o autor não o apresentou claramente. O que ele quer dizer exatamente, por exemplo, com o seu importante conceito de "ponto culminante da vitória", quando parece excluir, não por acaso, a marcha de Napoleão para Moscou como um exemplo dele? Na realidade, a sua omissão daquela marcha é uma deixa para o seu significado, embora o leitor descuidado não venha a percebê-la.

Embora devamos insistir em dizer que vale a pena ler Clausewitz hoje, porque ele é basicamente eterno, todo mundo é filho da sua época e da sua cultura e ele, cuja mente assimilava avidamente novas idéias, também o será de uma maneira totalmente especial. Já observamos e falaremos mais sobre o fato de que uma grande parte dos escritos de Clausewitz está ultrapassada, mas encontramos também um idioma especial, não apenas de linguagem, mas ocasionalmente também de idéias. Um homem que seja um jovem alemão no início do Século XIX (e cuja vida irá terminar antes que tenha transcorrido

um terço daquele século), que seja altamente intelectual, mas também com uma educação formal limitada, que seja profundamente sensível e apaixonado e ainda viva numa era e esteja empenhado numa profissão que ao mesmo tempo o exponha a uma extraordinária experiência de guerra e que, como todos nós, tenha certas peculiaridades de personalidade e de caráter, escreverá de uma maneira que reflita de algum modo estas coisas. Com Clausewitz, não mais do que com qualquer outro grande pensador e escritor, estamos lidando com um intelecto incorpóreo.

Ocuparíamos muito espaço e provavelmente seria cansativo, e de qualquer modo estaria fora do nosso propósito, tentar a sempre perigosa tarefa de vincular algum pensamento especial que Clausewitz expresse ao que conhecemos da sua experiência, ou pensar que podemos achar que conhecemos o seu caráter, mas algumas vezes isto não pode ser evitado. Muitos leitores ficaram confusos, por exemplo, exatamente no início de *Da guerra*, pela idéia do autor relativa à "guerra absoluta" (um termo menos empregado nesta tradução do que em outras) e pela metamorfose que ocorre em pouca páginas, passando da concentração nas necessidades e nas propriedades do conceito absoluto ou "puro" de guerra para a análise de algo muito mais prático. Apesar disto, o que poderia ser mais natural para um autor vivendo na época e na terra de Kant e de Hegel, que estivesse determinado a escrever o que os leitores reconhecerão ser o tratado de guerra mais profundamente pungente, bem como abrangente, que jamais foi escrito? Na realidade, a introdução muito ligeira da metafísica, feita por Clausewitz nesta obra, não representa qualquer problema que não possa ser explicado com relativamente poucas palavras, e praticamente desaparece após aquelas páginas iniciais. O maior inconveniente que resultou disto tem sido a reputação conferida a Clausewitz, até mesmo por aqueles que presume-se que o conheçam, de ser alguém profundamente filosófico, no sentido metafísico do termo. O seu contemporâneo e rival, Antoine Henri Jomini, já fazia tais observações a respeito dele - além de chamar a sua obra de "excessiva e arrogante" - e tais avaliações têm continuado até hoje.

A disposição com que abordamos Clausewitz está fadada a ser afetada por todas as coisas extravagantes que têm sido escritas sobre ele e a sua principal obra. Rosinski, que já citamos, também diz o seguinte: "Da herança fragmentária e aforística de Scharnhorst ele desenvolveu a teoria sistemática, minuciosamente entrelaçada e perfeitamente equilibrada, na qual todo fator, todo aspecto e todo argumento tinha o seu lugar do qual não poderia ser retirado sem colocar em perigo fatal o delicado equilíbrio do todo. A partir da profunda avaliação da revolução realizada por Napoleão na arte da guerra, ele chegou a uma concepção infinitamente mais ampla, abrangendo com a sua estrutura elástica e o seu majestoso ritmo todas as formas concebíveis de guerra e de estratégia."[2] Este exagero é

claramente negado pelo próprio Clausewitz. Uma obra que não tem literalmente uma só palavra a dizer sobre a guerra naval dificilmente pode estar abrangendo "toda forma concebível de guerra e de estratégia", mesmo em sua época, e já observamos que Clausewitz estava planejando fazer uma revisão em que nitidamente teria retirado alguns "fatores" e "argumentos".

Um intelectual francês de uma geração anterior, que escreveu um livro sobre Clausewitz, fala dele como *le plus Allemand des Allemands . . . A tout instant chez lui on a la sensation d´être dans le brouillard métaphysique*("O mais alemão dos alemães . . . Ao lê-lo, tem-se constantemente a sensação de estar numa névoa metafísica").[3] Isto é simplesmente absurdo. Tais citações poderiam ser empilhadas, e são de pessoas que conheciam, ou que afirmavam conhecer, intimamente a obra de Clausewitz, como Rosinski certamente conhecia. A admiração reverente pode ser uma disposição adequada para determinadas ocasiões, principalmente religiosas, mas não conduz a um estudo calmo, perceptivo e, portanto, crítico.

Já dissemos alguma coisa sobre o fato dos leitores não gostarem de todas as idéias de Clausewitz. Tanto os soltados como os civis deixaram de gostar de algumas delas, muitas vezes por razões opostas. O soldado, endoutrinado para reverenciar o espírito ofensivo, não sente-se à vontade com a alegação de que a defensiva é obviamente a forma mais vigorosa de guerra, e principalmente não gosta que lhe digam que o propósito militar deve estar sempre subordinado aos propósitos políticos estabelecidos pelos líderes civis. Entre os civis pode haver muitos que sintam que, mais do que trevas, existe em Clausewitz uma excessiva desumanidade, embora esta atitude provavelmente caracterize os não leitores que formaram suas opiniões por ouvir dizer, e não aqueles que realmente leram o livro. Clausewitz sabia que a guerra não é uma atividade agradável, e recomenda ao leitor que também saiba claramente disto, de modo que possam prosseguir juntamente, analisando a tarefa que têm em mãos - que é entender

[2] *O Exército Alemão*, 2ª ed., 1944, pag. 73.
[3] *Clausewitz*, de Hubert Camon (paris, 1911), pag. vii, citado por H. Rothfels em "Clausewitz", *Formuladores da Estratégia Moderna*, E. M. Earle, ed. (Princeton: Gráfica da Universidade de Princeton, 1943), pag. 93.

basicamente o que é de fato a guerra nos seus diversos níveis de envolvimento e de violência. Um dos propósitos desse entendimento é aumentar as probabilidades de êxito nesta que é a mais exigente das buscas.

Na sua época, a idéia de que a guerra era basicamente desastrosa, e muitas vezes também insensata, já era antiga. O seu compatriota e contemporâneo mais velho, Emanuel Kant, cuja obra ele conhecia e respeitava, havia escrito um folheto, *A Paz Perpétua* (1795), reafirmando aquela idéia

dentro da estrutura dos novos conhecimentos do seu tempo. Mas a sua opinião obteve naquela época uma aceitação incomensuravelmente menor do que a que tem hoje, o que não quer dizer que seja hoje totalmente um lugar comum. De qualquer maneira, aqui estava um homem cuja carreira militar havia começado quando tinha doze anos de idade, num Exército ainda imbuído das tradições de Frederico o Grande, num momento que marcava o início de quase um quarto de século de guerras contra a França Revolucionária e Napoleônica. Além disto, a partir dos indícios que deixou em suas cartas e do seu comportamento pessoal, sobre a natureza da sua vida íntima, ele parece ter tido algo mais do que a necessidade psicológica normal de reconhecimento, que para ele só poderia vir através de alguma forma de excelência na profissão em que se encontrava. Assim, não há motivos para nos surpreendermos pela sua dedicação a este assunto lúgubre. Ele era suficientemente sensível aos custos e perigos extraordinários da guerra, da qual não lhe faltava experiência pessoal, para atribuir um grande valor à competência em conduzí-la de maneira profissional e, portanto, com uma excelente probabilidade de êxito. Além disto, o que é muito mais raro, ele atribuía uma importância comparável à compreender o seu propósito.

Mas o leitor pode ter uma outra preocupação mais inflexível. Pode ser possível, perguntará ele, que um livro escrito há um século e meio, e sobre guerra, veja só, valha realmente o seu tempo? Esta pergunta surgiria mesmo que as armas nucleares não tivessem jamais sido inventadas, mas estas armas parecem realmente criar um universo totalmente novo. Teriam elas criado? Tem havido uma grande quantidade de combates sem armas nucleares desde que duas delas foram utilizadas no Japão em 1945, inclusive algumas guerras que, para alguns dos participantes, representaram um envolvimento total. Apesar disto, se ainda não é um fato consumado é pelo menos uma grande possibilidade que, pelo menos entre as grandes potências que possuem armas nucleares, todas as características da guerra como um meio de resolver diferenças tenham sido transformadas de uma maneira irreconhecível. Porque então ler Clausewitz?

Em nossos tempos atribulados não é suficiente argumentar que um livro possui um mérito excepcional. Uma quantidade excessiva de livros que temos tempo para ler também têm. O compromisso de ler um livro importante como este representa de uma maneira admirável a atividade que os economistas chamam de "custo de oportunidade" (aquele objeto ou benefício abandonado que poderia ser obtido pelas mesmas unidades de valor). O tempo de leitura, mesmo para os mais favorecidos, é um artigo extremamente limitado. A leitura de um livro sério é sempre, portanto, uma tarefa séria, considerada de uma maneira racional sob a forma da seguinte pergunta: A leitura deste

livro, neste momento, tem mais valor para mim do que a leitura de outras obras que eu possa ler no mesmo tempo?

É bom que não mantenhamos esta pergunta em primeiro plano em nossas mentes, senão iríamos nos preocupar tanto a cada momento, para saber se fizemos a escolha absolutamente certa, que não pegaríamos nada para ler. Ainda assim, com a exceção de algumas situações em que as escolhas são feitas para nós, como nos cursos não universitários, tendemos de fato a manter esta pergunta em algum lugar no fundo nas nossas mentes. Nós pegamos e escolhemos entre os livros a serem lidos e abandonamos muitos deles sem acabar de lê-los. Entre os livros que deixamos de ler estão normalmente os clássicos, principalmente aqueles que não são puramente literários, porque tendemos a supor em primeiro lugar que por melhor que fossem em sua época não são especialmente pertinentes para a nossa e, em segundo lugar, que qualquer que seja a sabedoria que contenham, e que seja pertinente à nossa época, sem dúvida já foi assimilada e aproveitada por escritores posteriores.

Da Guerra, de Clausewitz, não se enquadra em nenhuma destas suposições. Algumas vezes pode valer a pena ler outros clássicos porque possuem uma qualidade que não foi retratada nem captada, nem mesmo por aqueles escritores recentes que assimilaram totalmente e aperfeiçoaram os seus pensamentos - me vem à mente *A Origem das Espécies*, de Darwin, e há outros. Mas a obra de Clausewitz está entre aqueles poucos livros mais antigos que apresentaram idéias profundas e srcinais, que *não* foram adequadamente assimiladas pela literatura mais recente. Só será lida, evidentemente, por aqueles que têm um profundo interesse, profissional ou não, pelo assunto do seu título, mas para eles é totalmente indispensável. Existem, evidentemente, outros livros neste setor, além de Clausewitz, que vale muito a pena ler, inclusive certamente alguns que tratam de assuntos contemporâneos e principalmente nucleares, mas nenhum deles pode igualar-se a ele em importância, ou substituí-lo em sua qualidade de eterno.

A obra de Clausewitz era, por exemplo, muito mais pertinente aos problemas e questões da Primeira Guerra Mundial do que *Princípios da Guerra*, de Ferdinand Foch, publicado em 1903, apenas onze anos antes do início da guerra. Para Foch e seus seguidores, a idéia da predominância do propósito político, ao qual Clausewitz atribuiu tanta importância, simplesmente não se aplicava aos tempos modernos. Além disto, eles romantizaram o papel do comandante e elevaram a ofensiva a um grau fantástico, que revelou também, na medida em que era seguida em combate, ter um custo extraordinariamente elevado. Foch elogiou da boca para fora o nome de Clausewitz, cuja obra ele afirmava ter lido e assimilado, mas os seus escritos possuem características totalmente diferentes.

Clausewitz deu de fato muita importância ao papel do comandante de um modo geral, mas de uma maneira muito mais moderada do que Foch. Ele ponderou com muito cuidado a relação existente entre a ofensiva e a defensiva, concluindo que a última era a forma mais vigorosa de guerra. Era assim em sua época, e muito mais na de Foch, embora este último tivesse a opinião oposta. Com relação à guerra de 1914 a 1918, o livro altamente intelectual de Foch poderia não estar ultrapassado, mas estava terrivelmente equivocado, e foi necessário todo um mar de sangue para provar isto. *Não há qualquer* utilidade em ler Foch hoje em dia, exceto para observar até que extremos monstruosos podem ir os pensamentos neste campo e como podem ser inadequados os slogans que orientam as políticas militares das grandes nações. E, evidentemente, o ato de lê-lo ajuda a entender a estupenda catástrofe que foi a Primeira Guerra Mundial.

Uma outra obra escrita após aquela guerra, que exerceu uma enorme influência sobre a organização, principalmente das forças americanas, e sobre a maneira pela qual foram travadas as grandes campanhas da Segunda Guerra Mundial, a de Giulio Douhet, é hoje também uma peça de museu. Os diversos ensaios, normalmente reunidos sob o nome do mais famoso deles, - *O Domínio do Ar* - são brilhantes, mas são também restritos quanto à sua perspectiva, dogmáticos e, como a Segunda Guerra Mundial demonstrou, completamente equivocados em todas as suas recomendações específicas. Os entusiastas do poder aéreo referem-se reverentemente à Douhet como o “profeta do poder aéreo”, e rejeitarão portanto esta avaliação, talvez indignadamente. Mas tudo o que eles precisam fazer é lê-lo cuidadosamente, comparando as suas predições detalhadas à experiência da Segunda Guerra Mundial, que foi a “guerra do futuro” sobre a qual ele estava escrevendo. Ele afirmou que as linhas de batalha no solo permaneceriam estáticas e que a decisão seria obtida de qualquer modo, em apenas alguns dias, pelos aviões bombardeiros das nações. Certamente não foi isto o que aconteceu. Não há dúvida de que é verdade que as suas idéias seriam mais adequadas às armas nucleares do que às bombas que ele tinha em mente, mas é verdade também que a era nuclear precisa de um Douhet para revelar-lhe que devastação e que terror podem ser obtidos através destas armas. De qualquer maneira, as suas recomendações específicas estariam agora ultrapassadas. Como no caso do livro de Foch, temos uma vez mais o texto de um trabalho que não possui utilidade hoje em dia.

Voltando à nossa era, provavelmente Clausewitz seja tão pertinente aos nossos tempos quanto a maior parte da literatura escrita especificamente sobre a guerra nuclear. Entre os trabalhos deste último gênero extraímos uma boa quantidade de tecnologia proveitosa e de outros conhecimentos específicos, mas de um modo geral sentimos também a ausência daquela profundidade e daquele alcance que são

principalmente a marca característica de Clausewitz. Sentimos falta principalmente da sua insistência inflexível na idéia de que a guerra, em todas as suas fases, deve ser racionalmente orientada por propósitos políticos significativos. Esta idéia é totalmente perdida na maioria dos livros contemporâneos, inclusive em alguns que levam o título que audaciosamente induzem a uma comparação com o clássico anterior, *Da Guerra Termonuclear*, de Herman Kahan. A propósito, Kahan baseou o seu principal argumento - de que os Estados Unidos poderiam sobreviver e, portanto, não deveriam temer demais uma guerra nuclear com o seu principal rival - em premissas técnicas que certamente estão obsoletas nos dias de hoje, fossem ou não realistas quando o seu livro foi publicado no ano não tão distante de 1960. Além disto, o livro de Kahan não tem muito a dizer, como tem o de Clausewitz, com relação à importância da Guerra do Vietnã, que ocorreu posteriormente e que causou aos Estados Unidos tanta busca da sua própria consciência e tanta agonia, embora muito menos do que a que foi suportada pela nação que ela pretendeu salvar. Kahan ainda pode complementar Clausewitz de maneira proveitosa, mas apenas num sentido restrito ele é mais eterno, e de modo algum ajuda a superá-lo.

Deduzimos de tudo isto que deve haver algo no campo do pensamento e dos escritos estratégicos que os tornem diferentes dos outros campos da atividade intelectual. Na maioria dos outros campos, a obra dos escritores mais antigos tende a tornar-se obsoleta, ou porque é assimilada ou porque é refutada. Algumas vezes são interessantes para ler por motivos históricos e muitas vezes também pelas suas qualidades básicas, mas são facilmente abandonadas sem qualquer penalidade significativa. Mencionei o nome da Darwin, que representa (como Freud num outro setor) o grande descobridor, cuja contribuição nunca é totalmente igualada por qualquer sucessor. Mas existe também o grande inovador, e não descobridor, como Adam Smith, cujo período de vida coincide em parte com o de Clausewitz e que escreveu num setor que possui em diversos aspectos afinidades extraordinárias com a estratégia, inclusive uma preocupação com a eficiência na utilização de recursos para metas especiais e com soluções que são pelo menos pragmáticas, estejam ou não de acordo com as leis que traçam o comportamento imutável.

A sua grande obra embrionária, *A Riqueza das Nações* (1776), é de uma maneira geral reconhecida como sendo a srcem da moderna economia, ficando um pouco a dever a outras, mas estabelecendo, apesar disto, uma nítida ruptura com a tradição mercantilista que a precedeu e à qual nenhum economista merecedor deste nome voltaria dali por diante. Mas esta grande obra tem tido fortes sucessores nos dois séculos após a sua publicação, e trabalhar neste campo continua sendo uma

atividade extremamente próspera nos dias de hoje, atraindo facilmente a sua devida proporção de mentes talentosas. Toda a contribuição essencial de Smith foi plenamente assimilada e aperfeiçoada ainda mais por escritores mais recentes, que reconheceram a sua dívida para com ele. Clausewitz, por outro lado, embora se compare facilmente a um Adam Smith quanto ao talento e à inovação, não tem tido um séquito de sucessores brilhantes.

Assim, nos escritos mais notáveis sobre estratégia existe uma falta de continuidade que não é notada em outros campos, em parte porque esses campos estão mais densamente povoados de escritores ávidos e em parte devido à própria falta de continuidade da guerra. Além disto, enquanto o gênio tem pouco valor em todo setor da atividade humana, no campo da literatura estratégica possui uma raridade especial. O motivo é que raramente os soldados são eruditos e raramente os civis são estudiosos da estratégia. O gênio de Clausewitz é indiscutível e é também incomparável em seu setor de atividade.

Encontramo-nos portanto com pelo menos dois motivos pelos quais Clausewitz continua a ser merecedor do mais minucioso estudo: primeiro, ele estava sempre lutando, com um êxito que advinha dos seus magníficos dons, bem como da sua intensa capacidade de trabalho, para chegar às bases de cada tema que examinava, começando pela natureza fundamental da própria guerra; e segundo, ele está praticamente só em sua realização. Ele não é simplesmente o melhor, mas o único livro verdadeiramente magnífico sobre a guerra. Onde diversos outros escritores sobre aquele assunto procuraram ser analíticos, em vez de serem simplesmente históricos, eles podem ser altamente respeitáveis em suas realizações, mas quando comparados a Clausewitz, a conclusão invariável tem que ser de que eles nem se aproximam dele.

Devemos julgar assim, por exemplo, a obra de Alfred Thayer Mahan, que evidentemente restringiu-se ao aspecto naval da guerra e cujos trabalhos são em sua maioria históricos. Suas dimensões e suas características como pensador estão retratadas no seu reconhecimento de ser imensamente grato a Jomini, mas dificilmente ao maior contemporâneo deste último, Clausewitz. Um outro historiador e analista naval, contemporâneo de Mahan, Julian S. Corbett, dedicou de fato atenção à obra de Clausewitz, com grandes vantagens para si próprio. Podemos observar, a propósito, na medida em que estamos pensando em livros que ficam ultrapassados, que embora Mahan e Corbett tivessem vivido e escrito numa era de navios de guerra a vapor essencialmente modernos, os seus trabalhos, tão extraordinariamente influentes principalmente no caso de Mahan, elaboraram doutrinas que provinham quase que exclusivamente da guerra naval dos tempos da vela.

Apesar disto, devemos enfrentar a questão da obsolescência e considerar até que ponto este fator diminui a utilidade de ler Clausewitz hoje. Obviamente, para o historiador militar não diminuirá absolutamente em nada, mas, pelo contrário, tornará a leitura da obra proveitosa e de fato necessária. Se ele se perguntar, por exemplo, porque os exércitos de Wellington e de Blucher estavam dispersos ao longo de uma extensão tão grande do terreno quando Napoleão chegou para lutar contra eles em Junho de 1815, obterá algum esclarecimento no Capítulo Treze do Livro Cinco, que por acaso trata da questão dos alojamentos, e ali a descrição daquela situação adquire autoridade, bem como clareza, pelo fato de que Clausewitz estava então com o Exército Prussiano e lutou nas duas batalhas seguintes. Mas muito mais do que isto, o próprio Clausewitz foi um historiador militar perspicaz - *Da Guerra* representa menos de um quarto de toda a sua obra que encontrou finalmente o seu caminho para ser impressa, e uma grande parte do restante é de natureza histórica - e estava sutilmente atento às mudanças ocorridas nos procedimentos militares que separavam a sua própria época das gerações anteriores. Uma grande parte desta observação perspicaz sobre estas questões encontra o seu caminho de uma maneira altamente concentrada no presente trabalho.

Evidentemente os historiadores militares abrangem uma parcela muito pequena da raça humana, e uma pequena parcela até mesmo daqueles que possam querer ler Clausewitz. Entretanto, qualquer pessoa suficientemente interessada no que Clausewitz representa para querer ler o seu livro não deve certamente ser dissuadida pelo fato de que durante o processo adquirirá algumas idéias de como era travada a guerra em sua época. A nossa própria geração é singular, mas tristemente singular, pelo fato de produzir uma escola de pensadores que são sabidamente profundos conhecedores da estratégia militar e que certamente são especialistas em estudos militares, mas que não conhecem praticamente nada de história militar, inclusive da história das nossas guerras mais recentes, e que parecem não se importar com a sua ignorância. O seu conhecimento de análise de sistemas e de disciplinas esotéricas correlatas é indubitavelmente de enorme valor para ajudá-los a trilhar o seu caminho entre alegações conflitantes dos vendedores e patrocinadores das diversas variedades das nossas extraordinariamente complexas armas modernas. Apesar disto, os únicos dados empíricos que possuímos sobre como as pessoas conduzem a guerra, e como se comportam quando submetidas às suas tensões, é a nossa experiência com o assunto no passado, por mais que tenhamos que fazer ajustagens para corrigir alterações posteriores das condições.

Até que esta nova escola evoluísse no período após a Segunda Guerra Mundial, era incontestável que um profundo conhecimento da sua história era indispensável para uma compreensão de

Clausewitz. Clausewitz acreditava piamente nisto. “Indubitavelmente, o conhecimento fundamental à arte da guerra, diz ele (no Capítulo Seis do Livro Dois) “é empírico”. E também, “Os exemplos históricos tornam tudo claro e ainda fornecem o melhor tipo de prova nas ciências empíricas”. Nem ele está satisfeito com essas generalizações, mas em vez disto prossegue numa análise minuciosa e caracteristicamente perspicaz das maneiras pelas quais a história militar deveria ser utilizada para desenvolver a teoria.

Apesar disto, não podemos deixar de considerar os inconvenientes que advém do fato de que Clausewitz morreu quase um século e meio antes do momento em que estas linhas estão sendo escritas. Isto afeta de diversas maneiras a utilidade atual da sua obra, sendo que a mais óbvia delas é a que acabamos de mencionar. O próprio Clausewitz afirma que normalmente a utilidade de uma ilustração histórica é inversamente proporcional à sua idade, e participa que evitará nesta obra exemplos anteriores à Guerra da Sucessão Austríaca, cujo início em 1740 coincide com o começo da Primeira Guerra da Silésia e, mais importante, com a ascensão de Frederico II, mais tarde “o Grande”, ao trono da Prússia. Assim, dificilmente encontramos ao longo de *Da Guerra* mais do que uma menção a outro gênio inconteste da guerra, o Duque de Marlbourough e ao seu talentoso colega, Príncipe Eugênio de Savóia, que colaborou na brilhante campanha que terminou com Blenheim, apenas trinta e seis anos antes da ascensão de Frederico.

Assim, Clausewitz, que como salienta Peter Paret, escreveu também um estudo sobre Gustavo Adolfo, restringe-se nesta obra, com raras exceções, a exemplos históricos provenientes dos setenta e cinco anos que terminaram em Waterloo, que foi a última batalha que ele conheceu e que ocorreu dezesseis anos antes da sua morte. Ele estende-se falando sobre as extraordinariamente importantes mudanças que ocorreram na arte da guerra durante aquele período, e não podemos deixar de observar que aquelas mudanças têm que ser comparadas às que têm ocorrido desde então devido à ampla revolução tecnológica sofrida pela guerra, que começou mais ou menos quando ele morreu. Apesar de tudo, as armas utilizadas na época de Frederico eram apenas ligeiramente diferentes das utilizadas na de Napoleão, e para nós é extraordinário que pudessem ter ocorrido importantíssimas mudanças nos procedimentos, apesar de alterações insignificantes nas armas, sem falar dos transportes e das comunicações.

Seja como for, o material histórico ilustrativo que Clausewitz utiliza tem uma dupla desvantagem para nós. Em primeiro lugar, até mesmo os exemplos mais recentes estão tão afastados de nós no tempo e nas circunstâncias, que Clausewitz, pelos seus próprios padrões de aceitação não os teria levado em

consideração e, em segundo lugar, em grande parte devido a esse afastamento, um número muitíssimo reduzido dos seus leitores terá algum conhecimento anterior das muitas campanhas ou batalhas a que ele se refere. Supõe-se que todos saibam alguma coisa sobre a invasão da Rússia em 1812 por Napoleão. Tchaikowski escreveu uma abertura popular sobre ela e Tolstoy um excelente romance, e esta última obra foi transformada em diversos filmes e séries de televisão. Mas, quem sabe hoje qualquer coisa sobre as campanhas de Frederico, além de uns poucos especialistas, ou sobre a maioria das outras campanhas de Napoleão?

Felizmente, em sua utilização de um exemplo histórico, muitas vezes Clausewitz dá explicações suficientes sobre ele para dar-nos uma idéia adequada do que aconteceu e da importância do argumento que está demonstrando. Mas muitas vezes ele não faz isto. Devemos admitir, portanto, que simplesmente a partir do ponto de vista descritivo, perdemos uma boa quantidade da riqueza da sua análise, como ela deve ter se apresentado aos seus contemporâneos. Podemos, evidentemente, tomar medidas para corrigir esta deficiência, aprendendo alguma coisa sobre a história que ele utiliza - uma tarefa bem menos pesada do que, digamos, aprender grego para apreciar os poemas de Safo - mas no cômputo geral temos que considerar este fator como uma deficiência.

Existe na realidade um outro lado desta moeda. A guerra, como afirma Clausewitz num determinado trecho, *é diferente de qualquer outra coisa.*Assim, por mais que ela possa mudar em si mesma de uma época para outra, as suas características essenciais permanecem distintas de todas as outras atividades do homem. Como prova disto, não é em vão que procuramos obter determinadas qualidades elementares que mudam tão pouco a vida, se é que mudam. Não estamos falando dos "princípios imutáveis" de Jomini, mas de algo mais fundamental. Este elemento aproxima-se basicamente do motivo pelo qual lemos Clausewitz, aquele que chega mais perto de nos revelar aqueles princípios fundamentais do que qualquer outro, mas ele também afeta a questão dos exemplos históricos.

O próprio leitor pode fornecer, retirando de qualquer estoque de conhecimentos históricos e de experiência pessoal que possa ter, um exemplo para verificar se o argumento em questão permanece válido, ou pelo menos se ainda se aplica a uma época muito mais recente que a de Clausewitz. Assim, onde este último, retirando exemplos das campanhas de Frederico e de Napoleão, admite que existem exceções à regra da concentração (que quanto ao mais ele apoia com o máximo vigor) e dá a entender que existem momentos em que o comandante *deve* dividir as suas forças na presença do inimigo, podemos considerar o quanto foi brilhante a maneira pela qual Lee fez isto em Chancellorsville, ou

como o Almirante William F. Halsey insensatamente deixou de fazê-lo no Golfo de Leyte. E há uma emoção de descoberta em ver saltar subitamente, a uma, exatamente no último capítulo da obra, um padrão de idéias que muito certamente proporcionaram a inspiração conceitual para os aspectos militares do famoso Plano Schlieffen. Alguém pode lembrar também que o Conde von Schlieffen era um estudioso de Clausewitz, o suficiente para ter assimilado as repetidas máximas deste último quanto a não deixar o fim político ser dominado pelo propósito militar, por ser ele considerado como tendo insistido em escrever que, se o Plano falhasse como evidentemente falhou em 1914, a Alemanha deveria imediatamente procurar obter uma paz negociada. Infelizmente para a Alemanha e para o mundo, as idéias mais essenciais de Clausewitz foram desprezadas pelos sucessores de Schlieffen e do von Moltke mais moço. O Plano Schlieffen tinha, na realidade, um enorme defeito imbutido nele próprio, que era basicamente contrário às idéias de Clausewitz - isto é, a exigência da invasão da Bélgica (srcinalmente também da Holanda), que estava fadada a fazer com que a Grã Bretanha entrasse na guerra.

Para qualquer estudioso da guerra, ou da política, ler alguns dos problemas mais antigos e ver como foram enfrentados para fazer ajustes para épocas mais recentes, é uma tarefa interminável. Ela torna-se logo automática, porque oferece realmente poucas dificuldades intelectuais sérias. Algumas idéias e advertências são imediatamente reconhecidas como sendo ainda pertinentes nos dias de hoje, outras como só sendo úteis para uma melhor compreensão da história militar ou política.

Mais espinhosos, evidentemente, do que a questão de meros exemplos, são aqueles trechos extremamente longos em que Clausewitz analisa os métodos de marchar, de abastecer e coisas semelhantes, que pertencem a um passado desaparecido. Isto não se aplica a tudo que contém os Livros de Quatro a Sete inclusive, mas sim à maior parte do que é encontrado naqueles livros. Do início ao fim daqueles trechos, alguém que os esteja lendo pode tender a acelerar um pouco a leitura - talvez uma pequena advertência possa ajudá-lo a realizar a aceleração - mas ele deve estar muito premido pelo tempo para tentar pulá-los totalmente. Naqueles trechos, o autor compartilha conosco o seu profundo conhecimento da condução de campanhas em sua época e se esforça para nos deixar a par de certas mudanças importantes ocorridas desde épocas mais antigas. Várias edições resumidas omitiram algumas dessas seções, mas sem dúvida é melhor deixar o leitor decidir por si mesmo se deseja ou não acompanhar nestas áreas um mestre tão eminente. Muito pouca coisa do que Clausewitz escreveu tem sido publicada em traduções para o inglês, e poucos de nós queremos ver esta obra prima mutilada. Além disto, o leitor verá que até mesmo nas páginas mais improváveis encontrará algumas observações

sábias e perspicazes, que são tipicamente Clausewitzianas e que se aplicam tanto aos dias de hoje quanto aplicavam-se aos seus.

Com exceção da questão de estar a sua obra obsoleta ou ultrapassada, existem outras características de Clausewitz que, embora possam ser consideradas mais virtudes do que defeitos, influem negativamente para o reconhecimento do seu gênio e das suas realizações. A principal dentre estas características é a sua acentuada relutância em fornecer fórmulas ou axiomas como guias para a ação. Ele está frequentemente preocupado em demonstrar os perigos ocultos em tais axiomas, que é a principal qualidade que o distingue de Jomini, bem como praticamente de todos os seus sucessores. Este é um dos principais motivos pelos quais os militares ficam com tanta freqüência decepcionados com Clausewitz, porque estão especialmente acostumados em sua formação a assimilar, dentro de um cronograma rígido, regras de procedimento específicas, um hábito que se reflete no amplo emprego que fazem do termo "endoutrinamento". Clausewitz, pelo contrário, convida o leitor a refletir com ele sobre a natureza complexa da guerra, onde qualquer regra que não admita exceções é normalmente tão óbvia que não merece que se fale muito dela.

Esta qualidade é percebida principalmente em sua atitude com relação a determinadas idéias que já estavam começando a ser chamadas de "princípios de guerra". Embora dificilmente pudesse evitar estabelecer determinadas generalizações, o que é certamente o resultado e o propósito do estudo analítico, ele rejeitava específica e veementemente a idéia de que a condução da guerra pudesse ser sensatamente orientada por um pequeno número de axiomas cheios de substância. Foi Jomini, e não Clausewitz, o responsável pela observação incessantemente citada, de que "os métodos mudam, mas os princípios são imutáveis", e é em grande parte por este motivo que Jomini exerceu uma influência muito maior sobre o pensamento militar, em sua época e em épocas posteriores, pelo menos entre os não alemães. Para obter orientação, os dois lados envolvidos na Guerra Civil Americana contavam com Jomini, que, em sua vida muito longa, viveu para vê-la terminada. E, como vimos, foi Jomini a quem Mahan chamou de "meu melhor amigo militar."

Foi somente após a Primeira Guerra Mundial que diversos manuais de campanha (inicialmente americanos) começaram a tentar condensar séculos de experiência e volumes de reflexões em "princípios de guerra", concisamente redigidos e normalmente numerados, tais como o "princípio da concentração", o "princípio da economia de força", o "princípio da surpresa" e assim por diante. Embora tivessem sido escritos livros para explicar e aperfeiçoar estes princípios, a maior ênfase era dada a mantê-los enxutos e rígidos - para que pudessem ser mais facilmente transmitidos em poucos

dias de curso de uma escola de guerra, por qualquer pessoa a ser designada como instrutor para aquele fim e, também, para serem mais facilmente levados em situações de combate. Clausewitz teria ficado estarrecido com estas tentativas, mas não surpreso por alguns dos terríveis erros crassos que foram cometidos em nome daqueles "princípios". A alguns que tentaram em sua época fazer coisas comparáveis ele chamou de "os escrevinhadores de sistemas e de compêndios".

O preço da entrada para a alternativa oferecida por Clausewitz de uma intensa reflexão, algumas vezes em páginas densamente abarrotadas de idéias brilhantes, é um compromisso de ser sensível. Isto exige um tipo de leitura diferente daquele com o qual estamos acostumados. No nosso tempo, eram dados cursos de adestramento para aumentar a velocidade da leitura, e ninguém duvida das vantagens de ler rapidamente com relação à grande quantidade de matéria que praticamente qualquer profissional tem que percorrer. Com Clausewitz, entretanto, devemos estar dispostos a demorar-nos, a parar frequentemente para refletir. O desejo fundamental de Clausewitz com relação ao seu livro, embora não fosse um desejo modesto, recompensará qualquer um que o faça.

"A minha ambição era", disse ele numa nota encontrada entre os seus papéis, "escrever um livro que não fosse esquecido após dois ou três anos, e que possivelmente pudesse ser consultado mais de uma vez por aqueles que estão interessados no assunto."

Pensando ter inserido comentários suficientes entre a página que contém o título e o texto, colocamos no fim do livro "Um Guia para Ler *Da Guerra*." Os Editores. .

CARL VON CLAUSEWITZ

Da Guerra

PREFÁCIO DO AUTOR

Para um Manuscrito Não Publicado sobre a Teoria da Guerra, Escrito entre 1816 e 1818

Não existe hoje em dia a necessidade de nos alongarmos sobre a questão de que uma abordagem científica não consiste unicamente, nem mesmo principalmente, num sistema completo e numa doutrina abrangente. No sentido formal, o presente trabalho não contém tal sistema. Em vez de uma teoria completa, oferece apenas o material para uma.

O seu caráter científico consiste numa tentativa de investigar a essência do fenômeno da guerra e de indicar os vínculos existentes entre esses fenômenos e a natureza das suas partes componentes. Nenhuma conclusão lógica foi evitada, mas sempre que o fio deste tecido tornou-se demasiadamente fino, preferi rompê-lo e voltar aos fenômenos relativos à experiência. Assim como algumas plantas só dão frutos se não crescerem demais, nas ciências práticas as folhas e as flores da teoria devem ser podadas e a planta deve ser mantida perto do solo apropriado para ela - a experiência.

Seria obviamente um erro determinar a forma de uma espiga de trigo analisando os elementos químicos do seu grão, uma vez que tudo o que precisamos fazer é ir a um campo de trigo e ver as espigas já formadas. A análise e a observação, a teoria e a experiência nunca devem desprezar ou excluir uma à outra. Pelo contrário, devem apoiar-se mutuamente. As proposições deste livro, portanto, como as pequenas seções de um arco, fundamentam os seus axiomas na base firme da experiência ou da natureza da guerra como tal, e estão assim adequadamente apoiadas.[1]

Talvez não seja impossível escrever uma teoria da guerra sistemática, repleta de inteligência e de substância, mas as teorias que possuímos atualmente são muito diferentes. Independentemente do seu espírito não científico, elas tentaram tão intensamente tornar os seus sistemas coerentes e completos que eles estão abarrotados de chavões, banalidades e absurdos de todos os tipos. Pode-se obter uma impressão precisa do seu caráter lendo o "Extrato de uma Norma de Incêndio", de Lichtenberg:

"Se uma casa estiver pegando fogo, devemos procurar acima de tudo proteger a parede direita da

---

[1] Que isto não ocorre com muitos escritores militares, principalmente com aqueles que tentaram tratar da guerra de uma maneira científica, é mostrado pelos diversos exemplos em que os prós e os contra da sua argumentação destruíram-se tão completamente uns aos outros que, diferentemente dos dois leões da fábula, não restaram nem mesmo os seus rabos. Clausewitz, daqui em diante citado como Cl.

casa à sua esquerda e, por outro lado, a parede esquerda da casa à sua direita. Porque se, por exemplo, formos tentar proteger e protegermos a parede esquerda da casa da esquerda, devemos nos lembrar de que a parede direita da casa está à direita da sua parede esquerda e, assim, uma vez que também há fogo do lado direito dessa parede e da parede direita (porque presumimos que a casa esteja à esquerda do fogo), a parede direita estará mais perto do fogo do que a esquerda, e a parede direita da casa poderá pegar fogo se não for protegida antes que o incêndio possa atingir a esquerda, que está sendo protegida. Consequentemente, algo que não esteja sendo protegido poderá pegar fogo, e antes de qualquer outra coisa, mesmo que esta outra coisa também não esteja sendo protegida. Para fixar isto firmemente na mente, só precisamos nos lembrar do seguinte: se a casa estiver à direita do incêndio, é a parede esquerda que importa, e se a casa estiver à esquerda do incêndio, é a parede direita".

O autor não deseja perturbar o leitor inteligente com esta sabedoria banal, nem estragar o gosto do pouco de bom que tem a oferecer diluindo-o. Anos de pensamento sobre a guerra, muito relacionamento com homens que a conheceram e uma boa dose de experiência pessoal com ela, deixaram-no com certas idéias e convicções, e estas ele prefere apresentar numa forma compacta, como pequenas pepitas de metal puro. Foi assim que os capítulos deste livro tomaram forma, concatenados apenas superficialmente de uma forma experimental, mas espero que não sem uma coerência interna. Talvez surja em breve uma mente mais hábil para substituir essas pepitas isoladas por um conjunto único, fundido em metal sólido, livre de toda impureza.

COMENTÁRIO DO AUTOR

Sobre a Gênese do seu Manuscrito Anterior sobre a Teoria da Guerra, Escrito por Volta de 1818[1]

As afirmativas aqui apresentadas tratam daqueles que, na minha opinião, são os principais elementos da estratégia. Eu as considero como esboços anteriores, e chegaram mais ou menos ao ponto de serem fundidas num único trabalho.

Estes esboços não seguiram qualquer plano preliminar. A minha intenção srcinal era apresentar as minhas conclusões sobre os principais elementos deste assunto sob a forma de afirmativas curtas, precisas e compactas, sem preocupação com uma associação sistêmica ou formal. A maneira pela qual Montesquieu tratou o seu tema estava vagamente em minha mente. Achei que estes capítulos concisos e aforísticos, que no início eu queria chamar simplesmente de grãos, iriam atrair o leitor inteligente, tanto pelo que insinuavam como pelo que expressavam. Em outras palavras, eu tinha em mente um leitor inteligente que já estivesse familiarizado com o assunto. Mas a minha natureza, que sempre me leva a expandir e a sistematizar, finalmente fez-se valer aqui também. Dos estudos que escrevi sobre vários assuntos, de modo a obter uma compreensão clara e completa deles, consegui depois de algum tempo extrair apenas as conclusões mais importantes e concentrar assim a sua essência num âmbito menor. Mas finalmente a minha tendência me abandonou completamente. Eu me esmerei o mais que pude e tinha agora em mente, evidentemente, um leitor que ainda não estivesse familiarizado com o assunto.

Quanto mais eu escrevia e me entregava ao espírito de análise, mais eu voltava a uma abordagem sistemática e, assim, foi sendo acrescentado um capítulo após o outro.

No fim eu pretendia rever tudo novamente, reforçar as associações indefinidas existentes nos ensaios anteriores, talvez nos últimos reunir diversas análises e extrair uma única conclusão e, assim, produzir um todo razoável, que iria formar um pequeno volume *in octavo*. Mas, aqui também, eu queria evitar a todo custo todos os lugares comuns, tudo o que fosse óbvio, que já houvesse sido dito uma centena de vezes e em que se acreditasse de uma maneira geral. A minha ambição era escrever um livro que não fosse esquecido após dois ou três anos e que possivelmente pudesse ser consultado mais de
uma vez por aqueles que estão interessados pelo assunto.

[1] Ver o Prefácio, escrito por Marie von Clausewitz, na página 64 abaixo. Os Editores, doravante referidos como Eds.

PREFÁCIO

Por Marie von Clausewitz, para a Edição Póstuma das Obras do seu Marido, Inclusive *Da Guerra*

Os leitores hão de ficar surpresos com razão, pelo fato de uma mulher ousar escrever um prefácio para uma obra como esta. Aos meus amigos não preciso dar qualquer explicação, mas espero que um simples relato das circunstâncias que me levaram a dar este passo elimine das mentes daqueles que não me conhecem, qualquer impressão de presunção.

A obra a que estas linhas precedem ocupou quase que completamente o meu querido marido durante os últimos doze anos da sua vida. Infelizmente a sua pátria e eu o perdemos cedo demais. Completar a sua obra era o seu desejo mais ardente, mas não era sua intenção dar conhecimento dela ao mundo durante a sua vida. Quando tentava dissuadí-lo desta decisão, muitas vezes ele respondia, meio que brincando, mas talvez também com um pressentimento da sua morte prematura: "Você a publicará." Estas palavras (que em dias mais felizes muitas vezes provocaram lágrimas em mim, muito embora eu certamente não as levasse a sério) obrigam-me, na opinião dos meus amigos, a apresentar as obras póstumas do meu querido marido com umas poucas linhas. Muito embora os leitores possam ter opiniões diferentes quanto a isto, certamente não interpretarão mal a emoção que fez com que eu superasse a timidez que torna tão difícil para uma mulher aparecer diante do público leitor, mesmo da maneira mais subalterna.

Não é preciso dizer que não tenho qualquer intenção de me considerar a verdadeira editora de uma obra que está muito além do meu horizonte intelectual. Quero apenas, como uma companheira solidária, ajudar a sua entrada neste mundo. Posso pleitear este papel, uma vez que me foi concedida uma função semelhante na criação e na elaboração do trabalho. Aqueles que conheceram o nosso casamento feliz e que sabem que compartilhávamos *tudo*, não apenas a alegria e a dor, mas também todas as ocupações, todas as preocupações da vida diária, perceberão que uma empreitada desta natureza não poderia ocupar o meu querido marido sem tornar-se ao mesmo tempo inteiramente familiar para mim. Pela mesma razão, ninguém pode testemunhar tão bem quanto eu a energia e o amor que ele próprio dedicou à empreitada, as esperanças que associou a ela e a maneira e o momento da sua

criação. Desde o início da sua juventude, a sua mente generosamente dotada havia sentido a necessidade da luz e da verdade e, embora fosse amplamente letrado, suas reflexões foram direcionadas principalmente para os assuntos militares, que eram de tão grande importância para o bem estar das nações e que constituíam a sua profissão. Scharnhorst mostrou-lhe pela primeira vez o rumo certo. A sua designação para instrutor da Escola Geral de Guerra, bem como a honra simultânea de ter sido escolhido para iniciar Sua Alteza Real o Príncipe Herdeiro nos estudos da guerra, deram-lhe motivos adicionais para direcionar as suas pesquisas e os seus esforços para esses assuntos, bem como para registrar por escrito as suas descobertas. Um ensaio com o qual ele concluiu a instrução de Sua Alteza Real o Príncipe Herdeiro, em 1812, já continha as sementes dos seus trabalhos posteriores. Mas foi apenas em 1816, em Coblenz, que ele retomou o seu trabalho intelectual e começou a colher os frutos que haviam amadurecido ao longo das suas valiosas experiências vividas durante quatro importantes anos de guerra. Para começar, ele desenvolveu as suas opiniões em ensaios curtos, apenas vagamente relacionados uns com os outros. A seguinte nota sem data, que estava entre os seus papéis, parece pertencer àquela fase inicial: [Ver "Comentário do Autor", pag. 65 acima]

Em Coblenz, onde exercia diversas funções, só podia dedicar umas poucas horas, de vez em quando, aos seus estudos particulares. Foi somente em 1818, quando foi nomeado Diretor da Escola Geral de Guerra em Berlim, que ele obteve tempo suficiente para ampliar o seu trabalho e enriquecê-lo ainda mais com a interpretação histórica das guerras mais recentes. Este novo tempo disponível o reconciliou também com a função para a qual havia sido nomeado, que sob outros aspectos não poderia satisfazê-lo realmente, uma vez que de acordo com as disposições vigentes da escola, o programa didático não era atribuição do Diretor, mas era orientado por uma comissão de estudos independente. Apesar de desprovido como era de qualquer vaidade fútil, de egolatria insatisfeita e de ambição, sentia a necessidade de ser verdadeiramente útil, e de não deixar que a capacidade que Deus lhe deu fosse desperdiçada. Em sua vida profissional não ocupou uma função que pudesse satisfazer esta necessidade, e tinha poucas esperanças de que algum dia obtivesse tal função. Consequentemente, todos os seus esforços foram dirigidos para o campo da compreensão científica, e os benefícios que ele esperava que adviessem do seu trabalho tornaram-se o seu propósito na vida. Apesar disto, o fato dele estar ainda mais determinado a não ter o seu trabalho publicado até após a sua morte deve ser a maior prova de que nenhum desejo fútil de elogios e de reconhecimento, nenhum vestígio de uma motivação egolátrica, estava misturado ao seu nobre anseio de exercer uma grande e duradoura influência.

Ele continuou a trabalhar intensamente até a primavera de 1830, quando foi transferido para a artilharia. As suas energias eram agora dedicadas a um propósito diferente, e a tal ponto que pelo menos naquele momento teve que renunciar a todo trabalho literário. Arrumou os seus papéis, fechou e etiquetou cada pacote e tristemente despediu-se de uma atividade que passara a significar tanto para ele. Em agosto daquele ano foi transferido para Breslau, onde foi designado para chefiar a 2ª Inspetoria de Artilharia, mas já em dezembro foi chamado de volta a Berlim e nomeado Chefe do Estado-Maior do Marechal-de-Campo Conde Gneisenau (durante todo o seu período de comando [no Leste]). Em março de 1831 acompanhou o seu admirado Comandante-em-Chefe para Posen. Quando voltou a Breslau em novembro, tendo sofrido a perda mais dolorosa [com a morte de Gneisenau], animou-se com a esperança de reiniciar o seu trabalho e, possivelmente, concluí-la durante o inverno. Deus decidiu de outra maneira. Voltou para Breslau em 7 de novembro. No dia 16 morreu e os pacotes que a sua mão havia fechado só foram abertos após a sua morte!

Estas obras literárias póstumas estão publicadas nos volumes a seguir, exatamente como foram encontradas, sem que tivesse sido acrescentada ou suprimida uma única palavra. Apesar da sua publicação ter exigido muito trabalho, arrumando o material e realizando consultas, estou profundamente grata a diversos amigos leais pela sua ajuda nessas tarefas. Acima de todos, devo citar o Major O´Etzel, que foi suficientemente generoso para ler as provas e desenhar os mapas que irão acompanhar as seções históricas da edição. Tomo também a liberdade de mencionar o meu querido irmão, o meu apoio em momentos de aflição, que prestou tantos serviços diferentes preparando o manuscrito para publicação. Entre outras coisas, durante a cuidadosa verificação e a separação do material, ele encontrou o início da revisão que o meu querido marido mencionou como sendo um futuro projeto na *Nota de 1827*, publicada abaixo. As revisões foram inseridas naquelas partes do Livro I às quais destinavam-se (não foram além destas).

Quero agradecer a muitos outros amigos pelos seus conselhos e pela solidariedade e afeição que demonstraram a mim. Embora não possa citar todos, eles certamente não duvidarão da minha mais calorosa gratidão. Essa gratidão é ainda maior, uma vez que estou profundamente convencida de que tudo o que fizeram não foi feito só por mim, mas também pelo amigo que Deus tirou deles tão prematuramente.

Fui profundamente feliz durante vinte e um anos ao lado de *tamanho* homem. Memórias preciosas, esperanças, o rico patrimônio de solidariedade e de amizade que devo ao querido falecido, e

o sentimento sublime de que os seus raros méritos são reconhecidos de uma maneira tão generalizada e nobre, mantém esta felicidade, apesar da minha perda irreparável.

A confiança que levou um nobre príncipe e uma nobre princesa a me chamarem para o seu lado é um outro favor pelo qual agradeço a Deus.[1] Foi-me atribuída uma nova e importante tarefa, à qual me dedico alegremente. Que a minha tarefa seja abençoada e que o querido pequeno príncipe, que está presentemente confiado aos meus cuidados, possa algum dia ler este livro e inspirar-se nele para realizar feitos semelhantes aos que realizaram os seus gloriosos antepassados!

Escrito no Palácio de Mármore, em Potsdam, em 30 de Junho de 1832.

MARIE VON CLAUSEWITZ
Nascida Condessa Bruhl

Primeira Dama de Companhia
de Sua Alteza Real
Princesa Wilhelm

[1] Marie von Clausewitz foi nomeada Preceptora do Príncipe Friedrich Wilhelm, mais tarde Imperador Frederico III. Eds.

Duas Notas Escritas pelo Autor em seus Planos para Fazer a Revisão de ***Da Guerra***

NOTA DE 10 DE JULHO DE 1827

Considero os seis primeiros livros, que já foram passados a limpo, meramente como uma massa um tanto disforme que deve ser totalmente revista uma vez mais. A revisão revelará os dois tipos de guerra com mais clareza em todos os pontos. Todas as idéias tornar-se-ão portanto mais compreensíveis, sua tendência geral será mais claramente indicada e a sua aplicação será mostrada em maiores detalhes.

A guerra pode ser de dois tipos, no sentido de que o seu propósito pode ser *derrotar o inimigo* - torná-lo politicamente incapaz ou militarmente impotente, forçando-o assim a assinar qualquer tratado de paz que nos agrade, ou *meramente ocupar algumas das suas regiões fronteiriças*, de modo que possamos anexá-las ou utilizá-las como moeda de troca nas negociações de paz. As transições de um tipo para o outro voltarão evidentemente à baila na minha apresentação do assunto, mas deve ser deixado bem claro a todo momento o fato de que os propósitos dos dois tipos são bem diferentes, e que os seus pontos de incompatibilidade devem ser revelados.

Esta diferença entre os dois tipos de guerra é um fato real. Mas não menos real é a importância de um outro ponto que precisa ser deixado absolutamente claro, isto é, que *a guerra nada mais é do que a continuação da política com outros meios*. Se isto for mantido firmemente em mente o tempo todo, o estudo do assunto será muito facilitado e será mais fácil analisar o todo. Embora a principal aplicação deste ponto só seja apresentada no Livro Oito, ela deverá ser expandida no Livro Um e desempenhará o seu papel na revisão dos seis primeiros livros. Aquela revisão livrará também os seis primeiros livros de uma boa quantidade de material supérfluo, preencherá várias lacunas, grandes e pequenas, e tornará algumas generalidades mais precisas no pensamento e na forma.

O Livro Sete, "Do Ataque" (diversos capítulos dos quais já estão sob a forma de rascunho) deve ser visto como sendo o complemento do Livro Seis, "Da Defesa", e será o próximo a ser revisto de acordo com as idéias claras apresentadas acima. Daí em diante não será necessário fazer qualquer outra revisão. Ela fornecerá na realidade, portanto, um padrão para a revisão dos seis primeiros livros.

O Livro Oito, "Planos de Guerra", tratará da organização de uma guerra como um todo. Diversos capítulos já foram esboçados, mas não devem de forma alguma ser considerados com estando em sua

forma definitiva. Na realidade, não são mais do que um trabalho não elaborado, realizado no material bruto com a idéia de que o trabalho por si só iria revelar quais eram os verdadeiros problemas. Foi isto o que realmente aconteceu, e quando eu terminar o Livro Sete vou prosseguir imediatamente e trabalhar a plena carga no Livro Oito. A minha principal preocupação será aplicar os dois princípios mencionados acima, com a idéia de aprimorar e simplificar tudo. No Livro Oito espero também eliminar uma boa quantidade de dúvidas existentes nas mentes dos estrategistas e dos políticos e mostrar, de qualquer modo, o que significa tudo isto e quais os verdadeiros problemas que devem ser levados em consideração na guerra real.

Se a elaboração do Livro Oito fizer com que a minha própria mente se esclareça, e com que sejam realmente estabelecidas as principais características da guerra, será muito mais fácil para mim aplicar os mesmos critérios aos seis primeiros livros e tornar estas características evidentes ao longo deles. Somente quando eu tiver chegado a esse ponto, portanto, iniciarei a revisão dos seis primeiros livros.

Se uma morte prematura encerrar o meu trabalho, o que eu tiver escrito até aquele momento só merecerá evidentemente ser chamado de uma massa disforme de idéias. Estando sujeito a intermináveis interpretações errôneas, seria alvo de muitas críticas mal feitas, porque em questões deste tipo todos sentem-se no direito de escrever e publicar a primeira coisa que lhes vem à cabeça quando pegam numa pena, e pensam que as suas idéias são tão incontestáveis como o fato de que dois e dois são quatro. Se os críticos se dessem ao trabalho de pensar durante anos e anos sobre o assunto e testar cada conclusão comparando-a com a verdadeira história da guerra, como eu fiz, seriam sem dúvida mais cautelosos em relação ao que dizem.

Apesar disto, creio que um leitor sem preconceitos, em busca da verdade e do entendimento, reconhecerá o fato de que os seis primeiros livros, com todas as suas imperfeições quanto à forma, contém o fruto de anos de reflexão sobre a guerra e de diligentes estudos sobre ela. Ele poderá até mesmo achar que eles contém as idéias básicas que poderão provocar uma revolução na teoria da guerra.

NOTA INACABADA, SUPOSTAMENTE ESCRITA EM 1830

O manuscrito sobre a condução de operações de vulto, que será encontrado após a minha morte, poderá ser considerado, no seu estado atual, como sendo nada mais do que uma coletânea de material da qual será extraída uma teoria da guerra. Ainda não estou satisfeito com a maior parte dele, e posso

chamar o Livro Seis de apenas um esboço. Pretendo revê-lo inteiramente e tentar encontrar um solução juntamente com outras linhas de procedimento.

Apesar disto, acredito que as principais idéias que serão vistas como estando orientando este material são as corretas, vistas à luz da guerra real. São o resultado de um estudo de grande amplitude. Verifiquei-as meticulosamente, comparando-as com a vida real e mantive constantemente em mente as lições extraídas da minha experiência e do contato com soldados ilustres.

O Livro Sete, que esbocei em linhas gerais, foi destinado a tratar do "Ataque" e o Livro Oito, dos "Planos de Guerra", nos quais pretendi dedicar-me principalmente à guerra em seus aspectos políticos e humanos.

Só considero como terminado o primeiro capítulo do Livro Um. Ele pelo menos servirá ao conjunto, indicando o sentido que eu pretendia seguir em todo o livro.

A teoria das operações de vulto (estratégia, como é chamada) apresenta dificuldades extraordinárias, e é justo dizer que pouca gente tem idéias claras com relação aos detalhes - isto é, idéias que logicamente advenham de necessidades básicas. A maioria dos homens age por instinto e a quantidade de êxito que obtém depende da quantidade de talento com que nasceram.

Todos os grandes comandantes agiram por instinto, e o fato de que o seu instinto estava sempre certo é em parte a dimensão da sua grandeza e do seu gênio nato. No que se refere ao combate, sempre será assim, e nada mais é necessário. Apesar disto, quando não for uma questão de uma pessoa agir, mas de convencer a outros numa discussão, o que é necessário são idéias claras e a capacidade de mostrar a ligação de umas com as outras. Tão poucas pessoas já adquiriram a capacidade necessária para isto que a maioria das discussões consiste numa inútil troca de palavras. Ou deixam cada homem aferrado às suas próprias idéias, ou terminam com todos concordando em nome do entendimento, num compromisso de não dizer nada a favor dele.

As idéias claras sobre estas questões possuem, portanto, algum valor prático. A mente humana tem, além do mais, uma sede universal por clareza e anseia fazer parte de um esquema metódico de coisas.

Elaborar uma teoria científica para a arte da guerra é uma tarefa muito difícil, e tantas tentativas fracassaram que a maioria das pessoas diz que é impossível, uma vez que lida com questões que nenhuma lei permanente pode estabelecer. Alguém poderia concordar e abandonar a tentativa, não fosse pelo fato óbvio de que toda a gama de proposições pode ser demonstrada sem dificuldade: que a defesa é a forma mais vigorosa de combater com um propósito negativo, que o ataque é a mais fraca

com um propósito positivo; que os grande êxitos ajudam a provocar outros menores, de modo que os resultados estratégicos podem ser pesquisados até determinados momentos decisivos; que uma demonstração é um emprego de força mais brando do que um ataque real e que precisa ser, portanto, claramente justificada; que a vitória não consiste apenas na ocupação do campo de batalha, mas na destruição das forças físicas e psíquicas do inimigo, o que normalmente não é obtido até que o inimigo seja perseguido após uma batalha vitoriosa; que o êxito é sempre maior no momento em que é obtida a vitória e que, consequentemente, mudar de uma linha de operações, de uma direção para outra, pode ser considerado, na melhor das hipóteses, como um mal necessário; que um movimento de envolvimento só pode ser justificado por uma superioridade geral ou por possuir melhores linhas de comunicação ou de retirada do que o inimigo; que as posições nos flancos obedecem à mesma ponderação; que todo ataque perde o seu ímpeto à medida em que avança.

LIVRO UM

Da Natureza da Guerra

CAPÍTULO UM

O Que é a Guerra?

1. INTRODUÇÃO

Proponho examinar primeiro os diversos *elementos* da questão, em seguida as suas *diversas partes ou seções* e, finalmente, *o conjunto* em sua estrutura interna. Em outras palavras, irei do simples para o complexo. Mas na guerra, mais do que em qualquer outra questão, devemos começar olhando para a natureza do conjunto, porque ali, mais do que em qualquer outro lugar, devemos pensar sempre na parte juntamente com o conjunto.

2. DEFINIÇÃO

Não devo começar apresentando uma definição pedante e literária de guerra, mas sim ir direto ao cerne da questão, ao duelo. A guerra nada mais é do que um duelo em grande escala. Inúmeros duelos fazem uma guerra, mas pode ser formada uma imagem dela como um todo, imaginando-se um par de lutadores. Cada um deles tenta, através da força física, obrigar o outro a fazer a sua vontade. O seu propósito imediato é *derrubar* o seu oponente de modo a torná-lo incapaz de oferecer qualquer outra resistência.

A guerra é, portanto, um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade.

A força, para opor-se à força oponente, mune-se de invenções da arte e da ciência. Existem certas limitações auto-impostas e imperceptíveis, vinculadas à força, que mal merecem ser mencionadas, conhecidas como legislação e costumes internacionais, mas elas pouco a enfraquecem. A força - isto é, a força física, porque a força moral não possui existência a não ser como expresso no Estado e na legislação - constitui assim o *meio* de que dispõe a guerra. Impor a nossa vontade ao inimigo constitui o seu *propósito*. Para atingir aquele propósito devemos fazer com que o inimigo fique impotente e este é, em tese, o verdadeiro intuito da guerra. Este intuito toma o lugar do propósito, descartando-o como algo que na realidade não é parte da guerra propriamente dita.

3. O USO MÁXIMO DA FORÇA

As pessoas de bom coração podem pensar, evidentemente, que existe alguma maneira criativa para desarmar ou derrotar o inimigo sem que haja muito derramamento de sangue, e podem imaginar que este é o verdadeiro propósito da arte da guerra. Agradável como possa soar, este é um sofisma que precisa ser desmascarado. A guerra é uma atividade tão perigosa que os erros advindos da bondade são os piores. O uso máximo da força não é de maneira alguma compatível com o emprego simultâneo da inteligência. Se um dos lados utiliza a força sem remorso, sem deter-se devido ao derramamento de sangue que ela acarreta, enquanto que o outro abstém-se de utilizá-la, o primeiro estará em vantagem. Aquele lado forçará o outro a fazer o mesmo que ele. Cada um deles levará o seu oponente ao extremo e os únicos fatores limitadores serão os contrapesos inerentes à guerra.

É assim que deve ser vista a questão. Seria inútil - e até mesmo errado - alguém tentar e fechar os olhos ao que a guerra realmente é, por pura angústia ante à sua brutalidade.

Se as guerras entre nações civilizadas são bem menos cruéis e destruidoras do que as guerras entre selvagens, a razão está nas condições sociais dos próprios Estados e nas relações entre eles. Estas são as forças que dão srcem à guerra. As mesmas forças a restringem e a atenuam. Elas não fazem parte, entretanto, da guerra. Sempre existiram antes do início da luta. Inserir o princípio da atenuação na própria teoria da guerra levaria sempre a um absurdo lógico.

Dois motivos diferentes fazem os homens lutarem uns contra os outros: *sentimentos* e *intenções hostis*. A nossa definição baseia-se nestes últimos, uma vez que são o elemento universal. Não se pode conceber que exista nem mesmo o sentimento de ódio mais selvagem, quase instintivo, sem que haja uma intenção hostil, mas as intenções hostis muitas vezes não estão acompanhadas de qualquer tipo de sentimentos hostis - pelo menos por nenhum que predomine. Os povos selvagens são levados pela paixão, os povos civilizados pela mente. A diferença não está, entretanto, na respectiva natureza da selvageria e da civilização, mas sim nas circunstâncias, nas instituições e assim por diante, que as acompanham. A diferença não surte efeito, portanto, em todos os casos, mas sim na maioria deles. Até mesmo os povos mais civilizados, em suma, podem ser inflamados por um violento ódio uns pelos outros.

Consequentemente, seria uma idéia obviamente errônea imaginar que a guerra entre povos civilizados resultasse meramente de um ato racional por parte dos seus governos e conceber que ela se livrasse gradualmente da paixão, de modo que no fim nunca fosse preciso utilizar realmente o choque

físico das forças combatentes - seria suficiente uma comparação entre os números relativos da sua força. Esta seria uma espécie de guerra através da álgebra.

Os teóricos já estavam começando a pensar ao longo destas linhas quando as guerras recentes ensinaram-lhes uma lição. Se a guerra é um ato de força, as emoções não podem deixar de estar envolvidas. A guerra pode não advir delas, mas mesmo assim elas a afetarão até certo ponto, e o quanto elas farão isto não dependerá do nível de civilização, mas de quanto sejam importantes os interesses conflitantes, ou de quanto tempo durarem os seus conflitos.

Se, portanto, as nações civilizadas não executam os seus prisioneiros nem devastam cidades e países, é porque a inteligência desempenha um papel maior em seus métodos de guerra e ensinou-lhes maneiras mais eficazes de empregar a força do que a crua expressão do instinto.

A invenção da pólvora e o constante aperfeiçoamento das armas de fogo são por si sós suficientes para mostrar que o progresso da civilização nada fez de prático para alterar ou para desviar o impulso de destruir o inimigo, que é essencial à própria idéia de guerra.

A tese deve ser repetida, portanto: a guerra é um ato de força e não existe qualquer limite lógico para o emprego desta força. Cada lado obriga, portanto, o seu oponente a fazer o mesmo que ele. Tem início uma ação recíproca que deverá, em tese, levar a extremos. Este é o *primeiro caso de interação e o primeiro "extremo"* com que nos deparamos.

4. O PROPÓSITO É DESARMAR O INIMIGO

Eu já afirmei que o propósito da guerra é desarmar o inimigo e este é o momento de mostrar que, pelo menos em tese, isto fatalmente ocorrerá. Para que você coaja o inimigo, deve deixá-lo numa situação que seja ainda mais desagradável do que o sacrifício que você possa exigir que ele faça. As adversidades desta situação não devem ser, evidentemente, simplesmente temporárias - pelo menos não em sua aparência. De outro modo o inimigo não se daria por vencido e esperaria até que as coisas melhorassem. Qualquer alteração que possa ser realizada através do prosseguimento das hostilidades deve ser então, pelo menos em tese, de um tipo que traga ao inimigo desvantagens ainda maiores. A pior de todas as situações em que um beligerante pode se encontrar é ficar totalmente indefeso. Consequentemente, se você pretende forçar o inimigo travando uma guerra com ele, deve torná-lo literalmente indefeso, ou pelo menos colocá-lo numa situação que faça com que este perigo seja

provável. Ocorre, portanto, que sobrepujar o inimigo, ou desarmá-lo - dê a isto o nome que você quiser dar - deve ser sempre o propósito da guerra.

A guerra não é, entretanto, a ação de uma força viva contra uma massa inerte (a ausência total de resistência não seria de modo algum uma guerra), mas sempre o choque de duas forças vivas. O propósito final de travar uma guerra, como formulado aqui, deve ser visto como sendo válido para os dois lados. Existe uma vez mais uma interação. Enquanto eu não tiver derrotado o meu oponente, estarei fadado a temer que ele possa me derrotar. Assim, não estou no controle da situação. Ele se impõe a mim do mesmo modo que eu me imponho a ele. Este é o *segundo caso de interação e leva ao segundo "extremo"*.

5. O EMPREGO MÁXIMO DA FORÇA

Se você deseja sobrepujar o seu inimigo, deve combinar os seus esforços contra o seu poder de resistência, que pode ser expresso como o produto de dois fatores inseparáveis, isto é, *a totalidade de meios à sua disposição e a força da sua determinação*. A quantidade de meios à sua disposição é uma questão - embora não exclusivamente - de números e deve ser mensurável. Mas a força da sua determinação é muito mais difícil de ser determinada e só pode ser medida aproximadamente através da força do estímulo que a move. Supondo que você chegue desta maneira a uma estimativa razoavelmente precisa do poder de resistência do inimigo, você pode ajustar os seus próprios esforços de acordo com ele, isto é, você pode intensificá-los até superar os do inimigo ou, se isto estiver além dos seus meios, tornar os seus esforços tão intensos quanto possível. Mas o inimigo fará o mesmo. Novamente isto resultará numa competição e, puramente em tese, ela deverá obrigar vocês dois a chegarem a extremos. Este é o *terceiro caso de interação e o terceiro "extremo"*.

6. AS MODIFICAÇÕES NA PRÁTICA

Assim, no campo do pensamento teórico a mente indagadora nunca pode descansar até chegar ao extremo, pois ali ela estará lidando com um extremo: um choque de forças agindo livremente, sem obedecer a qualquer lei a não ser às suas próprias. Você poderia tentar deduzir, a partir de um conceito puro de guerra, os termos absolutos para o propósito que você deve tentar atingir e para os meios de atingí-lo, mas se você fizer isto, a contínua interação o levará a extremos que nada representam, a não ser um jogo da imaginação, resultante de uma seqüência quase invisível de sutilezas lógicas. Se formos

pensar puramente em termos absolutos, poderemos evitar todas as dificuldades com um golpe de caneta e proclamar com uma lógica inflexível que, uma vez que a meta deve ser sempre o extremo, sempre deverá ser exercido o maior esforço. Qualquer declaração destas seria uma abstração e em nada afetaria o mundo real.

Mesmo admitindo que este esforço extremo seja uma quantidade absoluta que possa ser facilmente calculada, devemos admitir que provavelmente a mente humana não consentiria em ser regida por tal fantasia lógica. Isto resultaria muitas vezes num desperdício de força, o que é contra outros princípios da arte de governar. Seria necessário realizar um esforço de determinação totalmente desproporcional ao propósito em vista, mas este esforço não seria de fato realizado, uma vez que sutilezas lógicas não motivam a mente humana.

Mas se passarmos do mundo abstrato para o real, tudo parecerá bem diferente. No mundo abstrato o otimismo era todo poderoso e nos obrigava a supor que os dois lados envolvidos no conflito não só buscariam a perfeição, como também a obteriam. Seria invariavelmente este o caso na prática? Sim, seria se: (a) a guerra fosse um ato totalmente isolado, ocorrendo subitamente, e não sendo produzido por fatos anteriores ocorridos no mundo político; (b) se ela consistisse num único ato decisivo, ou num conjunto de atos simultâneos; (c) se a decisão obtida fosse completa e perfeita por si mesma, não sendo influenciada por qualquer avaliação prévia da situação política que acarretaria.

7. A GUERRA NUNCA É UM ATO ISOLADO

Quanto à primeira destas condições, deve ser lembrado que nenhum dos oponentes é uma pessoa abstrata para o outro, nem mesmo no âmbito daquele fator existente no poder de resistência, isto é, na determinação, que depende de fatores externos. A determinação não é um fator totalmente desconhecido. Podemos prever a sua situação amanhã, com base no que ela é hoje. A guerra nunca irrompe de uma maneira totalmente inesperada, nem pode alastrar-se instantaneamente. Cada lado pode, portanto, avaliar bem o outro através do que ele é e do que ele faz, em vez de julgá-lo pelo que ele, rigorosamente falando, deveria ser ou fazer. O homem e as suas atividades, entretanto, estão sempre um pouco aquém da perfeição e nunca atingirão inteiramente o melhor absoluto. Estas imperfeições afetam da mesma maneira a ambos os lados e constituem, portanto, uma força moderadora.

8. A GUERRA NÃO CONSISTE NUM ÚNICO GOLPE BRUSCO

A segunda condição exige que sejam feitas as seguintes observações:

Se a guerra consistisse num único ato decisivo, ou num conjunto de decisões simultâneas, os preparativos para ela tenderiam no sentido da totalidade, porque nenhuma omissão poderia jamais ser corrigida. O único critério para estes preparativos que o mundo da realidade poderia fornecer seriam as medidas tomadas pelo adversário - até onde elas fossem conhecidas - o resto seria reduzido uma vez mais a cálculos abstratos. Mas se a decisão na guerra consiste em diversos atos sucessivos, então cada um deles, vistos dentro do contexto, proporcionará uma maneira de avaliar os que virão depois. Aqui o mundo abstrato é uma vez mais expulso pelo real e, assim, a tendência para o extremo é atenuada.

Mas, evidentemente, se todos os meios fossem, ou pudessem ser, simultaneamente empregados, todas as guerras ficariam automaticamente restritas a um único ato decisivo, ou a um conjunto de atos decisivos simultâneos - a razão disto é que qualquer decisão *desfavorável* deve reduzir o total dos meios disponíveis e, se *todos eles* tivessem sido empenhados no primeiro ato, não poderia haver realmente um segundo. Qualquer operação militar subsequente praticamente faria parte da primeira - em outras palavras, seria meramente um prolongamento dela.

Ainda assim, como mostrei acima, logo que têm início os preparativos para uma guerra, o mundo da realidade assume o controle do mundo do pensamento abstrato. Os cálculos materiais tomam o lugar dos extremos hipotéticos e, se não por qualquer outra razão, a interação entre os dois lados tende a ficar aquém do esforço máximo. A totalidade dos seus recursos não seria, portanto, mobilizada imediatamente.

Além disto, a própria natureza destes recursos e a do seu emprego significa que eles não podem ser todos postos em ação ao mesmo tempo. Os recursos em questão são *as forças combatentes propriamente ditas, o país*, com suas características físicas e a sua população, e os seus *aliados*.

O país - suas características físicas e a sua população - é mais do que simplesmente a fonte de recursos de todas as forças armadas propriamente ditas. Ele é por si só um elemento essencial entre os fatores em ação na guerra - embora apenas uma parte dele constitua o verdadeiro teatro de operações, ou exerça uma influência marcante sobre ele.

É possível, sem dúvida, empregar simultaneamente todas as forças combatentes móveis, mas com relação às fortificações, aos rios, às montanhas, aos habitantes e assim por diante, isto não pode ser feito. Não pode ser feito, em suma, com o país como um todo, a menos que ele seja tão pequeno que o combate inicial da guerra o engolfe completamente. Além do mais, os aliados não cooperam de acordo

com o simples desejo daqueles que estão ativamente engajados no combate. Sendo as relações internacionais como são, muitas vezes essa cooperação só é prestada em alguma etapa posterior, ou só é ampliada quando o equilíbrio tiver sido rompido e precisar ser corrigido.

Em muitos casos, a proporção dos meios de resistência que não podem ser postos em ação imediatamente é muito maior do que se poderia imaginar inicialmente. Mesmo quando uma grande quantidade de força já tiver sido despendida na primeira decisão e o equilíbrio tiver se alterado negativamente, ele pode ser restabelecido. Esta questão será abordada mais amplamente no momento devido. Por enquanto é suficiente mostrar que a própria natureza da guerra impede a *concentração simultânea de todas as forças*. Na realidade, este fato por si só não pode servir de base para realizarmos nada menos do que um esforço máximo no sentido de obter a primeira decisão, porque uma derrota é sempre uma desvantagem que ninguém pode arriscar-se deliberadamente a sofrer. E mesmo se o primeiro choque não for o único, a influência que ele exercerá sobre as ações subsequentes será proporcional à sua importância. Mas fazer um esforço extremo é contrário à natureza humana e a tendência é, portanto, alegar sempre que pode ser possível obter uma decisão mais tarde. Em conseqüência, o esforço e a concentração de forças para a primeira decisão nunca serão tudo o que deveriam ser. Qualquer omissão de um dos lados, que resulte num enfraquecimento seu, torna-se um motivo real, *objetivo*, para que o outro reduza os seus esforços, e a tendência no sentido dos extremos é uma vez mais reduzida por esta interação.

9. NA GUERRA, O RESULTADO NUNCA É DEFINITIVO

Finalmente, nem mesmo o resultado final de uma guerra deve ser sempre considerado como sendo definitivo. Muitas vezes o Estado derrotado considera o resultado meramente como um mal temporário, para o qual a solução ainda pode ser encontrada nas circunstâncias políticas, em alguma data posterior. É evidente como isto pode aliviar também as tensões e reduzir o vigor do esforço.

10. AS PROBABILIDADES DA VIDA REAL SUBSTITUEM O EXTREMO E O ABSOLUTO EXIGIDOS PELA TEORIA

Assim, a guerra furta-se à rigorosa exigência teórica de que devam ser empregados extremos de força. Uma vez que o extremo não é mais temido, nem se busca mais alcançá-lo, torna-se uma questão de critério estabelecer o grau de esforço que deve ser despendido, e isto só pode ser feito com base nos fenômenos do mundo real e nas *leis da probabilidade*. Tendo os antagonistas deixado de ser meros produtos da imaginação de uma teoria e tornado-se Estados e governos reais, quando a guerra não é mais uma questão teórica mas uma série de ações que obedecem às suas leis peculiares, a realidade fornecerá os dados a partir dos quais poderemos deduzir o desconhecido que está adiante.

A partir do caráter do inimigo, das suas instituições, da situação dos seus interesses e da sua situação geral, cada lado, utilizando as *leis da probabilidade*, faz uma avaliação de qual será o provável rumo do seu oponente e age de acordo com ele.

11. O PROPÓSITO POLÍTICO ASSUME NOVAMENTE O PRIMEIRO PLANO

Uma questão que examinamos na Seção 2 impõe-se novamente a nós, qual seja, o *propósito político da guerra*. Até aqui ele tem sido um tanto ofuscado pela lei dos extremos, pela determinação de derrotar o inimigo e de torná-lo impotente. Mas à medida em que aquela lei começa a perder a sua força e em que aquela determinação diminui, o propósito político reafirmar-se-á. Se tudo é uma questão de cálculo de probabilidades com base em determinados indivíduos e em determinadas condições, o *propósito político*, que foi a *razão inicial*, deve tornar-se um fator essencial da equação. Quanto menor for a punição que você desejar impor ao seu oponente, menos ele tentará e conseguirá impedir que você tenha êxito. Quanto menor for o esforço que ele fizer, menor será o que você precisará fazer. Além do mais, quanto mais modesto for o seu propósito político, menor será a importância que você atribuirá a ele e menos relutantemente o abandonará, se for preciso. *Esta é uma outra razão pela qual o seu esforço será modificado.*

O propósito político - a razão inicial para a guerra - determinará assim, tanto o propósito militar a ser atingido como a intensidade do esforço que ele exige. O propósito político não pode, entretanto, proporcionar *por si só* o padrão de medida. Como estamos lidando com realidades e não com abstrações, ele só poderá fazer isto no contexto dos dois Estados em guerra. O mesmo propósito político pode provocar reações *diversas* em pessoas diferentes, e até mesmo nas mesmas pessoas em momentos diferentes. Só podemos, portanto, tomar o propósito político como um padrão se pensarmos na *influência que ele poderá exercer sobre as forças que pretende pôr em movimento.* A natureza

dessas forças exige portanto um estudo. Dependendo se as suas características aumentam ou diminuem o ímpeto em direção a uma determinada ação, o resultado será diferente. Entre duas pessoas e entre dois Estados poderá haver uma tensão tal, uma tamanha quantidade de material inflamável que a menor altercação poderá produzir um efeito totalmente desproporcional - uma verdadeira explosão.

Isto é igualmente verdadeiro com relação aos esforços que espera-se que um propósito político provoque em qualquer dos Estados e aos propósitos políticos que as suas políticas exijam. Algumas vezes o *propósito político é o mesmo que o militar* - por exemplo, a conquista de uma província. Em outros casos o propósito político não proporcionará um propósito militar adequado. Neste caso, deverá ser adotado um outro propósito militar que atenda ao propósito político e que o simbolize nas negociações de paz. Mas aqui, também, deve ser dada atenção às características de cada Estado envolvido. Existem momentos em que, para que atinjamos o propósito político, a alternativa deve ser muito mais importante. Quanto menos envolvida estiver a população e quanto menos grave forem as tensões nos Estados e entre eles, mais as exigências políticas por si sós prevalecerão e tenderão a ser decisivas. Assim, poderá existir situações em que o propósito político seja quase que o único fator determinante.

Falando de uma maneira geral, um propósito militar que tenha a mesma dimensão que o propósito político será reduzido proporcionalmente se este último for reduzido. Isto será ainda mais verdadeiro porque o propósito político terá a sua predominância aumentada. Assim, ocorre que, sem que haja qualquer incoerência, as guerras podem ter todos os graus de importância e de intensidade, indo de uma guerra de extermínio até uma simples observação armada. Isto nos leva a uma questão diferente, que precisa ser analisada e respondida agora.

12. UMA INTERRUPÇÃO DA ATIVIDADE MILITAR NÃO É EXPLICADA POR QUALQUER COISA QUE JÁ TENHA SIDO DITA

Por mais modestas que possam ser as exigências políticas, por mais reduzidos que sejam os meios empregados, por mais limitado que seja o propósito militar, poderá o processo da guerra ser alguma vez interrompido, mesmo que seja por um só momento? Esta pergunta vai bem fundo ao cerne da questão.

Toda ação precisa de um determinado tempo para ser concluída. Esse período é chamado de sua duração, e a sua extensão dependerá da velocidade com que age a pessoa que a está realizando. Não precisamos nos preocupar aqui com a diferença. Cada um realiza uma tarefa à sua própria maneira. Um

homem lento, entretanto, não a realiza mais lentamente porque deseja gastar mais tempo realizando-a, mas porque a sua natureza faz com que ele precise de mais tempo. Se ele fizesse mais apressadamente, não faria o trabalho tão bem. A sua velocidade é determinada, portanto, por causas subjetivas, e é um fator a ser considerado na duração real da tarefa.

Agora, se para cada ação realizada na guerra é planejada uma duração adequada, concordaríamos que, pelo menos à primeira vista, qualquer dispêndio adicional de tempo - qualquer interrupção da ação militar - parece absurda. Com relação a isto, deve ser lembrado que não estamos falando de um progresso realizado por um lado ou pelo outro, mas do progresso da interação militar como um todo.

13 . SOMENTE UM MOTIVO PODE SUSPENDER A AÇÃO MILITAR, E PARECE QUE ELE NUNCA PODERÁ ESTAR PRESENTE EM MAIS DE UM LADO

Se os dois lados tiverem se preparado para a guerra, algum motivo de hostilidade deverá tê-los feito chegar a esse ponto. Além do mais, enquanto eles permanecerem em armas (não negociarem um acordo) o motivo daquela hostilidade ainda estará atuando. Somente um motivo poderá refreá-la: *um desejo de esperar por um momento melhor antes de agir*. À primeira vista alguém poderia pensar que este desejo nunca existe em mais de um lado, uma vez que o seu oposto deverá estar existindo automaticamente do outro. Se o combate puder trazer uma vantagem para um dos lados, o interesse do outro deverá ser esperar.

Mas um equilíbrio total de forças não pode provocar uma imobilização, porque se este equilíbrio existisse a iniciativa pertenceria necessariamente ao lado que possuísse um propósito ofensivo - ao atacante.

Alguém poderia imaginar, entretanto, um estado de equilíbrio em que o lado que possui o propósito ofensivo (o lado que tem mais motivos para travar um combate) seria o que tem as forças menos poderosas. O equilíbrio seria então decorrente dos efeitos conjuntos do propósito e da força. Quando for este o caso, teríamos que dizer que, a menos que haja a previsão de alguma alteração no equilíbrio, os dois lados deveriam fazer a paz. Se, entretanto, puder ser prevista alguma alteração, somente um dos lados poderá esperar obter vantagem com ela - um fato que deve estimular o outro a agir. A falta de ação não pode ser claramente explicada através do conceito de equilíbrio. A única explicação é que os dois estão esperando por um momento melhor para agir. Suponhamos, portanto, que um dos dois Estados possua um propósito ofensivo - digamos, a conquista de uma parte do

território do outro, para utilizá-la como moeda de troca numa mesa de negociações de paz. No momento em que a presa estiver em suas mãos, o propósito político terá sido atingido. Não haverá necessidade de fazer mais nada, e ele poderá dar o assunto por encerrado. Se o outro Estado estiver disposto a aceitar a situação, deverá solicitar a paz. Se não, deverá fazer alguma coisa, e se achar que em quatro semanas estará melhor organizado para o combate, evidentemente terá uma razão adequada para não agir imediatamente.

Mas a partir daquele momento, o lógico pareceria ser o outro lado forçá-lo ao combate - com o propósito de negar ao inimigo o tempo de que ele necessita para ficar pronto. Durante toda esta argumentação considerei, evidentemente, que os dois lados percebiam perfeitamente a situação.

14. SERIA OBTIDA ASSIM A CONTINUIDADE DAS AÇÕES MILITARES E ELA INTENSIFICARIA TUDO NOVAMENTE

Se esta continuidade realmente existisse na campanha, o seu efeito levaria uma vez mais tudo aos extremos. Esta atividade incessante não só despertaria os sentimentos dos homens e injetaria neles mais paixão e uma força poderosa, como os acontecimentos ocorreriam mais próximos uns dos outros e seriam regidos por uma sucessão de causas ainda mais rigorosa. Cada ação individual seria mais importante e, consequentemente, mais perigosa.

Mas a guerra, evidentemente, raramente apresenta esta continuidade, se é que alguma vez apresenta. Em diversos conflitos, apenas uma pequena parte do tempo é ocupada pelo combate, enquanto que o resto é gasto em inatividade. Isto não pode ser sempre uma anomalia. Deve ser possível haver a suspensão da ação na guerra. Em outras palavras, ela não pode ser considerada uma contradição. Deixem-me demonstrar este ponto e explicar as razões para que ele ocorra.

15. É APRESENTADO AQUI UM PRINCÍPIO DE POLARIDADE

Ao pensar que os interesses dos dois comandantes são igualmente opostos um ao outro, estamos admitindo a existência de uma verdadeira *polaridade*. Mais adiante será dedicado um capítulo inteiro a esta questão, mas no momento precisa ser dito o seguinte.

O princípio da polaridade só é válido em relação a um e ao mesmo propósito, no qual os interesses ofensivos e defensivos anulem-se totalmente. Numa batalha, cada lado visa a vitória. Este é um exemplo de uma verdadeira polaridade, uma vez que a vitória de um lado exclui a vitória do outro.

Quando, entretanto, estivermos lidando com duas coisas diferentes, que tenham uma relação comum externa a elas, a polaridade não estará nas *coisas*, mas sim na relação existente entre elas.

16. SENDO A DEFESA E O ATAQUE DUAS COISAS DISTINTAS QUANTO À SUA NATUREZA E DESIGUAIS QUANTO À SUA FORÇA, A POLARIDADE NÃO PODE SER APLICADA A ELES

Se a guerra assumisse apenas uma única forma, isto é, o ataque ao inimigo, e não existisse a defesa, ou para expressar de uma outra maneira, se as únicas diferenças entre o ataque e a defesa residissem no fato de que o ataque possui um propósito ofensivo, enquanto que a defesa não, e que as formas de combater fossem idênticas, então toda vantagem obtida por um dos lados constituiria precisamente uma desvantagem igual para o outro - existiria a verdadeira polaridade.

Mas na guerra existem duas formas distintas de ação: o ataque e a defesa. Como será mostrado mais tarde em detalhes, as duas são muito diferentes e desiguais quanto à força. A polaridade não está portanto no ataque ou na defesa, mas no propósito que os dois pretendem atingir: a decisão. Se um comandante desejar adiar a decisão, o outro deve querer apressá-la, considerando sempre que os dois estejam empenhados no mesmo tipo de combate. Se for do interesse de A não atacar B agora, mas quatro semanas depois, então é do interesse de B não ser atacado quatro semanas depois, mas agora. Este é um conflito de interesses direto e imediato, mas não podemos deduzir daí que seria também vantajoso para B realizar um ataque imediato contra A. Esta seria evidentemente uma outra questão bem diferente.

17. A SUPERIORIDADE DA DEFESA SOBRE O ATAQUE MUITAS VEZES DESTRÓI O EFEITO DA POLARIDADE E ISTO EXPLICA A SUSPENÇÃO DAS AÇÕES MILITARES

Como iremos demonstrar, a defesa é uma forma de combate mais vigorosa do que o ataque. Consequentemente, devemos perguntar se a vantagem de *adiar uma decisão* é tão grande para um lado quanto a vantagem da *defesa* é para o outro. Sempre que não for, ela não poderá contrabalançar a vantagem da defesa e desta maneira influir no curso da guerra. É evidente, portanto, que o ímpeto gerado pela polaridade de interesses pode dissipar-se na diferença existente entre a força do ataque e a da defesa e, assim, tornar-se ineficaz.

Consequentemente, se o lado favorecido pelas condições atuais não for suficientemente forte para arranjar-se sem as vantagens adicionais da defesa, terá que aceitar a probabilidade de agir no futuro sob condições desfavoráveis. Travar uma batalha defensiva nestas condições menos favoráveis pode ser ainda melhor do que atacar imediatamente ou que fazer a paz. Estou convencido de que a superioridade da defesa (se corretamente compreendida) é muito grande, muito maior do que parece ser à primeira vista. É isto que explica sem qualquer incoerência a maioria dos períodos de inação que ocorrem na guerra. Quanto mais frágeis forem as razões para a ação, mais serão elas encobertas e neutralizadas por esta disparidade existente entre o ataque e a defesa, e mais frequentemente a ação será suspensa - como mostra de fato a experiência.

18. UM OUTRO MOTIVO É NÃO CONHECER PERFEITAMENTE A SITUAÇÃO

Existe ainda um outro fator que pode levar uma ação militar a uma paralisação: não conhecer perfeitamente a situação. A única situação que um comandante pode conhecer perfeitamente é a sua própria. A do seu oponente ele só pode conhecer através de uma inteligência não confiável. A sua avaliação, portanto, pode ser equivocada e pode levá-lo a supor que a iniciativa está com o inimigo, quando na realidade permanece com ele. É evidente que esta avaliação equivocada provavelmente o levará a realizar uma ação no momento inoportuno e terá maior influência em reduzir o ritmo das operações do que em acelerá-las. Apesar disto, ela deve ser incluída entre as causas naturais que, *sem acarretar necessariamente uma contradição, podem levar a atividade militar a uma paralisação.* Os homens estão sempre mais propensos a colocar a sua avaliação do poderio inimigo num nível muito elevado do que num nível muito baixo, pois esta é a natureza humana. Tendo isto em mente, podemos admitir que uma ignorância parcial da situação é, falando de uma maneira geral, um fator importante para retardar o avanço da ação militar e para atenuar o princípio que a fundamenta.

A possibilidade de inação tem um outro fator atenuador na evolução da guerra ao diluí-la, por assim dizer, ao longo do tempo, retardando o perigo e aumentando os meios para restabelecer um equilíbrio entre os dois lados. Quanto maiores forem as tensões que levaram à guerra, e quanto maior for o esforço de guerra decorrente delas, mais curtos serão estes períodos de inação. Inversamente, quanto mais frágeis forem as causas do conflito, maiores serão os intervalos entre os combates. Isto

porque o motivo mais vigoroso aumenta a força de vontade e esta, como sabemos, é sempre tanto um elemento de força como um produto seu.

19. OS FREQUENTES PERÍODOS DE INATIVIDADE LEVAM A GUERRA PARA MAIS LONGE AINDA DO DOMÍNIO DO ABSOLUTO E A TORNAM AINDA MAIS UMA QUESTÃO DE AVALIAR AS PROBABILIDADES

Quanto mais lenta for a progressão da guerra e quanto mais freqüentes forem as interrupções das ações militares, mais fácil será corrigir um erro. Quanto mais ousadas forem as avaliações do General, mais provavelmente ele evitará os extremos teóricos e baseará os seus planos nas probabilidades e nas suas deduções. Qualquer situação determinada exige que sejam calculadas as probabilidades à luz das circunstâncias, e o tempo disponível para estes cálculos dependerá do ritmo em que estão se realizando as operações.

20. SÓ É PRECISO, PORTANTO, QUE O ELEMENTO ACASO ENTRE EM AÇÃO, PARA FAZER DA GUERRA UM JOGO DE AZAR E ESTE ELEMENTO NUNCA ESTÁ AUSENTE

Fica agora perfeitamente claro quão intensamente a natureza objetiva da guerra a torna uma questão de avaliar probabilidades. Só é preciso que haja mais um elemento para tornar a guerra um jogo de azar - o acaso: exatamente a última coisa que falta na guerra. Nenhuma outra atividade humana está tão contínua ou universalmente vinculada ao acaso. E através do elemento acaso, a adivinhação e a sorte vêm a desempenhar um importante papel na guerra.

21. NÃO SÓ A SUA NATUREZA OBJETIVA, MAS TAMBÉM A SUA NATUREZA SUBJETIVA, FAZEM DA GUERRA UM JOGO DE AZAR

Se examinarmos agora brevemente a *natureza subjetiva* da guerra - os meios através dos quais ela terá que ser travada - ela parecerá ainda mais com um jogo de azar. O elemento no qual a guerra existe é o perigo. A maior de todas as qualidades morais em momentos de perigo é certamente a *coragem*. Ora, a coragem é perfeitamente compatível com um cálculo prudente, mas apesar disto os dois diferem e pertencem a forças psicológicas diferentes. O arrojo, por outro lado, a ousadia, o arrebatamento, a confiança na sorte, são apenas variações da coragem e todos estes traços do caráter buscam o seu elemento adequado - o acaso.

Em resumo, os fatores absolutos, chamados de matemáticos, nunca encontram uma base firme nos cálculos militares. Existe desde o início uma interação de possibilidades, probabilidades, sorte e azar, que avançam através do comprimento e da largura da tapeçaria. Em toda a gama de atividades humanas, a guerra é a que mais se parece com um jogo de cartas.

22. COMO, DE UMA MANEIRA GERAL, ISTO ADEQUA-SE MELHOR À NATUREZA HUMANA

Embora a nossa inteligência anseie sempre por clareza e por certeza, muitas vezes a nossa natureza acha a incerteza fascinante. Ela prefere fantasiar nos reinos do acaso e da sorte, em vez de acompanhar a inteligência em sua estreita e tortuosa trajetória de investigação filosófica e de dedução lógica, somente para chegar - mal sabendo como - a arredores não familiares, onde todos os pontos de referência parecem ter desaparecido. Sem estar confinada por necessidades tacanhas, ela pode deleitar-se com uma fartura de possibilidades que incentivam a coragem a voar e a mergulhar no elemento da ousadia e do medo, como um nadador destemido na correnteza.

Deveria a teoria deixar-nos aqui e continuar alegremente elaborando conclusões e ditames absolutos? Isto não teria então qualquer utilidade na vida real. Não, ela deve levar em conta também o fator humano e achar espaço para a coragem, para a ousadia e até mesmo para a temeridade. A arte da guerra trata de forças vivas e morais. Consequentemente, não pode chegar ao absoluto, nem à certeza. Deve deixar sempre uma margem para a incerteza, nas maiores e nas menores coisas. Com a incerteza num dos pratos da balança, a coragem e a autoconfiança devem ser jogados no outro para corrigir o equilíbrio. Quanto maiores forem elas, maior será a margem que poderá ser deixada para o acaso. Assim, a coragem e a autoconfiança são essenciais na guerra, e a teoria só deveria propor regras que dessem uma ampla liberdade de ação a estas, que são as melhores e menos dispensáveis das virtudes militares em todos os seus graus e variedades. Pode haver método e cautela até mesmo na ousadia, mas aqui eles são medidos por um padrão diferente.

23. MAS, APESAR DISTO, A GUERRA É UM MEIO SÉRIO PARA ATINGIR UM FIM SÉRIO: UMA DEFINIÇÃO MAIS PRECISA DE GUERRA

Assim é a guerra, assim é o comandante que a dirige e assim é a teoria que a rege. A guerra não é um passatempo. Não é uma mera alegria de ousar e vencer, não há lugar para entusiastas irresponsáveis. É um meio sério para atingir um fim sério e toda a sua semelhança pitoresca com um jogo de azar, todas as vicissitudes da paixão, da coragem, da imaginação e do entusiasmo que ela contém, são simplesmente as suas características especiais.

Quando comunidades inteiras vão à guerra - nações inteiras e, principalmente, *nações civilizadas* - o motivo é sempre alguma situação política, e o acontecimento sempre deve-se a algum propósito político. A guerra é, portanto, um ato de política. Fosse ela uma manifestação de violência total, livre de restrições e absoluta (como exigiria o seu conceito puro), usurparia por sua própria e independente vontade o lugar da política no momento em que esta fosse posta em vigor. Ela expulsaria a política das suas funções e dominaria de acordo com as leis da sua própria natureza, de maneira bem semelhante a uma mina que só pode explodir da maneira ou na direção predeterminada pela sua ajustagem. Esta é, na realidade, a idéia que tem-se tido da questão, sempre que alguma divergência entre a política e a condução da guerra tem incentivado distinções teóricas deste tipo. Mas na realidade as coisas são diferentes e esta idéia está completamente equivocada. Na realidade, a guerra, como tem sido demonstrado, não é assim. A sua violência não é do tipo que explode numa única descarga, mas é o efeito de forças que nem sempre evoluem exatamente da mesma maneira, ou com a mesma intensidade. Algumas vezes elas expandem-se suficientemente para superar a resistência da inércia ou do atrito. Outras, são frágeis demais para exercer algum efeito. A guerra é uma pulsação de violência, variável em sua intensidade e, portanto, variável na velocidade com que explode e com que descarrega as suas energias. A guerra movimenta-se em direção ao seu propósito com velocidades variáveis, mas dura sempre o suficiente para que a sua influência seja exercida sobre o propósito e para que o seu próprio rumo seja alterado, de uma maneira ou de outra - dura o tempo suficiente, em outras palavras, para permanecer submetida à ação de uma inteligência superior. Se mantivermos em mente que a guerra resulta de algum propósito político, é natural que a principal causa da sua existência continue sendo a maior preocupação com relação à sua condução. Isto não significa, entretanto, que o propósito político seja um tirano. Ele deve adaptar-se aos meios escolhidos, um processo que pode alterá-lo radicalmente, embora permaneça sendo a principal preocupação. A política impregnará portanto todas as operações militares e, até onde a sua natureza violenta admitir, exercerá uma contínua influência sobre elas.

24. A GUERRA É MERAMENTE A CONTINUAÇÃO DA POLÍTICA POR OUTROS MEIOS

Vemos, portanto, que a guerra não é meramente um ato de política, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas realizada com outros meios. O que continua sendo peculiar na guerra é simplesmente a natureza peculiar dos seus meios. A guerra de uma maneira geral, e o comandante em qualquer ocasião específica, tem o direito de exigir que o rumo e os desígnios da política não sejam incompatíveis com esses meios. Esta não é, evidentemente, uma pequena exigência, mas por mais que possa afetar os propósitos políticos num determinado caso, nunca fará mais do que modificá-los. O propósito político é a meta, a guerra é o meio de atingí-lo, e o meio nunca deve ser considerado isoladamente do seu propósito.

25. A NATUREZA DISTINTA DA GUERRA

Quanto mais poderosos e estimulantes forem os motivos para a guerra, mais eles afetarão as nações beligerantes, e quanto mais violentas forem as tensões que antecedem a sua deflagração, quanto mais a guerra aproximar-se do seu conceito abstrato, mais importante será a destruição do inimigo, mais os propósitos militares e políticos coincidirão e mais militar e menos política parecerá ser a guerra. Por outro lado, quanto menos intensos forem os motivos, menos a tendência natural dos elementos militares para a violência coincidirá com as diretrizes políticas. Em decorrência disto, a guerra será desviada ainda mais da sua trajetória normal, o propósito político divergirá cada vez mais do propósito da guerra ideal e o conflito parecerá ter um caráter cada vez mais *político.*

Neste ponto, para evitar que o leitor se engane, deve ser observado que a expressão "*a tendência natural* da guerra" só é empregada no seu sentido filosófico, rigorosamente *lógico*, e não refere-se às tendências das forças que estão realmente empenhadas no combate - inclusive, por exemplo, o moral e as emoções dos combatentes. Algumas vezes, é verdade, elas podem estar tão exaltadas que será difícil para o fator político controlá-las. Ainda assim, um conflito destes não ocorre com muita freqüência, porque se as motivações forem tão poderosas deverá haver uma política de uma importância proporcional. Por outro lado, se a política só estiver voltada para propósitos secundários, as emoções das massas serão pouco incitadas e terão que ser estimuladas, ao invés de contidas.

26. TODAS AS GUERRAS PODEM SER CONSIDERADAS COMO ATOS DE POLÍTICA

Está na hora de voltar ao tema principal e observar que enquanto a política é aparentemente ofuscada num determinado tipo de guerra, e apesar disto fortemente evidenciada em outro, os dois tipos são igualmente políticos. Se pensarmos no Estado como se fosse uma pessoa, e na política como sendo o produto do seu cérebro, entre as contingências para as quais o Estado deve estar preparado está a guerra, na qual todos os elementos exigem que a política seja ofuscada pela violência. Somente se a política for vista, não como o resultado de uma correta avaliação dos acontecimentos, mas - como convencionalmente o é - como sendo cautelosa, tortuosa, até mesmo desonesta, afastando-se assustada da força, poderia o segundo tipo de guerra parecer ser mais "político" do que o primeiro.

27. OS EFEITOS DESTE PONTO DE VISTA SOBRE A COMPREENSÃO DA HISTÓRIA MILITAR E DOS FUNDAMENTOS DA TEORIA

Em primeiro lugar, é evidente que a guerra nunca deve ser imaginada como sendo *algo autônomo*, mas sempre como sendo um *instrumento da política*. De outro modo toda a história da guerra iria nos contradizer. Somente esta abordagem nos permitirá compreender inteligentemente o problema. *Em segundo lugar*, esta maneira de encará-lo nos mostra como as guerras podem variar quanto à natureza das suas causas e às situações que lhes dão srcem.

O primeiro ato de avaliação, o maior deles, o de maior alcance que o político e o comandante têm que fazer é estabelecer, através daquele exame, em que tipo de guerra estão se envolvendo, não se enganando com relação a ela, nem tentando transformá-la em algo que seja alheio à sua natureza. Esta é a primeira de todas as questões estratégicas e a mais abrangente. Ela será examinada detalhadamente no capítulo relativo aos planos de guerra.

Por ora é suficiente ter chegado a este estágio e haver estabelecido o ponto de vista fundamental a partir do qual terá que ser examinada a guerra e a teoria de guerra.

28. AS CONSEQUÊNCIAS PARA A TEORIA

A guerra é mais do que um verdadeiro camaleão, que adapta um pouco as suas características a uma determinada situação. Como um fenômeno total, as suas tendências predominantes sempre tornam

a guerra uma trindade paradoxal - composta da violência, do ódio e da inimizade primordiais, que devem ser vistos como uma força natural cega, do jogo do acaso e da probabilidade, no qual o espírito criativo está livre para vagar; e dos seus elementos de subordinação, como um instrumento da política, que a torna sujeita apenas à razão.

O primeiro destes três aspectos diz respeito principalmente às pessoas; o segundo ao comandante e ao seu exército; o terceiro ao governo. As paixões que serão inflamadas na guerra já devem ser inerentes às pessoas. A liberdade de ação que o jogo de coragem e talento desfrutará na esfera da probabilidade e do acaso dependerá do caráter específico do comandante e do exército, mas os propósitos políticos são apenas um assunto do governo.

Estas três tendências são como três códigos de leis diferentes, profundamente enraizados em seu tema e, contudo, variáveis em sua relação uns com os outros. Uma teoria que ignore qualquer um deles, ou que procure estabelecer uma relação arbitrária entre eles, estaria a tal ponto em conflito com a realidade que somente por esta razão seria totalmente inútil.

A nossa tarefa é, portanto, elaborar uma teoria que mantenha um equilíbrio entre estas três tendências, como um objeto suspenso entre três ímãs.

No livro sobre a teoria de guerra [Livro Dois] será verificado quais são os melhores caminhos a seguir para realizar essa difícil tarefa. De qualquer maneira, o conceito preliminar de guerra que formulei lança um primeiro raio de luz sobre a estrutura básica da teoria e permite que estabeleçamos uma diferenciação e uma identificação iniciais dos seus principais componentes.

CAPÍTULO DOIS

O Propósito e os Meios na Guerra

O capítulo anterior mostrou que a natureza da guerra é complexa e mutável. Pretendo verificar agora como a sua natureza influencia o seu propósito e os seus meios.

Se para começar examinarmos o propósito de qualquer guerra específica, que deve orientar a ação militar para que atenda devidamente ao propósito político, veremos que o propósito de qualquer guerra pode variar tanto quanto o seu propósito político e as suas reais circunstâncias.

Se considerarmos por enquanto o puro conceito de guerra, teremos que dizer que o propósito político da guerra não possui qualquer ligação com a guerra propriamente dita, pois se a guerra é um ato de violência destinado a obrigar o inimigo a fazer a nossa vontade, o seu propósito teria que ser *sempre* e *somente* derrotar o inimigo e desarmá-lo. Este propósito é extraído do conceito teórico de guerra, mas como muitas guerras chegaram realmente muito perto de atingí-lo, examinemos antes de mais nada este tipo de guerra.

Mais tarde, quando estivermos tratando do tema planos de guerra, iremos examinar com maiores detalhes o que significa *desarmar* um país. Mas devemos fazer logo uma distinção entre três coisas, três objetivos amplos, que juntos abrangem tudo: as *forças armadas,* o *país* e a *determinação do inimigo.*

As forças combatentes devem ser *destruídas*: isto é, devem ser *colocadas numa situação tal que não possam continuar lutando.* Sempre que empregamos a expressão “destruição das forças inimigas” é somente isto que queremos dizer.

O país deve ser ocupado, senão o inimigo pode organizar novas forças militares.

Embora estas duas coisas possam ser feitas, a guerra, que é a animosidade e os efeitos recíprocos de elementos hostis, não pode ser considerada terminada enquanto não tiver sido quebrada a *determinação* do inimigo: em outras palavras, enquanto o governo inimigo e os seus aliados não forem levados a pedir a paz, ou enquanto a população não for levada a se render.

Podemos ocupar totalmente um país, mas as hostilidades podem recomeçar novamente no interior, ou talvez com o auxílio de um aliado. Isto evidentemente pode ocorrer também *após* o tratado de paz, mas isto apenas demonstra que nem todas as guerras levam a uma decisão e a um acordo definitivos. Mas mesmo que as hostilidades ocorram novamente, um tratado de paz sempre apagará uma grande quantidade de centelhas que possam ter calmamente permanecido latentes. Além disto, as tensões são aliviadas porque os amantes da paz (e eles existem em abundância entre todas as pessoas, sob todas as circunstâncias) abandonarão então qualquer pensamento no sentido de realizar qualquer

outra ação. Seja como for, devemos considerar sempre que com a conclusão da paz o propósito da guerra foi atingido, e que o assunto está encerrado.

Como dos três objetivos citados, são as forças combatentes que asseguram a segurança do país, a seqüência natural seria destruí-las primeiro e depois conquistar o país. Tendo conquistado estes três objetivos e aproveitando a nossa própria posição de força, poderemos levar o inimigo à mesa de negociações de paz. De uma maneira geral, destruir as forças do inimigo tende a ser um processo gradual, como é a conseqüente conquista do país. Normalmente uma influencia a outra, uma vez que a perda de território enfraquece as forças combatentes, mas esta seqüência de eventos não é essencial e, portanto, nem sempre ocorre. Antes de sofrer intensamente, as forças do inimigo podem retirar-se para áreas distantes, ou até mesmo para outros países. Neste caso, evidentemente, a maior parte do país, ou todo ele, será ocupado.

Mas o propósito de *desarmar o inimigo* (*em tese*, *o propósito da guerra*, o meio definitivo de atingir o propósito político da guerra, que deve incluir todo o resto) nem sempre é encontrado de fato na realidade, e não precisa ser totalmente atingido para constituir-se numa condição para a paz. Em hipótese alguma a teoria deve ser elevada ao nível de lei. Muitos tratados foram concluídos antes que um dos antagonistas pudesse ser considerado impotente - até mesmo antes que o equilíbrio de forças tivesse sido gravemente alterado. Além do mais, um exame dos casos reais mostra toda uma série de guerras em que a própria idéia de *derrotar o inimigo* era irreal: aquelas em que o inimigo era o poder consideravelmente mais forte.

A razão pela qual o propósito de guerra que surge em teoria é algumas vezes inadequado para o conflito real, é que a guerra pode ser de dois tipos diferentes, uma questão que já examinamos no primeiro capítulo. Se a guerra fosse o que a teoria pura postula, uma guerra entre Estados dotados de forças nitidamente desiguais seria um absurdo. Quando muito a disparidade material não poderia ir além do valor que os fatores morais pudessem substituir e, sendo como são as condições sociais na Europa atual, as forças morais não iriam muito longe. Mas as guerras têm sido de fato travadas entre Estados dotados de *forças muito desiguais, porque muitas vezes a guerra real está muito longe do conceito puro postulado pela teoria.* A incapacidade de continuar lutando pode, na prática, ser substituída por dois outros motivos para fazer a paz: o primeiro é a improbabilidade da vitória; o segundo é o seu custo inaceitável.

Como vimos no primeiro capítulo, a guerra, se considerada como um todo, está fadada a afastar-se da rígida lei da necessidade básica, deslocando-se no sentido das probabilidades. Quanto mais as circunstâncias que deram srcem ao conflito fizerem que ela faça isto, mais frágeis serão os seus motivos e as tensões que provocará. E isto torna compreensível como uma análise de probabilidades pode levar à própria paz. Nem todas as guerras precisam ser travadas até que um dos lados seja aniquilado. Quando os motivos e as tensões geradas pela guerra forem frágeis, podemos imaginar que a menor perspectiva de derrota pode ser suficiente para fazer com que um dos lado se renda. Se desde o início o outro lado sentir que isto é provável, ele obviamente se concentrará em provocar *esta probabilidade*, em vez de adotar o caminho mais longo e derrotar totalmente o inimigo.

De influência ainda maior sobre a decisão de fazer a paz é a consciência de todo o esforço que já foi feito e do que ainda terá que ser realizado. Como a guerra não é um ato de paixão sem sentido, mas é controlada pelo seu propósito político, o valor desse propósito pode determinar os sacrifícios a serem realizados para atingí-lo, tanto em sua *magnitude* como também em sua *duração*. Quando o dispêndio de esforços ultrapassar o valor do propósito político, este deverá ser abandonado e a paz deverá ser a conseqüência inevitável.

Vemos portanto que se um dos lados não puder desarmar totalmente o outro, o desejo de paz aumentará e diminuirá em qualquer dos lados de acordo com a probabilidade de novos êxitos e com a quantidade de esforço que esses êxitos exigirão. Se a intensidade destes incentivos for a mesma em ambos os lados, os dois resolverão a sua disputa chegando a um meio termo. Se o incentivo aumentar num dos lados, deverá diminuir no outro. Ocorrerá a paz, desde que a sua soma total seja suficiente - embora o lado que tiver o menor anseio pela paz naturalmente virá a obter o melhor acordo.

Uma questão foi propositalmente ignorada por enquanto - a diferença que o caráter *ofensivo* ou *defensivo* dos fins políticos fatalmente produzirá na prática. Como veremos, esta diferença é importante, mas neste estágio devemos ter uma visão mais ampla da questão, porque os propósitos políticos podem ser grandemente alterados durante o transcurso da guerra e podem finalmente mudar totalmente, *uma vez que são influenciados pelos acontecimentos e pelas suas prováveis conseqüências*.

A questão que surge agora é saber como é mais provável obter o êxito. Uma maneira é, evidentemente, escolher os propósitos que eventualmente levarão à derrocada do inimigo - *a destruição das suas forças armadas e a conquista do seu território*, mas nenhum destes é exatamente o que seria se o nosso verdadeiro propósito fosse a derrota total do inimigo. Quando atacamos o inimigo, uma

coisa é quando desejamos que a nossa primeira operação seja seguida por outras, até que toda resistência tenha sido eliminada, outra é quando o nosso propósito é obter uma única vitória, de modo a tornar o inimigo inseguro, para impor-lhe a nossa força superior e deixá-lo com dúvidas quanto ao seu futuro. Se for esta a dimensão do nosso propósito, não empregaremos mais força do que é absolutamente necessário. Da mesma maneira, a conquista de território será uma questão diferente se o propósito não for a derrocada do inimigo. Se desejarmos obter uma vitória absoluta, então a destruição das suas forças armadas é a ação mais apropriada, e a ocupação do seu território apenas uma conseqüência. Ocupar territórios antes que os exércitos inimigos sejam derrotados deve ser considerado, na melhor das hipóteses, um mal necessário. Se, por outro lado, não visarmos destruir o exército oponente, e se estivermos convencidos de que o inimigo não busca uma decisão desumana, mas ao invés disto *a teme*, a tomada de uma região fracamente defendida, ou indefesa, é *uma vantagem por si só*, e se esta vantagem for suficiente para fazer com que o inimigo tema o resultado final, ela pode ser considerada como um atalho no caminho para a paz.

Mas existe uma outra maneira. É possível aumentar a probabilidade de êxito sem derrotar as forças inimigas. Refiro-me às operações que tenham *repercussões políticas diretas*, que sejam destinadas em primeiro lugar a romper ou a paralisar a aliança oponente, que conquistem novos aliados para nós, que afetem favoravelmente o panorama político, etc. Se for possível realizar estas operações, é evidente que elas melhorarão muito as nossas perspectivas e poderão criar um caminho muito mais curto para a consecução do propósito do que a destruição dos exércitos oponentes.

A segunda questão é como influir no dispêndio de esforços do inimigo, em outras palavras, como tornar a guerra mais dispendiosa para ele.

O dispêndio de esforços do inimigo consiste no *desgaste das suas forças* - na sua *destruição* provocada por nós e na sua *perda de território* - na nossa conquista.

Um estudo mais minucioso torna evidente que a importância destes dois fatores pode variar de acordo com a alteração dos propósitos. De um modo geral as diferenças serão ligeiras, mas isto não deve nos iludir porque na prática, quando não existirem motivos fortes, muitas vezes a mais ligeira das nuanças decide entre os diferentes usos da força. Tudo o que interessa no momento é mostrar que, admitindo determinadas condições, existem diversas maneiras *possíveis* de atingir o propósito e elas não são nem contraditórias nem absurdas, nem mesmo equivocadas.

Além disto, existem outros três métodos voltados diretamente para aumentar o dispêndio de esforços do inimigo. O primeiro deles é a *invasão*, que consiste na *tomada do território inimigo, não com o propósito de mantê-lo*, mas para exigir uma contribuição financeira, ou até mesmo para devastá-lo. Aqui, o propósito imediato não é conquistar o país inimigo nem destruir o seu exército, mas simplesmente *causar grandes danos*. O segundo método é dar prioridade a operações que aumentem o sofrimento do inimigo. É fácil imaginar duas alternativas: uma operação será muito mais vantajosa se o seu propósito for derrotar o inimigo. A outra será mais proveitosa se isto não puder ser realizado. A primeira tende a ser apresentada como sendo a alternativa mais militar, a segunda como sendo a mais política. Do ponto de vista mais elevado, entretanto, uma é tão militar quanto a outra e nenhuma delas será adequada, a menos que convenha às condições específicas. O terceiro método, e de longe o mais importante a julgar pela freqüência da sua utilização, é *desgastar* o inimigo. Esta expressão é mais do que um rótulo, representa precisamente o processo, e não é tão metafórica quanto possa parecer à primeira vista. Desgastar o inimigo num conflito significa utilizar *a duração da guerra para provocar uma exaustão gradual da sua resistência física e moral.*

Se pretendermos resistir mais tempo do que o nosso oponente, devemos contentar-nos com os propósitos mais simples possíveis, porque evidentemente um propósito de vulto exige um esforço maior do que um propósito secundário. O propósito mínimo é *a simples autodefesa.* Em outras palavras, lutar sem ter um propósito ofensivo. Com esta política a nossa força relativa estará no seu máximo e, portanto, as perspectivas de um resultado favorável serão as maiores. Mas até onde pode ser estendida esta postura defensiva? Evidentemente não até o ponto da absoluta passividade, porque a mera resistência não seria de modo algum um combate. Mas a resistência é uma forma de ação destinada a destruir o poder do inimigo o suficiente para obrigá-lo a desistir das suas intenções. Qualquer ato da nossa resistência estará voltado apenas para aquele ato, e é isto que torna defensiva a nossa política.

Sem dúvida alguma, um único combate, admitindo que seja bem sucedido, fará menos em benefício do nosso propósito defensivo do que faria em benefício de um propósito ofensivo. Mas é exatamente esta a diferença: o primeiro tem maior probabilidade de obter êxito e de dar-lhe assim uma maior segurança. O que lhe falta em termos de uma eficácia imediata é compensado pela utilização do tempo, isto é, prolongando a guerra. Assim, o propósito defensivo, que está no cerne da resistência pura, é também a fórmula natural para resistir mais do que o inimigo, desgastando-o.

Encontra-se aqui a srcem da distinção que domina toda a guerra: a diferença entre *o ataque* e *a defesa.* Não iremos abordar este assunto agora, mas apenas dizer o seguinte: do propósito defensivo advém todas as vantagens, todas as formas mais eficazes de combater e nele está expressa a relação dinâmica existente entre o tamanho do êxito e a probabilidade dele ser obtido. Tudo isto será visto mais tarde.

Se um propósito defensivo - isto é, o emprego de todos os meios disponíveis para uma mera resistência - tiver uma vantagem na guerra, esta vantagem só precisará ser suficiente para *compensar* qualquer superioridade que o oponente possa ter: no fim, o seu propósito político parecerá não valer o esforço que terá que ser despendido. Ele deverá então abandonar a sua política. É evidente que este método, desgastar o inimigo, aplica-se a um grande número de casos em que o mais fraco procura resistir ao mais forte.

Frederico o Grande nunca teria sido capaz de derrotar a Áustria na Guerra dos Sete Anos, e se tivesse tentado lutar à maneira de Carlos XII, certamente teria se destruído. Mas durante sete anos ele poupou habilmente as suas forças e finalmente convenceu os aliados de que era necessário realizar um esforço muito maior do que haviam previsto. Em conseqüência disto fizeram a paz.

Podemos ver agora que muitos caminhos levam ao êxito na guerra, e que nem todos eles envolvem o derrota total do oponente. Eles podem ir *da destruição das forças do inimigo,* passando pela *conquista do seu território*, por *uma ocupação temporária* ou *uma invasão*, por *projetos com um propósito político imediato*, até finalmente *esperar passivamente os ataques do inimigo*. Qualquer um destes pode ser utilizado para sobrepujar a determinação do inimigo. A escolha dependerá das circunstâncias. Precisa ser mencionado um outro tipo de ação, de um atalho para atingir a meta: podemos chamá-la de argumentos *ad hominem*. Haverá um campo das atividades humanas em que as relações pessoais não contem, em que as centelhas que elas lançam não saltem através de todas as considerações de ordem prática? As personalidades dos políticos e dos soldados são fatores tão importantes que na guerra é essencial, acima de tudo, não subestimá-las. Basta mencionar esta questão. Seria pedante tentar fazer uma classificação sistemática. Pode ser dito, entretanto, que estas questões de personalidade e de relações pessoais elevam ao infinito o número de maneiras possíveis de atingir a meta da política.

Pensar nestes atalhos como sendo raras exceções, ou minimizar a diferença que eles podem fazer na condução da guerra, seria subestimá-los. Para evitar este erro só precisamos ter em mente que uma

vasta gama de interesses políticos pode levar à guerra, ou pensar por um momento no abismo que separa a guerra de aniquilação, uma luta pela existência política, de uma guerra relutantemente declarada em decorrência de uma pressão política ou de uma aliança que não pareça refletir mais os verdadeiros interesses do estado. Entre estes dois extremos acham-se diversas gradações. Se recusarmos uma única delas por razões teóricas, poderemos recusar também todas elas e perder o contato com a realidade.

Isto é o suficiente com relação aos fins a serem perseguidos na guerra. Passemos agora aos meios.

Só existe um: *o combate*. Por mais formas que possa assumir o combate, por mais afastado que ele possa estar da brutal descarga de ódio e inimizade de um embate físico, por mais numerosas que sejam as forças que possam interferir e que não façam parte elas mesmas da luta, é inerente ao próprio conceito de guerra que tudo o que ocorre *deve advir srcinalmente do combate* .

É fácil mostrar que é sempre assim, por mais numerosas que sejam as formas que a realidade assuma. Tudo o que acontece na guerra decorre da existência de forças armadas, *mas sempre que são empregadas forças armadas, isto é, indivíduos armados*, deve estar presente a idéia de combate.

A guerra abrange tudo que está relacionado com as forças combatentes - tudo que está ligado à sua criação, manutenção e emprego.

A criação e a manutenção são apenas meios evidentemente. O seu emprego constitui o fim.

O combate na guerra não é uma luta entre indivíduos. É um todo constituído de muitas partes e neste todo podem ser percebidos dois elementos, um determinado pelo motivo e o outro pelo propósito. A grande quantidade de combatentes existente num exército produz incessantemente novos elementos que fazem parte de uma estrutura maior. A atividade combatente de cada uma destas partes constitui um elemento mais ou menos claramente definido. Além do mais, o próprio combate torna-se um elemento da guerra pela sua própria finalidade, pelo seu *propósito.*

Cada um destes elementos que tornam-se distintos no decorrer da luta é denominado *engajamento.*

Se a idéia de combater é a base de qualquer emprego das forças combatentes, então o seu emprego significa simplesmente o planejamento e a organização de uma série de engajamentos.

Toda a atividade militar deve estar, portanto, direta ou indiretamente relacionada com o engajamento. O fim para o qual um soldado é recrutado, vestido, armado e adestrado, todo motivo dele dormir, comer, beber e marchar é *simplesmente que ele possa lutar no lugar certo e no momento certo*.

Se todos os fios que constituem o tecido da atividade militar levam ao engajamento, então se controlarmos o engajamento abrangeremos todos eles. Os seus resultados são produzidos pelas nossas ordens e pela execução dessas ordens, nunca diretamente por outras condições. Como tudo no engajamento está concentrado na destruição do inimigo, ou melhor, das *suas forças armadas*, o que é inerente ao seu próprio conceito, então a destruição das forças armadas do inimigo é sempre o meio através do qual é atingido o propósito do engajamento.

O propósito em questão pode ser a destruição das forças do inimigo, mas não necessariamente. Pode ser bem diferente. Como mostramos, a destruição do inimigo não é o único meio de atingir o propósito político quando existem outros propósitos pelos quais é travada a guerra. Portanto, esses outros propósitos podem tornar-se também o propósito de determinadas operações militares e, assim, o propósito dos engajamentos.

Mesmo quando alguns engajamentos secundários destinam-se diretamente a destruir as forças oponentes, essa destruição não precisa ser a sua primeira e imediata preocupação.

Tendo em mente a complexa estrutura de um exército e os inúmeros fatores que determinam o seu emprego, podemos ver que a atividade combatente de tal força está sujeita também a uma complexa organização, divisão de funções e combinações. Às unidades isoladas muitas vezes devem ser atribuídas evidentemente tarefas que não dizem respeito à destruição das força inimigas, que podem de fato aumentar as suas perdas, mas fazendo isto apenas de uma maneira indireta. Se for determinado a um batalhão que expulse o inimigo de um morro, de uma ponte, etc., normalmente o verdadeiro propósito será ocupar aquele ponto. A destruição da força do inimigo é apenas um meio para chegar a um fim, uma questão secundária. Se uma mera demonstração de força for suficiente para fazer com que o inimigo abandone a sua posição, o propósito terá sido atingido, mas geralmente o morro ou a ponte só será tomada para que possa ser infligido um dano ainda maior ao inimigo. Se isto é verdadeiro no campo de batalha, será ainda mais no teatro de operações, onde não são apenas dois exércitos que estão se enfrentando, mas dois Estados, dois povos, duas nações. A gama de situações possíveis e, portanto, de opções, é significativamente aumentada, bem como a variedade de planos, e a gradação de propósitos nos diversos níveis de comando afastará ainda mais os meios iniciais do propósito final.

Existem assim muitas razões pelas quais o propósito de um engajamento pode não ser a destruição das forças do inimigo, daquelas forças que estão nos enfrentando naquele momento. A destruição pode ser meramente um meio para atingir algum outro fim. Neste caso, a destruição total deixou de ser a finalidade. O engajamento nada mais é do que uma *prova de força*. Não tem qualquer valor por si só. A sua importância está no resultado da prova.

Quando uma força é muito mais poderosa do que outra, pode ser suficiente fazer uma avaliação. Não haverá luta: o lado mais fraco render-se-á imediatamente.

O fato de que nem sempre os engajamentos visam a destruição das forças oponentes, de que os seus propósitos podem muitas vezes ser atingidos sem que haja qualquer luta, mas simplesmente através de um exame da situação, explica porque campanhas inteiras podem ser realizadas com um grande vigor, embora os combates reais desempenhem nelas um papel sem importância.

Isto é demonstrado por centenas de exemplos na história da guerra. Só estamos preocupados aqui em mostrar que isto *é possível*. Não precisamos perguntar com que freqüência foi adequado, em outras palavras, *compatível com o propósito geral*, evitar o teste da batalha, nem se todas as reputações construídas naquelas campanhas resistem ao teste de um exame crítico.

Só existe um meio na guerra: o combate, mas a multiplicidade de formas que o combate assume nos leva a tantas direções diferentes quanto as que são criadas pela multiplicidade de propósitos, de modo que a nossa análise não parece ter feito qualquer progresso. Mas não é bem assim: o fato de que só existe um meio constitui um fio que corre ao longo de toda a teia da atividade militar e na realidade a mantém inteira.

Mostramos que a destruição das forças do inimigo é um dos muitos propósitos que podemos procurar atingir na guerra, e deixamos de lado a questão da sua importância em relação a outros propósitos. Em qualquer caso específico a resposta dependerá das circunstâncias. A sua importância para a guerra em geral fica ainda para ser esclarecida. Trataremos agora desta questão e veremos que valor deve ser necessariamente atribuído a este propósito de destruição.

O combate é a única força eficaz na guerra. O seu propósito é destruir as forças do inimigo, como um meio para mais adiante atingir um fim. Isto continua sendo verdadeiro, mesmo se não ocorrer qualquer combate real, porque o resultado reside no pressuposto de que se houvesse combate o inimigo seria destruído. Portanto, a destruição da força do inimigo é a base de todas as ações militares. Todos os planos são em última análise baseados nela, apoiando-se nela como um arco em seu pilar.

Consequentemente, toda ação é realizada na crença de que, se o teste definitivo das armas vier realmente a ocorrer, o resultado será *favorável*. Na guerra, a decisão através das armas é, para todas as operações de vulto e secundárias, o que o pagamento à vista é no comércio. Independentemente de quanto sejam complexas as relações entre duas partes, independentemente de quão raramente este tipo de pagamento ocorra realmente, ele nunca poderá estar totalmente ausente.

Se uma decisão através do combate é a base de todos os planos e de todas as operações, logo o inimigo *pode frustrar tudo através de uma batalha bem sucedida*. Isto não ocorre apenas quando o combate afeta um fator essencial dos nossos planos, mas também quando qualquer vitória que for conquistada tiver um alcance suficiente. Porque toda vitória importante - isto é, a destruição das forças oponentes - repercute em todas as outras possibilidades. Como um líquido, estabilizar-se-á num novo nível.

Assim, é evidente que a destruição das forças inimigas é sempre o meio mais elevado, mais eficaz, com o qual os outros não podem competir.

Mas, evidentemente, só podemos dizer que a destruição do inimigo é mais eficaz se pudermos partir do pressuposto de que todas as outras condições são iguais. Seria um grande erro deduzir desta argumentação que um ataque impetuoso seria sempre melhor do que uma cautela competente.

Uma agressividade irracional destruiria o ataque em si, mas não a defesa, e não é sobre isto que estamos falando. Uma maior eficácia não está relacionada aos *meios*, mas ao fim. Estamos simplesmente comparando o efeito de resultados diferentes.

Quando falamos em destruir as forças do inimigo, devemos ressaltar que nada nos obriga a restringir esta idéia às forças físicas: o elemento moral também deve ser considerado. Os dois interagem totalmente; são inseparáveis. Acabamos de mencionar o efeito que uma grande ação destruidora - uma vitória importante - inevitavelmente exerce sobre todas as outras ações, e é exatamente nestes momentos que o fator moral é, por assim dizer, o mais fluido de todos os elementos e, portanto, espalha-se com maior facilidade de modo a afetar tudo o mais. A vantagem que a destruição do inimigo possui sobre todos os outros meios é contrabalançada pelo seu custo e pelo perigo que oferece, e é apenas para evitar estes riscos que são adotadas outras políticas.

É compreensível que o método de destruição não pode deixar de ser dispendioso. Considerando que as outras coisas sejam iguais, quanto mais decididos estivermos a derrotar as forças do inimigo, maiores terão que ser os nossos próprios esforços.

O perigo deste método é que quanto maior for o êxito que procurarmos obter, maiores serão os danos se não conseguirmos obtê-lo.

Outros métodos são, portanto, menos dispendiosos se derem certo e menos danosos se falharem, embora isto só seja verdadeiro se os dois lados agirem de maneira idêntica e se o inimigo seguir a mesma linha de ação que nós. Se ele for tentar obter a decisão através de uma grande batalha, *a sua escolha poderá obrigar-nos a agir de outra maneira, contra a nossa vontade*. O resultado da batalha seria então decisivo, mas é evidente - considerando que as outras coisas sejam iguais - que estaríamos em desvantagem de um modo geral, uma vez que os nossos planos e recursos pretendiam atingir outras metas, enquanto que os do inimigo não. Os dois propósitos, sendo que nenhum dos quais faz parte do outro, excluem-se mutuamente: uma força não pode ser empregada simultaneamente para atingir a ambos. Se, portanto, um dos dois comandantes estiver decidido a procurar obter a decisão através de grandes batalhas, teremos uma excelente oportunidade de êxito se ele tiver a certeza de que o seu oponente está adotando uma política diferente. Inversamente, o comandante que deseja adotar meios diferentes só poderá fazer isto sensatamente se presumir que o seu oponente está igualmente determinado a recorrer a grandes batalhas.

O que foi dito com relação a planos e forças sendo orientados para outros empregos refere-se apenas aos propósitos *ofensivos* que não a destruição das forças inimigas que pode-se tentar atingir na guerra. Não diz respeito *de maneira alguma à resistência pura,* que procura desgastar a força do oponente. A resistência pura não tem qualquer intenção *ofensiva.* Só podemos empregar as nossas forças para frustrar as intenções do inimigo, não para desviá-las para outros objetivos.

Devemos analisar aqui o lado negativo de destruir as forças do inimigo - isto é, a preservação das nossas. Estes dois esforços andam sempre juntos. Eles interagem. São parte integrante de um único propósito, e só precisamos considerar o resultado se um ou outro predominar. O esforço necessário para destruir as forças do inimigo possui um propósito ofensivo e leva a resultados positivos, cujo intuito final é a derrocada do inimigo. A preservação das nossas forças tem um propósito defensivo. Ela frustra as intenções do inimigo - isto é, significa a resistência pura, cujo intuito final só pode ser prolongar a guerra até que o inimigo esteja exaurido.

A política com um propósito ofensivo cria o ato de destruição. A política com um propósito defensivo espera por ele.

Até que ponto uma atitude de espera pode ou deve ser mantida é uma questão que iremos examinar juntamente com a teoria do ataque e da defesa, cujo elemento fundamental está aqui compreendido. Por enquanto, só precisamos dizer que uma política de espera nunca deve tornar-se uma resistência passiva, que qualquer ação que a envolva deve buscar também a destruição das forças oponentes, como de qualquer outro objetivo. Seria um erro básico imaginar que um intuito defensivo indique uma preferência por uma decisão sem derramamento de sangue em vez da destruição do inimigo. Um esforço primordialmente defensivo pode evidentemente levar a esta escolha, mas sempre correndo o risco de que não seja o caminho certo: isto dependerá de dois fatores que não são determinados por nós, mas sim pelo oponente. Evitar o derramamento de sangue não deve ser portanto considerado um ato de política se a nossa maior preocupação for preservar as nossas forças. Pelo contrário, se esta política não for adequada à situação específica, levará as nossas forças ao desastre. Um grande número de Generais fracassaram devido a esta premissa equivocada.

O único efeito indiscutível que uma política predominantemente defensiva terá é o de retardar a decisão: em outras palavras, o combate é substituído pela espera pelo momento decisivo. Isto normalmente significa que *o combate é adiado* no tempo e no espaço, até onde o espaço e as circunstâncias pertinentes o permitam. Se chegar o momento em que esperar mais possa trazer desvantagens demais, então o benefício da política defensiva terá se exaurido. A destruição do inimigo - um intuito que até então havia sido adiado, mas não substituído por uma outra consideração - ressurge agora.

A nossa análise mostrou que embora na guerra diversos caminhos diferentes possam levar à mesma meta, à consecução do propósito político, o combate é o único meio possível. Tudo é regido por uma lei suprema, a *decisão através da força das armas*. Se o oponente recorrer à batalha, este recurso nunca poderá lhe ser negado. Um comandante que preferir uma outra estratégia deverá primeiro estar certo de que o seu oponente não apelará àquele supremo tribunal - a força - ou que terá um veredicto desfavorável se o fizer. Para resumir: de todos os possíveis propósitos existentes na guerra, a destruição das forças armadas do inimigo sempre surge como sendo o mais elevado.

Numa etapa posterior, e gradativamente, veremos o que outros tipos de estratégias podem alcançar na guerra. Tudo o que precisamos fazer no momento é admitir de uma maneira geral a *possibilidade da sua existência*, a possibilidade de nos desviarmos do conceito básico de guerra sob a pressão de circunstâncias especiais. Mas mesmo neste ponto, não devemos deixar de ressaltar que *a*

solução violenta da crise, o desejo de aniquilar as forças do inimigo, é o filho primogênito da guerra. Se os propósitos políticos forem modestos, os motivos tênues e as tensões reduzidas, um General prudente pode procurar qualquer maneira de evitar grandes crises e um combate decisivo, explorar qualquer ponto fraco existente na estratégia militar e política do oponente e, finalmente, obter um acordo pacífico. Se as suas pressuposições estiverem corretas e assegurarem o êxito, não temos o direito de criticá-lo. Mas ele nunca deve esquecer que está avançando por trajetórias tortuosas, onde o deus da guerra pode pegá-lo desprevenido. Ele deve manter sempre um olho no seu oponente, para que, se este último tiver sacado uma espada afiada, não se aproxime dele armado apenas com um espadim ornamental.

Estas conclusões relativas à natureza da guerra e à função dos seus propósitos e meios; à maneira pela qual a guerra desvia-se em diversos graus do seu conceito fundamental e rigoroso, tomando esta ou aquela forma, mas continuando sempre sujeita àquele conceito fundamental como a uma lei suprema; todos estes pontos devem ser mantidos em mente em nossas análises posteriores, para que percebamos as verdadeiras ligações existentes entre todos os aspectos da guerra e a verdadeira importância de cada um deles; e se quisermos evitar cair constantemente nas mais extremas contradições com a realidade e até mesmo com as nossas próprias afirmativas.

CAPÍTULO TRÊS

Do Gênio Militar

Para que qualquer atividade complexa seja realizada com qualquer grau de virtuosismo, exige dons adequados de inteligência e de temperamento. Se eles forem acima do normal e revelarem-se em realizações excepcionais, aquele que os possui é chamado de "gênio".

Estamos cientes de que esta palavra é empregada em muitos sentidos, diferindo tanto em relação ao grau quanto ao tipo. Sabemos também que alguns desses significados tornam difícil determinar a essência do gênio. Mas como não nos arrogamos qualquer conhecimento especial em filosofia ou em gramática, pode nos ser permitido empregar a palavra com o seu significado comum, em que "gênio" refere-se a uma aptidão mental muito desenvolvida para uma determinada ocupação.

Examinemos por um momento esta capacidade, esta superioridade da mente, apresentando em maiores detalhes as suas manifestações de modo a obter uma melhor compreensão do conceito. Mas não podemos restringir a nossa exposição ao *gênio* propriamente dito, como um grau superlativo de talento, porque falta a este conceito limites mensuráveis. O que devemos fazer é examinar todos aqueles dons da mente e do temperamento que encontram-se reunidos na atividade militar. Estes, considerados em conjunto, constituem *a essência do gênio militar*. Dissemos *reunidos*, uma vez que é exatamente da essência do gênio militar que ele não consista num único dom peculiar - coragem, por exemplo - enquanto faltem outras qualidades da mente ou do temperamento, ou que estas não sejam adequadas à guerra. O Gênio consiste *numa reunião harmoniosa de elementos*, na qual uma ou outra aptidão pode predominar, mas nenhuma delas poderá estar em conflito com as outras.

Se todo soldado precisasse de algum grau de gênio, os nossos exércitos seriam muito fracos, porque o termo refere-se a uma espécie de capacidade mental ou moral que raramente pode ocorrer num exército quando uma sociedade tem que empregar as suas aptidões em diversas áreas diferentes. Quanto menor for a gama de atividades de uma nação, e quanto mais prevalecer o fator militar, maior será a incidência de gênios militares. Isto, entretanto, só é verdadeiro quanto à sua distribuição, não quanto à sua qualidade. Esta última depende do *desenvolvimento intelectual em geral* de uma determinada sociedade. Em qualquer raça primitiva e belicosa, o espírito guerreiro é muito mais comum do que entre os povos civilizados. Quase todos os guerreiros o possuem, mas nas sociedades

civilizadas somente a necessidade o estimulará no povo como um todo, uma vez que falta-lhe a disposição natural para ele. Por outro lado, nunca encontraremos um selvagem que seja realmente um grande comandante, e muito raramente um que possa ser considerado um gênio militar, uma vez que isto exige um grau de capacidade intelectual que está além de qualquer coisa que um povo primitivo possa desenvolver. As sociedades civilizadas também podem possuir, evidentemente, um caráter belicoso em maior ou menor grau, e quanto mais elas o desenvolverem, maior será o número de homens dotados de espírito militar em seus exércitos. A posse do gênio militar coincide com os maiores graus de civilização: as sociedades mais desenvolvidas produzem os soldados mais brilhantes, como nos mostraram os romanos e os franceses. Com eles, como com todo povo famoso por suas guerras, os maiores nomes não surgem antes de ter sido alcançado um elevado nível de civilização.

Já podemos imaginar o quanto é importante o papel que a capacidade mental desempenha nas formas mais elevadas do gênio militar. Examinemos agora mais atentamente a questão.

A guerra é o reino do perigo, portanto *a coragem* é o primeiro requisito.

A coragem pode ser de dois tipos: a coragem em face de um perigo pessoal e a coragem para aceitar responsabilidade, seja perante o tribunal de algum poder externo ou perante a corte da sua própria consciência. Somente o primeiro será examinado aqui.

A coragem em face de um perigo pessoal também pode ser de dois tipos. Pode ser indiferença ao perigo, que pode ser devida ao temperamento do indivíduo, ao fato dele considerar que a sua vida tem pouco valor, ou ao hábito. Em qualquer caso deve ser vista como uma *condição* permanente. Por outro lado, a coragem pode ser decorrente de motivos positivos, como a ambição, o patriotismo ou um entusiasmo de qualquer tipo. Neste caso a coragem é um sentimento, uma emoção, não um estado permanente.

Estes dois tipos de coragem agem de maneiras diferentes. O primeiro é o mais digno de confiança. Tendo se tornado uma segunda natureza, nunca acabará. O outro muitas vezes realizará mais. Existe uma maior confiabilidade no primeiro tipo, mais audácia no segundo. O primeiro deixa a mente mais calma, o segundo tende a estimular, mas também pode cegar. *O tipo mais sublime de coragem é uma combinação dos dois.*

A guerra é o reino do esforço e do sofrimento físicos. Estes nos destruirão, a menos que possamos tornar-nos indiferentes a eles, e para isto os atributos de nascença ou o adestramento deve fornecer-nos uma determinada força do corpo e da alma. Se possuirmos estas qualidades, mesmo que

não tenhamos nada além do bom senso para orientá-las, estaremos bem equipados para a guerra: são exatamente estas qualidades que os povos primitivos e semicivilizados normalmente possuem.

Se considerarmos as exigências que a guerra faz aos que a praticam, chegaremos a uma região dominada pelos *poderes do intelecto*. A guerra é o domínio da incerteza. Três quartos dos fatores em que baseiam-se os combates na guerra estão envoltos numa névoa de maior ou menor incerteza. É necessário um discernimento sensível e perspicaz e uma exímia inteligência para descobrir a verdade.

Uma inteligência mediana pode reconhecer ocasionalmente a verdade, e uma coragem excepcional pode corrigir de vez em quando um erro grave, mas normalmente a insuficiência intelectual será revelada por realizações medíocres.

A guerra é o reino do acaso. Nenhuma outra atividade humana lhe dá um maior campo de ação. Nenhuma outra tem tantas e tão variadas relações com este intruso. O acaso torna tudo mais incerto e interfere com todo o rumo dos acontecimentos.

Como todas as informações e pressuposições estão sujeitas a dúvidas, e com o acaso agindo em todos os lugares, o comandante sempre acha que as coisas não são como ele esperava que fossem. Isto fatalmente influenciará os seus planos ou, pelo menos, as pressuposições em que eles se baseiam. Se esta influência for suficientemente poderosa para causar uma mudança nos seus planos, normalmente ele deverá elaborar outros, mas para estes as informações necessárias podem não estar imediatamente disponíveis. Normalmente durante uma operação as decisões têm que ser tomadas imediatamente. Pode não haver tempo para reexaminar a situação, ou até mesmo para cogitar disto. Normalmente é evidente que as novas informações e reavaliações não são suficientes para fazer com que desistamos das nossas intenções: elas fazem apenas com que a questão seja considerada. Nós agora sabemos mais, mas isto nos torna mais incertos, e não menos. As informações mais recentes não chegam todas de uma vez: apenas chegam em gotas. Chocam-se seguidamente com as nossas decisões e a nossa mente deve estar permanentemente armada, por assim dizer, para lidar com elas.

Para que a mente saia ilesa desta luta implacável contra o não previsto, duas qualidades são indispensáveis: *a primeira, um intelecto que mesmo nas horas mais sombrias mantenha alguns lampejos daquela luz interior que leva à verdade; e a segunda, a coragem para seguir esta tênue luz para onde quer que ela leve.* A primeira destas qualidades é expressa pela expressão francesa *coup d´oeil*. A segunda é a *determinação*.

O aspecto da guerra que tem sempre atraído a maior atenção é o engajamento. Como o tempo e o espaço são elementos importantes do engajamento, e eram especialmente importantes nos dias em que o ataque da cavalaria era um fator decisivo, a *idéia de uma decisão rápida e precisa* baseava-se primeiro numa avaliação do tempo e do espaço e, consequentemente, recebia um nome que refere-se apenas a uma estimativa visual. Muitos teóricos da guerra empregaram o termo naquele sentido restrito, mas ele foi logo empregado também para expressar qualquer decisão correta tomada no meio do combate - tal como identificar o ponto certo a atacar, etc. *Coup d´oeil*, portanto, refere-se não só ao olho físico, mas mais comumente ao olho interior. A expressão, como a própria qualidade, certamente tem sido sempre mais aplicável à tática, mas deve ter sempre o seu lugar também na estratégia, uma vez que muitas vezes ali também são necessárias decisões rápidas. Despido da metáfora e das restrições impostas a ele pela expressão, o conceito refere-se meramente ao rápido reconhecimento de uma verdade que normalmente a mente não perceberia, ou só perceberia após um longo estudo e reflexão.

Somente num caso a determinação é uma expressão da coragem: se ela tornar-se um atributo, um hábito mental. Mas não estamos aqui nos referindo à coragem física, mas sim à coragem para aceitar responsabilidade, à coragem em face de um perigo moral. Esta tem sido muitas vezes chamada de *courage d´esprit*, porque é criada pelo intelecto. Isto não a torna, entretanto, um ato do intelecto. É um ato do temperamento. A inteligência sozinha não é coragem. Vemos muitas vezes que as pessoas mais inteligentes são indecisas. Como no ímpeto dos acontecimentos o homem é guiado por sentimentos, e não pelo pensamento, o intelecto precisa despertar a qualidade da coragem que o apoia e o sustenta em combate.

Visto desta maneira, o papel da determinação é restringir as agonias da dúvida e os perigos da hesitação quando os motivos para a ação forem inadequados. Na realidade, o termo "determinação" também se aplica coloquialmente a uma propensão para a audácia, a belicosidade, o arrojo ou a temeridade. Mas quando um homem tem motivos suficientes para agir, - sejam eles subjetivos ou objetivos, válidos ou equivocados - ele não pode ser corretamente chamado de "determinado". Isto eqüivaleria a colocarmo-nos em sua situação e pormos na balança uma dúvida que ele nunca sentiu. Neste caso é apenas uma questão de força ou de fraqueza. Não sou tão pedante ao ponto de me queixar do emprego comum por causa do uso ligeiramente incorreto de uma palavra: a única razão para estas observações é impedir mal-entendidos.

A determinação que dispersa a dúvida é uma qualidade que só pode ser despertada pelo intelecto e por um tipo específico de intenção neste sentido. É necessário mais do que uma mera combinação de uma perspicácia superior com as emoções adequadas para criar a determinação. Alguns podem possuir os cérebros mais perspicazes para resolver os problemas mais difíceis e ter a coragem para aceitar graves responsabilidades, mas quando defrontados com uma situação difícil ainda sentir-se-ão incapazes de tomar uma decisão. A sua coragem e o seu intelecto trabalham em compartimentos separados, não juntos, o resultado portanto não é a determinação. Ela só é produzida por um *ato mental*. A mente diz ao homem que o arrojo é necessário e dá assim direção à sua vontade. Este tipo especial de mente, que emprega o medo de *vacilar* e de *hesitar* para sufocar todos os outros medos, é a força que torna determinados os homens fortes. Os homens de pouca inteligência não podem, portanto, possuir determinação no sentido em que empregamos a palavra. Eles podem agir sem hesitação numa crise, mas se o fizerem, agirão *sem reflexão*, e um homem que age sem reflexão não pode, evidentemente, ser dilacerado pela dúvida. Ocasionalmente atos deste tipo podem até ser adequados, mas, como já disse antes, é o *resultado médio* que indica a existência do gênio militar. Esta afirmativa pode causar surpresa ao leitor que sabe que alguns oficiais de cavalaria determinados são pouco dados a um pensamento profundo: mas ele precisa lembrar-se de que estamos falando de um tipo especial de inteligência, não de grandes capacidades de meditação.

Em resumo, acreditamos que a determinação provém de um tipo especial de mente, de uma mente forte, e não de uma brilhante. Podemos dar outras provas desta interpretação, indicando os diversos exemplos de homens que demonstraram uma grande determinação quando eram oficiais modernos, mas que a perderam à medida em que ascendiam a postos mais elevados. Cientes da necessidade de serem resolutos, eles reconhecem também os riscos acarretados por uma decisão *errada*. Como não conhecem bem os problemas com que estão se defrontando agora, suas mentes perdem a sua incisividade anterior. Quanto mais acostumados estiverem eles a agir instantaneamente, mais aumentará a sua timidez à medida em que percebem as armadilhas com que os perigos da indecisão os ameaçam.

Tendo examinado o *coup d´oeil* e a determinação, é natural passar para um assunto correlato: a *presença de espírito*. Esta deve desempenhar um papel mais importante na guerra, o domínio do inesperado, uma vez que nada mais é do que uma capacidade ampliada de lidar com o inesperado. Admiramos a presença de espírito numa boa resposta rápida, tanto quanto admiramos um raciocínio

rápido em face do perigo. Nenhum dos dois precisa ser excepcional, desde que atenda à situação. Uma reação após uma longa e profunda reflexão pode parecer um tanto banal, como uma resposta imediata pode dar um intenso prazer. A expressão "presença de espírito" transmite precisamente a velocidade e a urgência com que a ajuda é fornecida pelo intelecto.

Se esta brilhante qualidade deve-se a um tipo especial de mente ou a nervos firmes depende da natureza do incidente, mas nenhum dos dois pode deixar de existir totalmente. Uma resposta rápida demonstra sagacidade. Desembaraço em caso de perigo súbito exige, acima de tudo, nervos firmes.

Quatro elementos compõem o clima da guerra: perigo, esforço, incerteza e acaso. Se os analisarmos juntos, torna-se evidente quanta firmeza de vontade e de caráter são necessários para fazer progressos com segurança e êxito no meio destes elementos perturbadores. De acordo com as circunstâncias, jornalistas e historiadores especializados em guerra empregaram termos tais como *energia, firmeza, constância, equilíbrio emocional e força de caráter*. Estes produtos de uma natureza heróica quase que poderiam ser tratados como uma única e a mesma força - força de vontade - que adapta-se às circunstâncias, mas embora intimamente ligados não são idênticos. Pode valer a pena fazer um estudo mais minucioso da ação recíproca das forças psicológicas que atuam aqui.

Para começar, um pensamento lúcido exige que mantenhamos em mente uma questão: somente uma pequena parte do peso, da carga, da resistência - chame-o como quiser - que desafia a força psicológica do soldado é uma *conseqüência direta da atividade do inimigo, da sua resistência ou das suas operações*. O impacto direto e primordial da atividade inimiga recai inicialmente sobre a pessoa do soldado, sem afetá-lo em sua capacidade como comandante. Se, por exemplo, o inimigo resistir por quatro horas em vez de duas, o comandante estará em perigo por um período duas vezes maior, mas quanto mais elevado for o posto do oficial, menos importante tornar-se-á este fator, e para o Comandante-em-Chefe não significará coisa alguma.

Uma segunda maneira pela qual a resistência do inimigo afeta *diretamente* o comandante é o dano causado por uma resistência prolongada e a influência que isto exerce sobre o seu senso de responsabilidade. A profunda ansiedade que ele deve sentir atua sobre a sua força de vontade a põe em teste. Ainda assim, acreditamos que esta não é de maneira alguma a carga mais pesada que ele deve suportar, porque ele só é responsável perante ele mesmo. Todos os outros efeitos da ação inimiga, entretanto, são sentidos pelos homens sob o seu comando e, *através deles, se refletem nele*.

Enquanto uma unidade lutar satisfeita, com ânimo e arrebatamento, raramente será necessária uma grande força de vontade, mas logo que as condições tornam-se difíceis, como devem ficar quando há muitas coisas em jogo, as coisas não funcionam mais como uma máquina bem lubrificada. A própria máquina começa a resistir e o comandante precisa ter uma tremenda força de vontade para superar essa resistência. A *resistência* da máquina não precisa consistir em desobediência e em discussão, embora muitas vezes isto ocorra em soldados isolados. É o impacto da queda do moral e da resistência física, do espetáculo dos mortos e feridos, de partir o coração, que o comandante tem que suportar - primeiro sobre ele próprio, e depois sobre todos aqueles que, direta ou indiretamente, depositaram nele os seus pensamentos e sentimentos, esperanças e temores. À medida em que a resistência de cada homem chega ao fim, à medida em que ela não obedece mais à sua vontade, a inércia do conjunto gradualmente passa a recair somente sobre a determinação do comandante. O fervor da sua fibra deve reacender a chama da determinação em todos os outros. O seu fogo interior deve reavivar a esperança deles. Somente na medida em que ele puder fazer isto é que poderá manter a sua autoridade sobre os seus homens e manter o controle da situação. Uma vez perdida aquela autoridade, uma vez que a sua própria coragem não puder mais fazer renascer a dos seus homens, a massa o arrastará para o mundo animalesco onde o perigo é evitado e a vergonha desconhecida. Estes são os fardos que a coragem e a força de vontade do comandante têm que superar na batalha, se ele esperar alcançar um êxito extraordinário. Os fardos aumentam proporcionalmente ao número de homens sob seu comando e, portanto, quanto mais elevada for a sua posição maior será a força de caráter de que ele precisa para suportar a carga que aumenta.

A *energia* em combate varia proporcionalmente à intensidade da força que a motiva, seja ela o resultado de uma convicção intelectual, ou da emoção. Uma grande força, entretanto, não é facilmente produzida onde não existe emoção.

De todas as paixões que inspiram o homem em combate, nenhuma, tenho que admitir, é tão poderosa e tão constante quando o desejo de honra e de reputação. A língua alemã mancha injustamente este sentimento, associando-o a dois significados desprezíveis na expressão "cobiça por honra" (*Ehrgeiz*) e "ânsia de glória" (*Ruhmsucht*). A injúria a estas nobres ambições infligiu certamente os mais repugnantes ultrajes à raça humana, apesar das suas srcens lhes darem o direito de estar entre as mais sublimes da natureza humana. Na guerra elas atuam como o sopro de vida que anima a massa inerte. Outras emoções podem ser mais comuns e mais veneradas - patriotismo,

idealismo, vingança, entusiasmo de qualquer tipo - mas não existe substituto para a sede de fama e de honra. Elas podem, na realidade, incitar as massas ao combate e inspirá-las, mas não podem dar ao comandante a ambição de esforçar-se mais do que os outros, como deve fazer se quiser se destacar. Elas não podem lhe dar, como pode a ambição, um interesse pessoal, quase particular, em todos os aspectos da luta, de modo que transforme cada oportunidade na melhor vantagem - arando com vigor, semeando com cuidado, na esperança de colher com fartura. É primordialmente este espírito de empenho por parte dos comandantes em todos os níveis, esta criatividade, esta energia e este entusiasmo competitivo que vivifica um exército e o torna vitorioso. Com relação ao Comandante-em-Chefe, podemos perguntar se a história alguma vez já conheceu um grande General que não fosse ambicioso, se é possível de fato conceber a existência de uma pessoa como esta.

Firmeza significa a resistência da vontade a um único golpe. *Capacidade de resistir* refere-se a uma resistência prolongada.

Embora os dois termos sejam semelhantes, e muitas vezes sejam empregados de uma maneira intercambiável, a diferença entre eles é significativa e inequívoca. A firmeza em face de um único golpe pode ser decorrente de uma forte emoção, ao passo que a inteligência ajuda a manter a resistência prolongada. Quanto mais durar um combate, mais decidida torna-se a resistência prolongada e esta é uma das suas fontes de força.

Passamos agora para a *força da mente*, ou de *caráter*, e devemos perguntar primeiro o que queremos dizer com estes termos.

Não, evidentemente, uma veemente demonstração de sentimentos, ou um temperamento passional. Isto distorceria o significado da expressão. Queremos exprimir a capacidade de não perder a cabeça em momentos de tensão excepcional e de violeta emoção. Seria a força do intelecto sozinha responsável por tal capacidade? Duvidamos. Evidentemente o oposto não decorre do fato de que alguns homens dotados de um intelecto excepcional perdem o seu autocontrole. Poderia ser dito que o que é necessário é uma mente poderosa, e não uma mente de grande capacidade. Mas poderíamos chegar perto da verdade se partíssemos do princípio de que a aptidão conhecida como *autocontrole* - o dom de manter a calma mesmo sob a maior das tensões - está enraizada no temperamento. Ela é em si mesmo uma emoção que serve para equilibrar os sentimentos exaltados existentes nos caráteres fortes, sem destruí-los, e é somente este equilíbrio que assegura o domínio do intelecto. O contrapeso que temos em mente é simplesmente o senso de dignidade humana, o mais nobre de todos os orgulhos e a mais

profunda de todas as necessidades. A ânsia de *agir racionalmente em todos os momentos.* Afirmaríamos, portanto, que um caráter forte é um caráter *que não pode ser desequilibrado pela mais intensa das emoções.*

Se analisarmos como os homens são diferentes em suas reações emocionais, encontraremos em primeiro lugar um grupo daqueles com uma pequena capacidade para serem inflamados, normalmente conhecidos como "impassíveis" ou "fleumáticos".

Em segundo lugar, há os homens que são extremamente ativos, mas cujos sentimentos nunca se elevam acima de um determinado nível, homens que sabemos que são sensíveis mas calmos.

Em terceiro lugar, existem homens cujas paixões são facilmente inflamadas, nos quais a excitação inflama-se brusca e repentinamente, mas logo se apaga, como a pólvora. E, finalmente, chegamos àqueles que não reagem a questões secundárias, que só serão estimulados muito gradualmente, não subitamente, mas cujas emoções alcançam uma grande força e uma grande durabilidade. Estes são homens cujas paixões são intensas, profundas e dissimuladas.

Estas variantes estão provavelmente relacionadas às *forças físicas* que atuam no ser humano - elas são parte daquele organismo duplo que chamamos de sistema nervoso, um lado do qual é físico, o outro psicológico. Com o nosso conhecimento científico superficial não temos o direito de prosseguir neste terreno obscuro. É importante, contudo, observar as maneiras pelas quais estas diversas combinações psicológicas podem afetar a atividade militar e descobrir até que ponto podemos procurar entre elas uma grande força de caráter.

É difícil fazer com que homens impassíveis percam o seu equilíbrio, mas uma total ausência de vigor não pode ser interpretada de fato como sendo força de caráter. Não se pode negar, entretanto, que a imperturbabilidade desses homens lhes dá uma certa utilidade limitada na guerra. Eles raramente ficam fortemente motivados, falta-lhes iniciativa e, consequentemente, não são especialmente ativos. Por outro lado, raramente cometem um erro grave.

O ponto notável com relação ao segundo grupo é que coisas insignificantes podem subitamente incitá-los a agir, enquanto que provavelmente as grandes questões os esmagam. Este tipo de homem ajuda com satisfação um indivíduo em dificuldade, mas o infortúnio de todo um povo só o entristece, não o incita à ação.

Na guerra estes homens não demonstram falta de energia nem de equilíbrio, mas não é provável que realizem qualquer coisa importante, a menos que possuam um *intelecto muito poderoso* para

fornecer-lhes o estímulo necessário. Mas é raro encontrar este tipo de temperamento associado a uma mente forte e independente.

Emoções inflamáveis e sentimentos que são facilmente despertados têm de um modo geral pouco valor prático e, portanto, pouco valor na guerra. Os seus ímpetos são fortes mas breves. Se a energia destes homens estiver associada à coragem e à ambição, eles se revelarão muito úteis num nível de comando pouco elevado, simplesmente porque a ação controlada por oficiais modernos é de curta duração. Muitas vezes uma única decisão corajosa, uma explosão de força emocional, será suficiente. Um ataque ousado é um trabalho de poucos minutos, enquanto que uma batalha arduamente travada pode durar um dia, e uma campanha um ano inteiro.

As suas emoções voláteis tornam duplamente difícil para estes homens manter o seu equilíbrio. Muitas vezes eles perdem a cabeça, e nada é pior para um militar na ativa. Da mesma maneira, não seria incorreto dizer que as mentes altamente excitáveis nunca podem ser fortes - isto é, nunca poderiam manter o equilíbrio mesmo sob a maior tensão. Porque não deveriam eles ter um senso da sua própria dignidade, uma vez que de uma maneira geral suas índoles encontram-se entre as melhores? Na realidade, eles normalmente possuem este senso, mas não há tempo para que ele surta efeito. Uma vez passada a crise, tendem a ficar envergonhados do seu comportamento. Se o adestramento, o auto-conhecimento e a experiência, mais cedo ou mas tarde, os ensinarem a como ficar prevenidos contra eles próprios, então em momentos de grande excitação um contrapeso interior far-se-á valer, de modo que eles também possam trazer consigo uma grande força de caráter.

Finalmente, chegamos aos homens que são difíceis de motivar, mas que possuem sentimentos intensos - homens que são para o tipo anterior como o calor para uma chuva de centelhas. Estes são os homens que são mais capazes de reunir a força titânica necessária para afastar os enormes fardos que atrapalham a atividade na guerra. As suas emoções movem-se como grandes multidões - lenta mas irresistivelmente.

Estes homens não são tão frequentemente arrebatados pelas suas emoções quanto os do terceiro grupo, mas a experiência demonstra que eles também podem perder o equilíbrio e serem dominados por uma paixão cega. Isto pode acontecer sempre que faltar-lhes o nobre orgulho do autocontrole, ou sempre que este autocontrole for inadequado. Na maior parte das vezes encontramos esta característica entre grandes homens nas sociedades primitivas, onde a paixão tende a dominar devido à falta de disciplina intelectual. Mesmo entre povos cultos e civilizações civilizadas, muitas vezes os homens são

arrebatados pela paixão, exatamente como na Idade Média os ladrões eram levados à força para a floresta acorrentados a veados.

Repetimos uma vez mais: a força de caráter não consiste unicamente em ter sentimentos intensos, mas em manter o equilíbrio apesar deles. Mesmo com a violência e a emoção, o discernimento e os princípios devem ainda funcionar como a bússola de um navio, que registra as mais leves alterações por mais agitado que esteja o mar.

Dizemos que um homem possui força de caráter, ou simplesmente que ele tem caráter, se ele se agarra às suas convicções, sejam elas provenientes das suas próprias opiniões ou das opiniões de alguma outra pessoa, ou representem princípios, atitudes, inspirações súbitas ou qualquer outra força mental. Esta *firmeza* não pode revelar-se, evidentemente, se um homem continua mudando de opinião. Isto não precisa ser conseqüência de uma influência externa. A causa pode ser a atividade da sua própria inteligência, mas isto daria a entender a existência de uma mente especialmente insegura. Obviamente um homem cujas opiniões estão mudando constantemente, mesmo que isto ocorra em resposta às suas próprias reflexões, não poderia ser chamado de *um homem de caráter*. O termo só se aplica a homens cujas opiniões sejam *estáveis e constantes*. Isto pode ser porque eles possuem idéias formadas, são seguros e raramente estão abertos a rever essas idéias, ou, no caso do homem indolente, porque estas pessoas não possuem o hábito de realizar esforços mentais e portanto não têm qualquer motivo para alterar as suas opiniões e, finalmente, porque uma decisão firme, tomada com base no princípio fundamental extraído de uma reflexão, está relativamente imune a mudanças de opinião.

Com a sua grande quantidade de impressões vigorosas e as dúvidas que caracterizam todas as informações e opiniões, não existe atividade como a guerra para despojar os homens da confiança que têm em si mesmos e em outros, e desviá-los da sua linha de ação srcinal.

Na presença terrível do sofrimento e do perigo, a emoção pode facilmente dominar a convicção intelectual e, nesta névoa psicológica é tão difícil formar idéias claras e completas que as mudanças de opinião tornam-se mais compreensíveis e desculpáveis. Uma ação nunca pode basear-se em nada mais firme do que o instinto, uma percepção da verdade. Consequentemente, em nenhum lugar as diferenças de opinião são tão intensas como na guerra e novas opiniões nunca cessam de destruir as nossas convicções. Nenhum grau de calma pode proporcionar uma proteção suficiente. As novas impressões são demasiadamente intensas, vigorosas demais e sempre agridem as emoções, bem como o intelecto.

Somente estes princípios e atitudes gerais que resultam de uma clara e profunda compreensão podem proporcionar um guia *abrangente* para a ação. É neles que as opiniões sobre problemas específicos devem ser fundamentadas. A dificuldade é aferrar-se aos resultados da contemplação, na torrente de acontecimentos e de novas opiniões. Muitas vezes entre os princípios e os acontecimentos reais existe um fosso que não pode ser transposto por uma sucessão de deduções lógicas. É necessário então que haja uma dose de autoconfiança. Um certo grau de ceticismo também é salutar. Frequentemente, nada será suficiente, a não ser um princípio imperioso que não faça parte do processo de pensamento imediato, mas que o domine. Este princípio é, em todos os casos duvidosos, *aferrar-se à sua opinião e recusar-se a mudá-la, a menos que seja obrigado a fazê-lo devido a uma nítida convicção.* É necessário que haja uma fé fervorosa na avassaladora verdade dos princípios testados. A nitidez das impressões passageiras não deve fazer com que esqueçamos que essa verdade que elas contém é de uma espécie inferior. Dando precedência, em caso de dúvida, às nossas convicções anteriores, aferrando-nos teimosamente a elas, os nossos atos adquirem aquela qualidade de firmeza e de coerência que é denominada força de caráter.

É evidente o quanto a força de caráter depende de um temperamento equilibrado. A maioria dos homens que possuem força emocional e estabilidade são, portanto, homens possuidores também de um caráter forte.

A força de caráter pode transformar-se em *obstinação*. Muitas vezes é difícil traçar o limite entre elas num determinado caso, mas certamente é fácil distingui-las na teoria.

A obstinação *não é uma deficiência intelectual*. Ela provém da relutância que uma pessoa tem em admitir que está errada. Atribuir isto à mente seria ilógico, porque a mente é a morada da capacidade de julgar. A obstinação é *um defeito de temperamento*. A teimosia e a intolerância com relação a uma contradição decorrem de um tipo especial de *egolatria*, que eleva acima de tudo o mais *o prazer do seu intelecto autônomo, ante ao qual os outros devem se curvar*. Poderia ser chamada também de vaidade, se não fosse algo superior. A vaidade satisfaz-se apenas com a aparência, a obstinação exige a realidade material.

Afirmaríamos portanto que a força de caráter transforma-se em obstinação assim que um homem resiste a um outro ponto de vista, não devido a uma percepção superior, nem por fidelidade a algum princípio mais elevado, mas porque ele *discorda instintivamente*. Esta definição pode evidentemente não ter muita utilidade prática, mas apesar disto ajuda-nos a evitar a interpretação de que a obstinação é

simplesmente uma forma mais intensa de caráter forte. Existe uma diferença básica entre os dois. Eles estão intimamente relacionados, mas um está tão longe de ser *um grau mais elevado do outro* que podemos até mesmo achar extremamente obstinados homens que são obtusos demais para possuírem muita força de caráter.

Até agora o nosso estudo dos atributos de que um grande comandante precisa na guerra tem se preocupado com as qualidades nas quais a mente e o temperamento atuam juntos. Devemos agora voltar-nos para uma característica especial da atividade militar - possivelmente a mais notável, embora não seja a mais importante - que não está relacionada com o temperamento e envolve apenas o intelecto. Refiro-me à relação existente entre a guerra e o terreno.

Para começar, esta relação é *um fator permanente* - tanto é assim que não podemos conceber um exército regular operando, a não ser num espaço definido. Em segundo lugar, a sua importância é *decisiva no grau mais elevado*, porque afeta as operações de todas as forças e às vezes as altera totalmente. Em terceiro lugar, a sua influência pode ser sentida *na menor característica do terreno*, mas pode também dominar *áreas enormes*.

Destas maneiras, a relação existente entre a guerra e o terreno determina o caráter específico da ação militar. Se considerarmos outras atividades relacionadas com o solo - jardinagem, por exemplo, lavoura, construção, engenharia hidráulica, mineração, proteção à caça ou silvicultura - nenhuma delas estende-se além de uma érea muito restrita e adquire-se logo um conhecimento de como trabalhar naquela área. Mas um comandante deve sujeitar o seu trabalho a um parceiro, o espaço, que ele nunca pode reconhecer completamente e que, devido ao constante movimento e alterações a que está sujeito, nunca poderá realmente vir a conhecer. Na realidade, de uma maneira geral o inimigo não está numa situação melhor, mas a vantagem, embora compartilhada, ainda é uma vantagem, e o homem que tiver talento e experiência suficientes para superá-la terá uma vantagem real. Além do mais, é somente num sentido genérico que a dificuldade é a mesma para os dois lados. Em qualquer situação específica, o defensor normalmente conhece a área muito melhor do que o seu oponente.

Este problema é singular. Para dominá-lo é necessário ter um determinado dom, ao qual é dado o nome demasiadamente limitado de *senso de localização*. É a capacidade de *perceber rápida e precisamente a topografia de qualquer área* que permite que um homem encontre o seu caminho a qualquer momento. Obviamente esta é uma obra da imaginação. As coisas são percebidas, evidentemente, em parte pelo olho nu e em parte pela mente, que preenche as lacunas com suposições

baseadas no aprendizado e na experiência, e assim compõe o todo a partir de fragmentos que o olho pode ver. Mas se o todo não estiver vivamente presente na mente, estampada no cérebro como uma fotografia, como um mapa, sem que os seus detalhes esmaeçam nem borrem, *isto só poderá ser realizado pelo dom mental a que chamamos de imaginação.* Um poeta ou um pintor pode ficar chocado ao descobrir que a sua Musa domina também estas atividades. Para ele deve parecer estranho dizer que um jovem guarda florestal precisa de uma imaginação excepcionalmente poderosa para ser competente. Sendo assim, admitimos de bom grado que este conceito deve ser aplicado apenas de uma maneira restrita e a uma tarefa simples. Mas por mais afastada que seja a ligação existente, esta habilidade ainda deve ser atribuída a este dom natural, porque se a imaginação estivesse totalmente ausente seria difícil combinar os detalhes formando uma imagem clara e coerente. Admitimos também que uma boa memória pode ser de grande ajuda, mas devemos pensar na memória como sendo um dom separado da mente, ou será que a imaginação estampa aquelas fotografias na memória com maior clareza? A pergunta deve ser deixada sem resposta, principalmente uma vez que é difícil até mesmo conceber essas duas forças trabalhando separadamente.

É inegável que a prática e uma mente treinada têm muito a ver com este dom. Puységur, o famoso Chefe do Serviço de Intendência do Exército do Marechal Luxemburgo, escreveu que no início da sua carreira tinha pouca fé no seu senso de localização. Quando tinha que cavalgar qualquer distância que fosse, para obter a senha, invariavelmente se perdia.

O alcance deste talento aumenta à medida em que aumenta a autoridade. Um hussardo ou um batedor liderando uma patrulha deve encontrar facilmente o seu caminho entre estradas e trilhas. Tudo que ele precisa são alguns pontos de referência e um modesto poder de observação e de imaginação. Um Comandante-em-Chefe, por outro lado, deve esforçar-se para adquirir um conhecimento global da configuração de uma região, de todo um país. Ele deve reter uma imagem viva da malha rodoviária, dos rios e das cadeias de montanhas, sem perder jamais uma noção dos arredores de onde se encontra. Ele pode evidentemente extrair informações em geral de relatórios de todos os tipos, de mapas, de livros e da memória. Os detalhes serão fornecidos pelo seu Estado-Maior. Apesar disto, é verdade que com um rápido e exato senso de localização as suas ordens serão mais rápidas e mais seguras. Ele correrá um risco menor de sentir uma certa dificuldade em seus conceitos e ficará menos dependente de outros.

Atribuímos esta capacidade à imaginação, mas este é quase o único serviço que a guerra pode pedir a esta deusa frívola, que na maioria das questões militares causa mais mal do que bem.

Com isto, acreditamos ter chegado ao fim da nossa análise dos poderes intelectuais e morais de que a natureza humana necessita para levar com ela para a guerra. A contribuição essencial da inteligência é totalmente evidente. Não é surpresa, portanto, que a guerra, embora possa parecer uma coisa simples, não possa ser travada de maneira destacada, a não ser por homens dotados de um intelecto excepcional.

Uma vez adotada esta opinião, não há mais qualquer necessidade de pensar que a guerra exige um grande esforço intelectual para contornar o flanco de uma posição inimiga (um movimento óbvio, realizado inúmeras vezes), ou para realizar um grande número de operações semelhantes.

É verdade que normalmente consideramos o soldado comum e eficiente como sendo o verdadeiro oposto do intelectual contemplativo, ou do intelectual inventivo, com a sua fascinante gama de conhecimentos. Esta antítese não é totalmente irreal, mas não prova que somente a coragem torne um soldado eficiente, nem que possuir um cérebro e utilizá-lo não seja necessariamente uma condição para ser um bom combatente. Devemos insistir uma vez mais: nada é mais comum do que o oficial cujas energias decrescem à medida que em que ele galga a postos mais elevados e ocupa posições que estão além da sua capacidade. Mas devemos lembrar também ao leitor que o que temos em mente é um esforço extraordinário, do tipo que dá a os homens uma notável reputação. Todo nível de comando tem os seus próprios padrões intelectuais, seus próprios pré-requisitos para a fama e para a honra.

Existe um grande abismo entre um Comandante-em-Chefe - um General que lidere um exército como um todo, ou que comande num teatro de operações - e os Generais mas modernos diretamente subordinados a ele. A razão é simples: o segundo nível está sujeito a um controle e a uma supervisão muito mais rigorosos, e isto lhes dá uma esfera de ação muito menor para que tenham um pensamento independente. As pessoas pensam, portanto, que uma capacidade intelectual excepcional só é exigida no topo, e que para todas as outras funções será suficiente uma inteligência comum. Podemos considerar que um General que tenha uma responsabilidade menor, um oficial amadurecido no serviço ativo, com a sua mente bem tolhida pelos longos anos de rotina, possa ter desenvolvido uma certa falta de imaginação. A sua coragem é respeitada, mas a sua simploriedade nos faz sorrir. Não pretendemos defender nem enaltecer estes homens dignos. Isto não contribuiria em nada para a sua eficiência, e pouco para a sua felicidade. Só queremos mostrar as coisas como elas são, de modo que o leitor não

pense que um combatente valente mas desprovido de inteligência possa fazer algo de importância extraordinária na guerra.

Como na nossa opinião até mesmo as funções subalternas de comando exigem qualidades intelectuais excepcionais para que possam ser realizadas coisas excepcionais e, como o padrão eleva-se a cada degrau, conclui-se que reconhecemos as aptidões que são necessárias para que as funções secundárias de um exército sejam desempenhadas com distinção. Estes oficiais parecem ser um tanto simplórios se comparados ao homem erudito de grande saber, ao executivo de primeira linha ou ao político, mas não deveríamos menosprezar o valor da sua inteligência prática. Ocorre algumas vezes, evidentemente, que alguém que tenha adquirido uma reputação num determinado posto, leve essa reputação com ele quando é promovido, sem que na realidade a mereça. Se não for exigido muito dele, e se ele puder evitar expor a sua incompetência, é difícil saber que reputação ele realmente merece. Muitas vezes estes casos fazem com que se faça um mau juízo de soldados que, em posições de menor responsabilidade, possam fazer um excelente trabalho.

Para que possa ser realizado um bom trabalho é necessário que haja um talento adequado em todos os níveis, mas a história e a posteridade reservam o nome de "gênio" para aqueles que se destacaram nas posições mais elevadas - como Comadantes-em-Chefe - uma vez que as exigências de poderes intelectuais e morais eram imensamente maiores.

Levar uma guerra, ou uma das suas campanhas, a um término bem sucedido exige uma total compreensão da política nacional. Naquele nível, a estratégia e a política se misturam. O Comandante-em-Chefe é simultaneamente um político.

Carlos XII da Suécia não é visto como tendo sido um grande gênio, porque nunca pôde subordinar os seus dons militares a idéias mais elevadas e a uma maior sensatez, e nunca pôde atingir um grande propósito com eles. Nem vemos Henrique IV da França desta maneira: ele foi morto antes que a sua competência na guerra pudesse afetar as relações entre Estados. A morte negou-lhe a oportunidade de provar os seus talentos nesta esfera mais elevada, onde os seus sentimentos nobres e um temperamento generoso, que efetivamente apaziguaram desavenças internas, teriam que ter enfrentado um oponente mais difícil de lidar.

A ampla gama de assuntos que um comandante supremo deve absorver rapidamente e avaliar com precisão foi mostrada no primeiro capítulo. Afirmamos que um Comandante-em-Chefe deve ser

também um político, mas ele não deixa de ser um General. Por um lado, ele está ciente de toda a situação política. Por outro, sabe exatamente quanto deve obter com os meios que tem à sua disposição.

As circunstâncias variam tão intensamente na guerra, e são tão inexplicáveis, que uma vasta série de fatores tem que ser avaliada - na maioria das vezes somente com base nas probabilidades. O homem responsável por avaliar o conjunto deve estar dotado para essa tarefa da qualidade da intuição, que percebe a verdade em todos os detalhes. Senão, o resultado seria um caos de opiniões e de observações que iria fatalmente dificultar a apreciação. Bonaparte dizia acertadamente com relação a isto, que as inúmeras decisões enfrentadas pelo Comandante-em-Chefe se pareciam com problemas matemáticos, dignos dos dons de um *Newton* ou de um *Euler*.

O que essa empreitada exige de certo modo dos dons intelectuais mais elevados é um senso de unidade e um poder de julgamento elevado a um maravilhoso grau de visão, que rapidamente percebe e descarta mil possibilidades remotas que uma mente comum teria que esforçar-se para identificar, e desgastar-se ao fazer isto. Apesar disto, mesmo esta extraordinária demonstração de intuição, o olho infalível do próprio gênio, ainda ficariam aquém de possuir uma importância histórica sem as qualidades de caráter e de temperamento que descrevemos.

A verdade por si só raramente é suficiente para fazer os homens agirem. Em decorrência disto, é sempre necessário um grande passo para ir da percepção à vontade e do conhecimento à competência. As mais intensas fontes de ação nos homens estão em suas emoções. Ele retira o seu apoio mais vigoroso, se podemos empregar este termo, daquela combinação de inteligência e de temperamento que aprendemos a reconhecer nas qualidades de determinação, firmeza, constância e força de caráter.

É perfeitamente natural que, se a inteligência superior do comandante e a sua grande força de caráter não se revelarem no êxito final do seu trabalho e apenas dermos crédito à sua existência, elas raramente obterão qualquer importância histórica.

O que o leigo consegue saber sobre o rumo dos acontecimentos militares é normalmente indefinido. Um combate se parece com outro, e de uma simples narração dos acontecimentos seria impossível imaginar que obstáculos foram enfrentados e superados. Só eventualmente então, nas memórias dos Generais ou dos seus confidentes, ou em decorrência de um minucioso estudo histórico, são revelados alguns dos inúmeros fios da tapeçaria. A maioria das controvérsias e choques de opinião que antecedem a uma operação de vulto são deliberadamente ocultas, porque ferem interesses políticos,

ou são simplesmente esquecidas, sendo consideradas como andaimes a serem desmontados quando o edifício estiver concluído.

Finalmente, e sem querer arriscar uma definição mais precisa dos mais elevados poderes do espírito, vamos afirmar que a mente humana (no significado comum do termo) está longe de ser uniforme. Se perguntarmos então que tipo de mente tem maiores probabilidades de revelar as qualidades do gênio militar, tanto a experiência como a observação nos dirão que é a mente indagadora e não a criativa, a abordagem abrangente e não a especializada, o cérebro calmo e não o nervoso que devemos escolher na guerra para confiar a sorte de nossos irmãos e filhos e a segurança e a honra do nosso país.

CAPÍTULO QUATRO

Do Perigo na Guerra

Para alguém que nunca experimentou o perigo, a idéia é atraente e não alarmante. Você ataca o inimigo ignorando os projetis e as baixas, num surto de arrebatamento. Você se atira cegamente em direção a uma morte gelada, sem saber se você ou qualquer outro escapará dela. Na sua frente está o prêmio de ouro, a vitória, o fruto que sacia a sede e a ambição. Isto pode ser tão difícil? Não, e parecerá ainda menos difícil do que é. Mas estes momentos são raros, e mesmo que não sejam, como normalmente se pensa, breves como uma batida do coração, vêm como um remédio, em doses repetidas, com o gosto diluído pelo tempo.

Acompanhemos um novato até o campo de batalha. À medida em que nos aproximamos, o estrondo dos canhões fica mais alto e alterna-se com o silvo das granadas, que começam a atrair a sua atenção. Os tiros começam a cair perto de nós. Subimos correndo a ladeira onde o comandante geral está posicionado com o seu numeroso Estado-Maior. Aqui são freqüentes os tiros de canhão e a explosão das granadas, e a vida começa a parecer mais importante do que o jovem havia imaginado. Subitamente sabe-se que alguém foi ferido. Em seguida uma granada cai no meio do Estado-Maior. Você nota que alguns dos oficiais agem de uma maneira um tanto estranha. Você mesmo não está tão firme e sereno quanto estava antes. Até mesmo o homem mais corajoso torna-se ligeiramente perturbado. Entramos agora no combate que está grassando à nossa frente, ainda quase que como um espetáculo e nos reunimos ao comandante da unidade mais próxima. Os tiros estão caindo como granizo e o ribombar dos nossos próprios canhões aumenta o barulho. Na frente está o comandante do pelotão, um homem de reconhecida bravura, mas ele tem o cuidado de se proteger atrás de uma

elevação, de uma casa ou de um arvoredo. É ouvido um ruído, que é uma indicação concreta de um perigo maior - o matraquear das metralhadora nos telhados e no chão. As granadas dos canhões passam rasgando, zumbindo em todas as direções, e os tiros de fuzil começam a assobiar em volta de nós. Um pouco adiante chegamos à linha de tiro, onde a infantaria resiste por horas ao ataque com uma incrível tenacidade. O ar está cheio de projetis sibilantes que soam como um estampido agudo se passam perto da cabeça de alguém. Para que ele tenha um choque definitivo, a visão de homens sendo mortos e mutilados comove os nossos corações acelerados, levando-os ao medo e à pena.

O novato não pode passar através destas camadas de perigo de intensidade crescente sem sentir que aqui as idéias são regidas por outros fatores, e que a luz da razão é refratada de uma maneira bem diferente da que ocorre num estudo acadêmico. Um homem que mantenha intacto o seu poder de tomar decisões rápidas, como se nunca tivesse passado antes por esta experiência, é um homem excepcional. É verdade que (com o hábito) à medida em que ficamos acostumados a ela, a impressão logo desaparece e, em meia hora mal notamos o que acontece à nossa volta, embora o homem comum nunca possa chegar a um estado de despreocupação absoluta, no qual a sua mente possa trabalhar com uma flexibilidade normal. Reconhecemos aqui uma vez mais que as qualidades normais não são suficientes, e que quanto maior for a responsabilidade, mais verdadeira torna-se esta afirmativa. Uma coragem arrojada, obstinada e inata, uma ambição dominadora, ou uma longa familiaridade com o perigo - todas estas características devem estar presentes num grau considerável para que a ação neste elemento debilitante não fique aquém das realizações que nos estudos não pareceriam ser nada fora do comum.

O perigo é parte da fricção da guerra. Sem uma concepção precisa do perigo não podemos compreender a guerra. É por isto que tratei dele aqui.

CAPÍTULO CINCO

Do Esforço Físico na Guerra

Se ninguém tivesse o direito de emitir suas opiniões sobre as operações militares, a não ser quando estivesse congelado, debilitado pelo calor e pela sede, ou deprimido pelas privações e pelo cansaço, as opiniões precisas e objetivas seriam ainda mais raras do que são. Mas pelo menos seriam subjetivamente válidas, porque a experiência de quem as emitiria expressariam precisamente a sua apreciação. Isto é evidente quando observamos de que maneira reprovadora e até mesmo vil e mesquinha os homens falam sobre o fracasso de alguma operação que eles tenham testemunhado, e ainda mais se realmente tomaram parte nela. Consideramos que isto indica quanta influência exercem os esforços físicos, e mostra o quanto devemos levá-los em consideração em todas as nossas avaliações.

Dentre os inúmeros fatores da guerra que não podem ser mensurados, o esforço físico é o mais importante. A menos que seja desperdiçado, o esforço físico é um fator que contribui para todas as forças e o seu limite exato não pode ser determinado. Mas é digno de nota que, do mesmo modo que é preciso que haja um arqueiro possante para curvar o arco além do normal, é preciso que haja uma mente forte para levar o seu exército ao limite. Uma coisa é um exército que foi fragorosamente derrotado, que está cercado de perigo por todos os lados e que está se desintegrando como uma obra de alvenaria desmoronando, buscar a sua segurança através de um último esforço. É totalmente diferente quando um exército vitorioso, estimulado pela sua própria animação, continua sendo um instrumento submisso nas mãos do seu comandante. O mesmo esforço, que no primeiro caso pode despertar no máximo compaixão, deve ser admirado no outro, onde é muito mais difícil de ser mantido.

O observador inexperiente começa a reconhecer agora um dos elementos que parecem acorrentar o espírito e consumir secretamente as energias dos homens.

Embora estejamos tratando apenas do esforço que um General pode exigir dos seus soldados, ou um comandante dos seus subordinados, em outras palavras, embora estejamos interessados na coragem que é preciso ter para fazer a exigência e na habilidade necessária para continuar obtendo uma resposta, não devemos nos esquecer do esforço físico exigido do próprio comandante. Como prosseguimos com a nossa análise da guerra conscientemente até este ponto, devemos tratar também deste resíduo.

A nossa razão para tratar aqui do esforço físico é que, como o perigo, ele é uma das grandes fontes de fricção na guerra. Como os seus limites são imprecisos, ele se parece com uma daquelas substâncias cuja elasticidade faz com que seja extremamente difícil medir o seu grau de fricção.

Para impedir que estas reflexões, esta avaliação das condições perturbadoras da guerra, sejam mal utilizadas, possuímos na nossa sensibilidade um guia natural. Ninguém pode esperar obter solidariedade se aceitar um insulto ou maus tratos porque alega ser deficiente físico. Mas se conseguir se defender ou se vingar, qualquer referência à sua deficiência será favorável a ele. Da mesma maneira, um General e um exército não podem remover a mancha da derrota explicando os perigos, as privações e o esforço que tiveram que suportar, mas descrevê-los aumenta imensamente o mérito de uma vitória. Somos impedidos de fazer uma afirmativa aparentemente justificada pela nossa *sensibilidade*, que atua ela própria como um melhor critério.

CAPÍTULO SEIS

A Inteligência na Guerra

Por "inteligência" referimo-nos a todo o tipo de informações sobre o inimigo e o seu país - a base, em resumo, dos nossos planos e operações. Se considerarmos a verdadeira base destas informações, o quanto elas são pouco confiáveis e momentâneas, logo perceberemos que a guerra é uma estrutura frágil que pode desmoronar facilmente e enterrar-nos em suas ruínas. Os livros didáticos concordam, evidentemente, que só devemos acreditar numa inteligência confiável e que nunca devemos deixar de suspeitar, mas qual a utilidade destas frágeis assertivas ? Elas pertencem àquele tipo de sapiência a que, à falta de coisa melhor, os maus escritores de sistemas e de compêndios recorrem quando suas idéias se esgotam.

Na guerra, muitos relatórios de inteligência são contraditórios, outros, em número ainda maior, são falsos e a maioria é precária. O que podemos razoavelmente pedir de um oficial é que ele possua um padrão de julgamento que ele só adquire a partir do conhecimento dos homens, das coisas e do bom senso. Ele deve orientar-se pelas leis da probabilidade. Estas leis são difíceis de aplicar quando os planos são esboçados num escritório, longe da esfera de ação. A tarefa torna-se infinitamente mais árdua no auge do próprio combate, com relatórios chegando em grande quantidade. Em momentos como estes, uma pessoa tem sorte se as suas contradições anularem-se umas às outras e deixarem um tipo de estimativa para ser avaliada de uma maneira crítica. Será muito pior para o novato se o acaso não o ajudar desta maneira e se, ao contrário, um relatório concordar com outro, confirmá-lo, ampliá-lo, der-lhe colorido, até que ele tenha que tomar uma decisão rápida - que é logo percebida como sendo equivocada, bem como que os relatórios eram mentiras, exageros, enganos e assim por diante. Em resumo, a maior parte da inteligência é falsa, e o efeito do medo é multiplicar as mentiras e as

imprecisões. De um modo geral os homens preferem acreditar nas más notícias a acreditar nas boas, e certamente tendem a exagerar essas más notícias. Os perigos que são informados podem logo, como as ondas, acalmar-se, mas também como as ondas, continuam surgindo novamente, sem qualquer motivo aparente. O comandante deve confiar na sua capacidade de julgamento e permanecer firme como uma rocha, sobre a qual as ondas quebrem-se em vão. Não é uma coisa fácil de ser feita. Se ele não tiver um temperamento alegre, se a experiência adquirida na guerra não o tiver adestrado e amadurecido o seu discernimento, é melhor que ele adote como regra suprimir as suas convicções pessoais e dar às suas esperanças, e não aos seus temores, o benefício da dúvida. Somente assim ele poderá manter um equilíbrio adequado.

Esta dificuldade de fazer um *reconhecimento preciso* constitui uma das mais graves fontes de fricção na guerra, fazendo com que as coisas revelem-se totalmente diferentes do que esperava-se que fossem. Os sentidos causam uma impressão mais intensa na mente do que o pensamento sistemático - tão mais intensa que eu duvido que alguma vez um comandante tenha iniciado uma operação de qualquer magnitude sendo obrigado a reprimir novas apreensões desde o início. Os homens comuns, que normalmente seguem a iniciativa de outros, tendem a perder a autoconfiança quando chegam à cena do combate. As coisas não são como ele esperava que fossem, ainda mais quando ele se deixa influenciar por outros. Mas mesmo o homem que planejou a operação, e que agora a vê sendo executada, pode perfeitamente perder a confiança na sua avaliação anterior, enquanto que a confiança em si mesmo é a sua melhor defesa contra as pressões do momento. A guerra tem uma maneira de encobrir o palco com um cenário grosseiramente revestido de aparições medonhas. Uma vez retirado o cenário, e o horizonte se tornado desobstruído, os acontecimentos confirmarão as suas convicções anteriores - este é um dos maiores abismos existentes entre *o planejamento e a execução.*

CAPÍTULO SETE

A Fricção na Guerra

Se uma pessoa jamais passou pessoalmente por uma experiência de guerra, não pode compreender em que consistem realmente as dificuldades constantemente mencionadas, nem porque um comandante deve possuir qualquer talento e capacidade excepcionais. Tudo parece simples. O conhecimento necessário não parece ser extraordinário e as opções estratégicas são tão óbvias que, comparado com elas, o problema mais simples de alta matemática apresenta uma impressionante dignidade científica. Quando a guerra é realmente vista, as dificuldades tornam-se evidentes, mas ainda é extremamente difícil descrever o que não foi visto, o elemento que impregna tudo e que causa esta mudança de perspectiva.

Tudo é muito simples na guerra, mas a coisa mais simples é difícil. As dificuldades acumulam-se e terminam produzindo um tipo de fricção que é inconcebível, a menos que a pessoa tenha passado por uma experiência de guerra. Imaginem um viajante que um dia à tarde decida percorrer mais duas etapas da sua jornada antes do cair da noite. São só mais quatro ou cinco horas, numa estrada pavimentada com mudas de cavalos. Deveria ser uma viagem tranqüila. Mas na estação seguinte ele não encontra cavalos descansados, só uns fracos e abatidos. O terreno torna-se montanhoso e a estrada ruim, cai a noite e, finalmente, após diversas dificuldades, ele fica imensamente satisfeito por chegar a um local de descanso que tenha qualquer tipo de acomodações primitivas. É exatamente isto o que ocorre na guerra. Inúmeros incidentes de pequena importância - do tipo que você nunca pode realmente prever - combinam-se para reduzir o nível geral de desempenho, de modo que ficamos sempre aquém da meta desejada. Uma força de vontade férrea pode superar esta fricção. Ela pulveriza todos os obstáculos, mas evidentemente desgasta também a máquina. Deveremos voltar frequentemente a esta questão. O

espírito altivo e inabalável irá dominar a arte da guerra como um obelisco domina a praça da cidade na qual convergem todas as estradas.

A fricção é o único conceito que contém mais ou menos os fatores que distinguem a guerra real da guerra no papel. A máquina militar - o exército e tudo relacionado a ele - é basicamente muito simples e, portanto, parece ser fácil de lidar. Mas devemos ter em mente que nenhum dos seus componentes é constituído de uma única peça. Cada peça é composta de indivíduos, cada um dos quais contendo o seu potencial de fricção. Na teoria, parece ser bastante razoável: a tarefa do comandante de um batalhão é cumprir as suas ordens. A disciplina mantém o batalhão unido, o seu comandante deve ser um homem de capacidade comprovada e, assim, o grande cilindro gira em torno do seu eixo com um mínimo de atrito. Na realidade é diferente, e qualquer falta ou excesso de teoria é instantaneamente revelado na guerra. Um batalhão é constituído de indivíduos, o menos importante dos quais pode retardar as coisas por acaso ou fazer de algum modo com que saiam erradas. Os perigos que são inseparáveis da guerra e o esforço físico exigidos por ela podem agravar o problema a tal ponto que devem ser colocados entre as suas principais causas.

Esta tremenda fricção, que como na mecânica, não pode ser restringida a apenas alguns pontos, está em todos os pontos, em contato com o acaso e produz efeitos que não podem ser medidos, exatamente porque devem-se em grande parte ao acaso. Um deles, por exemplo, são as condições de tempo. O nevoeiro pode impedir que o inimigo seja visto a tempo, que um canhão atire quando deveria atirar e que uma informação chegue ao Comandante. A chuva pode impedir que um batalhão chegue, pode atrasar outro, fazendo com que tenha que marchar durante oito horas e não três, pode arruinar uma carga de cavalaria atolando os cavalos na lama, etc.

Demos estes exemplos simplesmente como ilustração, para ajudar o leitor a acompanhar o raciocínio. Seriam necessários diversos volumes para abordar todas as dificuldades. Poderíamos cansar o leitor somente com ilustrações, se tentássemos tratar realmente de toda a gama de pequenas dificuldades que devem ser enfrentadas na guerra. As poucas que apresentamos serão desculpadas por aqueles leitores que há muito tempo já compreenderam o que estamos querendo dizer.

A atividade na guerra é como um movimento realizado através de um elemento resistente. Assim como o movimento mais simples e natural, o movimento de andar, não pode ser realizado facilmente na água, na guerra é difícil que os esforços normais obtenham até mesmo resultados moderados. Um verdadeiro teórico é como um professor de natação que faz os seus alunos treinarem em terra os

movimentos que são destinados a serem realizados na água. Para aqueles que não estão pensando em natação, os movimentos parecerão grotescos e exagerados. Em prova do que digo, os teóricos que nunca nadaram, ou que não aprenderam a generalizar a partir da experiência, não são práticos e são até mesmo absurdos: eles só ensinam o que já é do conhecimento geral: como andar.

Além do mais, toda guerra é rica em episódios singulares. Cada um deles é um mar não cartografado, cheio de arrecifes. O Comandante pode suspeitar da existência dos arrecifes mesmo sem tê-los visto, mas tem que passar por eles no escuro. Se soprar de repente um vento contrário, se surgir algum grande contratempo, ele precisará da maior habilidade, de um grande esforço pessoal e da maior presença de espírito, embora à distância tudo pareça estar ocorrendo automaticamente. Uma compreensão do que é a fricção é uma grande parte daquela tão admirada percepção da guerra que presume-se que um bom General possua. Na realidade, o melhor General não é aquele que está extremamente familiarizado com a idéia de fricção e que a leva a sério (ele pertence ao tipo preocupado, tão comum entre os comandantes experientes). O bom General deve conhecer a fricção para superá-la sempre que possível, e para não esperar obter um padrão de conquistas em suas operações, o que a própria fricção torna impossível. A propósito, ela é uma força que a teoria nunca poderá realmente definir. Mesmo se pudesse, ainda seria necessário o desenvolvimento do instinto e do tato, uma forma de avaliação muito mais necessária numa área repleta de infindáveis pequenos obstáculos do que em grandes e importantes questões, que são resolvidas através de deliberações solitárias ou em conversas com outras pessoas. Enquanto que num homem comum o instinto torna-se quase um hábito, de modo que ele sempre age, fala e movimenta-se adequadamente, somente o oficial experiente tomará a decisão correta com relação a grandes e pequenas questões - a cada batida do coração da guerra. A prática e a experiência darão a resposta: "isto é possível, aquilo não." Assim, raramente ele comete um erro grave, do tipo que pode destruir a confiança e tornar-se extremamente perigoso se ocorrer frequentemente.

A fricção, como resolvemos chamá-la, é a força que torna difícil aquilo que aparentemente é fácil. Voltaremos frequentemente a esta questão e tornar-se-á evidente que um grande comandante precisa ter mais do que experiência e uma forte determinação. Ele precisa ter também outras qualidades excepcionais.

CAPÍTULO OITO

Observações Finais sobre o Livro Um

Identificamos o perigo, o esforço físico, a inteligência e a fricção como sendo os elementos que se fundem para formar a atmosfera da guerra e para transformá-la num meio que dificulta a atividade. Em seus efeitos restritivos, podem ser agrupados num único conceito de fricção geral. Haverá algum lubrificante que possa reduzir essa abrasão? Somente um, e um comandante e o seu exército nem sempre o terão prontamente à mão: a experiência de combate.

O hábito enrijece o corpo para realizar grandes esforços, fortalece o coração que está correndo um grande perigo e reforça a capacidade de julgamento contra as primeiras impressões. O hábito desenvolve aquela inestimável qualidade, a calma, que passando de um hussardo e de um soldado até o próprio General, tornará mais suave a tarefa do comandante.

Na guerra, o soldado experiente reagirá mais ou menos da mesma maneira que o olho humano reage no escuro: a pupila dilata-se para deixar passar toda a pouca luz existente, discernindo os objetos gradativamente e, finalmente, vendo-os nitidamente. O novato, ao contrário, vê-se mergulhado na noite mais profunda.

Nenhum General pode acostumar um exército à guerra. As manobras realizadas em tempo de paz são um frágil substituto para a realidade, mas mesmo elas podem dar a um exército uma vantagem sobre outros cujo adestramento esteja restrito aos exercícios rotineiros e mecânicos. Planejar manobras que envolvam alguns elementos de fricção, que irão adestrar o discernimento, o bom senso e a coragem dos oficiais, é muito mais valioso do que as pessoas inexperientes podem pensar. É imensamente importante que nenhum soldado, qualquer que seja o seu posto ou graduação, deva esperar pela guerra para ficar exposto àqueles aspectos do serviço ativo que o deixarão aturdido e confuso quando defrontar-se pela primeira vez com eles. Se ele já tiver se deparado com eles pelo

menos uma vez antes, eles começarão a tornar-se familiares para ele. Isto é verdadeiro até mesmo para o esforço físico. Os esforços devem ser praticados e a mente deve tornar-se ainda mais familiarizada com eles do que o corpo. Quando for exigido dele um esforço excepcional na guerra, o recruta estará propenso a pensar que eles são o resultado de enganos, erros de avaliação e confusão no topo. Em decorrência disto, o seu moral será duplamente reduzido. Se as manobras o prepararem para o esforço, isto não ocorrerá.

Uma outra maneira muito útil, embora mais limitada, de obter familiaridade com a guerra em tempo de paz é atrair oficiais estrangeiros que tenham tido experiência de combate. A paz não reina com muita freqüência na Europa, e nunca por todo o mundo. Um Estado que tenha permanecido em paz por muitos anos deve tentar atrair alguns oficiais experientes - somente aqueles, evidentemente, que hajam se destacado. Alternativamente, alguns dos seus próprios oficiais podem ser enviados para observar as operações e aprender como é a guerra.

LIVRO DOIS

Da Teoria da Guerra

LIVRO DOIS

CAPÍTULO UM

Classificações da Arte da Guerra

A guerra é essencialmente uma luta, porque a luta é o único elemento eficaz nas inúmeras atividades geralmente denominadas guerra. A luta, por sua vez, é um teste de forças morais e físicas, por intermédio das últimas. A força moral não deve, evidentemente, ser excluída, porque as forças psicológicas exercem uma influência decisiva sobre os elementos envolvidos na guerra.

A necessidade de lutar levou rapidamente o homem a inventar os dispositivos adequados para obter vantagens em combate, e esses dispositivos provocaram grandes mudanças na forma de lutar. Apesar disto, não importa como seja constituído, o conceito de luta permanece inalterado. É a isto que chamamos de guerra.

A primeira invenção consistiu em armas e equipamentos para o guerreiro isolado. Eles tinham que ser produzidos e testados antes que a guerra começasse. Eram apropriados à natureza da luta, que por sua vez determinava o seu projeto. Obviamente, devemos fazer entretanto uma distinção entre esta atividade e a luta propriamente dita. Ela consiste apenas nos preparativos para a luta, não na sua realização. É evidente que as armas e os equipamentos não são essenciais ao conceito de luta, uma vez que até mesmo a luta corpo a corpo é um tipo de luta.

A luta determinou a natureza das armas empregadas. Estas, por sua vez, influenciam o combate. Existe assim uma interação entre os dois.

Mas a luta propriamente dita continua sendo ainda uma atividade diferente, principalmente porque atua num elemento peculiar - o perigo.

Assim, alguma vez houve a necessidade de fazer uma distinção entre as duas atividades, nós a encontramos aqui. Para indicar a importância prática desta idéia, lembraríamos quão frequentemente o homem mais capaz numa determinada área revela-se o mais inútil pedante em outra.

Na realidade, não é de modo algum difícil considerar separadamente estas duas atividades, se aceitarmos a seguinte idéia de uma força combatente armada e equipada: um meio sobre o qual não se precisa saber nada, exceto os seus principais efeitos, de modo a utilizá-lo adequadamente.

Essencialmente, portanto, a arte da guerra é a arte de empregar em combate os meios que lhe forem atribuídos. Não existe um termo melhor para ela do que *condução da guerra*. Para ser preciso no

seu sentido mais amplo, a arte da guerra compreende todas as atividades que existem por causa da guerra, tais como a formação das forças combatentes, o seu recrutamento, armamento, equipamento e adestramento.

Para que uma teoria seja válida é essencial fazer uma distinção entre estas duas atividades. É fácil perceber que se a arte da guerra começasse sempre pelo recrutamento das forças armadas e por adaptá-las às exigências da situação específica, ela só seria aplicada naquelas poucas situações em que as forças disponíveis correspondessem exatamente à necessidade do momento. Se, por outro lado, quisermos uma teoria que seja válida para a grande maioria dos casos e que não seja totalmente inadequada para alguns, ela deve basear-se nos meios mais preponderantes e nos seus efeitos mais significativos.

A condução da guerra consiste, portanto, no planejamento e na condução da luta. Se a luta consistisse num único ato, não seria necessário fazer qualquer outra subdivisão. Como no entanto ela consiste num número maior ou menor de *atos* isolados, *cada um deles completos em si mesmos*, que, como ressaltamos no Capítulo 1 do Livro I,[1] são denominados "engajamentos" e formam novas entidades. Isto dá srcem às atividades totalmente diferentes de *planejar e executar esses próprios engajamentos*, e de *coordenar* cada um deles com os outros, de modo a procurar atingir o propósito da guerra. Uma delas tem sido chamada de *tática* e a outra de *estratégia*.

A diferença existente entre a tática e a estratégia é agora quase universal e todos sabem muito bem a qual delas pertence determinado fator, sem entender exatamente porque. Sempre que estas categorias são empregadas de maneira irrestrita, deve haver um motivo forte para isto. Tentamos descobrir a diferença existente entre elas e temos que dizer que foi justamente este emprego comum dos termos que levou a ela. Recusamos, por outro lado, as definições artificiais de determinados escritores, uma vez que não correspondem ao emprego corrente.

De acordo com a nossa classificação, portanto, a tática ensina *o emprego das forças armadas no engajamento*. A estratégia, *a utilização dos engajamentos para atingir o propósito da guerra.*

O conceito de um engajamento único ou independente e as condições das quais depende a sua unidade só poderão ser definidas mais precisamente quando os examinarmos mais cuidadosamente. Por

[1] Clausewitz refere-se ao Capítulo Dois. Eds.

enquanto basta dizer que em termos de espaço (isto é, de engajamentos simultâneos), a sua unidade é restrita pela amplitude do *comando individual.* Em termos de tempo, entretanto (isto é, de uma sucessão de engajamentos muito próximos uns dos outros), ele dura até que tenha sido ultrapassado o

ponto crítico, que é característico de todos os engajamentos.

Poderá haver casos duvidosos - como aqueles, por exemplo, em que um número de engajamentos talvez possa ser visto também como sendo um só. Mas isto não prejudicará a nossa base para a classificação, uma vez que a questão é comum a todos os sistemas práticos de classificação em que as diferenças fundem-se gradualmente numa escala decrescente. Assim, poderá haver atos isolados que, sem que haja uma alteração do ponto de vista, possam pertencer tanto à estratégia como à tática. Por exemplo, posições muito espalhadas que constituam pouco mais do que uma série de postos, ou dispositivos para determinadas travessias de rios.

A nossa classificação aplica-se e restringe-se *apenas à utilização das forças combatentes.* Mas a guerra é exercida através de muitas atividades que são bem diferentes desta utilização, algumas intimamente relacionadas a ela, outras muito afastadas. Todas estas atividades dizem respeito à *manutenção das forças combatentes.* Embora a sua formação e o seu adestramento antecedam a sua utilização, a sua manutenção ocorre simultaneamente a ela e é uma condição necessária para que ela ocorra. Rigorosamente falando, entretanto, todas estas atividades devem ser consideradas como atividades preparatórias para a batalha, do tipo tão intimamente relacionado ao combate que fazem parte das operações militares e que revezam-se com a própria *utilização.* Assim, é justificável excluir estas, bem como todas as outras atividades preparatórias, do significado mais estrito de arte da guerra -

a própria condução da guerra. É de fato necessário fazer isto para que a teoria atenda ao seu principal propósito de *fazer a distinção entre elementos diferentes.* Alguém pode não querer considerar toda a questão da manutenção e da administração como fazendo parte da *própria condução da guerra.* Embora haja uma constante interação entre estas questões e a utilização das tropas, as duas são essencialmente muito diferentes.

Salientamos no Terceiro Capitulo do Livro I que se o combate, ou engajamento, é *definido* como sendo a única atividade inequivocamente eficaz, os fios que constituem o tecido de todas as outras atividades estarão incluídos, porque todas levam ao combate. Aquela afirmativa significava que todas

estas atividades possuíam, portanto, um propósito que teriam que procurar atingir de acordo com as leis de cada uma delas. Vamos explicar melhor esta questão.

As atividades existentes, além do engajamento, diferem amplamente.

Algumas dessas atividades são, sob alguns aspectos, parte do combate propriamente dito e são idênticas a ele, enquanto, que sob outros aspectos, servem para manter as forças combatentes. Outras têm relação apenas com a manutenção, que só exerce algum efeito sobre o combate devido à sua interação com o resultado da luta.

As questões que sob um certo aspecto ainda fazem parte do combate são *as marchas, os acampamentos e os alojamentos*. Cada um deles diz respeito a uma fase distinta da existência das tropas, e quando pensamos em tropas a idéia do engajamento deve estar sempre presente.

As demais, que dizem respeito apenas à manutenção, consistem no *abastecimento, serviços médicos e manutenção do armamento e dos equipamentos*.

As marchas são totalmente idênticas à utilização das tropas. *Marchar durante um engajamento* (atividade normalmente conhecida como "evolução"[2], embora não acarrete necessariamente a própria utilização das armas, está tão íntima e inevitavelmente ligada a ela que faz parte integrante do que é considerado um engajamento. Uma marcha que não seja realizada durante um engajamento é simplesmente a execução de um plano estratégico. Este plano determina *quando, onde* e *com que forças* deve ser travado um engajamento. A marcha é apenas o meio de executar esse plano.

Uma marcha que não faça parte de um engajamento é, portanto, uma ferramenta da estratégia, mas não é exclusivamente uma questão de estratégia. Como as forças que a estão realizando podem envolver-se a qualquer momento num engajamento, a execução da marcha está sujeita tanto às leis da tática como às da estratégia. Se for determinado a uma coluna que siga um caminho pela margem mais próxima de um rio, ou pelo lado mais próximo de uma cadeia de montanhas, esta é uma medida estratégica. Ela indica que se tiver que ser travado um engajamento durante a marcha, é preferível que ele seja travado na margem ou no lado mais próximo, e não no mais afastado.

Se, por outro lado, uma coluna seguir por um caminho ao longo de uma montanha, em vez de seguir por uma estrada que passe através de um vale, ou dividir-se em diversas colunas menores por uma questão de conveniência, estas são medidas táticas: elas dizem respeito à *maneira* pela qual as forças devem ser utilizadas no caso de um engajamento.

A organização interna de marcha mantém uma relação constante com a prontidão para o combate

---

[2] Em alemão: Evolução. Isto significa a distribuição das tropas numa batalha, ao contrário das manobras operativas em geral . Eds.

e é, portanto, de natureza tática: nada mais é do que o primeiro dispositivo preliminar para um possível engajamento.

A marcha é a ferramenta através da qual a estratégia emprega os seus elementos efetivos, os engajamentos. Mas muitas vezes estes só tornam-se visíveis através do seu efeito e não da sua própria
realização. Inevitavelmente, portanto, muitas vezes a ferramenta tem sido confundida nos estudos com o elemento efetivo. Fala-se das primorosas marchas decisivas, querendo na realidade mencionar o conjunto de engajamentos a que elas levaram. Esta substituição de conceitos é demasiadamente natural e a concisão da expressão demasiadamente desejável para exigir uma mudança. Mas é apenas uma série de idéias concatenadas e devemos ter em mente o seu correto significado para evitar erros.

Um desses erros ocorre quando se acredita que as combinações estratégicas possuem um determinado valor independentemente dos seus resultados táticos. Uma pessoa executa marchas e manobras, atinge um propósito sem travar um único engajamento e deduz, portanto, que é possível derrotar o inimigo sem lutar. Somente numa etapa posterior seremos capazes de mostrar as imensas implicações deste erro.

Embora a marcha possa ser vista como sendo uma parte integrante do combate, ela possui certos aspectos que não dizem respeito a ele e que não são, portanto, nem táticos nem estratégicos. Estes aspectos compreendem todas as medidas tomadas unicamente em benefício das tropas, como a construção de estradas e pontes, e assim por diante. Estas medidas são meramente pré-condições. Sob determinadas circunstâncias podem estar intimamente relacionadas à utilização das tropas e ser praticamente iguais a ela - por exemplo, quando uma ponte é construída totalmente à vista do inimigo. Mas essencialmente estas atividades são estranhas à condução da guerra, e a teoria desta última não as abrange.

O termo "acampamento" refere-se a qualquer concentração de tropas prontas para o combate, sendo diferente de "alojamentos". Os acampamentos são locais para descanso e recuperação, mas indicam também uma disposição estratégica para lutar, onde quer que possam estar localizados. Mas a

sua localização determina as linhas básicas do engajamento - uma pré-condição de todos os engajamentos defensivos. Assim, eles são uma parte essencial, tanto da estratégia como da tática.

Os acampamentos são substituídos por alojamentos sempre que se achar que as tropas necessitam de uma recuperação mais longa. Como os acampamentos, eles são portanto estratégicos quanto à sua localização e às suas dimensões e táticos quanto à sua organização, que está voltada para a prontidão para o combate.

De uma maneira geral os acampamentos e os alojamentos têm, evidentemente, um outro propósito além do descanso das tropas. Eles podem servir, por exemplo, para proteger uma determinada área ou para manter uma posição. Mas a sua finalidade pode ser simplesmente descansar as tropas. Temos que nos lembrar de que a estratégia pode procurar atingir uma grande variedade de propósitos: qualquer coisa que pareça oferecer uma vantagem pode ser o propósito de um engajamento e a manutenção do instrumento da guerra muitas vezes tornar-se-á ela própria o propósito de uma determinada combinação estratégica.

Assim, numa situação em que a estratégia vise apenas preservar as tropas, não precisamos prosseguir com divagações: a utilização das tropas ainda é a maior preocupação, uma vez que é a razão da sua disposição em qualquer lugar no teatro da guerra.

Por outro lado, a manutenção das tropas em acampamentos ou em alojamentos pode exigir atividades que não consistam na utilização das forças combatentes, tais como a construção de trincheiras, a armação de tendas e os serviços de abastecimento e sanitários. Estas não são atividades de natureza tática nem estratégica.

Até mesmo os entrincheiramentos, nos quais a sua localização e preparação fazem parte evidentemente da formação de batalha e são, portanto, táticos, não fazem parte da condução da guerra no que diz respeito à *sua própria construção*. Pelo contrário, aos soldados deve ser dada a qualificação e os conhecimentos necessários como parte do seu adestramento, e a teoria do combate considera tudo isto como tendo sido feito.

Dos itens sem qualquer relação com os engajamentos, servindo apenas para manter as forças, o abastecimento é o que mais diretamente afeta o combate. Ele é realizado quase todos os dias e afeta a todos os indivíduos. Assim, ele impregna totalmente os aspectos estratégicos de todas as ações militares. A razão pela qual mencionamos o aspecto estratégico é que durante o desenrolar de um determinado engajamento, raramente o abastecimento tende a provocar uma alteração dos planos -

embora tal alteração continue sendo perfeitamente possível. Muito freqüentemente, portanto, haverá uma interação entre a estratégia e as questões de abastecimento, e nada é mais comum do que encontrar considerações relativas ao abastecimento afetando as linhas estratégicas de uma campanha e de uma guerra. Apesar disto, não importa o quanto possam ser freqüentes e decisivas estas considerações, a questão de abastecer as tropas continua sendo uma atividade essencialmente independente da sua utilização. A sua influência só é revelada através dos seus resultados.

As outras funções administrativas que já mencionamos têm ainda menos relação com o emprego das tropas. Os serviços médicos, embora sejam vitais para o bem estar de um exército, só o afetam através de uma pequena parcela dos seus homens e exercem, portanto, apenas uma influência reduzida e indireta sobre o emprego dos demais. A manutenção dos equipamentos, exceto a que constitui uma atribuição constante das forças combatentes, só ocorre periodicamente e, portanto, só raramente será levada em conta nos cálculos estratégicos.

Neste ponto devemos prevenir-nos contra um mal-entendido. Em qualquer caso isolado estas coisas podem ser de fato de importância capital. A distância aos hospitais e aos depósitos de suprimentos pode facilmente representar a única razão para a tomada de decisões estratégicas muito importantes - um fato que não queremos negar nem minimizar. Não estamos preocupados, entretanto, com as circunstâncias reais de qualquer caso individual, mas com a teoria pura. A nossa alegação é, portanto, que este tipo de influência ocorre tão raramente que não devemos atribuir à teoria dos serviços médicos e da reposição da munição um peso muito elevado na teoria da condução da guerra. Ao contrário do abastecimento das tropas, não parece, portanto, valer a pena incorporar à teoria da condução da guerra as diversas maneiras e sistemas que aquelas teorias possam sugerir, bem como os seus resultados.

Para resumir: vimos claramente que as atividades características da guerra podem ser divididas em duas categorias principais: aquelas *que constituem meramente os preparativos para a guerra*, e *a guerra propriamente dita*. A mesma distinção deve ser feita também na teoria.

O conhecimento e as qualificações envolvidas nos preparativos dirão respeito à criação, ao adestramento e à manutenção das forças combatentes. É irrelevante o nome que dermos a eles, mas abrangerão obviamente assuntos como artilharia, fortificações, a assim chamada tática elementar, bem como a organização e a administração das forças combatentes, etc. Por outro lado, a teoria da guerra propriamente dita diz respeito ao emprego destes meios, uma vez que foram criados para os fins a que

se destina a guerra. Tudo o que ela exige do primeiro grupo é o produto final, uma compreensão das suas principais características. É a isto que chamamos de "a arte da guerra" num sentido mais estrito, ou de "a teoria da condução da guerra", ou de "a teoria do emprego das forças combatentes." Para os nossos fins, todas elas significam a mesma coisa.

A teoria mais estrita dedica-se, portanto, ao engajamento, à luta propriamente dita, e trata estas questões como marchas, acampamentos e alojamentos como condições que podem ser mais ou menos idênticas a ela. Ela não abrange as questões relativas ao abastecimento, mas as levarão em conta do mesmo modo que *outros fatores determinados.*

A arte da guerra, no sentido mais estrito, deve ser agora dividida em tática e estratégia. A primeira trata da forma do combate isolado, a segunda com a sua utilização. Ambas só afetam a condução das marchas, dos acampamentos e dos alojamentos através do engajamento. Elas tornam-se questões táticas ou estratégicas na medida em que dizem respeito à forma ou à importância do engajamento.

Não há dúvida de que muitos leitores considerarão supérfluo fazer esta meticulosa distinção entre duas coisas tão intimamente relacionadas como a tática e a estratégia, porque elas não afetam diretamente a condução das operações. Evidentemente só o mais rematado pedante poderia esperar que diferenças teóricas apresentassem resultados concretos no campo de batalha.

O propósito primordial de qualquer teoria é esclarecer conceitos e idéias que tenham se tornado, por assim dizer, confusos e complicados. Somente após haverem sido definidos os termos e os conceitos é que alguém pode esperar fazer algum progresso examinando clara e simplesmente a questão e esperar que o leitor compartilhe das suas idéias. A tática e a estratégia são duas atividades que se superpõem no tempo e no espaço, mas que apesar disto são essencialmente diferentes. As suas leis básicas e a relação mútua existente entre elas não podem ser entendidas sem que haja uma total compreensão de ambas.

Qualquer pessoa para quem nada disto faça sentido, ou não admitirá de modo algum qualquer análise teórica, ou a sua inteligência nunca foi insultada pelo confuso e confundidor turbilhão de idéias que tão freqüentemente ouvimos e lemos sobre a questão da condução da guerra. Essas idéias não possuem um ponto de vista formado e não levam a qualquer conclusão satisfatória. Algumas vezes parecem banais, outras vezes absurdas, outras ainda parecem simplesmente estar a deriva num mar de

generalizações vagas, e tudo porque esta questão raramente tem sido examinada com um espírito de investigação científica.

CAPÍTULO DOIS

Da Teoria da Guerra

ORIGINALMENTE O TERMO "ARTE DA GUERRA" SÓ SE REFERIA À PREPARAÇÃO DAS FORÇAS

Antigamente, os termos "arte da guerra" e "ciência da guerra" só eram empregados para referirem-se a todo o conjunto de conhecimentos e de práticas que estavam relacionadas com os fatores materiais. O projeto, a produção e a utilização das armas, a construção de fortificações e de trincheiras, a organização interna do exército e o mecanismo dos seus movimentos constituíam a essência destes conhecimentos e destas práticas. Tudo contribuía para a criação de uma força combatente eficaz. Este era o caso do manuseio de uma substância material, uma atividade unilateral, e basicamente nada mais era do que uma ascensão gradual de um ofício a uma refinada arte mecânica. Tinha quase tanta relação com o combate quanto a confecção de espadas com a arte da esgrima. Ainda não abrangia o emprego da força sob condições de perigo, sujeita a uma constante interação com um adversário, nem os esforços realizados pelo espírito e a coragem para atingir um fim desejado.

A VERDADEIRA GUERRA APARECE PELA PRIMEIRA VEZ NA GUERRA DE SÍTIO

A guerra de sítio emitiu o primeiro lampejo de esforço intelectual na condução das operações, mas isto normalmente só se revelava nas novas técnicas, tais como as investidas, as trincheiras, as contra-investidas, as baterias e assim por diante, e caracterizou cada passo através de algum destes produtos. Era o único fio necessário para unir estas invenções materiais. Como na guerra de sítio esta é

quase que a única maneira pela qual o intelecto pode manifestar-se, a questão normalmente ficava por aí.

EM SEGUIDA, A QUESTÃO FOI TRATADA SUPERFICIALMENTE PELA TÁTICA

Posteriormente, a tática tentou transformar a estrutura das suas partes componentes num sistema geral, baseado nas propriedades peculiares do seu instrumento.[1] Isto certamente levou ao

[1] As forças armadas. Eds.

campo de batalha, mas ainda não à atividade intelectual criativa. O resultado foi, em vez disto, exércitos que haviam sido transformados, através das suas formaturas e dispositivos de batalha, em autômatos destinados a desempenhar a sua atividade como peças de relojoaria, que começavam a trabalhar através de uma simples voz de comando.

SÓ SE PENSAVA NA VERDADEIRA CONDUÇÃO DA GUERRA DE MANEIRA EVENTUAL E INCÓGNITA

A verdadeira condução da guerra - o livre emprego de determinados meios, adequados a cada ocasião - não foi considerada uma questão adequada para a teoria, mas sim uma questão que tinha que ser deixada a critério de uma preferência natural. A guerra evoluiu gradualmente da luta corpo a corpo medieval para uma forma mais organizada e complexa. Assim, a mente humana foi evidentemente obrigada a pensar um pouco neste assunto, mas de uma maneira geral as suas reflexões só surgiram de uma maneira eventual e, por assim dizer, incógnita, em memórias e em histórias.

AS REFLEXÕES SOBRE OS FATOS OCORRIDOS NA GUERRA LEVARAM À NECESSIDADE DE QUE EXISTISSE UMA TEORIA

À medida em que estas reflexões tornaram-se mais numerosas e a história mais sofisticada, surgiu uma necessidade urgente de princípios e regras através dos quais as controvérsias, que são tão normais na história militar - o debate entre opiniões conflitantes - pudessem ser levadas a algum tipo de solução. Este turbilhão de opiniões, às quais faltavam princípios básicos e regras claras em tornos das quais pudessem assumir uma forma permanente, estava fadado a ser intelectualmente repugnante.

OS ESFORÇOS PARA FORMULAR UMA TEORIA CATEGÓRICA

Foram portanto envidados esforços no sentido de dotar a guerra de princípios, regras, ou até mesmo de sistemas. Isto representou um propósito positivo, mas as pessoas deixaram de levar na devida consideração as infindáveis complexidades envolvidas. Como temos visto, a condução da guerra ramifica-se em quase todas as direções e não possui limites definidos, enquanto que um sistema, qualquer modelo, tem a natureza finita de uma síntese. Existe um conflito irreconciliável entre este tipo de teoria e a verdadeira prática.

RESTRIÇÕES AOS FATORES MATERIAIS

Os teóricos logo descobriram o quanto era difícil a questão, e sentiram-se justificados ao fugir do problema, orientando uma vez mais os seus princípios e sistemas somente para as questões físicas e para a atividade unilateral. Como na ciência relativa *aos preparativos para a guerra*, eles quiseram chegar a um conjunto de conclusões certas e categóricas e, por este motivo, só consideraram os fatores que podiam ser calculados matematicamente.

SUPERIORIDADE NUMÉRICA

A superioridade numérica era um fator material. Foi escolhida, dentre todos os elementos que compunham a vitória, porque utilizando combinações de tempo e de espaço poderia ser adaptada a sistemas matemáticos de leis. Pensou-se que todos os outros fatores poderiam ser ignorados se considerássemos que eram iguais para os dois lados e, assim, que se anulassem mutuamente. Isto poderia ter sido considerado aceitável como um artifício temporário para o estudo das características deste único fator, mas tornar este artifício permanente, aceitar a superioridade numérica como sendo a única regra e reduzir todo o segredo da arte da guerra à fórmula da superioridade numérica, *num determinado momento e num determinado lugar*, era uma simplificação exagerada que não teria resistido por um só momento às realidades da vida.

ABASTECIMENTO

Uma outra abordagem teórica procurou restringir um outro fator material a um sistema. O abastecimento. Com base no pressuposto de que um exército era organizado de uma determinada

maneira, o seu abastecimento foi elevado à condição de um árbitro definitivo para a condução da guerra.

Esta abordagem produziu também alguns números concretos, mas estes baseavam-se numa grande quantidade de pressuposições arbitrárias. Não eram capazes, portanto, de resistir ao teste da experiência prática.

BASE

Uma mente criativa procurou condensar toda uma série de fatores, alguns dos quais mantendo de fato uma relação intelectual com os outros, num único conceito, o da *base*. Isto compreendia *alimentar o exército, substituir as suas perdas em homens e equipamentos, assegurar as suas comunicações com a sede do seu comando e até mesmo a segurança da sua retirada*, caso isto se tornasse necessário. Ele começou substituindo este conceito por todos estes fatores isolados. Em seguida, substituindo as dimensões da área desta base pelo conceito propriamente dito e terminou substituindo o ângulo que as forças combatentes formavam com a sua linha de base por esta área.[2] Tudo isto levou a um resultado puramente geométrico, que é totalmente inútil. Esta inutilidade é de fato inevitável, considerando o fato de que nenhuma destas substituições poderia ser feita sem violentar os fatos e sem abandonar parte do conteúdo da idéia srcinal. O conceito de uma base é uma ferramenta necessária em estratégia, e o autor merece o crédito por haver descoberto este conceito, mas é totalmente inadmissível utilizá-lo da maneira descrita. Ele estava fadado a levar a conclusões parciais, o que levou aquele teórico a seguir na direção bastante contraditória de acreditar na excepcional eficácia das posições de envolvimento.

LINHAS INTERIORES

Como uma reação àquele sofisma, um outro princípio geométrico foi então enaltecido: o das chamadas linhas interiores. Embora este princípio se apoie num terreno sólido - no fato de que o engajamento é o único meio eficaz na guerra - o seu caráter puramente geométrico ainda o torna um outro princípio desprovido de equilíbrio, que nunca poderia prevalecer numa situação real.[3]

TODOS ESTES ATENTADOS SÃO CENSURÁVEIS

Só analiticamente estes atentados à teoria podem ser chamados de avanços no campo da verdade. Em síntese, nas regras e nos preceitos que oferecem, são totalmente inúteis.

Eles visam a valores inalteráveis, mas na guerra tudo é incerto e os cálculos têm que ser feitos com quantidades variáveis.

Eles orientam o estudo exclusivamente no sentido das quantidades físicas, enquanto que toda ação militar está entremeada de forças e efeitos psicológicos.

Eles só consideram a ação unilateral, enquanto que a guerra consiste numa contínua interação de opostos.

---

[2] Esta é uma referência a H. D. von Bulow, contemporâneo de Clausewitz. Ver "A Gênese de *Da Guerra*", de P. Paret, pag. 10 acima. Eds.
[3] Esta é uma referência a A. H. Jomini. Ver "A Gênese de *Da Guerra*", de P. Paret, pag. 10 e 11 acima. Eds.

ELES EXCLUEM O GÊNIO DA REGRA

Qualquer coisa que não possa ser alcançada através da escassa sabedoria destes pontos de vista parciais é considerada como estando além do controle científico: reside na esfera do *gênio, que eleva-se acima de todas as regras.*

Pobre do soldado que tem o dever de rastejar ao longo destes fragmentos de regras, que não são suficientemente boas para o gênio, que o gênio pode ignorar, ou rir delas. Não. O que o gênio faz é a melhor regra, e a teoria não pode fazer mais do que mostrar como e porque deve ser assim.

Pobre da teoria que se choca com a razão! Nenhuma dose de humildade pode atenuar esta contradição. Na realidade, quanto maior for a humildade, mais cedo será ela expulsa do campo da vida real pelo ridículo e pelo desprezo.

OS PROBLEMAS QUE A TEORIA ENFRENTA QUANDO ESTÃO ENVOLVIDOS FATORES MORAIS

A teoria torna-se infinitamente mais difícil logo que entra em contato com o reino dos valores morais. Os arquitetos e os pintores sabem exatamente o que fazem, uma vez que lidam com fenômenos materiais. As estruturas mecânicas e óticas não estão sujeitas a discussão. Mas quando eles chegam à estética do seu trabalho, quando visam causar um determinado efeito na mente ou nos sentidos, a regra se dissolve, resultando em nada, a não ser em idéias vagas.

A medicina normalmente está interessada apenas nos fenômenos físicos. Ela lida com o organismo animal, que está, entretanto, sujeito a constantes alterações e, portanto, nunca é exatamente o mesmo de um momento para outro. Isto torna muito difícil a tarefa da medicina e faz com que o

discernimento do médico valha mais do que o seu conhecimento. Mas como esta dificuldade é aumentada quando é acrescentado um fator mental e como valorizamos mais o psiquiatra!

OS VALORES MORAIS NÃO PODEM SER IGNORADOS NA GUERRA

A atividade militar nunca é dirigida apenas contra uma força material. Ela visa sempre, simultaneamente, as forças morais que lhe dão vida, e as duas não podem ser separadas.

Mas os valores morais só podem ser percebidos pelo olho interior, que é diferente em cada pessoa e, muitas vezes, é diferente na mesma pessoa em momentos diferentes.

Como o perigo é o elemento comum no qual tudo se movimenta na guerra, a coragem, a percepção da sua própria força, é o principal fator que influencia o discernimento. É a lente, por assim dizer, através da qual a impressão passa para o cérebro.

E apesar disto, não pode haver qualquer dúvida de que a experiência propiciará, por si só, um grau de objetividade a estas impressões.

Todos conhecem os efeitos morais de uma emboscada ou de um ataque a um flanco ou à retaguarda. Todos atribuem um menor valor à bravura do inimigo assim que ele lhes volta as costas e assumem riscos muito maiores ao perseguí-lo do quando estavam sendo perseguidos. Todos avaliam o seu oponente à luz dos talentos que lhe são atribuídos, da sua idade e da sua experiência, e agem de acordo com esta avaliação. Todos tentam avaliar o espírito e o temperamento das suas próprias tropas e das do inimigo. Todos estes efeitos, e outros semelhantes na esfera da mente e do espírito, foram provados através da experiência: eles se repetem constantemente e têm o direito, portanto, de receber o tratamento que lhes é devido como fatores objetivos. O que seria, na realidade, de uma teoria que os ignorasse?

Estas verdades devem basear-se, evidentemente, na experiência. Nenhum teórico, e nenhum comandante, deveria se incomodar com sofismas psicológicos e filosóficos.

PRINCIPAIS PROBLEMAS PARA FORMULAR UMA TEORIA SOBRE A CONDUÇÃO DA GUERRA

Para ter uma idéia clara das dificuldades envolvidas na formulação de uma teoria sobre a condução da guerra, e para ser assim capaz de compreender a sua índole, devemos examinar mais detalhadamente as características da atividade militar.

PRIMEIRA CARACTERÍSTICA: FORÇAS E EFEITOS MORAIS

SENTIMENTOS HOSTIS

O primeiro destes atributos consiste nas forças morais e nos efeitos que causam.

O combate é essencialmente uma expressão de *sentimentos hostis*. Mas nos combates em grande escala, muitas vezes o que chamamos de sentimentos hostis tornaram-se meramente *intenções* hostis. De qualquer maneira, normalmente não há sentimentos hostis entre indivíduos. Ainda assim, estas emoções nunca podem estar totalmente ausentes da guerra. Raramente as guerras modernas tem sido travadas sem que haja ódio entre nações. Isto serve mais ou menos como um substituto para o ódio entre indivíduos. Mesmo quando no início não existe qualquer ódio, nem qualquer animosidade nacional, o próprio combate despertará sentimentos hostis: a violência cometida por ordem superior despertará o desejo de vingança e de retaliação contra aquele que a cometeu, e não contra os poderes que determinaram a ação. Isto é apenas humano (ou animal, se você desejar), mas é um fato. Os teóricos são propensos a ver o combate, em tese, como sendo uma prova de força sem que a emoção entre nela. Este é um dos milhares de erros que eles cometem de uma maneira bastante consciente, porque não têm qualquer idéia das implicações.

Fora as emoções estimuladas pela natureza do combate, existem outras que não estão tão intimamente ligadas ao combate, mas devido a uma certa afinidade, são facilmente associados a ele: ambição, amor ao poder, entusiasmos de todos os tipos e assim por diante.

OS EFEITOS DO PERIGO

CORAGEM

O combate dá srcem ao fator perigo, no qual toda atividade militar deve mover-se e ser mantida, como as aves no ar e os peixes na água. Os efeitos do perigo produzem, entretanto, uma reação emocional, seja como uma questão de um instinto imediato, ou conscientemente. O primeiro resulta num esforço no sentido de evitar o perigo, ou, quando isto não for possível, em medo e em ansiedade. Quando estes efeitos não surgem é porque o instinto foi superado pela *coragem*. Mas a coragem não é de maneira alguma um ato consciente. Como o medo, é uma emoção. O medo está preocupado com a sobrevivência física e a coragem com a sobrevivência moral. A coragem é o mais nobre dos instintos e, como tal, não pode ser tratada como um instrumento inanimado que funciona simplesmente como

determinado. Assim, a coragem não é simplesmente um contrapeso para o perigo, para ser utilizada para neutralizar os seus efeitos. É por si só uma qualidade.

A DIMENSÃO DA INFLUÊNCIA EXERCIDA PELO PERIGO

Para avaliar devidamente a influência que o perigo exerce na guerra, não deveríamos restringir o seu alcance aos perigos físicos do momento. O perigo não domina o comandante simplesmente ameaçando-o pessoalmente, mas ameaçando a todos aqueles que lhe foram confiados, não apenas no momento em que está realmente presente, mas também através da imaginação, em todos os outros momentos em que ele é pertinente, não só direta mas também indiretamente, através do senso de responsabilidade, que coloca uma carga dez vezes maior sobre a mente do comandante. Ele mal pode sugerir ou decidir travar uma batalha de grandes proporções sem um certo sentimento de tensão e de angústia ao pensar no perigo e na responsabilidade que uma decisão tão importante acarreta. Alguém pode afirmar que o combate na guerra, na medida em que seja um combate verdadeiro e não a sua mera existência, nunca está completamente livre do perigo.

OUTROS FATORES EMOCIONAIS

Ao considerar as emoções que têm sido despertadas pela hostilidade e pelo perigo como sendo próprias da guerra, não temos a intenção de excluir todas as outras que acompanham o homem ao longo de toda a sua vida. Existe também um lugar para elas na guerra. Pode ser verdade que muitas ações mesquinhas, motivadas pelas emoções, deixem de ser praticadas devido às sérias atividades da guerra, mas isto só é válido para os homens de graduações mais baixas que, sendo lançados de um conjunto de ações vigorosas e perigos para o próximo, perdem de vista as outras coisas da vida, renunciam à falsidade porque a morte não a respeitará, e chegam assim à simplicidade de caráter própria dos soldados, que sempre representou o que os militares têm de melhor. Quanto mais alta for a posição do homem, mais amplo será o seu ponto de vista. Interesses diferentes e uma ampla variedade de paixões, boas e más, surgirão em todos os lados. Inveja e generosidade, orgulho e humildade, ira e compaixão - todas podem surgir como forças efetivas neste grande drama.

AS QUALIDADES INTELECTUAIS

Além das suas qualidades emocionais, as qualidades intelectuais do comandante são de grande importância. Podemos esperar que uma mente visionária, extravagante e imatura funcione de uma maneira diferente de uma outra ponderada e vigorosa.

A DIVERSIDADE DE QUALIDADES INTELECTUAIS RESULTA NUMA DIVERSIDADE DE CAMINHOS PARA ATINGIR O PROPÓSITO

A influência da grande diversidade de qualidades intelectuais é sentida principalmente nos postos mais elevados da carreira, e aumenta à medida em que se sobe a escada. É a causa primordial da diversidade de caminhos que levam à consecução do propósito - já abordado no Livro I - e da parcela desproporcional atribuída ao papel desempenhado pela probabilidade e pelo acaso na determinação do rumo dos acontecimentos.

SEGUNDA CARACTERÍSTICA: REAÇÃO POSITIVA

A segunda característica da ação militar é que ela deve esperar reações positivas, bem como o processo de interação delas decorrente. Não estamos interessados aqui no problema de calcular tais reações - isto é na realidade parte do problema já mencionado de calcular forças psicológicas - mas sim com o fato de que a verdadeira natureza da interação fatalmente a tornará imprevisível. O efeito que qualquer medida terá sobre o inimigo é o fator mais notável entre todos os pormenores do combate. Todas as teorias devem apegar-se, entretanto, a categorias de fenômenos, e nunca podem levar em conta um caso verdadeiramente singular. Este deve ser deixado para o discernimento e para o talento. Assim, é natural que a atividade militar, cujos planos são baseados em circunstâncias genéricas, seja tão frequentemente perturbada por determinados acontecimentos inesperados. Se ela permanecesse em grande parte sendo uma questão de talento, aquelas *diretivas* teóricas tenderiam a ser menos úteis aqui do que em qualquer outra esfera.

TERCEIRA CARACTERÍSTICA: A INCERTEZA DE TODAS AS INFORMAÇÕES

Finalmente, a falta de confiabilidade em geral de todas as informações representa um problema especial na guerra: todo combate se realiza, por assim dizer, numa espécie de penumbra, que como uma névoa ou o clarão do luar tende muitas vezes a fazer com que as coisas pareçam grotescas e maiores do que realmente são.

O que quer que esteja oculto da nossa visão nesta luz tênue tem que ser imaginado através do talento, ou simplesmente deixado ao acaso. Assim, uma vez mais, devido à falta de um conhecimento objetivo, temos que confiar no talento ou na sorte.

É IMPOSSÍVEL OBTER UMA DOUTRINA CATEGÓRICA

Dada a natureza da questão, devemos lembrar-nos de que é simplesmente impossível elaborar um modelo para a arte da guerra que possa servir como um andaime, com o qual o comandante possa contar a qualquer momento para se apoiar. Sempre que ele tiver que recorrer ao seu talento nato, encontrar-se-á fora do modelo e em conflito com ele. Não importa o quanto o código seja versátil, a situação sempre leva às conseqüências a que já nos referimos: *o talento e o gênio operam fora das regras e a teoria diverge da prática.*

ALTERNATIVAS QUE TORNAM UMA TEORIA POSSÍVEL

AS DIFICULDADES VARIAM QUANTO À SUA MAGNITUDE

Existem duas maneiras de solucionar este dilema.

Em primeiro lugar, nossos comentários sobre a natureza da atividade militar em geral não devem ser interpretados como sendo igualmente aplicáveis ao combate em todos os níveis. O que é mais necessário nos postos mais baixos da carreira é a coragem e o auto-sacrifício, mas há muito menos problemas a serem resolvidos através da inteligência e do discernimento. O campo de ação é mais limitado, os meios e os fins são inferiores em número e os dados são mais concretos: normalmente estão restritos ao que é realmente visível. Mas quanto mais elevado for o posto, mais se multiplicam os problemas, atingindo o seu ponto mais elevado no de comandante supremo. Neste nível, quase todas as soluções devem ser deixadas para o intelecto imaginativo.

Mesmo se dividirmos a guerra em suas diversas *atividades*, veremos que as dificuldades não são uniformes em todas elas. Quanto mais física for a atividade, menores serão as dificuldades. Quanto mais intelectual tornar-se a atividade, e quanto mais ela se transformar em questões que exerçam uma influência decisiva sobre a determinação do comandante, mais aumentarão as dificuldades. Assim, é mais fácil utilizar a teoria para organizar, planejar e realizar um engajamento do que utilizá-la para determinar o propósito do engajamento. O combate é realizado com armas físicas, e embora o intelecto não desempenhe qualquer papel, os fatores materiais predominarão. Mas quando chegamos ao *efeito* do

engajamento, onde os êxitos materiais transformam-se em estímulos para um novo combate, só o intelecto é decisivo. Em resumo, a *tática* oferecerá muito menos dificuldades ao teórico do que a *estratégia*.

A TEORIA DEVE SER UM ESTUDO, NÃO UMA DOUTRINA

A segunda maneira de solucionar esta dificuldade é afirmar que a teoria não precisa ser uma doutrina categórica, uma espécie de *manual* para a ação. Sempre que a atividade lida primordialmente com as mesmas coisas repetidas vezes - com os mesmos fins e os mesmos meios, embora possa haver pequenas variações e uma infinita diversidade de combinações - essas coisas são passíveis de um estudo racional. É precisamente esse estudo que constitui a parte mais importante de qualquer *teoria* e que pode, de uma maneira bastante adequada, reivindicar esta condição. É uma investigação analítica, levando a um minucioso *conhecimento* do assunto. Aplicada à experiência - no nosso caso à história militar - leva a uma total *familiaridade* com aquele assunto. Quanto mais se aproximar desse propósito, mais ela passará da forma objetiva de uma ciência para a forma subjetiva de um conhecimento e mais eficaz revelar-se-á nas áreas em que a natureza da situação não admitir um árbitro, mas sim o talento. Ela tornar-se-á de fato um vigoroso componente do talento. A teoria terá cumprido a sua tarefa quando for utilizada para analisar os elementos que constituem a guerra, para distinguir exatamente o que à primeira vista parece estar embaralhado, para explicar perfeitamente as propriedades dos meios empregados e revelar os seus prováveis efeitos, para definir claramente a natureza dos fins que se tem em vista e para esclarecer todas as fases da guerra numa pesquisa profundamente crítica. A teoria tornar-se-á então um guia para qualquer pessoa que queira aprender sobre a guerra a partir dos livros. Ela iluminará o seu caminho, facilitará o seu avanço, treinará o seu discernimento e o ajudará a evitar ciladas.

Um especialista que tenha passado a metade da sua vida tentando dominar todos os aspectos de algum assunto obscuro certamente terá maiores probabilidades de obter progressos do que um homem que esteja há pouco tempo tentando dominá-lo. A teoria existe para que não tenhamos que começar sempre do início, separando o material bruto e avançando com muito custo através dele, mas para que o encontremos pronto e em boas condições para ser utilizado. Ela destina-se a educar a mente do futuro

comandante ou, mais precisamente, a orientá-lo em sua auto-educação, não a acompanhá-lo ao campo de batalha, exatamente como um professor sensato orienta e estimula o desenvolvimento intelectual de um jovem, mas tem o cuidado de não conduzí-lo pela mão pelo resto da sua vida.

Se os estudos dos teóricos resultassem automaticamente em princípios e regras, e se a verdade se tornasse espontaneamente cristalina nesses modelos, a teoria não resistiria a esta tendência natural da mente. Pelo contrário, onde o arco da verdade culminar em tal princípio básico, aquela tendência será salientada. Mas isto simplesmente está de acordo com a lei científica da razão: indicar o ponto em que todas as linhas convergem, mas nunca elaborar uma fórmula algébrica para utilização no campo de batalha. Mesmo estes princípios e regras destinam-se a proporcionar a um homem que pensa uma estrutura de referência para os movimentos em que ele foi adestrado para realizar, em vez de servir como um guia que no momento do combate estabelece precisamente a trajetória que ele deve seguir.

ESTE PONTO DE VISTA TORNA A TEORIA POSSÍVEL E ELIMINA O SEU CONFLITO COM A REALIDADE

Este ponto de vista admitirá a viabilidade de uma teoria de guerra satisfatória - uma teoria que seja de real utilidade e que nunca conflite com a realidade. Só é necessário realizar uma abordagem inteligente para fazer com que ela harmonize-se com o combate e para terminar com a absurda diferença existente entre a teoria e a prática, que as teorias irracionais tantas vezes têm gerado. Esta diferença, que desafia o bom senso, tem sido muitas vezes utilizada por mentes limitadas e ignorantes como um pretexto para justificar a sua incompetência inata.

A TEORIA ESTUDA PORTANTO A NATUREZA DOS FINS E DOS MEIOS

OS FINS E OS MEIOS NA TÁTICA

É atribuição da teoria, portanto, estudar a natureza dos fins e dos meios.

Na tática os meios são as forças combatentes adestradas para o combate. O fim é a vitória. Mais tarde será apresentada uma definição mais precisa deste conceito, no contexto do "engajamento". Aqui, basta dizer que a retirada do inimigo do campo de batalha é a indicação da vitória. A estratégia obtém assim o fim que havia atribuído ao engajamento, o fim que constitui o seu verdadeiro *significado*. Este significado exercerá evidentemente uma determinada influência sobre o tipo de vitória conquistada. Uma vitória obtida com o propósito de enfraquecer as forças combatentes do inimigo é diferente de

uma vitória que só pretenda tomar uma determinada posição. O significado de um engajamento pode exercer, portanto, uma sensível influência sobre o seu planejamento e sobre a sua condução, devendo ser estudado, portanto, juntamente com a tática.

FATORES QUE SEMPRE ACOMPANHAM O EMPREGO DOS MEIOS

Existem certos fatores constantes num engajamento que de algum modo o afetarão. Devemos levá-los em consideração no nosso emprego das forças armadas.

Estes fatores são o lugar ou o terreno, a hora do dia e as condições do tempo.

O TERRENO

O terreno, que pode ser decomposto numa combinação do ambiente geográfico com a natureza do solo, poderia, rigorosamente falando, não exercer qualquer influência sobre um engajamento travado numa planície nivelada e não cultivada.

Isto ocorre de fato nas estepes, mas nas regiões cultivadas da Europa é necessário um esforço de imaginação para compreender isto. Dificilmente pode-se conceber um combate travado entre nações civilizadas que não sofra a influência do ambiente e da natureza do solo.

A HORA DO DIA

A hora do dia afeta um engajamento devido à diferença existente entre o dia e a noite. É evidente que estes limites precisos podem ser ultrapassados. Todo engajamento leva um certo tempo, e os de grande vulto duram muitas horas. Quando uma grande batalha está sendo planejada, faz uma grande diferença o fato dela ter início pela manhã ou à tarde. Por outro lado, existem muitos engajamentos em que a hora do dia é um fator neutro. Na maioria dos casos é de importância secundária.

AS CONDIÇÕES DO TEMPO

É ainda mais raro as condições do tempo constituírem um fator decisivo. De um modo geral, só o nevoeiro faz alguma diferença.

OS FINS E OS MEIOS NA ESTRATÉGIA

O meio srcinal da estratégia é a vitória - isto é, o êxito tático. Os seus fins são, em última análise, aqueles propósitos que levarão diretamente à paz. O emprego deste meio para alcançar estes fins advirão dos fatores que o influenciarão em maior ou menor grau.

FATORES QUE AFETAM O EMPREGO DOS MEIOS

Estes fatores são o ambiente geográfico e a natureza do terreno (o primeiro compreende o território e a população de todo o teatro de guerra), a hora do dia (inclusive a época do ano) e as condições do tempo (especialmente ocorrências não habituais, tais como uma temperatura extremamente baixa, e assim por diante).

ESTES FATORES CRIAM NOVOS MEIOS

A estratégia, ao fazer uma conexão entre estes fatores e o resultado de um engajamento, confere um significado especial àquele resultado e, assim, ao engajamento: *ela atribui a ele um propósito especial*. No entanto, na medida em que aquele propósito não levar diretamente à paz, continua sendo um propósito secundário e deve ser também considerado como sendo um meio. Os engajamentos bem sucedidos, ou as vitórias em todos os graus de importância, podem ser considerados portanto meios estratégicos. A tomada de uma posição é um engajamento bem sucedido em termos de terreno. Não apenas os engajamentos isolados com propósitos especiais devem ser classificados como meios: qualquer unidade maior, formada por uma combinação de engajamentos voltados para a consecução de um propósito comum, também pode ser considerada um *meio*. Uma campanha de inverno é uma destas combinação em termos da época do ano.

O que permanece no que diz respeito aos fins são, portanto, apenas aqueles propósitos que levam *diretamente* à paz. Todos estes fins e meios devem ser examinados pelo teórico de acordo com os seus efeitos e com as relações existentes entre uns e outros.

A ESTRATÉGIA EXTRAI EXCLUSIVAMENTE DA EXPERIÊNCIA OS MEIOS E OS FINS A SEREM EXAMINADOS

A primeira pergunta é, como chega-se a uma lista completa destes propósitos. Se um estudo científico fosse destinado a produzir esse resultado, tornar-se-ia envolvido com todas estas dificuldades que a necessidade lógica excluiu, tanto da condução como da teoria da guerra. Voltamo-nos portanto

para a experiência e para o estudo dos acontecimentos narrados na história militar. Os resultados ficarão restritos, evidentemente, à teoria, com base apenas nos fatos registrados pelos historiadores militares. Mas isto é inevitável, uma vez que os resultados teóricos devem ser extraídos da história militar ou, pelo menos, verificados com base nela. Esta limitação é de qualquer maneira mais teórica do que real.

Uma grande vantagem proporcionada por este método é que a teoria terá que permanecer realista. Ela não pode perder-se em especulações inúteis, em minúcias e em vôos da imaginação.

ATÉ QUE PONTO DEVERIA SER LEVADA UMA ANÁLISE DOS MEIOS?

Uma segunda pergunta é até onde a teoria deveria levar a sua análise dos meios. Obviamente só até o ponto em que as suas características isoladas tenham importância na prática. O alcance e a eficácia das diversas armas de fogo é taticamente da maior importância, mas a sua produção, embora determine o seu desempenho, é irrelevante. A condução da guerra nada tem a ver com a fabricação de canhões e com a produção da pólvora a partir do carvão, do enxofre, do salitre, do cobre e do estanho. As suas quantidades conhecidas são armas prontas para serem utilizadas e a sua eficácia. A estratégia utiliza mapas sem se preocupar com os levantamentos trigonométricos. Ela não procura saber como um país deveria ser organizado e um povo treinado e governado para obter os melhores resultados militares. Ela utiliza estas questões do modo que as encontra na comunidade das nações européias, e chama a atenção apenas para as circunstâncias anormais que exercem uma influência marcante sobre a guerra.

UMA SIMPLIFICAÇÃO CONSIDERÁVEL DO CONHECIMENTO

Evidentemente, portanto, a gama de assuntos que uma teoria deve abranger pode ser muito simplificada e o conhecimento exigido para a condução da guerra bastante reduzido. A atividade militar em geral utiliza-se de muita competência e de uma enorme quantidade de conhecimentos, todos eles necessários para colocar uma força bem equipada no campo de batalha. Antes de atingir o seu propósito final na guerra eles fundem-se em alguns poucos grandes resultados, como riachos unindo-se para formar rios antes de desaguarem no mar. O homem que desejar controlá-los deve familiarizar-se somente com aquelas atividades que deságuam no grande oceano da guerra.

ESTA SIMPLIFICAÇÃO EXPLICA A RÁPIDA EVOLUÇÃO DOS GRANDES COMANDANTES E PORQUE OS COMANDANTES NÃO SÃO PESSOAS ERUDITAS

Na realidade, este resultado do nosso estudo é tão inevitável que se fosse de algum modo diferente a sua validade estaria em duvida. Somente isto explica porque na guerra, tantas vezes homens cujo campo de atividade anterior era totalmente diferente têm obtido êxito nos postos mais elevados, e até mesmo como comandantes supremos. O fato, na realidade, é que os comandantes ilustres nunca saíram das fileiras dos oficiais mais eruditos ou mais cultos, mas têm sido em grande parte homens cuja situação na vida não poderia ter-lhes trazido um elevado grau de educação. É por isto que qualquer pessoa que pense ser necessário, ou até mesmo vantajoso, iniciar a formação de um futuro General com um conhecimento de todos os detalhes, tem sido sempre escarnecido por ser considerado um pedante ridículo. Na realidade, pode-se facilmente provar que esse método é nocivo porque a mente é formada pelo conhecimento, pelo sentido das idéias que recebe e pela orientação que lhe é dada. Somente grandes coisas podem formar uma grande mente e coisas insignificantes formarão uma mente insignificante, a menos que um homem as recuse por considerá-las totalmente estranhas.

CONTRADIÇÕES ANTERIORES

A simplicidade do conhecimento exigido na guerra tem sido ignorada, ou melhor, tem sido sempre confundida com toda uma série de informações e conhecimentos secundários. Isto levou a uma óbvia contradição com a realidade, que só poderia ser eliminada atribuindo-se tudo ao gênio, que não precisa de qualquer teoria e para o qual nenhuma teoria deve ser formulada.

ASSIM, FOI NEGADA A UTILIDADE DE TODO CONHECIMENTO, E TUDO FOI ATRIBUÍDO A UMA APTIDÃO NATURAL

Qualquer pessoa que tenha um mínimo de bom senso percebe a grande diferença existente entre um gênio da maior categoria e um pedante erudito. Os homens chegaram a um tipo de pensamento livre que rejeita toda a crença na teoria e insiste em afirmar que a condução da guerra é uma atividade

normal do homem, que ele desempenha tão bem quanto a sua aptidão permitir. Não se pode negar que esta opinião está mais perto da verdade do que a ênfase que é atribuída a um conhecimento irrelevante. Apesar disto, num exame mais minucioso isto será considerado um exagero. Não é possível haver qualquer atividade da mente humana sem que haja um determinado cabedal de idéias, porque essas idéias não são em sua maioria natas, mas adquiridas e constituem o conhecimento de um homem. A única questão é, portanto, saber de que tipo essas idéias deveriam ser. Acreditamos que respondemos a esta pergunta dizendo que elas só devem estar relacionadas àquelas coisas com as quais o indivíduo estará diretamente envolvido como soldado.

O CONHECIMENTO SERÁ DETERMINADO PELA RESPONABILIDADE

Dentro deste campo da atividade militar, as idéias serão diferentes de acordo com a esfera de responsabilidade do comandante. Nos postos mais baixos da carreira estarão concentradas em propósitos menos importantes e mais limitados. Nos postos mais elevados, em propósitos mais amplos e mais abrangentes. Há Comandantes-em-Chefe que não poderiam ter liderado com destaque um regimento de cavalaria, e comandantes da cavalaria que não poderiam ter liderado exércitos.

O CONHECIMENTO EXIGIDO NA GUERRA É MUITO SIMPLES, MAS AO MESMO TEMPO NÃO É FÁCIL DE SER EMPREGADO

O conhecimento exigido na guerra *é muito simples*, dizendo respeito a tão poucas questões, e apenas ao seus resultados finais. Mas isto não torna fácil o seu emprego. Os obstáculos à uma ação em geral já foram abordados no Livro I. Deixando de lado aqueles que podem ser superados apenas através da coragem, afirmamos que a verdadeira atividade intelectual só é simples e fácil nos postos mais baixos da carreira. A dificuldade aumenta a cada degrau que se sobe na escada e, no topo - na posição de Comandante-em-Chefe - está entre as mais rigorosas a que a mente humana pode estar sujeita.

A NATUREZA DESSE CONHECIMENTO

Um Comandante-em-Chefe não precisa ser um historiador erudito nem um sábio, mas deve conhecer bem os mais elevados assuntos de estado e as suas políticas naturais. Deve conhecer as questões em andamento, as que estão sendo analisadas, as personalidades mais importantes e ser capaz de fazer apreciações bem fundadas. Ele não precisa ser um arguto observador da humanidade, nem um

sutil analista do caráter humano, mas deve conhecer o caráter, a maneira de pensar e de agir e as virtudes e defeitos particulares dos homens que deve comandar. Ele não precisa saber como manobrar uma carroça, nem como atrelar o cavalo de uma bateria, mas deve ser capaz de estimar quanto tempo uma coluna levará para marchar uma determinada distância sob diversas condições. Este tipo de conhecimento não pode ser eficazmente gerado através de um aparato de fórmulas científicas e da mecânica. Só pode ser obtido através de um talento para fazer avaliações e pela aplicação da avaliação precisa à observação do homem e da questão.

O conhecimento necessário a um comandante antigo é caracterizado pelo fato de que só pode ser conseguido através de um talento especial, através do instrumento da reflexão, do estudo e do pensamento: um instinto intelectual que extrai a essência dos fenômenos da vida, como uma abelha suga o mel de uma flor. Além do estudo e da reflexão, a própria vida serve como uma fonte. A experiência, com a sua fartura de lições, nunca produzirá um *Newton* ou um *Euler*, mas poderá perfeitamente produzir as melhores avaliações de um *Condé* ou de um *Frederico*.

Para preservar a reputação intelectual da atividade militar não é preciso recorrer a mentiras e a um pedantismo simplório. Nenhum grande comandante jamais foi um homem de inteligência limitada. Mas existem inúmeros casos de homens que serviram com grande distinção nos postos mais baixos da carreira e que tornaram-se francamente medíocres nos comandos mais elevados, porque a sua capacidade intelectual era inadequada. Mesmo entre Comandantes-em-Chefe deve evidentemente ser feita uma distinção, de acordo com o âmbito da sua autoridade.

O CONHECIMENTO DEVE TORNAR-SE UMA APTIDÃO

Ainda falta um requisito a ser considerado - um fator mais essencial ao conhecimento militar do que qualquer outro. O conhecimento deve ser tão assimilado pela mente que praticamente deixe de existir de uma maneira separada e objetiva. Em quase todas as outras artes ou profissões, um homem pode trabalhar com as verdades que lhe foram ensinadas por livros bolorentos, mas que não possuem vida nem importância para ele. Até mesmo as verdades que estão sendo constantemente utilizadas e que estão sempre à mão podem não ser, apesar disto, essenciais. Quando um engenheiro senta-se com papel e lápis para determinar a resistência de um pilar através de um cálculo complexo, a verdade da resposta a que ele chega não é uma expressão da sua própria personalidade. Primeiro ele seleciona cuidadosamente os dados, em seguida submete-os a um processo mental que não foi inventado por ele,

de cuja lógica ele não está no momento totalmente ciente, mas que emprega na maior parte das vezes mecanicamente. Na guerra nunca é assim. Alterações contínuas e a necessidade de reagir a elas obrigam o comandante a levar com ele todo o aparato intelectual do seu conhecimento. Ele deve estar sempre pronto para tomar a decisão adequada. Através de uma total incorporação à sua mente e à sua vida, os conhecimentos do comandante devem ser transformados numa autêntica aptidão. É por isto que tudo parece brotar tão facilmente na mente dos homens que se distinguiram na guerra, e porque tudo é atribuído a um talento natural. Dizemos *talento natural* para diferençá-lo do talento que foi treinado e educado através da reflexão e do estudo.

Estas observações terão, creio eu, esclarecido o problema com que se defronta qualquer teoria de guerra, e indicado uma maneira de obter a sua solução.

Dividimos a condução da guerra nos dois campos da tática e da estratégica. A teoria desta última, como já afirmamos, enfrentará indiscutivelmente os maiores problemas, uma vez que a primeira está praticamente restrita aos fatores materiais, enquanto que com relação à teoria estratégica, lidando como lida com os fins que levam diretamente ao restabelecimento da paz, a gama de possibilidades é ilimitada. Como estes fins têm que ser considerados principalmente pelo *Comandante-em-Chefe*, os problemas surgem principalmente naquelas áreas que são da sua competência.

No campo da estratégia, portanto, ainda mais do que no da tática, a teoria se satisfará com a simples consideração dos fatores materiais e psicológicos, principalmente quando abrange o mais sublime dos empreendimentos. Ela será suficiente se ajudar o comandante a adquirir aquelas idéias que uma vez assimiladas em sua maneira de pensar tornarão mais suave o seu avanço e o protegerão, e nunca o obrigarão a abandonar as suas convicções devido a qualquer fato objetivo.

CAPÍTULO TRÊS

Arte ou Ciência da Guerra

O TERMO A SER EMPREGADO AINDA NÃO FOI ESTABELECIDO

CAPACIDADE E CONHECIMENTO
O PROPÓSITO DA CIÊNCIA É O CONHECIMENTO
O PROPÓSITO DA ARTE É A CAPACIDADE CRIATIVA

O emprego destes termos parece não ter sido ainda estabelecido e, embora a questão seja simples, aparentemente ainda não sabemos com base em que fundamento devemos escolher entre eles. Já afirmamos que *conhecimento* e *capacidade* são coisas diferentes - tão diferentes que não deveria haver motivo para confusão. Um livro não pode realmente ensinar-nos como fazer qualquer coisa e, portanto, "arte" não deveria ter lugar no seu título. Mas acostumamo-nos a resumir o conhecimento exigido para a prática da arte (ramos isolados da qual podem ser por si mesmos ciências completas) pelo termo "teoria da arte", ou simplesmente "arte". É coerente, portanto, manter esta base de diferenciação e chamar de "arte" tudo aquilo cujo propósito seja a capacidade criativa, como por exemplo a arquitetura. O termo "ciência" deveria ser reservado para disciplinas como a matemática ou a astronomia, cujo propósito é o conhecimento puro. Não é necessário dizer que toda teoria da arte contém ciências distintas e não precisamos nos preocupar com isto. Mas deve ser observado também que não pode existir qualquer ciência que não possua algum componente de arte: na matemática, por exemplo, o uso da aritmética e da álgebra é uma arte. Mas a arte pode ir mais além. O motivo disto é que, não importa o quanto possa ser óbvia e perceptível a diferença existente entre o conhecimento e a capacidade na totalidade das atividades humanas, é extremamente difícil separá-los totalmente num indivíduo.

A DIFICULDADE DE SEPARAR A PERCEPÇÃO DO DISCERNIMENTO
A ARTE DA GUERRA

Todo pensamento é evidentemente uma arte. O ponto em que o indivíduo lógico traça a linha em que as premissas decorrentes da percepção terminam é o ponto em que começa o discernimento. Mas além disto, a percepção pela mente já é um discernimento e, portanto, uma arte. Assim também, em última análise, é a percepção pelos sentidos. Em suma, se é impossível imaginar que um ser humano seja capaz de ter percepção mas não discernimento, ou vice-versa, do mesmo modo é impossível separar totalmente a arte do conhecimento. Quanto mais estas delicadas partículas de luz estiverem representadas por *formas exteriores* de ser, mais se separarão os seus domínios. Repetindo, a criação e a produção estão nos domínios da arte. A ciência predominará onde a finalidade for a pesquisa e o conhecimento. Ocorre que o termo "arte da guerra" é mais adequado do que "ciência da guerra".

Analisamos isto longamente porque estes conceitos são indispensáveis. Mas devemos prosseguir para dizer que, rigorosamente falando, a guerra não é uma arte nem uma ciência. Tomar estes conceitos como ponto de partida induz a erros, na medida em que isto tem feito, de maneira não intencional, com que a guerra seja colocada no mesmo nível das outras artes ou ciências, resultando numa grande quantidade de analogias equivocadas.

Esta dificuldade já foi reconhecida no passado e foi aventado portanto que a guerra era um ofício. Isto provou ser, entretanto, mais uma perda do que um ganho, porque um ofício é simplesmente uma forma *inferior* de arte e, como tal, sujeito a regras mais rígidas e mais rigorosas. Houve de fato uma época - a era dos *condottieri* - em que a arte da guerra assemelhava-se a um ofício. Mas esta tendência não possuía qualquer fundamento *interno*, apenas um fundamento *externo*. A história militar mostra como ela tornou-se artificial e insatisfatória.

A GUERRA É UM ATO DE RELAÇÕES HUMANAS

Concluímos portanto que a guerra não pertence ao domínio das artes nem ao das ciências. Ela é mais precisamente parte da existência social do homem. A guerra é um conflito de grandes interesses, que é resolvido através do derramamento de sangue - que é a única maneira pela qual ela difere de outros conflitos. Em vez de compará-la a uma arte, deveríamos compará-la com maior precisão ao comércio, que também é um conflito de interesses e de atividades humanas e que está *ainda* mais próximo da política que, por sua vez, pode ser considerada uma espécie de comércio em maior escala. A política é, além do mais, o útero em que se desenvolve a guerra - onde os seus contornos já existem na sua forma rudimentar, como as características de criaturas vivas em seus embriões.

A DIFERENÇA

A diferença essencial é que a guerra não é o uso da vontade orientada para um objeto inanimado, como no caso das artes mecânicas, ou para um corpo que seja animado mas passivo e submisso, como é o caso da mente e das emoções humanas nas belas artes. Na guerra, a vontade é orientada para um corpo animado que *reage*. Deve ser óbvio que a codificação intelectual utilizada nas artes e nas ciências é inadequada a uma atividade destas. Ao mesmo tempo, é evidente que a luta contínua em busca de leis semelhantes às adequadas aos domínios da matéria inanimada estava fadada a levar a um erro após o outro. Apesar disto, eram exatamente as artes mecânicas que esperava-se que a arte da guerra imitasse. Era impossível imitar as belas artes, uma vez que eles mesmas ainda não possuem suficientes leis e regras próprias. Até o momento, todas as tentativas de formular qualquer uma têm sido consideradas excessivamente limitadas e parciais, e têm sido constantemente solapadas e abolidas pelas correntes de opinião, pela emoção e pelos costumes.

Parte do propósito deste livro é verificar se um conflito de forças vivas, como o que desenvolve-se e é decidido na guerra, continua sujeito a lei gerais, e se estas leis podem proporcionar um guia útil para a ação. Uma coisa é evidente: esta questão, como qualquer outra que não ultrapasse a capacidade intelectual do homem, pode ser esclarecida através de uma mente investigadora, e a sua estrutura interna pode ser revelada até um certo ponto. Somente isto é suficiente para transformar em realidade o conceito da teoria.

CAPÍTULO QUATRO

Método e Rotina[1]

Para explicar sucintamente os conceitos de método e de rotina, que desempenham um papel tão importante na guerra, devemos dar uma rápida olhada na hierarquia lógica que rege o mundo da ação como se fosse uma autoridade devidamente constituída.

Lei é o conceito mais amplo, aplicável tanto à percepção como à ação. No seu sentido literal, o termo contém obviamente um elemento subjetivo e arbitrário e, apesar disto, expressa precisamente aquilo de que o homem e o seu meio ambiente dependem essencialmente. Vista como uma questão do conhecimento, a lei é a relação existente entre as coisas e os seus efeitos. Vista como uma questão da vontade, a lei é um fator determinante da ação. Neste ponto é um sinônimo de *decreto* e de *proibição*.

O *princípio* também é uma lei para a ação, mas não no seu *significado formal e definitivo*. Ele só representa o espírito e o sentido da lei. Nos casos em que a diversidade do mundo real não pode estar contida na forma rígida da lei, a aplicação do princípio permite uma maior amplitude de julgamento. Os casos em que o princípio não pode ser aplicado devem ser resolvidos através do bom senso. O princípio torna-se assim basicamente um apoio, ou um guia, para o homem responsável pela ação.

Um princípio é *objetivo* se baseia-se na verdade objetiva e é, portanto, igualmente válido para todos. É *subjetivo,* e normalmente é denominado uma máxima, se nele entrarem considerações de natureza subjetiva. Neste caso só tem valor para a pessoa que o adota.

Regra é um termo frequentemente empregado no sentido de lei. Torna-se portanto um sinônimo de princípio. O provérbio diz que "para toda regra existe uma exceção" e não "para cada lei", o que demonstra que no caso de uma regra as pessoas reservam-se o direito de dar uma interpretação mais liberal.

Num outro sentido, o termo "regra" é empregado para "maneira": reconhecer uma verdade fundamental através de uma única característica, obviamente pertinente, nos permite deduzir, a partir daquela característica, uma lei geral para a ação. As regras existentes nos jogos são assim, bem como os atalhos utilizados na matemática, e assim por diante.

Normas e *ordens* são diretrizes que tratam de uma grande quantidade de circunstâncias de menor

[1] A palavra alemã *Methodismus* não possui um equivalente preciso em inglês. Eds.

importância e mais detalhadas, demasiadamente numerosas e triviais para constituírem leis gerais.

Finalmente, "m*étodo*", ou "modo de procedimento", é um procedimento que se repete constantemente e que foi selecionado a partir de diversas possibilidades. Torna-se uma rotina quando a ação é determinada por um método, e não por princípios gerais ou por uma regra isolada. Deve-se partir necessariamente do princípio de que todos os casos aos quais seja empregada essa rotina sejam basicamente semelhantes. Como na realidade não será bem assim, é importante que isto seja verdadeiro, pelo menos *no maior número de vezes possível*. Em outras palavras, um procedimento metódico deve ser destinado a atender aos casos mais prováveis. Uma rotina não baseia-se em premissas isoladas e claras, mas de preferência na *probabilidade média* de casos semelhantes. O seu propósito é insistir numa verdade média que, quando aplicada de uma maneira uniforme e constante, logo adquirirá algo semelhante a uma habilidade mecânica, que no fim realiza a coisa certa quase que automaticamente.

Na condução da guerra, a percepção não pode ser regida por leis: os complexos fenômenos da guerra não são tão uniformes, nem os fenômenos uniformes tão complexos a ponto de tornar as leis mais úteis do que a simples verdade. Quando um simples ponto de vista e a linguagem clara forem suficientes, seria pedante e afetado torná-los *complexos* e *complicados*. Nem pode a teoria de guerra ser aplicada ao conceito de lei para a ação, uma vez que nenhuma formulação impositiva suficientemente universal para merecer o nome de lei pode ser aplicada às constantes alterações e à diversidade dos fenômenos da guerra.

Princípios, regras, normas e métodos são, entretanto, conceitos indispensáveis a, ou para, aquela parte da teoria da guerra que leva a doutrinas categóricas, porque nessas doutrinas a verdade só pode expressar-se através destas formas condensadas.

Aqueles conceitos surgirão mais frequentemente na tática, que é aquela parte da guerra na qual a teoria pode evoluir mais amplamente, transformando-se numa doutrina categórica. Alguns exemplos de princípios táticos são os seguintes: exceto em situações de emergência, a cavalaria não deve ser empregada contra uma infantaria intacta. As armas de fogo não devem ser utilizadas até que o inimigo esteja dentro do seu alcance eficaz. Em combate, o maior número possível de soldados deve ser preservado para a fase final. Nenhum destes conceitos pode ser aplicado de uma maneira dogmática em

todas as situações, mas um comandante deve tê-los sempre em mente para não perder o benefício da verdade que eles contém, nos casos em que forem aplicáveis.

O ato de cozinhar no acampamento do inimigo em horas não habituais indica que ele está prestes a se movimentar. A exposição intencional de tropas em combate indica um ataque simulado. Esta maneira de deduzir a verdade pode ser chamada de regra, porque deduzimos as intenções do inimigo a partir de um único fato visível relacionado com elas.

Se a regra determina que devemos recomeçar o ataque ao inimigo tão logo ele comece a retirar a sua artilharia, então toda uma linha de ação é estabelecida através deste único fenômeno que revelou toda a sua situação: o fato de que ele está pronto para desistir da luta. Enquanto ele estiver fazendo isto não poderá oferecer uma séria resistência, nem mesmo evitar o combate, como poderia fazer se estivesse totalmente em movimento.

Na medida em que estas *normas* e *métodos* tenham sido incutidos nas tropas como princípios em vigor, o preparo teórico para a guerra é parte da sua verdadeira condução. Todas as instruções permanentes sobre formaturas, exercícios e serviço de campo constituem normas e métodos. As instruções sobre exercícios são essencialmente normas. Os manuais de campo, essencialmente métodos. A verdadeira condução da guerra baseia-se nestas coisas. São aceitas como procedimentos estabelecidos e como tais devem ter o seu lugar na teoria da condução da guerra.

No emprego destas forças, algumas atividades continuam sendo uma questão de escolha. As normas ou ordens impositivas não se aplicam a elas, exatamente porque as normas impedem a liberdade de escolha. As rotinas, por outro lado, representam uma maneira geral de executar tarefas, uma vez que baseiam-se, como já dissemos, numa probabilidade média. Representam o predomínio de princípios e regras, transportados para a aplicação real. Como tal, podem perfeitamente ter um lugar na teoria da condução da guerra, desde que não sejam erroneamente apresentadas como estruturas absolutas e obrigatórias para a ação (sistemas). Em vez disto, são o que de melhor existe em termos de formas genéricas, atalhos e opções que podem ser substituídas por decisões individuais.

O freqüente emprego da rotina na guerra parecerá também ser essencial e inevitável quando consideramos quão frequentemente a ação baseia-se numa pura conjectura, ou ocorre em completa ignorância, seja porque o inimigo nos impede de conhecer todas as circunstâncias que podem afetar os nossos planos, ou porque não há tempo suficiente. Mesmo se conhecêssemos todas as circunstâncias, as suas implicações e a sua complexidade não permitiriam que tomássemos as medidas necessárias para

lidar com elas. Nossas medidas devem ser, portanto, sempre determinadas por um número limitado de possibilidades. Temos que lembrar-nos dos inúmeros fatores secundários implícitos em todos os casos. A única maneira possível de lidar com eles é tratar cada caso como envolvendo todos os outros e basear os nossos planos no geral e no provável. Finalmente, temos que lembrar-nos de que à medida em que o número de oficiais aumenta constantemente nos postos mais baixos da carreira, menor será a confiança que poderá ser depositada na sua verdadeira percepção e no seu critério amadurecido. Oficiais de quem não se deve esperar que possuam uma compreensão maior do que as normas e a experiência podem lhes dar têm que ser ajudados através dos métodos rotineiros equivalentes a regras. Esses métodos uniformizarão o seu critério e também os protegerão contra esquemas excêntricos e equivocados, que constituem a maior ameaça num campo em que a experiência é tão penosamente adquirida.

A rotina, independentemente da sua absoluta inevitabilidade, contém também uma vantagem concreta. A prática constante leva a uma liderança *vigorosa, precisa e confiável*, reduzindo a fricção natural e facilitando o funcionamento da máquina.

Em suma, quanto mais baixo for o nível da ação, mais freqüente e mais indispensável será a rotina. À medida em que aumenta o nível, a sua utilização diminui até o ponto em que, no topo, desaparece totalmente. Consequentemente, ela é mais apropriada à tática do que à estratégia.

A guerra, em suas formas mais elevadas, não é *uma massa infinita de acontecimentos de pouca importância*, semelhantes apesar das suas diferenças, que podem ser controlados com maior ou menor eficácia, dependendo dos métodos empregados. A guerra consiste mais exatamente em *grandes combates decisivos e isolados*, cada um dos quais precisa ser tratado individualmente. A guerra não é como um campo de trigo que, sem levar em consideração cada haste, pode ser ceifado mais ou menos eficientemente, dependendo da qualidade da foice. É como um conjunto de árvores maduras nas quais o machado tem que ser utilizado criteriosamente de acordo com as características e grau de desenvolvimento de cada tronco.

O nível mais elevado que a rotina pode alcançar na ação militar não é determinado evidentemente pelo posto, mas pela natureza de cada situação. Os postos mais elevados da carreira são menos afetados por ela, simplesmente porque o âmbito das suas operações é extremamente abrangente. Uma formação de batalha padrão, ou um sistema de avanço de guardas e de postos avançados são métodos através dos quais um General pode estar restringido não apenas os seus subordinados, mas também, em certos

casos, a si próprio. Estes métodos podem evidentemente ter sido inventados por ele mesmo e adaptados a determinadas condições. Na medida em que baseiam-se nas características gerais das tropas e das armas, podem ser também o objeto de uma teoria. Mas qualquer método através dos quais os planos estratégicos sejam produzidos sem qualquer srcinalidade, como que saindo de alguma máquina, deve ser totalmente recusado.

Enquanto não existir qualquer teoria aceitável, qualquer análise inteligente da condução da guerra, os métodos rotineiros tenderão a predominar, mesmo nos níveis mais elevados. Alguns dos homens que encontram-se em posições de comando não tiveram a oportunidade do auto-aperfeiçoamento proporcionado pela educação e pelo contato com os níveis mais elevados da sociedade e do governo. Eles não podem enfrentar os argumentos nada práticos e contraditórios dos teóricos e dos críticos, muito embora o seu bom senso os rejeite. A sua única visão é aquela que obtiveram através da experiência. Por esta razão, preferem utilizar os meios com os quais a experiência os dotou, mesmo nos casos que poderiam e deveriam ser tratados livre e individualmente. Eles copiarão o esquema favorito do seu comandante supremo - criando assim automaticamente uma nova rotina. Quando encontramos Generais que estavam sob o comando de Frederico o Grande utilizando a chamada formação de batalha indireta, Generais da Revolução Francesa utilizando movimentos de rotação com uma frente muito extensa, e comandantes sob o comando de Bonaparte atacando através de um avanço brutal de massas concêntricas, reconhecemos então nessas repetições um método sem qualquer srcinalidade, e vemos que nem mesmo os postos mais elevados da carreira estão acima da influência da rotina. Assim que uma teoria aperfeiçoada ajuda o estudo da condução da guerra e educa a mente e o discernimento dos comandantes mais antigos, os métodos rotineiros não chegam mais a um nível tão elevado. Aqueles tipos de rotinas que devem ser considerados indispensáveis estarão, portanto, pelo menos fundamentados numa teoria, em vez de consistir em pura imitação. Não importa quão maravilhosamente atue um grande comandante, sempre existirá um elemento subjetivo em seu trabalho. Se ele revelar um certo estilo, esse estilo refletirá em grande parte a sua própria personalidade, mas nem sempre combinará com a personalidade do homem que o copiar.

Apesar disto, não seria possível nem correto eliminar da condução da guerra a rotina subjetiva nem o estilo pessoal. Eles devem ser vistos mais exatamente como sendo manifestações da influência exercida pelo caráter total da guerra sobre os fenômenos individuais - uma influência que, se não tiver sido prevista e levada em consideração por uma teoria aprovada, poderá não encontrar outra maneira de

expressão adequada. O que poderia ser mais natural do que o fato de que a Guerra da Revolução Francesa teve o seu estilo característico, e que teoria poder-se-ia esperar que se harmonizasse com ele? O perigo é que este tipo de estilo, criado a partir de um único caso, possa facilmente durar mais do que a situação que lhe deu srcem, porque as condições se alteram de uma maneira imperceptível. Este perigo é exatamente o que uma teoria deveria impedir através de uma crítica lúcida e racional. Quando em 1806 os Generais prussianos, Príncipe Louis em Saalfeld, Tauentzien no Dornberg, perto de Jena, Grawert numa das margens do Kapellendorf e Ruchel na outra, mergulharam no caminho do desastre empregando a formação de batalha indireta de Frederico o Grande, não foi apenas uma questão de estilo que havia durado mais do que a sua utilidade, mas a mais extrema pobreza de imaginação a que a rotina jamais levou. O resultado foi que o Exército Prussiano, sob o comando de Hohenlohe, foi mais totalmente destruído no campo de batalha do que qualquer outro exército jamais o foi.

CAPÍTULO CINCO

Análise Crítica[1]

A influência das verdades teóricas sobre a vida prática é sempre exercida mais através da análise crítica do que da doutrina. Sendo a análise crítica a aplicação de verdades teóricas a acontecimentos reais, não só ela reduz a lacuna existente entre os dois como também acostuma a mente a estas verdades através da sua repetida aplicação. Estabelecemos um critério para a teoria e devemos também estabelecer agora um para a análise crítica.

Fazemos uma distinção entre a *abordagem crítica* e a simples narrativa de um acontecimento histórico, que meramente dispõe os fatos um após o outro e, no máximo, toca superficialmente nos vínculos que diretamente os causaram.

Três diferentes atividades intelectuais podem estar contidas na abordagem crítica.

A primeira, a descoberta e a interpretação de fatos duvidosos. Esta é a verdadeira pesquisa histórica, e nada tem em comum com a teoria.

A segunda, a pesquisa dos seus efeitos até chegar às suas causas. Esta é *a verdadeira análise crítica*. Ela é essencial para a teoria, porque qualquer coisa que deva ser definida, fundamentada ou simplesmente descrita na teoria através de referência à experiência, só pode ser tratada desta maneira.

A terceira, a investigação e avaliação dos meios empregados. Esta última é o verdadeiro criticismo, envolvendo o elogio e a censura. Aqui a teoria serve à história, ou melhor, às lições a serem extraídas da história.

Nas duas últimas atividades, que são as partes verdadeiramente críticas da pesquisa histórica, é essencial analisar tudo até os seus elementos básicos, até a verdade incontestável. Não devemos parar no meio do caminho, como muitas vezes é feito, ao chegar a alguma pressuposição ou hipótese arbitrária.

A dedução do efeito a partir da causa muitas vezes é obstruída por algum obstáculo externo insuperável: as verdadeiras causas podem ser inteiramente desconhecidas. Em nenhum lugar na vida

isto é tão comum como na guerra, onde raramente os fatos são totalmente conhecidos, muito menos os motivos existentes por trás deles. Eles podem ser ocultados pelos que estão no comando ou, se forem

[1] O termo alemão *Kritik* tem aqui o significado de "crítica, análise, avaliação e interpretação críticas", em vez de "criticismo ou desaprovação". Eds.

temporários ou fortuitos, a história pode simplesmente não os ter registrado. É por isto que a narrativa crítica deve andar normalmente de mãos dadas com a pesquisa histórica. Mesmo assim, a disparidade existente entre a causa e o efeito pode ser tal que a crítica, ao considerar os efeitos como resultados inevitáveis de causas conhecidas, pode não ser justificada. Isto fatalmente produzirá lacunas - resultados históricos que não produzem qualquer lição proveitosa. Tudo o que uma teoria exige é que a investigação seja resolutamente realizada até que aquela lacuna seja atingida. Neste ponto a apreciação tem que ser suspensa. Surgem graves problemas quando fatos conhecidos são violentamente exagerados para explicar os efeitos, porque isto atribui a esses fatos uma falsa importância.

Além deste problema, a pesquisa crítica enfrenta um outro grave e essencial: na guerra, raramente os efeitos resultam de uma única causa. Normalmente há diversas causas que contribuem para eles. Não é suficiente, portanto, investigar, embora honesta e objetivamente, uma seqüência de acontecimentos até chegar à sua srcem: cada causa que puder ser identificada ainda terá que ser corretamente avaliada. Isto leva a uma análise mais minuciosa da natureza dessas causas e, desta maneira, a investigação crítica nos leva à verdadeira teoria.

Um *exame* crítico - o exame dos meios - apresenta a questão relativa a quais são os efeitos peculiares dos meios empregados, e se esses efeitos estão de acordo com a intenção com a qual eles foram utilizados.

Os efeitos específicos dos meios levam-nos a realizar uma investigação da sua natureza - em outras palavras, novamente aos domínios da teoria.

Vimos que no criticismo é vital chegar ao ponto da verdade incontestável. Nunca devemos parar ao chegarmos a uma pressuposição arbitrária que outras pessoas possam não aceitar, para que outras proposições, talvez igualmente válidas, não sejam apresentadas contra elas, levando a uma discussão interminável, sem chegar a qualquer conclusão e sem oferecer qualquer lição.

Vimos também que tanto a investigação das causas como o exame dos meios levam ao reino da teoria - isto é, ao campo da verdade universal que não pode ser deduzida meramente a partir do exemplo isolado que está sendo estudado. Se existir realmente uma teoria conveniente, o exame pode indicar as suas conclusões, e neste ponto termina a investigação. Quando não existir tal critério

teórico, entretanto, a análise deve prosseguir até chegar aos elementos fundamentais. Se isto acontecer muitas vezes, levará o escritor a um labirinto de detalhes: ele terá as suas mãos cheias e achará quase impossível dedicar a cada ponto a atenção que ele exige. Em decorrência disto, para estabelecer um limite para estes exames, ele terá, apesar de tudo, que chegar à beira de pressuposições arbitrárias. Mesmo que elas não lhe pareçam arbitrárias, parecerá a outros, porque não são evidentes por si mesmas, nem foram provadas.

Em suma, uma teoria que funcione é uma base essencial para o criticismo. Sem essa teoria, de um modo geral é impossível para o criticismo alcançar aquele ponto em que torna-se uma verdade educativa - quando os seus argumentos são convincentes e não podem ser refutados.

Mas seria um pensamento não condizente com a realidade imaginar que qualquer teoria pudesse abranger toda verdade abstrata, de modo que tudo que a crítica tivesse a fazer fosse classificar o caso estudado sob o título adequado. Da mesma maneira, seria absurdo esperar que o criticismo invertesse o rumo sempre que avançasse contra os limites de uma sacrossanta teoria. O mesmo espírito de investigação analítica que cria uma teoria deveria orientar também o trabalho do crítico, que tanto pode como deve entrar muitas vezes nos domínios da teoria para elucidar quaisquer pontos de excepcional importância. A função do criticismo seria inteiramente perdida se ele degenerasse para uma aplicação mecânica da teoria. Faltará cada vez mais universalidade e verdade absoluta a todos os resultados positivos da investigação teórica - todos os princípios, regras e métodos - à medida em que ela ficar mais perto de transformar-se numa doutrina categórica. Eles estão lá para serem utilizados quando forem necessários, e a sua adequabilidade em cada caso específico deve ser sempre uma questão de critério. Um crítico nunca deve utilizar os resultados da teoria como se fossem leis e normas, mas apenas - como fazem os soldados - *como auxílios ao seu discernimento*. Se, na tática, concorda-se de uma maneira geral que na linha de batalha padrão a cavalaria deve ser posicionada, não na linha, mas atrás da infantaria, seria contudo insensato condenar toda disposição diferente, simplesmente porque é diferente. O crítico deveria analisar as razões para a exceção. Ele não tem o direito de invocar princípios teóricos, a não ser que estas razões sejam inadequadas. Uma vez mais, se a teoria estabelece que um ataque realizado com forças divididas reduz a probabilidade de êxito, seria igualmente irracional, sem uma análise mais aprofundada, atribuir o fracasso à separação de forças sempre que ocorrerem estas duas coisas. Ou quando um ataque realizado com forças divididas for bem sucedido, concluir que a afirmativa teórica srcinal estava incorreta. A natureza investigadora do criticismo não

pode permitir nenhuma das duas hipóteses apresentadas. Em resumo, o criticismo depende em grande parte dos resultados dos estudos analíticos do teórico. O que a teoria já estabeleceu o crítico não precisa estudar novamente, e é atribuição do teórico fornecer ao crítico esses resultados encontrados.

A tarefa do crítico, de investigar a relação existente entre a causa e o efeito e a adequabilidade dos meios aos fins, será fácil quando a causa e o efeito, os meios e os fins, estiverem intimamente relacionados.

Quando um ataque de surpresa deixar um exército incapaz de empregar a sua força de uma maneira ordenada e racional, então o efeito da surpresa não poderá ser posto em dúvida. Quando a teoria houver determinado que um ataque envolvente leva a um êxito maior, embora menos certo, teremos que perguntar se o General que utilizou este envolvimento estava primordialmente interessado na magnitude do êxito. Se estivesse, escolheu a maneira correta de agir. Mas se ele o utilizou para tornar o êxito *mais certo*, baseando a sua ação, não tanto nas circunstâncias do momento, mas na natureza genérica dos ataques envolventes, como já ocorreu inúmeras vezes, então ele interpretou mal a natureza do meio que escolheu e cometeu um erro.

A tarefa da análise e da prova crítica não é muito difícil em casos deste tipo. Fatalmente será fácil, se nos restringirmos aos propósitos e aos efeitos mais imediatos. Isto pode ser feito de uma maneira bastante arbitrária, se isolarmos a questão do seu cenário e a estudarmos somente sob essas condições.

Mas na guerra, como na vida de uma maneira geral, todas as partes de um todo estão interligadas e, assim, os efeitos produzidos, por menores que sejam as suas causas, devem influenciar todas as operações militares subsequentes e modificar de algum modo o resultado final, por menor que seja esta modificação. Da mesma maneira, todo meio deve influenciar até mesmo o propósito final.

Podemos continuar investigando os efeitos produzidos por uma causa até onde isto parecer valer a pena. Da mesma maneira, um meio não deve ser avaliado simplesmente em relação ao seu fim imediato: aquele fim deve ser avaliado como um meio para atingir o próximo e mais elevado e podemos, assim, seguir uma cadeia de propósitos seqüenciais até chegarmos a um que não exija qualquer justificação, porque a sua necessidade é evidente por si mesma. Em muitos casos, principalmente naqueles que envolvem ações de vulto e decisivas, a análise deve ser estendida até o *propósito final*, que é obter a paz.

Toda etapa desta progressão envolve obviamente numa nova base para julgamento. Aquilo que parece certo quando examinado de um determinado nível pode, quando examinado de um nível mais elevado, parecer questionável.

Numa análise crítica da ação, a busca das causas dos fenômenos e o teste dos meios em relação aos fins andam sempre de mãos dadas, porque só a busca de uma causa revelará as questões que precisam ser estudadas.

A busca desta cadeia, para cima e para baixo, apresenta problemas consideráveis. Quanto maior for a distância entre o acontecimento e a causa que estamos procurando encontrar, maior o será o número de outras causas que terão que ser consideradas ao mesmo tempo. A sua possível influência sobre os acontecimentos tem que ser determinada e levada em consideração, uma vez que quanto maior a magnitude de qualquer acontecimento, mais ampla será a gama de forças e de circunstâncias que o afetarão. Quando as causas da perda de uma batalha tiverem sido verificadas, conheceremos também, evidentemente, algumas das causas dos efeitos que esta batalha perdida teve sobre o todo - mas apenas algumas, uma vez que o resultado final também terá sido afetado por outras causas.

Na análise dos meios encontraremos a mesma multiplicidade à medida em que o nosso ponto de vista tornar-se mais abrangente. Quanto mais elevados forem os fins, maior será o número de meios através dos quais eles terão que ser atingidos. Todos os exércitos procuram simultaneamente atingir o propósito final da guerra e temos, portanto, que levar em consideração toda a extensão de tudo o que aconteceu, ou que poderia ter acontecido.

Podemos ver que algumas vezes isto poderá levar a um amplo e complexo campo de investigação, no qual poderemos facilmente nos perder. Tem que ser feito um grande número de suposições sobre coisas que não aconteceram realmente, mas que pareceram ser possíveis e que não podem, portanto, deixar de serem levadas em conta.

Quando em março de 1797, Bonaparte e o Exército da Itália avançaram, saindo do Tagliamento para enfrentar o Arquiduque Charles, o seu propósito era forçar os austríacos uma decisão antes da chegada dos seus reforços provenientes do Reno. Se considerarmos apenas o seu propósito imediato, os meios foram bem escolhidos, como o resultado demonstrou. As forças do Arquiduque eram no entanto tão fracas que ele só fez uma tentativa de oferecer resistência no Tagliamento. Ao ver a força e a determinação do seu inimigo, abandonou a área e o acesso aos Alpes Nóricos. Como poderia Bonaparte aproveitar aquele êxito? Deveria ele avançar contra o coração do Império Austríaco, facilitar

o avanço dos dois exércitos do Reno sob o comando de Moreau e de Hoche, e trabalhar juntamente com eles? Era assim que Bonaparte via a questão e, sob o seu ponto de vista, estava certo. Mas o crítico pode ter uma visão mais ampla - a do Diretório Francês, cujos membros poderiam ver, e devem ter percebido, que a campanha no Reno não teria início antes de outras seis semanas. A partir daquele ponto de vista, então, o avanço de Bonaparte através dos Alpes Nóricos só poderia ser considerado um risco injustificável. Se os austríacos tivessem deslocado reservas consideráveis do Reno para Styria, com as quais o Arquiduque Charles pudesse ter atacado o Exército da Itália, não só aquele Exército teria sido destruído, como toda a campanha teria sido perdida. Bonaparte percebeu isto no momento em que chegou a Villach, e isto o convenceu a assinar prontamente o Armistício de Leoben.

Se o crítico fizer um exame ainda mais amplo, poderá ver que os austríacos não possuíam reservas entre o exército do Arquiduque e Viena, e que o avanço do Exército da Itália constituía uma ameaça à própria capital.

Suponhamos que Bonaparte soubesse que a capital era vulnerável e que a sua superioridade sobre o Arquiduque, mesmo em Styria, era decisiva. O seu rápido avanço contra o coração da Áustria não teria mais sido sem sentido. O valor do ataque dependeria agora meramente do valor que os austríacos atribuíssem à manutenção da posse de Viena. Se para não perder a capital eles aceitassem quaisquer condições para a paz que Bonaparte os oferecesse, a ameaça a Viena poderia ser considerada o seu propósito final. Se Bonaparte tivesse de algum modo sabido disto, o crítico não teria mais nada a dizer. Mas se a questão ainda for duvidosa, o crítico deve adotar um ponto de vista mais abrangente e perguntar o que teria acontecido se os austríacos tivessem abandonado Viena e se retirado para a vasta extensão do território que ainda controlavam. Esta é, entretanto, obviamente uma pergunta que não pode ser respondida sem uma referência ao provável confronto entre os dois exércitos no Reno. Os franceses possuíam ali uma superioridade numérica tão decisiva - 130.000 contra 80.000 - que a questão não seria muito duvidosa. Mas surgiria então novamente a pergunta: que proveito teria o Diretório Francês tirado da vitória? Teriam os franceses levado adiante a sua vantagem até as fronteiras mais afastadas da monarquia austríaca, destruindo o poder austríaco e despedaçando o Império, ou teriam ficado satisfeitos com a conquista de uma parte considerável como uma garantia para a paz? Temos que verificar as prováveis conseqüências de ambas as possibilidades, antes de estabelecer a provável escolha do Diretório. Suponhamos que este exame levasse à resposta de que as forças francesas eram demasiadamente fracas para provocar o colapso total da Áustria, de modo que a mera

tentativa de fazer isto teria invertido a situação, e até mesmo a conquista e ocupação de uma parte significativa do território austríaco teria colocado os franceses numa situação estratégica que as suas forças dificilmente teriam podido enfrentar. Esta suposição teria destorcido a sua maneira de ver a situação em que se encontrava o Exército da Itália e reduzido as suas prováveis expectativas. Não há dúvida de que foi isto que convenceu Bonaparte, embora tivesse percebido a desesperada situação do Arquiduque, a assinar a paz de Campo Formio em condições que não impuseram aos austríacos maiores sacrifícios do que a perda de algumas províncias, que até mesmo a mais bem sucedida das campanhas não teria recuperado. Mas os franceses não poderiam ter contado nem mesmo com os modestos ganhos de Campo Formio e não poderiam, portanto, tê-los fixado como sendo o propósito da sua ofensiva, não fosse por duas ponderações. A primeira era o valor que os austríacos atribuíam aos dois resultados possíveis. Embora os dois fizessem com que um eventual êxito parecesse ser possível, teriam os austríacos achado que valeriam a pena os sacrifícios que acarretavam - a continuação da guerra - quando aquele preço poderia ser evitado através da conclusão de uma paz em termos não demasiadamente desfavoráveis? O segundo motivo consiste na seguinte pergunta: o governo austríaco levaria adiante as suas reflexões e avaliaria meticulosamente os possíveis limites dos êxitos franceses, ou ficaria desanimado pela impressão dos reveses que estava sofrendo?

A primeira destas ponderações não é simplesmente uma especulação infundada. Pelo contrário, é de tal importância prática e tão decisiva que surge sempre, toda a vez que alguém visa a vitória total. Normalmente é isto que impede que esses planos sejam executados.

A segunda ponderação é igualmente vital, porque a guerra não é travada contra um inimigo abstrato, mas contra um inimigo real que deve ser sempre mantido em mente. Certamente um homem tão corajoso como Bonaparte estava ciente disto, confiante como era no terror inspirado pela sua aproximação. A mesma confiança levou-o a Moscou em 1812, mas lá ela o abandonou. Ao longo de gigantescas batalhas o terror já havia se reduzido um pouco. Mas em 1797 ainda era recente e o segredo da eficácia de resistir até o fim ainda não tinha sido descoberto. Apesar disto, em 1979 a sua coragem teria produzido um resultado negativo se ele não tivesse, como vimos, percebido o risco envolvido e escolhido como alternativa a paz comedida de Campo Formio.

Devemos interromper agora esta análise. Será suficiente revelar o caráter abrangente, complexo e difícil que uma análise crítica deve assumir se for levada aos seus propósitos finais - em outras palavras, se for tratar das medidas importantes e decisivas às quais deverá necessariamente conduzir.

Ocorre que além da visão teórica da questão, o talento natural aumentará em muito o valor da análise crítica: porque dependerá primordialmente desse talento para esclarecer as ligações que mantém as coisas unidas e para estabelecer, dentre os inúmeros encadeamentos dos acontecimentos, quais são os essenciais.

Mas o talento também será necessário de uma outra maneira. A análise crítica não é apenas uma avaliação dos meios realmente empregados, mas de *todos os meios possíveis* - que primeiro têm que ser formulados, isto é, inventados. Não podemos, afinal de contas, condenar um método sem sermos capazes de sugerir uma alternativa melhor. Não importa o quanto seja pequena a gama de combinações possíveis que possa existir na maioria dos casos, não se pode negar que relacionar aquelas que não foram utilizadas não é uma simples análise das coisas existentes, mas uma façanha que não pode ser realizada de acordo com uma orientação específica, uma vez que depende da criatividade do intelecto.

Estamos longe de insinuar que a esfera do verdadeiro gênio deva ser encontrada em casos em que um punhado de arranjos simples e práticos explique tudo. Na nossa opinião é totalmente absurdo, embora muitas vezes seja feito, tratar o envolvimento de uma posição como se fosse uma invenção de grande genialidade. Apesar disto, estas avaliações individuais criativas são necessárias e influenciam significativamente o valor da análise crítica.

Quando em 30 de julho de 1796, Bonaparte decidiu levantar o sítio de Mântua para enfrentar o avanço de Wurmser e caiu com toda a sua força separadamente sobre as colunas deste último, enquanto elas estavam divididas pelo Lago Garda e pelo Míncio, agiu assim porque isto parecia ser a maneira mais segura de obter vitórias decisivas. Estas vitórias de fato ocorreram, e repetiram-se de maneira ainda mais decisiva contra as tentativas posteriores de libertar Mântua. Só existe uma opinião com relação a isto: uma admiração irrestrita.

E no entanto Bonaparte não pôde escolher esta linha de ação em 30 de julho sem renunciar a toda a esperança de tomar a cidade, porque era impossível proteger o trem de sítio, e ele não poderia ser substituído durante aquela campanha. Na realidade, o sítio transformou-se num mero bloqueio e a cidade, que teria caído em uma semana se o sítio tivesse sido mantido, resistiu por mais seis meses, apesar de todas as vitórias de Bonaparte no campo de batalha.

Os críticos, incapazes de sugerir uma maneira melhor de resistir, consideraram isto um infortúnio inevitável. Resistir a um exército de libertação atrás das linhas de circunvalação havia caído em tal descrédito e desprezo que não ocorria a ninguém fazer isto. E no entanto, nos dias de Luiz XIV isto

tinha sido tão freqüentemente empregado com êxito que só podemos considerar uma extravagância da moda o fato de que cem anos depois nunca tenha ocorrido a ninguém *pelo menos avaliar* os seus méritos. Se esta possibilidade tivesse sido admitida, um exame mais minucioso da situação teria revelado que 40.000 dos melhores soldados de infantaria do mundo, que Bonaparte poderia ter colocado por trás de uma linha de circunvalação em Mântua, se estivessem bem entrincheirados teriam tido tão poucos motivos para temer os 50.000 austríacos que Wurmser estava trazendo para libertar a cidade, que o perigo das linhas serem atacadas era pequeno. Aqui não é o lugar para nos alongarmos sobre esta questão. Acreditamos ter dito o bastante para demonstrar que a possibilidade mereceu ser mencionada. Não podemos dizer se o próprio Bonaparte jamais considerou o plano. Não há qualquer indício em suas memórias, nem nas demais fontes publicadas. Nenhum dos críticos posteriores tocou neste ponto porque não possuíam mais o hábito de considerar este plano. Não existe um grande mérito em relembrar a sua existência. Só temos que repelir a tirania da moda para pensar nele. Temos, entretanto, que pensar nele para avaliá-lo e compará-lo com os meios que Bonaparte de fato empregou. Qualquer que seja o resultado desta comparação, o crítico não deveria deixar de fazê-la.

O mundo estava cheio de admiração quando Bonaparte, em fevereiro de 1814, virou as costas para Blucher, após tê-lo derrotado em Etoges, Champ-Aubert, Montmirail e em outros lugares, para atacar Schwarzenberg e derrotá-lo em Montereau e em Mormant. Deslocando rapidamente a sua força principal de um lado para o outro, Bonaparte explorou brilhantemente o erro dos aliados de avançar com suas força divididas. Se, como pensam as pessoas, estes magníficos golpes em todas as direções deixaram de salvá-lo, pelo menos não foi culpa sua. Ninguém perguntou ainda o que teria acontecido se, ao invés de virar as costas para Blucher e voltar-se para Schwarzenberg, ele tivesse continuado martelando Blucher e o tivesse perseguido de volta até o Reno. Estamos convencidos de que a natureza de toda a campanha teria sido alterada e que, em vez de marchar sobre Paris, os exércitos aliados teriam se retirado através do Reno. Não exigimos que outros compartilhem da nossa opinião, mas nenhum conhecedor destes assuntos pode ter dúvida de que a crítica está fadada a considerar aquela alternativa, uma vez que foi levantada.

A opção é muito mais óbvia neste caso do que no anterior. Apesar disto tem sido esquecida, porque as pessoas têm idéias preconcebidas e seguem uma única linha de raciocínio.

A necessidade de propor um método melhor do que o que está sendo condenado criou o tipo de criticismo que é utilizado quase que exclusivamente: o crítico pensa que só deve indicar o método que

considera ser o melhor, sem ter que fornecer prova. Em conseqüência disto, nem todos ficam convencidos, outros seguem o mesmo procedimento e tem início uma controvérsia sem qualquer base para discussão. Toda a literatura sobre a guerra está repleta deste tipo de coisas.

A *prova* que exigimos é necessária, sempre que a vantagem do meio proposto não for suficientemente clara para eliminar todas as dúvidas. Ela consiste em pegar cada um dos meios e avaliar e comparar os méritos específicos de cada um deles em relação ao propósito. Tendo sido a questão reduzida assim a verdades simples, a controvérsia deverá cessar ou, pelo menos, levar a novos resultados. Pelo outro método, os prós e os contras simplesmente se anulam.

Suponhamos, por exemplo, que no caso do último exemplo não tivéssemos ficado satisfeitos e quiséssemos provar que a implacável perseguição a Blucher teria sido mais vantajosa para Napoleão do que voltar-se contra Schwarzenberg. Iríamos confiar nas seguintes verdades simples:

1. Falando de uma maneira geral, é melhor continuar atacando na mesma direção do que movimentar as nossas forças nesta e naquela direção, porque deslocar tropas de um lado para o outro envolve perda de tempo. Além do mais, é mais fácil obter outros êxitos mais adiante, quando o moral do inimigo já tiver sido abalado por perdas significativas. Deste modo, nenhuma parcela da superioridade que foi obtida deixará de ser explorada.

2. Muito embora Blucher fosse mais fraco do que Schwarzenberg, o seu espírito audacioso o tornou mais importante. O centro de gravidade estava com ele e ele deslocou as outras forças em sua direção.

3. As perdas sofridas por Blucher tiveram as proporções de uma grave derrota. Bonaparte havia assim obtido uma superioridade tão grande sobre ele que não deixou qualquer dúvida de que ele teria que se retirar até o Reno, pois não havia reservas de alguma importância naquele percurso.

4. Nenhum outro êxito possível poderia ter causado tanto abalo, ou impressionado tanto a mente dos aliados. Com um Estado-Maior que era conhecido como sendo tímido e indeciso, como o de Schwarzenberg, isto fatalmente seria um importante fator a ser considerado. As perdas sofridas pelo Príncipe Herdeiro de Wurttemburg em Montereau e pelo Conde Wittgenstein em Mormant certamente eram bem conhecidas pelo Príncipe Schwarzenberg. Por outro lado, as notícias dos reveses sofridos por Blucher ao longo da sua longínqua e descontínua linha entre o Marne e o Reno só poderiam ter chegado a ele como uma avalanche de rumores. O avanço desesperado de Bonaparte em direção a Vitry, no fim de março, foi uma tentativa de testar o efeito que a ameaça de um

envolvimento estratégico teria sobre os aliados. Ele baseava-se obviamente no princípio do terror, mas em circunstâncias completamente diferentes agora que Bonaparte havia sido derrotado em Laon e em Arcis, e que Blucher havia se reunido a Schwarzenberg com 1000.000 homens.

Algumas pessoas não serão, evidentemente, convencidas por estes argumentos, mas pelo menos não serão capazes de retrucar que "assim como Bonaparte em seu avanço em direção ao Reno estava ameaçando a base de Schwarzenberg, este estava ameaçando Paris, que era de Bonaparte." As razões que mencionamos acima deveriam ter deixado claro que não teria ocorrido a Schwarzenberg avançar sobre Paris.

No exemplo de 1796 que mencionamos brevemente acima, diríamos que Bonaparte considerava o plano que adotou como sendo o que oferecia maiores garantias de derrotar os austríacos. Mesmo que isto fosse verdade, o resultado teria sido um triunfo inútil, que dificilmente poderia ter afetado significativamente a queda de Mântua. A nossa sugestão é que teria sido muito mais provável impedir que Mântua fosse libertada. Mas mesmo se nos colocarmos no lugar de Bonaparte e adotarmos a visão oposta - de que isto oferecia uma menor probabilidade de êxito - a escolha teria se baseado em pesar uma vitória mais provável, mas quase inútil e portanto secundária, contra uma menos provável, mas muito maior. Se a questão for encarada sob este aspecto, o arrojo certamente teria optado pela segunda linha de ação, mas encarada de uma maneira superficial teria ocorrido o oposto. Bonaparte certamente agarrou-se à intenção mais arrojada, portanto não pode haver qualquer dúvida de que ele não analisou a questão até o ponto em que poderia avaliar as conseqüências de uma maneira tão completa como nós podemos à luz da experiência.

No estudo dos meios, o crítico deve certamente consultar com freqüência a história militar, porque na arte da guerra a experiência vale mais do que qualquer quantidade de verdades abstratas. A prova histórica está sujeita a condições peculiares que serão tratadas num capítulo aparte, mas infelizmente essas condições são tão raramente encontradas que as referências históricas normalmente só confundem ainda mais as coisas.

Um outro ponto importante deve ser considerado agora: até que ponto o crítico está livre, ou até mesmo é compelido pelo dever, para avaliar um único caso à luz do seu maior conhecimento, incluindo, como ocorre, o conhecimento do resultado? Ou quando e onde deveria ele ignorar estas coisas para colocar-se exatamente na situação do homem que estava no comando?

Se o crítico deseja distribuir elogios ou reprovações, deve certamente tentar colocar-se exatamente na situação do comandante. Em outras palavras, deve reunir tudo que o comandante sabia e todos os fatos que afetaram a sua decisão e ignorar tudo que ele não poderia saber, ou que não sabia, principalmente o resultado. Isto é, entretanto, apenas um ideal que deve-se ter em vista, embora nunca seja totalmente atingido: uma situação que dê srcem a um acontecimento nunca pode parecer a mesma para o analista como para aquele que dela participou. Uma grande quantidade de circunstâncias de pequena importância que possam ter influenciado a sua decisão são agora esquecidas por nós, e muitos motivos subjetivos podem nunca ter sido de modo algum revelados. Estes só podem ser descobertos através das memórias dos comandantes, ou de pessoas muito chegadas a eles. Muitas vezes as memórias tratam estas questões de uma maneira bastante ampla ou, talvez deliberadamente, de uma maneira não muito imparcial. Em suma, sempre faltará ao crítico muito do que estava presente na mente do comandante.

Mas é ainda mais difícil para o crítico excluir o seu conhecimento supérfluo. Isto só é possível no que diz respeito aos fatores fortuitos que afetam a situação sem serem essenciais para ela. Em todas as questões realmente essenciais, entretanto, é muito difícil e nunca totalmente realizável.

Consideremos primeiro o resultado. A menos que seja obra do acaso, é quase impossível impedir que o seu conhecimento falseie as circunstâncias das quais ele se srcinou: vemos estas coisas à luz do seu resultado e até certo ponto só chegamos a conhecê-las e a avaliá-las plenamente por causa dele. A história militar é ela própria, em todos os seus aspectos, uma *fonte de instrução* para o crítico e é apenas normal que ele deva encarar todos os acontecimentos específicos à luz do todo. Portanto, mesmo se em alguns casos ele tentar não levar em consideração de modo algum os resultados, ele nunca poderá conseguir realmente.

Mas isto não é verdadeiro apenas com relação ao resultado (isto é, ao que ocorre posteriormente), mas também com relação aos fatos que estavam presentes desde o início - os fatores que determinaram a ação. De uma maneira geral o crítico terá mais informações do que o participante. Podemos pensar que ele poderia facilmente ignorá-las, mas não pode. Isto porque o conhecimento das circunstâncias anteriores e simultâneas não baseia-se somente em informações específicas, mas em diversas conjunturas e suposições. Fora as questões totalmente fortuitas, muito poucas informações chegam às nossas mãos sem que tenham sido antecedidas por suposições ou por conjecturas. Se os fatos específicos não tornarem-se reais, estas suposições e conjecturas tomarão o seu lugar. Podemos

compreender agora porque os críticos posteriores, que conhecem todas as circunstâncias anteriores e presentes, não devem ser influenciados pelo seu conhecimento quando perguntam qual dentre os fatos desconhecidos eles próprios teriam considerado prováveis no momento da ação. Insistimos em afirmar que é tão impossível estabelecer um completo isolamento aqui quanto quando consideramos o resultado final, e pelas mesmas razões.

Portanto, se um crítico deseja elogiar ou censurar qualquer ação específica, só será capaz de colocar-se parcialmente na situação do participante. Em muitos casos ele poderá fazer isto suficientemente bem para atender aos fins práticos, mas não devemos esquecer-nos de que algumas vezes isto é totalmente impossível.

Não é, portanto, nem necessário nem desejável para o crítico identificar-se totalmente com o comandante. Na guerra, como em todas as atividades, é exigida uma aptidão natural treinada. Este virtuosismo pode ser grande ou pequeno. Se for grande, poderá facilmente ser maior do que o do crítico: que estudioso pretenderia ter o talento de um Frederico ou de um Bonaparte? Portanto, a menos que nos calemos em deferência a um talento excepcional, nos deve ser permitido beneficiarmo-nos do horizonte mais amplo que está disponível para nós. Um crítico não deve portanto examinar a solução dada por um grande comandante a um problema como se ela fosse uma soma aritmética. Em vez disto, deve reconhecer com admiração o êxito do comandante, o tranqüilo desenrolar dos acontecimentos e o trabalho superior do seu gênio. As interconexões essenciais que o gênio descobriu, o crítico tem que reduzir a um conhecimento real.

Para julgar até mesmo o mais insignificante ato de talento, o crítico precisa assumir um ponto de vista mais abrangente, de modo que de posse de uma quantidade qualquer de razões objetivas reduza a subjetividade a um mínimo, evitando assim proferir julgamentos próprios, possivelmente padrões limitados.

Esta nobre posição de criticismo, renunciando a elogios ou a censuras, com um pleno conhecimento de todas as circunstâncias, não afrontará os nossos sentimentos. O crítico só fará isto se esforçar-se para obter notoriedade e insinuar que toda a sabedoria, que na realidade provém do seu total conhecimento do caso, é devida às suas próprias aptidões. Não importa o quanto seja grosseira esta fraude, a vaidade pode levar muito facilmente a ela e naturalmente nos ofenderá. Na maioria das vezes o crítico não pretende ser arrogante, mas a menos que ele insista em negar isto, um leitor apressado

suspeitará que ele esteja sendo arrogante e isto dará srcem imediatamente a uma acusação de falta de critério crítico.

Se o crítico mostrar que um Frederico ou um Bonaparte cometeu erros, isto não significa que ele não os teria cometido também. Ele pode até mesmo admitir que, na situação daqueles Generais, poderia ter cometido erros muito maiores. O que ele quer dizer é que pode reconhecer estes erros a partir do padrão de acontecimentos e acha que a perspicácia do comandante deveria tê-los percebido também.

Esta é uma apreciação baseada no padrão de acontecimentos e, portanto, também no *seu resultado*. Mas, além disto, o resultado pode ter um efeito completamente diferente sobre a apreciação - quando é simplesmente utilizado como uma prova de que uma ação foi certa ou errada. Isto pode ser chamado de uma apreciação *por resultados*. À primeira vista tal apreciação pareceria totalmente inadmissível, mas não é este o caso.

Quando em 1812 Bonaparte avançou sobre Moscou, a pergunta crucial era se a tomada da capital, juntamente com tudo o que já havia acontecido, induziria o Czar Alexandre a fazer a paz. Isto havia acontecido em 1807, após a batalha de Friedland, e havia também surtido efeito em 1805 e em 1809 com o Imperador Francis, após as batalhas de Austerlitz e de Wagram. Se, entretanto, a paz não fosse feita em Moscou, Bonaparte não teria outra alternativa a não ser voltar, o que teria significado uma derrota estratégica. Deixemos de lado as etapas através das quais ele avançou sobre Moscou e a questão de se durante esse processo ele perdeu um número de oportunidades que poderia ter feito o Czar decidir pela paz. Deixemos também de lado as terríveis circunstâncias da retirada, que bem podem ter tido a sua srcem na condução de toda a campanha. A questão crucial continua sendo a mesma: não importa o quanto pudesse ter sido mais bem sucedido o avanço sobre Moscou, ainda assim não haveria certeza de que ele poderia ter assustado o Czar, fazendo-o pedir a paz. E mesmo que a retirada não tivesse levado à aniquilação do seu exército, não poderia ter sido outra coisa a não ser uma grande derrota estratégica. Se o Czar tivesse concluído uma paz desvantajosa, a campanha de 1812 teria se equiparado às de Austerlitz, Friedland e Wagram. Mas se estas campanhas não tivessem resultado na paz, provavelmente teriam levado a catástrofes semelhantes. Independentemente do poder, da competência e da sabedoria demonstrados pelo conquistador do mundo, a última pergunta inevitável continua sendo em qualquer lugar a mesma. Deveríamos nós ignorar então os verdadeiros resultados das campanhas de 1805, 1807 e 1809 e, somente através do teste de 1812, afirmar que eles foram frutos

da imprudência e que os seus êxitos foram um rompimento da lei natural? Devemos nós sustentar que em 1812 a justiça estratégica finalmente superou o acaso irracional? Esta seria uma conclusão muito forçada, uma apreciação arbitrária em que falta a metade das provas, porque o olho humano não pode reconstituir a conexão dos acontecimentos até chegar às decisões dos monarcas derrotados.

Ainda menos pode ser dito que a campanha de 1812 deveria ter sido bem sucedida como as demais, e que o seu fracasso foi devido a algo insignificante: nada havia de insignificante quanto à tenacidade de Alexandre.

O que pode ser mais natural do que dizer que em 1805, 1807 e 1809 Bonaparte havia avaliado corretamente o seu inimigo, enquanto que em 1812 não? Nas primeiros ocasiões ele estava certo, na última estava errado, e podemos dizer isto *porque o resultado o prova*.

Na guerra, como já salientamos, toda ação visa um êxito provável, e não um êxito certo. Em todos os casos, o grau de certeza que estiver faltando deve ser deixado por conta do acaso, ou como quer que vocês gostem de chamá-lo. Pode-se evidentemente exigir que esta dependência deva ser a mais insignificante possível, mas só em relação a um determinado caso - em outras palavras, ela deve ser *a menor possível naquele caso específico*. Mas não devemos preferir habitualmente a linha de ação que envolva o menor grau de incerteza. Isto seria um enorme erro, como os nossos argumentos teóricos demonstrarão. Existem momentos em que a audácia extrema é o auge da sensatez.

Poderia parecer que os méritos pessoais de um comandante e, portanto, também a sua responsabilidade, tornar-se-iam irrelevantes em todas as questões que têm que ser deixadas por conta do acaso. Apesar disto, não podemos negar uma satisfação íntima sempre que as coisas dão certo. Quando não, sentimos um certo mal-estar intelectual. *Este é todo o sentido que deveria estar vinculado a um julgamento do que é certo e do que é errado, que nós deduzimos a partir do êxito, ou melhor, que nós encontramos no êxito.*

Mas é óbvio que o prazer intelectual perante o êxito e o mal-estar intelectual perante o fracasso provém de um obscuro sentimento de algum vínculo sutil, invisível ao olho da mente, entre o êxito e o gênio do comandante. Esta é uma suposição gratificante. A verdade disto é demonstrada pelo fato de que a nossa compreensão aumenta e fica mais intensa à medida em que o êxito e o fracasso são repetidos pelo mesmo homem. É por isto que a sorte na guerra possui uma qualidade maior do que a sorte no jogo. Enquanto um General bem sucedido não nos fizer qualquer mal, acompanharemos com satisfação a sua carreira.

O crítico, tendo então analisado tudo o que existe dentro da gama de cálculos e de crenças humanas, deixará o resultado falar por aquela parte cuja influência profunda e misteriosa nunca é visível. O crítico deve proteger este resultado tácito do trabalho das leis mais elevadas, de um lado contra a torrente de opiniões desinformadas e, do outro, contra as grosseiras injúrias às quais ele poderá estar sujeito.

O êxito permite que compreendamos muita coisa que somente o trabalho da inteligência humana não seria capaz de descobrir. Isto significa que ele será útil, principalmente ao revelar as forças e os efeitos intelectuais e psicológicos, porque eles estão menos sujeitos a uma avaliação fidedigna e também porque estão tão intimamente envolvidos com a vontade que podem facilmente controlá-la. Sempre que as decisões basearem-se no medo ou na coragem, não poderão mais ser julgadas objetivamente. Consequentemente, não se pode mais esperar que a inteligência e a avaliação determinem o resultado provável.

Devemos fazer agora alguns comentários sobre os instrumentos que o crítico utiliza - o seu idioma, porque num certo sentido ele acompanha a ação na guerra. A análise crítica, afinal de contas, nada mais é do que o pensamento que deveria anteceder a ação. Consideramos portanto essencial que a linguagem do criticismo deva ter as mesmas características que o pensamento nas guerras, se não perde o seu valor prático e o criticismo perde o contado com o seu tema.

Em nossas reflexões sobre a teoria da condução da guerra, dissemos que deveríamos treinar a mente de um comandante, ou melhor, orientar a sua formação. A teoria não se destina a fornecer-lhe doutrinas e sistemas categóricos para serem utilizados como ferramentas intelectuais. Além do mais, se nunca é preciso, nem mesmo admissível, utilizar parâmetros científicos para avaliar um determinado problema na guerra, se a verdade nunca aparece de uma forma sistemática, se ela não é obtida de uma maneira dedutiva, mas sempre *diretamente* através da percepção natural da mente, então esta é a maneira pela qual ela também deve ser obtida na análise crítica.

Devemos admitir que sempre que for trabalhoso demais estabelecer os fatos da situação, devemos recorrer aos princípios pertinentes estabelecidos pela teoria. Mas da mesma maneira que na guerra essas verdades são mais úteis a um comandante que tenha assimilado em sua mente o seu significado, do que a um que as trate como regras externas rígidas, o crítico não deve aplicá-las como se fossem uma lei externa ou uma fórmula algébrica cuja aplicabilidade não precisa ser estabelecida cada vez que é utilizada. Devemos deixar sempre que estas verdades tornem-se evidentes por si

mesmas, enquanto que apenas as provas mais precisas e complexas sejam deixadas para a teoria. Evitaremos assim empregar uma linguagem misteriosa e obscura, e nos expressaremos numa linguagem clara, com uma seqüência de conceitos claros e lúcidos.

Admitindo que enquanto isto não puder ser totalmente realizado, este deverá continuar sendo o propósito da análise crítica. As formas complexas de percepção devem ser utilizadas o mínimo possível, e nunca devemos desenvolver parâmetros científicos como se fossem um tipo de máquina da verdade. Tudo deve ser feito através do trabalho natural da mente.

Esta respeitosa aspiração, entretanto, se podemos chamá-la assim, raramente tem prevalecido nos estudos críticos. Pelo contrário, um tipo de vaidade levou a maioria deles para uma ostentosa exibição de idéias.

O primeiro erro comum é a utilização inoportuna e inadmissível de certos sistemas limitados, como se fossem códigos de leis formais. Nunca é difícil demonstrar a parcialidade desses sistemas, e nada mais é necessário para desacreditar a sua autoridade de uma vez por todas. Estamos tratando aqui de um problema restrito e, uma vez que o número de possíveis sistemas é afinal de contas finito, este erro é o menor dos dois males que nos preocupam.

Uma ameaça muito mais grave é o séquito de *jargões, tecnicalidades e metáforas* que acompanham esses sistemas. Eles enxameiam em toda a parte - uma turba desordenada de vivandeiras. Qualquer crítico que não seja visto como estando preparado para adotar um sistema - seja porque não encontrou um de que goste, ou porque ainda não chegou tão longe - empregará ainda assim um eventual fragmento de um deles, como se fosse uma régua, para demonstrar a tortuosidade do caminho seguido por um comandante. Poucos deles podem ir adiante sem o apoio eventual destes fragmentos da teoria científica militar. Os mais insignificantes deles - meras expressões e metáforas técnicas - são algumas vezes nada mais do que floreios ornamentais da narrativa crítica. Mas é inevitável que toda a terminologia e todas as expressões técnicas de um determinado sistema percam o significado que possam ter, se tiverem algum - depois de terem sido arrancadas do seu contexto e empregadas como axiomas genéricos, ou pedaços de verdade que deveriam ser mais fortes do que uma simples afirmação.

Assim, o que aconteceu é que a nossa literatura teórica e crítica, ao invés de fornecer argumentos inteligíveis e diretos nos quais o autor sempre soubesse pelo menos que estava dizendo e o leitor o que estava lendo, está abarrotada de jargões, terminando em encruzilhadas obscuras onde o autor perde os seus leitores. Algumas vezes esses livros são ainda piores: são exatamente como

conchas vazias. O próprio autor não sabe mais exatamente o que está pensando e contenta-se com idéias obscuras que não o satisfariam se fossem expressas em linguagem clara.

Os críticos possuem ainda um terceiro defeito: a exibição da sua erudição e o emprego incorreto de exemplos históricos. Já dissemos o que é a história da arte da guerra, e as nossas opiniões sobre os exemplos históricos e a história militar em geral serão expandidas em capítulos posteriores. Um fato que é mencionado de passagem pode ser utilizado para apoiar *as opiniões mais contraditórias*, e três ou quatro exemplos de épocas e lugares distantes, introduzidos fora de propósito e amontoados a partir da mais ampla gama de circunstâncias, tendem a perturbar e a confundir a nossa apreciação, sem provar nada. Normalmente a luz do dia os apresenta como um mero disparate, com o qual o autor pretende exibir a sua erudição.

Qual o valor prático dessas noções obscuras, parcialmente incorretas, confusas e arbitrárias? Muito pequeno - tão pequeno que tornara a teoria, desde o seu início, exatamente o oposto da prática e não raramente a matéria prima para o riso de homens cuja competência militar está fora de dúvida.

Isto nunca poderia ter acontecido se, através de termos simples e de observações diretas da condução da guerra, a teoria tivesse procurado determinar tudo que era possível ser determinado. Se, sem pretensões espúrias, sem qualquer exibição indecorosa de fórmulas científicas e de compêndios históricos, tivesse persistido no que era essencial e nunca tivesse se separado daqueles que têm que controlar as coisas durante a batalha através da luz da sua inteligência inata.

CAPÍTULO SEIS

Dos Exemplos Históricos

Os exemplos históricos tornam tudo claro e ainda proporcionam o melhor tipo de prova nas ciências empíricas. Isto é verdadeiro principalmente na arte da guerra. O General Scharnhorst, cujo manual é o melhor que jamais foi escrito sobre a guerra real, considera os exemplos históricos de primordial importância para a questão e faz um admirável uso deles. Se tivesse sobrevivido às guerras de 1813 a 1815, a quarta parte do seu trabalho revisto sobre artilharia teria demonstrado ainda melhor os poderes de observação e o saber com que tratou as suas experiências.

Entretanto, os exemplos históricos raramente são utilizados para obter um efeito tão bom. Pelo contrário, normalmente o uso que é feito deles pelos teóricos não só deixa o leitor insatisfeito, como até mesmo exaspera a sua inteligência. Consideramos importante, portanto, concentrar a atenção sobre os empregos adequados e inadequados dos exemplos.

Indubitavelmente, o conhecimento fundamental à arte da guerra é empírico. Enquanto, na maioria das vezes, provém da natureza das coisas, esta mesma natureza só nos é revelada através da experiência. A sua aplicação é, além do mais, alterada por tantas condições que os seus efeitos nunca podem ser totalmente estabelecidos meramente a partir da natureza dos meios.

Os efeitos da pólvora - aquele importante agente da atividade militar - só puderam ser demonstrados através da experiência. Ainda estão sendo realizadas experiências para estudá-los mais minuciosamente.

É óbvio, evidentemente, que um projetil de canhão, feito de ferro, impulsionado pela pólvora até atingir uma velocidade de 1.000 pés por segundo, despedaçará qualquer criatura viva que estiver em sua trajetória. Não é necessário ter experiência para acreditar nisto, mas existem centenas de detalhes pertinentes determinando este efeito, alguns dos quais só podem ser revelados empiricamente. Nem é o efeito físico a única coisa que interessa: o efeito psicológico é o que nos interessa, e a experiência é o único meio através do qual ele pode ser estabelecido e avaliado. Na Idade Média, as armas de fogo constituíam uma nova invenção, tão rudimentares que o seu efeito físico era muito menos importante do que hoje, mas o seu impacto psicológico era consideravelmente maior. Teríamos que ter visto a tenacidade de uma das forças adestradas e lideradas por Bonaparte no decorrer das suas conquistas - tê-

las visto sob um fogo feroz e implacável - para ter alguma percepção do que pode ser realizado por soldados selecionados através de uma longa experiência de perigo, nos quais um orgulhoso histórico de vitórias incutiu o nobre princípio de colocar sobre eles as mais elevadas exigências. Somente como uma idéia, isto é inacreditável. Por outro lado, há exércitos europeus que ainda possuem soldados como os tártaros, os cossacos e os croatas, cujas fileiras podem ser facilmente dispersas por uns poucos tiros de artilharia.

Apesar disto, as ciências empíricas, inclusive a teoria da arte da guerra, não podem apoiar sempre as suas conclusões em provas históricas. A mera amplitude a ser coberta muitas vezes eliminaria esta possibilidade e, fora isto, seria difícil chamar a atenção em cada detalhe para a verdadeira experiência. Se um determinado meio vier a tornar-se altamente eficaz na guerra, será empregado novamente. Será copiado por outros e virará moda. E assim, apoiado pela experiência, passará a ser empregado de uma maneira geral e será incluído na teoria. A teoria satisfaz-se em fazer referência à experiência em geral para indicar a srcem do método, mas não o prova.

É uma outra história quando a experiência é mencionada para substituir um método que está sendo utilizado no momento, para confirmar um outro duvidoso, ou para apresentar um novo. Nestes casos, devem ser apresentados exemplos isolados, retirados da história, como provas.

Um exame mais detalhado da utilização de exemplos históricos permite-nos distinguir quatro pontos de vista:

Primeiro, um exemplo histórico pode ser utilizado simplesmente como uma *explanação* de uma idéia. Afinal de contas, uma argumentação abstrata é muito facilmente mal compreendida, ou não compreendida de modo algum. Quando o autor teme que isto possa acontecer, ele pode utilizar um exemplo histórico para lançar a luz necessária sobre a sua idéia e para assegurar que o escritor não perca o contato com o leitor.

Segundo, pode servir para demonstrar a *aplicação* de uma idéia. Um exemplo oferece uma oportunidade para demonstrar a influência de todas aquelas circunstâncias secundárias que não poderiam ser incluídas numa formulação geral da idéia. Na realidade, esta é a diferença entre a teoria e a experiência. Os dois casos anteriores diziam respeito a exemplos verdadeiros; os dois que se seguem dizem respeito a provas históricas.

Terceiro, podemos recorrer a um fato histórico para apoiar uma afirmativa. Isto será suficiente quando desejarmos simplesmente provar a *possibilidade* de algum fenômeno ou de algum efeito.

Quarto e último, a apresentação detalhada de um acontecimento histórico, e a associação de diversos acontecimentos, tornam possível deduzir uma doutrina: a prova está na própria evidência.

A utilização do primeiro tipo normalmente exige apenas uma breve menção ao caso, porque apenas um aspecto dele interessa. A verdade histórica nem mesmo é essencial aqui: um exemplo imaginário teria o mesmo efeito. Ainda assim, os exemplos históricos sempre têm a vantagem de serem mais realistas e de dar vida à idéia que estão ilustrando.

O segundo tipo de utilização exige uma apresentação mais detalhada dos fatos, mas a autenticidade uma vez mais não é essencial. Quanto a isto, repetimos o que já dissemos sobre o primeiro caso.

O terceiro propósito é suficientemente atingido, de um modo geral, através do simples relato de um fato indiscutível. Se estivermos tentando demonstrar que uma posição fortificada pode, em determinadas situações, revelar-se eficaz, uma referência à posição Bunzelwitz apoiará a afirmativa.

Se, entretanto, algum fato histórico estiver sendo apresentado para demonstrar uma verdade genérica, deve-se ter o cuidado de que todos os aspectos referentes à verdade em questão sejam total e minuciosamente apresentados - cuidadosamente reunidos, por assim dizer, diante dos olhos do leitor. Na medida em que isto não puder ser feito, a prova será enfraquecida, e será mais necessário utilizar um número maior de casos para fornecer as provas que faltaram naquele. É justo supor que quando não pudermos mencionar detalhes mais precisos, o efeito médio será determinado através de um maior número de exemplos.

Suponhamos que queiramos provar através da experiência que a cavalaria deveria ser posicionada na retaguarda da infantaria, e não em linha com ela; ou que sem possuir uma clara superioridade numérica é extremamente perigoso empregar colunas muito afastadas ao tentar envolver o inimigo, tanto no campo de batalha como no teatro de operações, em outras palavras - tática ou estrategicamente. Quanto ao primeiro exemplo, basta mencionar algumas derrotas em que a cavalaria estava posicionada nos flancos, e algumas vitórias em que estava atrás da infantaria. No segundo caso, seria suficiente fazer referência às batalhas de Rivoli ou de Wagram e aos ataques austríacos no teatro italiano, ou os dos franceses no teatro de guerra alemão em 1796. Em vez disto, devemos reconstituir minuciosamente todas as circunstâncias e acontecimentos isolados, para mostrar a maneira pela qual aqueles tipos de posicionamento e de ataque contribuíram definitivamente para a derrota. O resultado

revelará *até que ponto* eles são questionáveis - uma questão que de qualquer modo deve ser esclarecida, porque uma condenação geral estaria em conflito com a verdade.

Já concordamos que quando não puder ser apresentado um relato detalhado e real, qualquer falta de indícios pode ser compensada através de um determinado número de exemplos, mas este é um recurso nitidamente perigoso, e frequentemente é mal utilizado. Em vez de apresentar um exemplo amplamente detalhado, os críticos se satisfazem em simplesmente *referir-se superficialmente* a três ou quatro que dêem a *aparência* de uma prova robusta. Mas existem ocasiões em que nada será provado através de uma dúzia de exemplos - se, por exemplo, eles se repetirem com freqüência e alguém puder citar com a mesma facilidade uma dúzia de casos que apresentaram resultados opostos. Se alguém listar uma dúzia de derrotas em que o lado que estava perdendo atacou com colunas divididas, eu posso citar uma dúzia de vitórias em que aquela mesma tática foi empregada. Obviamente esta não é a maneira de chegar-se a uma conclusão.

Uma reflexão sobre estas diversas circunstâncias revelará como os exemplos podem facilmente ser mal utilizados.

Um acontecimento que seja abordado superficialmente, em vez de ser meticulosamente detalhado, é como um objeto visto a uma grande distância: é impossível distinguir qualquer detalhe, e parece a mesma coisa visto de todos os ângulos. Esses exemplos têm sido de fato utilizados para apoiar as opiniões mais conflitantes. As campanhas de Daun são, para alguns, modelos de sensatez e de capacidade de previsão. Para outros, de timidez e de indecisão. O avanço de Bonaparte através dos Alpes Nóricos em 1797 impressiona alguns como constituindo um maravilhoso exemplo de arrojo. Outros o considerarão totalmente irresponsável. A sua derrota estratégica em 1812 pode ser atribuída a um excesso de energia, mas também à falta dela. Todas estas opiniões têm sido expressas, e podemos facilmente ver porque: o padrão de acontecimentos foi interpretado de maneiras diferentes. Apesar disto, estas opiniões conflitantes não podem coexistir. Uma ou outra deve estar errada.

Feuquières, aquele homem excepcional, merece os nossos agradecimentos pela fartura de exemplos que ornamentam as suas memórias. Ele não registra apenas uma quantidade de acontecimentos que de outra maneira teriam sido esquecidos; ele foi o primeiro a fazer comparações realmente proveitosas entre idéias teóricas abstratas e a vida real, na medida em que todos os exemplos citados podem ser considerados como explicações e definições mais detalhadas de suas afirmações teóricas. Ainda assim, para um leitor moderno imparcial, dificilmente ele atingia o propósito que

normalmente estabelecia para si mesmo, o de provar os princípios teóricos através de exemplos históricos. Embora ele ocasionalmente registre os acontecimentos com algum detalhe, ainda fica longe de provar que as conclusões a que chegou são conseqüências inevitáveis dos seus padrões básicos.

Uma outra desvantagem de abordar apenas superficialmente os acontecimentos históricos reside no fato de que alguns leitores não os conhecem suficientemente bem, ou não se lembram suficientemente bem deles para perceber o que o autor tem em mente. Estes leitores não têm escolha, a não ser ficarem impressionados pelo argumento, ou permanecerem totalmente indiferentes a eles.

Evidentemente é difícil narrar um acontecimento histórico, ou mesmo reconstituí-lo para o leitor da maneira exigida para que seja utilizado como prova. Raramente o escritor possui os meios, o espaço ou o tempo para isto. Insistimos, entretanto, que no que se refere a um ponto de vista novo ou discutível, um único acontecimento meticulosamente detalhado é mais esclarecedor do que dez mencionados apenas superficialmente. A principal objeção a este tratamento superficial não é que o escritor alegue estar tentando provar alguma coisa, mas que ele próprio nunca tenha adquirido um perfeito conhecimento do fato que menciona, e que esta abordagem superficial e irresponsável da história leve a centenas de idéias errôneas e distorça a teorização. Nada disto aconteceria se a tarefa do escritor fosse mostrar que as novas idéias que está apresentando como tendo sido provadas pela história provém indiscutivelmente do exato padrão de acontecimentos.

Tendo aceitado as dificuldades de utilizar exemplos históricos, podemos chegar à conclusão mais óbvia de que os exemplos deveriam ser extraídos da história militar moderna, na medida em que sejam adequadamente conhecidos e que tenham sido corretamente avaliados.

Não só as condições eram diferentes em tempos mais distantes, com diferentes maneiras de travar guerras, como também as guerras anteriores têm poucas lições práticas a nos oferecer, mas a história militar, como qualquer outra, está fadada a esquecer com o passar do tempo uma grande quantidade de elementos e detalhes de menor importância, que uma vez já foram claros. Ela perde algum elemento de vida e de cor, como uma fotografia que gradualmente perde a cor e escurece. O que permanece no fim, mais ou menos aleatoriamente, é a grande quantidade de aspectos isolados, aos quais é deste modo atribuído um peso indevido.

Se examinarmos as condições da guerra moderna, veremos que as que possuem uma considerável semelhança com as dos dias atuais, principalmente no que diz respeito aos armamentos, são primordialmente as campanhas que tiveram início com a Guerra da Sucessão Austríaca. Embora muitas

circunstâncias importantes e secundárias tenham mudado consideravelmente, elas são suficientemente semelhantes à guerra moderna para serem educativas. A situação é diferente com a Guerra da Sucessão Espanhola. O emprego das armas de fogo estava muito menos avançado e a cavalaria ainda era a arma mais importante. Quando mais para trás formos, menos útil tornar-se-á a história militar, ficando ao mesmo tempo mais pobre e mais árida. A história da antigüidade é sem dúvida a mais inútil e a mais árida de todas.

Esta inutilidade evidentemente não é absoluta. Refere-se apenas a questões que dependem de um conhecimento preciso das verdadeiras circunstâncias, ou dos detalhes nos quais a guerra mudou. O pouco que possamos saber a respeito das batalhas que os suíços travaram contra os austríacos, os borgonheses e os franceses, são elas que proporcionam a primeira e mais forte demonstração da superioridade de uma boa infantaria contra a melhor cavalaria. Uma ligeira olhada na era dos *Condottieri* é suficiente para mostrar que a condução da guerra depende inteiramente do instrumento empregado. Em nenhum outro momento foram as forças utilizadas de uma maneira tão especializada, nem tão completamente dissociadas do resto da vida política e civil. A maneira peculiar pela qual Roma combateu Cartago na Segunda Guerra Púnica - atacando a Espanha e a África enquanto Aníbal ainda era vitorioso na Itália - pode proporcionar uma lição extremamente educativa: ainda sabemos o suficiente sobre a situação geral dos Estados e dos exércitos que possibilitaram que este método indireto de resistência obtivesse êxito.

Mas quanto mais passarmos das amplas generalidades para os detalhes, menos seremos capazes de selecionar exemplos e experiências de tempos remotos. Não estamos em posição de avaliar corretamente os acontecimentos pertinentes, nem de aplicá-los aos meios totalmente diferentes que empregamos hoje.

Infelizmente os escritores sempre tiveram uma acentuada tendência para fazer referência a acontecimentos da história antiga. O quanto isto é devido à vaidade e ao charlatanismo pode continuar sem resposta, mas raramente encontramos qualquer honestidade de propósito, qualquer tentativa séria de instruir ou de convencer. Essas alusões devem ser vistas portanto como sendo pura ornamentação, destinadas a preencher lacunas e a corrigir imperfeições.

Ensinar a arte da guerra totalmente através de exemplos históricos, que foi o que Feuquières tentou fazer, seria uma façanha de extremo valor, mas seria mais do que o trabalho de uma vida inteira:

qualquer pessoa que se propusesse a fazê-lo teria primeiro que munir-se de uma profunda experiência pessoal relativa à guerra.

Qualquer pessoa que sinta a ânsia de realizar tal tarefa deve dedicar-se ao seu trabalho como se fosse se preparar para fazer uma peregrinação a terras distantes. Ela não deve poupar tempo nem esforços, temer qualquer poder ou autoridade terrestre, e elevar-se acima da sua própria vaidade ou da falsa modéstia, para dizer, de acordo com a expressão do *Código de Napoleão*, *a verdade, toda a verdade e nada mais do que a verdade.*

LIVRO TRÊS

Da Estratégia em Geral

CAPÍTULO UM

Estratégia

O conceito geral de estratégia foi definido no segundo capítulo do Livro Dois.[1] É o uso de um engajamento para atingir o propósito da guerra. Embora a estratégia propriamente dita trate apenas dos engajamentos, a teoria da estratégia deve considerar também os seus principais meios de execução, as forças combatentes. Ela precisa levar em consideração essas forças por si mesmas e em relação a outros fatores, uma vez que elas configuram o engajamento e, por sua vez, é nelas que faz-se sentir primeiro o efeito do engajamento. A teoria estratégica deve estudar portanto o engajamento em termos dos seus possíveis resultados e das forças morais e psicológicas que determinam em grande parte a sua evolução.

A estratégia é o uso do engajamento para atingir o propósito da guerra. O estrategista deve definir, portanto, uma meta para todo o aspecto operativo da guerra, que deverá estar de acordo com o seu propósito. Em outras palavras, ele esboçará o plano de guerra, e o propósito determinará a série de ações pretendidas para atingí-lo: ele irá, na realidade, conceber cada campanha e, dentro dessas campanhas, decidir como realizar cada engajamento. Como a maioria dessas questões tem que basear-se em pressuposições que podem não estar corretas, enquanto que outras, as ordens mais detalhadas, não podem ser estabelecidas antecipadamente, o estrategista precisa estar presente na campanha. As ordens detalhadas poderão ser então dadas no local, permitindo que o plano geral seja ajustado de acordo com as alterações que forem sendo constantemente exigidas. Em resumo, o estrategista deve manter o controle o tempo todo.

Nem sempre esta opinião tem sido aceita, pelo menos no que refere-se ao princípio geral. O costume tem sido estabelecer a estratégia na capital e não no campo - uma prática que só é aceitável se o governo ficar tão perto do exército que possa funcionar como seu quartel-general.

A teoria estratégica trata, portanto, do planejamento, ou melhor, tenta lançar uma luz sobre os componentes da guerra e sobre a relação existente entre eles, enfatizando aqueles poucos princípios ou regras que podem ser demonstrados.

O leitor que se lembra, através da leitura do Livro I, de quantas questões fundamentalmente

[1] Na realidade esta definição foi apresentada pela primeira vez no Livro Dois, Capítulo Um. Ver pag. 138 acima. Eds.

importantes estão envolvidas na guerra, compreenderá que é necessário que haja dons mentais fora do comum para manter toda a situação constantemente em mente.

Um Príncipe ou um General pode demonstrar melhor o seu gênio administrando uma campanha de uma maneira que se adeque exatamente aos seus propósitos e aos seus recursos, não fazendo demais nem de menos. Mas os efeitos do gênio não se revelam tanto em formas de ação inusitadas quanto no êxito final do todo. O que devemos admirar é a precisa confirmação de pressuposições tácitas e a suave harmonia existente em toda a atividade, que só tornam-se evidentes no momento do êxito final.

O estudioso que não conseguir perceber essa harmonia nas ações que levam ao êxito final, poderá ser tentado a procurar o gênio em outros lugares em que ele não existe e não pode existir.

Na realidade, os meios e as formas que o estrategista emprega são tão simples, tão familiares devido à constante repetição, que parece absurdo à luz do bom senso quando os críticos os comentam, como fazem tão freqüentemente, com uma grave solenidade. Assim, uma manobra tão banal como contornar o flanco de um oponente, pode ser aclamada pelos críticos como sendo um golpe de gênio, da mais profunda perspicácia, ou até mesmo de uma sabedoria extraordinária. Podemos imaginar coisa mais absurda?

É ainda mais absurdo quando consideramos que esses mesmos críticos normalmente excluem da teoria estratégica todas as qualidades morais, e só examinam os fatores de ordem material. Eles reduzem tudo a algumas poucas fórmulas matemáticas de equilíbrio e de superioridade, de tempo e de espaço, limitadas por alguns ângulos e por linhas. Se realmente isto fosse tudo, dificilmente representaria um problema científico para um colegial.

Mas devemos admitir que as fórmulas e os problemas científicos não estão em discussão. As relações existentes entre os fatores materiais são todas muito simples. O que é mais difícil de entender são os fatores intelectuais envolvidos. Mesmo assim, é somente nas esferas mais elevadas da estratégia que realmente ocorrem as complicações intelectuais e a extrema diversidade de fatores e de relações entre eles. Naquele nível, existem poucas ou nenhuma diferença entre estratégia, política e arte de governar e lá, como já dissemos, a sua influência é maior em termos de quantidade e de escala do que em termos das formas de execução. Onde a execução é preponderante, como em cada acontecimento numa guerra, seja ele grande ou pequeno, os fatores intelectuais são reduzidos a um mínimo.

Tudo é muito simples na estratégia, mas isto não significa que tudo seja muito fácil. Tendo sido estabelecido, em função das condições políticas, o que pretende-se que uma guerra obtenha e o que ela pode obter, é fácil traçar o rumo. Mas é necessário que haja uma grande força de caráter, bem como

uma grande lucidez e firmeza mental, para chegar ao fim resolutamente sem desviar-se, para executar o plano e para não ser tirado do rumo por milhares de fatores perturbadores. Tomemos um número qualquer de homens excepcionais, alguns notáveis pela sua inteligência, outros pela sua perspicácia, outros ainda pelo seu arrojo ou pela sua força de vontade: é possível que nenhum deles possua a combinação de qualidades necessárias para torná-lo melhor do que um comandante normal.

Isto parece estranho, mas qualquer pessoa que esteja familiarizada com este aspecto da guerra concordará que é necessário ter mais força de vontade para tomar uma decisão importante em estratégica do que na tática. Na tática a pessoa é levada pelas pressões do momento, apanhada num turbilhão onde opor resistência seria fatal e, reprimindo hesitações incipientes, prossegue audaciosamente. Na estratégia o ritmo é muito mais lento. Existe um amplo espaço para apreensões, as nossas e as de outras pessoas, para objeções e protestos e, em conseqüência, para arrependimentos prematuros. Numa situação tática uma pessoa é capaz de ver pelo menos a metade do problema a olho nu, enquanto que na estratégia tudo tem que ser suposto e conjecturado. A convicção é, portanto, mais fraca. Consequentemente, a maioria dos Generais, quando deve agir, fica paralisada por dúvidas desnecessárias.

Demos agora uma olhada na história. Vejamos a campanha travada por Frederico em 1760, famosa por suas fascinantes marchas e manobras, exaltada por críticos como sendo uma obra de arte - na realidade uma obra prima. Devemos ficar estupefatos e admirados pelo fato do Rei querer contornar primeiro o flanco direito de Daun, depois o seu flanco esquerdo, em seguida novamente o direito, e assim por diante? Vamos considerar isto como sendo uma profunda sabedoria? Certamente que não, se formos julgar sem fingimento. O que é realmente admirável é a sabedoria do Rei: buscando atingir um propósito importante com recursos limitados, ele não tentou realizar nada além da sua força, mas sempre *apenas o suficiente* para levá-lo aonde queria chegar. Aquela campanha não foi a única na qual ele demonstrou o seu discernimento de uma maneira geral. Ele é evidente em todas as três guerras travadas pelo grande Rei.

O seu propósito era conduzir a Silésia ao porto seguro de uma paz totalmente assegurada.

Como chefe de um pequeno Estado, parecido com outros Estados na maioria dos aspectos e diferente deles apenas pela eficiência de alguns setores da sua administração, Frederico não poderia ser um Alexandre. Se tivesse agido como Carlos XII, teria terminado em desastre. Toda a maneira pela qual conduziu a guerra revela, portanto, um elemento de força contida, que estava sempre em equilíbrio, nunca com falta de vigor, elevando-se a alturas impressionantes em momentos de crise, mas

voltando imediatamente após a um estado de calma oscilação, sempre pronto a ajustar-se à menor alteração da situação política. Nem a vaidade, nem a ambição, nem o desejo de vingança podiam tirá-lo do seu rumo, e foi somente esse rumo que assegurou-lhe o êxito.

Como estas poucas palavras podem avaliar as características do grande General? Uma pessoa só precisa examinar cuidadosamente as causas e o miraculoso resultado da sua luta para perceber que foi somente a aguçada inteligência do Rei que o conduziu com segurança através de todos os perigos.

Esta é a característica que admiramos em todas as suas campanhas, mas principalmente na de 1760. Em nenhum outro momento ele foi capaz de repelir um inimigo superior a um custo tão pequeno.

O outro aspecto a ser admirado diz respeito às dificuldades de execução. As manobras destinadas a contornar um flanco são facilmente planejadas. É igualmente fácil conceber um plano para manter uma pequena força concentrada de modo que possa enfrentar em igualdade de condições, em qualquer local, um inimigo disperso e multiplicar a sua força através de movimentos rápidos. Não há nada de admirável nessas idéias. Quando nos defrontamos com estes conceitos simples, temos que admitir que são simples.

Mas deixem um General tentar imitar Frederico! Muitos anos depois, testemunhas oculares ainda escreverão sobre o risco, na realidade sobre a imprudência, das atitudes do Rei e não poderá haver dúvidas de que, naquele momento, o perigo parecia ser três vezes mais ameaçador do que mais tarde.

Ocorria o mesmo com as marchas realizadas sob as vistas, frequentemente sob os próprios canhões do inimigo. Frederico escolhia aquelas posições e realizava aquelas marchas, confiante por saber que os métodos de Daun, os seus planos, o seu senso de responsabilidade e o seu caráter tornariam essas manobras arriscadas, mas não imprudentes. Mas era preciso que o Rei tivesse arrojo, coragem e força de vontade para ver as coisas desta maneira e não ficar confuso e intimidado pelo perigo sobre o qual ainda se estaria escrevendo e comentando cerca de trinta anos depois. Poucos Generais em tal situação teriam acreditado que aqueles simples recursos de estratégia fossem viáveis.

Uma outra dificuldade com relação à execução residia no fato de que durante toda aquela campanha o exército do Rei estava constantemente em movimento. Duas vezes, no início de Julho e no início de Agosto, ele seguiu Daun enquanto era perseguido por Lacy, desde o Elba até a Silésia, através de estradas rurais deploráveis. O exército tinha que estar pronto a qualquer momento para o combate, e suas marchas tinham que ser organizadas com um grau de criatividade que exigia uma dose proporcional de esforço. Embora o exército fosse acompanhado, e retardado, por milhares de carroças, estava sempre com falta de suprimentos. Durante uma semana antes da batalha de Liegnitz, na Silésia,

as tropas marcharam dia e noite, assumindo alternadamente posições de combate ao longo da frente inimiga e retirando-se. Isto custou um enorme esforço e grandes privações.

Poderia tudo isto ser feito sem submeter a máquina militar a uma grave fricção? Seria um General capaz, puramente através da força da sua inteligência, de provocar tal mobilidade com a facilidade de um topógrafo manejando um astrolábio? Não se comovem os Generais e o Comandante Supremo à vista da angústia sofrida pelos seus companheiros de armas, dignos de pena, famintos e sedentos? Não são as reclamações e as apreensões com relação a tais condições informadas ao comando superior? Ousaria um homem normal exigir esses sacrifícios, e não reduziria isto automaticamente o moral da tropa, não corroeria a sua disciplina e abalaria o seu espírito combatente a menos que houvesse uma crença inabalável de que a grandeza e a infalibilidade do seu comandante superaria todas as outras considerações? É isto que impõe o nosso respeito. São estes milagres de execução que temos que admirar. Mas para avaliar isto em toda a sua plenitude, a pessoa tem que ter provado o gosto da experiência real. Aqueles que só conhecem a guerra através dos livros, ou dos quartéis, não podem reconhecer a existência destes fatores que impedem a ação, e devemos pedir-lhes que aceitem implicitamente o que lhes falta em experiência.

Utilizamos o exemplo de Frederico para colocar em evidência a nossa linha de raciocínio. Para concluir, ressaltamos que na nossa exposição sobre estratégia apresentaremos aqueles fatores materiais e intelectuais que nos parecem ser os mais importantes. Devemos passar do simples para o complexo e terminar com a estrutura unificadora de toda a atividade militar - isto é, com o plano de campanha.

Um manuscrito anterior do Livro Dois *contém os trechos a seguir, com esta observação do autor:* “Para ser utilizado no primeiro capítulo do Livro Três”. *A projetada revisão daquele capítulo nunca foi realizada e estes trechos foram, portanto, incluídos aqui em sua totalidade.*

A simples disposição das forças para o combate num determinado ponto tornam possível um engajamento. Esse engajamento não ocorre necessariamente. Deveria alguém considerar essa possibilidade como sendo uma realidade, como sendo um acontecimento real? Certamente. Ele torna-se real devido às suas conseqüências e *sempre haverá algum tipo de conseqüência.*

OS POSSÍVEIS ENGAJAMENTOS DEVEM SER VISTOS COMO SENDO ENGAJAMENTOS REAIS DEVIDO ÀS SUAS CONSEQUÊNCIAS

Se forem enviadas tropas para interceptar um inimigo em retirada e, em decorrência disto, esse inimigo render-se sem oferecer resistência, a sua decisão terá sido tomada unicamente pela ameaça de luta que aquelas tropas representavam.

Se parte do nosso exército ocupasse uma província inimiga indefesa, e com isto negasse ao inimigo qualquer acréscimo substancial do seu poderio, o fator que teria tornado possível à nossa força manter o controle da província teria sido o engajamento que o inimigo deveria ter esperado ter que travar se fosse tentar recuperá-la.

Em ambos os casos os resultados teriam sido obtidos pela mera possibilidade de um engajamento. A possibilidade transformou-se em realidade. Mas suponhamos que em cada um destes casos o inimigo tenha empregado forças superiores contra as nossas tropas, fazendo com que elas desistissem do seu propósito sem lutar. Isto significaria que não teríamos atingido o nosso propósito, mas apesar disto, o engajamento que havíamos oferecido ao inimigo ainda não teria perdido o seu efeito - teria desviado as suas forças. Mesmo que todo o empreendimento tivesse nos deixado pior do que estávamos antes, não podemos dizer que utilizar as tropas desta maneira, criando a *possibilidade de um engajamento*, não nos tivesse trazido qualquer resultado. Os efeitos teriam sido semelhantes aos de um engajamento perdido.

Isto mostra que a destruição das forças inimigas e a derrubada do poder do inimigo só podem ser obtidos em decorrência de um engajamento, não importa se ele tenha ocorrido realmente, ou meramente sido oferecido mas não aceito.

O DUPLO PROPÓSITO DO ENGAJAMENTO

Além do mais, estes resultados são de dois tipos: diretos e indiretos. São diretos se outras coisas surgirem e passarem a constituir o propósito do engajamento - coisas que por si sós não podem ser consideradas capazes de envolver a destruição das forças inimigas, mas que levam a ela. Elas podem fazer isto através de um caminho tortuoso, mas são ainda mais poderosas por causa disto. A posse de províncias, cidades, fortificações, estradas, pontes, depósitos de munição, etc., pode ser o propósito *imediato* de um engajamento, mas nunca o propósito final. Essas conquistas devem ser vistas sempre como sendo meramente uma maneira de obter uma maior superioridade, de modo que no fim sejamos

capazes de oferecer um engajamento ao inimigo, quando ele não estiver em condições de aceitá-lo. Essas ações devem ser consideradas como sendo elos intermediários, como etapas que levam ao princípio operativo, nunca como o próprio princípio operativo.

EXEMPLOS

Com a ocupação da capital de Bonaparte em 1814, o propósito da guerra havia sido atingido. As arraigadas divisões políticas em Paris vieram à tona e aquela enorme cisão fez com que o poder do Imperador ruísse. Tudo isto, contudo, deve ser considerado à luz das implicações militares. A ocupação causou uma redução substancial do poderio militar de Bonaparte e da sua capacidade de resistir, bem como um aumento correspondente da superioridade dos aliados. Tornou-se impossível realizar qualquer nova resistência, e foi isto que levou à paz com a França. Suponhamos que o poderio aliado tivesse sido subitamente reduzido de maneira semelhante, devido a alguma causa externa: a sua superioridade teria sido eliminada, e com ela todo o efeito e toda importância da sua ocupação de Paris,

Seguimos este raciocínio para mostrar que esta é a maneira natural de ver as coisas e a única que é lógica, e é isto que a torna tão importante. Somos constantemente trazidos de volta à seguinte pergunta: qual será, numa determinada etapa da guerra ou de uma campanha, o resultado provável de todos os grandes e pequenos engajamentos que os dois lados podem oferecer um ao outro? No planejamento de uma guerra, ou de uma campanha, somente isto determinará quais as serão as medidas que terão que ser tomadas desde o início.

SE ESTA MANEIRA DE VER AS COISAS NÃO FOR ADOTADA, AS OUTRAS QUESTÕES SERÃO AVALIADAS DE MANEIRA INCORRETA

Se não aprendermos a ver a guerra e as diversas campanha que a compõem como uma constituindo uma série de engajamentos ligados entre si, cada um deles levando ao próximo e se, ao invés disto, sucumbirmos à idéia de que a tomada de determinados pontos geográficos ou a ocupação de províncias indefesas são *valiosas por si sós*, estamos sujeitos a vê-las como vantagens caídas do céu. Ao fazer isto, e ao ignorar o fato de que essas vantagens são elos de uma cadeia contínua de acontecimentos, ignoramos também a possibilidade de que a sua existência possa levar mais tarde a nítidas desvantagens. Existem exemplos freqüentes deste erro na história militar. Quase que poderíamos apresentar esta questão da seguinte maneira: assim como um negociante não pode pegar o

lucro de uma única transação e colocá-lo numa conta separada, uma vantagem isolada obtida na guerra não pode ser avaliada separadamente do resultado total. O negociante deve trabalhar de acordo com o total dos seus bens, e na guerra as vantagens e desvantagens de uma única ação só podem ser avaliadas no balanço final.

Vendo cada engajamento com sendo parte de uma série, pelo menos na medida em que os acontecimentos sejam previsíveis, o comandante estará sempre no caminho certo para atingir o seu propósito. As forças adquirem ímpeto e as intenções e as ações evoluem com um vigor proporcional à ocasião, imunes a influências externas.

LIVRO TRÊS

CAPÍTULO DOIS

Os Elementos da Estratégia

Os elementos estratégicos que afetam o uso dos engajamentos podem ser classificados em várias categorias: morais, físicos, matemáticos, geográficos e estatísticos.

A primeira categoria abrange tudo que é criado pelas qualidades e influências intelectuais e psicológicas. A segunda consiste no tamanho das forças armadas, na sua composição, no seu armamento e assim por diante. A terceira engloba o ângulo formado pelas linhas de operações, os movimentos convergentes e divergentes, sempre que a geometria entrar nos seus cálculos. A quarta compreende a influência do terreno, tais como as posições dominantes, montanhas, rios, florestas e estradas. Finalmente, a quinta abrange o apoio e a manutenção. Uma breve consideração a respeito destas diversas categorias explicará as nossas idéias e, de passagem, avaliará o valor relativo de cada uma delas. Na realidade, se elas forem estudadas separadamente, algumas serão automaticamente despidas de qualquer importância indevida. Por exemplo, torna-se logo evidente que o valor da base de operações, mesmo se a considerarmos em sua forma mais simples, como significando uma *linha de base*, depende menos das suas formas geométricas do que da natureza das estradas e do terreno através do qual elas passam.

Seria desastroso, entretanto, tentar desenvolver a nossa compreensão de estratégia analisando estes fatores isoladamente, uma vez que normalmente eles estão interligados em cada ação militar, de maneiras múltiplas e complexas. O resultado seria um fatigante labirinto analítico, um pesadelo no qual tentaríamos em vão transpor o abismo existente entre esta base abstrata e as realidades da vida. O céu protege os teóricos contra tal empreendimento! De nossa parte continuaremos a examinar o quadro como um todo, e não estenderemos a nossa análise em cada caso, mais do que o necessário para esclarecer as idéias que desejamos transmitir, que terão sempre as suas srcens nas impressões causadas pela soma total dos fenômenos da guerra, e não num estudo teórico.

CAPÍTULO TRÊS

Os Fatores Morais

Devemos voltar uma vez mais a esta questão, já tratada no Capítulo Três do Livro Dois, [1] uma vez que os elementos morais estão entre os mais importantes na guerra. Eles constituem a coragem que impregna a guerra como um todo e, nas etapas iniciais, criam uma íntima afinidade com a determinação que movimenta e orienta todo o conjunto de forças, praticamente fundindo-se com ela, uma vez que a determinação é, ela própria, uma qualidade moral. Infelizmente eles não se submetem à sabedoria acadêmica. Não podem ser classificados nem contados. Têm que ser vistos ou sentidos.

A coragem e as outras qualidades morais de um exército, de um General ou de um governo, a índole da população do teatro de guerra, os efeitos morais da vitória ou da derrota - todos variam imensamente. Eles podem, além do mais, influenciar de maneiras bastante diversas o nosso propósito e a situação existente.

Consequentemente, embora quase nada possa ser dito nos livros com relação a estas coisas, elas não podem deixar de fazer parte da teoria da arte da guerra, mais do que os outros componentes da guerra. Repetindo, seria uma filosofia sem qualquer valor se uma pessoa, de uma maneira antiquada, estabelecesse regras e princípios sem levar em conta os valores morais. Assim que eles surgem, essa pessoa os considera exceções, o que lhes dá um certo status científico e, assim, transforma-os em regras. Ou ainda, ela pode apelar para o gênio, que está acima de todas as regras, o que eqüivale a admitir não só que as regras são feitas para os idiotas, mas que elas próprias são idiotas.

Se a teoria da guerra não fizesse mais do que lembrar-nos da existência desses elementos, demonstrando a necessidade de não nos esquecermos das qualidades morais e de dar-lhes todo o valor que possuem, ela ampliaria o seu horizonte e, simplesmente ao estabelecer este ponto de vista, condenaria antecipadamente qualquer pessoa que procurasse fundamentar uma análise apenas nos fatores materiais.

Uma outra razão para não colocar os fatores morais além do âmbito da teoria é a sua relação com todas as chamadas regras. Os efeitos dos fatores físicos e psicológicos formam um todo orgânico que,

[1] O autor refere-se ao Livro Um. Eds.

diferentemente de uma liga metálica, não pode ser separado através de processos químicos. Ao formular qualquer regra com relação aos fatores físicos, o teórico deve ter em mente a influência que os fatores morais poderão exercer sobre ela. Se não, ele poderá ser levado erroneamente a fazer afirmativas categóricas que serão tímidas e limitadas demais, ou então demasiadamente radicais e dogmáticas. Mesmo as teorias mais vulgares tiveram que perder-se involuntariamente no terreno do imponderável. Por exemplo, não podemos explicar os efeitos de uma vitória sem levar em conta as reações psicológicas. Por isto, a maioria dos assuntos tratados neste livro é composta de partes iguais de causas e efeitos físicos e morais. Poder-se-ia dizer que os fatores físicos parecem ser um pouco mais do que o cabo de madeira de uma espada, enquanto que os morais são o metal precioso, a verdadeira arma, a lâmina aguçadamente afiada.

A história fornece a maior prova da importância dos fatores morais e dos seus efeitos muitas vezes inacreditáveis: este é o mais nobre e sólido alimento que a mente de um General pode extrair de um estudo do passado. Deve ser observado, entre parênteses, que as sementes de sabedoria que irão frutificar na inteligência são semeadas, não tanto por estudos críticos e por monografias eruditas, mas por inspirações, impressões de caráter geral e rasgos de intuição.

Podemos listar os fenômenos morais mais importantes na guerra e, como um aplicado professor, tentar avaliá-los um por um. Este método, entretanto, levará facilmente a lugares comuns, enquanto que o verdadeiro espírito de investigação logo se evaporará e nos encontraremos inconscientemente afirmando o que todos já sabem. Por esta razão, preferimos, aqui ainda mais do que em qualquer outro lugar, tratar deste tema de uma maneira incompleta e sumária, satisfeitos por haver chamado a atenção para a sua importância genérica e de haver indicado o espírito com que foi concebida a argumentação deste livro.

CAPÍTULO QUATRO

Os Principais Elementos Morais

Os principais elementos morais são: *a competência do comandante, a experiência e a coragem das tropas e o seu espírito patriótico*. O valor relativo de cada um deles não pode ser determinado de uma maneira geral. Já é suficientemente difícil pesquisar o seu potencial, e ainda mais difícil comparar a sua importância em relação à dos outros. O caminho mais sensato é não subestimar qualquer um deles - uma tentação à qual a capacidade de julgamento humana, sendo volúvel, muitas vezes sucumbe. É preferível reunir indícios da eficácia inequívoca de todos os três.

Apesar disto, é verdade que nos dias de hoje os exércitos de praticamente todos os Estados europeus chegaram a um mesmo nível de disciplina e de adestramento. Para usar uma expressão filosófica: a condução da guerra evoluiu de acordo com as suas leis naturais. Elas criaram métodos que são comuns à maioria dos exércitos, e que nem mesmo permitem mais que a liberdade de ação do comandante empregue artifícios especiais (neste sentido, por exemplo, temos a evasiva ordem de combate de Frederico o Grande). Não se pode negar, portanto, que da maneira como estão as coisas atualmente, é dado um espaço maior ao espírito patriótico das tropas e à experiência em combate. Um longo período de paz pode mudar isto novamente.

O sentimento nacional da tropa (entusiasmo, fervor fanático, crença e disposição geral) é mais evidente na guerra nas montanhas, onde cada homem, até o soldado isolado, está por sua própria conta. Por esta razão apenas, as áreas montanhosas constituem o terreno mais adequado para uma ação a ser realizada por uma população armada.

A eficiência, a competência e a coragem que fundem os soldados num único molde terão o seu maior espaço nas operações realizadas em campo aberto.

É dada uma maior liberdade de ação aos talentos do comandante num terreno montanhoso e acidentado. As montanhas só permitem que ele exerça um comando muito restrito sobre as suas unidades espalhadas, e ele é incapaz de controlar todas elas. Em campo aberto o controle é uma coisa simples e não testa integralmente a sua capacidade.

Estas semelhanças evidentes devem orientar o nosso planejamento.

CAPÍTULO CINCO

As Virtudes Militares do Exército

As virtudes militares não devem ser confundidas com a simples bravura, e menos ainda com o entusiasmo por uma causa. A bravura é obviamente um componente necessário. Mas assim como a bravura, que é parte da constituição natural do caráter de um homem, pode ser desenvolvida num soldado - num membro de uma organização - ela deve desenvolver-se nele de uma maneira diferente do que nos outros homens. No soldado a tendência natural para a ação desenfreada e para explosões de violência deve estar subordinada a exigências de um tipo mais elevado: obediência, ordem, regra e método. A eficiência de um exército adquire vida e espírito através do entusiasmo pela causa pela qual ele luta, mas este entusiasmo não é indispensável.

A guerra é uma atividade especial, diferente e independente de qualquer outra desempenhada pelo homem. Isto ainda será verdadeiro, não importa o quanto seja amplo o seu propósito e embora todos os homens aptos da nação estejam em armas. As qualidades militares de um exército baseiam-se no indivíduo que está impregnado do espírito e da essência da sua atividade, que se adestra nas aptidões que ela exige, desperta-as e torna-as suas, que aplica a sua inteligência a todos os detalhes, que obtém desenvoltura e confiança através do adestramento e que mergulha completamente a sua personalidade na tarefa que lhe é atribuída.

Não importa quão claramente vejamos o cidadão e o soldado no mesmo homem, quão intensamente vejamos a guerra como sendo uma atividade de toda a nação, diametralmente oposta ao padrão estabelecido pelos *condottieri* de tempos anteriores, a atividade da guerra permanecerá sempre sendo especial e diferente. Consequentemente, enquanto exercerem esta atividade, os soldados se considerarão membros de uma espécie de corporação, em cujos regulamentos, leis e costumes é dada uma posição de destaque ao espírito da guerra. E parece ser este o caso. Não importa o quanto estejamos propensos a ter uma visão extremamente sofisticada da guerra, seria um erro grave subestimar o orgulho profissional (*esprit de corps*) como sendo algo que possa e deva estar presente em qualquer exército, em maior ou em menor grau. O orgulho profissional é o vínculo existente entre diversas forças naturais que ativam as virtudes militares. No contexto deste orgulho profissional elas adquirem mais rapidamente uma forma definida.

Um exército que mantém a sua coesão sob o fogo mais mortífero; que não pode ser abalado por temores imaginários e resiste aos que têm fundamento com todo o seu poderio; que, orgulhoso das suas

vitórias, não perde a capacidade de obedecer às ordens nem o respeito e a confiança nos seus oficiais, mesmo na derrota; cuja força física, como os músculos de um atleta, tenha sido desenvolvida através do adestramento em privações e do esforço; uma força que encare estes esforços como um meio para chegar à vitória, e não como uma maldição em sua srcem; que está ciente de todas estas obrigações e qualidades em virtude da única e vigorosa idéia da honra das suas armas - este exército está imbuído do verdadeiro espírito militar.

É possível lutar de uma maneira extraordinária, como os homens de Vendée, e obter grandes resultados, como os suíços, os americanos e os espanhóis, sem desenvolver o tipo de virtudes aqui consideradas. É até mesmo possível ser o comandante vitorioso de um exército regular, como o Príncipe Eugênio e Marlborough, sem recorrer consideravelmente à sua ajuda. Ninguém pode afirmar que é impossível travar uma guerra vitoriosa sem estas qualidades. Enfatizamos isto para esclarecer o conceito e para não perder de vista a idéia numa névoa de generalidades e dar a impressão de que, no fim, o espírito militar é tudo que importa. Não é este o caso. O espírito de um exército pode ser visto como sendo um fator moral claro que pode ser mentalmente deduzido, cuja influência pode ser portanto estimada - em outras palavras, é uma ferramenta cuja força é mensurável.

Tendo caracterizado-o assim, tentaremos descrever a sua influência e as diversas maneiras de desenvolvê-la.

O espírito militar mantém sempre com as partes de um exército a mesma relação que a capacidade de um General mantém com o todo. O General só pode controlar a situação geral, não cada parte isolada. No momento em que as partes isoladas precisarem de orientação, o espírito militar deve assumir o comando. Os Generais são escolhidos pelas suas excelentes qualidades e os outros oficiais de patentes elevadas são meticulosamente avaliados, mas o processo de avaliação torna-se menos meticuloso à medida em que descemos na escala hierárquica de comando, e devemos estar preparados para uma redução proporcional do talento pessoal. O que estiver faltando aqui deverá ser compensado pelas virtudes militares. O mesmo papel é desempenhado pelas qualidades naturais de um povo mobilizado para a guerra: *bravura, capacidade de adaptação, perseverança e entusiasmo*. Estas são, portanto, as qualidades que podem agir como substitutos do espírito militar e vice-versa, levando-nos às seguintes conclusões:

1. As virtudes militares só são encontradas nos exércitos regulares, e são eles que mais precisam delas. Em insurreições nacionais e em guerras populares, o seu lugar é ocupado pelas qualidades guerreiras naturais, que desenvolvem-se mais rapidamente nestas condições.

2. Um exército regular combatendo um outro exército regular pode obter mais facilmente um bom êxito sem as virtudes militares do que se estiver sendo enfrentado por um povo em armas, porque neste caso as forças terão que ser divididas, e as unidades isoladas terão mais frequentemente que se defender sozinhas. Quando as tropas puderem permanecer concentradas, entretanto, os talentos do comandante adquirem um maior campo de ação e podem compensar qualquer falta de espírito que porventura haja entre as tropas. Falando de uma maneira geral, a necessidade de virtudes militares torna-se tão maior quanto maior for o teatro de operações e quando outros fatores tenderem a complicar a guerra e a dispersar as forças.

Se existe uma lição a ser extraída destes fatos, é que quando falta a um exército as virtudes militares, devem ser envidados todos os esforços no sentido de manter as operações as mais simples possível, ou ainda uma outra, que deve ser dada uma atenção dobrada aos outros aspectos do sistema militar. O simples fato de que os soldados pertencem a um "exército regular" não significa automaticamente que eles estejam à altura das suas tarefas.

O espírito militar é, portanto, um dos elementos mais importantes na guerra. Quando este elemento não existir deve ser substituído por qualquer um dos outros, tal como a excepcional capacidade do comandante ou o entusiasmo popular, ou então os resultados ficarão aquém dos esforços despendidos. O quanto pode ser realizado por este espírito, por esta excelente qualidade, por este refino do minério inferior em metal precioso, é demonstrado pelos macedônios sob o comando de Alexandre, pelas legiões romanas sob o comando de César, pela infantaria espanhola sob o comando de Alexandre Farnese, pelos suecos sob o comando de Gustavo Adolfo e Carlos XII, pelos prussianos sob o comando de Frederico o Grande e pelos franceses sob o comando de Bonaparte. Uma pessoa teria que ser insensível a todo o testemunho da história para recusar-se a admitir que o extraordinário êxito destes comandantes e que a sua grandeza na adversidade só foi possível com a ajuda de um exército que possuía estas virtudes.

Só existem duas fontes deste espírito, e elas devem interagir para criá-lo. A primeira é uma série de guerras vitoriosas. A segunda, os freqüentes esforços do exército, até o limite extremo das suas forças. Nada mais mostrará a um soldado a total dimensão das suas aptidões. Quanto mais um General estiver acostumado a exigir o máximo dos seus soldados, mais ele poderá confiar na sua resposta. Um

soldado orgulha-se tanto das dificuldades que superou quanto dos perigos que enfrentou. Em resumo, a semente só germinará no solo da atividade e do esforço constantes, aquecida pelo sol da vitória. Tendo ela se transformado numa árvore vigorosa, sobreviverá às mais violentas tempestades dos contratempos e da derrota, e até mesmo à indolente inércia da paz, pelo menos por algum tempo. Assim, este espírito só pode ser *criado* pela guerra e por grandes Generais, embora possa evidentemente perdurar, pelo menos por diversas gerações, mesmo sob o comando de Generais de capacidade normal e através de longos períodos de paz.

Deveríamos ter cuidado para não comparar esta solidariedade desenvolvida e requintada de uma irmandade de veteranos temperados e curtidos pela guerra com a auto-estima e a vaidade dos exércitos regulares que são formados às pressas, apenas através de regulamentos relativos ao serviço militar e pelos exercícios de adestramento. Um rigor implacável e uma disciplina férrea podem ser capazes de preservar as virtudes militares de uma unidade, mas não podem criá-las. Estes fatores são valiosos, mas não devem ser superestimados. Disciplina, competência, boa vontade, um certo orgulho e moral elevado são os atributos de um exército adestrado em tempos de paz. Eles impõem respeito, mas não têm força própria. Eles ficam de pé ou caem juntos. Se um deles quebrar, tudo desaba, como um vidro resfriado muito rapidamente. Até mesmo o moral mais elevado do mundo pode, à primeira derrota, transformar tudo, com toda a facilidade, em desânimo, num medo quase orgulhoso. Os franceses o chamariam de *sauve qui peut*. Um exército como este só será capaz de obter êxito devido às virtudes do seu comandante, nunca devido às suas. Ele deve ser liderado com um cuidado acima do normal, até que, após uma série de vitórias e de esforços, a sua força interior cresça e preencha a sua armadura exterior. Devemos ter cuidado para nunca confundir o verdadeiro espírito de um exército com a sua disposição de ânimo.

LIVRO TRÊS

CAPÍTULO SEIS

Coragem

No capítulo que tratou da certeza do êxito, analisamos o lugar que a coragem ocupa no sistema dinâmico de forças e o papel que desempenha quando comparada à prudência e à discrição. Tentamos mostrar que o teórico não tem o direito de fazer restrições à coragem por razões doutrinárias.

Mas esta nobre faculdade de elevar-se acima dos perigos mais ameaçadores deveria ser considerada também como um princípio em si mesmo, independente e ativo. Na realidade, em que campo da atividade humana a coragem está mais à vontade do que na guerra?

Um soldado, seja ele um tocador de tambor ou um General, não pode possuir uma qualidade mais nobre. Ela é o verdadeiro metal que dá fio e brilho à espada.

Admitamos que a coragem ainda tenha as suas próprias prerrogativas na guerra. Deve ser-lhe concedido um certo poder sobre e acima das estimativas bem sucedidas envolvendo espaço, tempo e tamanho das forças, porque sempre que for superior se beneficiará da fraqueza do seu oponente. Em outras palavras, é uma força verdadeiramente criativa. Não é difícil provar este fato, mesmo cientificamente. Sempre que a coragem enfrentar a covardia, provavelmente será ela a vencedora, porque a covardia por si só sugere uma perda de equilíbrio. A coragem só estará em desvantagem num confronto com a prudência deliberada, que pode ser considerada corajosa pelos seus próprios méritos e é certamente tão poderosa e eficaz, mas estes casos são raros. Na maioria dos homens a covardia é a srcem da prudência.

Na maioria dos soldados, o desenvolvimento da coragem nunca poderá ser prejudicial às outras qualidades, porque as praças estão sujeitas pelo dever e pelas condições existentes nas forças armadas a uma autoridade superior e são, portanto, conduzidas por uma inteligência externa. Com eles a coragem age como uma mola comprimida, pronta para ser liberada a qualquer momento.

Quanto mais alto estivermos na cadeia de comando, maior será a necessidade da coragem ser apoiada por uma mente que pense, para que não degenere transformando-se em explosões despropositadas de paixão cega. O comando torna-se progressivamente menos uma questão de sacrifício pessoal e fica cada vez mais interessado na segurança de outros e no propósito comum. A qualidade que na maioria dos soldados é regida pelos regulamentos das forças armadas, que tornaram-se a sua segunda natureza, para o comandante é regida pela reflexão. Num comandante, um ato

corajoso pode revelar-se um erro crasso. Apesar disto, é um erro louvável, que não deve ser julgado nos mesmos termos que outros. Feliz é o exército em que a coragem intempestiva ocorre frequentemente. Ela é uma erva viçosa, mas indica a riqueza do solo. Até mesmo a imprudência - isto é, a coragem sem qualquer propósito - não deve ser desprezada: ela provém basicamente da ousadia, que neste caso explodiu com uma paixão não refreada pela reflexão. Somente quando a coragem se rebela contra a obediência, quando ignora desafiadora uma ordem expressa, deve ser considerada uma transgressão perigosa. Deve ser portanto impedida, não pelas suas qualidades inatas, mas porque uma ordem foi desobedecida, e na guerra a obediência é de vital importância.

Considerando o mesmo nível de inteligência, a covardia provocará mil vezes mais danos na guerra do que a audácia. A verdade contida nesta observação será evidente por si mesma para os nossos leitores.

Na realidade, o intuito de um propósito racional deve ser o de fazer com que seja mais fácil ser corajoso e, portanto, menos meritório. No entanto, o oposto é verdadeiro.

A intensidade de diversas emoções é bruscamente reduzida através da intervenção de uma reflexão lúcida e, mais ainda, através do autocontrole. Consequentemente, a coragem *torna-se menos comum nos postos mais elevados da carreira*. Mesmo se o aumento da percepção e da inteligência de um oficial não acompanhar a sua ascensão na carreira, as realidades da guerra impor-lhe-ão as suas condições e preocupações. Na realidade, a sua influência sobre ele será tão maior quanto menos ele as perceber. Na guerra, este é o principal fundamento para a experiência, expresso no provérbio francês, "Tel brille au second qui s´éclipse au premier"[1] Quase todos os Generais que conhecemos através da história como sendo medíocres, ou mesmo indecisos, notabilizaram-se como oficiais modernos pelo vigor e pela determinação.

Deve ser feita uma distinção entre os atos de coragem que decorrem da pura necessidade. A necessidade vem em graus variados. Se ela for premente, um homem em busca do seu propósito pode ser levado a correr uma série de riscos para evitar outros igualmente graves. Neste caso, só podemos admirar o seu poder de decisão que, entretanto, também tem valor. O jovem que salta através de um abismo profundo para exibir a sua destreza como cavaleiro demonstra coragem. Se ele der o mesmo salto para escapar de um bando de janíçaros selvagens, tudo que ele demonstra é poder de decisão.

[1] O mesmo homem que brilha no segundo escalão, é apagado no topo. Eds.

Quanto maior for a distância entre a necessidade e a ação, mais numerosas serão as possibilidades que terão que ser identificadas e analisadas antes de ser realizada a ação, e menos reduzido será o fator de

coragem. Em 1756, quando Frederico o Grande percebeu que a guerra era inevitável e que estaria perdido a menos que pudesse antecipar-se aos seus inimigos, iniciar as hostilidades tornou-se uma necessidade para ele, mas ao mesmo tempo isto era um ato de coragem, porque poucos homens em sua situação teriam ousado agir daquela maneira.

Enquanto a estratégia é exclusivamente uma atribuição dos Generais e de outros oficiais antigos, a coragem no resto do exército é um fator importante no planejamento, como muitas outra virtudes militares. Pode-se fazer mais com um exército extraído de um povo conhecido pela sua coragem, um exército em que tenha sido sempre fomentado um espírito ousado, do que com um a que falte esta qualidade. Por esta razão foi mencionada aqui a coragem em geral, mesmo que o nosso verdadeiro tema seja a coragem do comandante. Após haver apresentado uma extensa descrição desta virtude militar, não resta, entretanto, muito mais a ser dito. Quanto mais elevado for o posto na carreira, maior será o grau em que a atividade é regida pela mente, pelo intelecto, pelo discernimento. Consequentemente, a coragem, que é um atributo do temperamento, tenderá a ser reprimida. Isto explica porque ela é tão rara nos postos mais elevados, e porque é ainda mais admirada quando é encontrada ali. A coragem guiada por um intelecto excepcional é a marca de um herói. Este tipo de coragem não consiste em desafiar a ordem natural das coisas e em transgredir grosseiramente as leis da probabilidade. Ela é mais exatamente uma questão de apoiar energicamente aquela forma mais elevada de análise, através da qual o gênio chega a uma decisão: de uma maneira rápida, avaliando apenas parcialmente as possibilidades. A coragem pode dar asas ao intelecto e ao discernimento. Quanto mais fortes forem as asas, maiores serão portanto as alturas, mais ampla será a visão e melhores serão os resultados, embora uma grande recompensa envolva evidentemente grandes riscos. O homem comum, para não falar de um que seja fraco e indeciso, pode, numa situação imaginária, na paz da sua sala, bem afastada do perigo e da responsabilidade, chegar à resposta correta - isto é, até onde isto for possível sem que ele se exponha à realidade. Mas cercado por todos os lados pelo perigo e pela responsabilidade, ele perderá a perspectiva. Mesmo se esta lhe for fornecida por outros, ele perderá o seu poder de decisão, porque aqui ninguém mais poderá ajudá-lo.

Em outras palavras, um comandante ilustre sem coragem é algo impensável. Nenhum homem que não tenha nascido corajoso poderá desempenhar este papel e, portanto, consideramos esta qualidade como sendo o primeiro pré-requisito de um grande líder militar. Que parcela desta qualidade permanecerá quando que ele atingir os postos mais elevados da carreira, após o adestramento e a experiência o haverem afetado e modificado, é uma outra questão. Quanto maior for a parcela que for

mantida, maior será a dimensão do seu gênio. A dimensão dos riscos aumenta, mas também o do propósito. Para o estudioso crítico não há muita diferença entre as ações ditadas por algum propósito de longo alcance e aquelas que são ditadas por pura ambição - entre as políticas de um Frederico e de um Alexandre. As ações deste último podem fascinar a imaginação devido à sua excepcional coragem, enquanto que as do primeiro podem satisfazer mais ao intelecto, porque foram ditadas por uma necessidade interior.

Devemos mencionar mais um fator de importância.

Um exército pode estar imbuído de coragem por duas razões: pode advir naturalmente do povo do qual os soldados foram recrutados, ou pode ser o resultado de uma guerra vitoriosa travada sob uma liderança corajosa. Se este último caso for o verdadeiro, no início faltará coragem.

Hoje em dia, nenhum outro meio a não ser a guerra educará um povo neste espírito de coragem: e tem que ser uma guerra travada sob uma liderança ousada. Nada mais se oporá à facilidade e ao desejo de tranqüilidade que enfraquece o povo em tempos de prosperidade crescente e de comércio em ascensão.

Um povo e a sua nação só podem esperar ocupar uma posição forte no mundo se o caráter nacional e a familiaridade com a guerra fortalecerem um ao outro através de uma contínua interação.

CAPÍTULO SETE

Perseverança

O leitor espera que falemos de teoria estratégica, de linhas e ângulos e, em vez destes habitantes do mundo científico, se vê encontrando apenas criaturas da vida diária. Mas o autor não pode resolver ser mais científico, por menos que seja, do que considera que este assunto justifique - por estranha que esta atitude possa parecer.

Na guerra, mais do que em qualquer outro lugar, as coisas não vêm a ser como esperamos. De perto não se revelam do mesmo modo que à distância. Com que segurança um engenheiro observa o progresso do seu trabalho e vê os seus planos gradualmente tomarem forma! Um médico, embora muito mais exposto ao acaso e a resultados inexplicáveis, conhece os seus remédios e os efeitos que produzem. Um General em tempo de guerra, ao contrário, é constantemente bombardeado por relatórios, tanto verdadeiros como falsos; por erros provenientes do medo, da negligência ou da pressa; pela desobediência resultante de interpretações corretas ou erradas, da falta de perspicácia, ou próprias de um senso de dever equivocado, da preguiça ou da exaustão, e por acidentes que ninguém poderia ter previsto. Em suma, ele estará exposto a inúmeras influências, a maioria delas perturbadoras, poucas encorajadoras. Uma longa experiência de guerra cria uma capacidade de avaliar rapidamente estes fenômenos. A coragem e a força de caráter estão imunes a eles, como uma rocha às pequenas ondas. Se um homem cedesse a estas pressões nunca terminaria uma operação. *Perseverança* na direção escolhida é o contrapeso essencial, desde que nenhuma razão convincente intervenha em contrário. Além do mais, dificilmente existe na guerra um empreendimento que valha a pena cuja execução não exija esforços, dificuldades e privações ilimitadas, e como um homem sob pressão tende a ceder à fraqueza física e intelectual, só uma grande força de vontade poderá levar à consecução do propósito. É a tenacidade que merecerá a admiração do mundo e da posteridade.

CAPÍTULO OITO

Superioridade Numérica

Na tática, como na estratégia, a superioridade numérica é o elemento mais comum na vitória. Analisemos esta característica genérica, que exige a exposição a seguir.

A estratégia determina o momento e o lugar em que será travado o engajamento e as forças que dele participarão, e através desta tríplice atividade exerce uma considerável influência sobre o seu resultado. Uma vez travado um combate tático e estando assegurado o resultado, - seja a vitória ou a derrota - a estratégia o usará para servir ao propósito da guerra. Normalmente este propósito é evidentemente remoto, e só raramente encontra-se facilmente ao nosso alcance. Uma série de propósitos secundários pode servir como um meio para a consecução desta meta final. Estes meios intermediários, que são meios para atingir fins mais elevados, podem ser na prática de diversos tipos. Mesmo o propósito final, o propósito de toda a guerra, é diferente em quase todos os casos. Ficaremos mais familiarizados com estas questões à medida em que analisarmos os diversos detalhes que elas afetam. Não propomos aqui enumerá-los completamente, mesmo que isto fosse possível. Por enquanto, portanto, não discutiremos a utilização do engajamento.

Nem são fatores através dos quais a estratégia influencia o resultado do engajamento suficientemente simples para serem tratados com uma única afirmação. Ao determinar o momento e o local do engajamento, e as forças a serem empregadas, a estratégia propõe diversas possibilidades, cada uma das quais exercerá um efeito diferente sobre o resultado do engajamento. Aqui, uma vez mais, ficaremos gradualmente familiarizados com o assunto, à medida em que estudarmos os diversos fatores que se relacionam com ele.

Se despíssemos portanto o engajamento de todas as variáveis provenientes do seu propósito e das suas circunstâncias, e não levássemos em consideração o valor combatente das tropas envolvidas (que é representado por uma determinada quantidade), só nos restaria o mero conceito do engajamento, um combate sem forma definida, no qual o único fator diferenciador seria o número de soldados de cada lado.

Estes números determinarão portanto a vitória. É evidente, claro, devido à grande quantidade de abstrações que fiz para chegar a este ponto, que a superioridade numérica num determinado engajamento é apenas um dos fatores que determinam a vitória. Números superiores, longe de contribuir totalmente, ou até mesmo numa parte significativa, para a vitória, podem estar na realidade contribuindo muito pouco, dependendo das circunstâncias.

Mas a superioridade possui vários graus. Pode ser de dois para um, ou de três ou quatro para um, e assim por diante. Pode chegar evidentemente ao ponto em que é esmagadora.

Neste sentido a superioridade numérica é evidentemente o fator mais importante no resultado de um engajamento, enquanto for suficientemente grande para compensar todas as outras circunstâncias que contribuem para este resultado. Ocorre, portanto, que devem ser empregadas no engajamento, no ponto decisivo, o maior número de soldados possível.

Se estas forças revelarem-se adequadas ou não, pelo menos teremos feito tudo que estava dentro das nossas possibilidades. Este é o primeiro princípio da estratégia. Nos termos gerais em que foi expresso aqui, ele continua sendo verdadeiro para gregos e para persas, para ingleses e maratas, para franceses e alemães. Mas, para ser mais específico, examinemos as condições militares da Europa.

Os exércitos europeus são comparáveis em termos de equipamento, organização e adestramento. As diferenças que possam existir serão encontradas no espírito das tropas e na capacidade do comandante. Se olharmos para a história européia recente, não encontraremos uma outra Maratona.

Em Leuthen, Frederico o Grande, com cerca de 30.000 homens, derrotou 80.000 austríacos. Em Rossbach, derrotou 50.000 aliados com 25.000 homens. Estes são, entretanto, os únicos exemplos de vitórias conquistadas sobre um oponente duas, ou até mesmo quase três vezes mais forte. Carlos XII, na batalha de Narva, não está na mesma categoria. Naquela época os russos mal podiam ser considerados europeus. Além do mais, sabemos muito pouco sobre as principais características daquela batalha. Bonaparte comandou 120.000 homens em Dresden contra 220.000 - não exatamente a metade. Em Kolin, os 30.000 homens de Frederico o Grande não puderam derrotar 50.000 austríacos. De maneira semelhante, a vitória escapou a Bonaparte na batalha desesperada de Leipzig, embora com os seus 160.000 homens contra 280.000, o seu oponente estivesse longe de ser duas vezes mais forte.

Estes exemplos podem mostrar que na Europa moderna, até mesmo o General mais talentoso achará muito difícil derrotar um oponente que tenha duas vezes a sua força. Quando observamos que a competência dos maiores comandantes pode ser contrabalançada por uma razão de dois para um em termos de forças combatentes, não podemos ter dúvida de que nas situações normais, seja o engajamento grande ou pequeno, uma significativa superioridade numérica (não precisa ser mais do que o dobro) será suficiente para assegurar a vitória, por mais adversas que sejam as outras circunstâncias. É possível imaginar, evidentemente, um desfiladeiro numa montanha, onde até mesmo uma superioridade de dez para um não seja suficiente, mas numa situação destas não podemos na realidade falar de um engajamento.

Acreditamos que nas nossas circunstâncias, e em outras semelhantes, um fator essencial é possuir força no ponto realmente vital. Normalmente este é na realidade o fator mais importante. A obtenção de força no ponto decisivo depende do poderio do exército e da competência com que este poderio é empregado.

A primeira regra deve ser, portanto: colocar no campo de batalha o maior exército possível. Isto pode parecer um lugar comum, mas na realidade não é.

Para demonstrar por quanto tempo o poderio dos exércitos não foi considerado de grande importância, só precisamos ressaltar que a maioria das histórias militares do Século XVIII - até mesmo as mais extensas - ou não mencionavam o tamanho dos exércitos, ou só o faziam de uma maneira muito eventual. Certamente nunca enfatizavam este aspecto. Tempelhoff, em sua história da Guerra dos Sete Anos, é o primeiro autor a fornecer regularmente os números, embora fossem apenas aproximações.

Até mesmo a narrativa da campanha prussiana nos Vosges, em 1793 e 1794, feita por Massenbach, com suas observações muitas vezes críticas, tem muita coisa a dizer sobre montanhas e vales, estradas e trilhas, mas nem uma sílaba sobre o poderio das forças oponentes.

Uma outra prova é encontrada na estranha idéia que perseguiu alguns autores, de que havia um tamanho ideal para um exército, uma norma ideal, e que qualquer número de soldados além do estabelecido por ela causaria mais problemas do que o valor que pudessem ter.[1]

Finalmente, existem muitos casos em que nem todas as forças disponíveis foram realmente empregadas numa batalha ou numa guerra, porque não foi dada à superioridade numérica a sua devida importância.

Se uma pessoa estiver realmente convencida de que muita coisa pode ser obtida através de uma superioridade significativa, esta convicção está fadada a influenciar os preparativos para a guerra. O propósito será então levar para o campo de batalha a maior força possível, seja para obter uma vantagem, ou pelo menos para assegurar que o inimigo não a obtenha. Isto é tudo o que tínhamos a dizer com relação ao poderio total que deve ser empregado ao travar uma guerra.

---

[1] Pensamos imediatamente em Tempelhoff e em Montalembert: o primeiro, num trecho na página 148 da primeira parte da sua obra, o último numa referência feita em sua "Correspondência" para o Plano de Operações russo para 1759. Cl. Clausewitz refere-se à tradução para o alemão, feita por Tempelhoff, da *História da Última Guerra na Alemanha: Geschichte des Siebenjahringen Krieges in Deutschland, de 1783 a 1801*, de Henry Lloyd, e à *Correspondance de Mr. Le marquis de Montalembert*, 1777. Eds.

Na prática, o tamanho será determinado pelo governo. Esta decisão marca o início da atividade militar - é na realidade uma parte vital da estratégia - e o General que vai comandar o exército no campo de batalha tem que aceitar o tamanho das suas forças como sendo um valor estabelecido.

Mesmo que não tenha sido consultado com relação à questão, ou que as circunstâncias possam ter impedido que tivesse sido formada uma força suficientemente grande.

Consequentemente, as forças disponíveis devem ser empregadas com tal competência que, mesmo não havendo uma superioridade absoluta, seja obtida uma relativa no ponto mais decisivo.

Para obter isto, o cálculo do espaço e do tempo surge como o fator mais importante, e isto deu srcem à crença de que na estratégia o espaço e o tempo abrangem praticamente tudo o que se refere ao emprego das forças. Na realidade, alguns chegaram ao ponto de atribuir a grandes Generais um órgão especial para tratar da estratégia e da tática.

Mas embora a equação de tempo e espaço seja fundamental para tudo mais e seja, por assim dizer, o pão nosso de cada dia da estratégia, não é o fator mais difícil, nem o mais decisivo.

Se examinarmos as guerras passadas com a mente aberta, veremos que pelo menos no plano estratégico houve muitos casos em que os erros cometidos nestes cálculos levaram a graves derrotas. Além do mais, para que o conceito de uma hábil correlação entre tempo e espaço explique todas as ocasiões em que um General determinado e audacioso foi capaz de derrotar, por meio de marchas rápidas, diversas forças com um único exército (Frederico o Grande, Bonaparte), ficaremos desnecessariamente confusos pelo linguajar convencional. Para que os conceitos sejam claros e proveitosos, as coisas devem ser chamadas pelos seus nomes certos.

As verdadeiras razões destas vitórias foram a correta avaliação feitas pelos Generais contrários (Daun e Schwarzenberg), a determinação de correr o risco de enfrentá-las por algum tempo com forças inferiores, a energia para realizar um movimento rápido, o arrojo para desferir ataques rápidos e a maior atividade que o perigo gera nos grandes homens. O que tem isto a ver com a capacidade de avaliar a relação existente entre dois elementos tão simples como tempo e espaço?

Até mesmo o efeito de ricochete de forças ao qual os Generais têm confiado recentemente as suas defesas, através do qual as vitórias de Rossbach e de Montmirail deram ímpeto às de Leuthen e de Montereau, é, se desejarmos ser claros e precisos, raro na história.

Uma superioridade relativa, isto é, a hábil concentração de uma força superior no ponto decisivo, baseia-se com muito maior freqüência na correta avaliação deste ponto decisivo, num planejamento adequado desde o início, o que leva a uma correta distribuição das forças e à decisão necessária para sacrificar o que não for essencial em benefício do que é - isto é, a coragem de manter unida a maior parte da sua força. Isto é especialmente característico de Frederico o Grande e de Bonaparte.

Com esta exposição, acreditamos ter mostrado o quanto é realmente importante a superioridade numérica. Ela deve ser considerada fundamental - algo para ser obtido em todas as situações e na maior proporção possível.

Mas seria uma interpretação gravemente equivocada da nossa argumentação considerar a superioridade numérica como sendo indispensável para obter a vitória. Desejamos simplesmente ressaltar a sua importância relativa. O princípio será atendido se empregarmos a maior força possível. A questão de saber se devemos evitar um combate devido à falta de força só pode ser verificada à luz de todas as outras circunstâncias.

CAPÍTULO NOVE

Surpresa

O tema do capítulo anterior - o desejo geral de obter superioridade numérica - leva a um outro desejo, que consequentemente não é menos universal: o de *pegar o inimigo de surpresa*. Este desejo é mais ou menos essencial a todas as operações, porque sem ele dificilmente será concebível obter a superioridade no ponto decisivo.

A surpresa torna-se portanto o meio de obter superioridade, mas devido ao seu efeito psicológico deve ser considerado como constituindo um elemento independente. Sempre que ela é conseguida em grande escala, confunde o inimigo e baixa o seu moral. Muitos exemplos, grandes e pequenos, mostram como isto por sua vez multiplica os resultados . Não estamos falando aqui de um ataque de surpresa, que entra na categoria geral de “ataque”, mas do desejo de surpreender o inimigo através dos nossos planos e preparativos, principalmente daqueles relativos à distribuição de forças. Isto é igualmente possível na defesa e é, de fato, uma arma importante da defesa tática.

Afirmamos que a surpresa está na raiz de todas as operações, sem exceção, embora com uma intensidade amplamente variável, dependendo da natureza e das circunstâncias da operação.

Estas variações podem ter srcem já nas características do exército, do General ou até mesmo do governo.

Os dois fatores que criam a surpresa são o sigilo e a velocidade. Os dois pressupõem um elevado grau de energia por parte do governo e do comandante. Por parte do exército, exigem uma grande eficiência. A surpresa nunca será obtida sob condições e uma direção frouxas. Mas embora o desejo de obter surpresa seja um sentimento comum, e de fato indispensável, e embora seja verdade que ela nunca será totalmente ineficaz, é igualmente verdade que, pela sua própria natureza, a surpresa raramente pode ser *extraordinariamente* bem sucedida. Seria um erro, portanto, considerar a surpresa como sendo um elemento de êxito na guerra. O princípio é altamente atraente em tese, mas na prática é muitas vezes impedida pelo atrito de toda a máquina.

A surpresa é basicamente um recurso tático, simplesmente porque na tática o tempo e o espaço são restritos. Na estratégia, portanto, a surpresa torna-se tão mais viável quanto mais perto do reino da tática ela ocorrer, e tão mais difícil quanto mais se aproximar dos níveis mais elevados da política.

Normalmente os preparativos para a guerra duram meses. Concentrar tropas nos seus principais pontos de reunião exige normalmente a instalação de pátios e depósitos de suprimentos, bem como um considerável movimento de tropas, cujo propósito pode ser percebido com bastante rapidez.

É muito raro portanto que um Estado surpreenda um outro, seja através de um ataque, ou dos preparativos para a guerra. Nos Séculos XVII e XVIII, quando muitas vezes a guerra transformava-se em operações de sítio, um propósito freqüente e importante era atacar uma fortificação de surpresa, mas muito raramente isto teve êxito.

Por outro lado, a surpresa é mais facilmente obtida em operações que exijam pouco tempo. Muitas vezes é relativamente simples andar mais rápido do que o inimigo, e desta maneira ocupar uma posição, um acidente topográfico ou uma estrada. É óbvio, entretanto, que quanto maior for a facilidade com que a surpresa for obtida, menor será a sua eficácia, e vice-versa. Em tese, acreditamos que pequenas surpresas muitas vezes levam a grandes coisas, tais como uma batalha vitoriosa, ou a tomada de um depósito de suprimentos importante, mas a história não confirma isto. Os casos em que a surpresa levou a importantes resultados são muito raros. Disto podemos concluir o quanto são consideráveis as dificuldades inerentes.

Evidentemente, qualquer pessoa que consulte a história não deve deixar que o historiador o distraia com as suas teorias favoritas, ou com máximas e uma presunçosa ostentação de expressões técnicas. Devemos olhar para os fatos. Tomemos, por exemplo, um determinado dia da campanha silesiana de 1761, que adquiriu um tipo de notoriedade com relação a isto. Em 22 de julho, Frederico o Grande avançou mais rapidamente do que Laudon deixando-o para trás, deslocou-se para Nossen, perto de Neisse, e dizem que deste modo impediu os exércitos austríaco e russo de reunirem as suas forças no interior da Silésia, obtendo assim um intervalo de quatro semanas para respirar. Se estudarmos este episódio nas obras das principais autoridades,[1] e analisarmos os fatos com a mente aberta, não veremos muita importância nessa marcha, mas, em vez disto, encontraremos incoerências em toda a argumentação, apresentada no estilo da moda, como se tornou, e muita coisa que é inexplicável nos movimentos de Laudon durante aquelas famosas manobras. Ninguém que esteja procurando a verdade e a compreensão poderá ficar satisfeito com tal exemplo histórico.

Quando esperamos obter grandes resultados através do elemento surpresa ao longo de uma campanha, pensamos numa árdua atividade, nas decisões rápidas e nas marchas forçadas. Mas mesmos nos casos em que estes componentes estiveram de um certo modo presentes, podem não ter produzido sempre os resultados pretendidos, como é demonstrado pelos dois comandantes que podem ser considerados o máximo nestas questões: Frederico o Grande e Bonaparte. Em julho de 1760, o

[1] *Der Veteran*, Frederico o Grande, de Tempelhoff. Cl. *Der Veteran* refere-se a uma coletânea de artigos com este título, ou mais provavelmente às memórias de um oficial austríaco que serviu na Guerra dos Sete Anos, Jacob de Cogniazo, *Gestandnisse eines osterechischen Veteranen*, Breslau, 1781 a 1791. Eds.

primeiro precipitou-se subitamente contra Lacy, vindo de Bautzen e, em seguida, voltou-se na direção de Dresden. Mas isto teve um efeito muito pequeno. Na realidade, deixou Frederico numa situação bem pior do que a anterior, porque enquanto isto Glatz havia caído.

Em 1813 Bonaparte voltou-se duas vezes subitamente contra Blucher, saindo de Dresden, sem falar da sua investida saindo do interior da Lusácia em direção à Boêmia, mas ele foi incapaz de atingir o seu propósito. As duas ações foram socos dados no ar, que lhe custaram tempo e baixas e que poderiam ter ameaçado a sua situação em Dresden.

Os grandes êxitos numa ação de surpresa não dependem, portanto, da energia, do vigor e da determinação do comandante: eles devem ser favorecidos por outras circunstâncias. Não queremos negar a possibilidade de êxito, mas simplesmente demonstrar o fato de que ele exige condições favoráveis, que muitas vezes não estão presentes, e que raramente podem ser criadas pelo General.

Os dois comandantes que acabamos de mencionar proporcionam exemplos marcantes disto. Primeiro Bonaparte, em 1814, na sua famosa operação contra as forças de Blucher que estavam deslocando-se ao longo do Marne, separadas do principal exército aliado. Dificilmente podemos imaginar um resultado melhor de um avanço inesperado, realizado em dois dias. As tropas de Blucher, distribuídas ao longo de uma distância correspondente a três dias de marcha, foram derrotadas isoladamente e sofreram baixas equivalentes às de uma grande batalha. Isto foi devido inteiramente à surpresa, uma vez que as instruções de Blucher para a marcha teriam sido diferentes, se ele tivesse sabido que um ataque realizado por Bonaparte poderia ser iminente. O êxito francês dependia do erro de Blucher. Na realidade, Bonaparte não sabia como Blucher via a situação. Ele beneficiou-se de uma feliz coincidência.

A batalha de Liegnitz, em 1760, é um outro exemplo disto. Frederico o Grande venceu esta batalha porque durante a noite deslocou-se para uma posição que havia acabado de ocupar. Laudon foi apanhado totalmente de surpresa e perdeu 70 canhões e 10.000 homens. Naquele momento, Frederico estava agindo de acordo com o princípio de movimentar-se frequentemente para evitar o combate, ou pelo menos para perturbar os planos do inimigo, mas esta não tinha sido a sua intenção quando transferiu a sua posição na noite de 14 para 15 de junho. Ele transferiu-se, como ele mesmo diz, porque não estava satisfeito com a posição que havia ocupado naquele dia. Aqui também o acaso desempenhou um papel importante, e o resultado teria sido bem diferente, não fosse pela dificuldade, pelo terreno montanhoso e pela coincidência da mudança de posição noturna de Frederico com as fases preliminares do ataque de Laudon.

Até mesmo o mais elevado e o mais alto de todos os reinos da estratégia fornecem alguns exemplos de surpresas importantes. Basta lembrar as brilhantes campanhas do Grande Eleitor contra a Suécia, avançando rapidamente da Francônia para a Pomerânia, e do Marco de Brandemburgo para o rio Pregel. A campanha de 1757 e a famosa travessia dos Alpes realizada por Bonaparte em 1800 são outros exemplos. Neste último exemplo, o exército austríaco entregou todo o teatro de operações e, em 1757, um outro exército chegou muito perto, não apenas de entregar o seu teatro de operações, mas de se render. Finalmente, a invasão da Silésia realizada por Frederico pode ser citada como um exemplo de uma guerra totalmente inesperada. Em todos estes casos, os resultados foram enormes e de grande alcance. Ainda assim a história tem poucos episódios como este para contar - a menos, evidentemente, que os confundamos com exemplos de Estados que estavam mal preparados para a guerra devido à sua pura inação ou falta de energia, como a Saxônia em 1756 e a Rússia em 1812.

É preciso que seja feita mais uma observação, que vai exatamente o cerne da questão. Só o comandante que impõe a sua vontade pode pegar o inimigo de surpresa e, para impor a sua vontade, deve agir corretamente. Se surpreendermos o inimigo com medidas imperfeitas, podemos não nos beneficiar de maneira alguma, mas em vez disto sofrer graves reveses. A nossa surpresa, neste caso, causará pouca preocupação ao inimigo. Explorando os nossos erros ele encontrará maneiras de evitar quaisquer efeitos prejudiciais. Como a ofensiva oferece muito mais oportunidades para uma ação concreta do que a defensiva, o elemento surpresa está mais frequentemente relacionado ao ataque - mas está longe de ser exclusivamente assim, como veremos mais tarde. Surpresas mútuas através da ofensiva e da defensiva podem conflitar, e neste caso o lado que tiver batido com maior precisão na cabeça do prego será justificado e obterá êxito.

De qualquer modo, é assim que deveria ser. Mas por uma razão muito simples, nem sempre ocorre assim na vida real. Para o lado que pode se beneficiar com os efeitos psicológicos da surpresa, quanto pior for a situação melhor ela poderá ficar enquanto o inimigo encontrar-se incapaz de tomar decisões coerentes. Isto é verdadeiro, não só para comandantes nos níveis mais elevados, mas para todos os envolvidos, porque uma característica peculiar da surpresa é que ela afrouxa os vínculos da coesão, e as ações individuais podem facilmente tornarem-se importantes.

Muito dependerá da relação estabelecida entre os dois lados. Se uma superioridade moral em geral permitir que um oponente intimide e supere o outro, ele poderá utilizar a surpresa para obter um efeito maior, e poderá até mesmo colher os frutos da vitória onde normalmente poderia esperar fracassar.

CAPÍTULO DEZ

Dissimulação

O termo “dissimulação” sugere um propósito secreto. Ele contrasta com a abordagem direta e simples, tanto quanto a inteligência contrasta com a prova inequívoca. Consequentemente, nada tem em comum com os métodos de persuasão, de interesse pessoal ou de força, mas muito com o logro, que também esconde o seu propósito. Ela própria é uma forma de logro quando está concluída, muito embora não o logro no significado comum da palavra, uma vez que não está envolvido qualquer rompimento inequívoco da palavra. O emprego de uma artimanha ou de um estratagema permite que a futura vítima cometa os seus próprios erros, que, reunidos num único resultado, alteram subitamente o aspecto da situação ante os seus próprios olhos. Pode ser dito que, do mesmo modo que a inteligência faz malabarismos com as idéias e com as crenças, a dissimulação faz o mesmo com as ações.

À primeira vista, não parece ser injusto que o termo “estratégia” seja derivado de “dissimulação” e que, a despeito de todas as mudanças reais e aparentes que a guerra sofreu desde os dias da Grécia antiga, este termo ainda indique a sua natureza essencial.

Se deixarmos para a tática o verdadeiro emprego da força, o engajamento, e considerarmos a estratégia como sendo a arte de explorar habilmente a força em prol de um propósito maior, e se desprezarmos por enquanto características como a violenta ambição que atua como uma mola comprimida, uma grande força de vontade que só se entrega relutantemente, etc., nenhuma característica humana parece ser tão adequada à tarefa de dirigir e influenciar a estratégia como o dom da dissimulação. O anseio universal de obter surpresa, comentado no capítulo anterior, já indica esta conclusão, uma vez que cada ação de surpresa tem srcem em pelo menos algum grau de dissimulação.

Ainda assim, não importa o quanto desejemos ver os Generais oponentes competir uns com os outros em perícia, inteligência e dissimulação, permanece o fato de que estas qualidades não aparecem de uma maneira destacada na história da guerra. Raramente elas sobressaem em meio à confusão dos acontecimentos e das circunstâncias.

A razão para isto é óbvia, e está intimamente relacionada à essência do capítulo anterior.

A estratégia está exclusivamente envolvida com os engajamentos e com as ordens relativas a eles. Diferente de outros setores da vida, não está envolvida com ações que consistam apenas em palavras, como afirmações, declarações e assim por diante. Mas as palavras, sendo baratas, são a maneira mais comum de criar falsas impressões.

Coisas semelhantes utilizadas na guerra - planos e ordens emitidos apenas para aparentar alguma coisa, informações falsas destinadas a confundir o inimigo, etc. - possuem de uma maneira geral tão

pouco valor estratégico que só serão utilizadas se surgir uma oportunidade já pronta. Elas não devem ser consideradas como sendo um importante campo de ação independente à disposição do comandante.

Preparar uma ação simulada com uma minuciosidade suficiente para impressionar um inimigo exige um considerável dispêndio de tempo e de trabalho, e os seus custos aumentam proporcionalmente ao tamanho da farsa. Normalmente exigem mais do que o que pode lhes ser concedido e, consequentemente, as assim chamadas dissimulações estratégicas raramente obtém o efeito desejado. Na realidade, é perigoso empregar forças consideráveis durante algum período de tempo, simplesmente para criar uma ilusão. Sempre existe o risco de que nada seja ganho e que as tropas empregadas não estejam disponíveis quando forem realmente necessárias.

Na guerra, os Generais estão sempre conscientes desta sensata verdade e, assim, tendem a perder a ânsia de arriscar uma mobilidade simulada. Normalmente a necessidade implacável impregna a tal ponto a ação direta que não é deixado espaço para este jogo. Em suma, a peça do jogo de xadrez do estrategista não possui o tipo de mobilidade que é essencial para o estratagema e para a dissimulação.

Concluímos que um discernimento preciso e agudo é um trunfo mais útil para o comandante do que qualquer dom para a dissimulação - embora este último não faça qualquer mal enquanto não for empregado, como é com demasiada freqüência, às custas de qualidades mais essenciais do caráter.

Entretanto, quanto mais fracas forem as forças à disposição do comandante supremo, mais atrativo torna-se o emprego da dissimulação. Numa situação de inferioridade e de penúria, quando a prudência, o discernimento e a capacidade não forem mais suficientes, a dissimulação pode perfeitamente parecer ser a única esperança. Quanto mais sombria for a situação, com tudo se concentrando numa única tentativa desesperada, mais rapidamente a dissimulação estará associada ao arrojo. Livres de todas as considerações futuras e liberados dos pensamentos de uma retribuição posterior, o arrojo e a dissimulação estarão livres para intensificarem-se mutuamente, até o ponto de concentrar um tênue lampejo de esperança num único raio de luz que ainda possa acender uma chama.

CAPÍTULO ONZE

Concentração de Forças no Espaço

A melhor estratégia é sempre *ser muito forte*. Primeiro de uma maneira geral e, em seguia, no ponto decisivo. Independentemente do esforço necessário para criar a força militar, que nem sempre provém do General, não existe lei ou estratégia mais simples do que a de *manter as suas forças concentradas.* Nenhuma força deve ser separada do corpo principal, a menos que a necessidade seja clara e *urgente*. Aferramo-nos a este princípio e o consideramos um guia confiável. Ao longo da nossa análise, veremos em que situações pode ser justificável dividir as nossas forças. Veremos também que o princípio da concentração não apresentará os mesmos resultados em todas as guerras, mas esses resultados mudarão de acordo com os meios e com os fins.

Por incrível que pareça, é um fato que exércitos têm sido divididos e separados inúmeras vezes sem que o comandante tivesse qualquer razão evidente para fazer isto, mas simplesmente porque sentiu vagamente que esta era a maneira pela qual as coisas deveriam ser feitas.

Esta insensatez poderá ser totalmente evitada, e um grande número de razões infundadas para alguém dividir suas forças nunca serem propostas, assim que a concentração de forças for reconhecida como sendo a norma, e toda separação e divisão como a exceção que tem que ser justificada.

CAPÍTULO DOZE

Unificação de Forças no Tempo

Chegamos a um conceito que provavelmente será ilusório quando aplicado à vida real. Uma definição e uma elucidação claras parecem ser necessárias, e esperamos que possamos ser perdoados por mais uma breve análise.

A guerra é o choque de forças opostas. Ocorre que a força mais forte não só destroi a mais fraca, mas o seu ímpeto arrasta com ele a força mais fraca. Isto pareceria não permitir um emprego prolongado e sucessivo de força. Em vez disto, a utilização simultânea de todos os meios destinados a um determinado combate surge como sendo a lei fundamental da guerra.

Na prática isto é verdadeiro, mas só quando a guerra assemelha-se a um impulso mecânico. Quando ela consiste numa longa interação de forças mutuamente destruidoras, o emprego sucessivo de força certamente torna-se possível. Este é o caso da tática, principalmente porque ela baseia-se primordialmente no poder de fogo, mas existem também outras razões. Se num combate com armas de fogo mil homens enfrentarem quinhentos, a soma das suas baixas poderá ser calculada a partir do total de forças envolvidas nos dois lados. Mil homens disparam duas vezes mais tiros do que quinhentos, mas serão atingidos mais homens entre estes mil do que entre os quinhentos, porque devemos supor que os mil estarão dispostos de uma maneira mais compacta. Se supusermos que eles sofram duas vezes mais impactos, as baixas de cada lado seriam as mesmas. Os quinhentos, por exemplo, sofrerão duzentas baixas, do mesmo modo que os mil. Agora, se a força de quinhentos tivesse mantido um igual número de homens na reserva, fora do alcance dos tiros, restariam disponíveis oitocentos homens fisicamente aptos para cada oponente. Mas de um dos lados, quinhentos homens estariam descansados e totalmente abastecidos com munição, enquanto que todos os oitocentos que os estariam enfrentando estariam de certo modo desorganizados, cansados e com pouca munição. Na realidade, não é certo partir do princípio de que devido ao seu maior número os mil perderiam duas vezes mais homens do que os quinhentos teriam perdido em seu lugar. O maior número de baixas sofrido pelo lado que manteve metade da sua força na reserva deve ser computada como sendo uma desvantagem. Devemos admitir também que, de um modo geral, os mil podem ter inicialmente uma oportunidade de expulsar o inimigo da sua posição e forçá-lo a se retirar. Se estas duas vantagens compensam ou não a desvantagem de enfrentar, com oitocentos homens um tanto desgastados pelo combate, um inimigo que não é significativamente mais fraco e que possui quinhentos homens totalmente descansados, não pode ser verificado sem uma maior análise. Devemos confiar na experiência, e os poucos oficiais que já tiveram experiência de combate não garantiriam que existe uma superioridade para o lado que tem os soldados descansados.

Torna-se evidente porque o emprego de uma força demasiadamente grande pode ser prejudicial. Não importa o quanto seja grande a vantagem que a superioridade ofereça no primeiro momento do engajamento, poderemos ter que pagar por ela no próximo.

O perigo só se aplica, entretanto, à *fase de confusão, à condição de confusão e de fraqueza* - em suma, à crise que ocorre em todo engajamento, mesmo do lado vitorioso. No contexto de uma condição tão debilitada, a aparição de tropas relativamente descansadas será decisiva.

Por outro lado, logo que cessa o efeito desorganizador da vitória e tudo o que resta é a superioridade moral causada por toda vitória, somente as tropas descansadas não podem mais salvar a situação - elas também serão arrasadas. Um exército derrotado não pode reaparecer novamente no dia seguinte, simplesmente por ter sido reforçado com fortes reservas. *Chegamos aqui à srcem de uma diferença vital entre a estratégia e a tática*.

Os êxitos táticos, aqueles obtidos *ao longo* do engajamento, *normalmente ocorrem durante a fase de confusão e de fraqueza*. Por outro lado, o êxito estratégico, o efeito global do engajamento, a vitória concluída, seja ela grande ou insignificante, *já se encontra além daquela fase*. O resultado estratégico só toma forma quando os resultados fragmentados tiverem se agrupado num todo único e independente. Mas neste ponto a crise está terminada, as forças readquirem a sua coesão srcinal, enfraquecidas apenas pelas baixas que tiverem de fato sofrido.

A conseqüência desta diferença é que no campo tático a força pode ser empregada sucessivamente, enquanto que a estratégia só conhece o emprego simultâneo da força.

Se numa situação tática o êxito inicial não levar a uma vitória decisiva, teremos razão para temer o futuro imediato. Ocorre que para a primeira fase só devemos empregar aquela quantidade de força que pareça ser absolutamente necessária. O resto deve ser mantido fora do alcance do fogo inimigo e fora da luta corpo a corpo, de modo que possamos enfrentar as reservas do inimigo com tropas novas, ou com elas derrotar as suas forças enfraquecidas. Isto não continua sendo verdadeiro uma situação estratégica. Por um motivo: como já foi mostrado, tendo sido obtido um êxito estratégico, é menos provável que ocorra uma reação porque a crise já passou. Por outro motivo: nem todas as forças terão sido necessariamente *enfraquecidas.* As únicas tropas que terão sofrido baixas foram aquelas que estiveram *taticamente* envolvidas - em outras palavras, aquelas que lutaram. Desde que não tenham sido desperdiçadas, só o mínimo irredutível terá estado em combate, longe do total que foi estrategicamente empenhado. As unidades que mal estiveram envolvidas no combate devido à superioridade do exército, e que contribuíram para o êxito através da sua simples presença, são, após a

vitória, as mesmas de antes, e estão prontas para novas tarefas, como se tivessem ficado totalmente inativas. É evidente como a grande a margem de força proporcionada por estas unidades pode contribuir para um resultado vitorioso. É igualmente compreensível que a sua presença possa reduzir significativamente as baixas sofridas pelas tropas que estiveram realmente engajadas taticamente.

Como na estratégia as baixas não aumentam com o tamanho das forças empregadas, e podem até mesmo ser reduzidas, e como obviamente o emprego de uma força maior tem maiores probabilidades de levar ao êxito, ocorre evidentemente que nunca podemos empregar uma força grande demais e, além disto, que toda a força disponível deve ser empregada *simultaneamente*.

A verdade desta proposição precisa ser, entretanto, verificada também numa outra área. Até agora só analisamos o combate propriamente dito. Ele é a atividade essencial da guerra, mas devemos considerar também os homens, o tempo, o espaço, que são os componentes desta atividade. Devemos considerar os efeitos da sua influência.

O cansaço, o esforço e as privações constituem um fator destruidor independente na guerra - um fator que não pertence essencialmente ao combate, mas que envolve-se com ele de uma maneira mais ou menos complexa, e que diz respeito principalmente ao campo da estratégia. Este fator também está presente nas situações táticas, e possivelmente na sua forma mais intensa, mas como as ações táticas possuem uma menor duração, os efeitos do esforço e das privações serão limitados. No plano estratégico, entretanto, onde as dimensões de tempo e de espaço são ampliadas, os efeitos são sempre perceptíveis, e muitas vezes decisivos. Não é raro que um exército vitorioso sofra um número maior de baixas devido a doenças do que ao combate.

Se analisarmos esta categoria de destruição no campo estratégico, como analisamos a do fogo de artilharia e do combate corpo a corpo no campo da tática, poderemos perfeitamente concluir que ao término da campanha, ou de algum outro período estratégico, tudo o que estiver sido exposto ao fator de destruição estará numa situação enfraquecida, e que o surgimento de novas forças deverá ser *decisivo*. Numa situação estratégica, como também numa situação tática portanto, poderemos ficar tentados a procurar obter um êxito inicial com o mínimo de soldados, de modo a manter fortes reservas para a luta final.

Muitos casos reais conferem plausibilidade a esta argumentação. Para avaliá-la corretamente, devemos examinar minuciosamente cada idéia envolvida. Antes de mais nada, a noção de reforços não deve ser confundida com a idéia de novas tropas ainda não empregadas. Poucas campanhas terminam sem que o acréscimo de novas tropas pareça ser extremamente desejável, de fato decisivo, tanto para o

vencedor como para o perdedor, mas este não é o tema aqui: os reforços não seriam de modo algum necessários se inicialmente tivesse sido empregada uma força suficientemente grande. A noção de que um exército descansado ocupando o campo de batalha teria um maior efeito sobre o moral das tropas que já estivessem em combate (comparável a uma reserva tática, que na realidade não tem um valor maior do que os homens que já sofreram tanto) é totalmente desprezada pela experiência. Do mesmo modo como uma campanha mal sucedida reduz a coragem e o moral das tropas, uma bem sucedida aumenta estes valores. De um modo geral, portanto, estes fatores tendem a se anular. O que é ganho com a experiência é considerado um benefício evidente. De qualquer maneira, devemos estudar as campanhas bem sucedidas e não as mal sucedidas, uma vez que sempre que o fracasso puder ser previsto com algum grau de certeza estará faltando em primeiro lugar uma força adequada, e seria impensável manter qualquer parte como reserva para ser empregada mais tarde.

Tendo sido esclarecido isto, surge a pergunta se as baixas sofridas por uma unidade devido ao esforço e às privações aumentarão proporcionalmente ao seu tamanho, como ocorreria no caso de um engajamento. A resposta a esta pergunta deve ser não.

O esforço é causado principalmente pelos perigos que, com diversas intensidades, são inseparáveis das operações militares. Opor-nos a esses perigos em todos os lugares e prosseguir em nosso caminho com confiança é o propósito de grande parte das atividades abrangendo as tarefas táticas e estratégicas do exército. Quanto mais fraco for um exército, mais árduas tornam-se estas tarefas, enquanto que quanto maior for a superioridade do exército, mais fáceis tornam-se elas. Quem pode duvidar disto? Uma campanha realizada contra um oponente significativamente mais fraco exigirá menos esforço do que uma campanha contra uma força igualmente forte, sem falar de uma que seja superior à nossa.

Isto é o bastante com relação ao esforço físico. As privações são uma coisa diferente. Elas consistem principalmente na falta de comida e de abrigo para as tropas, seja em alojamentos ou em acampamentos confortáveis. Os problemas de alimentação e de abrigo aumentam evidentemente com o tamanho da força concentrada num local. Por outro lado, esta mesma superioridade não proporcionará o melhor método de dispersar as tropas por uma área maior e encontrar assim mais meios de suprimentos e de abrigo?

Durante o seu avanço pela Rússia em 1812, Bonaparte manteve as suas forças compactadas ao longo de um único caminho, de uma maneira nunca vista, causando uma escassez de suprimentos também nunca vista. Isto pode ser atribuído ao seu princípio de que nunca se pode ser demasiadamente

forte no ponto decisivo. Se ele levou ou não este princípio longe demais naquela ocasião não pode ser analisado aqui, mas é certo que, se ele tivesse querido evitar essa escassez, todo o que tinha que fazer era avançar numa frente mais ampla. Havia espaço suficiente na Rússia. Na realidade, haveria quase sempre espaço suficiente. Este exemplo não fornece, portanto, qualquer fundamento para a alegação de que e emprego simultâneo de forças altamente superiores causará um maior sofrimento. Suponhamos entretanto que o vento, as condições do tempo e os inevitáveis esforços da guerra tenham de fato enfraquecido - apesar do alívio proporcionado ao conjunto - até mesmo aquela parte do exército que, como uma força excedente, poderia ter sido mantida como reserva para emprego posterior. Torna-se ainda mais essencial olhar para esta situação como um todo e perguntar se este prejuízo teria compensado os ganhos que a força superior poderia ter obtido de uma maneira ou de outra.

Devemos considerar um outro ponto muito importante. Num engajamento secundário não é muito difícil avaliar aproximadamente a quantidade de força necessária para obter um êxito significativo, e a que seria supérflua. Na estratégia isto é praticamente impossível, porque o êxito estratégico não pode ser definido e delineado com a mesma precisão. O que pode ser considerado como sendo uma força excedente numa situação tática pode ser considerado na estratégia como sendo um meio de explorar o êxito se surgir a oportunidade. Como a margem de ganhos aumenta proporcionalmente à vitória, a superioridade de força pode chegar rapidamente a um nível que o cálculo de força mais minucioso nunca teria estabelecido.

Por meio desta força significativamente superior Bonaparte foi capaz de penetrar até Moscou em 1812 e ocupar a cidade. Se a sua força superior tivesse permitido que ele esmagasse o Exército Russo, ele provavelmente teria concluído uma paz em Moscou que não teria sido obtida com a mesma rapidez através de outros meios. Citamos este exemplo simplesmente como uma ilustração. Provar isto exigiria uma explicação detalhada, que seria inoportuna aqui.

Todas estas reflexões tratam apenas do emprego sucessivo de força. Não dizem respeito à idéia de uma reserva como tal, embora as duas se aproximem em muitos pontos. Esta questão possui ramificações adicionais, como o próximo capítulo mostrará.

O que estamos tentando demonstrar é que enquanto taticamente a simples *duração* de um engajamento enfraquece as forças, de modo que o tempo torna-se um fator que influi no resultado, não é isto o que ocorre na estratégia. Na medida em que na estratégia o tempo não exerce efeitos prejudiciais sobre as forças envolvidas, estes efeitos são em parte atenuados pelo tamanho das forças e

em parte compensados de outras maneiras. Consequentemente, não pode ser a intenção do estrategista fazer do tempo um aliado *em seu próprio benefício*, empenhando a força gradualmente, passo a passo.

Dizemos *em seu próprio benefício* porque o tempo pode ter importância em decorrência de fatores que dele advém, mas que não são idênticos a ele. Na realidade, ele pode ser importante para um dos oponentes ou para o outro. Esta é uma questão bem diferente, de modo algum banal ou sem importância, e será o assunto de um estudo posterior.

Portanto, a regra que tentamos estabelecer é a seguinte: todas as forças destinadas e disponíveis para um propósito estratégico devem ser empregadas *simultaneamente*. O seu emprego será mais eficaz na medida em que tudo puder ser concentrado numa única ação, num único momento.

Isto não significa que esforços sucessivos e um efeito continuado deixem de ter lugar na estratégia. Eles não podem ser ignorados, muito menos porque constituem um dos principais meios para se obter um êxito definitivo: o contínuo emprego de novas forças. Isto também será o tema de um outro capítulo. Só mencionamos isto aqui para evitar um mal-entendido.

Passamos agora para um assunto intimamente ligado à nossa argumentação anterior, que esclarecerá toda a questão - estamos nos referindo à *reserva estratégica*.

CAPÍTULO TREZE

A Reserva Estratégica

Uma reserva possui dois propósitos distintos. Um é prolongar e reavivar o combate. O outro é opor-se a ameaças não previstas. O primeiro propósito pressupõe o valor do emprego sucessivo de força e não pertence portanto à estratégia. No caso de uma unidade que está sendo enviada para um ponto que esteja prestes a ser invadido, este é claramente um exemplo da segunda categoria, uma vez que a intensidade da resistência necessária naquele ponto obviamente não havia sido prevista. Uma unidade que se destine meramente a prolongar o combate num determinado engajamento, e para este fim seja mantida em reserva, estará disponível e subordinada ao comandante, embora permaneça estacionada fora do alcance do fogo. Constituirá assim uma reserva tática e não estratégica.

Mas a necessidade de manter uma força de prontidão para emergências pode surgir também na estratégia. Consequentemente, poderá haver algo como uma reserva estratégica, mas apenas quando se puder imaginar a existência de alguma emergência. Numa situação tática, onde frequentemente não sabemos nem mesmo as dimensões dos inimigos até que os vejamos, onde eles podem estar escondidos atrás de qualquer mata e de qualquer curvatura de um terreno ondulado, devemos estar sempre mais ou menos preparados para acontecimentos não previstos, de modo que posições que venham a tornar-se fracas possam ser reforçadas, e que possamos de uma maneira geral ajustar os nossos planos às ações do inimigo.

Estes casos também ocorrem na estratégia, uma vez que ela está diretamente vinculada à ação tática. Também na estratégia, muitas vezes as decisões baseiam-se em observações diretas, em informações duvidosas chegando hora após hora e dia após dia e, finalmente, no próprio resultado das batalhas. Assim, é uma condição essencial da liderança estratégica que devam ser mantidas forças em reserva, de acordo com o grau de incerteza estratégica.

Na defensiva de uma maneira geral, principalmente na defesa de determinados pontos como rios, cadeias de montanhas e assim por diante, sabemos que isto é constantemente necessário.

Mas a incerteza diminui à medida em que aumenta a distância entre a estratégia e à tática, e praticamente desaparece naquela área da estratégia que toca as raias da política.

O movimento das colunas do inimigo para a batalha só pode ser verificado através da própria observação - o ponto em que ele planeja atravessar um rio, através dos poucos preparativos que ele faz e que tornam-se evidentes pouco tempo antes, mas a direção a partir da qual ele ameaça o nosso país normalmente será anunciada pela imprensa antes que um único tiro seja disparado. Quanto maior for o vulto dos preparativos, menor será a probabilidade de ser obtida a surpresa. O tempo e o espaço envolvidos são enormes, as circunstâncias que deram srcem aos acontecimentos são tão bem

conhecidas e estão tão pouco sujeitas a alterações que a sua decisão, ou será evidente com suficiente antecedência, ou poderá ser descoberta com certeza.

Além do mais, mesmo que deva existir uma reserva estratégica, nesta área da estratégia o seu valor diminuirá à medida em que o seu emprego previsto for menos específico.

Temos visto que o resultado de uma escaramuça, ou de um único engajamento, por si só não tem importância. Todos estes combates parciais esperam uma decisão no resultado da batalha como um todo.

O resultado da batalha como um todo, por sua vez, só tem uma importância relativa, que possui diversas gradações de acordo com o tamanho e a importância total da força derrotada. A derrota de uma unidade pode ser compensada pela vitória de um exército e mesmo a derrota de um exército pode ser compensada, ou até mesmo transformada numa vitória, através dos êxitos de um exército maior, como aconteceu no combate de dois dias em Kulm, em 1813. Ninguém pode duvidar disto, mas é igualmente evidente que o impacto de toda vitória, o bom resultado de toda batalha, adquire um significado absoluto com a importância da força derrotada e, consequentemente, a possibilidade de compensar estas perdas num confronto posterior torna-se também menos provável. Este ponto será examinado mais detalhadamente mais tarde. Por ora, é suficiente chamar a atenção para a existência desta progressão.

Acrescentemos uma terceira observação. Enquanto que numa situação tática o emprego sucessivo de força sempre adia para o fim a decisão principal do combate, na estratégia a regra do emprego simultâneo de forças quase sempre antecipa para o início a decisão principal, que não precisa ser necessariamente a definitiva. Estas três conclusões justificam portanto a opinião de que o emprego de uma reserva estratégica torna-se menos essencial, menos útil e mais perigoso à medida em que o seu propósito desejado torna-se mais *abrangente* e menos genérico.

Não é difícil determinar o momento em que o conceito de uma reserva estratégica começa a ser contraditório: ele ocorre quando se tiver chegado à *etapa decisiva* da batalha. Todas as forças devem ser empregadas para atingí-la, e qualquer idéia de reservas, de *unidades combatentes disponíveis* que não se pretenda utilizar antes desta decisão é um absurdo.

Assim, enquanto que uma reserva tática é um meio não só de enfrentar qualquer manobra não prevista realizada pelo inimigo, mas também de inverter o resultado imprevisível do combate quando isto se tornar necessário, a estratégia deve abrir mão deste meio, pelo menos no que diz respeito à decisão global. De uma maneira geral os reveses sofridos numa área só poderão ser compensados

obtendo-se ganhos em outro lugar e, em alguns casos, transferindo tropas de uma área para outra. Nunca deve ocorrer a um etrategista lidar com tais reveses mantendo forças em reserva.

Chamamos de um absurdo manter uma grande reserva que não pretendemos que contribua para a decisão global. Esta questão é tão óbvia que não deveríamos ter dedicado dois capítulos a ela, não fosse pelo fato de que a idéia possa de algum modo parecer mais plausível quando dissimulada sob a forma de outros conceitos, como frequentemente é. Um homem pensa numa reserva estratégica como sendo o auge da sensatez e de um planejamento cauteloso. Outro rejeita toda a idéia, inclusive a de uma reserva tática. Este tipo de pensamento confuso não afeta de fato a realidade. Como exemplo notável, devemos lembrar que em 1806 a Prússia alojou em Brandemburgo uma reserva de 20.000 homens sob o comando do Príncipe Eugênio de Wurtenberg e não pôde levá-la a tempo para o Rio Saale, enquanto que outros 25.000 homens eram mantidos no leste e no sul da Prússia *para serem mobilizados em alguma etapa posterior, para atuar como reserva*.

Esperamos que estes exemplos nos livrem da acusação de lutar contra moinhos de vento, armados de lança.

CAPÍTULO QUATORZE

Economia de Força

Como já dissemos, os princípios e as opiniões raramente reduzem a trajetória da razão a uma simples linha. Como em todas as questões práticas, sempre resta uma certa amplitude. A beleza não

pode ser definida através de abcissas e ordenadas, nem são os círculos e elipses criados através de suas fórmulas algébricas. O homem de ação deve confiar de vez em quando no sensível instinto do discernimento, proveniente da sua inteligência nata e desenvolvido através da reflexão, que quase inconscientemente acerta na direção correta. Em outros momentos, ele deve simplificar a compreensão, restringindo-a às suas características predominantes, que servirão como regras e, algumas vezes, deve apoiar-se na muleta da rotina estabelecida.

Uma destas características simplificadas, ou auxílios à análise, é assegurar-se sempre de que todas as forças estejam envolvidas - sempre para garantir que nenhuma parte de toda a força fique ociosa. Se uma parte da nossa força estiver posicionada onde não esteja suficientemente ocupada com o inimigo, ou se as tropas estiverem em marcha - isto e, ociosas - enquanto o inimigo está combatendo, então essas forças estão sendo administradas de uma maneira não econômica. Neste sentido estão sendo desperdiçadas, o que é ainda pior do que empregá-las inadequadamente. Quando chega o momento do combate, a primeira exigência deveria ser de que todas as partes devem agir. Até mesmo a tarefa menos apropriada ocupará alguma parcela das forças do inimigo e reduzirá a sua força total, enquanto que tropas completamente inativas estarão temporariamente neutralizadas. Obviamente esta idéia é o corolário dos princípios apresentados nos três últimos capítulos. É a mesma verdade apresentada novamente a partir de um ponto de vista um pouco mais amplo, e reduzida a um único conceito.

CAPÍTULO QUINZE

O Fator Geométrico

Até que ponto a geometria, ou a forma e o padrão de disposição de forças na guerra, pode tornar-se um princípio predominante é demonstrado pela arte de construir fortificações, na qual a geometria se

aplica a quase todas as coisas, sejam elas grandes ou pequenas. Ela desempenha também um papel importante na tática. A geometria constitui a base da tática no sentido mais estrito - a teoria de movimentar tropas. No campo das fortificações e na teoria das posições entrincheiradas e do ataque a elas, as linhas e os ângulos da geometria decidem como os juizes que irão decidir a controvérsia. No passado, uma boa parte disto foi mal aplicada e um pouco dela nada mais era do que brincar de soldado. No entanto, na tática atual, onde contornar o flanco do inimigo é a meta de todo engajamento, o fator geométrico adquiriu novamente uma grande importância. Embora a sua aplicação seja simples, repete-se constantemente. Apesar disto, a geometria não pode orientar a tática como orienta a guerra de sítio. Quando as tropas se enfrentam tudo é mais móvel e as forças psicológicas, as diferenças individuais e o acaso desempenham um papel mais fundamental. Na estratégia, a influência da geometria é ainda menos importante. Embora aqui também os tipos de formaturas das tropas e as configurações dos países e dos Estados sejam importantes, o princípio da geometria não é *decisivo,* como na arte de construir fortificações, e nem de perto é tão importante quanto na tática. A forma desta influência será gradualmente demonstrada, sempre que for pertinente e precisar ser analisada. No momento, chamaremos a atenção para a diferença existente entre a tática e a estratégica com relação a isto.

Na tática, o tempo e o espaço são rapidamente reduzidos ao seu mínimo absoluto. Uma unidade que tenha o seu flanco e a sua retaguarda atacados, logo chegará ao estágio em que a sua possibilidade de retirada terá desaparecido. Em tal situação, ela fica quase incapaz de continuar o combate, e o seu comandante deve tentar livrar-se desta difícil situação, ou impedir que ela de modo algum ocorra. Por esta razão, todos os preparativos táticos visando a um envolvimento são altamente eficazes, e a sua eficácia consiste em grande parte na preocupação que eles despertam com relação às suas consequências. É por isto que o fator geométrico é tão importante na disposição das forças.

Estas reflexões só se refletem ligeiramente na estratégia, que diz respeito a grandes períodos de tempo e a grandes espaços. Os exércitos não se precipitam de um teatro de guerra para outro. Em vez disto, um envolvimento estratégico planejado pode facilmente levar semanas e meses para ser realizado. Além disto, as distâncias são tão grandes que as probabilidades de que até mesmo as melhores medidas possam obter finalmente o resultado desejado continuam sendo reduzidas.

Na estratégia, portanto, o efeito dessas combinações, isto é, do padrão geométrico, é muito menor. Por outro lado, o efeito de uma vantagem obtida num ponto é muito maior. Esta vantagem pode ser explorada ao máximo antes que medidas contrárias interfiram ou até mesmo a anulem.

Consequentemente, não hesitamos em considerar como sendo uma verdade demonstrada o fato de que na estratégia o número e o vulto dos engajamentos vitoriosos são mais significativos do que a configuração das principais linhas que os unem.

A opinião exatamente oposta era a favorita de teóricos recentes, que acreditavam que desta maneira iriam aumentar a importância da estratégia. A estratégia, pensavam eles, representava as mais elevadas funções do intelecto. Eles pensavam que a guerra seria enobrecida através dos seus estudos e, de acordo com uma moderna substituição de conceitos, tornar-se-ia *mais científica*. Achamos que uma das principais funções de uma teoria abrangente da guerra é expor estas extravagâncias, e é porque o elemento geométrico normalmente proporciona o ponto de partida para estas fantasias que chamamos uma atenção especial para ele.

CAPÍTULO DEZESSEIS

A Interrupção do Combate na Guerra

Se consideramos a guerra como sendo um ato de destruição mútua, somos obrigados a pensar nos dois lados como estando normalmente em combate e avançando. Mas logo que analisamos cada momento separadamente, somos quase que igualmente obrigados a pensar que apenas um dos lados

está avançando, enquanto que o outro está atentamente esperando, porque as condições nunca serão exatamente idênticas em ambos os lados, nem a sua relação mútua continuará sendo a mesma. Com o tempo ocorrerão mudanças e, portanto, em qualquer momento determinado um lado será mais favorecido do que o outro. Se supusermos que os dois Generais conhecem perfeitamente as suas condições e as do seu oponente, um deles será incitado a agir, o que por sua vez torna-se para o outro

um motivo para esperar. Os dois não podem querer avançar simultaneamente, nem por outro lado esperar. Esta mútua eliminação de propósitos idênticos não provém, no presente contexto, do princípio da polaridade e não contradiz, portanto, a afirmativa feita no Capítulo Cinco do Livro Dois.[1] Mais exatamente, o seu fundamento reside no fato de que o fator determinante é de fato o mesmo para os dois comandantes: a probabilidade de melhora ou de deterioração da situação no futuro.

Mesmo se supusermos que as condições podem estar totalmente equilibradas, ou se imaginarmos que um conhecimento insuficiente das condições mútuas dê aos comandantes a impressão de que esta igualdade existe, as diferenças existentes entre os seus propósitos políticos ainda eliminará a possibilidade de uma paralisação das atividades. Politicamente, só um pode ser o agressor. Não pode haver uma guerra se os dois lados procurarem se defender. O agressor possui um propósito ofensivo, enquanto que o do defensor é meramente defensivo. Uma ação ofensiva é portanto característica do primeiro, uma vez que ela é o único meio através do qual ele pode atingir os seus fins. Consequentemente, quando as condições forem iguais para os dois lados, o atacante deve agir, uma vez que o propósito ofensivo é seu.

Vista deste modo, a interrupção do combate na guerra é de certo modo uma contradição. Como dois elementos incompatíveis, os exércitos devem continuamente destruir-se um ao outro. Como o fogo e a água eles nunca se encontram num estado de equilíbrio, mas continuam interagindo até que um deles

[1] Sic. Este ponto não é analisado no Capítulo Cinco do Livro Dois, mas no Capítulo Um do Livro Um. Eds.

tenha desaparecido completamente. Imaginem um par de lutadores imobilizados e inertes durante horas
a fio! Em outras palavras, a ação militar deve seguir o seu curso regularmente, como um relógio ao qual foi dada corda. Mas não importa o quanto seja feroz a natureza da guerra, ela é restringida pela fraqueza humana, e ninguém se surpreenderá ante a contradição de que o homem procura e cria exatamente o perigo que teme.

A história da guerra nos mostra com tanta freqüência exatamente o oposto de um incessante avanço em direção à meta, que se torna evidente que a *imobilidade* e a *inatividade* são a *condição* normal dos exércitos em guerra, e que *o combate é a exceção*. Isto quase que nos faz duvidar da exatidão da nossa afirmativa. Mas se este é o tema principal de uma grande parte da história militar, as séries mais recentes de guerras comprovam a afirmativa. A sua validade foi demonstrada e a sua necessidade foi provada de maneira claríssima pelas guerras revolucionárias. Naquelas guerras, e ainda mais nas campanhas de Bonaparte, a guerra atingiu o grau ilimitado de energia que consideramos ser a sua regra fundamental. Vemos que é possível chegar a este grau de energia e, se é possível é necessário.

Como poderíamos, de fato, defender sensatamente o dispêndio de tanto esforço na guerra, a menos que pretenda-se recorrer ao combate. Um padeiro só acende o seu forno quando está disposto a fazer pão. Os cavalos só são atrelados a uma carruagem quando pretendemos dirigí-la. Porque deveríamos realizar os enormes esforços inerentes à guerra se o nosso propósito fosse apenas provocar um esforço semelhante por parte do inimigo?

Isto é o suficiente para justificar o princípio geral. Falemos agora das suas modificações, na medida em que elas provém da natureza da questão e não dependem de circunstâncias isoladas.

Observemos agora três fatores determinantes que atuam como contrapesos básicos e impedem que o mecanismo do relógio pare rapidamente ou sem interrupção.

O primeiro destes fatores, que cria uma tendência permanente no sentido de retardar as coisas, tornando-se assim uma influência retardadora, é o medo e a indecisão inatas da mente humana. É um tipo de força da gravidade moral, que trabalha, entretanto, através da repulsão e não da atração. Isto é, a aversão ao perigo e à responsabilidade.

No clima feroz da guerra, os temperamentos normais tendem a agir mais lentamente. É necessário que haja estímulos mais fortes e mais freqüentes para assegurar que o ímpeto seja mantido. Compreender porque a guerra está sendo travada raramente é suficiente por si só para superar esta lentidão. A menos que no comando esteja um espírito marcial arrojado, um homem que sinta-se perfeitamente à vontade na guerra, como um peixe na água, ou a menos que grandes responsabilidades exerçam uma pressão, a inatividade será a regra e o avanço a exceção.

A segunda causa é a imperfeição da percepção e do critério humanos, que é mais acentuada na guerra do que em qualquer outro lugar. Mal conhecemos com precisão a nossa própria situação em qualquer momento específico, enquanto que a do inimigo, que é oculta de nós, deve ser deduzida a

partir de muito poucos indícios. Consequentemente, ocorre frequentemente que os dois lados vêm uma vantagem no mesmo objetivo, muito embora ele seja de fato mais interessante apenas para um deles. Cada um deles pode, portanto, pensar que é mais sensato aguardar um momento melhor, como já expliquei no Capítulo Cinco do Livro Dois.[2]

O terceiro fator determinante, que age como uma roda de catraca interrompendo completamente os trabalhos ocasionalmente, é o maior trunfo da defensiva. A pode não se sentir suficientemente forte para atacar B, o que não significa, entretanto, que B seja suficientemente forte para atacar A. A força adicional da defensiva não só é perdida quando é adotada a ofensiva, como é transferida para o oponente. Expressa em termos algébricos, a diferença entre A + B e A - B é igual a 2B. Ocorre portanto, que os dois lados ao mesmo tempo, não só se sentem fracos demais para uma ofensiva, como estão realmente fracos demais.

Assim, no meio do conflito propriamente dito, a preocupação, a prudência e o temor de assumir riscos excessivos encontra motivos para fazer valer os seus direitos e suavizar a poderosa fúria da guerra.

Mas estes fatores determinantes dificilmente explicam adequadamente os longos períodos de inatividade que ocorreram nas guerras anteriores, nas quais nenhuma questão vital estava em jogo, e nas quais nove décimos do tempo que as tropas passaram em armas foi ocupado pela ociosidade. Como foi afirmado no capítulo relativo aos Propósitos e Meios da Guerra, este fenômeno é devido principalmente à influência que as exigências de um dos beligerantes, e as condições e o estado de espírito do outro, exercem sobre a condução da guerra.

Estes fatores podem tornar-se tão poderosos que reduzem a guerra a algo maçante e sem entusiasmo. Muitas vezes a guerra nada mais é do que uma neutralidade armada, uma atitude ameaçadora destinada a apoiar as negociações, uma tênue tentativa de obter alguma pequena vantagem antes de acomodar-se e deixar que as coisas sigam o seu caminho, ou a desagradável obrigação imposta

[2] Sic. Ver a nota anterior acima. Eds.

por uma aliança, a ser cumprida com o menor esforço possível.

Nestes casos, onde estímulo do interesse é insignificante e onde existe uma reduzida disposição hostil, onde nem queremos causar muitos danos ao inimigo, nem temos muitos motivos para temê-lo, em suma, onde nenhum motivo pressiona e estimula a ação, os governos não desejarão arriscar muito.

Isto explica a dócil condução desses conflitos, nos quais o espírito hostil da verdadeira guerra foi mantido sob controle.

Quanto mais estes fatores transformarem a guerra em algo frio, menos sólidas serão as bases disponíveis à teoria. O que é importante tornar-se-á mais raro e as casualidades multiplicar-se-ão.

Apesar disto, até mesmo este tipo de conflito dá oportunidade à inteligência. Uma oportunidade possivelmente ainda mais ampla e mais variada. Jogar por apostas elevadas parece ter se transformado em pechinchar por uns trocados. Neste tipo de guerra, onde a ação militar é restrita a floreios insignificantes para passar o tempo, a escaramuças que são meio sérias e meio pilhérias, a ordens extensas que nada acrescentam, a posições e marchas que em retrospecto são descritas como científicas, simplesmente porque o seu minúsculo motivo srcinal foi esquecido e o bom senso não pode fazer nada com elas - neste tipo de conflito muitos teóricos vêm a real, a autêntica arte da guerra. Nestas esquivas, aparadas de golpes e estocadas curtas das guerras anteriores eles encontram o verdadeiro propósito de todas as teorias e o triunfo da mente sobre a matéria. As guerras mais recentes lhes parecem com brigas rudes, que nada podem ensinar e que devem ser consideradas como uma volta ao barbarismo. Esta visão é tão tacanha quanto o seu tema. Na ausência de grandes forças e de grandes paixões, é realmente mais fácil para a criatividade agir, mas orientar grandes forças, navegar através de tempestades e de vagas encapeladas não é um exercício maior de inteligência? Aquele outro, um tipo formalizado de esgrima, certamente está incluído e implícito no modo mais vigoroso de conduzir uma guerra. Um tem a mesma relação com o outro que os movimentos de um navio têm com o seu avanço. Só pode ser realizado enquanto for tacitamente subentendido que o oponente fará o mesmo. Mas será possível saber até quando esta condição será observada? A Revolução Francesa surpreendeu-nos na falsa segurança dos nossos antigos conhecimentos e levou-nos de Chalons para Moscou. De maneira igualmente súbita, Frederico o Grande surpreendeu os austríacos na tranqüilidade das suas maneiras antiquadas de travar guerras e abalou as bases da sua monarquia. Pobre do governo que, confiando em políticas indiferentes e numa política militar restrita, enfrentar um inimigo que, como os elementos indomáveis, não conhece qualquer outra lei a não ser a sua própria força. Qualquer falta de ação e de esforço se transformará em vantagem para o inimigo, e não será fácil passar de uma posição de esgrimista para a de lutador. Muitas vezes um único golpe pode ser suficiente para provocar um desmoronamento total.

Todas estas razões explicam porque o combate não é contínuo na guerra, mas sim espasmódico. Choques violentos são interrompidos por períodos de observação, durante os quais os dois lados ficam

na defensiva. Mas normalmente um dos lados está mais fortemente motivado, o que tende a afetar o seu comportamento. O elemento ofensivo predominará e normalmente manterá a continuidade do combate.

CAPÍTULO DEZESSETE

As Características da Guerra Contemporânea

Todo planejamento, principalmente o estratégico, deve ter atenção às características da guerra contemporânea.

A audácia e a sorte de Bonaparte puseram de lado as antigas práticas aceitas. Grandes nações foram despedaçadas praticamente com um único golpe. A obstinada resistência dos espanhóis, prejudicada como foi pela fragilidade e pela inadequabilidade nos detalhes, revelou o que pode ser realizado armando-se um povo e através da insurreição. A campanha russa de 1812 demonstrou em primeiro lugar que um país daquele tamanho não poderia ser conquistado (o que bem poderia ter sido previsto)[1] e, em segundo lugar, que a perspectiva de eventuais êxitos nem sempre diminui proporcionalmente ao número de batalhas perdidas, de capitais tomadas e de províncias ocupadas, o que era algo que os diplomatas costumavam considerar como sendo um dogma e que fazia com que eles estivessem sempre dispostos a concluir uma paz, por pior que fosse. Pelo contrário, os russos nos mostraram que muitas vezes conseguimos obter uma maior força no coração do nosso próprio país quando a ofensiva do poder inimigo chega ao fim e a defensiva pode então passar com uma tremenda energia para a ofensiva. A Prússia nos ensinou em 1813 que um trabalho rápido pode aumentar seis vezes o poderio de um exército se empregarmos uma milícia e, o que é mais importante, que a milícia pode lutar tão bem em países estrangeiros como no seu próprio. Todos estes casos nos mostram que enorme contribuição a coragem e o temperamento de uma nação podem dar ao conjunto total das suas políticas, ao potencial de guerra e ao seu poder combatente. Agora que os governos tornaram-se conscientes destes recursos, não podemos esperar que eles continuem sem ser utilizados no futuro, seja a guerra travada em defesa própria ou para satisfazer uma profunda ambição.

Obviamente, as guerras travadas pelos dois lados como toda a amplitude do seu poderio nacional devem ser conduzidas com base em princípios diferentes daqueles que regiam as guerras em que a política baseava-se na comparação entre o tamanho dos exércitos regulares. Naqueles dias, os exércitos regulares pareciam-se com marinhas e comportavam-se como elas em suas relações com o país e

[1] O próprio Clausewitz havia previsto em 1804 que se Napoleão algum dia invadisse a Rússia seria derrotado. *Clausewitz e o Estado*, de P. Paret (Nova York, 1976), pag. 224. Eds.

com as suas instituições. O combate em terra tinha, portanto, algo em comum com as táticas navais, um atributo que agora desapareceu completamente.

CAPÍTULO DEZOITO

Tensão e Inatividade

LIVRO TRÊS

A LEI DINÂMICA NA GUERRA

O décimo sexto capítulo deste livro afirmou que na maioria das campanhas os períodos de inação e de repouso foram mais longos do que os períodos de combate. Muito embora a guerra moderna tenha características totalmente diferentes, como foi salientado no capítulo anterior, continua sendo verdade que os períodos de guerra ativa serão sempre intercalados por maiores ou menores períodos de inatividade. Devemos fazer agora um exame mais detalhado da natureza destas duas fases da guerra.

Quando um combate é interrompido, em outras palavras, quando nenhum dos lados possui um propósito ofensivo, o resultado é uma situação de inatividade e de equilíbrio. Equilíbrio, naturalmente, no seu sentido mais amplo, abrangendo não só as forças físicas e psicológicas como também todas as circunstâncias e motivos. Logo que um dos lados adotar um propósito novo e ofensivo e começar a procurar atingí-lo, mesmo que seja através de tentativas, e logo que o oponente resistir, a tensão das forças crescerá. Esta tensão durará até que a questão imediata tenha sido decidida. Ou um dos lados desiste do seu propósito ou o outro o concede.

Esta decisão, que provém sempre dos resultados de uma associação das ações que foram realizadas pelos dois lados, é seguida por um movimento num sentido ou no outro.

Quanto este movimento tiver perdido o seu ímpeto, seja através das dificuldades que tenha encontrado, tais como as fricções que são inerentes a qualquer ação, seja através de forças oponentes, ou volta a ocorrer a inatividade ou tem início um novo ciclo de tensão e de decisões, seguido por um novo movimento - normalmente no sentido oposto.

Esta distinção teórica entre equilíbrio, tensão e movimento tem uma aplicação prática maior do que possa parecer à primeira vista.

Uma situação de inatividade e de equilíbrio pode conter uma boa quantidade de atividade, quer dizer, do tipo de atividade proveniente de causas eventuais e não destinadas a levar a grandes mudanças. Podem ocorrer engajamentos importantes, até mesmo batalhas de grande vulto, mas estas ações ainda serão de uma natureza diferente e, portanto, normalmente apresentarão resultados diferentes.

Numa situação de tensão, uma decisão sempre terá um efeito maior, em parte porque estão envolvidas uma maior força de vontade e uma maior pressão das circunstâncias, e em parte porque tudo já está preparado para um combate de grande vulto. Nesta situação, o efeito assemelha-se à explosão de

uma mina cuidadosamente vedada, enquanto que um acontecimento de iguais proporções que ocorra durante um período de inatividade assemelha-se mais à queima de pólvora ao ar livre.

A situação de tensão é obviamente uma questão de gradação. É possível haver diversas gradações, à medida em que ela se aproxima da situação de inatividade, estando a última etapa tão próxima dela que fica difícil distinguir uma situação da outra.

A lição mais importante extraída destas observações é que qualquer medida tomada numa situação de tensão será mais importante e apresentará maiores resultados do que se tivesse sido tomada numa situação de equilíbrio. Em momentos de tensão máxima, esta importância aumentará até atingir um grau infinito.

O bombardeio de Valmy teve um efeito mais decisivo do que a batalha de Hochkirch. Se o inimigo abandonar o território porque é incapaz de defendê-lo, podemos utilizar este território de uma maneira diferente do que se a sua retirada fosse realizada com a intenção de lutar sob condições mais favoráveis. Uma posição mal escolhida, ou um único movimento mal calculado feito por nós durante o andamento de um ataque estratégico desferido pelo inimigo, pode ter resultados fatais, enquanto que numa situação de equilíbrio estes erros teriam que ser realmente evidentes para despertar qualquer reação do inimigo.

Como já mencionamos, muitas guerras anteriores foram travadas em grande parte nesta situação de equilíbrio, ou pelo menos as tensões reveladas foram tão limitadas, tão pouco freqüentes e tão fracas que os combates que ocorreram durante estes períodos raramente foram seguidos de resultados importantes. Em vez disto, uma batalha podia ser travada para comemorar o aniversário de um rei (Hochkirch), para satisfazer a honra militar (Kunesdorf) ou a vaidade de um comandante (Freiberg).

Na nossa opinião é essencial que um comandante reconheça estas circunstâncias e aja de acordo com o seu espírito. A experiência da campanha de 1806 revelou até que ponto esta faculdade pode faltar de vez em quando. Durante aquele período de enorme tensão, os acontecimentos estavam pressionando no sentido de uma grande decisão que, devido a todas as suas conseqüências, tinha que absorver toda a atenção do comandante. Apesar disto, naquele exato momento, eram sugeridos planos, e até mesmo parcialmente executados, como o reconhecimento em Francônia, que numa situação de equilíbrio poderiam ter causado no máximo um ligeiro tremor. Mas aqueles esquemas e idéias que exigiam muito tempo dissiparam a atividade e a energia que deveriam ter sido empregadas em medidas realmente urgentes, que por si sós teriam resolvido a questão.

A distinção que fizemos também é necessária para o futuro desenvolvimento da nossa teoria. Tudo que temos a dizer sobre a relação existente entre o ataque e a defesa, e sobre a maneira pela qual esta polaridade se desenvolve, refere-se à situação de crise em que as forças se encontram durante os períodos de tensão e de movimento. Ao contrário, toda a atividade que ocorre durante uma situação de equilíbrio será vista e tratada como um mero corolário. A situação de crise é a verdadeira guerra. O equilíbrio nada mais é do que o seu reflexo.

LIVRO QUATRO

O Engajamento

CAPÍTULO UM

Introdução

No último livro examinamos os fatores que podem ser chamados de elementos operativos da guerra. Voltamo-nos agora para a atividade militar essencial, o combate, que através dos seus efeitos materiais e psicológicos resume, de forma simples ou complexa, o propósito da guerra. Os elementos operativos devem estar contidos, portanto, nesta atividade e em seus efeitos.

A estrutura do engajamento é tática. Um exame amplo nos familiarizará com o seu aspecto geral. Todo engajamento possui um propósito específico que lhe dá suas características peculiares, e estes propósitos especiais serão examinados mais tarde. Comparadas com as características gerais do combate, as peculiaridades tendem a ser relativamente sem importância, resultando disto que a maioria dos engajamentos é muito parecida. Em vez de temos que fazer referência repetidamente a estas características comuns, pretendemos tratar logo delas, antes de falar sobre as suas aplicações especiais.

No próximo capítulo apresentaremos primeiro uma breve descrição do desenvolvimento tático de uma batalha nos dias de hoje, uma vez que ela é a base do nosso conceito de combate.

CAPÍTULO DOIS

A Natureza da Batalha nos Dias de Hoje

Se as nossas premissas com relação à tática e à estratégia estiverem corretas, será evidente que uma mudança na natureza da tática automaticamente se refletirá na estratégia. Se os fenômenos táticos são completamente diferentes de um caso para outro, os estratégicos também devem ser para que permaneçam coerentes e racionais. É importante, portanto, descrever uma batalha de grande vulto na sua forma atual, antes de analisar o seu emprego estratégico.

O que ocorre normalmente numa grande batalha hoje em dia? As tropas deslocam-se calmamente para as suas posições, com grandes quantidades de soldados distribuídos em linha e em profundidade. Só uma parte relativamente pequena está envolvida e é autorizada a realizar um combate com armas de fogo durante diversas horas, interrompido de vez em quando por pequenos golpes - investidas, ataques a baioneta e de cavalaria - que fazem com que o combate oscile de um certo modo para um lado e para o outro. Gradualmente as unidades envolvidas são destruídas e, quando não sobra mais nada além de cinzas, são retiradas e outras tomam o seu lugar.

Assim, a batalha arde lentamente sem chama, como pólvora úmida. A escuridão faz com que ela cesse: ninguém pode ver e ninguém deseja ficar por conta do acaso. Chegou o momento de estimar a quantidade de tropas em condições de serem utilizadas que sobraram de cada lado - soldados, isto é, que ainda não estão desgastados como vulcões extintos. Estimamos a extensão do território que foi conquistado ou perdido, bem como o grau de segurança existente em nossa retaguarda. Os resultados, juntamente com as impressões pessoais de coragem e de covardia, de inteligência e de estupidez, que pensamos ter observado nas nossas próprias tropas e nas do inimigo, são então reunidas numa impressão geral na qual se baseia a decisão: seja no sentido de abandonar o campo de batalha ou de recomeçar o combate pela manhã.

Esta descrição não tem a pretensão apresentar uma imagem completa de uma batalha moderna - pretende simplesmente transmitir uma impressão geral. Ela se aplica igualmente ao atacante e ao defensor. Aspectos específicos, como um determinado objetivo ou a natureza do terreno, podem ser acrescentados sem alterar a impressão geral.

Mas não é por acaso que as batalhas atuais devam ser assim. Os exércitos atuais criaram organizações militares e métodos quase idênticos. O próprio elemento da guerra, instigado por

poderosos interesses nacionais, tornou-se predominante e está seguindo o seu curso natural. As características das batalhas não mudarão enquanto estas duas condições forem válidas.

Esta imagem geral da batalha moderna será útil mais tarde, quando tivermos que determinar o valor de diversos fatores, tais como o poderio, o terreno e assim por diante. A descrição só é válida para engajamentos gerais, grandes e decisivos, e para aqueles que aproximam-se deles. Os de menor importância mudaram da mesma maneira, mas não com a mesma intensidade. A prova disto será encontrada na tática, mas teremos outras oportunidades para acrescentar outros detalhes que tornarão isto mais claro.

CAPÍTULO TRÊS

LIVRO QUATRO

O Engajamento em Geral

O combate é a principal ação militar. Todas as outras atividades simplesmente o apoiam. Consequentemente, a sua natureza necessita ser examinada mais detalhadamente.

Engajamentos significam combate. O propósito do combate é a destruição ou a derrota do inimigo. No engajamento isolado o inimigo é simplesmente a força combatente oponente.

Este é o conceito simples e voltaremos a ele. Mas devemos apresentar primeiro algumas outras considerações.

Se imaginarmos um Estado com as suas forças combatentes como sendo uma coisa só, uma guerra tenderá naturalmente a ser vista em termos de um único grande engajamento. Nas condições primitivas dos povos selvagens isto de uma maneira geral é verdadeiro. Mas as nossas guerras atuais consistem num grande número de engajamentos, grandes ou pequenos, simultâneos ou consecutivos, e esta fragmentação da atividade em tantas ações independentes é o resultado de uma grande variedade de situações das quais advém as guerras atuais.

Nem mesmo o propósito máximo da guerra atual, o propósito político, pode ser visto sempre como sendo uma única questão. Mesmo se fosse, a ação está sujeita a uma tal profusão de condições e de considerações que o propósito não pode mais ser atingido através de um único e terrível ato de guerra. Em vez disto, ele deve ser atingido através de um número de combates mais ou menos importantes, todos reunidos num todo. Cada um desses combates isolados tem um propósito específico relacionado com o todo.

Já dissemos que o conceito do engajamento está na srcem de toda ação estratégica, uma vez que a estratégia é o uso da força, cuja essência por sua vez é o engajamento. Assim, no campo da estratégia podemos restringir toda a atividade militar ao conceito unitário do engajamento único e nos preocuparmos exclusivamente com os seus propósitos. Ainda viremos a identificar esses propósitos à medida em que analisarmos as circunstâncias que lhes dão srcem no engajamento. Aqui é suficiente dizer que todo engajamento, grande ou pequeno, possui o seu propósito específico, que está subordinado ao geral. Sendo assim, a destruição e a dominação do inimigo devem ser vistas simplesmente como um meio para atingir o fim geral, o que evidentemente são.

Mas esta conclusão só é verdadeira num sentido formal, e só é importante devido à ligação existente entre estes diversos conceitos. Só trouxemos à baila esta ligação para afastá-la do caminho.

O que queremos dizer com derrota do inimigo? Simplesmente a destruição das suas forças, seja através da morte, de ferimentos ou de quaisquer outros meios - completamente ou o suficiente para fazer com que ele pare de lutar. Deixando de lado todos os propósitos específicos de qualquer engajamento em particular, a destruição completa ou parcial do inimigo deve ser vista como sendo o único propósito de todos os engajamentos.

Insistimos em dizer que na maioria dos casos, e principalmente nos combates de vulto, o propósito específico, que tanto distingue o combate da guerra como um todo como vincula-o a ela, é apenas uma ligeira modificação do propósito geral da guerra, ou um propósito secundário ligado a ele. É importante dar ao combate apenas o ser caráter específico, mas atribuindo a ele um peso menor, comparado ao do propósito geral. Se só for atingido o propósito secundário, só uma parte sem importância do propósito final terá sido atingida. Se estivermos certos, então a noção segundo a qual a destruição das forças inimigas é o único meio, enquanto que os fins fatalmente serão bem diferentes, só é verdadeiro de uma maneira geral. Chegaríamos a conclusões equivocadas, a menos que tenhamos em mente que a própria destruição das forças do inimigo também faz parte do propósito final. Este propósito é apenas uma ligeira modificação do propósito destruidor.

Ignorar este pormenor levou a idéias completamente equivocadas antes das últimas guerras, criando modas e sistemas fragmentários através dos quais a teoria foi alçada bem acima da prática usual. Mais ainda, uma vez que a teoria atribuía uma menor importância ao uso do verdadeiro instrumento - a destruição das forças do inimigo.

Nenhum sistema destes poderia, evidentemente, ter sido concebido sem outras suposições errôneas, e sem substituir o conceito de destruição das forças do inimigo por idéias equivocadamente consideradas eficazes. Apontaremos estas idéias à medida em que forem surgindo as oportunidades, mas não podemos tratar do engajamento sem reafirmar a sua importância e o seu verdadeiro valor, e sem lembrar os erros a que pode levar uma visão rigorosamente formal

Como iremos provar que normalmente, e em todos os casos mais importantes, a destruição das forças do inimigo deve ser o propósito principal? Como iremos contrapor-nos à teoria altamente sofisticada que supõe ser possível que um método especialmente criativo de infligir pequenos danos diretos às forças do inimigo leve a uma grande destruição indireta, ou que pretende provocar, por meio de golpes limitados mas habilmente aplicados, uma tal paralisia das forças do inimigo e um tal controle da sua força de vontade que venha a se constituir num significativo atalho para a vitória?

Evidentemente, um engajamento num ponto pode ser mais valioso do que em outro. Existe evidentemente na estratégia uma esmerada atribuição de prioridade aos engajamentos. Na realidade é nisto que consiste a estratégia, e não desejamos negá-lo. Afirmamos, entretanto, que a aniquilação direta das forças do inimigo deve ser sempre a *consideração primordial*. Queremos simplesmente demonstrar esta predominância do princípio destruidor.

Devemos repetir que o tema que nos interessa aqui é a estratégia, e não a tática. Não estamos analisando portanto os meios táticos empregados para destruir o máximo da força inimiga com o mínimo de esforço. Por destruição direta referimo-nos ao êxito tático. Afirmamos, portanto, que somente os grandes êxitos táticos podem levar a grandes êxitos estratégicos ou, como já dissemos mais especificamente, os êxitos *táticos* são de *importância primordial* na guerra.

A prova da nossa afirmativa é bastante simples. Pode ser encontrada no tempo despendido nas operações complexas. A questão de saber se um ataque simples ou um mais complexo será o mais eficaz, certamente será respondida à favor do último se considerarmos que o inimigo é passivo. Mas toda operação complexa leva tempo, e este tempo deve estar disponível sem que um contra-ataque a uma das partes da operação interfira no andamento do todo. Se o inimigo se decidir por um ataque simples, um ataque que seja desferido rapidamente, ele levará vantagem e arruinará o plano global. Assim, na avaliação de um ataque complexo todo risco que possa ser corrido durante as suas etapas preparatórias deve ser pesado. O esquema só deve ser adotado se não houver o perigo de que o inimigo possa arruiná-lo através de uma ação mais rápida. Sempre que isto for possível devemos escolher o caminho mais curto. Devemos simplificá-lo mais, até onde as características e a situação do inimigo, bem como quaisquer outras circunstâncias, tornarem necessário. Se abandonarmos as tênues impressões de conceitos abstratos e as trocarmos pela realidade, veremos que um adversário ativo, corajoso e decidido não dará tempo para esquemas complexos de longo alcance, mas que é justamente o inimigo contra quem mais precisamos destas qualidades. Parece-nos que esta é uma prova suficiente da *superioridade* do simples e direto sobre o complexo.

Isto não significa que o ataque simples seja o melhor. Significa mais exatamente que não devemos dar um balanço mais amplo do que o espaço permite. A probabilidade de um confronto direto aumenta com a agressividade do inimigo. Assim, em vez de tentar sobrepujar o inimigo com esquemas complicados, devemos, pelo contrário, tentar sobrepujá-lo pela simplicidade.

As pedras fundamentais destes opostos são, para um a inteligência, para o outro a coragem. Alguém pode ser tentado a acreditar que uma coragem moderada associada a uma grande inteligência seja mais eficaz do que uma inteligência moderada e uma grande coragem. Mas, a menos que partamos do princípio de que estes fatores sejam exageradamente desproporcionais, ninguém tem o direito de considerar a inteligência superior à coragem num campo cujo verdadeiro nome é perigo - um campo que deve ser visto como o próprio reino da coragem.

Após esta argumentação abstrata, queremos acrescentar que a experiência, longe de levar a uma conclusão diferente, é a verdadeira srcem da nossa convicção e está na raiz desta linha de raciocínio.

Se lermos a história com a mente aberta, não poderemos deixar de concluir que, dentre todas as virtudes militares, *a condução vigorosa da guerra* sempre contribuiu muitíssimo para a glória e para o êxito.

Mostraremos mais tarde como devemos aplicar o princípio de que a destruição das forças inimigas deve ser considerado o propósito primordial, não apenas na guerra de um modo geral, como em cada engajamento e em todas as diferentes condições exigidas pelas circunstâncias das quais srcinou-se a guerra. No momento estivemos simplesmente interessados em estabelecer a sua importância global e podemos voltar agora ao engajamento.

CAPÍTULO QUATRO

O Engajamento em Geral - Continuação

Definimos no capítulo anterior o propósito do engajamento como sendo a destruição do inimigo. Tentamos provar que isto é verdadeiro na maioria dos casos e em grandes combates, uma vez que a destruição das forças do inimigo deve ser sempre a consideração predominante na guerra. Outros propósitos que possam ser acrescentados, e que de alguma maneira possam até predominar, serão examinados no próximo capítulo e descobriremos mais sobre eles. Por enquanto, devemos ignorá-los e tratar apenas da destruição do inimigo como sendo um propósito totalmente adequado para o engajamento isolado.

O que queremos dizer com "destruição das forças do inimigo"? Uma redução da sua força relativamente maior do que a sofrida por nós. Perdas absolutas iguais significarão, evidentemente, perdas relativas menores para o lado que tiver superioridade numérica e pode ser considerada, portanto, uma vantagem. Mas tendo despido o engajamento de todos os seus outros propósitos, devemos excluir também o de utilizá-lo para produzir indiretamente uma destruição maior das forças inimigas. Consequentemente, somente a vantagem direta obtida no processo de destruição mútua pode ser considerada como tendo sido o propósito. Esta vantagem é absoluta: permanece fixa ao longo de todo o balanço da campanha e no fim revela-se sempre um ganho absoluto. Qualquer outro tipo de vitória sobre o inimigo, ou teria as suas bases em outros propósitos que não estamos analisando aqui, ou renderia apenas uma vantagem temporária e relativa. Um exemplo esclarecerá isto.

Se através de uma hábil disposição das forças pudermos colocar o inimigo numa tal desvantagem que ele não possa continuar lutando sem correr riscos e se, após alguma resistência, ele se retirar, podemos dizer que naquele momento o derrotamos. Mas se tivermos perdido proporcionalmente tantos homens quanto ele durante o processo, no balanço final da campanha não aparecerá qualquer vestígio desta assim chamada vitória. Obter o melhor do inimigo - isto é, colocá-lo numa posição em que ele tenha que desistir do engajamento - não pode por si só ser considerado um propósito e, por este motivo, não pode ser incluído na definição do propósito. Nada permanece a não ser portanto a vantagem obtida no processo de destruição. Esta vantagem não compreende meramente as baixas infligidas durante o combate, mas também as que ocorrerem como um resultado direto da sua retirada.

É uma experiência bem conhecida que as baixas sofridas pelo vencedor ao longo de um engajamento apresentem uma pequena diferença em relação às do vencido. Frequentemente não existe

qualquer diferença e algumas vezes ocorre o inverso. As perdas realmente incapacitantes, aquelas que o derrotado não compartilha com o vitorioso, só têm início com a sua retirada. Os frágeis remanescentes de batalhões severamente abalados são interceptados pela cavalaria. Homens exaustos caem pela beira da estrada. Canhões e carros de munição danificados são abandonados, enquanto que outros são incapazes de avançar com uma velocidade suficiente em estradas em más condições e são tomados pela cavalaria do inimigo. Pequenos destacamentos perdem-se durante a noite e caem indefesos nas mãos do inimigo. Assim, normalmente uma vitória só começa a ganhar corpo após a questão já ter sido decidida. Isto seria um paradoxo, se não fosse solucionado da seguinte maneira.

As baixas físicas não são as únicas perdas sofridas pelos dois lados ao longo de um engajamento: a sua força moral também é abalada, esmagada e destruída. Ao decidir se deve continuar o engajamento ou não, não basta levar em consideração a perda de homens, cavalos e canhões. Temos que avaliar a perda de organização, de coragem, de confiança, de coesão e de planejamento. A decisão baseia-se principalmente no estado do moral que, nos casos em que o vitorioso perdeu tanto quanto o derrotado, tem sido sempre o único fator decisivo.

De qualquer modo, é difícil avaliar o índice de perdas físicas sofridas por qualquer lado ao longo de um engajamento, mas isto não se aplica à perda do moral. Existem dois principais indicadores disto. Um é a perda do terreno no qual se lutou. O outro é a superioridade das reservas inimigas. Quanto mais rapidamente as nossas próprias reservas tiverem sido reduzidas em relação às do inimigo, mais difícil será manter o equilíbrio. Só isto já é uma prova palpável da superioridade do moral do inimigo, e raramente deixa de causar alguma amargura num General - uma certa perda de respeito pelas forças que ele comanda. Mas o detalhe mais importante é que os soldados, após combaterem por algum tempo, estão propensos a ser como cinzas queimadas. Eles esgotaram a sua munição, o número deles foi reduzido, sua força e o seu moral foram exauridos e possivelmente a sua coragem também tenha desaparecido. Como um conjunto orgânico, independentemente da sua perda em números, eles estão longe de ser o que eram antes do combate e, assim, a quantidade de reserva despendida é uma medida precisa da perda do moral.

De uma maneira geral, portanto, a perda de terreno e a falta de reservas descansadas são os dois motivos para a retirada. Poderá, entretanto, haver outros, que não desejamos excluir nem minimizar, relacionados com as partes ou com o plano global.

Todo engajamento é um teste sangrento e destruidor da força física e moral. Quem possuir a maior soma das duas no fim será o vencedor.

No engajamento, a perda do moral revelou-se o principal fator decisivo. Tendo sido definido o resultado, a perda continua a crescer, e só chega ao seu pico no fim do combate. Isto torna-se o meio de obter a margem de lucro na destruição das forças físicas do inimigo, que é o verdadeiro propósito do engajamento. Muitas vezes a perda de organização e de coesão torna até mesmo a resistência de unidades isoladas fatal para elas. O ímpeto do conjunto é quebrado. Não sobra nada da obsessão inicial pelo triunfo ou pelo desastre, que fez com que os homens ignorassem todos os riscos. Para a maioria deles o perigo não é mais um desafio à sua coragem, mas uma severa punição a ser suportada. Assim, a ferramenta é enfraquecida e perde o fio ao primeiro impacto da vitória do inimigo e não é mais adequada para opor-se ao perigo com o perigo.

Este é o momento para o vitorioso consolidar as suas vantagens obtidas através da destruição física - a única vantagem que será permanentemente sua. O moral do inimigo se recuperará gradualmente, a ordem será restabelecida, a sua coragem voltará e, na maioria dos casos, só restará uma pequena porção, se restar alguma, da superioridade arduamente conquistada. Em algumas situações, evidentemente raras, uma sede de vingança e um crescente ímpeto de animosidade podem até mesmo produzir o efeito oposto. Mas as vantagens obtidas através das baixas infligidas, dos mortos, dos feridos, dos prisioneiros e do material capturado, nunca poderão desaparecer do livro de contabilidade.

As perdas sofridas durante a batalha consistem principalmente em mortos e feridos. Após a batalha, normalmente são maiores em termos de canhões e de prisioneiros capturados. Enquanto as primeiras são compartilhadas mais ou menos igualmente pelo vencedor e pelo vencido, as últimas não. Por este motivo, normalmente só são encontradas num dos lados ou, de qualquer modo, em números significativos apenas num dos lados.

É por isto que os canhões e os prisioneiros sempre foram considerados os verdadeiros troféus da vitória. Eles constituem também a sua medida, porque são uma prova evidente da sua dimensão. São um indicador melhor do grau de superioridade moral do que quaisquer outros fatores, mesmo quando os relacionamos com o número de baixas. E através disto, o fator relativo ao moral se faz sentir de uma outra maneira.

Salientamos que o moral destruído durante o engajamento e os momentos que seguem-se a ele é gradualmente recuperado, e muitas vezes não revela qualquer vestígio da sua desintegração. Embora seja isto o que ocorre com as partes menores do todo, ocorre também com os segmentos maiores. Pode até ocorrer com o exército inteiro, mas raramente, ou nunca, pode ser verdadeiro para o Estado e para o governo ao qual o exército serve. Neste nível as coisas são vistas de uma maneira mais objetiva e de um ponto de vista mais elevado. O grau da nossa própria fraqueza e inadequabilidade revela-se de uma maneira demasiadamente evidente na quantidade de troféus tomados pelo inimigo e por esta quantidade em relação às baixas sofridas.

Considerando tudo, a perda do equilíbrio moral não deve ser subestimada simplesmente porque não possui um valor absoluto e porque nem sempre aparece no balanço final. Ela pode atingir proporções tão vastas que supera tudo pela sua força irresistível. Por este motivo, pode tornar-se por si só uma finalidade essencial do combate, o que analisaremos num outro lugar. Aqui, temos ainda que analisar algumas das suas outras características básicas.

O efeito psicológico de uma vitória não cresce meramente em proporção à quantidade de forças militares envolvidas, mas o faz numa razão aceleradora. Isto porque a aumento não é simplesmente de tamanho, mas de intensidade. Numa divisão derrotada a ordem é facilmente restabelecida. Assim como o calor do corpo restabelece a circulação num membro entorpecido pelo frio, o espírito de uma divisão é rapidamente revivido pelo espírito do exército quando os dois se reúnem novamente. Assim, mesmo que os efeitos de uma pequena vitória não desapareçam totalmente, são parcialmente perdidos para o inimigo. Mas não é isto o que ocorre quando o próprio exército sofreu uma derrota desastrosa. Tudo desaba junto. Um grande incêndio é bem mais quente do que diversos pequenos.

Um outro fator a ser considerado ao verificar o valor psicológico de uma vitória é a proporção das forças que se opõem. Se uma pequena força derrota uma maior, o seu ganho não só é dobrado, como revela também uma maior margem de superioridade em geral, que o vencido sabe que terá que enfrentar muitas vezes. Na realidade, entretanto, este efeito *dificilmente é perceptível* neste caso. No momento da batalha, as informações sobre o poderio do inimigo normalmente são incertas e a avaliação do nosso normalmente não é realista. O lado mais forte simplesmente recusa-se a admitir a desproporção, ou pelo menos a subestimará e estará, portanto, mais protegido contra a desvantagem psicológica que isto provocaria. Os fatos reais, que foram ocultos por ignorância, por vaidade, ou até mesmo por uma prudência deliberada, só serão revelados muito mais tarde quando a história for escrita.

Naquela ocasião, a história provavelmente glorificará o exército e o seu comandante, mas a sua contribuição para o moral não será de qualquer ajuda numa situação que já passou há muito tempo.

Se os prisioneiros e canhões capturados são os objetivos através dos quais a vitória é principalmente personificada, a maneira pela qual ela verdadeiramente se torna clara, o engajamento, muito provavelmente será planejado para conquistá-los. Nisto, a destruição do inimigo, matando e ferindo, só aparece como sendo um meio.

A influência que esta escolha exerce sobre o emprego tático não diz respeito à estratégia. Ela afeta o engajamento, entretanto, quando importa em ameaçar a retaguarda do inimigo e em proteger a nossa. É disto que dependerá principalmente o número de prisioneiros e de canhões capturados, e medidas táticas não serão suficientes por si sós quando as circunstâncias estratégicas forem desfavoráveis.

O risco de ter que lutar em duas frentes, e o risco ainda maior de ver a sua retirada interceptada, tendem a paralisar o movimento e a capacidade de resistir e afeta assim o equilíbrio entre a vitória e a derrota. O que é mais importante: em caso da derrota eles aumentam as perdas e podem elevá-las ao seu limite extremo - à aniquilação. Uma ameaça à retaguarda pode, portanto, tornar uma derrota *mais provável*, bem como *mais decisiva.*

Disto surge então uma determinação instintiva na condução da guerra, e principalmente nos engajamentos, grandes e pequenos, para proteger a nossa retaguarda e obter o controle da do inimigo. O instinto provém do próprio conceito de vitória que, como já mostramos, é mais do que simplesmente matar.

Esta determinação constitui um *propósito imediato* da batalha e é universal. Não é concebível qualquer engajamento em que ele não acompanhe, numa das suas formas ou em ambas, a indisfarçável aplicação de força. Nem mesmo a menor das unidades atacará o inimigo sem pensar na sua linha de retirada e normalmente procurará também atacar a do inimigo.

Seria ir longe demais analisar quão facilmente uma situação complexa pode desviar este instinto do seu curso natural e quão frequentemente ele terá que render-se a considerações mais graves. Ficaremos satisfeitos em afirmar isto como sendo uma regra geral da natureza dos engajamentos. Ele deve ser considerado como sendo universalmente válido. A sua pressão natural é onipresente e torna-se, portanto, o ponto em torno do qual giram quase todas as medidas táticas e estratégicas.

Se, para concluir, considerarmos o conceito total de uma vitória, veremos que ele consiste em três elementos:

1. A maior perda de poderio material do inimigo
2. A sua perda do moral.
3. O seu reconhecimento explícito dos elementos acima, renunciando às suas intenções.

Em qualquer dos lados, nunca as informações relativas às baixas são precisas, raramente são verdadeiras e, na maioria dos casos, são deliberadamente falsificadas. Até mesmo o número de troféus é normalmente informado de uma maneira não confiável. Assim, quando não forem consideráveis, podem também deixar uma vitória em dúvida. Afora os troféus, não existe uma medida precisa da perda do moral. Consequentemente, em muitos casos o abandono dos restos do combate é a única prova autêntica da vitória. Quando alguém arria a sua bandeira, reconhece que estava errado e admite naquele momento que tanto o poder como o direito estão com o oponente. Esta vergonha e humilhação, que devem ser distinguidas de todas as outras consequências psicológicas da transformação do equilíbrio, são uma parte essencial da vitória. São o único elemento que afeta a opinião pública fora do exército, que impressiona o povo e o governo dos dois beligerantes e dos seus aliados. Certamente, abandonar uma intenção não é o mesmo que abandonar o campo de batalha, mesmo após um combate prolongado e obstinado. Um destacamento avançado pode retirar-se após uma resistência obstinada sem ser acusado de abandonar a sua tarefa. Até mesmo em engajamentos destinados a destruir o inimigo, nem sempre a retirada do campo de batalha indica que o propósito foi abandonado, como por exemplo nas retiradas planejadas nas quais se pretende disputar cada centímetro de terreno. Tudo isto será examinado mais tarde sob o tópico dos propósitos específicos dos engajamentos. No momento, desejamos apenas chamar a atenção para o fato de que na maioria dos casos é difícil distinguir entre o abandono de intenções e o abandono do campo de batalha. A impressão gerada pelo primeiro, tanto nos círculos militares como nos civis, não deve ser subestimada.

Para os Generais e para os exércitos sem uma reputação firmada, este é um aspecto difícil das operações que sob outros aspectos foram acertadas. Uma série de engajamentos seguidos de retiradas pode parecer uma série de reveses. Isto pode ser totalmente inverídico, mas pode causar uma impressão muito ruim. Não é possível para um General em retirada impedir este efeito moral tornando

conhecidas as suas verdadeiras intenções. Para fazer isto efetivamente teria que revelar o seu plano de ação global, e isto seria contrário aos seus principais interesses.

Para demonstrar a importância excepcional deste conceito de vitória, lembraríamos a batalha de Soor, na qual os troféus tomados foram insignificantes (alguns poucos milhares de prisioneiros e vinte canhões). Frederico o Grande proclamou a sua vitória permanecendo no campo de batalha por mais cinco dias, embora a sua retirada para a Silésia já houvesse sido decidida e fosse exigida pela situação geral. Como ele próprio disse, ele contava com o impacto psicológico da vitória para levá-lo mais perto da paz. Embora ainda fossem necessárias mais umas poucas vitórias (como os engajamentos de Katholisch-Hennesdorf na Lusácia e a batalha de Kesselsdorf) para estabelecer aquela paz, não se pode dizer que a batalha de Soor não teve qualquer efeito moral.

Se uma vitória tiver abalado fundamentalmente a confiança do oponente e aumentado assim o número de troféus a um grau fora do comum, então o engajamento perdido se transformará em derrota, numa escala não produzida por cada vitória. Como neste tipo de derrocada o moral do derrotado é afetado num grau muito maior e frequentemente o resultado é uma total incapacidade de oferecer resistência, e a ação consiste agora numa evasão - isto significa dizer, fuga.

Jena e Belle-Alliance[1] foram derrotas deste vulto. Borodino não.

Como a diferença é meramente uma questão de intensidade, seria pedante traçar uma linha arbitrária. Ainda assim, para que haja uma clara distinção entre as idéias teóricas, é essencial manter determinados conceitos como pontos focais. É de fato uma falha da nossa terminologia que, no caso de uma grande derrota, não tenhamos uma *única* palavra para designar a vitória que corresponda a ela ou, no caso de uma vitória de menor alcance, uma palavra para designar o grau correspondente de derrota.

[1] Waterloo. Eds.

CAPÍTULO CINCO

A Importância do Engajamento

Analisamos no capítulo anterior o engajamento em sua forma absoluta, como se fosse um microcosmo da guerra como um todo. Voltamo-nos agora para a relação que ele mantém, como uma parte que é, com as outras partes de um grande conjunto. Começamos investigando a real importância que pode ter um engajamento.

Como a guerra nada mais é do que uma destruição mútua, pareceria perfeitamente natural conceber, e possivelmente também seja de fato perfeitamente natural, que todas as forças de cada lado devessem unir-se numa grande massa, e que todo êxito consistisse numa grande arremetida feita por estas forças. Existe muito a ser dito com relação a esta idéia e, de um modo geral, seria salutar manter-nos fiéis a ela e, para começar, considerar os engajamentos menores como subprodutos necessários, como aparas de madeira. No entanto, a questão nunca é resolvida assim tão facilmente.

A multiplicação de engajamentos resulta obviamente da separação das forças, e trataremos, portanto, dos propósitos específicos de cada engajamento naquele contexto. Estes propósitos, e com eles toda a gama de engajamentos, podem ser classificados e um estudo dessas classificações ajudará a elucidar a nossa análise.

A destruição das forças do inimigo é evidentemente o propósito de todos os engajamentos. Mas outros propósitos podem perfeitamente estar vinculados a este e podem até predominar. Deve ser feita, portanto, uma distinção entre um caso em que a destruição das forças inimigas seja a principal consideração e um em que ela seja mais um meio de atingir um outro propósito. Fora a destruição das forças do inimigo, a conquista de uma localidade ou de um objetivo físico também pode ser um motivo comum para um engajamento, seja por si mesmo ou juntamente com outros motivos, e neste caso normalmente um deles predominará. As duas principais formas de guerra, ataque e defesa, que analisaremos brevemente, embora não afetem o primeiro destes propósitos, afetam os outros dois. Uma tabela mostraria o seguinte:

Engajamento Ofensivo	*Engajamento Defensivo*
1. Destruição das forças do inimigo	1. Destruição das forças do inimigo
2. Conquista de uma localidade	2. Defesa de uma localidade
3. Conquista de um objetivo	3. Defesa de um objetivo

Mas estes propósitos não abrangem todos os motivos para a realização do engajamento, se pensarmos no reconhecimento e nas demonstrações, nos quais obviamente nenhum dos propósitos acima adequa-se ao propósito da ação. Na realidade, deve ser admitida uma quarta categoria. Rigorosamente falando, reconhecimentos destinados a fazer com que o inimigo revele a sua localização, ataques simulados destinados a desgastá-lo, demonstrações feitas para mantê-lo fixo num local, ou para expulsá-lo para outro, são propósitos que só podem ser atingidos indiretamente e *sob o pretexto de um dos três propósitos acima mencionados* (normalmente o segundo), porque o inimigo que ele deseja reconhecer deve agir como se estivesse prestes a ser atacado, e derrotar ou expulsar as nossas forças, e assim por diante. Mas estes pretextos, não o verdadeiro propósito, que é o que nos interessa aqui. Aos três propósitos do atacante devemos acrescentar, portanto, um quarto: o de iludir o inimigo - em outras palavras, oferecer-lhe um falso combate. A própria natureza da questão torna evidente que este propósito só é concebível no contexto do ataque.

Por outro lado, devemos observar que a defesa de uma localidade pode ser de dois tipos: ou absoluta, se não quisermos de modo algum desistir da localidade, ou relativa, se ela só tiver que ser mantida por um certo tempo. As defesas deste último tipo repetem-se constantemente em engajamentos travados por destacamentos avançados e por guardas posicionados na retaguarda.

Provavelmente não há necessidade de ressaltar que os diferentes propósitos de um engajamento afetam os preparativos que são feitos para ele. Fazemos um plano para desalojar uma guarnição militar inimiga e outro para aniquilá-la. Um plano para manter uma localidade a qualquer custo e outro para simplesmente retardar o inimigo. No primeiro caso não existe muita necessidade de nos preocuparmos com a retirada. No último, a retirada é de fundamental importância, e assim por diante.

Estas reflexões pertencem ao tópico da tática, e são mencionados aqui apenas como exemplos. Como os diversos propósitos de um engajamento são vistos do ângulo estratégico será estudado nos capítulos que tratam deles. Por ora, nos restringimos a umas poucas observações de caráter geral.

Para começar, a importância relativa dos propósitos diminui a grosso modo na ordem apresentada na tabela acima. O primeiro deles deve sempre predominar numa batalha de vulto. Finalmente, os dois

últimos do engajamento defensivo são de um tipo que na realidade não produzem resultados: são totalmente defensivos e o seu valor só pode ser o valor indireto de fazer com que seja mais fácil alcançar algum propósito ofensivo em outro lugar. *Se engajamentos deste tipo tornarem-se demasiadamente freqüentes, isto evidentemente indicará uma situação estratégica desfavorável.*

CAPÍTULO SEIS

A Duração do Engajamento

Se passarmos de uma análise do engajamento propriamente dito para a sua relação com outros fatores da guerra, a sua duração adquirirá uma importância extraordinária.

Num certo sentido, a duração de um engajamento pode ser interpretada como sendo um êxito independente e secundário. A decisão nunca poderá ser obtida cedo demais para satisfazer o vencedor, nem ser retardada o suficiente para satisfazer o perdedor. Uma vitória é maior por ter sido conquistada rapidamente. A derrota é compensada por ter sido retardada por muito tempo.

Isto é verdadeiro de uma maneira geral. Pressupõe uma importância prática em engajamentos cujo propósito é uma ação retardadora.[1]

Neste caso, muitas vezes todo o êxito consiste em nada mais do que o tempo que dura a ação. É por isto que incluímos a duração no espectro dos elementos estratégicos.

A duração de um engajamento e as principais condições nas quais ele é travado estão necessariamente ligadas. Estas condições são o tamanho da força, o número de homens e a quantidade de material em relação ao oponente e as características do terreno. Vinte mil homens não se desgastarão uns aos outros tão rapidamente quanto dois mil. Não podemos resistir a um inimigo que tenha uma superioridade numérica de dois ou três para um, o mesmo tempo que resistimos a um que tenha o mesmo número de homens que nós. Um engajamento de cavalaria é decidido mais rapidamente do que um de infantaria e este, por sua vez, é decidido mas rapidamente do que um combate no qual esteja envolvida a artilharia. Não se pode avançar tão rapidamente em montanhas e em florestas como numa planície. Tudo isto é bastante óbvio.

Ocorre que, se o propósito do engajamento for na sua duração, o poderio, a composição e a disposição dos dois lados devem ser todos levados em consideração. Mas é menos importante enunciar esta regra do que mostrar a sua ligação com os seus principais resultados, que conhecemos através da experiência.

A resistência de uma divisão normal, constituída de oito a dez mil homens de todas as armas,

[1] *Relative Vertheidigung*, literalmente "defesa relativa", evidentemente significa aqui "ação retardadora". Eds.

mesmo se oferecida contra um inimigo significativamente superior e num terreno não muito favorável, dura diversas horas. Se o inimigo for apenas ligeiramente superior, se for de algum modo superior, pode durar meio dia. Um corpo de exército, constituído de três ou quatro divisões, pode

resistir o dobro deste tempo e um exército de oitenta a cem mil homens, três a quatro vezes mais. Durante este período de tempo, portanto, as forças podem ser deixadas por sua própria conta. E se neste período forem postas outras forças em ação, não será travado um segundo engajamento, mas a sua eficácia rapidamente funde-se ao êxito do engajamento srcinal, formando um único conjunto.

Retiramos estes números da experiência real. Devemos definir agora mais rigorosamente o momento da decisão e, consequentemente, do término do engajamento.

CAPÍTULO SETE

A Decisão do Engajamento

Nenhum engajamento é decidido num único momento, embora em cada um deles haja momentos cruciais que são primordialmente responsáveis pelo resultado final. A perda de um engajamento é como a inclinação gradual de uma balança para baixo. Mas cada engajamento atinge um ponto em que pode ser considerado como tendo sido decidido, de modo que recomeçá-lo constituiria um novo engajamento, e não a continuação do antigo. A exata percepção deste ponto é muito importante para decidir se seria vantajoso empregar reforços para reiniciar o combate.

Novas tropas são muitas vezes sacrificadas em vão num engajamento que não tem mais possibilidade de recuperação, e muitas vezes a oportunidade de inverter uma decisão é perdida enquanto isto ainda poderia ser feito. Citemos dois exemplos que dificilmente podem ser mais marcantes.

Em Jena, em 1806, o Príncipe Hohenlohe, com 35.000 homens, aceitou travar uma batalha contra os 60 a 70.000 de Bonaparte. Perdeu tão fragorosamente que toda a sua força foi virtualmente aniquilada. Naquele ponto, o General Ruchel, com cerca de 12.000 homens, decidiu reiniciar o combate, resultando disto que a sua força também foi imediatamente destruída.

O mesmo dia viu, em Auerstadt, 25.000 homens lutarem até o meio dia contra 28.000 de Davout. Obviamente aquela força não obteve êxito, mas também não estava num estado de desintegração e não sofreu mais baixas do que o inimigo, que não possuía cavalaria. A reserva do General Kalckreuth, composta de 18.000 homens, não foi empregada para inverter os rumos da batalha: se tivesse sido, uma derrota prussiana teria sido impossível.

Todo engajamento é um conjunto, composto de engajamentos secundários que somados formam o resultado geral. A decisão do engajamento consiste neste resultado total. O resultado não precisa ser uma vitória do tipo da apresentada no Capítulo Seis. Muitas vezes não foi feito qualquer preparativo, ou não surgiu qualquer oportunidade, porque o inimigo cedeu cedo demais. Mesmo após uma resistência obstinada, chega-se normalmente à decisão mais cedo do que no tipo de êxito geralmente associado à idéia de vitória.

Podemos perguntar, portanto, o que constitui normalmente este momento de decisão, este ponto sem volta no qual as tropas descansadas (embora evidentemente não em número desproporcional) chegarão tarde demais para ajudar a vencer?

Excluindo os ataques simulados, que pela sua própria natureza não levam a uma decisão, chegamos às seguintes respostas:

1. Quando o propósito do engajamento for a posse de algum objetivo móvel, o momento decisivo é alcançado quando esse objetivo estiver perdido.
2. Quando o propósito do engajamento for a posse de uma determinada localidade, o momento decisivo será normalmente, embora não invariavelmente, atingido quando esta localidade estiver perdida. Isto só será verdadeiro se a localidade possuir uma grande força defensiva. Um terreno que seja facilmente invadido, não importa o quanto seja grande a sua importância com relação a outros aspectos, poderá ser retomado sem grande dificuldade.
3. Em todos os casos em que as condições acima já não tiverem levado a uma decisão, e principalmente quando o propósito maior for a destruição das forças do inimigo, o momento de decisão chegará quando o vitorioso deixar de estar num estado confusão e, portanto, de algum modo ineficaz. Em outras palavras, quando o emprego sucessivo de força, como analisado no Capítulo 12 do Livro III, não for mais vantajoso. É por isto que designamos este ponto como sendo fundamental para a unidade estratégica do engajamento.

Assim, um engajamento não poderá mais ser salvo se a força atacante tiver perdido apenas um pouco da sua coesão e da sua eficácia, se de fato tiver perdido alguma, ou se tiver se recuperado de uma perda temporária de eficácia, ao mesmo tempo em que o defensor tornou-se mais ou menos desorganizado.

Quanto menor for a proporção das tropas realmente em combate em relação às que contribuíram para a vitória simplesmente estando presentes como reserva, menores serão as probabilidades de uma nova força inimiga privar-nos da vitória. O comandante e o exército que chegarem mais perto de travar um engajamento com o máximo de economia de força e o máximo efeito psicológico de fortes reservas estarão no caminho mais certo para a vitória. Nos tempos modernos deve ser dado um crédito aos franceses pela sua grande maestria com relação a isto, principalmente sob a liderança de Bonaparte.

Além disto, quanto menor for a força, mais cedo o vencedor controlará a crise e recuperará a sua eficácia anterior. Um piquete de cavalaria perseguindo o inimigo, agindo rapidamente, pode se reorganizar em poucos minutos e esta é a dimensão de toda a crise. Um regimento de cavalaria inteiro precisará de mais tempo. Mais tempo ainda será exigido pela infantaria após ter sido empregada de

maneira dispersa. Divisões constituídas de todas as armas, que tiverem se dispersado, precisarão de mais tempo ainda. O engajamento terá causado uma ruptura da ordem, agravada pelo fato de que nenhuma das partes sabe exatamente onde qualquer outra está. Assim, quanto maior for o esforço total envolvido, mais retardado será o momento em que o vencedor será capaz de retirar-se, reparar e rearrumar as ferramentas utilizadas, retirando-as do estado de confusão em que se encontravam e restabelecer a ordem na oficina do combate.

Surgirá um fator retardador adicional se a noite chegar enquanto o vitorioso ainda estiver na fase crítica. Um outro fator, se o terreno for acidentado e coberto de bosques ou de florestas. Por outro lado, deve ser lembrado que, juntamente com estes fatores, a noite é uma grande *fonte de proteção.* Raramente as condições proporcionam um ataque noturno com grandes possibilidades de êxito. Um excelente exemplo disto é o ataque de York a Marmont, em Laon, em 10 de março de 1814. Assim como a noite, um terreno acidentado e coberto de bosques ou de florestas pode proteger um exército contra contra-ataques enquanto a vitória ainda estiver em sua fase crítica. Estes dois fatores - a noite e o terreno acidentado e coberto de bosques ou de florestas - fazem, portanto, com que seja mais difícil do que mais fácil prolongar o combate.

Até aqui consideramos o rápido reforço fornecido ao lado que está perdendo como sendo um simples acréscimo ao seu poderio, com o apoio vindo da retaguarda, que é o que normalmente acontece. Mas surge uma situação totalmente diferente quando os reforços atacam o flanco ou a retaguarda do inimigo.

A eficácia dos ataques aos flancos ou à retaguarda é uma questão da qual trataremos mais tarde, sob o ponto de vista da estratégia. O tipo de ataque que estamos analisando agora, destinado a inverter o rumo da batalha, é fundamentalmente uma questão tática. Só o analisaremos neste momento porque estamos interessados nos resultados táticos e, portanto, o assunto não superpõe-se ao campo da tática.

O impacto de uma força pode ser significativamente aumentado se for dirigido contra o flanco ou contra a retaguarda do inimigo. Mas não é sempre assim: o impacto pode ser reduzido com a mesma facilidade. As condições nas quais o engajamento está sendo travado determinarão o seu plano, neste e em todos os outros aspectos, mas aqui não é o lugar para entrar em detalhes. Para o nosso propósito atual, existem duas considerações importantes.

Primeira: *de um modo geral os ataques contra os flancos e contra a retaguarda afetam de uma maneira mais favorável as consequências do resultado do que a própria decisão.* Quando um

engajamento tem que ser recuperado, obviamente a principal consideração é o seu rápido encerramento, e não a magnitude da vitória. Com relação a isto, alguém poderia pensar, portanto, que os reforços empregados para salvar a situação seriam menos eficazes se atacassem o flanco e a retaguarda do oponente, agindo independentemente, do que se estivessem agindo juntamente conosco.

Existe certamente uma falta de exemplos para isto, mas insistimos em afirmar que, devido a uma segunda consideração, o oposto normalmente será verdadeiro.

Esta segunda consideração é impacto psicológico da surpresa, que de um modo geral acompanha o surgimento dos reforços enviados para restabelecer uma situação.

O efeito da surpresa sempre é aumentado se ocorrer num dos flancos ou na retaguarda. Na fase crítica da vitória um exército estará distribuído ao longo de uma grande extensão e disperso, e menos capaz de lidar com esse efeito. No início, enquanto as tropas ainda estiverem concentradas e sempre preparadas para uma eventualidade destas, um ataque contra o flanco ou a retaguarda terá um peso relativamente pequeno. Durante os últimos momentos de um engajamento, significará muito mais.

Não hesitamos portanto em afirmar que na maioria dos casos os reforços são muito mais eficazes quando se aproximam do inimigo pelo flanco ou pela retaguarda, assim como quanto maior for a alavanca maior será o seu efeito. Deste modo é possível recuperar um engajamento com uma força que teria sido insuficiente se fosse empregada contra a frente. Aqui, em operações realizadas contra os flancos o contra a retaguarda, onde a eficácia praticamente resiste a uma avaliação precisa, porque os efeitos morais tornam-se predominantes, o arrojo e a ousadia têm o máximo campo de ação.

Em situações de menor importância todos estes fatores devem ser levados em consideração, bem como deve ser avaliado o seu efeito combinado, se quisermos verificar se ainda pode ser feita alguma coisa para recuperar um engajamento que está indo mal.

Se o engajamento srcinal não tiver terminado, então um novo, iniciado pela chegada dos reforços, surgirá e levará a um resultado conjunto. A perda inicial seria portanto totalmente apagada. A situação será diferente se o engajamento srcinal já tiver sido decidido. Neste caso, haverá dois resultados diferentes. Quando os reforços tiverem uma força apenas moderada - em outras palavras, não igual à do inimigo - as perspectivas de um segundo "round" dificilmente serão brilhantes. Mas se forem suficientemente fortes para travar um segundo engajamento sem levar em consideração o primeiro, um resultado favorável poderá compensar ou superar a derrota inicial, embora nunca seja capaz de anular totalmente os seus efeitos.

Na batalha de Kunersdorf, Frederico o Grande devastou o flanco esquerdo dos russos no primeiro ataque e tomou setenta canhões. Quando a batalha terminou, os dois ganhos haviam sido novamente perdidos, e o resultado global do primeiro ataque havia desaparecido dos registros. Se o Rei tivesse sido capaz de insistir no seu primeiro êxito e retardar o segundo "round" até o dia seguinte, os ganhos obtidos no primeiro dia ainda teriam sido uma compensação, mesmo que ele tivesse perdido a segunda parte da batalha.

Se uma batalha que está sendo perdida puder ser revertida antes do seu término e transformada num triunfo, a perda inicial não só desaparecerá dos registros como tornar-se-á a base para uma vitória maior. Porque ao examinar cuidadosamente a evolução tática de um engajamento, torna-se evidente que, até o seu verdadeiro término, os resultados de cada engajamento secundário são apenas vereditos pendentes, que só podem ser revogados pelo resultado final, mas que podem ser transformados exatamente nos seus opostos. Quanto mais as nossas forças tiverem sofrido, mais exausto estará o inimigo. Provavelmente a sua própria crise será muito maior e a superioridade das nossas forças recém chegadas pesará ainda mais. Se o resultado final vier a nos ser favorável, se conseguirmos tomar do novamente do inimigo o campo de batalha e os troféus, então todas as forças que eles despenderam para conquistá-los se transformarão em crédito na nossa contabilidade. A nossa derrota anterior tornar-se-á a pedra fundamental de um grande triunfo. Os feitos militares mais brilhantes, que na vitória teriam significado tanto para o inimigo que ele poderia ter ignorado o seu custo, deixam-no agora com nada além do remorso pela força assim sacrificada. A magia da vitória e a maldição da derrota podem alterar a gravidade específica dos elementos da batalha.

Mesmo numa situação em que sejamos nitidamente mais fortes que o inimigo e possamos vingar-nos facilmente da sua vitória com uma ainda maior, é melhor recuperar uma batalha que está sendo perdida (desde que seja suficientemente importante) antes que ela termine, em vez de travar um segundo engajamento mais tarde.

Em Liegnitz, em 1760, o Marechal de Campo Daun tentou ir em auxílio do General Laudon enquanto este último ainda estava em combate, mas após a batalha ter sido perdida não tentou atacar Frederico, embora isto estivesse perfeitamente dentro das suas possibilidades.

Violentos engajamentos de destacamentos avançados antes de uma batalha devem ser considerados, portanto, como sendo simplesmente um mal necessário, e devem ser evitados sempre que não forem essenciais.

Existe ainda uma outra dedução a ser examinada.

O resultado de uma batalha perdida não deve ser considerado um argumento para decidir travar uma outra. De preferência esta decisão deverá basear-se nas demais circunstâncias. Este preceito, entretanto é contraposto por um fator psicológico que deve ser levado em conta: o instinto de retaliação e de vingança. Este é um sentimento universal, compartilhado pelo comandante supremo e pelo mais jovem soldado tambor. O moral das tropas nunca será tão elevado quando a questão for retribuir aquele tipo de débito. Tudo isto pressupõe evidentemente que as tropas derrotadas não constituam uma porção grande demais do todo. Se constituírem, este sentimento será superado pelo de impotência.

Existe portanto uma propensão natural para explorar este fator psicológico para recuperar o que foi perdido, buscando travar um novo engajamento, principalmente se o resto da situação o permitir. A própria natureza deste segundo engajamento determina que na maioria dos casos ele deverá ser um ataque.

A história dos pequenos engajamentos revelará numerosos exemplos deste tipo de retribuição. As grandes batalhas, por outro lado, advém de um número grande demais de outras causas para basearem-se neste motivo relativamente banal.

Não há dúvida, entretanto, de que foi o desejo de vingança que levou o nobre Blucher, em 14 de fevereiro de 1814, a voltar ao campo de batalha com uma terceira força, depois de dois corpos do seu exércitos terem sido derrotados em Montmirail três dias antes. Se ele soubesse que isto o deixaria cara a cara com o próprio Bonaparte, certamente teria reservado a sua vingança para um outro dia, mas ele esperava vingar-se em Marmont. Longe de colher os frutos de um nobre desejo de retaliação, teve que pagar o preço deste erro de avaliação.

A distância entre as unidades que têm que *coordenar* as suas ações depende da duração do engajamento e do momento da sua decisão. Se a intenção for travar um único engajamento, o seu desdobramento será uma questão de tática, mas ele só puder ser considerado como tal quando as forças estiverem tão próximas que possa ser excluída a possibilidade de dois engajamentos separados - em outras palavras, quando a área na qual tiver lugar todo o combate puder ser considerada estrategicamente como constituindo um único ponto. Ocorre frequentemente na guerra, entretanto, que as forças destinadas a lutar juntas têm que ser posicionadas tão longe umas das outras que embora a sua união continue sendo a principal intenção, a possibilidade de combates separados também tem que ser considerada. Este desdobramento é portanto estratégico.

Planos deste tipo contém marchas realizadas por colunas e divisões separadas, destacamentos avançados e nos flancos, reservas destinadas a apoiar mais de um ponto estratégico, a concentração de destacamentos isolados provenientes de alojamentos amplamente dispersos, e assim por diante. É evidente que este é um tipo de operação que repete-se constantemente - os trocados, por assim dizer, do orçamento estratégico, enquanto que as batalhas importantes e outras operações comparáveis quanto ao seu vulto podem ser consideradas como sendo o seu ouro e a sua prata.

CAPÍTULO OITO

Acordo Mútuo para Lutar

Não poderá haver um engajamento, a menos que os dois lados estejam dispostos a travá-lo. Este conceito, que é fundamental para o duelo, é responsável por uma terminologia empregada pelos historiadores militares, que muitas vezes resulta em noções vagas e enganosas.

As análises desses escritores mencionam frequentemente que um comandante ofereceu o combate e que o outro recusou-se a aceitá-lo.

Um engajamento é entretanto uma forma muito peculiar de duelo. O seu fundamento não consiste apenas no desejo ou na disposição mútua de lutar, mas nos propósitos envolvidos, e estes propósitos sempre fazem parte de um conjunto maior - ainda mais porque a própria guerra, considerada como sendo um único conflito, é regida por propósitos e condições políticas que fazem parte, elas mesmas, de um grande conjunto. Como resultado, o desejo mútuo de vitória assume um papel secundário, ou melhor, deixa de ser independente e tem que ser visto não mais como a força que permite que a vontade política maior atue.

Nos tempos antigos, e de novo mais recentemente quando os exércitos permanentes surgiram pela primeira vez, a expressão "oferecendo em vão um combate ao inimigo" tinha mais significado do que hoje. No mundo antigo uma batalha significava um teste de força num terreno aberto, livre de quaisquer obstáculos. A arte da guerra consistia exclusivamente na organização e na disposição das forças - em outras palavras, na formação de batalha.

Naqueles dias os exércitos estavam de um modo geral tão bem entrincheirados em seus acampamentos que pensava-se que aquelas posições eram inexpugnáveis. Só era possível haver uma batalha depois que o inimigo deixasse o acampamento e entrasse na disputa, por assim dizer, num terreno acessível.

Quando lemos, portanto, que Aníbal ofereceu em vão um combate a Fabius, tudo que ficamos sabendo sobre Fabius é que uma batalha não estava em seus planos. Isto não prova a superioridade material nem moral de Aníbal. Ainda assim a expressão está correta no que diz respeito a este último: Aníbal queria realmente lutar.

Nos primeiros dias dos exércitos modernos, as condições que regiam os grandes engajamentos e batalhas eram semelhantes. Assim, grandes quantidades de soldados eram postos em combate e comandados de acordo com uma formação de batalha estabelecida. Esta consistia num grande e complexo esquema, exigindo um terreno razoavelmente plano. Em áreas acidentadas ou cobertas por bosques ou florestas, sem falar nas montanhosas, o sistema era inadequado para o ataque, ou até

mesmo para a defesa. Até certo ponto, portanto, o lado que estava se defendendo era capaz de encontrar maneiras de evitar a batalha. Estas condições permaneceram, embora com uma intensidade decrescente, até as primeiras Guerras da Silésia. Somente na Guerra dos Sete Anos é que um ataque realizado num terreno *difícil*, tornou-se possível e usual. Embora o terreno ainda se constituísse numa vantagem para aqueles que escolhessem utilizá-lo, tinha deixado de ser um círculo mágico, que era considerado como estando fora dos limites das forças naturais da guerra.

Ao longo das três últimas décadas a guerra evoluiu muito neste aspecto. Hoje não existe nada que impeça um comandante que esteja empenhado numa batalha decisiva de procurar o seu inimigo e atacá-lo. Se não o fizer, não pode ser considerado como tendo desejado o engajamento. Hoje, se ele diz que ofereceu o combate mas o inimigo o recusou, isto simplesmente significa que ele não considerou as condições favoráveis para um engajamento. É um reconhecimento por parte dele, ao qual aquela expressão não se aplica. Ele só a utiliza como uma desculpa.

É verdade que embora o defensor não possa nos dias de hoje recusar um engajamento, pode evitá-lo abandonando a sua posição e, com isto, o propósito que tinha ao mantê-la. Mas este tipo de êxito já constitui para o atacante a melhor parte da vitória - o reconhecimento da sua superioridade temporária.

Não é mais possível ,portanto, falar de "um desafio recusado" (o que sugere um acordo tácito entre os oponentes), para justificar a inércia do lado que deveria agir - o do atacante. O defensor, por outro lado, só deve ser considerado como desejando a batalha enquanto não se retirar. Da sua parte ele pode alegar ter oferecido a batalha, mesmo se não tiver sido atacado, mas isto será considerado evidente por si mesmo.

O comandante que desejar *se retirar* e for capaz de fazê-lo, dificilmente poderá ser obrigado pelo seu oponente a travar uma batalha. Frequentemente, entretanto, o atacante não fica satisfeito com as vantagens proporcionadas por essa retirada e sente a necessidade de uma vitória real. Neste caso, muitas vezes é utilizada uma extraordinária competência para encontrar e empregar os poucos meios disponíveis para *obrigar* até mesmo um oponente evasivo a resistir e lutar.

Existem duas maneiras básicas de fazer isto: a primeira é *cercar* o inimigo e impedir a sua retirada, ou torná-la tão difícil que a batalha lhe pareça ser um mal menor; e a segunda é *pegá-lo de surpresa.* No passado as vantagens desta última baseavam-se na dificuldade da realização de todos os movimentos necessários, mas hoje a surpresa perdeu a sua utilidade. Os exércitos modernos são tão

flexíveis e móveis que um General não relutará em retirar-se, mesmo se estiver totalmente à vista do inimigo. Só surgirão dificuldades verdadeiras para as forças que estiverem operando num terreno excepcionalmente desvantajoso.

Um exemplo disto seria a batalha de Neresheim. Em 11 de agosto de 1796, o Arquiduque Charles lutou contra Moreau nos Alpes Rauhe, simplesmente para facilitar a sua própria retirada. Devemos admitir, entretanto, que este é um exemplo no qual nós nunca compreendemos totalmente o raciocínio do famoso General e escritor.

A batalha de Rossbach é um outro exemplo, se de fato o comandante dos exércitos aliado nunca pretendeu realmente atacar Frederico o Grande.

Quanto à batalha de Soor, o próprio Frederico disse que só aceitou travar a batalha porque realizar uma retirada totalmente à vista do inimigo lhe pareceu ser uma operação arriscada. Mas o Rei também mencionou outros motivos para a batalha.

Com exceção dos ataques noturnos reais, estes casos serão, falando de uma maneira geral, muito raros, e aqueles em que o inimigo é obrigado a lutar porque foi cercado, normalmente só envolverão corpos isolados do exército, como o de Finck na batalha de Maxen.

CAPÍTULO NOVE

A Batalha: A Sua Decisão

LIVRO QUATRO

O que é a batalha? É uma luta travada pela força principal - mas não apenas um combate insignificante travado por propósitos secundários, nem simplesmente uma tentativa a ser abandonada se percebermos a tempo que o seu propósito é difícil de ser atingido: é uma luta por uma vitória real, travada com toda a força disponível.

Mesmo numa batalha, propósitos secundários podem associar-se ao principal e a própria batalha será colorida pelas circunstâncias que lhe deram srcem. Até mesmo uma batalha está associada a uma entidade ainda maior, da qual ela é apenas uma parte. Mas como a essência da guerra é o combate, e como a batalha é a luta da força principal, a batalha deve ser sempre considerada como sendo o verdadeiro centro de gravidade da guerra. No todo, portanto, a sua característica peculiar é que, mais do que em qualquer outro tipo de combate, a batalha só existe por sua própria causa.

Isto tem uma relação com a *maneira de obter a sua decisão* e com o *efeito da vitória que é conquistada*, e determina *o valor que a teoria deve atribuir à batalha como um meio para atingir um fim*. É por isto que estamos fazendo neste ponto com que ela seja o tema de um estudo especial. Mais tarde analisaremos os fins específicos que podem estar também envolvidos, mas que deixam as suas características - supondo que ela mereça o nome de "Batalha" - essencialmente inalteradas.

Se uma batalha é primordialmente um fim em si mesma, os elementos da sua decisão devem estar contidos nela. Em outras palavras, devemos procurar obter a vitória enquanto ela estiver na esfera do possível. A batalha nunca deve ser abandonada devido a determinadas circunstâncias, mas somente quando a força disponível tiver se tornado, de uma maneira absolutamente clara, inadequada.

Como pode este momento ser determinado de maneira mais precisa?

Quando alguma parcela da complexa integração e do posicionamento do exército for a principal condição na qual a coragem dos soldados pode conquistar uma vitória (como ocorreu durante um considerável período de tempo na guerra moderna), então a *destruição desta linha de batalha* constitui por si só a decisão. Uma ala devastada e expulsa da linha determina a sorte do flanco que resistiu. Se, como num período anterior, a essência da defesa reside na estreita integração das tropas com o terreno e com os seus obstáculos, de modo que o exército e a sua posição sejam uma coisa só, então a tomada de um *ponto vital* daquela posição provoca a decisão. Dizemos que a chave para aquela posição foi perdida. Ela não pode mais ser defendida, a batalha não pode mais prosseguir. Em ambos os casos os exércitos derrotados podem ser comparados a cordas partidas de um instrumento que não funciona mais.

Os princípios geométricos, bem como os topográficos, analisados aqui tendiam a manter os exércitos num estado de tensão rígida, que os impedia de empregar a sua força até o último homem. Estes princípios perderam agora tanto da sua influência que não são mais predominantes. Um exército ainda vai para a batalha numa determinada disposição, mas esta disposição não é mais decisiva. A defesa ainda é melhorada aproveitando os acidentes do terreno, mas não depende mais só deles.

No segundo capítulo deste livro tentamos dar uma idéia geral das características de uma batalha moderna. Aquela descrição retrata a formação de batalha simplesmente como sendo uma disposição de tropas destinada a facilitar o seu emprego, e o transcorrer da batalha como sendo um processo lento de desgaste mútuo, que revelará qual dos lados pode levar primeiro e seu oponente à exaustão.

Numa grande batalha, mais do que em qualquer outro tipo de engajamento, a decisão de parar de lutar depende da força relativa das reservas não utilizada e ainda disponíveis. Elas são as forças cujo moral ainda está intacto. Os batalhões maltratados e castigados - brasas em extinção deixadas na fornalha da destruição - não podem ser comparados e elas. O território perdido, como já ressaltamos, é também um indicador de um moral debilitado. Ele também deve ser levado em consideração, embora mais como um indicador das perdas sofridas do que como uma perda propriamente dita. A principal preocupação dos dois comandantes será sempre a quantidade de reservas disponíveis nos dois lados.

Normalmente uma batalha toma forma desde o início, embora não de uma maneira óbvia. Muitas vezes essa forma já terá sido firmemente determinada pelos preparativos preliminares realizados para a batalha e revela depois a falta de visão do comandante que inicia o engajamento nestas condições desfavoráveis sem estar ciente delas. Mesmo que o rumo da batalha não tenha sido previamente determinado, é da natureza das coisas que ele consista num equilíbrio que altera-se lentamente, num movimento que começa cedo, mas que, como já dissemos, não é facilmente detectável. À medida em que o tempo passa, o movimento ganha ímpeto e torna-se mais evidente. É menos uma questão de oscilar de um lado para o outro, como os relatos fantasiosos do combate têm induzido muitas pessoas a pensar.

Mas se este equilíbrio permanecer por algum tempo sem ser perturbado, ou se a balança pender para um lado, endireitar-se e em seguida pender para o outro, é certo que normalmente um comandante sabe que está perdendo a batalha muito antes de determinar uma retirada. Batalhas nas quais um fator inesperado exerça um grande efeito sobre o desenrolar do todo, só existem normalmente nas histórias contadas por pessoas que querem justificar as suas derrotas.

Com relação a este assunto só podemos recorrer aos soldados imparciais e experientes, que temos a certeza de que irão confirmar a nossa argumentação para aqueles leitores que não possuem qualquer experiência pessoal de guerra. Uma análise profunda do processo nos afastaria demais do campo da tática, ao qual ele realmente pertence. O que importa neste momento é apenas o resultado.

Embora acreditemos que o comandante derrotado normalmente está ciente da probabilidade de derrota muito antes de decidir aceitar a batalha, admitimos também que existem casos em que ocorre o contrário. Senão estaríamos sustentando uma opinião contraditória. Se uma batalha tivesse que ser considerada perdida cada vez que ocorresse uma mudança clara, nenhuma força adicional seria envolvida na esperança de salvá-la. Acontece que essa mudança clara poderia não ocorrer num período de tempo significativo antes do momento da retirada. Existem certos casos em que uma batalha, após sofrer uma mudança clara a favor de um dos lados, termina a favor do outro, mas estes casos *não são comuns*. Eles são, de fato, raros. Mas é exatamente por este caso excepcional que todo General espera quando a sua sorte está ausente. Ele tem que esperar por ele enquanto existir qualquer possibilidade de uma mudança para melhor. Ele espera que através da pressão de um esforço maior, da elevação de qualquer moral que ainda exista entre os soldados, que superando-se, ou através da pura sorte, seja capaz de inverter o seu destino apenas uma vez mais, e insistirá nisto enquanto a sua coragem e o seu discernimento o permitirem. Mais tarde teremos mais o que dizer sobre isto, mas gostaríamos primeiro de enumerar os sinais que indicam uma alteração do equilíbrio.

O resultado de uma batalha como um todo é formado pelos resultados dos engajamentos que a constituem. Estes, por sua vez, podem ser reconhecidos por três sinais distintos.

O primeiro é o efeito psicológico exercido pela energia moral do comandante. Se o comandante de uma divisão vê o seu batalhão sendo derrotado, isto será revelado em sua atitude e nos seus relatórios e estes, por sua vez, afetarão as decisões do Comandante-em-Chefe. Até mesmo reveses locais que pareçam ter sido corrigidos valerão alguma coisa no final. As impressões deixadas na mente do Comandante-em-Chefe se multiplicarão facilmente, mesmo contra o seu melhor julgamento.

O segundo é o desgaste sofrido pelas nossas próprias tropas, numa velocidade maior do que o sofrido pelas tropas do inimigo. Isto pode ser estimado com muita precisão, uma vez que o ritmo das nossas batalhas é deliberado e raramente muito tumultuado.

O terceiro é a extensão de terreno perdido.

Todos estes indicadores servem como uma espécie de bússola, através da qual o comandante pode saber em que direção a sua batalha está indo. A perda de baterias inteiras, enquanto que nenhuma inimiga é capturada; a destruição dos seus batalhões pela cavalaria do inimigo, enquanto os batalhões do inimigo continuam inacessíveis; a retirada involuntária da sua linha de tiro de um ponto para outro; os esforços inúteis para tomar determinadas posições, que terminam na dispersão das tropas de assalto, causada por tiros de canhão e de metralhadora disparados com uma boa pontaria; uma redução da cadência de tiro dos seus canhões, ao contrário do que ocorre com a cadência dos canhões do inimigo; uma redução anormalmente rápida do número de homens dos seus batalhões sob fogo, causada por grupos de homens sãos que acompanham os feridos para a retaguarda; unidades isoladas e capturadas porque a linha de batalha foi rompida; indícios de que a linha de retirada está em perigo: tudo isto indicará a um comandante para onde ele e a sua batalha estão indo. Quanto mais estes indícios apontarem nesta direção, mais claro tornar-se-á o movimento, mais difícil será provocar uma mudança e mais cedo chegará o momento em que ter-se-á que admitir que a batalha está perdida. Este é o momento que iremos analisar agora.

Afirmamos explicitamente mais de uma vez que, de uma maneira geral, o resultado final gira em função das reservas não utilizadas e ainda disponíveis. Um comandante que reconheça a nítida superioridade do seu inimigo em termos de reservas decidirá retirar-se. É uma peculiaridade das batalhas modernas que todos os contratempos e perdas sofridas durante o seu desenrolar podem ser recuperadas por tropas recém chegadas. A razão está na moderna formação de batalha e na maneira pela qual as tropas são levadas ao combate, permitindo o emprego de reservas quase que em todos os lugares e em qualquer situação. Portanto, enquanto um comandante tiver mais reservas do que o seu inimigo, ele não desistirá, embora a batalha revele indícios de estar indo mal. Mas logo que as suas reservas tornarem-se mais fracas que as do inimigo, o fim será uma conclusão antecipada. As suas demais medidas dependerão em parte das circunstâncias, em parte do grau de coragem pessoal e de resistência do comandante, que podem perfeitamente degenerar para uma obstinação insensata. Como um General chega exatamente a uma correta estimativa das reservas existentes em cada lado, é uma questão de competência e de experiência, e não nos diz respeito aqui. O que nos interessa é o resultado, como ele surge do seu pensamento. Mesmo este ainda não é o verdadeiro momento da decisão: uma resposta que só surge gradualmente não é o catalisador adequado para ela. Ela não pode fazer mais do que influenciar de uma maneira geral a decisão final que, por sua vez, terá início através de

considerações imediatas. Destas considerações, duas voltarão à baila constantemente: uma ameaça à linha de retirada e a chegada da noite.

Se toda alteração ocorrida durante a batalha indicar uma ameaça crescente à linha de retirada e se as reservas tiverem sido reduzidas ao ponto em que não possam mais aliviar a pressão, não existe outra solução a não ser submeter-se ao destino e salvar, através de uma retirada ordeira, tudo que poderia ser perdido se essa medida demorasse mais, e que ficaria disperso através da fuga e da derrota.

A noite é uma outra questão, uma vez que normalmente põe um fim a todos os engajamentos, porque é necessário que existam condições especiais para justificar as operações noturnas. Como para uma retirada a escuridão é mais vantajosa do que a luz do dia, um comandante que sinta que a retirada é inevitável, ou pelo menos muito provável, preferirá utilizar a noite para os seus fins.

Não é preciso dizer que, fora estes fatores importantes e mais comuns, existem muitos outros que são menos importantes, mais específicos e menos previsíveis. Quanto mais o equilíbrio de uma batalha estiver ameaçado de ser perturbado, mais sensível será ele a qualquer coisa que aconteça a qualquer das partes que o constituem. A perda de uma única bateria, ou uma debandada causada por uma carga de cavalaria, podem servir para confirmar a decisão de um General, parcialmente já tomada, de retirar-se.

Uma última palavra sobre este assunto deve abordar o ponto em que a coragem de um General e a sua melhor capacidade de julgamento entram, por assim dizer, em conflito uma com a outra.

De um lado está o orgulho dominador de um conquistador vitorioso, a determinação inflexível que se associa à obstinação nata e à desesperada resistência do nobre entusiasmo, todos estes sentimentos recusam-se a abandonar um campo de batalha em que a honra está envolvida. Do outro, a voz da razão, aconselhando que não desperdicemos tudo que temos arriscando os últimos recursos, e a favor de preservar tudo que seja necessário para uma retirada ordeira. Não importa o quanto possam ser consideradas as qualidades da coragem e da perseverança na guerra, não importa o quanto possam ser pequenas as possibilidades de vitória para o líder que hesita em prosseguir com todo o poderio de que dispõe, existe um ponto além do qual a persistência torna-se uma insensatez desesperada e, portanto, nunca pode ser justificada. Naquela que foi a mais famosa de todas as batalhas, Belle-Alliance, Bonaparte arriscou a última força que lhe restava num esforço para salvar uma batalha que não podia mais ser salva. Ele gastou o último centavo e, em seguida, fugiu do campo de batalha e do Império como um mendigo.

CAPÍTULO DEZ

A Batalha - Continuação: Os Efeitos da Vitória

Dependendo do ponto de vista de cada um, podemos nos admirar com os extraordinários resultados de algumas vitórias, bem como com a falta de resultado de outras. Paremos um minuto para analisar a natureza do efeito que pode ter uma importante vitória.

Três coisas são facilmente percebidas aqui: o efeito sobre os próprios instrumentos - o General e os seus exércitos; o efeito sobre os estados beligerantes; e a verdadeira influência que estes efeitos podem exercer sobre o futuro desenrolar da guerra.

Se considerarmos apenas a diferença insignificante que existe entre o lado vencedor e o lado perdedor no campo de batalha, em termos de mortos e de feridos, de prisioneiros e de armas tomadas, as conseqüências decorrentes de aspectos tão sem importância muitas vezes parecem ser quase inconcebíveis. Apesar disto, de uma maneira geral o curso dos eventos é perfeitamente natural.

Como já mencionamos no Capítulo Sete, a dimensão de uma vitória não aumenta simplesmente numa razão igual ao aumento do tamanho das forças derrotadas, mas progressivamente. O resultado de uma grande batalha exerce um efeito psicológico maior sobre o perdedor do que sobre o vencedor. Isto por sua vez dá srcem a uma perda adicional de força material, que repercute na perda do moral. As duas perdas tornam-se mutuamente interativas, uma vez que cada uma delas agrava e intensifica a outra. Assim, deve-se dar uma ênfase especial ao efeito moral, que atua em direções opostas nos dois lados: enquanto exaure a força do perdedor, aumenta o vigor e a energia do vencedor. Mas o lado derrotado é aquele que é mais afetado por ele, uma vez que passa a ser a causa direta uma perda adicional. Além do mais, ele está estreitamente relacionado com os perigos, esforços e adversidades - em suma, a todo o desgaste que é inseparável da guerra. Ele junta-se a estas condições e é alimentado por elas.

No lado do vencedor, entretanto, todos estes fatores só servem para ampliar os limites da sua coragem. Assim, o que acontece é que a balança do perdedor inclina-se, ficando abaixo da linha srcinal de equilíbrio, numa distância maior do que aquela em que a do vencedor fica acima desta linha. É por isto que, ao considerar os efeitos da vitória, estamos interessados principalmente naqueles que se manifestam no lado perdedor.

Esses efeitos são maiores após um combate em grande escala do que após um pequeno, e maiores ainda após uma batalha de grande vulto do que após um engajamento secundário. Uma grande batalha existe em benefício dela mesma, em benefício da vitória que acarretará e que procura obter por meio do máximo esforço. Uma derrota do inimigo naquele lugar e naquele momento é a intenção para a qual

convergem todos os fios do tecido da guerra, unindo todas as esperanças remotas e os vagos conceitos relativos ao futuro. Aqui, o destino nos oferece a resposta para a nossa pergunta ousada. É isto que provoca a tensão que pesa, não só sobre o comandante mas sobre todo o exército, até o último condutor de carroça, certamente em graus decrescentes, mas também em importância decrescente. Uma grande batalha, em todas as eras e sob quaisquer condições, nunca foi travada como sendo uma maneira improvisada, inesperada ou sem sentido de cumprir o dever militar. Ela é um acontecimento grandioso, bem acima do curso normal da vida diária, em parte devido aos seus próprios méritos e em parte porque o comandante a planejou assim para aumentar a tensão psicológica em geral. Quanto mais elevado for o grau de expectativa quanto ao resultado da decisão, maior será este efeito.

Hoje em dia o efeito moral da vitória numa batalha é ainda maior do que era nas guerras anteriores travadas no período moderno. Se a batalha moderna é, como a descrevemos, uma luta até o fim, o resultado é decidido mais pela soma de todas as forças, tanto físicas como morais, do que pelas aptidões pessoais ou pelo mero acaso.

É possível evitar repetir um erro, e sempre podemos esperar que um outro dia vá trazer um pouco mais de sorte ou de oportunidade, mas a soma total da força física e moral não é suscetível a uma mudança rápida. Portanto, o julgamento proferido por uma vitória parece ter uma importância maior para o futuro. Embora apenas uma poucas pessoas envolvidas numa batalha, dentro ou fora do exército, tenham consciência desta diferença, o próprio desenrolar da batalha gravará o resultado nas mentes de todos que realmente tomaram parte nela. Os relatos divulgados da batalha, mesmo se forem ornamentados por alguns detalhes acrescentados, tornarão também bastante evidente para o resto do mundo que as causas eram vagas e não específicas.

Aqueles que nunca passaram por uma grave derrota evidentemente acharão difícil formar uma imagem viva e, portanto, totalmente verdadeira dessa derrota: os conceitos abstratos desta ou daquela pequena perda nunca corresponderão à realidade de uma grande derrota. Esta questão merece um exame mais detalhado.

Quando alguém está perdendo, a primeira coisa que impressiona a sua imaginação e, na realidade, o seu intelecto, é o desvanecimento dos números. A isto segue-se uma perda de terreno, que quase sempre acontece e que pode até mesmo acontecer ao atacante, se ele estiver com falta de sorte. Em seguida vem o rompimento da linha de batalha srcinal, a confusão das unidades e os perigos inerentes à retirada que, com raras exceções, estão sempre presentes com alguma intensidade. Depois

vem a retirada propriamente dita, normalmente iniciada na escuridão ou de qualquer modo prosseguindo durante a noite. Tendo começado a retirada, você tem que deixar para trás os extraviados e uma grande quantidade de homens exaustos, entre eles normalmente os mais corajosos - aqueles que se arriscaram a ir mais longe, ou que resistiram por mais tempo. O sentimento de haver sido derrotado, que no campo de batalha só atingiu os oficiais mais antigos, passa agora por toda a escala hierárquica até os próprios soldados rasos. Ele é agravado pela terrível necessidade de ter que abandonar, deixando para o inimigo, tantos valorosos companheiros aos quais viemos a admirar principalmente no calor da batalha. Pior ainda é a crescente perda de confiança no alto comando, que é considerado por todos os seus subordinados como sendo mais ou menos responsável pelos seus esforços desperdiçados. O que é pior, a sensação de ter sido derrotado não é um simples pesadelo que pode passar. Tornou-se um fato palpável que o inimigo é mais forte. É um fato para o qual as razões podem ter sido profundas demais para serem previstas no início, mas que no fim surgem de forma clara e convincente. Podemos ter estado o tempo todo ciente delas, mas devido à falta de alternativas mais sensatas, a este conhecimento foi contraposta a nossa confiança no acaso e na sorte, na divina providência e, no nosso próprio caso, na audácia e na coragem. Tudo isto revelou-se ter sido insuficiente, e somos severa e inexoravelmente confrontados pela terrível verdade.

Todas estas impressões ainda estão muito longe do pânico. Um exército com brio nunca entra em pânico em face da derrota, mesmo que outros entrem após uma batalha perdida, somente em casos excepcionais. As próprias impressões são inevitáveis nos melhores exércitos. Aqui e ali podem ser amenizadas por uma longa familiaridade com a guerra e com a vitória, por uma confiança sólida no alto comando, mas nunca estão totalmente ausentes no início. Além do mais, elas não constituem uma mera conseqüência da perda de troféus. Estes normalmente são perdidos numa etapa posterior, e o fato não torna-se imediatamente de conhecimento geral. Não importa quão lenta e gradualmente ocorra a alteração do equilíbrio, certamente surgirão emoções deste tipo. Elas produzem um efeito do qual podemos infalivelmente depender. Já mencionamos que a quantidade de troféus perdidos aumentará este efeito.

A eficácia de um exército numa situação destas é consideravelmente prejudicada. Nestas condições debilitadas (que, repetindo, são agravadas por todas as dificuldades rotineiras da guerra), dificilmente podemos esperar que as perdas sejam recuperadas através de novos esforços. Antes da batalha os dois lados estavam equilibrados, real ou supostamente. Agora este equilíbrio foi perturbado

e é preciso que haja uma causa externa para restabelecê-lo. Sem este apoio externo, qualquer novo esforço só resultará em mais perdas.

Ocorre, portanto, que mesmo uma vitória modesta obtida pela força principal é suficiente para dar início a uma firme inclinação da balança do oponente, até que uma alteração dos fatores externos produza uma nova reviravolta nos acontecimentos. Não havendo isto, se o vencedor prosseguir em busca de vantagens maiores e de uma glória maior, só um comandante extraordinário e um exército dotado de um espírito militar, enrijecido e temperado em inúmeras campanhas, serão capazes de manter a tremenda torrente de força dentro dos limites e reduzir o seu avanço, oferecendo pequenas resistências, mas constantes, até que a força da vitória tenha se esgotado e se dissipado.

O efeito de tudo isto fora do exército - sobre o povo e sobre o governo - é o súbito desmoronamento das mais ansiosas expectativas e uma completa destruição da autoconfiança. Isto deixa um vácuo que é preenchido por um medo corrosivamente crescente, que completa a paralisia. É como se a carga elétrica da batalha principal tivesse dado um choque em todo o sistema nervoso de um dos beligerantes. O seu efeito pode ser diferente em cada caso, mas sempre existirá com alguma intensidade. Em lugar de um esforço imediato e determinado no sentido de impedir uma nova desgraça, existe um temor generalizado de que qualquer esforço seja inútil. Os homens hesitarão quando deveriam agir, ou até mesmo se resignarão desanimadamente e deixarão tudo entregue à sorte.

As consequências destes efeitos da vitória sobre o futuro desenrolar da guerra dependerão em parte do caráter e do talento do comandante vitorioso, mas ainda mais das condições que deram srcem à vitória e àquelas que a vitória por sua vez criou. A menos que um comandante seja arrojado e audacioso, não se pode esperar grandes resultados, mesmo da vitória mais brilhante, mas ela pode tornar-se ineficaz ainda mais rapidamente devido a importantes circunstâncias adversas. Se um Frederico o Grande estivesse no lugar de Daun, faria um uso completamente diferente da vitória em Kolin, e como a França poderia ter explorado melhor a batalha de Leuthen, se estivesse no lugar da Prússia!

As condições que dão a alguém o direito de procurar obter importantes resultados de uma grande vitória serão examinadas no seu devido contexto. Naquela ocasião seremos capazes de explicar a disparidade que parece existir à primeira vista entre as dimensões de uma vitória e as de suas consequências. Esta diferença é atribuída com demasiada freqüência à falta de energia por parte do vitorioso. O que nos interessa aqui é apenas a batalha propriamente dita. A nossa afirmativa é que os

efeitos da vitória que acabamos de mencionar estarão sempre presentes, que eles aumentam proporcionalmente à dimensão da vitória e que aumentam mais ainda à medida em que a batalha for de grande vulto - isto é, quanto mais for empenhado todo o poderio do exército, quanto mais este poderio representar a força militar total, e quanto mais esta última representar todo o estado.

Neste caso, tem o teórico razão ao partir do princípio de que estes efeitos da vitória devem ser necessariamente aceitos como tendo sido previamente estabelecidos? Parece lógico responder afirmativamente, mas Deus nos protege para que não sejamos conduzidos erroneamente a este beco sem saída, que já armou armadilhas para tantos teóricos e onde a alegação torna-se inválida por si mesma.

Estes efeitos são de fato totalmente inevitáveis, estando baseados na natureza da situação. Eles devem prosseguir, mesmo se encontrarmos meios neutralizá-los, como o movimento de um projetil de canhão deve prossegui no sentido de rotação da terra, mesmo se perder um pouco da sua velocidade por ter sido disparado no sentido oposto - isto é, de leste para oeste.

A guerra pressupõe a fraqueza humana e procura explorá-la.

Embora, portanto, numa etapa posterior e num outro contexto, possamos analisar o que deveria ser feito após uma importante derrota, embora devamos reexaminar os trunfos que ainda restam numa situação quase desesperada, e embora devamos considerar possível, mesmo em tal situação, que tudo ainda possa ser corrigido, certamente não afirmamos que os efeitos de uma derrota importante possam ser gradualmente eliminados totalmente. As forças e os meios empregados para reparar a situação poderiam ter sido utilizados para um propósito ofensivo, e isto aplica-se também às forças morais, bem como às físicas.

Se a derrota numa batalha importante pode ser útil para despertar forças que de outra maneira teriam permanecido adormecidas é uma outra questão. Isto não é impossível. Já aconteceu de fato em muitos países. Mas provocar uma reação com uma intensidade maior está fora dos limites da arte da guerra. O estrategista só pode levar isto em consideração onde houver um motivo para esperar que possa ocorrer.

Se existem casos, portanto, em que as consequências de uma vitória possam parecer ser de fato prejudiciais devido à reação que provocaram - casos que são na realidade exceções muito raras - devemos estar mais dispostos a reconhecer a possibilidade de existirem diferenças entre as

consequências de uma determinada vitória - dependendo aqui do caráter do povo ou do Estado derrotado.

CAPÍTULO ONZE

A Batalha - Continuação: A Utilização da Batalha

Não importa como uma determinada guerra seja conduzida e que aspectos da sua condução reconheçamos posteriormente como tendo sido essenciais, o próprio conceito de guerra nos permitirá fazer as seguintes afirmativas inequívocas.

1. A destruição das forças inimigas é o princípio primordial da guerra e, no que se refere a uma ação ofensiva, a principal maneira de atingir o nosso propósito.
2. Esta destruição de forças *normalmente* só pode ser realizada através do combate.
3. Somente os engajamentos de vulto, envolvendo todas as forças, levam a um grande êxito.
4. Os maiores êxitos são obtidos onde todos os engajamentos fundem-se numa grande batalha.
5. Somente numa grande batalha o Comandante-em-Chefe controla pessoalmente as operações. É perfeitamente natural que ele prefira confiar o comando da batalha a si mesmo.

Estes fatos levam a uma regra dupla, cujos princípios corroboram-se mutuamente: normalmente a destruição das forças do inimigo é obtida através de grandes batalhas e dos seus resultados e, o propósito primordial das grandes batalhas deve ser a destruição das forças do inimigo.

Não há dúvida de que o princípio da destruição também estará presente, com maior ou menor intensidade, em outros tipos de combate. É verdade que houve pequenos engajamentos (como Maxen), nos quais as circunstâncias favoráveis resultaram na destruição de um número desproporcional de forças inimigas. Por outro lado, a tomada de uma defesa, ou de uma única posição, pode ser tão crítica quanto controlar uma grande batalha. Mas de uma maneira geral continua sendo verdadeiro que as grandes batalhas são travadas apenas para destruir as forças do inimigo, e que a destruição dessas forças só pode ser obtida através de uma batalha de grande vulto.

A grande batalha deve ser vista, portanto, como uma guerra concentrada, como o centro de gravidade de todo o conflito ou de toda a campanha. Assim como o ponto focal de um espelho côncavo faz com que os raios de sol convirjam de modo a formar uma imagem perfeita e aquece-os até atingirem a sua máxima intensidade, todas as forças e circunstâncias da guerra são reunidas e comprimidas até que seja obtida a sua máxima eficácia na grande batalha.

A concentração de tropas num único todo, que ocorre em maior ou menor grau em toda campanha, parece indicar uma intenção do beligerante de empregar esta concentração num grande golpe, seja por sua própria iniciativa (como atacante), ou por provocação do outro lado (como defensor). Se deixar de ocorrer um grande combate é porque terão surgido fatores externos,

modificando e refreando a animosidade srcinal e enfraquecendo, alterando ou detendo qualquer movimento. Mesmo em condições gerais de inatividade - tão características de muitas guerras - a possibilidade de uma batalha sempre continua sendo um ponto primordial para os dois lados, um propósito distante em direção ao qual todas as suas linhas de ação podem ser dirigidas. Quanto mais intensamente for travada uma guerra, quanto mais ela estiver carregada de ódio e de animosidade, e quanto mais tornar-se uma luta pela supremacia nos dois lados, mais toda atividade tenderá a irromper num combate mais violento e maior será a importância que será portanto atribuída a uma grande batalha.

Sempre que existir um propósito importante e incontestável, um propósito que vá afetar gravemente o inimigo, uma grande batalha não só é o caminho mais natural como também o melhor meio de atingí-lo, como mostraremos mais tarde em detalhe. De uma maneira geral, recusar-se a enfrentar uma importante decisão evitando travar aquela batalha, acarreta a sua própria punição.

O lado atacante é o que possui um propósito ofensivo e, provavelmente, considerará a batalha como sendo o seu meio de ação preferido. Sem pretender definir detalhadamente neste momento os conceitos de ataque e de defesa, devemos acrescentar que, até mesmo para o defensor, a batalha é o único meio eficaz de, mais cedo ou mais tarde, enfrentar a situação e resolver o seu problema.

A batalha é a solução mais sangrenta. Embora não deva ser considerada simplesmente um assassinato mútuo - o seu efeito, como veremos no próximo capítulo, é mais um assassinato do espírito do inimigo do que dos seus homens - é sempre verdade que a característica da batalha, como o seu próprio nome, é a matança [*Sclacht*], e o seu preço é o sangue. Como ser humano, o comandante terá aversão a ela.

Mas o espírito humano tem uma aversão ainda maior à idéia de uma decisão obtida através de um único golpe. Ali, toda a ação está condensada *num único ponto* no tempo e no espaço. Nestas circunstâncias um homem pode sentir de uma maneira não muito clara que a sua capacidade não pode ser adquirida e posta em ação num período de tempo tão curto, e que muito poderia ser ganho se ele pudesse ter mais tempo, mesmo que não haja qualquer motivo para imaginar que isto agiria a seu favor. Tudo isto é pura ilusão, embora não deva ser deixado de ser levado em consideração por causa disto. A própria fragilidade que assalta qualquer pessoa que tenha que tomar uma decisão importante pode afetar mais intensamente um comandante militar que seja chamado a decidir uma questão de consequências tão amplas através de um único golpe.

É por isto que os governos e os comandantes sempre tentaram encontrar maneiras de evitar uma batalha decisiva e de atingir o seu propósito por outros meios, ou de abandoná-lo tranqüilamente. Os historiadores e os teóricos, ao descrever tais campanhas e conflitos, têm se empenhado em ressaltar que outros meios não só atenderam ao propósito tão bem quanto uma batalha que nunca foi travada, mas que foram na realidade a prova de uma elevada competência. Esta linha de raciocínio quase nos levou ao ponto de considerar, na organização da guerra, a batalha como sendo uma espécie de mal causado por engano - uma manifestação mórbida, à qual uma guerra ortodoxa e corretamente conduzida nunca deveria ter que recorrer. As homenagens deveriam ser reservadas para aqueles Generais que soubessem como conduzir uma guerra sem derramamento de sangue, e o propósito específico da teoria da guerra deveria ser ensinar este tipo de guerra.

A história recente espalhou este absurdo ao vento. Ainda assim, não se pode ter certeza de que ele não reapareça aqui ou ali por períodos de tempo mais curtos ou mais longos, e que induza os responsáveis a erros, porque serve de instrumento à fraqueza e à natureza humana. É perfeitamente possível que em algum momento no futuro as campanhas e as batalhas de Bonaparte sejam consideradas uma brutalidade, quase que erros crassos, enquanto que o perfilar de espadas fora de moda das maneiras e instituições antiquadas e dessecadas passarão merecer confiança e a serem elogiadas. Se o teórico puder chamar a atenção para os perigos desta atitude, teremos prestado um serviço essencial aos que se deram ao trabalho de ouvir. Esperamos que possamos ser capazes de fazer isto para aqueles que ocupam posições de influência no nosso querido país, servindo-lhes de guia e apelando para que submetam estas questões a um estudo profundo.

A nossa convicção de que somente uma grande batalha pode produzir uma importante decisão não está fundamentada apenas num conceito abstrato, mas também na experiência. Desde o início dos tempos, somente as grandes vitórias abriram o caminho para os grandes resultados. Com toda a certeza para o lado atacante e, de um certo modo, também para a defesa. A rendição em Ulm foi um acontecimento singular, que não teria ocorrido nem mesmo a Bonaparte se ele não estivesse disposto a derramar sangue. Ela deve ser vista como o resultado das vitórias que ele havia conquistado nas campanhas anteriores. Todos os Generais afortunados, e não apenas os arrojados, os audaciosos e os obstinados, procuram coroar as suas realizações arriscando tudo em batalhas decisivas. A sua resposta para este pergunta transcendental deve ser portanto suficiente para nós.

Não estamos interessados em Generais que conquistaram vitórias sem derramamento de sangue. O fato de que a carnificina é um espetáculo horrendo deve fazer com que levemos a guerra mais a sério, mas não proporciona uma desculpa para cegar o fio das nossas espadas em nome da humanidade. Mais cedo ou mais tarde aparecerá alguém com uma espada afiada e decepará os nossos braços.

Consideramos uma grande batalha como sendo um fator decisivo para o resultado de uma guerra ou de uma campanha, mas não necessariamente o único. Campanhas cujo resultado foi determinado por uma única batalha só tornaram-se bastante comuns em tempos recentes, e aqueles casos em que decidiram toda a guerra são exceções muito raras.

A decisão que é obtida através de uma grande batalha não depende evidentemente totalmente da batalha propriamente dita - isto é, do tamanho das forças empenhadas e da intensidade da vitória. Depende também de inúmeros outros fatores que afetam o potencial de guerra de cada lado e dos estados beligerantes. Mas ao envolver a principal parte da sua força disponível neste gigantesco duelo, os dois lados dão início a uma importante decisão. Em alguns aspectos o seu alcance pode ser previsto, mas não em todos. Pode não ser a única decisão, mas é a *primeira* e como tal afetará todas aquelas que virão depois. O propósito de uma grande batalha é, portanto, atuar - mais ou menos, de acordo com as circunstâncias, mas sempre até certo ponto - como um centro de gravidade temporário de toda a campanha. Um comandante que entra em cada batalha com o verdadeiro espírito militar - a confiança, o sentimento, em suma a convicção de que deverá e irá derrotar o seu inimigo - muito provavelmente tentará fazer pender a balança da primeira batalha com tudo o que tem, esperando conquistar tudo e empenhando-se para isto. Não sabemos se Bonaparte, em qualquer das suas campanhas, jamais foi para campo de batalha sem a idéia de esmagar o inimigo exatamente no primeiro combate. Frederico o Grande, em circunstâncias mais restritas e com menos campo de ação, tinha a mesma idéia sempre que à frente da sua pequena força tentou resistir aos exércitos russos e imperiais.

Repetindo: a decisão que é obtida através da batalha depende em parte da própria batalha - da sua dimensão e do tamanho das forças envolvidas - e em parte da magnitude do êxito.

O que um comandante pode fazer para aumentar a importância da batalha com relação ao primeiro aspecto é perfeitamente óbvio. Só queremos assinalar que, à medida em que aumenta o vulto da batalha, aumenta também o número de outras circunstâncias que são decididas através dela. Portanto, os comandantes que têm autoconfiança suficiente para procurar obter uma grande decisão,

sempre conseguiram empregar o grosso das suas forças numa grande batalha sem se descuidarem seriamente das outras áreas.

O êxito, ou mais exatamente, a dimensão de uma vitória depende principalmente de quatro fatores:

1. Do padrão tático de acordo com o qual foi travada a batalha.
2. Do terreno.
3. Da composição das forças.
4. Do poderio relativo dos exércitos oponentes.

Uma batalha travada com as frentes paralelas e sem uma ação de envolvimento não tem tanta probabilidade de trazer grandes resultados quanto uma em que o exército derrotado tenha tido o seu flanco contornado, ou tenha sido obrigado a mudar a sua frente num grau maior ou menor. Num terreno acidentado ou montanhoso o impacto é atenuado e, portanto, os resultados também serão menores.

Se a cavalaria do inimigo for igual ou mais forte do que a do vitorioso, os efeitos da perseguição serão perdidos e, com eles, alguns resultados importantes da vitória.

Finalmente, deve ser evidente que o efeito de uma vitória será maior nos casos em que o vitorioso for numericamente superior e tiver utilizado a sua superioridade para contornar o flanco do inimigo ou para obrigá-lo a mudar a sua frente, do que naqueles em que o vitorioso era o lado mais fraco. A batalha de Leuthen pode de fato causar alguma dúvida quanto à validade prática deste princípio, mas esperamos que possamos empregar uma vez só uma expressão que normalmente evitamos: *para toda regra existe uma exceção.*

Um General pode empregar todos estes meios para fazer com que uma batalha seja decisiva. Eles acarretarão, evidentemente, os seus próprios riscos, mas todas as suas ações estarão sujeitas a esta lei dinâmica do mundo moral.

Não existe portanto qualquer fator na guerra que possa competir em importância com a batalha, e a maior competência estratégica será revelada ao criar as condições adequadas para ela, escolhendo o lugar, o momento e a linha de avanço certos, e aproveitando ao máximo os seus resultados.

O fato de que estas questões são importantes não significa que sejam complexas e obscuras. Longe disto: tudo é extremamente simples e só é preciso ter uma competência razoável em planejamento. Os maiores requisitos são os dons de avaliar rapidamente uma situação, do vigor, da

persistência e de um espírito jovem e audacioso - todas estas qualidades heróicas às quais devemos nos referir novamente. A maior parte delas não são, evidentemente, qualidades que possam ser adquiridas através da leitura de livros. Se de algum modo podem ser ensinadas, um General deverá receber a sua instrução de outras fontes que não a palavra impressa.

O ímpeto de travar uma grande batalha, o movimento instintivo e desembaraçado no sentido de fazer isto, deve advir de uma percepção da sua própria capacidade e da absoluta convicção da necessidade - em outras palavras, de uma coragem e de uma percepção natas, moldadas pela experiência da responsabilidade.

Os exemplos adequados são os melhores mestres, mas nunca devemos deixar no caminho uma nuvem de idéias preconcebidas, porque até mesmo os raios de sol são refratados e dispersados pelas nuvens. A tarefa mais urgente do teórico é dissipar estas idéias preconcebidas que às vezes formam-se e infiltram-se como um miasma. Os erros que o intelecto cria, ele mesmo pode também destruir.

CAPÍTULO DOZE

Os Meios Estratégicos de Explorar a Vitória

Os preparativos que levam à vitória constituem uma tarefa extremamente difícil, pela qual raramente um estrategista recebe o devido reconhecimento. O seu momento de glória e de elogios ocorre quanto ele tira partido da sua vitória.

Surgem diversas questões às quais iremos nos dedicar no devido tempo: qual pode ser o verdadeiro propósito de uma batalha, como ele se encaixa no padrão geral da guerra, até que ponto as condições existentes podem permitir que uma vitória siga o seu curso, e em que ponto ela atinge o seu clímax. Enquanto isto, o que permanece sendo verdadeiro sob todas as condições imagináveis é que nenhuma vitória será eficaz sem que se haja a perseguição ao inimigo e, não importa quão breve seja a exploração da vitória, ela deverá ir sempre além dos primeiros momentos que a sucedem. Ao invés de repetir este fato em cada oportunidade, dedicaremos um momento a ele agora.

A perseguição a um inimigo derrotado começa no momento em que ele admite que perdeu a luta e abandona a sua posição. Os movimentos anteriores, realizados em qualquer sentido, nada têm a ver com isto - fazem parte do desenrolar da batalha propriamente dita. Neste momento crítico, a vitória, embora assegurada, normalmente ainda é restrita e modesta em suas dimensões. Poucas vantagens positivas podem ser obtidas no desenrolar normal dos acontecimentos, a menos que a vitória seja consumada através da perseguição no primeiro dia. Normalmente é apenas então, como dissemos, que os troféus que materializam a vitória tendem a ser tomados. Examinaremos primeiro esta fase.

Normalmente os dois lados já estarão fisicamente cansados quando entrarem em combate, uma vez que a movimentação que antecede imediatamente um engajamento é normalmente muito árdua. Uma luta prolongada no campo de batalha exige esforços que completam a exaustão. Além do mais, o lado vitorioso encontrar-se-á normalmente em tanta desordem e confusão quanto os perdedores e terá que fazer, portanto, uma pausa de modo que a ordem possa ser restabelecida, que aqueles que se dispersaram possam ser reunidos e que a munição possa ser distribuída. Para o vitorioso estas condições criam a fase crítica que já foi mencionada. Se as tropas derrotadas forem apenas uma pequena parte das forças inimigas e houver outras unidades a que possam recorrer, ou se puderem esperar que cheguem reforços, o vitorioso facilmente correrá o risco de perder a qualquer momento tudo que conquistou. Esta reflexão porá fim à perseguição, ou pelo menos a manterá dentro de limites muito estreitos. Mas mesmo que não haja qualquer risco do inimigo receber reforços, as circunstâncias já descritas contrabalançarão a liberdade do vitorioso para realizar a perseguição. Embora a vitória em si mesma não esteja em perigo, é possível que ocorram reveses que podem reduzir a vantagem. Neste

ponto também, a liberdade de ação de um General sofre uma séria desvantagem - todo o peso das necessidades e das fraquezas humanas. Cada um dos milhares de homens sob o seu comando precisa de alimentação e de descanso, e anseia por nada mais do que umas poucas horas em que possa ficar livre do medo e do cansaço. Muito poucos homens - e esses constituem exceções - são capazes de compreender e considerar além do momento presente. Somente esses poucos, tendo realizado a tarefa urgente com que estavam envolvidos, permanecem com uma energia mental suficiente para pensar em obter novas vantagens - vantagens que naquele momento podem parecer insignificantes adornos da vitória, na realidade uma extravagância. É a voz dos outros milhares de homens, entretanto, que é ouvida pelos assessores do General. Ela é levada para cima através de um canal de oficiais antigos, que instigam a compaixão do General para estas necessidades humanas. As próprias energias do General foram exauridas pelo esforço mental e físico e o que ocorre é que, por razões puramente humanas, é obtido menos do que seria possível obter. O que for realizado será devido à *ambição,* à *energia* do Comandante Supremo e, muito possivelmente, à sua *insensibilidade.* Somente assim podemos explicar a maneira tímida pela qual tantos Generais aproveitam-se de uma vitória que lhes deu tantas vantagens.
A “perseguição imediata” após uma vitória é uma expressão que consideramos que, como regra geral, só se aplica à perseguição realizada no mesmo dia, no máximo até a noite seguinte. Além daquele ponto, a necessidade de descanso do perseguidor exigirá de qualquer modo uma pausa.

Existem vários graus de perseguição imediata, de acordo com a sua natureza.

A primeira perseguição é realizada apenas pela cavalaria. Isto normalmente eqüivale mais a manter o inimigo sob vigilância e num estado de alarme do que à aplicação de uma intensa pressão, uma vez que essa pressão pode ser facilmente eliminada pelo menor obstáculo natural. A cavalaria pode ser eficaz contra unidades isoladas de tropas desmoralizadas e fracas, mas se defrontar-se com a força principal do inimigo, só poderá atuar como uma força auxiliar. As reservas recém chegadas do inimigo podem proteger a sua retirada, e o primeiro obstáculo natural insignificante pode reunir todas as forças e tornar eficaz uma resistência. A única exceção é um exército que já esteja de fato em fuga e a caminho de uma total desintegração.

O segundo grau de perseguição é realizado por uma forte vanguarda de todas as forças, incluindo evidentemente o grosso da cavalaria. Este tipo de perseguição acossa o inimigo até que ele atinja um local em que a sua retaguarda possa oferecer uma forte resistência, ou até que todo o seu exército possa assumir uma nova posição. Como não existe uma grande probabilidade de ocorrer qualquer das duas

situações, a perseguição vai mais longe. Ela não durará, entretanto, mais do que uma hora ou no máximo algumas horas, caso contrário a vanguarda pode tender a perder contato com o seu apoio.

O terceiro e mais elevado grau de perseguição mantém todo o exército vitorioso avançando enquanto as suas forças o permitirem. Neste caso, a simples ameaça de um ataque, ou de que um flanco seja contornado, fará com que a força derrotada abandone a maioria das posições que o terreno possa lhes proporcionar. Além disto, a sua retaguarda terá menos probabilidades de envolver-se em ações firmes destinadas a retardar a perseguição.

Em todos os três casos, o cair da noite encerra as ações, mesmo que ainda não tenham sido consideradas terminadas. A rara exceção em que a perseguição é realizada durante toda a noite deve ser classificada como uma perseguição extraordinariamente intensificada.

Considerando o fato de que nas operações noturnas quase tudo é deixado ao sabor do acaso, e que as formaturas e as rotinas normais terão desaparecido de qualquer maneira ao fim do combate, podemos perfeitamente concluir que os dois comandantes relutarão em aceitar a idéia de continuar as operações no escuro. A menos que o êxito esteja assegurado pelo completo desbaratamento das forças derrotadas, ou pelas excepcionais virtudes do exército vitorioso, tudo será deixado muito por conta da sorte, e nenhum comandante, nem mesmo o mais audacioso, achará que isto seja do seu agrado. Como regra geral a noite põe um fim à perseguição, mesmo que a decisão tenha ocorrido apenas pouco tempo antes de escurecer. A noite proporciona ao perdedor a oportunidade de descansar e reagrupar-se, ou de um novo avanço se decidir continuar a retirada sob a proteção da escuridão.

Após esta pausa, o perdedor verá sem dúvida que a sua situação melhorou consideravelmente. Uma parte significativa da confusão terá sido solucionada, nova munição terá sido distribuída e a força como um todo terá sido reorganizada. Qualquer novo choque com o vitorioso constituirá um novo engajamento e não a continuação do antigo e, enquanto esse engajamento de algum modo não oferecer uma promessa de êxito absoluto, será pelo menos um novo início e não apenas uma operação de limpeza por parte do vitorioso.

Assim, sempre que o vitorioso puder manter a perseguição durante a noite - mesmo que seja apenas com um forte destacamento de todas as armas - os efeitos da sua vitória terão uma dimensão muito maior. As batalhas de Leuthen e de Belle Alliance são exemplos disto.

Este tipo de operação é basicamente tática, e só mencionamos isto para deixar claro em nossas mentes a diferença que ela pode causar no efeito proporcionado por uma vitória.

Esta perseguição imediata até a próxima pausa é prerrogativa do vitorioso e raramente tem qualquer relação com os seu planos posteriores e com a sua situação a partir daquele momento. Esses planos e essa situação podem reduzir consideravelmente o êxito de uma grande vitória, mas não podem impedir este aproveitamento imediato. Mesmo que possamos imaginar situações deste tipo, elas serão tão raras que não podem exercer qualquer influência significativamente sobre a teoria.

Este é um dos pontos em que a experiência militar recente abriu todo um novo campo de energia. Em guerras anteriores, menores no seu alcance e mais estreitamente circunscritas, foram criadas convenções que restringiram desnecessariamente muitos aspectos das operações e desta em particular. *A simples idéia, a honra* da vitória, parecia ser tudo no que dizia respeito aos comandantes. A destruição efetiva das forças inimigas era para eles apenas um dos diversos meios de guerra - certamente não o principal, menos ainda o único. Eles estavam sempre prontos a embainhar suas espadas tão logo o inimigo baixasse a sua. Tendo sido obtida uma decisão, parava-se naturalmente de lutar: qualquer derramamento de sangue posterior a isto era considerado desnecessariamente brutal.

Esta filosofia espúria não constituía o fundamento completo para uma decisão. Ela expressava, entretanto, uma atitude que assegurava uma pronta justificativa num interrogatório e dava muito peso à alegação de exaustão geral e de impossibilidade física de dar continuidade ao combate. Evidentemente, nada é mais natural do que pouparmos as tropas vitoriosas quando não houver outras disponíveis, ainda mais se esperarmos que as tarefas que teremos pela frente serão bem maiores do que podemos enfrentar, como normalmente são quando é mantida uma ofensiva. Mas este tipo de raciocínio estava errado: evidentemente quaisquer futuras perdas causadas por uma perseguição prolongada seriam proporcionalmente bem menores do que as que o inimigo iria sofrer. Somente quando as forças combatentes não fossem consideradas um fator essencial poderia surgir a possibilidade anterior. Assim, verificamos que em guerras anteriores, somente os maiores heróis - Carlos XII, Marlborough, Príncipe Eugênio, Frederico o Grande - dariam prosseguimento a uma vitória já suficientemente decisiva, através de uma vigorosa perseguição. Os outros Generais, por via de regra, ficavam satisfeitos em permanecer com a posse do terreno. A guerra contemporânea, que é travada com um maior vigor em resposta ao maior âmbito das circunstâncias, rompeu estes limites convencionais: a perseguição é agora uma das principais preocupações do vitorioso e, assim, o número de troféus foi significativamente aumentado. Mesmo se existem entre as batalhas mais recentes exemplos em que isto não ocorreu, esses exemplos são exceções, e neles sempre ocorreram fatores anormais.

Nas batalhas de Gross-Gorschen e de Bautzen, só foi evitada uma derrota fragorosa devido à existência de uma excelente cavalaria aliada. Em Grossbeeren e em Dennewitz, ela foi evitada devido aos melindres por parte do Príncipe Herdeiro da Suécia, e em Laon, à idade e às más condições de saúde de Blucher.

Borodino oferece também um exemplo pertinente e não podemos deixar de dizer algo mais sobre ela - em parte porque não achamos que o assunto possa ser resolvido apenas culpando Bonaparte e, em parte porque pode parecer que este exemplo, juntamente com um considerável número de outros semelhantes, pode ser colocado naquela categoria que consideramos como sendo extremamente rara, quando desde o início da batalha o comandante estava com as mãos e os pés atados devido à sua situação geral.

Bonaparte tem sido severamente criticado, principalmente por historiadores franceses e por grandes admiradores seus (Vaudoncourt, Chambray, Ségur), por ter deixado de expulsar o exército russo do terreno, ou de não ter empregado a suas últimas forças remanescentes para esmagá-lo. Eles argumentam que o que foi apenas uma batalha perdida poderia ter sido uma derrota absolutamente fragorosa. Seríamos levados a desviar-nos muito do caminho se apresentássemos uma descrição detalhada da situação relativa dos dois exércitos. Mas muita coisa é evidente: que quando Bonaparte cruzou o Niemen tinha 300.000 homens naquele destacamento que iria participar da batalha de Borodino. Agora só restavam 120.000, e ele deve ter se perguntado se isto seria suficiente para marchar sobre Moscou - e parecia que tudo dependia de Moscou. A vitoria que ele acabara de conquistar tornara-o razoavelmente confiante de que tomaria a capital. Parecia extremamente improvável que os russos pudessem travar uma outra batalha dentro de uma semana, e era em Moscou que ele esperava obter a paz. Ele poderia, evidentemente, ter se sentido mais seguro de obter a paz se o exército russo tivesse sido completamente destruído, mas a sua maior prioridade ainda era chegar a Moscou e chegar lá com uma força suficiente para estar em condições de impor a sua vontade à capital e, assim, ao governo e ao Império Russo.

O que ocorreu foi que a força que finalmente chegou a Moscou era inadequada para a tarefa que teria que realizar, mas teria sido ainda mais inadequada se, no processo de esmagar o exército russo, Napoleão houvesse destruído também o seu. Ele estava plenamente ciente deste fato e, ao nosso ver, está inteiramente justificado. Apesar disto, não devemos incluir este exemplo entre aqueles em que a situação geral obrigou o comandante a privar-se de levar adiante a sua vitória através de uma

perseguição imediata. Na realidade, nunca houve qualquer dúvida quanto à perseguição como tal. A batalha foi decidida em torno das 16 horas, mas os russos ainda mantinham a posse da maior parte do campo de batalha, e não tinham qualquer intenção de se retirar. E o que é pior, teriam enfrentado um novo ataque com uma resistência obstinada e embora isto os levasse a um desastre certo, teria também infligido novas e pesadas perdas aos franceses. A batalha de Borodino, como a de Bautzen, está portanto entre aquelas que *nunca foram travadas até o fim.* Em Bautzen, o lado derrotado decidiu deixar logo o campo de batalha. Em Borodino, o vitorioso decidiu contentar-se apenas com uma vitória parcial - não porque pensasse que a questão ainda estivesse duvidosa, mas porque uma vitória total teria lhe custado mais do que os benefícios que poderia obter.

Voltando ao nosso assunto, as observações feitas com relação à perseguição imediata levam-nos à seguinte conclusão: a importância da vitória é determinada principalmente pelo vigor com que é realizada a perseguição imediata. Em outras palavras, a perseguição constitui o segundo ato da vitória e, em muitos casos, é mais importante do que o primeiro. Neste ponto a estratégia aproxima-se da tática para receber dela a tarefa que foi concluída, e o seu primeiro exercício de autoridade é exigir que a vitória deva ser realmente completa.

Raramente, contudo, as repercussões de uma vitória cessam ao término da primeira perseguição. Ela é apenas o começo do verdadeiro desenrolar dos acontecimentos para os quais a vitória forneceu o ímpeto. Como afirmamos anteriormente, esse desenrolar dos acontecimentos será influenciado por outros fatores que ainda não examinamos. Iremos agora examinar os aspectos mais comuns da perseguição, de modo a evitar uma repetição mais tarde.

No prosseguimento da perseguição podemos perceber três gradações. A primeira consiste meramente em seguir o inimigo. A segunda em exercer uma pressão sobre ele e a terceira em realizar uma marcha numa direção paralela à dele, para interceptar a sua retirada.

Se seguirmos simplesmente o inimigo, ele continuará se retirando até que sinta-se pronto para um outro engajamento. Em outras palavras, este tipo de perseguição seria suficiente para eliminar o efeito da superioridade obtida em combate. Além disto, o vitorioso tomaria tudo que o derrotado não pudesse levar com ele: doentes e feridos, soldados extraviados, bagagem e carroças de todos os tipos. Seguir simplesmente o inimigo, entretanto, não acelerará por si só a cessação das atividades das suas forças, enquanto a pressão e as marchas paralelas o farão.

Ao empregar o próximo grau mais elevado de perseguição após a vitória, não ficamos satisfeitos em seguir simplesmente o inimigo até a sua posição anterior e em ocupar o máximo de terreno que ele estiver disposto a nos ceder. Ao invés disto, providenciamos para que em cada etapa seja exigido algo mais: as nossas unidades mais avançadas estão equipadas para atacar a retaguarda do inimigo sempre que ela tentar ocupar uma posição, acelerando assim a retirada do inimigo e promovendo a sua desintegração. Isto ocorre principalmente porque a sua retirada tem que assumir a forma de uma fuga contínua e ininterrupta. Nada é mais repugnante para um soldado do que ouvir os canhões do inimigo uma vez mais, logo no momento em que ele está se preparando para descansar após uma marcha intensa. Esta sensação, repetida dia após dia, pode levar a um estado de pânico absoluto. Um reconhecimento constante de que o inimigo é superior e de que a resistência está acima da sua capacidade, certamente será extremamente danoso para o moral da tropa. A pressão é pior quando força o exército que está em retirada a realizar marchas noturnas. Se ao por do sol o vitorioso expulsar o inimigo do acampamento que ele escolheu para todo o seu exército, ou para a sua retaguarda, o exército derrotado terá que marchar à noite ou, pelo menos, mudar-se para uma nova posição e retirar-se ainda mais - o que vem a ser quase o mesmo. Enquanto isto, o exército vitorioso passa uma noite tranqüila.

Os planos para as marchas e a escolha das posições dependem, aqui como em qualquer outro lugar, de uma grande variedade de fatores, principalmente dos suprimentos, de características excepcionais do terreno, de grande cidades e assim por diante. Seria portanto um rematado pedantismo demonstrar através de uma análise geométrica como o perseguidor, estando em superioridade, pode manter o exército que está em retirada marchando noite após noite enquanto os seus homens estão descansando. Mas continua sendo um fato, e um fato vantajoso, que uma perseguição planejada deste modo pode ter esta tendência e, deste modo, tornar-se-á imensamente mais eficaz. A razão pela qual isto raramente é posto em prática é que o próprio exército perseguidor achará que esse procedimento é mais difícil do que o de observar as horas normais de trabalho e encerrar as suas atividades todo dia à mesma hora. É muito mais fácil levantar acampamento no início da manhã, ocupar o próximo ao meio dia, passar o resto do dia reabastecendo e dormir à noite, do que basear as suas movimentações exatamente pelas do inimigo, tomar todas as decisões em cima da hora, levantar acampamento de madrugada num dia e ao anoitecer no dia seguinte, sempre enfrentando o inimigo, algumas vezes durante horas, trocando tiro por tiro, fazendo escaramuças e planejando contornar o seu flanco. Em

resumo, empregando todos os artifícios táticos que a situação exigir. Isto evidentemente coloca um grande peso sobre os ombros do perseguidor, e a guerra traz tantos pesos que é simplesmente humano eliminar qualquer um que pareça ser de algum modo evitável. Estas considerações são válidas, quer se apliquem a todo o exército ou, o que é mais comum, a uma vanguarda poderosa. As razões acima explicam porque este tipo de perseguição - a aplicação de uma pressão constante sobre o exército derrotado - é relativamente raro. Até mesmo Bonaparte fez pouco uso dele em sua campanha russa de 1812. A razão é evidente: as dificuldades e as agruras daquela campanha já eram suficientes para ameaçar o seu exército de um completo desastre antes que atingisse o seu propósito. Mas em outras campanhas os franceses destacaram-se pela sua energia com relação também a este aspecto.

Finalmente, o terceiro grau de perseguição, e o mais eficaz, toma a forma de uma marcha realizada numa direção paralela à do inimigo, em direção ao objetivo imediato da sua retirada.

Todo exército derrotado tem um primeiro ponto para onde se retirar - mais ou menos distante - ao qual ele está extremamente ansioso para chegar. Possivelmente ele representa uma ameaça ao prosseguimento da sua retirada, assim como um desfiladeiro, ou pode essencial chegar a esse objetivo antes do inimigo, porque é uma grande cidade, uma base de abastecimento, ou algo do gênero, ou, finalmente, pode ser um ponto em que o exército espera obter um novo poder de resistência, como no caso de uma posição fortificada, uma reunião com outras forças e assim por diante.

Se o perseguidor, utilizando uma estrada secundária, procurar chegar a esse objetivo, pode evidentemente fazer com que o inimigo aumente a sua velocidade de retirada a um grande custo. Ele pode fazer com que a sua retirada seja feita desordenadamente e transforme-se finalmente, numa debandada. Só restam à força derrotada três maneiras de enfrentar isto. A primeira é voltar-se em direção ao inimigo e tentar, através de um ataque de surpresa, provocar uma mudança para melhor que a situação realmente não proporciona. Isto evidentemente exige um comandante audacioso e enérgico e tropas de primeira categoria - abatidas talvez, mas longe de estarem totalmente derrotadas. Um exército que se retira, portanto, raramente é capaz de fazer uso deste recurso.

A segunda maneira é acelerar a retirada. Mas isto é exatamente o que o vitorioso quer. Isto provavelmente esgotará os soldados e fará com que diversos fiquem para trás, que os canhões e os meios de transporte tornem-se incapazes de serem utilizados e isto, consequentemente, causará enormes perdas.

A terceira maneira é fazer um desvio, evitando assim o ponto de interceptação mais próximo, acreditando que afastando-se a uma distância maior do inimigo seria exigido um menor esforço e impediria que a pressa provocasse outras perdas. Esta é a pior de todas as maneiras. Pode ser comparada a dívidas adicionais contraídas por uma pessoa falida, e leva normalmente a dificuldades ainda maiores. Na realidade, pode haver casos em que esta linha de ação é recomendável, e outros em que é ela a única saída. Pode mesmo haver casos em que ela tenha dado certo. De uma maneira geral, entretanto, ela certamente é escolhida nem tanto pela convicção de que é a melhor maneira de chegar ao propósito com segurança, mas por um outro motivo menos meritório: o temor de aproximar-se do inimigo. Pobre do General que sucumbe a tal temor! Não importa quão baixo esteja o moral da tropa, quão justa seja a apreensão de estar em desvantagem num combate com o inimigo, a situação somente será agravada se ele esquivar-se covardemente a cada oportunidade de estabelecer contato. Bonaparte nunca teria sido capaz de voltar através do Reno em 1813, mesmo com os trinta a quarenta mil homens que lhe restaram após a batalha de Hanau, se tivesse recusado o combate ali e tentado cruzar o rio em Mannheim, ou em Coblenz. Tais engajamentos secundários, cuidadosamente planejados e executados, nos quais o exército derrotado, estando na defensiva, é capaz de colher os benefícios do terreno, *são os verdadeiros meios de iniciar uma recuperação do moral da tropa.*

Mesmo um pequeno êxito pode realizar maravilhas. Ainda assim, a maioria dos Generais tem que superar uma grande relutância para fazer a tentativa. À primeira vista a evasiva parece ser muito mais fácil e normalmente é preferida. Esta mesma evasiva muitas vezes atende mais ao propósito do vencedor do que qualquer outra coisa, e frequentemente termina na destruição total da força derrotada. Estamos falando evidentemente de um exército como um todo, não de uma parte dele que tenha sido isolada e que esteja tentando reunir-se ao resto através de um desvio. Esta é uma situação é diferente, e o êxito nesse caso é improvável. Mas existe uma condição relacionada com esta corrida para chegar a um determinado objetivo: parte da força do vitorioso deve seguir o exército em retirada pela estrada que ele seguiu, destruindo tudo que ele deixar para trás e impressionar a força perseguida com a sua presença. Blucher, cuja perseguição após a batalha de Belle Alliance foi um modelo em todos os outros aspectos, não percebeu isto.

Marchas deste tipo enfraquecem realmente a foça perseguidora. Elas não são recomendadas quando o inimigo puder recuar até reunir-se a uma outra força (de tamanho razoável), quando no comando das forças inimiga estiver um General de primeira categoria e a sua destruição ainda não

estiver bem adiantada. Entretanto, quando pudermos utilizar este meio, ele funcionará como uma máquina eficiente. As perdas do exército derrotado, devidas a doenças e ao cansaço, são flagrantemente desproporcionais e todo o seu moral é enfraquecido e reduzido devido ao temor constante de um desastre iminente, até que no fim é inconcebível realizar uma resistência organizada.

Milhares de prisioneiros são feitos a cada dia, sem que seja dado um único golpe. Em tais momentos de boa sorte, o vitorioso não deve ter medo de dividir as suas forças para cercar tudo o que estiver ao alcance do seu exército, isolar as unidades afastadas, tomar fortificações que forem surpreendidas desprevenidas, ocupar grandes cidades e assim por diante. Ele pode fazer tudo o que quiser, até que a situação se altere. Quanto mais ousadia tiver ele, mais tarde esse momento chegará.

Existem muitos exemplos destes efeitos brilhantes das grandes vitórias e de perseguições de primeira categoria nas Guerras Napoleônicas. Seria suficiente lembrar as batalhas de Jena, de Regensburgo, de Leipzig e de Belle Alliance.

CAPÍTULO TREZE

A Retirada após uma Batalha Perdida

Quando uma batalha é perdida - a força do exército é despedaçada - o seu moral ainda mais do que a sua força física. Uma segunda batalha, sem a ajuda de fatores novos e favoráveis, significaria uma derrota completa, talvez até mesmo a destruição total. Este é um axioma militar. Está na natureza das coisas que uma retirada deva prosseguir até que seja restabelecido o equilíbrio de poder - seja através de reforços, ou da proteção de poderosas fortificações, ou por haver o inimigo estendido demais as suas linhas de comunicação. A magnitude das perdas, a dimensão da derrota e, o que é mais importante, a natureza do inimigo, determinarão com que brevidade voltará o momento de equilíbrio. Existem na realidade muitos exemplos de uma força derrotada sendo capaz de reagrupar-se após percorrer apenas uma pequena distância, sem que a sua situação tivesse sofrido qualquer alteração desde o momento da batalha. A explicação para isto está no baixo moral do vitorioso, ou no fato de que a superioridade conquistada na batalha não foi suficiente para produzir o seu impacto.

Para aproveitar qualquer fraqueza ou erro por parte do inimigo, não cedendo uma polegada de terreno a mais do que a força das circunstâncias exigir e, principalmente, para manter o moral o mais elevado possível, é absolutamente necessário realizar uma pequena retirada lutando, enfrentando corajosamente o perseguidor sempre que ele tentar tirar muito proveito da sua vantagem. As retiradas de grandes comandantes e de exércitos experientes são sempre como a retirada de um leão ferido, e isto indiscutivelmente é também teoricamente preferível.

Quando uma posição perigosa tem que ser abandonada, muitas vezes perde-se tempo em formalidades banais, agravando deste modo o perigo. Neste caso, tudo depende de sair o mais rapidamente possível. Os comandantes experientes consideram isto muito importante. Mas não deve ser confundido com uma retirada geral. Qualquer pessoa que acredite então que umas poucas marchas forçadas lhe darão um bom começo e o ajudarão a opor resistência está perigosamente enganada. Os primeiros movimentos têm que ser quase que imperceptivelmente curtos, e deve ser uma regra geral não deixar o inimigo impor a sua vontade. Esta regra não pode ser posta em prática sem travar violentos engajamentos com o inimigo perseguidor, mas é uma regra que vale a pena ser observada. De outra forma a velocidade está fadada a aumentar até que a retirada transforme-se numa debandada. Mais homens serão perdidos ficando para trás do que teriam sido perdidos em combates na retaguarda. E os últimos vestígios de coragem terão desaparecido.

O meio de pôr em prática a regra acima consiste em diversos fatores: uma forte retaguarda, composta pelos melhores soldados, liderada pelo General mais corajoso e apoiada nos momentos

cruciais pelo resto do exército; a habilidosa utilização do terreno; vigorosas emboscadas sempre que a ousadia da vanguarda do inimigo e o terreno permitirem. Em suma, consiste em planejar e iniciar engajamentos regulares em menor escala.

O grau de dificuldade envolvido numa retirada depende, evidentemente, de ter sido a batalha travada em condições favoráveis e da intensidade do combate. Jena e Belle-Alliance mostram que qualquer tipo de retirada ordeira torna-se impossível se lutarmos até o fim contra um inimigo superior.

Aqui e ali tem sido sugerido (por Lloyd e por Bulow, por exemplo) que as forças que se retiram devem ser divididas. Deveriam retirar-se em colunas separadas, ou até mesmo através de caminhos divergentes. Deve ficar claro que não estamos falando aqui de uma separação feita simplesmente por conveniência da marcha, na qual são mantidas a opção e a intenção de combater conjuntamente. Qualquer outro tipo de separação é extremamente perigoso. Não é lógico e seria um grande erro. Uma batalha perdida sempre tende a ter um efeito debilitante e desintegrador. A necessidade imediata é reagrupar, restabelecer a ordem e recuperar a coragem e a confiança na concentração das tropas. É absurdo pensar que um inimigo, no momento em que está levando adiante a sua vitória, possa ser fustigado nos seus dois flancos por uma força dividida. Isto pode possivelmente impressionar um General oponente que não seja mais do que um pedante covarde e, neste caso, pode-se tentar. Mas a menos que estejamos certo deste tipo de fraqueza, seria melhor não tentar. Quando a situação estratégica após a batalha exigir que o nosso flanco seja protegido por destacamentos independentes, isto terá que ser feito da maneira mais restrita possível. Mas esta separação deve ser vista sempre como um inconveniente, e normalmente não estamos em condições de realizá-la no dia seguinte à batalha.

Frederico o Grande, após a batalha de Kolin e o levantamento do sítio de Praga, retirou-se em três colunas. Mas não fez isto por sua livre e expontânea vontade, mas porque situação das suas forças e a necessidade de proteger a Saxônia não lhe deixaram outra alternativa. Bonaparte, após a batalha de Brienne, determinou que Marmont voltasse para o Aube enquanto ele atravessava o Sena e voltava-se em direção a Troyes. Isto só não terminou em desastre porque os aliados, ao invés de seguí-lo, também dividiram as suas forças: uma parte, sob o comando de Blucher, dirigiu-se para o Marne, enquanto que a outra, sob o comando de Schwarzenberg, temendo estar muito fraca, avançou extremamente devagar.

CAPÍTULO QUATORZE

Operações Noturnas

A condução e os aspectos peculiares das operações noturnas são uma questão de tática. Só as examinaremos na medida em que em que constituem uma forma diferente de guerra.

Um ataque noturno é basicamente apenas uma incursão reforçada. À primeira vista parece ser altamente eficaz: supostamente o defensor é apanhado de surpresa, enquanto que o atacante está, evidentemente, bem preparado para o que está prestes a acontecer. Que luta desigual! Imaginamos uma total confusão num dos lados e, no outro, um atacante preocupado simplesmente em aproveitar-se dessa confusão. Esta imagem explica os inúmeros planos para ataques noturnos formulados por aqueles que nunca os comandaram, nem aceitaram a responsabilidade por eles. Na prática são muito raros.

Todas estas idéias pressupõem que o atacante conhece toda a disposição da defesa que, tendo sido previamente planejada e executada, não pode escapar do seu reconhecimento e da sua inteligência. Por outro lado, os preparativos do atacante, feitos somente no momento da execução, devem permanecer desconhecidos pelo outro lado. Mas nem mesmo esta última situação ocorre sempre, e a primeira é ainda menos comum. A menos que o inimigo esteja tão próximo que possa ser visto (como Frederico o Grande estava dos austríacos antes da batalha de Hochkirch), o conhecimento da sua localização será incompleto. Ela será obtida através do reconhecimento, de patrulhas, das declarações de prisioneiros e de espiões, e nunca poderá ser realmente confiável, pela simples razão que todas estas informações estão sempre um pouco desatualizadas e o inimigo pode ter, neste ínterim, mudado a sua posição. Além do mais, com o antigo sistema de táticas e de acampamentos era muito mais fácil descobrir a localização do inimigo do que hoje em dia. Uma linha de tendas é mais facilmente notada do que um conjunto de barracas, um bivaque é ainda mais difícil de ser notado, e uma linha de combate disposta numa formação linear pode ser notada mais facilmente do que uma que consista de divisões em colunas, o que agora é a regra geral. É possível ter uma perfeita visão da área em que uma divisão está acampada desta maneira, e ainda ser capaz de formar uma clara imagem da sua disposição.

E a disposição da defesa não é tudo que precisamos conhecer. É igualmente importante conhecer as medidas que ela tomará ao longo do combate. Afinal de contas, ela não disparará simplesmente os seus canhões às cegas. Como estas decisões táticas passaram a ser mais importantes do que as posições iniciais, tornou-se hoje mais difícil realizar ataques noturnos de surpresa na guerra do que antigamente. Hoje em dia um defensor pode posicionar as suas tropas com mais flexibilidade e a guerra moderna permite assim que ele surpreenda o inimigo com golpes inesperados.

Numa operação noturna, portanto, raramente o atacante conhece suficientemente a defesa, se é que alguma vez a conhece, para compensar a sua falta de observação visual.

O defensor tem uma outra ligeira vantagem: o terreno que ele ocupa é melhor conhecido por ele do que pelo atacante, da mesma maneira que um homem pode achar mais facilmente o seu caminho no escuro em seu próprio quarto do que um estranho. Ele pode encontrar e reunir todas as partes componentes das suas forças mais rapidamente do que o seu atacante.

Disto tudo resulta que o atacante precisa tanto dos seus olhos nas operações noturnas quanto a defesa. É necessário portanto que haja razões especiais para justificar um ataque noturno.

De uma maneira geral essas razões afetam partes secundárias do exército, raramente o exército como um todo. Ocorre que, como regra geral, as incursões noturnas ocorrem em pequenos engajamentos e raramente em grandes batalhas.

Uma parte secundária da força do inimigo pode ser facilmente atacada e cercada, embora tenha superioridade numérica. Podemos capturá-la intacta, ou infligir-lhe graves perdas, obrigando-a a lutar com grande desvantagem - desde que todas as outras condições sejam favoráveis. Mas este tipo de plano só pode ser executado como uma completa surpresa. Nenhuma parte da força do inimigo jamais estaria disposta a lutar em condições tão desiguais. Seria mais provável que ela se retirasse. O elemento surpresa, por sua vez, só pode estar presente, com as raras exceções de áreas densamente arborizadas, com o auxílio da escuridão. Assim, se desejarmos aproveitar este tipo de vantagem devido à posição desvantajosa de uma unidade inimiga, devemos utilizar a noite, pelo menos para terminar os nossos preparativos, mesmo que o engajamento real não vá ser realizado muito antes do nascer do sol. Isto explica todas as pequenas operações noturnas realizadas contra postos avançados e outras unidades menores. Elas são essencialmente destinadas, através da superioridade e do cerco, a envolver o inimigo, que de nada suspeita, num engajamento em condições tão desiguais que ele não possa escapar sem sofrer graves perdas.

Quanto maior for a força que está sendo atacada, mais difícil será a operação. Uma força maior dispõe de grandes recursos internos e pode continuar lutando até que chegue ajuda.

É por isto que em situações normais este tipo de ataque não pode ser empregado contra toda a força do inimigo. Embora um exército inteiro não possa esperar por ajuda externa, os seus recursos próprios são suficientes para repelir um ataque desferido de diversos lados, principalmente hoje em dia, quando estes ataques são tão comuns que todo mundo está adestrado para lidar com eles. O êxito de um ataque envolvente normalmente depende de fatores que nada têm a ver com a surpresa. Não precisamos falar deles aqui. Basta dizer que enquanto o envolvimento pode oferecer grandes recompensas, pode

envolver também grandes riscos. Assim, exceto em situações especiais, só pode ser justificado através de uma grande superioridade, assim como pode ser, evidentemente, concentrado sobre uma parte secundária de um exército.

Envolver e cercar uma pequena unidade inimiga, principalmente sob a proteção da noite, é uma operação mais viável por um outro motivo. As tropas designadas para a tarefa, não importa o quanto sejam superiores, com toda a probabilidade só constituirão uma fração da força total, e é mais seguro arriscar apenas uma parte numa operação arriscada do que todo o exército. E os próprios riscos são ainda mais reduzidos pelo fato de que a força de assalto será protegida e apoiada por uma força maior, ou até mesmo por todo o exército.

As operações noturnas não são simplesmente arriscadas, são também difíceis de executar. Isto também restringe o seu tamanho. Sendo a surpresa a sua essência, aproximar-se sem ser visto deve ser uma consideração primordial. Isto também é mais fácil para os pequenos destacamentos do que para os grandes, e raramente é viável para as colunas de um exército inteiro. Consequentemente, as operações deste tipo normalmente têm como objetivos postos avançados isolados. Só podem ser empregadas contra uma unidade maior se os seus postos avançados forem inadequados, como foi o caso de Frederico o Grande em Hochkirch. Estas condições, por sua vez, são menos prováveis de serem obtidas no caso de um exército inteiro do que no de suas partes secundárias.

Recentemente a guerra tem sido travada com uma energia e uma velocidade tão maiores que algumas vezes os exércitos têm que acampar muito próximos um do outro, e sem dispor de um forte sistema de postos avançados. Isto coincide sempre com as etapas críticas que normalmente antecedem a uma decisão. Naquela etapa, entretanto, os dois exércitos estão num maior estado de prontidão para o combate. Nas guerras anteriores, por outro lado, o procedimento normal era muitas vezes os exércitos acamparem à vista um do outro, mesmo quando o seu propósito era manter o outro sob controle - e isto podia durar algum tempo. Durante semanas a fio, Frederico o Grande acamparia tão perto dos austríacos que os dois lados poderiam ter trocado tiros de canhão.

Embora esses acampamento certamente favorecessem as incursões noturnas, elas foram abandonadas nas guerras mais recentes. Hoje em dia os exércitos não são mais organismos independentes, auto-suficientes em questões de abastecimento e de acampamento: de um modo geral, eles consideram sensato deixar um dia inteiro de marcha entre eles e o inimigo.

Se examinarmos agora a questão das incursões noturnas contra um exército inteiro, ficará evidente que as razões adequadas para este tipo de operação são raras. Podem ser encontradas as seguintes causas:

1. Uma excessiva negligência ou provocação por parte do inimigo. Isto é raro. Quando ocorre é normalmente compensada por um moral indiscutivelmente superior.
2. Uma onda de pânico no exército inimigo ou, em geral, um caso em que o moral do atacante seja tão superior que é capaz de preencher o lugar da orientação em combate.
3. Abrir caminho lutando através de uma força inimiga superior pela qual se está cercado. Neste caso, o elemento surpresa é crucial. O único propósito - escapar - permite uma concentração de forças muito maior.
4. Finalmente, situações desesperadas em que as nossas tropas sejam tão inferiores numericamente que somente a extrema ousadia ofereça qualquer probabilidade de êxito.

Deve ser lembrado que todos estes casos só são válidos numa situação em que o exército inimigo estiver à vista e não estiver sendo protegido por uma vanguarda.

A propósito, a maioria das operações noturnas é planejada para terminar ao raiar do dia, sendo a escuridão utilizada para proteger apenas a aproximação e o primeiro ataque. Isto permite que o atacante aproveite melhor a confusão em que lança o inimigo. Os engajamentos que não têm início até o nascer do sol, e nos quais a escuridão é utilizada simplesmente para a aproximação, não são de modo algum verdadeiras operações noturnas.

LIVRO CINCO

Forças Militares

CAPÍTULO UM

Esboço Geral

As forças militares serão examinadas a partir dos seguintes pontos de vista:

1. O seu poderio numérico e a sua organização
2. A sua situação quando não estiver em combate
3. A sua manutenção
4. A relação geral existente entre elas, o país e o terreno

Este livro não tratará do combate propriamente dito, mas daqueles aspectos das forças armadas que devem ser vistos como sendo *necessários à ação militar*. Eles estão mais ou menos estreitamente relacionados com o combate e interagem com ele, de modo que serão frequentemente mencionados em nossa análise dos empregos do combate. Mas primeiro cada um deles deve ser examinado como constituindo uma entidade independente, com as suas próprias características.

CAPÍTULO DOIS

O Exército, o Teatro de Operações e a Campanha

A própria natureza da questão faz com que seja impossível apresentar uma definição precisa destes diferentes fatores de espaço, tamanho e tempo, mas para que não sejamos mal entendidos, tentaremos esclarecer o emprego comum destes termos, que na maioria dos casos gostamos de adotar.

1. TEATRO DE OPERAÇÕES

Por "teatro de operações" referimo-nos, rigorosamente falando, a um setor da área total da guerra que possui limites protegidos e, portanto, um certo grau de independência. Esta proteção pode consistir em fortificações ou em grandes obstáculos naturais, ou até mesmo numa distância significativa entre aquele setor e o resto da área da guerra. Um setor deste tipo não é apenas uma parte do todo, mas uma entidade por si só subordinada a ele - dependendo de até que ponto as mudanças que ocorrem em outros locais da guerra o afetam, não direta mas indiretamente. Poderia ser encontrado um critério definitivo, imaginando um avanço num teatro, simultâneo a uma retirada no outro, ou uma ação defensiva em um, simultânea a uma ofensiva no outro. Não podemos ser sempre tão precisos: queremos simplesmente indicar aqui o ponto essencial.

2. O EXÉRCITO

É fácil definir um exército utilizando o conceito de "teatro de operações" - isto é, todas as forças localizadas num determinado teatro. Ainda assim, isto obviamente não abrange todos os empregos comuns do termo. Tanto Blucher e Wellington comandaram um exército diferente em 1815, muito embora estivessem no mesmo teatro de operações. Assim, o comando supremo é um outro critério para definir um exército. Os dois estão entretanto intimamente relacionados: quando as questões estiverem devidamente organizadas, só haverá um comandante supremo num único teatro. E um General no controle do seu próprio teatro de operações nunca deixará de ter um grau de independência adequado.

Ao estabelecer o significado do termo, o verdadeiro poderio do exército importa menos do que se poderia supor inicialmente. Quando diversos exércitos operam num *único teatro*, sob um comando conjunto, o termo não provém dos seus números, mas da sua história anterior.(Em 1813, por exemplo,

havia o Exército Silesiano, o Exército do Norte e assim por diante.) Um grande número de homens que eram designados para permanecer num determinado teatro de operações certamente seriam organizados em diferentes corpos, mas nunca em exércitos distintos. Este, de qualquer modo, não é o termo que seria utilizado, e o emprego parece estar fortemente vinculado à prática. Por outro lado, seria puro pedantismo reivindicar o termo "exército" para todo bando de guerrilheiros que opera por conta própria numa parte remota do país. Ainda assim, devemos admitir que ninguém pode achar estranho falar do "exército" de Vendée durante as Guerras Revolucionárias francesas, embora ele fosse muitas vezes pouco mais do que um bando de guerrilheiros. Os termos "exército" e "teatro de operações" normalmente andam portanto de mãos dadas, cada um corroborando o outro.

3. A CAMPANHA

É verdade que o termo "campanha" é muitas vezes empregado para designar todos os acontecimentos militares ocorridos ao longo de um ano civil em todos os teatros de operações, mas normalmente, e de uma maneira mais precisa, designa os acontecimentos ocorridos num *único* teatro de guerra. É mais difícil abandonar a idéia de um único ano porque as guerras não são mais interrompidas por longos períodos de tempo fixos nas campanhas anuais, no trimestre do inverno. Os acontecimentos ocorridos num determinado teatro de operações tendem a agrupar-se em seções de uma certa magnitude. Quando, por exemplo, uma catástrofe de proporções mais ou menos significativas deixa de produzir resultados diretos e novos desdobramentos começam a tomar forma. Deve-se ter em mente estas divisões naturais, para que seja atribuído a um ano ou a uma campanha toda a sua quota de acontecimentos. Ninguém irá pensar na campanha de 1812 como tendo terminado em Memel, só porque foi ali que os exércitos estavam em 1º de Janeiro de 1813, e considerar a posterior retirada francesa através do Elba como parte da campanha do ano seguinte: ela foi claramente uma parte de toda a retirada de Moscou.

O fato de que estes conceitos não podem ser definidos com maior precisão não deve ser considerado uma desvantagem. Ao contrário das definições científicas ou filosóficas, eles não são fundamentais para quaisquer regras. Destinam-se meramente a servir como uma maneira de obter uma maior clareza e uma maior precisão de linguagem.

CAPÍTULO TRÊS

Força Relativa

No Capítulo Oito do Livro Três chamei a atenção para a grande importância da superioridade numérica num engajamento e, concomitantemente, da superioridade numérica em geral, sob o ponto de vista da estratégia. Isto subentende a importância da força relativa, sobre a qual devemos acrescentar agora umas poucas observações detalhadas.

Um estudioso imparcial da guerra moderna deve admitir que a superioridade numérica está se tornando mais decisiva a cada dia. O princípio de empregar a maior força possível no engajamento decisivo deve ter, portanto, um valor bem maior do que tinha no passado.

A coragem e o moral de um exército sempre aumentaram a sua força física, e sempre aumentarão. Mas existem períodos na história em que foi obtida uma grande vantagem psicológica através de uma melhor organização e de equipamentos superiores. Outros em que o mesmo resultado foi obtido através de uma maior mobilidade. Algumas vezes foi uma questão de novas táticas. Em outros momentos a arte da guerra realizou um grande esforço para explorar habilmente o terreno em linhas amplas e abrangentes. Em algumas ocasiões, Generais conseguiram obter grandes vantagens sobre outro através destes meios. Mas os esforços deste tipo diminuíram, abrindo caminho para procedimentos mais simples e mais naturais. Se examinarmos de maneira imparcial as experiências das guerras recentes, devemos admitir que aqueles meios quase que desapareceram, tanto da campanha como um todo como dos engajamentos decisivos e, principalmente da grande batalha - como já expliquei no Capítulo Dois do livro anterior.

Os exércitos atuais são tão semelhantes una aos outros com relação às armas, ao adestramento e aos equipamentos, que existe pouca diferença nestas questões entre o melhor e o pior deles. A instrução ainda pode fazer uma considerável diferença entre os corpos técnicos, mas o que normalmente acontece é que um lado inventa aperfeiçoamentos e coloca-os em uso primeiro e o outro simplesmente os copia. Até mesmo os Generais mais antigos - Comandantes de Divisões e de Corpos - possuem, no que diz respeito à sua eficácia, quase que as mesmas idéias e métodos. O único fator restante que pode provocar uma acentuada superioridade, fora a familiaridade com a guerra, consiste nos talentos do Comandante-em-Chefe, que mal mantém uma relação constante com os padrões culturais do povo e do exército e que são, na realidade, deixados inteiramente ao acaso. A importância decisiva da força

relativa aumenta à medida em que nos aproximamos de uma situação de equilíbrio em todos os fatores acima.

As características da batalha moderna advém desta situação de equilíbrio. A batalha de Borodino, objetivamente estudada, igualou o Exército Francês, o melhor do mundo, ao Exército Russo que em grande parte da sua organização e adestramento individual era provavelmente o menos avançado. No conjunto da batalha não houve qualquer indício de uma competência ou de uma inteligência superior: foi simplesmente um teste de força, e nisto os dois exércitos eram quase iguais. O que ocorreu no fim foi meramente uma ligeira inclinação da balança a favor do lado que foi comandado com maior vigor e que estava mais familiarizado com a guerra. Escolhemos Borodino como uma ilustração, uma vez que é um exemplo raro de um envolvimento de números quase iguais.

Não afirmamos que todas as batalhas sejam assim, mas isto é característico da maioria delas.

Numa batalha que consista num teste de força lento e metódico, números maiores estão fadados a fazer com que um resultado favorável seja mais certo. De fato, na guerra moderna procuramos em vão por uma batalha na qual o lado vitorioso tenha triunfado sobre um exército com o dobro do seu tamanho. Antigamente isto acontecia de vez em quando. Com a única exceção de Dresden em 1813, Bonaparte, o maior General dos tempos modernos, sempre conseguiu reunir um exército numericamente superior, ou pelo menos não acentuadamente inferior, para as grandes batalhas nas quais foi vitorioso, e onde deixou de fazê-lo - como em Leipzig, Brienne, Laon e Belle-Alliance - foi derrotado.

Mas na estratégia normalmente força absoluta é uma quantidade determinada que um General não pode mudar. Apesar disto, isto não quer dizer que a guerra seja impossível para um exército cuja força seja acentuadamente inferior. A guerra nem sempre é o resultado de uma decisão política intencional - muito menos nas ocasiões em que existe uma grande desproporção entre as forças. Assim, devemos admitir qualquer tipo de força relativa: seria uma teoria de guerra peculiar se ela deixasse de existir exatamente quando houvesse uma extrema necessidade dela.

Não importa o quanto possa ser desejável ter números adequados para os fins da teoria, não é possível repudiar até mesmo o menos adequados, considerando-os inúteis. Não podem ser estabelecidos quaisquer limites absolutos.

Quanto mais limitada for a força, mais limitados devem ser os seus propósitos. Além disto, quanto mais limitada for a força, mais limitada será a sua duração. Estas duas direções permitem utilizar rotas de escape, por assim dizer, para o lado mais fraco. Quaisquer mudanças na condução da

guerra que sejam provocadas pela intensidade da força só poderão ser analisadas quando chegar a sua vez. Neste momento basta apresentar o ponto de vista geral. Mas, em nome da perfeição, deve ser acrescentado mais um ponto.

Quando o lado mais fraco é obrigado a lutar em desvantagem, a sua deficiência numérica deve ser compensada pela tensão interior e pelo vigor que o perigo inspira. Quando ocorre o oposto e o desespero causa abatimento em vez de heroísmo, a arte da guerra chegou evidentemente ao fim.

Se um aumento do vigor estiver associado a uma sensata limitação de propósitos, o resultado é esta associação de golpes brilhantes e de cuidadosas limitações que admiramos nas campanhas de Frederico o Grande.

Quanto menos a moderação e a cautela puderem realizar, maior será o predomínio do vigor e da tensão. Quando a disparidade de forças for tão esmagadora que nenhuma limitação dos nossos propósitos puder proporcionar uma proteção contra o fracasso, ou quando o período de perigo ameaçar ser tão prolongado que nem mesmo a maior economia de força puder levar ao êxito, a tensão aumentará, ou deveria aumentar, até transformar-se num único golpe decisivo. O exército duramente pressionado, não esperando receber ajuda onde nenhuma pode estar disponível, só pode confiar no moral elevado que o desespero provoca em todos os homens corajosos. Neste ponto, a maior coragem, possivelmente aliada a um estratagema audacioso, parecerá ser a maior sensatez. Quando o êxito estiver fora do alcance, uma derrota honrosa concederá pelo menos o direito de erguer-se novamente nos dias que virão.

CAPÍTULO QUATRO

A Relação Existente entre as Armas do Exército

Só analisaremos aqui as três principais armas: infantaria, cavalaria e artilharia.

Acreditamos que podemos ser perdoados pela análise a seguir, que na realidade pertence mais ao campo da tática. Ela é necessária aqui, no interesse da clareza.

Um engajamento é constituído de dois componentes essencialmente diferentes: o poder destruidor das armas de fogo e o combate corpo a corpo, ou individual. Este último pode ser utilizado tanto para o ataque como para a defesa (palavras empregadas aqui num sentido absoluto, uma vez que estamos falando nos termos mais amplos). A artilharia só é eficaz através do seu poder de fogo destruidor. A cavalaria só através do combate individual. A infantaria através destes dois meios.

No combate corpo a corpo, a característica da defesa é resistir, permanecendo da maneira em que estava, fixa no terreno, enquanto que o movimento é a característica do ataque. A cavalaria é totalmente incapaz de agir da primeira maneira, mas tem a primazia na última, assim, só é apropriada para o ataque. A infantaria é melhor em resistir, mas não deixa de ter alguma capacidade de se movimentar.

Esta distribuição de forças militares essenciais entre as três principais armas demonstra a superioridade e a versatilidade da infantaria em comparação às outras duas: somente ela reúne todas as três qualidades. Isto explica também como na guerra uma combinação das três armas leva a um emprego mais completo de todas elas. Esta combinação possibilita ao combatente reforçar de acordo com a sua vontade qualquer das funções que na infantaria estão inseparavelmente unidas.

Nas guerras recentes o papel principal tem sido desempenhado indubitavelmente pelo poder destruidor das armas de fogo: mas não é menos evidente que a verdadeira, a real essência de um engajamento está no combate pessoal de homem contra homem. Um exército constituído simplesmente de artilharia seria, portanto, absurdo na guerra. Um exército constituído apenas de cavalaria é concebível, mas teria pouca força em profundidade. Um exército constituído simplesmente de infantaria não só é concebível, como seria muito mais forte. O grau de independência das três armas é, portanto, infantaria, cavalaria e artilharia.

Mas a sua ordem de importância é totalmente diferente quando cada uma delas está cooperando com as outras duas. Sendo a destruição um fator mais eficaz do que a mobilidade, a total ausência de cavalaria demonstraria ser menos debilitante para um exército do que a ausência total de artilharia.

Um exército constituído apenas de infantaria e de artilharia se encontraria certamente em desvantagem quando confrontado por um composto das três armas. Mas se ele quisesse compensar a falta da cavalaria com uma força de infantaria *proporcionalmente* maior, uma alteração nos seus planos táticos permitiria que ele se saísse razoavelmente bem. Os destacamentos avançados poderiam representar algumas dificuldades: não poderia haver uma perseguição vigorosa de um inimigo derrotado, e a sua própria retirada causaria maiores contratempos e um maior esforço. Mas somente estas dificuldades dificilmente seriam suficientes para expulsá-lo do terreno. Se, por outro lado, um exército destes enfrentasse um outro composto somente de infantaria e de cavalaria, ele se sairia realmente muito bem. Por sua vez, é quase inconcebível que o último tipo possa resistir a um exército constituído das três armas.

Deve ser esclarecido que estas reflexões sobre a importância de cada arma do exército advém de toda a quantidade de dados militares, onde uma ocasião é semelhante a uma outra. Não pode ser nossa intenção aplicar os fatos que revelamos a toda fase de qualquer engajamento específico. Um batalhão se retirando, ou exercendo as funções de um destacamento avançado, provavelmente preferiria alguma cavalaria a uns poucos canhões. Uma força de cavalaria e de artilharia hipomóvel, com a atribuição de perseguir um inimigo em retirada ou de impedir a sua fuga, achará a infantaria totalmente inútil, e assim por diante.

Recapitulemos os resultados destas reflexões:

1. A infantaria é a mais independente das armas.
2. A artilharia não possui independência.
3. Quando uma ou mais armas estiverem reunidas, a infantaria será a mais importante delas.
4. A cavalaria é a arma mais facilmente dispensável.
5. Uma combinação das três proporciona a maior força.

Como a força máxima provém de uma combinação das três armas, surge naturalmente a questão de quais seriam as proporções ideais. Uma resposta é quase impossível.

Se pudéssemos comparar o custo de formar e manter as diversas armas com o serviço que cada uma delas presta em tempo de guerra, terminaríamos com um determinado número que expressaria a equação ideal em termos abstratos. Mas isto é pouco mais do que um jogo de adivinhação. Só a primeira parte da equação já é suficientemente difícil de estimar, exceto quanto ao fator puramente monetário, mas o valor da vida humana é uma outra questão, para a qual ninguém estaria disposto a estabelecer um preço em números frios.

Existe também o fato de que cada arma depende realmente de um diferente setor da economia nacional: a infantaria da população humana, a cavalaria da eqüina e a artilharia das finanças. Este fato introduz um fator determinante externo, que vemos claramente ser predominante nas fases históricas comuns de diferentes povos, em diferentes épocas.

Mas, uma vez que devido a outros motivos não podemos prescindir totalmente de todos os padrões de comparação, em vez de tomar a primeira parte da equação como um todo, usaremos simplesmente o único fator possível de ser determinado: o custo monetário. Para os nossos fins será suficiente afirmar que, de acordo com a experiência comum, um esquadrão de 150 cavalos, um batalhão de 800 homens e uma bateria de oito canhões que utilizam projetis de seis libras custam aproximadamente o mesmo, tanto em relação ao equipamento quanto à manutenção.

No que diz respeito à segunda parte da equação é ainda mais difícil obter números definidos. Poder-se-ia conceber que isto fosse possível se o poder destruidor fosse tudo o que tem que ser dimensionado, mas cada arma tem o seu emprego específico e, portanto, diferentes esferas de ação eficaz. Mas estas esferas não são de modo algum fixas. Elas podem ser ampliadas ou reduzidas, e a conseqüência seria simplesmente modificar a condução da guerra sem acarretar qualquer desvantagem especial.

Com relação a isto, muitas vezes as pessoas falam das lições proporcionadas pela experiência, na crença de que a história da guerra fornece elementos para uma resposta definitiva, mas estas são obviamente expressões sem sentido, uma vez que se as investigarmos não poderemos chegar a qualquer base fundamental e convincente e não merecem ser consideradas numa investigação crítica.

Em tese, existe portanto uma proporção ideal entre as armas, que na prática continua sendo o X desconhecido, uma mera ficção da imaginação. Mas é possível avaliar o que aconteceria se uma arma fosse significativamente superior ou inferior à mesma arma do outro lado.

A artilharia intensifica o poder de fogo. É a mais destruidora das armas. Onde estiver ausente, o poder de fogo total do exército será significativamente enfraquecido. Por outro lado, é a que tem a

menor mobilidade e torna, portanto, um exército menos flexível. Além disto, deve estar sempre protegida pela infantaria, uma vez que por si só não é capaz de engajar num combate corpo a corpo. Se houver excesso de artilharia e as tropas designadas para protegê-la não forem, em decorrência disto, suficientemente poderosas em todos os pontos para rechaçar o inimigo, os canhões serão facilmente perdidos. Isto revela uma outra desvantagem: a artilharia é a única das três armas cujo equipamento principal - canhões e carretas - pode ser facilmente utilizado pelo inimigo *contra* o seu dono srcinal.

A cavalaria aumenta a mobilidade de um exército. Onde o seu tamanho não for suficiente, o rápido andamento da guerra será reduzido, uma vez que tudo avançará mais lentamente (a pé) e terá que ser mais cuidadosamente organizado. A safra abundante da vitória terá que ser colhida, não com uma ceifadeira, mas com uma foice.

Um excesso de cavalaria nunca deve ser considerado um empecilho direto para um exército, uma desproporção orgânica. Mas enfraquece indiretamente o exército devido a problemas de manutenção e porque devemos reconhecer que ao custo de uma força adicional de cavalaria, de 10.000 homens, poderíamos manter mais 50.000 soldados de infantaria.

As peculiaridades que surgem devido à predominância de uma determinada arma são mais pertinentes à arte da guerra no sentido mais restrito, uma vez que ela trata do emprego das forças disponíveis. Estas forças são normalmente distribuídas ao comandante em função da sua disponibilidade, sem que ele tenha muita voz ativa com relação à questão.

Partindo do princípio, portanto, de que as características da guerra são alteradas pela predominância de uma das armas, ocorrerá o seguinte:

Um excesso de canhões imporá às operações um caráter mais passivo e mais defensivo. Será depositada uma maior confiança nas posições sólidas, em grandes obstáculos naturais e até mesmo em posições localizadas em áreas montanhosas. A idéia será deixar que as dificuldades do terreno cuidem da defesa e da proteção dos canhões e deixar o inimigo procurar a sua própria destruição. Toda a guerra prosseguirá no andamento solene e formal de um minueto.

Uma escassez de artilharia terá o efeito oposto. Colocará o ataque em primeiro plano - o princípio ativo do movimento. As marchas, as ações vigorosas e o esforço contínuo tornar-se-ão elas mesmas as armas e a guerra será uma atividade mais enérgica, mais árdua e mais diversificada. Os grandes acontecimentos serão subdivididos em outros bem menores.

Quando a cavalaria for abundante, serão procuradas as planícies amplas e serão preferidos os movimentos *majestosos*. Com o inimigo à distância podemos desfrutar de uma maior paz e de mais

conforto, sem que ele seja capaz de fazer o mesmo. Como somos os senhores do espaço, podemos ser audaciosos no emprego de arrojados movimentos de contornar o flanco do inimigo e de realizar manobras de um modo geral mais audaciosas. Diversões e invasões, na medida em que constituem recursos válidos na guerra, são facilmente executadas.

Uma grave escassez de cavalaria prejudica a mobilidade do exército, mas sem aumentar o seu poder destruidor, como faz um excesso de artilharia. A guerra será portanto marcada por procedimentos prudentes e metódicos. Neste caso, as tendências naturais serão ficar perto do inimigo de modo a ser capaz de mantê-lo sob vigilância; nunca fazer um movimento súbito, ou ainda pior, precipitado; avançar sempre as suas forças de maneira gradual, mantendo-as bem juntas; e dar preferência às operações defensivas e às realizadas em terreno acidentado. Se for necessário um ataque, ele deverá ser feito contra o ponto vital do inimigo, através do menor caminho.

Estas são as maneiras pelas quais a preponderância de uma arma ou de outra afetará a condução operativa de uma guerra. Apesar disto, elas raramente são tão completas ou decisivas a ponto de serem as únicas, ou as principais, responsáveis pela determinação da natureza de toda a operação. Quando alguém escolhe o recurso do ataque ou da defesa estratégica, um teatro de operações ou outro, uma grande batalha ou algum outro método de destruição, provavelmente dependerá de outros argumentos mais fortes. Quando não for assim, tememos que os aspectos não essenciais tenham tomado o lugar dos essenciais. Mas mesmo nos casos em que as grandes controvérsias já tenham sido solucionadas com base em outros motivos, resta uma certa dose de amplitude na qual a preponderância de uma arma possa exercer a sua influência. É possível ser prudente e metódico no ataque e audacioso e arrojado na defesa, e assim por diante, em todas as fases e nuanças possíveis da atividade militar.

Inversamente, a natureza de uma guerra pode afetar significativamente as proporções existentes entre as armas do exército.

Em primeiro lugar, uma guerra popular, baseada nas milícias e na guarda nacional, envolverá certamente um grande número de soldados de infantaria. Isto significa uma escassez de equipamentos e não de homens, e os equipamentos ficarão restritos às necessidades mais prementes. É perfeitamente possível, portanto, formar não um, mas dois ou três batalhões para cada bateria de oito canhões.

Em segundo lugar, quando os lados opostos estiverem desigualmente nivelados e o mais fraco for incapaz de recorrer ao recurso de armar a população, ou, o que significa quase que a mesma coisa, de formar uma milícia, um aumento na artilharia é certamente o meio mais rápido de reforçar as suas forças e provocar algum tipo de equilíbrio. Deste modo, podemos economizar homens e ao mesmo

tempo intensificar o principal elemento das forças, que é o seu poder destruidor. De qualquer modo, estas operações provavelmente ficarão restritas a um pequeno teatro, para o qual a artilharia também será extremamente adequada. Frederico o Grande confiou neste recurso na última parte da Guerra dos Sete Anos.

Em terceiro lugar, a cavalaria é adequada para o movimento e para as grandes decisões. A sua preponderância é importante, portanto, em operações realizadas ao logo de grandes distâncias, e nos casos em que espera-se desferir golpes grandes e decisivos. Bonaparte servirá como exemplo.

Quando viermos a analisar o ataque e a defesa, veremos mais claramente que não é exercida qualquer influência direta por estas duas formas de guerra. Por ora tudo o que queremos mostrar é que, de um modo geral, tanto o atacante como o defensor irão operar no mesmo terreno e que, pelo menos num grande número de casos, as suas intenções finais podem ser semelhantes. A campanha de 1812 é pertinente aqui.

É uma opinião comum achar que na Idade Média a proporção da cavalaria para a infantaria era muito maior do que agora, e que caiu gradualmente desde então. De certo modo isto é pelo menos uma concepção equivocada. Na média, a proporção da cavalaria, em números absolutos, não era provavelmente significativamente maior, e podemos confirmar isto facilmente estudando os números reais para as forças armadas durante toda a Idade Média. Basta mencionar as grandes quantidades de infantes que constituíam os exércitos dos Cruzados, ou que seguiram os Imperadores alemães até a Itália. A *importância* da cavalaria é que era muito maior. A cavalaria era a arma *mais eficaz*, consistindo na elite. Isto fazia tanta diferença que, embora a cavalaria fosse sempre muito menor, era sempre considerada como sendo o elemento decisivo, enquanto que os infantes eram pouco considerados e raramente mencionados. Daí a idéia de que o seu número era comparativamente pequeno. Não há dúvida de que em algumas pequenas incursões realizadas na Alemanha, na França e na Itália, uma pequena força consistindo apenas de cavalaria era mais comum do que seria atualmente. Como ela era a principal arma, isto não é incoerente. Mas estes casos não são conclusivos quando consideramos o quadro geral, no qual o seu número é significativamente menor do que aqueles nos quais estavam envolvidos grandes exércitos. O hábito de empregar grandes quantidades de infantes, relativamente ineficientes, só chegou ao fim quando o sistema feudal de serviço militar foi substituído pelo de mercenários contratados, e a condução da guerra tornou-se mais dependente do dinheiro e do recrutamento - como foi durante a Guerra dos Trinta Anos e as guerras de Luiz XIV. Naquele momento poderia ter havido uma volta geral à cavalaria, se a evolução das armas de fogo não tivesse dado uma

nova importância à infantaria. Um efeito desta evolução foi que a infantaria continuou sendo numericamente superior à cavalaria. Mesmo quando a infantaria era pouco numerosa, a sua proporção em relação à cavalaria durante aquele período era de um para um. Quando era muito numerosa, a proporção era de três para um.

À medida em que as armas de fogo evoluíam ainda mais, a cavalaria continuava a perder importância sem parar. Isto está suficientemente claro, mas deve ser esclarecido que esta evolução não estava relacionada apenas às armas propriamente ditas e à qualificação necessária para utilizá-las, mas também à capacidade de empregar as tropas assim equipadas. Na batalha de Mollwitz, os prussianos tinham adquirido um grau de perfeição na utilização das armas de fogo que ainda não havia sido superado. Por outro lado, o emprego da infantaria em terreno acidentado e a utilização de armas de fogo em escaramuças só evoluíram mais tarde, e devem ser considerados um importante avanço com relação ao poder destruidor.

Na nossa opinião, portanto, a relação entre a cavalaria e a infantaria mudou pouco em termos de números, mas significativamente em termos de importância. Isto pode parecer incoerente, mas na realidade não é. Nos exércitos da Idade Média encontramos uma grande quantidade de soldados de infantaria que não mantinham, entretanto, qualquer relação orgânica com a cavalaria. Havia muitos infantes, simplesmente porque a cavalaria era tão dispendiosa que todos aqueles que não podiam ser equipados como cavalarianos tornavam-se automaticamente parte da infantaria. A infantaria estava tirando, portanto, o melhor partido da necessidade: se o tamanho da cavalaria fosse determinado apenas pelo seu valor intrínseco, nenhuma quantidade dela seria excessiva. Isto explica porque a cavalaria, embora declinando em importância, ainda podia ter uma expressão suficiente para manter aquela proporção que foi mantida nas forças armadas até os nossos dias.

De fato é extraordinário que, pelo menos desde a Guerra da Sucessão Austríaca, a proporção da cavalaria para a infantaria não tenha sofrido qualquer alteração e tenha permanecido entre um quarto e um sexto. Isto parece indicar que estas proporções atendem a alguma necessidade natural, revelando assim uma razão que não pode ser diretamente determinada. Mas duvidamos que isto seja realmente assim, e acreditamos que em todas as ocasiões importantes existem outros motivos evidentes para manter uma quantidade tão grande de cavalaria.

A Rússia e a Áustria, por exemplo, estavam tendendo nesta direção porque ainda mantinham em suas estruturas políticas resquícios das instituições tártaras. Bonaparte nunca poderia ser suficientemente forte para satisfazer o seu propósito: tendo esgotado o uso do recrutamento, o único

meio ainda disponível para ele fortalecer o seu exército era aumentar as armas auxiliares, que exigiam mais dinheiro do que homens. Além disto, é evidente que a enorme amplitude das operações militares daria uma ênfase maior do que a habitual à cavalaria.

É bem conhecido o fato de que Frederico o Grande esforçou-se para não recrutar um único homem além do que tinha estimado que o seu país pudesse custear. A sua principal preocupação era manter o poderio do seu exército às custas de outros países. É fácil verificar que ele possuía boas razões para isto: o seu território limitado naquela época não continha nem mesmo a Prússia Ocidental ou a Westfália.

A cavalaria não exigia somente um efetivo menor, era também mais fácil recrutá-la. O seu método de guerra baseava-se também totalmente numa maior mobilidade. Em decorrência disto, enquanto a sua infantaria tinha os seus efetivos reduzidos, a sua cavalaria continuou crescendo até o fim da Guerra dos Sete Anos. Apesar disto, mesmo naquele momento, dificilmente terá chegado a representar mais do que um quarto da infantaria no campo.

Nem há falta de exemplos durante o mesmo período, de exércitos indo para o campo de batalha com uma extraordinária deficiência de cavalaria a ainda serem capazes de sair vitoriosos. O extraordinário exemplo é a batalha de Gross-Gorschen. Contando apenas as divisões que tomaram parte na batalha, Bonaparte tinha 100.000 homens - 5.000 deles de cavalaria e 90.000 de infantaria. Os aliados tinham 70.000 homens, dos quais 25.000 eram de cavalaria e 40.000 de infantaria. A cavalaria de Bonaparte tinha portanto uma inferioridade de 20.000, e ele só tinha 50.000 infantes a mais do que os seus adversários, quando deveria ter uma superioridade de 100.000. Como ele venceu a batalha, apesar da pequena margem, alguém pode perguntar se ele poderia ter perdido se tivesse 140.000 infantes contra os 40.000 dos aliados.

Após a batalha, a superioridade aliada com relação à cavalaria provou ser extremamente valiosa: dificilmente Bonaparte terá tomado algum troféu. Somente a vitória não é tudo - mas, afinal de contas não é o que realmente tem importância?

Estas considerações tornam difícil acreditar que a proporção da cavalaria para a infantaria, que foi estabelecida há oitenta anos e que persistiu desde então, seja a normal, resultando do valor intrínseco das duas armas. Estamos mais propensos a acreditar que, após diversas flutuações, a tendência atual continuará, e que por fim o número total de cavalarianos será muito menor do que é hoje.

Desde a invenção do canhão, e à medida em que ele foi sendo aperfeiçoado e teve o seu peso reduzido, o seu número naturalmente cresceu. Mesmo assim, desde o tempo de Frederico o Grande, o poderio proporcional da artilharia permaneceu totalmente constante: dois ou três canhões para cada mil homens - isto no início de uma campanha. Ao longo das operações os canhões não eram perdidos tão rapidamente quanto os homens e, assim, a sua proporção no fim era bem maior, chegando possivelmente à razão de três, quatro ou cinco canhões para cada mil homens. Somente a experiência determinará se estas são as proporções normais, ou se o número de canhões pode continuar crescendo sem dificultar toda a condução da guerra.

Resumamos as conclusões a que estes argumentos levaram:

1. A infantaria é a principal arma do exército. As outras duas são complementares.
2. Um alto grau de competência e de vigor na condução da guerra podem de certo modo compensar a falta das armas complementares - admitindo uma superioridade numérica na infantaria. Quanto maior for a qualidade da infantaria, mais facilmente isto ocorrerá.
3. É mais difícil combater sem artilharia do que sem cavalaria: a artilharia é o principal agente de destruição e o seu emprego em combate está mais estreitamente coordenado com o da infantaria.
4. De uma maneira geral, sendo a artilharia o mais poderoso agente de destruição e a cavalaria o menos, estamos sempre nos defrontando com a questão de que quantidade de artilharia devemos ter, sem que se constitua em desvantagem e qual a quantidade mínima de cavalaria com que poderemos arranjar-nos.

CAPÍTULO CINCO

A Formação de Batalha do Exército

Por formação de batalha referimo-nos à distribuição e à composição das armas como partes individuais do todo, bem como a disposição que servirá como uma forma padrão durante toda a campanha, ou durante toda a duração da guerra.

Assim, num certo sentido a formação de batalha consiste num componente aritmético e num geométrico: *organização* e *disposição*. O primeiro tem srcem na organização normal do exército em

tempo de paz. Determinadas partes, como batalhões, esquadrões, regimentos e baterias são tratados como unidades que servem como blocos de construção para estruturas maiores que, por sua vez, formam o conjunto, dependendo das exigências do momento. Semelhantemente, os planos do exército começam pelas táticas elementares nas quais foi instruído e adestrado em tempo de paz - características não sujeitas a alterações fundamentais uma vez deflagrada a guerra. Isto, juntamente com as situações que exigem o uso das tropas na guerra e que, numa maior escala, estabelecem as normas segundo às quais o exército é disposto para a batalha.

Esta tem sido sempre a regra quando grandes exércitos vão para o campo e houve até mesmo épocas em que a formação de batalha era considerada a parte mais importante do combate.

Nos Séculos XVII e XVIII, quando a evolução das armas de fogo causou uma grande expansão da infantaria e tornou possível dispor soldados em colunas longas e esparsas, a formação de batalha foi certamente simplificada, mas o seu manejo exigia também uma maior competência. Além disto, uma vez que o único lugar para a cavalaria parecia ser nas alas - fora do alcance do fogo inimigo e com espaço para manobrar - o exército, uma vez disposto em formação de batalha, tornava-se um conjunto sólido e indivisível. Se este exército fosse dividido ao meio, era como uma minhoca cortada ao meio: as duas extremidades ainda estavam vivas e capazes de movimentar-se, mas haviam perdido as suas funções naturais. As forças combatentes eram mantidas portanto no que eqüivalia a uma escravidão à coesão: era necessário realizar uma pequena proeza de desarticulação e de reorganização sempre que um segmento tivesse que ser empregado separadamente. Quando o exército como um todo tinha que realizar uma marcha, encontrava-se, por assim dizer, fora do seu elemento adequado. Quando o inimigo estava quase ao seu alcance, a formatura para a marcha exigia a máxima criatividade para manter uma coluna ou uma ala a uma distância correta da outra, independentemente dos obstáculos encontrasse. Era constantemente necessário deixar o inimigo para trás, e isto só não tinha consequências desastrosas porque o inimigo estava submetido à mesma escravidão.

Na segunda metade do Século XVIII, descobriu-se que a cavalaria poderia proteger as alas da mesma maneira, sendo posicionada atrás do exército, formando como que uma extensão da linha e, além disto, que ela poderia ser empregada para outros fins que não simplesmente travar duelos com a cavalaria do inimigo. Este foi um grande passo adiante, quanto mais não fosse pelo motivo de que a totalidade da frente de um exército - a largura do seu dispositivo - era agora composta de unidades homogêneas: podia ser dividida em qualquer número desejado de unidades, que eram semelhantes umas às outras e ao conjunto. Neste ponto, o exército deixou de ser um monólito e se tornou uma

entidade multiarticulada, que era maleável e flexível. As unidades podiam ser facilmente destacadas e reincorporadas sem perturbar a formação de batalha. Este foi o início dos corpos constituídos de todas as armas - ou, mais precisamente, foi isto que tornou-os possíveis. A necessidade deles há muito tinha sido sentida.

Deve ser esclarecido que tudo isto tinha início na batalha, que costumava ser toda a guerra e que será sempre o seu principal elemento. Mas a formação de batalha é na realidade mais uma questão de tática do que de estratégia, e o motivo pelo qual reconstituímos aqui a sua evolução é mostrar como a tática, reorganizando todo o exército em unidades menores, abriu o caminho para a estratégia.

Com o aumento do tamanho dos exércitos, e a sua distribuição ao longo de áreas mais amplas, quanto mais cada uma das suas partes pudesse integrar-se efetivamente, mais seria ampliada a esfera de ação da estratégia. A formação de batalha, como a definimos, estava portanto fadada a interagir com a estratégia, e a interação é mais acentuada naqueles pontos em que a estratégia e a tática se encontram - em outras palavras, onde a disposição geral das tropas passa para o verdadeiro posicionamento para a batalha.

Passamos agora aos tópicos da *organização, combinação* e *disposição* das forças, como vistos sob o ponto de vista da estratégia.

1. *Organização.* De um ponto de vista estratégico, nunca deveríamos perguntar qual deveria ser o efetivo de uma divisão ou de um corpo do exército. A pergunta apropriada é quantas divisões ou corpos deve ter um exército. Não existe nada mais difícil de administrar do que um exército dividido em três partes, exceto possivelmente um exército dividido em duas. Neste último caso, o General em comando estará praticamente paralisado.

Determinar o efetivo de grandes ou pequenos corpos do exército, com base em premissas táticas ou operativas, deixa uma incrível margem para a adivinhação, e os argumentos mais fantásticos têm sido utilizados nesta questão. Ao contrário, é evidente e aceito que um conjunto independente como um corpo do exército deve ser constituído de um determinado número de partes. Este fato permite a utilização de razões genuinamente estratégicas para estabelecer o número de unidades que uma grande força deve conter, e qual deve ser o seu efetivo. Enquanto isto, o efetivo de unidades menores, como companhias, batalhões e assim por diante, pode basear-se em premissas táticas.

É difícil conceber até mesmo o menor conjunto independente sem possuir três partes distintas: uma para ser enviada à frente da força principal e outra para cobrir a retaguarda. Quatro partes seria evidentemente ainda melhor, uma vez que a parte do meio, constituindo o corpo principal, deve ser mas

forte do que as outras duas. Podemos ir até oito, que em nossa opinião é o número ideal para qualquer exército, admitindo que sempre será necessária uma parte para a vanguarda, três para o corpo principal - uma ala direita, o centro e uma ala esquerda - duas para reserva e uma para ser enviada para a direita e outra para a esquerda. Seria pedante insistir nestes números. Ainda assim, em nossa opinião eles refletem o padrão normal, o mais comum, de disposição e, consequentemente, um sistema de articulação conveniente.

Não há como negar que o comando supremo de um exército (e o comando de qualquer força independente) será significativamente mais simples se as ordens só tiverem que ser transmitidas a outros três ou quatro homens. Ainda assim, o General terá que pagar caro por esta vantagem, de duas maneiras. Primeira: uma ordem sofre uma perda progressiva em velocidade, em vigor e em precisão, quanto maior for a cadeia de comando que tiver que percorrer, que é o que ocorre quando existem comandantes entre os comandantes de divisão e o General. Segunda: o poder pessoal e a eficácia de um General diminuem em função do aumento da esfera de ação dos seus subordinados mais próximos. Um General pode fazer com que a sua autoridade sobre 100.000 homens seja sentida mais intensamente se ele comandar por meio de oito divisões do que por meio de três. Existem vários motivos para isto, sendo que o mais importante é que um comandante subordinado acha que tem ume espécie de direito de propriedade sobre todas as partes do seu corpo de exército e quase que invariavelmente fará objeção a que qualquer parte seja retirada, por pouco tempo que seja. Qualquer pessoa com experiência de guerra será capaz de entender isto.

Por outro lado, o número total de partes não deve tornar-se tão grande que resulte em confusão. É bastante difícil lidar com oito subdivisões de um comando. Dez é provavelmente o limite. No caso de uma divisão, entretanto, na qual existam muito menos recursos para transmitir ordens que serão transformadas em ação, quatro, ou no máximo cinco sub-unidades deve ser considerado o número adequado.

Se estes números de cinco e dez não resolverem o problema - em outras palavras, se as brigadas ficarem muito grandes - deve ser então introduzido o comando do corpo. Mas deve-se ter em mente que isto acrescenta um outro *poder* à cadeia de comando, ao mesmo tempo em que reduz todos os outros.

De qualquer modo, quando é que uma brigada é grande demais? O seu tamanho normal é de dois a cinco mil homens, e parece haver dois motivos para este limite superior. O primeiro é que a brigada destina-se a ser uma unidade que um homem possa comandar diretamente através do poder da sua

própria voz. O segundo é que um grande corpo de infantaria não deve ser deixado sem artilharia. Uma combinação destes dois fatores produzirá automaticamente uma unidade especial.

Não queremos envolver-nos demais nestas sutilezas táticas, nem pretendemos entrar na questão controversa de quando e em que proporções as três armas devem ser combinadas - se em divisões de 8.000 a 12.000 homens, ou em corpos de 20.000 a 30.000. Mas certamente, até mesmo os mais ferrenhos opositores destas combinações não negarão que só uma combinação das três armas pode *tornar uma unidade do exército independente*. Armas combinadas são portanto desejáveis, é o mínimo que se pode dizer para qualquer unidade que encontre-se frequentemente operando isoladamente.

Um exército de 200.000 homens divididos em dez divisões, com cinco brigadas para cada divisão, terá 4.000 mil homens em cada brigada. Não há qualquer disparidade nisto. O exército pode evidentemente ser dividido em cinco corpos, cada um com quatro divisões de quatro brigadas, e as brigadas terão portanto 2.500 homens. Mas considerando apenas em tese, a primeira organização parece ser preferível. A segunda não só contém um nível de comando a mais, como cinco subdivisões é muito pouco para um exército. Elas o tornam difícil de manobrar, e o mesmo é verdadeiro para quatro unidades por corpo. Além disto, 2.500 homens tornariam uma brigada fraca, e haveria oitenta delas em vez de cinqüenta na primeira organização, que é portanto mais simples. Todas estas vantagens são abandonadas em benefício da redução pela metade do número de Generais aos quais tem-se que dar ordens. No caso de exércitos menores, deve ser evidente que dividí-los em corpos seria ainda menos adequado.

Esta é a visão teórica da questão. Um determinado caso pode levar a decisões diferentes. Pode ser perfeitamente possível comandar oito ou dez divisões concentradas numa planície, mas poderia ser impossível se elas estivessem amplamente dispersas num terreno montanhoso. Um exército dividido em dois por um rio largo precisa de um comandante para cada metade. Em suma, existem centenas de situações locais, válidas e específicas, com as quais a regra teórica deve transigir.

Apesar disto, a experiência demonstra que as razões teóricas são utilizadas mais frequentemente e deixadas para o lado muito menos vezes do que podemos supor.

Gostaríamos de esclarecer o propósito destas observações através de uma simples apresentação em linhas gerais, que resumirá os pontos salientes lado a lado.

Se o termo "subdivisões do conjunto" for interpretado como referindo-se apenas aos *primeiros* componentes, ou aos componentes *imediatos*, afirmamos que:

a. O conjunto será difícil de manobrar se tiver muito poucas subdivisões.

b. Se as subdivisões forem grandes demais, a autoridade pessoal do comandante será reduzida.

c. Todo elo adicional à cadeia de comando reduz o efeito de uma ordem de duas maneiras: através do processo de ser transmitida e pelo tempo adicional necessário para transmití-la.

Ocorre que o número de subdivisões com o mesmo status deve ser o maior possível e a cadeia de comando a menor possível, sendo que a única restrição a ser feita é que é difícil exercer o comando sobre mais do que oito a dez subdivisões num exército, e sobre mais do que quatro a seis delas em unidades menores.

2. *Combinações de Armas do Exército*. Sob o ponto de vista estratégico, uma combinação de forças na formação de batalha só é importante para aquelas partes do conjunto que em situações normais poderiam ser posicionadas separadamente e obrigadas a travar um engajamento independente. É a ordem natural das coisas que as grandes unidades e, essencialmente *apenas estas*, sejam empregadas independentemente. A razão, que iremos demonstrar em outro lugar, é que as posições separadas baseiam-se, na maioria dos casos, na idéia e na necessidade um conjunto independente.

Num sentido restrito, portanto, a estratégia deveria exigir que apenas os corpos de exército ou, na falta deles, as divisões fossem constituídas de uma combinação permanente de todas as armas. No caso de unidades menos importantes, seria suficiente fazer combinações temporárias para atender às necessidades do momento.

Mas é evidente que corpos de grande porte, digamos de 30.000 a 40.000 homens, raramente serão encontrados operando como um conjunto não dividido. Qualquer corpo deste porte precisará de uma combinação de armas em suas divisões. Qualquer pessoa que negue os atrasos que ocorrem, para não falar da confusão que resulta, quando para ajudar a infantaria tem que ser enviada uma unidade de cavalaria de algum outro lugar - possivelmente bem distante - revelará uma total falta de experiência operativa.

Até que ponto deve ir a verdadeira combinação das três armas, quão rigorosa deve ser, em que proporções deve ser feita, e quanto de cada uma deve ser mantida na reserva - todos estes são problemas puramente táticos.

3. *Disposição*. As providências que determinam a posição relativa de cada grupo na formação de batalha são também uma questão totalmente tática, estando relacionadas apenas com a batalha propriamente dita. Existe, evidentemente, uma disposição estratégica, mas esta depende inteiramente

dos planos e das exigências do momento. Se existe uma base racional, ela não está contida no significado da expressão "formação de batalha". Ela será portanto examinada sob o tópico "Disposição do Exército".

A formação de batalha de um exército é portanto uma organização e uma disposição *de um grupo pronto para a batalha.* As suas partes são organizadas de tal maneira que podem ser facilmente destacadas do grupo e empregadas para atender às exigências do momento, tanto táticas como estratégicas. Quando estas necessidades momentâneas não existirem mais, as partes voltarão à sua posição original. Assim, a formação de batalha é a primeira etapa daquela rotina salutar que, como um pêndulo, regula o mecanismo da guerra, e que já foi analisada no Capítulo Quatro do Livro Dois.

CAPÍTULO SEIS

A Disposição Geral do Exército

Na maioria dos casos existe um grande intervalo de tempo entre a mobilização inicial das forças e o momento em que todas as decisões foram tomadas, em que a estratégia levou o exército ao ponto crucial e em que a tática designou para cada unidade o seu lugar e as suas atribuições. O mesmo é verdadeiro com relação ao tempo entre uma catástrofe decisiva e outra.

No passado estes intervalos não pareciam fazer realmente parte da guerra. Tomemos por exemplo o Marechal Luxemburgo e o seu método de acampar e de marchar. O escolhemos porque é por isto que ele é famoso. Ele pode ser considerado, portanto, típico da sua época. Além disto, temos mais informações sobre ele, extraídas da *Histoire de la Flandre militaire*,[1] do que sobre qualquer outro General daquele período.

Os acampamentos costumavam ser armados com a sua retaguarda próxima a um rio, a um pântano ou a um barranco profundo - um procedimento que hoje consideramos uma loucura. A posição do inimigo não determinava de um modo geral a orientação do acampamento, de modo que frequentemente a retaguarda ficava voltada para o inimigo e a frente para o seu próprio território. Este tipo de dispositivo, que agora nos impressiona por parecer inacreditável, só pode ser entendido quando o principal fator, na realidade praticamente o único, na escolha de um local para o acampamento era a comodidade. As tropas acampadas não eram consideradas como estando em estado de guerra. Estavam nos bastidores, por assim dizer, e tinham o direito de relaxar. A única segurança estabelecida era assegurar que a retaguarda estivesse protegida por algum obstáculo - segurança somente no sentido conhecido naquela época. Elas nada faziam para enfrentar a possibilidade de ter que travar um engajamento dentro do acampamento. Mas este risco era mínimo. Os engajamentos baseavam-se num entendimento mútuo, muito parecido com um duelo que tivesse sido combinado para um local de encontro conveniente para as duas partes. Nem todo tipo de terreno era adequado para as batalhas daqueles dias - em parte porque o grande número de cavalos da cavalaria que, embora no crepúsculo do seu esplendor, ainda era considerada (principalmente pelos franceses) como sendo a principal arma e, em parte, devido à complexa formação de batalha dos exércitos. Assim, um terreno acidentado era

[1] Isto é, *Histoire militaire de Flandre*, de Beaurain (Paris, 1755). Eds.

quase tão seguro para as tropas quanto um território neutro. Um exército podia fazer pouco uso dele e era considerado preferível ficar nele a sair para enfrentar um inimigo que estava avançando para a batalha. Sabemos evidentemente que as batalhas de Fleurus, Stenkerken e Neerwinden foram concebidas por Luxemburgo com um espírito diferente, mas neste grande comandante aquele espírito só estava então naquele processo de evolução dos métodos anteriores e ainda se refletia no sistema de acampamentos. Na realidade, as mudanças ocorridas na arte da guerra sempre provieram de ações decisivas que aos poucos tenderam a modificar o resto. A situação do acampamento era considerada como tendo pouca ligação com a verdadeira situação da guerra, como é provado pela expressão, *il va à la guerre*, que era usada para descrever uma patrulha saindo do acampamento para observar o inimigo.

Acontecia quase que a mesma coisa com as marchas. A artilharia percorria o seu próprio caminho para viajar por estradas melhores e mais seguras, enquanto que a cavalaria geralmente alternava-se nos flancos para dar a todas as unidades, uma de cada vez, a honra de cavalgar à direita do exército.

Hoje em dia, especialmente desde as guerras da Silésia, a condição das tropas quando não estão em ação está impregnada das condições do combate, e a relação mútua existente entre estas duas condições é tão estreita que uma não pode ser considerada completa sem a outra. Foi-se o tempo em que o engajamento era a própria espada, enquanto que o intervalo entre os engajamentos era o punho. A primeira era a lâmina de aço e o último o punho de madeira colado a ela. O conjunto era feito de partes sem ter qualquer relação uma com a outra. Hoje em dia o engajamento é um dos fios da espada e o tempo fora do combate é o fio oposto. O conjunto está tão cuidadosamente soldado que não é possível distinguir onde começa o aço e onde termina o ferro.

Atualmente a existência de um exército entre os engajamentos é regida em parte pelas suas regras e regulamentos de tempos de paz, e em parte pelos planos táticos e estratégicos do momento. Existem três condições possíveis para as forças militares: em alojamentos, em marcha ou no acampamento. Cada uma delas tanto pode ser uma parte da tática como da estratégia. Neste contexto, muitas vezes a tática e a estratégia aproximam-se tanto que parecem superpor-se, ou de fato superpõem-se. Consequentemente, haverá muitos planos que serão simultaneamente tanto táticos como estratégicos.

Propomos analisar de uma maneira geral as três condições existentes entre os engajamentos, antes de passar às suas possibilidades específicas. Devemos examinar primeiro a disposição geral das forças, uma vez que isto estabelece as condições para os alojamentos, os acampamentos e as marchas.

Ao analisar a disposição das forças em geral - isto é, sem atribuir propósitos específicos, temos que considerá-las como sendo uma coisa só - isto é, um conjunto *destinado a encaixar uma parte na outra*. Qualquer desvio desta forma fundamental deve indicar necessariamente algum propósito específico. Disto surge a idéia de um exército, não importa qual seja o seu tamanho.

Além disto, se não for atribuído qualquer propósito específico a um exército, a sua única preocupação será com a sua própria *auto-preservação* e, consequentemente, com a sua *segurança*. Um exército deve ser capaz de existir sem qualquer dificuldade especial, e de lutar como uma unidade. Estes são os seus dois requisitos. Na prática, eles levam às seguintes considerações relativas à existência e à segurança do exército:

1. Facilidade de abastecimento
2. Facilidade de alojamento
3. A segurança da retaguarda
4. Um terreno amplo à sua frente

5. A própria posição num terreno acidentado
6. Os pontos estratégicos a apoiar
7. Uma subdivisão adequada das forças.

Os nossos comentários com relação a estas considerações são os seguintes:

As duas primeiras tornam desejável procurar áreas agrícolas, grandes cidades e estradas principais. A sua influência e mais geral do que específica.

O significado de "segurança da retaguarda" será explicado no Capítulo 16, que trata das linhas de comunicação. Aqui, a primeira exigência, e a primordial, é que a última posição forme um ângulo reto com a direção de uma linha de retirada próxima.

Na quarta consideração, não é realmente possível para um exército dominar toda uma extensão do terreno da mesma maneira com que domina o campo de batalha quando estiver taticamente posicionado. Ele deve utilizar a vanguarda como os seus olhos estratégicos, enviando destacamentos isolados, espiões e assim por diante, cujas tarefas de observação certamente serão mais fáceis num terreno amplo do que num ondulado. A quinta consideração é meramente o oposto da quarta.

Dois aspectos diferenciam os pontos de apoio de apoio estratégicos dos táticos. Em primeiro lugar, o exército não precisa estar em contato direto com eles e, em segundo lugar, eles devem ter um tamanho muito maior. O motivo para isto está no fato de que a estratégia, pela sua própria natureza, move-se dimensões de espaço e de tempo que são maiores do que as da tática. Se um exército assume uma posição a uma distância de uma milha do litoral, ou de um grande rio, supõe-se que ele apoie-se estrategicamente neles, porque o inimigo não terá espaço para realizar um movimento de envolvimento estratégico. Neste espaço, ele não se empenhará em longas marchas, com dias e semanas de duração.

Por outro lado, um lago com uma circunferência de várias milhas dificilmente representará um obstáculo estratégico. Poucas milhas para um lado ou para o outro fazem pouca diferença para a estratégia. As fortificações são pontos estratégicos de apoio em função do seu tamanho e da sua esfera de operações efetiva.

O desdobramento do exército em seções separadas pode refletir propósitos e necessidades específicos ou gerais. Somente estes últimos serão considerados aqui.

A primeira necessidade geral é enviar uma guarda avançada, juntamente com outras unidades necessárias, para observar o inimigo.

A segunda é que as reservas de exércitos muito grandes têm que ser posicionadas a diversas milhas na retaguarda, levando ao desdobramento em seções separadas.

Finalmente, normalmente têm que ser destacados corpos separados para proteger os flancos.

A necessidade de proteção não significa evidentemente que uma parte do exército tenha que ser destacada para proteger a área localizada nos seus flancos contra o inimigo - o chamado ponto fraco. Neste caso, quem iria defender o flanco do flanco? Este tipo de idéia, que é o pensamento popular, é um total absurdo. Os flancos não são por si sós pontos fracos, pela simples razão que o inimigo também tem os seus flancos, e não pode ameaçar os nossos sem correr um risco semelhante para os seus Os flancos só tornar-se-ão pontos fracos quando as circunstâncias não se equilibrarem, quando o inimigo tiver uma força superior e quando as linhas de comunicação do inimigo forem mais seguras (ver Capítulo 16, sobre Linhas de Comunicação). Mas estes são casos específicos que não nos dizem respeito aqui, nem a situação em que as atribuições de um corpo que está no flanco incluem a defesa efetiva do espaço localizado no nosso flanco. Estas não se enquadram na categoria de necessidades gerais.

Embora os flancos possam não ser especificamente pontos *fracos*, são pontos especialmente *importantes*. A defesa contra movimentos de envolvimento dos flancos não é uma questão de defesa tão simples para a nossa frente. As medidas necessárias tornam-se mais complexas e exigem mais tempo e uma maior preparação. É por isto que normalmente temos um cuidado especial em proteger os nossos flancos contra operações não previstas, que possam ser realizadas pelo inimigo. Isto pode ser feito colocando nas alas forças mais poderosas do que as que seriam necessárias simplesmente para observar o inimigo. Para expulsar estas forças, mesmo quando elas não oferecem qualquer resistência séria, o inimigo terá que despender tempo e distribuir as suas forças e as suas intenções em função do tamanho da força a ser expulsa - e o nosso propósito terá então sido atingido. Outras medidas dependerão dos verdadeiros planos do momento. As unidades posicionadas nos flancos podem ser vistas, portanto, como vanguardas laterais, encarregadas de retardar a penetração do inimigo nas áreas localizadas além dos flancos e, deste modo, proporcionar tempo para as contramedidas.

Para que estas unidades possam recuar para juntarem-se à força principal quando esta não estiver se retirando ao mesmo tempo, elas não devem, obviamente, ser posicionadas em linha com o corpo principal, mas um pouco à frente dele. Mesmo quando a sua retirada não envolver sérios combates, estas unidades não devem simplesmente recuar e ficar alinhadas com o corpo principal.

Os motivos básicos para adotar um dispositivo dividido dá srcem, portanto, a um sistema natural de quatro ou cinco partes separadas, dependendo de estar ou não a reserva posicionada juntamente com a força principal.

O abastecimento e o alojamento não só influenciam a disposição das forças, como são também um fator contribuinte para uma divisão destas forças. A menção a estes dois aspectos relaciona-se com o que já dissemos. Deve ser feito um esforço para atender a um sem sacrificar demasiadamente o outro. Na maioria dos casos, a subdivisão em cinco unidades separadas eliminará por si só as dificuldades de proporcionar abrigo e suprimentos e não necessitará, portanto, de grandes alterações.

Devemos considerar ainda a que distâncias estas formações separadas têm que ser posicionadas para que atendam ao propósito de apoio mútuo - em outras palavras, para lutar como uma força única. Gostaríamos de lembrar aqui o que dissemos nos capítulos sobre a duração e a decisão do engajamento. Tanta coisa depende do poderio absoluto e relativo, das armas e do terreno, que não pode ser formulada qualquer regra rígida, somente uma genérica, uma espécie de medida média.

A distância da guarda avançada é mais fácil de ser determinada. Como ela tem que recuar para juntar-se ao corpo principal do exército, deve ser posicionada no máximo à distância de um bom dia de marcha, sem correr o risco de ter que travar uma batalha independente. Mas ela não deve ser posicionada mais adiante do que o necessário para a segurança do exército, uma vez que quanto mais tiver que recuar, mais baixas sofrerá.

Com relação ao corpo posicionado no flanco, já foi ressaltado que um engajamento travado por uma divisão normal de 8.000 a 10.000 homens dura normalmente várias horas, ou até mesmo meio dia, antes que se chegue a uma decisão. Uma divisão destas pode ser posicionada, portanto, sem hesitação, a uma distância equivalente a poucas horas de marcha - digamos afastada de cinco a dez milhas. Pelos mesmos motivos, um corpo constituído de três ou quatro divisões pode ser posicionado a um dia de marcha - cerca de quinze a vinte milhas.

A própria natureza das coisas estabelece portanto a disposição geral do corpo principal em quatro ou cinco partes, e a determinadas distâncias. Isto cria um certo método rotineiro que determina automaticamente a subdivisão do exército, desde que não se interponham quaisquer propósitos específicos.

Embora tenhamos estipulado que cada uma destas partes separadas deve ser capaz de lutar sozinha, e que podem ser obrigadas a fazer isto, não ocorre necessariamente que o *motivo real* de uma disposição dividida seja que devam ser travados combates isolados. A necessidade desta distribuição

normalmente só advém das condições impostas pelo fator tempo. Quando o inimigo aproxima-se para procurar obter uma decisão através de um engajamento geral, a fase estratégica está terminada e tudo concentra-se no momento da batalha. Todos os motivos para uma disposição dividida chegaram agora ao fim. Tendo sido iniciada a batalha, as questões relativas a alojamento e abastecimento estão suspensas. A observação do inimigo na frente e no flanco e a redução do seu ímpeto através de uma resistência moderada já cumpriram o seu papel. Tudo torna-se parte do conjunto maior, a batalha principal. O melhor critério com relação ao valor de uma disposição dividida é que uma distribuição separada é uma situação condicional e um mal necessário, enquanto que o combate com todas as forças reunidas é o verdadeiro propósito.

CAPÍTULO SETE

Guardas e Postos Avançados

As guardas e os postos avançados pertencem à categoria de medidas em que os fios da tática e da estratégia estão entrelaçados. Por um lado, eles dão forma ao engajamento e asseguram que o plano tático seja executado, por outro, levam muitas vezes a engajamentos separados. Além disto, como estas unidades são posicionadas a alguma distância do corpo principal do exército, podem ser consideradas como elos na corrente da estratégia. O seu isolamento leva-nos a dedicar-lhes um breve estudo para complementar o capítulo anterior.

Qualquer força que não esteja totalmente pronta para a batalha precisa de uma guarda avançada para detectar e reconhecer a aproximação do inimigo antes que ele possa ser avistado. Afinal de contas, o alcance da visão de um soldado não vai normalmente muito além do alcance de fogo. Como seria lamentável se os nossos olhos não pudessem ver além do alcance dos nossos braços. Tem sido dito que

os postos avançados são os olhos do exército. Mas a necessidade da sua existência varia. Ela é afetada pelo poderio e pelo tamanho do exército, pelo tempo e pelo local, pelas circunstâncias e pelo tipo de guerra que está sendo travada, e até mesmo pelo acaso. Não ficaríamos surpresos, portanto, pelo fato de que a história militar não apresente regras definidas ou simples sobre o emprego de postos e guardas avançados, mas em vez disto, uma mixórdia de exemplos distintos.

Encontramos assim casos em que um exército confia a sua segurança a um determinado corpo da guarda avançada, ou a uma longa linha de postos avançados isolados. Os dois podem estar associados, ou pode não existir nenhum deles. Uma guarda pode ser compartilhada por diversas colunas que avançam, ou cada uma pode ter a sua própria. Tentaremos expor claramente a questão e, em seguida, verificar se ela pode ser reduzida na prática a uns pouco princípios.

As tropas em movimento são precedidas por uma força de poderio variável, atuando como vanguarda ou guarda avançada, que se transformará na retaguarda se a de marcha for invertida. Quando as tropas estiverem em alojamentos ou em acampamentos, a guarda avançada toma a forma de uma linha contínua de piquetes esparsamente posicionados - os postos ou destacamentos avançados. Basicamente, quando o exército estiver parado pode e deve ser protegida uma área maior do que quando estiver em movimento. Assim, o resultado natural no primeiro caso é uma linha de postos e, no último, um corpo concentrado.

O poderio individual das guardas e dos postos avançados pode ir de um corpo razoável, composto das três armas, a um regimento de hussardos. De uma linha defensiva intensamente fortificada, guarnecida por uma força combinada, a meros piquetes e batedores afastados, enviados do acampamento. Consequentemente, a sua eficácia vai da simples observação à resistência efetiva. A finalidade desta resistência pode não ser simplesmente dar à força principal o tempo de que ela necessita para preparar-se para a batalha, mas também fazer com que o inimigo revele prematuramente a sua disposição e as suas intenções. Neste caso, o valor da observação é significativamente aumentado.

Consequentemente, o poderio das guardas e dos postos avançados variará em função do maior ou menor tempo que o corpo principal precisar ganhar, e da maior ou menor dependência da resistência na decisão específica que o inimigo possa vir a tomar.

Frederico o Grande, que tinha sempre as suas forças prontas para o combate e que podia praticamente comandá-las na batalha com uma só voz de comando, não precisava de postos avançados fortes. É por isto que ele acampava bem debaixo dos olhos do inimigo, sem qualquer sistema de

segurança elaborado. Ele confiava num regimento de hussardos, num batalhão ligeiro ou em alguns batedores e piquetes enviados do acampamento. Durante a marcha a sua vanguarda consistia em uns poucos milhares de cavalos, normalmente parte da cavalaria, nos flancos da primeira linha, que se reuniria ao exército quando a marcha tivesse terminado. Ele raramente mantinha um corpo permanente para exercer as tarefas de uma vanguarda.

Quando um pequeno exército desejar fazer uso da sua força concentrada e da sua maior flexibilidade, e aproveitar o seu melhor adestramento e a sua liderança mais determinada, tudo deve ser feito como fez Frederico quando estava enfrentando Daun, praticamente *sous la barbe de l´ennemi*. A sua superioridade teria se tornado ineficaz através do posicionamento de forças muito afastadas na retaguarda e de um sistema inadequado de postos avançados. O fato de que erros e excessos podem levar a uma derrota como em Hochkirch, nada prova contra este tipo de procedimento. Pelo contrário, o profundo conhecimento que o Rei tinha dele é demonstrado pelo fato de que em todas as guerras da Silésia, só houve uma batalha de Hochkirch.

Bonaparte, por outro lado, de quem dificilmente podemos dizer que lhe faltasse um exército disciplinado e uma liderança resoluta, quase sempre utilizava uma forte guarda avançada. Isto deve-se a duas razões.

A primeira foi a mudança que ocorreu na tática. Hoje em dia um exército não é mais levado para uma batalha sob a forma de um conjunto compacto e comandado somente pela voz de comando, para resolver a questão mais ou menos através da força, da competência e da bravura, como num duelo em larga escala. Hoje, as peculiaridades do terreno e as circunstâncias em geral são levadas mais em conta. A batalha é composta de diversas partes diferentes. O que costumava ser uma simples decisão tornou-se um plano complexo, e a palavra do comandante transformou-se em ordens extensas, com base em horários e em outros dados.

A segunda razão é o maior tamanho dos exércitos modernos. Frederico entrava em combate com 30.000 a 40.000 homens. Bonaparte com 100.000 ou 200.000.

Escolhemos estes dois exemplos porque alguém pode supor que Generais daquele porte não teriam adotado tais sistemas a menos que tivessem boas razões. De um modo geral, o emprego de guardas e postos avançados expandiu-se mais amplamente em nossos dias. Mas o procedimento austríaco mostra que o método de Frederico não foi universal nas guerras da Silésia. O seu sistema de postos avançados era muito mais sólido e eles utilizavam com muito maior freqüência um corpo do exército como guarda avançada - o que a sua situação e os seus recursos amplamente permitiam. As

guerras mais recentes oferecem também inúmeras mudanças. Até mesmo os Marechais franceses - Macdonald na Silésia, por exemplo, ou Oudinot e Ney em Brandemburgo - avançaram com exércitos de 60.000 a 70.000 homens, mas não há menção de qualquer unidade servindo como vanguarda.

Falamos até aqui sobre as guardas e os postos avançados, sob o ponto de vista do seu poderio. Mas existe uma outra diferença que devemos deixar clara. Um exército avançando, ou retirando-se, disposto ao longo de uma determinada frente, pode ter uma única vanguarda e uma única guarda na retaguarda para todas as suas colunas paralelas, ou cada coluna pode ter a sua própria. Para esclarecer, consideremos a questão da seguinte maneira.

Quando uma unidade é designada como vanguarda, a sua tarefa essencial é proteger somente o avanço da força principal no centro. Se a força principal utilizar diversas estradas adjacentes, que também possam ser utilizadas pela vanguarda e, consequentemente, possam ser protegidas por ela, as colunas dos flancos não necessitarão evidentemente de medidas de proteção especiais.

Ao contrário, as unidades que avançam a uma distância maior, e que são operativamente independentes, devem fornecer a sua própria vanguarda. O mesmo aplica-se a qualquer unidade que faça parte da força principal central se, devido à situação do terreno, encontrar-se muito longe do centro. Haverá, portanto, tantas vanguardas quanto forem as unidades independentes avançando ao longo de linhas paralelas. Se individualmente elas forem muito menos eficazes do que teria sido uma vanguarda comum, elas pertencem na realidade à categoria geral de disposições táticas, e a vanguarda não terá o seu lugar no tabuleiro estratégico. Se, entretanto, a força principal central tiver uma unidade significativamente maior para atuar como vanguarda, esta parecerá ser a vanguarda de todo o exército e, de muitas maneiras, agirá como tal.

Podemos encontrar três motivos para designar uma vanguarda muito mais forte para o centro do que para os flancos.

1. Normalmente o centro consiste num maior grupo de tropas.
2. O ponto central da extensão do terreno sobre o qual um exército está disperso será sempre a parte mais importante. Todos os planos tenderão a concentrar-se nele, em decorrência do que, normalmente o campo de batalha estará mais perto dele do que dos flancos.
3. Embora uma unidade posicionada adiante do centro não possa constituir realmente uma guarda avançada também para as alas, pode dar-lhes indiretamente uma boa dose de proteção. Normalmente o inimigo não passará a menos de uma determinada distância para desferir um sério

golpe contra um dos flancos, porque se arriscaria sofrer um ataque contra a sua própria retaguarda ou contra o seu próprio flanco. O inconveniente que uma unidade posicionada adiante do centro causa ao inimigo pode não ser suficiente para garantir uma segurança total às unidades laterais, mas elimina um determinado número de ameaças a elas.

Assim, nos casos em que a vanguarda que está protegendo o centro é muito mais forte do que a que protege os flancos - quando, em outras palavras, consistir num corpo especial avançado - ela não atenderá mais simplesmente à finalidade de uma vanguarda, que é proteger as tropas imediatamente atrás dela contra um ataque surpresa: como um corpo avançado, terá um papel estratégico mas amplo.

A utilização de um corpo destes baseia-se nos seguintes propósitos que, portanto, determinam também o seu emprego.

1. Nos casos em que os nossos planos exigem muito tempo para serem executados, ele pode oferecer um maior grau de resistência e impor assim um maior cuidado ao inimigo que avança. Desta maneira, ele aumenta o efeito de uma vanguarda comum.

2. Quando o corpo principal for muito grande e difícil de manobrar, ele pode ser mantido até certo ponto em segundo plano, enquanto o contato com o inimigo é mantido através de uma unidade móvel.

3. Embora outros motivos possam exigir que seja mantida uma distância considerável entre o corpo principal e o inimigo, é vantajoso manter uma unidade perto dele para fins de observação.

A idéia de que a observação poderia ser realizada da mesma maneira por um pequeno destacamento de reconhecimento, ou por meras patrulhas, não resiste quando consideramos com que facilidade estes destacamentos ou patrulhas podem ser expulsos e como são inferiores os seus meios de observação em comparação com os de uma grande unidade.

4. Na perseguição ao inimigo, uma unidade de guarda avançada ao qual o grosso da cavalaria deve estar incorporado, pode movimentar-se muito mais rapidamente sozinha. Ela pode continuar avançando até altas horas da noite e estar pronta para o combate mais cedo pela manhã, do que poderia todo o exército.

5. Finalmente, quando na retirada ela formar a retaguarda, pode utilizar grandes obstáculos naturais para a defesa. Aqui também, o centro é excepcionalmente importante. Na verdade, à primeira vista alguém poderia supor que uma retaguarda deste tipo estaria em perigo constante de ter o seu flanco envolvido. Mas devemos lembrar-nos de que, mesmo se o inimigo estiver pressionando muito

sobre os flancos, ele ainda terá que percorrer a distância existente até o centro se desejar ameaçá-lo seriamente, o que dará à retaguarda que o está protegendo mais tempo para a resistência e para retardar a sua própria retirada. Se, por outro lado, o centro recuar mais cedo do que os flancos, as coisas parecerão estar realmente sombrias. Parecerá que o inimigo rompeu a linha e devemos evitar dar esta impressão. A necessidade de unidade e coesão nunca é maior ou mais intensamente sentida por todos do que durante uma retirada. Os flancos destinam-se basicamente a convergir novamente para o centro. Mesmo que problemas relativos ao abastecimento e ao terreno imponham a necessidade de dispersar durante uma retirada, normalmente a manobra termina com uma concentração de forças no centro. Se acrescentarmos o fato de que normalmente o inimigo avança sobre o centro com a sua força principal e, consequentemente, exerce ali a maior pressão, será evidente que a retaguarda do centro é de especial importância.

Ocorre que o emprego de unidades independentes como guarda avançada é adequado sempre que surgir uma das situações acima. A maioria delas dificilmente ocorrerá quando o centro não for mais forte em relação ao seu efetivo do que as alas. Foi este o caso quando Macdonald avançou contra Blucher na Silésia em 1813, e este último deslocou-se em direção ao Elba. Os dois possuíam três corpos que normalmente deslocavam-se lado a lado em colunas separadas, através de estradas diferentes, o que explica porque não há qualquer menção a uma vanguarda em nenhum dos lados.

Apesar disto, em parte por esta mesma razão, um dispositivo em três colunas da mesma força pode ser qualquer coisa, menos recomendável, assim como é muito inconveniente dividir um exército em três partes, como afirmamos no Capítulo Cinco do Livro Três[1]

Afirmamos no capítulo anterior que, na ausência de ordens específicas em contrário, a maneira mais natural de dispor uma força é uma concentração no centro, com duas alas separadas. Neste caso, o esquema mais simples será colocar guardas avançadas à frente do centro e também adiante das alas. Mas a função essencial dos corpos laterais em relação às alas é a mesma que a da guarda avançada em relação à frente e, consequentemente, os corpos laterais podem muitas vezes estar em linha com a vanguarda, se não efetivamente na frente dela, dependendo das circunstâncias.

Não pode ser dita muita coisa sobre a força absoluta da guarda avançada. Hoje em dia tornou-se justificavelmente um costume comum atribuir a sua tarefa a uma ou mais das sub-unidades principais de todo o exército, que são reforçadas por parte da cavalaria. Ela consiste portanto num corpo, se o exército estiver dividido em corpos, e uma ou mais divisões, se o exército estiver dividido em divisões.

É óbvio que, também com relação a este aspecto, a vantagem será maior quando o exército estiver subdividido no maior número de unidades.

A distância em que deve ser posicionada a vanguarda depende inteiramente das circunstâncias. Pode haver casos em que ela seja a correspondente a mais de um dia de marcha à frente da força principal. Em outros, pode ser imediatamente à frente dela. Na maioria dos casos, a vanguarda encontrar-se-á afastada de cinco a quinze milhas. Embora esta demonstre ser a distância mais frequentemente exigida pelas circunstâncias, não deve tornar-se uma regra para aplicação universal.

A nossa análise perdeu de vista o tópico dos *postos avançados*, ao qual voltaremos agora.

Quando afirmamos no início que os postos avançados serão necessários para tropas paradas e as vanguardas para tropas em movimento, foi para estabelecer a srcem dos conceitos e mantê-los separados por enquanto, mas uma rigorosa fidelidade aos termos resulta claramente em pouco mais do que diferenças pedantes.

---

[1] O autor refere-se ao Livro Cinco. Eds.

Quando um exército em marcha descansa à noite, a sua vanguarda deve evidentemente fazer o mesmo, e deve estabelecer sempre postos avançados para a sua própria segurança, bem como a de todo o exército. Isto não significa que ela não seja mais uma guarda avançada e que tenha sido reduzida a nada mais do que a postos avançados. O único momento em que os postos avançados podem ser considerados o oposto do conceito de vanguarda é quando a maior parte das tropas que constituem a guarda avançada é dividida em postos separados, permanecendo apenas um pequeno, ou nenhum, corpo concentrado - em outras palavras, quando o conceito de uma extensa linha de postos avançados for preponderante sobre o de um corpo concentrado.

Quanto menor for o descanso, menos o exército precisará ser totalmente protegido. De qualquer modo, uma única noite é muito pouco para o inimigo descobrir o que está sendo protegido e o que não está. Quanto maior for o descanso, mais será necessário que cada ponto de acesso deva ser vigiado e protegido totalmente. Assim, uma parada significativa tenderá, de um modo geral, a dispersar a vanguarda ao longo de uma linha de postos avançados. Duas circunstância determinam principalmente se isto será feito exatamente assim, ou se será mantido o princípio de um corpo concentrado. A primeira é a distância entre os exércitos oponentes. A segunda é a natureza do terreno.

Se a distância entre os exércitos oponentes for pequena em comparação com a extensão das suas frentes, muitas vezes não haverá espaço suficiente para posicionar um corpo de guarda avançada. Cada exército deverá então confiar a sua segurança a uma série de pequenos postos.

Em qualquer caso, um corpo concentrado, que é menos capaz de proteger diretamente as vias de acesso, precisará de mais tempo e de mais espaço para tornar-se eficaz. Consequentemente, sempre que o exército estiver consideravelmente disperso, como em alojamentos, deverá estar a uma boa distância do inimigo para que todas as vias de acesso possam ser devidamente protegidas por um corpo concentrado. É por isto que os aquartelamentos de inverno, por exemplo, são normalmente protegidos por uma cadeia de postos avançados.

O segundo fator é a natureza do terreno. Por exemplo, quando a formação natural da terra permitir a oportunidade de formar uma forte linha de postos avançados com um número relativamente reduzido de tropas, esta linha será utilizada.

Nos aquartelamentos de inverno, o rigor das condições do tempo também pode ser um motivo para dividir a guarda avançada ao longo de uma linha de postos avançados. Desta maneira é mais fácil encontrar abrigo para ela.

O auge da evolução quanto ao uso de uma linha de postos avançados reforçados foi atingido pelo Exército Anglo-Holandês, nos Países Baixos, durante a campanha do inverno de 1794 para 1795. Ali, a linha defensiva consistia em brigadas de todas as armas, formando postos avançados separados, sendo todo o conjunto apoiado por uma reserva geral. Scharnhorst, que estava no Exército, introduziu este procedimento no Exército Prussiano em Passarge, na Prússia Oriental, em 1807. Com esta exceção, raramente tem sido utilizado nas guerras modernas - principalmente porque exigem muito movimento. Mas ele foi até mesmo desprezado quando poderia ter se tornado vantajoso: por Murat, por exemplo, em Tarutino. Se a sua linha defensiva tivesse sido prolongada, ele não teria perdido cerca de trinta canhões num ataque aos seus postos avançados.

Não há como negar que este procedimento oferece grandes vantagens em condições adequadas. Voltaremos a ele numa próxima ocasião.

CAPÍTULO OITO

O Emprego Operativo dos Corpos Avançados

Acabamos de explicar como a segurança de um exército é afetada pela maneira pela qual o inimigo que se aproxima reage às suas guardas avançadas e aos corpos posicionados nos seus flancos. Num possível conflito com a força principal do inimigo, estes corpos devem ser considerados muito fracos. É necessária uma análise especial para mostrar como eles podem atender à sua finalidade sem sofrer graves baixas em decorrência de terem sido tão significativamente superados numericamente.

A tarefa destas tropas é observar o inimigo e retardar o seu avanço.

Nem mesmo a primeira destas tarefas poderia ser desempenhada por um pequeno destacamento, em parte porque ele seria mais facilmente obrigado a recuar do que um grande, e em parte porque os seus meios, os seus instrumentos de observação, não seriam suficientemente poderosos.

Além do mais, a observação destina-se a atender a um propósito inconfesso, qual seja, induzir o inimigo a empregar todas as suas forças e revelar assim não só o seu poderio como também as suas intenções.

A simples presença de um corpo destes seria suficiente para não fazer nada além disto: só seria preciso esperar que o inimigo dispusesse as suas tropas de maneira ofensiva e, em seguida, recuar.

Mas ele destina-se também a retardar o avanço do inimigo, e isto envolve uma resistência real.

Como é possível pensar em esperar até o último momento e oferecer resistência sem que o corpo corra o risco contínuo de sofrer graves baixas? Pelo principal motivo de que o inimigo se aproximará com a sua própria guarda avançada, e não com o poderio esmagador e irresistível de todo o seu exército. É compreensível que desde o início a guarda avançada do inimigo seja superior à nossa - como presumivelmente destina-se a ser - e que a sua força principal esteja mais perto dela do que estamos da nossa e, como a sua força principal já está em movimento, logo estará em condições de dar um total apoio ao ataque da guarda avançada. Apesar disto, a fase inicial, durante a qual a nossa guarda avançada terá que enfrentar a do inimigo - igual a ela, por assim dizer - proporcionará algum ganho de tempo e permitirá a observação da aproximação do inimigo por algum tempo, sem colocar em risco a sua própria retirada.

Nem mesmo alguma resistência oferecida por um corpo destes, numa posição adequada, acarreta necessariamente todas as desvantagens que poder-se-ia esperar em outros momentos devido à sua inferioridade numérica. O principal perigo decorrente da resistência a um inimigo superior é a possibilidade de um envolvimento do nosso flanco e uma clara vantagem representada por um ataque envolvente. Mas normalmente este risco é reduzido pelo fato de que um inimigo que está avançando nunca poderá estar totalmente certo do quanto está próximo o apoio do exército principal e tem que considerar, portanto, a possibilidade de ter as suas colunas apanhadas entre dois fogos. Um exército que está avançando manterá, em decorrência disto, as testas das suas colunas mais ou menos lado a lado. Somente após reconhecer minuciosamente a posição do seu oponente é que começará cuidadosa e cautelosamente a alterar a direção de um flanco ou do outro. Esta fase de cautelosa investigação permite, portanto, que o nosso corpo avançado recue antes que surja qualquer ameaça séria.

Por quanto tempo um corpo destes poderá resistir a um ataque frontal e ao início de um movimento de envolvimento dependerá principalmente da natureza do terreno e da proximidade do apoio. Se a resistência prolongar-se por um período maior do que o normal - seja em decorrência de uma má avaliação ou como um ato de auto-sacriício para ganhar tempo para o exército - fatalmente ocorrerão pesadas baixas.

Somente no mais raro dos casos, quando puder ser utilizado um importante acidente geográfico natural, o verdadeiro combate defensivo terá alguma conseqüência. Por si só o engajamento secundário que um corpo destes é capaz de travar raramente pode ganhar tempo suficiente. Em vez disto, este ganho decorrerá de três circunstâncias inerentes à situação:

1. O avanço mais cauteloso e portanto mais lento do inimigo
2. A duração da resistência real
3. A própria retirada.

A retirada pode ser feita tão lentamente quanto a segurança o permita. Qualquer boa posição natural que estiver disponível deverá ser utilizada. Ela obrigará o inimigo a preparar novos ataques e movimentos de envolvimento e, assim, ganhar mais tempo. Até mesmo um engajamento real pode revelar-se aceitável numa nova posição.

É evidente que a ação de retardamento está intimamente relacionada à retirada. A freqüência dos engajamentos compensará a sua curta duração.

Esta é a maneira pela qual um corpo avançado pode resistir. A sua eficácia depende principalmente do seu próprio poderio numérico e do terreno. Também das distâncias que tem que percorrer, e do apoio e da proteção que recebe.

Mesmo em condições iguais, um pequeno grupo de homens não pode resistir tanto tempo quanto um grande corpo de exército: quanto mais numerosas forem as forças envolvidas, mais tempo levará para que concluam um combate de qualquer tipo. Numa área montanhosa, a própria marcha torna-se mais lenta, as posições individuais podem ser mantidas por mais tempo, com um risco menor, e as oportunidades de assumir estas posições se apresentam a cada momento.

Quanto mais à frente tiver sido posicionado um corpo avançado, maior será a distância a percorrer para se retirar e, portanto, maior o ganho absoluto de tempo decorrente da sua resistência. Por outro lado, o seu isolamento restringirá a sua capacidade de resistir e as suas perspectivas de receber apoio. Neste caso, a sua retirada levará um tempo relativamente menor do que se tivesse ficado mais perto da força principal.

O apoio e a proteção que um corpo destes recebe está fadado a afetar a duração da sua resistência. A prudência e a cautela cobram uma taxa que deve ser subtraída da sua eficácia.

O tempo ganho através da resistência de um corpo avançado pode variar consideravelmente. Se o inimigo não aparecer até depois do meio dia, muito mais tempo será ganho, porque raramente os exércitos avançam à noite. Assim, em 1815, o primeiro Corpo do Exército Prussiano, sob o comando do General Ziethen, com cerca de 30.000 homens, enfrentou Bonaparte com 120.000 homens. Ainda assim, no trecho de Charleroi a Ligny - meras dez milhas - conseguiu ganhar mais de vinte e quatro horas para possibilitar a concentração do exército principal prussiano. O General Ziethen foi atacado

pela primeira vez aproximadamente às nove horas da manhã de 15 de Junho, e a batalha de Ligny só começou cerca de duas da tarde do dia 16. Evidentemente o General Ziethen sofreu pesadas baixas - 5.000 ou 6.000 homens mortos, feridos e feitos prisioneiros.

Em termos de experiência prática, os dados a seguir podem servir como uma referência para cálculos desta natureza.

Tomemos uma divisão de 10.000 ou 12.000 homens, reforçada pela cavalaria, que foi enviada a uma distância equivalente a um dia de marcha, cerca de quinze a vinte milhas, adiante. Num terreno comum, não especialmente difícil, ela será capaz de retardar o inimigo por cerca de uma vez e meia (incluindo o tempo da sua própria retirada) o tempo que de outro modo seria necessário para ele percorrer a mesma distância. Mas se a unidade tiver sido posicionada apenas a cinco milhas adiante, o inimigo pode perfeitamente ser retardado por um tempo duas ou três vezes maior do que o que de outro modo teria sido gasto na marcha.

Assim, é de se esperar que uma distância de vinte milhas, que corresponderia normalmente a uma marcha de cerca de dez horas, faça com que o inimigo leve quinze horas a partir do momento em que surgir com toda intensidade perante a nossa divisão avançada, até que esteja em condições de atacar a nossa força principal. Mas se a guarda avançada estiver posicionada apenas a cinco milhas adiante, podem transcorrer três ou quatro horas, ou, na realidade, duas vezes aquele tempo, antes que o inimigo possa atacar o exército. Porque o tempo que o inimigo leva para dispor as suas tropas contra a guarda avançada é o mesmo em qualquer dos casos, enquanto que o período de resistência oferecido pela guarda avançada em sua posição srcinal será ainda maior do que se tivesse sido posicionada mais adiante.

A conclusão é que no primeiro caso o inimigo estará preparado para expulsar a guarda avançada e atacar a força principal, tudo no mesmo dia, como a experiência tende a confirmar. Mesmo no segundo caso, o inimigo terá que livrar-se da guarda avançada antes do meio dia para ter tempo suficiente para a batalha principal.

Como no primeiro caso a noite vem em nosso auxílio, torna-se evidente que pode ser ganho muito tempo posicionando a guarda avançada mais adiante.

O motivo de posicionar tropas no flanco de um exército já foi explicado, e as suas operações normalmente dependerão de circunstâncias específicas. É mais simples considerá-las como uma guarda avançada posicionada no flanco e, como estão posicionadas ligeiramente à frente, recuarão em direção ao exército numa direção diagonal. Como estes corpos não estão exatamente à frente da força principal

e é mais difícil, portanto, apoiá-los do que a uma guarda avançada normal, eles estarão em maior perigo, porque de um modo geral o impacto do inimigo diminui um pouco à medida em que aproxima-se das extremidades da linha. Mesmo nas piores situações, estes corpos teriam espaço suficiente para manobrar sem colocar a força principal tão diretamente em perigo quanto colocaria a fuga da guarda avançada.

A recepção de um corpo avançado em retirada é feita melhor e mais frequentemente por uma considerável força de cavalaria. Esta é uma boa razão para posicionar a nossa cavalaria reserva entre a força principal e o corpo avançado, sempre que a distância entre eles exigir.

Assim, a nossa conclusão final é que um corpo avançado deve mais o seu valor operativo à sua presença do que aos seus esforços; mais aos engajamentos que poderia oferecer do que àqueles que realmente trava. Ele nunca destina-se a deter os movimentos do inimigo, mas em vez disto, como o peso de um pêndulo, a restringí-los e a regulá-los, para torná-los constantes.

CAPÍTULO NOVE

Acampamentos

Examinaremos, sob o ponto de vista estratégico, as três condições do exército quando não está em combate - no que diz respeito ao local, ao tempo e ao poderio das suas forças. A transição para a condição de combate, e tudo que se refere ao verdadeiro andamento do combate, é uma questão de tática.

A disposição no acampamento - pelo que referimo-nos a todos os alojamentos temporários, como tendas, barracas ou bivaques ao ar livre - é, sob o ponto de vista estratégico, totalmente idêntica a de qualquer engajamento que dependa desta disposição. Sob o ponto de vista tático, pode não ser sempre assim, pois existem diversas razões para escolher uma localização um pouco diferente para o acampamento e para o campo de batalha pretendido. Como já foi dito tudo o que era necessário sobre a disposição do exército ou, mais precisamente, sobre os locais a serem designados para as suas diversas partes, falta apenas considerar o tema dos acampamentos sob o ponto de vista do historiador.

Desde o tempo em que os exércitos tinham atingido novamente um tamanho considerável, em que as guerras tornaram-se mais longas e os seus combates isolados mais integrados, até a Revolução Francesa, os exércitos sempre acamparam em tendas. Esta era a sua situação normal. Quando chegava a primavera, deixavam os seus alojamentos e não voltavam antes do inverno. Os alojamentos de inverno deveriam ser considerados, num certo sentido, uma situação de ausência de guerra, na qual as forças estavam numa condição neutra e todo o mecanismo estava temporariamente parado. Outros tipos de alojamentos, como os campos de recuperação (que antecediam os alojamentos de inverno), ou os alojamentos para curtos períodos de tempo e apinhados de gente, eram temporários e devem ser considerados raros.

Este não é o lugar para indagar como esta neutralização normal e voluntária de poderio poderia ter sido considerada e, em alguns casos ainda é, como estando de acordo com a natureza e os fins da guerra. Trataremos desta questão mais tarde. Basta dizer que era assim.

Desde as guerras da Revolução Francesa, os exércitos vêm abandonando as tendas devido à grande quantidade de bagagem que envolvem. Acha-se agora que é mais vantajoso para um exército de 100.000 homens ter outros 5.000 cavalarianos ou diversos canhões a mais, em vez de 6.000 cavalos para transportar as tendas. Além disto, um grande comboio de bagagem é um grande estorvo e de pouca utilidade em operações de grande vulto e rápidas.

Mas esta mudança causou dois inconvenientes: o aumento, tanto do desgaste das tropas como da devastação da zona rural.

A proteção oferecida por uma cobertura de lona barata pode não ser muita, mas ao longo de um período de tempo é um alívio do qual as tropas sentirão falta quando não estiver lá. Por um único dia a diferença é pequena. Uma tenda oferece pouca proteção contra o vento e o frio, e está longe de ser à prova d'água. Mas uma pequena diferença torna-se uma grande diferença quando a situação se repete duzentas ou trezentas vezes por ano. O resultado natural será um número maior de baixas devido a doenças.

Não há necessidade de explicara maneira pela qual a ausência de tendas contribui para aumentar a devastação da zona rural.

Alguém poderia pensar, portanto, que devido a estes dois inconvenientes a não utilização de tendas teria debilitado, do seu próprio modo, a energia da guerra, obrigando as tropas a ficarem mais tempo e mais frequentemente em alojamentos, ou, devido à falta de equipamentos, deixarem de ocupar diversas posições que poderiam ter sido ocupadas se houvesse tendas disponíveis.

Isto teria sido de fato verdadeiro, não fosse pelo fato de que durante aquele exato período a guerra sofreu uma enorme transformação, que eliminou completamente estes efeitos mais ou menos insignificantes.

O poderoso fogo da guerra é tão violento agora, e a guerra é travada com uma energia tão desmedida, que até mesmo estes períodos regulares de descanso desapareceram e todas as forças avançam incessantemente em direção à grande decisão. Este fato será abordado mais minuciosamente no Livro Nove[1]. Nestas condições, não se pode conceber uma diminuição do emprego das tropas causada pela ausência de tendas. As tropas acampam agora em barracas, ou ao ar livre,

independentemente das condições de tempo, da estação do ano ou do terreno, de acordo com o plano geral e o propósito da campanha.

Se a guerra manterá esta energia para sempre e sob todas as condições é uma questão da qual trataremos mais tarde. Sempre que não mantiver, a falta de tendas certamente terá alguma influência

[1] Não existe Livro Nove. Eds.

sobre a sua condução, mas duvidaríamos de que esta reação seria suficientemente forte para trazer de volta o hábito de acampar em tendas. Os limites das operações militares estenderam-se tão longe que uma volta às antigas limitações rigorosas só poderá ocorrer brevemente, esporadicamente e sob condições especiais. A verdadeira natureza da guerra irromperá repetidas vezes com uma força esmagadora e deverá ser, portanto, a base de quaisquer planejamentos militares permanentes.

CAPÍTULO DEZ

Marchas

As marchas são uma mera transição de uma posição para outra. Elas envolvem duas condições essenciais.

A primeira é o bem estar dos homens, de modo que a força que poderia ter sido proveitosamente empregada não seja desperdiçada. A segunda é a organização da marcha para assegurar a chegada pontual das tropas. Se 100.000 homens tiverem que marchar numa única coluna, por uma única estrada, sem interrupções, o fim da coluna nunca chegaria ao seu destino no mesmo dia em que a testa. O avanço seria extremamente lento, ou a coluna, como um jato d'água caindo, se fragmentaria em gotas. Esta dispersão, juntamente com o esforço adicional que o comprimento da coluna imporia aos que estão no seu fim, logo resultaria numa desordem geral.

Se pudermos abandonar este extremo, quanto menor for o número de soldados numa única coluna, mais fácil e mais ordeira será a marcha. Ocorre que existe uma necessidade de *subdivisão*, que não é o mesmo que a subdivisão proveniente de disposições táticas divididas. A separação em colunas de marcha normalmente basear-se-á na disposição da força, mas não necessariamente em cada caso específico. Se alguém desejar concentrar um grande número de soldados numa única área, eles terão que ser divididos durante a marcha. Mas mesmo quando uma disposição dividida ocasionar uma marcha dividida, tanto podem predominar as condições da disposição como as da marcha. Por exemplo, se não for esperada qualquer batalha e as tropas estiverem dispostas simplesmente com o propósito de descansar, as condições predominantes serão as da marcha, e estas consistem principalmente na escolha de boas estradas com uma superfície plana. Tendo isto em mente, no primeiro caso as estradas serão escolhidas em função dos acampamentos e dos alojamentos e, no último, os acampamentos e alojamentos serão escolhidos em função das estradas. Quando é esperada

uma batalha, e o mais importante for ter uma determinada quantidade de soldados num ponto específico, mesmo a pior das estradas secundárias poderá ser utilizada sem um minuto de hesitação. Por outro lado, se um exército ainda estiver, por assim dizer, em trânsito para o teatro de operações, escolheremos para as colunas as estradas principais mais próximas e procuraremos os melhores alojamentos e acampamentos que estiverem disponíveis na área.

Em qualquer lugar em que existir a possibilidade de um engajamento - em outras palavras, em todo o teatro de guerra - um princípio geral da guerra moderna é organizar as colunas de maneira a ter os seus soldados prontos para uma ação independente, não importando o tipo da marcha. Esta condição será atendida combinando-se as três armas por meio de uma subdivisão orgânica do conjunto, e de uma adequada distribuição de comandos. As marchas são, portanto, a principal base para a moderna formação de batalha, bem como as suas principais beneficiadas.

Aproximadamente em meados do Século XVIII, principalmente no teatro de operações de Frederico II, o próprio movimento das tropas começou a ser considerado um princípio autônomo de combate. As vitórias estavam sendo conquistadas através de movimentos inesperados, mas a falta de uma formação de batalha sistemática tornava indispensáveis os mais complexos e trabalhosos planejamentos para o exército em marcha. Para executar um movimento nas proximidades do inimigo tinha-se que estar constantemente pronto para o combate, mas não se podia estar pronto, a menos que o exército estivesse concentrado, porque só o exército inteiro formava um conjunto auto-suficiente. Quando a reserva tinha que ser mantida alinhada com a força principal, mantendo a sua distância correta, nunca a mais de uma milha da primeira, tinha que subir morros e atravessar várzeas, com suor e com esforço, envolvendo um considerável conhecimento das condições locais, porque onde você encontraria duas estradas pavimentadas correndo paralelas, afastadas apenas de uma milha? As mesmas condições vigoravam para a cavalaria posicionada nas alas quando marchava-se em coluna sobre o inimigo. A artilharia representava um outro problema, pois precisava de uma estrada para ela, com a proteção da infantaria, de modo que a artilharia tornava ainda mais longas as linhas da infantaria, que deviam ser contínuas mas que já eram suficientemente longas e irregulares. Nenhuma das distâncias corretas jamais podia ser mantida. Basta consultar as tabelas de marcha, na *História da Guerra dos Sete Anos*, de Tempelhoff, para ter uma idéia destas condições e das restrições que impunham à guerra.

A guerra moderna deu aos exército um sistema organizado de divisões, no qual as grandes unidades constituem conjuntos secundários que são tão eficazes em combate quanto todo o exército, com a exceção de que não podem operar por tanto tempo. Atualmente, mesmo se o exército for lutar

como um todo, as colunas não precisam mais ser mantidas juntas para serem capazes de reunirem-se antes de iniciar o combate. Elas podem fazer isto enquanto o engajamento estiver em curso.

Quanto menor for a unidade, mais fácil será movimentá-la, menos ela exigirá o tipo de subdivisão que decorre, não de uma formação de batalha dividida, mas da dificuldade de manobrar o seu próprio tamanho. Um pequeno grupo de soldados pode marchar ao longo de uma única estrada e, se tiver que avançar ao longo de diversas linhas, podem ser facilmente encontrados caminhos adjacentes. Quanto maior for o grupo de soldados, maior será a necessidade de dividí-los, maior será o número de colunas e a necessidade de estradas com uma superfície plana, ou até mesmo de verdadeiras rodovias e, consequentemente, maiores serão as distâncias entre as colunas. Aritmeticamente falando, os perigos da subdivisão estão na razão inversa da sua necessidade. Quanto menores forem as unidades, mais provavelmente elas terão que ir em auxílio uma da outra. Quanto maiores forem elas, mais tempo poderão cuidar de si mesmas. Deve-se ter em mente o que foi dito sobre o assunto do livro anterior: em áreas povoadas raramente serão encontradas estradas paralelas com uma superfície razoavelmente plana a apenas umas poucas milhas de distância da estrada principal. Torna-se portanto evidente que, ao planejar uma marcha, não haverá grandes problemas que possam tornar *a velocidade e a chegada pontual* incompatíveis com uma *adequada concentração de força*. Em áreas montanhosas as estradas paralelas são raras, e é muito difícil fazer conexões entre elas. Por outro lado, o poder de resistência de uma única coluna é muito maior.

Esta questão será mais evidente se for considerada de uma forma concreta.

A experiência mostra que uma divisão de 8.000 homens, com a sua artilharia e algumas outras viaturas de transporte, normalmente levará uma hora para passar por um determinado ponto. Se duas divisões deslocarem-se ao longo de uma única estrada, a segunda chegará cerca de uma hora depois da primeira. Como foi ressaltado no sexto capítulo do Livro Quatro, uma divisão deste tamanho normalmente pode manter-se sozinha por diversas horas, mesmo em condições de inferioridade. Assim, a segunda divisão deve chegar a tempo, mesmo na pior situação possível - aquela em que a primeira tiver sido obrigada a entrar em combate imediatamente após a sua chegada. Além do mais, nas áreas povoadas da Europa Central normalmente podemos encontrar *estradas secundárias* a menos de uma hora de distância da estrada principal. Elas poderão ser utilizadas para marchas, sem que tenhamos que marchar através de campos ou matas, como aconteceu tantas vezes na Guerra dos Sete Anos.

A experiência também nos ensina que a testa de uma coluna de quatro divisões, com uma cavalaria reserva, geralmente pode percorrer quinze milhas em oito horas, mesmo em estradas

medíocres. À razão de uma hora por divisão, e a mesma para a cavalaria e a artilharia reserva, a marcha levará treze horas para ser concluída. Este não é um tempo muito longo, e ainda assim, suficiente para um total de 40.000 homens marcharem ao longo de uma estrada. Com uma força deste tamanho podemos, além disto, procurar e utilizar as estradas secundárias e, assim, encurtar facilmente a marcha. Mesmo se mais tropas tiverem que utilizar a estrada, podemos supor que elas não terão que chegar todas no mesmo dia. Nos dias de hoje os exércitos deste tamanho não entram em combate no momento em que se encontram, mas normalmente esperam até o dia seguinte.

Não citamos estes casos na crença de que possam abranger todos os exemplos possíveis. O fizemos simplesmente para tornar as coisas mais claras e mostrar, através do exame da experiência real, que na guerra moderna não é mais muito difícil organizar uma marcha. Marchas imediatas e rápidas não exigem mais uma habilidade especial e a fartura de conhecimentos locais que Frederico o Grande, por exemplo, teve que empregar durante a Guerra dos Sete Anos. Em vez disto, com a atual divisão orgânica do exército, as marchas quase que organizam-se sozinhas. Pelo menos não exigem um planejamento complexo. Ao contrário dos dias em que as batalhas eram conduzidas apenas através da voz de comando, enquanto que as marchas exigiam planos formais, agora é a batalha que exige planejamento, enquanto que marchar dificilmente exigirá mais do que a voz de comando.

As marchas são realizadas formando um ângulo reto com a frente, ou paralelas a ela. Estas últimas são também conhecidas como "marchas pelos flancos" e alteram o padrão geométrico das partes do exército. Aqueles que foram dispostos em coluna estarão portanto marchando um atrás do outro, e vice-versa. Embora a direção da marcha possa formar qualquer ângulo inferior a noventa graus, a formatura para a marcha deve ser de um tipo característico ou de outro.

Esta alteração geométrica só pode ser perfeitamente executada no reino da tática, e além disto, somente utilizando a assim chamada formatura em coluna, o que é impossível quanto estão envolvidos grandes números. No reino da estratégia ela é ainda menos viável. Na antiga formação de batalha as partes que alteravam a sua relação geométrica eram apenas o centro e as alas. Hoje são as unidades de primeira grandeza - corpos, divisões ou brigadas - dependendo da distribuição do conjunto. Aqui também os efeitos da moderna formação de batalha far-se-ão sentir. Como não é mais essencial reunir todo o exército antes de iniciar o combate, tornou-se necessário tomar um maior cuidado para que as tropas que estão reunidas constituam um conjunto. Se duas divisões tiverem que ser dispostas uma atrás da outra, sendo uma de reserva, e tiverem que avançar em direção ao inimigo ao longo de duas estradas separadas, nem sonharíamos em enviar parte de cada divisão por uma estrada diferente.

Evidentemente seria designada uma estrada para cada uma: seria dito a elas para manterem-se lado a lado e, se viesse a ocorrer um combate, caberia a cada comandante de divisão fornecer a sua própria reserva. A unidade de comando é muito mais importante do que a relação geométrica srcinal. Se as duas divisões chegarem aos seus destinos tranqüilamente, podem reassumir a sua disposição srcinal. Se duas divisões posicionadas lado a lado tiverem que marchar *paralelamente* uma a outra em duas estradas, é ainda menos provável que passe pela cabeça de qualquer pessoa enviar a segunda coluna, ou a reserva, de cada divisão ao longo da estrada localizada mais atrás. Seria destinada uma estrada para cada divisão e uma delas atuaria como reserva durante o período da marcha. Se um exército de quatro divisões tiver que avançar contra o inimigo, com três divisões na frente e a quarta em reserva, seria natural designar uma estrada para cada uma das três divisões e fazer com que a reserva seguisse pela do meio. Mas se não for possível encontrar três estradas que estejam suficientemente próximas para serem convenientes, não será preciso hesitar em avançar ao longo de duas. Não é de se esperar que haja grandes desvantagens.

O mesmo aplica-se ao caso oposto de uma marcha pelos flancos.

Um outro ponto diz respeito às colunas que marcham saindo do flanco direito ou esquerdo. No caso das marchas pelos flancos isto ocorre automaticamente. Certamente ninguém marcharia saindo do flanco direito para se deslocar para a esquerda. Numa marcha para a frente ou para trás, a formatura para a marcha deve ser escolhida com vistas à direção da estrada em relação à futura linha de posicionamento. Isto pode de fato ser feito na tática, porque a escala aqui é menor e é mais fácil manter em mente as relações geométricas. Do ponto de vista estratégico isto é completamente impossível, apesar de certas analogias com a tática que só de vez em quando têm sido aventadas: estas são puro pedantismo. Antigamente, é verdade, toda a formatura para a marcha era puramente uma questão de tática, uma vez que mesmo em marcha o exército continuava sendo um conjunto não dividido, com o propósito de só combater como uma unidade. Schwerin, por exemplo, quando marchou saindo da área de Brandeis em 5 de Maio, não tinha idéia se o seu campo de batalha estaria à sua direita ou à sua esquerda. Por isto, teve que realizar a sua famosa contramarcha.

Se na antiga formação de batalha um exército avançasse contra o inimigo em quatro colunas, o par de colunas externo era formado pelas alas de cavalaria da primeira e da segunda linhas, enquanto que as alas de infantaria das duas linhas formavam as duas colunas centrais. Todas estas colunas podiam marchar saindo da direita ou da esquerda, ou a ala direita saindo da direita e a ala esquerda saindo da esquerda, ou a direita saindo da esquerda e a esquerda saindo da direita. O nome do

movimento no último destes casos teria sido "coluna dupla do centro". Embora todos estes movimentos devessem ter relação com a disposição subsequente, basicamente não faziam nada disto. Quando Frederico o Grande foi para a batalha em Leuthen, o seu exército havia marchado em quatro colunas, saindo da ala direita. Isto tornou muito fácil a transição para a marcha em coluna (o que tem sido imensamente admirado pelos historiadores), uma vez que era a ala esquerda austríaca que Frederico queria atacar. Se ele tivesse querido girar a ala direita, teria que realizar uma contramarcha, como havia feito em Praga.

Embora mesmo naquela época estas manobras já fossem inadequadas para a sua finalidade, hoje não teriam qualquer valor. A relação entre o futuro campo de batalha e a estrada ao longo da qual o exército se desloca é tão pouco conhecida agora como era então, e o pouco tempo perdido marchando na ordem errada tornou-se incomparavelmente menos importante. Aqui também a nova formação de batalha demonstra ser benéfica: é totalmente irrelevante saber qual a divisão que chegará primeiro, ou que brigada será a primeira a entrar em combate.

Nestas circunstâncias, deixou de fazer diferença se você marcha saindo da esquerda ou da direita, exceto que o cansaço das tropas será equilibrado se isto for feito alternadamente. Esta é a única razão, embora seja uma razão extremamente importante, para manter o método duplo de marchar, mesmo quando estão envolvidos grandes grupos de tropas.

Nestas condições, marchar saindo do centro deixa automaticamente de ser uma manobra distinta, e só ocorrerá por acidente. Uma marcha saindo do centro, na qual as duas colunas do meio deslocam-se como sendo uma só, é de qualquer modo um absurdo estratégico, pois pressupõe a disponibilidades de rodovias paralelas.

A formatura para a marcha é mais uma questão tática do que estratégica, pois envolve a divisão do conjunto em partes que voltarão a reunir-se como um todo quando a marcha terminar. Na guerra moderna não é mais considerado necessário manter as partes próximas umas das outras: durante uma marcha é permitido que elas se dispersem mais e que cuidem de si mesmas. Isto pode facilmente resultar em engajamentos em que cada uma das partes lute sozinha, e que devem ser consideradas, portanto, completas. É por isto que achamos necessário entrar em tais detalhes.

Como eventualmente (como foi mostrado no Capítulo Dois[1] deste livro), uma disposição em três partes numa formatura em coluna provará ser a mais lógica sempre que não houver qualquer propósito especial mais importante, três colunas também tenderão a ser uma formatura mais lógica para marcha.

Existe uma outra coisa que gostaríamos de acrescentar: o conceito de coluna não baseia-se

[1] O autor refere-se ao Livro Cinco. Eds.

meramente na coluna de marcha de um grupo de soldados. Em estratégia o termo também se aplica a grupos de soldados marchando ao longo da mesma estrada em dias diferentes. O fato é que os soldados são divididos em colunas principalmente para encurtar e facilitar a marcha, pois uma pequena força
marcha mais depressa e mais facilmente do que uma grande. O propósito também será atendido, evidentemente, se as tropas deslocarem-se em dias diferentes, em vez de deslocarem-se ao longo de estradas diferentes.

CAPÍTULO ONZE

Marchas - Continuação

A experiência é o melhor guia para a extensão de uma marcha e para o tempo que ela exige.

Os exércitos modernos estão há muito tempo acostumados a considerar uma marcha de quinze milhas como sendo suficiente para um dia. Em operações de vulto ela deve ser reduzida a uma média de dez milhas, para permitir os dias de descanso indispensáveis, nos quais possam ser realizados os reparos e os serviços de manutenção necessários.

Uma divisão de 8.000 homens leva de oito a dez horas para realizar uma marcha destas num terreno nivelado e em estradas comuns. Num terreno montanhoso, leva de dez a doze. Se uma coluna consistir em várias divisões, serão necessárias mais uma poucas horas, mesmo descontando o tempo de atraso para a partida das últimas divisões.

É evidente que o dia será muito bem preenchido por uma marcha destas, e que não se pode comparar o esforço de um soldado carregado, transportando o seu equipamento durante dez ou doze horas, com uma caminhada normal de quinze milhas em que um indivíduo não levaria mais do que cinco horas numa estrada razoável.

As marchas forçadas, se realizadas uma de cada vez, podem percorrer vinte e cinco milhas, ou trinta no máximo. Se forem contínuas, somente vinte.

Uma marcha de vinte e cinco milhas exigirá uma parada de diversas horas para descanso, e uma divisão de 8.000 homens não conseguirá realizá-la em menos de dezesseis horas, mesmo em boas estradas. Se a distância a ser percorrida for de trinta milhas, e diversas divisões estiverem envolvidas, deve-se prever um mínimo de vinte horas.

O que nos interessa aqui é uma marcha realizada por diversas divisões completas, de um acampamento para outro, uma vez que este é o tipo de marcha mais comum que ocorre num teatro de operações. Quando diversas divisões tiverem que formar uma única coluna, a primeira deve ser formada e iniciar a marcha antes e, consequentemente, chegará ao acampamento mais cedo, um tempo

correspondente àquele em que saiu na frente das outras. Mas esta diferença de tempo nunca poderá ser tão grande quanto o tempo que uma divisão leva para passar por um determinado ponto - o tempo necessário para o que os franceses tão apropriadamente chamam de *découlement* (escoamento). Assim, o soldado é poupado de quase todo o esforço, e cada marcha levará mais tempo devido ao grande número de soldados envolvidos. Movimentar uma divisão através de métodos semelhantes de formar e por em marcha as suas brigadas uma de cada vez só raramente é possível. É por isto que a divisão tem sido tratada como uma unidade.

Em longas marchas, com as tropas transferindo-se de um alojamento para outro, marchando em pequenos destacamentos e sem pontos de reunião, elas podem de fato percorrer grandes distâncias. Na realidade elas serão mais longas devido aos desvios necessários para chegar aos seus alojamentos.

O tempo máximo é despendido pelas marchas em que os soldados têm que ser novamente formados todos os dias, por divisões ou até mesmo por corpos, e ainda devem depois ir para os seus alojamentos. Este tipo de marcha só é recomendável para grupos de soldados relativamente pequenos e em áreas ricas em recursos. Neste caso, a maior facilidade de obtenção de provisões e de abrigo compensará suficientemente um período mais longo de esforço. Não pode haver dúvida de que o exército prussiano, em sua retirada em 1816, estava errado em seu procedimento de colocar todas as noites as tropas em alojamentos para alimentá-las. Os suprimentos poderiam ser igualmente obtidos em bivaques, e o exército não precisaria fazer um esforço imenso para percorrer 250 milhas em nada menos que quatorze dias.

Todos estes critérios de tempo e distância sofrerão tantas mudanças, sempre que forem encontradas estradas deficientes ou terreno montanhoso, que será difícil estimar precisamente o tempo que uma determinada marcha deve levar - muito mais difícil estabelecer uma regra geral. O melhor que um teórico pode fazer é mostrar os perigos ocultos que envolvem o problema. Para evitá-los é necessário fazer cálculos meticulosos, bem como dar uma grande margem de segurança para os atrasos não previstos. As condições do tempo e das tropas também devem ser levadas em conta.

Tendo as tendas saído de uso e as tropas começado a ser abastecidas através de alimentos requisitados no local, a bagagem de um exército diminuiu consideravelmente. Poder-se ia esperar que o resultado mais importante fosse uma aceleração da mobilidade e, em decorrência disto, um aumento na distância percorrida num dia de marcha. Mas isto só ocorre sob determinadas circunstâncias.

A mudança fez pouco para acelerar as marchas no teatro de operações. A razão para isto é o fato bem conhecido de que antigamente, sempre que a situação exigia uma extensão excepcional para a

marcha, a bagagem era sempre deixada para trás ou enviada na frente e ficava, de um modo geral, separada das tropas enquanto os movimentos deste tipo ainda estivessem em andamento. A bagagem, na realidade, raramente tinha qualquer influência sobre os movimentos. Tendo deixado de ser um verdadeiro estorvo, não tinha-se mais notícias dela - independentemente de quantos danos pudesse sofrer. Assim, a Guerra dos Sete Anos produziu marchas que ainda não foram superadas: a de Lacy, por exemplo, em 1760, em apoio à diversão russa em direção a Berlim. Ele percorreu 220 milhas de Schweidnitz para Berlim, passando pela Lusácia, em dez dias - um avanço de 22 milhas por dia, o que seria estarrecedor, mesmo atualmente, para um grupo de 15.000 homens.

A própria mudança no método de abastecer as tropas, por outro lado, tendeu a retardar os movimentos de um exército moderno. As tropas que tinham que obter elas mesmas parte dos seus mantimentos, como muitas vezes tinham que fazer, gastavam mais tempo nisto do que seria necessário se tivessem apenas que pegar as suas rações na carroça de alimentos. Além disto, nas marchas de considerável extensão não se podia permitir que um grande número de soldados acampassem todos no mesmo ponto. As divisões tinham que ser dispersadas para obter mais facilmente os seus alimentos. Finalmente, normalmente alguma parte do exército, principalmente a cavalaria, tinha que ser acomodada em alojamentos. Considerando tudo isto, tudo provoca atrasos. Daí o fato de que tanto Bonaparte, quando estava perseguindo os prussianos e tentando impedir a sua retirada em 1806, como Blucher, tentando fazer a mesma coisa com os franceses em 1813, precisaram de dez dias para percorrer apenas cerca de 150 milhas. Foi este o ritmo que Frederico o Grande conseguiu imprimir, com bagagem e tudo, quando estava marchando da Saxônia para a Silésia, na ida e na volta.

Por outro lado, tanto as grandes como as pequenas unidades aumentaram consideravelmente a sua mobilidade e a sua flexibilidade porque a quantidade de bagagem diminuiu. Por uma razão: enquanto a cavalaria e a artilharia continuaram no mesmo nível, o número de cavalos foi diminuído, reduzindo assim a necessidade de forragem. Por uma outra razão: existe menos obrigação de ocupar posições, uma vez que ninguém tem mais que se preocupar o tempo todo com a segurança de um comboio interminável de bagagem na retaguarda.

Após levantar o sítio a Olmutz em 1758, Frederico o Grande deslocou-se com 4.000 carroças que eram protegidas pela metade do seu exército dividido em batalhões e até mesmo em companhias. Uma marcha como aquela seria impossível hoje, mesmo quando enfrentando o mais covarde dos adversários.

Em marchas longas - por exemplo, de Tagus para o Niemem - a vantagem é, evidentemente, mais perceptível. Embora um dia normal de marcha seja mais ou menos o mesmo devido à quantidade de carroças ainda necessárias, em casos de urgência ele pode ser aumentado sem o mesmo grau de sacrifício.

De uma maneira geral a redução da bagagem resultará mais numa economia de esforço do que numa aceleração do movimento.

CAPÍTULO DOZE

Marchas - Conclusão

Neste ponto devemos examinar os efeitos prejudiciais das marchas sobre as forças combatentes. Eles são tão grandes que devem ser considerados como constituindo um nítido fator atuante, comparável ao engajamento.

Uma única marcha moderada não cegará o instrumento, mas uma série de marchas moderadas começará a fazer sentir os seus efeitos, enquanto que uma série de marchas vigorosas evidentemente fará muito mais mal.

Na zona de operações, a falta de provisões e de abrigo, as estradas extremamente sulcadas e a necessidade de estar constantemente preparado para o combate são as causas do esforço desproporcional que cobra o seu tributo aos homens e aos animais, aos vagões e às roupas.

Diz-se comumente que um longo período de descanso não é bom para a saúde física de um exército, e que existem mais doenças naqueles momentos do que durante os períodos de atividade moderada. É possível que haja doenças quando os soldados estão apinhados em alojamentos confinados, mas elas podem ocorrer com a mesma facilidade nos alojamentos existentes ao longo das marchas. A causa destas doenças nunca deve ser atribuída a uma falta de ar puro e de movimento, uma vez que estes podem ser facilmente proporcionados através de exercícios.

Pensem na diferença existente para o organismo instável e adoentado de um homem, entre cair doente dentro de casa e cair doente numa estrada ao ar livre, atolado na lama e na chuva, carregado sob o peso da sua mochila. Mesmo se ele for levado doente para o acampamento, logo será levado para o povoado mais próximo, onde será encontrado algum tipo de assistência médica, mas se ficar doente durante uma marcha, ficará deitado na estrada por horas a fio sem qualquer alívio e, depois, deverá arrastar-se como um desgarrado por diversas milhas. Quantas pequenas enfermidades serão assim agravadas. Quantas graves terminarão em morte! Pensem também na poeira e no calor abrasador do verão, quando até mesmo uma marcha moderada pode causar esgotamento devido ao calor. Torturado pela sede abrasadora, o soldado correrá para qualquer fonte de água fria, somente para pegar alguma doença que o levará à morte.

Nada disto quer dizer que deveria haver menos atividade na guerra. As ferramentas estão lá para serem utilizadas e, evidentemente, a utilização as desgastará. O nosso único propósito é a clareza e a ordem. Somos contra as teorias bombásticas que sustentam que a surpresa mais esmagadora, o movimento mais rápido ou a atividade mais agitada nada custam. São minas valiosas que ficam sem ser utilizadas devido à indolência dos Generais. O produto final pode ser de fato comparado ao das minas de ouro e de prata: só olhamos para o resultado final e esquecemo-nos de perguntar o custo do trabalho que deu para chegar a ele.

As longas marchas fora do teatro de guerra normalmente são realizadas sob condições mais fáceis e as baixas diárias são menores. Por outro lado, a doença mais leve normalmente deixa um homem fora da sua unidade por um longo tempo: é difícil para o convalescente alcançar o exército que está avançando.

No caso da cavalaria existe um aumento constante de cavalos mancos e feridos no dorso. Os veículos tendem a quebrar e o resultado é a confusão. Uma marcha de 500 milhas, ou mais, sempre fará com que um exército chegue ao seu destino numa condição bastante debilitada, principalmente no que diz respeito aos cavalos e às carroças.

Se uma marcha deste tipo tiver que ser realizada dentro do teatro de guerra, sob os olhos do inimigo, as desvantagens aumentam. Quando estiverem envolvidos números significativos e as condições gerais forem adversas, as perdas poderão chegar a proporções inacreditáveis.

Deixem-nos dar um exemplo para ilustrar o que estamos dizendo.

Quando Bonaparte atravessou o Niemen em 24 de Junho de 1812, o seu enorme centro, que posteriormente dirigiu-se para Moscou, tinha 301.000 homens. Em Smolensk, em 15 de Agosto, ele destacou 13.500 homens, portanto deveriam ter sobrado 287.00 homens. O verdadeiro efetivo do seu exército, entretanto, era de apenas 182.000 homens - o que significa que 105.500 haviam sido perdidos.[1] Tendo em vista que até aquele momento só tinham ocorrido dois engajamentos merecedores deste nome - um entre Davout e Bagration e o outro entre Murat e Tolstoy-Ostermann - as baixas sofridas pelos franceses em combate haviam sido de 10.000 homens no máximo. As perdas devidas a doenças e aos homens que ficaram para trás, relativas a este período de 52 dias e a um avanço de cerca de 350 milhas, teriam chegado portanto a 95.000 homens, ou cerca de um terço de todo o exército.

Três semanas depois, na batalha de Borodino, as perdas (inclusive as sofridas em combate) haviam

[1] Todos estes números foram tirados de Chambray. Cl.

chegado a 144.000 homens e, em Moscou, uma semana depois, chegaram a 198.000 homens. No cômputo geral, no primeiro dos períodos acima a taxa de perdas diárias do exército foi de 1 para cada 150 do efetivo total srcinal. No segundo período, de 1 para cada 120 e, no terceiro, de 1 para cada 19.

O avanço de Bonaparte foi de fato inexorável, desde a travessia do Niemen até Moscou, mas devemos ter em mente que ele levou 82 dias para percorrer apenas cerca de 600 milhas, e que ao todo o exército parou duas vezes - uma por cerca de 4 dias em Vilna e a outra vez por cerca de 11 dias em Vitebsk - o que deve ter dado tempo a muitos dos que ficaram para trás para alcançá-lo. Este avanço de quatorze semanas não foi realizado na pior época do ano, nem na pior das estradas: foi feito no verão e as estradas eram em sua maioria arenosas. Os fatores retardadores foram a grande quantidade de soldados deslocando-se ao longo de uma única estrada, a escassez de suprimentos e um inimigo que, embora em retirada, não estava de modo algum em fuga.

Não devemos nem mencionar a retirada francesa - ou, mais precisamente, o *avanço* do exército de Moscou para o Niemen - mas talvez devêssemos observar que o exército perseguidor russo deixou a área de Kaluga com 120.000 homens e chegou a Vilna com 30.000. É do conhecimento geral como foram poucos os que foram perdidos realmente em combate durante aquele período.

Tomemos mais um exemplo, este da campanha de 1813 de Blucher na Saxônia e na Silésia, que foi notável, não pela extensão da marcha, mas por uma série de movimentos de vaivém. O corpo do exército de York iniciou a campanha em 16 de Agosto com cerca de 40.000 homens e, em 19 de Outubro, tinha apenas 12.000. Os principais engajamentos que travou - em Goldberg, Lowenberg, no Katzbach, em Wartenburg e na batalha de Mockern (Leipzig) custaram, de acordo com as melhores autoridades, 12.000 homens. Consequentemente, em oito semanas as suas perdas devidas a outras causas chegaram a 16.000 homens - isto é, dois quintos do seu efetivo inicial.

Se pretendermos travar uma guerra móvel devemos esperar, portanto, um grande desgaste das nossas forças. Todos os outros planos devem ser ajustados para este fato e, acima de tudo, deve ser previsto o fornecimento de substitutos.

LIVRO CINCO

CAPÍTULO TREZE

Alojamentos

Na guerra moderna, os alojamentos tornaram-se uma vez mais indispensáveis. Nem as tendas nem um vasto comboio militar permitem que um exército viva sem eles. Os acampamentos em barracas ou ao ar livre (os assim chamados bivaques), não importa o quanto sejam minuciosamente organizados, não podem ser aceitos como sendo a maneira normal de alojar tropas. Mais cedo ou mais tarde, dependendo dos caprichos do clima, as doenças predominarão e exaurirão prematuramente as forças das tropas. A campanha russa de 1812 é uma das poucas em que durante todos os seis meses de sua duração, apesar dos rigores do clima, as tropas quase nunca estiveram em alojamentos. Mas vejam então as conseqüências desse esforço, que alguém ficaria tentado a chamar de extravagância, se o conceito político de todo o empreendimento não merecesse ainda mais este termo!

Dois fatores impedirão um exército de utilizar alojamentos: a proximidade do inimigo e a rapidez de movimento. Os alojamentos são evacuados à medida em que aproxima-se a decisão e não são ocupados novamente até que ela tenha sido obtida.

Nas guerras mais recentes - isto é, em todas as campanhas dos últimos vinte e cinco anos - a poderosa força da guerra tem sido desencadeada com toda a sua energia. Na maioria dos casos, a atividade e o esforço têm sido levados aos seus limites extremos. Mas todas essas campanhas foram de curta duração. Raramente levaram mais de seis meses, e muitas vezes até menos, para atingir os seus propósitos - isto é, o ponto em que o lado derrotado sentiu-se disposto a procurar obter um armistício, ou até mesmo a paz, ou em que o lado vencedor não tinha mais o ímpeto necessário para conquistar a vitória. Durante esses momentos de grande esforço, dificilmente poder-se-ia considerar a possibilidade de utilizar alojamentos. Mesmo no momento de uma perseguição vitoriosa, quando não havia mais qualquer questão de perigo, os movimentos eram rápidos demais para este tipo de conforto.

Quando por qualquer motivo a seqüência de acontecimentos fosse menos impetuosa, quando houvesse uma suspensão equilibrada de forças, poder-se-ia pensar seriamente no alojamento de tropas em abrigos sólidos. Esta necessidade pode afetar de duas maneiras as operações: pode-se tentar ganhar um tempo e uma segurança adicionais por meio de um sistema mais forte de postos avançados e de uma maior guarda avançada posicionada mais para a frente, e o grau de fartura e de cultivo da área pode ter precedência sobre as considerações relativas às suas vantagens táticas e aos padrões

geométricos de linhas e pontos. Uma cidade comercial, com vinte ou trinta mil habitantes, ou uma estrada que atravesse uma região de povoados de tamanho considerável e de cidades prósperas, facilitará significativamente a concentração de grandes forças, e esta concentração por sua vez proporcionará tanta liberdade e facilidade de movimento que estas vantagens compensarão amplamente as que uma melhor posição tática poderia ter proporcionado.

Vamos comentar agora, apenas brevemente, a forma a ser seguida para organizar os alojamentos, uma vez que este é sobretudo um assunto que diz respeito à tática.

Ao alojar as tropas, temos que verificar se as suas acomodações são um aspecto essencial ou secundário a ser considerado. Durante a campanha, a disposição das tropas pode depender de necessidades puramente táticas ou estratégicas, e o seu conforto pode ser melhor proporcionado colocando-as em alojamentos próximos do ponto de concentração. Isto é verdadeiro principalmente para a cavalaria. Neste caso, os alojamentos são um aspecto secundário a ser considerado. São um substituto para o acampamento e devem estar, portanto, localizados dentro de um raio que permita que as tropas cheguem às suas posições no momento adequado. Se, por outro lado, as tropas estiverem alojadas com vistas à sua recuperação, o alojamento torna-se o principal aspecto a ser considerado, que rege tudo mais, inclusive a própria escolha do ponto de concentração.

O primeiro problema aqui é a forma da área do alojamento como um todo. A forma usual é um oval alongado, um mero alongamento da forma que possuía o dispositivo de batalha. O ponto de reunião fica na sua frente e a sede do comando atrás. Estas três determinantes, como ocorre, constituem um obstáculo à concentração do exército com segurança antes da chegada do inimigo, e praticamente estão em conflito com ela.

Quanto mais os alojamentos se aproximarem de um quadrado ou, melhor ainda, quanto mais rapidamente as tropas puderem ser reunidas num determinado ponto, que é o centro, mais afastado atrás do alojamento será localizado o ponto de concentração, mais tempo o inimigo levará para atingí-lo e maior será o tempo disponível. Não há possibilidade de ser ameaçado um ponto de concentração localizado na retaguarda dos alojamentos. Inversamente, quanto mais para a frente estiver localizada a sede do comando, mais rapidamente receberá informações e mais bem informado estará o comandante. Mas estes são motivos para a primeira das providências que têm que ser de certo modo consideradas.

A razão de ampliar-se as áreas de alojamento é proteger a área rural para impedir que o inimigo receba suprimentos provenientes dela. Mas este raciocínio não é totalmente válido, nem muito importante. Só é válido com relação às alas mais externas, e não se aplica ao espaço que é criado entre

duas seções do exército cujos respectivos alojamentos estejam agrupados em torno do seu ponto de concentração. Nenhuma unidade inimiga se arriscaria a entrar neste espaço. Não é muito importante porque existem meios mais simples de proteger a área rural contra os confiscos do inimigo do que dispersando demais o exército.

Ao adiantar o ponto de concentração, pretende-se proteger os alojamentos. Este argumento consiste no seguinte. Em primeiro lugar, as tropas que são subitamente chamadas às armas deixarão sempre um rastro de desgarrados, doentes, bagagens, suprimentos, etc. nos alojamentos que o inimigo poderá capturar facilmente se o ponto de concentração estiver na retaguarda. Em segundo lugar, devemos impedir que o inimigo ataque os regimentos e batalhões isolados, um por um, nos casos em que as unidades da sua cavalaria tiverem contornado a guarda avançada, ou tiverem se dispersado totalmente. Uma unidade reunida o deterá, embora possa ser fraca e ter que sucumbir no fim, e algum tempo terá sido ganho.

Com relação à localização da sede do comando, tem-se sempre partido da premissa de que o propósito deve ser a segurança máxima.

Após pesar todos estes fatores, a nossa opinião é que a disposição ideal da área de alojamento seria uma forma oblonga que se aproximasse de um quadrado, ou de um círculo. O ponto de concentração deveria ficar no centro, e sempre que as tropas forem muito numerosas, a sede do comando deveria ficar nas linhas da frente.

No que diz respeito à proteção das alas, as afirmativas que fizemos ao analisar a disposição geral do exército permanecem válidas. Assim, qualquer corpo do exército que for destacado, de qualquer lado da força principal, deve ter o seu próprio ponto de concentração alinhado com o da força principal, mesmo que pretenda-se travar uma batalha conjunta.

Quanto ao restante, se nos lembrarmos de que normalmente o ponto de concentração é determinado pelas características favoráveis do terreno, enquanto que as cidades e os povoados determinam a área dos alojamentos, veremos facilmente que raramente as questões deste tipo são regidas por leis geométricas. Mas este ponto merece atenção porque, como todas as leis gerais, afeta em algum grau de intensidade o curso geral dos acontecimentos.

Existem alguns outros fatores que poderiam ser mencionados com relação à localização favorável dos alojamentos. Um é a escolha do acidente geográfico natural atrás do qual podem ser ocupados os alojamentos. Diversas unidades pequenas serão capazes então de observar o inimigo. Os alojamentos

também devem ser localizados na retaguarda das fortificações. Se o inimigo não tiver meios de estimar o poderio das guarnições, ele as ameaçará com muito maior cuidado e respeito.

A questão dos alojamentos de inverno fortificados será tratada num capítulo separado.

Os alojamentos ocupados por tropas em marcha diferem daqueles ocupados por forças estacionárias, na medida em que os primeiros não devem ficar longe da estrada, mas sim estar dispostos ao longo dela para evitar desvios. Desde que a dispersão não ultrapasse a distância correspondente a um dia curto de marcha, isto não será de modo algum prejudicial a uma concentração rápida.

Em "presença do inimigo", para empregar o termo técnico - isto é, em todos os casos em que não exista uma distância significativa entre as duas guardas avançadas - o poderio e a posição das guardas avançadas, juntamente com os dos postos avançados, serão regidos pelo tamanho da área de alojamento e pelo tempo necessário para a concentração das tropas. Quando, por outro lado, o poderio e a posição da guarda e dos postos avançados forem determinados pelo inimigo e pela situação geral, o tamanho da área de alojamento dependerá do tempo que será proporcionado pela resistência da guarda avançada.

O tipo de resistência que poderá ser oferecida por um corpo avançado foi analisado no Capítulo Três[1] deste livro. A sua duração será reduzida pelo tempo necessário para alertar e reunir os soldados. O único tempo que restará será o disponível para a sua concentração.

Gostaríamos uma vez mais de consolidar as nossas idéias numa proposição que provará ser válida sob as circunstâncias mais comuns. Se os alojamentos ficarem dispersos ao longo de um raio medido pela distância à guarda avançada, com o ponto de reunião ficando aproximadamente no centro da área de alojamento, o tempo ganho ao retardar o avanço do inimigo será o tempo disponível para alertar e reunir os soldados. Na maioria dos casos este tempo será suficiente, mesmo se as informações não forem transmitidas através de sinais luminosos ou de tiros, etc., mas meramente através do envio de mensageiros, que é o único método confiável.

Assim, com uma guarda avançada posicionada a 15 milhas de distância, os alojamentos poderiam ocupar uma área de cerca de 700 milhas quadradas. Numa região moderadamente povoada, uma área

[1] O autor refere-se ao Capítulo Oito. Eds.

destas conteria cerca de 10.000 casas. Descontando a guarda avançada, um exército de 50.000 homens acharia isto muito confortável, com cerca de quatro homens por casa. Mesmo um exército com o dobro

deste tamanho não ficaria seriamente amontoado com nove homens por casa. Quando, por outro lado, a
guarda avançada não puder ser posicionada a mais de cinco milhas, a área será limitada a 80 milhas quadradas. Mesmo que o tempo ganho não diminua exatamente em função da distância da guarda avançada, e que uma distância de cinco milhas represente um espaço de seis horas, devem ser tomadas precauções adicionais quando o inimigo estiver a esta distância. Um exército de 50.000 homens só será capaz de encontrar alojamentos adequados numa área deste tamanho se esta área for muito densamente povoada.

Isto mostra a importância de cidades grandes, ou pelo menos de um tamanho razoável, nas quais possam ser concentrados 10.000 ou 20.000 homens.

Esta afirmativa poderia ser utilizada para provar que se não estivermos demasiadamente perto do inimigo, e se tivermos uma guarda avançada considerável, as tropas podem ser deixadas em alojamentos, mesmo quando estiverem enfrentado uma força inimiga concentrada, como Frederico o Grande fez em Breslau no início de 1762, e Bonaparte em Vitebsk em 1812. Quando estiverem enfrentando o exército inimigo concentrado, a distância correta e medidas adequadas garantirão a segurança das tropas enquanto estiverem se reunindo, mas devemos nos lembrar de que um exército empenhado numa rápida reunião não estará em condições de fazer nada mais durante aquele tempo. Em outras palavras, será incapaz de aproveitar imediatamente as oportunidades que surgirem, e isto o privará de uma grande parte da sua eficácia. Consequentemente, um exército só poderá ser totalmente acomodado em alojamentos nas três condições seguintes:

1. Se o inimigo fizer o mesmo.
2. Se a situação das tropas fizer com que isto seja absolutamente essencial.
3. Se a tarefa imediata do exército estiver restrita à defesa de uma posição fortificada e, portanto, nada tenha importância a não ser a rápida concentração das tropas naquele ponto.

A campanha de 1815 fornece um exemplo extraordinário de concentração de um exército acomodado em alojamentos. O General Ziethen, comandando a guarda avançada de Blucher com 30.000 homens, ficou em Charleroi, a apenas dez milhas de Sombreffe, onde o exército deveria se reunir. Os alojamentos mais afastados do exército principal estavam, entretanto, a quarenta milhas de Sombreffe, além de Ciney num dos lados e à mesma distância de Liège no outro. Ainda assim, as tropas da área de Ciney chegaram a Ligny várias horas antes de ter início a batalha naquele lugar, e as

que estavam perto de Liège, (o corpo de exército de Bulow) também teriam chegado, não fossem o acaso e a deficiência das comunicações.

Não há duvida de que a segurança do exército prussiano havia sido negligenciada, mas como explicação poder-se-ia dizer que todas as providências haviam sido tomadas enquanto os franceses ainda estavam também amplamente dispersos em alojamentos. O erro residiu simplesmente em não alterar os dispositivos logo que souberam que os franceses estavam em movimento e que o próprio Bonaparte estava com eles.

Continua sendo digno de menção que o exército prussiano poderia ter se reunido em Sombreffe antes que o inimigo tivesse atacado. Blucher, é verdade, recebeu a informação sobre o avanço do inimigo e começou a concentrar as suas tropas na noite do dia 14 de Julho - isto é, doze horas antes de Ziethen ter sido realmente atacado. Mas às nove horas da manhã seguinte, Ziethen estava sob fogo, e foi somente naquela mesma hora que Thielmann e Ciney receberam ordem para deslocarem-se em direção a Namur. Ele teve portanto que reunir as suas tropas em divisões e, em seguida, marchar trinta e duas milhas até Sombreffe, o que ele fez em vinte e quatro horas. O General Bulow poderia ter chegado lá na mesma hora se tivesse ficado devidamente impressionado pela ordem.

Apesar disto, foi somente às duas horas da tarde de 16 de Junho que Bonaparte realizou o seu ataque a Ligny. Uma das coisas que o contiveram foi a sua preocupação de ter Wellington de um lado e Blucher do outro. Em outras palavras, a desigualdade entre a sua força e a deles contribuiu para a sua hesitação. Isto serve apenas para mostrar que até mesmo o comandante mais corajoso pode ficar frustrado por ter que tatear cuidadosamente o seu caminho, como é inevitável em todas as situações complexas.

Algumas das considerações que apresentamos aqui são obviamente mais de natureza tática do que estratégica, mas achamos melhor perdermo-nos no campo tático do que correr o risco de não nos fazermos entender.

CAPÍTULO QUATORZE

Manutenção e Abastecimento

O problema do abastecimento assumiu uma importância muito maior na guerra moderna por dois motivos. O primeiro é que agora os exércitos são de um modo geral muito maiores do que os da Idade Média, ou até mesmo do que os do *ancien régime.* Aqueles que se aproximaram, ou que até mesmo superaram os modernos em tamanho, foram raros e tiveram vida curta. Nas guerras mais recentes, desde a época de Luiz XIV, os exércitos têm sido sempre grandes. O segundo motivo é ainda mais importante, e mais característico dos nossos dias: uma guerra tende agora a ser mais uma coisa só, e as forças combatentes estão num constante estado de prontidão para o combate. As guerras anteriores consistiam em grande parte em operações isoladas, sem que umas tivessem relação com as outras, separadas por intervalos durante os quais ou a guerra ficava literalmente adormecida e a única atividade era política, ou então os exércitos inimigos eram mantidos tão afastados um do outro que cada um deles era capaz de atender às suas próprias necessidades sem se preocupar com o seu oponente.

As guerras mais recentes, pelo que referimo-nos àquelas travadas desde a Paz de Westfália, assumiram, através dos esforços dos governos, um caráter mais regular e interligado. As necessidades operativas eram primordiais e, até mesmo na esfera da manutenção e do abastecimento, exigiam medidas adequadas. Reconhecidamente, as guerras dos séculos XVII e XVIII tinham longos períodos de inatividade, quando os combates praticamente cessavam - referimo-nos aos trimestres normais do inverno - e, apesar disto, estes períodos também estavam sujeitos ao seu propósito operativo. Este intervalos não eram causados por problemas de abastecimento, mas pelo mau tempo. Como eles sempre terminavam com a chegada do verão, a atividade militar era a regra geral enquanto a estação o permitisse.

A transição de uma condição, ou método, para outra sempre foi gradual, e este caso não era exceção. Nas guerras contra Luiz XIV, o procedimento normal dos aliados ainda era enviar as suas tropas para alojamentos de inverno em regiões distantes, onde era mais fácil abastecê-las. Na época das guerras da Silésia isto não era mais feito.

Não foi realmente possível realizar ações militares organizadas e coordenadas até que os Estados substituíssem os recrutas feudais por soldados mercenários. As obrigações feudais foram transformadas em pagamentos em dinheiro e os serviços militares feudais desapareceram totalmente em favor do recrutamento, ou passaram a ser exigidos apenas das classes sociais mais baixas. O nobreza considerava o fornecimento de recrutas como constituindo um tipo de tributo, uma taxa humana, como

ainda fazem na Rússia e na Hungria. De qualquer maneira, como afirmamos em outro lugar, os exércitos tornaram-se agora instrumentos do governo central e o seu custo era arcado principalmente pelo tesouro ou pela receita pública.

Exatamente as mesmas circunstâncias que mudaram os métodos de recrutamento e determinaram a substituição regular das forças combatentes viriam a mudar os métodos de manutenção e de abastecimento. Tendo os Estados ficado livres do primeiro em troca de um tributo monetário, não podiam eles ser satisfatoriamente onerados pelo último de maneira dissimulada. Assim, o governo, o tesouro, tinha que arcar com os ônus da subsistência: não podia-se deixar que o exército vivesse da cultura da terra enquanto estivesse estacionado em seu próprio território. Os governos tiveram, portanto, que tratar a manutenção do exército como sendo somente responsabilidade sua. Desta maneira, a manutenção apresentava dificuldades crescentes, por dois motivos: o governo tinha que assumir a responsabilidade por ela, e era exigido que as forças combatentes permanecessem permanentemente no campo.

Foram assim criados, não apenas uma classe militar independente, mas também um sistema independente de abastecimento, e foram desenvolvidos ao máximo possível.

Grandes quantidades de provisões tinham que ser reunidas através de compras, ou das terras de propriedade do estado, possivelmente localizadas a alguma distância, e armazenadas em depósitos. Tinham também que ser retiradas destes depósitos e levadas para as tropas pelos meios de transporte do próprio exército, assadas no forno pelas suas próprias padarias e, finalmente, recolhidas novamente para distribuição pelos veículos das próprias unidades. Só examinamos este sistema porque ele explica algumas das características das guerras em que foi empregado, mas também porque nunca cairá totalmente em desuso. Alguns aspectos dele sempre reaparecerão.

As instituições militares tenderam assim a tornarem-se cada vez mais independentes do país e da população.

Em decorrência disto, a guerra tornou-se mais regular, melhor organizada e mais em harmonia com o seu propósito - isto é, com os seus propósitos políticos. A movimentação, por outro lado, era muito mais limitada, muito mais restrita e a guerra era travada com muito menos vigor. Agora estávamos presos aos depósitos e limitados pelo alcance efetivo dos transportes, com o resultado inevitável de que as rações foram cortadas ao mínimo essencial. Alimentados muitas vezes somente por uma insuficiente casca de pão, os soldados cambaleavam como sombras, e não havia nem mesmo qualquer perspectiva de que coisas melhores viessem para confortá-los em suas privações.

Qualquer pessoa que tente afirmar que uma alimentação insignificante não faz qualquer diferença para um exército, e cite as realizações de Frederico o Grande com soldados mal alimentados, não está tendo uma visão imparcial da questão. A capacidade de resistir às privações é uma das melhores qualidades do soldado. Sem ela um exército não poderia estar imbuído do verdadeiro espírito militar. Mas as privações devem ser temporárias. Devem ser impostas pelas circunstâncias, e não por um sistema ineficiente ou por cálculos teóricos sovinas da menor ração que possa manter um homem vivo. Neste último caso, elas estão fadadas a minar a força física e moral de todo homem. Não podemos tomar as realizações de Frederico o Grande como um padrão. Em primeiro lugar, os seus inimigos utilizavam o mesmo sistema; e em segundo lugar, quem pode saber o quanto mais ele poderia ter tentado fazer se tivesse podido alimentar as suas tropas tão bem quanto Bonaparte conseguiu, sempre que as circunstâncias o permitiram?

Este sistema artificial de obter suprimentos nunca era, entretanto, estendido à alimentação dos cavalos, uma vez que a forragem, devido ao seu volume, é muito mais difícil de obter. A ração de um cavalo pesa cerca de dez vezes a de um homem, e o número de cavalos por homem não é de um para dez, mas sim de um para quatro, ou de um para três, mesmo atualmente. No passado era de um para três ou de um para dois, de modo que o peso das rações para os cavalos era três, quatro ou cinco vezes maior do que o peso das rações dos homens. Foi encontrada portanto a maneira mais simples possível de atender às necessidades do exército: expedições para obter forragem. Estas expedições impunham outras grandes limitações às guerras. Antes de mais nada, fizeram com que fosse de primordial importância combater em solo inimigo e, em segundo lugar, tornou-se impossível ficar numa área por muito tempo. Mas na época das guerras da Silésia, as expedições para obter forragem tinham tornado-se bem menos comuns. Reconheceu-se que elas impunham um ônus de devastação e de tensão muito maior numa região do que um sistema de satisfazer as necessidades do exército através de requisições e de entregas locais.

Quando a Revolução Francesa trouxe subitamente de volta ao palco da guerra um exército nacional, os meios do governo não eram mais adequados. Todo o sistema militar, que havia sido erigido sobre estes meios limitados e que por sua vez havia encontrado segurança nele, ruiu, e isto incluiu o setor que nos interessa aqui, o sistema de abastecimento. Os líderes da Revolução Francesa davam pouca importância aos depósitos e ainda menos a planejar um mecanismo complexo que mantivesse todas as seções do sistema de transportes funcionando como um mecanismo de relógio. Eles enviavam os soldados para o campo e empurravam os seus Generais para a batalha - alimentando,

reforçando e estimulando os seus exércitos, fazendo com que obtivessem, roubassem e saqueassem tudo de que precisassem.

As Guerras Napoleônicas foram travadas por todos os beligerantes de uma maneira que estava entre estes dois extremos: eles escolhiam os métodos mais adequados dentre os existentes, e é provável que isto continue sendo assim no futuro.

Esta maneira moderna de abastecer as tropas - utilizando tudo o que estivesse disponível na localidade, não importando a quem pertencesse - enquadra-se nas quatro categorias seguintes: suprimentos fornecidos pelas famílias locais, confisco realizado pelas próprias tropas, confisco geral e depósitos. Normalmente todas as quatro eram utilizadas simultaneamente, com uma delas predominando, mas pode acontecer que somente uma seja utilizada.

1. *Viver às custas das famílias ou da comunidade local, o que corresponde à mesma coisa*. Sempre haverá suprimentos para vários dias em qualquer comunidade, mesmo se ela consistir apenas de consumidores, como no caso das grandes cidades. Deve ficar claro, portanto, que até mesmo a cidade mais populosa pode fornecer alimentos e alojamento para um dia, para um número de soldados equivalente ao número de habitantes, sem quaisquer preparativos especiais, e para um tempo maior se o número de soldados for significativamente menor. Nas grandes cidades isto resolve muito bem o problema, porque uma quantidade significativa de soldados pode ser alimentada e alojada num único lugar. Não seria satisfatório em cidades menores, e muito menos em povoados. Uma população de 3.000 a 4.000 pessoas por 25 milhas quadradas é muito densa, e só poderia alimentar cerca de 3.000 ou 4.000 soldados. Se tiver que ser alimentada uma quantidade maior de soldados, eles terão que ser dispersados por distâncias tão grandes no campo que será difícil atender às outras necessidades. Por outro lado, no campo, mesmo em pequenas cidades, o tipo de suprimentos que mais interessa na guerra é muito mais abundantes. O estoque de pão de um fazendeiro normalmente é suficiente para alimentar a sua família por uma semana ou duas. A carne pode ser obtida todos os dias e geralmente existe um estoque suficientemente grande de vegetais para durar até a próxima colheita. Consequentemente, em alojamentos que não tenham sido previamente ocupados, geralmente pode-se encontrar alimentos para três ou quatro vezes o número de habitantes, para vários dias, o que também resolve o problema de maneira extremamente satisfatória. Da mesma maneira, quando existe uma população de 2.000 a 3.000 habitantes por 25 milhas quadradas (não sendo ocupada qualquer cidade importante), uma força de 30.000 homens ocuparia cerca de 100 milhas quadradas - exigindo uma largura de 10 milhas. Um exército com 90.000 homens (digamos 75.000 combatentes) marchando em três colunas paralelas,

precisaria portanto de uma frente de apenas 30 milhas, desde que houvesse três estradas disponíveis naquele espaço.

Se a área for ocupada por diversas colunas em seqüência, serão necessárias medidas especiais por parte das autoridades locais, mas isto não deverá ser problema para as necessidades de um dia ou dois de cada vez. Consequentemente, se a estes 90.000 homens seguirem-se outros 90.000 no dia seguinte, a segunda força não precisará sofrer privações; e 150.000 combatentes é um exército considerável.

A questão da forragem para as forças é ainda mais fácil, uma vez que a forragem não precisa ser moída nem assada. Fatalmente haverá alimentação suficiente até a próxima colheita armazenada para os cavalos locais, de modo que mesmo onde exista pouca alimentação nas cocheiras não deve ocorrer escassez. Evidentemente a forragem deve ser confiscada da comunidade, e não das famílias. Não é necessário dizer que ao organizar uma marcha deve-se ter em mente certas considerações relativas à natureza da região, de modo a não alojar a cavalaria em áreas industriais, ou em outras áreas em que a forragem seja escassa.

O resultado deste breve exame é que, numa área de densidade demográfica média - digamos, 2.000 a 3.000 habitantes por 25 milhas quadradas - uma força de 150.000 combatentes pode viver às custas dos habitantes e das comunidades locais, numa área pequena, por um ou dois dias, o que não impedirá que combatam como uma unidade - em outras palavras, é possível abastecer tal força sem depósitos e outros preparativos, numa marcha ininterrupta.

As operações francesas nas Guerras Revolucionárias, e sob o comando de Bonaparte, basearam-se nestas conclusões. Os franceses marcharam do Adige até o baixo Danúbio e do Reno até o Vístula, sem meios consideráveis de abastecerem-se, a não ser vivendo da terra, e nunca sofreram privações. Como as suas operações baseavam-se na superioridade física e moral, e foram inegavelmente bem sucedidas, certamente nunca sendo retardadas por indecisão ou por covardia, a sua trajetória vitoriosa foi realizada em sua maior parte deslocando-se como numa marcha ininterrupta.

Sob condições menos favoráveis - onde a população for menor, ou for constituída mais de comerciantes do que de fazendeiros, onde o solo for pobre, ou a área já tiver sido ocupada diversas vezes - a produção evidentemente também será menor. Mas deve-se ter em mente que ampliando a frente de uma coluna de 10 para 15 milhas, mais do que dobra-se a área - de 100 para 200 milhas quadradas. Esta é uma extensão que normalmente ainda permitirá que a coluna combata como uma unidade. Assim, mesmo quando as condições forem desfavoráveis, este tipo de subsistência é possível de ser realizada, desde que as tropas continuem ininterruptamente em movimento.

Mas assim que ocorrer uma parada de vários dias, surgirá a escassez de diversas coisas, a menos que tenham sido tomadas medidas antecipadamente. Há duas destas medidas sem as quais um exército não pode sobreviver, mesmo atualmente. A primeira é dotar as tropas de um comboio de carroças de mantimentos, que transportarão pão ou farinha suficientes - a parte mais essencial das suas provisões - para durar três ou quatro dias. Acrescente-se a ração para três ou quatro dias que um soldado leva em sua mochila e estará assegurada uma subsistência simples para uma semana.

A segunda medida é uma intendência eficiente que possa obter suprimentos enviados de áreas distantes, sempre que houver uma parada. Neste caso é possível passar a qualquer momento do sistema de abastecimento local para qualquer outro sistema.

O abastecimento local oferece a imensa vantagem de ser o mais rápido e de não necessitar de qualquer meio de transporte, mas não pressupõe que em circunstâncias normais todos os soldados sejam alojados em casas de famílias locais.

2. *O abastecimento através de requisições é realizado pelos próprios soldados*. Geralmente um único batalhão pode acampar nas proximidades de uns poucos povoados, e pode ser determinado a esses povoados que forneçam os suprimentos. Este tipo de subsistência não é basicamente diferente do primeiro. Normalmente, entretanto, é provável que uma força muito maior acampe numa única área, e neste caso não existe outra alternativa a não ser esta grande unidade - uma brigada ou uma divisão - requisitar tudo o que for necessário da área em volta e, em seguida, distribuir o que for conseguido.

Pode-se ver num simples relance que esta não é a maneira de obter uma quantidade suficiente de alimentos para todo um exército. A produção de provisões da área rural será inferior à que as tropas obteriam se ficassem alojadas nos próprios povoados, porque quando 30 ou 40 homens entram numa fazenda, eles tirarão dela tudo que lá existir, se for necessário. Mas um oficial que é enviado com uns poucos homens com ordens para exigir provisões, não terá tempo nem meios para encontrar tudo. Poderá haver também uma escassez de transportes e, assim, eles só pegarão uma parte do que estiver disponível. Além do mais, no acampamento as tropas estarão tão amontoadas num local só que a área da qual os alimentos poderão ser rapidamente obtidos não será capaz de fornecer o suficiente. O que pode-se esperar, afinal de contas, quando 30.000 homens estão extorquindo alimentos num raio de 5 milhas, ou 15 a 20 milhas quadradas? Muitas vezes até mesmo aquele mínimo será impossível, uma vez que a maioria dos povoados próximos terá tropas alojadas neles, que não renunciarão a nada. Finalmente, este método é o menos econômico. Algumas unidades obterão mais do que podem utilizar, muita coisa será desperdiçada, e assim por diante.

Na prática, portanto, abastecer através de requisições só será adequado quando as tropas não forem muito numerosas - digamos no caso de uma divisão de 8.000 a 10.000 homens. Mesmo assim este método só deve ser utilizado como um mal necessário.

Este método é inevitável para todas as unidades que estiverem enfrentando diretamente o inimigo, como as guardas e os postos avançados, quando o seu lado estiver avançando. Elas atingirão um ponto em que não terá sido possível fazer quaisquer preparativos, e normalmente os estoques recolhidos para o resto do exército estarão muito longe. O mesmo aplica-se às colunas móveis operando isoladas, e a todos os casos em que não houver nem tempo nem meios disponíveis para qualquer outro tipo de abastecimento.

Quanto mais capazes forem as forças de arranjarem-se através de requisições regulares, e quanto mais o tempo e as circunstâncias permitirem uma transição para este método de abastecimento, melhores serão os resultados. Normalmente o problema é a falta de tempo: o que as tropas podem obter por conta própria, elas podem obter mais rapidamente.

3. *Requisições regulares*. Sem dúvida nenhuma esta é a maneira mais simples e mais eficiente de alimentar as tropas. Este tem sido o método básico em todas as guerras recentes.

A diferença entre este método e o anterior reside principalmente na cooperação das autoridades locais. Os alimentos não são mais confiscados à força onde quer que sejam encontrados, mas entregues de uma maneira ordeira, com o ônus razoavelmente distribuído. Somente as autoridades locais podem fazer isto.

Aqui o tempo é essencial: quanto mais tempo, mais ampla a distribuição, menores os ônus e mais bem sucedida a operação. Os suprimentos podem ser até mesmo comprados com dinheiro, o que aproxima-se do sistema de abastecimento que será analisado a seguir. Alimentar as tropas através de requisições regulares não é problema quando elas estão concentradas em sua terra natal. O mesmo é verdadeiro, de um modo geral, para um exército deslocando-se para a retaguarda. Por outro lado, todos os avanços numa região que não seja a nossa deixará muito pouco tempo para tomar estas medidas - raramente mais do que o único dia em que a guarda avançada estiver à frente da força principal. A guarda avançada apresenta as requisições às autoridades locais, especificando as quantidades e as rações a serem fornecidas e onde devem ser entregues. Como elas só podem ser recolhidas nas proximidades - isto é, num raio de umas poucas milhas de cada ponto de entrega - os estoques reunidos desta maneira apressada possivelmente não serão suficientes para um exército de tamanho razoável, a menos que ele traga consigo alimentos suficientes para vários dias. É, portanto, tarefa de cada

intendência preparar o que recebe e só distribuir alimentos para as unidades que não tenham nenhum. Mas cada dia atenuará a escassez. À medida em que aumentam as distâncias ao longo das quais os suprimentos têm que ser transportados diariamente, aumenta também o território ao qual teremos que recorrer, em termos de milhas quadradas. Se só tivermos que recorrer a uma área de 100 milhas quadradas no primeiro dia, precisaremos de 400 no segundo e de 900 no terceiro. Falando de uma outra maneira, a área do segundo dia será 300 milhas quadradas maior do que a do primeiro e outras 500 ainda maior no terceiro.

Isto é evidentemente apenas uma estimativa aproximada da situação. Poderá haver muitos fatores restritivos, sendo que o principal deles é que a área que o exército tiver acabado de deixar não poderá fazer uma contribuição tão significativa quanto as demais. Deve ser lembrado, por outro lado, que o raio de arrecadação de alimentos pode ser aumentado em mais de 10 milhas todo dia - possivelmente 15 ou 20, ou até mais em algumas áreas.

A entrega das requisições, ou pelo menos da maior parte delas, é assegurada pelo poder executivo de cada destacamento, que coloca-as à disposição dos oficiais. Ainda mais eficaz é o medo de ser considerado responsável, de ser punido ou maltratado - o que, em determinadas circunstâncias, age como um ônus coletivo que pesa sobre toda a população.

Como para os nossos fins o resultado é tudo que importa, não pretendemos entrar em detalhes ou examinar todo o mecanismo da intendência e do abastecimento.

Este resultado, extraído de uma visão sensata da situação geral e confirmado pela experiência das guerras desde 1792, é que até mesmo o maior exército pode confiar com segurança nas requisições, desde que leve consigo rações para uns poucos dias. As requisições são entregues no momento da chegada do exército. Inicialmente provenientes apenas da vizinhança mais próxima e, com o passar do tempo, de um raio crescente, sendo a atividade organizada e controlada por autoridades cada vez mais elevadas.

Este método não reconhece outros limites a não ser a completa exaustão, o empobrecimento e a devastação da região. Se um exército ficar no mesmo lugar por um período de tempo considerável, as autoridades civis mais elevadas tornar-se-ão envolvidas na administração do sistema. Evidentemente elas farão o que for possível para distribuir a carga e reduzir o ônus através de compras. Mesmo as forças beligerantes estrangeiras que ocupam um país por algum tempo, dificilmente serão tão severas e impiedosas para colocar sobre a terra todos os ônus da sua subsistência. As requisições tenderão gradualmente a tornarem-se, portanto, cada vez mais semelhantes ao sistema de depósitos, embora isto

não signifique que jamais deixem de existir totalmente, ou que a sua influência sobre as movimentações militares sofra qualquer alteração significativa. Uma coisa é complementar os recursos locais através de suprimentos importados de longe, enquanto a própria região continua sendo o principal fornecedor do exército, outra bem diferente é proceder como nas guerras do Século XVII, quando o exército levava com ele todas as provisões, e a área rural, de um modo geral, era deixada em paz.

A principal diferença reside em dois fatores - a utilização dos meios de transporte e das padarias locais. Eles eliminam o enorme inconveniente dos comboios de carroças que, em quase todos os casos, tendem a destruir seu próprio trabalho.

Mesmo hoje em dia, evidentemente um exército não pode viver sem algumas carroças de suprimentos próprias, mas a necessidade é infinitamente menor. Estas carroças são na realidade utilizadas para fazer com que o excesso de comida de um dia esteja disponível para o dia seguinte. Condições especiais, como as de 1812 na Rússia, mesmo hoje exigiriam um comboio colossal de carroças, bem como o transporte de padarias de campo, mas estas são de certo modo exceções. Afinal de contas, é raro um exército de 300.000 homens avançar 650 milhas praticamente numa única estrada, fazer isto em países como a Polônia e a Rússia, e exatamente antes da colheita. E mesmo nestes casos, os recursos do próprio exército são considerados apenas complementares, enquanto que as requisições locais são tratadas como constituindo a base do abastecimento.

O sistema de requisições tem sido de fato o método fundamental utilizado por todos os exércitos franceses desde as primeiras campanhas das Guerras Revolucionárias. Os seus inimigos foram obrigados a adotá-lo também, uma vez que dificilmente pode-se esperar que ele algum dia venha a ser abandonado. Nenhum outro sistema é tão satisfatório, tanto em relação ao vigor com que a guerra pode ser travada, como em relação à facilidade e à flexibilidade que proporciona. Raramente a subsistência causa alguma dificuldade nas primeiras três ou quatro semanas, não importa para onde vá o exército, e depois disto os depósitos complementares estarão disponíveis. Assim, pode-se realmente dizer que a guerra ganhou a máxima liberdade através destas medidas. Embora possa haver dificuldades de um tipo ou de outro, que possam influir no planejamento, nunca estaremos enfrentando uma impossibilidade absoluta, e a política nunca poderá ser ditada somente por considerações relativas ao abastecimento.

A única exceção é uma retirada realizada através de um país hostil. Aqui, combinam-se diversos aspectos que podem exercer um efeito adverso sobre a subsistência. Os deslocamentos são contínuos, normalmente sem paradas definidas, e não há tempo para obter suprimentos. Normalmente as próprias

condições que exigem a retirada serão adversas, tornando imperativo manter as tropas continuamente concentradas, o que geralmente elimina a possibilidade de qualquer distribuição em alojamentos, ou de qualquer comprimento considerável das colunas. Em território hostil não é possível obter suprimentos simplesmente dando ordens e, finalmente, a situação favorece especialmente a resistência e a determinação por parte dos habitantes locais. O efeito de tudo isto é que nestes casos fica-se rigorosamente restrito às linhas de comunicações e de retirada estabelecidas.

Quando Bonaparte começou a sua retirada em 1812, os problemas de abastecimento restringiram-no à estrada pela qual havia avançado. Em qualquer outra ele iria indubitavelmente arruinar-se até mesmo mais cedo. Todas as críticas que têm sido feitas a ele por causa disto, mesmo por escritores franceses, estão completamente equivocadas.

4. *Subsistência por meio de depósitos.* Se tivéssemos que fazer uma ampla distinção entre este método e o anteriormente analisado, só poderíamos fazer isto referindo-nos ao sistema que foi utilizado dos últimos trinta anos do Século XVII até o fim do Século XVIII. Virá este sistema a ser utilizado novamente?

Evidentemente é difícil imaginar qualquer outro sistema, com o tipo de guerra em que grandes exércitos permaneceram no mesmo lugar por sete, dez ou doze anos - como ocorreu nos Países Baixos, na Renânia, no norte da Itália, na Silésia e na Saxônia. Nenhum país pode continuar sendo o principal agente de abastecimento para os exércitos oponentes por todo esse tempo sem ser totalmente arruinado e deixar gradualmente de cumprir as suas obrigações.

Isto leva evidentemente a perguntar se a guerra determina o sistema de abastecimento ou é regida por ele. Responderíamos que inicialmente o sistema de abastecimento irá exercer influência sobre a guerra, na medida em que os outros fatores de influência o permitirem, mas quando eles começarem a oferecer muita resistência, a condução da guerra reagirá sobre o sistema de abastecimento e assim o dominará.

A guerra baseada em requisições e nas fontes de suprimentos locais é tão superior ao tipo que depende de depósitos, que as duas não parecem mais ser o mesmo instrumento. Nenhum governo ousaria opor-se ao primeiro tipo de guerra preferindo o segundo. Se qualquer Ministro da Guerra for suficientemente tacanho ou ignorante para avaliar mal as necessidades gerais da situação, e no início das hostilidades abastecer o seu exército pelo antigo sistema, a força das circunstâncias logo esmagará o seu General. O sistema de requisições logo impor-se-á automaticamente. Temos que lembrar-nos de que como nenhum Estado jamais terá mais dinheiro do que precisa, o elevado custo de manter os

depósitos reduzirá necessariamente os gastos com o armamento e o tamanho do exército. Ocorre que praticamente não existe qualquer possibilidade de tais medidas serem utilizadas, a menos que os dois beligerantes cheguem a um acordo mútuo sobre a questão através dos canais diplomáticos - uma possibilidade que deve ser considerada pura fantasia.

Assim, é mais do que provável que no futuro todas as guerras comecem utilizando um sistema de requisições. O quanto cada um dos governos fará para complementá-lo através de outras medidas, para poupar a sua população rural e assim por diante, pode ser deixado em aberto. Provavelmente não será muito. Nestes momentos sempre é dada é dada prioridade às necessidades mais urgentes, e uma organização especial de abastecimento não é mais considerada urgente.

Quando, por outro lado, a guerra não for tão decisiva quanto aos seus resultados, ou tão ampla em seus movimentos como a sua verdadeira natureza sugeriria, as requisições começariam a exaurir muito seriamente a região, ao ponto em que seríamos obrigados a fazer a paz ou a tomar medidas para aliviar a carga sobre a região, criando um sistema de abastecimento independente. Estas últimas medidas foram tomadas por Bonaparte na Espanha, mas a primeira situação é mais comum. Na maioria das guerras a exaustão dos beligerantes aumenta a tal ponto que, em vez de tornar a guerra mais dispendiosa, eles são levados a fazer a paz. Aqui, também, os procedimentos atuais tendem a abreviar as guerras.

Apesar disto, ninguém pode negar totalmente que a guerra possa ser conduzida sob o antigo método de abastecimento. Isto poderá acontecer novamente quando for indicado pela situação dos dois lados e quando existirem circunstâncias favoráveis. Mas a sua forma nunca poderá ser considerada normal. É uma exceção que por acaso é viável, mas que nunca pode surgir do verdadeiro conceito de guerra. Pode ser menos ainda considerado um aperfeiçoamento da guerra simplesmente porque é mais humano. A própria guerra é qualquer coisa, menos humana.

Qualquer que seja o método de abastecimento escolhido, ele evidentemente funcionará melhor numa região rica, densamente povoada, do que numa pobre e desabitada. A densidade demográfica afeta de duas maneiras o tamanho dos estoques numa região. Primeira: quando o consumo é elevado exige grandes reservas e, segunda: de um modo geral uma população maior significa uma maior produção. Deve ser feita evidentemente uma exceção para as regiões habitadas principalmente por trabalhadores industriais, principalmente quando encontram-se em vales montanhosos, cercados de terras áridas, como não é raro. Falando de um modo geral, entretanto, é muito mais fácil atender às necessidades de um exército numa região populosa do que numa esparsamente povoada. Não importa o

quanto seja rico o solo, uma área de 10.000 milhas quadradas com 400.000 habitantes não pode sustentar um exército de 100.000 homens de uma maneira tão confortável quanto uma em que a população seja de 2.000.000 de habitantes. Além disto, em regiões densamente povoadas as comunicações por terra e pela água são melhores e mais numerosas, os meios de transporte são mais abundantes e as ligações comerciais regulares são mais simples e mais confiáveis. Em suma, é muito mais fácil alimentar um exército em Flandres do que na Polônia.

Ocorre que a guerra, com os seus inúmeros tentáculos, prefere sugar o seu alimento das estradas principais, das cidades populosas, dos vales férteis atravessados por rios largos e das regiões litorâneas movimentadas.

Tudo isto irá indicar a influência que as questões relativas ao abastecimento podem exercer sobre a forma e o comando das operações, bem como sobre a escolha de um teatro de guerra e das linhas de comunicações.

Até que ponto chegará a sua influência e que peso deverá ser atribuído à facilidade de abastecimento na análise final - estas são questões que dependerão evidentemente de como será conduzida a guerra. Se a guerra for travada de acordo com o seu espírito essencial - com a violência desenfreada que está no seu âmago, com a ânsia e a necessidade de batalha e de decisão - a alimentação das tropas, embora importante, será uma questão secundária. Por outro lado, quando tiver se estabelecido uma situação de equilíbrio na qual as tropas movimente-se para frente e para trás durante anos na mesma região, provavelmente a subsistência tornar-se-á a principal preocupação. Neste caso, o Chefe do Serviço de Intendência tornar-se-á o comandante supremo e a condução da guerra consistirá em organizar os comboios de carroças.

Assim, houve inúmeras campanhas em que nada aconteceu, que perderam a sua finalidade e desperdiçaram os seus recursos sem qualquer propósito, e a desculpa foram as dificuldades de abastecimento. Bonaparte, por outro lado, costumava dizer, *qu'on ne me parle pas des vivres!*

Na campanha russa, para dizer a verdade, ele provou que este desprezo pode ir longe demais. Não estamos insinuando que este foi o único motivo pelo qual a campanha terminou em desastre - isto deve ser uma questão de opinião. Mas é inegável que a falta de cuidado com relação aos suprimentos foi responsável por um desgaste sem precedentes do seu exército durante o avanço, e pela sua retirada totalmente calamitosa.

Embora não se possa negar que Bonaparte era um jogador inveterado, que frequentemente corria riscos imprudentes, deve-se admitir que ele e os Generais Revolucionários antes dele fizeram

desaparecer alguns fortes preconceitos sobre a manutenção de um exército no campo. Eles demonstraram que a manutenção tinha que ser considerada *uma condição* da guerra, e nunca como o seu propósito.

Além do mais, as privações em tempo de guerra podem ser comparadas ao perigo e ao esforço físico. Não existem limites definidos para as exigência que um General pode fazer às suas tropas. Um comandante enérgico exigirá mais do que um que seja dominado por emoções delicadas, e o desempenho de um exército dependerá também da intensidade com que a sua força de vontade e a sua resistência tiverem sido fortalecidas pela familiaridade com a guerra, pelo espírito militar, pela confiança e pela devoção ao General e pelo entusiasmo pela causa. Apesar disto, pode-se considerar como sendo uma regra básica que as agruras e as privações, não importa a que extremo possam chegar, devem ser sempre tratadas como sendo uma situação temporária que tem que levar a um estado de fartura - às vezes até de luxo. O que pode ser mais comovente do que a idéia de milhares de soldados mal vestidos, com seus ombros curvados sob o peso de trinta ou quarenta libras de equipamentos, andando com dificuldade por dias a fio sob todos os tipos de condições de tempo e em qualquer tipo de estrada, colocando continuamente em perigo a sua saúde e as suas vidas, sem ter nem mesmo uma casca de pão para alimentá-los? Quando sabemos com que freqüência isto acontece na guerra, devemos ficar admirados pelo fato de que o ânimo e a força não esgotem-se mais frequentemente e pela maneira pela qual o poder de uma idéia pode, através dos seus efeitos duradouros, despertar incríveis esforços nos seres humanos e fazer com que esses esforços continuem a ser realizados.

Assim, se em nome de grandes questões alguém impõe grandes privações às tropas, deve ter em mente, levado pela compreensão ou pela prudência, a recompensa que lhes é devida, para ser-lhes dada mais tarde.

Finalmente, temos que examinar as diferentes maneiras pelas quais o ataque e a defesa afetarão os problemas de abastecimento.

Um exército que se defende sempre pode utilizar os suprimentos que foi capaz de armazenar antecipadamente. Deste modo, os defensores não terão escassez nos momentos de necessidade. Isto é verdadeiro principalmente para as tropas estacionadas em seu próprio país, mas continua sendo verdadeiro mesmo em território inimigo. O atacante, por outro lado, deixa para trás as suas fontes de abastecimento e, enquanto estiver avançando e até mesmo durante algumas semanas após ter feito uma parada, terá que arranjar-se sozinho de um dia para o outro. Nestas condições, a escassez e as dificuldades serão a regra.

Existem dois períodos em que de um modo geral este problema está em seus piores momentos. O primeiro ocorre durante o avanço, antes de ser obtida uma decisão. O defensor está em plena posse dos seus estoques, enquanto que o atacante teve que deixar os seus para trás. Ele deve manter as suas forças concentradas e não pode, portanto, percorrer uma vasta área do país. Nem mesmo o seu sistema de transportes pode seguí-lo uma vez iniciado o deslocamento para a batalha. A menos que tenham sido realizados preparativos meticulosos por ele, as tropas podem começar a sofrer falta de alimentos e a própria fome, vários dias antes de travarem a batalha decisiva. Dificilmente esta será uma maneira saudável de levá-los para o combate.

A segunda crise ocorre mais frequentemente no fim de uma campanha vitoriosa, quando as linhas de comunicações começarem a ficar longas demais. Isto é especialmente verdadeiro quando a guerra é travada numa região empobrecida, escassamente povoada e possivelmente hostil. Que enorme diferença existe entre uma linha de abastecimento estendendo-se de Vilna até Moscou, onde toda carroça tem que ser obtida à força, e uma de Colônia a Paris, via Liège, Louvain, Bruxelas, Mons, Valenciennes e Cambrai, onde uma transação comercial, uma letra de câmbio, é suficiente para obter milhões de rações!

Muitas vezes a melhor vitória tem sido privada da sua glória em decorrência deste problema. A força declina, a retirada torna-se inevitável e gradualmente aparecem os sinais da verdadeira derrota.

Enquanto no início a forragem para os cavalos é a menos escassa das mercadorias, como ressaltamos, é a primeira a faltar quando a zona rural começa a ser exaurida. O seu volume é tão grande que é mais difícil obtê-la numa região distante, e um cavalo morrerá de fome antes de um homem. Este é um dos motivos pelos quais um excesso de cavalaria e de artilharia pode ser um verdadeiro fardo, e uma verdadeira fonte de fraqueza para um exército.

CAPÍTULO QUINZE

A Base de Operações

Quando um exército inicia uma operação, seja ela atacar o inimigo e invadir o seu teatro de guerra ou assumir posições ao longo das suas próprias fronteiras, ele continua necessariamente dependente de suas fontes de suprimento e de reabastecimento e deve manter comunicações com elas. Elas constituem a base da sua existência e da sua sobrevivência. À medida em que o tamanho do exército aumenta, a sua dependência da sua base aumenta em intensidade e em escala. Mas nem sempre é possível nem necessário que um exército mantenha comunicações diretas com a totalidade do seu país. O que é essencial é aquela parte que fica imediatamente na retaguarda do exército e que é, portanto, protegida por suas posições. É aí que serão instalados os depósitos de suprimentos necessários e onde serão tomadas as medidas para que os suprimentos e os reforços sejam enviados regularmente. Aquela área é, portanto, a base para o exército e para todas as suas operações. Devemos imaginar o exército e a base como sendo um único conjunto. Se no interesse da segurança o material armazenado for mantido em locais fortificados, o conceito de base torna-se fortalecido, mas muitas vezes isto não é feito e as fortificações não são essenciais para uma base.

Uma extensão do território inimigo também pode constituir uma base do exército ou, de qualquer modo parte dela, porque a área ocupada pela força invasora atenderá a uma série de suas necessidades, desde que o exército controle verdadeiramente a área e possa estar certo de que suas ordens serão obedecidas. A dimensão dessa certeza raramente vai além dos métodos um tanto limitados de intimidar os habitantes por meio de pequenas guarnições e de destacamentos móveis. No território inimigo, portanto, a área da qual podem ser obtidos os suprimentos é pequena em relação às necessidades de um exército, e raramente são adequadas. Uma grande quantidade terá que ser fornecida, portanto, pelo seu próprio país. Uma vez mais isto significa a área mais próxima da retaguarda do exército, que deve ser considerada como uma parte componente essencial da sua base.

As necessidades de um exército dividem-se em duas categorias: aquelas que qualquer área agrícola pode fornecer e aquelas que só podem ser obtidas de fontes localizadas na retaguarda. As primeiras constituem a maioria das provisões, as últimas consistem nos itens de reposição e nos homens para fazer as substituições. Os primeiros podem até certo ponto ser obtidos no território ocupado, mas os últimos - homens e armas, por exemplo, e normalmente munições - só podem vir em sua maior parte do seu próprio país. Pode haver exceções, mas serão raras e insignificantes. Esta diferença continua tendo uma grande importância e prova uma vez mais que as comunicações com o seu próprio país são essenciais.

Os estoques de alimentos normalmente são mantidas em cidades não defendidas, tanto no território ocupado como em seu próprio país, pois nunca há fortificações suficientes para defender estes estoques extremamente volumosos, que são rapidamente consumidos e que são necessários em locais distintos e em momentos diferentes. Além disto, é mais fácil repor alimentos do que grandes quantidades das outras necessidades do exército, tais como armas, munição e equipamentos, que normalmente não são mantidas em cidades não defendidas perto da cena de guerra, mas de preferência trazidas de longe. Em território inimigo têm que ser mantidas em fortificações. Isto é uma outra prova de que a importância da base está mais na necessidade de reposição de armas e de equipamentos do que de estoques de alimentos.

Quanto maior a escala em que os suprimentos dos dois tipos forem armazenados em depósitos, e quanto mais as fontes de abastecimento agruparem-se em grandes depósitos, mais estas fontes poderão ser consideradas como substitutos para toda a região, e mais a idéia de base referir-se-á primordialmente aos locais em que estes grandes estoques são mantidos. Estas localizações, por outro lado, nunca devem ser confundidas com a base.

Onde estas fontes de material de reposição e de suprimentos forem amplas - em outras palavras, onde existir uma grande extensão de terra fértil, onde os suprimentos, para proporcionar maior eficiência, tenham sido armazenados em depósitos grandes e seguros, próximos do exército e ligados a ele por boas estradas, quando os depósitos encontrarem-se dispersos ao longo de uma grande área na retaguarda, ou mesmo até certo ponto nos flancos do exército - então terá sido proporcionada uma existência mais vigorosa para o exército, bem como uma grande dose a mais de liberdade para os seus movimentos. Têm sido realizadas tentativas no sentido de unificar as vantagens desta situação num único conceito: as dimensões da base de operações. Tem sido feita uma tentativa de expressar a síntese de todas as vantagens e desvantagens decorrentes das características das fontes de suprimento e de material de reposição do exército através da relação existente entre a base, o objetivo operativo e o ângulo formado pelos limites externos da base com aquele objetivo (que foi admitido como sendo um ponto).[1] Mas é evidente que esta elegante obra de geometria nada mais é do que uma brincadeira:

[1] Isto refere-se ao trabalho de Henrich von Bulow. Ver "A Gênese de *Da Guerra*", de Peter Paret, pag. 10. Eds.

baseia-se em artifícios, às custas da verdade. Como já mostramos, a base de operações de um exército é composta de três aspectos da sua situação: os recursos locais, os depósitos em vários pontos e a *região* da qual são extraídos os suprimentos. Estes três fatores são distintos com relação ao espaço que ocupam: não podem ser reduzidos a um só. Muito menos podem ser representados por uma linha que supostamente represente a largura da base, mas que de um modo geral é traçada arbitrariamente entre duas fortificações ou duas capitais da região, ou ao longo das fronteiras de um país. Nem é possível estabelecer uma relação fixa entre as três camadas da infra-estrutura, porque na realidade as suas naturezas de um certo modo se superpõem. Numa situação, os equipamentos que de outro modo teriam que ser trazidos de uma grande distância, podem ser obtidos no local. Em outra, até mesmo os gêneros alimentícios têm que ser transportados de uma grande distância. Algumas vezes as fortificações mais próximas são grandes portos, arsenais ou centros comerciais que contém o potencial de guerra de todo um Estado. Outras vezes consistirão meramente em trincheiras primitivas, mal adequadas para a sua própria defesa.

Consequentemente, tudo que foi deduzido a partir das dimensões da base operativa e do ângulo de operações, e toda a teoria da guerra que baseou-se neles, até onde era geométrico, tem sido totalmente ignorado na guerra real, e deu srcem a esforços equivocados no reino da teoria. Como os

fatos essenciais estavam corretos e somente o raciocínio extraído deles era espúrio, é provável que as mesmas idéias surjam novamente.

Não podemos fazer mais nada, em nossa opinião, a não ser reconhecer a influência em geral de uma base sobre as operações militares - o *fato de que ela possa ser fraca ou forte* e os *fatores que a fazem assim.* Mas devemos admitir também que não existe qualquer maneira de reduzir isto a uma ou duas proposições simples que eqüivalham a uma regra útil. Em vez disto, cada caso isolado exige que tenhamos em mente *simultaneamente* todos os fatores que mencionamos.

Tendo sido criado um depósito de suprimentos e de manutenção para um exército numa determinara área, e para uma operação específica, então, mesmo em nosso próprio país, somente aquela área pode ser considerada a base do exército. Como as mudanças sempre exigem dispêndio de tempo e de esforços, um exército não pode mudar a sua base da noite para o dia, mesmo em seu próprio país. Os planos das suas operações são, portanto, até certo ponto restritos. Durante operações em território inimigo podemos tratar toda a fronteira comum como sendo a base do exército. Esta premissa seria válida num sentido geral, uma vez que podem ser tomadas medidas especiais em qualquer lugar ao longo da fronteira, mas não para cada situação específica, porque estas medidas específicas não são de fato tomadas em todos os lugares. Quando o exército russo retirou-se diante dos franceses no início da campanha de 1812, ele certamente poderia considerar toda a Rússia como sendo a sua base, principalmente porque a enorme extensão da Rússia dava-lhe um amplo espaço em todas as direções. Isto não era de modo algum ilusório. O conceito só surgiu mais tarde, quando outros exércitos russos convergiram sobre os franceses de vários lados. Em qualquer momento específico da campanha, entretanto, a base do exército russo não era tão ampla quanto aquela. Na realidade, estava presente principalmente nas estradas pelas quais uma enorme quantidade de viaturas de transporte do exército movimentava-se em ambas as direções. Este tipo de restrição, por exemplo, impediu que o exército russo, após três dias de combates em Smolenski, efetuasse uma nova retirada numa direção diferente, em vez de retirar-se em direção a Moscou. Um deslocamento em direção a Kaluga, que havia sido proposto para retirar os franceses da capital, teria constituído uma alteração de planos que era impossível executar sem ter sido preparada antecipadamente.

Mostramos que a dependência de um exército de sua base aumenta em intensidade e em escala com qualquer aumento do tamanho do exército, como é evidente. Um exército é como uma árvore que extrai o seu alimento do solo em que cresce. Um simples muda é fácil de transplantar, mas quanto mais ela crescer, mais difícil isto se tornará. Um pequeno destacamento também tem os seus canais de

sustentação, mas diferentemente de um grande exército, cria raízes facilmente onde quer que possa estar. Assim, quando falamos sobre a influência que a base exerce sobre as operações, o tamanho do exército deve ser o padrão através do qual cada fator é medido.

Existe um outro ponto básico na natureza da questão. O alimento é importante para as necessidades imediatas, mas para a existência do exército de um modo geral, ao longo de um determinado período de tempo, o fluxo de homens e de equipamentos é mais importante. Estes últimos só podem vir de determinadas fontes, enquanto que os primeiros podem ser obtidos de diversas maneiras - um fato que explica ainda mais a influência que uma base exerce sobre as operações.

Não importa o quanto seja grande esta influência, nunca devemos nos esquecer de que ela está entre aquelas que levam tempo para produzir efeito. Existe sempre a questão de saber o que deve ser feito enquanto isto. O valor de uma base de operações raramente predeterminará, portanto, a escolha de uma operação: só o fará quando for necessário o impossível. As dificuldades normais que podem surgir com relação a isto terão que ser examinadas juntamente e em comparação com os outros meios disponíveis. Os obstáculos desta natureza tendem a desaparecer ante as vitórias decisivas.

CAPÍTULO DEZESSEIS

As Linhas de Comunicação

As estradas que vão de uma posição do exército até as principais fontes de alimentos e de material de reposição, e que sejam capazes de serem aquelas que o exército escolhe em caso de uma retirada, possuem duas finalidades. No primeiro caso são *linhas de comunicação*, que servem para manter o exército e, no segundo, são *linhas de retirada*.

No capítulo anterior mostramos que um exército, apesar do sistema atual de obter suprimentos principalmente na área em que está estacionado, ainda precisa ser visto como formando uma unidade com a sua base de operações. As linhas de comunicações fazem parte daquela unidade. Elas ligam o exército à sua base e devem ser consideradas as suas artérias. As estradas estão em constante utilização para todos os tipos de entregas, para comboios de munição, destacamentos deslocando-se para frente e para trás, transportadores de correspondência e mensageiros, hospitais e depósitos, munição de reserva e pessoal administrativo. Tudo isto junto é vital para o exército.

As artérias não devem ser, portanto, permanentemente cortadas, nem devem ser demasiadamente longas ou de difícil utilização. Uma estrada longa significa sempre um certo desperdício de energia, que tende a deteriorar as condições do exército.

No seu outro papel, como linhas de retirada, são de fato a retaguarda estratégica do exército.

Para as duas finalidades, o valor das estradas depende do seu *comprimento*, da sua *quantidade*, da sua *orientação* (a sua direção geral e a direção em que correm quando estão próximas do exército), das suas *condições*, das *dificuldades do terreno*, *das condições e da índole dos habitantes locais* e, finalmente, do grau de *proteção* que lhes é dada pelas fortificações ou pelos obstáculos naturais.

Nem todas as estradas ou caminhos que vão de um exército até as fontes da sua vida e da sua força podem ser consideradas linhas de comunicação. Não há dúvida de que todos eles podem ser utilizados como tal e considerados suplementares ao sistema, mas o próprio sistema compreende apenas as estradas nas quais foram instalados serviços militares. As únicas linhas de comunicação verdadeiras são aquelas em que foram instalados depósitos, hospitais, pontos de muda de cavalos e de serviços postais, bem como os postos de comando, polícia de campo e destacamentos. Neste ponto deve ser observada a diferença muito importante e frequentemente ignorada que existe entre um exército em seu próprio país e um em território inimigo. Terão sido estabelecidas, evidentemente, linhas de comunicação em seu próprio país, mas o exército não está necessariamente preso a elas. Se for necessário pode abandoná-las e utilizar qualquer estrada disponível. Afinal de contas, em todos os lugares ele estará em casa. Em todos os lugares ele poderá confiar em seus próprios oficiais e em todos os lugares será recebido de boa vontade. Embora as outras estradas possam não ser tão boas, e possam não atender tão bem às necessidades do exército, pelo menos podem ser utilizadas. Se o exército for repelido da sua posição, ou tiver que alterar a sua frente, estas estradas não serão consideradas *impossíveis de utilizar*. Em território inimigo, por outro lado, as únicas linhas de comunicação nas quais um exército normalmente poderá confiar são as estradas pelas quais avançou inicialmente, e detalhes pequenos e quase insignificantes podem fazer aqui uma considerável diferença.

À medida em que avança em território inimigo, um exército estabelece e protege as suas linhas de comunicação essenciais. A sua presença pode inspirar medo e terror, mas as suas medidas podem assumir o caráter de uma necessidade inexorável aos olhos dos habitantes, que podem até mesmo ser persuadidos a considerá.las como uma melhora do mal geral da guerra. Pequenas guarnições instaladas aqui e ali manterão e reforçarão este sistema geral. Se, por outro lado, tiverem que ser enviados intendentes, comandantes, policiais, postos de segurança e pessoal administrativo a longas distâncias através de alguma estrada distante, não utilizada pelo exército, os habitantes locais considerarão isto um ônus desnecessário. A menos que alguma derrota ou desastre esmagador tenha reduzido o país a um estado de pânico, estes oficiais serão tratados com hostilidade, agredidos e expulsos. Para proteger a nova estrada precisaríamos acima de tudo de destacamentos, e estes teriam que ser maiores do que os

normais, e ainda haveria o risco da população local tentar resistir. Em suma, um exército avançando em território inimigo não está preparado para exigir obediência. Ele tem primeiro que instalar a sua própria administração e deve fazê-lo através da autoridade das suas armas. Não é possível fazer isto em todos os lugares e de uma só vez. Isto exige sacrifícios e apresenta dificuldades. Ocorre que em território inimigo, um exército é ainda menos capaz de transferir-se de uma base para outra alterando o seu sistema de comunicações do que em seu próprio país, onde isto pelo menos é possível. O efeito de um modo geral será uma maior restrição à sua mobilidade e uma maior vulnerabilidade a envolvimentos

Até mesmo a seleção e a organização srcinal das linhas de comunicação está restrita a determinadas condições. Não só devem elas seguir geralmente as estradas principais, mas, de um modo geral, quanto maiores e mais ricas forem as cidades que estas estradas ligam, e mais numerosas forem as fortificações que as protegem, melhores serão elas. A escolha também é muito afetada por rios, como meios de transporte, e por pontes, como pontos de travessia. Assim, a posição das linhas de comunicação e, portanto, a rota que um exército invasor poderá utilizar, só são questões de livre escolha até um certo ponto. A sua exata localização é determinada pelos fatos da geografia.

É a soma destes fatores que torna fortes ou fracas as comunicações do exército com a sua base. O resultado, comparado à situação do inimigo, determina qual dos dois lados está melhor localizado para cortar as linhas de comunicação, ou até mesmo de retirada, do outro ou, para empregar a expressão técnica, para *cercá-lo.* Totalmente independente da superioridade psicológica ou física, isto só poderá ser feito de fato pelo lado que possuir as melhores linhas de comunicação. De outro modo o inimigo logo retaliaria.

Assim como as estradas são feitas para atender a duas finalidades, o movimento de envolvimento, ou de cerco, pode ter dois propósitos. Pode visar romper ou cortar as comunicações, fazendo com que o exército murche e morra, e seja assim obrigado a retirar-se; ou pode visar impedir a própria retirada.

Quanto ao primeiro propósito, deve-se ter em mente que, com os exércitos sendo abastecidos como são hoje, uma breve interrupção raramente é grave. Na realidade transcorrerá um certo período de tempo até que pequenas perdas isoladas cheguem a representar algo significativo. No passado, o sistema de abastecimento artificial significava milhares de carroças movimentando-se de um lado para o outro. Uma simples operação de envolvimento dos seus flancos podia despedaçar este sistema. Hoje, uma operação deste tipo, embora bem pudesse ter êxito, não teria qualquer efeito perceptível. Na melhor das hipóteses poderia capturar um único comboio e causar alguns inconvenientes locais, mas não seria necessário fazer uma retirada.

As operações de envolvimento dos flancos, que sempre foram mais populares nos livros do que no campo de batalha, tornaram-se assim ainda menos viáveis. Elas só podem ser consideradas perigosas para linhas de comunicação muito longas e vulneráveis, cuja principal deficiência reside, entretanto, em estarem sempre e em todos os lugares expostas a ataques realizados por uma população revoltada.

Quanto a ser interrompida a retirada de um exército, a ameaça de linhas de retirada estreitadas ou ameaçadas não deve igualmente ser exagerada. A experiência recente tornou evidente que quando as tropas são boas e os seus comandantes ousados, elas têm mais probabilidade de passar do que de ficarem impedidas de retirar-se.

Só existem meios muito limitados de encurtar e proteger linhas de comunicações muito longas. Pode-se aliviar de algum modo a situação tomando algumas fortificações próximas à posição do inimigo e localizadas nas estradas que saem desta posição, ou, quando não houver fortificações, fortificando pontos adequados, tratando bem a população, mantendo uma rígida disciplina nas estradas militares, policiando cuidadosamente a área e mantendo as estradas constantemente em reparos. Mas os riscos nunca podem ser totalmente eliminados.

A propósito, o que dissemos com relação ao abastecimento, sobre as estradas pelas quais os exércitos devem viajar se for de todo possível, aplica-se principalmente às linhas de comunicação. Quanto mais largas forem as estradas que passam através das cidades mais ricas, e quanto mais ricas forem as regiões agrícolas, melhores serão as linhas de comunicação. Elas são preferíveis, mesmo quando envolverem consideráveis desvios e, na maioria dos casos, são elas que determinam os planos específicos da disposição do exército.

CAPÍTULO DEZESSETE

O Terreno

Totalmente independente da influência que exerce sobre as fontes de abastecimento, o que constitui um outro aspecto da questão, a geografia e as características do terreno mantém uma estreita e sempre presente relação com a guerra. Elas exercem uma influência decisiva sobre o engajamento, tanto com relação ao seu andamento quanto ao seu planejamento e exploração. Vamos examinar agora estes fatores no sentido mais completo do significado do termo francês *terrain.*

O seu principal efeito está no campo da tática, mas o resultado é uma questão de estratégia. Um engajamento travado nas montanhas é, por si só e pelas suas conseqüências, totalmente diferente de um travado numa planície.

Uma vez que ainda não definimos a diferença entre ataque e defesa, nem examinamos os dois minuciosamente, não podemos analisar devidamente as características notáveis do terreno quanto ao seu efeito. Por ora vamos ter que restringir-nos às suas características gerais. A geografia e o terreno podem afetar as operações militares de três maneiras: como um obstáculo à sua aproximação, como um empecilho à visibilidade e como proteção contra o fogo. Todas as outras propriedades podem ser resumidas nestas três.

Indubitavelmente este tríplice efeito do terreno tende a tornar a atividade militar mais variada, complexa e criativa, porque introduz três elementos adicionais à combinação.

A idéia de uma planície absoluta e totalmente nivelada - em outras palavras, um terreno totalmente passivo - só existe na realidade para destacamentos muito pequenos e, mesmo assim,

somente durante a duração de um determinado episódio. Mas no caso de unidades maiores e de maiores períodos de tempo, as características físicas do terreno influenciam o combate. Quando tratamos de exércitos completos, dificilmente podemos pensar numa única fase - uma batalha, por exemplo - em que não seja sentida a influência da geografia.

Esta influência é, portanto, sempre ativa. A sua intensidade varia de acordo com a natureza do terreno.

À medida em que examinamos os dados como um todo, veremos que existem três maneiras distintas nas quais uma área pode diferir do conceito de uma planície nivelada e ampla. A primeira, nos contornos da região rural, tais como os seus morros e vales. A segunda, em fenômenos naturais como florestas, pântanos e lagos. E a terceira, nos fatores produzidos pela agricultura. Cada uma destas maneiras contribui para a influência que a geografia exerce sobre as operações militares. Se analisarmos mais profundamente estes três tipos, seremos capazes de definí-los como terreno montanhoso, florestas escassamente cultivadas e pantanais, e áreas agrícolas. Todos os três tenderão a tornar a guerra mais complexa e mais criativa.

Evidentemente nem todos os tipos de cultivo exercem o mesmo efeito. O seu efeito mais intenso é sentido em Flandres, Holstein e em outras áreas em que a terra é cortada por inúmeras valas, cercas, sebes e muros, e pontilhada com um grande número de casas e grupos de árvores isoladas.

É mais fácil, portanto, travar uma guerra em áreas planas e apenas moderadamente cultivadas. Mas isto só é verdadeiro de uma maneira geral, e despreza totalmente o valor dos obstáculos naturais para a defesa.

Cada um dos três tipos de terreno pode exercer, portanto, um tríplice efeito: como um obstáculo ao acesso e à visibilidade e como um meio de proteção.

Num terreno coberto por bosques ou florestas, o principal empecilho é à visibilidade. Num terreno montanhoso é ao acesso. Em áreas intensamente cultivadas, os dois podem existir com alguma intensidade.

Os movimentos militares são praticamente impossíveis em terrenos cobertos por espessas florestas, uma vez que a dificuldade de acesso, bem como a completa falta de visibilidade, não permitirão todos os modos de atravessá-los. Assim, de um modo ele simplifica a mesma ação que complica de outro. Porque embora seja mais difícil concentrar as nossas forças para um engajamento num terreno destes, não será preciso dividí-las em tantas partes quanto seria necessário em montanhas

ou em áreas cheias de obstáculos - em outras palavras, em áreas florestais será mais difícil evitar uma divisão das forças, mas ela não terá que ser tão ampla.

Em regiões montanhosas o problema de acesso predomina e é marcante de duas maneiras: só podemos penetrar em determinados pontos e não em outros, e onde for realmente possível, todos os movimentos serão mais lentos e mais trabalhosos. Assim, o ímpeto de todos os movimentos diminuirá nas montanhas, e qualquer manobra levará mais tempo. Além do mais, o terreno montanhoso tem a característica especial de que um ponto domina o outro. O domínio do terreno elevado é, de um modo geral, uma questão da qual trataremos no próximo capítulo. Neste estágio, só queremos ressaltar que é esta peculiaridade das montanhas que faz com que as tropas sejam tão divididas. Os pontos elevados são importantes não só por eles mesmos, mas pelo efeito que exercem uns sobre os outros.

À medida em que cada tipo de terreno aproxima-se do seu extremo, tenderá, como observamos em outro lugar, a reduzir a sua influência geral sobre os acontecimentos a algum grau no qual ele tenderá a enfatizar os recursos pessoais dos homens de diversos postos e graduações, até o soldado raso. Quanto mais divididas forem as forças, menos elas poderão ser controladas e, obviamente, mais cada homem estará por sua própria conta. É evidentemente verdadeiro que as operações tornam-se cada vez mais fragmentadas, mais diversificadas e o próprio Comandante-em-Chefe terá maiores oportunidades de demonstrar uma maior capacidade. Mas devemos repetir neste momento uma observação que já fizemos antes: na guerra, a soma de êxitos isolados é mais decisiva do que o padrão que os une. Assim, se levarmos a presente argumentação até o seu extremo e imaginarmos um exército disposto numa única linha de tiro, de modo que cada soldado combata como se aquela fosse uma batalha particular, este exército dependerá mais da soma de vitórias individuais do que do seu padrão. Afinal de contas, a eficácia de combinações favoráveis só pode ser o resultado do êxito, e nunca do fracasso. Assim, neste caso a coragem, a competência e o espirito de cada indivíduo serão o fator decisivo. Somente nos casos em que os dois exércitos forem da mesma qualidade, ou quando as suas virtudes especiais anularem-se umas às outras, poderão o talento e a visão do comandante supremo tornarem-se primordiais. Ocorre que as guerras verdadeiramente nacionais, com um povo em armas, e em situações semelhantes que normalmente elevam o espírito militar das pessoas (se não necessariamente a sua coragem e a sua competência) tenderão a ser bem sucedidas quando as forças tiverem que ser dispersadas - em outras palavras, quando forem favorecidas por um terreno extremamente desnivelado e cheio de obstáculos. Mas elas só podem existir neste tipo de terreno. A

sua natureza normalmente nega-lhes as qualidades e as virtudes que são vitais para uma ação coordenada, mesmo por forças moderadamente fortes.

Entre os extremos existem muitas gradações quanto à natureza das forças combatentes. Mesmo um exército profissional permanente desenvolverá um pouco das qualidades de um exército nacional quando estiver defendendo o seu solo natal, o que permitirá uma maior independência em suas ações.

Quanto mais estiverem faltando estas características e circunstâncias num exército, e quanto mais acentuadas forem elas no outro lado, mais este exército temerá a sua fragmentação e mais tenderá a evitar os terrenos acidentados. Mas raramente isto é uma questão de escolha: não podemos escolher um teatro de operações experimentando-o, como se fosse uma mercadoria. Consequentemente, as tropas que por sua natureza estão em desvantagem quando combatendo como uma massa concentrada, se esforçarão ao máximo para utilizar este sistema até onde for possível, *apesar da natureza do terreno*. Elas ficarão, assim, expostas a outras desvantagens, como dificuldades de abastecimento e alojamentos deficientes e, em combate, estarão expostas a freqüentes ataques aos seus flancos. Mas elas pagariam um preço ainda maior se tivessem que abrir mão das suas próprias vantagens específicas.

Estas duas tendências opostas - no sentido da concentração e no sentido da dispersão - normalmente seguem as tendências naturais das próprias tropas. Apesar disto, mesmo no mais inequívoco dos casos, será tão impossível para um lado permanecer sempre concentrado, como será para o outro contar com o êxito simplesmente operando sempre disperso. Na Espanha, até mesmo os franceses foram obrigados a dispersar a sua força e, embora os espanhóis lutassem como insurgentes em defesa do seu solo natal, ainda foram obrigados a arriscar uma parte da sua força em grandes batalhas.

A influência que o terreno exerce sobre o General e, principalmente sobre a composição política das forças combatentes, é seguida de perto em importância pela sua influência sobre a proporção entre as armas dos exércitos.

Em todas as áreas que sejam inacessíveis - seja devido a montanhas, a florestas, ou ao tipo de cultivo - uma cavalaria de tamanho considerável é totalmente inútil. O mesmo aplica-se à artilharia em áreas cobertas por bosques ou florestas, que raramente oferecem espaço suficiente para o emprego eficaz de canhões, ou estradas por onde possam deslocar-se, ou forragem para os cavalos. As áreas cuidadosamente cultivadas são mais do que uma desvantagem para a artilharia, e as montanhas são piores ainda. Ambas proporcionam, evidentemente, uma proteção contra o seu fogo e não são, portanto, favoráveis a um exército cujo principal efeito seja o fogo. E o mais importante, os canhões pesados

estarão frequentemente ameaçados pela infantaria inimiga, porque ela poderá penetrar em qualquer lugar. Por outro lado, em nenhum tipo de terreno faltará exatamente o espaço necessário para uma grande quantidade de artilharia, e nas montanhas a artilharia tem também a enorme vantagem da lentidão dos movimentos do inimigo, o que aumenta a sua eficácia.

Mas não pode haver dúvidas de que em qualquer tipo de terreno difícil a infantaria é a arma nitidamente superior. Nestas áreas deve-se permitir, portanto, que os seus números ultrapassem consideravelmente a sua proporção normal em relação às outras armas.

CAPÍTULO DEZOITO

O Domínio das Elevações

Na arte da guerra, a palavra "dominar" tem um fascínio próprio. Este fator é de fato responsável por uma parte significativa e, possivelmente, pela maior parte da influência que o terreno exerce sobre o emprego das forças. Isto está na srcem de muitas das expressões consagradas utilizadas na erudição militar, tais como "posições dominantes", "posições chave", "manobras estratégicas" e outras semelhantes. Propomo-nos a mostrar os fatos de uma maneira tão clara quanto pudermos sem sermos prolixos, e examinaremos a verdade e a falsidade, a realidade a fantasia, uma por uma.

A força física é sempre mais difícil de exercer numa direção ascendente do que numa direção descendente, e isto também deve ser verdadeiro num engajamento. Podemos citar três motivos óbvios. Em primeiro lugar, o terreno elevado sempre inibe a aproximação. Em segundo lugar, embora ele não aumente significativamente o alcance, atirar para baixo, considerando todas as relações geométricas envolvidas, é sensivelmente *mais preciso* do que atirar para cima. E, em terceiro lugar, as elevações proporcionam uma visão mais ampla. Não nos interessa aqui como todos estes fatores se associam durante um engajamento. Consideraremos simplesmente a soma das vantagens táticas proporcionadas pela altura e a chamemos de primeiro benefício estratégico.

A primeira e a terceira destas vantagens surgirão também num contexto estratégico. As marchas e o reconhecimento fazem parte tanto da estratégia como da tática. Consequentemente, se uma posição num terreno mais elevado impedir a aproximação de uma força localizada mais abaixo, ela constitui a segunda vantagem que advém da estratégia. A visão mais ampla que o terreno elevado proporciona é a terceira.

Nestes elementos está a força das posições que dominam, observam e controlam. Elas são uma fonte de superioridade e de segurança para o lado que, do cume de uma montanha olha para o inimigo abaixo, e de inferioridade e apreensão para este último. Possivelmente esta impressão geral seja maior do que deveria ser: as vantagens do terreno mais elevado impressionam a mente de uma maneira mais intensa do que as circunstâncias que as modificam. A impressão pode, portanto, superar os fatos, e neste caso este truque da imaginação deve ser tratado como um elemento adicional que reforça o efeito de manter a posse de um terreno elevado.

A vantagem de uma maior mobilidade não é, evidentemente, absoluta, nem está sempre do lado que mantém o terreno mais elevado. Ela só será assim se o outro lado pretender atacar. A altura não é uma vantagem se existir um largo vale entre os dois e pode, na realidade, favorecer o lado que está no terreno mais baixo, se os dois lados pretenderem travar um combate na planície - como fizeram na batalha de Hohenfriedberg. A vantagem de uma visão mais ampla também possui limitações claras. Não terá qualquer utilidade quando o terreno mais baixo for coberto por bosques ou florestas, ou quando parte da visão for obstruída pela própria cadeia de montanhas em que estamos localizados. Existem inúmeros casos em que procuramos em vão encontrar numa área um ponto elevado vantajoso que havíamos localizado no mapa. Em vez dele, parecemos ver-nos envolvidos com as suas desvantagens. Apesar disto, estas limitações e condições não anularão as vantagens que provém do terreno mais elevado, tanto para a defesa como para o ataque. Mostraremos brevemente como isto aplica-se num e noutro caso.

O terreno elevado oferece três vantagens estratégicas: *maior poderio tático, proteção contra o acesso e uma visão mais ampla.* As duas primeiras, devido à sua natureza, aplicam-se à defesa. Só podem ser utilizadas pelo lado que permanece parado - o lado que se movimenta não pode aproveitá-las. A terceira vantagem pode ser utilizada tanto pelo ataque como pela defesa.

Isto lembra o papel importante que o terreno elevado desempenha nas situações defensivas. Como só se pode atingir um terreno elevado ocupando posições em áreas montanhosas, podemos concluir que estas constituem uma grande vantagem para a defesa. Na realidade as coisas podem ser diferentes, como mostrará o capítulo sobre a defesa em regiões montanhosas.

Seja como for, devemos fazer uma distinção genérica. Quando for simplesmente uma questão de um único ponto localizado um terreno elevado - uma única posição, por exemplo, a vantagem estratégica tende a unir-se à simples vantagem tática de uma boa posição para a batalha. Se, por outro lado, imaginarmos uma extensão considerável de terreno - uma região, digamos - como uma planície

na encosta de uma montanha, um divisor de águas comum, aumentamos a vantagem estratégica pelo fato de sermos capazes de movimentar-nos em várias direções enquanto ainda mantemos a nossa elevação acima do terreno em volta. Neste caso, seremos beneficiados pela vantagem de um terreno mais elevado, não apenas através de uma combinação de forças num único engajamento, mas também através de uma combinação de uma série de engajamentos que formam um conjunto. Isto é o suficiente com relação à defesa.

Quanto ao ataque, até certo ponto ele desfruta as mesmas vantagens que a altura proporciona à defesa, porque um ataque estratégico, ao contrário de um ataque tático, não consiste num único combate. O avanço do atacante não é contínuo como o de uma máquina, mas consiste em diversas marchas separadas, com intervalos de duração variável entre elas. A cada parada o atacante estará tanto na defensiva quanto o seu oponente.

A vantagem de uma melhor visão significa que o terreno mais elevado proporciona um certo poder ofensivo, tanto para o ataque como para a defesa, o que exige alguma atenção: é o caso em que pode-se operar com destacamentos isolados. As vantagens que uma localização elevada dá ao conjunto dará também a cada uma das suas partes. Um grupo isolado, seja ele grande ou pequeno, poderá exercer mais poder do que poderia de outra maneira, e estará menos exposto a arriscar-se a assumir uma posição do que estaria sem a vantagem da altura. Como estes destacamentos isolados podem ser melhor empregados será analisado em outro lugar.

Se uma localização num terreno elevado estiver associada a uma outra vantagem geográfica em relação à localização do nosso oponente, se este último tiver os seus movimentos restringidos por outros fatores, tais como a proximidade de um grande rio, por exemplo, os inconvenientes da sua situação parecerão ser tão decisivos a ponto de fazê-lo desejar retirar-se o mais rapidamente possível. Nenhum exército é capaz de manter uma posição no vale de um grande rio se não tiver o domínio das elevações em volta.

A ocupação de um terreno elevado pode significar assim um verdadeiro domínio. A sua realidade é inegável. Mas quando tudo tiver sido dito e feito, expressões como "uma área dominante", "uma posição protetora" e "a chave para o país" são, na medida em que referem-se à natureza do terreno mais elevado ou mais baixo, em grande parte como granadas inertes, precisando de qualquer núcleo adequado. Estes elegantes elementos da teoria têm sido empregados acima de tudo como tempero para a comida militar, aparentemente simples demais. Elas são os assuntos favoritos dos soldados cultos e as varinhas mágicas dos estrategistas de poltrona. Nem o vazio destas fantasias, nem as contradições da

experiência, têm sido capazes de convencer a estes autores e os aos seus leitores que eles estão, na realidade, colocando água no tonel sem fundo das Danaides. As condições têm sido erradas para a própria ação, a ferramenta para a mão que a empunha. A mera ocupação de uma área e de uma posição destas é interpretada como uma demonstração de força, como um avanço ou um golpe, e a área e a posição como um elemento vigoroso. Na realidade, a ocupação nada mais é do que um braço erguido, e a posição propriamente dita apenas uma ferramenta sem vida, uma mera possibilidade que precisa de um propósito para a sua realização, um simples sinal de mais ou de menos, sem qualquer valor ligado a ele. O verdadeiro avanço e golpe, o propósito, o valor, é a *vitória em combate*. É a única coisa que realmente conta e com que podemos contar, e devemos tê-la sempre em mente, seja fazendo uma avaliação de livros ou realizando uma ação no campo.

Se a decisão só depende do número e da dimensão das vitórias, torna-se óbvio que a primeira consideração a ser feita é com relação à qualidade dos dois exércitos e dos seus comandantes. O terreno só pode desempenhar um papel secundário.

LIVRO SEIS

A Defesa

CAPÍTULO UM

O Ataque e a Defesa

1. O CONCEITO DE DEFESA

Qual é o conceito de defesa? Aparar um golpe. Qual o seu traço característico? Aguardar o golpe. É este traço que transforma qualquer ação numa ação defensiva. É o único teste na guerra através do qual a defesa pode ser distinguida do ataque. Uma defesa pura, entretanto, seria completamente contrária à idéia de guerra, uma vez que significaria que apenas um dos lados a estaria travando. Na guerra, portanto, a defesa só pode ser relativa e o seu traço característico de esperar só deve aplicar-se ao conceito básico, não a todos os seus componentes. Um engajamento parcial é defensivo se esperarmos pelo avanço e pela carga do inimigo. Uma batalha é defensiva se esperarmos pelo ataque - isto é, esperar o surgimento do inimigo em frente às nossas linhas, dentro do alcance das nossas armas.

Uma campanha é defensiva se esperarmos que o nosso teatro de operações seja invadido. Em cada um destes casos, a característica de esperar e de defender é adequada à idéia geral, sem estar em conflito com o conceito de guerra, uma vez que podemos achar vantajoso esperar a carga contra as nossas baionetas e o ataque à nossa posição e ao nosso teatro de operações. Mas se estivermos realmente travando uma guerra, devemos devolver os golpes do inimigo, e estes atos ofensivos realizados numa guerra defensiva são classificados como "defesa" - em outras palavras, a nossa defesa é realizada dentro da nossa posição ou do nosso teatro de operações. Assim, uma campanha defensiva pode ser travada com batalhas ofensivas, e numa batalha defensiva podemos empregar ofensivamente as nossas divisões. Mesmo numa atitude defensiva, esperando pelo ataque inimigo, nossos projetis tomam a ofensiva. Assim, a forma defensiva de guerra não é um simples escudo, mas um escudo feito de golpes bem desferidos.

2. VANTAGENS DA DEFESA

Qual o propósito da defesa? Manutenção. É mais fácil manter a posse de uma área do que tomá-la. Ocorre que a defesa é mais fácil do que o ataque, considerando que os dois lados disponham dos mesmos meios. O que é exatamente que torna a manutenção e a proteção tão mais fáceis? É o fato de que o tempo que pode transcorrer sem ser utilizado acumula-se em benefício do defensor. Ele colhe

onde não plantou. Qualquer omissão do ataque - seja por um erro de avaliação, por medo ou por indolência - resultará em benefício para o defensor. Isto salvou mais de uma vez a Prússia de um desastre durante a Guerra dos Sete Anos. É uma vantagem baseada no conceito e no propósito da defesa: faz parte da natureza de todas as ações defensivas. No dia a dia, e principalmente em períodos de litígio (que se parece tanto com a guerra) é resumido pelo provérbio latino *beati sunt possidentes*.

Um outro benefício, que advém unicamente da natureza da guerra, tem srcem na vantagem da posição, que tende a favorecer o defensor.

Tendo descrito em linhas gerais estes conceitos genéricos, passamos agora ao essencial.

Taticamente, todo engajamento, grande ou pequeno, será defensivo se deixarmos a iniciativa para o nosso oponente e aguardarmos que ele apareça diante das nossas linhas. Daquele momento em diante podemos empregar todos os meios ofensivos sem perder as vantagens da defensiva - isto quer dizer, as vantagens de esperar e as vantagens da posição. No nível estratégico a campanha substitui o engajamento e o teatro de operações toma o lugar da posição. No estágio seguinte, a guerra como um todo substitui a campanha e todo o país o teatro de operações. Em ambos os casos a defesa continua sendo a mesma, como no nível tático.

Já mencionamos em termos gerais que a defesa é mais fácil do que o ataque. Mas a defesa possui um propósito passivo: *a manutenção*, e o ataque, um propósito positivo: *a conquista*. O ataque aumenta a nossa capacidade de travar a guerra, a defesa não. Assim, para expressar precisamente a relação existente entre os dois, devemos dizer que *a maneira defensiva de travar guerras é intrinsecamente mais vigorosa do que a maneira ofensiva.* É isto que estamos tentando demonstrar, pois embora esteja implícito na natureza da questão e a experiência o tenha confirmado seguidas vezes, é posto em dúvida pela opinião dominante, o que prova como as idéias podem ser confundidas por escritores superficiais.

Se a defesa é a forma mais vigorosa de guerra, possuindo no entanto um propósito negativo, ocorre que ela somente deverá ser utilizada enquanto a nossa fragilidade o exigir, sendo abandonada logo que estivermos suficientemente fortes para procurar atingir um propósito positivo. Quando alguém utiliza medidas defensivas com êxito, normalmente é criado um equilíbrio de forças mais favorável. Assim, o caminho natural na guerra é começar agindo defensivamente e terminar atacando. Isto seria contrário, portanto, à própria idéia de ver a defesa como sendo o propósito final da guerra, bem como à idéia de ver a natureza passiva da defesa, não apenas como sendo inerente ao todo, mas também às suas partes. Em outras palavras, uma guerra na qual as vitórias sejam conquistadas apenas defensivamente,

sem a intenção de contra-atacar, seria tão absurda quanto uma batalha em que o princípio de defesa absoluta - ou seja, de passividade - determinasse todas as ações.

A lógica desta idéia genérica poderia ser contestada citando-se diversos exemplos de guerras nas quais o propósito final da defesa foi puramente defensivo, sem que se tivesse jamais pensado numa contra-ofensiva. Esta linha de argumentação seria possível se nos esquecêssemos de que o que está em discussão é um conceito genérico. Os exemplos que poderiam ser mencionados para provar o contrário devem ser todos considerados como casos em que a possibilidade de realizar uma contra-ofensiva ainda não havia surgido.

Na Guerra dos Sete Anos, por exemplo, Frederico o Grande não considerou a possibilidade de tomar a ofensiva, pelo menos nos últimos três anos. Na realidade, acreditamos que naquela guerra ele tenha visto sempre as ofensivas como sendo apenas um modo de defesa melhor. Esta atitude foi determinada pela situação geral, e é natural que um comandante concentre-se apenas nas suas necessidades mais prementes. Apesar disto, não podemos olhar para este exemplo de defesa em grande escala sem considerar que ele pode ter tido srcem na idéia de uma possível contra-ofensiva contra a Áustria, e concluir que o momento para aquela ação ainda não havia chegado. A paz que foi firmada prova que esta não é uma suposição infundada. O que mais poderia ter induzido os austríacos a fazer a paz, a não ser o pensamento de que as suas forças não poderiam sobrepujar sozinhas o gênio do Rei, que de qualquer modo teriam que despender maiores esforços e que qualquer relaxamento quase que certamente estaria fadado a custar-lhes mais uma parte do seu território? E existe de fato alguma dúvida de que Frederico teria tentado esmagar uma vez mais os austríacos na Boêmia e na Morávia, se a Rússia, a Suécia e o Exército do Império não tivessem desviado as suas energias?

Agora que definimos o conceito de defesa e mostramos os seus limites, voltamos uma vez mais à nossa afirmativa de que a defesa *é a forma mais vigorosa de travar uma guerra*.

Uma análise detalhada e uma comparação entre o ataque e a defesa provarão isto acima de qualquer dúvida. Por ora, mostraremos apenas as contradições existentes no ponto de vista oposto, quando testado através da experiência. Se o ataque fosse a forma mais vigorosa, não haveria exemplos do emprego da defesa, uma vez que o seu propósito é apenas passivo. Ninguém desejaria fazer outra coisa a não ser atacar: a defesa não teria sentido. Inversamente, é natural que o propósito maior seja atingido através de um maior sacrifício. Qualquer um que acredite ser suficientemente forte para empregar a forma mais fraca, o ataque, pode ter em mente o propósito mais elevado. O propósito mais reduzido só pode ser escolhido por aqueles que precisam tirar proveito da forma mais vigorosa, a

defesa. A experiência mostra que, admitindo-se a existência de dois teatros de operações, é praticamente desconhecido um exemplo do exército mais fraco ter atacado e o mais forte ter ficado na defensiva. Sempre ocorreu o oposto em todos os lugares, e isto prova amplamente que os comandantes aceitam a defesa como sendo a forma mais vigorosa, mesmo quando pessoalmente preferem atacar.

Alguns pontos relativos a isto permanecem para serem examinados nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO DOIS

A Relação Existente na Tática Entre o Ataque e a Defesa

Examinemos primeiro os fatores que levam à vitória num engajamento.

Neste momento não estamos preocupados com a superioridade numérica, com a coragem, com o adestramento, nem com outras qualidades de um exército. Tudo isto depende, por via de regra, de questões que estão além daquela parte da arte da guerra da qual estamos tratando aqui. De qualquer maneira, o seu significado seria o mesmo no ataque e na defesa. Mesmo uma *superioridade numérica em geral* não é pertinente, uma vez que normalmente os números também são uma quantidade determinada, com relação à qual o comandante não tem o poder de decidir. Além do mais, estas questões não têm um significado especial em relação ao ataque e à defesa. Somente três coisas parecem trazer vantagens decisivas: *a surpresa, o benefício do terreno e um ataque concêntrico*

A surpresa torna-se eficaz quando enfrentamos subitamente o inimigo num determinado local, com uma quantidade de soldados muito maior do que a que ele esperava ter que enfrentar. Este tipo de superioridade numérica é muito diferente da superioridade numérica em geral: é o instrumento mais poderoso da arte da guerra. As maneiras pelas quais a vantagem do terreno contribui para a vitória são razoavelmente óbvias, mas deve ser observado que ela é mais do que uma questão de obstáculos a um ataque - ladeiras íngremes, montanhas elevadas, riachos pantanosos, barreiras e coisas semelhantes. O terreno pode ser igualmente útil permitindo-nos manter uma posição oculta. Mesmo uma paisagem sem traços característicos pode proporcionar algumas vantagens àqueles que a conhecem bem. Um ataque concêntrico compreende todo o envolvimento tático, seja ele grande ou pequeno. A sua eficácia provém em parte da dupla eficácia do fogo cruzado e, em parte, do temor de ser cercado.

Qual a relação existente entre o ataque e a defesa e estas questões?

Tendo em vista os três elementos da vitória já mencionados, a resposta deve ser a seguinte: o atacante é favorecido por apenas uma pequena parte do primeiro e do terceiro fatores, enquanto que a maior parte destes fatores, e o segundo exclusivamente, estão ao alcance do defensor.

A única vantagem que o atacante possui é que ele está livre para atacar qualquer ponto ao longo de toda a linha de defesa, e com toda a sua força: o defensor, por outro lado, é capaz de surpreender constantemente o seu oponente, durante todo o engajamento, pela força e pela direção dos seus contra-ataques.

Cercar toda a força oponente e isolá-la é mais fácil para o atacante do que para o defensor. Este último está preso à sua posição, e com isto fornece ao atacante um objetivo. Mas o cerco do atacante e as suas vantagens só são aplicáveis à posição inteira, uma vez que durante o engajamento é mais fácil para o defensor atacar concentricamente partes da força oposta, porque, *como já dissemos, o defensor está em melhor situação para surpreender o adversário pela força e pela direção dos seus ataques.*

É evidente que é o defensor quem mais se beneficia do terreno. A sua maior capacidade de produzir surpresa em virtude da força e da direção do seu ataque provém do fato de que o atacante tem que aproximar-se através de estradas e trilhas que podem ser facilmente observadas. A posição do defensor, por outro lado, fica oculta e praticamente invisível ao seu oponente, até que chegue o momento decisivo. Desde que passou a ser adotado o método de defesa correto, o reconhecimento saiu de moda - ou melhor, tornou-se impossível. Algum reconhecimento ainda é feito de vez em quando, mas de um modo geral não apresenta grandes resultados. Além disto, não importa o quanto seja grande a vantagem de estar livre para escolher o terreno para estabelecer a sua posição e familiarizar-se com ele antes do combate, nem o quanto seja evidente seja o fato de que o defensor, oculto na posição que escolheu está fadado a causar mais surpresa do que o atacante, persiste a idéia mais antiga: uma batalha aceita é considerada como já tendo sido meio perdida. Isto advém do tipo de defesa que era utilizada há vinte anos atrás e, de certo modo na Guerra dos Sete Anos. Naquela época o único tipo de vantagem que procurava-se obter do terreno era que tinha que ser difícil aproximar-se da frente (devido a ladeiras íngremes, etc.). A falta de profundidade das posições e as dificuldades de manobrar os flancos de um exército tornavam-nos tão frágeis que eles tinham que esquivar-se um do outro, indo de um morro para o outro, tornando assim as coisas ainda piores. Tendo sido obtido algum tipo de apoio, o exército era disposto de uma maneira tão compacta como numa moldura de um bordado: tudo dependia dele não ser rompido. O terreno defendido era considerado valioso por si só e, assim, tinha que ser defendido em todos os pontos. Assim, realizar movimentos ou obter surpresa na batalha estavam fora de questão. Isto era totalmente o oposto do que uma boa defesa podia ser e do que, na realidade, tinha sido num passado recente.

A defesa parece cair em descrédito sempre que um determinado estilo torna-se obsoleto. Foi isto o que aconteceu no exemplo descrito acima. Na sua época, aquele método de defesa havia sido realmente superior ao ataque.

Se pesquisarmos a evolução da guerra moderna, veremos que no início - na Guerra dos Trinta Anos e na Guerra da Sucessão Espanhola - a formação e a disposição de um exército para o combate

era um dos principais elementos de uma batalha. Era a parte mais importante de um plano de ação. Isto normalmente favorecia o defensor, uma vez que as suas forças estavam formadas e dispostas desde o início. Com o aumento da capacidade de manobrar as tropas, esta vantagem foi perdida, e por algum tempo o ataque foi superior. Agora o defensor procurava obter proteção atrás de rios, de vales profundos ou nas montanhas. Ele recuperou assim uma clara vantagem, que durou até o atacante tornar-se tão móvel e tão eficiente que pôde aventurar-se até mesmo num terreno acidentado e atacar em colunas separadas, o que permitiu que *cercasse* o inimigo. Isto fez com que a linha de batalha se tornasse cada vez mais extensa, até que naturalmente o atacante se concentrasse num número limitado de pontos e rompesse a posição pouco profunda do inimigo. Assim, a ofensiva obteve a superioridade pela terceira vez e, uma vez mais, o defensor teve que alterar os seus métodos. Foi isto que aconteceu nas últimas guerras. As forças eram mantidas concentradas em grandes quantidades, a maioria não dispostas para o combate e, sempre que possível, em posições ocultas. O propósito era simplesmente estar pronto para enfrentar o atacante logo que as suas intenções ficassem claras.

Isto não impede totalmente que alguém defenda o seu território de uma maneira parcialmente passiva, uma vez que isto oferece vantagens tão decisivas que é feito frequentemente ao longo de uma campanha. Mas normalmente a defesa passiva do terreno não é mais predominante - o que é tudo em que estamos interessados aqui.

Se a ofensiva vier a inventar algum novo recurso importante - o que é improvável face à simplicidade e às necessidades básicas que caracterizam tudo atualmente - a defensiva também terá que alterar os seus métodos. Mas ela sempre terá a certeza de possuir o benefício do terreno, e isto normalmente assegurará a sua superioridade natural, uma vez que atualmente as peculiaridades da topografia e do terreno exercem mais do que nunca um efeito maior sobre as ações militares.

CAPÍTULO TRÊS

LIVRO SEIS

A Relação Existente na Estratégia Entre o Ataque e a Defesa

Comecemos uma vez mais examinado os fatores que asseguram o êxito estratégico.

Como já dissemos antes, em estratégia não existe algo como a vitória. Parte do êxito estratégico reside numa boa preparação para uma vitória tática. Quanto maior for o êxito estratégico maior será a probabilidade de haver um engajamento vitorioso. O restante do êxito estratégico reside no aproveitamento de uma vitória conquistada. Quanto mais capaz tiver sido a estratégia de explorar uma batalha vitoriosa através da sua criatividade, quanto mais ela puder arrancar do edifício que está desmoronando e cujas fundações tenham sido despedaçadas pelo combate, quanto mais completamente puderem ser colhidos os frutos da uma vitória arduamente conquistada, maior será o êxito. Os principais fatores responsáveis por produzir, ou por facilitar, este êxito - isto é, os principais fatores da eficácia estratégica - são os seguintes:

1. A vantagem do terreno.
2. Surpresa - seja através de um ataque real ou do emprego de uma força inesperada em determinados pontos.
3. Ataque concêntrico (todos os três, como na tática).
4. Fortalecer o teatro de operações por meio de fortificações, com tudo o que elas envolvem.
5. Apoio popular.
6. O aproveitamento dos fatores morais.[1]

Qual a relação existente entre o ataque e a defesa, no que diz respeito a estes fatores?

Na estratégia, bem como na tática, a defesa usufrui a vantagem do terreno, enquanto que o ataque

[1] Qualquer pessoa que tenha aprendido estratégia com Herr von Bulow não entenderá como é que simplesmente deixamos de fora todos os seus ensinamentos. Mas não é culpa nossa que Bulow só tratasse de assuntos de menor importância. Um "boy" de escritório ficaria igualmente perplexo se procurasse no índice de um livro de aritmética um item sobre regras práticas, como as regras de três e de cinco, e não encontrasse nada. Mas as opiniões de Herr von Bulow dificilmente podem ser consideradas como sendo regras práticas. Fizemos esta comparação por outros motivos. Cl.

tem a vantagem da iniciativa.[2] Com relação à surpresa e à iniciativa, entretanto, deve ser observado que elas são infinitamente mais importantes e eficazes na estratégia do que na tática. A iniciativa tática dificilmente pode ser ampliada de modo a transformar-se numa grande vitória, mas a estratégica fez muitas vezes com que toda a guerra terminasse de um só golpe. Por outro lado, a utilização deste

recurso parte do princípio de que o inimigo cometerá erros *importantes, decisivos e excepcionais.* Consequentemente, ele não influirá muito na balança em favor do ataque.

Surpreender o inimigo concentrando uma força superior em determinados pontos é uma vez mais comparável a uma situação análoga na tática. Se o defensor for forçado a distribuir as suas forças por diversos pontos de acesso, obviamente o atacante obterá a vantagem de ser capaz de lançar toda a sua força contra qualquer um deles.

Aqui também o novo sistema de defesa introduziu imperceptivelmente, através da sua nova abordagem, novos princípios. Quando o defensor não tiver motivos para temer que o seu oponente seja capaz de avançar ao longo de uma estrada não defendida para tomar um importante depósito, ou para tomar de surpresa uma fortificação, ou mesmo a capital, quando, portanto, ele não for obrigado a atacar o inimigo na estrada escolhida por ele para evitar que a sua retaguarda seja interceptada, não existirá então qualquer motivo para ele dividir as suas forças. Se o atacante escolher uma estrada na qual não espere ter que enfrentar o defensor, este último ainda poderá procurar enfrentá-lo lá com toda a sua força alguns dias depois. Na realidade, ele poderá estar certo de que na maioria dos casos o próprio atacante o obrigará a fazer isto, procurando encontrá-lo. Mas se por algum motivo o atacante tiver que avançar com suas forças divididas - e problemas de abastecimento muitas vezes o deixam com poucas opções - o defensor obviamente obtém a vantagem de ser capaz de atacar uma parte das forças do seu oponente com toda a sua força.

Na estratégia, a natureza dos ataques contra os flancos e contra a retaguarda num teatro de operações sofrem alterações significativas.

1. É eliminado o efeito do fogo cruzado, uma vez que não é possível atirar de uma extremidade do teatro de operações para a outra.
2. Existe um menor temor de ser interceptado, uma vez que não se pode isolar áreas inteiras, como se pode fazer na tática.

[2] O termo alemão é *Uberfall* (ataque de surpresa), que Clausewitz emprega aqui num sentido genérico. Eds.

3. Uma vez que as áreas envolvidas na estratégia são maiores, a eficácia das linhas interiores e, portanto, mais curtas, é acentuada e torna-se um importante contrapeso contra os ataques concêntricos.
4. Surge um novo fator com relação à vulnerabilidade das linhas de comunicação, qual seja, as consequências decorrentes do fato delas serem cortadas.

Como as áreas envolvidas na estratégia são maiores, o envolvimento ou o ataque concêntrico só poderão ser feitos, evidentemente, pelo o lado que toma a iniciativa - em outras palavras, pelo atacante. O defensor não pode, por sua vez, como pode na tática, cercar aquele que o está cercando, porque não pode dispor as suas tropas com a necessária profundidade relativa, nem mantê-las suficientemente ocultas. Mas de que adianta ao ataque a facilidade do envolvimento se as suas recompensas não se materializam? Na estratégia não deve haver, portanto, qualquer justificativa para realizar um ataque envolvente como um meio de obter a vitória, a não ser pelo seus efeitos sobre as linhas de comunicação. Ainda assim, isto raramente constitui um fator importante nos estágios iniciais, quando o ataque enfrenta a defesa pela primeira vez e os dois lados enfrentam-se em suas posições iniciais. Ele só começa produzir efeito ao longo de uma campanha, quando o atacante, em território inimigo, gradualmente transforma-se no defensor. Neste ponto, o novo defensor verifica que as suas linhas de comunicação estão se enfraquecendo e aquele que inicialmente era o defensor pode aproveitar-se desta fraqueza assim que tomar a ofensiva. Mas deve ficar claro que de um modo geral o defensor não merece crédito por obter esta vantagem, uma vez que ela advém na realidade dos princípios inerentes à própria defesa.

O quarto elemento, *as vantagens do teatro de operações*, logicamente beneficiam o defensor. Ao dar início à campanha, o exército atacante isola-se do seu próprio teatro de operações e sofre por ter que deixar para trás as suas fortificações e os seus depósitos de suprimentos. Quanto maior for a área de operações que ele deverá atravessar, mais enfraquecido ficará ele - pelo efeito das marchas e pelo destaque de guarnições. O exército defensor, por outro lado, permanece intacto. Ele se beneficia das suas fortificações, nada exaure a sua força e ele está mais próximo das suas fontes de abastecimento.

O apoio da população, o quinto princípio, não se aplica necessariamente a todas as defesas. Uma campanha defensiva pode ser travada em território inimigo. Ainda assim, este elemento advém somente do conceito de defesa e aplica-se à maioria dos casos. O que ele representa basicamente (mas não exclusivamente) é a eficácia da milícia e o armamento da população. Além disto, todo tipo de fricção é reduzido e todas as fontes de suprimentos estão mais próximas e são mais abundantes.

A campanha de 1812 servirá aqui como uma lente de aumento, uma vez que mostra claramente como o terceiro e o quarto destes fatores podem atuar. Meio milhão de homens cruzaram o Niemem. Somente 120.000 lutaram em Borodino, e menos ainda chegaram a Moscou.

Na realidade, poder-se-ia dizer que o resultado deste enorme esforço foi tão grande que os russos, mesmo que não tivessem realizado em seguida o seu próprio contra-ataque, teriam ficado seguros contra qualquer nova invasão por um longo tempo. Evidentemente nenhum país europeu, exceto a Suécia, está numa posição semelhante à da Rússia, mas o princípio é universal e difere apenas quanto à intensidade.

Quanto ao quarto e quinto fatores, poder-se-ia acrescentar que estas vantagens dizem respeito ao caso fundamental da defesa da nossa própria cidade. Se a defesa deslocar-se para o solo inimigo e envolver-se em operações ofensivas, transformar-se-á em mais uma obrigação da ofensiva, da mesma maneira que ocorre com o terceiro elemento acima mencionado. A ofensiva não é composta apenas de elementos ativos, assim como a defesa não é feita apenas de elementos passivos. Na realidade, qualquer ataque que não leve imediatamente à paz precisa terminar na defensiva.

Assim, se todos os elementos da defesa que ocorrem durante uma ofensiva forem enfraquecidos pelo simples fato de que fazem parte da ofensiva, devemos então considerar isto como sendo uma outra atribuição relativa a ela.

Isto não é simplesmente uma distinção sutil, longe disto: é a maior desvantagem de toda a ação ofensiva. Portanto, quando um ataque estratégico estiver sendo planejado, devemos dar desde o início muita atenção a este ponto - isto é, à defensiva que virá em seguida. Esta questão será examinada em maiores detalhes no livro sobre o planejamento estratégico.

As importantes forças morais que algumas vezes impregnam a guerra como uma levedura, podem ser utilizadas ocasionalmente por um comandante para animar as suas tropas. Estas forças podem ser encontradas no lado da defesa, bem como no do ataque. Pelo menos pode-se dizer que aquelas que favorecem particularmente ao ataque, tais como o pânico e a confusão nas fileiras inimigas, não surgem normalmente até depois de ter sido desferido o golpe decisivo, e raramente têm alguma relação com o seu desenrolar.

Tudo isto deveria ser suficiente para justificar a nossa proposição de que *a defesa é uma forma de guerra mais vigorosa do que o ataque*. Mas ainda temos que mencionar um fato de menor importância, que até o momento não foi levado em consideração. É a coragem: o sentimento de superioridade de um exército, que provém da percepção de estar tomando a iniciativa. Esta é uma relação real, mas é logo superada pela disposição de espírito mais genérica e mais forte que um exército extrai das suas vitórias ou das suas derrotas e pelo talento ou pela incompetência do seu comandante.

CAPÍTULO QUATRO

A Convergência do Ataque e a Divergência da Defesa

Estes dois conceitos, estas duas maneiras de utilizarmos as nossas forças no ataque e na defesa, manifestam-se tão frequentemente na teoria e na prática que inconscientemente passamos a considerá-los como formas inerentes, quase que como elementos indispensáveis do ataque e da defesa. A mais ligeira reflexão mostrará que este não é realmente o caso. É por isto que gostaríamos de examiná-los o mais cedo possível e ver o que realmente são. Tendo sido feito isto, poderemos deixá-los de fora em nossa futura análise da relação existente entre o ataque e a defesa, sem sermos constantemente perturbados por qualquer vantagem ou desvantagem aparente que pareça ter relação com eles. Iremos considerá-los aqui como meras abstrações e extrair a sua essência, reservando para uma etapa posterior qualquer comentário sobre o seu papel.

Supõe-se, tanto na tática como na estratégia, que a defesa é um estado de expectativa - isto é, de imobilidade, enquanto que o atacante está em movimento relativo, isto é, em relação à imobilidade do defensor. Ocorre automaticamente que envolver e cercar são métodos que só estão ao alcance do atacante enquanto persistir o seu movimento e a imobilidade da defesa. Esta opção de deslocar-se convergentemente ou não - dependendo de ser ou não do interesse do atacante - teria que ser considerada como uma das suas vantagens, mas a liberdade de escolha só existe na tática, nem sempre em estratégia. Na primeira, os pontos em que se apoiam os flancos dificilmente proporcionam o tipo de segurança absoluta que frequentemente proporcionam na estratégia, onde a linha de defesa pode estender-se em direção ao mar, ou de um país neutro para outro. Neste caso, não poderá haver um ataque convergente. A liberdade de escolha é restringida. É ainda mais incomodamente restringida quando o ataque *tem* que ser convergente. A Rússia e a França não podem atacar a Alemanha de outra maneira, a não ser através de movimentos convergentes. Elas jamais poderão atacar com as suas forças unificadas. Assim, se partirmos da premissa de que o emprego convergente de forças é menos eficaz na maioria dos casos, a vantagem que normalmente o atacante obtém da sua maior liberdade de escolha é provavelmente anulada pelo fato de que, em outros casos, ele é forçado a empregar a forma menos eficaz.

Examinemos mais detalhadamente o efeito destas formas na tática e em estratégia.

Quando as forças operam convergentemente, da circunferência em direção ao centro, o fato de que elas convergem à medida em que avançam tem sido considerado como sendo uma grande vantagem. O fato é suficientemente verdadeiro, mas a suposta vantagem não, porque a convergência ocorre nos dois lados e, portanto, uma anula a outra. Quando o movimento é realizado do centro para fora, o mesmo é verdadeiro com relação à divergência.

A verdadeira vantagem é outra, porque as forças que estão operando em linhas convergentes direcionam a sua eficácia para um *ponto comum*, enquanto que as linhas divergentes não. Quais são então esses efeitos? Devemos fazer aqui uma distinção entre a tática e a estratégia.

Não queremos levar demasiadamente longe a nossa análise e devemos, portanto, citar apenas os seguintes pontos como constituindo as vantagens destes efeitos:

1. O efeito duplicado, ou pelo menos intensificado, do fogo cruzado, a partir do momento em que tenha sido atingido um determinado grau de convergência.
2. O ataque convergente sobre uma única força.
3. A interceptação da retirada.

Na estratégia também é possível interceptar uma retirada, mas evidentemente é muito mais difícil, uma vez que as áreas envolvidas não podem ser facilmente isoladas. Falando de uma maneira geral, um ataque concêntrico a uma parte de uma força ganhará em peso e em capacidade de decisão quanto menor for a força atacada e quanto mais próximo ela chegar do mínimo absoluto - isto é, de um único soldado. Um exército pode lutar muito bem em diversas frentes, uma divisão não tão bem, e um batalhão apenas se estiver compacto. Um único homem não pode fazer absolutamente nada. A estratégia trata de grandes grupos de tropas, vastas áreas e consideráveis períodos de tempo. A tática trata do oposto. Ocorre que um ataque convergente não pode ter na tática o mesmo efeito que tem na estratégia.

O efeito do fogo cruzado não é de modo algum relevante para a estratégia. O seu lugar é tomado por um outro fator - o abalo que todo exército sofre numa determinada intensidade quando o inimigo está vitorioso em sua retaguarda, o mais longe ou mais perto que possa estar.

O emprego convergente de forças tem, portanto, o seu mérito incontestável: o seu efeito sobre A é exercido também sobre B, sem diminuir o efeito causado sobre A, enquanto que o seu efeito sobre B é exercido de maneira semelhante sobre A. A soma portanto não é A + B, mas algo mais, e esta é uma vantagem que ocorre tanto na tática como na estratégia, embora seja um tanto diferente em cada uma delas.

O que é que compensa estas vantagens nas operações divergentes da defesa? Deve ser simplesmente o fato de que as tropas estão mais unidas e operando em linhas interiores. Não existe a necessidade de demonstrar como isto pode multiplicar a força ao ponto em que um atacante não ouse expor-se a ela, a menos que tenha uma grande superioridade.

Tendo a defesa adotado o princípio do movimento (iniciando evidentemente após o atacante, mas ainda a tempo de romper os entorpecedores vínculos da inatividade), a vantagem de uma maior concentração e das linhas interiores torna-se uma vantagem decisiva, o que como regra geral tem maiores probabilidades de levar à vitória do que um padrão de ataque convergente. Mas a vitória é um pré-requisito para o êxito: devemos derrotar o inimigo antes que possamos pensar em cortar a sua retirada. Em suma, torna-se evidente que a relação existente é semelhante, de uma maneira geral, à existente entre o ataque e a defesa. A forma convergente rende dividendos fascinantes, mas os frutos da divergente são mais certos. A primeira é a forma mais fraca, com um propósito ativo. A última, a forma mais vigorosa, com um propósito passivo. Sendo assim, parece-me que elas praticamente se eqüivalem. Poder-se-ia acrescentar que a defesa, não sendo absoluta em todos os casos, nem sempre achará impossível empregar a sua força de uma maneira convergente. Não existe mais, portanto, um fundamento válido para a crença de que somente a forma convergente proporciona ao ataque uma vantagem universal sobre a defesa. A nossa avaliação fica assim livre da influência que aquela idéia errônea é capaz de exercer sobre ela toda vez que o assunto é levantado.

As observações feitas acima aplicam-se igualmente à tática e à estratégia. Ainda precisa ser ressaltado um ponto especialmente importante com relação apenas à estratégia. A vantagem das linhas interiores aumenta com a distância às quais elas estão relacionadas. Quando as distâncias forem de alguns milhares de passos, ou de algumas poucas milhas, é evidente que pode-se poupar menos tempo do que ao longo de uma marcha de diversos dias, ou quando a distância for de algumas centenas de milhas. As primeiras distâncias, mais curtas, são uma questão de tática, as mais longas, de estratégia. Embora seja verdade que na estratégia precisamos de mais tempo para atingir um propósito do que na tática, e que é mais demorado derrotar um exército do que um batalhão, mesmo na estratégia este tempo só aumentará até um certo ponto - isto é, até que a batalha tenha sido travada e, possivelmente, também pelos poucos dias em que uma batalha possa ser evitada sem que isto acarrete sérias conseqüências. O que constitui uma diferença ainda maior reside na dianteira obtida em cada caso. As distâncias, na tática ou numa batalha, são tão insignificantes que um exército realiza os seus movimentos quase que à plena vista do inimigo: portanto, qualquer pessoa que estiver nas linhas mais externas logo estará ciente dos movimentos do inimigo. Com as maiores distâncias envolvidas na estratégia, os movimentos de um lado quase sempre permanecerão ocultos do outro, por um dia pelo menos, e há muitos exemplos de movimentos envolvendo apenas uma parte de um exército, ou o destaque de uma força considerável, que não foram percebidos pelo inimigo durante semanas. A

vantagem considerável do ocultamento para o lado que devido à sua posição natural pode beneficiar-se mais dele deve ser evidente.

Isto conclui a nossa argumentação sobre o efeito convergente e divergente das forças e sobre a sua relação com o ataque e com a defesa. Voltaremos aos dois aspectos mais tarde.

CAPÍTULO CINCO

As Características da Defesa Estratégica

LIVRO SEIS

Já afirmamos que a defesa é - simplesmente a forma mais eficaz de guerra: um meio para conquistar uma vitória, que permite que tomemos a ofensiva após ter sido obtida a superioridade, isto é, que permite que avancemos em direção ao propósito ativo da guerra.

Mesmo quando o único motivo da guerra for manter o *status quo*, permanece o fato de que defender-se simplesmente de um golpe é contra a natureza inerente à guerra, que certamente não consiste apenas em resistir. Tendo o defensor obtido uma vantagem importante, a defesa como tal fez o seu trabalho. Enquanto estiver desfrutando desta vantagem ele deve atacar de volta, ou estará buscando a sua própria destruição. A prudência pede que ele ataque enquanto o ferro ainda estiver quente e que aproveite a vantagem que possui para evitar um segundo ataque violento. Como, quando e onde deve começar esta reação dependerá, evidentemente, de muitas outras condições que iremos enumerar posteriormente. No momento, iremos simplesmente dizer que esta transição para o contra-ataque deve ser aceita como sendo uma tendência inerente à defesa - de fato, como uma das suas características essenciais. Sempre que uma vitória obtida da forma defensiva não transformar-se num êxito militar, quando, por assim dizer, deixarem que ela que murche sem ser utilizada, estará sendo cometido um erro grave.

Uma súbita e vigorosa transição para a ofensiva - a flamejante espada da vingança - é o maior momento para a defesa. Se não estiver na mente do comandante desde o início, ou melhor, se não constituir uma parte integrante da sua idéia de defesa, ele nunca estará convencido da superioridade da forma defensiva. Tudo o que ele verá é o quanto ele poderá destruir ou tomar dos recursos do inimigo. Mas estas coisas não dependem da maneira pela qual é dado o nó, mas da maneira pela qual ele é desatado. Além do mais, é um erro grosseiro associar o ataque somente à idéia de agressão e, portanto, imaginar a defesa como sendo meramente angústia e confusão.

Evidentemente, muitas vezes um agressor decide recorrer à guerra antes que defensor inocente o faça, e se ele conseguir manter suficientemente em segredo os seus preparativos, poderá perfeitamente pegar a sua vítima desprevenida. No entanto, esta surpresa nada tenha a ver com a guerra propriamente dita, e não deve ser possível obtê-la. A guerra atende mais ao propósito da defesa do que ao do agressor. É somente a agressão que provoca a defesa e, com ela, a guerra. O agressor é sempre um amante da paz (como Bonaparte sempre disse ser). Ele preferiria tomar o nosso país sem ter que enfrentar qualquer oposição. Para impedir que faça isto, devemos estar dispostos a ir à guerra e estar preparados para ela. Em outras palavras, é o fraco quem provavelmente precisará da defesa, quem deve estar sempre armado para não ser dominado. Assim determina a arte da guerra.

Quando um dos lados ocupa o terreno antes do outro, normalmente isto ocorre por motivos que nada têm a ver com a intenção de ataque ou de defesa. Eles não são o motivo, mas frequentemente o resultado de uma chegada antecipada ao local. O lado que estiver pronto primeiro e que veja uma vantagem significativa em realizar um ataque de surpresa, tomará, por *este* motivo, a ofensiva. O lado que for mais lento para se preparar poderá compensar até um certo ponto a sua conseqüente desvantagem, utilizando as vantagens da defesa.

Falando de uma maneira geral, entretanto, a capacidade de beneficiar-se sendo o primeiro a estar pronto deve ser considerada uma vantagem para o atacante, como reconhecemos no Livro Três. Ainda assim, esta vantagem genérica não é essencial em todos os casos específicos.

Consequentemente, se tivermos que imaginar a defesa como deveria ser, ela é o seguinte: Todos os meios estão preparados ao máximo. O exército está pronto para a guerra e familiarizado com ela. O General deixará que o inimigo venha, não devido a uma confusa indecisão e ao medo, mas por sua própria escolha, calma e deliberadamente. As fortificações estão impávidas ante a perspectiva de um sítio e, finalmente, a intrépida população não tem mais medo do inimigo do que ele tem dela. Assim constituída, a defesa não fará mais uma figura tão lamentável quando comparada ao ataque, e este último não parecerá mais ser tão fácil e infalível como parece ser na imaginação daqueles que só vêm no ataque a coragem, a determinação e a movimentação, e na defesa apenas a impotência e a paralisia.

CAPÍTULO SEIS

O Âmbito dos Meios de Defesa

LIVRO SEIS

Nos Capítulos Dois e Três deste livro mostramos que a defesa possui uma superioridade natural quanto à utilização dos meios - além da força absoluta e da qualidade das forças - que determinam o êxito tático e estratégico. Entre estes meios estão a vantagem do terreno, a surpresa, o ataque concêntrico, as vantagens do teatro de operações, o apoio da população e a utilização das forças morais. Pode ser útil dar uma outra olhada na gama de recursos que estão preeminentemente à disposição do defensor. Eles podem ser comparados aos diversos tipos de pilares sobre os quais repousa o seu edifício.

1. *A Milícia*. Recentemente a milícia tem sido empregada não apenas em casa, mas também para invadir o território inimigo, e não há como negar que a sua organização em alguns países - na Prússia, por exemplo - é tal que quase pode ser considerada como sendo uma parte do exército regular. Em tais casos ela não é simplesmente um instrumento de defesa. Ainda assim, não devemos nos esquecer de que o seu emprego vigoroso nos anos de 1813, 1814 e 1815 teve srcem numa guerra defensiva. Que apenas numa minoria de países está organizada como na Prússia e, sempre que a sua organização for imperfeita ela presta-se mais à defesa do que ao ataque. Bem à parte disto, o conceito de milícia engloba a idéia de uma participação extraordinária e altamente voluntária de toda a população na guerra, com a sua força física, os seus recursos financeiros e a sua lealdade. Quanto menos a instituição parecer-se com este modelo, mais a milícia tornar-se-á um exército regular com um outro nome. Ela terá então as vantagens de um exército regular, mas não terá as vantagens de uma verdadeira milícia: um reservatório de força muito mais amplo, muito mais flexível e cujo espírito e lealdade são muito mais fáceis de despertar. Estes fatores são essenciais numa milícia. A sua organização deve deixar uma margem de ação para a participação da população. Se não deixar, quaisquer maiores esperanças que se possa ter com relação a ela serão meras ilusões.

A estreita relação existente entre a natureza popular de uma milícia e o conceito de defesa é inequívoca e, por conseguinte, também o fato de que é mais provável que essa milícia seja uma parte da defesa do que do ataque. As qualidades nas quais ela é superior ao agressor serão demonstradas principalmente durante a ação defensiva.

2. As *Fortificações*. O papel desempenhado pelas fortificações do atacante fica restrito àquelas que estão localizadas mais perto da fronteira, e não é muito importante. A influência das fortificações do defensor estendem-se mais profundamente país a dentro.

3. *O Povo.* Embora por via de regra um único habitante de um teatro de operações não exerça sobre a guerra uma influência mais perceptível do que a de uma gota d'água num rio, a *influência*

coletiva dos habitantes do país está longe de ser desprezível, mesmo quando não estivermos tratando de uma revolta popular. Em casa tudo funciona mais suavemente - pressupondo que a população não esteja totalmente descontente. Nada que as forças devam empregar às custas da sua própria força e do seu próprio esforço, seja importante ou secundário, é feito para o inimigo, exceto sob *force majeure*. O defensor pode obter tudo o que quiser. Pode não lhe ser dado voluntariamente, como o fruto de uma lealdade expontânea. Normalmente isto ocorre devido a uma longa tradição de obediência civil, que é a segunda natureza do cidadão e, também, a ordens do governo e de outros tipos de coação não proveniente dos militares. Mas a colaboração voluntária, nascida de uma verdadeira afinidade, é também de grande valor Ela nunca faltará, principalmente quando não envolverem sacrifícios reais. Deixem-nos citar apenas um exemplo, que é de grande importância para a condução das operações: as informações. Não estamos nos referindo tanto a uma única informação excepcionalmente importante, mas aos inúmeros pequenos conhecimentos obtidos através das atividades diárias do nosso exército. Aqui, a estreita relação existente entre o defensor e a população dão-lhe uma superioridade em geral. A menor patrulha, qualquer piquete, qualquer sentinela, qualquer oficial enviado numa missão, todos têm que procurar os habitantes locais para obter informações sobre os amigos e sobre os inimigos.

Se passarmos destas condições gerais, que sempre se aplicam, para os casos especiais em que a população começa a participar da própria luta armada, até chegarmos ao nível mais elevado, como ocorreu na Espanha, no qual a guerra é travada principalmente pelo povo, compreenderemos que não estamos tratando simplesmente de uma intensificação do apoio popular, mas de uma verdadeira nova fonte de força, o que nos autoriza a dizer que:

4. *Um Povo em Armas*, ou uma guarda nacional, pode ser considerada um meio específico de defesa.

5. Finalmente, os *aliados* de um defensor podem ser mencionados como sendo a sua última fonte de apoio. Não estamos falando do tipo normal de aliado, como o que o agressor também tem, mas daquele tipo que tem *um interesse substancial* em manter a integridade do território do seu aliado. Se analisarmos a comunidade de Estados da Europa nos dias de hoje, não encontraremos um equilíbrio de poder e de esferas de influência sistematicamente ajustado, que não existe e cuja existência tem sido freqüente e justificadamente negada, mas certamente encontraremos a existência de maiores e menores interesses dos Estados e das suas populações intimamente entrelaçados, da maneira mais variada e mais mutável. Cada ponto de interseção une e serve para equilibrar um conjunto de interesses contra o outro. O principal efeito de todos estes pontos é evidentemente dar uma certa coesão ao conjunto. Qualquer

alteração necessariamente enfraquecerá até certo ponto esta coesão. A soma total das relações existentes entre os Estados serve assim para manter a estabilidade do todo, ao invés de promover alterações. Pelo menos esta *tendência* de um modo geral estará presente.

Esta é a maneira, afirmamos, pela qual deveria ser interpretada a idéia de equilíbrio de poder, e este tipo de equilíbrio está fadado a surgir espontaneamente, sempre que diversos países civilizados possuírem relações multilaterais.

Até que ponto essa tendência de existir um interesse comum ajuda a manter as condições existentes é uma outra questão. Alguém certamente poderá imaginar alterações nas relações existentes entre cada Estado que fortaleceriam esse efeito, e outras que o enfraqueceriam. As alterações do primeiro tipo tentam aperfeiçoar o equilíbrio político e, como o seu propósito exprime os do interesse comum, a maioria das partes seria favorável. As do outro tipo, entretanto, são desvios, excessos de atividade de Estados isolados, verdadeiros casos de doença. Não devemos ficar surpresos pelo fato destas doenças ocorrerem numa sociedade constituída de uma maneira indefinida, assim como num grande número de Estados de vários tamanhos: afinal de contas, elas também ocorrem no conjunto orgânico maravilhosamente estruturado de toda a natureza viva.

Pode-se argumentar, evidentemente, que a história oferece exemplos de Estados isolados que realizaram alterações radicais que só beneficiaram a eles próprios, sem que os demais tivessem despendido o menor esforço para impedí-los. Houve casos em que um único Estado conseguiu tornar-se tão poderoso que praticamente poderia dar ordens aos demais. Retrucaríamos que isto não é uma prova contrária à tendência demonstrada por parte dos interesses comuns, de apoiar a ordem existente. Tudo que isto mostra é que naquele momento a tendência não foi suficientemente eficaz. A vontade de atingir um propósito não é a mesma coisa que o movimento, mas isto não significa que ele seja inútil - veja a dinâmica celeste.

Afirmamos, portanto, que um estado de equilíbrio tende a manter intacta a ordem existente - sempre pressupondo que a condição srcinal era de calma e de equilíbrio. Havendo uma perturbação e tendo sido criada uma tensão, certamente é possível que a tendência no sentido do equilíbrio mude de direção e tente ocasionar uma determinada mudança. É da natureza das coisas, entretanto, que esta mudança possa afetar apenas uns poucos Estados, nunca a maioria. A maior parte dos Estados certamente pensará que o interesse coletivo representará e assegurará sempre a sua estabilidade. Assim, é certo também que, ao se defenderem, todos os Estados cujas relações com os demais já não estejam tensas, acharão que possuem mais amigos do que inimigos.

Alguém poderá rir destas reflexões e considerá-las sonhos utópicos, mas fará isto às custas da verdade filosófica. A filosofia nos ensina a reconhecer as relações existentes entre os elementos essenciais e seria de fato temerário deduzir a partir daí as leis universais que regem cada caso em particular, independente de todas as influências fortuitas. Aquelas pessoas, entretanto, que *"nunca são mais do que uma anedota"*, como disse um grande escritor, e que escreveriam toda a história a partir de casos isolados - começando sempre pelo aspecto mais notável, o ponto alto do acontecimento, e só cavando até a profundidade que lhes fosse adequada, nunca chegam aos fatores gerais que regem a questão. Consequentemente, as suas descobertas nunca serão válidas para mais do que um único caso. Na realidade eles considerarão uma filosofia que abranja o curso geral de todos os casos como sendo um mero sonho.

Não fosse por aquele esforço comum no sentido da manutenção do *status quo*, nunca teria sido possível para um número de Estados civilizados coexistir pacificamente durante um período de tempo. Eles estariam fadados a fundirem-se num único Estado. O fato de que a Europa, como a conhecemos, existir há mais de mil anos, só pode ser explicado pela ação destes interesses gerais e, se a segurança coletiva nem sempre foi suficiente para manter a integridade de cada Estado, o fato deve ser atribuído a irregularidades existentes na vida do sistema como um todo, que, ao invés de destruí-lo, foram absorvidas por ele.

Não há necessidade de examinar os inúmeros exemplos em que mudanças que poderiam ter perturbado o equilíbrio de uma maneira demasiadamente grave foram impedidas de ocorrer, ou foram modificadas radicalmente pela reação mais ou menos indissimulada dos outros Estados. A olhada mais de relance que dermos à história irá revelá-los. Um caso, entretanto, deve ser mencionado - um caso que é sempre apresentado por aqueles que ridicularizam a simples idéia do equilíbrio político - porque parece ser um exemplo extremamente pertinente de como um país inofensivo e não agressivo sucumbiu sem que qualquer outro viesse em seu auxílio. Estamos nos referindo à Polônia. O fato de que um Estado de oito milhões de habitantes pudesse desaparecer, dividido entre outros três, sem que nenhum dos demais Estados tivesse recorrido às armas, parecerá à primeira vista ser um caso que prova que o equilíbrio político é ineficaz de uma maneira geral ou, pelo menos, demonstra como ele pode ser ineficaz em determinadas situações. O fato de que um Estado tão grande possa desaparecer e ter se tornado presa de outros, entre os quais estão alguns dos mais poderosos (Rússia e Áustria), parece ser um caso extremo. Se este caso foi incapaz de despertar o interesse comum da comunidade das nações, alguém poderia argumentar que a eficácia deste interesse comum para assegurar a sobrevivência de

Estados isolados é uma ilusão. Insistimos, entretanto, que um único caso, embora notável, não pode invalidar um princípio geral e afirmamos ainda que o desaparecimento da Polônia não é tão estranho quanto parece. Poderia realmente a Polônia ser considerada um Estado europeu, um igual entre iguais na comunidade européia das nações? Ela não poderia: ela era um Estado tártaro. Mas em vez de estar situada no Mar Negro, como os tártaros da Criméia, nas margens da comunidade européia, estava localizada no centro do Vístula. Ao dizer isto não queremos menosprezar os poloneses nem justificar a divisão do seu país. A nossa única preocupação é encarar os fatos. A Polônia não desempenhou realmente um papel político durante mais ou menos um século. Ela foi meramente uma causa de desavenças entre outros Estados. Tendo em vista a sua condição e o tipo de constituição que possuía, não seria possível ela manter a sua independência. Uma mudança radical destas condições típicas dos tártaros poderia ter sido realizada no espaço de cinqüenta a cem anos, desde que seus líderes quisessem fazê-la. Eles, entretanto, eram demasiadamente tártaros para desejar tal mudança. A sua vida pública caótica associou-se à sua irresponsabilidade sem limites e eles foram assim engolidos pelo abismo. Muito tempo depois do país ter sido dividido, os russos estavam fazendo lá o que queriam. A idéia de uma Polônia como um Estado independente, com fronteiras reais, não correspondia mais aos fatos e nada era mais certo do que o fato de que a Polônia teria se tornado uma província russa se não tivesse sido dividida. Se as coisas tivessem ocorrido de outra maneira, se a Polônia tivesse sido um país capaz de se defender, as três potências não teriam se encarregado de dividí-la tão facilmente e as nações mais interessadas em manter a sua independência (França, Suécia e Turquia) teriam sido capazes de colaborar para a sua sobrevivência. Mas é pedir demais quando a integridade de um Estado precisa ser mantida totalmente por outros Estados.

A divisão da Polônia esteve em discussão por mais de um século. Desde então o país perdeu as características de uma nação privada e tornou-se mais parecido com uma rodovia pública, na qual os exércitos estrangeiros podiam se divertir sempre e da maneira que quisessem. Teriam os outros Estados a obrigação de dar um fim a isto? Teriam eles a obrigação de estar constantemente em armas para proteger a inviolabilidade das fronteiras polonesas? Isto teria sido o mesmo que pedir o que era moralmente impossível. Naquela época a Polônia era, politicamente falando, um pouco melhor do que uma estepe desabitada. Aquele campo aberto, localizado no meio de outros Estados, não poderia ser protegido contra as suas invasões, nem poderia a sua integridade política ser garantida por outros. Por estes três motivos não devemos achar a silenciosa extinção da Polônia mais estranha do que a do Estado tártaro da Criméia. Certamente os turcos estavam mais preocupados com a Criméia do que

qualquer Estado europeu estava em salvar a Polônia, mas eles perceberam que seria simplesmente um desperdício de esforços tentar e proteger uma estepe incapaz de resistir.

Voltando ao nosso assunto: acreditamos ter mostrado que, por via de regra, o defensor pode contar mais com uma ajuda externa do que o atacante, e quanto mais a sua sobrevivência interessar aos demais - isto é, quanto mais sólidas e vigorosas forem as suas condições políticas e militares - mais certo poderá estar ele de receber essa ajuda.

Evidentemente os fatores aqui relacionados como sendo os meios reais de defesa não estarão todos disponíveis em todos os casos. Poderá faltar alguns num determinado caso, e alguns em outros, mas todos encontram-se sob o tópico geral de defesa.

CAPÍTULO SETE

A Interação entre o Ataque e a Defesa

Chegou o momento de examinar separadamente o ataque e a defesa, até onde eles podem ser separados. Vamos começar pela defesa, pelas razões a seguir. Embora seja perfeitamente natural, e até

mesmo indispensável, fundamentar os princípios de defesa naqueles que regem o ataque, e vice-versa, deve haver um terceiro aspecto de um deles que sirva como ponto de partida para toda a cadeia de idéias e as torne claras. A nossa primeira questão, portanto, refere-se a este ponto.

Consideremos em tese como tem início a guerra. Essencialmente, o conceito de guerra não começa com o ataque, porque o maior propósito do ataque não é o combate, mas a posse. A idéia de guerra começa com a defesa, que não tem no combate o seu propósito imediato, uma vez que combater e repelir um ataque vêm a ser evidentemente a mesma coisa. A repulsa é dirigida somente contra o ataque, que é portanto um pré-requisito para que ela exista. O ataque, entretanto, não é dirigido contra a defesa, mas no sentido de atingir um propósito diferente - a posse, que não é necessariamente um pré-requisito para a existência da guerra. Assim, é da natureza da questão que o lado que introduz primeiro o elemento da guerra, cujo ponto de vista faz com que existam duas partes em conflito, é também o lado que estabelece as leis iniciais da guerra. Este lado é a *defesa*. O que está em discussão aqui não é um exemplo específico, mas um caso genérico e abstrato que deve ser proposto para que possamos prosseguir com a teoria.

Sabemos agora onde encontrar o ponto fixo que está localizado fora da interação entre o ataque e a defesa: ele reside na defesa.

Se esta afirmativa estiver correta, o defensor deve estabelecer regras básicas para a sua conduta, mesmo se não tiver idéia do que o atacante pretende fazer, e estas regras básicas devem certamente incluir a disposição das suas forças. O atacante, por outro lado, enquanto não souber nada sobre o seu adversário, não terá princípios gerais nos quais basear o emprego das suas forças. Tudo o que ele pode fazer é levar as suas forças com ele - em outras palavras, tomar posse através do seu exército. Na realidade, é isto o que ocorre de fato: porque uma coisa é formar um exército, e outra é empregá-lo. Um agressor pode levar o seu exército com ele para a eventualidade de poder empregá-lo e, embora possa tomar posse de um país através do seu exército, em lugar de fazê-lo através de diplomatas, funcionários e proclamações, ainda não cometeu, rigorosamente falando, um ato de guerra. É o defensor que não só concentra as suas forças mas que as dispõe em estado de prontidão para o combate, quem comete primeiro um ato que realmente encaixa-se no conceito de guerra.

Chegamos agora à segunda questão: qual é, em tese, a natureza das causas latentes que motivam inicialmente a defesa, antes mesmo que tenha sido considerada a possibilidade de ser atacado? Obviamente é o avanço de um inimigo com o propósito de tomar posse, o que tratamos como sendo algo estranho à guerra, mas que constitui a base para as medidas iniciais da atividade militar. Este

avanço pretende impedir a defesa e deve-se, portanto, pensar nele com relação ao país, e é isto que gera as disposições gerais iniciais da defesa. Tendo sido estabelecidas estas disposições, o ataque será dirigido contra elas, e as novas regras básicas de defesa serão baseadas do resultado de um exame dos meios utilizados pelo ataque. Neste ponto torna-se evidente a interação, e os teóricos podem continuar a estudá-la enquanto surgirem novos resultados, e fazer com que o estudo pareça ser digno de mérito.

Esta breve análise foi necessária para dar um pouco mais de clareza e de substância à nossa exposição subsequente. Ela não se destina ao campo de batalha, nem a qualquer futuro General, mas às legiões de teóricos que têm até agora tratado estas questões de uma maneira demasiadamente superficial.

CAPÍTULO OITO

Tipos de Resistência

A essência da defesa reside em repelir um ataque. Isto por sua vez implica em esperar, o que é para nós a principal característica da defesa e também a sua maior vantagem.

Como na guerra a defesa não pode consistir simplesmente numa resistência passiva, a espera também não será absoluta, mas apenas relativa. Em termos de espaço, ela está relacionada ao país, ao teatro de operações ou à posição. Em termos de tempo, à guerra, à campanha ou à batalha. É verdade que estas não são unidades imutáveis, mas sim os pontos principais de determinadas áreas que superpõem-se e fundem-se umas com as outras. Na prática, entretanto, devemos ficar satisfeitos em classificar simplesmente as coisas dentro de determinadas categorias, em vez de separá-las rigorosamente; e aqueles termos, empregados de uma maneira corrente, foram suficientemente bem definidos para servirem como núcleos em torno dos quais outras idéias podem ser convenientemente reunidas.

O defensor de um país, portanto, simplesmente espera o ataque ao seu país, o defensor de um teatro de guerra espera o ataque àquele teatro e o defensor de uma posição espera o ataque àquela posição. Havendo o inimigo atacado, qualquer ação ativa, e portanto mais ou menos ofensiva, realizada pelo defensor não invalida o conceito de defesa, porque a sua característica predominante e a sua principal vantagem, *a espera*, foi estabelecida.

Os conceitos característicos de tempo - guerra, campanha e batalha - são análogos aos de espaço - país, teatro de operações e posição - e, assim, mantém a mesma relação com o nosso assunto.

Deste modo, a defesa é composta de duas partes distintas, a espera e o combate. Ligando a primeira a um propósito definido que antecede o combate, conseguimos fundir as duas formando o todo. Mas uma ação defensiva - principalmente uma realizada em larga escala, como uma campanha ou uma guerra - não consistirá, em termos de tempo, em duas grandes fases, a primeira das quais é simplesmente esperar e a segunda o puro combate. Ela se alternará entre estas duas situações, de modo que a espera poderá correr como um fio contínuo durante todo o período de defesa.

A natureza da questão exige que deva ser atribuída tanta importância à espera. Para dizer a verdade, os teóricos anteriores nunca deram a ela o status de um conceito independente, mas na prática ela sempre serviu como uma regra, embora a maioria dos homens não estivesse conscientemente ciente dela. A espera é uma característica tão fundamental de toda a guerra que dificilmente podemos concebê-la sem esta característica e, por conseguinte, teremos frequentemente a oportunidade de voltar a ela, mostrando os seus efeitos no jogo dinâmico das forças.

Gostaríamos agora de explicar como se desenvolve o princípio da espera ao longo de todo o período de defesa, e como têm srcem as sucessivas etapas da defesa.

Para demonstrar as nossas idéias através de um exemplo mais simples, devemos deixar para mais tarde (até chegarmos ao livro sobre os planos de guerra) a defesa de um país, que é um assunto mais diversificado e mais fortemente influenciado pelas circunstâncias políticas. Por outro lado, a defesa numa posição ou numa batalha é uma questão tática. Somente quando estiver *concluída* é que poderá servir como ponto de partida para a atividade estratégica. Devemos, portanto, tomar a defesa de um *teatro de operações* como sendo a questão que melhor ilustrará as condições da defesa.

Salientamos que tanto a espera como o combate - sendo o último uma resposta e portanto uma reação - são partes essenciais da defesa. Sem a primeira não haveria a defesa, sem a última não haveria a guerra. Esta concepção já levou-nos a afirmar que *a defesa é simplesmente a forma mais vigorosa de guerra, aquela que torna mais certa a derrota do inimigo*. Devemos insistir nesta interpretação - principalmente porque qualquer outra levaria eventualmente ao absurdo, principalmente porque quanto mais intensa e total for esta impressão, mais ela fortalecerá a ação total da defesa.

Seria contrário a esta interpretação falar sobre a reação, o segundo componente necessário da defesa, fazendo uma distinção entre as suas partes e considerando aquela fase que, rigorosamente falando, consiste em repelir o inimigo - do país, do teatro de operações, da posição - como sendo a única parte *necessária,* que ficaria restrita ao que é necessário para atingir aqueles propósitos. A outra fase, a possibilidade de uma reação *que estenda-se para a esfera da verdadeira ofensiva estratégica*, teria então que ser considerada estranha à defesa e incoerente com ela. Esta distinção é basicamente inaceitável: devemos insistir em dizer que a idéia de *retaliação* é fundamental para toda a defesa. Senão, não importa quantos danos a primeira fase da reação, se tivesse sido bem sucedida, pudesse causar ao inimigo, o próprio equilíbrio ainda seria deficiente no que refere-se ao restabelecimento da relação dinâmica entre o ataque e a defesa.

Repetimos então que a defesa é a forma mais vigorosa de guerra, aquela que torna mais certa a derrota do inimigo. É apenas um pormenor saber se uma vitória assim obtida ultrapassa o propósito srcinal da defesa.

Como a defesa está ligada à idéia de espera, o propósito de derrotar o inimigo só seria válido na condição de que houvesse um ataque. Se nenhum ataque estiver prestes a ser desferido, entende-se que a defesa ficaria satisfeita em conseguir manter a sua posição, uma vez que este é o seu propósito, ou melhor, o seu principal propósito, durante o período de espera. A defesa só será capaz de colher os

benefícios da forma mais vigorosa de guerra se estiver disposta a contentar-se com este propósito mais modesto.

Suponhamos que tenha sido determinado a um exército que defenda o seu teatro de operações. Isto pode ser feito das seguintes maneiras:

1. Ele pode atacar o inimigo no momento em que este invadir o seu teatro de operações (Mollwitz, Hohenfriedberg).

2. Ele pode assumir uma posição próximo à fronteira, esperar até que o inimigo apareça e esteja prestes a atacar e, então, atacar primeiro. (Czaslau, Soor, Rossbach). Esta atitude é obviamente mais passiva. Exige um maior período de espera e embora possa-se ganhar pouco, ou nenhum, tempo com o segundo plano em relação ao primeiro, se o inimigo atacar realmente, ainda assim a batalha, que era duvidosa no primeiro caso, será menos duvidosa no segundo, e pode ocorrer que a determinação do inimigo possa não ir tão longe ao ponto de chegar ao ataque. A vantagem da espera tornou-se, portanto, maior.

3. Ele pode esperar, não simplesmente pela decisão do inimigo de atacar - isto é, que ele surja inteiramente à vista da sua posição - mas também pelo ataque propriamente dito (como em Bunzelwitz, para citar um outro exemplo das campanhas do comandante a que estávamos nos referindo).[1] Neste caso, o exército travará uma verdadeira batalha defensiva, mas uma batalha, como dissemos antes, que pode conter ações ofensivas realizadas por alguma parte deste exército. Aqui também, como no caso anterior, o ganho de tempo é insignificante, mas a determinação do inimigo será testada uma vez mais. Muitos exércitos avançaram para o ataque, mas deixaram de atacar no último momento, ou desistiram após a primeira tentativa ao verificar que a posição do inimigo era
forte demais.

[1] Frederico o Grande. Eds.

4. Ele pode retirar-se para o interior do país e resistir de lá. O propósito desta retirada é enfraquecer o atacante a um ponto tal que se possa esperar que ele cesse o seu avanço por conta própria, ou que, pelo menos, fique fraco demais para superar a resistência que finalmente terá que enfrentar.

O exemplo mais simples e mais notável seria o caso em que o defensor fosse capaz de deixar atrás de si uma ou mais fortificações que o atacante tivesse que cercar ou sitiar. É evidente que isto

enfraqueceria as suas forças e proporcionaria uma oportunidade para um ataque a der desferido pelo defensor num ponto em que ele fosse superior.

Mesmo quando não existem estas fortificações, uma retirada destas para o interior pode restabelecer gradualmente para o defensor o equilíbrio ou a superioridade que ele não tinha na fronteira. Num ataque estratégico, todo avanço reduz o poderio do atacante, em parte sob a forma de uma perda absoluta e em parte devido à divisão das suas forças, que torna-se necessária. Analisaremos isto em maiores detalhes juntamente com o ataque. Por ora, partiremos do princípio de que esta afirmativa está correta, uma vez que foi suficientemente demonstrada em guerras passadas.

A principal vantagem do quarto caso reside no tempo que é ganho. Se o inimigo sitia as nossas fortificações, ganhamos tempo até a sua rendição (que é provável, mas que pode levar diversas semanas e, em alguns casos, meses). Se, por outro lado, a sua perda de força, o fim do ímpeto do seu ataque, for causada simplesmente pelo seu avanço e por ter que deixar destacamentos em pontos vitais e, portanto, somente pela distância que percorreu, o tempo ganho normalmente será ainda maior e não estaremos tão fortemente compelidos a agir a qualquer momento determinado.

Quando esta ação tiver sido realizada, não só a força relativa entre o defensor e o atacante terá sido alterada, como o primeiro terá também a seu favor uma maior vantagem da espera. Mesmo que o atacante não tenha sido suficientemente enfraquecido pelo seu avanço a ponto de impedí-lo de atacar a nossa força principal onde ela tiver parado para descansar, poderá faltar-lhe a determinação para fazê-lo. Aqui, esta determinação deve ser mais forte do que teria que ser na fronteira. A razão disto é em parte porque as suas forças estarão reduzidas e não mais descansadas, enquanto que o perigo que enfrentam terá aumentado, e em parte porque os comandantes indecisos esquecerão completamente a necessidade de travar uma batalha, logo que tiver sido obtida a posse da área, ou porque eles realmente acham que ela não é mais necessária, ou porque estão satisfeitos em utilizar este pretexto. O fato de não atacarem não é evidentemente um êxito tão negativo para o defensor quanto teria sido na fronteira, mas o tempo ganho é, contudo, significativo.

Nos quatro casos mencionados, não é necessário dizer que o defensor tem a vantagem do terreno e que o apoio proporcionado por suas fortificações e pela população favorecem a sua ação. A cada etapa sucessiva da defesa estes elementos tornam-se mais significativos, e na quarta são especialmente eficazes para enfraquecer o inimigo. Como as vantagens da espera também aumentam a cada fase, o que ocorre é que cada etapa sucessiva da defesa é mais eficaz do que a anterior, e que esta forma de guerra ganha mais em eficácia quanto mais afastada estiver do ataque. Não temos receio de sermos

acusados por causa disto de acreditar que a forma mais passiva de defesa é a mais vigorosa. Cada etapa sucessiva, longe de ser destinada a enfraquecer o ato de resistência, destina-se simplesmente a *prolongar e a adiar.* Certamente não existe contradição em dizer que alguém é capaz de resistir mais eficazmente numa posição sólida e adequadamente fortificada e que, após o inimigo ter despendido a metade da sua força contra ela, um contra-ataque será muito mais eficaz. Dificilmente Daun teria vencido em Kolin sem a sua posição sólida. Se a perseguição que realizou aos meros 18.000 homens que Frederico foi capaz de levar para o campo tivesse sido mais vigorosa, a sua vitória teria sido uma das mais brilhantes dos anais da guerra.

O que afirmamos é que a cada etapa sucessiva da defesa a preponderância do defensor ou, mais precisamente, o seu contrapeso aumentará e, consequentemente, aumentará o vigor da sua reação.

Podemos dizer que as vantagens provenientes de uma defesa reforçada serão obtidas sem qualquer custo? De maneira alguma: todos os sacrifícios com os quais elas são obtidas aumentarão igualmente.

Sempre que esperamos o inimigo dentro do nosso próprio teatro de operações, não importa quão perto da fronteira possa ser travado o combate decisivo, as forças inimigas entrarão no nosso teatro de operações, o que imporá sacrifícios naquela área. Se nós o tivéssemos atacado primeiro, os danos teriam sido sofridos por ele. Os sacrifícios tendem a aumentar sempre que deixamos de avançar em direção ao inimigo para atacá-lo. A área que ele ocupa e o tempo que ele leva para avançar até a nossa posição continuarão a aumentar estes sacrifícios. Se pretendemos travar uma batalha defensiva, e deste modo deixar a iniciativa e a escolha do momento de agir para o inimigo, existe a possibilidade de que ele possa permanecer na área que domina por um tempo considerável. Assim, o tempo que ganhamos através destes adiamentos da decisão tem que ser recompensado desta maneira. Os sacrifícios tornam-se ainda mais perceptíveis no caso de uma retirada para o interior do país.

No entanto, a redução da força do defensor, que é causada por todos estes sacrifícios, normalmente só afetará as suas forças combatentes mais tarde, não imediatamente. Muitas vezes isto ocorre de uma maneira tão remota que quase não é percebida. Assim, o defensor tenta aumentar a sua força naquele momento, pagando por ela mais tarde - em outras palavras, ele pede emprestado, como qualquer pessoa que precise ter mais do que tem.

Para avaliar os resultados destas diversas formas de resistência, temos que examinar *o propósito do ataque do inimigo*. É obter a posse do nosso teatro de operações, ou pelo menos de uma parte substancial dele, uma vez que o conceito de todo implica pelo menos na maior parte dele, e uma faixa

de algumas milhas de largura raramente possui alguma importância estratégica isolada. Portanto, enquanto o atacante não tiver a posse, enquanto, em outras palavras, o temor da nossa força o tiver impedido de entrar em nosso teatro de operações, ou de procurar atacar a nossa posição, ou tiver feito com que ele evite a batalha que estamos dispostos a travar, os propósitos da devesa terão sido atingidos. Nossas medidas defensivas terão demonstrado que foram bem sucedidas. Evidentemente, este é apenas um êxito negativo, que não resultará diretamente em força suficiente para um verdadeiro contra-ataque, mas poderá fazer isto de uma maneira indireta, gradualmente: o tempo transcorrido é *perdido para o agressor*. Tempo perdido é sempre uma desvantagem que está fadada a enfraquecer de algum modo aquele que o perde.

Assim, nas três primeiras etapas da defesa (em outras palavras, naquelas que têm lugar na fronteira), *a simples ausência de uma decisão constitui um êxito para a defesa.*

Este, entretanto, não é o caso da quarta etapa.

Se o inimigo sitiar as nossas fortificações, devemos ajudá-las no momento oportuno - em outras palavras, cabe a nós tomar uma decisão com relação a realizar uma ação ofensiva.

É isto também o que ocorre quando o inimigo nos perseguiu até o interior, sem sitiar qualquer das nossas fortificações. Embora possamos ter mais tempo e possamos esperar até que o inimigo esteja enfraquecido, permanecerá o pressuposto de que no fim teremos que tomar a iniciativa. Na realidade, o inimigo poderá então ter tomado toda a área que era o objetivo do seu ataque, mas ele a mantém por empréstimo. A tensão continua a existir, e a decisão ainda está por vir. Uma vez que a força do defensor aumenta a cada dia, enquanto que a do atacante diminui, a ausência de uma decisão interessa muito mais ao primeiro, mas se somente devido aos efeitos das perdas globais às quais o defensor está se expondo continuamente o atacante estiver se igualando a ele, o ponto de culminância será necessariamente atingido quando o defensor tiver que tomar uma decisão e agir, quando as vantagens de esperar tiverem sido completamente esgotadas.

Não existe, evidentemente, uma maneira infalível de saber quando foi atingido aquele ponto. Um número muito grande de condições e de circunstâncias pode determiná-lo. Devemos observar, entretanto, que a proximidade do inverno é normalmente o ponto crítico. Se não pudermos impedir que o inimigo passe inverno na área que ele ocupou, podemos também desistir dela e considerá-la perdida. Mesmo assim, existe o exemplo de Torres Vedra para lembrar-nos de que esta não é uma regra universal.

Falando de uma maneira geral, o que é que constitui uma decisão?

Na nossa exposição, partimos sempre do princípio de que a decisão acontece sob a forma de uma batalha, mas não é necessariamente assim. Podemos pensar num grande número de engajamentos travados por forças menores que possam levar a uma alteração na situação, ou porque terminam realmente num banho de sangue, ou porque as suas prováveis consequências forçam a retirada do inimigo.

Nenhum outro tipo de decisão é possível no teatro de operações propriamente dito: isto obedece necessariamente ao conceito de guerra que propusemos. Mesmo quando o exército inimigo é obrigado a retirar-se devido à falta de alimentos, este fator decorre afinal de contas das limitações que as nossas forças lhe impõem. Se o nosso exército não estivesse presente, certamente o inimigo encontraria maneiras de obter à força os alimentos de que necessitasse.

Portanto, mesmo quando a sua ofensiva tiver transcorrido normalmente, quando o inimigo tiver se tornado vítima das difíceis condições do avanço e tiver sido enfraquecido e degradado pela fome, pelas doenças e pela necessidade de destacar tropas, é na realidade apenas o temor das nossas forças combatentes que faz com que ele volte e abandone tudo que conquistou. Apesar disto, existe uma vasta diferença entre esta decisão e uma que tenha sido obtida na fronteira.

Na fronteira, as suas forças serão enfrentadas pelas nossas - somente elas o manterão sob controle, ou causar-lhe-ão algum dano. Mas quando a sua ofensiva estiver terminada, ele estará desgastado, em grande parte devido ao seu próprio esforço. Isto dará um valor completamente diferente às nossas forças, que não são mais o único fator para a decisão, embora possam ser o definitivo. O terreno foi preparado para essa decisão através do esgotamento das forças do inimigo durante o seu avanço, até o ponto em que uma retirada e uma inversão total da situação possa ser causada pela mera possibilidade da nossa reação. Neste caso somos obrigados a ser realistas, a atribuir a decisão às dificuldades da ofensiva. Não seremos capazes evidentemente de encontrar um exemplo em que as forças defensoras não representassem também um fator a ser considerado, mas a bem das considerações de ordem prática, é importante distinguir quais desses dois fatores foi predominante.

À luz destas idéias, pensamos que é lícito dizer que duas decisões e, portanto, dois tipos de reação, são possíveis para o lado defensor, dependendo de saber se o atacante *será destruído pela espada*, ou *pelo seu próprio esforço.*

É evidente que o primeiro tipo de decisão predominará nas três primeiras etapas da defesa, e o segundo tipo na quarta. Na realidade, o último basicamente só pode ocorrer quando a retirada penetrar

profundamente no interior do país. Esta é de fato a única razão que pode explicar uma retirada destas e os grandes sacrifícios que ela acarreta.

Foram identificados agora dois tipos de resistência basicamente diferentes. Existem exemplos na história militar em que eles destacam-se tão clara e distintamente como qualquer conceito abstrato jamais pôde destacar-se na prática. Em 1745 Frederico o Grande atacou os austríacos em Hohenfriedberg, quando eles desciam das montanhas da Silésia - num momento em que a sua força não poderia ter sido exaurida pelo esforço despendido, nem pelo destacamento de tropas. Wellington, por outro lado, permaneceu nas linhas fortificadas de Torres Vedras até que o frio e a fome tivessem deixado o exército de Massena tão esgotado que retirou-se espontaneamente. Neste exemplo, as forças defensoras não tomaram parte no processo propriamente dito de desgastar o inimigo. Em outras situações, quando os dois tipos estiverem estreitamente associados, ainda assim um deles será claramente predominante. Tomemos por exemplo 1812. Naquela famosa campanha foram travados tantos combates ferozes em que, sob situações diferentes, uma decisão absoluta poderia perfeitamente ter sido obtida apenas através da espada. Apesar disto, não há provavelmente qualquer outro caso em que sejam tão claros os indícios de que o invasor tenha sido destruído devido ao seus próprios esforços. Somente cerca de 90.000 dos 300.000 homens que constituíam o núcleo do exército francês chegaram a Moscou. Somente 13.000 haviam sido destacados. As baixas, portanto, chegaram a 197.000, das quais o combate não pode certamente ter sido responsável por mais de um terço.

Todas as campanhas que são conhecidas por procurar ganhar tempo, como aquelas do famoso Fabius Cuntactor, foram planejadas em primeiro lugar para destruir o inimigo, fazendo com que se esgotasse por si mesmo.

De uma maneira geral têm havido muitas campanhas que foram vencidas com base neste princípio, sem que ninguém tivesse dito isto explicitamente. Podemos chegar à verdadeira causa de muitas decisões, simplesmente ignorando as explicações forçadas dos historiadores e, em vez disto, examinando detalhadamente os próprios acontecimentos.

Acreditamos que apresentamos assim adequadamente as considerações que fundamentam a defesa e as suas diversas fases. Salientando estes dois principais meios de resistência, esperamos ter explicado claramente como funciona o princípio da espera através de todo o sistema, e como ele associa-se ao princípio de ação ofensiva, de uma maneira tal que o último pode surgir cedo num caso e tarde em outro. Após o que, consideramos que as vantagens da espera foram tratadas exaustivamente.

Acreditamos que examinamos agora, bem como delimitamos, toda a esfera da defesa. Ainda existem, na realidade, aspectos que são suficientemente importantes para merecerem um capítulo próprio, pontos em que deve basear-se uma série de reflexões e que não devem ser esquecidos: por exemplo, a natureza e a influência das fortificações e dos acampamentos entrincheirados, a defesa de montanhas e de rios, as operações de ataque aos flancos e assim por diante. Trataremos destes aspectos nos capítulos seguintes. Ainda assim, nenhum destes assuntos parece estar fora do âmbito das idéias explicadas acima, mas constituem simplesmente a sua aplicação a locais e situações específicas. A seqüência anterior de idéias foi elaborada a partir do conceito de defesa e da relação existente entre ela e o ataque. Associamos aquelas idéias simples à realidade, e demonstramos assim como partir da realidade e chegar à estas idéias simples e obter uma sólida base analítica. Ao longo do debate não precisaremos, portanto, recorrer a argumentos que são por si mesmos transitórios.

Mas a resistência armada, pela sua diversidade de combinações possíveis, pode alterar tanto o aspecto e mudar tanto o caráter da defesa armada, principalmente nos casos em que não exista um combate propriamente dito mas em que o resultado seja afetado pelo fato de que poderia ter havido um, que somos quase tentados a pensar que é preciso descobrir algum novo princípio efetivo. A grande diferença existente entre uma repulsão feroz realizada numa batalha franca e o efeito de uma teia estratégica que impeça que as coisas cheguem tão longe, nos levarão a imaginar que uma força diferente deva estar atuando - uma conjectura um tanto parecida com aquela dos astrônomos que deduziram que, devido ao enorme intervalo existente entre Marte e Júpiter, deveria existir outros planetas.

Se o atacante encontrar o inimigo numa posição sólida, que ele ache que não pode tomar, ou do outro lado de um rio que ele creia ser intransponível, ou mesmo se ele temer que o inimigo possa pôr em risco o seu abastecimento de alimentos se avançar mais, ainda assim será apenas o poderio das forças do defensor que provocará estes resultados. O que realmente detém a ação do agressor é o temor de ser derrotado pelas forças defensoras, seja através de engajamentos de vulto ou em pontos especialmente importantes, mas não é provável que ele admita isto, pelo menos não abertamente.

Podemos admitir, mesmo quando a decisão tiver sido obtida sem derramamento de sangue, que ela tenha ocorrido, em última análise, devido aos engajamentos que não ocorreram, mas que *simplesmente foram oferecidos*. Neste caso, será argumentado, *o planejamento estratégico* desses engajamentos, e não a decisão tática, deveria ser considerado como sendo o causador da decisão. Além do mais, o planejamento estratégico só deveria predominar nos casos em que a defesa fosse realizada

por algum outro meio que não a força das armas. Admitimos isto, mas isto nos leva exatamente ao que queremos dizer. Na realidade o que estamos dizendo é o seguinte: quando partimos do princípio de que os resultados táticos do engajamento são a *base* de todos os planos estratégicos, é sempre possível, e um grave risco, que o atacante aja baseado nisto. Ele se esforçará acima de tudo para ser taticamente superior de maneira a frustrar o planejamento estratégico do inimigo. Este, portanto, nunca poderá ser considerado como sendo *algo independente*: ele só será válido quando tivermos razão para confiar no êxito tático. Para exemplificar sucintamente o que queremos dizer, lembremo-nos de que um General como Bonaparte podia desafiar os planos estratégicos de todos os seus inimigos porque raramente duvidava do resultado da batalha. Assim, sempre que os estrategistas não esforçaram-se ao máximo para esmagá-lo em combate com forças superiores às suas, sempre que dedicaram-se a tramas mais sutis (e mais frágeis), os seus esquemas foram varridos como teias de aranha. Esquemas daquele tipo teriam sido suficientes para deter um General como Daun, mas teria sido loucura opor-se a Bonaparte e a seu exército da maneira como os prussianos lidaram com Daun e com os austríacos na Guerra dos Sete Anos. Porque? Porque Bonaparte sabia perfeitamente que tudo dependia de resultados táticos e porque ele podia confiar neles, enquanto que a situação de Daun era diferente quanto aos dois aspectos. *É por isto* que achamos desnecessário enfatizar que todo o planejamento estratégico depende apenas do êxito tático e que - seja ou não a solução obtida no campo de batalha - em todos os casos ele é a verdadeira causa fundamental da decisão. Somente quando não precisamos temer o resultado - devido ao caráter do inimigo ou à sua situação, ou porque os exércitos equiparam-se física e psicologicamente ou, na realidade, porque o nosso lado é mais forte - somente então poderemos esperar obter resultados *apenas* das combinações estratégicas.

Quando olhamos para a história da guerra e encontramos um grande número de campanhas nas quais o atacante interrompeu a sua ofensiva sem ter travado uma batalha decisiva, onde consequentemente as combinações estratégicas parecem ter sido eficazes, podemos acreditar que estas combinações tiveram pelo menos um grande poder inerente e que normalmente decidiriam o resultado por si mesmas sempre que não precisássemos pressupor a existência de uma superioridade decisiva da ofensiva nas situações táticas. A nossa resposta aqui deve ser que esta pressuposição também é falsa nas situações que surgem no teatro de operações e que são, portanto, parte da guerra propriamente dita. A razão para a ineficácia da maioria dos ataques reside de uma maneira geral nas condições políticas da guerra.

As condições gerais que dão srcem à guerra, e que formam a sua base natural, determinarão também as suas características. Analisaremos isto mais tarde em maiores detalhes sob o tópico dos planos de guerra. Mas essas condições gerais transformaram a maioria das guerras em escaramuças híbridas, nas quais as hostilidades srcinais tiveram que desviar-se e mudar de direção entre interesses conflitantes, a tal ponto que ficaram muito atenuadas. Isto está fadado a afetar a ofensiva, *o lado positivo do combate*, com uma intensidade especial. Não é surpreendente, portanto, que possamos cessar esse ataque sem fôlego e confuso com o simples estalar de um dedo. Quando a determinação é tão frágil e está paralisada por um grande número de considerações, a ponto de quase deixar de existir, uma simples demonstração de resistência muitas vezes será suficiente.

Podemos ver que em muitos casos a razão pela qual o defensor obteve êxito sem ter que lutar não reside no fato de que ele ocupava muitas posições inexpugnáveis, nem no tamanho das cadeias de montanhas existentes no teatro de operações, nem no largo rio que o atravessava, nem na facilidade com a qual o golpe ameaçado pôde ser detido por uma série de engajamentos bem planejados. A verdadeira razão foi a tibieza da determinação do atacante, que fez com que ele hesitasse e temesse mover-se.

As forças deste tipo, que anulam-se, não podem e não devem ser esquecidas, mas devem ser reconhecidas pelo que são, ao invés de terem os eus efeitos atribuídos a outras causas - aquelas que só interessam a nós aqui. Devemos afirmar enfaticamente que, com relação a isto, a história militar bem pode transformar-se numa mentira crônica e num engano se os críticos deixarem de aplicar as correções exigidas.

Neste ponto examinemos em sua forma mais comum o vasto número de campanhas ofensivas que fracassaram sem que tivesse sido travada uma batalha decisiva.

O agressor marcha para o interior do território inimigo. Ele empurra o inimigo um pouco para trás, mas começa então a ter dúvidas quanto a arriscar-se a travar uma batalha decisiva. Ele para e volta-se para o seu oponente, agindo como se tivesse feito uma conquista e só estivesse interessado em assegurá-la - em resumo, ele age como se fosse um problema do inimigo procurar uma batalha, como se ele próprio estivesse pronto para travá-la a qualquer momento, e assim por diante. Tudo isto são *meros pretextos* que um General utiliza para iludir o seu exército, o seu governo, o mundo em geral e até a si mesmo. A verdade da questão é que ele achou que a posição do inimigo era forte demais. Não estamos falando aqui de um caso em que o agressor tenha deixado de atacar porque uma vitória não teria qualquer utilidade para ele, porque tendo o seu avanço chegado ao fim ele não tinha uma

capacidade de recuperação suficiente para começar um outro. Isto partiria do princípio de que já teria havido um ataque bem sucedido e que esse ataque teria resultado numa verdadeira conquista. Em vez disto, temos em mente um caso em que o agressor ficou atolado no meio de uma conquista pretendida.

Naquele ponto, o atacante esperará que ocorra uma alteração favorável da situação para aproveitá-la. Como regra geral, não existe qualquer razão para esperar essa alteração favorável: o simples fato de que se tenha pretendido realizar um ataque indica que o futuro próximo não promete mais do que o presente. É, portanto, mais uma ilusão. Se, como é comum, a operação for uma operação conjunta, programada para coincidir com outras, os outros exércitos serão então culpados pelos seus fracassos. Para justificar a sua inação ele alegará que o apoio e a cooperação foram inadequados. Falará de obstáculos intransponíveis e procurará encontrar motivos nas situações mais complexas. Assim, ele desperdiçará a sua força não fazendo nada, ou melhor, fazendo muito pouco para obter qualquer coisa menos o fracasso. Enquanto isto, o defensor está ganhando tempo - que é o que ele mais precisa. A estação do ano está acabando e toda a ofensiva termina com a volta do invasor ao seu acampamento de inverno, localizado no seu próprio teatro de operações.

Esta série de falsidades termina passando para a história em lugar da simples e óbvia verdade: que o fracasso foi devido ao *temor das forças inimigas*. Quando os críticos começam a estudar uma campanha deste tipo, tendem a se perder em argumentos e contra-argumentos. Nenhuma resposta convincente será encontrada, porque tudo é suposição e os críticos nunca investigam o suficiente para encontrar a verdade.

Este tipo de embuste não é meramente uma questão de mau hábito, as suas raízes estão na própria natureza da questão. Os contrapesos que enfraquecem a poderosa força da guerra e, especialmente do ataque, estão localizados principalmente nas relações políticas e nas intenções do governo, que são ocultas do resto do mundo, do povo do seu próprio país, do exército e, em alguns casos, até mesmo dos comandantes. Por exemplo, ninguém pode admitir, nem admitirá, que a sua decisão de parar ou de desistir tenha sido motivada pelo temor de que a sua força se esgotasse, ou porque que ele poderia fazer novos inimigos, ou porque os seus próprios aliados poderiam ficar demasiadamente fortes. Este tipo de coisa é mantida em segredo por muito tempo, e possivelmente para sempre. Enquanto isto, deve ser divulgada uma explicação plausível. O General é, portanto, instado, em seu próprio benefício ou em benefício do seu governo, a espalhar uma rede de mentiras. Este treinamento de boxe com um adversário imaginário, que repete-se constantemente na dialética da guerra tem, em tese, se consolidado em sistemas que são evidentemente igualmente enganosos. Somente uma teoria que siga o

simples fio da coesão interna, como tentamos fazer com que a nossa fizesse, pode recuperar a essência das coisas.

Se a história militar for lida com este tipo de ceticismo, uma grande quantidade de verborragia relativa ao ataque e à defesa desmoronará, e a conceituação simples que apresentamos surgirá automaticamente. Acreditamos que ela seja válida para toda a esfera da defesa e que, somente se nos apegarmos firmemente a ela, a confusão dos acontecimentos poderá ser claramente compreendida e conhecida a fundo.

Examinemos agora o emprego destes diversos métodos de defesa.

Todos eles são gradações mais intensas da mesma coisa, cada um deles exigindo maiores sacrifícios por parte do defensor. A escolha de um General, considerando que todas as outras coisas sejam iguais, será em grande parte determinada por este fato. Ele escolherá o método que considerar ser adequado para dar às suas forças o grau de resistência necessário, mas, para evitar perdas desnecessárias, não recuará mais. Devemos admitir, entretanto, que a escolha de diferentes métodos é sempre seriamente restringida por outros fatores importantes que desempenham um papel na defesa e que certamente o exigirão que ele utilize um ou outro método. Uma retirada para o interior exige um amplo espaço, ou então exige condições como as que foram obtidas por Portugal em 1810: um aliado (Inglaterra) forneceu um sólido apoio à sua retaguarda, enquanto outro (Espanha), com o seu vasto território, reduziu em muito o impacto do inimigo. A localização das fortificações - perto da fronteira, ou mais para o interior - pode também decidir a favor ou contra um determinado método. Mais decisiva ainda é a natureza do terreno e do país, bem como o caráter, os costumes e a índole do seu povo. A escolha entre uma batalha ofensiva e uma defensiva pode ser determinada pelos planos do inimigo ou pelas características dos dois exércitos e dos seus Generais. Finalmente, a posse ou a falta de uma posição saliente, ou de uma linha defensiva, pode levar a um método ou a outro. Em resumo, uma simples listagem destes fatores é suficiente para indicar que na defesa eles influenciam mais na escolha do que apenas a força relativa dos dois exércitos. Como já estamos mais familiarizados com os fatores mais importantes sobre os quais falamos aqui apenas ligeiramente, seremos capazes mais adiante de demonstrar com mais detalhes qual a influência que exercem sobre a escolha. Finalmente, suas implicações serão abordadas numa análise abrangente no livro sobre os planos de guerra e os planos de campanha.

Esta influência, entretanto, normalmente só será decisiva se as forças relativas não forem demasiadamente desproporcionais. Quando forem (e portanto na maioria dos casos), a força relativa

prevalecerá. A história das guerras está cheia de provas de que isto realmente ocorreu - bem diferente da cadeia de raciocínio apresentada aqui - *através do processo oculto de apreciação intuitiva*, como quase tudo o que acontece na guerra. Foi o mesmo General, com o mesmo exército, que no mesmo teatro de operações travou a batalha de Hohenfriedberg e que também acampou em Bunzelwitz. Assim, até mesmo Frederico o Grande, que quando entrava em combate era o General que tinha a mentalidade mais ofensiva, foi obrigado a recorrer a uma defesa rigorosa quando a desproporção existente entre as forças tornou-se grande demais. Na realidade, não é fato que Bonaparte, que costumava avançar contra os seus inimigos como um javali feroz, retorceu-se como um animal enjaulado quando a razão entre as forças não era lhe era mais favorável em Agosto e Setembro de 1813, sem tentar um ataque irresponsável contra qualquer dos seus inimigos? E não o encontramos em Leipzig, em Outubro do mesmo ano, quando a disparidade de forças havia atingido o seu máximo, refugiando-se no ângulo formado pelos rios Parthe, Elster e Pleisse, como se estivesse encurralado num quarto com as suas costas contra a parede esperando pelos seus inimigos?

Gostaríamos de acrescentar que este capítulo, mais do que qualquer outro do nosso trabalho, mostra que o nosso propósito não é fornecer novos princípios e métodos de conduzir uma guerra. Em vez disto estamos preocupados em examinar o conteúdo essencial do que já existe há muito tempo e pesquisar os seus elementos básicos.

CAPÍTULO NOVE

A Batalha Defensiva

LIVRO SEIS

Afirmamos no último capítulo que no transcurso da sua defesa o defensor pode travar uma batalha taticamente ofensiva, buscando e atacando o inimigo assim que ele invadir o seu teatro de operações. Alternativamente, ele pode esperar o surgimento do inimigo e então atacá-lo. Neste caso a batalha ainda será ofensiva no sentido tático, embora um tanto modificada em sua forma. Finalmente, ele pode esperar que o inimigo ataque realmente a sua posição e, em seguida, atacar de volta, não somente empregando parte da sua força para deter o inimigo naquele local, mas também atacando-o com o resto. Certamente é possível a existência de diversos graus e etapas, indo gradualmente de um contra-ataque completo até a defesa local. Não podemos entrar aqui numa análise sobre até que ponto isto deveria ir, e sobre qual seria a proporção mais favorável entre os dois elementos para o efeito de obter uma vitória decisiva. Quando este for o propósito, insistimos em afirmar que o elemento ofensivo nunca deverá estar totalmente ausente. E estamos convencidos de que todas as consequências de uma vitória decisiva podem resultar, e resultam, desta fase ofensiva, exatamente como ocorre numa batalha puramente ofensiva.

Como em estratégia o campo de batalha é simplesmente um ponto no espaço, a duração de uma batalha é estrategicamente apenas um momento no tempo e a importância estratégica de uma batalha não reside no seu transcurso, mas no seu resultado e nas suas consequências.

Se fosse verdade que a vitória total pudesse estar relacionada aos elementos ofensivos que estão presentes em toda batalha defensiva, não existiria qualquer diferença estratégica básica entre uma batalha ofensiva e uma batalha defensiva. Esta é na realidade a nossa própria crença, embora as aparências pareçam contradizê-la. Para examinar mais detalhadamente a questão, para esclarecer as nossas idéias e eliminar esta contradição, vamos apresentar sucintamente a nossa idéia de uma batalha defensiva.

O defensor espera pelo ataque em sua posição, tendo escolhido um local adequado e preparado-o, o que significa que ele o reconheceu cuidadosamente, levantou defesas sólidas em alguns dos pontos mais importantes, estabeleceu e realizou comunicações, localizou suas baterias, fortificou algumas povoações, selecionou algumas áreas de reunião protegidas e assim por diante. O poderio da sua frente, cujo acesso é vedado por uma ou mais trincheiras paralelas, por outros obstáculos ou por pontos dominantes fortificados, tornam possível para ele, enquanto as forças estão destruindo-se umas às outras nos pontos em que existe realmente um contato, *infligir pesadas perdas ao inimigo a um pequeno custo para si próprio*, à medida em que o ataque passa por diversas etapas de resistência, até chegar ao centro da posição inimiga. Os pontos de apoio nos quais assentam-se os seus flancos o

protegem contra ataques súbitos vindos de diversas direções. O terreno protegido, no qual o defensor estabeleceu a sua posição, tornará o atacante cauteloso e até mesmo medroso. Isto permitirá que o defensor reduza o movimento geral de retrocesso através de pequenos contra-ataques bem sucedidos, á medida em que a área do combate estreita-se constantemente. Desta maneira o defensor pode observar confiantemente a batalha enquanto ela fumega ante os seus olhos, mas ele sabe que não pode manter a sua frente para sempre, que os seus flancos não são invulneráveis e que ele não pode alterar todo o rumo da batalha através dos contra-ataques bem sucedidos de alguns batalhões ou esquadrões. Ele mantém a sua posição *em profundidade*, pois em cada nível, desde o de divisão até o de batalhão, a sua formação de batalha prevê reservas para enfrentar acontecimentos imprevistos e para reavivar o combate. Uma reserva substancial, entretanto - talvez um quarto ou um terço de toda a sua força - é mantida bem na retaguarda, suficientemente afastada para evitar que sofra quaisquer baixas causadas pelo fogo inimigo e, se possível, suficientemente longe para permanecer afastada de qualquer possibilidade de envolvimento. Esta reserva é destinada a proteger os seus flancos contra qualquer movimento de envolvimento maior e mais amplo e para protegê-lo contra o inesperado. No terço final da batalha, quando o inimigo tiver revelado todo o seu plano e despendido a maior parte das suas forças, o defensor pretende arremessar o grosso das sua forças contra uma parte das forças inimigas, iniciando assim uma pequena batalha ofensiva, utilizando todos os elementos do ataque - assalto, surpresa e movimentos de ataque aos flancos. Todas estas pressões serão exercidas contra o centro de gravidade da batalha enquanto o resultado ainda permanece indefinido, de modo a provocar uma inversão total.

Esta é a evolução normal de uma batalha defensiva como a imaginamos com base nas táticas contemporâneas. Numa batalha destas, o movimento de envolvimento do atacante, destinado a dar uma melhor oportunidade ao seu ataque e a aumentar as proporções da sua vitória, sofre a oposição de um movimento de envolvimento secundário, que tem como objetivo aquela parte das forças inimigas que executou o envolvimento inicial. Este movimento de envolvimento secundário pode ser suficiente para anular o efeito do movimento realizado pelo inimigo, mas não pode ser ampliado de modo a tornar-se um envolvimento semelhante das forças inimigas. Assim, a diferença existente entre as diversas formas de vitória reside sempre no fato de que numa batalha ofensiva o atacante faz o envolvimento e converge para o centro, enquanto que numa batalha defensiva é mais provável que o movimento seja realizado em forma de leque, do centro em direção à periferia.

No campo de batalha, e na primeira etapa da perseguição, devemos reconhecer que um movimento de envolvimento é a forma mais eficaz de manobrar. Isto não se deve à forma do envolvimento em si. Em vez disto, ele só permanece sendo válido quando o envolvimento puder ser levado adiante até o extremo, quando puder restringir seriamente as probabilidades de retirada do inimigo enquanto a batalha ainda estiver em andamento. Esta é exatamente a situação que o contra-ataque ofensivo do defensor destina-se a impedir. Em muitos casos, quando um contra-ataque não for suficiente para obter uma vitória, ainda poderá ser suficiente para proporcionar uma proteção naquela extremidade. De qualquer modo, devemos admitir que numa batalha defensiva o perigo de termos a nossa retaguarda seriamente confinada está sempre presente. Quando isto não puder ser evitado, o impacto da derrota e da primeira etapa da perseguição será agravado.

Normalmente, entretanto, isto só é verdadeiro na primeira etapa da perseguição - isto é, até o anoitecer. No dia seguinte o envolvimento terá atingido o seu limite e, com relação a isto, os dois lados ainda estarão equilibrados.

A principal linha de retirada do defensor pode evidentemente ser perdida. Se isto acontecer, ele estará em desvantagem daí para a frente. Mas o cerco propriamente dito, com poucas exceções, estará no fim, uma vez que destinava-se apenas ao campo de batalha e não pode ir muito além dele.

O que acontecerá, por outro lado, se *o defensor* for o vitorioso? O exército derrotado se fragmentará. Inicialmente isto tornará a retirada mais fácil, mas *no dia seguinte, a reunião de todas as suas partes* tornar-se-á o seu principal propósito. Quando a vitória tiver sido decisiva e o defensor tentar mantê-la vigorosamente, frequentemente a concentração será impossível. A fragmentação de um exército derrotado pode levar assim às mais sérias consequências, que podem terminar, por etapas, numa completa desintegração. Se Bonaparte tivesse vencido a batalha de Leipzig, os exércitos aliados teriam sido isolados uns dos outros e o efeito exercido sobre a sua coesão estratégica teria sido grave. Em Dresden, onde evidentemente Bonaparte não travou uma batalha defensiva, o ataque ainda manteve a forma geométrica que está sendo examinada - do centro em direção à periferia. São bem conhecidas as dificuldades sofridas pelos aliados por terem operado em colunas separadas. Estas dificuldades só terminaram com a vitória no Katzbach, cujas informações a respeito dela fizeram com que Bonaparte voltasse a Dresdem com as Guardas.

A própria batalha de Katzbach é um exemplo. O defensor tomou a ofensiva no último momento possível e, portanto, o seu ataque teve um efeito diferente. As forças francesas foram obrigadas a

separar-se. Diversos dias após a batalha a divisão de Puthod caiu em mãos dos aliados como resultado da vitória.

Concluímos, portanto, que se atacante puder empregar a forma de manobra convergente, que é a lógica para ele, para intensificar a sua vitória, o defensor tem na forma divergente, que é a lógica para ele, uma maneira de tornar a sua vitória mais efetiva do que seria no simples caso de posições paralelas e de operações verticais. Acreditamos que uma das formas vale pelo menos tanto quanto a outra.

Na história das guerra, grandes vitórias foram obtidas menos frequentemente em decorrência de batalhas defensivas do que de batalhas ofensivas, mas isto não prova que as batalhas defensivas tenham basicamente menos probabilidades de serem vitoriosas. Sem dúvida o defensor simplesmente encontra-se em circunstâncias nitidamente diferentes. Na maioria dos casos ele é o beligerante mais fraco - não apenas em números, mas também em termos de toda a sua situação. Normalmente ele não é, ou não acredita que seja, capaz de dar continuidade a uma vitória e fica, portanto, satisfeito em haver repelido o perigo e salvo a honra das suas forças. Não há dúvida de que o defensor pode ser prejudicado pela sua inferioridade numérica e pela sua situação, mas frequentemente o que deveria ser visto como sendo o resultado da necessidade tem sido interpretado como sendo o resultado da própria defesa. Desta maneira absurda, tornou-se uma pressuposição básica que as batalhas defensivas destinam-se meramente a repelir o inimigo e não a destruí-lo. Consideramos isto um erro danoso, na realidade uma confusão entre a forma e a substância. Insistimos em afirmar de maneira inequívoca que a forma de guerra que chamamos de defesa não só oferece uma maior probabilidade de vitória do que o ataque, como também que as suas vitórias podem alcançar as mesmas proporções e obter os mesmos resultados. Além do mais, isto não se aplica apenas ao *êxito conjunto* de todos os engajamentos que compõem uma campanha, mas a *cada batalha isolada*, desde que não falte força e determinação.

CAPÍTULO DEZ

Fortificações

Antigamente, antes dos dias dos grandes exércitos permanentes, as fortificações - castelos e cidades muradas - existiam simplesmente para a proteção dos seus habitantes. Um nobre que estivesse sendo fortemente pressionado por todos os lados fugia para o seu castelo para ganhar tempo e esperar por uma melhora dos acontecimentos. Através das suas fortificações as cidades procuravam evitar as nuvens tempestuosas da guerra.

Estas finalidades simples e essenciais das fortificações não continuaram sendo as únicas. A relação que uma fortificação mantinha com o país como um todo e com as tropas que lutavam através dos campos logo teve a sua importância aumentada. A sua importância era sentida além das suas muralhas. Ela contribuía para a conquista ou para a manutenção da posse do país, para o bom ou para o mau resultado de toda a contenda e tendia a dar, portanto, uma maior coerência à própria guerra. Desta maneira, as fortificações adquiriram uma importância estratégica que foi considerada durante algum tempo tão importante que formavam a base dos planos estratégicos, que estavam mais interessados em tomar umas poucas fortificações do que em destruir os exércitos do inimigo. As pessoas examinavam a srcem desta importância, a relação existente entre um ponto fortificado e os seus arredores e o exército, e acreditavam que nenhum cuidado, criatividade e pensamento teórico poderiam ser grandes demais quando tratava-se de escolher os pontos a serem fortificados. Estas abstrações tenderam a ocultar totalmente as finalidades srcinais e, finalmente, alguém concebeu a idéia de fortificações sem cidades e sem habitantes.

Mas já foi-se o tempo em que meros muralhas e fortificações, sem quaisquer outros recursos militares, protegiam uma localidade contra uma torrente de guerra que inundava todo o país. Isto costumava ser possível, em parte devido aos pequenos Estados nos quais dividiam-se as nações, e em parte devido à natureza periódica que caracterizava então as invasões. A sua duração costumava ser limitada como as estações do ano, seja porque os recrutas feudais corriam para casa, ou porque o dinheiro com o qual eram pagos os *condottieri* normalmente acabava. Como os grandes exércitos permanentes eliminavam mecanicamente com a sua poderosa artilharia a resistência de pontos fortificados isolados, nenhuma cidade ou pequeno município estava disposto a arriscar a sua força só para ser tomado poucas semanas ou meses depois, e receber então um tratamento mais severo. Interessava ainda menos ao exército ser dividido num grande número de pequenas guarnições fortificadas. Embora isto pudesse retardar o avanço do inimigo, terminaria indubitavelmente com a fortificação sendo tomada. Deve ser sempre deixada alguma força para enfrentar o inimigo em

combate, nas mesmas condições, a menos que se possa contar com a chegada de um aliado que libertará a fortificação e o exército. Como resultado, o número de fortificações teve que ser drasticamente reduzido. Isto por sua vez fez com que descartássemos a idéia de empregar fortificações para a proteção imediata da população e das propriedades existentes na cidade, e levou-nos à idéia de tratar as fortificações como constituindo uma *proteção indireta* ao país, através do seu valor estratégico, como os nós que mantém junta a rede da estratégia.

Esta tem sido a evolução das idéias, não só nos livros mas também na prática - embora os livros as tenham evidentemente ampliado ao máximo, como sempre fazem.

Embora este fosse o caminho certo a seguir, as idéias foram levadas longe demais: os artifícios e a fantasia amontoavam-se no núcleo saudável das necessidades naturais e importantes. Só analisaremos estas exigências ao listar as finalidades e as condições das fortificações, indo do simples para o complexo. O próximo capítulo mostrará as deduções relativas à localização e à quantidade de fortificações que podem ser extraídas das suas finalidades.

Evidentemente a eficácia de uma fortificação é composta de dois elementos distintos, um ativo e o outro passivo. O primeiro surge na proteção que uma fortificação dá à área e a tudo que encontra-se nela. Através do segundo, ela exerce uma certa influência sobre a zona rural localizada além do alcance da sua artilharia.

O elemento ativo reside na capacidade que tem a guarnição de atacar um inimigo que se aproxime. Quanto maior for a guarnição, maiores serão as unidades que poderão ser enviadas com esta finalidade e, de um modo geral, quanto maiores forem elas, mais longe poderão ser enviadas. Ocorre que a esfera de influência ativa de uma grande fortificação, comparada a de uma pequena, não só é mais forte como também maior. Por sua vez, o próprio elemento ativo consiste, por assim dizer, em dois elementos adicionais: as operações realizadas pela própria guarnição e as realizadas por forças independentes, grandes ou pequenas, que são mantidas em contato com ela. De fato, as forças que sozinhas seriam demasiadamente fracas em face do inimigo, podem permanecer no campo e controlar a área até um certo ponto, se estiverem certas de que podem refugiar-se no interior dos muros, como último recurso.

As operações que a guarnição de uma fortificação pode arriscar-se a realizar são sempre bastante restritas. Mesmo no caso de grandes fortificações e de guarnições numerosas, as unidades que podem fazer uma investida não são significativas se comparadas às forças que estão no campo, e o alcance médio das suas operações raramente é maior do que a distância equivalente a umas poucas marchas. As

pequenas fortificações só podem enviar pequenos destacamentos, e estes só podem afetar os povoados mais próximos. Os grupos independentes, entretanto - tropas que não façam parte da guarnição e que portanto não tenham necessariamente que recorrer às fortificações - estão muito menos restritos. Nas condições adequadas podem ampliar significativamente a esfera de influência ativa de uma fortificação. Quando, portanto, falamos sobre a verdadeira eficácia das fortificações de um modo geral, esta é a parte que devemos ter especialmente em mente.

Apesar disto, por menor que possa ser a influência ativa da menor das guarnições, ela ainda é essencial para todas as atribuições que uma fortificação deve exercer. Rigorosamente falando, não se pode imaginar, apesar de tudo, nem mesmo as atribuições mais passivas de uma fortificação, a defesa contra um ataque, sem que haja este elemento ativo. É perfeitamente evidente, entretanto, que dentre as várias maneiras pelas quais uma fortificação pode ser importante - sejam intrínsecas ou dependentes das circunstâncias do momento - algumas tenderão a envolver os efeitos mais passivos, e outras os mais ativos. Algumas vezes pode-se dizer que a importância de uma fortificação é simples, e neste caso a sua eficácia é direta. Algumas vezes é complexa, e a sua eficácia será mais ou menos indireta. Avançaremos da primeira para a última. Afirmemos inicialmente, entretanto, que qualquer fortificação pode ser evidentemente importante de diversas maneiras, ou até mesmo de todas as maneiras listadas, simultaneamente ou, de qualquer modo, em momentos diferentes.

Afirmamos que as fortificações constituem o primeiro e o principal apoio da defesa, das seguintes maneiras:

1. Como *depósitos seguros*. Durante uma ofensiva, o atacante vive sem poder fazer grandes previsões. O defensor, de um modo geral, tem que realizar os seus preparativos com grande antecedência e não pode, portanto, viver somente às expensas do território que ocupa - que de qualquer maneira ele certamente pouparia. Consequentemente, ele tem uma grande necessidade de depósitos. À medida em que o atacante avança, deixa para trás os seus suprimentos e assim os protege. Os suprimentos da defesa encontram-se no meio da zona de operações. A menos que estes suprimentos estejam armazenados em *locais fortificados*, as operações no campo sofrerão intensamente. Muitas vezes têm que ser estabelecidas posições extremamente avantajadas e inconvenientes, unicamente com a finalidade de protegê-los.

Sem fortificações um exército que esteja na defensiva estará vulnerável em todos os lugares. Será um corpo sem armadura.

2. Como *uma proteção para cidades grandes e prósperas*. Esta função está estreitamente relacionada à primeira, porque as cidades grandes e prósperas, principalmente as comerciais, são as fontes naturais de suprimentos de um exército, que será diretamente afetado, portanto, pela sua posse ou pela sua perda. Além disto, sempre vale a pena realizar um esforço para manter a posse deste componente dos bens nacionais, em parte devido a tudo que pode ser extraído indiretamente dele, e em parte porque uma cidade importante pesa significativamente na balança quando chega o momento de negociar a paz.

Recentemente esta função das fortificações tem sido subestimada. Apesar disto, está entre as mais óbvias, altamente eficazes e menos sujeitas a serem mal utilizadas. Imaginem uma região em que não apenas a cidade grande e próspera, mas todas de algum tamanho, sejam fortificadas e defendidas pelos seus cidadãos e pelos fazendeiros das áreas próximas. A velocidade das operações militares seria tão reduzida, e tanto peso seria colocado na balança pelos habitantes que a estiverem defendendo, que a competência e a determinação do comandante inimigo seria reduzida quase que à insignificância. Só mencionamos este padrão ideal de fortificação para fazer justiça e este papel especial de uma cidadela, e para assegurar que o valor da proteção *direta* que ela proporciona não será ignorado nem mesmo por um só momento. Esta imagem mental, a propósito, não afetará o nosso exame, porque entre tantas cidades, alguma sempre será mais intensamente fortificada do que outras, e são estas que devem ser sempre consideradas o verdadeiro apoio das forças armadas.

Estas duas primeiras funções envolvem quase que exclusivamente as finalidades passivas das fortificações.

3. Como *verdadeiras barreiras*. Estas fortificações bloqueiam as estradas e, também, na maioria dos casos, os rios nos quais estão localizadas.

Não é tão fácil como se poderia pensar encontrar um desvio utilizável para contornar a fortificação. Ele não só deve estar fora do alcance da artilharia, como também mais ou menos além do alcance de possíveis investidas. Isto pode ser de grande importância se a estrada for utilizada repetidamente.

É perfeitamente evidente até que ponto um bloqueio do tráfego fluvial afeta as operações.

4. Como *pontos táticos de apoio*. O alcance de fogo de uma fortificação que não seja totalmente insignificante tem normalmente um diâmetro de várias milhas e, de qualquer modo, a eficácia da sua ofensiva vai ainda mais longe. As fortificações devem ser consideradas, portanto, os ponto de apoio mais favoráveis para os flancos de uma posição. Um lago que tenha uma extensão de várias milhas

pode ter valor como um ponto de apoio, mas pode-se fazer mais com uma fortificação de tamanho moderado. O flanco nunca precisa ficar perto: o atacante não pode entrar na área entre os dois, pois não teria uma linha de retirada.

5. Como um *ponto parada*. Quando as fortificações estiverem localizadas ao longo das linhas de comunicação do defensor, como estão na maioria dos casos, são locais de parada convenientes para o tráfego que desloca-se para cima e para baixo ao longo destas linhas. O perigo a que estão expostas as linhas de comunicação provém principalmente dos ataques periódicos realizados de surpresa por guerrilheiros. Se um comboio importante estiver sendo ameaçado por este tipo de ação e puder chegar à fortificação aumentando a sua velocidade, ou voltando para trás, ele estará seguro e poderá esperar até que a estrada esteja livre. Uma fortificação também dá a todas as tropas em trânsito uma oportunidade de descansar por um dia ou dois e assim completar a sua marcha em melhores condições. Como os dias de descanso são aqueles que oferecem maior perigo às tropas, uma fortificação que esteja situada no ponto intermediário de uma linha de comunicação com 150 milhas de extensão, num certo sentido a cortará ao meio.

6. Como um *refúgio para unidades fracas ou derrotadas*. Sob a proteção dos canhões de uma fortificação de tamanho razoável, as tropas estarão seguras contra ações inimigas, mesmo sem dispor de um acampamento especialmente entrincheirado. Com toda certeza, uma unidade que desejar permanecer ali terá que desistir da idéia de retirar-se ainda mais, mas há ocasiões em que isto não é uma grande perda - quando uma retirada prolongada só terminaria numa completa destruição.

Em muitos casos, entretanto, uma fortificação pode oferecer um descanso de alguns dias sem que a retirada tenha que ser abandonada. Ela serve como um refúgio, principalmente para os feridos leves, os desgarrados e assim por diante, que apressaram-se e chegaram antes do exército derrotado: um lugar para esperarem até que possam reunir-se às suas unidades.

Se Magdeburg estivesse localizada diretamente sobre a linha da retirada prussiana de 1806, e se aquela linha já não tivesse sido perdida em Auerstadt, o exército poderia facilmente ter parado ali por três ou quatro dias, aproveitando o tempo para reagrupar-se e entrar novamente em forma. Mesmo sob as circunstâncias que ocorreram, Magdeburg serviu como um ponto de reunião para o que restou do corpo de exército de Hohenlohe. Foi somente ali que aquele corpo reassumiu uma forma perceptível.

Só a verdadeira experiência de guerra permitirá que alguém compreenda a influência estabilizadora que uma fortaleza próxima exerce em condições adversas. Lá, podemos encontrar uma quantidade de armas e de pólvora, forragem e pão, abrigo para os doentes, segurança para os que estão

em boas condições e conforto para os que estão tomados pelo pânico. Uma fortificação é um oásis no deserto.

É óbvio que as quatro últimas funções começam a envolver a influência ativa da fortificação numa intensidade um tanto maior.

7. Como *um verdadeiro escudo contra ataques inimigos*. As fortificações que protegem uma linha defensiva podem ser comparadas a blocos de gelo no caminho do fluxo de um rio. O inimigo deve investir contra elas e, se as guarnições fizerem o melhor que podem, isto exigirá o dobro do número de homens que as guarnecem. Além disto, entretanto, uma guarnição pode e deve ser constituída de soldados que, não fosse pela fortificação, nunca poderiam estar no serviço ativo: uma milícia mal adestrada, convalescentes, civis armados, guarda nacional, etc. Num caso destes, o sacrifício que exigido ao inimigo é quatro vezes maior do que o que é exigido ao nosso lado.

Esta debilitação descomunal da força do inimigo é o primeiro e grande mérito de uma fortificação que resiste contra um sítio, mas há outros. Tendo um atacante rompido a linha do defensor da fortificação, ele fica com muito menos liberdade de movimentos: as suas linhas de possível retirada ficam restritas e ele deve atender constantemente à necessidade de prover uma proteção direta a qualquer operação de sítio que realize.

Com isto, as fortificações começam a desempenhar um papel importante e decisivo na condução da defesa. Este deve ser considerado o papel primordial que uma fortificação pode desempenhar.

Este emprego das fortificações, entretanto, longe de estar sendo utilizado com regularidade, é comparativamente raro. A razão está na natureza da maioria das guerras. Para muitas, num certo sentido ele é um método de emprego excessivamente drástico e decisivo demais, como explicaremos mais tarde em detalhes.

O papel de uma fortificação envolve principalmente o seu poder ofensivo. Pelo menos é isto que produz a sua eficácia. Se uma fortificação fosse meramente um ponto que o atacante fosse incapaz de ocupar, ela seria evidentemente um obstáculo para ele, mas nunca o suficiente para fazê-lo sentir que tem que sitiá-la. Ele não pode, entretanto, deixar nas suas costas seis, oito ou dez mil homens para fazer o que quiserem. Deve portanto investir contra o local com a força adequada. Para não ser obrigado a fazer isto repetidamente, deve atacar a fortificação e tomá-la. Tendo começado a operação de sítio, é o seu papel primordialmente passivo que entra em cena.

Cada uma das funções anteriores das fortificações é extremamente direta quanto à ação e simples quanto à sua forma. As duas finalidades a seguir, por outro lado, são mais complexas quanto ao seu efeito.

8. Como *proteção para campos extensos*. Para uma fortificação de tamanho moderado, proteger uma área de alojamentos com 15 a 20 milhas de largura, localizada atrás dela, é simplesmente a razão de ser da sua existência, mas se este tipo de lugar - como nos mostra frequentemente a história militar - tiver sido privilegiado com a tarefa de proteger uma linha de alojamentos estendendo-se por 75 a 100 milhas, é necessário fazer um esclarecimento, bem como um comentário especial sobre os casos em que isto era meramente uma ilusão.

Os seguintes aspectos devem ser considerados:

1. A própria fortificação deve bloquear uma das estradas principais e proteger eficazmente uma extensão de 15 a 20 milhas.
2. Ela deve ser considerada um posto avançado excepcionalmente forte, ou oferecer uma visão total da área rural, ampliada pela inteligência secreta obtida através do tráfego normal entre uma cidade importante e a área adjacente. É de se esperar que num lugar com seis, oito ou dez mil habitantes, haja mais notícias disponíveis nas quais um posto avançado comum possa basear-se do que num simples povoado.
3. É uma fonte de apoio para pequenas unidades, que lá podem encontrar segurança e proteção. De tempos em tempos elas podem fazer uma investida contra o inimigo, coletar inteligência ou atacar a sua retaguarda, se por acaso passar por perto dela. Em suma, portanto, embora uma fortificação não seja móvel, pode ter até certo ponto o efeito de um corpo avançado (Livro Cinco, Capítulo Oito).
4. Após haver reunido as suas tropas, o defensor deve ser capaz de assumir a sua posição, imediatamente na retaguarda da fortificação. O atacante não será portanto capaz de alcançá-lo sem que a fortificação represente um perigo para a sua própria retaguarda.

Evidentemente, qualquer ataque a uma linha de alojamentos deve ser considerado ele próprio uma surpresa, ou melhor, este é o único aspecto que nos interessa aqui. Um ataque de surpresa obviamente fará efeito mais rapidamente do que uma grande ofensiva contra um teatro de operações. Neste último caso, evidentemente, se tivermos que contornar uma fortificação, não temos escolha a não cercá-la e mantê-la sob controle, mas num ataque de surpresa a uma linha de alojamentos isto não é

necessário, e uma fortificação não nos causará o mesmo grau de dificuldades. Isto certamente é verdadeiro. Além disto, uma fortificação não pode proteger diretamente os flancos de uma linha de alojamentos a trinta ou quarenta milhas de distância. Por outro lado, um ataque de surpresa deste tipo não visa apenas uns poucos alojamentos. Mais tarde, no livro sobre o ataque, seremos capazes de explicar mais detalhadamente o que este ataque realmente visa e qual pode ser o resultado esperado.

Isto, entretanto, pode ser dito logo: os seus resultados mais importantes não advirão do verdadeiro ataque contra alojamentos isolados, mas dos engajamentos que ele obrigará as unidades isoladas e despreparadas a travar, unidades que estão muito menos interessadas em lutar do que em chegar apressadamente ao seu destino. Este tipo de ataque e de perseguição, entretanto, deve ser sempre dirigido mais ou menos contra o centro dos alojamentos do inimigo. Se houver uma fortificação importante em frente a este centro, ela representará um sério obstáculo ao atacante.

Reafirmamos que o efeito conjunto destes quatro pontos constitui uma prova de que uma grande fortificação pode proporcionar, de qualquer modo, um certo grau de proteção direta e indireta a uma área de alojamentos muito maior do que se poderia supor à primeira vista. Dizemos “um certo grau de proteção” porque todos estes efeitos indiretos juntos não fazem com que o avanço do inimigo seja impossível. Eles apenas fazem com que seja mais difícil e mais perigoso - em outras palavras, menos provável e menos perigoso para o defensor. Na realidade, isto é tudo que pede-se à fortificação, e tudo que o termo subentende com relação a este aspecto. Uma proteção real e direta deve ser proporcionada pelos postos avançados e pela maneira como são dispostos os alojamentos.

Faz um certo sentido, portanto, considerar uma grande fortificação como sendo uma fonte de proteção para uma área de alojamentos amplamente dispersa, localizada em sua retaguarda, mas não há como negar, também, que alguém possa encontrar expressões vazias e opiniões sofistas sobre a questão

nos planos de guerra reais, e ainda mais frequentemente nas histórias militares. Afinal de contas, se este grau de proteção é apenas o resultado de uma combinação de diversas circunstâncias, e portanto não faz mais do que reduzir o perigo, podemos ver que em casos isolados a proteção pode tornar-se totalmente irreal - devido a circunstâncias incomuns, ou, mais provavelmente, devido à ousadia do atacante. Em tempo de guerra, portanto, nunca devemos considerar certo que uma determinada fortificação vá produzir um determinado efeito. A questão exige um estudo minucioso para cada caso.

9. Como *proteção a uma região desocupada*. Se uma região for deixada desocupada, ou ocupada apenas por uma força insignificante, e ao mesmo tempo ficar mais ou menos exposta a ataques inimigos, uma fortificação razoavelmente importante localizada na área poderá ser considerada como

sendo a sua proteção, ou até mesmo a sua segurança. Ela certamente poderá ser considerada uma proteção porque o inimigo não poderá exercer o domínio da região até que tenha tomado a fortificação, o que dará tempo ao defensor para vir em sua ajuda. A verdadeira proteção, contudo, só poderá ser classificada como indireta, ou *simbólica*, uma vez que somente a eficácia ativa da fortificação poderá manter os atacantes inimigos sob controle. Se esta eficácia estiver limitada à sua guarnição, o resultado dificilmente será perceptível: normalmente as guarnições destas fortificações são fracas - somente infantaria e não da melhor qualidade. A idéia de proteção terá mais consistência se a fortificação estiver em contato com pequenas unidades que a utilizam como base e para apoio.

10. Como *o ponto focal de uma rebelião geral*. Numa guerra de guerrilha, certamente as provisões, armas e munição não são fornecidas de maneira regular. Na realidade, é da própria natureza daquele tipo de guerra que deve-se sobreviver da melhor maneira que se puder e descobrir, assim, inúmeras pequenas fontes de resistência que de outro modo continuariam indisponíveis. Apesar disto, uma fortificação importante, abastecida com grandes quantidades de suprimentos, pode obviamente intensificar todo o movimento de resistência, dar-lhe uma grande solidez e levar a uma maior coesão e a melhores resultados.

Além disto, a fortificação serve como refúgio para os feridos, como sede de autoridades civis e tesouraria, bem como ponto de reunião para operações maiores, e assim por diante. Acima de tudo, ela será o ponto focal para a resistência. Durante uma operação de sítio, as forças do inimigo serão colocadas numa situação que facilita e favorece os ataques realizados por guerrilheiros locais.

11. Como *uma defesa de rios e de áreas montanhosas*. Em nenhum outro lugar uma fortificação atende a tantas finalidades ou desempenha tantos papéis como quando está localizada num grande rio. Aqui ela pode garantir uma travessia segura a qualquer momento, impedir que o inimigo atravesse dentro de um raio de várias milhas, dominar o tráfego fluvial, dar proteção a navios, fechar estradas e pontes e tornar possível defender indiretamente o rio - isto é, assumindo uma posição na margem em que encontra-se o inimigo. É evidente que esta influência versátil facilita significativamente a defesa de um rio e deve ser considerada como sendo um dos seus elementos essenciais.

Numa região montanhosa, as fortificações têm uma importância semelhante.

Lá elas podem abrir ou fechar toda uma rede de estradas que convergem para elas e, consequentemente, dominar toda a região às quais as estradas dão acesso. Assim, servem como verdadeiros contrafortes para todo o seu sistema defensivo.

CAPÍTULO ONZE

Fortificações - Continuação

Tendo examinado as funções desempenhadas pelas fortificações, analisemos agora a sua localização. À primeira vista a questão parece ser extremamente complexa, tendo em vista a grande

diversidade de fatores determinantes, cada um dos quais é alterado pela sua localização. Mas esta preocupação é infundada se pudermos ater-nos ao que é essencial à questão e nos precavermos contra sutilezas desnecessárias.

Será evidente que todos os requisitos poderão ser simultaneamente atendidos se todas as cidades maiores e mais ricas existentes na área do teatro de operações forem fortificadas - aquelas que ficam nas principais rodovias que ligam os dois países e, principalmente, aquelas localizadas em portos e golfos, em grandes rios e nas montanhas. As cidades e as estradas importantes estão sempre juntas, e as duas possuem uma afinidade natural com os grandes rios e com o litoral. Estes quatro requisitos coexistirão facilmente e, portanto, não causarão qualquer conflito. As montanhas são uma outra questão. Lá, raramente encontramos cidades importantes. Portanto, se a localização e a direção de uma cadeia de montanhas constituírem uma linha de defesa adequada, será necessário bloquear as suas estradas e desfiladeiros com pequenos fortes especialmente construídos com esta finalidade e com o menor custo possível. As fortificações grandes e elaboradas devem ser reservadas para as grandes cidades na planície.

Até aqui não demos atenção às fronteiras, e nada dissemos com relação ao padrão geométrico da linha de fortificações como um todo, nem mencionamos quaisquer outros aspectos geográficos da sua localização. Na nossa opinião, os requisitos já mencionados são os essenciais e em muitos casos, principalmente no de pequenos Estados, serão suficientes. Estes são, entretanto, casos em que outros fatores determinantes são permitidos e até mesmo necessários. Isto é verdadeiro para países que estendem-se sobre uma grande área e que contém muitas cidades e estradas importantes, ou, por outro lado, que são totalmente desprovidos delas; os países ricos que desejam ter mais fortificações do que as muitas que já possuem, ou, inversamente, os que são muito pobres e que são obrigados a fazer o melhor que puderem com muito poucas. Em suma, onde o número de fortificações for desproporcional ao de estradas e cidades, sendo significativamente maior ou menor. Analisemos brevemente estes fatores adicionais.

A principal questão que permanece é a seguinte:

1. A escolha de uma estrada principal, onde existam mais estradas ligando os dois países do que a quantidade que queremos fortificar.
2. Se as fortificações devem ser localizadas apenas na fronteira ou distribuídas por todo o país.

3. Se devem ser distribuídas uniformemente ou em grupos.
4. As características geográficas da área que devam ser levadas em conta.

Diversos outros pontos podem advir do padrão geométrico de uma linha de fortificações. Deverão elas ser colocados numa ou em várias filas? Em outras palavras, serão elas mais eficazes se colocadas uma atrás da outra, ou lado a lado? Deverão elas ser dispostas como num tabuleiro de xadrez, ou seria melhor colocá-las ao longo de uma linha reta com saliências e reentrâncias, como nas fortificações isoladas? Na nossa opinião, todas estas perguntas são puro sofisma, considerações tão banais que nem merecem ser mencionadas quando estão sendo analisadas outras mais importantes. O único motivo pelo qual as mencionamos é que elas não são as únicas citadas em tantos livros, mas lhes é atribuído um valor muito maior do que merecem questões tão banais.

Para esclarecer a primeira pergunta, vamos nos lembrar da relação existente entre o sul da Alemanha e a França - em outras palavras, o alto Reno. Se pensarmos nesta área como um todo, para ser fortificada segundo normas estratégicas sem levar em consideração cada Estado que a constitui encontraremos um grande problema, porque existem muitas estradas bem feitas que vão do Reno para a Francônia, Bavária e Áustria. Na realidade, não há falta de grandes cidades, tais como Nuremberg, Wurzburg, Ulm, Augsburg e Munique, mas se você não pode fortificar todas elas, tem que fazer uma escolha. Além disto, embora em nossa opinião seja mais importante fortificar as cidades maiores e mais ricas, não se pode negar que Nuremberg e Munique, estando tão afastadas uma da outra, terão valores estratégicos significativamente diferentes. Alguém pode, portanto, cogitar da questão de saber se em vez de Nuremberg não dever-se-ia fortificar um segundo lugar, mesmo que seja de menor importância, nas proximidades de Munique.

A decisão neste caso - em outras palavras, a resposta à primeira pergunta - deve estar relacionada ao que analisamos nos capítulos sobre os planos defensivos em geral e sobre a escolha dos objetivos para um ataque. Os pontos que encontram-se sob perigo iminente de ataque são aqueles que têm que ser fortificados.

Assim, se existirem várias estradas que vêm do território inimigo para a nossa cidade, devemos de preferência fortificar a estrada que leva diretamente ao coração do nosso país, ou, além desta, aquela que oferece as maiores vantagens ao inimigo em termos de áreas férteis, um rio navegável e assim por diante. Podemos então ter certeza de que ou o inimigo investirá contra as nossas fortificações, ou, se

ele preferir contorná-las, devemos dispor dos meios necessários para executar uma operação lógica e vantajosa de envolver o seu flanco.

Viena é o coração da Alemanha Meridional, e Munique ou Augsburg seriam evidentemente locais melhores para a principal fortificação do que Nuremberg ou Wurzburg, mesmo apenas contra a França - partindo do pressuposto de que a Suíça e a Itália sejam neutras. Isto torna-se ainda mais evidente quando estudamos as estradas que vêm da Itália e vão para a Suíça através do Tirol. Para estas, Munique e Augsburg ainda têm algum valor, enquanto que Wurzburg e Nuremberg poderiam perfeitamente não existir com relação a isto.

Passemos agora à segunda pergunta, se as fortificações deveriam ser localizadas apenas na fronteira ou distribuídas por todo o país. Para começar, deve ser observado que esta é uma questão acadêmica para países pequenos nos quais a fronteira, do ponto de vista estratégico, estende-se consideravelmente ao longo de toda a área. Quanto maior for o Estado envolvido, mais evidente será a necessidade de levantar esta questão.

A resposta óbvia é que o local para as fortificações é a fronteira. Elas existem para proteger o país e o país estará protegido se as suas fronteiras o estiverem. Esta resposta pode ser válida de um modo geral, mas as observações a seguir mostrarão como a questão está sujeita a limitações.

Qualquer defesa que conte primordialmente com o auxílio externo dará um grande valor a ganhar tempo. Ela não consiste num vigoroso contra-ataque, mas mais exatamente num processo prolongado, no qual a vantagem está mais em ganhar tempo do que em reduzir o poderio do inimigo. Sendo os outros fatores iguais, é evidente que se as fortificações estiverem espalhadas por todo o país e protegerem uma ampla área entre elas, será preciso mais tempo para tomá-las do que se estiverem densamente condensadas ao longo das fronteiras. Além do mais, sempre que o propósito for derrotar o inimigo devido à extensão das suas linhas de comunicação e às dificuldades de manutenção - em países evidentemente em que se possa contar com estas coisas - seria um absurdo construir fortificações somente nas fronteiras. Finalmente, devemos lembrar-nos de que a fortificação da capital deve receber prioridade sempre que as circunstâncias o permitirem; que, de acordo com os nossos princípios, as capitais das províncias e as cidades comerciais também devem ser fortificadas; que os rios que atravessam o país, as cadeias de montanhas e outros obstáculos naturais, servirão como linhas de defesa adicionais; que muitas cidades dotadas de uma forte posição natural merecem ser fortificadas; e, finalmente, que certas instalações militares, tais como fábricas de munição, estarão melhor situadas no interior do que nas fronteiras e, certamente, merecem ser protegidas por uma fortificação. Assim,

achamos que em alguns casos deve haver mais, e em outros menos, motivos para construir fortificações no interior do país. A nossa opinião é, portanto, que embora os Estados que possuem muitas fortificações estariam certos localizando a maioria delas na fronteira, ainda seria um grande erro deixar o interior completamente desprovido de fortificações. Na França, por exemplo, este erro é, ao nosso ver, surpreendentemente comum. Compreensivelmente poderá surgir alguma confusão a este respeito se não existir nas áreas fronteiriças qualquer cidade importante, ou quando elas estiverem localizadas mais para o interior. Este é o caso da Alemanha Meridional: dificilmente existirá uma cidade importante na Suábia, enquanto que a Bavária está repleta delas. Não achamos que seja necessário resolver este problema de uma vez por todas, mas acreditamos que tais casos devam ser resolvidos levando-se em consideração as circunstâncias específicas de cada um deles. Ainda assim, chamaríamos a atenção para as últimas observações deste capítulos.

A terceira questão - se as fortificações devem ficar agrupadas ou dispersas uniformemente - é uma questão que raramente surge, levando-se tudo em consideração. Apesar disto, por este motivo não a trataremos como sendo uma conjectura inútil: um grupo de duas, três ou quatro fortificações localizadas a uma distância de apenas uns poucos dias de marcha de um centro comum darão um grande poderio àquele centro e ao exército nele baseado. Portanto, se outras considerações o permitirem, alguém poderia ficar muito tentado a criar este bastião estratégico.

O último ponto refere-se à própria determinação dos locais a serem escolhidos. Uma fortificação será duas vezes mais útil se estiver localizada no litoral, num riacho ou num grande rio, ou nas montanhas. Como já mostramos, existem vários outros aspectos a serem considerados.

Se uma fortificação não puder ser localizada exatamente sobre um rio, é melhor não instalá-la nas proximidades, mas cerca de cinqüenta a sessenta milhas afastada, senão o rio a atravessará e irá interferir na sua esfera de influência com relação a todos os pontos mencionados acima.[1]

Isto não continua sendo verdadeiro nas montanhas: elas não restringem os movimentos das força armadas, grandes ou pequenas, para determinados pontos, como os rios restringem. Mas uma fortificação localizada numa cadeia de montanhas, no lado do inimigo, estará mal localizada porque será difícil auxiliá-la. Inversamente, se estiver localizada no lado mais próximo, dificilmente o inimigo a sitiará, porque as montanhas obstruirão as suas linhas de comunicação. Olmutz em 1758 é um exemplo.

[1] Philippsburg foi um perfeito exemplo de como não localizar uma fortificação. A sua localização era a de um idiota em pé com o seu nariz voltado para a parede. Cl.

É evidente que grandes florestas impenetráveis e pântanos exercem o mesmo efeito que os rios.

Surge com muita freqüência a questão de saber se as cidades localizadas em lugares inacessíveis deveriam ter fortificações melhores ou piores. Como custa pouco fortificá-las e defendê-las e, embora o mesmo dispêndio de energia torne-as muito mais fortes e muitas vezes inexpugnáveis, e como os serviços prestados por uma fortificação são sempre mais passivos do que ativos, a objeção de que elas são facilmente bloqueadas não precisa, em nossa opinião, ser levada muito a sério.

Concluindo, vamos reexaminar o nosso sistema direto de fortificar um país. Sentimo-nos justificados ao afirmar ter baseado este sistema em considerações importantes e permanentes, diretamente relacionadas com as questões e os interesses vitais do Estado. Ele está, consequentemente, imune às modas militares transitórias, aos vôos da estratégia criativa ou às necessidades específicas de um determinado caso - qualquer destes fatores poderia ter consequências desastrosas para uma fortificação construída para durar quinhentos ou, até mesmo, mil anos. Silberberg, construída por Frederico o Grande na crista das montanhas dos montes Sudetos, perdeu, em condições radicalmente modificadas, praticamente toda a sua finalidade e toda a sua importância, enquanto que Breslau, se tivesse sido e continuasse a ser uma fortificação adequada, teria mantido o seu valor sob todas as condições - contra os franceses, não menos do que contra os russos, poloneses ou austríacos.

O leitor não deve se esquecer de que a nossa argumentação não pretende ser válida para um Estado que queira construir um conjunto de fortificações totalmente novo. Como isto raramente, de fato praticamente nunca, ocorre, os nossos argumentos teriam sido um exercício inútil, mas eles podem ser aplicados quando estiver sendo planejada uma única fortificação.

CAPÍTULO DOZE

Posições Defensivas

Qualquer posição em que alguém aceite o combate e utilize o terreno para se proteger é uma posição defensiva, e não faz diferença se a sua atitude é primordialmente passiva ou ativa. Isto decorre da nossa visão geral da defensiva.

Alguém pode dar um passo adiante e chamar de posições defensivas todas aquelas em que um exército que estiver avançando em direção ao inimigo estiver pronto para aceitar o combate se o inimigo procurar travá-lo lá. É assim que acontece, em última análise, a maioria das batalhas, e durante toda a Idade Média não era conhecida qualquer outra maneira. Este, entretanto, não é o nosso tema atual. A maioria das posições é deste tipo, e o conceito de *posição*, contrapondo-se ao de *acampamento temporário*, seria suficiente para os nossos fins atuais. Uma posição especificamente designada como uma *posição defensiva* deve ter, portanto, outras características adicionais.

É óbvio que as decisões obtidas em posições comuns são dominadas pelo elemento tempo. Os exércitos marcham um em direção ao outro: onde eles se encontram é uma questão de menor importância. Tudo o que conta é que o lugar seja razoavelmente adequado. Em posições verdadeiramente defensivas, entretanto, o elemento *lugar* é preponderante: a decisão deve ser obtida naquele lugar ou, mais exatamente, devido àquele lugar. Este é o tipo de posição que estamos analisando aqui.

O elemento lugar tem, portanto, um aspecto duplo: em primeiro lugar, uma força que esteja numa determinada posição exerce uma certa influência sobre o todo e, em segundo lugar, a própria posição serve para proteger a força e aumenta as suas possibilidades. Em suma, ela será importante, tanto estratégica como taticamente.

Para ser absolutamente preciso, somente o aspecto tático justifica o termo "posição defensiva". O aspecto estratégico - o fato de que uma força posicionada naquele ponto protege o país através da sua simples presença - pode ser aplicado de maneira igualmente adequada a uma força atacante.

O primeiro destes dois aspectos - a influência estratégica da posição - só pode ser plenamente demonstrado quando passarmos a analisar a defesa de um teatro de operações. Aqui, devemos examiná-lo apenas até onde puder ser feito agora. Para este efeito, devemos examinar mais detalhadamente dois conceitos de certo modo semelhantes, que muitas vezes são confundidos um com o outro: envolver uma posição e contorná-la.

Uma posição é envolvida em relação à sua frente, e isto é feito para atacá-la pelo flanco, ou até mesmo pela retaguarda, ou para cortar suas linhas de retirada e de comunicação.

O primeiro destes movimentos - um ataque ao flanco ou à retaguarda - é de natureza tática. Hoje em dia, quando as tropas são extremamente móveis e todos os planos operativos visam até certo ponto envolver o inimigo ou cercá-lo, qualquer posição deve estar preparada para esta eventualidade e uma posição que mereça ser chamada de forte não deve ser forte apenas na frente, mas permitir que haja uma maior oportunidade para combater nos flancos e na retaguarda, se qualquer um deles for ameaçado. Assim, se a posição for *envolvida* com a intenção de atacar o seu flanco ou a sua retaguarda, ela não se tornará inútil. A batalha que está sendo travada aqui foi determinada pela posição, e o defensor deve ser capaz de aproveitar todas as vantagens pelas quais ele escolheu em primeiro lugar aquela posição.

Se o atacante envolver a posição para ameaçar a sua linha de retirada e de comunicação, ele põe em jogo o aspecto estratégico, e a questão agora é saber por quanto tempo a posição pode ser mantida, e se o inimigo pode ser derrotado em seu próprio jogo. As duas coisas dependem da verdadeira localização do lugar - isto é, principalmente da localização das linhas de comunicação de cada lado em relação à do outro. Qualquer boa posição deve dar com toda a certeza uma superioridade à força defensora com relação a este aspecto. De qualquer modo, a posição não ficará inútil se for envolvida. Na realidade, um inimigo que tente este tipo de ação será, pelo menos, neutralizado por ela.

Se o atacante, por outro lado, ignorar a força que está esperando por ele numa posição defensiva e levar adiante a sua intenção, avançando com a sua força por um outro caminho, ele *contornará* a posição: e se puder fazer isto sem sofrer perdas, e realmente executar esta manobra, obrigará o defensor a abandonar imediatamente a posição - em outras palavras, ele a tornará inútil.

Dificilmente haverá uma posição no mundo que seja impossível de contornar, no sentido literal do termo. Os exemplos como o Istmo de Perekop são raros demais para merecer um exame detalhado. O que queremos dizer com impossibilidade refere-se, portanto, às desvantagens que advém ao atacante por contornar a posição. O Capítulo Vinte e Sete oferecerá uma oportunidade mais adequada para analisar estas desvantagens. Sejam elas grandes ou pequenas, são o equivalente da eficácia tática não explorada da posição e juntamente com ele desempenharão a sua função.

Surgiram assim duas outras características estratégicas de uma posição defensiva:

1. Que ela não possa ser contornada.
2. Que dê ao defensor uma vantagem na luta pelas linhas de comunicação.

Duas outras características estratégicas devem ser acrescentadas agora:

3. Que a relação existente entre as linhas de comunicação também exerça um efeito favorável sobre o padrão dos engajamentos.
4. Que a influência geral do terreno seja favorável.

A relação existente entre as linhas de comunicação afeta não só a possibilidade de contornar uma posição e de possivelmente cortar os seus suprimentos, como também todo o transcorrer da batalha. Uma linha de retirada oblíqua facilita um movimento de envolvimento tático realizado pelo atacante e inibe os movimentos táticos realizados pelo defensor enquanto a batalha estiver em andamento. Uma disposição obliqua em relação à linha de comunicação não é, entretanto, necessariamente devida a uma tática deficiente, mas pode perfeitamente ser o resultado de um erro estratégico cometido na escolha da posição. Por exemplo, ela não pode ser evitada se a estrada mudar de direção perto da posição (como em Borodino, em 1812). O atacante é portanto levado na direção certa para realizar um movimento de envolvimento, *sem ter que se afastar da sua disposição perpendicular*.

Além do mais, se o atacante for capaz de retirar-se ao longo de uma série de estradas, enquanto que o defensor só dispõe de uma, o primeiro desfruta de uma liberdade tática muito maior. Em todos estes casos, o defensor lutará em vão para superar as desvantagens do erro estratégico. Ele não terá êxito.

Finalmente, com relação ao quarto ponto, os outros aspetos relativos ao terreno podem apresentar tantas desvantagens que a escolha mais cuidadosa e a maior criatividade da tática não terão qualquer utilidade. Neste caso, as principais considerações serão as seguintes:

1. O defensor deve, acima de tudo, procurar manter o inimigo sob observação e ser capaz de arremessar-se contra ele dentro da sua própria área. O defensor só colherá as vantagens do terreno quando os obstáculos naturais do meio ambiente associarem-se a estas duas condições.

Existe portanto uma desvantagem para todos os locais dominados por terrenos de um modo geral elevados; para todas as posições localizadas em regiões montanhosas, ou para a maioria delas (que serão analisadas mais especificamente no capítulo sobre guerra nas montanhas); para todas as posições que tenham um flanco protegido por uma montanha (embora o atacante ache difícil *contornar* estas posições, ele achará bastante fácil *cercá-las*); para qualquer posição que tenha uma montanha logo à sua frente e, em geral, para todos os casos que advenham das circunstâncias acima e das suas relações com as condições gerais do terreno. Dentre os opostos destas condições desvantajosas mencionaremos apenas o caso de uma posição que tenha montanhas atrás dela. Aqui

as vantagens são tantas que poderia estar entre os melhores lugares imagináveis para a sua finalidade.

2. O terreno pode, com maior ou menor intensidade, ser adequado à natureza e à composição do exército. Uma superioridade com relação à cavalaria faz com que, com boa razão, procuremos o campo aberto. A utilização de um terreno acidentado e muito difícil é indicada quando houver uma escassez de cavalaria e, talvez, também de artilharia, mas quando a infantaria for constituída de homens corajosos que possuam experiência em guerras e que conheçam bem a zona rural em volta.

Não há necessidade de analisar em detalhes o efeito tático que a localização de uma posição defensiva pode exercer sobre as forças combatentes. Iremos considerar apenas o resultado como um todo, pois é somente isto que tem importância estratégica.

Qualquer posição na qual um exército pretenda esperar pelo ataque do inimigo deve ser, obviamente, uma posição que ofereça sólidas vantagens com relação ao terreno, vantagens estas que servirão, por sua vez, para multiplicar o poderio do exército. Quando a Natureza der uma boa ajuda, mas não tanto quanto desejaríamos, o entrincheiramento deve vir em nosso auxílio. Com isto, podemos muitas vezes fazer com que setores isolados - algumas vezes, na realidade, toda a posição - tornem-se *inexpugnáveis*. No último caso, o propósito das medidas que serão tomadas serão, obviamente completamente diferentes. Não estamos mais procurando travar uma batalha sob condições favoráveis - uma batalha destinada a tornar toda a campanha um êxito. O nosso propósito agora é termos êxito sem qualquer batalha. Mantendo as nossas forças numa posição inexpugnável, na realidade recusamos a batalha e obrigamos o inimigo a procurar outros meios de chegar a uma decisão.

Estes dois casos devem ser, portanto, claramente diferençados um do outro. O segundo será analisado no capítulo com o título de "posições sólidas".

A posição defensiva na qual estamos interessados aqui propõe-se simplesmente a ser um campo de batalha excepcionalmente vantajoso. Mas se ela destina-se a ser um campo de batalha, as vantagens defensivas não devem ser *grandes demais*. O quanto pode uma posição ser sólida? Obviamente, quanto mais agressivo for o nosso oponente, mas sólida precisará ser a posição e, portanto, cada caso deverá ser julgado de acordo com os seus próprios méritos. Contra um homem como Bonaparte, pode-se e deve-se procurar abrigo atrás de uma proteção mais sólida do que contra um Daun ou um Schwarzenberg.

Se partes de uma posição forem inexpugnáveis, como, por exemplo, a sua frente, isto deve ser considerado como constituindo um único fator da sua solidez total, pois significa que as forças que não forem necessárias ali poderão ser empregadas em outro lugar. Não devemos deixar de reconhecer, entretanto, o fato de que o inimigo, ao evitar as partes inconquistáveis, alterará todo o padrão do seu ataque. Falta ser visto se o novo padrão é adequado aos nossos propósitos.

Por exemplo, consideremos uma posição estabelecida logo atrás de um grande rio, de modo que este rio sirva para reforçar a sua frente, como deve ter acontecido ocasionalmente. O rio tornou-se na realidade um ponto de apoio, tanto para o flanco direito como para o esquerdo, pois o inimigo evidentemente deverá fazer a sua travessia mais à direita ou mais à esquerda, e alterar a sua frente para atacar. A principal questão é, portanto, que vantagens ou desvantagens isto terá para o defensor.

Em nossa opinião, uma posição defensiva mais se aproximará da ideal quanto mais a sua solidez for disfarçada, e mais prestar-se a pegar o inimigo de surpresa durante o combate. Sempre tentamos iludir o inimigo quanto ao poderio numérico das nossas forças combatentes e quanto à sua verdadeira direção. Pela mesma razão, não devemos, portanto, deixar que ele perceba como pretendemos aproveitar o terreno. Isto só é possível até um certo ponto, e talvez exija uma técnica especial que ainda não tenha sido tentada.

A proximidade a uma fortificação considerável, não importa em que direção ela fique, proporciona superioridade a qualquer posição, aumentando a mobilidade e a utilidade das suas forças. A utilização adequada de fortificações de campanha temporárias e isoladas pode compensar a falta de solidez natural em algum ponto, permitindo que determinemos antecipadamente, de acordo com a nossa vontade, as linhas gerais amplas do engajamento. Estes são reforços que a arte pode proporcionar. Combinando-os com a escolha correta dos obstáculos naturais (retardando as forças inimigas sem torná-las completamente ineficazes) e as vantagens advindas de conhecer o campo de batalha enquanto o inimigo não o conhece, com a nossa capacidade de ocultar melhor do que ele as nossas medidas e, de um modo geral, com a nossa superioridade com relação aos meios de obter surpresa durante o combate, podemos tornar a própria influência do terreno esmagadora e decisiva, de modo que o inimigo render-se-á sem jamais saber a verdadeira causa da sua derrota. É assim que imaginamos uma posição defensiva. Ela é, na nossa opinião, uma das maiores vantagens da guerra defensiva.

Sem levar em consideração quaisquer circunstâncias especiais, pode-se partir da premissa de que um terreno ondulado, que não seja nem muito densamente nem muito esparsamente cultivado, proporcionará o maior número de posições deste tipo.

CAPÍTULO TREZE

Posições Fortificadas e Acampamentos Entrincheirados

Afirmamos no último capítulo que uma posição que a natureza e a competência tenham tornado tão sólida que deva ser considerada inexpugnável é diferente da categoria de campos de batalha que oferecem vantagens. Ela constitui por si só uma categoria à parte. Analisaremos neste capítulo as suas peculiaridades e, como as suas características são muito semelhantes às de um forte, a chamaremos de uma *posição fortificada*.

As posições fortificadas não são criadas facilmente por meio de um simples entrincheiramento, exceto os acampamentos entrincheirados localizados perto de uma fortificação. Menos ainda são elas criadas através do aproveitamento de obstáculos naturais. A natureza e a competência normalmente trabalham de mãos dadas na sua criação, portanto muitas vezes fazem-se referência a elas utilizando o termo acampamentos ou posições entrincheiradas. Este nome, entretanto, pode aplicar-se com a mesma propriedade a qualquer posição que tenha sido melhorada por meio de algumas obras - o que não é a mesma coisa que a questão que está sendo analisada aqui.

A função de uma posição sólida é, portanto, tornar as forças que a guarnecem praticamente inatacáveis. Ao fazer isto ela servirá como uma proteção direta da *própria* área, ou meramente das *forças combatentes* estacionadas na área. A primeira era a função exercida pelas linhas de defesa nas guerras anteriores, principalmente nas fronteiras da França, enquanto que a última é a finalidade dos acampamentos entrincheirados voltados para todas as direções, e daqueles localizados nas proximidades de fortificações.

Se, por exemplo, a frente de uma posição tiver sido tornada tão solida através de obras e de obstáculos à aproximação que faça com que seja impossível qualquer ataque, o inimigo será obrigado a envolvê-la e atacar o seu flanco ou a sua retaguarda. Para tornar isto mais difícil, entretanto, deveríamos procurar pontos de proteção para aquelas linhas, que poderiam proteger os seus flancos, tais como o Reno e as Montanhas Vosges para as linhas de defesa na Alsácia. Quanto mais longa for a frente de uma linha destas, mais fácil será impedir que ela seja envolvida, uma vez que um movimento de envolvimento sempre acarreta um certo risco para a força que o executa, e este risco aumenta em função do grau do desvio em relação à direção srcinal das forças. Uma grande extensão de frente que possa ser tornada inexpugnável, entretanto, juntamente com bons pontos de proteção, normalmente

proporciona a oportunidade de proteger diretamente uma área considerável contra uma invasão do inimigo. Esta era pelo menos a idéia srcinal, e esta foi a importância das linhas na Alsácia, com o seu flanco direito protegido pelo Reno e o esquerdo pelo Vosges, e das linhas em Flandres, estendendo-se por setenta e cinco milhas, tendo o seu flanco direito protegido pelas fortificações de Tournai e de Scheldt, e o seu flanco direito pelo mar.

Quando não existirem meios disponíveis para uma frente tão extensa e para flancos tão bem protegidos, e se a área tiver que ser totalmente defendida por uma força bem entrincheirada, esta última terá que empregar uma defesa de 360º para proteger-se contra um envolvimento. Já não existe mais o conceito de uma área efetivamente defendida: esta posição, estrategicamente falando, é apenas um ponto. Somente as forças combatentes serão protegidas e caberá a elas, portanto, manter o país ou, mais precisamente, *manter-se elas mesmas no país*. Será impossível *envolver* um acampamento destes porque ele não possui partes *fracas* nos seus flancos nem na sua retaguarda que possam ser atacadas: todo ele consiste numa frente, e é igualmente sólido em todos os lugares. Mas um acampamento deste tipo pode ser *contornado* - e muito mais facilmente do que uma linha entrincheirada, porque não possui quase qualquer extensão.

Basicamente os acampamentos entrincheirados existentes nas proximidades de fortificações pertencem à última categoria: são destinados a proteger as suas forças. A sua importância estratégica mais ampla, qual seja o emprego destas forças protegidas, é um tanto diferente da dos outros campos entrincheirados.

Tendo chegado às suas srcens e à sua evolução, sugerimos avaliar agora o valor de cada um destes três métodos de defesa. Para distinguí-los, vamos chamá-los de “linhas fortificadas”, “posições fortificadas” e “acampamentos fortificados nas proximidades de fortificações”.

1. *Linhas*. As linhas constituem a forma mais desastrosa de guerra de linhas de defesa. O obstáculo que elas oferecem ao atacante não terá qualquer valor sem um apoio de fogo poderoso. Sem ele elas nada valem. Além do mais, a distância até onde um exército pode estender-se e ainda utilizar eficazmente o seu poder de fogo é mínima em relação ao país. As linhas terão que ser, portanto, muito curtas e proteger assim uma parte muito pequena do país, ou o exército não será capaz de defender efetivamente todos os pontos. Tem sido aventado, evidentemente, que nem todos os pontos ao longo da linha precisam ser necessariamente ocupados. Eles podem ser meramente mantidos em observação e defendidos por meio das reservas disponíveis, muito semelhante ao que ocorre na defesa de um rio de tamanho moderado. Mas este recurso não é adequado aos meios empregados. Onde os obstáculos

naturais forem tão grandes que ele possa ser empregado, as trincheiras não seriam necessárias e seriam na realidade perigosas. As linhas não são adequadas para a defesa local, mas as trincheiras são. Onde as próprias trincheiras forem consideradas o principal obstáculo ao acesso, será evidente que serão de pouca utilidade se *não forem defendidas*. Qual a utilidade de uma vala de doze ou quinze pés, ou uma muralha de dez ou doze pés de altura contra um assalto conjunto realizado por vários milhares de homens sem serem perturbados pelo fogo? A conclusão é que é possível *envolver* as linhas deste tipo se elas forem curtas e razoavelmente bem defendidas. Se forem longas e insuficientemente defendidas, podem ser tomadas pela frente, sem qualquer problema.

Como as linhas deste tipo restringem as forças à defesa local e privam-nas de toda a mobilidade, são um recurso mal concebido contra um inimigo audacioso. Se apesar disto elas continuaram a existir nas guerras recentes, a razão está na natureza das guerras, quando muitas vezes as dificuldades aparentes são tratadas como se fossem reais. De qualquer modo, na maioria das campanhas estas linhas só foram utilizadas como uma defesa suplementar contra incursores. Como tal, elas podem ter tido algum valor, mas devemos lembrar-nos de que as tropas necessárias para a sua defesa muitas vezes poderiam ter feito coisas mais valiosas em outros pontos. Elas estiveram fora de questão na maioria das guerras recentes, nem há qualquer indício de que tenham sido utilizadas. Alguém pode duvidar de que jamais reaparecerão.

2. *Posições*. Como mostraremos em detalhe no Capítulo Vinte e Sete, a defesa de uma área só existe enquanto a força à qual ela foi confiada puder manter-se ali. Ela não termina até que aquela força se retire da área e a abandone.

Consequentemente, para que uma força mantenha a posse do terreno num país que está sendo atacado por um inimigo muito mais poderoso, um meio de proteger esta força contra uma superioridade esmagadora é colocá-la numa posição inexpugnável.

Como já foi mostrado, uma posição destas deve ter uma defesa de 360 graus. A largura *normal* de um dispositivo tático, quando a força não for *muito grande* (o que seria contrário à toda a natureza do caso), exigiria um *espaço muito pequeno* - um espaço tão pequeno que durante o engajamento iria sofrer inúmeras desvantagens. Independentemente do quanto estiver reforçada por muralhas de todos os tipos, haveria poucas esperanças de realizar uma resistência bem sucedida. Num acampamento que deva apresentar uma frente em cada lado, todos os lados devem ser extensos, bem como ser praticamente inexpugnáveis. Somente a arte do entrincheiramento não será suficiente para proporcionar tal poderio quando a extensão for tão grande. É, portanto, uma condição fundamental que este

acampamento deva procurar aumentar o seu poderio através dos obstáculos naturais, que farão com que seja impossível uma aproximação por algumas partes dele, e tornarão outras muito difíceis de serem alcançadas. Se este método de defesa for ser utilizado, deve ser encontrada a posição certa. Não se pode realizá-lo meramente através de trincheiras. Estas observações aplicam-se aos resultados táticos e destinam-se a demonstrar a existência deste recurso estratégico. A título de ilustração, mencionaríamos Pirna, Bunzelwitz, Kolberg, Torres Vedras e Drissa. Examinemos agora suas qualidades e defeitos estratégicos.

A primeira condição é, evidentemente, que as tropas designadas para defender este acampamento devam ter os seus suprimentos de alimentos assegurado por algum tempo - isto é, pelo tempo que pudermos contar com a eficácia do acampamento. Isto só poderá ocorrer quando a retaguarda da posição estiver protegida por um porto, como Kolberg e Torres Vedras, ou se, como Bunzelwitz e Pirna, estiver em estreita comunicação com uma fortificação, ou ainda se tiverem sido acumulados estoques de suprimentos no acampamento, ou perto e à mão, como foi o caso em Drissa.

Esta condição só terá sido adequadamente atendida no primeiro caso, e apenas parcialmente no segundo e no terceiro. Ela será sempre uma fonte de risco. Ao mesmo tempo, é evidente que os problemas de abastecimento eliminam muitos pontos que de outro modo teriam servido para uma posição entrincheirada. Consequentemente, os pontos adequados são *raros*,

Para avaliar e eficácia de uma posição destas, para ponderar as suas vantagens e os seus riscos, devemos perguntar-nos como é provável que um atacante reaja a ela.

a. O atacante pode contornar a posição sólida, seguir o seu próprio planejamento e colocá-la sob observação, utilizando um número adequado de soldados.

Aqui faz diferença se a posição entrincheirada é defendida pela força principal ou apenas por uma secundária.

Se for defendida pela força principal, o atacante só terá vantagem em contorná-la se houver um outro *objetivo* acessível e *decisivo para ele atacar*, tal como uma fortificação, a capital, ou outro semelhante. Mesmo supondo que este objetivo exista, ele só poderá prosseguir se o poderio da sua base e a localização das suas linhas de comunicação forem tais que os seus flancos estratégicos não corram perigo.

A conclusão a ser extraída com relação à prioridade e à eficácia de uma posição sólida para a força principal do defensor é que ela só será encontrada onde houver uma tal ameaça ao flanco do atacante que possamos ter certeza de imobilizá-lo onde ele não possa nos fazer mal, ou ainda, se não

houver qualquer objetivo ao seu alcance que possa ser de interesse para a defesa. Quando existir um objetivo destes, e quando, ao mesmo tempo, o flanco estratégico do inimigo não puder ser seriamente ameaçado, a posição não deverá ser de modo algum ocupada, ou se for, que seja apenas por uma força insignificante, simplesmente para ver se o inimigo a respeitará. Neste caso, entretanto, ainda existe o perigo de que se ele não a respeitar, não seremos mais capazes de ajudar a posição ameaçada.

Se a posição fortificada só for defendida por uma força secundária, nunca deverá deixar de existir um outro objetivo para o atacante atacar, o qual poderá ser o próprio exército principal. O valor da posição, neste caso, restringe-se à ameaça que representa para o flanco estratégico do inimigo e ficará restrita a esta condição.

b. Se o atacante não ousar contornar a posição, poderá sitiá-la e subjugá-la pela fome, até que se renda. Existem entretanto dois pré-requisitos para isto. O primeiro é que a posição não deva ser aberta para sua retaguarda, e o segundo é que o atacante deva ser suficientemente forte para realizar tal sítio. Se as duas condições forem atendidas, a posição evidentemente neutralizará o atacante por algum tempo, mas o defensor terá que pagar por esta desvantagem com a perda da força que a estiver defendendo.

Ocorre, portanto, que a ocupação de uma posição tão sólida pela *força defensora principal* é uma medida a ser tomada somente em determinadas circunstâncias: (aa) se a retaguarda for absolutamente segura (como em Torres Vedras); (bb) se pudermos prever que a superioridade do inimigo não será suficiente para uma operação de sítio. Se ele tentar sitiar sem ter uma superioridade suficiente, o defensor será capaz de realizar investidas bem sucedidas e derrotar o inimigo por etapas; (cc) se pudermos contar com ajuda, como fizeram os saxões em Pirna, em 1756. Basicamente foi este também o caso após a batalha de Praga em 1757: Praga pode ser considerada um campo entrincheirado no qual o Príncipe Charles nunca se deixaria ficar confinado se não soubesse que o exército procedente da Morávia poderia auxiliá-lo.

Uma destas três condições deve ser totalmente atendida para que se justifique a escolha de uma posição fortificada para a principal força defensora. Deve-se admitir, entretanto, que a segunda e a terceira destas condições quase que obrigam o defensor a aceitar um sério risco.

Quando estiver envolvido um corpo secundário, entretanto, um que possa, se necessário, ser sacrificado em benefício da força principal, estas condições desaparecem. A única questão é, portanto, saber se o sacrifício evitará de fato um mal maior. Não há dúvida de que só raramente será este o caso, mas não é impossível. Foi o acampamento fortificado de Pirna que impediu que Frederico o Grande

invadisse a Boêmia já em 1756. O despreparo austríaco era tão grande naquele momento, que certamente a Boêmia teria sido perdida, e as baixas decorrentes poderiam perfeitamente ir além dos 17.000 homens que se renderam quando Pirna caiu.

c. A situação pode não proporcionar ao atacante nenhuma das possibilidades resumidas em a. e em b. acima. Neste caso, as condições que estabelecemos para o defensor estarão atendidas e o atacante francamente não terá outra escolha a não ser deter-se voltado para a posição, como um cão perdigueiro apontando para um bando de perdizes. O máximo que ele poderá fazer é enviar destacamentos e com isto dispersar as suas forças por uma área, contentando-se com aquela vantagem, por mais insignificante e não decisiva que possa ser, e esperar que o futuro decida a posse da área. Neste caso, a posição terá desempenhado plenamente a sua função.

3. *Acampamentos Fortificados próximos a Fortificações*. Estes acampamentos enquadram-se, como já dissemos, na categoria geral de posições fortificadas, na medida em que a sua finalidade é proteger, não uma área, mas uma força, contra um ataque inimigo. A única diferença deles em relação a outras posições está no fato de que eles formam um conjunto inseparável com a fortificação - um fato que, evidentemente, aumenta imensamente o seu poderio.

Eles dão srcem ao seguintes aspectos:

a. Podem atender à finalidade de tornar muito difícil, ou impossível, uma operação de sítio à fortificação. Isto pode fazer com que valha a pena sofrer algumas baixas significativas se a fortificação for um porto que não possa ser bloqueado. Em qualquer outro caso, entretanto, existe o risco de que o local possa ser submetido à fome e render-se cedo demais para justificar o sacrifício de um número considerável de soldados.

b. Perto de uma fortificação é possível estabelecer um acampamento entrincheirado para um grupo menor de tropas do que seria possível no campo. Dentro dos muros de uma fortificação, quatro ou cinco mil homens podem ser invencíveis, enquanto que nenhum acampamento no mundo seria suficientemente forte para salvá-los em campo aberto.

c. Eles podem ser utilizados para a reunião e o adestramento de tropas cujo moral não seja suficientemente elevado para que fiquem expostas ao inimigo, a não ser sob a proteção de uma fortificação: recrutas, milicianos, guarda nacional e outros semelhantes.

Acampamentos deste tipo poderiam, portanto, ser recomendados para uma série de finalidades diferentes, se não apresentassem a extraordinária desvantagem de colocar em risco as fortificações quando elas não puderem ser ocupadas. Por outro lado, seria uma obrigação muito pesada para uma

fortificação manter uma guarnição suficientemente grande para atender também à ocupação do acampamento.

Estamos portanto propensos a recomendar a sua utilização somente para fortificações litorâneas, mas a considerá-las mais uma desvantagem do que uma vantagem em todas as outras situações.

Concluindo, resumimos as nossas opiniões sobre as posições fortificadas e entrincheiradas, da seguinte maneira:

1. Quanto menor for o país, e menos espaço houver para movimentos evasivos, mais difícil será viver sem estas posições.
2. Quanto maior for a certeza de que podemos contar com a ajuda e o socorro de outras forças, menos o resultado do mau tempo, de revoltas populares, de escassez, ou de problemas semelhantes, será uma fonte de risco.
3. A sua eficácia tornar-se-á tão maior, quanto mais fraco for o ímpeto do ataque do inimigo.

CAPÍTULO QUATORZE

Posições nos Flancos

A única razão pela qual estamos dedicando um capítulo separado às posições nos flancos é proporcionar uma consulta fácil a ele, como num dicionário. Embora esta seja uma questão proeminente no mundo das idéias militares ortodoxas, não constituem na nossa opinião um tópico independente.

Uma posição no flanco é qualquer posição destinada a ser defendida, mesmo que o inimigo possa ignorá-la: tendo ele ignorado-a, o único efeito que ela poderá exercer é sobre o seu flanco estratégico. Toda *posição fortificada* é, portanto, uma posição no flanco: como é inexpugnável, o inimigo tem que contorná-la e, daí em diante, o seu único valor está no efeito que causa sobre o seu flanco estratégico. Não importa para que direção esteja voltada a verdadeira frente da posição - seja paralela ao flanco estratégico do inimigo, como em Kolberg, ou formando ângulos retos com ele, como em Bunzelwitz e Drissa. Uma posição fortificada deve estar voltada para todas as direções.

Mas alguém pode pretender manter uma posição que *não* seja inexpugnável, mesmo que o inimigo a tenha ignorado. Este seria o caso se ela estivesse tão bem localizada com relação às linhas de comunicação e de retirada do inimigo que não só seria possível realizar um ataque eficaz contra o seu flanco estratégico, à medida em que ele avançasse, mas além disto, estando o inimigo preocupado com a sua própria retirada, não seria de modo algum capaz de cortar a nossa. Se não for este o caso, como a posição não é inexpugnável, correríamos o riso de combater sem ter qualquer possibilidade de uma retirada.

Em 1806, por exemplo, a posição do exército prussiano na margem direita do Saale poderia ter se transformado, em todos os sentidos, numa posição no flanco em relação ao avanço de Bonaparte através do Hof, fazendo simplesmente com que a frente ficasse voltada para o Saale e em seguida ficasse aguardando os acontecimentos.

Se tivesse havido uma menor desproporção de forças físicas e psicológicas, se exército francês tivesse sido comandado por um homem como Daun, a posição prussiana teria revelado-se brilhantemente eficaz. Era impossível contorná-la: até mesmo Bonaparte admitiu isto quando decidiu atacá-la. Ele não poderia nem mesmo cercá-la totalmente e, se a desproporção de forças físicas e morais tivesse sido menos cruel, tentar cercar os prussianos teria sido tão impossível quanto passar através deles, porque para o exército prussiano a derrota da sua ala esquerda constituía um perigo

menor do que se o mesmo acontecesse aos franceses. Apesar do desequilíbrio, tanto de forças físicas quanto morais, uma liderança determinada e inteligente teria proporcionado motivos suficientes para que se esperasse obter uma vitória. Não houve nada que tivesse impedido que o Duque de Brunswick desse ordem, no dia 13, para que os seus 80.000 homens enfrentassem na manhã do dia 14 os 60.000 com os quais Bonaparte havia atravessado o Saale em Jena e em Dornburg. Embora a sua superioridade numérica, juntamente com a calha profunda do Saale na retaguarda dos franceses, não fosse suficiente para assegurar uma vitória decisiva, devemos reconhecer que esta era uma combinação muito vantajosa. Se não tivesse levado à vitória, em primeiro lugar não teria havido então qualquer cogitação no sentido de obter uma decisão nesta área. Os prussianos teriam recuado ainda mais, aumentando com isto a sua força e reduzindo a do inimigo.

Para resumir, a posição prussiana no Saale, vulnerável como era, poderia ser considerada como uma posição no flanco com relação à estrada que vinha de Hof, mas devido à sua vulnerabilidade não poderia tornar-se uma num sentido absoluto, até que o inimigo, não ousando atacá-la, transformou-a numa.

Seria ainda menos compatível com uma conceituação clara se empregássemos o termo para posições que *não podem* defender-se quando são contornadas, e a partir das quais o defensor deve portanto atacar o inimigo em seu flanco. Elas seriam chamadas de *posições nos flancos* simplesmente porque teria sido ali que o inimigo havia atacado. Este tipo de ataque ao flanco tem pouca relação com a posição propriamente dita. Pelo menos não decorre primordialmente da natureza da posição, como seria o caso de uma ação contra o flanco estratégico do inimigo.

De qualquer maneira, ocorre que não há nada de novo a ser dito sobre os atributos de uma posição no flanco. Mas este pode ser o lugar adequado para umas poucas palavras sobre as características e as implicações deste recurso.

Não incluiremos as verdadeiras posições fortificadas, que já analisamos em detalhes anteriormente.

Uma posição no flanco, que não seja inexpugnável, é um instrumento muito eficaz, mas devido à sua vulnerabilidade é uma posição arriscada. Ela provoca uma hesitação no atacante, produz um grande efeito com pouco esforço, muito semelhante à pressão exercida pelo dedo mínimo do cavaleiro sobre a rédea do freio do cavalo. Se, entretanto, o efeito for insuficiente e o atacante não for detido, o defensor poderá perfeitamente perder a sua possibilidade de retirada. Ele deve tentar uma fuga rápida através de caminhos indiretos, isto é, em condições extremamente desfavoráveis, ou correrá o risco de

combater sem ter possibilidade de retirar-se. Se o inimigo for audacioso, tiver um moral mais elevado e estiver procurando obter uma decisão definitiva, esta será uma linha de ação muito perigosa, e estará longe de ser adequada - como demonstrou o nosso exemplo de 1806. Com um oponente cauteloso, por outro lado, e numa guerra somente de observação, é um dos melhores meios que a defesa pode empregar. Encontraremos exemplos na defesa do Rio Weser, realizada pelo Duque Ferdinando, assumindo uma posição na sua margem esquerda, e nas bem conhecidas posições em Schmottseifen e em Landeshut. Neste último caso, entretanto, o desastre sofrido pelo corpo de exército de Fouqué em 1706 também revela o perigo de empregá-lo incorretamente.

CAPÍTULO QUINZE

Guerra Defensiva nas Montanhas

Um terreno montanhoso exerce uma forte influência sobre a guerra. A questão é importante portanto para o teórico. Como esta influência consiste em introduzir um elemento retardador nas operações, pertence primordialmente à esfera da defesa. Analisaremos a questão aqui, portanto, sem limitarmo-nos à questão mais restrita da defesa de montanhas. Ao longo do estudo desta questão, como a nossa análise produziu em certos aspectos algumas conclusões um tanto não ortodoxas, entraremos em alguns detalhes com relação à questão.

Analisaremos primeiro os aspectos táticos da questão, a partir dos quais poderemos prosseguir para as suas ligações com a estratégia.

Não há duvida de que a reputação de eficácia e de força desfrutada pela guerra defensiva nas montanhas tem advindo tradicionalmente de dois fatores principais: o primeiro é a dificuldade de movimentar longas colunas ao longo de estradas nas montanhas e, o segundo, o extraordinário grau de poderio alcançado por uma guarnição militar cuja frente esteja protegida pela encosta íngreme de uma montanha, enquanto que os seus flancos são defendidos por barrancos profundos. Somente as características dos armamentos e das táticas impediram em determinados períodos que grandes forças fizessem uso desta eficácia e desta força.

Uma coluna avança com dificuldade a passo de lesma, subindo uma montanha através de desfiladeiros estreitos. Os artilheiros e os condutores de carroças gritam e xingam, enquanto chicoteiam seus animais exaustos ao longo de trilhas pedregosas. Cada carroça quebrada ter que ser retirada ao custo de um esforço indescritível, enquanto atrás dela o resto da coluna pára, resmunga e xinga. Nestes momentos, cada homem pensa secretamente que nesta situação umas poucas centenas de inimigos seriam suficientes para causar uma derrocada total. Podemos perceber aqui a srcem da expressão utilizada por historiadores que falam de um desfiladeiro tão estreito que um punhado de homens poderia repelir um exército. Apesar disto, qualquer pessoa que tenha experiência de guerra saberá, ou deveria saber, que uma marcha destas através de montanhas tem pouca coisa, ou nada, a ver com um *ataque* a elas. Seria totalmente equivocado deduzir, a partir desta dificuldade *específica*, que um ataque seria ainda mais difícil.

Um neófito naturalmente chegará rapidamente a esta conclusão, e é igualmente natural que em determinados períodos os procedimentos militares tivessem sido enredados no mesmo erro. Naquela época, o fenômeno era quase tão novo para o veterano como para o neófito. Antes da Guerra dos Trinta Anos, a solene formação de batalha, a grande quantidade de cavalaria, a imperfeição das armas de fogo e vários outros fatores tornaram altamente raro qualquer aproveitamento de grandes obstáculos do terreno. A defesa metódica de áreas montanhosas, pelo menos com tropas regulares, era praticamente impossível. Foi somente depois que passou-se a utilizar uma formação de batalha mais extensa e que a infantaria, com as suas armas de fogo, tornou-se o componente predominante de um exército, que qualquer um começou a ver que poder-se-ia fazer um bom uso das elevações e dos vales. Mesmo então, foram necessários mais cem anos - aproximadamente até meados do Século XVII - para que este conceito evoluísse até o seu potencial máximo.

O segundo aspecto - a forte resistência que uma pequena guarnição militar pode oferecer num ponto quase inacessível - reforçou a crença na grande eficácia da defesa nas montanhas. Parecia que tudo o que tinha-se que fazer era aumentar estas posições de modo a transformar um batalhão num exército e uma montanha numa cadeia de montanhas.

Inegavelmente, numa área montanhosa uma pequena guarnição militar instalada numa posição favorável adquire uma força excepcional. Uma unidade que em campo aberto pode ser dispersada por uns poucos esquadrões de cavalaria e que considera-se com sorte se conseguir escapar da captura ou da aniquilação através de uma rápida retirada, pode enfrentar um exército nas montanhas. Através de um tipo de atrevimento tático, poderíamos dizer, ela pode exigir que todo um exército pague o tributo militar de um ataque de máxima intensidade, de um envolvimento e assim por diante. A maneira pela qual ela aumenta o seu poder de resistência através dos obstáculos, da proteção aos flancos e das novas posições assumidas à medida em que se retira, é uma questão de tática. A aceitamos aqui como sendo uma verdade.

É simplesmente lógico supor que uma série de guarnições poderosas deste tipo produzam uma frente poderosa, quase impenetrável. Só é preciso precaver-nos contra a possibilidade de ter o nosso flanco envolvido por estender a posição para a direita e para a esquerda até alcançar os pontos de proteção adequados, ou até que acreditemos que apenas a sua extensão seja suficiente para impedir que a posição seja envolvida. Sob este aspecto uma área montanhosa é muito tentadora. Ela oferece uma tal abundância de posições defensivas, cada uma melhor do que a outra, que é difícil saber onde parar. Acabamos ocupando e defendendo todos os pontos de acesso existentes numa determinada área e

acreditando que se ocuparmos um espaço de cinqüenta milhas ou mais, com dez ou quinze postos, estaremos livres do horror de um envolvimento. Como estas posições parecem estar firmemente ligadas através de um terreno inacessível (não sendo as colunas capazes de marchar através de um terreno interrompido) parece que estamos enfrentando o inimigo com uma muralha de bronze. Para obter uma segurança adicional mantemos uns poucos batalhões de infantaria, alguma artilharia hipomóvel e uma dúzia de esquadrões de cavalaria na reserva, só para o caso de o inimigo por sorte conseguir romper a nossa linha.

Ninguém irá negar que isto é uma descrição história precisa, e não se pode dizer nada das pessoas que deixaram-se cair completamente neste erro.

O rumo da evolução tática desde a Idade Média, à medida em que o tamanho dos exércitos aumentava, também contribuiu para fortalecer a aparente importância defensiva do terreno montanhoso para a ação militar.

A principal característica da guerra defensiva nas montanhas é o seu caráter francamente passivo. Antes que os exércitos adquirissem a sua atual condição de mobilidade era bastante lógico, portanto, recorrer a ela. O número de soldados havia aumentado regularmente, e para utilizar o seu poder de fogo eram dispostos cada vez mais em linhas longas e esparsas, minuciosamente ligadas, sendo muito difícil, se não impossível, manobrá-las. Posicionar uma máquina complexa deste tipo poderia levar a metade do dia. Constituía a metade de batalha e abrangia praticamente tudo que pode ser encontrado num moderno plano de batalha. Tendo sido realizado isto, era difícil fazer alterações se surgissem situações diferentes. Ocorria que um atacante que retardasse a formação da sua linha de batalha poderia fazer isto baseando-se na posição do defensor, e este último era incapaz de reagir. O ataque adquiria assim uma superioridade geral, e tudo o que a defesa podia fazer era proteger-se através dos obstáculos naturais. Nada atendia mais eficazmente a este propósito do que as montanhas. Procurava-se obter portanto, por assim dizer, uma união do exército com um terreno adequado. Unidos eles trabalhavam juntos com a mesma finalidade. O batalhão defendia a montanha e a montanha defendia o batalhão. Uma área montanhosa conferia assim um elevado grau de força à defesa passiva e não constituía por si só uma desvantagem, exceto por causar uma perda adicional de mobilidade - que de qualquer modo ninguém tinha sido competente para empregar.

Num choque de dois sistemas opostos o lado exposto, isto é, o mais fraco, sempre atrai o ataque do inimigo. Se os postos do defensor forem fortes e impenetráveis, se estivessem pregados no chão, por assim dizer, e imóveis, o atacante seria estimulado a envolvê-los, porque não teria que se preocupar

com os seus próprios flancos. Na realidade era isto o que acontecia e logo tornou-se o procedimento normal. Em reação a isto, as posições tornaram-se mais e mais extensas, e a sua frente tornou-se proporcionalmente mais fraca. Depois, o atacante mudou o seu método: ele não tentava mais envolver o flanco do inimigo tornando a sua linha mais extensa do que a dele, mas sim concentrando a sua força contra um único ponto e rompia a linha. Este era, a grosso modo, o estágio que havia sido atingido pela guerra defensiva nas montanhas no fim das guerras recentes.

Assim, uma vez mais o ataque havia obtido uma completa superioridade devido a este aumento constante da sua mobilidade. Somente a mobilidade podia fortalecer a defesa, mas a mobilidade é prejudicada pelo terreno montanhoso. Em decorrência disto, a guerra defensiva nas montanhas sofreu uma derrota (se pudermos empregar esta expressão), exatamente como sofreram tão frequentemente os exércitos quando tentaram utilizar este tipo de defesa durante as Guerras Revolucionárias.

Para não jogar o bebê fora juntamente com a água do banho e ser levado de roldão por uma torrente de lugares comuns transformados em afirmações cuja falsidade pode ser mil vezes comprovada na prática através da verdadeira experiência, devemos fazer uma distinção entre os efeitos da defesa nas montanhas, de acordo com a natureza de cada caso.

O ponto principal a ser verificado aqui, e um ponto que esclarecerá melhor toda a questão, é se a resistência na guerra defensiva nas montanhas destina-se a ser relativa ou absoluta. Destina-se ela a durar apenas um certo tempo ou a terminar numa vitória clara? As montanhas são eminentemente adequadas à defesa do primeiro tipo, devido ao aumento do fator de força. Para o segundo tipo, por outro lado, elas de um modo geral não são de maneira alguma adequadas, exceto em alguns poucos casos especiais.

Nas montanhas, qualquer movimento é mais lento e mais difícil, leva mais tempo e se for realizado dentro do alcance do inimigo também custa mais vidas. A resistência encontrada pelo atacante é medida em termos de dispêndio de tempo e de vidas. O defensor tem portanto uma clara vantagem enquanto a movimentação for realizada apenas pelo atacante. Esta vantagem desaparece logo que o defensor tiver que movimentar-se também. É fundamental, e taticamente necessário, que uma resistência limitada leve em conta uma passividade muito maior do que um propósito de vitória total. Além do mais, a passividade pode continuar indefinidamente - até o término total do engajamento. Isto seria impossível no caso de uma resistência absoluta. A característica retardadora do terreno montanhoso, uma espécie de elemento viscoso que impede e anula a iniciativa é, portanto, o cenário ideal para esta finalidade.

Já afirmamos que um pequeno destacamento pode adquirir uma força extraordinária num terreno montanhoso. Embora não seja necessário provar mais este resultado tático, é necessário dar uma explicação adicional: temos que saber se uma unidade é pequena em termos absolutos ou relativos. Se uma força de qualquer tamanho específico decidir posicionar uma única unidade num ponto isolado, aquela unidade poderá encontrar-se sob um ataque de toda a força inimiga - em outras palavras, por forças superiores, comparadas às quais ela é realmente pequena. Neste caso, ela pode, de um modo geral, esperar oferecer simplesmente uma resistência relativa, e não absoluta. Quanto menor for a unidade em relação à sua própria força principal e à do inimigo, mais isto será verdadeiro.

Mas até mesmo um pequeno destacamento, em termos absolutos, que se oponha a um inimigo que não seja mais forte do que ele, que possa esperar oferecer uma resistência absoluta visando uma vitória real, estará infinitamente melhor nas montanhas do que estaria um grande exército. Ele aproveitará melhor o terreno, como explicaremos mais tarde em maiores detalhes.

A conclusão que surge, portanto, é que um pequeno destacamento pode ser muito forte num terreno montanhoso. É bastante evidente que isto pode ter um valor decisivo sempre que for necessária uma resistência *limitada*, mas terá o mesmo valor *decisivo* para a resistência absoluta de um exército? Esta é a pergunta que devemos analisar agora.

Em primeiro lugar, devemos fazer uma outra pergunta: uma frente composta de diversos destacamentos será tão forte proporcionalmente a cada um deles, como tem sido imaginado até aqui? Certamente que não: esta suposição é o resultado de um ou dois erros possíveis.

Por um motivo: muitas vezes uma área intransponível é confundida com uma inacessível. Onde não formos capazes de *marchar* em coluna, nem com a artilharia nem com a cavalaria, ainda poderemos na maioria dos casos, avançar com a infantaria, ou fazer algum uso da artilharia: os breves esforços devidos aos movimentos realizados durante o combate não podem ser medidos através dos padrões de uma marcha. A crença de que os destacamentos desfrutam de comunicações seguras com cada um dos outros baseia-se numa completa ilusão, uma ilusão que coloca em risco os seus flancos.

O outro erro é pensar que uma linha constituída de pequenos destacamentos que possuam uma frente muito forte seja igualmente forte nos seus flancos, porque um barranco, um precipício, ou coisa parecida oferece bons pontos de proteção para um pequeno destacamento. Mas porque eles oferecem esta proteção? Não porque façam com que seja impossível envolver um destacamento, mas porque eles cobram por esta manobra um tempo e um esforço que têm ser medidos em relação à importância do destacamento. O inimigo que desejar e que tiver que envolver um destacamento destes apesar das

dificuldades do terreno, porque é impossível realizar um ataque frontal, pode facilmente levar a metade de um dia nesta manobra, e ainda poderá não ser capaz de realizá-la sem sofrer baixas. Se um destacamento deste tipo depender de ajuda, ou se for destinado a resistir somente por um tempo limitado, ou, por fim, se o seu poderio for igual ao do inimigo, os pontos de proteção dos flancos terão desempenhado a sua tarefa e será válido dizer que o destacamento era forte, não só frontalmente como também em seus flancos. Isto, entretanto, não continua sendo verdadeiro no caso de uma cadeia de destacamentos que façam parte de uma posição estendida nas montanhas. Aqui, nenhuma das três condições será atendida. O inimigo ataca um único ponto com uma força superior. A defesa da retaguarda é desprezível e, no entanto, a situação exige uma defesa absoluta. Os pontos de defesa do destacamento nada valem nestas condições.

Este será o ponto fraco contra o qual o atacante dirigirá os seus golpes. Um ataque realizado por forças concentradas e, portanto, imensamente superiores, sobre um único ponto da frente encontrará a mais feroz resistência *quando medida em relação à força daquele ponto, mas medida em relação ao todo aquela resistência é desprezível*. Tendo sido superada, a linha será rompida e o objetivo será atingido.

Ocorre que uma resistência *limitada* é mais eficaz nas montanhas do que na planície, isto é, mais eficaz relativamente falando, no caso de pequenos destacamentos, e não aumenta em função das forças envolvidas.

Passamos agora ao verdadeiro propósito de todo grande engajamento - *uma vitória incontestável*. Este deve ser o propósito da guerra defensiva nas montanhas, onde quer que esteja envolvida toda a força ou uma grande parte dela. Neste caso, *a guerra defensiva nas montanhas transforma-se automaticamente numa batalha defensiva nas montanhas*. A sua forma torna-se agora a de uma batalha: toda a força está empenhada no propósito de aniquilar o inimigo e a vitória é o propósito do engajamento. A guerra defensiva nas montanhas que está envolvida aqui é secundária. Não é mais um fim, mas o meio. Sendo assim, qual a relação existente entre a região montanhosa e a sua finalidade?

Caracteristicamente, uma batalha defensiva exige uma reação passiva na frente e uma reação mais ativa na retaguarda, mas o terreno montanhoso tende a causar paralisia. Em primeiro lugar, não existem estradas que permitam marchar rapidamente da retaguarda para a frente. Até mesmo um assalto tático súbito é prejudicado pela natureza acidentada do terreno. Em segundo lugar, é impossível manter sob observação a área e os movimentos do inimigo. Assim, o atacante obtém as mesmas vantagens relativas ao terreno que as obtidas pela nossa frente, enquanto que a melhor parte da defesa

estará completamente paralisada. Agora surge um terceiro fator: o risco de ser cercado. Não importa o quanto uma retirada seja beneficiada pelo terreno montanhoso devido à pressão exercida sobre a frente, nem quanto tempo o inimigo perca tentando realizar um movimento de envolvimento - estas vantagens só têm valor no caso de uma resistência relativa. Elas não têm sentido numa batalha decisiva na qual a resistência deve ser mantida até o fim. Certamente será necessário um tempo um pouco maior para que as colunas do flanco do inimigo ocupem os pontos que ameacem, ou até mesmo que impeçam a nossa retirada, mas uma vez chegando lá, nenhuma ajuda será possível. Nenhuma ofensiva proveniente da retaguarda poderá expulsá-lo dos pontos que ameaçam a nossa retirada. Nenhum ataque desesperado realizado por toda a força poderá subjugá-lo onde ele bloqueia o nosso caminho. Se isto parece ser uma contradição, e se alguém acredita que as vantagens que as montanhas oferecem ao atacante também devem favorecer a força que tenta impedir a sua retirada, não devemos esquecer-nos da diferença existente entre as suas situações. O grupo que tenta bloquear o caminho não pretende oferecer uma defesa *absoluta*. Umas poucas horas de resistência podem ser suficientes. A sua situação é, portanto, a de um pequeno destacamento. Além do mais, o seu oponente não exerce mais o controle sobre todos os seus meios de operação. Ele está em desordem, com falta de munição e assim por diante. De qualquer maneira, as perspectivas de êxito são muito pequenas. É este perigo que faz com que o defensor tema esta situação mais do qualquer outra. Este temor espalha-se por todas as fases da batalha e enfraquece todas as fibras do oponente. Os seus flancos tornam-se extraordinariamente sensíveis. Na realidade, cada punhado de soldados que o atacante emprega dentro do seu campo de visão, num declive arborizado na retaguarda, exerce uma nova influência no sentido de obter a sua vitória.

Estas desvantagens desapareceriam em grande parte, enquanto que todas as vantagens continuariam existindo, se a defesa das montanhas pudesse ser realizada por um exército concentrado num grande platô de uma montanha. Ali, ele poderia imaginar uma frente poderosa, flancos aos quais o acesso fosse difícil, tendo por outro lado uma completa liberdade de movimento na posição e na sua retaguarda. Esta posição estaria entre uma das mais poderosas possíveis. Isto, entretanto, é um pouco melhor do que uma ilusão: embora a maioria das cadeias de montanhas seja mais acessível vindo de trás do que subindo os seus aclives, a maioria dos platôs, ou é muito pequena para estas finalidade ou o termo platô não se aplica exatamente a eles - pode referir-se a considerações geológicas, mas não topográficas.

Como já foi mostrado, os inconvenientes de uma posição defensiva nas montanhas tendem a diminuir para as unidades pequenas. O motivo é que as forças menores precisam de menos espaço, de

menos linhas de retirada e assim por diante. Uma montanha não constitui uma cadeia, nem possui as suas desvantagens. Quanto menor for a unidade, mais a posição ficará restrita a uma única montanha e a uma única cadeia, e menos será ela obrigada a envolver-se no labirinto densamente arborizado de gargantas íngremes e estreitas, que é a fonte de todas estas dificuldades.

CAPÍTULO DEZESSEIS

Guerra Defensiva nas Montanhas - Continuação

Passamos agora aos empregos estratégicos a serem extraídos das conclusões táticas a que chegamos no capítulo anterior.

Os seguintes aspectos devem ser diferençados:

1. A área montanhosa como um campo de batalha.
2. O efeito que a sua posse exerce sobre outras áreas.
3. A sua eficácia como uma barreira estratégica.
4. Os problemas de abastecimento aos quais dá srcem.

No primeiro e mais importante aspecto podemos fazer uma outra distinção entre:

a. uma grande batalha; e
b. engajamentos secundários

Ressaltamos no capítulo anterior que numa *batalha decisiva*, *o terreno montanhoso* não ajuda o defensor. Pelo contrário, ele favorece o atacante. Isto está em franca contradição com a opinião geral, mas, afinal de contas, normalmente a opinião geral está num estado de confusão e é incapaz de distinguir entre os diversos aspectos de uma questão. As pessoas ficam tão impressionadas pela vigorosa resistência de uma pequena unidade que imaginam que toda guerra defensiva nas montanhas possui uma força extraordinária. Elas ficam surpresas quando é desmentida a existência de uma tal força no âmago de toda resistência, a batalha defensiva. Por outro lado, elas estão sempre prontas a culpar o incrível erro da guerra de linhas de defesa pela perda de qualquer batalha defensiva nas montanhas, ignorando totalmente a força das circunstâncias que inevitavelmente estão envolvidas. Não receamos estar em franco conflito com estas opiniões. Por outro lado, estamos gratificados por ter encontrado apoio nos escritos de um autor que, por várias razões, exige respeito nesta questão - o Arquiduque Charles, em suas histórias das campanhas de 1796 e de 1797. Charles era um historiador minucioso, um crítico contundente e, o que conta ainda mais, um bom General.

O defensor, embora em inferioridade numérica, reuniu as suas forças lentamente e com muito esforço para impressionar o atacante no momento da batalha decisiva, com o seu patriotismo, entusiasmo e grande inteligência. Todos os olhos estão voltados para ele. Não podemos portanto deixar

de achar lamentável se ele decidir assumir uma posição na área intermediária de montanhas densamente arborizadas, ficando restrito em seus movimentos pelo terreno implacável e exposto a inúmeras formas de ataque do seu oponente numericamente superior. A oportunidade de exercer a sua inteligência estará restrita a apenas uma área: o pleno uso de obstáculos naturais. Este recurso deixa-o, entretanto, perigosamente perto da guerra de linhas de defesa, que pode ser desastrosa e que deve ser evitada a qualquer custo. Em caso de uma batalha decisiva, portanto, estamos longe de considerar um terreno montanhoso como constituindo um refúgio para o defensor. Pelo contrário, aconselharíamos a qualquer comandante que o evitasse, se de algum modo isto fosse possível.

Devemos admitir que nem sempre isto é possível. As características da batalha seriam acentuadamente diferentes das que teriam sido na planície. As suas posições serão muito mais estendidas - normalmente duas ou três vezes mais longas. A resistência será muito mais passiva e os contra-ataques menos violentos. Estas são as condições inevitáveis no terreno montanhoso. Apesar disto, numa batalha destas a defensiva não deve recorrer a uma guerra defensiva nas montanhas. Em vez disto, a sua principal característica nas montanhas deve ser a de uma disposição concentrada das suas forças, travando uma batalha *unificada* sob o comando de *um único* comandante, com reservas suficientes, deixadas de lado para fazer com que a decisão represente mais do que uma mera ação de repulsa ou de proteção. Esta é uma condição indispensável, mas uma condição muito difícil de ser atendida, e é tão fácil descambar para uma guerra defensiva nas montanhas que não é surpreendente que isto deva ocorrer com tanta freqüência. Mas ela é tão perigosa que o teórico não pode exagerar nas suas advertências.

Isto é o suficiente com relação a uma batalha decisiva envolvendo a força principal.

No caso de engajamentos de menor importância e de menor significado, por outro lado, as montanhas podem oferecer infinitas vantagens, porque não é preciso oferecer uma resistência absoluta e nenhum resultado decisivo deve ser obtido. Esclareçamos isto relacionando as finalidades desta resistência:

a. Simplesmente ganhar tempo. Este é um propósito muito comum. Está sempre presente se tiver sido estabelecida uma posição defensiva para coligir inteligência e, também, em qualquer situação em que sejam esperados reforços.

b. A repulsa de uma mera demonstração realizada pelo inimigo sem correr grandes riscos. Quando uma região for protegida por uma cadeia de montanhas, não importa o quanto seja frágil a

defesa desta cadeia, ela será de qualquer modo suficiente para impedir incursões inimigas e outras expedições de pilhagem. Sem uma cadeia de montanhas esta defesa frágil seria um absurdo.

c. Para uma demonstração das nossas próprias condições. Levará muito tempo para que a visão correta sobre a questão de um terreno montanhoso obtenha o reconhecimento. Até lá, podemos encontrar oponentes que tenham medo dele e que fiquem imobilizados por ele. Em casos deste tipo, até mesmo a força principal pode ser empregada para defender uma cadeia de montanhas. Esta é uma situação comum numa guerra travada sem uma grande energia ou sem grandes movimentações, mas a condição que deve permanecer constante é que nem temos a intenção de aceitar, nem de sermos obrigados a aceitar, uma batalha naquele tipo de terreno.

d. Falando de uma maneira geral, as montanhas são adequadas para qualquer plano no qual não pretendamos aceitar um grande engajamento, porque nas montanhas cada unidade é mais forte individualmente. Somente a sua força total é que será menor. Além do mais, lá é mais fácil evitar ser apanhado de surpresa e ser obrigado a travar um confronto decisivo.

e. Finalmente, uma rebelião nacional prospera nas montanhas, mas sempre precisa de apoio de pequenas unidades regulares. A proximidade da força principal, por outro lado, parece trabalhar contra ela. Uma rebelião, portanto, raramente justifica que um exército suba as montanhas.

Isto é suficiente com relação às montanhas, do ponto de vista das posições de combate.

2. *O efeito que a posse das montanhas exerce sobre outras áreas.* Assinalamos a facilidade de defender um setor considerável nas montanhas por meio de pequenos destacamentos - destacamentos que seriam pequenos demais para defenderem-se e, portanto, que estariam em perigo constante se estivessem num local mais acessível. Quando o inimigo ocupa as montanhas, todo avanço leva muito mais tempo do que na planície e não se pode esperar, portanto, manter o mesmo ritmo. Ocorre que nas montanhas a posse é um aspeto muito mais importante do que em qualquer outra área de igual tamanho. O campo aberto pode mudar de mãos de um dia para o outro. Só é preciso fazer com que destacamentos poderosos avancem para fazer com que o inimigo renuncie à área desejada. Não é isto o que ocorre nas montanhas, onde forças muito menores podem oferecer uma séria resistência. Se desejarmos tomar um setor montanhoso será necessário realizar uma operação especial, exigindo o dispêndio de muito tempo e esforço, antes que a área possa ser tomada. Muito embora uma cadeia de montanhas possa não ser o palco do combate principal, ela deve ser tratada como sendo totalmente dependente daquele combate - o que seria o caso de uma região mais acessível. A sua tomada e ocupação não devem ser consideradas uma conseqüência automática do avanço.

O terreno montanhoso possui, portanto, uma independência muito maior. A sua posse é mais absoluta e menos passível de mudança. Além do mais, normalmente as encostas externas de uma cadeia de montanhas proporcionam uma boa visão da região em volta, enquanto que o seu próprio interior está oculto, por assim dizer, na mais profunda das noites. Podemos compreender, portanto, que para qualquer um que defronte-se com montanhas que não ocupe, uma cadeia de montanhas representa uma fonte permanente de influência desfavorável e uma forja secreta da força do inimigo. Esta impressão será intensificada se o inimigo não só ocupar as montanhas, mas for também o seu dono de direito. É aí que o menor bando de guerrilheiros corajosos pode encontrar refúgio contra a perseguição, só para surgir são e salvo num ponto diferente. As colunas mais fortes podem passar por elas sem serem observadas, e as forças do atacante devem se manter a uma distância considerável para evitar serem atraídas para a sua área de predominância e lá serem envolvidas numa luta desigual, consistindo em ataques e golpes súbitos que elas serão incapazes de revidar.

É assim que qualquer cadeia de montanhas exerce um efeito contínuo, dentro de um determinado raio, sobre o terreno abaixo localizado à sua volta. Se este efeito será sentido diretamente, por exemplo, no resultado de uma batalha (como em Malsch, no Reno, em 1796), ou se só será sentido sobre as linhas de comunicação após um certo tempo, dependerá da situação. Se este efeito poderá ou não ser superado e afastado através das decisões obtidas no vale ou na planície, dependerá das forças envolvidas.

Em 1805 e em 1809, Bonaparte marchou sobre Viena sem se preocupar muito com o Tirol, mas Moreau teve que abandonar a Suábia em 1796 porque não controlava o terreno montanhoso e teve que dedicar uma parte muito grande da sua força para observá-la. Numa campanha que oscile de um lado para o outro, com forças uniformemente equilibradas, não desejamos ficar expostos à desvantagem constante representada pelas montanhas que continuam em mãos inimigas. Tentaremos, portanto, tomar e ocupar a parte necessária às principais linhas da nossa ofensiva. É por isto que nestes casos as montanhas tendem a ser o principal cenário de pequenos combates entre os dois exércitos. Devemos ter cuidado, entretanto, para não exagerar isto, tratando sempre as montanhas como sendo a chave de toda a situação, e a sua posse como a nossa principal preocupação. Quando estiver em jogo uma vitória, a nossa principal preocupação será a vitória. Tendo sido ela conquistada, podemos lidar com o resto da situação da maneira que a situação permitir.

3. *A eficácia das montanhas como uma barreira estratégica*. Deve ser feita aqui uma distinção entre dois fatores. Uma vez mais, o primeiro é uma batalha decisiva. Podemos tratar uma montanha

como um rio - um obstáculo com determinados pontos de acesso. Ela proporciona uma oportunidade para uma batalha vitoriosa, dividindo o avanço do inimigo e restringindo-o a determinadas estradas, permitindo com isto que ataquemos uma parte da sua força com toda a nossa, que havia sido concentrada no outro lado das montanhas. Mesmo se o atacante desprezar todos os outros fatores, existe um motivo decisivo pelo qual ele não poderá marchar através das montanhas numa única coluna: ele ficaria exposto ao risco fatal de ter que travar uma batalha decisiva tendo apenas uma única linha de retirada. Não há dúvida de que este método de defesa baseia-se, portanto, em argumentos irrefutáveis. Entretanto, como os termos "montanhas" e "acesso às montanhas" são muito vagos, tudo dependerá do próprio terreno. O método pode ser indicado, portanto, simplesmente como uma possibilidade, que envolve também duas desvantagens. A primeira é que um inimigo que tenha sofrido uma derrota encontrará facilmente refúgio nas montanhas; e a segunda, que será ele quem ocupará o terreno mais elevado. Este pode não ser um fator decisivo, mas é uma desvantagem para o defensor.

Não temos notícia de qualquer batalha que tenha sido travada nestas condições, a menos que consideremos a que Alvinczy travou em 1796. Mas a travessia dos Alpes realizada por Bonaparte em 1808 mostra que ela é possível. Mélas poderia e deveria ter caído sobre ele com toda a sua força antes que ele tivesse formado as suas colunas.

O segundo fator é a influência de uma barreira de montanhas sobre as linhas de comunicação do inimigo, onde ela as corta. Totalmente independente dos fortes que bloqueiam os desfiladeiros ou dos efeitos de uma rebelião geral, as más condições das estradas existentes nas montanhas em períodos de mau tempo podem ser suficientes para levar um exército ao desespero. Mais de uma vez elas obrigaram um exército a retirar-se, tendo primeiro desgastado-o completamente. Se além disto houver ataques constantes de guerrilheiros, ou até mesmo uma rebelião geral, o inimigo terá que enviar grande expedições e, finalmente, ocupar pontos sólidos nas montanhas. Ele estará portanto enredado numa guerra ofensiva, na situação mais adversa possível.

4. *Problemas de abastecimento aos quais as montanhas dão srcem* . Esta é uma questão muito simples e fácil de compreender. A maior vantagem que pode advir ao defensor com relação a este aspecto surge quando o atacante permanece nas montanhas, ou pelo menos quando tem que deixá-la na sua retaguarda.

Estas reflexões sobre a guerra defensiva nas montanhas aplicam-se basicamente à guerra de montanhas em geral, na medida em que esclarecem também o conceito de guerra ofensiva. Elas certamente não serão consideradas incorretas ou não práticas simplesmente porque as montanhas não

podem ser transformadas em planícies, ou vice-versa, ou porque a escolha de um teatro de operações é regida por tantos outros fatores que parece haver pouco campo de interesse para argumentos deste tipo. Este campo de interesse, entretanto, não é tão restrito quando aplicado a operações em larga escala. Quando o problema é como dispor a força principal de modo a obter as maiores vantagens - principalmente no momento da batalha decisiva - alguma marchas a mais, para a frente ou para retaguarda, serão suficientes para trazer o exército das montanhas para a planície. Quando toda a força estiver firmemente concentrada ali, as montanhas próximas estarão neutralizadas.

Tendo lançado uma luz sobre a questão em geral, vamos uma vez mais dar um melhor foco à imagem.

Insistimos em dizer, e esperamos ter provado, que de um modo geral as montanhas são inadequadas para a guerra defensiva, tanto do ponto de vista tático como estratégico. A defesa é, neste sentido, do tipo decisivo que determina a questão da posse do país. As montanhas reduzem o nosso controle e retardam os movimentos em todas as direções. Elas impõem passividade e, exigindo que sejam bloqueados todos os meios de acesso, quase que levam a algum grau de guerra de linhas de defesa. Sempre que possível devemos manter, portanto, a nossa força principal fora das montanhas, deixando-as de um lado, ou assumindo uma posição na frente ou atrás delas.

Por outro lado, pensamos que no caso de operações ou de propósitos secundários, o terreno montanhoso aumenta o poderio. Com base no que afirmamos anteriormente, não seremos contraditórios chamando-o de um verdadeiro refúgio para os fracos - para aqueles que não são mais capazes de procurar obter uma decisão absoluta. A sua própria adequabilidade para operações secundárias é uma outra razão para excluir as grandes forças.

Todas estas considerações, entretanto, dificilmente servirão para compensar o impacto psicológico. A imaginação, não só para o neófito mas também para aqueles que foram adestrados nos métodos errados, ficará irresistivelmente impressionada pelas dificuldades oferecidas pelo terreno montanhoso, que, como um elemento denso e hostil, retarda todos os movimentos do atacante. Estas pessoas serão, portanto, grandemente pressionadas a não considerar a nossa opinião, por ser o mais fantástico dos paradoxos. Quando tomamos uma visão mais geral, a história do Século XVIII, com a sua forma peculiar de guerra, assume o lugar destas impressões. Por exemplo, algumas pessoas nunca ficarão convencidas de que teria sido mais fácil para a Áustria defender-se no Reno do que na Itália. Os franceses, por outro lado, tendo guerreado vinte anos sob uma liderança vigorosa e implacável, com o

êxito deste método intensamente estampado em suas mentes, serão por muito tempo ainda os primeiros a aplicar a esta e a outras situações o instinto judicioso, com base numa avaliação experiente.

Pareceria, portanto, que um Estado poderia encontrar uma proteção maior em campo aberto do que nas montanhas. Que a Espanha seria mais forte sem os Pirineus, a Lombardia menos acessível sem os Alpes, e um terreno plano como o norte da Alemanha, mais difícil de conquistar do que um montanhoso como a Hungria. Estas deduções são equivocadas, e isto nos leva às nossas observações finais.

Não afirmamos que a Espanha seria mais forte sem os Pirineus, mas sustentamos que um exército espanhol que sentisse que tinha a força necessária para arriscar uma batalha decisiva seria mais sensato se oferecesse uma resistência concentrada atrás do Ebro do que se dividisse a sua força pelos quinze desfiladeiros dos Pirineus. Isto não vai eliminar o efeito que os Pirineus exercem sobre a guerra. Acreditamos que o mesmo será verdadeiro para um exército italiano. Disperso pelos picos alpinos, não seria um adversário à altura de um oponente decidido, e não poderia escolher entre a vitória e a derrota, mas na planície de Turim as suas possibilidades seriam tão grandes quanto as de qualquer outro exército. Apesar disto, ninguém estará disposto a acreditar que um atacante goste de marchar através de um maciço de montanhas como os Alpes e de deixá-lo em sua retaguarda. Além do mais, a aceitação de uma grande batalha na planície não significa necessariamente que não possa haver uma ação defensiva preliminar, realizada por pequenas unidades nas montanhas. É em cordilheiras como os Alpes ou os Pirineus que estas ações seriam aconselháveis. Finalmente, estamos longe de afirmar que seria mais fácil conquistar um país localizado na planície do que um país montanhoso, a menos que uma única vitória fosse suficiente para desarmar totalmente o inimigo. Após esta vitória, o conquistador assumirá uma postura de defesa e as montanhas serão, portanto, tão inconvenientes para ele quanto foram para o defensor - mais ainda. Se a guerra continuasse, se chegasse uma ajuda externa para o defensor, se o povo pegasse em armas, cada uma destas reações seria reforçada pelas montanhas.

Esta situação pode ser comparada à dióptrica: a imagem torna-se mais luminosa quando é movida numa determinada direção, mas somente até que seja obtido o foco. Uma vez passado este ponto, o efeito é invertido. Se a defesa for mais fraca nas montanhas, isto poderá incentivar o atacante a escolher um caminho nas montanhas para o seu avanço. Isto entretanto só acontece raramente: os problemas de abastecimento e as estradas, a incerteza quanto à possibilidade do inimigo aceitar uma batalha nas montanhas e quanto a empregar ali a sua força principal, são suficientes para contrabalançar quaisquer possíveis vantagens.

LIVRO SEIS

CAPÍTULO DEZESSETE

Guerra Defensiva nas Montanhas - Conclusão

Analisamos no Capítulo Quinze a natureza do combate nas montanhas e no Capítulo Dezesseis os seus empregos estratégicos. Ao longo destas análises, não paramos para explicar o que isto significa em termos de forma e de organização. Examinaremos isto agora, mais detalhadamente.

Muitas vezes as cadeias de montanhas estendem-se pela superfície da terra como tiras ou cinturões, formando as linhas divisórias de sistema inteiros de irrigação. As suas formas básicas repetem-se em partes menores, com cristas e vales saindo da encosta principal e formando por sua vez divisores de águas menores. Era natural, portanto, que se pensasse na guerra defensiva nas montanhas em termos da principal cadeia de montanhas, um obstáculo devido ao seu comprimento e não à sua largura, que atuava como uma extensa barreira. Os geólogos podem não ter chegado ainda a um acordo sobre a srcem das montanhas, nem sobre as leis da sua formação, mas de qualquer modo o padrão dos cursos d'água é o guia mais inequívoco e confiável com relação à estrutura do sistema - tenha este sistema assumido a sua forma através do seu efeito, através da erosão, ou seja o curso d'água o resultado da estrutura. Era natural, portanto, que o planejamento da guerra defensiva nas montanhas fosse orientado pelos cursos d'água. Não só eles proporcionavam uma série natural de níveis, que permitia que se traçasse com precisão a altura geral e o perfil da montanha, mas também os vales que eles formam serão sempre os meios de acesso mais curtos e mais seguros aos pontos mais elevados. De qualquer maneira, sabe-se o seguinte sobre a erosão: ela tende sempre a desgastar os taludes em declive, transformando-os numa única curva regular. A teoria da guerra defensiva nas montanhas que resultou disto trataria uma cadeia de montanhas que corresse de um modo geral paralelamente à frente como constituindo um grande obstáculo à aproximação, um tipo de proteção cujos pontos de entrada eram formados pelos vales. A verdadeira defesa seria realizada na crista mais elevada (isto é, na beira do platô mais elevado da cordilheira) e a sua linha passaria através dos principais vales. Se a cordilheira se estendesse mais, formando ângulos retos com a frente defensiva, a defesa seria realizada num dos seus maiores picos. Ela correria então paralelamente a um grande vale e subiria até o principal divisor de águas, que seria considerado o seu ponto final.

Este formalismo, que baseia a guerra defensiva nas montanhas na estrutura geológica, foi apresentado aqui em linhas gerais porque por algum tempo ele realmente ocupou a imaginação dos teóricos. Na realidade, na assim chamada teoria do terreno, as leis da erosão haviam sido assimiladas à condução da guerra. Tudo isto está, entretanto, tão repleto de premissas errôneas e de analogias desconexas, que não sobrou muita coisa na qual fundamentar qualquer sistema prático sério.

As principais cadeias de montanhas são na realidade demasiadamente inóspitas e inacessíveis para manter uma quantidade qualquer de soldados. Muitas vezes os picos são igualmente ruins - muito pequenos e com uma forma muito irregular. Não existem platôs em todas as cadeias de montanhas e, quando existem, normalmente são demasiadamente estreitos e inóspitos. Na realidade, num exame minucioso, é muito raro encontrar uma cadeia de montanhas que se eleve num único cume uniforme, com lados que transformem-se algo como declives regulares, ou numa série de plataformas. A cordilheira principal torce-se, retorce-se e bifurca-se em enormes espigões que penetram na terra e muitas vezes terminam em picos que elevam-se a alturas superiores à da própria cordilheira principal. As montanhas adjacentes mais baixas formam grandes vales, que não se encaixarão no sistema. Acrescentem a isto que nos pontos em que diversas cordilheiras se encontram, ou de onde elas provém, a idéia de uma tira ou cinturão estreito deve ser totalmente descartada e substituída pela de um grupo de divisores de águas e de cadeias de montanhas em forma de estrela.

O que deve ocorrer - e qualquer pessoa que tenha estudado as montanhas sob este ponto de vista achará isto ainda mais intensamente - é que a idéia de um emprego sistemático de tropas deve ser rejeitada como sendo irrealista demais para servir como base para um plano geral. Mas devemos observar um outro ponto importante na área da aplicação prática.

Se observarmos cuidadosamente os aspectos táticos da guerra nas montanhas, dois problemas principais sobressaem. São a defesa de montanhas íngremes e a defesa de vales estreitos. Esta última, que frequentemente, *na realidade normalmente*, proporciona uma maior eficácia à defesa, não se adequa facilmente às posições localizadas na encosta principal: muitas vezes o próprio vale deve ser ocupado - normalmente no ponto em que ele se abre vindo do maciço de montanhas, e não mais acima onde tem início e onde os seus lados são muito íngremes. Além disto, a defesa de vales proporciona um método de defender um terreno montanhoso, mesmo quando posicionar tropas na encosta principal estiver fora de questão. A importância do papel que ela desempenha aumenta, portanto, com a altura e com a inacessibilidade do maciço.

Todos estes fatores tornarão evidente que devemos desistir completamente de pensar numa linha defensiva razoavelmente regular que coincida com uma característica geológica básica. Devemos pensar nas montanhas como sendo simplesmente uma superfície plana cheia de irregularidades e de obstáculos de todos os tipos, cada parte da qual procuramos utilizar da maneira mais favorável possível. Em suma, embora o conhecimento da estrutura geológica do terreno seja essencial para uma total compreensão da forma do maciço de montanhas, ela raramente será perceptível na organização da defesa.

Nenhum dispositivo que abranja toda uma cadeia de montanhas, e que a defesa siga os seus traços básicos, será encontrada na Guerra da Sucessão Austríaca, nem na Guerra dos Sete Anos ou nas guerras da Revolução. Os exércitos nunca foram encontrados na encosta principal, mas sempre nos declives: na parte mais alta, ou mais abaixo, voltados para esta ou para aquela direção - formando uma linha paralela, em ângulos retos, ou obliquamente, seguindo o curso d'água ou atravessando-o, nas cordilheiras mais altas como os Alpes, muitas vezes até mesmo continuando ao longo do fundo de um vale e, a maior anomalia de todas, nos pequenos vales, tais como os dos Sudetos, na metade do declive oposto ao do defensor, de modo que a encosta principal estivesse voltada para eles. Esta era a situação quando Frederico o Grande protegeu o sítio de Schweidnitz em 1762, com as elevações do Hohe Eule voltadas para a frente do seu acampamento.

As famosas posições de Schmottseifen e de Landeshut na Guerra dos Seta Anos estavam localizadas em sua maior parte no fundo do vale. O mesmo ocorreu com a posição de Feldkirch no Vorarlberg. Nas campanhas de 1799 e 1800, tanto os franceses como os austríacos estabeleceram os seus principais destacamentos no próprio vale - não simplesmente estendendo-os ao longo do vale de modo a formar barreiras, mas ao longo de todo o seu comprimento, enquanto que os cumes ou foram deixados desocupados ou foram ocupados apenas por destacamentos isolados.

Os cumes dos Altos Alpes são de fato tão inacessíveis e inóspitos que eliminam portanto a possibilidade de ocupá-los com forças significativas. Se alguém insistir em posicionar tropas nas áreas montanhosas para controlá-las, não poderá fazer mais nada além de posicioná-las nos vales. À primeira vista isto deve parecer um absurdo, porque a teoria aceita é que os vales são controlados pelas encostas. Mas na prática as coisas não são tão más assim. Os cumes só podem ser atingidos através de algumas trilhas e picadas, e normalmente só a pé. Todas as estradas estão nos vales. Consequentemente, a infantaria do inimigo só poderá surgir em alguns pontos isolados, mas as distâncias nestas cadeias de montanhas são grandes demais para que as arma de fogo portáteis sejam eficazes. Assim, as posições

nos vales são menos perigosas do que parecem. Evidentemente, entretanto, nos vales a defesa fica exposta a um outro sério perigo - o de ser cercada. O inimigo só pode, é verdade, fazer com que a infantaria desça para os vales passando por alguns poucos pontos, e mesmo assim só poderá fazer isto lentamente e com muito esforço. Consequentemente, não pode ser obtida a surpresa, mas se não houver qualquer destacamento defendendo os pontos nos quais estas trilhas dão para o vale, o inimigo eventualmente poderá ter êxito descendo com superioridade numérica e abrindo em forma de leque. Ele será capaz então de romper a frágil linha, que se tornou agora totalmente impotente, sendo o leito pedregoso de um riacho raso vindo das montanhas a sua única proteção. Uma retirada que tenha que ser realizada ao longo do fundo do vale, aos saltos, até que seja achada uma saída para as montanhas, torna-se impossível para muitas partes da linha. Isto explica porque na Suíça os austríacos quase sempre perdiam um terço ou a metade dos seus homens como prisioneiros.

Agora, mais algumas palavras sobre até que ponto são normalmente divididas as forças nestas missões defensivas.

Todas estas disposições baseiam-se na posição assumida pela força principal ao longo da principal via de acesso, mais ou menos perto do centro da linha geral. Outras unidades serão enviadas para a direita ou para a esquerda daquele ponto, para ocupar os pontos de acesso mais importantes, e o conjunto formará, portanto, uma posição constituída de três, quatro, cinco, seis ou mais destacamentos, dispostos mais ou menos em linha. Até que ponto é necessário ou sensato estender esta posição dependerá de cada situação. A distância equivalente a algumas marchas, digamos de trinta a quarenta milhas, é uma extensão razoável, e há registro de casos em que a posição estendeu-se por 100 ou 150 milhas.

Entre cada destacamento, que estão a uma distância de umas poucas horas um do outro, pode-se encontrar outras vias de acesso menos importantes, posições favoráveis para alguns batalhões, adequadas para fazer a ligação entre as posições principais. Consequentemente, estas via de acesso serão ocupadas. Podemos facilmente imaginar que as forças poderiam ser subdivididas ainda mais, até chegar a companhias e esquadrões - o que de fato tem sido feito. Na realidade, não existe um limite genérico para o processo de pulverização. Por outro lado, o poderio de cada destacamento dependerá do poderio do conjunto, e só isto já torna impossível afirmar o grau de poderio provável, ou normal, que possuem as principais posições. Simplesmente como orientação, oferecemos algumas proposições extraídas da experiência e da natureza do caso.

1. Quanto mais altas e menos acessíveis forem as montanhas, mais divididas terão que ser as forças. Na realidade, quanto mais elas *deverem ser divididas*, devido à menor área que poderá ser protegida através de combinações baseadas no movimento, mais a sua segurança deverá ser proporcionada através de uma proteção direta. Uma defesa nos Alpes exigirá uma subdivisão muito maior e aproximar-se-á mais do método de linha de defesa do que no Vosges ou no Riesengebirge.

2. Até agora, na guerra defensiva nas montanhas, normalmente as forças têm sido divididas de modo a dar aos principais destacamentos uma única linha de infantaria, apoiada por alguns esquadrões de cavalaria. Só a força principal, que está posicionada no centro, pode ter possivelmente alguns batalhões na segunda linha de batalha.

3. Tem havido apenas uns poucos casos de ter sido mantida uma reserva estratégica na retaguarda para reforçar os pontos que estivessem sob ataque: em primeiro lugar, achava-se de um modo geral que uma frente tão amplamente estendida seria fraca demais em todos os pontos. A proteção para os destacamentos sob ataque era, portanto, trazida de outros destacamentos existentes na linha, que não tivessem sido atacados.

4. Mesmo quando as forças não haviam sido muito subdivididas, e cada destacamento era portanto razoavelmente mais forte, a principal resistência oferecida por eles assumia sempre a forma de uma defesa local. Tendo o inimigo tomado a posse total de um destacamento, era considerado impossível recuperá-lo através de quaisquer reforços que pudessem chegar até ele.

O quanto devemos esperar da guerra defensiva nas montanhas; quando deve ser ela empregada; até que ponto podemos e devemos ir, estendendo e subdividindo as forças - estas são questões que o teórico deve deixar a critério do General. Para um teórico, basta que ele apresente os meios e o papel que desempenham nas operações militares.

Um General que se deixe ser derrotado de maneira definitiva, estando com uma posição estendida nas montanhas, merece ser submetido à corte marcial.

CAPÍTULO DEZOITO

A Defesa de Rios e Riachos

Se analisarmos a defesa de rios e de grandes riachos, veremos que eles pertencem, assim como as montanhas, à categoria das barreiras estratégicas. Mas eles diferem das montanhas de duas maneiras. Uma com relação à sua defesa relativa, outra com relação à sua defesa absoluta.

Assim como as montanhas, eles reforçam uma defesa limitada, mas a sua característica peculiar é que atuam como uma ferramenta feita de um material duro e quebradiço: ou resistem ao mais intenso dos golpes sem sofrer qualquer mossa, ou a sua capacidade defensiva se despedaça e cessa completamente. Se o rio for muito largo e todas as outras condições forem favoráveis, uma travessia pode ser totalmente impossível. Mas tendo sido rompida a defesa em qualquer ponto, não ocorre o tipo de resistência em profundidade que ocorreria nas montanhas. A questão é resolvida num único ato, a menos que o rio corra através de um terreno montanhoso.

A outra característica do rio, no que diz respeito à sua relação com o combate, é que ele geralmente permite possibilidades táticas mais favoráveis e, em alguns casos, excelentes, para uma batalha decisiva. Normalmente melhores do que as que as proporcionadas pelas montanhas.

O que os rios e as montanhas têm em comum é que ambos são objetivos perigosos e tentadores, que muitas vezes têm levado a decisões erradas e a situações perigosas. Quando chegarmos a uma análise mais detalhada da defesa de rios chamaremos a atenção para estas conexões.

Os exemplos históricos de defesa de rios bem sucedida são razoavelmente raros, justificando a opinião de que eles não constituem barreiras tão formidáveis como as pessoas costumavam pensar na época em que os sistemas de defesa absoluta utilizavam todos os meios de reforço oferecidos pelo terreno. Apesar disto, um rio é indubitavelmente um componente ativo num engajamento, bem como na defesa do país em geral.

Para dar alguma coesão e perspectiva, vamos relacionar os vários aspectos a partir dos quais será examinada a questão.

Em primeiro lugar, e de um modo geral, devemos fazer uma distinção entre o valor estratégico proporcionado pela defesa dos rios e a influência que eles exercem sobre a defesa do país, sem que eles próprios sejam defendidos.

A importância da defesa propriamente dita pode ser de três tipos diferentes:

1. Uma resistência absoluta oferecida pela força principal.
2. Uma mera demonstração de resistência.
3. Uma resistência limitada oferecida por elementos secundários, tais como postos avançados, linhas de defesa, grupos destacados e assim por diante.

Finalmente, temos que fazer uma distinção entre os três principais graus, ou tipos, que a forma de defesa pode assumir:

1. Defesa direta, destinada a impedir uma travessia.
2. Uma forma mais indireta, na qual o rio e o seu vale só servem como componentes para uma disposição tática mais favorável.
3. Uma defesa totalmente direta, que consiste em ocupar uma posição inexpugnável no lado do rio em que se encontra o inimigo.

Estes três graus formarão a estrutura da nossa análise, e quando cada um deles tiver sido examinado à luz da primeira e mais importante das considerações, concluiremos analisando as outras duas considerações. Vejamos, portanto, em primeiro lugar a defesa direta, que tenta impedir que o exército inimigo atravesse o rio.

Esta defesa só pode ser empregada no caso de grandes rios - isto é, de grandes massas de água.

A associação de espaço, tempo e força, que devem ser considerados os elementos fundamentais desta teoria de defesa, faz dela uma questão razoavelmente complexa. Consequentemente, não é fácil encontrar um ponto de partida fixo. Através de uma cuidadosa reflexão, chegamos às seguintes conclusões:

Os intervalos nos quais devem ser posicionadas as unidades que estão defendendo o rio são determinados pelo tempo necessário para construir uma ponte. Devemos dividir o comprimento total da linha defensiva por estes intervalos, para encontrar o número de unidades. Em seguida, dividir este número pelo efetivo total disponível para encontrar o efetivo de cada unidade. Comparando este número com o número de soldados com os quais o inimigo pode atravessar o rio utilizando outros meios enquanto a ponte estiver sendo construída, podemos avaliar as probabilidades de uma defesa bem sucedida. A menos que a defesa seja capaz de atacar quaisquer unidades inimigas que atravessem

o rio antes que a ponte esteja terminada, com uma força realmente superior - digamos de dois para um - seria perigoso supor que o inimigo não possa forçar uma travessia.

Suponhamos, por exemplo, que o inimigo precise de vinte e quatro horas para construir a sua ponte. Ele não pode fazer com que mais de 20.000 homens atravessem o rio neste período de tempo utilizando outros meios, e se a defesa puder concentrar o mesmo número de homens em qualquer ponto em cerca de doze horas, nenhuma travessia poderá ser forçada. Os 20.000 estarão lá no momento em que o inimigo tiver atravessado a metade deste número utilizando embarcações. Levando em consideração o tempo necessário para as transmitir as mensagens, podemos marchar vinte milhas em doze horas. Seriam necessários, portanto, 20.000 homens para cada quarenta milhas, ou 60.000 para a defesa de uma frente fluvial de 120 milhas. Para isto, seria suficiente enviar 20.000 homens para qualquer ponto, mesmo se o inimigo tentasse atravessar o rio em dois pontos simultaneamente, e o dobro deste número se ele não tentasse fazer isto.

Os três fatores predominantes são os seguintes:

(1) a largura do rio;

(2) o meio de atravessá-lo, uma vez que os dois determinam o tempo necessário para construir uma ponte e o número de homens que poderão atravessar enquanto ela estiver sendo construída;

(3) o efetivo da força defensora.

O poderio do atacante não é importante neste estágio. Esta teoria levaria à opinião de que existe um ponto no qual uma travessia deixa totalmente de ser possível, e no qual nenhum grau de superioridade de forças poderá forçá-la.

Esta é a teoria básica da defesa direta de um rio - quer dizer, de uma defesa destinada a impedir que o inimigo termine a sua ponte e atravesse o rio por outros meios. Ela não leva em conta o efeito de quaisquer demonstrações que o inimigo possa fazer. Vamos examinar agora as situações específicas e as medidas exigidas por este tipo de defesa.

Se, para começar, desprezarmos todos os detalhes geográficos, bastará dizer que as unidades necessárias, de acordo com esta opinião, devem ser posicionadas diretamente na margem do rio, cada uma numa disposição concentrada. Elas devem ficar na margem do rio porque qualquer posição mais para trás aumentaria desnecessariamente as distâncias que devem ser percorridas. Como a largura do rio protege a posição contra qualquer atividade inimiga séria, não há necessidade de mantê-la à distância, como uma força de reserva numa linha defensiva comum. Além disto, geralmente as estradas que correm paralelamente ao rio são mais transitáveis do que as que levam a ele. Finalmente, não há

dúvida de que este tipo de posição tornará possível observar o rio melhor do que uma mera cadeia de destacamentos, principalmente porque todos os oficiais mais antigos estarão facilmente à mão. Cada unidade deve ser mantida concentrada, senão os nossos cálculos teriam que ser alterados. Qualquer pessoa que saiba qual o tempo necessário para formar uma unidade reconhecerá que ter as unidades já concentradas assegurará uma maior eficácia à defesa. À primeira vista pode ser muito tentador estabelecer uma linha de destacamentos para impedir que o inimigo atravesse de barco, mas exceto em alguns pontos especialmente adequados para embarque, este dispositivo será extremamente insensato. Fora o perigo de que o inimigo possa de um modo geral eliminar, da margem oposta, um destacamento destes por meio de um poder de fogo superior, isto provavelmente seria um total desperdício de força. Tudo que será obtido por um destacamento destes é que o inimigo escolherá um outro ponto para atravessar. A menos, portanto, que sejamos suficientemente fortes para tratar e defender o rio como se fosse um fosso em volta de uma fortificação - e neste caso não precisamos de nenhuma outra recomendação - esta defesa da própria margem do rio será necessariamente infrutífera.

Além destes princípios gerais sobre a disposição das forças, devemos levar em conta, em primeiro lugar, as características específicas do rio. Em segundo lugar, a retirada de todos os meios de travessia e, em terceiro lugar, o efeito exercido pelas fortificações sobre o rio.

Se considerarmos o rio como sendo uma linha defensiva, ele deve ter pontos de proteção em cada extremidade, como o oceano ou um território neutro, ou outros fatores que impeçam que o inimigo atravesse acima ou abaixo do setor defendido. Só haverá estes pontos de proteção, ou outras condições, se a linha for extremamente longa, e torna evidente que a defesa de rios deve prolongar-se a distâncias consideráveis. Não é, portanto, uma idéia prática (e não precisamos nos preocupar com qualquer outro tipo) defender um rio concentrando uma grande força num trecho relativamente curto desse rio. Por *um trecho relativamente curto da frente do rio*, referimo-nos a uma distância não muito maior do que a extensão normal de uma posição em que não haja qualquer rio. Insistimos em afirmar que casos desta natureza não ocorrem. Qualquer defesa direta de um rio deve ser sempre estendida até que eqüivalha a um tipo de linha de defesa. Não é recomendado, portanto, opor-se a qualquer envolvimento inimigo através de métodos que seriam normais numa disposição concentrada. Consequentemente, quando um envolvimento for possível, a defesa direta de um rio, por mais promissora que seja em outras circunstâncias, é uma questão muito arriscada.

Com relação ao rio entre estes limites, evidentemente nem todos os pontos serão igualmente apropriados para uma travessia. Podemos examinar um pouco mais isto de uma maneira geral, mas não

podemos conceituar realmente as possibilidades, uma vez que as mais ligeiras variações muitas vezes superam os argumentos mais sólidos apresentados nos livros. De qualquer modo, esta conceituação seria totalmente inútil. Uma olhada para um rio, juntamente com as informações recebidas dos habitantes locais, proporcionará uma orientação e não há necessidade de recorrer aos livros.

Num sentido geral, diríamos que as características que mais favorecem uma travessia são as estradas que correm ao longo do rio, os afluentes que correm para ele, grandes cidades localizadas nas suas margens e, acima de tudo, as suas ilhas. Por outro lado, as características que tendem a ser ressaltadas na literatura, tais como a maior elevação de uma das margens do rio, ou uma curva no seu curso no ponto da travessia, raramente revelaram ser de grande importância. A razão é que a influência exercida por estes fatores está restrita ao conceito limitado de uma defesa absoluta das margens, uma questão que raramente surge, se é que surge, no caso dos rios maiores.

Qualquer coisa que torne a travessia mais fácil num ponto do que em outro está fadada a afetar a posição e a modificar em alguns aspectos a regra matemática geral, mas não seria sensato desviar-se demais desta regra e confiar demasiadamente nas dificuldades oferecidas por determinados pontos. O inimigo escolherá os locais menos favorecidos pela natureza, se puder estar certo de que é menos provável que nos encontre ali.

De qualquer maneira, uma medida que pode ser recomendada é a maior ocupação possível das ilhas existentes no rio. Um sério ataque contra elas é a indicação mais segura do ponto de travessia pretendido.

Espera-se que as unidades posicionadas na margem do rio movimentem-se rio acima ou rio abaixo, como a situação possa exigir. Se nenhuma das estradas existentes correr paralelamente ao rio, a melhoria da trilha paralela mais próxima, ou alternativamente a construção de pequenos trechos de novas estradas, podem ser incluídas entre os preparativos mais importantes que a defesa pode fazer.

O segundo ponto que está sendo analisado é a eliminação dos meios de travessia. Esta não é uma questão relativa ao rio propriamente dito e, de qualquer modo, exige muito tempo. Nos afluentes, principalmente naqueles no lado do inimigo, isto é quase impossível, pois normalmente eles já estarão em poder do inimigo. É mais importante, portanto, interditar a foz de qualquer afluente por meio de fortificações.

Os meios de travessia que o inimigo traz com ele - isto é, pontões - raramente serão suficientes para os grandes rios. Consequentemente, muita coisa dependerá do material para a construção de barcos e de balsas que ele possa encontrar no próprio rio e nos seus afluentes, nas grandes cidades

existentes ao longo das suas margens e, finalmente, nos bosques ou florestas próximos. Tem havido casos em que todas estas circunstâncias trabalharam contra ele a ponto de tornar uma travessia praticamente impossível.

Finalmente, existem as fortificações localizadas em qualquer das margens, ou somente na do inimigo. Elas servem não só como proteção contra uma travessia nas suas proximidades, como também como um meio de interditar os afluentes e de armazenar o material que possa ser utilizado para a travessia.

Isto é o bastante com relação à defesa direta dos rios, que pressupõe uma grande massa d'água. O acréscimo de uma garganta profunda e estreita, ou de margens pantanosas, certamente aumentará as dificuldades da travessia e a eficácia da defesa, mas elas nunca poderão substituir uma grande massa d'água, porque não constituem uma grande interrupção do terreno, que é o *primeiro requisito* da defesa direta.

Surge a questão relativa ao papel desempenhado por esta defesa direta de um rio no plano estratégico de uma campanha. Devemos admitir que ela nunca poderá levar a uma vitória decisiva, em parte porque a sua finalidade não é impedir que o inimigo atravesse o rio, mas sim esmagar a primeira força considerável que ele tiver desembarcado, e em parte porque o próprio rio nos impede de aproveitar quaisquer vantagens obtidas, através de um vigoroso contra-ataque.

Por outro lado, muitas vezes este tipo de defesa de rios pode ganhar um tempo considerável - e tempo é, afinal de contas, do que provavelmente o defensor mais necessita. Leva tempo para reunir os meios de atravessar o rio. Se diversas tentativas de atravessá-lo falharem, mais tempo ainda terá sido ganho. Se o inimigo alterar a sua direção devido ao rio, sem dúvida a defesa obterá outras vantagens ainda. Finalmente, em todas as situações em que o inimigo não estiver determinado a avançar, o rio deterá os seus movimentos e servirá como uma barreira de proteção permanente para o país.

Quando estiverem envolvidas duas forças consideráveis, o rio for largo e as condições forem favoráveis, a defesa direta de um rio pode ser considerada um excelente recurso, e pode render benefícios que nos últimos tempos têm recebido muito pouca atenção devido aos fracassos que foram causados por meios insuficientes. Os requisitos acima mencionados são, afinal de contas, facilmente atendidos por rios como o Reno e o Danúbio. Se pudermos manter uma defesa eficaz contra forças consideravelmente superiores por mais de 120 milhas de rio, utilizando 60.000 homens, podemos perfeitamente considerar isto uma façanha digna de nota.

Voltemos uma vez mais à expressão "*forças consideravelmente superiores*". Dissemos em linhas gerais que, em tese, tudo dependerá dos meios de travessia e nada da força que está procurando atravessar, desde que não seja inferior à que está defendendo o rio. Estranho como isto possa parecer, é apesar de tudo verdadeiro. Mas não devemos nos esquecer de que a maioria, ou praticamente todas, as defesas de rios não possuem quaisquer pontos de proteção absoluta. Todos podem ser envolvidos e uma grande superioridade numérica facilitará significativamente a operação de envolvimento.

Devemos lembrar-nos também de que uma defesa direta destas, mesmo se for superada pelo inimigo, não pode ser equiparada a uma batalha perdida. Menos ainda pode levar a uma derrota total: somente uma parte das nossas tropas terá sido envolvida e o inimigo, retardado pela sua passagem lenta através da ponte, não poderá dar prosseguimento imediatamente à sua vitória. Por estas três razões, não devemos subestimar este método de defesa.

O que importa em todas as questões práticas é encontrar o ponto de vista válido. Assim, na defesa de um rio, faz uma grande diferença se temos a noção correta de toda a posição: algum elemento aparentemente banal pode alterar significativamente a situação. O que pode ter sido uma medida eficaz e correta num caso, pode ser um erro desastroso em outro. A dificuldade de avaliar tudo corretamente e de deixar de imaginar que um rio é igual a outro, talvez seja maior neste caso. É por isto que devemos precaver-nos constantemente contra o perigo de empregar os métodos errados, ou de interpretar incorretamente os fatos. Devemos acrescentar inequivocamente, entretanto, que consideramos estar abaixo da nossa dignidade mencionar o clamor daqueles cujas emoções obscuras e mentes ainda mais obscuras os induzem a esperar tudo do ataque e do movimento, e cuja idéia de guerra resume-se num hussardo galopando e brandindo a sua espada.

Mesmo quando eles realmente têm razão, estas idéias e sentimentos nem sempre serão suficientes (basta citar o famoso "ditador" Wedel em Zullichau, em 1759)[1], mas o que é pior, na maior parte do tempo eles não se aplicam. Eles deixam o comandante em apuros, exatamente no momento em que ele está cercado por uma grande quantidade de problemas altamente complexos.

Na nossa opinião, portanto, enquanto não tivermos um propósito maior do que uma modesta negação, a defesa direta de um rio, com um grande número de soldados e nas condições adequadas,

[1] Em 1759, Frederico substituiu o comandante do corpo do exército prussiano que estava operando contra os russos, nomeando Karl Heinrich v. Wedel. Como Wedel era mais moderno do que outros Generais daquele corpo, Frederico escreveu uma carta em que confirmava a sua autoridade suprema: "Ele, General-de-Divisão v. Wedel, representa no exército o que um Ditador representava na época Romana." A posição de Wedel em Zullichau impediu que os russos atravessassem o Oder naquele ponto, mas eles ameaçaram

cruzá-lo mais ao norte e quando Wedel, embora com uma inferioridade numérica de dois para um, atacou-os em Kay, em 23 de Julho, foi gravemente derrotado. Eds.

pode produzir bons resultados. Mas isto não se aplica às pequenas unidades. Embora 60.000 homens dispostos ao longo de um trecho do rio sejam capazes de impedir que 100.000 o atravessem, 10.000 dispostos no mesmo trecho não serão capazes de impedir a travessia de um grupo de 10.000 - provavelmente nem mesmo a metade deste número, desde que estes estejam dispostos a correr o risco de colocar-se no mesmo lado do rio em que estiver um defensor que tenha uma superioridade numérica tão grande. A questão é clara, pois os meios de travessia são os mesmos em ambos os casos.

Até aqui falamos pouco sobre a questão das simulações, uma vez que raramente elas têm participação na defesa direta de um rio. O motivo para isto é em parte que este método de defesa não exige a concentração de um exército num ponto, mas atribui a cada unidade o seu próprio setor a ser defendido, e em parte porque, nas condições imaginadas aqui, simular uma travessia é uma coisa extremamente difícil. Quando os próprios meios de travessia forem escassos - menos do que o atacante acha que precisa para assegurar o êxito da sua operação - dificilmente ele desejará, ou terá a possibilidade, de destinar uma considerável parte deles para uma simulação. De qualquer modo, as forças que ele pode atravessar no verdadeiro ponto de travessia estariam reduzidas daquela parte. Com isto, o outro lado ganharia em tempo o que poderia ter perdido devido à incerteza.

A defesa direta de um rio, de um modo geral, só é adequada para os maiores rios europeus, e somente na metade inferior do seu curso.

A segunda forma de defesa é adequada para pequenos rios e vales profundos - frequentemente até mesmo para rios e vales insignificantes. Ela consiste em assumir uma posição mais para a retaguarda. A distância deve ser tal que torne possível pegar o exército inimigo dividido em unidades separadas se ele atravessar o rio em vários pontos, ou, se ele atravessar num único ponto, pegá-lo perto do rio, onde estará restrito a uma única ponte, ou estrada. Um exército cuja retaguarda esteja voltada para um rio, ou confinada num vale profundo e que esteja restrito a uma única linha de retirada, estará numa situação extremamente desvantajosa para a batalha. A defesa de todos os rios de tamanho moderado e de vales profundos consiste em aproveitar estas circunstâncias.

A disposição de um exército em grandes unidades perto de um rio - o que consideramos ser melhor para uma defesa direta - pressupõe que o inimigo não possa atravessar de surpresa e com uma grande força, senão o risco de ter as nossas forças separadas e serem derrotadas individualmente seria grande demais. Assim, se as condições não forem suficientemente favoráveis para a defesa do rio, se o inimigo puder colocar as suas mãos em inúmeros meios de travessia, se o rio tiver ilhas demais, ou até

mesmo baixios que permitam uma travessia, se não for suficientemente largo, ou se as nossas forças forem fracas demais, este método de defesa não deve ser considerado. Para que as tropas possam ficar em estreito contato umas com as outras, devem afastar-se a alguma distância do rio. O que falta fazer é convergir o mais rapidamente possível sobre o ponto de travessia do inimigo e atacá-lo antes que ele domine uma parte da margem do rio que seja suficiente para permitir que ele atravesse em diversos outros pontos. Neste caso, o rio ou o vale devem ser vigiados e levemente defendidos por uma cadeia de destacamentos avançados, enquanto o exército, dividido em vários grupos, assume uma posição em pontos adequados, a alguma distância do rio - normalmente o equivalente a umas poucas horas de marcha.

O aspecto importante aqui é a passagem através do estreito vale do rio. O que importa não é apenas a massa d'água como tal, mas a passagem como um todo. De um modo geral, um desfiladeiro profundo e rochoso tem mais importância do que um rio de largura considerável. As dificuldades oferecidas pela marcha de um grupo significativo de tropas através de uma passagem estreita são na realidade muito maiores do que aparentam ser à primeira vista. O tempo que demanda é considerável, e o risco de que neste ínterim o inimigo possa tomar as elevações em volta é extremamente perturbador. Se as unidades que vão na frente estiverem muito adiantadas, enfrentarão o inimigo cedo demais e correrão o perigo de serem esmagadas por uma força superior. Se permanecerem perto do ponto de travessia, estarão na pior situação possível para o combate. Atravessar uma linha divisória de águas destas com a intenção de enfrentar o inimigo no outro lado é, portanto, extremamente ousado e pressupõe a existência de uma grande superioridade numérica e autoconfiança por parte do comandante.

Este tipo de linha defensiva não pode estender-se, evidentemente, tanto quanto se estenderia no caso da defesa direta de um grande rio: deseja-se combater com toda a força unida e, não importa o quanto sejam difíceis os pontos de travessia, não podem ser comparados aos de um grande rio. O inimigo estará, portanto, numa situação muito melhor para envolver a nossa linha. Por outro lado, isto o afastará da sua verdadeira direção (supondo, evidentemente, que ele avance formando aproximadamente um ângulo reto com a linha divisória de águas) e a desvantagem de uma linha de retirada estreitada não é totalmente superada de uma só vez, mas apenas gradativamente. O defensor ainda continuará, portanto, levando alguma vantagem sobre o atacante, mesmo se não o pegar na fase crítica, mas somente após o seu envolvimento ter-lhe dado uma liberdade de ação bem maior.

Quando falamos de rios, não estamos interessados apenas na massa d'água, mas, no que é quase mais importante, nas profundas depressões formadas pelos seus vales. Devemos deixar claro acima de tudo, portanto, que não estamos referindo-nos aos vales montanhosos normais, uma vez que tudo que foi dito com relação à guerra nas montanhas se aplicaria a eles. Mas existe uma grande quantidade de campo aberto, mesmo quando os menores riachos correm entre margens escarpadas. Além disto, as margens pantanosas e outros obstáculos à aproximação pertencem a esta categoria.

Nestas condições, portanto, a situação de um exército que defende por trás de um rio de tamanho razoável é muito vantajosa. Este tipo de defesa de rios deve ser considerada um dos melhores recursos estratégicos.

A sua fragilidade, o ponto em que o defensor pode facilmente se dar mal, está na extensão excessiva das suas forças. É perfeitamente natural, numa situação destas, estender as nossas forças de um ponto de travessia até o próximo, sem saber onde parar. Mas se não pudermos combater com o exército unido, todo o empreendimento terá fracassado. Um engajamento perdido, uma retirada inevitável, confusão e baixas de todos os tipos podem levar o exército à beira de um desastre total, mesmo que ele não lute até o fim.

Basta dizer que não devemos estender demais as nossas forças e que, de qualquer modo, devemos ser capazes de reunir as nossas tropas no fim do dia em que o inimigo tiver feito a travessia. Este princípio tomará o lugar de todas as considerações anteriores sobre força e espaço, que dependem de uma variedade de fatores locais.

A batalha resultante destas condições está fadada a ter uma característica peculiar: o defensor deve demonstrar a máxima impetuosidade. As dissimulações com as quais o inimigo provavelmente o terá deixado por algum tempo querendo adivinhar onde ele iria atravessar, normalmente só permitirão que ele chegue ao local certo no último minuto. As vantagens especiais desta situação estão na difícil situação daquelas tropas inimigas que encontram-se diretamente opostas a ela. Se chegarem outras forças vindas de outros pontos de travessia e o cercarem, ele não poderá enfrentá-las da maneira normal, através de contra-ataques constantes vindos da retaguarda. Se fizer isto, perderá as vantagens da sua situação. Ele deve decidir a questão antes que estas tropas adicionais comecem a pressioná-lo - em outras palavras, deve atacar quaisquer tropas que estejam à sua frente, com a máxima velocidade e com extremo vigor e, através da sua derrota, obter uma decisão para o confronto como um todo.

Devemos lembrar-nos de que a finalidade *deste* tipo de defesa de rios nunca pode ser resistir a uma força muito superior, como poderia ser talvez no caso da defesa direta de um grande rio.

Normalmente teremos que lidar com a maior parte da força do inimigo e, mesmo que isto ocorra em condições favoráveis, é fácil perceber que deveremos contar com a disparidade de forças.

Isto continua sendo verdadeiro na defesa de rios de tamanho médio e de vales profundos, quando estiverem envolvidas grandes forças. Forças que procurem obter uma vitória decisiva e cuja resistência efetiva que possa ser mantida na margem do vale não tenha comparação com os inconvenientes de uma posição dispersa. Se tudo o que é necessário, entretanto, é o reforço de uma linha de defesa secundária, que é destinada a resistir por algum tempo e que depende da chegada de reforços, uma defesa direta das encostas e, até mesmo das margens do rio, deverá estar de fato em ordem. Embora não possamos esperar ter as vantagens de uma posição nas montanhas, aqui a resistência poderá ser mantida por mais tempo do que num terreno normal. A única situação na qual ela seria realmente arriscada, ou impossível, é se o rio serpentear formando curvas no formato de grampos de cabelo, que é exatamente o que os rios existentes em vales profundos são capazes de fazer. (Vejam o curso do Moselle na Alemanha). Neste caso, as unidades que estão defendendo os salientes formados pelas curvas quase que certamente serão perdidas em caso de uma retirada.

Um grande rio obviamente oferece as mesmas possibilidades de defesa que as que atribuímos aos rios de tamanho médio onde estiver engajado o grosso do exército, e sob condições muito mais favoráveis. Invariavelmente esta defesa será empregada quando o defensor procurar obter a vitória total. Aspern é um exemplo deste caso.

Surge uma situação completamente diferente quando um exército ocupa um rio, um riacho ou um vale profundo localizado *próximo* à sua frente, para obter um obstáculo tático à aproximação, *um fortalecimento tático da sua frente*. Um estudo mais detalhado desta questão pertence ao campo da tática, mas em termos da sua eficácia, só podemos chamá-la de auto-ilusão. Se o rio for suficientemente grande, ele tornará inexpugnáveis as frentes da posição, mas como não é mais difícil contornar esta frente do que qualquer outra, o efeito é quase o mesmo que o que seria obtido se o defensor tivesse fugido do atacante - que dificilmente teria em primeiro lugar a intenção de ocupar a posição. Este tipo de posição, entretanto, só é útil quando as condições locais tornarem as linhas de comunicação do atacante tão desfavoráveis que qualquer desvio do caminho mais direto acarretasse consequências inaceitáveis.

Nesta segunda forma de defesa, as dissimulações constituem uma ameaça muito maior. O atacante achará mais fácil realizá-las, enquanto que o defensor ainda terá que concentrar toda a sua força no verdadeiro ponto de travessia. O defensor, entretanto, não estará sendo tão pressionado

naquele momento porque a vantagem continuará com ele até que a força atacante esteja totalmente concentrada e tiver ocupado diversos pontos de travessia, enquanto que as dissimulações inimigas nunca serão tão eficazes quanto seriam numa linha de defesa, onde nenhum centímetro de terreno pode de modo algum ser cedido. Quando se emprega a reserva, portanto, os problemas são totalmente diferentes. Num caso, é simplesmente uma questão de saber onde encontra-se a força principal inimiga. No outro, é um problema bem mais difícil, de adivinhar qual será o primeiro ponto a ser invadido.

Acrescentaríamos um comentário genérico com relação a qualquer forma de defesa de grandes ou de pequenos rios: se ela tiver sido adotada na pressa e na confusão da retirada, sem uma preparação, sem preparar os meios de travessia e sem conhecer bem o terreno, não terá qualquer possibilidade de produzir os resultados acima descritos. Normalmente não se pode esperar nada parecido e, portanto, será um erro grave dispersar demais uma força ao longo de uma posição estendida.

De qualquer modo, como na guerra tudo pode dar errado, a menos que seja feito com pleno conhecimento, firmeza e convicção, o mesmo será verdadeiro com relação a defender um rio por temor de enfrentar o inimigo numa batalha franca, e na esperança de que a largura do rio, ou a profundidade da sua calha, o detenha. Estas decisões revelam uma falta de confiança na situação. Muitas vezes enchem o General e o exército de pressentimentos terríveis, que normalmente transformas-se muito rapidamente em realidade. Afinal de contas, uma batalha travada em campo aberto não é como um duelo, que pressupõe igualdade de condições: o defensor que for incapaz de aproveitar uma característica especial da defesa, ou utilizando marchas forçadas, ou através do seu profundo conhecimento do terreno e da liberdade de movimentos, terá poucas esperanças de vencer. Em último caso ele poderá procurar um rio ou o seu vale como salvação.

A terceira forma de defesa é através de uma posição sólida que ocupemos no lado do rio pertencente ao inimigo. A sua eficácia baseia-se no risco a que está sujeito o inimigo de que o rio atravesse as suas linhas de comunicação após ele o haver atravessado, ficando ele restrito portanto a uma ou duas pontes. Obviamente isto só ocorrerá com grandes rios, que sejam largos e profundos. Não se aplica a um rio que corra num vale estreito, e que normalmente possui diversos pontos de travessia.

A posição deve ser intensamente fortificada - praticamente inexpugnável, senão cairia em mãos inimigas e a nossa vantagem seria perdida. Se, entretanto, for suficientemente sólida para dissuadir o inimigo de atacá-la, o efeito poderá ser deixá-lo preso à margem. Para que ele atravesse o rio terá que expor as suas linhas de comunicação - embora, evidentemente, ele também ameace as do defensor. Aqui, como em todos os casos em que dois exércitos passam por perto um do outro, a questão essencial

é saber de quem são as linhas de comunicação mais seguras - com relação ao número, à posição e a outros aspectos. Além disto, dependerá de qual dos lado tem mais a perder e que poderá ser, portanto, mais facilmente sobrepujado pelo outro. E, finalmente, cujo exército tenha uma maior determinação à qual possa recorrem como último recurso. O rio não contribui em nada, exceto para aumentar o perigo de qualquer movimento destes realizado pelos dois lados, porque os dois estarão restritos às pontes. Na medida em que normalmente pode-se pressupor quais serão os pontos de travessia do defensor e os seus diversos depósitos a serem melhor fortificados do que os do seu oponente, esta será uma forma de defesa perfeitamente viável, que será suficiente quando as outras circunstâncias não favorecerem uma defesa direta. Isto significa, evidentemente, que o exército não é defendido pelo rio, nem que o rio seja defendido pelo exército, mas o país está sendo defendido por uma combinação dos dois, que é o que realmente importa.

Devemos admitir, entretanto, que esta forma de defesa na qual não existe um golpe decisivo é como a tensão criada na atmosfera entre correntes elétricas positivas e negativas: só será capaz de deter um golpe de pequenas proporções. Ela pode ser suficiente contra um General cauteloso e hesitante, que não esteja obrigado a pressionar, nem mesmo quando tiver uma força significativamente superior. Pode também ser suficiente se os dois exércitos já estiverem numa situação de equilíbrio, com nenhum dos dois procurando obter mais do que pequenas vantagens. Mas como um meio de enfrentar um General arrojado, com superioridade numérica, é uma linha de ação perigosa, propensa a levar ao desastre.

Este método de defesa contém um tal ar de coragem e parece ser tão científico que quase podemos chamá-lo de elegante, mas como a elegância facilmente aproxima-se da presunção - o que é menos perdoável na guerra do que em sociedade - existem poucos exemplos deste método elegante. Ele pode ser, entretanto, aperfeiçoado, transformando-se num meio de apoio aos dois primeiros métodos: mantendo uma ponte ou uma cabeça de ponte, sempre se pode ameaçar uma travessia.

Além do propósito de defesa absoluta utilizando a força principal, cada uma destas formas de defesa de rios pode ter um outro: o de uma *defesa simulada*.

Uma falsa demonstração de resistência pode ser utilizada juntamente com diversas outras medidas e, basicamente, em qualquer posição que não seja simplesmente um acampamento para pernoite. Mas a defesa simulada de um grande rio torna-se um despistamento eficaz se envolver diversas medidas mais ou menos complexas. Normalmente o efeito obtido tem uma maior dimensão e dura mais do que nos outros casos. O ato de atravessar um rio em presença do inimigo é sempre uma

grave decisão para o atacante. Ele pode considerá-lo detalhadamente, ou adiá-lo até um momento mais favorável.

Uma defesa simulada exige que a força principal esteja disposta ao longo do rio aproximadamente da mesma maneira que estaria no caso de uma defesa real. Entretanto, a intenção de uma mera simulação revela que a situação não é suficientemente favorável para uma defesa real. Ocorre que as posições que você assume - que inevitavelmente são mais ou menos estendidas e dispersas - podem perfeitamente dar srcem a graves perdas se as unidades se envolverem realmente numa resistência, por mais limitada que seja esta resistência. Esta seria na realidade uma meia medida. Numa defesa simulada, portanto, tudo deve ser calculado em termos de uma concentração real do exército num ponto consideravelmente mais afastado, para a retaguarda - frequentemente a uma distância equivalente a diversos dias de marcha. Só podemos oferecer uma resistência que seja compatível com aquele plano.

Para explicar exatamente o que queremos dizer e, ao mesmo tempo mostrar a importância que esta demonstração de resistência pode ter, lembramos a fase final da campanha de 1813. Bonaparte havia voltado através do Reno com 40.000 a 50.000 homens. Com uma força tão pequena, teria sido impossível defender toda a extensão do rio entre Mannheim e Nijmwegen - o trecho em que, de acordo com o plano geral das suas forças, era mais provável que o exército aliado atravessasse. A única coisa prática que Bonaparte poderia fazer era planejar a sua primeira resistência na parte francesa do Meuse, onde o seu exército poderia esperar receber reforços. Se ele tivesse se retirado logo para aquela linha, os aliados teriam seguido implacavelmente nos seus calcanhares. O mesmo teria acontecido muito antes que ele tivesse enviado as suas tropas para os acampamentos de descanso situados no seu lado do Reno. Não importa o quão cautelosos e covardes pudessem ser os aliados, eles teriam enviado enxames de cossacos e de outras tropas ligeiras, e se estas tivessem obtido êxito, outras unidades viriam atrás delas. Consequentemente, os franceses não tinham outra escolha a não ser preparar-se para defender seriamente o Reno. Como era de se esperar que logo que os aliados começassem realmente a atravessar, esta defesa nada pudesse fazer, toda a manobra teria que ser considerada uma mera demonstração de resistência na qual os franceses não estavam, na realidade, arriscando nada, uma vez que o seu ponto de reunião estava localizado no alto Moselle. Só Macdonald, posicionado em Nijmwegen com 20.000 homens, cometeu o erro de esperar para ser expulso. Devido ao atraso na chegada do corpo de exército de Wintzingerode, isto só aconteceu em meados de Janeiro, e impediu que ele se juntasse a Bonaparte antes da batalha de Brienne. A defesa simulada do Reno foi, portanto,

suficiente para fazer com que os aliados se detivessem e decidissem adiar a travessia até a chegada de reforços - um período de seis semanas. Estas seis semanas devem ter tido um valor incalculável para Bonaparte. Sem a demonstração de resistência no Reno, a batalha de Leipzig teria levado os aliados a Paris. Uma batalha em qualquer lugar a leste de Paris estaria muito além das possibilidades dos franceses naquele momento.

Uma demonstração também pode ser feita juntamente com a segunda forma de defesa de rios - uma defesa que envolva um rio de tamanho médio. Mas normalmente será muito menos eficaz, porque as meras tentativas de atravessar são mais fáceis e, portanto, somos obrigados a desistir mais cedo.

Na terceira forma de defesa de rios, provavelmente a demonstração seja ainda menos eficaz. Dificilmente seria mais útil do que qualquer outra posição temporária.

Finalmente, as duas primeiras formas de defesa são adequadas para proporcionar uma força e uma segurança muito maiores a uma cadeia de destacamentos avançados, ou a uma outra linha defensiva estabelecida com alguma finalidade secundária (uma linha de defesa), ou mesmo a um pequeno grupo de observação, do que estes possuiriam sem o rio. Em todos estes casos, só estamos falando da resistência relativa, que tornar-se-á muito mais eficaz sempre que existir uma interrupção no terreno. Mas devemos ter em mente não só o tempo razoavelmente longo ganho pela resistência durante o verdadeiro engajamento, mas também as inúmeras dúvidas que acompanham o planejamento do ataque, que, em noventa e nove em cada cem casos farão com que ele seja cancelado, a menos que haja motivos urgentes para que prossiga.

CAPÍTULO DEZENOVE

A Defesa de Rios e Riachos - Continuação

Gostaríamos de acrescentar algumas observações relativas ao efeito que os rios e riachos exercem sobre a defesa de um país, mesmo que eles próprios não sejam defendidos.

A calha de qualquer rio importante, juntamente com seus afluentes, constitui um obstáculo natural razoável, e como tal constitui normalmente uma vantagem para a defesa, mas os aspectos notáveis do seu verdadeiro papel podem ser apresentados em maiores detalhes.

Para começar, devemos verificar se o rio corre paralelamente, diagonalmente ou formando ângulos retos com a fronteira - isto é, com a principal frente estratégica. Se correr paralelamente, devemos verificar se corre por trás do exército do defensor ou do atacante e, em qualquer dos casos, é importante saber a que distância o exército está do rio.

Um exército que esteja se defendendo com um grande rio nas proximidades (mas não menos do que o equivalente a um dia normal de marcha) e por trás dele, um rio no qual ele tenha assegurado uma quantidade suficiente de pontos de travessia, estará evidentemente numa situação muito melhor do que estaria sem o rio. Embora a preocupação com os pontos de travessia prive-o de alguma liberdade de movimentos, ele ganhará muito mais através da segurança que o rio proporciona à sua retaguarda estratégica, principalmente às suas linhas de comunicação. Deve ficar claro que estamos falando da defesa no nosso próprio território. Num território hostil, mesmo quando o exército inimigo estiver na nossa frente, devemos esperá-lo também em nossa retaguarda após ter ele atravessado o rio. O rio será então mais uma desvantagem do que uma vantagem, porque restringirá as nossas comunicações. Quanto mais longe do exército estiver o rio, menor será a sua utilidade e a uma determinada distância o seu valor desaparece totalmente.

Se um exército que está avançando tiver que deixar um rio na sua retaguarda, este rio estará fadado a dificultar os seus movimentos, porque as linhas de comunicação ficarão restritas a alguns pontos de travessia. Em 1760, quando o Príncipe Henry marchou contra os russos ao longo da margem

direita do Oder, perto de Breslau, o rio, que estava a apenas a um dia de marcha na sua retaguarda, proporcionou-lhe claramente um ponto de proteção. Mais tarde, ao contrário, quando os russos atravessaram o Oder sob o comando de Chernichev, estavam numa situação extremamente incômoda, simplesmente devido ao risco de perder a sua linha de retirada, que dependia de uma única ponte.

Quando um rio corre mais ou menos perpendicularmente através de um teatro de operações, uma vez mais a vantagem está do lado do defensor. Para começar, normalmente ele terá escolhido uma boa posição utilizando o rio como proteção e os vales dos afluentes como reforços para a sua frente (como os prussianos utilizaram o Elba na Guerra dos Sete Anos). Em segundo lugar, o atacante deverá abandonar um lado do rio, ou dividir as suas forças. No último caso, indubitavelmente o defensor será beneficiado em virtude de possuir um número maior de travessias seguras do que o atacante. Uma olhada na Guerra dos Sete Anos é suficiente para demonstrar que o Oder e o Elba ajudaram igualmente Frederico a defender o seu teatro de operações - o que eqüivale a dizer, a Silésia, a Saxônia e o Marco - e, inversamente, constituíram um obstáculo incontestável para que os austríacos e russos conquistassem aquelas regiões. Apesar disto, nenhum dos dois rios foi realmente defendido ao longo da guerra. Além do mais, em sua maior parte os dois correm diagonalmente, ou formando ângulos retos com a frente do inimigo, mais frequentemente do que paralelamente a ela.

Falando de uma maneira geral, o papel de um rio como meio de transporte é o seu aspecto mais favorável no que se refere ao atacante, desde que corra perpendicularmente à frente: as suas linhas de transporte terrestres são mais longas e, portanto, ele terá maiores problemas em movimentar os seus suprimentos. O transporte hidroviário virá portanto como um alívio e será uma vantagem. É verdade que aqui também o defensor possui a vantagem de ser capaz de interditar o rio ao tráfego por meio de fortificações instaladas em sua margem, mas isto não anula as vantagens que o atacante obtém com relação a isto. Apesar disto, devemos lembrar-nos de diversos fatores. Um rio pode ser suficientemente largo para ter alguma importância militar sem ser necessariamente navegável. Ele pode não ser navegável durante todo o ano. O tráfego rio acima é extremamente lento e muitas vezes difícil. Curvas freqüentes podem mais do que dobrar a distância a ser percorrida. Hoje em dia as rodovias servem como as principais artérias entre dois países e, finalmente, a maior parte das necessidades de um exército está sendo atendida atualmente através de requisições locais, e não através de aquisições comerciais provenientes de locais distantes. Estas considerações tornam evidente que o transporte hidroviário desempenha um papel muito menos importante no abastecimento dos exércitos do que os

livros didáticos nos levariam a acreditar. O seu efeito sobre o desenrolar dos acontecimentos é, portanto, extremamente remoto e difícil de ser avaliado.

CAPÍTULO VINTE

A. A Defesa de Pântanos

Grandes extensões de pântanos, como a Reserva Bourtang no norte da Alemanha, são tão raras que não precisamos perder muito tempo com elas, mas não devemos nos esquecer de que determinados tipos de terrenos baixos e pequenos rios com margens pantanosas ocorrem com maior freqüência. Estes podem chegar a constituir porções consideráveis de um terreno adequado para a defesa e são muito frequentemente utilizados com esta finalidade.

Os princípios para utilizá-los defensivamente são, evidentemente, quase os mesmos para os rios. Apesar disto, eles possuem algumas características específicas que devem ser observadas. A primeira e mais importante é que, a menos que existam barragens, é impossível para a infantaria atravessar um pântano. É muito mais difícil atravessá-lo do que um rio. Em primeiro lugar um dique não é construído tão rapidamente quanto uma ponte. Em segundo lugar, não existem meios provisórios através dos quais as tropas possam chegar ao lado mais afastado para defender a sua construção. Nunca deve-se começar a construir uma ponte sem utilizar barcos para transportar uma guarda avançada, mas num pântano fazer isto é impossível. A maneira mais simples de atravessar a infantaria através dele é por meio de pranchas de madeira, mas esta é uma tarefa cansativa, e se o pântano for razoavelmente largo exigirá um tempo infinitamente maior do que o necessário para atravessar o primeiro barco num rio. Se no meio do pântano existir também um rio que não possa ser atravessado sem uma ponte, a tarefa de levar as tropas através dele torna-se ainda mais difícil: as pranchas podem ser suficientes para que homens atravessem, um a um, mas não para transportar material pesado para a construção de uma ponte. Em algumas situações esta dificuldade pode revelar-se insuperável.

Uma outra característica dos pântanos é que nunca consegue-se destruir totalmente um meio de travessia, como pode-se fazer no caso de um rio. Pode-se desmantelar uma ponte, ou destruí-la o suficiente para que não possa ser utilizada, mas o mais que pode-se fazer com um dique é rompê-lo - o que não é muita coisa. Se correr um riacho através do pântano, pode-se de fato demolir a ponte que o atravessa, mas isto não impedirá totalmente a travessia, como impediria a destruição de uma ponte sobre um grande rio. A conseqüência natural é que as represas existentes devem ser sempre

razoavelmente mantidas e seriamente defendidas para que o pântano tenha alguma vantagem sob o ponto de vista militar.

Por outro lado, ficamos restritos portanto a uma defesa puramente local. Isto é facilitado, por outro lado, pelas dificuldades de atravessar em outro local. Estes dois fatores associam-se para tornar a defesa dos pântanos mais local e mais passiva do que a dos rios.

Consequentemente, devemos reunir uma força maior, relativamente falando, do que para a defesa direta de um rio. Em outras palavras, não podemos contar com uma linha de defesa tão longa, principalmente naquelas partes densamente povoadas da Europa, onde na melhor das hipóteses os pontos de travessia tendem a ser extremamente numerosos.

Com relação a isto, os pântanos não são portanto tão úteis quando os grandes rios, e esta é uma diferença importante, uma vez que sempre existe algo de muito traiçoeiro com relação a uma defesa localizada. Apesar disto, deve-se ter em mente que a maioria dos pântanos e lodaçais é muito mais larga do que os rios mais largos da Europa e que não existe, portanto, qualquer perigo de que um posto estabelecido para defender um ponto de travessia seja neutralizado através do fogo disparado da margem oposta; que num dique longo e estreito o efeito do nosso próprio fogo é consideravelmente aumentado; e que, de uma maneira geral, haverá atrasos incomparavelmente maiores para percorrer em fila uma trilha de uma milha ou duas de comprimento, do que para atravessar uma ponte. Devemos admitir, portanto - desde que não existam muitos pontos de travessia - que estes pântanos e lodaçais encontram-se entre as linhas de defesa mais poderosas possíveis.

Uma defesa indireta do tipo analisado juntamente com os rios e os riachos - utilizando um obstáculo natural para o início favorável de uma grande batalha - pode ser igualmente empregada no caso de pântanos.

Uma terceira forma de defesa de rios, entretanto - ocupando uma posição no lado inimigo - seria perigosa demais, porque levaríamos muito tempo para atravessar o pântano.

Seria extremamente perigoso envolver-se na defesa de quaisquer pântanos, campos alagados, lamaçais ou charcos que possam ser atravessados por outros tipos de passagens que não sejam diques. Se o inimigo encontrar um único ponto destes de travessia, será o suficiente para romper toda a linha de defesa, o que, no caso de uma resistência séria, acarretaria graves perdas.

B. Terrenos Alagados

Temos ainda que analisar os terrenos alagados, cujas condições assemelham-se muito às dos pântanos, tanto como meios de defesa quanto como um fenômeno natural.

Os terrenos alagados são evidentemente raros. Os Países Baixos são possivelmente o único país da Europa em que eles constituem um elemento que mereça a nossa atenção. Na realidade, é exatamente este país que, devido às extraordinárias campanhas de 1670 e de 1787 e à sua posição geográfica em relação à Alemanha e à França, obriga-nos a dedicar alguma atenção à questão.

As características dos terrenos alagados dos Países Baixos diferem das de outros lodaçais normais, pantanosos e intransitáveis, da seguinte maneira:

1. O país propriamente dito é seco e constituído de prados secos, ou de campos cultivados.
2. A terra é cortada por diversos canais de irrigação e de valas para drenagem, de largura e profundidade variáveis, correndo paralelamente uma a outra em determinadas regiões.
3. Grandes canais para fins de irrigação, drenagem e navegação, atravessam a terra em todas as direções. Eles correm entre diques e só podem ser atravessados através de pontes.
4. O nível do terreno em toda a área sujeita a alagamentos fica bem abaixo do nível dos canais.
5. Ocorre que toda a região pode ser alagada devido a um rompimento das represas e pela abertura ou fechamento das comportas. Somente as estradas que correm ao longo das represas mais elevadas continuarão secas. O resto ficará sob a água, ou ficará tão encharcada que tornar-se-á inadequada para o uso. Mesmo quando o nível do alagamento não for mais do que de três ou quatro pés, permitindo possivelmente que alguém atravesse pequenas distâncias andando, isto será impedido pelas pequenas valas mencionadas no item 2 acima, que não poderão mais ser vistas. Somente quando estas valas correrem na direção correta, quando pudermos andar entre elas sem ter que atravessá-las é que o alagamento poderá não ser considerado uma barreira total ao acesso. Evidentemente seremos capazes de andar apenas ao longo de trechos muito curtos e ficaremos assim restritos a propósitos táticos específicos.

Disto tudo conclui-se o seguinte:

1. O atacante fica restrito a um número relativamente pequeno de vias de acesso, que correm ao longo de diques estreitos. Como além disto normalmente eles são ladeados por valas, assemelham-se a desfiladeiros interminavelmente longos e perigosos.

2. Qualquer medida defensiva tomada com relação a diques deste tipo pode ser facilmente reforçada a ponto de torná-los inexpugnáveis.

3. Devido às suas limitações, o defensor - mesmo em cada ponto - deve restringir-se a uma mera resistência passiva: é a sua única possibilidade.

4. Esta não é uma questão de uma longa linha de defesa envolvendo o país como se fosse uma única barreira. Todos os flancos estão igualmente protegidos pela dificuldade de acesso e sempre poderão ser estabelecidos novos postos, de modo que qualquer ruptura da linha srcinal pode ser vedada. Alguém quase que poderia dizer que, como num tabuleiro de xadrez, a gama de combinações é interminável.

5. Toda esta situação só é possível num pais densamente cultivado e povoado. O que ocorre é que a quantidade de travessias e, consequentemente, de postos para interditá-las, deve ser muito grande em comparação com outros dispositivos estratégicos e, consequentemente, este tipo de linha defensiva não deve ser longa.

A principal linha defensiva da Holanda corre de Naarden, no Zuider Zee (principalmente por trás do Vecht), até Gorkum, no Waal - no Biesbosch, para ser preciso - por uma extensão de cerca de quarenta milhas. Em 1672 e em 1787, foi empregada uma força de 25.000 a 30.000 homens para defendê-la. Se puder ser esperada uma resistência realmente insuperável, o seu valor certamente seria grande - pelo menos para a região da Holanda em sua retaguarda. A linha resistiu em 1672 contra uma força maior sob o comando de eminentes Generais - primeiro Condé e, em seguida, Luxemburgo. Eles poderiam perfeitamente ter atacado com 40.000 a 50.000 homens. Apesar disto, preferiram não empregar a força, mas esperar o inverno - que, como aconteceu, não foi suficientemente rigoroso. Em 1787, por outro lado, a resistência na primeira linha foi inexistente e, embora fosse bem mais séria numa linha muito mais curta, entre o Zuider Zee e o Haarlemer Meer, o Duque de Brunswick rompeu-a num só dia através de dispositivos táticos cuidadosamente planejados que adequavam-se exatamente às condições locais. Isto apesar do fato de que a força prussiana que havia realmente avançado contra a linha era um pouco mais forte do que a defesa, se é que era mais forte.

A diferença entre os resultados obtidos nestas duas ocasiões pode ser atribuída à diferença existente no comando supremo. Em 1672, quando Luiz XIV surpreendeu os holandeses, eles estavam numa situação de tempos de paz. No exército, como é bem sabido, o espírito militar não estava muito elevado. A maioria das fortificações estava com falta de munição e de equipamentos. Eram defendidas por fracas guarnições de tropas mercenárias, ou comandadas por estrangeiros desprovidos de lealdade, ou por cidadãos nacionais sem capacidade. Portanto, as fortificações existentes no Reno, pertencentes a Brandemburgo mas ocupadas pelos holandeses, bem como a sua própria linha defensiva oriental, exceto no que refere-se a Groningen, foi tomada rapidamente pelos franceses e, em sua maior parte, sem oferecer qualquer resistência real. A tomada destas inúmeras fortificações constituiu a principal atividade do exército francês, de 150.000 homens.

Mas quando em Agosto de 1672 os irmãos De Witt foram assassinados, o Príncipe de Orange assumiu o poder e colocou a defesa nacional sob um comando unificado. Ele teve o tempo exato para vedar a linha defensiva descrita acima, e as medidas tomadas foram tão bem coordenadas entre elas que nem Condé nem Luxemburgo (que comandava as forças que permaneceram na Holanda depois que Luiz XIV e Turenne saíram) ousaram atacar um único posto.

Em 1787 a situação era totalmente diferente. Não era a República das Sete Províncias Unidas que enfrentava os franceses: somente a Província da Holanda opunha-se ao agressor e deveria oferecer a principal resistência. Não era uma questão de tomar fortificações, o que tinha constituído a principal atividade em 1672. A defesa recuou imediatamente para a linha descrita acima. Por parte deles, os invasores tinham apenas 25.000 homens, em vez de 150.000. Não eram comandados pelo poderoso soberano de uma grande potência vizinha, mas apenas por um General subordinado a um Príncipe distante, que por sua vez estava preso a várias restrições. O povo, é verdade, estava em todos os lugares dividido em duas facções, mesmo na Holanda, mas os republicanos holandeses eram a maioria e estavam num estado de verdadeiro entusiasmo. Nestas condições, a resistência deveria ter realizado pelo menos a mesma coisa que em 1787 e em 1672, mas havia uma diferença fatal: não havia um comando unificado. Em 1672 o comando havia sido confiado a William de Orange e ele o exerceu com competência, inteligência e energia. Em 1787 a confiança foi depositada numa assim chamada Comissão de Defesa, que, embora constituída de quatro homens vigorosos, era totalmente incapaz de realizar um comando unificado ou de inspirar confiança. Consequentemente, todo o mecanismo revelou-se deficiente em sua utilização e não merecedor de confiança em ação.

Alongamo-nos neste exemplo para esclarecer este método de defesa. Quisemos ao mesmo tempo demonstrar a diferença que pode fazer a unidade e a coesão na liderança.

Embora a organização e a operação destas linhas defensivas seja uma questão de tática, a linha defensiva propriamente dita está mais estreitamente relacionada à estratégia, e gostaríamos de fazer uma observação com relação a isto, proveniente da campanha de 1787. Acreditamos que, passiva como inevitavelmente deve ser a defesa de postos isolados, não seria impossível realizar um contra-ataque partindo de alguma parte da linha e ter uma boa possibilidade de obter êxito se, como em 1787, o inimigo não for numericamente superior. Um ataque destes só poderia ser realizado ao longo dos diques e dificilmente poderia ter muita liberdade de movimentos ou um grande ímpeto. Apesar disto, o invasor não pode ocupar todos os diques e caminhos pelos quais não estiver avançando. Assim, o defensor, que ocupa as fortificações e conhece o terreno, deve ser capaz de lançar um sério ataque contra o flanco do inimigo, ou cortar os seus suprimentos. Se considerarmos a situação restrita em que se realiza o avanço e principalmente a sua dependência incomum nas linhas de comunicação, podemos perceber que qualquer contra-ataque, até mesmo com uma possibilidade remota de obter êxito, deve ser altamente eficaz, até mesmo como uma demonstração. Duvidamos muito que um homem tão cauteloso como o Duque de Brunswick tivesse ousado avançar contra Amsterdã se os holandeses tivessem realizado uma única demonstração deste tipo partindo, por exemplo, de Utrecht.

CAPÍTULO VINTE E UM

A Defesa de Florestas

Devemos acima de tudo fazer uma distinção entre florestas densas, impenetráveis e com uma vegetação exuberante, e bosques extensos e cultivados que possam ter diversas clareiras e serem atravessados por um grande número de trilhas.

Sempre que é planejada uma linha defensiva, os bosques deste último tipo devem ser mantidos na retaguarda, ou evitados com empenho. É do interesse do defensor, ainda mais do que do atacante, dominar uma vista desimpedida, em parte porque normalmente ele é o mais fraco dos dois, e em parte porque as vantagens naturais da sua posição levam-no a traçar os seus planos depois do atacante. Se ele tiver que travar uma batalha numa floresta localizada à sua frente, ficará como um cego lutando contra um homem que pode ver. Se assumir uma posição no meio da floresta, evidentemente os dois estarão igualmente cegos, mas esta igualdade seria prejudicial aos seus interesses.

Uma floresta deste tipo não pode ter, portanto, qualquer relação vantajosa para a defesa, a menos que seja mantida na retaguarda do defensor. Ela poderá ser então utilizada como um biombo para ocultar quaisquer movimentos que estejam sendo realizados e para proteger e facilitar a sua eventual retirada.

Estas observações só aplicam-se evidentemente a florestas localizadas nas planícies. Sempre que o terreno for montanhoso ele prevalecerá nos planos táticos e estratégicos. Isto já foi analisado em outro lugar.

As florestas impenetráveis, por outro lado, - ou melhor, as florestas em que devemos manter-nos nos caminhos que a atravessam - oferecem oportunidades para uma defesa indireta semelhantes às oferecidas pelas montanhas: poderemos dar início a uma batalha quando as condições forem favoráveis. O exército, numa posição mais ou menos concentrada, pode esperar por trás da floresta que o inimigo apareça e atacá-lo assim que ele sair de um caminho estreito. Com relação aos seus efeitos, uma floresta destas parece-se mais com as montanhas do que com um rio: a sua travessia é muito lenta e difícil, mas no que se refere à uma retirada é mais uma vantagem do que um perigo.

Não importa o quanto uma floresta seja impenetrável, a sua defesa direta ainda será, entretanto, um problema arriscado, mesmo para a cadeia mais simples de postos avançados. Os abatis são apenas obstáculos de efeito psicológico, e nenhuma floresta é tão intransitável que pequenas unidades não

possam infiltrar-se nela em centenas de lugares. Numa cadeia defensiva elas são como as primeiras gotas d'água vazando de uma represa: certamente virá em seguida um rompimento total.

A influência das grandes florestas de todos os tipos torna-se infinitamente mais importante no caso de uma rebelião nacional, para a qual elas são indiscutivelmente o ambiente adequado. Se puder ser concebido um plano estratégico de defesa que faça com que as linhas de comunicação do inimigo corram através de densas florestas, terá sido adicionada uma poderosa alavanca à máquina da defesa.

CAPÍTULO VINTE E DOIS

LIVRO SEIS

A Linha de Defesa

Por linha de defesa referimo-nos a qualquer sistema de defesa no qual uma série de postos interligados destinem-se a proporcionar uma proteção direta a uma área. Enfatizamos a palavra direta, uma vez que diversos corpos de um grande exército posicionados em linha uns com os outros poderiam proteger uma área considerável contra incursões inimigas sem constituir uma linha de defesa. Neste caso, a proteção não seria direta, mas decorreria de movimentos e manobras coordenadas.

Uma linha defensiva suficientemente longa para proteger diretamente uma grande área só seria capaz, obviamente, de oferecer uma resistência mínima. Isto seria verdadeiro, mesmo se fosse empregado um grande número de soldados, desde que contra eles houvesse uma força igualmente numerosa. A finalidade de uma linha de defesa é, portanto, opor-se a um ligeiro ataque - ligeiro porque o atacante seria facilmente dissuadido, ou porque a força atacante é muito pequena.

Esta era a função da Grande Muralha da China: uma proteção contra as incursões tártaras. É também o significado de todas as linhas e defesas fronteiriças dos Estados europeus que fazem fronteira com a Ásia e com a Turquia. Neste sentido, as linhas de defesa não são nem absurdas nem estão mal adaptadas à sua finalidade. Elas não serão capazes, evidentemente, de impedir todas as incursões, mas fazem com que sejam mais difíceis e elas ocorrerão, portanto, com menor freqüência - o que é uma consideração importante nas relações predominantes com os povos asiáticos, onde um estado de guerra é praticamente permanente.

As linhas que foram construídas nas guerras recentes entre os Estados europeus - por exemplo, as linhas francesas no Reno e nos Países Baixos - quase constituíram linhas de defesa neste sentido. Elas destinam-se basicamente a proteger o país contra incursões destinadas meramente a cobrar contribuições ou a viver às custas do inimigo. Como destinam-se a lidar apenas com pequenas incursões, só terão à sua disposição forças reduzidas. Evidentemente, sempre que a força principal do inimigo for direcionada contra estas linhas, elas terão que ser defendidas também pela força principal do defensor - e esta está longe de ser a melhor maneira de organizar uma defesa. Devido a este inconveniente, e porque a importância da proteção contra incursões é extremamente limitada num tipo de guerra em que a existência destas linhas possa acarretar um dispêndio excessivo de forças, as linhas deste tipo são vistas hoje como um método desvantajoso. Quanto maior a violência com que a guerra for travada, mais perigosas e inúteis tornar-se-ão elas.

Finalmente, uma extensa linha de postos avançados destinada a proteger uma área de alojamento de um exército e a oferecer um certo grau de resistência, deve ser também considerada uma verdadeira linha de defesa.

Uma resistência deste tipo é destinada principalmente a enfrentar incursões e outras pequenas operações que visem tornar inseguros os alojamentos e, se o terreno for adequado, podem atender bastante bem a esta finalidade. Contra a força principal do inimigo, por outro lado, a resistência só pode ser relativa - interessada, em outras palavras, em ganhar tempo: mas normalmente qualquer tempo que seja ganho não será significativo. Raramente portanto este ganho de tempo será considerado como sendo a finalidade de uma linha de defesa. A força inimiga nunca poderá reunir-se e avançar de maneira tão oculta que a primeira notícia que o defensor receba venha dos seus próprios postos avançados. Se isto vier a acontecer, ele só poderá sentir pena dele mesmo.

Assim, mesmo neste caso, a linha de defesa só destina-se a enfrentar um ataque ligeiro. Como nas outras duas ocasiões, não há nada de contraditório nisto.

Mas estender uma força principal destinada a defender o país numa longa série de postos defensivos contra o principal exército do inimigo - na realidade, numa linha de defesa - seria tão absurdo que deveríamos investigar as circunstâncias que acompanharam e que justificam este fato.

Nas montanhas, qualquer posição, mesmo uma que tenha sido ocupada com o intuito de travar uma batalha empregando a maior força possível, está fadada a ser mais longa do que seria na planície. Isto é possível porque o terreno aumenta enormemente as possibilidades da defesa. É necessário porque é preciso ter uma base mais extensa para a retirada, como vimos no capítulo sobre a guerra defensiva nas montanhas. Se não houver qualquer batalha iminente, entretanto, provavelmente o inimigo ficará encarando-nos por um tempo considerável sem realizar qualquer ação, a menos que surja uma oportunidade favorável - o que tem sido a situação normal na maioria das guerras. Numa situação destas não desejaremos, evidentemente, ficar restritos à ocupação de uma área mínima: desejaremos controlar todo o território, em todos os lados, da maneira que a segurança do nosso exército permitir. Isto dará srcem a diversas vantagens que analisaremos em detalhe mais tarde. O elemento *mobilidade* faz com que isto seja mais fácil num terreno aberto, sem obstruções, do que nas montanhas. Consequentemente, haverá uma menor necessidade de extensão e de fragmentação das forças para atingir este propósito. Seria também muito mais perigoso, porque cada unidade teria uma reduzida capacidade de resistir.

Nas montanhas, entretanto, a posse de terreno está mais voltada para a defesa local. É mais difícil chegar a um ponto ameaçado, e se o inimigo chegar lá primeiro não será facilmente expulso, nem mesmo por uma força ligeiramente superior. Estas condições tenderão a levar a sistemas que, embora não sejam exatamente uma linha de defesa, consistem numa série de postos defensivos, muito parecida com uma. Deste sistema, consistindo em vários postos separados, para uma linha de defesa ainda existe um longo passo, mas é um sistema que é frequentemente adotado por um General sem que ele o perceba - sendo induzido de uma etapa para a próxima. Para começar, o propósito desta dispersão é a segurança e a posse do país. Em seguida, é a segurança das próprias tropas. Cada comandante avaliará as vantagens de ocupar diversos pontos de acesso de cada lado do posto e, assim, toda a força passará imperceptivelmente de um grau de dispersão para o próximo.

Ocorre que uma guerra de linhas de defesa envolvendo a força principal não deveria ser vista como sendo uma questão de escolha deliberada, destinada a deter todos os ataques inimigos, mas sim como uma situação para a qual se é arrastado em busca de um propósito completamente diferente - a preservação e a segurança do país contra um inimigo que não pretende travar um grande combate. Isto é sempre equivocado, e os argumentos através dos quais um General se deixa ser persuadido a formar um pequeno posto depois do outro são sempre banais quando comparados com a importância de manter a sua força principal intacta. Apesar disto, a existência desses argumentos revela pelo menos a possibilidade de tal confusão. O fato de que isto é realmente um erro - uma má avaliação da situação do inimigo e da nossa - é capaz de passar *desapercebido*. A culpa é atribuída ao *método* falho. Mas o método é aprovado tacitamente sempre que tem sido empregado favoravelmente, ou pelo menos sem causar qualquer prejuízo. Todos elogiam as campanhas *impecáveis* travadas pelo Príncipe Henry na Guerra dos Sete Anos, porque foi assim que o Rei as chamou. Na realidade, aquelas campanhas contém os exemplos mais extremos e mais incompreensíveis de extensas cadeias de postos, que merecem tanto o nome de linhas de defesa quanto qualquer uma. Alguém pode justificar plenamente estas posições dizendo que o Príncipe conhecia os seus oponentes e estava certo de que nenhum combate decisivo era esperado. Além do mais, a finalidade desta disposição das tropas era controlar a maior área possível e ele foi, portanto, até onde as circunstâncias possivelmente permitiriam. Apesar disto, se o Príncipe tivesse sido apanhado nesta teia de aranha e sofrido pesadas perdas, teríamos que concluir, não que ele houvesse adotado um sistema de guerra falho, mas que em vez disto havia adotado a medida errada, aplicando-a a uma situação para a qual não era adequada.

Isto é o bastante com relação à nossa tentativa de mostrar como pode ter srcem uma assim chamada linha de defesa empregando a força principal de um teatro de operações, e ser suficientemente sensata e útil para não parecer um absurdo. Devemos acrescentar que parece ter havido ocasiões em que os comandantes e seus Estados-Maiores avaliaram mal um sistema de linhas de defesa, tratando o seu valor relativo como sendo absoluto e acreditando que ele fosse capaz de resistir a todos os ataques inimigos, quaisquer que fossem eles. Estes não foram casos de mal emprego de um método, mas uma total incapacidade de perceber a sua natureza. Admitimos que este absurdo, entre outros, parece ter desempenhado o seu papel na defesa do Vosges pelos exércitos prussianos em 1793 e 1794.

CAPÍTULO VINTE E TRÊS

A Chave para o País

Não existe qualquer outro conceito teórico na arte da guerra que seja mais caro aos corações dos críticos do que este que está sendo aqui analisado. Ele tem sido a obra prima de inúmeros relatos de batalhas, o tema favorito de todas as discussões - um destes termos pseudo-científicos com os quais os críticos esperam demonstrar a sua erudição. Apesar disto, o conceito fundamental não foi estabelecido, nem mesmo claramente definido.

Vamos tentar fazer uma apresentação clara do conceito e verificar qual o valor prático que ele contém.

Tratamos dele agora, uma vez que está estreitamente ligado à defesa de montanhas e de rios, bem como ao conceito de posições fortificadas e entrincheiradas que acabamos de analisar.

Por trás da metáfora antiga e marcial de "a chave para o país" esconde-se uma idéia vaga e confusa, significando algumas vezes a região mais desprotegida de um país e outras, a região mais fortemente defendida.

Se lá existir uma área *sem a posse da qual não se pode arriscar um avanço em território inimigo*, ela pode ser corretamente chamada de a chave para o país. Mas este conceito simples, e francamente não muito valioso, não tem sido suficiente para os teóricos. Eles elevaram-no a um poder mais alto e utilizaram-no para referir-se a pontos que o deixarão com a posse de *todo o país*.

Quando os russos começaram a invadir a península da Criméia, tinham para começar tomado o istmo de Perekop e as suas linhas defensivas - não porque não houvesse outra maneira de entrar naquela península (na realidade Lacy havia envolvido as linhas em 1737 e, novamente, em 1738), mas sim para ficarem razoavelmente seguros quando tivessem estabelecido-se na Criméia. Isto é bastante evidente, embora o conceito de um ponto chave dificilmente contribua para a nossa compreensão. Entretanto, se formos capazes de dizer que aquele que ocupar a área em torno de Langres terá o domínio de toda a França, até Paris - em outras palavras, tendo sido Langres ocupada, só dependerá daquele que a ocupou tomar ou não posse do país - esta seria uma afirmativa muito diferente e muito mais importante. De acordo com a primeira concepção, a posse de um país é considerada impossível sem a posse do ponto considerado chave. Isto é evidente. De acordo com a segunda concepção, entretanto, a posse do país é a conseqüência inevitável da posse do ponto considerado chave.

Obviamente isto é misterioso, estando além dos limites da compreensão normal, exigindo os poderes mágicos das ciências ocultas. Na realidade esta bruxaria começou a aparecer impressa há cerca de cinqüenta anos e atingiu o seu apogeu no fim do Século XVIII. Apesar da força, da segurança e da lógica irresistíveis com que a liderança de Bonaparte aboliu as concepções militares anteriores, aquela fórmula mágica conseguiu manter-se viva e continuou a tecer a sua frágil teia na literatura.

Ignoremos a *nossa* definição de ponto chave: é óbvio que em cada país há alguns pontos de *excepcional* importância, onde convergem diversas estradas, onde é fácil armazenar suprimentos, de onde podemos deslocar-nos facilmente em diversas direções, em suma, cuja posse atenda a diversas necessidades e ofereça inúmeras vantagens. Se os Generais que desejam expressar a importância deste ponto numa única palavra querem chamá-lo de chave para o país, seria pedante nos opormos a isto. Pelo contrário, a expressão é adequada e agradável. Mas se esta pequena flor de expressão for ampliada de modo a formar o núcleo de todo um sistema, ramificando-se em várias direções como uma árvore, o puro bom senso deverá advertí-lo para que contenha-se e atribua ao termo o seu valor adequado.

As memórias de guerras e de campanhas escritas por Generais empregam o conceito de uma chave para o país num sentido prático mas, por outro lado, muito impreciso. Para convertê-lo num sistema, temos que transformá-lo num termo mais específico e, consequentemente, mais restrito. De todos os aspectos existentes, foi escolhido o de terreno elevado.

Quando uma estrada atravessa a encosta de uma montanha, o viajante dá um suspiro de alívio quando chega ao cume e tem início a descida. Isto é verdadeiro para um indivíduo, e ainda mais para um exército. Achamos que a descida será fácil e que seremos capazes de vencer qualquer obstáculo que exista em nosso caminho. O terreno estende-se diante de nós e parece estar aos nossos pés, tanto metafórica como fisicamente. Assim, o ponto mais elevado de uma estrada que passa através das montanhas tem sido normalmente considerado como sendo o decisivo. Na maioria dos casos é isto o que ele realmente é - embora de modo algum em todos. Estes são os pontos que muitas vezes são chamados de pontos chave nas memórias dos Generais - normalmente, com toda a certeza, num sentido ligeiramente diferente, e na maioria das vezes com um emprego limitado. Este é o conceito que tem sido frequentemente utilizado como ponto de partida para a teoria equivocada (da qual Lloyd pode ter sido o criador). É por isto que os pontos elevados, dos quais descem diversas estradas para o país a ser conquistado, têm sido considerados as chaves para aquele país - os pontos que de fato *dominam* aquele país. Ocorreu logicamente que este conceito fundiu-se com um outro estreitamente relacionado com ele, o de *defesa sistemática da região montanhosa*. O efeito foi levar a questão ainda mais para o reino

da fantasia. Foi envolvida uma grande quantidade de elementos táticos relativos à guerra nas montanhas e, consequentemente, o conceito do *ponto mais elevado de uma estrada* ser a chave para o país foi substituído pelo do ponto mais elevado na cadeia de montanhas - em outras palavras, o *divisor de águas*.

Exatamente naquele momento, entretanto, no fim do Século XVIII, começaram a ser divulgadas novas teorias com relação à formação da superfície da terra através do processo de erosão. A ciência natural, sob a forma do seu sistema geológico, tornou-se uma aliada da história militar. Isto rompeu a represa do bom senso prático. O debate sensato foi arrastado numa enxurrada de ilusões com base numa analogia geológica. Consequentemente, no fim do Século XVIII não ouvia-se - ou melhor, não lia-se - nada, a não ser as srcens do Danúbio e do Reno. Admitimos que este absurdo aparecia em profusão principalmente na literatura, e que somente uma pequena parcela do que aprendemos nos livros terá de algum modo valor na vida prática, e quanto mais descabida for a teoria, menos ainda. Apesar disto, esta teoria específica teve algum efeito prático às custas da Alemanha. Para provar que não estamos investindo contra moinhos de vento, citemos dois exemplos reais: o primeiro, as importantes mas altamente doutrinárias companhas do exército prussiano no Vosges em 1793 e 1794 (para as quais as obras de Massenbach e de Grawert forneceram a explicação teórica); e o segundo, a campanha de 1814, quando em obediência à teoria um exército de 200.000 homens foi obrigado a fazer uma marcha sem sentido através da Suíça para chegar a Langres.

O ponto elevado de uma área, o divisor de águas, normalmente nada mais é do que somente isto. Tudo o que foi escrito na virada do século com relação à sua influência sobre as questões militares foi um exagero e uma aplicação errônea de idéias basicamente corretas. Se o Reno, o Danúbio e todos os seis rios da Alemanha concordassem em dar a *uma única* montanha a honra de ser o seu ponto de srcem comum, ainda assim o seu valor militar não seria aumentado por isto, exceto possivelmente como um local para um marco trigonométrico. Ela seria de pouco valor para uma torre de sinais, menos ainda para um posto de observação e de nenhum valor para todo um exército.

A busca de uma posição chave numa assim chamada *área chave* - em outras palavras, no ponto nodal de diversas cadeias de montanhas onde estão localizadas as nascentes mais elevadas dos rios - nada mais é do que uma aplicação nada prática dos livros didáticos. É repudiada pela própria Natureza: ela nunca faz encostas e vales tão acessíveis para quem vem de cima quanto como é afirmado pelo que até agora tem sido conhecida como a teoria do terreno, mas sim picos e desfiladeiros espalhados aleatoriamente, e muitas vezes coloca os lagos mais baixos entre os maciços mais altos. Se

consultarmos a história militar veremos que as características geológicas notáveis de uma área dificilmente afetam o seu emprego militar com alguma regularidade. O pouco efeito que exercem é superado por outras necessidades e por fatores locais. Muitas vezes as linhas militares passam muito perto de uma característica destas sem que ela os atraia especificamente.

Vamos abandonar agora esta idéia errônea, da qual só tratamos tão extensamente porque a partir dela foi elaborado um sistema refinado. Voltemos ao nosso ponto de vista.

Repetindo, insistimos em afirmar que o termo "posição chave" deve ser considerado um conceito estratégico autônomo, e tudo que pode exprimir é uma área cuja posse deve-se obter antes de poder arriscar um avanço em território inimigo. Por outro lado, se formos forçar a interpretação da idéia para abranger qualquer ponto de fácil acesso a um país, ou qualquer ponto central conveniente naquele lugar, o termo começará a perder o seu significado correto e o seu valor consequentemente diminuirá. Ele simplesmente significará algo que poderia ser encontrado mais ou menos em qualquer lugar, e não seria nada mais do que uma figura de expressão conveniente.

As posições que temos em mente são evidentemente difíceis de encontrar. A verdadeira chave para o país do inimigo é normalmente o seu exército, e se for atribuída precedência ao terreno em relação à sua força militar, ele deverá proporcionar algumas condições excepcionalmente vantajosas. Se houver estas condições, normalmente elas poderão ser reconhecidas através de duas características importantes: a primeira é que o poder de resistência da força disposta naquele local específico seja sensivelmente aumentada através da proteção oferecida pelo terreno; e a segunda, que a posição ameace efetivamente as linhas de comunicação do inimigo, antes que as nossas sejam ameaçadas por ele.

CAPÍTULO VINTE E QUATRO

Operações contra um Flanco

Nem precisamos enfatizar que o assunto desta análise é o flanco estratégico - em outras palavras, o lado de um teatro de operações. Não tem qualquer relação com o ataque a um flanco em combate, que é uma questão tática, e mesmo que um ataque a um flanco estratégico esteja em sua última fase, de modo a coincidir com um ataque ao flanco tático, os dois podem ser facilmente mantidos distintos, porque um nunca evoluirá automaticamente a partir do outro.

Estas operações de ataque a um flanco, e as posições nos flancos associadas a eles, estão também entre aquelas obras primas dos teóricos que raramente sã encontradas na guerra real. O motivo para isto não é que elas sejam ineficazes ou ilusórias como recursos a serem utilizados, mas que normalmente os dois lados tomam precauções contra essas operações. Os casos em que estas precauções não podem ser tomadas são raros. Nestes casos raros a medida tem sido muitas vezes, evidentemente, extremamente eficaz. Por este motivo, e devido à constante *insônia* que causa em tempo de guerra, o teórico deve definir a questão com a máxima clareza. Embora seja possível realizar uma operação estratégica contra um flanco, tanto no ataque como na defesa, ela tem muito maior afinidade com esta última e deve ter, portanto, o seu lugar entre os métodos de defesa.

Antes de entrarmos no assunto, deve ser estabelecido um princípio simples - um princípio que nunca deverá ser esquecido na análise subsequente: as forças enviadas para operar contra a retaguarda e contra o flanco do inimigo não estarão disponíveis para serem empregadas contra a sua frente. Seria portanto totalmente errado, tanto na tática como na estratégia, pensar que *atacar a retaguarda do inimigo* seja por si só um feito. Isoladamente não tem qualquer valor, mas só torna-se eficaz juntamente com outros fatores. Além do mais, dependendo destes outros fatores, o seu valor pode ser positivo ou negativo. Estes fatores exigem agora um exame.

Antes de mais nada, devemos fazer uma distinção entre os dois aspectos do efeito de uma operação estratégica contra um flanco: o efeito somente sobre *a linha de comunicação* do inimigo, e o efeito sobre a sua *linha de retirada* - que por sua vez pode ter repercussões sobre as comunicações.

Quando Daun enviou grupos de incursão em 1758 para tomar os comboios de suprimentos destinados ao sítio de Olmutz, obviamente não estava interessado em barrar a retirada do Rei para a Silésia. Pelo contrário, ele esperava provocá-la e estava disposto a facilitá-la.

Na campanha de 1812, o único propósito dos grupos de incursão enviados pelo principal exército russo em Setembro e Outubro era interromper as comunicações - não impedir a retirada francesa. Mas esta última era obviamente a intenção do Exército de Moldau, que avançou em direção a Beresina sob o comando de Chichagov. Era também o propósito do ataque que o General Wittgenstein tinha recebido ordem para realizar sobre o corpo de exército francês em Dwina.

Estes exemplos foram dados simplesmente para esclarecer a questão.

A pressão exercida sobre as linhas de comunicação visa os comboios inimigos, os pequenos destacamentos encontrados no rastro do exército, mensageiros, viajantes, pequenos depósitos do inimigo e assim por diante - na realidade, qualquer coisa de que o inimigo precise para manter o seu exército em condições saudáveis e vigorosas. Deste modo, a pressão destina-se a piorar as condições das forças inimigas, provocando com isto a sua retirada.

A pressão exercida sobre as linhas de retirada destina-se a impedir a retirada do inimigo, mas só poderá fazer isto se a sua intenção for realmente realizar uma retirada. A mera ameaça, entretanto, pode provocar a retirada e, assim, atuando como uma demonstração pode ter o mesmo efeito que uma pressão sobre as linhas de comunicação. Ainda assim, como dissemos, não se pode esperar que qualquer destes efeitos decorra do simples ato de envolver a posição do inimigo, ou da mera forma geométrica do dispositivo. Eles só poderão ser obtidos nas condições adequadas.

Para fazer com que seja mais fácil entender estas condições, vamos manter separados os dois tipos de operações contra os flancos e começar examinando aquelas dirigidas contra as linhas de comunicação.

Para começar, teremos que estabelecer duas condições principais, uma ou outra das quais deverá estar presente.

A primeira é que uma ação eficaz contra o flanco do inimigo possa ser realizada por pequenos destacamentos de tropas, que sejam tão insignificantes numericamente que dificilmente façam falta na frente.

A segunda é que a ofensiva inimiga tenha que prosseguir e que ele seja, portanto, incapaz de aproveitar-se de uma nova vitória sobre as nossas forças, ou de perseguir-nos se tivermos que nos retirar.

Este último caso não é tão raro quanto possa parecer, mas vamos desprezá-lo por ora e tratar das outras condições do primeiro.

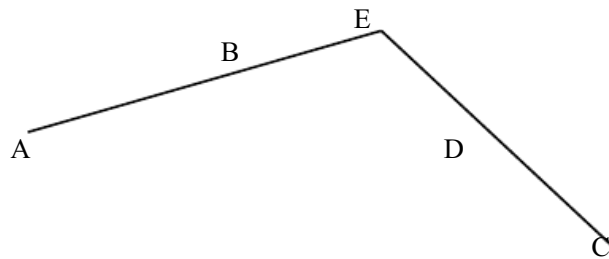
A mais importante destas precondições é que as linhas de comunicação do inimigo sejam razoavelmente longas - longas demais para serem protegidas por um pequeno número de pequenos postos; e a outra, que a sua localização exponha-as a uma ação realizada por nós.

Dois fatores, por sua vez, prestam-se a esta exposição: a sua direção, quando não for perpendicular à frente do inimigo, e o fato de que as linhas de comunicação podem correr através do território inimigo. Se os dois fatores estiverem atuando as linhas ficarão ainda mais expostas. Cada fator exige um estudo mais detalhado.

Quando houver duzentas ou trezentas milhas de linhas de comunicação a serem protegidas, dificilmente alguém poderia achar que teria muita importância se o exército na extremidade da linha tivesse sido disposto perpendicularmente ou não: a extensão total da sua posição é um simples ponto comparada à da linha. Mas na realidade isto tem muita importância. Se um exército estiver formado perpendicularmente à sua linha de comunicação, até mesmo um exército numericamente superior achará difícil romper a linha por meio de grupos de incursão. Se só pensarmos no problema de dar uma proteção absoluta a uma determinada área, isto é difícil de acreditar. Pelo contrário, pareceria que um exército seria intensamente pressionado a proteger a sua retaguarda - isto é, a área por trás dele - contra todas as incursões que um inimigo mais forte pudesse organizar. Isto só seria absolutamente verdadeiro se a guerra fosse tão previsível na prática quanto no papel! Neste caso, o lado que tivesse que proteger as suas linhas de comunicação estaria num estado de incerteza constante quanto a onde esperar os grupos de incursão - ele estaria praticamente cego em comparação com os incursores. Mas pensemos na natureza não confiável e fragmentária de toda a inteligência na guerra. Lembremo-nos de que os dois lados tateiam o tempo todo no escuro. Pode-se perceber rapidamente que um grupo enviado para além da ala do inimigo para atacar a sua retaguarda é como um homem numa sala escura com um bando de inimigos. No fim eles o pegarão. Um destino semelhante aguarda os incursores. Tendo eles contornado a posição perpendicular dos inimigos estarão perto deles, mas os seus amigos estarão longe. Não só existe o risco de sofrerem perdas consideráveis, como a própria máquina estará correndo o risco de quebrar. Assim que um dos grupos enfrentar algum problema o resto perderá todo o ânimo. Em vez de um ataque audacioso, veremos apenas tentativas constantes de escapar.

É assim que a disposição perpendicular de um exército consegue proteger os pontos mais próximos das suas linhas de comunicação, até uma distância equivalente a dois ou três dias de marcha, dependendo do tamanho do exército. Estes pontos mais próximos são, entretanto, aqueles que encontram-se em maior perigo, porque estão também mais próximos do inimigo.

Por outro lado, no caso de uma posição claramente oblíqua, nenhuma parte das linhas de comunicação pode ser protegida desta maneira. A mais leve pressão, a tentativa mais tímida por parte do inimigo constitui uma ameaça inequívoca a algum ponto vulnerável.

O que é que determina a frente de uma posição, a não ser o ângulo reto que ela forma com a sua linha de comunicação? É a frente do inimigo, evidentemente - embora esta possa, por sua vez, ser considerada como estando condicionada à sua própria linha de comunicação. Existe aqui uma interação para a qual devemos encontras as causas.

Suponhamos que a linha de comunicação do atacante (A - B) esteja localizada de modo a formar um ângulo obtuso com a do defensor (C - D). Se o defensor quisesse assumir uma posição em E, onde as duas linhas se encontram, é evidente que o atacante poderia, a partir da posição B, obrigar o defensor, somente devido à relação geométrica existente, a ficar com a sua frente voltada para ele e, consequentemente, expor as suas linhas de comunicação.

Ocorreria o oposto se o defensor assumisse a sua posição em algum lugar aquém do ponto de junção, digamos em D. Neste caso, a frente do atacante teria que ficar voltada para ele - deste que a linha de operações do atacante, que depende principalmente da topografia, não pudesse ser alterada à vontade e passasse a correr, por exemplo, de A para D. Disto podemos deduzir que o jogo de interações favorece o defensor, pois ele só precisará assumir uma posição em algum lugar aquém do ponto de junção. Não atribuímos muita importância a este argumento geométrico e só o apresentamos para fazer com que a questão fique absolutamente clara. Na realidade, estamos convencidos de que a posição assumida pelo defensor será fortemente influenciada pelas considerações locais e por outras específicas. Consequentemente, não se pode estabelecer uma regra geral para mostrar qual das duas linhas de comunicação tem maior probabilidade de ficar exposta.

Se as duas linhas de comunicação correrem exatamente na mesma direção, o lado que colocar a sua posição formando um ângulo com aquela linha evidentemente obrigará o inimigo a fazer o mesmo.

Mas neste caso não haverá qualquer vantagem geométrica. As vantagens e as desvantagens serão iguais para os dois lados.

Restringiremos portanto a nossa futura análise às situações em que apenas a linha de comunicação de um dos lados fique exposta.

No segundo tipo de vulnerabilidade de uma linha de comunicação - quando ela passa através de um território hostil - a dimensão da sua vulnerabilidade onde a população estiver em armas é óbvia: devemos tratar a situação como se as forças inimigas estivesses posicionadas ao longo de toda a linha. Elas podem ser numericamente pequenas, com deficiência de profundidade e de capacidade para chegar até o fim, mas pensem no que pode significar esta constante interferência com a linha em tantos pontos ao longo da sua extensão! Não é preciso nos estendermos mais sobre o tema. Mas mesmo que a população *não* esteja em armas e que não exista na área qualquer milícia ou outra forma de apoio militar - mesmo se de fato a população não tiver de modo algum disposição para a guerra - a sua mera adesão ao inimigo continuará sendo uma desvantagem perceptível para as linhas de comunicação do outro lado. A ajuda disponível a um grupo de incursão que fale o idioma local, que conheça o país e o povo, que seja capaz de receber mensagens e que desfrute do apoio das autoridades locais, pode fazer toda a diferença para um pequeno destacamento, e é facilmente obtida. Além do mais, certamente haverá fortificações, rios, montanhas e outros pontos de refúgio dentro de um raio de ação razoável que ainda estejam em poder do inimigo, a menos que tenhamos tomado posse formalmente e posicionado guarnições naquele local.

Neste caso, e principalmente se as outras circunstâncias estiverem a nosso favor, é possível realizar ações contra as linhas de comunicação do inimigo, mesmo se elas unirem-se à sua frente formando um ângulo reto. Os nossos incursores não terão que recuar constantemente em direção às suas forças, mas poderão encontrar numerosos abrigos simplesmente desaparecendo na área rural.

Isto nos dá os seguintes fatores:

1. Um comprimento considerável
2. Uma direção oblíqua e
3. Um território hostil

como sendo as principais condições que expõem as linhas de comunicação de um exército a serem cortadas por forças relativamente pequenas. Para tornar efetivo este rompimento, é necessário que haja

uma quarta condição - um certo período de tempo. Com relação a esta questão pediríamos ao leitor que consultasse as nossas observações feitas no capítulo quinze do Livro Cinco.

Mas estas quatro condições são apenas os fatores mais importantes que afetam a questão: relacionados a elas estão inúmeras circunstâncias locais e individuais, muitas vezes mais importantes e de conseqüências mais amplas do que as nossas quatro condições. Só para mencionar a mais importante, mencionemos as condições das estradas, a natureza do terreno através do qual elas passam, a proteção oferecida pelos rios, montanhas e charcos, a estação do ano e as condições do tempo, a importância de determinados comboios (como trens de sítio), o número de tropas ligeiras e assim por diante.

Todos estes fatores determinarão, portanto, o êxito com o qual um General pode operar contra as linhas de comunicação do seu oponente. Tomando a soma de todas estas partes, de ambos os lados, e comparando-as umas às outras, poderemos chegar a um equilíbrio entre os dois sistemas de comunicação. Este equilíbrio determinará qual dos dois Generais poderá superar o outro com relação a este aspecto.

Embora a nossa exposição do assunto possa parecer um tanto extensa, na prática muitas vezes uma decisão pode ser tomada no primeiro relance. Mas isto exige uma avaliação experiente. Uma reflexão sobre todos os casos aqui examinados fornecerá a resposta aos argumentos normais e absurdos utilizados pelos críticos que pensam que podem resolver a questão sem fazer um exame mais detalhado, mencionando simplesmente "envolver o flanco" e "operações contra os flancos".

Temos agora que tratar da *segunda condição* para as operações estratégicas contra os flancos.

Se o inimigo estiver impedido de avançar mais devido a uma outra coisa que não seja a nossa própria defesa - não importa o que possa ser - não precisamos mais temer o enfraquecimento das nossas forças enviando destacamentos fortes. Mesmo se o inimigo esperar que fará com que paguemos por desferir um ataque, podemos simplesmente ceder algum terreno e desistir da batalha. Foi isto que fez o exército russo diante de Moscou. Mas as enormes dimensões e condições obtidas naquela campanha não são essenciais. Durante as Primeiras Guerras da Silésia, Frederico o Grande encontrou-se constantemente nesta situação nas fronteiras da Boêmia e da Morávia. Alguém poderá alegar uma grande diversidade de razões, principalmente políticas, nas complexas relações existentes entre os Generais e os seus exércitos que tornariam impossível qualquer outro avanço.

Neste caso, podem ser empregadas forças maiores para as operações contra os flancos e, portanto, as outras condições não precisam ser tão favoráveis. Mesmo a relação existente entre o

sistema de comunicação do inimigo e o nosso não precisa estar a nosso favor. O inimigo não pode aproveitar muito a nossa retirada, nem pode retaliar facilmente. Ele estará mais preocupado com a proteção direta da sua própria retirada.

Este tipo de situação é, portanto, adequada para produzir um efeito sem uma batalha que pudesse ser considerada arriscada demais: ela utiliza um meio que é menos brilhante e de menor alcance, mas ao mesmo tempo menos arriscado do que uma vitória completa.

Neste caso, não é tão arriscado assumir uma posição num dos flancos, mesmo se isto expuser a nossa própria linha de comunicação. Isto fará sempre com que o inimigo forme a sua frente obliquamente em relação às suas próprias linhas de comunicação - fazendo com que *esta condição específica*, dentre as relacionadas acima, seja atendida quase que o tempo todo. A probabilidade de êxito aumentará em função da influência exercida pelos outros fatores, juntamente com outras circunstâncias favoráveis. Até o ponto em que elas não existam mais, tudo dependerá da maior competência no planejamento e de uma execução rápida e precisa.

Este é o cenário adequado para as manobras estratégicas do tipo tantas vezes visto na Silésia e na Saxônia, na Guerra dos Sete Anos em 1760 e em 1762. O fato de que estas manobras tenham sido tão comuns em muitas guerras travadas apenas com intensidade moderada não deve ser sempre interpretado como sendo uma prova de que um General tenha chegado ao fim das suas forças. Pode significar igualmente que a falta de decisão, de coragem, de iniciativa e a relutância em assumir a responsabilidade tenham tomado o lugar dos verdadeiros empecilhos. Basta citar o caso do Marechal-de-Campo Daun.

Resumindo os resultados desta análise, diríamos que as operações contra os flancos são extremamente vantajosas:

1. Na defesa
2. Próximo ao fim da campanha
3. Principalmente durante uma retirada para interior do país e
4. Juntamente com uma rebelião armada.

Com relação à execução destas operações contra as linhas de comunicação, algumas palavras serão suficientes.

A sua execução deve estar a cargo de incursores competentes, que deverão deslocar-se de maneira ousada em pequenos destacamentos e atacar corajosamente, assaltando as guarnições mais

fracas do inimigo, comboios e pequenas unidades em marcha. Eles devem incentivar as guardas nacionais locais e ocasionalmente associarem-se a elas em operações. O número destas unidades importa mais do que o seu poderio individual, e elas devem ser organizadas de tal modo que várias delas possam reunir-se para realizar uma operação de vulto, sem serem muito atrapalhadas pela vaidade e pelos caprichos de líderes isolados.

Finalmente, devemos examinar o efeito sobre a linha de retirada do inimigo.

Aqui, devemos ter em mente principalmente o princípio enunciado no início, qual seja, de que as tropas empregadas na retaguarda do inimigo não poderão ser empregadas contra a sua frente. Isto significa dizer que o efeito de uma ação contra a retaguarda ou os flancos não multiplicará por si só as nossas forças. Em vez disto aumentará as possibilidades de que obtenhamos um maior poderio - maior quanto à possibilidade de obter êxito, mas também maior quanto a um possível perigo.

Toda resistência armada que não seja do tipo direto e simples tende a aumentar os interesses em jogo, bem como o risco envolvido. Esta regra aplica-se às operações contra os flancos, sejam elas realizadas por toda a força unificada ou por forças divididas, atacando e cercando em diversos lados.

Para cortar a retirada do inimigo - se a medida for realizada seriamente e não apenas como uma demonstração - a melhor solução é uma batalha decisiva, ou pelo menos as suas precondições. Nesta solução, os dois componentes de maiores interesses em jogo e os maiores riscos estarão juntos novamente. Somente a existência de condições favoráveis poderá justificar, portanto, a adoção deste método por um comandante.

Neste método, devemos fazer uma distinção entre as duas formas que mencionamos. A primeira surge quando um General decide empregar toda a sua força para atacar o inimigo em sua retaguarda, seja a partir de uma posição no flanco, assumida com este fim em mente, ou por meio de um movimento de envolvimento em máxima escala. A segunda surgirá se ele dividir a sua força, assumir uma posição de envolvimento e ameaçar a retaguarda inimiga com uma parte, e a sua frente com outra.

Em qualquer destas formas o efeito será igualmente intensificado: a retirada poderá ser totalmente cortada, e neste caso uma grande parte da força inimiga será capturada ou dispersada, ou o inimigo, para evitar este perigo, baterá numa retirada apressada e longa.

O risco é diferente , entretanto, em cada caso.

Se empregarmos toda a força para envolver o inimigo, estaremos correndo o risco de deixar a nossa retaguarda exposta. Uma vez mais, tudo dependerá da relação existente entre as duas linhas de

retirada, exatamente como no caso semelhante do efeito sobre as linhas de comunicação o fator decisivo foi a relação existente entre uma e outra.

Um defensor que esteja combatendo em seu país estará, evidentemente, muito menos restrito do que um atacante, em termos de linhas de comunicação e de retirada, e, com relação a isto, estará melhor localizado para um movimento estratégico de envolvimento. Mas esta relação geral não é suficientemente convincente para fundamentar um sistema eficaz. Uma vez mais, cada caso só será decidido à luz de todas as circunstâncias.

Acrescentaríamos simplesmente o seguinte: Evidentemente é mais fácil encontrar condições favoráveis numa grande área do que em áreas restritas. Elas surgem também mais frequentemente em Estados verdadeiramente independentes do que em Estados mais fracos, que dependam de ajuda externa e cujos exércitos devam, portanto, defender o ponto de junção com os seus aliados. Finalmente, as condições serão mais favoráveis para o defensor mais para o fim de uma campanha, quando o ataque já tiver gasto a sua força - uma vez mais, praticamente da mesma maneira que no caso das linhas de comunicação.

Uma posição no flanco, como a que os russos assumiram tão vantajosamente na estrada que vai de Moscou a Kaluga em 1812, quando o ataque de Bonaparte estava abrandando, teria sido um erro grave no acampamento de Drissa no início da campanha, não tivessem os russos tido o bom senso de alterar o seu plano a tempo.

A outra forma de realizar um envolvimento e de cortar a linha de retirada acarreta uma divisão de forças. Aqui o perigo está na própria divisão, pois o inimigo possui a vantagem da concentração das suas linhas internas e pode assim lançar uma quantidade superior de homens contra qualquer parte isolada da força do seu oponente. Este risco não pode ser eliminado, e somente três causas principais justificam alguém ficar exposto a ele:

1. Uma divisão anterior de forças que torne obrigatória este tipo de operação se desejarmos evitar uma grande perda de tempo.
2. Uma grande superioridade física e moral que justifique tomar medidas drásticas.
3. Uma perda de ímpeto por parte do inimigo tendo o ataque chegado ao fim.

Frederico o Grande não pretendia combinar o seu ataque frontal com outro contra a retaguarda estratégica do inimigo quando invadiu a Boêmia através de caminhos convergentes em 1757. Pelo menos esta não era a sua principal preocupação (como mostraremos com maiores detalhes em outro

lugar). De qualquer modo, é evidente que ele não poderia cogitar de concentrar as suas forças na Silésia ou na Saxônia antes de iniciar a invasão, uma vez que isto lhe teria custado todas as vantagens da surpresa.

Quando os aliados estavam planejando a campanha do outono de 1813, a sua grande superioridade material deu-lhes o direito de planejar empregar o grosso da sua força num ataque ao franco direito de Bonaparte, que estava no rio Elba, para transferir o teatro de operações do Oder para o Elba. O seu revés em Dresden não foi causado por este plano geral, mas por medidas estratégicas e táticas específicas que foram tomadas. Afinal de contas, a superioridade com que eles enfrentaram Bonaparte em Dresden era de 220.000 para 130.000 homens - uma relação que provavelmente deixava pouco a desejar. De qualquer modo, a proporção não foi muito mais favorável em Leipzig: 285.000 para 157.000. É verdade que o exército de Bonaparte estava disposto de uma maneira demasiadamente uniforme para operar eficazmente ao longo de uma única linha defensiva, pois ele tinha 70.000 homens contra 90.000 na Silésia e 70.000 no Marco de Brandemburgo contra 110.000, mas, de qualquer modo, teria sido difícil para ele - perto de abandonar completamente a Silésia - reunir um exército no Elba que pudesse ter desferido um golpe decisivo contra a força principal dos aliados. Da mesma maneira, os aliados poderiam facilmente ter enviado o exército de Wrede para o rio Main, com ordens de tentar cortar a estrada de Bonaparte para Mainz.

Em 1812 os russos foram capazes de enviar o Exército de Moldau em direção a Volhynia e à Lituânia, de modo a empregá-lo mais tarde na retaguarda do principal exército francês, uma vez que era absolutamente certo supor que Moscou viria a ser o ponto culminante da ofensiva francesa. Naquela campanha não havia qualquer perigo para a Rússia além de Moscou e, portanto, os russos não tinham que se preocupar com o fato da sua força principal ser demasiadamente fraca para esta operação.

O plano de defesa srcinal, elaborado pelo General Phull, tinha se baseado na mesma disposição de forças: o exército de Barclay deveria ocupar o acampamento de Drissa, enquanto o de Bagratio avançava contra a retaguarda da força principal do inimigo. Mas que diferença havia entre estas duas ocasiões! Na primeira os franceses eram três vezes mais fortes do que os russos. Na segunda, os russos eram nitidamente mais fortes do que os franceses. Na primeira, o exército de Bonaparte tinha um ímpeto que persistiu até Moscou, 400 milhas além de Drissa. Na segunda, foi incapaz de realizar mais um dia de marcha a partir de Moscou. Na primeira, a linha de retirada para o Niemen não teria mais do

que 150 milhas. Era de 500 na segunda. Portanto, as mesmas operações que no fim foram tão eficazes contra a retirada francesa, teriam sido a mais extrema insensatez no início.

Uma ação contra a linha de retirada de um inimigo (para que signifique mais do que uma demonstração) constitui um verdadeiro ataque à sua retaguarda. Muita coisa mais pode ser dita sobre esta questão, mas o livro sobre o ataque é o lugar mais adequado para isto. Deixaremos este assunto por enquanto, e nos contentamos em ter revelado em que situações pode ser realizada uma ação contrária deste tipo.

Quando esta questão é analisada, normalmente é mais em termos da demonstração do que do ataque real - sendo a intenção fazer com que o inimigo se retire. Se para ser eficaz, cada demonstração tivesse que significar que um ataque verdadeiro seria perfeitamente viável - o que, à primeira vista, parece ser óbvio - os dois se assemelhariam em todos os detalhes. Mas não é isso o que ocorre: remetemos o leitor ao capítulo sobre demonstrações, que mostrará que estão envolvidas situações um tanto diferentes.[1]

[1] Não existe este capítulo no livro. Eds.

CAPÍTULO VINTE E CINCO

A Retirada para o Interior do País

Consideramos uma retirada voluntária para o interior do país como sendo uma forma especial de resistência indireta - uma resistência que destroi o inimigo, não tanto através da espada quanto através dos seus próprios esforços. Nenhuma grande batalha é planejada, nem mesmo imaginaremos que ela ocorrerá tão tarde que as forças do inimigo já tenham sido consideravelmente minadas.

Todos os atacantes acham que as suas forças diminuem à medida em que avançam. Esta questão será analisada em detalhes no Livro Sete. Aqui, vamos antecipar esta conclusão, o que temos condições de fazer uma vez que a história militar mostrou ser verdadeira em todas as campanhas em que foram percorridas grandes distâncias.

A debilitação ao longo de um avanço é aumentada se o defensor não tiver sido derrotado e retirar-se voluntariamente com as suas forças combatentes intactas e alertas, ao mesmo tempo em que, através de uma resistência firme e calculada, faz com que o atacante pague com o seu sangue cada centímetro de avanço. O avanço torna-se um esforço vigoroso e constante, e não uma simples perseguição.

Inversamente, as perdas sofridas por um defensor em retirada serão muito mais graves após uma derrota do que numa retirada voluntária. Mesmo supondo que ele possa resistir ao invasor, dia após dia, como poderia fazer se retirasse-se voluntariamente, as suas perdas serão *pelo menos igualmente graves*, e teriam que ser acrescentadas as baixas sofridas em combate. Mas esta suposição desaparece ante às probabilidades. O melhor exército do mundo que seja obrigado a retirar-se para o interior do país após sofrer uma derrota em combate, sofrerá perdas *descomunais* e, se o inimigo for consideravelmente mais forte, - como supõe-se que seja nos casos que estão sendo analisados - e se ele pressionar vigorosamente, como normalmente tem sido feito nas guerras recentes, muito provavelmente o resultado será uma verdadeira debandada e destruirá o exército defensor.

Uma resistência *calculada*, oferecida dia a dia, significa que a resistência só será mantida enquanto ainda houver dúvida quanto ao resultado. Ela exige que se evite a derrota cedendo a tempo o terreno em disputa. Este tipo de luta custará ao atacante pelo menos tantas vidas quanto ao defensor. As perdas inevitáveis deste último, em termos de homens feitos prisioneiros, serão igualadas pelas perdas do atacante em combate, uma vez que ele terá que lutar sempre contra as vantagens que o defensor possui em relação ao terreno. Na realidade, o exército em retirada perde todos os seus feridos graves, mas o atacante também perde os seus, uma vez que normalmente eles ficam vários meses no hospital.

Podemos supor que este desgaste contínuo vá afetar mais ou menos igualmente os dois lados.

A situação é completamente diferente quando um exército derrotado está sendo perseguido. A resistência torna-se difícil, algumas vezes de fato impossível, em decorrências das baixas em combate, da perda da ordem e da coragem, e da ansiedade com relação à retirada. O perseguidor, que no primeiro caso teve que movimentar-se com cautela, quase tateando como um cego, pode avançar agora com a segurança do vitorioso, com a arrogância do afortunado e com a confiança do semideus. Quanto mais rápido for o seu ritmo, maior será a velocidade com que os acontecimentos ocorrerão de acordo com o seu curso predeterminado. Esta é a principal área em que as forças psicológicas aumentarão e multiplicar-se-ão sem estarem rigidamente presas aos pesos e medidas do mundo material.

Isto deve deixar claro como são diferentes as relações dos dois exércitos no que se refere à maneira pela qual eles chegaram ao ponto que pode ser considerado como o limite da ofensiva.

Analisamos o resultado da destruição mútua, mas devemos acrescentar também a debilitação sofrida de outras maneiras pelo atacante, as quais, como já dissemos, serão vistas no Livro Sete. O defensor, por outro lado, quase sempre adquirirá uma força adicional através dos reforços, seja ela fornecida por forças externas ou adquirida através do seus esforços persistentes.

Finalmente, existe uma considerável disparidade com relação aos suprimentos. Frequentemente o exército em retirada terá mais do que o suficiente, enquanto que o atacante estará sofrendo terríveis necessidades.

O exército em retirada tem meios de recolher suprimentos em pontos predeterminados. O exército perseguidor depende de ter os seus suprimentos enviados - uma tarefa difícil quando se está em movimento, não importa o quanto sejam curtas as suas linhas de comunicação. Ele está fadado a ter escassez de suprimentos desde o início.

O exército em retirada apela primeiro para os recursos locais, e normalmente os esgota. Tudo o que resta são cidades e povoados devastados, campos privados da sua safra e pisoteados, poços vazios e riachos enlameados.

Não é raro, portanto, que um invasor defronte-se com uma grave escassez de suprimentos desde o início. Ele nunca poderá contar com encontrar os suprimentos do inimigo. Se ele vier de fato a tomar algum de tempos em tempos, isto será uma questão de pura sorte, ou de uma negligência gritante por parte do defensor.

Assim, não pode haver qualquer dúvida de que quando as distâncias envolvidas forem grandes e o poderio dos beligerantes não for muito desigual, o resultado será uma situação relativa de forças que oferecerá ao defensor uma perspectiva muito maior de êxito do que uma batalha decisiva travada na

fronteira. Mas não é a mera perspectiva de uma vitória que será aumentada através da alteração do balanço de forças relativas. A situação alterada aumentará também o impacto daquela vitória. Existe uma enorme diferença entre perder uma batalha na nossa própria fronteira e perdê-la bem no coração do território inimigo! Na realidade, muitas vezes as condições do invasor ao fim do seu percurso serão tais que até mesmo uma *vitória* pode obrigá-lo a retirar-se. Ele poderá não ter reservas suficientes para dar prosseguimento ao seu êxito e aproveitá-lo ao máximo, nem poderá esperar repor as suas perdas.

Faz uma grande diferença, portanto, se a decisão ocorre no início ou no fim da ofensiva.

As grandes vantagens deste método de defesa são contrabalançadas por dois inconvenientes. O primeiro consiste nas perdas que o país sofrerá em decorrência da invasão inimiga. O segundo é o impacto moral.

Proteger o país de perdas não pode ser o propósito da defesa. O seu propósito deve ser obter uma paz favorável. Esta é a meta pela qual lutamos e pela qual nenhum sacrifício temporário deve ser considerado rigoroso demais. Ainda assim, embora o desperdício da terra possa não ser decisivo, deve constar na folha do balanço, porque sempre afetará os nossos interesses.

Uma retirada fortalecerá inequivocamente as forças combatentes, e as perdas que ela também acarretará não farão mal diretamente ao exército, mas sim de uma maneira indireta. É difícil pesar as vantagens contra as desvantagens. Elas são de tipos diferentes e os seus efeitos não possuem um ponto de encontro comum. Tudo o que pode ser dito é que a perda será aumentada se tivermos que abrir mão de uma região fértil, densamente povoada e com grandes cidades comerciais, e que será ainda maior se incluirmos a perda de material de guerra, esteja ele numa forma acabada ou em processo de produção.

O segundo inconveniente é de natureza psicológica. Há momentos em que um General deve elevar-se acima dele, manter calmamente os seus planos e enfrentar as objeções de curta duração que serão apresentadas por pessoas mais covardes. Ainda assim , esta impressão não é um simples fantasma que possa ser facilmente descartado. Não é como uma força que só afeta um único ponto, mas em vez disto é uma força que espalha-se instantaneamente através de cada tendão e paralisa todas as atividades militares e civis. Pode haver momentos em que o exército e a nação compreendam plenamente os motivos para retirar-se para o interior, momentos em que a confiança e a esperança podem até mesmo ser fortalecidas em decorrência disto, mas eles são muito raros. De um modo geral, o povo e o exército não podem nem mesmo saber a diferença entre uma retirada planejada e um tropeço para trás. Menos ainda podem eles estar certos de que um plano é sensato, fundamentado numa previsão de vantagens positivas, ou se foi simplesmente ditado por medo do inimigo. Haverá uma preocupação e um

ressentimento do povo em geral pelo destino das áreas abandonadas. Possivelmente o exército perderá a confiança, não apenas nos seus líderes, mas nele próprio, e as intermináveis ações na retaguarda só tenderão a confirmar os seus temores. *Estas conseqüências* da retirada não devem ser subestimadas. Além do mais, em tese evidentemente, é mais natural, mais simples, mais nobre e mais de acordo com o caráter moral de uma nação enfrentar firmemente o desafio e assegurar que um inimigo que invada uma fronteira seja obrigado a pagar uma penalidade com o seu sangue.

Estes são os prós e os contra deste método de defesa. Agora, algumas palavras sobre as condições e as circunstâncias que o favorecem.

A necessidade mais importante e mais fundamental é de um espaço amplo ou, pelo menos, de uma longa linha de retirada. Apenas um poucos dias de avanço obviamente não enfraquecerão perceptivelmente o inimigo. Em 1812, o centro do exército de Bonaparte tinha 250.000 homens em Vitebsk, caiu para 182.000 em Smolensk e só foi reduzido a 120.000 - isto é, tornou-se igual ao centro do exército russo - em Borodino. Borodino está a 450 milhas da fronteira, mas foi só em Moscou que os russos obtiveram uma superioridade decisiva. Tendo sido estabelecida esta superioridade, entretanto, a inversão da situação era tão inevitável que nem mesmo a vitória francesa em Maloyaroslavetz exerceu qualquer efeito significativo.

Nenhum outro Estado da Europa é do tamanho da Rússia, e uma linha de retirada de 500 milhas de comprimento só é concebível em muito poucos. Por outro lado, existem poucas possibilidades de que se repitam as condições que produziram um exército como o francês em 1812 - sem falar da desproporção que foi obtida entre os dois oponentes logo no início, quando os franceses tinham mais do que o dobro do número de homens, com um imenso prestígio de quebra. Portanto, o que foi conseguido no espaço de 500 milhas, em outros casos pode ser conseguido em 250, ou até mesmo em 150.

Entre as circunstâncias favoráveis estavam:

1. Uma região escassamente cultivada
2. Um povo leal e guerreiro
3. Condições de tempo rigorosas.

Todas estas circunstâncias tornam difícil manter um exército no campo. Elas acarretam a necessidade de grandes comboios, inúmeros destacamentos e muito cansaço. Provocam doenças e tornam as operações contra os flancos mais fáceis para o defensor.

LIVRO SEIS

O fator definitivo que afeta este método de defesa são os verdadeiros números das forças combatentes envolvidas.

É perfeitamente normal, evidentemente, que, independente do poderio relativo dos dois exércitos, uma força menor esgote-se mais cedo do que uma maior. Ela não pode ir tão longe e, portanto, o raio do seu teatro de operações estará fadado a ser restrito. Existe de fato uma razão razoavelmente constante entre o tamanho de uma força e a área que ela pode ocupar. Esta razão não pode ser expressa em números. Além disto, está sujeita a mudanças devidas a outras circunstâncias. Aqui, basta dizer que a relação existente entre estas duas coisas é permanente e fundamental. Alguém pode ser capaz de marchar sobre Moscou com 500.000 homens, mas nunca com 50.000 - mesmo se o poderio relativo do invasor em relação ao do defensor for maior no segundo caso do que no primeiro.

Suponhamos, portanto, que o tamanho absoluto da força em relação à área seja constante em dois casos diferentes: não há dúvida de que o efeito da nossa retirada aumentará a debilitação do inimigo em função dos números envolvidos.

1. O invasor encontrará mais dificuldade para abastecer e alojar as suas tropas. Mesmo se as áreas abrangidas aumentarem em função dos exércitos, elas nunca poderão ser a única fonte de suprimentos, e tudo que for enviado pela base sofrerá uma proporção maior de perdas. Além do mais, só uma pequena parte da área, e nunca toda ela, será utilizada para alojamentos, e a que for utilizada não aumentará em função do número de soldados.

2. O avanço será mais lento à medida em que aumentar o número de soldados. Será necessário mais tempo, portanto, para que o avanço chegue ao fim, e as perdas diárias acumuladas serão proporcionalmente maiores.

Normalmente três mil homens no encalço de dois mil não permitirão que eles se retirem realizando marchas fáceis de cinco, dez ou até mesmo quinze milhas de cada vez, nem que de vez em quando façam uma parada de alguns dias. Só serão necessárias algumas horas para alcançar, atacar e dispersar o inimigo. Mas se multiplicarmos estes números por cem, teremos um outro problema. Não será mais uma questão de umas poucas horas, mas de um dia, ou até mesmo dois. Nenhum dos dois lado poderá permanecer reunido num só lugar. Todos os planos e movimentações tornar-se-ão complexos e, consequentemente, tudo exigirá mais tempo. O atacante ver-se-á confrontado pela desvantagem adicional de que os problemas de abastecimento obrigam-no a dispersar-se muito mais do que o defensor e, em decorrência disto, ele estará sempre correndo o risco de ser esmagado por uma força superior em algum ponto - que foi o que os russos tentaram fazer em Vitebsk.

3. Quanto maiores forem as forças envolvidas, maior será o esforço exigido pelas necessidades do dia a dia da estratégica e da tática. Imaginem 100.000 homens marchando para o ponto de reunião e voltando de lá, dia após dia, parando e partindo, agora pegando as suas armas, agora cozinhando as refeições ou distribuindo as rações, todos sendo mantidos no campo até que sejam recebidas as informações necessárias. Para realizar todos estes pequenos trabalhos, que são apenas acessórios da marcha propriamente dita, aqueles 100.000 homens de um modo geral precisam do dobro do tempo do que 50.000 necessitariam - mas o dia só tem vinte e quatro horas para estes dois grupos. Quanto à marcha propriamente dita, mostramos no Capítulo Dez do livro anterior como o tempo e a energia consumidos variarão de acordo com o número de soldados envolvidos.

Todos estes problemas também afetam, evidentemente, o exército que está em retirada, mas atuam mais intensamente sobre o invasor porque:

1. Ele tem mais homens (desde o início adotamos a hipótese da superioridade do atacante);
2. Cedendo terreno, o defensor adquire o direito de dirigir as operações e obrigar o outro lado a adaptar-se às suas ações. Ele é capaz de planejar antecipadamente e normalmente pode manter as suas intenções. O invasor, entretanto, só poderá fazer os seus planos após o seu oponente haver assumido as suas posições, que primeiro têm que ser verificadas através de um reconhecimento.

Devemos lembrar-nos de que estamos analisando a perseguição de um inimigo que não sofreu uma derrota, e que nem mesmo perdeu uma batalha. Não estamos contradizendo o que foi dito no Capítulo Doze do Livro Quatro.

A vantagem de obrigar o atacante a adaptar os seus movimentos aos nossos faz a diferença em termos de poupar tempo e trabalho e de muitas outras maneiras menos importantes. Com o passar do tempo isto poderá ser de grande importância.

3. O exército em retirada esforça-se para tornar mais fácil a sua retirada: estradas e pontes são reparadas, são escolhidos os locais mais adequados para acampamentos, e assim por diante. Por outro lado, ele está tentando arduamente tornar a perseguição mais difícil para o inimigo, destruindo pontes, fazendo com que estradas em mau estado fiquem ainda piores simplesmente utilizando-as, negando ao inimigo os melhores locais para acampamento ocupando-os, e assim por diante.

Finalmente, devemos mencionar que uma rebelião popular constitui um fator excepcionalmente favorável. Como trataremos disto num outro capítulo, não precisamos entrar em detalhes aqui.

Até aqui analisamos as vantagens deste tipo de retirada, os sacrifícios que acarreta e as condições que exige. Veremos agora a maneira pela qual ela é realizada.

A primeira questão a ser examinada é a relativa à direção em que dá-se a retirada.

Ela deve levar para o *interior* do país - se possível, de fato para um ponto em que o inimigo fique cercado por todos os lados pelo nosso território, e fique completamente exposto aos seus efeitos. Neste caso o defensor corre o risco de *ser desviado do coração do seu território*, como seria se escolhesse uma linha de retirada próxima demais da fronteira. Isto poderia facilmente ter acontecido aos russos em 1812 se tivessem decidido retirar-se para o sul, e não para leste.

Esta condição está subentendida na própria finalidade desta retirada. Que ponto do país é o adequado, até que ponto estará ele de acordo com o propósito de proteger a capital ou algum outro ponto vital, ou de atrair o inimigo para longe dele - estas questões dependem das circunstâncias.

Se em 1812 os russos tivessem planejado antecipadamente a sua retirada e executado-a de acordo com o plano, poderiam facilmente ter ido de Smolensk em direção a Kaluga, em vez de só tomar aquela direção depois de terem saído de Moscou. É perfeitamente possível que, naquelas circunstâncias, Moscou pudesse ter sido totalmente salva.

Em Borodino os franceses possuíam 130.000 homens. Não há motivo para supor que tivessem tal poderio se os russos tivessem aceitado o combate a meio caminho para Kaluga. Mas naquele caso, quantos homens poderiam os franceses ter deixado disponíveis para marchar sobre Moscou? Obviamente muito poucos, mas Moscou fica a 250 milhas de Smolensk, e não se pode enviar uma pequena força daquela distância para tomar um lugar como Moscou.

A batalha travada em Smolensk deixou Bonaparte com cerca de 160.000 homens. Suponhamos que ele tivesse achado que poderia correr o risco de destacar uma força para tomar Moscou antes de travar uma outra grande batalha, e tivesse enviado 40.000 homens. Teria então ficado com 120.000 para enfrentar o principal exército russo. Mas somente 90.000 deles poderiam ter tomado parte - menos 40.000 do que os que lutaram em Borodino. Isto teria deixado os russos com uma superioridade de 30.000 homens. Se o desenrolar da batalha de Borodino servir de guia, esta é a margem com a qual os russos poderiam ter saído vitoriosos. De qualquer modo, de acordo com estes cálculos as suas possibilidades teriam sido melhores do que em Borodino. Mas a retirada russa não foi o resultado de um planejamento antecipado. Eles retiraram-se para tão longe porque sempre que tiveram a oportunidade de aceitar o combate não sentiram-se suficientemente fortes para fazê-lo. Todos os seus

suprimentos e reforços foram enviados pela estrada que liga Moscou a Smolensk, e ninguém em Smolensk teria sonhado em deixá-la. Além disto, uma vitória obtida em algum lugar entre Smolensk e Kaluga não teria, na opinião dos russos, justificado a vergonha de deixar Moscou desprotegida e exposta a uma possível tomada.

Em 1814, Bonaparte com quase toda a certeza poderia ter poupado Paris de ser atacada se tivesse assumido uma posição obliquamente - por trás do Canal da Borgonha, por exemplo - deixando apenas alguns milhares de homens e a grande Guarda Nacional para defender a capital. Os aliados nunca teriam ousado enviar 50.000 a 60.000 homens para Paris sabendo que Bonaparte estava em Auxerre com 100.000. Inversamente, se os aliados estivessem na situação de Napoleão, certamente ninguém teria ousado sugerir que deixassem desprotegida a estrada para a sua capital enquanto Bonaparte estivesse na ofensiva. Com aquela superioridade ele não teria hesitado um minuto antes de marchar sobre a capital. Isto mostra simplesmente a diferença que podem fazer os fatores morais e psicológicos, mesmo quando todas as outras circunstâncias forem as mesmas.

Devemos somente acrescentar que numa manobra destas, a capital, ou qualquer outro ponto que estejamos tentando proteger, deve ter poderes e resistência suficientes para proteger-se contra a sua tomada ou contra saques realizados por qualquer grupo de incursão que possa aparecer. Abandonaremos agora esta questão, à qual voltaremos quando analisarmos os planos de guerra.

Juntamente com esta linha de retirada, um outro ponto merece atenção - uma súbita *mudança de direção*. Os russos mantiverem a mesma direção até Moscou, além de onde os teria levado a Vladimir. Deixando-a, eles dirigiram-se primeiro para Riazan, em seguida viraram em direção a Kaluga. Se tivessem sido obrigados a continuar a sua retirada, poderiam facilmente ter feito isto numa nova direção que os teria levado para Kiev - voltando assim para muito mais perto da fronteira com o inimigo. Mesmo que os franceses ainda fossem superiores naquela etapa, obviamente não poderiam ter mantido o domínio da enorme curva feita pela sua linha de comunicação, que passava através de Moscou. Eles teriam que abandonar não só Moscou, mas muito provavelmente Smolensk também - em outras palavras, teriam que abrir mão do território que haviam ocupado a tanto custo, e contentar-se com o teatro de operações a oeste de Beresina.

O exército russo teria evidentemente que correr exatamente este risco se tivesse dirigido-se em primeiro lugar para Kiev - o perigo de ficar isolado da maior parte do país. Mas esta desvantagem praticamente havia desaparecido: os franceses teriam chegado a Kiev numa situação muito diferente, se não tivessem tomado o caminho via Moscou.

É evidente que podem ser obtidas vantagens incontestáveis através de uma tal mudança de direção da linha de retirada - o que é perfeitamente viável se as distâncias envolvidas forem suficientemente grandes:

1. A mudança de direção faz com que seja impossível para o inimigo manter as suas linhas de comunicação existentes. Estabelecer novas é sempre difícil. O pior é que a direção só muda gradualmente e, portanto, novas linhas de comunicação têm que ser criadas diversas vezes.
2. O resultado é trazer novamente os dois exércitos mais para perto da fronteira. O invasor não é mais capaz de utilizar a sua posição para proteger o território que conquistou e muito provavelmente será obrigado a abandoná-lo. Num país imenso como a Rússia, dois exércitos podem facilmente fazer um jogo normal de brincar de pegar um com o outro.

Sob condições favoráveis, é possível fazer uma mudança de direção deste tipo, mesmo quando estiverem envolvidas pequenas distâncias. Mas cada caso deve ser decidido de acordo com os seus méritos e à luz de todas as circunstâncias.

Tendo sido determinada a direção na qual o inimigo será atraído para o interior do país, a força defensora principal deve deslocar-se naquele sentido. Senão o inimigo não a seguirá, e mesmo se o fizesse o defensor não seria capaz de impor-lhe todas as restrições que imaginamos acima. A única dúvida é se devemos seguir aquele caminho com uma força não dividida ou nos deslocarmos lado a lado, divididos em partes significativas dela, retirando-nos assim ao longo de linhas divergentes.

A resposta é que a segunda linha de ação deve ser evitada pelos seguintes motivos:

1. É mais uma dispersão de forças, enquanto que a concentração numa área representaria um obstáculo para o invasor.
2. Deste modo o inimigo tem a vantagem das linhas interiores. Ele estará portanto mais concentrado do que o defensor e terá uma maior superioridade em qualquer ponto determinado. Esta superioridade deverá ser temida, evidentemente, a menos que desde o início o nosso plano vise evitar o combate. Mas isto depende do inimigo continuar a respeitar a nossa força e não sentir-se livre para nos intimidar, o que é concebível que possa acontecer. Este tipo de retirada subentende que uma das forças principais finalmente obterá a superioridade, de modo que possa desferir um golpe decisivo. Mas tendo a força sido dividida, não podemos contar com isto,
3. As operações concêntricas são simplesmente inadequadas para o lado mais fraco.

4. Uma retirada divergente anula parte da fragilidade do inimigo.

Os principais pontos fracos de um ataque que penetre profundamente são, evidentemente, as longas linhas de comunicação e os flancos estratégicos expostos. Uma retirada que tome uma forma divergente obrigará o atacante a apresentar uma frente para o flanco com uma parte da sua força e, embora esta parte seja realmente destinada a conter as forças que estiverem voltadas para ela, pode eventualmente ter uma outra finalidade - a de proteger parte das linhas de comunicação.

Em suma, no que refere-se ao valor puramente estratégico da retirada, a forma divergente não é vantajosa. Para que ela prepare o caminho para uma futura ação contra a linha de retirada do inimigo, devemos reportar-nos ao contido no capítulo anterior.

O *único* propósito que justifica uma retirada ao longo de linhas divergentes é aquele cuja finalidade seja proteger regiões que de outro modo seriam ocupadas pelo inimigo.

Normalmente pode-se prever de uma maneira razoavelmente precisa as áreas que o invasor irá ocupar nos dois lados desta linha de marcha, a partir da concentração e da direção das suas forças e da localização do seu território, das suas fortificações e assim por diante, em relação às nossas. Seria um perigoso desperdício de força se posicionássemos as nossas forças combatentes em áreas que provavelmente não seriam tocadas. É bem mais difícil de prever *se seremos capazes de impedir uma ocupação posicionando tropas* em áreas com probabilidade de serem ocupadas. Isto é, em grande parte, uma questão de avaliação.

Quando os russos retiraram-se em 1812, deixaram 30.000 homens sob o comando de Tormasov para defender Volhynia contra a invasão dos austríacos. Considerando o tamanho daquela província, o número de obstáculos naturais que ela oferece e a força inexpressiva que supostamente a invadiria, os russos tinham uma razoável esperança de que pudessem manter a superioridade naquele trecho da sua fronteira ou, de qualquer modo, de manter-se perto dela. Se fossem capazes de manter a sua posição, poderiam esperar que no futuro surgissem excelentes vantagens que não precisam ser analisadas aqui. De qualquer modo, teria sido quase impossível para estas forças reunirem-se a tempo ao exército principal, mesmo que fosse esta a sua intenção. Todos estes fatores justificam plenamente o fato dos russos terem deixado esta força para travar uma guerra independente em Volhynia. Por outro lado, de acordo com o plano apresentado pelo General Phull, somente a força de Barclay, com 80.000 homens, deveria retirar-se para Drissa. Bagration, com 40.000 homens, deveria atuar no flanco direito com a intenção de atacar mais tarde a retaguarda francesa. Percebemos num piscar de olhos que esta força não

tinha a mais tênue esperança de manter-se no sul da Lituânia - defendendo um território *adicional*, isto é, e *mais perto* da retaguarda dos franceses. Ela teria sido destruída devido à sua esmagadora inferioridade numérica.

O defensor estará evidentemente interessado em entregar o menor terreno possível ao invasor, mas isto continua sendo sempre um propósito secundário. É óbvio também que um ataque torna-se mais difícil quanto menor, ou melhor, quanto mais limitado for o teatro de operações ao qual o invasor pode ficar restrito. Apesar disto, todas estas considerações pressupõem a existência de uma probabilidade de êxito e que elas não irão enfraquecer demais a força principal - porque é com esta força que devemos primordialmente buscar obter o resultado final. As dificuldades enfrentadas pela força principal do inimigo muito provavelmente farão com que ele se retire, e aumentarão ao máximo a perda de forças físicas e morais imposta pela retirada.

De um modo geral, portanto, uma retirada para o interior do país deve ser realizada por uma força não derrotada e não dividida. Ela deve retirar-se logo à frente da força principal do inimigo, o mais lentamente possível. Mantendo uma resistência contínua, deve manter o inimigo num constante estado de alerta, obrigando-o ao exagero fatal, por assim dizer, de tomar precauções táticas e estratégicas.

Tendo os dois lados chegado desta maneira ao fim da ofensiva do agressor, o defensor deve, se for de todo possível, assumir uma posição formando um ângulo com a direção daquela linha e exercer pressão sobre a retaguarda do inimigo, com todos os meios à sua disposição.

Todos estes aspectos e os seus efeitos foram demonstrados em alto grau pela campanha russa de 1812, como que através de uma lente. Mesmo não sendo uma retirada voluntária, pode ser vista como tendo sido uma, uma vez que não pode haver dúvida de que se os russos, sabendo o que sabem agora, tivessem que repetí-la sob as mesmas condições, fariam sistematicamente o que fizeram da maneira mais involuntária em 1812. Estaríamos totalmente errados, entretanto, supondo que o mesmo efeito jamais foi produzido e nunca poderá ser onde não existirem as dimensões do espaço russo.

Os principais efeitos e condições relativos a este tipo de resistência têm estado presentes - não importa que circunstâncias modificadoras possam ter estado presentes além destas - onde quer que um ataque estratégico tenha fracassado, não em decorrência de uma batalha decisiva, mas devido aos puros problemas de existência, que obrigaram o invasor a empreender uma retirada que, num maior ou menor grau, revelou-se desastrosa. As campanhas de 1742 de Frederico o Grande na Morávia e de 1744 na Boêmia, as campanhas francesas de 1743 na Áustria e na Boêmia, as do Duque de Brunswick de 1792 na França, e a campanha do inverno de 1810 para 1811 de Massena em Portugal, são exemplos que

ilustram casos que são semelhante, embora numa escala e em circunstâncias muito mais limitadas. Além destas, existem inúmeras outras situações em que os princípios aqui estabelecidos foram parcialmente, se não totalmente, responsáveis pelo resultado. Não as mencionamos porque significaria entrar em detalhes desnecessários.

Na Rússia, e em todos os outros casos mencionados aqui, os acontecimentos ocorreram sem que houvesse uma batalha vitoriosa para proporcionar a decisão no ponto culminante. Mesmo quando não pudermos esperar obter este efeito, continua sendo suficientemente importante provocar, por meio deste tipo de resistência, uma mudança na força relativa entre os dois lados, que transformará uma vitória numa possibilidade. Tendo sido obtida esta vitória, devemos assegurar que ela desencadeie uma série de calamidades que, de acordo com a lei da gravidade, continuará ganhando ímpeto.

CAPÍTULO VINTE E SEIS

O Povo em Armas

Nas partes civilizadas da Europa, a guerra por meio de revoltas populares é um fenômeno do Século XIX. Ela tem os seus defensores e aqueles que opõem-se a ela. Estes últimos fazem objeção a ela, seja por razões políticas, considerando-a como um meio de revolução, uma situação de anarquia legalizada que é uma ameaça tão grande à ordem social do país quanto à representada pelo inimigo, ou ainda por razões militares, porque sentem que os resultados não são proporcionais às energias que terão que ser despendidas.

A primeira objeção não nos diz respeito de maneira alguma: consideramos aqui uma insurreição generalizada como sendo simplesmente um outro meio de guerra - em sua relação, portanto, com o inimigo. A segunda objeção, por outro lado, leva-nos a observar que uma revolta popular deve ser considerada, de uma maneira geral, como uma conseqüência da maneira pela qual as barreiras convencionais foram devastadas durante a nossa existência pela enorme violência da guerra. Ela é de fato uma ampliação e uma intensificação do processo de fermentação conhecido como guerra. O sistema de requisição e o enorme crescimento dos exércitos decorrentes dele e do recrutamento universal, o emprego de milícias - andam todos na mesma direção quando analisados sob o ponto de vista do sistema militar mais antigo e mais restrito, e leva também a apelar para a guarda nacional e a armar o povo.

As inovações mencionadas inicialmente foram as conseqüências naturais e inevitáveis do rompimento de barreiras. Elas acrescentaram uma força tão imensa ao lado que as empregou primeiro que o oponente foi arrastado por ela e teve que fazer o mesmo. Isto também será verdadeiro na guerra da população. Qualquer nação que a utilizar de uma maneira inteligente obterá, de uma maneira geral, alguma superioridade sobre aqueles que desprezarem a sua utilização. Sendo assim, só permanece a questão de saber se a humanidade em geral terá algum benefício com mais esta expansão do elemento da guerra. Uma questão cuja resposta deve ser a mesma que a dada para a questão da própria guerra. Deixaremos as duas para os filósofos. Mas pode ser argumentado que os recursos gastos numa insurreição poderiam ser melhor utilizados em outros tipos de guerra. Não é necessária uma longa investigação, entretanto, para revelar o fato de que esses recursos, pelo menos a maior parte deles, de outro modo não estariam disponíveis e não poderiam ser gastos à vontade. Na realidade uma parte significativa deles, o elemento psicológico, só é gerado por este tipo de emprego.

Quando toda uma nação oferece uma resistência armada, a questão não é mais saber, “qual o valor disto para o povo”, mas sim “qual o seu possível valor, que condições ela exige e como será utilizada.”

Pela sua própria natureza, esta resistência dispersa não se prestará a ações de vulto compactamente comprimidas no tempo e no espaço. O seu efeito é como o do processo de evaporação: depende do tamanho da superfície exposta. Quanto maior for a superfície e a área de contato entre ela e as forças inimigas, mais espaçadamente estas últimas terão que ser distribuídas e maior será o efeito de uma revolta geral. Como brasas ardendo lentamente sem chamas, ela consome as bases essenciais das forças inimigas. Como ela precisa de tempo para ser eficaz, será criada uma situação de tensão enquanto os dois elementos interagem. Esta tensão será gradualmente aliviada se a revolta for abafada em alguns lugares e se extinguirá lentamente em outros, ou, ainda, evoluirá para uma crise: uma conflagração geral se aproximará do inimigo por todos os lados, expulsando-o do país antes que ele veja-se frente a uma destruição total. Para que uma revolta provoque por si só uma crise destas, pressupõe-se uma área ocupada de um tamanho que não existe na Europa, a não ser a Rússia, ou uma desproporção que nunca haveria na prática entre o tamanho do exército invasor e o tamanho do país. Para ser realista, devemos pensar portanto numa insurreição geral dentro da estrutura da guerra travada por um exército regular e coordenada por um plano que abranja tudo.

As condições abaixo são as únicas nas quais uma revolta geral pode ser eficaz:

1. A guerra deve ser travada no interior do país.
2. Não deve ser decidida através de um único golpe.
3. O teatro de operações deve ser razoavelmente grande.
4. O caráter nacional deve condizer com este tipo de guerra.
5. O terreno deve ser acidentado e inacessível, devido à existência de montanhas, florestas, pântanos ou aos métodos locais de plantio.

A densidade relativa da população não exerce um papel decisivo. Raramente deixará de haver gente suficiente para este fim. Nem faz muita diferença se a população é rica ou pobre - pelo menos esta não deve ser uma consideração importante, embora devamos lembrar-nos de que os homens pobres, acostumados ao trabalho duro e árduo e às privações, normalmente são mais vigorosos e mais guerreiros.

Uma peculiaridade da zona rural que aumenta significativamente a eficácia de uma insurreição é a distribuição dispersa de casas e fazendas, que pode ser encontrada, por exemplo, em muitas partes da Alemanha. Nestas condições, o terreno será mais cortado e terá florestas mais densas, as estradas serão piores, se forem mais numerosas, o alojamento das tropas revelar-se-á infinitamente mais difícil e, acima de tudo, o aspecto mais característico das revoltas em geral será constantemente repetido em menor escala: o elemento de resistência existirá em todos os lugares e em lugar nenhum. Onde a população estiver concentrada em povoados, as comunidades mais descontentes poderão ser ocupadas por tropas, ou até mesmo saqueadas e queimadas como punição, mas isto dificilmente poderia ser feito, digamos, numa área de fazendas da Westfália.

As milícias e os bandos de civis armados não podem e não devem ser empregados contra a principal força inimiga - ou, na realidade, contra qualquer força inimiga de tamanho razoável.

Não espera-se que elas pulverizem o caroço, mas que mordisquem a casca e em torno das bordas. Elas são destinadas a operar em áreas próximas ao teatro de guerra, mas fora dele - onde o invasor não surgirá com a sua força máxima - para negar-lhe totalmente estas áreas. Nuvens carregadas deste tipo deverão surgir à toda a volta do invasor à medida em que ele avançar. As pessoas que ainda não tiverem sido conquistadas pelo inimigo estarão extremamente ansiosas para armarem-se contra ele. Elas darão um exemplo que gradualmente será seguido pelos seus vizinhos. As chamas se espalharão como um incêndio num matagal, até atingirem a área em que o inimigo está baseado, ameaçando as suas linhas de comunicação e a sua própria existência. Não precisamos nutrir uma fé exagerada no poder de uma revolta geral, nem considerá-la como constituindo uma força inexaurível e inconquistável que um exército não possa ter mais esperanças de detê-la do que tem um homem de dominar o vento ou a chuva - em suma, não precisamos basear o nosso julgamento em bravatas patrióticas para admitir que camponeses em armas não se deixarão aniquilar como um pelotão de soldados. Estes últimos se manterão unidos como um rebanho de gado e normalmente se orientarão por instinto. Os camponeses, por outro lado, se espalharão e desaparecerão em todas as direções sem precisar de um plano especial para fazer isto. Isto explica o caráter altamente perigoso que uma marcha através de montanhas, florestas ou outros tipos de terreno difícil pode assumir para um pequeno destacamento: a qualquer momento a marcha pode transformar-se numa luta. As tropas inimigas podem ter sido expulsas há muito tempo de uma área, mas um bando de camponeses que estava há muito tempo sendo rechaçada pela testa de uma coluna pode reaparecer a qualquer momento em sua retaguarda. Quando trata-se de fazer com que as estradas fiquem intransitáveis e de bloquear passagens

estreitas, os meios de que dispõem os postos avançados ou os grupos militares de incursão têm tanto em comum com aqueles de que dispõem os camponeses rebeldes quanto os movimentos de um autômato com os do homem que o maneja. A única resposta do inimigo às ações da milícia é o envio de freqüentes escoltas para dar proteção aos seus comboios e para atuar como vigias em todos os seus locais de parada, pontes, desfiladeiros e outras coisas. Os primeiros esforços da milícia podem ser bastante frágeis, bem como os destes primeiros destacamentos, devido aos perigos da debandada. Mas as chamas da insurreição serão insufladas por estes pequenos destacamentos, que serão de vez em quando sobrepujados por meros números. A coragem e o desejo de lutar aumentarão, bem como a tensão, até atingir o clímax que determina o resultado final.

Uma revolta geral, como vemos, deve ser nebulosa e evasiva. A sua resistência nunca deve materializar-se como um organismo concreto, se não o inimigo pode dirigir uma força suficiente contra o seu núcleo, esmagá-lo e fazer muitos prisioneiros. Quando isto acontecer as pessoas desanimarão e, acreditando que a questão tenha sido decidida e que qualquer outro esforço seja inútil, deporão as suas armas. Por outro lado, deve haver uma certa concentração em determinados pontos: o nevoeiro deve tornar-se mais espesso e formar uma nuvem escura e ameaçadora da qual um raio pode atacar a qualquer momento. Estes pontos de concentração estarão situados, como já dissemos, principalmente nos flancos do teatro de operações do inimigo. É aí que os rebeldes devem estabelecer grandes unidades, melhor organizadas, com grupos de soldados regulares que farão com que pareçam um verdadeiro exército e permitirão eles realizem operações maiores. A partir destas áreas o poderio da revolta deve crescer à medida em que ela aproxima-se da retaguarda do inimigo, onde ele é vulnerável aos seus golpes mais vigorosos. Os grupos maiores destinam-se a fustigar através de ataques sucessivos as unidades mais poderosas que o inimigo mande de volta. Eles gerarão também apreensão e medo, e intensificarão o efeito psicológico da revolta como um todo. Sem eles o efeito não seria suficientemente grande, nem a situação geral daria ao inimigo um motivo suficiente para alarme.

Um comandante pode preparar e dirigir mais facilmente a insurreição popular apoiando os rebeldes com pequenas unidades do exército regular. Sem estas tropas regulares para fornecer estímulo, normalmente faltará aos habitantes locais a confiança e a iniciativa para pegarem em armas. Quanto mais fortes forem as unidades designadas para esta tarefa, maior será o seu poder de atração e maior será a avalanche final. Mas existem aqui alguns fatores limitadores. O primeiro motivo é que seria fatal para o exército ser desperdiçado em propósitos secundários deste tipo - ser dissolvido, por assim dizer, na revolta - simplesmente para formar uma longa e tênue linha defensiva, que é uma maneira certa de

destruir o exército, bem como os rebeldes. Um outro motivo é que a experiência tende a demonstrar que um excesso de soldados regulares numa área é capaz de dizimar o vigor e a eficácia de uma revolta popular, atraindo uma quantidade excessiva de tropas inimigas. Além disto, os habitantes depositarão uma confiança excessiva nas tropas regulares e, finalmente, a presença de um número considerável de tropas sobrecarregará os recursos locais de outras maneiras, tais como alojamentos, transporte, requisições, e assim por diante.

Um outro meio de evitar uma reação inimiga efetiva a uma revolta popular é, ao mesmo tempo, um dos princípios fundamentais da insurreição: é o princípio de raramente, ou nunca, permitir que este importante meio estratégico transforme-se em defesa tática. Os *combates travados pelos rebeldes* possuem características semelhantes às de todos os outros travados por tropas de segunda classe: começam cheios de vigor e de entusiasmo, mas existe pouca sensatez e tenacidade com o transcorrer do tempo. Além do mais, não perde-se grande coisa se um grupo de rebeldes for derrotado e dispersado - é para isto que ele serve. Mas não devemos deixar que ele seja despedaçado devido ao fato de um número excessivo de homens ter sido morto, ferido ou feito prisioneiro: estas derrotas logo reduziram o ser fervor. Estas duas características são totalmente estranhas à natureza da defesa tática. Uma ação defensiva deve ser uma atividade lenta, persistente e calculada, acarretando um risco limitado. Meras tentativas que podem ser detidas à vontade nunca poderão levar a uma boa defesa. Assim, se a defesa de um setor for confiada à guarda nacional, devemos evitar que ela seja envolvida numa grande batalha defensiva, ou então ela será destruída, não importa o quanto sejam favoráveis as circunstâncias. Ela pode e deve defender o maior tempo que for possível os pontos de acesso a uma área montanhosa, os diques existentes ao longo de pântanos, ou os locais em que um rio possa ser atravessado, mas se um destes pontos for rompido é melhor que ela se disperse e continue a sua resistência por meio de ataques surpresa, em vez de amontoar-se num reduto estreito e ficar presa numa posição defensiva de onde não existe maneira de escapar. Não importa o quanto um povo seja valente, o quanto as suas tradições sejam guerreiras, o quanto seja grande o ódio pelo inimigo, o quanto seja favorável o terreno em que ele luta, o fato continua sendo que uma revolta nacional não pode manter-se onde a atmosfera estiver excessivamente cheia de perigos. Portanto, se o seu combustível tiver que ser utilizado para atiçar uma grande conflagração, isto deve ser feito a uma certa distância, onde exista ar suficiente e onde a revolta não possa ser abafada através de um único golpe.

Esta argumentação foi menos uma análise objetiva do que uma tentativa de encontrar a verdade. O motivo é que este tipo de guerra ainda não é muito comum. Aqueles que foram capazes de observá-la

por algum tempo não informaram o suficiente sobre ela. Queremos simplesmente acrescentar que os planos estratégicos para a defesa podem prever uma insurreição generalizada de uma destas duas maneiras: ou como um último recurso após uma derrota, ou como um auxílio natural antes de uma batalha decisiva. Este último emprego pressupõe uma retirada para o interior e a forma de defesa indireta apresentada nos Capítulos Oito e Vinte e Quatro deste livro. Devemos acrescentar, portanto, apenas algumas palavras relativas à convocação da guarda nacional após uma batalha ter sido perdida.

Um governo nunca deve partir do princípio de que o destino do seu país, toda a sua existência, depende do resultado de uma única batalha, não importa o quanto ela possa ser decisiva. Mesmo após uma derrota sempre existe a possibilidade de que possa ser provocada uma mudança da sorte, desenvolvendo novas fontes de força interior, ou através da atenuação natural que todas as ofensivas sofrem com o decorrer do tempo, ou por meio de auxílio vindo do exterior. Sempre haverá tempo suficiente para morrer. Como um homem que está se afogando, que se agarra instintivamente a qualquer coisa para se salvar, é a lei natural do mundo moral que uma nação que encontre-se à beira de um abismo tente salvar-se através de qualquer meio.

Não importa o quanto um país possa ser pequeno e fraco em comparação ao seu inimigo, ele não deverá deixar de realizar estes últimos esforços, ou concluiremos que o seu espírito está morto. A possibilidade de evitar uma ruína completa pagando um alto preço pela paz não deve ser descartada, mas até mesmo esta intenção, por sua vez, não eliminará a utilidade de novas medidas de defesa. Elas não tornarão a paz mais difícil e mais onerosa, mas mais fácil e melhor. Elas serão ainda mais desejáveis quando puder ser esperada a ajuda de outros Estados que possuam algum interesse na sua sobrevivência. Um governo que após haver perdido uma importante batalha só esteja interessado em deixar o seu povo voltar a dormir em paz logo que possível e que, esmagado pelos sentimentos de fracasso e de decepção, não tenha coragem nem desejo de realizar um último esforço, estará, devido à sua fraqueza, envolvido de qualquer maneira numa grande incoerência. Ele revela que não merece vencer e, possivelmente por esta mesma razão, tenha sido incapaz de fazê-lo.

Com a retirada do exército para o interior - não importa o quanto tenha sido completa a derrota de um Estado - o potencial das fortificações e das insurreições generalizadas deve ser lembrado. A este respeito, este potencial será vantajoso se os flancos do teatro de operações principal estiverem rodeados de montanhas ou de algum outro terreno de difícil acesso que possam ser transformados em bastiões, varrendo a tiros o invasor com o seu estratégico fogo de enfiada.

Estando o vitorioso empenhado em operações de sítio, tendo ele deixado fortes guarnições em todo o percurso para formar a sua linha de comunicação, ou tendo até mesmo enviado destacamentos para assegurar a sua liberdade de movimento e impedir que as províncias contíguas causem-lhe problemas, tendo ele sido enfraquecido por uma diversidade de perdas em homens e em material, é chegado o momento do exército defensor voltar novamente ao campo de batalha. Então, um golpe bem colocado no atacante em sua difícil situação será suficiente para abalá-lo.

CAPÍTULO VINTE E SETE

LIVRO SEIS

A Defesa de Um Teatro de Operações

Tendo analisado *os métodos de defesa mais importantes*, poderíamos talvez adiar a análise da maneira pela qual elas se encaixam num plano de defesa total até o último livro, sobre os planos de guerra. Um plano de guerra é, antes de mais nada, a fonte de todos os planos secundários de ataque e de defesa, e estabelece as suas principais linhas. Na realidade, muitas vezes um plano de guerra nada mais é do que um plano para atacar ou para defender o principal teatro de operações. Mas em nenhum momento até agora fomos capazes de iniciar a nossa análise da guerra como um todo, apesar do fato de que na guerra, mais do que em qualquer outro lugar, é o todo que orienta as partes, marca-as com o seu caráter e altera-as radicalmente. Pelo contrário, pareceu ser necessário começar examinando minuciosamente as diversas partes como componentes separados. Se não tivéssemos avançado do simples para o complexo estaríamos atolados numa profusão de conceitos vagos e, mais especificamente, a diversidade de interações que ocorrem na guerra estaria confundido constantemente as nossas idéias. Resta uma outra etapa antes de chegarmos ao todo: examinar a defesa de um teatro de guerra como uma questão em si mesma, e procurar o fio que une todas as questões analisadas.

A defesa, como a vemos, nada mais é do que a forma mais vigorosa de combate. A preservação das nossas forças combatentes e a destruição das do inimigo - em uma só palavra - a vitória - é a essência desta luta, mas não pode ser o seu propósito final.

O propósito final é a preservação do nosso próprio Estado e a derrota da do inimigo. Resumindo novamente, o tratado de paz desejado, que solucionará o conflito e resultará num acordo comum.

Mas o que queremos dizer, no contexto da guerra, por Estado inimigo? Antes de mais nada, as suas forças combatentes, depois o seu território. Ele significa evidentemente muitas outras coisas também, que dependendo das circunstâncias podem alcançar uma real importância. A principal dentre estas outras coisas são as condições políticas externas e internas, que algumas vezes são mais decisivas do que qualquer outra coisa. Mas embora as forças combatentes do inimigo e o seu território possam não ser o Estado propriamente dito, nem representem todos os seus meios de travar uma guerra, serão sempre os fatores *predominantes* e normalmente *ultrapassam em muito* todos os outros em importância. As forças combatentes são destinadas a proteger o seu próprio território e a tomar o do inimigo: é o território, por outro lado, que os sustenta e que permanece revigorando a sua força. Eles dão-se um apoio mútuo e têm o mesmo valor um para o outro. Mas enquanto interagem, fazem isto com uma diferença. Se as forças forem destruídas - em outras palavras - se forem sobrepujadas e

tornadas incapazes de oferecer qualquer outra resistência - o país estará automaticamente perdido. Por outro lado, a perda do país não acarretará automaticamente a destruição das forças. Elas poderão deixar o país por sua própria conta para reconquistá-lo mais facilmente mais tarde. Normalmente, não só a total aniquilação, mas qualquer enfraquecimento considerável das forças combatentes, leva a uma perda do território. Inversamente, nem toda perda considerável de território leva automaticamente a um enfraquecimento das forças. Isto evidentemente ocorrerá com o passar do tempo, mas nem sempre na fase decisiva da guerra.

Ocorre que é sempre mais importante preservar ou, dependendo da situação, destruir as forças armadas do que manter o território - em outras palavras - a primeira deve ser a principal preocupação do General. A posse do território só tornar-se-á um fim em si mesmo *quando estes meios não forem suficientes por si sós*.

Se todas as forças do inimigo estivessem reunidas num único exército, e se a guerra consistisse numa única batalha, a posse do território dependeria do resultado daquela batalha. A destruição das forças do inimigo, a ocupação do seu território e a segurança do nosso ocorreriam automaticamente e, num certo sentido, seriam idênticas àquele resultado. Surge agora a seguinte questão: o que faria com que o defensor abandonasse em primeiro lugar esta, que é a mais simples de todas as formas de guerra, e dispersasse as suas forças no espaço? A resposta está na inadequabilidade da vitória que ele pode obter com suas forças reunidas. Cada vitória possui a sua própria esfera de influência. Se esta esfera englobar todo o Estado inimigo - forças combatentes, território e tudo o mais - em outras palavras, se todos os componentes da sua força forem arrastados pela mesma torrente que atingiu o seu âmago, aquela vitória será tudo que era preciso. Não haverá necessidade de uma divisão de forças. Se, por outro lado, partes das forças do inimigo e dos dois países estiverem além do alcance da nossa vitória, essas partes exigirão uma atenção especial. Como não podemos concentrar a terra como podemos fazer com um exército, será necessário dividí-lo para defender a terra.

Somente no caso de Estados pequenos e compactos é que é possível haver esta concentração de força e é provável que a sua derrota decida tudo. Se a área envolvida for muito grande e se a fronteira for extensa, ou se estivermos cercados por todos os lados por uma poderosa aliança de inimigos, essa concentração é uma impossibilidade prática. Uma divisão de forças torna-se então inevitável e, com ela, serão criados diversos teatros de operações.

A dimensão da esfera de influência de uma vitória depende, evidentemente, da *dimensão* da vitória e esta, por sua vez, depende *do tamanho da força derrotada*. Por esta razão, o *golpe* do qual

podemos esperar os mais amplos e mais favoráveis resultados deve ser dirigido contra *aquela área* em que pode ser encontrada a maior concentração de tropas inimigas. Quanto maior for a força com que este golpe for desferido, mais certo será o seu efeito. Esta seqüência bastante óbvia leva-nos a uma analogia que a ilustrará mais claramente - isto é, a natureza e o efeito de um centro de gravidade.

Um centro de gravidade é sempre encontrado onde a massa estiver mais densamente concentrada. Ele oferece o alvo mais efetivo para um golpe. Além disto, o golpe mais violento é o desferido pelo centro de gravidade. O mesmo é verdadeiro na guerra. As forças combatentes de cada beligerante - seja ele um único Estado ou uma aliança de Estados - possui uma certa unidade e, portanto, alguma coesão. Onde existe coesão a analogia do centro de gravidade pode ser aplicada. Assim, estas forças possuirão determinados centros de gravidade que, através do seu movimento e da sua direção, orientam o resto, e estes centros de gravidade serão encontrados em qualquer lugar em que as forças estiverem mais concentradas. Mas na guerra, como no mundo da matéria inanimada, o efeito produzido sobre um centro de gravidade é determinado e limitado pela coesão das partes. De qualquer maneira, um golpe pode perfeitamente ser mais forte do que a resistência exige e, neste caso, pode não atingir nada além do ar e ser, assim, uma perda de energia.

Existe uma nítida diferença entre a coesão de um *único exército*, levado para a batalha sob o comando pessoal de um *único General*, e a de uma *força aliada* estendendo-se por 250 ou 300 milhas, ou até mesmo operando contra frentes diferentes. Num, a coesão é a mais forte possível e a unidade a mais estreita possível. Na outra, a unidade é remota, muitas vezes só encontrada nos interesses políticos mútuos e, assim mesmo, bastante precária e imperfeita. A coesão entre as partes normalmente será muito frouxa, e muitas vezes totalmente fictícia.

Por um lado, portanto, a força contra a qual o nosso golpe será desferido exige que a nossa força esteja concentrada ao máximo. Por outro, qualquer excesso deve ser visto como constituindo uma nítida desvantagem, uma vez que envolve um desperdício de energia que, por sua vez, significa uma *falta de força* num outro lugar.

É, portanto, um grande ato de discernimento estratégico distinguir estes centros de gravidade das forças do inimigo e identificar as suas esferas de eficácia. Seremos constantemente chamados a estimar o efeito que um avanço ou uma retirada por parte das forças de qualquer lado terá sobre o resto.

Longe de acreditar que descobrimos uma nova técnica, estamos meramente fornecendo uma base racional para as ações de todo General da história, que serve para explicar a sua ligação com a natureza do problema.

O último livro explicará como esta idéia de um centro de gravidade existente na força do inimigo atua durante todo o plano de guerra. Na realidade é aí que reside o problema. A mencionamos aqui simplesmente para não deixar uma lacuna na presente argumentação. As nossas reflexões destinam-se a demonstrar as razões genéricas para dividir as nossas forças. Existem basicamente dois interesses conflitantes: um, *a posse do país* tende a dispersar as forças combatentes. O outro, *um golpe contra o centro de gravidade das forças do inimigo* tende, de certo modo, a mantê-las concentradas.

É assim que são criados os teatros de operações, ou as zonas de operações de cada exército. Um país e as forças lá estacionadas estão divididas de uma maneira tal que qualquer decisão obtida através da força principal num determinado teatro afetará diretamente o todo e levará tudo com ele. Dizemos *diretamente* uma vez que qualquer decisão obtida num determinado teatro de operações estará também fadada a exercer um efeito mais ou menos remoto sobre as áreas adjacentes.

Queremos reiterar enfaticamente que aqui, como em qualquer outro lugar, as nossas definições visam apenas os centros de determinados conceitos. Não queremos nem podemos dar-lhes contornos definidos. A natureza da questão deve fazer com que isto seja suficientemente evidente.

A nossa posição é, portanto, que um teatro de guerra, seja ele grande ou pequeno, e as forças lá estacionadas, não importa qual seja o seu tamanho, representam o tipo de unidade na qual pode ser identificado um *único* centro de gravidade. É aí que as decisões devem ser obtidas: uma vitória naquele ponto é, no sentido mais amplo, idêntica à defesa do teatro de operações.

CAPÍTULO VINTE E OITO

A Defesa de um Teatro de Operações - Continuação

A defesa consiste, entretanto, em dois componentes diferentes - a *decisão* e o *período de espera*. Este capítulo trata da relação existente entre os dois.

Devemos começar ressaltando que o estado de espera não constitui a totalidade do termo "defesa". É, entretanto, a fase através da qual a defesa aproxima-se da sua finalidade. Enquanto uma unidade combatente não houver abandonado a área que lhe foi atribuída, continuará existindo a tensão gerada em ambos os lados por um ataque. Somente uma decisão poderá por fim a ela, e esta decisão, qualquer que possa ser ela, só poderá ser considerada um fato depois que o atacante ou o defensor tiver abandonado o teatro de guerra.

Enquanto uma força mantiver-se em sua área, ela continuará realizando a defesa daquela área e, com relação a este aspecto, podemos dizer que a defesa de um teatro de operações é a mesma coisa que a defesa *dentro dele*. É irrelevante se a parte da área que está sendo ocupada temporariamente pelo inimigo é grande ou pequena. Ela foi simplesmente emprestada a ele.

Esta conceituação, que destina-se a esclarecer a verdadeira relação existente entre a situação de espera e o todo, só é válida se pretendermos realmente obter uma decisão e se esta decisão for considerada inevitável pelos dois lados. É a decisão que transforma os centros de gravidade de cada lado, e os teatros de operação que criam, em *agentes ativos*. Se abandonarmos a idéia de uma decisão, os centros de gravidade serão neutralizados e também, na realidade, todas as forças. Neste ponto, a posse do terreno, o segundo componente mais importante do teatro de guerra, tornar-se-á um propósito inequívoco - em outras palavras, quanto menos os beligerantes procurarem francamente obter uma decisão, mais aumentará a importância de ter a posse do terreno e mais a guerra tornar-se-á uma questão de observação mútua. O defensor estará mais preocupado na proteção imediata de tudo que tem, enquanto que o atacante tentará cada vez mais dispersar as suas forças em seu avanço.

Não há como negar que a grande maioria das guerras e campanhas consiste mais num estado de observação do que numa luta de vida ou morte - isto é, uma luta em que pelo menos um dos lados está decidido a obter uma decisão. Uma teoria com base nesta idéia só pode ser aplicada às guerras do Século XIX, uma vez que só elas revelaram aquela característica em grau tão elevado. Provavelmente nem todas as futuras guerras, entretanto, serão deste tipo. Ao contrário, podemos prever que a maioria das guerras tenderão a voltar a ser guerras de observação. Para que uma teoria tenha qualquer utilidade prática deve levar em conta esta probabilidade. Começaremos examinando, portanto, o tipo de guerra que é totalmente regida e que está impregnada pela ânsia de uma decisão - a verdadeira guerra, ou a guerra absoluta, se pudermos chamá-la assim. Num capítulo posterior iremos examinar as modificações que surgem de uma maior ou menor aproximação de uma guerra de observação.

No primeiro caso, espera-se que o atacante provoque uma decisão, ou que o defensor procure obtê-la. Para os nossos fins atuais não importa qual das duas coisas ocorra. Aqui, a defesa de um teatro de guerra consiste em manter uma posição de tal modo que sejamos capazes de provocar a qualquer momento uma decisão favorável. Esta decisão pode ser constituída de uma única batalha ou de uma série de engajamentos de vulto. Pode, entretanto, consistir também no mero efeito das relações que decorrem da disposição das duas forças - em outras palavras, dos *possíveis engajamentos*.

Mesmo se uma batalha não fosse o principal meio, o mais comum e mais eficaz de obter uma decisão (como achamos que já mostramos mais de uma vez), o simples fato de que seja um dos meios de obter esta decisão deve ser suficiente para exigir a *máxima concentração de força* possível de acordo com as circunstâncias. Uma batalha de vulto num teatro de operações é um choque entre dois centros de gravidade. Quanto mais forças pudermos concentrar no nosso centro de gravidade, mais certo e mais importante será o efeito. Consequentemente, qualquer emprego parcial de força que não seja dirigido no sentido de atingir um propósito que não possa ser atingido senão através da própria vitória, ou que não provoque a vitória, deve ser *condenado*.

A condição fundamental, entretanto, não consiste meramente na maior concentração de forças possível. Elas devem ser dispostas também de modo a permitir que possam combater em circunstâncias suficientemente favoráveis.

As várias gradações da defesa, das quais tratamos no capítulo sobre os tipos de resistência, estão totalmente de acordo com estas condições fundamentais. Não pode ser difícil, portanto, estabelecer uma relação entre elas de acordo com as necessidades de cada caso. Existe apenas um ponto que à primeira vista parece ser incoerente e que, por ser um dos pontos mais importantes na defesa, precisa ser ainda mais expandido: é como atingir o exato centro de gravidade do inimigo.

Se o defensor descobrir a tempo através de quais estradas o inimigo irá avançar, e em qual delas poderá ser encontrado o núcleo da sua força, ele será capaz de enfrentá-lo ali. É isto que normalmente ocorre, pois embora a defesa possa prever um ataque através das precauções tomadas pelo inimigo - tais como a construção de fortificações, o abastecimento de grandes depósitos de armas e os planos das forças para tempos de paz, estabelecendo assim as linhas de ação que o ataque deverá seguir quando tiverem início as verdadeiras hostilidades - o defensor também possui a vantagem básica sobre a ofensiva, de ser capaz de dar a resposta.

Um avanço em território inimigo, realizado por uma força de tamanho razoável, exige preparativos consideráveis, tais como acumular estoques de alimentos e de suprimentos ou de

equipamentos, e assim por diante. Isto demorará o suficiente para dar tempo ao defensor para fazer os seus próprios preparativos. E não devemos esquecer-nos de que normalmente o defensor precisa de menos tempo do que o atacante, uma vez que de um modo geral todos os Estados estão melhor preparados para a defesa do que para o ataque.

Mas embora isto possa ser perfeitamente verdadeiro na maioria dos casos, ainda existirá a possibilidade de que numa determinada ocasião o defensor possa não estar certo da rota principal de avanço do inimigo. Isto é mais provável quando o defensor depender de medidas que levam tempo para serem tomadas, tais como o preparo de uma posição sólida. Além do mais, mesmo quando o defensor estiver bloqueando a linha de avanço - desde que ele mesmo não assuma a ofensiva iniciando o combate - o atacante poderá evitar a posição do defensor através de uma ligeira alteração em sua linha de marcha srcinal. Nas regiões povoadas da Europa nunca haverá falta de estradas através das quais possamos contornar uma posição por um lado ou pelo outro. Neste caso, obviamente o defensor não esperará pelo seu oponente em sua posição, nem mesmo se tiver a intenção de travar ali o combate.

Antes de analisar os meios que continuam disponíveis para o defensor nesta situação, devemos examiná-los mais detalhadamente e considerar a possibilidade deles surgirem.

Em todo Estado e, portanto, em todo teatro de guerra (que é o nosso maior interesse aqui) existirão evidentemente determinados objetivos e pontos que representam um excelente alvo para um ataque. O exame detalhado deste assunto pertence ao livro sobre o ataque. No momento queremos simplesmente estabelecer o seguinte: se o objetivo e o alvo mais vantajoso de um ataque determina a direção da ofensiva, o mesmo raciocínio afeta também o defensor e deverá orientar os seus planos sempre que ele não conhecer as intenções do seu oponente. Se o atacante deixar de tomar a direção mais favorável ficará privado de algumas das suas vantagens naturais. Se o defensor ocupar uma posição naquele caminho, evidentemente não será possível utilizar o recurso de evitá-lo e de contorná-lo. Ele terá que receber o castigo. Ocorre que nem o risco de *avaliar mal a direção do ataque*, que corre o defensor, nem *a capacidade do inimigo de contorná-lo* são tão grandes quanto poderia parecer à primeira vista. Na realidade já foi apresentada uma razão clara e normalmente predominante para tomarmos um caminho ou outro. Assim, normalmente o defensor não correrá o perigo de não encontrar a força principal do inimigo, embora os seus planos possam estar vinculados a um determinado lugar. Em outras palavras, *se o defensor tiver assumido a posição correta, poderá estar razoavelmente certo de que o atacante irá procurá-lo ali.*

Apesar disto não há como negar a possibilidade de que os planos do defensor possam de vez em quando deixar de estabelecer relações com o ataque. Surge portanto a questão de o que fazer então, e de quanto restará ainda da vantagem inicial da sua situação.

As escolhas possíveis para um defensor de quem o atacante esteja se desviando são as seguintes:

1. Pode dividir em duas as suas forças desde o início, para estar certo de pegar o inimigo com uma parte enquanto a outra corre em sua ajuda.
2. Pode concentrar as suas forças numa posição e, se o inimigo passar por ele, deslocar-se rapidamente para o flanco. Na maioria dos casos um avanço destes não poderá mais ser realizado precisamente para o flanco: a nova posição terá que ser assumida em algum outro lugar mais para a retaguarda.
3. Pode lançar toda a sua força contra o flanco do inimigo.
4. Pode agir contra as linhas de comunicação do inimigo.
5. Pode organizar um contra-ataque contra o teatro de operações do inimigo, produzindo com isto o mesmo efeito sobre o inimigo que este pretendia obter desviando-se dele.

A última escolha foi mencionada aqui porque podemos imaginar uma situação em que ela seja eficaz. Mas ela é basicamente incompatível com o intuito de defesa, ou melhor, com os motivos pelos quais foi escolhida. Deve ser considerada, portanto, como sendo uma situação anormal, que só poderá ser causada por erros graves por parte do inimigo, ou por outras peculiaridades de cada caso.

Agir contra as linhas de comunicação do inimigo pressupõe a superioridade das nossas, o que é na realidade um dos elementos fundamentais de uma boa posição defensiva. Mas embora uma ação destas aparente obter algumas vantagens para o defensor, ao defender um teatro de operações ela raramente levará à *decisão* que imaginamos ser o propósito da campanha.

Raramente um único teatro de operações será suficientemente grande para tornar as linhas de comunicação do atacante perigosamente vulneráveis. Mesmo se for, os efeitos de uma ação contra elas serão muito graduais para retardar seriamente a execução dos planos do inimigo, que normalmente não exigem muito tempo.

Na maioria dos casos, portanto, uma ação contra as linhas de comunicação será totalmente ineficaz se o inimigo estiver empenhado em obter uma decisão - nem ajudará a provocar uma decisão favorável ao defensor.

Os três outros meios que restam ao defensor são mais adequados ao propósito porque visam uma decisão imediata, um confronto entre os dois centros de gravidade. Vamos dizer logo de uma vez, entretanto, que preferimos indiscutivelmente o terceiro aos outros dois. Embora não os possamos rejeitar totalmente, achamos que o terceiro seja o meio de resistência adequado na maioria dos casos.

Dividindo as nossas forças corremos o perigo de sermos envolvidos numa guerra de postos avançados. Contra um inimigo determinado, isto na melhor das hipóteses resultará numa *considerável resistência limitada*, mas nunca na decisão que havia sido pretendida. Mesmo se este perigo oculto puder ser evitado, o ataque será visivelmente enfraquecido devido à divisão temporária da defesa. Nem jamais poderemos estar certos de que as unidades avançadas deixarão de sofrer perdas descomunais. Além do mais, normalmente a resistência oferecida por estas unidades termina com o seu recuo em direção à força principal, que estará correndo em sua ajuda. Para as tropas normalmente isto parecerá uma derrota ou um fracasso e, deste modo, baixará significativamente o seu moral.

A segunda maneira - interceptar o oponente com forças combinadas na mesma estrada através da qual ele pretende nos evitar - envolve o risco de chegar tarde demais e com isto fracassar por hesitação. E o mais importante, uma batalha defensiva exige calma, reflexão, conhecimento da área, na realidade uma familiaridade com ela. Nada disto pode ser esperado se estivermos empenhados em realizar movimentos rápidos. Finalmente, são raras as posições que produzem bons campos de batalha defensivos. Não podemos partir do princípio que as encontraremos em toda estrada e em toda curva.

A terceira linha de ação, entretanto, apresenta grandes vantagens - a de atacar o atacante partindo do flanco e, com isto, obrigá-lo a travar uma batalha com uma alteração da sua frente.

Antes de mais nada, como já vimos, isto está fadado a fazer com que ele exponha as suas linhas de comunicação - neste caso, linhas de retirada. A vantagem que advém ao defensor provém desta situação de um modo geral, mas mais especificamente das propriedades estratégicas que atribuímos à sua posição.

Além do mais - e este é o ponto principal - um atacante que está tentando contornar o seu inimigo está obrigado a fazer simultaneamente duas coisas incompatíveis. A sua primeira preocupação é avançar e chegar ao seu objetivo, mas como pode ser atacado em seu flanco a qualquer momento, sente que deve estar pronto também para atacar de volta instantaneamente, e com toda a sua força. Estes dois propósitos são mutuamente incompatíveis: eles criam tanta confusão e tornam tão difícil abranger todas as eventualidades que dificilmente podemos imaginar uma situação estratégica pior. Se o atacante soubesse exatamente quando e onde seria atacado poderia preparar-se com competência e com

habilidade, mas em sua incerteza e tendo necessidade de manter o seu avanço, uma batalha súbita dificilmente poderá deixar de encontrá-lo mal concentrado e, portanto, certamente não numa posição vantajosa.

Se alguma vez existir uma ocasião adequada para o defensor travar uma batalha ofensiva, certamente devemos esperar que seja em tais circunstâncias. Se além disto tivermos em mente que o defensor possui a vantagem do conhecimento e da escolha do terreno, que é capaz de preparar os seus movimentos e de iniciá-los, não poderá haver dúvida de que nestas circunstâncias ele terá uma nítida superioridade estratégica sobre o seu inimigo.

Achamos, portanto, que um defensor que estiver localizado com toda a sua força numa posição bem localizada pode esperar com segurança ser contornado. Se o seu oponente não procurar enfrentá-lo e se as circunstâncias impedirem que a situação exerça algum efeito sobre as linhas de comunicação do seu oponente, ele ainda disporá de um excelente meio de provocar uma decisão atacando o flanco do inimigo.

Historicamente isto raramente ocorre. O motivo para isto é em parte que raramente os defensores ousam resistir em tal situação. Ou eles dividem as suas forças, ou apressam-se em interceptar o atacante através de marchas oblíquas ou laterais. Além disto, um atacante não ousará contornar um defensor nestas circunstâncias, e normalmente isto faz com que ele se detenha.

Neste caso, portanto, o defensor é obrigado a travar uma batalha ofensiva e a privar-se das vantagens de *esperar, de uma posição sólida, de boas trincheiras,* etc. De um modo geral, a situação em que ele encontra o inimigo que está avançando não compensa plenamente a falta destas vantagens, afinal de contas foi para evitá-las que o atacante se expôs a estas condições. Ela oferece, entretanto, *algumas compensações*. Assim, esta não é uma situação em que o teórico ache que uma determinada quantidade desapareceu subitamente e que os *prós* e os *contra* anulam-se, como tantas vezes ocorre quando os críticos militares apresentam um fragmento de teoria em seu trabalho.

Não pretendemos insinuar que esta seja uma questão de sutilezas lógicas. Pelo contrário, quanto mais olhamos para o lado prático da questão, mais veremos que a idéia aplica-se a todo o campo da defesa, regendo e impregnando todos os seus aspectos.

Somente se o defensor estiver determinado a atacar o inimigo com toda a sua força logo que tiver sido contornado é que poderá evitar os perigos ocultos que cercam tão de perto a sua trajetória - uma posição dividida e um avanço apressado. De qualquer maneira ele será regido pelas condições da ofensiva. De qualquer maneira, ele deverá contentar-se com recursos improvisados e com uma pressa

perigosa. Consequentemente, sempre que um adversário determinado, decidido a obter uma vitória e a chegar a uma decisão enfrentou este tipo de sistema defensivo, ele o destruiu. Por outro lado, um defensor que tenha concentrado as suas tropas para combater como uma única força, no lugar certo, e que esteja determinado a atacar o inimigo em seu flanco se acontecer o pior, está e estará no caminho certo, apoiado por todas as vantagens que a defesa pode oferecer nesta situação. *Uma boa preparação, serenidade, confiança, unidade e simplicidade* marcarão a maneira pela qual ele travará o combate.

Com relação a isto, não podemos deixar de mencionar um importante acontecimento histórico, com o qual as idéias aqui desenvolvidas têm uma estreita relação. Fazemos isto principalmente para impedir deduções equivocadas. Em Outubro de 1806, o exército prussiano na Turíngia esperava por Bonaparte entre duas estradas principais através das quais ele poderia avançar - a estrada que passava por Erfurt e a que passava por Hof em direção a Leipzig e Berlim. Esta posição intermediária resultou de uma intenção anterior de avançar diretamente através da Floresta Turíngia para o interior da Francônia e, mais tarde, quando este plano já havia sido abandonado, da incerteza quanto a qual das duas estradas os franceses iriam utilizar. Ela deve ter levado, portanto, a um rápido movimento para barrar o avanço francês.

Isto era de fato o que os prussianos pretendiam fazer se o inimigo viesse pela estrada que passava por Erfurt, pois as estradas que levavam até ela eram perfeitamente acessíveis. Por outro lado, bloquear a estrada que vinha de Hof era inconcebível porque ela estava a uma distância equivalente a dois ou três dias de marcha e porque a calha profunda do Saale estava entre eles e aquela estrada. O Duque de Brunswick nunca havia pensado nesta medida, nem tinha feito qualquer tipo de preparativo para ela. Ela tinha sido sempre, entretanto, a intenção do Príncipe Hohenlohe, ou melhor, do Coronel Massenbach, que tentou ao máximo atrair o Duque para este plano. Ainda menos defensável era a idéia de deixar a posição na margem esquerda do Saale para travar uma batalha ofensiva contra Bonaparte à medida em que ele avançasse - em outras palavras, de atacar o seu flanco da maneira descrita acima: se o rio era um obstáculo a uma interceptação do inimigo no último minuto, poderia ser um obstáculo ainda maior para um ataque súbito no momento em que ele já estivesse de posse, pelo menos parcialmente, da margem mais afastada. O Duque decidiu, portanto, permanecer por trás do Saale e aguardar os acontecimentos - se é que de algum modo podemos falar numa decisão pessoal quando tratava-se de um Estado-Maior que parecia ter tantas cabeças quanto a hidra, numa situação de caos e de indecisão perpétua.

Qualquer que possa ser a verdade com relação à decisão de esperar, as escolhas que resultaram foram as seguintes:

a. O inimigo poderia ser atacado quando atravessasse o Saale para avançar sobre o exército prussiano, ou

b. Se ele decidisse deixar os prussianos em paz, as suas linhas de comunicação poderiam ser fustigadas, ou

c. Se fosse possível e aconselhável, o inimigo ainda poderia ser interceptado em Leipzig, por meio de uma marcha rápida para o flanco.

No primeiro caso, a calha profunda do Saale proporcionava uma superioridade estratégica e tática ao exército prussiano. No segundo caso, a superioridade puramente estratégica dos prussianos era igualmente grande, pois a base do inimigo entre eles e o território neutro da Boêmia era muito estreita, enquanto que a dos prussianos era excepcionalmente ampla. Mesmo no terceiro caso, os prussianos não estavam em desvantagem porque estavam protegidos pelo Saale. Apesar da confusão e da incerteza, todas as três possibilidades foram realmente analisadas pelo Comando. Não é surpreendente, entretanto, que embora uma *idéia* pudesse ser capaz de prevalecer numa situação de caos e de indecisão, a sua *execução* estava fada a perecer em tal turbilhão.

Em cada um dos dois primeiros casos, a posição na margem esquerda do Saale teria significado uma verdadeira posição no flanco e, como tal, os seus méritos eram indiscutivelmente muito grandes, mas para um exército que não estava muito seguro de si mesmo, opondo-se a um inimigo imensamente superior como *Bonaparte*, uma posição no flanco era *uma medida muito ousada* para ser adotada.

No dia treze, após um longo período de hesitação, o Duque escolheu a última das três medidas acima, mas já era tarde demais. Bonaparte já tinha começado a atravessar o Saale e as batalhas de Jena e de Auerstadt fatalmente ocorreriam em seguida. Em sua indecisão o Duque havia fracassado por hesitação: ele havia saído tarde demais da área para *interceptar* o inimigo, e cedo demais para travar uma batalha em boas condições. Apesar disto, a solidez natural da sua posição era tão grande que ele poderia ter sido capaz de aniquilar a ala direita dos franceses em Auerstadt, embora o Príncipe Hohenlohe, através de um duro combate na retaguarda, pudesse ter sido capaz de evitar ficar encurralado em Jena. Mas em Auerstadt os prussianos não ousaram resistir para obter uma vitória *certa*. Em Jena, onde ela era *totalmente impossível*, eles acharam que podiam contar com ela.

De qualquer modo, o respeito de Bonaparte pelo valor estratégico da posição no Saale era tal que ele não ousou contorná-la, mas preferiu atravessar o Saale às vistas do inimigo.

O que foi dito acima descreve de maneira suficiente, esperamos, a relação existente entre a defesa e o ataque nos casos que exigem uma ação decisiva, e definiu, de acordo com a sua posição e coerência, os fios que tecem cada parte de um plano de defesa. Não pretendemos entrar em maiores detalhes, que só levariam a um labirinto infinito de casos isolados. Tendo um General decidido atingir um determinado propósito, ele será capaz de avaliar como as particularidades da geografia, da estatística e da política e as condições do material e do pessoal, no seu exército e no do inimigo, adequar-se-ão a ele e poderá então ajustar os seus planos de acordo com a sua avaliação.

As sucessivas etapas da defesa, que apresentamos no capítulo sobre os tipos de resistência, serão agora mais claramente caracterizadas, e a sua relação com a presente questão será examinada mais detalhadamente.

1. Os motivos para nos aproximarmos do inimigo com a intenção de travar uma batalha ofensiva podem ser os seguintes:

a. Se soubermos que as forças do inimigo estão amplamente dispersas e que, portanto, mesmo onde a nossa força for inferior existirá alguma perspectiva de vitória.

Um avanço disperso não é muito provável de ser realizado. Um plano destes, portanto, só é lógico quando tivermos um conhecimento anterior dos movimentos do inimigo. Simplesmente fazer esta *suposição* com base em dados insuficientes, contar com ela e basear nela toda a nossa expectativa, normalmente leva a uma situação incômoda. As circunstâncias podem não apresentar-se como era esperado, a idéia de uma batalha ofensiva terá que ser abandonada e nenhum preparativo terá sido feito para uma defensiva. Terá que ser iniciada uma retirada involuntária e quase tudo será deixado por conta do acaso.

Foi mais ou menos isto que aconteceu na defesa realizada pelo exército de Dohna contra os russos na campanha de 1759, que teve um fim desastroso sob o comando do General Wedel, na batalha de Zullichau.[1]

Como este tipo de procedimento resolve a questão tão rapidamente, os planejadores estão sempre muito ansiosos para propô-lo, sem verificar as suposições em que se baseia.

b. Se, de um modo geral, tivermos um poderio suficiente para o combate, e

c. Se um inimigo muito inepto e indeciso incentivar-nos a atacar.

Neste caso, o efeito surpresa poderá ter um valor maior do que todas as vantagens do terreno numa posição favorável. É da própria essência do dom do comando utilizar desta maneira o poder das forças psicológicas. Apesar disto, um teórico não pode enfatizar de uma maneira suficientemente alta e veemente que deve haver *motivos concretos* para estas suposições. Sem estes *motivos* é inadequado e totalmente injustificado falar de surpresa, ou dos méritos de um ataque não convencional e fundamentar neles os planos, os argumentos e as críticas.

d. Se a composição do exército torná-lo especialmente adequado para a ofensiva.

O exército de Frederico o Grande era flexível, valente e confiante. Estava acostumado à disciplina, era perfeitamente adestrado, e era animado e sustentado por um sentimento de orgulho. Ele certamente não estava errado e não era injustificada a sua crença de que este exército, adestrado neste método de ataque oblíquo, fosse um instrumento que em suas mãos seguras e experientes era mais adequado para o ataque do que para a defesa. Eram exatamente estas qualidades que faltavam aos seus oponentes, e foram elas que deram-lhe uma clara superioridade. Na maioria dos casos elas valeram mais para ele do que as vantagens proporcionadas pelas trincheiras e pelos obstáculos naturais. Esta superioridade, entretanto, continua sendo rara: ele exige *mais* do que um exército bem adestrado, acostumado a movimentos em grande escala. Não deveríamos dar muito crédito à observação de Frederico - que desde então tem sido incessantemente repetida - de que as tropas prussianas eram especialmente adequadas para a ofensiva: é normal numa guerra que os ânimos e a coragem sejam maiores no atacante do que no defensor. Este é um sentimento comum a todos os soldados, e dificilmente existirá um exército cujos

[1] Isto é, em Kay. Ver observação na página 515 acima. Eds.

Generais e oficiais não tenham feito esta mesma afirmativa. Devemos ter cuidado para não sermos apanhados por esta aparência de superioridade, desprezando ao mesmo tempo algumas vantagens sólidas.

A composição de um exército pode constituir um argumento muito natural e de peso para travar uma batalha ofensiva - quando o exército possui muita cavalaria e não muita artilharia.

Continuando a relação de motivos para atacar o inimigo:

e. Se for impossível encontrar uma posição favorável

f. Se for urgente a necessidade de obter uma decisão

g. Finalmente, vários destes motivos podem atuar juntos.

2. Os motivos mais comuns para esperar pelo inimigo numa área em que pretendemos atacá-lo (como em Minden, em 1759), podem ser os seguintes:

a. Quando a diferença entre as forças não for muito desfavorável para nós e não formos portanto obrigados a procurar uma sólida posição entrincheirada.

b. Quando a área for especialmente adequada para este propósito. Os aspectos que determinam isto pertencem ao campo da tática. Poderíamos mencionar apenas as principais características: fácil acesso para a nossa aproximação e vários obstáculos para o do inimigo.

3. Devemos assumir uma posição em que realmente pretendamos esperar pelo inimigo:

a. Se um desequilíbrio de forças obrigar-nos a procurar abrigo por trás de obstáculos naturais e de entrincheiramentos.

b. Se o terreno for especialmente adequado para tal posição.

O segundo e terceiro tipos de resistência merecerão uma maior atenção no momento em que não pretendermos procurar obter uma decisão, que estejamos satisfeitos em obter um êxito passivo e que possamos esperar que o inimigo vacile, revele indecisão e, finalmente, abandone as suas intenções.

4. Um acampamento entrincheirado e inexpugnável só atenderá à sua finalidade se:

a. Estiver localizado numa área de especial importância estratégica.

O aspecto característico de tal posição é que ela não pode ser invadida. O inimigo será obrigado, portanto, a tentar todos os outros recursos disponíveis, como por exemplo, procurar atingir o seu objetivo independentemente daquela posição, cercá-la e matar a sua guarnição de fome. Se ele for incapaz de fazer estas duas coisas, as vantagens estratégicas de tal posição serão realmente grandes.

b. Se tivermos motivos para esperar ajuda externa.

Foi isto o que aconteceu com o exército saxão em sua posição em Pirma. Não importa o que tem sido dito sobre esta medida após o seu resultado infeliz, o fato é que 17.000 saxões nunca poderiam ter neutralizado 40.000 prussianos de outra maneira. Se o exército austríaco em Lobositz não aproveitou melhor a superioridade que conquistou com a neutralização dos prussianos, isto só vem demonstrar como eram deficientes toda a sua organização e todos os seus métodos. Não há dúvida de que Frederico o Grande teria perseguido naquela campanha os austríacos e os saxões além de Praga e tomado também a cidade se os saxões, em vez de ocupar o acampamento em Pirma tivessem se deslocado para a Boêmia. Quem quer que negue o valor daquele feito, e só se lembre da captura do exército saxão, não sabe como avaliar as questões deste tipo, e sem avaliação não poderá haver um resultado seguro.

Mas como casos como a. e b. são muito raros, recorrer à medida de utilizar acampamentos entrincheirados exige uma cuidadosa reflexão. Só raramente é corretamente utilizada. A esperança de *impressionar* o inimigo com um acampamento destes, e com isto paralisar as suas atividades, está vinculada a um perigo grande demais - o de ter que lutar sem ter uma maneira de retirar-se. Se Frederico atingiu deste modo o seu propósito em Bunzelwitz, devemos admirar a sua avaliação precisa dos seus oponentes, mas devemos também dar uma ênfase maior do que a que normalmente seria permitida aos meios que ele teria que encontrar para escapar com o que tivesse sobrado do seu exército se as coisas tivessem dado errado e - em segundo lugar - ao fato de que ele, como Rei, *não tinha que dar explicações a ninguém*.

5. Se houver uma ou mais fortificações localizadas perto da fronteira, surge a questão mais importante de saber se o defensor deveria procurar obter uma decisão na frente ou atrás destas fortificações. Os motivos para esta última linha de ação são:

a. A superioridade numérica do inimigo, que nos obriga a desgastá-lo antes de ter início a batalha

b. A proximidade das fortificações, de modo que o terreno perdido possa ser o mínimo possível.

c. A capacidade defensiva da fortificação.

Indiscutivelmente uma das principais funções de uma fortificação é, ou deveria ser, impedir os avanços do inimigo e enfraquecer significativamente aquela parcela das suas forças que procuramos

derrotar de maneira decisiva. Se só raramente as fortificações são utilizadas com esta finalidade, parece ser devido ao fato de que só raramente qualquer dos lados procura obter uma decisão. Este, entretanto, é o único caso que estamos examinando no momento. Consideramos ser, portanto, um princípio simples mas importante que um defensor que possua uma ou mais fortificações nas proximidades deveria mantê-las à sua frente e travar a batalha decisiva atrás delas. Vamos admitir que uma batalha que seja perdida atrás das nossas próprias fortificações nos levará um tanto mais para o interior do nosso país do que uma que seja perdida com os mesmos resultados táticos na frente delas, mas as srcens desta diferença são mais imaginárias do que reais. Percebemos também que, numa posição bem escolhida, uma batalha pode ser travada no lado mais afastado das fortificações, embora uma travada no lado mais próximo possa em muitos casos transformar-se numa batalha ofensiva se o inimigo sitiar uma fortificação e ela estiver correndo o perigo de ser tomada. Mas o que significam estes detalhes sutis em comparação com a vantagem de ter a força do inimigo reduzida de um terço a um quarto na batalha decisiva - ou, na realidade, pela metade se existirem diversas fortificações,?

Achamos, portanto, que quando uma *batalha decisiva for inevitável* - seja ela desejada pelo inimigo ou pelo nosso próprio comandante - e quando, para começar, não estivermos totalmente certos da vitória, ou quando o terreno não obrigar a escolha de um campo de batalha mais para frente, nestes casos uma fortificação próxima, capaz de oferecer resistência, é um poderoso argumento para nos retirarmos para trás dela para procurarmos obter uma decisão e, nos beneficiarmos assim com a sua participação. Além disto, se assumirmos a nossa posição tão perto da fortificação que o inimigo não possa sitiá-la nem cercá-la sem nos expulsar, o obrigaremos a atacar-nos em nossa posição. Achamos, portanto, que nenhuma medida defensiva é tão simples e tão eficaz numa situação perigosa quanto a escolha de uma boa posição perto e atrás de uma fortificação sólida.

A questão seria diferente, evidentemente, se as fortificações estivessem localizadas muito para trás. Teríamos então que abandonar uma grande parte do nosso teatro de operações - um sacrifício que só deverá ser feito, como já vimos, se as circunstâncias o exigirem. Neste caso, a medida é quase uma retirada para o interior do país.

O poder de resistência de uma fortificação é um fator adicional. Existem localidades fortificadas, principalmente as grandes, que nunca deveríamos permitir que entrassem em contato com o inimigo, uma vez não estão à altura de um forte ataque realizado por uma força considerável. Em tal situação, as nossas posições devem estar pelo menos suficientemente perto, atrás delas, para agir como uma proteção às suas guarnições.

6. Finalmente, uma retirada para o interior do país só é uma linha de ação adequada nas seguintes condições:

a. Quando a nossa situação física e psicológica frente ao inimigo eliminar a possibilidade de uma resistência bem sucedida na fronteira, ou perto dela.

b. Quando o nosso principal propósito for ganhar tempo.

c. Quando as condições do terreno forem favoráveis a ela, como mostrado no Capítulo Vinte e Quatro acima.

Isto encerra o capítulo sobre a defesa de um teatro de guerra nos casos em que um lado ou o outro esteja procurando obter uma decisão e que esta decisão seja, portanto, inevitável. Mas devemos evidentemente lembrar ao leitor que na guerra real as coisas nunca são tão claras assim. Ocorre que se alguém pretender aplicar as nossas afirmativas e argumentos à guerra real, deve ler também o Capítulo Trinta e observar que a maioria dos Generais terá que escolher entre as duas linhas de ação, *aproximando-se mais* de uma ou de outra, de acordo com as circunstâncias.

CAPÍTULO VINTE E NOVE

A Defesa de um Teatro de Operações - Continuação

Defesa por Etapas

Nos Capítulos Doze e Treze do Livro Três mostramos que uma resistência realizada em etapas sucessivas vai contra a própria natureza da estratégia, e que todas as forças disponíveis devem ser empregadas simultaneamente.

No que se refere às forças móveis, não é preciso apresentar uma exposição detalhada. Mas o teatro de guerra, considerado como uma força combatente propriamente dita, com todas as suas fortificações, com seus obstáculos naturais e com a simples vastidão da sua superfície, é imóvel. Ele pode ser, portanto, ativado por etapas, ou então devemos retirar-nos imediatamente até uma distância em que tenhamos à nossa frente todos os componentes que fazem parte dele. Neste caso, toda a influência que o teatro de guerra de um exército puder exercer para enfraquecer o inimigo será eficaz. O inimigo terá que cercar as suas fortificações, defender a área com destacamentos e posições fortificadas, realizar extensas marchas, obter suprimentos vindos de longe, e assim por diante. Ele sentirá todos estes efeitos se avançar *antes ou depois da decisão*, embora antes eles sejam um pouco mais prejudiciais do que depois. Ocorre que se um defensor decidir cedo demais transferir a decisão mais para trás, no tempo e no espaço, ele verá que este é um meio de colocar em ação simultaneamente todas as forças imóveis.

Por outro lado, é evidente que, rigorosamente falando, este adiamento da decisão não terá qualquer efeito sobre a esfera de influência que uma vitória dá ao atacante. Esta esfera de influência será examinada mais detalhadamente sob o tópico do "ataque", mas queremos salientar que ela aumentará até o ponto em que a superioridade (o produto da relação física e psicológica) se esgotar. Esta superioridade é exaurida através de dois fatores: as exigências impostas às forças combatentes pelo próprio teatro de guerra e as perdas sofridas em combate. Nenhum destes fatores altera-se significativamente, seja o engajamento travado cedo ou tarde, mais para a frente ou mais para trás. Por exemplo, acreditamos que em 1812 uma vitória sobre os russos em Vilna teria levado Bonaparte tão longe quanto o levou a vitória em Borodino, desde que ela tivesse as mesmas dimensões, e que até mesmo uma vitória em Moscou não o tivesse levado tão longe. De qualquer modo, Moscou era o limite do alcance da sua vitória. Na realidade, não há a menor dúvida de que uma batalha decisiva travada na fronteira teria (por motivos diferentes) produzido resultados muito maiores e, possivelmente, uma vitória com um alcance mais amplo. Esta é, portanto, uma consideração que não terá qualquer efeito sobre o fato do defensor transferir o ponto da decisão mais para trás.

No capítulo sobre os tipos de resistência apresentamos, sob o título de *retirada para o interior do país*, o que pode ser considerada a forma definitiva de adiar uma decisão. Esta forma especial de resistência visa fazer com que o invasor se desgaste, em vez de derrotá-lo em combate. Mas o adiamento da decisão só poderá ser considerado uma *forma especial de resistência* quando este for o seu propósito primordial. De outro modo, pode ser concebido um número infinito de gradações deste

método, e todas elas podem ser associadas a qualquer método de defesa. O grau de participação do teatro de guerra não deve ser considerado, portanto, como constituindo um tipo especial de resistência, mas simplesmente como uma mistura opcional de meios de resistência imóveis para serem utilizados como for necessário, de acordo com as condições e com as circunstâncias.

Se o defensor achar que não precisa da ajuda destas forças imóveis, ou que os sacrifícios envolvidos são árduos demais com relação a outros aspectos, elas permanecerão disponíveis para uma etapa posterior. Elas poderão ser então utilizadas como novos reforços pelos quais o defensor não tinha sido capaz de esperar anteriormente, e poderão tornar-se o meio através do qual as forças móveis poderão fazer com que à primeira decisão siga-se uma segunda e, possivelmente, até mesmo uma terceira. Em outras palavras, desta maneira torna-se possível haver um emprego gradual de força.

Se o defensor tiver perdido uma batalha na fronteira, é perfeitamente possível - desde que não signifique uma grande derrota - que ele seja capaz de aceitar uma outra na retaguarda das suas fortificações mais próximas. Na realidade, um grande obstáculo natural sozinho pode não ser suficiente para deter um oponente não tão decidido.

Na utilização do teatro de guerra, como em tudo mais, a estratégia exige *economia de força*. Com quanto menos pudermos arranjar-nos, melhor, mas é preciso que arranjemo-nos, e aqui, como no comércio, existe nisto mais do que uma mera avareza.

Para evitar uma grave má interpretação, queremos deixar claro que o que estamos analisando não é o grau de resistência oferecida, ou tentada, após uma derrota. O que importa é o grau de êxito que pode ser esperado *antecipadamente* desta resistência prolongada - que valor deve ser-lhe atribuído no plano global. Dificilmente existirá mais de uma maneira pela qual o defensor deva ver isto: do ponto de vista do inimigo, do seu caráter e da situação. Se o seu caráter for fraco, faltar-lhe-á autoconfiança e uma ambição sem limites, e se a sua liberdade de ação for rigorosamente limitada, ele ficará satisfeito, se tiver êxito, em obter uma vantagem modesta. Toda nova oportunidade de obter uma decisão que a defesa ousar oferecer, fará com que ele hesite indecisamente. Neste caso, o defensor poderá pensar em fazer com que os meios de resistência que o seu teatro de operações oferece façam-se sentir numa série ininterrupta de ações que, embora individualmente não tenham grandes conseqüências, sempre terão a possibilidade de transformar estas decisões a seu favor.

Certamente tornou-se agora evidente que tudo isto leva à questão das campanhas que não chegam a qualquer decisão. Estas são a verdadeira arena para o emprego gradual de força, e serão analisadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO TRINTA

A Defesa de um Teatro de Operações - Conclusão

Quando o Propósito Não For Obter uma Decisão

No último livro trataremos da questão de saber se é possível ocorrer uma guerra, e de que maneira, se nenhum dos lados atacar o outro - em outras palavras, uma guerra na qual nenhum dos lados possua um propósito ofensivo. Neste ponto não precisamos nos preocupar com esta contradição:

em cada teatro de operações podemos simplesmente presumir que os motivos para uma postura defensiva em ambos os lados possam ser encontrados nas relações existentes entre cada uma destas partes e o todo.

Este não é o único tipo de campanha em que tenha faltado o empenho necessário para obter uma decisão. A história registra inúmeros casos em que não faltou um agressor ou uma ambição agressiva pelo menos num dos lados, mas em que esta ambição não foi suficientemente intensa para que fosse levada adiante inexoravelmente até levar a uma decisão *inevitável*. Nestas guerras, o atacante não procura obter vantagens além das oferecidas pelas circunstâncias que estiverem ao seu alcance. Ou ele não estabeleceu qualquer propósito a ser atingido, e está simplesmente colhendo os frutos que puderem ser apanhados ao longo do tempo, ou, se tiver um propósito, fez com que a busca deste propósito dependesse de circunstâncias favoráveis.

Este tipo de ataque, que ignora a rigorosa necessidade lógica de esforçar-se para atingir o propósito, é como um ocioso que vagueia através de uma campanha e aproveita-se das pequenas vantagens que surgirem em seu caminho. Não é muito diferente da defesa que também permite que o seu General obtenha uma pequena vantagem, mas deixaremos o estudo científico mais detalhado sobre ela para o livro sobre o ataque. Neste momento, apresentaremos apenas a conclusão, qual seja, que neste tipo de campanha, nem a ofensiva nem a defensiva considerarão primordial a necessidade de obter uma decisão. Neste caso a decisão deixa de ser a base sobre a qual convergem todas as linhas da estratégia.

A história da guerra, em todas as eras e em todos os países, mostra não só que a maioria das campanhas é deste tipo, mas que esta maioria é tão esmagadora que faz com que todas as outras campanhas pareçam ser mais exceções do que a regra. Mesmo que esta relação venha a mudar no futuro, certamente sempre haverá um número significativo de campanhas deste tipo, e este aspeto deve ser devido a qualquer doutrina relativa à defesa de um teatro de operações. Tentaremos apresentar aqueles atributos que parecem delimitá-la. Na realidade, provavelmente a maioria das guerras estará entre os dois pólos, aproximando-se algumas vezes de um deles, outras vezes do outro. O efeito prático destes atributos só tornam-se evidentes como uma alteração, causada pela sua ação contrária, na *forma absoluta* de guerra.

Afirmamos no Capítulo Três deste livro que a situação de espera é uma das maiores vantagens que a defesa possui sobre o ataque. Raramente acontece realmente na vida real, e menos ainda na guerra, tudo que as circunstâncias nos levariam a esperar que acontecesse. Devido aos limites da

compreensão humana, ao temor de que as coisas possam dar errado e aos acidentes que alteram o rumo da ação, muitas opções possíveis nunca foram escolhidas, muito embora as circunstâncias fossem favoráveis a elas. Na guerra, onde uma inteligência imperfeita, a ameaça de uma catástrofe e o número de acidentes é incomparavelmente maior do que em qualquer outra atividade humana, a quantidade de oportunidades perdidas, por assim dizer, fatalmente será maior. Este é o campo fértil em que o defensor pode colher uma safra que não plantou. Acrescentemos a isto o valor intrínseco representado pela posse do território na condução da guerra. O que resulta é uma máxima que também é reverenciada nas batalhas da vida civil - os litígios: *beati sunt possidentes*. Aqui, este princípio toma o lugar da *decisão*, que em todas as guerras dirigidas no sentido da *derrota mútua* é o ponto focal de todo o processo. É um princípio extraordinariamente fértil - que não dá srcem, evidentemente, à ação, mas a revelações e motivos para a inação, bem como para o tipo de atividade destinada a resultar em inação. Quando não pretendemos nem esperamos obter uma decisão, não existe motivo para abandonar qualquer coisa. Isto só seria feito para obter vantagens quando chegasse o momento da decisão. Consequentemente, a intenção do defensor é resistir - isto é, proteger - o quanto for possível, enquanto que o atacante tentará tomar o quanto puder - isto é, dispersar o máximo possível as suas forças - sem provocar uma decisão. Só o primeiro caso nos interessa aqui.

Sempre que não existir uma força defensora, o atacante pode tomar posse. A vantagem de esperar é *dele* então. O defensor tentará, portanto, proteger diretamente todo o território e, em seguida, aproveitar a disposição do inimigo de atacar as suas forças de proteção.

Antes de iniciar uma apresentação mais detalhada dos aspectos especiais da defesa, devemos adiantar-nos ao livro sobre o ataque listando os propósitos que normalmente uma ofensiva procura atingir quando não pretende obter qualquer decisão. São os seguintes:

1. A tomada de uma parte considerável do território, se for possível fazer isto sem um engajamento decisivo.
2. A tomada de um depósito de suprimentos importante, nas mesmas condições.
3. A tomada de uma fortificação deixada sem proteção (É verdade que uma operação de sítio é uma coisa razoavelmente séria e pode custar muito esforço, mas não pode levar ao desastre). Se acontecer o pior, ela poderá simplesmente ser abandonada, sem que venhamos a sofrer qualquer perda real.)

LIVRO SEIS

4. Finalmente, a vitória num engajamento relativamente importante no qual não arrisquemos muito e, consequentemente, não possamos ganhar muito. Não um engajamento cheio de consequências, o clímax de todo um plano estratégico, mas um que seja travado apenas por ele mesmo - para a tomada de troféus ou pela glória militar. Se for este o propósito, não será buscado a qualquer preço. Ou esperamos por qualquer oportunidade que possa surgir, ou tentamos proporcionar uma artificialmente.

Estes quatro propósitos da ofensiva provocam os seguintes esforços por parte do defensor:

1. Proteger as suas fortificações, mantendo-as em sua retaguarda.
2. Proteger o país, dispersando as suas próprias forças.
3. Interpor-se rapidamente às forças do atacante através de marchas realizadas pelos seus flancos, sempre que a sua extensão não for suficientemente ampla.
4. Evitar, ao mesmo tempo, quaisquer engajamentos desfavoráveis.

O três primeiros propósitos são destinados, evidentemente, a obrigar a ofensiva a tomar a iniciativa e a obter a máxima vantagem da espera. O propósito está tão ligado à natureza do caso que seria insensatez condená-lo imediatamente. Quanto menos puder ser esperada uma decisão, mais válido tornar-se-á este propósito. É o princípio que rege todas as campanhas deste tipo, muito embora superficialmente possa parecer haver muita atividade vigorosa sob a forma de pequenas escaramuças que não levam a consequências decisivas.

Aníbal, assim como Fabius, e Frederico o Grande, assim como Daun, adotaram este princípio sempre que não procuraram e não esperaram obter uma decisão. O quarto propósito, que serve como um neutralizante para os outros três, é a sua *conditio sine qua non*.

Analisaremos agora estas questões mais detalhadamente.

Proteger uma fortificação contra um ataque inimigo posicionando um exército na frente dela pode parecer um absurdo à primeira vista, e até mesmo ser uma medida supérflua, uma vez que afinal de contas as fortificações são construídas com a finalidade de resistir a ataques inimigos. Apesar disto, observamos esta medida sendo tomada milhares de vezes. É típico da condução da guerra que as coisas mais comuns muitas vezes pareçam ser as mais incompreensíveis. Quem poderia reunir a coragem suficiente, com base nesta aparente contradição, para declarar que esta medida tantas vezes repetida foi um erro cada vez que foi empregada? A forma pela qual foi continuamente repetida prova que deve

haver algum motivo arraigado para que seja tomada. Este motivo nada mais é do que o que foi citado acima: pura inércia psicológica.

Se assumirmos uma posição na frente da nossa fortificação, o inimigo não poderá atacá-la sem derrotar primeiro o nosso exército. Mas uma batalha implica numa decisão. Se o inimigo não desejar uma, não travará uma batalha, e nós poderemos defender a nossa fortificação sem desferir um único golpe. Sempre que duvidarmos de que o inimigo esteja procurando obter uma decisão, devemos arriscar: o mais provável é que ele não esteja. E, na maioria dos casos, ainda teremos a possibilidade de retirarmo-nos para trás da fortificação se, contrário às expectativas, o inimigo decidir atacar. Isto minimiza o perigo de assumir uma posição na frente da fortificação. A certeza *prática* de que o *status quo* poderá ser mantido sem sacrifício não acarretará nem mesmo um grau de risco *remoto*.

Assumindo uma posição atrás da fortificação ofereceremos ao atacante um alvo ideal. A menos que a fortificação seja muito forte, e que o atacante esteja totalmente despreparado, ele começará a estabelecer um sítio a ela, para melhor ou para pior, e para impedir que ela caia em suas mãos seremos obrigados a libertá-la. A ação ofensiva, a iniciativa, agora caberá a nós. O inimigo, cujo sítio pode ser considerado como um avanço em direção ao seu propósito, tem a posse. A experiência demonstra que sempre acontece assim. Estão fadadas a ser assim devido à sua própria natureza. Como dissemos, uma operação de sítio não tem que terminar em desastre. O General mais medíocre, o mais indolente e menos arrojado, que nunca travaria uma batalha por vontade própria, sitiaria de bom grado uma fortificação logo que ela estivesse ao seu alcance - mesmo que não dispusesse de nada mais pesado do que canhões de campanha. Na pior das hipóteses ele sempre poderá abandonar a iniciativa sem sofrer qualquer perda real. A estes acontecimentos deve ser acrescentado o perigo a que a maioria das fortificações está mais ou menos exposta - a de ser tomada de assalto, ou de alguma outra maneira não convencional. Estas circunstâncias não devem ser esquecidas quando o defensor avaliar as suas possibilidades.

Avaliando estas duas possibilidades, comparando uma à outra, o defensor, em vez de escolher a vantagem de combater em melhores condições, certamente escolheria ter praticamente a certeza de *não ter que lutar de modo algum*. Visto deste modo, o procedimento de assumir uma posição na frente de uma fortificação torna-se perfeitamente natural e compreensível. Frederico o Grande quase sempre o adotou - em Glogau contra os russos, em Schweidnitz, em Neisse e em Dresden contra os austríacos. Em Breslau, por outro lado, ele não foi favorável ao Duque de Bevern: ele poderia não ter sido atacado se estivesse atrás de Breslau. Os austríacos tinham superioridade enquanto o Rei estivesse ausente, e

sabiam que não era provável que esta superioridade durasse após ele ter se aproximado. Assim, a situação em que ocorreu a batalha de Breslau *estava longe de ser uma situação em que não fosse esperada qualquer decisão* - o que torna a posição na frente de Breslau menos apropriada. O próprio Duque de Bevern certamente teria preferido assumir uma posição no lado mais afastado de Breslau, mas isto teria exposto a cidade e os seus depósitos de suprimentos a um bombardeio e ter-lhe-ia assegurado o grave descontentamento do Rei, que em casos como este podia ser extremamente intolerante. Não podemos em última análise censurar o Duque por *ter tentado* salvar Breslau assumindo uma posição entrincheirada em frente a ela: era perfeitamente possível que ele tivesse podido deter o Príncipe Charles de Lorena, impedindo-o de avançar mais, uma vez que ele estava plenamente satisfeito com a sua ocupação de Schweidnitz, e estava sendo ameaçado pela aproximação do Rei. A melhor solução teria sido evitar o envolvimento numa batalha e retirar-se através de Breslau no momento em que os austríacos avançassem. O Duque teria tido então todas as vantagens da espera sem ter que pagar por elas assumindo riscos.

Apresentamos agora e justificamos os mais elevados e principais argumentos para um comandante assumir uma posição à frente de uma fortificação, mas devemos dizer que existe um outro motivo secundário para fazer isto - mais óbvio, talvez, mas que não é válido por si mesmo, pois não se aplica a todos os casos. É o hábito que têm os exércitos de utilizar a fortificação mais próxima como depósito de seus suprimentos. Isto é tão cômodo e oferece tantas vantagens que um General não será facilmente convencido a trazer de longe os seus suprimentos, ou a armazená-los em lugares desprotegidos. Quando uma fortificação servir como um depósito de suprimentos, em muitos casos tornar-se-á absolutamente necessário para um exército posicionar-se à frente dela e, na maioria dos casos, isto será a coisa certa a ser feita. Isto é tão óbvio que aqueles que não estão inclinados a olhar mais adiante são capazes de dar-lhe um valor excessivo, mas não serve para explicar todas as ocasiões, nem as suas implicações são suficientemente importantes para serem responsáveis pela decisão final.

O propósito normal de todos os ataques que não visem obter uma grande decisão é tomar uma ou mais fortificações sem correr o risco de uma batalha, tanto assim que impedir este que este propósito seja atingido torna-se um item importante nos esforços da defesa. É por isto que, em teatros de guerra em que existam muitas fortificações, quase todos os movimentos giram em torno da sua posse. O atacante tenta aproximar-se delas inesperadamente, utilizando vários artifícios, enquanto que o defensor tenta impedir isto através de movimentos bem planejados. Esta foi a característica de quase todas as campanhas realizadas nos Países Baixos entre os dias de Luiz XIV e os do Marechal Saxe.

Isto é o suficiente com relação à proteção de fortificações.

Proteger o país dispersando as nossas forças só é concebível juntamente com a utilização de grandes obstáculos naturais. Os postos de diversos tamanhos que têm que ser estabelecidos só podem adquirir uma certa capacidade de resistência a partir das posições sólidas que ocupam. Como raramente os obstáculos naturais são suficientemente abundantes, a arte do entrincheiramento deve vir em sua ajuda. Deve ser lembrado, entretanto, que o poderio produzido pelos entrincheiramentos em qualquer ponto determinado é apenas *relativo* e nunca deve ser considerado *absoluto*. (Ver o capítulo sobre a importância do engajamento). Pode ocorrer, evidentemente, que um posto seja capaz de repelir todos os ataques e realizar assim uma defesa absoluta, mas dentre todos os inúmeros postos, cada um deles deve ser visto como sendo relativamente fraco em relação ao conjunto, e vulnerável a possíveis ataques realizados por forças muito superiores. Seria insensato, portanto, basear a nossa confiança na resistência que possa ser oferecida por cada posto individualmente. Com este tipo de posição estendida, podemos esperar na melhor das hipóteses uma resistência razoavelmente longa, mas nunca uma vitória completa. Ainda assim, cada posto pode atender à sua finalidade e contribuir para o propósito final. Em campanhas em que não precisamos temer grandes decisões nem sermos inexoravelmente levados em direção ao desastre, não corremos um grande risco se um posto vier a envolver-se numa escaramuça, mesmo que ela termine com a sua perda. Raramente o que estará em jogo será mais do que o próprio posto, mais uns poucos troféus. Não será uma vitória que tenha qualquer conseqüência. Ela não destruirá as fundações e derrubará as muralhas. Na pior das hipóteses, se todo o sistema defensivo tiver sido rompido através da perda de um único posto, o defensor ainda terá tempo de concentrar as suas forças e *oferecer* ao inimigo a decisão que este último, de acordo com a nossa hipótese, não procura obter. Normalmente esta concentração de forças põe um fim à questão, e qualquer novo avanço do atacante será detido. Um pequeno trecho do terreno, poucos homens e alguns canhões constituem as perdas do defensor e o ganho adequado do atacante.

Se as cosas derem errado, o defensor pode expor-se com segurança a este risco, se ele for compensado pela possibilidade, ou melhor ainda, pela probabilidade de que não ocorrerá de modo algum: covardia ou prudência - chamem do que quiserem - podem deter o atacante ante os postos do defensor sem que ele bata com a sua cabeça contra eles. Ao apresentar este argumento, não devemos esquecer-nos de que ele pressupõe um atacante que não irá assumir grandes riscos, que possa perfeitamente ser detido por um posto de tamanho moderado mas forte. Mesmo se ele souber que pode

tomá-lo, ainda assim se perguntará a que preço, e se aquele preço não poderia ser alto demais em relação ao uso que ele, em sua atual posição, poderia fazer da sua vitória.

Isto demonstra que, do ponto de vista do defensor, a resistência relativamente intensa proporcionada a ele por uma posição estendendo-se ao longo de uma linha de postos pode dar uma contribuição valiosa para o conjunto da sua campanha. Uma consulta a história militar (para a qual o leitor voltar-se-á neste ponto) mostrará que estas posições estendidas são mais comuns na última parte de uma campanha. Naquela fase o defensor já aprendeu a avaliar as intenções do atacante e as possibilidades para aquela estação do ano, enquanto que o atacante, por sua vez, terá perdido aquela pouca iniciativa com que começou.

Uma defesa numa posição estendida que proteja *a terra, os suprimentos e as fortificações* deve atribuir, evidentemente, um papel principal a todos os grandes obstáculos naturais - riachos e rios, montanhas, florestas e pântanos. Eles são de primordial importância. A sua utilização já foi apresentada em capítulos anteriores.

Esta importância primordial da topografia faz exigências especiais ao tipo de conhecimento e de atividades que associamos em primeiro lugar ao Estado-Maior Geral. Como este é o setor do exército que mais tende a escrever e a publicar, estes aspectos de uma campanha são os mais plenamente documentados. Ao mesmo tempo, existe uma tendência um tanto natural de expressar estes aspectos sob a forma de um sistema, utilizando a interpretação histórica de um único caso como constituindo a base de um princípio geral, aplicável a todos os casos. Mas isto é inútil e por conseguinte errado. Nesta forma de guerra mais passiva e mais condicionada ao local, todo caso é diferente e deve ser tratado de uma maneira diferente. Mesmo as memórias críticas mais competentes sobre estas questões só são adequadas, portanto, para apresentar os fatos, nunca para servir como uma norma. Na realidade elas voltam a constituir uma *história militar*, interessada apenas num determinado aspecto das guerras que descrevem.

As atividades do Estado-Maior Geral que denominamos, de acordo com a visão geral da questão, de sua esfera de ação especial, são úteis e meritórias. Devemos, entretanto, soar um alarme contra os abusos aos quais possam ser submetidas, e que frequentemente prejudicam o empreendimento como um todo. A autoridade adquirida por aqueles membros mais importantes do Estado-Maior que são extremamente competentes em topografia militar, dá-lhes muitas vezes um tipo de predomínio geral sobre os outros, principalmente sobre o próprio comandante, o que pode resultar em parcialidade. No final, o Comandante-em-Chefe não poderá ver nada a não ser montanhas e desfiladeiros e, em vez de

decisões racionais tomadas livremente, as respostas automáticas tornar-se-ão uma segunda natureza para ele.

Assim, no Exército Prussiano de 1793 e 1794, o Coronel Grawert, que era a própria alma do Estado-Maior Geral naquela época, um conhecido especialista em montanhas e desfiladeiros, conseguiu convencer dois Generais com características pessoais totalmente diferentes - o Duque de Brunswick e o General Mollendorf - a adotarem linhas de ação idênticas em sua maneira de conduzir a guerra.

É evidente que uma linha defensiva que corra paralelamente a um grande obstáculo natural possa perfeitamente levar a uma guerra de linhas de defesa. Normalmente estaria fadada a levar se toda a extensão do teatro de operações fosse diretamente protegida desta maneira, pois, comparado com a largura da maioria destes teatros, o alcance tático natural das forças designadas para defendê-lo é extremamente pequeno. As circunstâncias externas, bem como os seus próprios planos, limitarão entretanto o atacante a determinados caminhos e estradas. Se ele desviar-se excessivamente deles, se envolverá em demasiadas dificuldades e aborrecimentos, não importa o quanto o defensor seja inerte. Portanto, tudo que este último precisa fazer é proteger a área num determinado número de milhas, ou numa distância equivalente a um determinado tempo de marcha para os dois lados dos principais caminhos pertinentes. Para realizar esta proteção, podemos simplesmente estabelecer postos defensivos nas principais estradas e nos pontos de acesso. Para a área entre eles será suficiente o estabelecimento de postos de observação. Obviamente uma coluna inimiga poderá passar entre dois postos e atacar um ou outro a partir de várias direções. Os postos, por sua vez, estarão de algum modo preparados para esta eventualidade, em parte por terem os seus flancos protegidos, em parte por constituírem defesas dos flancos (os chamados crochés), e em parte por serem capazes de obter ajuda das reservas que encontrem-se na retaguarda, ou de unidades enviadas por um posto vizinho. Deste modo, o número de postos será ainda mais reduzido, em decorrência do que um exército empenhado neste tipo de defesa ficará agrupado em quatro ou cinco postos principais.

São estabelecidos centros especiais para os pontos de acesso importantes, que ficam distantes mas que mesmo assim podem estar em perigo. Estes centros formam pequenas zonas operacionais, por assim dizer, dentro do teatro de guerra principal. Na Guerra dos Sete Anos, por exemplo, o exército principal austríaco mantinha normalmente quatro ou cinco postos nas montanhas da Baixa Silésia, enquanto que na Alta Silésia foi criado um sistema de defesa semelhante, constituído por uma pequena força, parcialmente independente.

À medida em que um sistema de defesa afasta-se do método de proteção direta, tem que depositar uma confiança adicional na mobilidade, na defesa ativa e até mesmo nas medidas ofensivas. Certas unidades serão mantidas na reserva. Um posto enviará tantos soldados quanto puder para ajudar um outro. Este apoio poderá ser prestado vindo da retaguarda para fortalecer uma resistência passiva e reavivá-la, ou atacando o inimigo em seu flanco, ou até mesmo ameaçando a sua retirada. Se o inimigo ameaçar o flanco de um posto, não através de um ataque direto, mas assumindo uma posição a partir da qual tente interromper as suas comunicações, ou a unidade que criou a ameaça deve ser atacada, ou podemos retaliar com uma ameaça à linha de comunicação do inimigo.

Torna-se evidente que este tipo de defesa, embora a sua natureza básica seja essencialmente passiva, pode conter alguns meios ofensivos que permitirão que ele lide com uma ampla variedade de necessidades complexas. De um modo geral, uma defesa que utilize meios ativos, e até mesmo ofensivos, é considerada superior. Isto dependerá entretanto, em parte da natureza do terreno, da composição das forças combatentes e até mesmo da capacidade do General. É possível, também, que estejamos esperando demais da mobilidade e de outras medidas auxiliares de natureza ativa e que desprezemos muito facilmente a capacidade defensiva local de um grande obstáculo natural.

Acreditamos ter explicado suficientemente o que queremos dizer por uma linha de defesa estendida, e passamos agora para o terceiro dos recursos listados: interceptar o inimigo através de uma marcha lateral rápida.

Este método faz parte necessariamente do mecanismo do tipo de defesa que está sendo analisado. Em algumas situações o defensor não pode proteger todos os pontos de acesso ao país que estiverem ameaçados, não importa o quanto ele estenda a sua posição. Em muitas outras ele deve estar pronto para levar o poderio principal da sua força para aqueles postos que constituam o objetivo do inimigo, uma vez que de outro modo seria muito fácil tomá-los. Finalmente, qualquer General que não goste de restringir as suas forças a uma defesa passiva numa posição estendida, só atingirá o seu propósito de proteger o país através do emprego de movimentos rápidos, bem planejados e bem executados. Quanto maiores forem os espaços deixados desprotegidos, maior deverá ser o virtuosismo dos movimentos, de modo a interceptar o inimigo a tempo, em qualquer lugar.

A conseqüência natural deste esforço será uma busca por posições que possam ser ocupadas em tais eventualidades, e que, uma vez ocupadas pelo exército do defensor ou até mesmo por apenas uma parte dele, sejam suficientemente sólidas para eliminar qualquer idéia de ataque. Estas posições podem

ser encontrada em todos os lugares e tudo dependerá de chegar a elas: são, por assim dizer, a tônica deste tipo de guerra. Não há dúvida de que é por isto que ela tem sido chamada de *guerra de posições*.

Assim como a disposição estendida das forças e a resistência limitada numa guerra que não vise obter *uma grande decisão* não correm os riscos que de outra forma seriam inerentes à ela, interceptar um inimigo através de marchas laterais não é tão perigoso quanto seria se estivesse envolvida uma grande decisão. Uma investida lateral apressada, feita no último minuto para ocupar uma posição contra um inimigo capaz e determinado que não hesitará em despender uma força considerável seria meio caminho andado para o desastre. Esta corrida desordenada para ocupar uma posição nunca resistirá ao teste de um golpe concentrado implacável. Pode, por outro lado, sem bem sucedida contra um inimigo que hesite em arriscar-se, que não saiba como aproveitar um grande êxito, ou melhor, as etapas preliminares deste êxito e que procure simplesmente obter uma vantagem limitada, e isto a um baixo custo. Contra um inimigo destes, este tipo de resistência certamente poderá ser empregado com êxito.

Consequentemente, este recurso será também, de um modo geral, mais comum na segunda metade de uma campanha do que na primeira.

Aqui também o Estado-Maior Geral tem uma oportunidade para empregar os seus conhecimentos de topografia, elaborando uma série de planos interligados relativos à escolha e ao preparo das posições e das estradas que levam a elas.

Quando os esforços de um dos lados estiverem totalmente concentrados em chegar a um determinado ponto, e os do outro estiverem igualmente empenhados em impedir que ele consiga fazer isto, os dois estarão muitas vezes na situação de terem que executar os seus movimentos totalmente à vista do inimigo. Os dois se movimentarão, portanto, com maior cuidado e precisão do que normalmente seria necessário. Antigamente, quando a força principal não era dividida em partes independentes, mas tratada como sendo indivisível mesmo quando em marcha, esta cautela e esta precisão exigiam movimentos muito mais complexos e requeriam, portanto, uma grande dose de arte na tática. Algumas vezes brigadas isoladas tinham, evidentemente, que deslocar-se aceleradamente para a frente, adiante da linha de batalha, e tomar pontos importantes, assumindo deste modo um papel importante, no qual estavam prontos para estabelecer contato com o inimigo, antes mesmo da força principal ter chegado. Mas estas eram, e continuam sendo *exceções*. De uma maneira geral a formatura para a marcha sempre foi organizada para deslocar o exército como um todo sem que a sua ordem fosse perturbada, e este tipo de recursos eram evitados tanto quanto possível. Hoje em dia a força principal é

uma vez mais dividida em unidades independentes que têm permissão para engajar a força principal inimiga, desde que o resto das unidades estejam suficientemente perto para dar prosseguimento ao engajamento e travá-lo até o fim. Esta marcha lateral é, portanto, muito menos difícil atualmente, mesmo quando realizada totalmente à vista do inimigo. O que antigamente só podia ser realizado através do mecanismo da formatura para a marcha, agora pode ser feito despachando-se antecipadamente algumas divisões, fazendo com que outras marchem mais rapidamente e através da maior flexibilidade com que o conjunto pode ser atualmente empregado.

As medidas defensivas que listamos são destinadas a impedir que um atacante tome uma fortificação, um trecho valioso do país, ou um depósito de suprimentos. Estas ações ser-lhe-ão negadas portanto, quando através destas medidas ele enfrentar engajamentos a cada passo, o que lhe oferece uma perspetiva muito pequena de obter êxito e um risco demasiadamente grande de repercussões, caso ele perca, ou um dispêndio excessivo de forças em relação aos seus propósitos e à sua situação.

Se o defensor mantiver-se firme, e se a sua competência e os seus planos obtiverem êxito, o atacante verá até mesmo os seus propósitos limitados serem constantemente frustrados devido a preparativos cautelosos. Neste ponto, muitas vezes o princípio da ofensiva pode tentar manifestar-se encontrando uma satisfação apenas em nome da glória. A vitória em qualquer engajamento de algum significado proporcionará uma ilusão de superioridade. Ela satisfará a vaidade do General, a corte, o exército e o povo e deste modo, em algum grau as expectativas que estão sempre vinculadas a uma ofensiva.

Assim, a última esperança do atacante se concentrará num engajamento de algum significado que lhe seja favorável, somente por causa da vitória e dos troféus. Não estamos envolvendo-nos aqui numa contradição, uma vez que ainda continuamos na nossa *pressuposição* de que o defensor, através da sua perspicácia, tenha privado o inimigo de qualquer esperança de aproveitar um *êxito* para atingir os seus verdadeiros propósitos. Qualquer esperança destas dependeria de dois requisitos: o primeiro, *um resultado favorável*, e o segundo, *que a vitória levasse realmente a outros objetivos*.

O primeiro destes requisitos pode ser perfeitamente atendido sem o segundo. Portanto, quando a única preocupação do inimigo forem as *honras do campo*, cada posto do defensor correrá mais frequentemente o risco de ter que lutar em desvantagem, do que quando ele estiver em busca de ganhos adicionais.

Se nos colocarmos na situação de Daun e adotarmos o seu modo de pensar, é compreensível que, uma vez tudo o que ele queria eram os troféus do dia, ele pudesse aventurar-se no ataque a Hochkirch

sem sair das suas características. Uma vitória importante, por outro lado, que tivesse obrigado o Rei a abandonar Dresden e Neisse, teria sido uma tarefa totalmente diferente, que ele não estava preparado para enfrentar.

Estas não são diferenças banais nem sem significado. Estamos tratando na realidade de um dos princípios mais fundamentais da guerra. Em estratégia a importância de um engajamento é o que realmente importa. Nunca é demais repetir que todas os seus aspectos essenciais advém das intenções finais das duas partes envolvidas, da conclusão de toda a seqüência de idéias. É por isto que, estrategicamente falando, a diferença existente entre uma batalha e outra pode ser tão grande que as duas não possam mais ser consideradas como sendo o mesmo instrumento.

Dificilmente podemos considerar aquele tipo de vitória obtida pelo atacante como sendo uma vitória que vá infligir graves danos ao defensor. Ainda assim, este último não estará disposto a conceder nem mesmo *aquela* vantagem, principalmente porque nunca se pode saber o que mais pode estar por acaso associado a ela. Ele estará portanto constantemente preocupado em observar cuidadosamente as condições de todas as suas unidades e postos importantes. Isto dependerá principalmente das ações corretas dos seus próprios comandantes, mas ordens inadequadas por parte do próprio General podem envolvê-los também num desastre inevitável. O destino do corpo de exército de Fouqué em Landeshut e o de Finck em Maxen são exemplos a serem lembrados.

Nas duas ocasiões, Frederico o Grande confiou demais na eficácia dos meios tradicionais de pensamento. Ele não pode ter acreditado realmente que 10.000 homens guarnecendo a posição de Landeshut pudessem sair vitoriosos contra 30.000, ou que Finck pudesse resistir contra os números esmagadoramente superiores que caíam sobre ele de todos os lados. Ele supôs que o poderio da posição em Landeshut continuaria sendo considerado como tendo o valor imaginado, e que Daun encontraria na demonstração realizada contra o seu flanco uma desculpa adequada para trocar uma posição insatisfatória na Saxônia por outra mais conveniente na Boêmia. Num caso ele avaliou Laudon mal e, no outro, desta vez Daun, e nisto estava o motivo das falhas existentes nos seus planos.

Este tipo de erro pode ser cometido até mesmo por comandantes que não sejam orgulhosos demais, ousados demais e obstinados demais, o que naquela ocasião certamente Frederico o Grande era. Mas aqui a verdadeira dificuldade está no fato de que um General não pode confiar sempre em que todos os comandantes dos seus corpos de exército tenham a percepção e as boas intenções, a coragem e a força de caráter que de uma maneira ideal seriam desejáveis. Ele não pode, portanto, deixar tudo ao seu critério, mas deve dar-lhes diretivas, o que restringirá as suas ações e poderá perfeitamente torná-

las inadequadas às circunstâncias do momento. Esta é uma desvantagem totalmente inevitável. Nenhum exército poderá ser adequadamente comandado se não houver uma determinação influente, autoritária, que o impregne até o último homem. Qualquer pessoa que adquira o hábito de pensar e de esperar sempre o melhor dos seus subordinados, somente por esta razão não estará qualificado a comandar um exército.

Deve ser mantida, portanto, uma vigilância intensa nas condições de cada corpo do exército e de cada posto, para impedir que tornem-se envolvidos num desastre não previsto.

Todas estas quatro realizações destinam-se a manter o *status quo*. Quanto mais bem sucedidas e afortunadas forem elas, por mais tempo a guerra continuará estática, mas quanto mais a guerra permanecer estática, mais importante tornar-se-á o problema da subsistência.

Muito cedo, se não desde o início, cobranças e requisições serão enviadas pelos depósitos a um sistema de abastecimento. As carroças das fazendas não precisarão mais ser reunidas a todo momento, mas será criado um serviço mais ou menos regular de transporte, com carroças locais ou com carretas militares. Em suma, os procedimentos se aproximarão logo do método altamente organizado de fornecimento de alimentos provenientes de depósitos que apresentamos em linhas gerais no capítulo sobre manutenção e abastecimento.

Mas este não é um aspecto que exerça uma grande influência sobre este tipo de guerra, que, por definição e pelas suas características, está restrita a áreas muito limitadas. Ela pode ser parcialmente determinada - e provavelmente até um grau elevado - pela questão da subsistência, mas isto não alterará as suas características básicas. Por outro lado, as ameaças recíprocas às linhas de comunicação assumirão, por duas razões, uma importância muito maior: em primeiro lugar, como neste tipo de campanha não existem meios de ação importantes e decisivos, os esforços do General terão que ser dirigidos para outros menores como estes. Em segundo lugar, há muito tempo para esperar que estas medidas surtam efeito. Defender as próprias linhas de comunicação assume, portanto, uma importância considerável. Embora a sua ruptura não seja o propósito final de um ataque inimigo, pode ser uma maneira muito eficaz de obrigar o defensor a retirar-se e, durante esta retirada, abandonar outros pontos.

Qualquer coisa que seja feita para proteger a área ocupada pelo teatro de operações deverá servir também, evidentemente, para proteger as linhas de comunicação. A sua segurança é assegurada em parte por estas medidas, e queremos simplesmente observar que a preocupação com a sua segurança pesará significativamente na escolha da posição.

Um método *especial* de proteção é a escolta de comboios isolados, realizada por pequenos grupos de soldados ou até mesmo por grandes grupos. Algumas vezes, nem mesmo as posições mais estendidas serão suficientemente amplas para defender as linhas de comunicação. Algumas vezes esta escolta será desejável, principalmente em locais em que o General esteja preocupado em evitar uma posição estendida. Por isto, a *História da Guerra dos Sete Anos*, de Tempelhoff, contém inúmeros casos em que Frederico o Grande forneceu uma escolta para o seu comboio de carretas que transportavam pão e farinha - algumas vezes um único regimento de infantaria ou de cavalaria, outras, toda uma brigada. Parece não haver registro dos austríacos terem feito isto, mas possivelmente porque do seu lado não houvesse um historiador tão meticuloso quanto Tempelhoff, ou porque as suas posições fossem sempre bem mais estendidas do que as dos prussianos.

Examinamos agora todos os quatro tipos de esforços que, sem conter um componente de ataque, podem formar a base de uma defesa quando não pretende-se obter uma decisão. Devemos acrescentar neste ponto uma poucas palavras sobre os meios ofensivos com os quais podem ser associados ou, por assim dizer, temperados. Eles consistem principalmente no seguinte:

1. Ações contra as linhas de comunicação do inimigo, o que inclui evidentemente operações contra os seus depósitos de suprimentos.
2. Incursões e diversões realizadas em território inimigo.
3. Ataques aos postos e unidades inimigas, e até mesmo à sua força principal quando as condições forem favoráveis - ou simplesmente a ameaça de tais ataques.

Em todas as campanhas deste tipo, o primeiro destes meios estará sendo constantemente realizado, mas silenciosamente: ele nunca aparecerá em primeiro plano. O valor de qualquer posição eficaz ocupada pelo defensor deve-se em grande parte ao fato de que ela deixa o atacante nervoso com relação às suas próprias comunicações. O problema de abastecimento assume uma importância vital neste tipo de guerra, como já explicamos no contexto da defesa, e isto vale também para o atacante. Consequentemente, o padrão estratégico é em grande parte determinado pelo valor ofensivo latente das posições do inimigo, um assunto do qual trataremos com mais detalhes quando chegarmos à questão do ataque.

Esta defesa não restringe-se ao efeito geral produzido pela escolha das posições, que, como o efeito da pressão na mecânica, trabalha *invisivelmente*. Ela abrange também um verdadeiro avanço ofensivo por parte das forças combatentes. Mas para que ele tenha êxito, *a localização das linhas de*

comunicação, a natureza do terreno ou as qualidades especiais das tropas devem ser excepcionalmente favoráveis.

Incursões em território inimigo, feitas com a intenção de represália, ou saques realizados tendo em vista o que puder ser pilhado, não podem ser corretamente considerados medidas de defesa: são mais precisamente um meio de ataque. Normalmente, entretanto, podem estar associados à finalidade de realizar uma diversão real, destinada a reduzir o poderio do lado oposto, e pode ser chamada portanto de uma medida verdadeiramente defensiva. Mas como elas também podem ser bem empregadas de maneira ofensiva, e constituem na realidade uma forma de ataque, o próximo livro será o local mais adequado para analisá-las em detalhe. Só mencionamos as incursões para completar a lista do arsenal de métodos ofensivos secundários que o defensor de um teatro de operações possui ao seu dispor, e queremos simplesmente observar que este é um método que pode ter o seu alcance e a sua importância aumentados até dar a toda a guerra a aparência e, juntamente com ela, a glória de uma ofensiva. Esta era a natureza das atividades de Frederico na Polônia, na Boêmia e na Francônia antes da campanha de 1759. Embora a campanha propriamente dita tenha sido obviamente defensiva, estas incursões em território inimigo deram-lhes as características de uma ofensiva, que pode ter sido especialmente importante devido ao seu impacto psicológico.

Os ataques a unidades inimigas , ou até mesmo à sua força principal, devem ser considerados um complemento necessário à defesa como um todo, para serem utilizados nos momentos em que o atacante achar que as coisas estão um pouco fáceis demais e deixando-o sem defesa em alguns pontos. Esta é a condição tácita para este tipo de ação. Mas aqui também, como em suas ameaças às linhas de comunicação do inimigo, o defensor pode aproximar-se mais do ataque, estando sempre, assim como o seu inimigo, atento *a uma oportunidade para desferir um golpe favorável*. Ele pode esperar obter uma certa dose de êxito nisto se possuir uma considerável superioridade numérica em relação ao seu oponente, - o que embora possa acontecer não é realmente compatível com a natureza da defesa - ou se for suficientemente competente e metódico para manter as suas forças mais bem concentradas do que o inimigo. Ele poderá utilizar então a atividade e a movimentação para compensar os sacrifícios que esta situação lhe impõe.

O primeiro exemplo foi o de Daun na Guerra dos Sete Anos. O segundo, o de Frederico O Grande. Mesmo assim, normalmente Daun só era encontrado na ofensiva quando Frederico o provocava através da sua ousadia e do desprezo pelo seu inimigo, como em Hochkirch, Maxen e Landeshut. Frederico, por outro lado, estava quase sempre em movimento, visando atacar um ou outro

corpo de exército de Daun com a sua força principal. Ele só obteve êxito raramente ou, de qualquer modo, só obteve apenas resultados moderados porque Daun combinava à sua grande superioridade numérica, uma cautela e uma prudência incomuns,. Ainda assim, não podemos considerar que os esforços do Rei tenham sido feitos totalmente em vão. Eles foram, de fato, a forma mais eficaz de resistência, porque o cuidado e a preocupação a que Daun foi levado a ter para evitar engajamentos desfavoráveis neutralizaram a força que de outro modo teria contribuído para aumentar a sua ofensiva. Só é preciso chamar a atenção para a campanha de 1760 na Silésia, onde Daun e os russos nunca conseguiram avançar um único passo porque estavam tão preocupados que o Rei pudesse atacar, ora aqui, ora ali, e derrotá-los.

Acreditamos ter examinado agora todos os ingredientes que constituem a idéia predominante, os principais esforços a serem realizados e, portanto, a espinha dorsal de toda a ação na defesa de um teatro de operações em que não se procure obter qualquer decisão. A principal razão pela qual os apresentamos todos juntos aqui foi dar uma visão coerente da articulação das operações estratégicas. As maneiras específicas com que cada componente opera - marchas, posições e assim por diante - já foram examinadas anteriormente em detalhe.

Quando analisamos uma vez mais a questão como um todo, somos obrigados a observar que quando o princípio ofensivo for tão frágil, o anseio de uma decisão tão débil em ambos os lados, a iniciativa ofensiva tão fraca e os entraves psicológicos tão numerosos como foi apresentado aqui, a diferença essencial entre a ofensiva e a defensiva deverá desaparecer gradativamente. No início de uma campanha evidentemente um lado invadirá o teatro de guerra do outro e assumirá o papel de atacante, mas pode perfeitamente acontecer, e muitas vezes acontece, que o atacante logo se encontre despendendo todas as suas energias defendendo o seu próprio país em solo estrangeiro. Os dois lados enfrentam-se então numa situação de observação: ambos estão decididos a não ceder nada, e talvez igualmente decididos a obter um ganho real. Na realidade é possível, como no caso de Frederico o Grande, que o verdadeiro defensor seja mais agressivo do que o seu oponente.

Quanto mais o atacante renunciar ao seu avanço vigoroso, menos o defensor se sentirá ameaçado e menos ficará ele restrito à resistência pela necessidade urgente de segurança, e mais a situação ficará equilibrada em ambos os lados. A atividade de cada um deles estará voltada para obter uma vantagem sobre o outro, evitando ao mesmo tempo qualquer desvantagem para si próprio. Esta é uma etapa de verdadeiras *manobras* estratégicas, e é certamente mais característica de todas as campanhas em que uma importante decisão seja evitada por motivos políticos, ou pela situação geral do caso.

A questão das manobras estratégicas terá um capítulo só para ela no próximo livro. Mas como os teóricos têm atribuído frequentemente uma falsa importância a este jogo equilibrado de forças, principalmente no contexto da defesa, sentimo-nos obrigados a analisar aqui a questão com algum detalhe.

Nós o chamamos de um jogo equilibrado de forças. Sempre que o conjunto não estiver em movimento, existirá uma situação de equilíbrio, e quando não houver um propósito importante para movimentá-lo, o conjunto não estará em movimento. Sendo assim, os dois lados, não importa o quanto sejam desiguais, devem ser considerados como estando em equilíbrio. Desta situação de equilíbrio do todo podem surgir motivos para pequenos combates e propósitos de menor importância. Eles podem evoluir até este ponto, pois não estão mais sob a tensão de uma decisão importante, nem de um grande perigo. Assim, tudo que puder ser ganho ou perdido terá sido convertido em símbolos menores e o conflito como um todo ter-se-á fragmentado em pequenos combates. Devido a estas pequenas disputas por ganhos modestos, os dois General empenham-se agora num teste de competência. Mas como o acaso, ou a sorte, nunca pode ser totalmente mantido fora da guerra, este jogo nunca deixará de ser um *jogo de azar.*

Surgem agora duas outras perguntas. Durante estas manobras, desempenhará o acaso um papel menor em dar forma à decisão do que quando tudo estiver concentrado num único grande ato? E a inteligência irá desempenhar um papel mais importante? A resposta a esta última pergunta deve ser afirmativa. Quanto mais complexo for o conjunto, quanto mais forem considerados o tempo (com os seus únicos momentos) e o espaço (com os seus únicos pontos), mais amplo será o campo para as avaliações e, portanto, maior será a supremacia da mente lógica. O que a razão ganhar será perdido em parte para o acaso, mas não necessariamente tudo. Não podemos concluir, portanto, que a primeira pergunta também precise ser respondida afirmativamente. Nesta relação devemos lembrar-nos de que a mente lógica não é o único trunfo mental do General. Coragem, energia, determinação, prudência e assim por diante, são atributos que pesarão mais quando estiver em jogo uma decisão importante. Eles terão um peso um pouco menor, portanto, num jogo equilibrado de forças, e a importância primordial de uma avaliação inteligente aumentará às custas destas qualidades, bem como a do acaso. No momento de uma decisão importante, por outro lado, estas qualidades brilhantes podem privar o acaso de uma grande parte do seu predomínio e assegurar assim, de um certo modo, algumas coisas às quais a mente lógica foi obrigada a renunciar. Existem obviamente diversos fatores em conflito aqui, e não podemos afirmar categoricamente que exista um maior espaço para o acaso numa decisão importante

do que no resultado final de um jogo equilibrado de forças. Quando afirmamos, portanto, que o jogo de forças é principalmente um teste de competência, estávamos referindo-nos à competência em fazer uma avaliação inteligente, e não em toda a gama de qualidades militares.

A este aspecto das manobras estratégicas foi dada a importância exagerada que mencionamos acima. Em primeiro lugar, a competência nesta área tem sido confundida com a soma total da capacidade intelectual de um General, o que é um erro grave. Devemos repetir que em momentos de decisão importante as outras qualidades psicológicas de um General podem controlar a influência das circunstâncias. Mesmo se este controle for decorrente de um impulso estimulado por fortes emoções e por lampejos de intuição quase automática, e não o produto de uma longa cadeia de raciocínio, ele apesar disto pertence verdadeiramente à arte da guerra. Afinal de contas, travar guerras não é meramente um ato da razão, nem o raciocínio é a sua atividade primordial. Em segundo lugar, tem havido um sentimento de que todo combate malsucedido numa campanha foi o resultado da competência por parte de um, ou até mesmo dos dois Generais. Na realidade, a base normal e principal deste resultado está nas condições predominantes criadas pela guerra para este tipo de jogo de azar.

Como a maioria das guerra entre nações desenvolvidas tem sido mais uma questão de observar o inimigo do que de derrotá-lo, ocorre que as manobras estratégicas são características da maioria das campanhas. Aquelas em que nenhum General famoso esteve envolvido têm sido ignoradas, mas quando algum grande comandante estava lá para chamar a atenção, ou quando na realidade havia um de cada lado, como no caso de Turenne e Montecuccoli, só os seus nomes já eram suficientes para dar o carimbo final de aprovação a toda a arte da manobra. A maior conseqüência tem sido que este jogo foi considerado a forma mais elevada de competência e um produto da extrema perfeição. Ele tem sido tratado, portanto, como a fonte principal e um teste importante para o estudo da arte da guerra.

Esta era a opinião sustentada quase que universalmente entre os teóricos, antes que as Guerras da Revolução Francesa tivessem aberto subitamente todo um mundo novo de manifestações militares. No início eram um tanto grosseiras e primitivas. Mais tarde, Bonaparte transformou-as num sistema grandioso que obteve êxitos que assombraram a todos. Naquele momento os antigos modelos foram jogados foram. Supunha-se que tudo fosse o resultado de novas descobertas, de idéias sublimes e assim por diante e, na realidade, a transformação da ordem social. Parecia que as maneiras antigas não serviam mais para serem utilizadas e que nunca mais voltariam. Mas, nestas revoluções do pensamento, normalmente surgem facções e assim, a velha escola encontrou os seus defensores, que consideravam os novos fenômenos como irrupções da violência mais grosseira, e uma decadência geral da arte da

guerra. Eles estavam convencidos de que o jogo equilibrado, estéril e sem sentido era o próprio apogeu do desenvolvimento. Esta é uma opinião tão destituída de lógica e de percepção que deve ser considerada uma confusão irremediável de valores. A opinião oposta, entretanto - de que nada do gênero jamais aconteceria novamente - também é extremamente irrefletida. Muito poucas das novas manifestações verificadas na guerra podem ser atribuídas a novas invenções ou a novas divergências de idéias. Elas decorrem principalmente da transformação da sociedade e das novas condições sociais. Mas estas, também, embora estejam passando por uma crise de efervescência, não devem ser aceitas como sendo permanentes. Não pode haver muita dúvida de que muitas maneiras anteriores de combater ressurgirão. Este não é o momento de entrarmos em maiores detalhes com relação a esta questão. Estamos satisfeitos por haver chamado a atenção para o lugar que este jogo equilibrado de forças ocupa na condução geral da guerra através da sua importância para os elementos envolvidos e da sua relação intrínseca com eles, e que ele é sempre o resultado de circunstâncias forçadas e de um espírito militar significativamente reduzido em ambos os lados. É possível para um General revelar uma maior competência neste jogo do que o outro. Se os dois tiverem o mesmo poderio, ele pode obter deste modo algumas vantagens. Se ele for mais fraco, pode utilizar esta maior competência para manter o equilíbrio. Mas seria uma verdadeira contradição procurar encontrar nesta área a mais elevada honra e glória de um General. Pelo contrário, as campanhas deste tipo são o indício mais certo de que nenhum dos dois Generais possuía grandes dons militares, ou que aquele que os possuía foi impedido pelas circunstâncias de correr o risco de procurar obter uma decisão. Quando for este o caso, entretanto, nunca encontraremos o reino da mais elevada glória militar.

Até aqui analisamos as manobras estratégicas em geral. Devemos tratar agora do efeito específico que elas exercem sobre as operações: muitas vezes as forças combatentes são desviadas de estradas e de cidades importantes para áreas remotas, ou de qualquer modo sem importância. Quando as coisas forem determinadas por interesses secundários de natureza temporária, a influência exercida por características topográficas importantes sobre a condução da guerra tornar-se-á menos importante. As forças combatentes poderão ser transferidas para locais para onde as simples necessidades globais da guerra jamais as teriam levado. Consequentemente, os rumos da guerra sofrerão muito mais alterações em seus detalhes do que em guerras que levem a uma decisão importante. Tomemos, por exemplo, as últimas cinco campanhas da Guerra dos Sete Anos: embora as circunstâncias tenham de um modo geral permanecido inalteradas, cada campanha tomou um rumo diferente e, rigorosamente falando, nenhuma

operação foi repetida, e isto a despeito do fato de que os aliados revelaram ter muito mais espírito ofensivo do que tinham revelado nas últimas campanhas.

O assunto deste capítulo tem sido a defesa de um teatro de operações quando não existe a perspectiva de ser obtida qualquer decisão, e as tendências que podemos esperar de uma operação destas - a ligação e a relação entre elas e as suas características. Os detalhes relativos às medidas pertinentes foram analisados antes. Chegamos agora a uma nova questão: se a partir destes vários esforços pode ser formulado um conjunto de princípios, regras e métodos que abranjam tudo. A nossa resposta deve ser que certamente a história não levou-nos a quaisquer formas repetitivas. Apesar disto, para uma questão de natureza tão mutável, dificilmente pode-se formular uma lei teórica que não se baseie na experiência. Uma guerra em que estejam envolvidas decisões importantes, não só é mais simples como também menos contraditória, está mais de acordo com a sua própria natureza, é mais objetiva e mais obediente à lei da necessidade básica. Neste caso, a razão pode fazer regras e leis, mas no tipo de guerra que estivemos apresentando isto parece ser muito mais difícil. Em nossa época foram elaborados dois princípios essenciais para a condução de grandes guerras: a "largura de uma base", de Bulow, e as linhas interiores", de Jomini. Mesmo estes, quando foram realmente aplicados à defesa de um teatro de operações nunca provaram ser perfeitos e eficazes. Apesar disto, era ali que eles deveriam ser, como princípios puramente formais, eficazes ao máximo. Quanto mais as operações expandirem-se no tempo e no espaço, maior será a tendência de que as regras tornem-se mais eficazes e, em decorrência disto, de que dominem todos os outros fatores. Apesar disto, elas vieram a tornar-se meramente aspectos específicos da questão e, certamente, tudo menos vantagens decisivas. É evidente que as circunstâncias exercem uma influência que estende-se a todos os princípios gerais. A amplitude das posições e a sua escolha cuidadosa realizada por Daun encontra o seu oposto no procedimento do Rei, de concentrar compactamente a sua força principal, mantendo-a perto do inimigo e estando constantemente disposto a improvisar. Podemos perceber a srcem dos dois métodos, não só pela natureza dos seus exércitos, mas também pelas circunstâncias. É mais fácil para um Rei improvisar do que para um General, que deve responder pelos seus atos. Aproveitamos esta oportunidade para enfatizar uma vez mais que um crítico não tem o direito de classificar os diversos estilos e métodos que surgem como se estivessem atribuindo-lhes graus de excelência, subordinando um a outro. Eles existem lado a lado, e a sua utilização deve ser avaliada pelos seus méritos em cada caso.

Neste ponto, não pretendemos catalogar os diversos estilos que possam advir das características do exército, do país, ou das circunstâncias. A sua influência geral já foi ressaltada anteriormente.

Admitimos, em suma, que neste capítulo não formulamos quaisquer princípios, regras ou métodos. A história não fornece uma base para eles. Pelo contrário, quase que a cada passo encontramos aspectos que frequentemente são incompreensíveis e algumas vezes espantosamente peculiares. Apesar disto, é útil estudar a história juntamente com este assunto, bem como com outros. Embora possa não existir qualquer sistema ou maneira mecânica de reconhecer a verdade, a verdade existe. Para reconhecê-la normalmente precisamos de um discernimento experiente e de um instinto que seja fruto de uma longa experiência. Embora a história não possa fornecer qualquer fórmula, ela proporciona, aqui como em qualquer outro lugar, um *exercício para o discernimento*.

Temos apenas um único princípio abrangente a oferecer, ou melhor, vamos expressar a premissa natural em que baseia-se tudo que dissemos sob a forma de um princípio independente, de modo a aumentar o seu impacto sobre a mente do leitor.

Todos os meios acima descritos têm apenas um valor *relativo*. Todos são restringidos por certas limitações em ambos os lados. *Além* desta esfera, aplica-se um conjunto diferente de regras, num universo de fenômenos totalmente diferente. Um General nunca deve esquecer-se disto. Ele nunca deve esperar movimentar-se no estreito terreno da segurança ilusória como se ela fosse *absoluta*. Ele nunca deve permitir-se achar que os meios que está empregando são *absolutamente necessários e os únicos possíveis*, e *insistir em empregá-los, muito embora possa estremecer ante à idéia da sua possível inadequabilidade*.

O ponto de vista aqui adotado pode perfeitamente parecer fazer com que este tipo de erro seja impossível, mas na prática, quando as questões não são tão claramente delineadas, não é isto o que acontece.

Devemos lembrar uma vez mais ao leitor que, para dar clareza, distinção e ênfase às nossas idéias, só foram incluídos em nossas observações os contrastes perfeitos, os extremos do espectro. Sendo um acontecimento real, normalmente a guerra fica em algum lugar entre estes extremos e só é influenciada por eles à medida em que aproxima-se deles.

Falando de uma maneira geral, portanto, é essencial que o General verifique desde o início se o seu oponente está disposto e é capaz de superá-lo adotando medidas mais drásticas e mais decisivas. Se ele suspeitar de que seja assim, deve abandonar as medidas menos importantes que empregou para evitar pequenas desvantagens. Ele poderá então beneficiar-se, através de um sacrifício voluntário, dos meios de obter uma posição melhor, e será capaz assim de enfrentar uma decisão mais importante. Em

outras palavras, o primeiro requisito é que o General adote em seu plano de operações o padrão de medida correto.

Isto ficará mais claro através de exemplos extraídos da vida real. Vamos citar rapidamente alguns casos de avaliações mal feitas - casos, em nossa opinião, em que as operações de um General foram calculadas para adequarem-se a uma ação muito menos decisiva por parte do seu oponente. Comecemos com o início da campanha de 1757. Os planos das forças austríacas demonstraram que eles não esperavam uma ofensiva tão esmerada quanto o ataque que Frederico realmente lançou. Mesmo o atraso do corpo de exército de Piccolomini na fronteira da Silésia, enquanto o Duque Charles de Lorena com o seu exército estava correndo o perigo de ter que render-se, revela uma total falta de compreensão da situação.

Em 1758, os franceses não só estavam completamente equivocados com relação aos efeitos da Convenção de Kloster-Zeven (que não cabe na presente análise), como dois meses depois estavam também totalmente errados em sua estimativa das possibilidades do inimigo - e perderam, portanto, toda a área entre o Weser e o Reno. Já mencionamos as avaliações erradas de Frederico o Grande em 1759, em Maxen, e em 1760, em Landeshut, onde ele não esperava que os seus inimigos adotassem medidas decisivas.

Dificilmente encontraremos na história um padrão de medida mais equivocado do que o que foi adotado em 1792. Era de se esperar que um corpo de exército auxiliar de tamanho moderado fosse suficiente para terminar uma guerra civil, mas o peso colossal de todo o povo francês, que não estava preso a qualquer fanatismo político, veio desabando sobre nós. Consideramos este um erro grave porque mais tarde provou ser um, não porque pudesse ter sido facilmente evitado naquele momento. Em termos de operações reais, é inegável que a principal base de todos os anos calamitosos que se seguiram pode ser encontrada na campanha de 1794. Não só os aliados deixaram de reconhecer na campanha propriamente dita a poderosa natureza da ofensiva inimiga, tentando opor-se a ela com um reles sistema de posições estendidas e manobras estratégicas, mas as disputas políticas entre a Prússia e a Áustria e o absurdo abandono da Bélgica e dos Países Baixos tornam evidente que os governos envolvidos não tinham a menor idéia da violência da torrente que se aproximava. Os esforços isolados dos austríacos na resistência oferecida em 1796 em Montenotte, Lodi, e assim por diante, são uma prova suficiente de que eles não compreenderam o que realmente importava numa guerra contra Bonaparte.

Em 1800 não foi o efeito direto da ofensiva que provocou o desastre de Mélas, mas a sua avaliação equivocada dos resultados daquele ataque.

Ulm, em 1805, o último nó de uma frágil teia de esquemas estratégicos científicos mas extremamente ineficazes, teria sido suficiente para pegar um Daun ou um Lacy, mas não foi suficientemente forte para Bonaparte, o Imperador da Revolução.

A indecisão e a confusão dos prussianos em 1806 foi causada por opiniões e planos ultrapassados, fúteis e impraticáveis, que estavam associados a uma poucas idéias lúcidas e a uma percepção da importância excepcional do momento. Se eles estivessem plenamente cientes e cônscios da sua situação, não teriam mantido 30.000 homens na Prússia e planejado operações independentes na Westfália, nem teriam esperado obter qualquer resultado que fosse através de pequenas ofensivas, como as que os corpos de exército de Ruchel e de Weimar foram designados para realizar. Eles certamente não teriam passado os seus últimos momento debatendo ameaças a depósitos de suprimentos e a possível perda de algumas pequenas extensões de terra.

Até mesmo a campanha de 1812, a mais grandiosa de todas, não foi realizada no início sem a sua cota de projetos baseados em avaliações equivocadas. Na sede do Comando em Vilna, um grupo de oficiais respeitados estava decidido a travar uma batalha na fronteira para mostrar que o solo russo não poderia ser invadido impunemente. Eles estavam perfeitamente cientes de que uma batalha destas poderia ser - e na realidade seria - perdida e, embora não soubessem que 80.000 russos se defrontariam com 300.000 franceses, perceberam que teriam que esperar uma grande superioridade numérica. O seu maior erro estava na avaliação que fizeram da batalha. Eles achavam que seria uma derrota como qualquer outra, mas podemos estar praticamente certos de que esta importante decisão na fronteira teria provocado uma série de repercussões completamente diferentes. Até mesmo o acampamento em Drissa foi uma medida que ainda estava baseada numa avaliação totalmente equivocada do inimigo. Se o exército russo tivesse pretendido ficar ali, teria sido interceptado e ficado totalmente isolado, e o exército francês não teria falta de meios para obrigá-lo a se render. O homem que planejou o acampamento certamente não contava com tais dimensões de poderio e de determinação.

Mas Bonaparte, também, adotou ocasionalmente o padrão de medida errado. Após o armistício, achou que poderia deter os exércitos aliados, que eram menores do que o seu - o de Blucher e o do Príncipe Herdeiro da Suécia - empregando corpos do exército que não foram capazes de oferecer uma resistência séria. A um oponente cauteloso eles poderiam ter proporcionado uma desculpa para não

correr riscos, o que muitas vezes aconteceu em guerras anteriores. Ele não levou na devida consideração o ódio arraigado e a sensação de perigo iminente que animavam Blucher e Bulow.

De uma maneira geral Napoleão tendia sempre a subestimar o espírito audacioso do velho Blucher. Foi somente Blucher que privou-o da vitória em Leipzig. Em Laon, Blucher poderia tê-lo destruído completamente, e o fato é que ele não tinha nada a ver com as estimativas do próprio Bonaparte. A pena pelos seus erros passados alcançou-o finalmente quando um raio caiu sobre ele em Belle Aliance.

LIVRO SETE

O Ataque

CAPÍTULO UM

O Ataque em Relação à Defesa

Quando duas idéias formam uma verdadeira antítese lógica, cada uma delas complementando a outra, então fundamentalmente cada uma delas está implícita na outra. Se as limitações da nossa mente não permitem que compreendamos simultaneamente as duas e que descubramos por antítese a íntegra de uma na íntegra da outra, apesar disto cada uma delas lançará sobre a outra uma luz suficiente para esclarecer muitos dos seus detalhes. Em decorrência disto, acreditamos que os capítulos anteriores sobre a defesa terão esclarecido suficientemente os aspectos relativos ao ataque naquilo a que eles se referem. Mas nem sempre é assim. Nenhum sistema analítico pode ser sempre explorado exaustivamente. É natural que quando a antítese não encontra-se tão próxima da raiz do conceito como nos capítulos anteriores, o que podemos dizer sobre o ataque não obedecerá exatamente ao que dissemos aqui sobre a defesa. Uma mudança no nosso ponto de vista nos trará mais para perto da questão de modo que possamos examinar mais detalhadamente o que estudamos previamente à distância. Isto irá complementar a nossa análise anterior, e o que será dito agora sobre o ataque também lançará frequentemente mais luz sobre a defesa.

Ao lidar com o ataque, teremos que tratar em grande parte de assuntos que já foram analisados anteriormente. Mas não achamos que precisamos agir, como fazem diversos livros de engenharia, evitando ou demolindo todos os valores positivos que identificamos na defesa e provando que para todo método de defesa existe um método de ataque infalível. A defesa tem os seus elementos de força e de fraqueza. Embora os primeiros possam não ser insuperáveis, o custo de superá-los pode ser excessivo. Isto deve ser verdadeiro de qualquer ângulo que o olhemos, senão estaremos nos contradizendo. Não pretendemos analisar exaustivamente esta interação. Todo método de defesa leva a um método de ataque, mas muitas vezes isto é tão óbvio que não precisamos estudar os dois para percebê-lo: um deles deriva automaticamente do outro. Pretendemos mostrar em cada caso as características especiais do ataque que não provém diretamente da defesa. Isto obriga-nos a ter que incluir a alguns capítulos que não possuem um outro correspondente no livro anterior.

CAPÍTULO DOIS

LIVRO SETE

A Natureza do Ataque Estratégico

Como vimos, a defesa em geral (inclusive evidentemente a defesa estratégica) não é uma situação absoluta de espera e de repulsão. Não é uma resistência total, mas apenas uma resistência passiva relativa. Consequentemente, está impregnada dos elementos mais ou menos pronunciados da ofensiva.

Da mesma maneira, o ataque não é um todo homogêneo: está eternamente associado à defesa. A diferença existente entre os dois é que não se pode pensar em defesa sem pensar naquele componente necessário do seu conceito, o contra-ataque. Isto não se aplica ao ataque. A investida ou a ação ofensiva é completa por si só. Não precisa ser complementada pela defesa, mas as considerações preponderantes com relação ao tempo e ao espaço apresentam a defesa como sendo um mal necessário. *Em primeiro lugar,* um ataque não pode ser concluído num único movimento constante: é necessário que haja períodos de descanso, durante os quais o ataque é neutralizado e a defesa assume automaticamente o controle. *Em segundo lugar*, a área deixada na retaguarda das forças que avançam, uma área vital para a sua existência, não está necessariamente protegida pelo ataque e precisa receber uma proteção especial.

O ato de atacar, principalmente na estratégia, é portanto uma constante alternância entre o ataque e a defesa e uma combinação dos dois. Esta última, entretanto, não deve ser vista como sendo uma preliminar vantajosa do ataque, nem como uma intensificação desse ataque e, portanto, como um princípio ativo. Ela é, mais exatamente, simplesmente um mal necessário, um fardo pendente criado pelo puro peso da massa. É o seu pecado srcinal, a sua doença fatal.

Nós a chamamos de *um fardo pendente*: a menos que a defesa contribua para o ataque, ela tende a reduzir o seu efeito, quando mais não seja pela perda de tempo envolvida. Será possível que esse componente defensivo, que faz parte de toda ofensiva, seja realmente desvantajoso? Quando partimos do princípio de que *o ataque é a forma mais branda de guerra e a defesa a mais vigorosa*, parece que podemos concluir que a última não pode ser prejudicial à primeira: se houver forças suficientes para adotarmos a forma mais branda, certamente elas serão suficientes para adotarmos a mais vigorosa. Normalmente é assim. Examinaremos esta questão em maiores detalhes no capítulo sobre *o ponto culminante da vitória*. Não devemos esquecer-nos, entretanto, de que a superioridade da *defesa estratégica* advém em parte do fato de que o ataque propriamente dito não pode existir sem que haja algum tipo de defesa - e uma defesa de um tipo muito menos eficaz. O que era verdadeiro para a defesa como um todo não permanece sendo válido para estas partes e, assim, torna-se evidente como

estas características da defesa podem enfraquecer realmente o ataque. São exatamente estes momentos de uma defesa frágil durante uma ofensiva que a atividade positiva do princípio ofensivo *da defesa* procura explorar.

Consideremos a diferença existente entre a situação do atacante e a do defensor durante o período de descanso de 24 horas que segue-se normalmente à um combate diurno. O defensor permanece numa posição bem escolhida, que ele conhece e que preparou com cuidado. O atacante tropeça no seu acampamento como um cego. Uma parada mais longa, como a que pode ser necessária para obter suprimentos, aguardar reforços, e assim por diante, encontrará o defensor próximo às suas fortificações e depósitos de suprimentos, enquanto que o atacante estará como uma ave pousada num galho. Todo ataque terminará de algum modo numa defesa, cuja natureza será determinada pelas circunstâncias. Estas circunstâncias podem ser muito favoráveis quando as forças inimigas tiverem sido destruídas, mas quando isto não tiver ocorrido as coisas poderão ser muito difíceis. Mesmo que este tipo de defesa não faça mais parte da ofensiva, deverá afetá-la e ajudar a determinar a sua eficácia.

Ocorre que todo ataque tem que levar em conta a defesa que é necessariamente inerente a ela, para entender claramente as suas desvantagens e para prevê-las.

Mas com relação a outros aspectos o ataque permanece firme e imutável, enquanto que a defesa possui as suas etapas, na medida em que seja explorado o princípio da espera. Destas etapas resultarão formas de ação basicamente diferentes, como foi apresentado no capítulo que trata dos tipos de resistência.

Mas como o ataque só possui um princípio ativo, (sendo a defesa neste caso meramente um peso morto pendendo sobre ele) não encontraremos nele estas diferenças. Existem evidentemente enormes diferenças em termos de vigor, de velocidade e de poder de ataque, mas estas são diferenças de intensidade, não de gênero. Pode até ser concebível que o atacante escolha a forma defensiva para favorecer os seus propósitos. Ele pode, por exemplo, ocupar uma posição fortificada na esperança de que o defensor vá atacá-lo lá. Mas estes casos são tão raros que à luz dos procedimentos reais não exigem que sejam levados em consideração na nossa listagem de conceitos e princípios. Para resumir, não existe num ataque um aumento de intensidade que seja comparável ao que ocorre nos diversos tipos de defesa.

Finalmente, normalmente os meios de ataque disponíveis ficam restritos às forças combatentes - às quais devemos acrescentar, evidentemente, qualquer fortificação localizada nas proximidades do teatro de guerra que possa exercer uma influência considerável sobre o ataque. Mas esta influência será

reduzida à medida em que o avanço prosseguir. Evidentemente as fortificações do atacante nunca poderão desempenhar um papel tão proeminente quanto as do defensor, que muitas vezes tornam-se um fator essencial. O apoio popular ao ataque é concebível quando os habitantes estiverem mais favoravelmente inclinados a favor do atacante do que a favor do seu próprio exército. Finalmente, o atacante pode ter aliados, mas apenas em decorrência de circunstâncias especiais ou fortuitas. O seu apoio não é inerente à natureza do ataque. Assim, embora tenhamos incluído as fortificações, as revoltas populares e os aliados entre os possíveis meios de defesa, não podemos incluí-los entre os meios de ataque. Na defesa, eles são inerentes a ela, no ataque são raros e normalmente ocasionais.

CAPÍTULO TRÊS

O Propósito do Ataque Estratégico

Na guerra, a subjugação do inimigo é o fim, e a destruição das suas forças combatentes o meio. Isto aplica-se da mesma maneira ao ataque e à defesa. Através da destruição das forças inimigas a defesa leva ao ataque, que por sua vez leva à conquista do país. Este é, portanto, o objetivo, mas não precisa ser todo o país. Pode ser apenas uma parte - uma província, uma faixa de território, uma fortificação e assim por diante. Cada um destes objetivos pode ser de utilidade política nas negociações, seja ele mantido ou trocado.

Podemos imaginar o propósito estratégico do ataque, portanto, como tendo inúmeras gradações, desde a conquista de todo um país até a conquista de um povoado insignificante. Logo que o propósito tiver sido atingido termina o ataque e a defesa assume o controle. Pode-se portanto imaginar um ataque estratégico como sendo uma entidade com limites bem definidos. Mas a prática - isto é, vendo as coisas à luz dos acontecimentos reais - não corrobora isto. Na prática, tanto as etapas da ofensiva - isto é, as intenções e as ações realizadas - transformam-se muitas vezes em ações defensivas, assim como os planos defensivos transformam-se em ofensivos. É raro, ou de qualquer modo não é comum, que um General inicie as suas ações tendo em mente um propósito inabalável. Em vez disto, esse propósito dependerá do desenrolar dos acontecimentos. Muitas vezes o seu ataque pode levá-lo além do que ele esperava. Muitas vezes, após um breve período de descanso, ele adquire um novo vigor, mas isto não deve ser considerado como constituindo um segundo combate, totalmente independente do anterior. Outras vezes ele pode ser detido antes do que havia previsto, mas sem abandonar o seu plano e passando a realizar uma autêntica defesa. Assim, torna-se evidente que se uma defesa bem sucedida pode transformar-se imperceptivelmente num ataque, o mesmo pode acontecer ao contrário. Estas gradações devem ser mantidas em mente se quisermos evitar uma má interpretação das nossas afirmativas genéricas com relação ao ataque.

CAPÍTULO QUATRO

A Força Decrescente do Ataque

A força decrescente do ataque é uma das maiores preocupações do estrategista. O conhecimento que ele tem da sua existência irá determinar em cada caso a precisão da avaliação que ele fará das opções que estão abertas para ele.

A força total pode ser exaurida:

1. Se o propósito do ataque for ocupar o país do inimigo. (Normalmente a ocupação só começa após o primeiro combate decisivo, mas o ataque não cessa com esse combate.)
2. Pela necessidade que têm os exércitos invasores de ocupar a área localizada em sua retaguarda para proteger as suas linhas de comunicações e explorar os seus recursos.
3. Pelas perdas sofridas em combate e devido a doenças.
4. Pela distância às fontes de reabastecimento.
5. Por sítios e cercos às fortificações.
6. Devido a um relaxamento do esforço realizado.
7. Pelo abandono de aliados.

Mas estas dificuldades podem ser compensadas por outros fatores que tendem a fortalecer o ataque. Apesar disto, é evidente que o resultado global só será determinado após terem sido avaliadas estas diversas quantidades. Por exemplo, o enfraquecimento de um ataque pode ser parcial ou totalmente anulado, ou superado por um enfraquecimento da defesa. Isto não é comum. Em qualquer caso, não se deve comparar todas as forças presentes no campo, mas apenas aquelas que enfrentam-se na frente de batalha ou em pontos decisivos. Exemplos diferentes: os franceses na Áustria, na Prússia e na Rússia, os aliados na França e os franceses na Espanha.

CAPÍTULO CINCO

O Ponto Culminante do Ataque

O êxito no ataque decorre da existência de uma força superior, compreendendo evidentemente tanto a força física como a moral. No capítulo anterior mostramos como o vigor de um ataque reduz-se gradualmente. É possível que durante o desenrolar do ataque a superioridade aumente, mas normalmente será reduzida. O atacante está obtendo vantagens que podem tornar-se valiosas na mesa de negociações de paz, mas deve pagar por elas ali mesmo, com as suas forças combatentes. Se a força superior do ataque - que diminui a cada dia - levar à paz, o propósito terá sido atingido. Há ataques estratégicos que levam diretamente à paz, mas são a minoria. A maioria deles só leva ao ponto em que a força remanescente é apenas suficiente para manter uma defesa e esperar pela paz. Além daquele ponto a balança se inverte e vem a reação, com uma força que normalmente é muito mais intensa do que a do ataque srcinal. É a isto que chamamos de ponto culminante do ataque. Como o propósito do ataque é a posse do território do inimigo, o que ocorre é que o avanço continuará até que seja esgotada a superioridade do atacante. É isto que impulsiona a ofensiva no sentido de atingir o seu propósito e que pode levá-la ainda mais adiante. Se lembrarmo-nos de quantos fatores contribuem para um equilíbrio de forças compreenderemos como é difícil em alguns casos determinar qual dos dois lados possui a superioridade. Muitas vezes isto é inteiramente uma questão de imaginação.

O que importa portanto é descobrir o ponto culminante através de uma apreciação criteriosa. Chegamos aqui novamente a uma aparente contradição. Se a defesa é mais eficaz do que o ataque, alguém poderia pensar que este nunca poderia levar longe demais. Se a forma menos eficaz é suficientemente forte, a forma mais eficaz deveria ser ainda mais forte.[1]

[1] O manuscrito termina com o seguinte trecho: "Desenvolvimento deste assunto após o Livro Três, no ensaio sobre o ponto culminante da vitória."

Foi encontrado um ensaio com este título numa pasta marcada com a expressão "Diversos Ensaios: Material [para uma revisão do manuscrito]." Parece ser uma extensão do capítulo que é simplesmente descrito aqui em linhas gerais e que está publicado no fim do Livro Sete. Marie von Clausewitz.

CAPÍTULO SEIS

A Destruição das Forças do Inimigo

A destruição das forças do inimigo é o meio para atingir o fim. O que significa isto? A que preço?

É possível a existência de diversos pontos de vista:

1. Destruir apenas o que for necessário para atingir o propósito do ataque.
2. Destruir o máximo possível.
3. A preservação das nossas próprias forças como sendo a principal preocupação.
4. Isto poderá ir tão longe que o atacante só tentará realizar uma ação destruidora sob condições favoráveis, o que pode aplicar-se também à consecução do propósito, como foi mencionado no Capítulo Três.

O engajamento é o único meio de destruir as forças do inimigo, mas ele pode agir de duas maneiras diferentes, direta ou indiretamente, através de uma série de engajamentos. Assim, embora a batalha seja o principal meio, não é o único. A tomada de uma fortificação ou de uma faixa do território também contribui para a destruição das forças inimigas. Podem levar a outras destruições e tornar-se assim também um meio indireto.

Assim, a ocupação de uma faixa do território não defendida pode ter também, independente do seu valor imediato para atingir um propósito, algum valor em termos de destruição das forças inimigas. Expulsar o inimigo de uma área que ele tenha ocupado não é uma forma muito diferente desta e deve ser considerada sob o mesmo ângulo, e não como constituindo o verdadeiro triunfo das armas. Normalmente estes meios são superestimados. Raramente produzem tanto efeito quanto uma batalha e envolvem o risco de inconvenientes que podem ter sido mal avaliados. São tentadores porque custam tão pouco.

Eles devem sempre ser vistos como pequenos investimentos que só podem render pequenos dividendos, adequados a situações restritas e a motivos ainda mais frágeis. Mas são obviamente preferíveis a batalhas sem razão de ser - vitórias que não podem ser plenamente exploradas.

CAPÍTULO SETE

A Batalha Ofensiva

O que dissemos sobre a batalha defensiva já lançou uma luz considerável sobre a batalha ofensiva.

Para esclarecer a natureza da defensiva, estávamos pensando no tipo de batalha em que esta característica é altamente predominante, mas muito poucas batalhas são deste tipo. A maioria delas é constituída em parte por confrontos inesperados (*demi-rencontres*), nos quais o elemento defensivo tende a desaparecer. Não é isto o que ocorre na batalha ofensiva, que mantém a sua natureza sob quaisquer circunstâncias e que pode assegurar isto ainda mais, desde que o defensor não esteja no seu elemento adequado. Assim, ainda continua existindo uma certa diferença com relação à natureza da batalha - a maneira pela qual ela é conduzida por um dos lados ou pelo outro - entre aquelas batalhas que não são realmente defensivas e aquelas que são verdadeiros confrontos (*rencontres*). A característica principal de uma batalha ofensiva é o envolvimento dos flancos do defensor - isso é, tomando-se a iniciativa.

As ações de envolvimento possuem evidentemente grandes vantagens. São, entretanto, uma questão tática. O atacante não deve privar-se destas vantagens simplesmente porque o defensor possui meios para opor-se àquelas ações. São meios que o atacante não pode empregar porque estão muito ligados ao restante da situação do defensor. Para envolver o flanco de um inimigo que está tentando envolver o seu um defensor deve estar operando a partir de uma posição bem escolhida e bem preparada. Ainda mais importante é o fato de que o defensor não pode na realidade utilizar todas as possibilidades oferecidas pela sua situação. Na maioria dos casos a defesa é um lamentável recurso paliativo. Normalmente o defensor estará num local apertado e perigoso, no qual enfrenta parcialmente o ataque porque espera pelo pior. Consequentemente, as batalhas que empregam linhas de envolvimento ou frentes invertidas - que deveriam ser o resultado de linhas de comunicações vantajosas - tendem na realidade a ser o resultado de uma superioridade moral e física. Vejamos, por exemplo, Marengo, Austerlitz e Jena. E na batalha inicial de uma campanha a linha de base do atacante, mesmo que não seja superior à do defensor, normalmente será ampla, porque a fronteira estará tão perto e ele poderá correr riscos. Eventualmente um ataque realizado contra um flanco - isto é, uma batalha cuja frente tenha se deslocado - é mais eficaz do que um ataque envolvente. É um erro partir do princípio de que um avanço estratégico envolvente deve estar relacionado com esse tipo de ataque desde o início, como foi em Praga. Raramente eles possuem algo em comum e o último é uma atividade muito precária, sobre a qual teremos mais a dizer quando examinarmos o ataque a um teatro de operações. Assim como o propósito do comandante numa batalha defensiva é retardar o mais

possível a decisão de modo a ganhar tempo (porque uma batalha defensiva que continua indefinida ao por do sol, normalmente pode ser considerada uma batalha ganha), o propósito do comandante numa batalha ofensiva é apressar a decisão. Pressa demais, por outro lado, leva ao risco de desperdiçar as nossas forças. Uma peculiaridade existente na maioria das batalhas ofensivas é a dúvida quanto à posição do inimigo. Elas caracterizaram-se por ficarem as tropas andando às cegas no escuro - como, por exemplo, em Austerlitz, Wagram, Hohenlinden, Jena e Katzbach. Quanto mais for assim, mais necessário será concentrar as nossas forças e atacar o flanco do inimigo, em vez de cercá-lo. No Capítulo Doze do Livro Quatro foi demonstrado que os verdadeiros frutos da vitória só são conquistados através da perseguição. Pela sua própria natureza, a perseguição tende mais a fazer parte do combate numa batalha ofensiva do que numa batalha defensiva.

CAPÍTULO OITO

As Travessias de Rios

LIVRO SETE

1. Um grande rio que corte a linha de ataque é um grande transtorno para o atacante. Tendo ele atravessado-o, normalmente fica restrito a uma única ponte, de modo que a menos que fique perto do rio as suas ações serão seriamente dificultadas. E o que é pior ainda, se ele pretender tentar travar uma batalha decisiva no lado mais afastado, ou se esperar que o inimigo o ataque, estará se expondo a um grave perigo. Portanto, nenhum General se colocará em tal posição a menos que possa contar com uma significativa superioridade moral e material.

2. A mesma dificuldade envolvida em assumir uma posição além de um rio aumentará também a possibilidade da sua defesa efetiva. Supondo que esta defesa não seja considerada como sendo o único recurso disponível, mas que tenha sido planejada de modo a que mesmo que fracasse ainda seja possível oferecer resistência ao longo do rio, à resistência que o atacante encontrará, oferecida pelo defensor do rio, deverão ser acrescentada todas as vantagens relacionadas no item 1. Considerando tudo isto, é explicado o respeito que a maioria dos Generais tem por um ataque contra um rio defendido.

3. Mas vimos no livro anterior que em determinadas situações a defesa do próprio rio promete oferecer bons resultados. Devemos reconhecer que na prática estes êxitos ocorrem ainda mais frequentemente do que a teoria nos levaria a esperar. A teoria só leva em consideração um conjunto de circunstâncias conhecidas, mas na prática estas circunstâncias parecerão ser mais difíceis para o atacante do que são na realidade, e atuarão assim como um poderoso freio para as suas ações.

Se o ataque que estamos analisando não visar uma decisão importante, e for realizado sem energia ou determinação, fatalmente o atacante ao realizá-lo enfrentará diversos pequenos obstáculos e acidentes inconvenientes, coisas que nenhum teórico jamais levou em conta, que serão desvantajosos para ele, simplesmente porque está tomando a iniciativa e, portanto, afetam primeiro a ele. Pensemos apenas com que freqüência os riachos da Lombardia, por si sós insignificantes, têm sido eficazmente defendidos. Se a história militar mostra também casos nos quais a defesa de rios deixou de atender às expectativas, isto é simplesmente uma prova de que algumas vezes tem-se esperado demais de coisas que não baseiam-se em possibilidades táticas, mas sim nas lições de uma experiência anterior levada além dos seus limites.

4. Um rio defendido pode ser considerado como constituindo uma forma de resistência, que só beneficiará o atacante se o defensor cometer o erro de apostar todo o seu futuro nesta defesa. Se apesar de tudo ele for obrigado a atravessar o rio, enfrentará sérias dificuldades e correrá o risco de uma catástrofe. É mais fácil obrigar o inimigo a atravessar um rio do que vencer uma batalha comum.

5. Ocorre que normalmente a defesa de um rio pode ser realmente vantajosa quando não estivermos procurando obter uma decisão importante, mas se devido à superioridade e ao vigor do inimigo pudermos esperar de uma maneira razoável que esta decisão seja obtida, uma defesa de rio mal avaliada poderá ser benéfica ao atacante.

6. Existem muito poucas linhas defensivas de rios que não possam ser envolvidas, seja ao longo de toda a sua extensão ou em algum ponto específico. Se o atacante for suficientemente forte e estiver ansioso para desferir um grande golpe, poderá fazer uma diversão num ponto enquanto atravessa em outro. Ele poderá então compensar quaisquer contratempos encontrados nas primeiras etapas do engajamento utilizando o seu maior poderio para prosseguir impiedosamente adiante. Raramente a travessia de um rio é forçada através de meios táticos, se é que alguma vez o é - afugentando a guarnição de um dos principais postos defensivos por meio de um maior poder de fogo e de uma maior coragem. “Forçar uma passagem” é uma expressão que só deve ser interpretada no sentido estratégico: o atacante, ao atravessar o rio num ponto não defendido ou apenas levemente defendido, enfrentará ainda os perigos que a travessia poderia lhe causar, do ponto de vista do defensor. Mas a pior coisa que um atacante pode fazer é atravessar o rio simultaneamente em diversos pontos, a menos que estes pontos estejam tão próximos uns dos outros que possam prestar-se um apoio mútuo. O defensor tem que dispersar a sua força, mas se o atacante fizer o mesmo joga fora uma vantagem real. Foi assim que Bellegarde perdeu a batalha no Míncio em 1814. Por acaso os dois exércitos estavam atravessando o rio simultaneamente em dois pontos diferentes, mas os austríacos estavam mais dispersos do que os franceses.

7. Se o defensor continuar no mesmo lado do rio em que está o atacante, existem duas maneiras óbvias de obter uma vantagem estratégica. A primeira é atravessar o rio independentemente da sua presença e inverter assim as posições com ele. A segunda é travar uma batalha. O principal fator determinante no primeiro caso deve ser a relação existente entre a base e as linhas de comunicação, embora as circunstâncias específicas sejam muitas vezes mais decisivas do que a situação em geral. Isto até certo ponto pode ser ignorado pelo exército que tiver escolhido os melhores locais para os seus postos, elaborado melhores planos táticos, que tenha uma melhor disciplina ou que possa marchar mais rápido. Quanto à outra linha de ação, devemos partir do princípio de que o atacante possui os meios, as condições adequadas e a determinação de travar uma batalha. Se for assim, o defensor nem de leve correrá o risco de ter que realizar este tipo de defesa de rio.

8. Vamos resumir o que foi dito, dizendo que a travessia de rios como tal raramente oferece grandes dificuldades mas, a menos que esteja envolvida uma decisão importante, haverá dúvidas suficientes quanto às suas consequências e às suas futuras implicações para que elas façam facilmente com que o atacante detenha-se. Ou ele deixará o defensor no lado mais próximo do rio ou, no máximo, atravessará o rio mas ficará perto dele. É raro dois exércitos enfrentarem-se por algum tempo através de um rio.

Mas mesmo quando estiver envolvida uma importante decisão, o rio será um fator significativo, pois sempre enfraquece e desarticula a ofensiva. Neste caso, só podemos esperar que o defensor cometa o erro de tratar o rio como um obstáculo tático e fazer da sua defesa direta o ponto principal da sua resistência, dando assim ao atacante a vantagem de desferir-lhe o golpe decisivo com um mínimo de esforço. Deve ficar claro que este golpe não provocará imediatamente a total derrocada do inimigo, mas levará a uma série de engajamentos bem sucedidos que gradualmente criarão graves condições de um modo geral desfavoráveis, como foi o que ocorreu com os austríacos no Baixo Reno em 1796.

CAPÍTULO NOVE

Ataque a Posições Defensivas

No livro sobre a defesa existe uma análise detalhada sobre até que ponto as posições defensivas obrigam um inimigo a atacá-las ou a desistir do seu avanço. Só aquelas que atingem estas finalidades são adequadas: desgastando as forças inimigas, seja total ou parcialmente, ou neutralizando-as. O ataque não pode triunfar contra elas. Não existem meios à sua disposição para contraporem-se às vantagens que oferecem. Na prática, nem todas as posições defensivas são assim. Se o atacante achar que pode prosseguir em seu caminho sem atacá-las, seria uma estupidez por parte dele tentar fazê-lo. Se ele não puder, a questão é saber se pode neutralizá-la ameaçando o seu flanco. Ele só decidirá atacar uma posição sólida quando estes recursos forem ineficazes. Neste caso, um ataque ao seu flanco sempre oferecerá menos problemas. A escolha entre os dois flancos será então determinada pela localização e pela direção das linhas de comunicação de cada lado - em outra palavras, a ameaça à linha de retirada do inimigo e a segurança das nossas. Estes dois fatores podem facilmente conflitar um com o outro, e neste caso deve ser preferível ameaçar a linha do inimigo. A sua natureza é ofensiva e, portanto, do mesmo tipo que o ataque, enquanto que a natureza do outro é defensiva. Uma coisa entretanto é certa e fundamental para a questão: *atacar um oponente capaz numa boa posição é uma coisa arriscada*. Na realidade não faltam exemplos de batalhas como estas que obtiveram êxito, como em Torgau e em Wagram (não estou incluindo Dresden porque lá o inimigo não poderia ser apresentado como capaz). De um modo geral, entretanto, o número[1] é pequeno e insignificante quando comparado ao imenso número de casos em que os Generais mais decididos não atacaram estas posições.

Mas o nosso assunto não deve ser confundido com as batalhas comuns. A maioria das batalhas é constituída de verdadeiros choques (*rencontres*) em que um dos lados está claramente na ofensiva, mas não em posições entrincheiradas.

[1] Na primeira edição estava escrito *Gefahr*, o que não faz sentido. A segunda edição tenta fazer sentido através de uma inserção inadequada. Onde está escrito *Gefahr*, lemos *Zahal*. Eds.

CAPÍTULO DEZ

Ataque a Acampamentos Entrincheirados

Já foi moda menosprezar os entrincheiramentos e a sua eficácia. As linhas de defesa na fronteira da França, que tantas vezes foram rompidas, o acampamento entrincheirado em Breslau onde o Duque de Bevern foi derrotado, a batalha de Torgau e inúmeros outros exemplos causaram esta opinião preconcebida. Além do mais, as vitórias que Frederico o Grande conquistou através da mobilidade e da agressividade lançaram uma sombra sobre a defesa como tal, sobre todas as posições fixas e principalmente sobre todos os entrincheiramentos, o que aumentou ainda mais este desprezo. Certamente, se esperarmos que alguns milhares de homens defendam várias milhas, ou se os entrincheiramentos nada mais forem do que trincheiras com uma comunicação lateral, nada valerão. Qualquer confiança depositada neles será perigosamente ilusória. Mas certamente é uma contradição, ou até mesmo um absurdo, quando esta opinião é estendida ao próprio conceito de entrincheiramento - como faz Tempelhoff no seu estilo violento. Afinal de contas, qual seria a utilidade dos entrincheiramentos se eles não ajudam o defensor? Não, não só a razão, mas centenas e milhares de exemplos mostram que um entrincheiramento bem preparado, bem guarnecido e bem defendido *deve ser considerado de uma maneira geral um ponto inexpugnável*, e é de fato visto assim pelo atacante. Se avançarmos a partir deste fator da eficácia de uma única trincheira, não poderemos realmente duvidar de que o ataque a um acampamento entrincheirado é uma tarefa muito difícil, e normalmente impossível para o atacante.

Pela sua própria natureza, os acampamentos entrincheirados são guarnecidos por poucos homens, mas se os obstáculos naturais forem favoráveis e os entrincheiramentos bem construídos, podem resistir a uma quantidade muito maior de atacantes. Frederico o Grande achava que não seria possível realizar um ataque ao acampamento de Pirna, muito embora o seu efetivo fosse o dobro do da sua guarnição. Desde então tem sido dito algumas vezes que não teria sido tão difícil tomar o acampamento, mas a única prova para corroborar esta opinião baseia-se nas condições extremamente deficientes da guarnição saxônica, o que evidentemente não pode ser um argumento contra o valor dos entrincheiramentos. Mas é discutível se aqueles que posteriormente afirmaram que um ataque não só teria sido possível, mas também muito fácil, teriam optado por ele naquele momento crucial.

Na nossa opinião, portanto, só muito raramente deve-se recorrer a um ataque a um acampamento entrincheirado. Um ataque destes só é recomendável se as suas defesas tiverem sido organizadas apressadamente, deixadas incompletas, ou se faltarem obstáculos ao acesso ou, de uma maneira geral, se, como muitas vezes acontece, o acampamento for meramente um esboço do que deveria ser - uma ruína semi-acabada. Um ataque seria então recomendável e uma maneira fácil de derrotar o inimigo.

CAPÍTULO ONZE

Ataque a uma Região Montanhosa

A importância estratégica em geral de uma região montanhosa, tanto para o ataque como para a defesa, foi amplamente explicada no Capítulo Quatro e nos capítulos seguintes do Livro Seis. Lá,

tentamos mostrar também o papel que as montanhas desempenham como uma verdadeira linha de defesa e a partir daí pode ser revelada a sua importância do ponto de vista do ataque. Consequentemente, resta pouca coisa a ser dita aqui sobre esta questão importante. A principal conclusão a que chegamos foi que o defensor tem que aceitar uma dentre duas situações bastante diferentes: um engajamento secundário ou uma grande batalha. No primeiro caso, um ataque a uma cadeia de montanhas é na melhor das hipóteses um mal necessário, pois todos os fatores serão adversos, mas no caso de uma grande batalha, todas as vantagens estarão do lado do atacante.

Uma ofensiva dotada dos meios e da determinação de travar uma batalha enfrentará o inimigo nas montanhas e certamente se beneficiará ao fazer isto.

Mas temos que repetir aqui uma vez mais que será difícil fazer com que esta conclusão seja aceita, porque ela vai de encontro a todas as aparências e, à primeira vista, de encontro a toda a experiência. Na maioria dos casos ainda é verdade que um exército na ofensiva, esteja ele empenhado ou não numa batalha decisiva, se considerará extraordinariamente feliz ao descobrir que o inimigo não ocupou uma cadeia de montanhas existente entre eles. Ele se apressará para chegar lá primeiro, e ninguém consideraria isto contrário à natureza da ofensiva. Nós concordamos, mas é preciso fazer distinções mais precisas.

Um exército avançando contra um inimigo com a intenção de travar uma batalha decisiva estará naturalmente preocupado se for atravessar uma cadeia de montanhas que não tenha sido ocupada, temendo que o inimigo possa ter bloqueado no último momento, exatamente as passagens que ele pretende utilizar. Neste caso, o atacante não poderá aproveitar as vantagens que teriam sido suas se o inimigo tivesse ocupado uma posição comum na montanha. O inimigo não estará mais excessivamente estendido. Ele não estará mais em dúvida quanto ao caminho que o atacante está percorrendo, e este último não terá sido capaz de escolher as suas estradas tendo em mente a posição do inimigo. Assim, esta batalha nas montanhas não proporcionará ao atacante todas as vantagens que mencionamos no Livro Seis. Nestas circunstâncias, é possível considerar o defensor como estando numa posição inexpugnável. Deste modo o defensor pode, apesar de tudo, dominar os meios de fazer com que as montanhas constituam uma vantagem para ele numa batalha decisiva. Isto pode ser realmente possível, mas quando consideramos as dificuldades de assumir no último momento uma posição favorável nas montanhas, principalmente se anteriormente ela tiver sido deixada totalmente desocupada, perceberemos que este é um método de defesa totalmente não confiável. Assim, é *muito pouco provável* que ocorram as circunstâncias que o atacante tem toda razão para temer. Apesar disto, embora

sejam improváveis continua sendo normal temê-las. Muitas vezes acontece na guerra que uma determinada preocupação seja totalmente lógica, mesmo que um tanto desnecessária.

Para o atacante, um outro motivo de preocupação é uma defesa preliminar das montanhas, realizada por uma guarda avançada ou por uma cadeia de postos avançados. Embora esta medida também raramente seja de interesse para o defensor, o atacante não estará em condições de distinguir se é provável ou não que ela seja tomada e, portanto, temerá o pior.

Além do mais, a nossa visão da questão não exclui a possibilidade de que a natureza montanhosa do terreno possa tornar uma posição realmente inexpugnável. Estas posições existem realmente, embora não tenham que estar localizadas numa região montanhosa: Pirna, Schmottseifen, Meissen e Feldkirch são exemplos. Estes são os exemplos mais úteis porque não estão localizados em montanhas. Apesar disto, pode-se imaginar que possam ser encontradas em montanhas - em platôs elevados, por exemplo, onde o defensor é capaz de evitar os inconvenientes normais de uma posição montanhosa. Mas estas são exceções e devemos dedicar-nos à maioria dos casos.

A história militar mostra claramente como as montanhas são inadequadas para batalhas defensivas decisivas. Grandes comandantes, inclinados a travar uma batalha destas, normalmente preferiram assumir uma posição em campo aberto. Não existe um único exemplo na história das guerras de um engajamento decisivo travado nas montanhas, com a exceção das Guerras Revolucionárias. Naquelas guerras, aparentemente um emprego e uma analogia equivocados levaram à utilização de posições nas montanhas até mesmo onde poder-se-ia esperar que ocorressem engajamentos decisivos, como no Vosges em 1793 e 1794 e na Itália em 1795, 1796 e 1797. Mélas tem sido largamente criticado por não ter ocupado os desfiladeiros Alpinos em 1800, mas esta é uma crítica precipitada - poderíamos chamá-la de uma avaliação imatura e superficial. Bonaparte, no lugar de Mélas, também não os teria ocupado.

Os preparativos para atacar uma posição nas montanhas são em sua maior parte táticos. Entretanto, devemos apresentar a lista abaixo, como uma apresentação preliminar em linhas gerais, aplicável às partes mais chegadas à estratégia e que coincidam com ela.

1. As montanhas, diferentes como são dos outros tipos de terreno, não permitem que desviemo-nos da estrada e que dividamos uma coluna em duas ou três, como as necessidades do momento possam exigir. Normalmente tudo pára em longos desfiladeiros. O avanço deve ser feito, portanto, desde o início através de várias estradas ou, melhor ainda, ao longo de uma frente um tanto mais larga.

2. Quando estivermos atacando uma linha de defesa nas montanhas, que esteja amplamente estendida, faremos isto evidentemente com uma força concentrada. Não há possibilidade de atacarmos o flanco de toda a posição. Se estivermos buscando uma vitória importante, ela terá que ser obtida rompendo as linhas do inimigo e separando à força as suas alas, e não cercando a força e isolando-a. A intenção normal do atacante será portanto um avanço rápido e irresistível ao longo da principal linha de retirada do inimigo.

3. Se, entretanto, o inimigo tiver que ser atacado numa posição nas montanhas que esteja mais concentrada,[1] as operações de ataque aos flancos ocuparão uma grande parte do plano, uma vez que os ataques frontais encontrarão a máxima oposição, mas o seu propósito deverá ser mais o de impedir realmente a retirada das forças inimigas do que o de realizar ataques táticos ao flanco ou à retaguarda, pois até mesmo a retaguarda de uma posição nas montanhas pode oferecer uma forte resistência se houver forças disponíveis. A maneira mais rápida de obter resultados é sempre dar um motivo ao inimigo para temer ter a sua linha de retirada cortada. Este temor é provocado mais rápida e eficazmente na guerra nas montanhas, pois ali não é tão fácil interromper o caminho de retirada de alguém se acontecer o pior. Mas para a ofensiva uma simples demonstração não será suficiente. Na melhor das hipóteses poderá fazer com que o inimigo tenha que sair da sua posição, mas isto não produziria um resultado claro. Devemos portanto visar impedir realmente a sua retirada.

[1] Embora conste de todos os textos consultados *weniger gesammelten*, este parágrafo só faz sentido partindo do princípio de que onde se lê *weniger* deva-se ler *mehr*, e traduzimos desta maneira. Eds.

CAPÍTULO DOZE

Ataque a Linhas de Defesa

Se pretendermos obter uma importante decisão através da defesa ou de um ataque a uma linha de defesa, é o atacante quem tem a maior vantagem, pois a sua vasta extensão torna-as ainda menos adequadas às necessidades de uma batalha decisiva do que a defesa direta de um rio ou de uma cadeia

de montanhas. As linhas do Príncipe Eugênio em Denain em 1712 são um exemplo: a sua perda teria sido comparável a uma batalha perdida, mas dificilmente Villars poderia ter saído vitorioso contra Eugênio numa posição concentrada. Se uma vitória decisiva estiver além das possibilidades do atacante, ele respeitará até mesmo as linhas, principalmente quando elas estiverem ocupadas pela força principal do inimigo. Por exemplo, em 1703 as linhas existentes em Stollhofen, defendidas por Louis de Baden, foram respeitadas até mesmo por Villars. Mas se elas forem defendidas apenas por uma força secundária, tudo dependerá evidentemente do poderio do grupo que puder ser empregado para o ataque. Neste caso, não é provável que a resistência signifique muita coisa, mas evidentemente nem a vitória que se seguirá a ela.

As linhas de circunvalação de uma força que está realizando uma operação de sítio terão as suas próprias características peculiares, que pretendo analisar no capítulo sobre o ataque a um teatro de operações.

É uma peculiaridade de todas as posições semelhantes a uma linha de defesa, como as linhas reforçadas de postos avançados e assim por diante[1], que elas sejam facilmente rompidas, mas quando isto for feito sem a intenção de prosseguir vigorosamente e de obter uma decisão, o seu resultado será apenas um êxito sem importância, que normalmente não valerá o esforço despendido para obtê-lo.

---

[1] Ver Livro Cinco, Capítulo Sete, acima. Eds.

CAPÍTULO TREZE

Manobras

1. A questão das manobras já foi mencionada rapidamente no Capítulo Trinta do Livro Seis. Embora este recurso seja comum ao atacante e ao defensor, a sua natureza está mais estreitamente relacionada ao ataque do que à defesa e, portanto, vamos apresentá-la agora mais detalhadamente.

2. A manobra deve ser diferençada, não só da conduta agressiva do ataque através de grandes engajamentos, mas de todas as operações que surgem imediatamente em decorrência deste ataque, seja uma diversão, uma pressão sobre as linhas de comunicação do inimigo ou sobre a sua retirada, e assim por diante.

3. No seu significado comum, o termo manobra transmite a idéia de um efeito criado, por assim dizer, do nada - isto é, de uma situação de *equilíbrio* - aproveitando os erros que o inimigo possa ser induzido a cometer. Pode ser comparada aos movimentos iniciais de uma partida de xadrez. É, de fato, um jogo de forças equilibradas cujo propósito é criar condições favoráveis para o êxito e utilizá-las então para obter uma vantagem sobre o inimigo.

4. As considerações que devemos ter em mente, em parte como propósitos e em parte como um sistema de coordenadas para as nossas ações, são as seguintes:

a. Os suprimentos de alimentos do inimigo, que visamos interromper ou reduzir.

b. Uma reunião com outras unidades.

c. Uma ameaça a outras comunicações com o interior do país ou com outros exércitos e destacamentos.

d. Uma ameaça à retirada.

e. Um ataque a pontos isolados realizados com forças superiores.

Estes cinco fatores podem ser encontrados nos menores detalhes da situação específica, que torna-se então o objetivo em torno do qual tudo gira por um determinado momento. Pode ser uma ponte, uma rodovia ou um entrincheiramento, mas em todos os casos seria fácil demonstrar que a sua importância advém totalmente da sua relação com um dos fatores acima mencionados.

f. Para o atacante, ou melhor, para o lado ativo (que evidentemente pode ser o defensor), o resultado de uma manobra bem sucedida consistirá numa faixa de terra, num depósito de suprimentos, ou em coisas deste tipo.

g. Uma manobra estratégica consta de dois pares de opostos que parecem ser diferentes e que podem perfeitamente ter sido utilizados para formular regras e máximas ilusórias. De fato os seus quatro elementos são todos basicamente partes essenciais de um conjunto e devem ser considerados como tal. O primeiro par de opostos consiste em envolver o flanco do inimigo ou em operar em

linhas interiores. O segundo, em concentrar as nossas forças ou em estendê-las ao longo de inúmeros postos.

h. Com relação ao primeiro par de opostos, não é possível dizer que um dos dois elementos seja de um modo geral melhor que o outro. O motivo disto é devido parte ao fato de que uma tentativa de realizar um deles naturalmente dará srcem ao outro, como o movimento contrário óbvio, o antídoto correto, e em parte porque o envolvimento está ligado ao ataque, enquanto que a utilização de linhas interiores está ligada à defesa. Assim, falando de uma maneira geral, o primeiro condiz com o ataque e o último com a defesa. A melhor forma é aquela que for melhor executada.

i. É igualmente impossível estabelecer uma gradação de valores entre os elementos do outro par de opostos. Uma força mais poderosa pode ter condições de estender-se. Ela estabelecerá assim, em muitos aspectos, uma postura estratégica conveniente e poupará um esforço desnecessário às suas tropas. O lado mais fraco deve permanecer mais compactamente concentrado e compensar as desvantagens resultantes desta concentração através da mobilidade. Esta maior mobilidade pressupõe uma maior grau de competência em marchas. O lado mais fraco deve, portanto, esforçar-se mais, tanto física como moralmente. Esta é a conclusão inevitável, se evidentemente a nossa argumentação tiver sido coerente. Ela pode ser vista de fato como constituindo o teste adequado para esta argumentação. As campanhas de Frederico o Grande contra Daun em 1759 e 1760, contra Laudon em 1761, e de Montecuccoli contra Turenne em 1673 e 1675 têm sido sempre consideradas como os exemplos mais brilhantes desta forma de agir, e as nossas opiniões basearam-se em grande parte nelas.

j. Assim como devemos evitar utilizar mal os quatro fatores dos dois opostos apresentados para formular regras e máximas que seriam desorientadoras, devemos ficar atentos para não atribuir a outras circunstâncias em geral, tais como a linha de base, o terreno e assim por diante, uma importância e uma influência maiores e mais decisivas do que as que realmente possuem. Quanto menor for a importância do que estiver em jogo, maior será a importância dos detalhes da situação momentânea. Os fatores mais amplos e mais genéricos desaparecerão no segundo plano, sendo de certa forma grandes demais para a questão que está em andamento. Poderia haver, falando de uma maneira geral, uma situação mais absurda do que a de Turenne em 1675? Ele ficou com as suas costas voltadas para o Reno, estendido ao longo de quinze milhas, estando a ponte para a sua retirada na extremidade da sua ala direita. Apesar de tudo os seus planos funcionaram, e têm sido justamente considerados como revelando um elevado grau de competência e de capacidade de

avaliação da situação. Mas este grau de êxito e de competência só pode ser totalmente compreendido quando prestamos atenção aos detalhes e os avaliamos de acordo com o seu valor em cada caso.

Estamos convencidos, portanto, de que não existem regras de qualquer tipo para as manobras e nenhum método ou princípio geral que estabeleça o valor da ação. Em vez disto, uma melhor execução, precisão, ordem, disciplina e respeito encontrarão os meios para obter uma vantagem perceptível nas situações mais extraordinárias e mais insignificantes. É destas qualidades que depende em grande parte a vitória neste tipo de luta.

CAPÍTULO QUATORZE

Ataque a Pântanos, Áreas Alagadas e Florestas

Os pântanos - terrenos alagados, intransitáveis e atravessados apenas por algumas poucas estradas - oferecem diversos problemas ao atacante, como já foi explicado sob o tópico da defesa. Eles

são largos demais para permitir que expulsemos o inimigo da margem oposta através de tiros de artilharia e que construamos os nossos próprios meios para atravessá-los. Estrategicamente, a conseqüência é que evitamos atacar os pântanos e tentamos contorná-los. Quando a região for tão densamente cultivada - como é em muitas áreas baixas - que os meios de atravessá-la sejam inúmeros, a resistência do defensor poderá ser relativamente ainda mais forte, mas ele ficaria proporcionalmente mais fraco para obter uma decisão absoluta e esta região seria, portanto, inadequada. Se, por outro lado, o terreno baixo puder ser fortificado por meio de um alagamento, como na Holanda, a resistência pode aumentar, chegando a ser absoluta e, portanto, qualquer ataque estará fadado a fracassar. Isto foi demonstrado na Holanda em 1672. Após todas as fortificações fora da área alagada terem sido tomadas e ocupadas pelos franceses, eles ainda tinham 50.000 homens sobrando, mas primeiro sob o comando de Condé e depois de Luxemburgo, ainda assim não conseguiram penetrar na área alagada, embora somente 20.000 homens a estivessem defendendo. Na realidade, a campanha prussiana contra os holandeses em 1787, sob o comando do Duque de Brunswick, mostra o resultado oposto, tendo sido a linha rompida por um número apenas ligeiramente maior de homens, e com perdas significativas. O motivo para isto, entretanto, pode estar no fato de que os defensores estavam divididos por desavenças políticas e não possuíam um comando unificado. Apesar disto, nada é mais certo de que o êxito da campanha - um avanço através da última linha da área alagada, até os próprios portões de Amsterdã - dependeu de um ponto tão sutil que não podemos chegar a uma conclusão a partir dele. Este ponto sutil foi o Haarlemer Meer, que havia sido deixado desguarnecido. Lá, o Duque pôde contornar a linha de defesa e aproximar-se do posto existente em Amselvoen pela sua retaguarda. Se os holandeses tivessem tido uns poucos navios no Haarlemer Meer, o Duque nunca teria chegado a Amsterdã, pois estava no limite das suas forças. O efeito que isto poderia ter exercido sobre a conclusão da paz não nos interessa aqui, mas certamente não se pensaria mais em romper a última linha da área alagada.

O inverno é evidentemente o inimigo natural deste meio de defesa, como os franceses deixaram claro em 1794 e 1795, mas tem que ser um inverno *rigoroso*.

As florestas que dificilmente podem ser penetradas são um outro poderoso trunfo para a defesa, como já dissemos. Se não forem espessas demais, o atacante poderá atravessá-las através de várias estradas próximas e chegar a uma área mais favorável. O poderio tático de cada posição não será maior, porque uma floresta nunca poderá ser considerada como sendo impossível de ser atravessada, do mesmo modo que um pântano ou um rio. Na Rússia e na Polônia, por outro lado, vastas extensões de terra são quase que totalmente cobertas por florestas. Se um atacante não for suficientemente forte para

chegar ao lado mais afastado estará numa situação extremamente difícil. Basta lembrar os problemas de abastecimento com que terá que lutar. E o mais importante, nas profundezas da floresta dificilmente ele estará em condições de impressionar o inimigo onipresente com a sua superioridade numérica. Esta é sem dúvida uma das piores situações em que um atacante poderá se encontrar.

CAPÍTULO QUINZE

Ataque a um Teatro de Guerra: Procurando Obter uma Decisão

A maioria dos aspectos desta questão já foi mencionada ligeiramente no Livro Seis, "Da Defesa", o que terá lançado uma luz suficiente sobre o tema do ataque.

Em qualquer caso o conceito de um teatro de operações independente está mais estreitamente associado à defesa do que ao ataque. Um número de pontos importantes, tais como *o propósito do*

ataque e *a esfera de eficácia da vitória* já foram abordados no Livro Seis, e as características realmente fundamentais do ataque só podem ser comentadas juntamente com a questão dos planos de guerra. Apesar disto, ainda resta o suficiente para ser apresentado aqui, e começaremos uma vez mais analisando uma campanha destinada a forçar uma importante decisão.

1. O propósito imediato de um ataque é a vitória. Somente através da sua força superior poderá o atacante compensar todas as vantagens que tem o defensor em virtude da sua posição, e possivelmente da pequena vantagem que o seu exército possui por saber que o lado que tem que avançar é o do atacante. Normalmente este último aspecto é muito superestimado: ele tem curta duração e não resistirá ao teste de um grave contratempo. Partimos evidentemente do princípio de que o defensor agirá tão sensata e corretamente quanto o atacante. Dizemos isto para eliminar certas noções vagas sobre ataques súbitos e de surpresa que são normalmente considerados como sendo generosas fontes de vitória. Eles só serão isto em situações excepcionais. Já analisamos em outro lugar a natureza de uma verdadeira surpresa estratégica.

Se faltar a um ataque uma superioridade material, ele deverá ter uma superioridade moral para compensar a sua fraqueza inerente. Quanto faltar até mesmo uma superioridade moral, não fará qualquer sentido em atacar, porque não se pode esperar obter êxito.

2. A prudência é o verdadeiro espírito da defesa, a confiança e a coragem o verdadeiro espírito do ataque. Isto não significa que qualquer destas duas formas de combater possa fazer alguma coisa sem estas duas qualidades, mas cada uma tem uma forte afinidade com uma delas. Afinal de contas, estas qualidades só são necessárias porque o combate não é uma formulação matemática, mas tem que funcionar no escuro, ou, na melhor das hipóteses, no crepúsculo. Deve ser depositada confiança no guia cujas qualificações forem mais adequadas ao nosso propósito. Quanto mais baixo estiver o moral do defensor, mais ousado deverá ser o atacante.

3. A vitória pressupõe um choque entre as duas forças principais. Isto representa uma menor incerteza para o atacante. O seu papel é enfrentar o defensor, cujas posições normalmente já são conhecidas. Por outro lado, argumentamos na nossa análise da defesa que se o defensor tiver escolhido uma má posição o atacante não deve procurar atacá-lo, porque em vez disto o defensor terá neste caso que procurar atacá-lo, e ele teria então a vantagem de pegar o defensor de surpresa. Neste caso, tudo dependeria do caminho mais importante e da sua direção em geral. Este ponto não foi analisado no livro anterior, mas foi deixado para este capítulo. Devemos portanto examiná-lo agora.

4. Os possíveis objetivos de um ataque e, consequentemente, os *propósitos* da vitória já foram analisados. Se eles estiverem dentro do teatro de guerra que pretendemos atacar, e dentro do provável âmbito da vitória, a direção natural do golpe será determinada pelos caminhos que levam a eles. Mas não devemos esquecer de que normalmente o objetivo do ataque só ganha importância com a vitória. Esta deve ser sempre concebida juntamente com ele. Assim, o atacante não está simplesmente interessado em chegar a este objetivo. Ele precisa chegar lá como vencedor. Consequentemente, o seu golpe não deve ser dirigido só contra o objetivo, mas contra o caminho que o inimigo terá que percorrer para chegar a ele. A vitória pode ser tornada mais completa se enfrentarmos o inimigo antes que ele tenha chegado àquele objetivo, impedindo que ele chegue lá e chegando primeiro. Se, por exemplo, o principal objetivo de um ataque for a capital do inimigo e o defensor não tiver ocupado uma posição entre ela e o atacante, este último poderá estar cometendo um erro se avançar diretamente para a cidade. Ele agiria melhor se atacasse as comunicações existentes entre o inimigo e a sua capital e procurasse obter lá a vitória que o levaria à cidade.

Se não houver um grande objetivo dentro da área afetada pela vitória, o ponto de importância primordial é a linha de comunicação do inimigo com o objetivo importante mais próximo. Todo atacante tem que se perguntar, portanto, se explorará a vitória após a batalha. O próximo objetivo a ser conquistado indicará, portanto, a direção natural do seu golpe. Se o defensor tiver ocupado uma nova posição naquela área, terá feito a escolha certa, e o atacante terá que procurar atacá-lo ali. Se essa posição for demasiadamente forte, o atacante deverá tentar contorná-la, fazendo da necessidade uma virtude. Mas se o defensor não estiver onde deveria estar, o atacante deverá avançar naquela direção. Logo que ele estiver tão adiantado quanto o defensor - admitindo que enquanto isto este último não tenha realizado qualquer movimento lateral - ele deverá mudar a direção do seu avanço para cima das linhas de comunicação do inimigo, com o propósito correto de atacar ali o seu inimigo. Se este último não tiver de modo algum se movimentado, o atacante terá que mudar a sua direção e atacá-lo pela retaguarda.

Entre os caminhos que o atacante pode escolher, as grandes rodovias comerciais são as mais óbvias e as mais adequadas. Mas sempre que elas fizerem um desvio muito grande, devemos tomar uma estrada mais direta, mesmo que seja mais estreita. Uma linha de retirada que desvie-se consideravelmente de uma linha reta sempre envolve um grave risco.

5. Um atacante decidido a obter uma importante decisão não tem qualquer motivo para dividir as suas forças. Se de fato ele as dividir, isto normalmente dever-se-á à um estado de confusão. Suas

colunas devem avançar numa frente não mais ampla do que aquela que permita que entrem em combate simultaneamente. Se a força inimiga estiver dividida, tanto melhor. Neste caso, pequenas diversões estão de acordo com as regras - artifícios estratégicos feitos com o propósito de manter a nossa vantagem. Se o atacante decidir dividir as suas forças com este propósito, estará perfeitamente justificado ao fazer isto.

A divisão do exército em diversas colunas, que de qualquer modo é indispensável, deve ser a base do envolvimento no ataque tático, porque o envolvimento é a forma mais natural de ataque e não deve ser desprezado sem um bom motivo. Mas o envolvimento deve ser tático. Um envolvimento estratégico feito simultaneamente com um grande golpe é um total desperdício de força. Ele só pode ser justificado se o atacante for suficientemente forte para não ter quaisquer dúvidas quanto ao resultado.

6. Mas o ataque também exige cuidado: o próprio atacante possui uma retaguarda e comunicações para proteger. Esta proteção deverá, se possível, basear-se na direção do avanço - isto é, deverá ser provida automaticamente pelo próprio exército. Se forças tiverem que ser destacadas para este fim, causando assim um desvio de força, isto só poderá reduzir o impacto do golpe. Um grande exército sempre avança com uma frente cuja largura corresponda a pelo menos um dia de marcha. Assim, se as linhas de comunicação e de retirada não se desviarem demais da perpendicular, normalmente a própria frente fornecerá toda a proteção necessária.

Perigos deste tipo, aos quais o atacante está exposto, podem ser avaliados principalmente pelas características e pela situação do inimigo. Se tudo depender da pressão de uma importante decisão iminente, o defensor terá uma pequena liberdade de ação para realizar operações auxiliares e geralmente o atacante não estará portanto correndo um grande perigo. Mas logo que o avanço tiver terminado e o atacante passar gradualmente para uma situação de defesa, a proteção da retaguarda adquire uma urgência e uma importância crescentes. A retaguarda do atacante é basicamente mais vulnerável do que a do defensor. Assim, este último pode ter dado início a operações contra as linhas de comunicação do atacante muito antes de passar para uma verdadeira ofensiva, e até mesmo enquanto ele ainda estiver em retirada.

CAPÍTULO DEZESSEIS

Ataque a um Teatro de Guerra: Não Procurando Obter uma Decisão

1. Mesmo quando a determinação e a força não forem suficientes para obter uma grande decisão, poderemos ainda assim querer organizar um ataque estratégico contra um objetivo secundário. Se o ataque tiver êxito e o objetivo for conquistado, a situação volta a um estado de inatividade e de equilíbrio. Se as dificuldades encontradas forem de certo modo graves, o avanço será interrompido

numa etapa mais anterior. Ele será então substituído por ofensivas de oportunidade, ou por meras manobras estratégicas. Esta é a natureza da maioria das campanhas.

2. Os propósitos de uma ofensiva destas podem ser:

a. *A ocupação de uma faixa do território*. Isto pode render suprimentos de alimentos, possivelmente contribuições, a proteção do nosso próprio território, ou servir como moeda de troca nas negociações de paz. Algumas vezes o conceito de glória militar pode desempenhar algum papel, como desempenhou constantemente nas campanhas travadas pelos Marechais franceses no reinado de Luiz XIV. A diferença essencial reside em saber se o território pode ser mantido. De uma maneira geral isto só será possível se ele fizer fronteira com o nosso próprio teatro de operações e constituir uma extensão natural dele. Somente este tipo de território constituirá uma moeda de troca na mesa das negociações de paz. Todos os outros normalmente são mantidos temporariamente enquanto durar a campanha, para serem abandonados no inverno.

b. *A tomada de um depósito de suprimentos importante.* Se não fosse importante, dificilmente seria considerado um objetivo para uma ofensiva abrangendo uma campanha inteira. Pode constituir-se numa perda para o defensor e num ganho para o atacante, mas a principal vantagem para este último reside no fato de que obrigará o defensor a retirar-se e abandonar um território que de outro modo poderia ter mantido. Assim, a tomada de um depósito de suprimentos é na realidade mais um meio, e só está relacionado aqui como um fim porque é o objetivo mais imediato do combate.

c. *A tomada de uma fortificação.* Remetemos o leitor ao capítulo dedicado à tomada de fortificações. É evidente, a partir dos argumentos ali apresentados, o motivo pelo qual as fortificações têm sido os objetivos preferidos e mais desejados em ofensivas ou em campanhas que não podiam visar *nem* a derrota total do inimigo, *nem* a tomada de uma parte importante do seu território. Assim, é fácil explicar porque num país como a Holanda, que está cheia de fortificações, o propósito das operações tem sido sempre a tomada de uma ou de outra fortificação, sendo que a eventual tomada de toda uma área *raramente aparece como sendo o propósito de uma campanha*. Cada fortificação era considerada uma unidade à parte, e apreciada por si mesma. Aparentemente era dedicada mais atenção à conveniência e à facilidade do empreendimento do que ao verdadeiro valor do local.

Apesar disto, o sítio a uma fortificação de qualquer tipo é sempre uma operação importante, porque é muito dispendiosa - uma consideração importante em guerras que não são travadas por grandes questões. É por isto que uma operação de sítio deve ser incluída entre os elementos importantes de um ataque estratégico. Quanto menos importante for o local, quanto menos rigoroso for o sítio, quanto menos preparativos forem feitos para ele, quanto maior for a probabilidade dele possuir um aspecto de improvisação, mais reduzida será a importância do propósito estratégico e mais fracas serão as forças e as intenções às quais ele é adequado. Muitas vezes estes casos terminam como um treinamento de boxe com um adversário imaginário, destinado simplesmente a terminar a campanha de uma maneira honrosa: assim como o atacante, estamos afinal de contas obrigados a fazer alguma coisa.

d. *Um engajamento, um confronto*, ou até mesmo *uma batalha bem sucedida*, seja devido aos troféus, ou possivelmente apenas pela honra e algumas vezes meramente para satisfazer a ambição de um General. Qualquer um que duvide de que isto ocorra não conhece a história militar. A maioria das batalhas ofensivas das campanhas francesas durante a era de Luiz XIV foi deste tipo. É mais importante observar, entretanto, que estas considerações não são feitas sem fundamento, nem constituem meras sutilezas de vaidade: elas possuem um significado muito definido na paz e levam, portanto, de uma maneira clara, diretamente à meta. A honra militar e a reputação de um exército e dos seus Generais são fatores que atuam de maneira invisível, mas impregnam constantemente todas as atividades militares.

Estes engajamentos baseiam-se, na realidade, nas seguintes pressuposições de que: (a) existe uma considerável perspectiva de vitória; e (b) se terminarem em derrota, não se perderá muita coisa. Devemos ter cuidado para não confundir este tipo de batalha, travada sob condições restritas e por propósitos limitados, com vitórias que não tiveram prosseguimento por falta de determinação e de fibra moral.

3. Com exceção da última destas categorias, (d), todos os outros propósitos podem ser atingidos sem que haja grandes engajamentos. Os meios que a ofensiva pode empregar para atingir este propósito advém dos interesses que o defensor tem a proteger no seu teatro de guerra. Eles consistirão, portanto, na ameaça às suas linhas de comunicação, com seus depósitos, províncias ricas, cidades importantes ou pontos vitais, como pontes, desfiladeiros, etc.; na ocupação de posições valiosas, desconfortavelmente localizadas para o defensor;[1] na ocupação de cidades importantes, de áreas agrícolas férteis ou de regiões descontentes que possam ser convencidas a rebelar-se; na ameaça aos seus aliados mais fracos,

e assim por diante. Se o atacante conseguir interromper as comunicações de uma maneira tal que o inimigo não possa restabelecê-las sem sofrer graves perdas e se partir com a intenção de tomar estes pontos, obrigará o defensor a assumir uma nova posição na sua retaguarda ou no seu flanco, mesmo que isto signifique abandonar outras menos importantes. Assim, será deixada desprotegida uma área, ou será deixado exposto um depósito ou uma fortificação - a primeira aberta à conquista, a última a uma operação de sítio. Em decorrência disto poderão ocorrer grandes ou pequenos engajamentos, mas não se procurará travá-los, nem serão considerados como constituindo um propósito em si mesmos, mas sim como males necessários. A sua magnitude e importância não poderão ultrapassar um determinado nível.

4. Uma operação realizada pelo defensor contra as linhas de comunicação do atacante é um tipo de reação que, numa guerra travada com vistas a obter uma decisão importante, só pode ocorrer se essas linhas tornarem-se muito longas. Mas em guerras que não procurem obter uma grande decisão, este tipo de reação é mais apropriado. Evidentemente as linhas do inimigo raramente serão muito longas, mas o importante aqui não é infligir graves danos a ele. Muitas vezes será suficiente fustigá-lo e mantê-lo com escassez de suprimentos; e a falta de extensão das linhas é de certo modo compensada pelo tempo que pode ser gasto neste tipo de combate. É por isto que a proteção dos seus flancos estratégicos é de grande importância para o atacante. Se surgir este tipo de disputa ou de rivalidade entre o atacante e o defensor, o primeiro terá que compensar as suas desvantagens naturais através de uma superioridade numérica. Se a sua força e a sua determinação ainda forem suficientes para que ele arrisque um golpe decisivo contra uma unidade inimiga, ou mesmo contra a principal força inimiga, esta ameaça, pairando sobre a cabeça do defensor, continua sendo a sua melhor maneira de proteger-se.

5. Concluindo, devemos mencionar uma outra importante vantagem de que o atacante desfruta neste tipo de guerra: ele está em melhor situação para avaliar as intenções e os recursos do inimigo do

[1] A primeira edição é tão confusa que estamos seguindo o texto da segunda. Eds.

que o defensor para avaliar os seus. É muito mais difícil prever o grau de vigor e de audácia com os quais o atacante realmente agirá do que prever se o defensor está contemplando a possibilidade de

desferir um grande ataque. Na prática, a mera escolha da forma defensiva de guerra geralmente demonstra uma falta de intenções positivas. Além disto, a diferença entre os preparativos para um grande contra-ataque e os meios comuns de defesa é muito mais acentuada do que entre os preparativos

para um grande e para um pequeno ataque. Finalmente, o defensor é obrigado a fazer os seus preparativos antes, dando assim ao atacante a vantagem de uma contra-resposta.

CAPÍTULO DEZESSETE

Ataque a Fortificações

Evidentemente não iremos analisar este tópico sob o ponto de vista técnico. Em vez disto, analisaremos em primeiro lugar o seu propósito estratégico, em segundo lugar que fortificação deve ser atacada e, em terceiro lugar, a maneira pela qual a operação de sítio deve ser protegida.

A perda de uma fortificação enfraquece a defesa do inimigo, principalmente quando ela constituir uma parte essencial desta defesa. A sua ocupação proporciona vários benefícios ao atacante. Ele pode utilizá-la como um armazém ou depósito, para proteger a região e os seus alojamentos, e assim por diante. Se o ataque terminar sob a forma de uma defesa, estas fortificações serão a sua posição mais sólida. Estas relações existentes entre as fortificações e os teatros de guerra durante o transcurso das hostilidades foram todas suficientemente abordadas em nossa análise das fortificações no livro sobre a defesa. Uma reflexão sobre o que foi dito ali lançará a luz necessária sobre elas no contexto do ataque.

Os ataques a fortificações são uma outra situação em que as campanhas que visam obter uma decisão importante diferem significativamente das de outro tipo. Na primeira situação, a tomada de uma fortificação deve ser sempre considerada como sendo um mal necessário. Enquanto a decisão ainda não tiver sido obtida, uma operação de sítio só será realizada quando não puder ser evitada. Tendo sido obtida a decisão, estará terminada a crise, a tensão será momentaneamente relaxada e será estabelecida uma situação de inatividade, e a ocupação da fortificação servirá então como a consolidação da conquista. Neste ponto elas poderão ser tomadas sem qualquer risco, senão sem algum esforço e dispêndio de energia. Durante a crise propriamente dita, sitiar uma fortificação aumenta os problemas do atacante. Nada evidentemente diminuirá tanto o seu poderio e terá, portanto, maior probabilidade de privá-lo temporariamente da sua superioridade. Apesar disto, existem momentos em que um sítio será inevitável para que o ataque possa prosseguir. Nestes casos, um sítio deve ser considerado como uma intensificação do ataque. Quanto menos forem as decisões já obtidas, mais profunda será a crise. Uma análise mais detalhada desta questão pertence ao livro sobre os planos de guerra.

Quando o propósito de uma campanha for limitado, normalmente uma fortificação não será o meio, mas sim o fim. Ela será considerada uma conquista pequena e independente e como tal terá as seguintes vantagens:

1. Uma fortificação é uma pequena conquista com limites precisamente definidos. Tomá-la não exigirá um grande esforço, e não precisamos, portanto, preocupar-nos com um contratempo.
2. É útil como moeda de troca na mesa das negociações de paz.

3. Um sítio é, ou parece ser, uma intensificação do ataque, muitas vezes sem produzir uma redução do poderio que é produzida por outras formas de avanço ofensivo.

4. Um sítio é uma operação que não pode provocar um desastre.

Todos estes fatores unem-se para fazer da tomada de uma, ou de diversas fortificações, um propósito freqüente para este tipo de ataque estratégico que não pode visar um propósito mais elevado.

Se existir alguma dúvida com relação a qual dentre as várias fortificações deve ser sitiada, a escolha deve basear-se nos seguintes princípios:

a. A fortificação deve ser fácil de ser mantida e constituir, portanto, uma importante moeda de troca na mesa das negociações de paz.

b. Se os meios disponíveis para a sua conquista forem limitados, só devem ser conquistadas pequenas fortificações. É preferível ocupar realmente uma pequena fortificação do que realizar um ataque mal sucedido a uma grande.

c. Obviamente o poderio das fortificações não tem qualquer relação com a importância do local. Nada seria mais insensato do que despender os nossos esforços num lugar que seja muito forte, mas relativamente insignificante, quando poderíamos estar atacando um mais fraco.

d. O poderio do seu armamento - o que inclui, evidentemente, a sua guarnição. Se a fortificação for mal armada e estiver sendo fracamente defendida, evidentemente será mais fácil tomá-la. Mas devemos ressaltar que o poderio do armamento e da guarnição são fatores necessários da *importância* de uma fortificação. São os componentes inequívocos do poderio armado do inimigo. Isto não é tão verdadeiro com relação às fortificações, de modo que é provável que a tomada de uma fortificação fortemente guarnecida valha mais os sacrifícios que acarreta do que a tomada de uma muito fortificada.

e. A facilidade de fornecer e manter o trem de sítio. A maioria dos sítios fracassa por falta de equipamentos. Os exemplos mais conhecidos são o sítio de Landrecies, realizado pelo Príncipe Eugênio em 1712, e o de Olmutz, por Frederico em 1758.

f. Finalmente, a facilidade de proteger o sítio é um ponto a termos em mente.

Existem duas maneiras fundamentalmente diferentes de defender um sítio: uma é entrincheirando a força sitiante - isto é, através da construção de uma linha de circunvalação. A outra é através da chamada linha de observação. A primeira saiu totalmente de moda, apesar de possuir um ponto

importante a seu favor: permite que o atacante evite ser enfraquecido através de uma dispersão das suas forças, o que de um modo geral seria uma clara desvantagem para ele. Apesar disto, o seu poderio será acentuadamente prejudicado de outras maneiras:

1. De um modo geral, uma posição que circunde a fortificação exigirá uma extensão muito grande em relação ao poderio do exército.

2. A guarnição, juntamente com as forças do inimigo que tentam libertar a fortificação, normalmente constituiriam simplesmente o poderio inimigo que estava nos enfrentando desde o início, mas tem que ser visto *agora* como uma unidade inimiga dentro do nosso próprio acampamento, que atrás da proteção das suas defesas é *invulnerável*, ou que de qualquer modo não pode ser invadida, o que aumenta significativamente as suas possibilidades.

3. A defesa de uma linha de circunvalação só permite o emprego da forma absoluta de defesa. Uma posição circular, voltada para fora, é a formação de batalha mais frágil e mais inconveniente que se pode imaginar, e torna praticamente impossível realizar uma investida proveitosa. Não há outra escolha a não ser defender-se até o fim dentro do próprio entrincheiramento. É perfeitamente concebível que esta situação possa levar a uma redução do poderio defensivo muito maior do que o um terço que provavelmente poderia ser esperado se fosse destacado um grupo de observação. Se lembrarmo-nos também de que desde a época de Frederico o Grande tem havido uma preferência geral pelas ações chamadas ofensivas (embora na prática nem sempre sejam isto), pela mobilidade e pelas manobras, e uma aversão generalizada aos entrincheiramentos, não ficaremos surpresos que uma linha de circunvalação não esteja mais em voga. Apesar disto, o enfraquecimento que causa à defesa tática não é de modo algum o seu único inconveniente. O preconceito que impõe foi simplesmente listado juntamente com cada inconveniente, uma vez que estão estreitamente relacionados. Basicamente uma linha de circunvalação só protege aquela área do teatro de guerra que circunda. O resto estará mais ou menos abandonado ao inimigo, exceto quando forem empregados destacamentos especiais para protegê-lo. Mas isto significaria a uma divisão de forças, que é exatamente o que tentamos evitar. O sitiante estará constantemente preocupado e assustado com relação aos seus suprimentos. De qualquer modo, a utilização de uma linha de circunvalação para proteger as nossas linhas de suprimento quando o exército e os suprimentos de que ele necessita forem consideráveis e o inimigo estiver no campo com um grande poderio, só será possível em condições que assemelhem-se às dos Países Baixos. Lá, todo um sistema de fortificações, próximas umas das outras e interligadas através de uma rede de trincheiras, protege o resto do teatro de operações e reduz significativamente o tamanho das linhas de

suprimentos. Na época anterior a Luiz XIV, os movimentos de um exército ainda não estavam ligados ao conceito de um teatro de guerra. Os exércitos, principalmente na Guerra dos Trinta Anos, movimentavam-se mais ou menos esporadicamente, enfrentando qualquer fortificação quando não houvesse qualquer força hostil por perto e sitiando-a enquanto os seus suprimentos permitissem, ou até que um exército inimigo se aproximasse para libertá-la. Naquela época, as linhas de circunvalação eram bastante normais.

No futuro provavelmente elas não serão empregadas com freqüência, exceto quando as condições aproximarem-se das apresentadas acima: quando o exército do inimigo que estiver no campo for razoavelmente fraco e o conceito de um teatro de operações for considerado menos importante do que o de um sítio. Será então correto concentrar as nossas forças no sítio propriamente dito, o que será portanto indubitavelmente um ganho considerável em termos de energia.

As linhas de circunvalação sob o comando de Luiz XIV, em Cambrai e em Valenciennes, foram de pouca utilidade: Turenne tomou a primeira de Condé à força, e este tomou a última de Turenne. Apesar disto, não devemos esquecer-nos das inúmeras ocasiões em que elas foram tratadas com respeito, mesmo quando havia uma necessidade extrema de libertação da fortificação e o comandante que a defendia era um homem de grande iniciativa. Em Lille, em 1708, Villars não ousou atacar os aliados em suas linhas. Em Olmutz, em 1758, e em Dresden, em 1760, Frederico o Grande, embora não utilizando uma verdadeira linha de circunvalação, empregou um sistema que era basicamente idêntico: ele utilizou o mesmo exército para realizar o sítio e para protegê-lo. Foi levado a fazer isto pela distância que o exército austríaco estava de Olmutz, mas teve motivos para arrepender-se quando perdeu os seus comboios em Domstadtl. A razão pela qual ele adotou o sistema em Dresden, em 1760, está no baixo conceito em que ele tinha o Exército Imperial e na sua ânsia de tomar a cidade.

Um último inconveniente destas linhas é que é mais difícil salvar o trem de sítio se as coisas derem erradas. Quando a decisão for obtida a uma distância equivalente a um dia ou dois de marcha, o sítio poderá ser levantado antes que o inimigo chegue e, portanto, os principais meios de transporte poderão ganhar até um dia de marcha sobre o inimigo.

Quando tratar-se de empregar um exército de observação, o principal problema é saber a que distância deverá ser estabelecido o sítio. Normalmente a questão será decidida pelo terreno, ou pela posição dos outros exércitos ou unidades com as quais o exército sitiante deseje ficar em contato. Na maioria dos aspectos é perfeitamente óbvio que o sítio estará mais bem protegido quando a distância

for maior. Por outro lado, uma distância menor, de não mais do que umas poucas milhas, permitirá que os dois exércitos possam vir em auxílio um ao outro.

CAPÍTULO DEZOITO

Ataque a Comboios

O ataque e a defesa de um comboio é uma questão tática, e nada teríamos a dizer aqui se num certo sentido não fosse necessário demonstrar que é perfeitamente possível realizá-las, o que só pode ser feito através de uma referência às necessidades e às circunstâncias estratégicas. Poderíamos ter tratado desta questão mais cedo, juntamente com a defesa, mas ela é mais importante defensivamente, e o pouco que pode ser dito sobre ela pode ser resumido aqui, tanto para o ataque como para a defesa.

Um comboio médio, de trezentos ou quatrocentas carroças, não importa o que contenha, terá um comprimento de duas milhas. Um grande comboio será consideravelmente mais longo. Como podemos esperar proteger toda esta extensão com o punhado de homens que normalmente é designado para uma escolta? Além desta dificuldade estão a lentidão e a dificuldade de manobra do conjunto, que arrasta-se lentamente e está sempre correndo o perigo de terminar tudo em confusão. Além do mais, todas as suas partes precisam ter o mesmo grau de proteção, senão todo o comboio pararia e cairia em desordem se qualquer parte fosse atacada. Alguém pode perfeitamente perguntar como é possível realizar de algum modo a defesa de um comboio destes. Em outras palavras, uma vez tendo sido atacados, porque todos os comboios não são tomados, e porque todos os comboios não são atacados, se de algum modo merecerem uma escolta - quer dizer, se chegarem ao alcance do inimigo? Várias soluções táticas têm sido propostas, como a idéia nada prática de Tempelhoff de reduzir o comprimento dos comboios parando constantemente para reorganizá-los e partindo novamente; e o esquema bem mais razoável de Scharnhorst, de dividí-los em várias colunas. Mas estes são apenas pequenos paliativos para um problema antigo.

A explicação está no fato de que a maioria dos comboios está mais bem protegida pela situação tática em geral do que qualquer outra parte do exército que o inimigo possa atacar e, consequentemente, seus limitados meios de defesa são indiscutivelmente mais eficazes. Isto porque de um modo geral os comboios deslocam-se na retaguarda do seu próprio exército, ou pelo menos a uma distância considerável do inimigo. Consequentemente, só poderão ser destacadas pequenas forças para atacá-los, que por sua vez devem proteger-se através de fortes reservas para proteger o seu próprio flanco ou a sua retaguarda contra uma outra força inimiga que possa surgir subitamente. Acrescente-se a isto que a dificuldade de manobrar as carroças torna difícil para estas forças atacantes levá-las com elas. Normalmente o atacante satisfaz-se em cortar os tirantes das carroças, levar os cavalos, explodir as carretas de munição e assim por diante. Isto deterá o comboio e o lançará num estado de confusão, mas ele não será realmente perdido. Torna-se ainda mais claro, portanto, que a segurança do comboio consiste muito mais na situação em geral do que na capacidade da escolta para defendê-lo. Mas se a

escolta realmente fizer isto com determinação - não tentando proteger as carroças propriamente ditas, mas desintegrando o sistema de ataque do inimigo - parece que no fim um ataque a comboios, longe de ser fácil e seguro, é extremamente difícil e incerto.

Falta ainda um outro ponto a ser considerado: o perigo de que o exército inimigo, ou parte dele, possa vingar-se do atacante infligindo-lhe uma derrota mais tarde, como uma punição pela operação realizada. Esta possibilidade impede a realização uma quantidade muito grande destas incursões, sem que o motivo para isto jamais tenha sido admitido. Atribuímos a segurança do comboio à escolta e ficamos surpresos que deva-se ter tanto respeito por este recurso tão pobre. Para perceber esta verdade, devemos lembrar-nos da famosa retirada que Frederico o Grande fez através da Boêmia em 1758, após o sítio de Olmutz. A metade do seu exército estava dividida em seções para escoltar um comboio de quatro mil carroças. O que impediu Daun de atacar esta monstruosidade? O temor de que Frederico o atacasse com o resto do seu exército e o envolvesse numa batalha que queria evitar. E o que impediu Laudon, que esteve o tempo todo no flanco do comboio, de atacá-lo mais cedo e com maior determinação do que teve em Zischbowitz? O temor de que batessem à sua porta. Ele estava a cinqüenta milhas da sua força principal e separado dela pelo exército prussiano. Achava, portanto, que corria o perigo de sofrer uma grave derrota se o Rei, que não estava sendo mantido ocupado por Daun, decidisse voltar-se contra ele com o grosso das suas forças.

Os comboios só estarão correndo um perigo real quando um exército for obrigado pela sua situação estratégica a tomar a medida extraordinária de trazer os seus suprimentos do flanco, ou até mesmo da frente. As viaturas de transporte tornar-se-ão então um alvo valioso para atacar, supondo que o inimigo tenha as forças necessárias para isto. Podemos fazer referência ao êxito total deste tipo de operação na mesma campanha de 1758: a tomada do comboio de Domstadtl. A estrada para Neisse passava à esquerda das posições prussianas. As forças de Frederico estavam neutralizadas pelo sítio e por ter enviado um grupo contra Daun. Os incursores não tinham que se preocupar com a sua própria segurança e podiam atacar o comboio ao seu bel-prazer.

Quando o Príncipe Eugênio estava sitiando Landrecies em 1712, adquiriu os seus suprimentos em Bouchain, trazendo-os via Denain - quer dizer, da frente da sua posição estratégica. Todos conhecem as medidas que ele adotou para proporcionar proteção nestas difíceis condições, e as dificuldades em que envolveu-se, tendo sido o resultado uma transformação total da situação.

Podemos concluir, portanto, que embora taticamente possa parecer fácil atacar um comboio, estrategicamente isto não é muito vantajoso. Só promete resultados compensadores na eventualidade extraordinária de estarem linhas de comunicações gravemente expostas.

CAPÍTULO DEZENOVE

Ataque a Um Exército Inimigo em Alojamentos

Não tratamos desta questão no livro sobre a defesa, uma vez que uma linha de alojamentos não pode ser considerada um meio de defesa. É simplesmente o exército numa certa situação de existência, uma situação que envolve uma reduzida capacidade para o combate. A nossa análise apresentada no Capítulo Treze do Livro Cinco restringe-se a examinar esta capacidade. No contexto do ataque, entretanto, um exército inimigo em alojamentos deve ser tratado como constituindo uma questão à parte. Em primeiro lugar, um ataque destes é uma operação altamente especializada. Em segundo lugar, pode ser considerado uma medida estratégica muito eficaz. Não estamos falando de um ataque a um único alojamento, ou a uma pequena unidade alojada nuns poucos povoados: esta seria uma questão puramente tática. Estamos interessados num ataque a uma força considerável, instalada em alojamentos abrangendo uma área razoavelmente grande. O propósito não é mais um ataque a um único alojamento, mas impedir que o inimigo tenha a capacidade de concentrar-se.

Um ataque a um exército instalado em alojamentos é, portanto, um ataque a um exército disperso. Poderá ser considerado um sucesso se o inimigo for incapaz de chegar ao seu ponto de reunião predeterminado e tiver que encontrar um outro mais para a retaguarda. Esta nova disposição, numa situação de emergência, raramente lhe custará menos do que um dia de marcha, e normalmente levará mais. A perda de terreno envolvida não é desprezível, e esta é a primeira vantagem obtida pelo atacante.

Um ataque deste tipo pode ser planejado para afetar a situação em geral, mas pode ao mesmo tempo ser inicialmente dirigido contra alojamentos isolados. Ele certamente não afetará a todos eles, nem a muitos deles, uma vez que acarretaria uma extensão e uma dispersão do exército atacante muito maiores do que seria aconselhável. Somente os alojamentos mais próximos, portanto - aqueles que ficam na trajetória do atacante - poderão ser tomados de surpresa, e isto raramente será totalmente bem sucedido, pois é improvável que uma força considerável seja capaz de aproximar-se sem ser percebida. Apesar disto, este é um aspecto do ataque que não deve de modo algum ser desprezado. Os seus resultados podem ser considerados a segunda vantagem deste ataque.

Uma terceira vantagem consiste nos combates isolados que o inimigo será obrigado a travar, e nos quais poderá sofrer graves perdas. Afinal de contas, uma força considerável não é formada por batalhões no ponto de concentração principal. Normalmente ela é formada em brigadas, divisões e até mesmo em corpos de exército. Unidades deste tamanho não podem simplesmente fugir para o ponto de encontro. Pelo contrário, se fizerem contato com uma coluna inimiga, têm que aceitar o combate. Evidentemente podem vencer - principalmente se a coluna atacante não for suficientemente forte - mas

mesmo então perderão tempo, e é importante acrescentar que o movimento geral para trás significa de um modo geral que é improvável que elas aproveitem o seu êxito. Por outro lado, elas podem ser derrotadas, o que basicamente é o mais provável, porque não tiveram tempo para organizar uma resistência eficaz. É muito provável, portanto, que se um ataque tiver sido bem planejado, estes combates isolados poderão proporcionar ao atacante importantes troféus que, por sua vez, podem tornar-se uma parte importante do resultado geral.

Uma quarta e última vantagem, e a base para toda a operação, é o fato de que o inimigo perderá momentaneamente o equilíbrio e será desmoralizado, de modo que raramente poderá utilizar a sua força quando estiver finalmente reunido. Normalmente ele terá que ceder ainda mais terreno e de uma maneira geral mudar completamente os seus planos de operações.

Estas são as recompensas típicas que podem ser ganhas através de um ataque de surpresa bem sucedido aos alojamentos inimigos - quer dizer, um ataque que impeça que o inimigo reuna as suas forças sem sofrer perdas, num ponto de encontro previamente escolhido. Mas dependendo da situação, existem muitos graus de êxito: os resultados podem valer muito num caso e quase nada em outro. Ainda assim, mesmo quando a operação for tão bem sucedida que apresente resultados significativos, raramente estes resultados poderão ser comparados aos de uma grande vitória, em parte porque raramente os troféus serão tão impressionantes, e em parte porque o efeito psicológico não será comparável.

Lembremo-nos de que são apenas estes os resultados que podem haver, senão alguém poderia esperar mais de uma operação destas do que ela pode proporcionar. Há pessoas que a consideram o paradigma da eficácia ofensiva, mas como percebemos através desta análise, bem como da história militar, não é de modo algum assim.

Um dos ataques de surpresa mais brilhantes foi o que o Duque de Lorena lançou sobre os alojamentos franceses sob o comando do General Rantzau, em Tuttlingen, em 1643. O grupo atacado tinha 16.000 homens e perdeu o seu comandante geral e 7.000 homens. Foi uma derrota completa, causada pela total ausência de postos avançados.

Em 1644, quando Turenne foi surpreendido em Mergentheim (ou Mariendal, como Frederico a chamava), o efeito também foi equivalente ao de uma derrota. Ele perdeu 3.000 dos seus 8.000 homens, principalmente porque, estando as suas tropas reunidas, avaliou mal a sua resistência. Não devemos contar, portanto, com resultados frequentes deste tipo. Neste caso eles foram causados não tanto pela surpresa propriamente dita, mas por uma luta mal comandada. Turenne poderia

perfeitamente ter evitado o combate e se reunido em algum outro lugar com as tropas que encontravam-se em alojamentos mais distantes.

Uma terceira surpresa que tornou-se famosa foi a operação de Turenne de 1674 contra as posições aliadas na Alsácia, sob o comando do Grande Eleitor, o General Imperial Bournonville e Duque de Lorena. Os troféus foram modestos e os aliados só perderam 2.000 ou 3.000 homens, o que numa força de 50.000 está longe de ter sido decisivo. Apesar disto, eles não se sentiram mais capazes de oferecer qualquer resistência na Alsácia e retiraram-se através do Reno. Esta vitória estratégica era tudo que Turenne queria, mas não foi causada pelo ataque propriamente dito. Turenne surpreendeu os planos do inimigo e não as suas tropas. Os desentendimentos entre os Generais aliados e a proximidade do Reno fizeram o resto. Na realidade, toda a questão merece um estudo muito mais detalhado porque normalmente tem sido mal interpretada.

Quando Neipperg surpreendeu o Rei em seus alojamentos em 1741, o único efeito foi fazer Frederico alterar a sua frente e travar a batalha de Mollwitz antes que suas tropas estivessem totalmente reunidas.

Em 1745, quando Frederico surpreendeu o Duque de Lorena em seus alojamentos na Lusácia, o êxito deveu-se principalmente ao verdadeiro ataque aos alojamentos mais importantes, isto é, Hennersdorf, onde os austríacos perderam 2.000 homens. Como conseqüência geral, o Duque de Lorena retirou-se para a Boêmia através da alta Lusácia. Isto entretanto não o impediu de entrar novamente na Saxônia pela margem esquerda do Elba, de modo que não teriam sido obtidos quaisquer resultados não fosse pela batalha de Kesselsdorf.

Em 1758, o Duque Ferdinando de Brunswick surpreendeu os franceses em seus alojamentos. Como resultado direto, eles perderam vários milhares de homens e tiveram que assumir uma posição por trás do rio Aller. O efeito psicológico pode perfeitamente ter tido um alcance maior e ter exercido alguma influência sobre a posterior evacuação de toda a Westfália.

Se alguém quiser tirar uma conclusão geral destes exemplos com relação ao valor destes ataques, somente os dois primeiros podem ser equiparados a vitórias em combate. Nestes casos, entretanto, os grupos eram pequenos e a ausência de postos avançados, característicos das guerras daquela época, foi uma circunstância muito favorável. Os outros quatro exemplos, embora devam ser contados entre os maiores êxitos deste tipo, não foram obviamente, avaliando pelos seus resultados, da mesma categoria de uma vitória em combate. O êxito geral só poderá ser obtido contra um adversário não determinado e sem qualidades. Não foi portanto obtido contra Frederico em 1741.

Em 1806 o exército prussiano pretendia surpreender Frederico na Francônia. As possibilidades pareciam ser boas: Bonaparte ainda não havia chegado e os franceses estavam amplamente dispersos em alojamentos. Nesta situação, se os prussianos tivessem atacado com velocidade e determinação, poderiam perfeitamente ter esperado expulsar Frederico, mandando-o de volta através do Reno com perdas apreciáveis. Mas isto foi tudo. Se tivessem pretendido obter algo mais - dando prosseguimento à sua vantagem através do Reno, por exemplo, ou obtendo uma superioridade psicológica suficientemente grande para impedir pelo resto da campanha que os franceses voltassem para a margem direita do Reno - teria faltado qualquer base real às suas estimativas.

No início de Agosto de 1812, os russos pretendiam realizar um ataque de surpresa, saindo de Smolensk, aos alojamentos em que exército de Napoleão havia parado, perto de Vitebsk. Mas faltou-lhes coragem quando chegou o momento de executar o plano - o que foi muito bom para eles. Não só o centro do exército francês era duas vezes mais forte do que o seu, como o comandante francês era o General mais determinado que o mundo jamais havia visto. De qualquer modo, a perda de umas poucas milhas não teria resolvido nada. Não havia qualquer obstáculo natural suficientemente perto no qual pudessem ter tentado obter uma vantagem e estabelecido uma posição razoavelmente segura. Aquela não era o tipo de campanha que arrasta-se debilmente até o seu término, mas o primeiro plano jamais elaborado por um atacante determinado a obter a completa destruição do seu adversário.[1] As pequenas vantagens a serem obtidas através de um ataque de surpresa a alojamentos não poderiam ser, portanto, nada mais do que flagrantemente incompatíveis com as necessidades da situação, nem poderiam compensar uma disparidade tão grande de força e de recursos. A tentativa revelou, entretanto, como uma idéia confusa com relação ao que a operação poderia obter pode facilmente levar a uma execução totalmente errada.

Até aqui a questão tem sido tratada como um recurso estratégico. A sua execução não é entretanto uma questão meramente tática, mas pertence também em parte à estratégia. O motivo é que normalmente um ataque destes é realizado numa frente de largura considerável e o exército atacante pode não ter tempo suficiente, e normalmente não terá, para concentrar as suas forças antes de entrar em combate. Toda a questão consiste, portanto, em diversos engajamentos isolados. Consequentemente, propomos dizer agora umas poucas palavras sobre a melhor maneira de organizar um ataque deste tipo.

[1] Isto traduz a palavra *erst*, como consta da primeira edição. Em edições posteriores, entretanto, consta *ernste*: "o plano estabelecido pelo atacante, etc." Eds.

A primeira condição é que o ataque a uma linha de alojamentos seja feita com uma certa largura de frente. Esta é a única maneira pela qual pode-se realmente atacar alguns alojamentos, isolar outros e lançar de um modo geral a força inimiga na situação de caos desejada. As condições irão determinar quantas colunas deverão ser utilizadas e qual deverá ser a distância entre elas.

A segunda é que as colunas devam convergir sobre algum ponto de encontro escolhido. O inimigo acabará concentrando-se até um certo ponto, de modo que as nossas tropas devem fazer o mesmo. Se possível aquele ponto deverá estar localizado no mesmo lugar que o do inimigo, ou ao longo da sua linha de retirada - de preferência onde esta última passar por algum obstáculo natural.

A terceira é que à medida em cada coluna entre em contato com o inimigo, deve engajá-lo com grande determinação, ousadia e bravura. As circunstâncias são de um modo geral favoráveis a ele, e quando for assim a ousadia será essencial. Por esta razão, deve ser dado ao comandante de cada coluna um amplo grau de liberdade e de autoridade.

A quarta é que o plano tático para atacar as primeiras unidades inimigas que ofereçam resistência deva visar envolver os seus flancos, uma vez que a chave do êxito sempre é dividir o inimigo e isolar cada parte.

A quinta é que cada coluna deva ser composta de todas as armas e que não deva ser mal provida de cavalaria. Na realidade, pode ser vantajoso distribuir a cavalaria reserva entre elas. Seria um erro grave supor que a cavalaria reserva pudesse por si só desempenhar um papel importante neste tipo de operação. Ela seria detida no primeiro povoado a que chegasse, na menor ponte, ou no matagal mais insignificante.

A sexta é que a própria natureza da surpresa proíbe, evidentemente, que se envie uma guarda avançada muito adiante - embora isto só seja verdadeiro até ter sido feita a primeira aproximação. Tendo sido iniciado o combate na linha de alojamentos inimiga, a verdadeira surpresa já terá sido obtida. Todas as colunas deverão enviar então guardas avançadas de todas as armas, o mais adiante possível. Estas, deslocando-se rapidamente serão capazes de aumentar consideravelmente a confusão do inimigo. Este é o único meio de tomar ocasionalmente, em meio à confusão que foi estabelecida, a bagagem, canhões, unidades de abastecimentos e homens empenhados em tarefas especiais, que normalmente seguem no rastro das tropas que abandonaram subitamente os seus alojamentos, e as guardas avançadas tornar-se-ão o meio mais eficaz de cercar o inimigo e isolar unidades isoladas

Finalmente, a sétima é que caso a operação termine em fracasso, deva-se providenciar uma retirada e designar um ponto de reunião para o exército.

CAPÍTULO VINTE

Diversões

O termo "diversão", no seu emprego comum, significa um ataque ao território inimigo, que retira as forças do inimigo do seu objetivo principal. Somente quando esta for a intenção primordial, e não a tomada do ponto que está sendo atacado, é que a diversão constitui uma operação diferente. De outro modo continua sendo um ataque comum.

Nesta diversão deve haver, evidentemente, um objetivo a ser atacado. Somente o valor deste objetivo poderá induzir o inimigo a enviar tropas para a sua proteção. Além disto, se a operação fracassar como uma diversão, o objetivo servirá como uma compensação pelo esforço despendido para tomá-lo.

Estes objetivos podem ser fortificações, depósitos de suprimentos importantes, cidades grandes e ricas - principalmente capitais - contribuições de todos os tipos e, finalmente, a cooperação com cidadãos do inimigo insatisfeitos.

As diversões obviamente podem ser vantajosas, mas não são de modo algum invariavelmente assim. Algumas vezes podem na verdade prejudicar. O principal requisito é que o inimigo retire mais homens da cena de operações principal do que os que são empregados na diversão. Se os números forem iguais a eficácia da diversão como tal acaba, e a operação torna-se meramente um ataque secundário. Mesmo quando for exigido um ataque secundário porque um importante objetivo pode ser conquistado com um dispêndio muito pequeno de força, - a fácil tomada de uma fortificação, por exemplo - não devemos chamá-lo de diversão. Um outro tipo de ação é comumente chamado de diversão: quando um Estado, enquanto está se defendendo de um outro, é atacado por um terceiro, mas a única diferença entre este ataque e um comum é o seu propósito. Não há motivo para dar-lhe um nome especial: na análise teórica os termos devem ser reservados para qualidades específicas.

Para que pequenas forças afastem outras maiores devem existir obviamente circunstâncias especiais na srcem disto. Para que uma diversão seja eficaz, não basta enviar tropas arbitrariamente para um local previamente desocupado.

Suponhamos que o atacante decida realizar uma incursão contra uma região inimiga fora do teatro de operações, com uma pequena força de, digamos, mil homens - para extorquir contribuições e assim por diante, e que o inimigo não possa, evidentemente, esperar detê-lo enviando mil homens seus: certamente será necessário enviar mais para manter a área livre de incursores. Mas alguém poderia perguntar se o defensor não poderia, em vez de proteger o seu próprio território, restabelecer o equilíbrio enviando uma força de igual poderio para atacar uma área equivalente do território inimigo. Na realidade, para que o atacante obtenha uma vantagem, deve começar por garantir de que haja mais a

ser levado, ou a ser ameaçado, na área do defensor do que na sua própria. Quando for assim, até mesmo uma diversão razoavelmente fraca não poderá deixar de manter ocupada uma força inimiga muito maior. Por outro lado, devido à natureza da situação a vantagem diminuirá à medida em que os números crescerem,: 50.000 homens podem defender uma área razoavelmente grande, não só contra um número igual mas até mesmo contra um ligeiramente maior. Assim, o valor de uma diversão em larga escala é muito duvidoso e quanto maior ela for, mais as outras circunstâncias deverão favorecê-la para que possa de algum modo ter êxito.

Os seguintes fatores podem ser favoráveis:

a. As forças que o atacante pode tornar disponíveis para a diversão, sem reduzir as que estão empenhadas na sua principal ofensiva.

b. Objetivos vulneráveis de grande importância para o inimigo.

c. Cidadãos inimigos descontentes.

d. Uma área suficientemente rica para render uma considerável quantidade de material de guerra.

Se as diversões só forem tentadas se prometem obter êxito, após haverem passado por diversos testes, veremos que as oportunidades favoráveis não surgem com muita freqüência.

Existe ainda um outro ponto a ser considerado. As diversões sempre trazem a guerra para uma área que de outro modo teria sido deixada intacta. As forças inimigas, que de outro modo estariam inativas, são consequentemente levadas num certo grau à atividade. Isto ficará muito acentuado se os planos de guerra do inimigo incluírem uma milícia e se existirem armas disponíveis para serem distribuídas à população.

É perfeitamente natural, e a experiência tem demonstrado isto frequentemente, que quando uma área é subitamente ameaçada e não tiverem sido realizados preparativos para defendê-la, todos os funcionários capazes que exista no local mobilizarão todos os meios extraordinários para lidar com o perigo. São criados novos meios de resistência - meios que aproximam-se da guerra de guerrilha e que podem ser facilmente postos em execução.

Este ponto deve ser mantido em mente quando for considerada a possibilidade de realizar uma diversão, senão podemos estar cavando a nossa própria cova.

Tomemos, por exemplo, os desembarques no norte da Holanda em 1799 e em Walcheren em 1809. Como diversões só podem ser justificados pelo fato de que as tropas britânicas não poderiam ser

empregadas de nenhuma outra maneira, embora tenham deixado inegavelmente as defesas francesas mais fortes do que antes, de uma maneira que um desembarque na França não poderia ter feito. Havia muito a ganhar, evidentemente, ameaçando as costas da França, porque a ameaça por si só neutralizaria uma força numerosa que teve que ser escalada para protegê-las contra esta ameaça, mas só poderemos justificar um desembarque de grandes proporções se pudermos contar com o apoio da área invadida contra o seu governo.

Quanto mais remota for a probabilidade de ser obtida uma grande decisão numa guerra, mais legítimo será realizar diversões - mas, evidentemente, menores serão os ganhos que pode-se esperar obter. Estas diversões são simplesmente um meio de provocar uma situação.

EXECUÇÃO

1. Uma diversão pode incluir um ataque real. Neste caso a sua execução não exige características especiais, a não ser velocidade e ousadia.

2. Ela pode ser calculada, entretanto, para parecer mais importante do que é, sendo assim ao mesmo tempo uma dissimulação. Os meios exatos que devem ser empregados para conseguir isto só poderão ser determinados por uma mente perspicaz, com um profundo conhecimento das circunstâncias e das forças envolvidas. Ela envolverá inevitavelmente uma considerável dispersão de forças.

3. Se as forças envolvidas não forem insignificantes e se a retirada não estiver restrita a determinados pontos, é essencial manter uma reserva à qual o resto possa recorrer.

CAPÍTULO VINTE E UM

Invasão

Quase tudo que queremos dizer sobre invasão consiste numa definição do termo. Ele é realmente empregado muitas vezes por escritores modernos - mesmo com a aparência de designar uma qualidade

especial. Os franceses estão sempre escrevendo sobre *guerre d´invasion*. O que eles entendem por invasão é um ataque que penetre profundamente no território inimigo, e eles gostariam, se possível, de oficializar o seu significado como sendo o oposto de um ataque de rotina - isto é, um ataque que simplesmente mordisque a fronteira. Esta é, entretanto, uma confusão lingüística não científica. Se um ataque irá deter-se na fronteira ou se irá penetrar no âmago do território do inimigo, se o seu principal interesse é tomar as fortificações do inimigo ou procurar atacar o núcleo da resistência inimiga e tentar implacavelmente fazer isto, não é uma questão que dependa da forma: depende das circunstâncias. A teoria pelo menos não permite uma outra resposta. Em alguns casos pode ser mais metódico, e até mesmo mais prudente, penetrar alguma distância em vez de permanecer perto da fronteira, mas normalmente isto nada mais é do que o bom resultado de um *ataque* vigoroso e, assim, não pode de modo algum ser diferençado dele.

CAPÍTULO VINTE E DOIS

O Ponto Culminante da Vitória[1]

Não é possível para o vitorioso aniquilar completamente o seu inimigo em todas as guerras. Muitas vezes até mesmo a vitória tem um ponto culminante. Isto tem sido amplamente demonstrado

através da experiência. Como a questão é especialmente importante na teoria militar e constitui a base da maioria dos planos de campanha, e como a sua superfície é destorcida por aparentes contradições, assim como o deslumbrante efeito das cores brilhantes, devemos examiná-la mais atentamente e procurar encontrar a sua lógica interior.

Normalmente a vitória decorre da superioridade de um dos lados. De um maior conjunto de força física e psicológica. Esta superioridade certamente é aumentada pela vitória, senão ela não seria tão cobiçada nem exigiria um preço tão elevado. Este preço é uma conseqüência automática da vitória *propriamente dita*. Seus efeitos exercem uma influência semelhante, mas só até um certo ponto. Este ponto pode ser atingido rapidamente - algumas vezes tão rapidamente que as todas as consequências de uma batalha vitoriosa podem ficar restritas apenas a um aumento da superioridade psicológica. Propomo-nos agora a examinar como isto ocorre.

À medida em que uma guerra evolui, os exércitos defrontam-se constantemente com alguns fatores que aumentam a sua força e com outros que a reduzem. É portanto uma questão de superioridade. Qualquer redução da força de um dos lados pode ser considerada como constituindo um aumento da força do outro. Ocorre que este processo de duas direções é encontrado tanto no ataque como na defesa.

O que temos que fazer é examinar a principal causa desta alteração numa destas situações, e assim determinar ao mesmo tempo a causa da alteração na outra.

Num avanço, as principais causas de um aumento de força são:

1. As perdas sofridas pelas forças defensoras são normalmente mais pesadas do que as sofridas pela força atacante.

---

[1] Comparem com o que foi dito nos Capítulos Quatro e Cinco acima, e com a nota apresentada na pag. 627. Eds.

2. As perdas sofridas pelo defensor com relação a instalações fixas, como paióis de munição, depósitos, pontes e outras semelhantes, não são sofridas pelo atacante.

3. A perda de terreno, e portanto de recursos, sofrida pelo defensor a partir do momento em que entramos em seu território.

4. O atacante beneficia-se da utilização de alguns destes recursos. Em outras palavras, ele pode viver às custas do inimigo.

5. O inimigo perde a sua coesão interna e o funcionamento suave de todos os componentes da sua força.
6. O defensor perde alguns aliados e outros passam para o lado dos invasores.
7. Finalmente, o defensor perde o ânimo e fica, até certo ponto, desarmado.

As causas da perda de força sofrida por uma força invasora são:

1. O invasor tem que sitiar, atacar ou observar as fortificações do inimigo, enquanto que o defensor, se estivesse anteriormente fazendo o mesmo, irá adicionar agora à sua força principal as unidades que estavam sendo assim empregadas.
2. No momento em que um invasor entra em território inimigo, a natureza do teatro de operações se altera. Ele torna-se hostil. Deve ser guarnecido, uma vez que o invasor só poderá controlá-lo na medida em que tiver feito isto, mas isto cria dificuldades para toda a máquina, dificuldades estas que inevitavelmente reduzirão a sua eficácia.
3. O invasor afasta-se das suas fontes de suprimentos, enquanto que o defensor aproxima-se das suas. Isto causa um atraso no envio de substitutos para as suas forças.
4. O perigo que ameaça o defensor fará com que aliados venham em seu auxílio.
5. Finalmente, o defensor, estando enfrentando um perigo real, realiza um esforço maior, enquanto que os realizados pelo vitorioso são reduzidos.

Todas estas vantagens e desvantagens podem existir simultaneamente. Podem encontrar-se, por assim dizer, e seguir os seus caminhos em direções opostas. Somente as últimas encontram-se como verdadeiros opostos. Uma não pode desviar-se da outra, de modo que são mutuamente incompatíveis.

Somente isto é suficiente para mostrar a infinita gama de efeitos que uma vitória pode causar - dependendo deles atordoarem o perdedor ou estimularem-no a realizar um esforço maior.

Tentaremos qualificar cada um dos pontos acima através de breves comentários.

1. As perdas do inimigo podem chegar ao máximo imediatamente após a sua derrota e, em seguida, passarem a reduzir-se diariamente até que seja atingido o ponto em que a sua força iguale-se à nossa. Por outro lado, as suas perdas podem crescer progressivamente dia após dia. Tudo dependerá das diferenças existentes na situação geral e das circunstâncias. Falando de uma maneira geral, podemos dizer apenas que a primeira hipótese tem maiores probabilidades de

ocorrer com um bom exército e a última, com um mau exército. O fator mais importante, além do espírito das tropas, é o espírito do governo. Na guerra, é essencial fazer uma distinção entre os dois, ou podemos parar exatamente no ponto de onde de fato começamos, e vice-versa.

2. A perdas do inimigo, no que se refere a instalações fixas, podem diminuir ou aumentar da mesma maneira, dependendo da localização e da natureza dos seus depósitos de suprimentos. Hoje em dia, eventualmente, esta questão não é mais tão importante quanto as outras.

3. A terceira vantagem não pode deixar de aumentar à medida em que o avanço progride. Na realidade, podemos dizer que ela só começa a ter importância quando o ataque tiver penetrado profundamente em território inimigo - quando um terço, ou pelo menos um quarto, daquele território tiver sido tomado. Um outro fator adicional é o valor intrínseco de uma área em relação ao esforço de guerra.

4. A quarta vantagem também aumentará fatalmente à medida em que o avanço progrida.

Com relação a estes dois últimos pontos, devemos observar que eles raramente exercem um efeito imediato sobre as tropas em combate. O seu trabalho é lento e indireto. Não devemos, portanto, realizar um esforço muito grande por causa deles e colocarmo-nos assim numa situação excessivamente perigosa.

5. A quinta vantagem só começa a se fazer sentir após um exército ter avançado alguma distância e quando a configuração do território inimigo proporcionar uma oportunidade de isolar determinadas áreas do resto. Como galhos muito apertados, tenderão a secar.

6. e 7. De qualquer modo é provável que a sexta e a sétima vantagens aumentem com o progresso do avanço. Voltaremos a elas mais tarde.

Passemos às causas da perda de força.

1. Na maior parte dos casos, à medida em que um avanço progride haverá mais sítios, mais ataques e mais cercos a fortificações. Isto por si só é tão debilitante para *as forças combatentes disponíveis* que poderá anular todas as outras vantagens. Na realidade, nos tempos modernos começamos a atacar fortificações com muito poucos soldados e a observá-las com uma quantidade ainda menor, e o inimigo tem, evidentemente, que encontrar homens para guarnecê-las. Apesar disto, as fortificações continuam sendo um elemento importante para a segurança. Metade das suas guarnições consiste normalmente de homens que até aquele momento não tomaram parte na guerra. Mesmo assim, temos que deixar uma força com o dobro da sua em

frente às fortificações existentes ao longo da nossa linha de comunicações, e se uma única localidade importante tiver que ser formalmente sitiada ou isolada, de modo que seus habitantes venham a morrer de fome, será necessário empregar um pequeno exército.

2. A segunda causa de enfraquecimento, o estabelecimento de um teatro de operações em território inimigo, aumenta evidentemente com o progresso do avanço. Ela pode não exaurir de imediato o poderio das forças, mas mais cedo ou mais tarde terá um efeito ainda maior do que o do primeiro fator.

As únicas partes do território inimigo que podemos considerar como estando dentro do nosso teatro de operações são aquelas que já tenhamos realmente ocupado - deixando pequenas unidades no terreno, por meio de destacamentos periódicos estacionados nas principais cidades, por unidades instaladas nos postos de substituição das tropas e assim por diante. Por menores que possam ser estes destacamentos, todos eles reduzem a força combatente do inimigo, mas esta é a parte menos importante.

Todo exército possui flancos estratégicos - isto é, aquelas áreas ao longo dos dois lados das suas linhas de comunicações. Mas como o exército do inimigo possui estes mesmos flancos, eles raramente são considerados como sendo um fator de fraqueza. Isto só é verdadeiro entretanto no nosso próprio território. Uma vez em solo inimigo, a fraqueza torna-se evidente. Se uma extensa linha de comunicações estiver mal guarnecida, ou se não estiver guarnecida, a menor operação realizada contra ela tem todas as probabilidades de obter êxito, e em território inimigo os atacantes podem surgir de qualquer lugar.

Quanto maior for o avanço maiores tornam-se os flancos, e os riscos que eles representam aumentarão progressivamente. Não só é difícil protegê-los, como as linhas de comunicações muito extensas tendem a desafiar o espírito de iniciativa do inimigo e as conseqüências da sua perda podem ser, em caso de uma retirada, extremamente graves.

Tudo isto contribui para colocar mais pressão sobre um exército que avança, a cada passo que ele dá. Assim, a menos que inicie com uma superioridade excepcional, verificará que a sua liberdade de ação está se reduzindo e que o seu poder ofensivo está sendo progressivamente reduzido. No fim, sentir-se-á inseguro quanto a ele mesmo e nervoso com relação a esta situação.

3. O terceiro fator, a distância das fontes que devem enviar continuamente suprimentos para este exército que se enfraquece regularmente aumentará proporcionalmente ao avanço. Com

relação a isto, um exército conquistador é como a luz de um lampião. À medida em que o óleo que o alimenta esgota-se e afasta-se do foco, a luz diminui, até que por fim apaga totalmente.

É verdade que a riqueza das áreas conquistadas pode atenuar este problema, mas nunca eliminá-lo totalmente. Sempre haverá coisas que terão que ser fornecidas, vindas do nosso território - principalmente homens. *De uma maneira geral,* o recebimento dos suprimentos proveniente das fontes do inimigo não é tão rápida nem tão confiável quanto o recebimento dos nossos próprios suprimentos. Em caso de emergência, a ajuda demora mais a chegar, enquanto que mal entendidos e erros de todos os tipos não podem ser percebidos e corrigidos tão rapidamente.

Se um monarca não comanda pessoalmente as suas tropas, como tornou-se usual nas guerras recentes, se ele não estiver mais disponível a qualquer momento, surgirá uma nova e grave desvantagem devido à perda de tempo decorrente da transmissão de mensagens. Mesmo os poderes mais amplos atribuídos a um comandante não serão suficientes para enfrentar todas as situações que possam surgir dentro da sua esfera de ação.

4. As alterações ocorridas nos alinhamentos políticos. Se for provável que estas alterações decorrentes das suas vitórias venham a ser desvantajosas para o vitorioso, provavelmente esta desvantagem será maior na razão direta do seu avanço - o mesmo ocorrerá se forem vantajosas para ele. Tudo dependerá das alianças, do interesse, das tradições e das normas de política existentes, bem como das personalidades dos príncipes, ministros, protegidos, amantes, etc. A única observação de caráter geral que podemos fazer é que após a derrota de uma grande nação que possua aliados de menor importância, estes aliados rapidamente abandonarão o seu líder. Com relação a isto, o vitorioso ganhará então mais força a cada golpe. Se, por outro lado, o Estado derrotado for menor, surgirão protetores muito mais cedo se a sua própria existência estiver ameaçada. Outros, que podem ter ajudado a colocá-lo em perigo se desvencilharão se acreditarem que o êxito está se tornando grande demais.

5. A maior resistência despertada no inimigo. Algumas vezes, atordoado e em pânico, o inimigo poderá depor as suas armas, outras, ele poderá ser tomado de um acesso de entusiasmo: haverá uma corrida geral às armas e a resistência oferecida por ele após a primeira derrota será muito mais vigorosa do que era antes. As informações através das quais podemos deduzir a sua provável reação abrangem o caráter do povo e do governo, a natureza do país e as suas alianças políticas.

Os últimos dois fatores podem por si sós fazer uma diferença enorme nos planos que podemos e devemos fazer na guerra para levar em conta qualquer das duas possibilidades. Enquanto um homem pode perder a sua melhor oportunidade devido à timidez e por seguir procedimentos considerados ortodoxos, outro mergulhará de cabeça e terminará olhando tão aturdido e surpreso como se tivesse acabado de ter sido pescado da água.

Além disto, devemos estar conscientes do abrandamento dos esforços que não raramente ocorre por parte do vitorioso após ter sido superado o perigo e de quando, ao contrário, novos esforços são realizados em prosseguimento à vitória. Se fizermos um exame geral destes princípios diferentes e opostos, concluiremos sem dúvida que a utilização da vitória e um avanço contínuo numa campanha ofensiva normalmente farão desaparecer a superioridade com que começamos, ou que foi obtida através da vitória.

Neste ponto somos levados a perguntar: se tudo isto é verdadeiro, porque o vitorioso insiste em seguir a sua linha de ação vitoriosa, continuando o seu avanço ofensivo? Podemos realmente chamar isto de "utilização da vitória"? Não seria melhor ele parar antes de começar a perder a vantagem que possui?

A resposta óbvia é que possuir superioridade de força não é o fim, mas apenas o meio para atingí-lo. O fim é colocar o inimigo de joelhos, ou pelo menos privá-lo de alguma parte do seu território - o importante neste caso *não é melhorar a sua atual situação militar*, mas melhorar as suas perspectivas globais na guerra e nas negociações de paz. Mesmo se tentarmos destruir completamente o inimigo, devemos aceitar o fato de que cada passo conquistado pode enfraquecer a nossa superioridade - embora não seja necessário que ela caia a zero antes que o inimigo se renda. Ele poderá fazê-lo antes, e se isto puder ser realizado com a nossa última dose de superioridade, seria um erro não tê-la utilizado.

Assim, a superioridade que temos ou que conquistamos na guerra é apenas o meio e não o fim. Devemos arriscá-la em benefício do fim. Mas devemos saber até que ponto isto pode ser feito, para não ultrapassar os limites, ou então, ao invés de obtermos novas vantagens, nos arruinaremos.

Não é necessário citar exemplos históricos para provar que é assim que a perda de superioridade afeta um ataque estratégico. Na realidade, tais exemplos ocorrem com tanta freqüência que julgamos necessário investigar as causas que estão por trás deles. Somente após a ascensão de Napoleão houve campanhas entre Estados civilizados em que a superioridade levou sistematicamente à ruína do inimigo. Antes da sua época, todas as campanhas terminavam com o lado vitorioso tentando alcançar

um estado de equilíbrio no qual pudesse manter-se. Naquele momento cessava o progresso da vitória, e podia até mesmo ser necessário empreender uma retirada. Este ponto culminante existente na vitória fatalmente ocorrerá novamente em todas as guerras futuras nas quais a destruição do inimigo não puder ser o propósito militar, e isto provavelmente será verdadeiro na maioria das guerras. O propósito natural de todos os planos de campanha é, portanto, o ponto decisivo em que o ataque transforma-se em defesa.

Se desejássemos ultrapassar aquele ponto, isto não seria apenas um *esforço inútil* que nada acrescentaria ao êxito. Seria na realidade um *esforço prejudicial,* que poderia levar a uma reação; e a experiência demonstra como estas reações têm normalmente efeitos totalmente desproporcionais. Esta é uma experiência tão universal, e parece ser tão natural e tão fácil entendê-la, que não há necessidade de realizarmos uma trabalhosa investigação das suas causas. As principais causas são sempre a falta de organização existente nos territórios recém ocupados e o efeito psicológico do violento contraste entre as graves perdas sofridas e o êxito que esperava-se obter. Existe uma grande influência recíproca entre os extremos do moral das tropas - de um lado, um ânimo muitas vezes beirando a bravata e, do outro, a depressão. Em decorrência disto, as perdas serão mais pesadas durante uma retirada e normalmente devemos ficar gratos se tivermos que sacrificar apenas o território conquistado, e não o nosso solo natal.

Precisamos neste ponto esclarecer uma aparente incoerência.

Ela reside na pressuposição de que enquanto um ataque estiver progredindo, deverá haver ainda alguma superioridade do lado que o está realizando. Além disto, como a defesa (a forma de guerra mais eficaz) deve ter início quando terminar o ataque, podemos não estar na realidade correndo um grande perigo de tansformarmo-nos imperceptivelmente no lado mais fraco. Na realidade é isto o que ocorre: a história obriga-nos a admitir que o risco de virmos a sofrer um contratempo normalmente não atinge o seu ponto mais elevado até o momento em que o ataque tiver perdido o seu ímpeto e estiver transformando-se em defesa. Devemos procurar o motivo disto.

A superioridade que atribuí à forma defensiva de guerra reside no seguinte:

1. A utilização do terreno.
2. A posse de um teatro de operações organizado.
3. O apoio da população.
4. A vantagem de estar no lado que espera.

É evidente que estes fatores não serão encontrados com igual intensidade em todos os lugares, e que nem sempre serão igualmente efetivos. Uma defesa não é, portanto, exatamente igual a outra e nem sempre a defesa desfruta do mesmo grau de superioridade com relação ao ataque. Este é especialmente o caso de uma defesa realizada imediatamente após uma ofensiva - uma defesa cujo teatro de operações esteja localizado no vértice de uma cunha ofensiva introduzida profundamente em território hostil. Somente o primeiro dos quatro fatores listados acima, a utilização do terreno, permanecerá inalterado numa defesa destas. O segundo normalmente será eliminado, o terceiro funcionará ao contrário e o quarto terá o seu efeito bastante reduzido. Uma breve explicação sobre este último ponto pode ser de utilidade.

Numa situação de equilíbrio imaginário, campanhas inteiras podem muitas vezes terminar sem apresentar qualquer resultado devido à falta determinação do lado que deveria tomar a iniciativa. É exatamente por isto, no nosso entendimento, que é uma vantagem ser capaz de esperar pelo inimigo. Mas se uma ação ofensiva romper este equilíbrio, causar danos ao inimigo e obrigá-lo a agir, é muito menos provável que ele permaneça inativo e indeciso. Uma defesa possui um caráter muito mais provocativo quanto está infectada pelo vírus do ataque, e isto enfraquece a sua característica básica. Na Silésia e na Saxônia, Daun concedeu a Frederico um período de calma que nunca teria concedido na Boêmia.

É evidente, portanto, que uma defesa que seja realizada com a estrutura de uma ofensiva terá todos os seus elementos vitais enfraquecidos. Ela não terá mais, por conseguinte, a superioridade que basicamente pertence a ela.

Assim como nenhuma campanha defensiva consiste unicamente de elementos defensivos, nenhuma campanha ofensiva consiste puramente de elementos ofensivos. Fora pequenos intervalos existentes em qualquer campanha, durante os quais os dois lados ficam na defensiva, qualquer ataque que não leve à paz deve necessariamente terminar como uma defesa.

Assim, é a própria defesa que enfraquece o ataque. Longe de ser um sofisma infundado, consideramos que a maior desvantagem do ataque é sermos eventualmente deixados numa incômoda posição defensiva.

Isto irá explicar porque existe uma redução gradual na diferença existente entre a eficácia inicial do ataque e da defesa como formas de guerra. Propomo-nos agora a mostrar como esta diferença pode desaparecer totalmente e inverter completamente o seu sentido.

Podemos ser mais sucintos se utilizarmos uma analogia retirada da natureza. Toda força física necessita de algum tempo para tornar-se eficaz. Uma força que se for aplicada suave e gradualmente será suficiente para fazer parar um corpo em movimento, será incapaz de fazê-lo se não houver tempo suficiente para que atue. Esta lei da física fornece uma imagem apropriada dos diversos aspectos da nossa própria psicologia. Estando já a nossa linha de pensamento numa determinada direção, diversas razões que de outro modo seriam basicamente adequadas para desviá-la ou detê-la, não serão capazes de fazê-lo. É necessário que haja tempo, tranqüilidade e um impacto continuado sobre a nossa capacidade de percepção. O mesmo acontece na guerra. Estando a mente voltada para um determinado rumo em direção ao seu propósito, ou tendo sido ela levada a voltar em direção a um abrigo, pode facilmente ocorrer que argumentos que forçariam um homem a parar, e que justificariam um outro a agir, não sejam plenamente avaliados. Enquanto isto o combate prossegue e, no ímpeto do movimento, cruzamos sem perceber o limiar do equilíbrio, a linha de culminância. É até mesmo possível que o atacante, fortalecido pelas forças psicológicas peculiares ao ataque, ache, a despeito da sua exaustão, menos difícil avançar do que parar - como um cavalo puxando uma carga morro acima. Acreditamos que isto demonstre sem qualquer incoerência como um atacante pode ultrapassar o ponto no qual, se tivesse parado e assumido a defensiva, ainda tivesse probabilidade de êxito - isto é, o ponto de equilíbrio. É importante, portanto, avaliar corretamente onde encontra-se este ponto ao planejar a campanha. Senão, um atacante pode enfrentar mais dificuldades do que pode suportar, e ficar assim no prejuízo. Um defensor pode ser capaz de perceber este erro se o inimigo cometê-lo, e explorá-lo ao máximo.

Ao examinar todo o conjunto de fatores que um General deve considerar antes de tomar a sua decisão, devemos lembrar que ele só pode estimar a direção e o valor dos mais importantes, levando em consideração diversas outras possibilidades - algumas imediatas, outras remotas. Ele deve *adivinhar*, por assim dizer: adivinhar se o primeiro embate da batalha fortalecerá a determinação do inimigo e aumentará a sua resistência, ou se, como um frasco de Bolonha, se despedaçará assim que a sua superfície for arranhada. Adivinhar a extensão do enfraquecimento e da paralisia que a exaustão de determinadas fontes de suprimentos e o corte de certas linhas de comunicações causarão ao inimigo. Adivinhar se a dor lancinante dos ferimentos que recebeu fará o inimigo prostrar-se em exaustão ou, como um touro ferido, provocará a sua fúria. Adivinhar se as outras nações ficarão atemorizadas ou indignadas, se serão dissolvidas ou formadas as alianças políticas, e quais serão estas alianças. Quando percebemos que ele deve acertar com relação a tudo isto e a muito mais através do seu criterioso

discernimento, como um atirador acerta um alvo, devemos admitir que tal realização da mente humana não é uma façanha pequena. Milhares de oportunidades erradas por toda a parte seduzem a sua capacidade de percepção, e se a amplitude, a confusão e a complexidade dos problemas não forem suficientes para assoberbá-lo, os perigos e as responsabilidades poderão ser.

É por isto que a grande maioria dos Generais preferirá parar bem antes do seu objetivo de que arriscar-se a se aproximar demais, e porque aqueles que possuem muita coragem e um espírito muito audacioso muitas vezes irão longe demais e deixarão assim de atingir o seu propósito. Somente o homem que pode obter grandes resultados com meios limitados acerta realmente o alvo.

LIVRO OITO

Planos de Guerra

CAPÍTULO UM

Introdução

No capítulo sobre a natureza e o propósito da guerra esboçamos a grosso modo o conceito geral de guerra e fizemos referência às ligações existentes entre a guerra e outros fenômenos físicos e sociais, para dar à nossa análise um bom ponto de partida teórico. Assinalamos que uma diversidade de obstáculos intelectuais envolvem a questão, enquanto reservávamos para mais tarde um estudo detalhado destes obstáculos e concluímos que o principal propósito de toda ação militar é derrotar o inimigo - o que significa destruir as suas forças armadas. Foi possível, portanto, mostrar no capítulo seguinte que a batalha é um meio, e o único, que a guerra pode empregar. Com isto, esperamos, foi estabelecida uma boa hipótese de trabalho.

Examinamos em seguida, um a um, os padrões e as situações mais notáveis (com exceção da batalha propriamente dita) que ocorrem na guerra, tentando avaliar com maior precisão o valor de cada um deles, tanto de acordo com as suas características básicas como à luz da experiência militar. Procuramos também afastar as noções vagas e ambíguas comumente vinculadas a eles, e tentamos tornar absolutamente claro que a destruição do inimigo é sempre o que mais interessa.

Voltamos agora à guerra como um todo, à análise do planejamento de uma guerra e de uma campanha, o que significa voltar às idéias apresentadas no Livro Um.

Os capítulos seguintes tratarão do problema da guerra como um todo. Eles abrangem o seu aspecto predominante e mais importante: a estratégia pura. Entramos nesta área crucial - o ponto central para o qual convergem todos os outros fios deste tecido - não sem alguma hesitação. Na realidade, esta hesitação é plenamente justificável.

Por outro lado, as operações militares parecem ser muito simples. Os maiores Generais discutem-nas na linguagem mais clara e mais direta, e ao ouví-los contar como controlar e conduzir aquele mecanismo enorme e complexo, pensaríamos que a única coisa que tinha importância era aquele homem que falava, e que toda a monstruosidade denominada guerra foi reduzida, na realidade, a uma disputa entre indivíduos, a uma espécie de duelo. Uns poucos pensamentos simples parecem ser os responsáveis pelas suas decisões - ou isto, ou a explicação está nos diversos estados emocionais e somos deixados com a impressão de que os grandes comandantes conduzem as questões de uma maneira fácil, confiante e, quase que poderíamos pensar, displicente. Ao mesmo tempo, podemos ver

como muitos fatores estão envolvidos e têm que ser avaliados em relação a cada um dos outros. A distância enorme, quase infinita, que pode haver entre uma causa e o seu efeito, e as inúmeras maneiras pelas quais estes elementos podem ser associados. O papel da teoria é colocar tudo isto, de uma maneira clara e abrangente, numa ordem sistemática e vincular cada ação a uma causa adequada e convincente. Quando refletimos sobre tudo isto, somos tomados pelo receio de sermos irresistivelmente arrastados para um estado de pedantismo melancólico e remexer no submundo de importantes conceitos onde nenhum comandante, com o seu *coup d´oeil* que não exige esforço, jamais foi visto. Se isto fosse o melhor que os estudos teóricos pudessem apresentar, em primeiro lugar seria melhor nunca haver tentado utilizá-los. Os homens dotados de um verdadeiro talento os desprezariam e eles seriam rapidamente esquecidos. Quando tudo tiver sido dito e feito, é realmente o *coup d´oeil* do comandante, a sua capacidade de ver as coisas de uma maneira simples, de identificar-se plenamente com toda a questão da guerra, que será a essência de um bom General. A mente só poderá alcançar a liberdade de que precisa para dominar os acontecimentos e para não ser dominada por eles se trabalhar desta maneira abrangente.

Reiniciamos a nossa tarefa, portanto, com alguma hesitação e fracassaremos, a menos que nos mantenhamos na trajetória que estabelecemos para nós no início. A teoria deve lançar uma luz fixa sobre todos os fenômenos, de modo que possamos reconhecer mais facilmente e eliminar as ervas daninhas que sempre nascem da ignorância. Ela deve mostrar como uma coisa está relacionada com outra, e manter separados o que é importante e o que não é importante. Se alguns conceitos combinam-se por sua livre vontade para formar aquele núcleo de verdade que chamamos de princípio, e se espontaneamente compõem um padrão que transforma-se numa regra, a tarefa do teórico é deixar isto claro.

As idéias obtidas e acumuladas pela mente em seus devaneios entre os conceitos fundamentais são os benefícios que a teoria pode proporcionar. A teoria não pode dotar a mente de fórmulas para resolver problemas, nem pode demarcar a trajetória estreita na qual espera-se que esteja a única solução, fincando uma cerca de princípios de cada lado. Mas pode dar à mente uma percepção da grande quantidade de fenômenos e da relação existente entre eles e, em seguida, deixá-la livre para ascender aos mais elevados domínios da ação. Lá, a mente pode utilizar ao máximo os seus talentos natos, reunindo-os todos de modo a compreender o que é *certo* e *verdadeiro*, como se isto fosse uma única idéia formada pela sua pressão concentrada - como se fosse uma resposta ao desafio imediato, e não um produto do pensamento.

LIVRO OITO

CAPÍTULO DOIS

LIVRO OITO

Guerra Absoluta e Guerra Real

Os planos de guerra abrangem todos os aspectos de uma guerra e os entrelaçam numa única operação que deve ter um propósito único e definitivo, no qual todas as metas específicas sejam harmonizadas. Ninguém dá início a uma guerra - ou melhor, ninguém em sã consciência deveria fazê-lo - sem ter primeiro claro em sua mente o que pretende obter através dela e como pretende conduzí-la. O primeiro é o seu propósito político. O último, o seu propósito operativo. Este é o princípio orientador que estabelecerá a sua linha de ação, determinará o vulto dos meios e dos esforços necessários e fará com que a sua influência seja plenamente sentida até o menor detalhe operativo.

Dissemos no primeiro capítulo que o propósito natural das operações militares é a derrota do inimigo, e que uma rigorosa fidelidade à lógica do conceito não pode, em última análise, admitir qualquer outro. Como os dois beligerantes devem ter esta mesma opinião, ocorreria que as operações militares não poderiam ser suspensas e que as hostilidades não poderiam terminar até que um lado ou o outro tivesse sido finalmente derrotado.

No capítulo sobre a suspensão das atividades militares[1], mostramos como os fatores inerentes à própria máquina de guerra podem interromper e modificar o princípio da hostilidade, como personificado no seu agente, o homem, e em tudo que venha a constituir a guerra. Ainda assim, este processo de modificação não é de modo algum adequado para transpor o abismo existente entre o puro conceito de guerra e a sua forma concreta que de uma maneira geral a guerra assume. A maioria das guerras é como um acesso mútuo de raiva, quando cada lado pega em armas para defender-se, para intimidar o seu oponente e para, de vez em quando, desferir-lhe um golpe real. De um modo geral não é uma situação em que dois elementos mutuamente destruidores chocam-se, mas sim uma situação de tensão entre dois elementos, separados momentaneamente, que descarregam a sua energia através de choques pequenos e descontínuos.

Mas qual é exatamente este meio não condutor, esta barreira que impede uma descarga total? Porque o conceito teórico não é obedecido na prática? A barreira em questão é a vasta série de fatores, forças e condições existentes nos interesses nacionais que são afetados pela guerra. Nenhuma seqüência

[1] Livro Três, Capítulo Dezesseis. Eds.

lógica poderia evoluir através das suas inúmeras voltas e reviravoltas como se fosse um único fio que unisse duas deduções. A lógica cessa neste labirinto, e aqueles homens que normalmente agem, tanto

nas questões importantes como nas secundárias, de acordo com as impressões ou sentimentos predominantes e não de acordo com a lógica rigorosa, dificilmente estarão cientes da situação confusa, incoerente e ambígua em que se encontram.

O homem que está no comando geral pode ter realmente examinado todas estas questões sem perder de vista por um só momento o seu propósito, mas os muitos outros envolvidos podem não ter todos tido esta mesma visão. Surge a oposição e, consequentemente, é necessário fazer algo para superar a enorme inércia da massa. Mas normalmente não existe energia suficiente para isto.

Esta incoerência pode surgir em qualquer lado beligerante, ou em ambos, e é por esta razão que a guerra transforma-se em algo completamente diferente daquilo que deveria ser de acordo com a teoria - transforma-se em algo incoerente e incompleto.

Esta é a sua aparência comum, e poderíamos nos perguntar se de fato existe alguma verdade no nosso conceito relativo ao caráter absoluto da guerra, não fosse pelo fato de termos visto com os nossos próprios olhos a guerra atingir este estado de perfeição absoluta. Após o curto prelúdio da Revolução Francesa, Bonaparte levou-a rápida e implacavelmente àquele ponto. A guerra, em suas mãos, era travada sem interrupções até que o inimigo se rendesse, e o contragolpe era desferido quase que com a mesma energia. Certamente tanto é natural como inevitável que este fenômeno deva fazer com que voltemo-nos novamente para o conceito puro de guerra, com todas as suas rigorosas implicações.

Devemos então tomar isto como sendo o padrão e julgar todas as guerras por ele, por mais que elas possam divergir entre elas? Devemos deduzir toda a nossa teoria a partir deste padrão? A questão é saber se este deve ser o único tipo de guerra, ou se pode haver outras formas válidas. Devemos chegar a uma conclusão antes que possamos dizer qualquer coisa inteligente sobre os planos de guerra.

Se o primeiro ponto de vista estiver certo, a nossa teoria se aproximará em todos os lugares da necessidade lógica, e tenderá a ser clara e inequívoca. Mas, neste caso, o que vamos dizer sobre todas as guerras que têm sido travadas desde os dias de Alexandre - excetuando determinadas campanhas romanas - até Bonaparte? Teríamos que condená-las abertamente, mas as pessoas poderiam ficar estarrecidas com a nossa presunção se fizermos isto. Pior ainda, estaremos fadados a dizer que, a despeito da nossa teoria, ainda poderá haver outras guerras deste tipo nos próximos dez anos, e que a nossa teoria, embora rigorosamente lógica, não se aplicaria à realidade. Devemos estar dispostos, portanto, a elaborar o nosso conceito de guerra como ela deve ser travada, não na base da sua simples definição, mas deixando espaço para todo tipo de questões externas. Devemos levar em consideração a inércia natural, toda a fricção das suas partes, toda a incongruência, imprecisão e timidez do homem e,

finalmente, devemos enfrentar o fato de que a guerra e as suas formas decorrem das idéias, emoções e condições predominantes naquele momento - e, para ser totalmente honestos, devemos admitir que foi assim, mesmo quando a guerra assumiu o seu estado absoluto sob o comando de Bonaparte.

Se é assim, devemos admitir que a srcem e a forma assumida por uma guerra não são o resultado de qualquer decisão definitiva proveniente da vasta série de circunstâncias envolvidas, mas apenas daqueles aspectos que vieram a ser predominantes. Ocorre que a guerra depende da interação de possibilidades e probabilidades, da sorte e do azar, condições nas quais o raciocínio rigorosamente lógico muitas vezes não desempenha qualquer papel e está sempre apto a ser uma ferramenta intelectual extremamente inadequada e inconveniente. Ocorre, também, que a guerra pode ser uma questão de gradação.

A teoria deve reconhecer tudo isto, mas tem a obrigação de dar prioridade à forma absoluta de guerra e fazer daquela forma um ponto de referência geral, de modo que aquele que desejar aprender a partir da teoria fique acostumado a ter constantemente este ponto em mente, a avaliar todas as suas expectativas e temores através dele e a aproximar-se dele *quando puder*, ou *quando dever*.

Um princípio que fundamente os nossos pensamentos a as nossas ações emprestará indubitavelmente a eles um certo tom e um certo caráter, embora as causas imediatas da nossa ação possam ter srcens diferentes, assim como o tom que o pintor dá à sua tela é determinado pela cor da tinta que está embaixo.

Se hoje a teoria pode realmente fazer isto atualmente, isto é devido às nossas guerras recentes. Sem os exemplos acauteladores do poder destruidor da guerra desencadeada, a teoria pregaria para ouvidos surdos. Ninguém teria acreditado ser possível acontecer o que está sendo experimentado agora por todos.

Teria a Prússia ousado invadir a França em 1792[2] com 70.000 homens se tivesse tido uma vaga noção de que as repercussões em caso de fracasso seriam suficientemente intensas para destruir o antigo equilíbrio de poder europeu? Teria ela arriscado uma guerra contra a França em 1806, com 10.000

[2] Na edição alemã consta 1798, o que obviamente é um erro de impressão. Eds.

homens, se tivesse suspeitado de que o primeiro tiro armaria uma mina que iria explodir levando-a aos ares?

CAPÍTULO TRÊS

A. A Interdependência dos Elementos da Guerra

LIVRO OITO

Como podemos imaginar a guerra de duas maneiras diferentes, - na sua forma absoluta ou numa das formas variantes que ela realmente assume - surgem dois conceitos diferentes de êxito.

Na forma absoluta de guerra, onde tudo decorre de causas necessárias e onde um combate afeta rapidamente o outro, não existe, se é que podemos empregar esta expressão, qualquer vazio neutro interveniente. Como a guerra contém um grande número de interações,[1] como todos os engajamentos estão, rigorosamente falando, ligados uns aos outros,[2] como em toda vitória existe um ponto culminante além do qual encontra-se o reino das perdas e das derrotas[3] - considerando todas estas características intrínsecas da guerra, dizemos que somente um resultado importa: *a vitória final.* Até lá, nada está decidido, nada está ganho e nada está perdido. Nesta forma de guerra devemos ter sempre em mente que é o fim que coroa o trabalho. Dentro do conceito de guerra absoluta, portanto, a guerra é indivisível e as suas partes componentes (as vitórias isoladas) só têm valor pela sua relação com o todo. Conquistar Moscou e a metade da Rússia em 1812 de nada valeria a Bonaparte, a menos que isto lhe trouxesse a paz que ele tinha em mente. Mas estes êxitos eram apenas uma parte do seu plano de campanha: o que ainda estava faltando era a destruição do Exército Russo. Se esta conquista tivesse sido acrescentada ao resto, a paz teria sido tão certa quanto podem ser as coisas deste tipo em qualquer ocasião. Mas era tarde demais para realizar a segunda parte do seu plano. A sua oportunidade tinha passado. Assim, a etapa vitoriosa não foi só desperdiçada, como levou ao desastre.

Contrastando com esta visão extrema da ligação existente entre os êxitos na guerra, existe uma outra visão, não menos radical, que sustenta que a guerra consiste em êxitos isolados, cada um deles sem qualquer relação com o próximo, como num jogo consistindo em diversos períodos. Os primeiros períodos não teriam efeito sobre o último. Tudo que importa é o resultado final, e cada resultado isolado dá a sua contribuição para este total.

A primeira destas visões da guerra extrai a sua validade da natureza da questão. A segunda, da sua história real. Ocorreram inúmeros casos em que uma pequena vantagem poderia ser obtida sem que a

[1] Ver Capítulo Um, Livro Um. Cl.
[2] Ver Capítulo Dois, Livro Um. Cl.
[3] Ver Capítulos Quatro e Cinco, Livro Sete. Cl.

ela estivesse vinculada uma condição onerosa. Quanto mais moderado for o elemento de violência, mais comuns serão estes casos, mas assim como a guerra absoluta nunca foi de fato alcançada, nunca acharemos uma guerra na qual o segundo conceito seja tão predominante que o primeiro possa ser totalmente desprezado. Se postularmos o primeiro dos dois conceitos, concluiremos necessariamente

desde o início que toda guerra deve ser concebida como constituindo um único bloco, e que com a sua primeira medida o General já deverá ter uma idéia clara do propósito para o qual todas as linhas devem convergir.

Se postularmos o segundo conceito, acharemos legítimo procurar obter pequenas vantagens por causa delas mesmas e deixar o futuro para si mesmo.

Como estes dois conceitos levam a alguns resultados, a teoria não pode abandonar nenhum deles. A teoria faz a sua distinção quanto à aplicação dos dois conceitos: toda ação deve basear-se no primeiro, uma vez que este é o conceito fundamental. O último só pode ser utilizado como uma modificação justificada pelas circunstâncias.

Em 1742, 1744, 1757 e 1758, quando Frederico, operando a partir da Silésia e da Saxônia, introduziu novas pontas de lança na Áustria, estava perfeitamente ciente de que elas poderiam não levar a uma outra conquista permanente como a Silésia e a Saxônia. O seu propósito não era destruir o Império Austríaco, mas sim um propósito secundário, qual seja, ganhar tempo e força. E ele podia perseguir este propósito secundário sem temer arriscar a sua própria existência.[4]

Entretanto, quando a Prússia em 1806 e a Áustria em 1805 e em 1809, adotaram um propósito ainda mais modesto - expulsar os franceses para o outro lado do Reno - teria sido insensato se eles não tivessem começado examinando cuidadosamente toda a série de acontecimentos que o êxito ou o fracasso poderia trazer em decorrência do passo inicial, e que levaria à paz. Este exame era indispensável, tanto para decidir até onde eles poderiam explorar com segurança os seus êxitos, como também como e onde quaisquer êxitos do inimigo poderiam ser impedidos.

Um estudo minucioso da história revela onde reside a diferença entre estes casos. No Século

[4] Se Frederico tivesse vencido a batalha de Kolin e, em decorrência disto tivesse capturado o principal exército austríaco em Praga com os seus dois comandantes superiores, teria sido de fato um golpe tão esmagador que ele poderia perfeitamente ter pensado em prosseguir para Viena, abalando as fundações da monarquia e impondo a paz. Este teria sido um êxito sem paralelo naqueles dias, tão grandioso quanto os triunfos das guerras Napoleônicas, mas ainda mais admirável e brilhante devido à disparidade de tamanho entre o David prussiano e o Golias austríaco. Uma vitória em Kolin teria quase que certamente tornado possível este êxito. Mas isto não invalida a afirmativa feita acima, que só diz respeito ao propósito srcinal da ofensiva do Rei. Cercar e capturar o principal exército do inimigo, por outro lado, era algo totalmente imprevisto e o Rei nunca havia pensado nisto - pelo menos até que os austríacos o induzissem a fazer isto através da posição inadequada que assumiram em Praga. Cl.

XVIII, nos dias das campanhas silesianas, a guerra ainda era um assunto só para os governos, e o papel das populações era simplesmente o de um instrumento. No início do Século XIX, as próprias populações estavam na balança, de um lado ou do outro. Os Generais que opunham-se a Frederico o Grande estavam agindo de acordo com as instruções que haviam recebido - o que sugere que a cautela

era uma das suas características mais marcantes. Mas agora o oponente dos austríacos e dos prussianos era - para dizer claramente - o próprio Deus da Guerra.

Estas transformações sofridas pela guerra poderiam ter levado a novas maneiras de pensar sobre ela. Em 1805, 1806 e 1809, os homem poderiam ter percebido que a ruína total era uma possibilidade - na realidade eles a encaravam de frente. Isto poderia tê-los estimulado a realizar esforços diferentes daqueles que foram dirigidos no sentido de atingir objetivos maiores do que algumas fortificações e uma província de tamanho médio.

Estas transformações, entretanto, não alteraram suficientemente a sua atitude, embora o grau de rearmamento austríaco e prussiano mostrem que as nuvens carregadas que estavam acumulando-se no mundo político haviam sido notadas. Eles fracassaram porque as transformações sofridas pela guerra não haviam sido ainda suficientemente reveladas pela história. De fato, as próprias campanhas de 1805, 1806 e 1809, e as que se seguiram, foram as que fizeram com que fosse mais fácil para nós entender o conceito da moderna guerra absoluta com todo o seu poder devastador.

A teoria exige, portanto, que no início de uma guerra sejam determinadas as suas características e o seu alcance, com base nas probabilidades políticas. Quanto mais firmemente estas probabilidades políticas levarem a guerra na direção do absoluto, quanto mais os Estados beligerantes estiverem envolvidos e forem arrastados para o seu redemoinho, mais claro parecerá ser o vínculo existente entre as suas ações separadas e mais imperativa será a necessidade de dar o primeiro passo sem pensar no último.

B. A Dimensão do Propósito Militar e do Esforço a Ser Realizado

A intensidade da força que deverá ser empregada contra o inimigo dependerá da dimensão das exigências políticas de cada um dos lados. Estas exigências, até onde forem conhecidas, devem revelar

que esforços cada um deve fazer, mas raramente serão totalmente conhecidas - o que pode ser um motivo pelo qual os dos lados não se esforçam com a mesma intensidade.

De maneira semelhante, nem a situação, nem as condições dos beligerantes serão totalmente conhecidas. Este pode ser um segundo motivo.

Igualmente díspares são a força de vontade dos governos, o seu caráter e a sua capacidade.

Estas três considerações introduzem incertezas que tornam difícil avaliar o grau de resistência a ser enfrentado e, consequentemente, os meios necessários e os propósitos a serem estabelecidos.

Como na guerra um esforço demasiadamente pequeno pode causar não só o fracasso, mas também um dano incontestável, cada lado é levado a superar o outro, o que estabelece uma interação.

Esta interação poderia levar a um esforço máximo, se pudesse ser definido qual é o máximo. Mas neste caso seria perdida toda a proporção existente entre a ação e as exigências políticas. Os meios deixariam de ser proporcionais aos fins e, na maioria dos casos, uma política de esforço máximo fracassaria devido aos problemas domésticos que criaria.

Deste modo o beligerante será levado novamente a adotar uma linha de ação intermediária. Ele agirá de acordo com o princípio de não utilizar uma força maior e não estabelecerá para si mesmo um propósito militar maior do que o que seria suficiente para a consecução do seu propósito político. Para transformar este princípio em prática, ele deverá renunciar à necessidade de um êxito absoluto em cada caso determinado e eliminar dos seus cálculos as possibilidades mais remotas.

Neste ponto, portanto, a atividade intelectual deixa o campo das ciências exatas, da lógica e da matemática. Torna-se então uma arte, no sentido mais amplo do termo - a faculdade de utilizar o discernimento para detectar os elementos mais importantes e decisivos na vasta série de fatos e de situações. Este poder de discernimento consiste indubitavelmente, num maior ou menor grau, na comparação intuitiva de todos os fatores e de todas as circunstâncias deles decorrentes. O que é remoto e secundário é imediatamente descartado, enquanto que os pontos mais urgentes e mais importantes são identificados com uma velocidade maior do que poderia ser feito através de uma dedução estritamente lógica.

Para verificar o quanto dos nossos recursos deve ser mobilizado para a guerra, devemos examinar primeiro o nosso propósito político e o do inimigo. Devemos avaliar a força e a situação do Estado oponente. Devemos avaliar a força de caráter e as possibilidades do seu governo e do seu povo, e fazer o mesmo com relação ao nosso. Finalmente, devemos avaliar as simpatias de outros Estados e o efeito que a guerra pode exercer sobre eles. Avaliar estas coisas em todas as suas ramificações e em toda a

sua diversidade é simplesmente uma tarefa colossal. Uma avaliação rápida e correta delas exige evidentemente a intuição de um gênio. Dominar toda esta massa complexa de puro exame teórico é obviamente impossível. Bonaparte estava absolutamente certo quando disse que o próprio Newton desanimaria ante os problemas algébricos que isto poderia oferecer.

O tamanho e a diversidade dos fatores a serem pesados e a incerteza com relação à própria balança a ser utilizada fatalmente tornarão mais difícil chegar à conclusão correta. Devemos ter em mente também que a enorme e incomparável importância da guerra, embora não aumente a complexidade e a dificuldade do problema, aumenta o valor da solução correta. A responsabilidade e o perigo não libertam nem estimulam a mente das pessoas normais - muito pelo contrário, mas sempre que libertarem o discernimento e a confiança de um indivíduo, podemos estar certos de que estamos na presença de uma capacidade excepcional.

No início devemos, portanto, admitir que uma guerra iminente, os seus possíveis propósitos e os recursos que exigirá são questões que só poderão ser avaliadas quando todas as circunstâncias tiverem sido examinadas em relação ao conjunto, que contém também, evidentemente, os fatores mais efêmeros. Devemos reconhecer também que a conclusão a que chegarmos não pode ser mais totalmente objetiva do que qualquer outra a que se chegue na guerra, mas será moldada pelas qualidades da mente e do caráter dos homens que estão tomando a decisão - dos governantes, políticos e comandantes, estejam ou não estas funções unificadas num único indivíduo.

Um tratamento mais genérico e mais teórico da questão poderá ser viável, se considerarmos a natureza dos Estados e das sociedades, uma vez que eles são determinados pela sua época e pelas condições predominantes. Demos uma rápida olhada na história.

Os tártaros semi-bárbaros, as repúblicas da antigüidade, os lordes feudais e as cidades mercantilistas da Idade Média, os Reis do Século XVIII, os governantes e os povos do Século XIX - todos travaram as guerras à sua maneira, empregando diferentes métodos e procurando atingir diferentes propósitos.

As hordas tártaras buscavam uma nova terra. Organizando-se como uma nação, com mulheres e crianças, tinham uma superioridade numérica sobre qualquer outro exército. O seu propósito era conquistar os seus inimigos ou expulsá-los. Se um elevado grau de civilização pudesse ter sido associado a tais métodos, teriam arrastado tudo que estivesse à sua frente.

As repúblicas da antigüidade, com a exceção de Roma, eram pequenas e os seus exércitos menores ainda, pois os *plebeus*, a grande quantidade da população, estavam excluídos. Sendo tantas e

estando tão perto umas das outras, estas repúblicas descobriram que o equilíbrio que sempre alguma lei da natureza estabelecerá entre as pequenas e desconexas unidades constituiria um obstáculo a empreendimentos de vulto. Elas limitaram portanto as suas guerras a saquear a área rural e a tomar umas poucas cidades para obter um certo grau de influência sobre elas.

Roma foi a única exceção a esta regra, e somente nos seus últimos dias. Com poucos grupos de homens, ela havia travado durante séculos a luta normal contra os seus vizinhos pelo produto dos saques ou por alianças. Ela cresceu, não tanto através das conquistas quanto através das alianças que fez, pois os povos vizinhos gradualmente fundiram-se a ela e foram assimilados por ela numa Roma maior. Foi somente quando este processo havia disseminado o domínio de Roma pelo sul da Itália que ela começou a expandir-se através da verdadeira conquista. Cartago caiu. A Espanha e Gália foram tomadas. A Grécia foi conquistada e o domínio romano foi levado para a Ásia e para o Egito. Naquela época, o poderio militar de Roma era imenso, sem que os seus esforços fossem igualmente grandes. Os seus exércitos eram mantidos através da sua riqueza. Roma não era mais como as repúblicas gregas, nem mesmo era fiel ao seu próprio passado. O seu caso é único.

Tão singulares em sua própria maneira de ser foram as guerras de Alexandre. Com o seu exército pequeno, mas excelentemente adestrado e organizado, Alexandre despedaçou os frágeis Estados da Ásia. Implacavelmente, sem interrupções, avançou através da enorme vastidão da Ásia até chegar à Índia. Aquilo foi algo que nenhuma república poderia ter realizado. Somente um Rei, que num certo sentido era o seu próprio *condottiere*, poderia ter realizado aquilo tão rapidamente.

Os monarcas medievais, grandes ou pequenos, travavam guerras utilizando recrutas feudais, o que restringia as operações. Se algo não pudesse ser terminado rapidamente era impossível de ser feito. O próprio exército feudal era uma reunião de vassalos e dos seus empregados, trazidos e mantidos juntos, em parte devido a obrigações legais, e em parte através de uma associação voluntária - eqüivalendo o conjunto a uma verdadeira confederação. As armas e as táticas baseavam-se no combate individual e eram, portanto, inadequadas para um combate organizado envolvendo um grande número de homens. E na realidade a coesão no Estado nunca foi tão fraca, nem os indivíduos tão independentes. Foi a combinação destes fatores que deu características especiais às guerras medievais. Elas eram travadas de maneira relativamente rápida. Não perdia-se muito tempo no campo, mas normalmente o seu propósito era punir o inimigo, não subjugá-lo. Quando o seu gado tivesse sido mandado embora e os seus castelos tivessem sido queimados, podia-se ir para casa.

As grandes cidades comerciais e as pequenas repúblicas criaram os *condottieri*. Eles eram caros e constituíam, portanto, uma pequena força militar. Ainda menor era o seu valor combatente: o excesso de energia ou de esforços notabilizava-se pela sua ausência e normalmente o combate era uma simulação. Em suma, o ódio e a inimizade não levavam mais o Estado a realizar coisa alguma. Tornaram-se um elemento para ser utilizado nas negociações. A guerra perdeu muitos dos seus riscos. As suas características foram totalmente alteradas e nenhuma dedução extraída da sua própria natureza ainda era aplicável.

O sistema feudal consolidou-se gradualmente numa soberania territorial claramente delimitada. Os Estados estavam mais estreitamente unidos. O serviço militar pessoal tinha sido substituído por tributos em espécie, principalmente sob a forma de dinheiro, e os recrutas feudais foram substituídos por mercenários. A transição foi feita pelos *condottieri*. Durante algum tempo eles foram também o instrumento dos Estados maiores. Mas logo o soldado contratado a curto prazo evoluiu para o *mercenário permanente*, e a força armada do Estado tornou-se um exército permanente, pago pelo tesouro.

A lenta evolução em direção a esta meta trouxe evidentemente com ela diversas superposições destes três tipos de instituições militares. Sob o reinado de Henrique IV da França, os recrutas feudais, os *condottieri* e um exército permanente foram empregados lado a lado. Os *condottieri* sobreviveram à Guerra dos Trinta Anos e, na realidade, leves vestígios deles podem ser encontrados no Século XVII.

Assim como as características das instituições militares dos Estados europeus fora diferentes nos vários períodos, todas as outras condições também o foram. A Europa, essencialmente, havia sido dividida numa grande quantidade de pequenos Estados. Alguns eram repúblicas turbulentas, outras pequenas monarquias precárias com um poder central muito limitado. Não poderíamos dizer que um Estado daquele tipo fosse verdadeiramente unido. Era mais exatamente um aglomerado de forças vagamente associadas. Não devemos imaginar, portanto, um Estado destes como constituindo uma inteligência personificada, agindo de acordo com regras simples e lógicas.

Este é o ponto de vista a partir do qual devem ser consideradas as políticas e as guerras da Idade Média. Não precisamos pensar apenas nos Imperadores alemães, com as suas constantes incursões à Itália ao longo de um período de quinhentos anos. Estas expedições nunca resultaram em qualquer conquista completa do território, nem jamais destinaram-se a isto. Seria fácil considerá-las como sendo um erro crônico, um engano nascido do espírito da época, mas não haveria um maior sentido em atribuí-las a uma grande quantidade de causas importantes, que possivelmente possamos assimilar

intelectualmente mas cuja dinâmica jamais compreenderíamos tão claramente quanto os homens que estavam realmente obrigados a lidar com elas. Enquanto as grandes nações que surgiram por fim deste caos precisaram de tempo para consolidar-se e organizar-se, a maior parte das suas forças e energias eram despendidas neste processo. As guerras com outros países ocorreram em menor número, e as que ocorreram revelavam as marcas de uma coesão política incompleta.

As guerras dos ingleses contra os franceses foram as primeiras a se destacarem. Mas a França ainda não poderia ser considerada uma verdadeira monarquia - era mais precisamente uma aglomeração de ducados e condados, enquanto que a Inglaterra, embora revelando uma maior unidade, ainda combatia com recrutas feudais em meio a muitas lutas domésticas.

Sob o reinado de Luiz XI, a França deu o maior passo no sentido da união interna. Tornou-se uma nação conquistadora na Itália, sob o reinado de Carlos VIII, e o seu Estado e o seu Exército chegaram ao auge sob o reinado de Luiz XIV.

A unidade espanhola começou a formar-se sob o reinado de Ferdinando de Aragon. Sob o reinado de Carlos V, em decorrência de casamentos de conveniência, subitamente emergiu uma poderosa monarquia espanhola composta pela Espanha e Borgonha, Alemanha e Itália. O que faltava a este colosso em termos de coesão e de estabilidade doméstica era compensado pela sua riqueza. O seu exército permanente enfrentou pela primeira vez o da França. Com a abdicação de Carlos V, o colosso partiu-se em dois - Espanha e Áustria. Esta última, fortalecida pela Hungria e pela Boêmia, emergia agora como uma grande nação, arrastando atrás dela a confederação alemã, como um escaler.

O fim do Século XVII, a era de Luiz XIV, pode ser considerada como sendo o momento da história em que o exército permanente, sob a forma conhecida no Século XVIII, atingiu a sua maioridade. Esta organização militar baseava-se no dinheiro e no recrutamento. Os Estados da Europa tinham alcançado uma total unidade interna. Com o serviço militar dos seus súditos transformado em pagamentos em dinheiro, o poder dos governos estava agora totalmente em seus tesouros. Graças aos avanços culturais e a uma administração progressivamente mais sofisticada, o seu poder era muito grande comparado aos dias anteriores. A França colocou diversas centenas de milhares de soldados regulares no campo e outros Estados podiam fazer o mesmo, proporcionalmente às suas populações.

As relações internacionais também mudaram de outras maneiras. A Europa estava agora dividida em uma dúzia de monarquias e um punhado de repúblicas. Era concebível que dois Estados pudessem travar uma grande guerra sem envolver, como em tempos anteriores, outros vinte. Os alinhamentos

políticos possíveis ainda eram muitos e diversos, mas podiam ser observados cuidadosamente e a sua probabilidade podia ser avaliada a cada momento.

Domesticamente, quase todos os Estados haviam sido reduzidos a uma monarquia absoluta. Os privilégios e a influência dos Estados haviam desaparecido gradualmente. O poder executivo havia tornado-se totalmente unificado e representava o Estado em suas relações exteriores. As instituições políticas e militares haviam evoluído e transformado-se num instrumento eficaz, com o qual uma vontade independente no centro do poder poderia agora travar uma guerra que correspondesse ao seu conceito teórico.

Além do mais, durante este período surgiram os três novos Alexandres - Gustavo Adolfo, Carlos III e Frederico o Grande. Com forças relativamente limitadas, mas altamente eficientes, cada um deles procurou transformar o seu pequeno Estado numa grande monarquia e esmagar toda a oposição. Se só estivessem lidando com os impérios asiáticos, poderiam ter assemelhado-se ainda mais a Alexandre. Mas em termos dos riscos que correram, inegavelmente prenunciaram Bonaparte.

Mas, se a guerra ganhou em termos de poder e de eficácia, perdeu com relação a outros aspectos.

Os exércitos eram pagos pelo tesouro, cujas regras tratavam a quase todos como se fossem a sua lista civil,* ou pelo menos propriedade do governo, não do povo. Com a exceção de algumas questões comerciais, as relações com outros Estados não interessavam ao povo, mas apenas ao tesouro ou ao governo. Esta era pelo menos a atitude de um modo geral. Um governo comportava-se como se possuísse e administrasse um grande Estado que estivesse constantemente esforçando-se para aumentar - um esforço no qual não esperava-se que os habitantes demonstrassem qualquer interesse especial. O

* NT - Dotação destinada ao pagamento das despesas pessoais de um monarca.

povo e o exército tártaros tinham sido um destes Estados. Nas repúblicas da antigüidade, e durante a Idade Média, o povo (se restringirmos o conceito àqueles que possuíam os direitos de cidadãos) ainda desempenhava um papel preponderante, mas nas circunstâncias existentes no Século XVIII, o papel do povo havia sido extinto. A única influência que ele continuava a exercer na guerra era uma influência indireta - através das suas virtudes ou dos seus defeitos em geral.

A guerra tornou-se assim a única preocupação do governo, na medida em que os governos haviam afastado-se dos seus povos e agiam como se eles próprios fossem o Estado. Os seus meios de travar guerras passaram a consistir no dinheiro existente em seus cofres e em tantos vagabundos ociosos quanto pudessem pegar, em seu próprio país ou no exterior. Consequentemente, os meios de

que dispunham eram razoavelmente definidos, e cada lado podia avaliar as possibilidades do outro, tanto em termos de números como de tempo. A guerra estava assim destituída da sua característica mais perigosa - a sua tendência no sentido do extremo e de toda a cadeia de possibilidades desconhecidas que inevitavelmente resultaria.

Os recursos financeiros do inimigo, o seu tesouro e o seu crédito, eram todos mais ou menos conhecidos, bem como o tamanho das suas forças combatentes. Não era possível realizar qualquer expansão ao ser deflagrada a guerra. Conhecendo os limites do poderio do inimigo, os homens sabiam que estavam razoavelmente a salvo da ruína total e, estando cientes das suas próprias limitações, eram por sua vez obrigados a restringir os seus propósitos. A salvo da ameaça dos extremos, não era mais necessário chegar a eles. A necessidade não era mais um incentivo para fazer isto, e o único estímulo poderia vir da coragem e da ambição. Estas, por outro lado, eram fortemente reprimidas pelas condições reinantes no Estado. Mesmo um comandante real tinha que empregar o seu exército com um mínimo de risco. Se o exército fosse pulverizado ele não poderia formar outro, e depois o exército não havia mais nada. Isto impunha a maior prudência a todas as operações. O precioso instrumento só poderia ser empregado se parecesse possível obter uma vantagem decisiva, e levar as coisas àquele ponto era um feito da mais alta habilidade. Mas enquanto aquilo não fosse realizado, as operações arrastavam-se numa espécie de vácuo. Não havia motivo para agir, e toda força motivadora parecia estar inerte. O motivo srcinal do agressor desaparecia gradualmente e transformava-se em prudência e indecisão.

A condução da guerra tornou-se assim um verdadeiro jogo, no qual as cartas eram dadas pelo tempo e pelo acaso. Com relação ao seu efeito, era uma forma um pouco mais vigorosa de diplomacia, um método de negociação mais convincente, no qual as batalhas e as operações de sítio eram as principais notas trocadas. Mesmo o governante mais ambicioso não possuía um propósito maior do que obter algumas vantagens que pudessem ser utilizadas na conferência de paz.

Esta forma de guerra limitada e restrita era devida, como já dissemos, à estreita base sobre a qual apoiava-se. Mas a explicação de porque até mesmo comandantes e monarcas talentosos como Gustavo Adolfo, Carlos XII e Frederico o Grande, com exércitos de qualidade excepcional, elevaram-se tão pouco acima do nível comum da época e porque, até mesmo eles, tiveram que contentar-se com um êxito moderado, está no equilíbrio de poder existente na Europa. Com o grande número de pequenos Estados anteriormente existentes, qualquer um deles estava impedido de expandir-se rapidamente devido a fatores imediatos e concretos, como a sua proximidade e vizinhança, seus laços familiares e

relações pessoais. Mas agora que os Estados eram maiores e os seus centros estavam mais afastados uns dos outros, os interesses amplamente dispersos que possuíam tornaram-se o fator limitador do seu crescimento. As relações políticas, com as suas afinidades e antipatias, tornaram-se um vínculo tão sensível que nenhum canhão poderia ser disparado na Europa sem que todos os governos sentissem que os seus interesses estavam sendo afetados. Consequentemente, um novo Alexandre precisava mais do que da sua espada afiada: ele precisava também de uma caneta na mão. Mesmo assim, raramente as suas conquistas significaram muita coisa.

Até mesmo Luiz XIV, embora disposto a destruir o equilíbrio de poder na Europa e pouco preocupado com a hostilidade geral que enfrentava no fim do Século XVII, continuou travando guerras ao longo das linhas tradicionais. Embora o seu instrumento militar fosse o do maior e mais rico de todos os monarcas, as suas características não eram diferentes das dos seus oponentes.

Ele havia deixado de estar em harmonia com o espírito da época, de saquear e arrasar a terra do inimigo, que desempenhou um papel importante na antigüidade na época dos tártaros e, na realidade, na época medieval. Isto era corretamente considerado como sendo desnecessariamente bárbaro, um convite a retaliações e uma prática que feria mais os sentimentos dos súditos do inimigo do que o seu governo - uma prática que era, portanto, ineficaz e que só servia para dificultar permanentemente o avanço da civilização em geral. Não apenas com relação aos seus meios, portanto, mas também aos seus propósitos, a guerra tornou-se cada vez mais restrita à força combatente propriamente dita. Os exércitos, com as suas fortificações e posições preparadas, vieram a formar um estado dentro do Estado, no qual a violência desapareceu gradualmente.

Toda a Europa regozijou-se com este avanço. Ele era visto como um resultado lógico do iluminismo. Esta era uma interpretação equivocada. O iluminismo nunca poderá levar a uma contradição: como dissemos anteriormente, e temos que dizer novamente, ele nunca poderá fazer com que dois mais dois seja igual a cinco. Apesar disto, este avanço beneficiou aos povos da Europa, embora não haja como negar que transformou ainda mais a guerra numa preocupação exclusiva dos governos e afastou-a ainda mais dos interesses do povo. Naquela época, o plano de guerra normal de um agressor era tomar uma ou duas províncias. O plano do defensor era simplesmente impedir que ele fizesse isto. O plano para uma determinada campanha era tomar uma fortificação inimiga, ou impedir a tomada de uma nossa. Nunca procurava-se o combate, a menos que fosse indispensável para aquela finalidade. Qualquer pessoa que travasse uma batalha que não fosse rigorosamente necessária, simplesmente pelo desejo de vitória, era considerada irresponsável. Normalmente passava-se toda uma

campanha numa única operação de sítio, ou duas no máximo. Partia-se do princípio de que os alojamentos de inverno eram necessários para todos. As más condições de um lado não constituíam uma vantagem para o outro, e quase que deixava de existir o contato entre os dois. Os alojamentos de inverno estabeleciam limites rigorosos às operações de uma campanha.

Se as forças estivessem rigorosamente equilibradas, ou se o lado mais audacioso fosse também nitidamente o mais fraco dos dois, nenhuma batalha era travada e nenhuma cidade era sitiada. Toda a campanha transformava-se na manutenção de determinadas posições e de determinados depósitos e na exploração sistemática de certas áreas.

Enquanto fosse este o estilo da guerra em geral, com a sua violência restrita de maneiras tão rigorosas e óbvias, ninguém via qualquer incongruência nela. Pelo contrário, tudo parecia estar absolutamente certo, e quando os críticos do Século XVIII começaram a analisar a arte da guerra, trataram dos detalhes sem preocuparem-se muito com o que era fundamental. A grandeza, na realidade a perfeição, era reconhecida em muitos aspectos, e até mesmo o Marechal-de-Campo austríaco Daun - a quem devia-se principalmente o fato de Frederico o Grande ter atingido plenamente o seu propósito e de Maria Tereza ter fracassado completamente em atingir o seu - poderia ser considerado um grande comandante. Somente de vez em quando alguém dotado de uma percepção aguda - ou de um verdadeiro bom senso - poderia afirmar que com forças superiores podia-se obter resultados positivos. De outro modo a guerra, com toda a sua arte, estava sendo mal conduzida.

Esta era a situação quando foi deflagrada a Revolução Francesa. A Áustria e a Prússia tentaram enfrentá-la com o tipo de guerra diplomática que apresentamos. Logo descobriram a sua inadequabilidade. Vendo a situação da maneira convencional, a princípio as pessoas esperavam ter que lidar apenas com um exército francês gravemente debilitado, mas em 1793 surgiu uma força que ultrapassou toda imaginação. Subitamente a guerra tornou-se uma atividade do povo - um povo de trinta milhões, todos considerando-se cidadãos. Não precisamos estudar em detalhes as circunstâncias que acompanharam esta tremenda evolução. Só precisamos observar os efeitos que são pertinentes à nossa análise. O povo passou a tomar parte nas guerras. Em vez dos governos e dos exércitos, como até então, todo o peso da nação foi jogado na balança. Os recursos e os esforços agora disponíveis para serem utilizados ultrapassaram todos os limites convencionais. Nada obstruía agora o vigor com que a guerra podia ser travada e, consequentemente, os oponentes da França enfrentavam o maior perigo.

Os efeitos desta novidade não tornaram-se evidentes, nem foram totalmente sentidos até o fim das guerras revolucionárias. As disputas revolucionárias ainda não tinham avançado inevitavelmente

em direção à conclusão definitiva: a destruição das monarquias européias. Aqui e ali os exércitos alemães ainda eram capazes de resistir a elas e deter o curso da vitória. Mas tudo isto era de fato devido apenas a imperfeições técnicas que dificultavam os franceses e que tornaram-se evidentes, primeiro nas praças e em seguida nos seus Generais e, sob o governo do Diretório, no próprio governo.

Tendo sido estas imperfeições corrigidas por Bonaparte, este monstro sagrado da guerra, com base na força de toda a população, iniciou a sua trajetória demolidora através da Europa. Ele movimentava-se com tal confiança e certeza que sempre que era enfrentado por exércitos do tipo tradicional não poderia jamais haver um único minuto de dúvida quanto ao resultado. Na hora certa, manifestou-se a reação. A Guerra Espanhola tornou-se espontaneamente a preocupação das pessoas. Em 1809, o governo austríaco fez um esforço sem precedentes empregando reservas e milícia. Chegou perto do êxito e superou em muito tudo que a Áustria havia anteriormente considerado ser possível. Em 1812 a Rússia tomou a Espanha e a Áustria como modelos: seus espaços imensos permitiram que as medidas que tomou - tardias como foram - surtissem efeito e até mesmo aumentassem a sua eficácia. O resultado foi brilhante. Na Alemanha, a Prússia foi a primeira a levantar-se. Ela fez da guerra uma preocupação do povo e, com a metade da sua população anterior, sem dinheiro e sem crédito, mobilizou uma força duas vezes maior do que a que tinha em 1806. Aos poucos o resto da Alemanha seguiu o seu exemplo, e a Áustria também - embora o seu esforço não se igualasse ao de 1809 - despendeu uma quantidade excepcional de energia. O resultado foi que em 1813 e em 1814 a Alemanha e a Rússia puseram cerca de um milhão de homens no campo contra a França - contando todos os que lutaram e que tombaram nas duas campanhas.

Nestas condições, a guerra era travada com uma diferente intensidade de vigor. Embora nem sempre se igualassem aos franceses em intensidade, e fossem algumas vezes até mesmo marcadas pela timidez, as campanhas eram totalmente conduzidas de uma nova maneira, não na que era utilizada no passado. No período de apenas oito meses, o teatro de operações passou do Oder para o Sena. A orgulhosa Paris teve que baixar a sua cabeça pela primeira vez, e o terrível Bonaparte foi preso e acorrentado.

Desde Bonaparte, portanto, a guerra, primeiro entre os franceses e depois entre os seus inimigos, voltou novamente a dizer respeito ao povo como um todo, assumiu características totalmente diferentes, ou melhor, aproximou-se mais da sua verdadeira característica, da sua perfeição absoluta. Parecia não haver fim para os recursos utilizados. Desapareceram todos os limites com relação ao vigor do entusiasmo demonstrado pelos governos e pelos seus súditos. Diversos fatores aumentaram

significativamente aquele vigor: a imensidão de recursos disponíveis, o vasto campo de oportunidades e a profundidade do sentimento que geralmente despertava. O único propósito da guerra era derrotar o oponente. Só era considerado possível fazer uma pausa e tentar conciliar os interesses opostos depois que ele tivesse sido aniquilado.

A guerra, livre de qualquer restrição convencional, irrompeu com toda a sua poderosa fúria. Isto foi devido à nova participação do povo nestes importantes assuntos de Estado, e esta participação resultou, por sua vez, em parte do impacto causado pela Revolução nas condições internas de todos os Estados e em parte do perigo que a França representava para todos.

Será sempre assim no futuro? A partir de agora, serão todas as guerras na Europa travadas utilizando todos os recursos do Estado e só terão que ser travadas, portanto, em torno de questões importantes que afetem o povo? Ou veremos novamente um afastamento gradual entre o governo e o povo? É difícil responder a estas perguntas, e somos o último a ousar respondê-las. Mas o leitor há de concordar conosco quando dizemos que, tendo sido derrubadas as barreiras - que num certo sentido só consistem na ignorância do homem sobre o que é possível - elas não serão facilmente erguidas novamente. Pelo menos quando grandes interesses estiverem em jogo, a hostilidade mútua se revelará da mesma maneira como revela-se em nossa própria época.

Neste ponto pode terminar a nossa pesquisa histórica. O nosso propósito não foi estabelecer de passagem um punhado de princípios de guerra para cada período. Quisemos mostrar como cada era teve o seu próprio tipo de guerra, as suas próprias condições limitadoras e as suas próprias predisposições peculiares. Não podemos, portanto, compreender e avaliar os comandantes do passado antes que coloquemo-nos na situação das suas épocas, não tanto através de um estudo cuidadoso, mas através de uma avaliação precisa dos seus principais aspectos determinantes.

Mas a guerra, embora condicionada pelas características específicas dos Estados e das suas forças armadas, deve conter algum elemento mais genérico - na realidade, universal - no qual todo teórico deveria estar interessado acima de tudo.

A época em que este postulado, este elemento universalmente válido, foi mais intenso, foi na mais recente, quando a guerra atingiu a violência absoluta. Mas a probabilidade de que a guerra tenha sempre características tão monumentais não é maior do que a probabilidade de que a ampla liberdade de ação que ela venha a desfrutar seja de novo intensamente restrita. Uma teoria, portanto, que trate exclusivamente da guerra absoluta, teria que ignorar qualquer caso em que a natureza da guerra tenha sido alterada devido a uma influência externa, ou então teria que descartar todos estes casos por

considerá-los como tendo sido interpretados incorretamente. Não pode ser para isto que exista a teoria. A sua finalidade é demonstrar o que é a guerra na prática, não qual deveria ser a sua natureza ideal. Assim, o teórico deve examinar minuciosamente todos os dados com um olho indagador, perspicaz e classificador. Deve ter sempre em mente a ampla diversidade de situações que podem levar à guerra. Se fizer isto, deduzirá o perfil dos seus aspectos notáveis, de tal modo que possa conciliar tanto as exigências da época, como as da situação naquele momento.

Só podemos dizer, portanto, que os propósitos que um beligerante adota e os recursos que emprega devem ser regidos por características específicas da sua própria situação, mas devem estar também de acordo com o espírito da época e com as suas características em geral. Finalmente, devem ser sempre regidos pelas conclusões gerais a serem extraídas da natureza da própria guerra.

CAPÍTULO QUATRO

Uma Definição mais Precisa do Propósito Militar: A Derrota do Inimigo

O propósito da guerra deveria ser o que o seu próprio conceito indica - derrotar o inimigo. Tomamos esta proposição básica como nosso ponto de partida.

Mas o que significa exatamente "derrotar"? Nem sempre é necessária a conquista de todo o território do inimigo. Se Paris tivesse sido tomada em 1792, a guerra contra a Revolução teria quase que certamente sido temporariamente levada a um fim. Não haveria nem mesmo a necessidade de que os exércitos franceses fossem derrotados primeiro, porque naqueles dias eles não eram especialmente poderosos. Em 1814, por outro lado, nem mesmo a tomada de Paris teria encerrado a questão se Bonaparte ainda tivesse tido um exército considerável por trás dele. Mas como na realidade o seu exército havia sido em grande parte eliminado, a tomada de Paris resolveu tudo em 1814 e novamente em 1815. Uma vez mais, se em 1812 Bonaparte tivesse conseguido, antes ou depois de tomar Moscou,

esmagar o Exército Russo com 120.000 homens no caminho para Kaluga, como esmagou os austríacos em 1805 e os prussianos no ano seguinte, o fato de que ele controlava a capital teria provavelmente significado que poderia fazer a paz, apesar da enorme área ainda não ocupada. Em 1805, Austerlitz foi decisiva. A posse de Viena e de dois terços do território austríaco não tinha sido suficiente para produzir uma paz. Por outro lado, após Austerlitz, o fato da Hungria ainda estar intacta nada fez para impedir que fosse feita a paz. O golpe definitivo que era necessário desferir era derrotar o Exército Russo. O Czar não possuía outro à mão e essa vitória teria certamente levado à paz. Se o Exército Russo estivesse com os austríacos no Danúbio em 1805 e compartilhasse a sua derrota, dificilmente teria sido necessário tomar Viena. A paz poderia ter sido imposta em Linz. Da mesma forma, a ocupação total de um país pode não ser suficiente. A Prússia em 1807 é um exemplo. Quando o golpe contra o aliado russo na vitória incerta de Eylau não foi suficientemente decisivo, a vitória decisiva de Friedland teve que ser obtida para obter o que Austerlitz havia obtido no ano anterior.

Estes acontecimentos são uma prova de que o êxito não é devido simplesmente a causas genéricas. Determinados fatores muitas vezes podem ser decisivos - detalhes só conhecidos por aqueles que estavam no local. Pode haver também fatores morais que nunca vêm à luz, enquanto que as questões podem ser decididas por acasos e incidentes tão diminutos que só aparecem nas histórias como anedotas.

O que o teórico tem a dizer aqui é o seguinte: devemos ter em mente as características predominantes dos dois beligerantes. Destas características forma-se um determinado centro de gravidade, o ponto central de todo o poder e de todo o movimento, do qual tudo depende. É contra este ponto que todas as nossas energias devem ser dirigidas.

As pequenas coisas sempre dependeram das grandes, sem importância ou importantes, eventuais ou essenciais. Isto deve orientar a nossa abordagem.

Para Alexandre, Gustavo Adolfo, Carlos XII e Frederico o Grande, o centro de gravidade era o seu exército. Se o seu exército tivesse sido destruído, eles teriam entrado para a história como fracassados. Em países sujeitos a lutas domésticas, normalmente o centro de gravidade é a capital. Em pequenos países que dependem dos grandes, normalmente é o exército do seu protetor. Entre as alianças, está na semelhança de interesses, e nas rebeliões populares está nas personalidades dos líderes e na opinião pública. É contra estes que as nossas energias devem ser dirigidas. Se o inimigo for abalado, não devemos dar-lhe tempo para recuperar-se. Devem ser desferidos golpe após golpe na mesma direção: o vitorioso, em outras palavras, deve atacar com toda a sua força e não apenas contra

uma fração da força do inimigo. Não será fazendo as coisas da maneira mais fácil - empregando uma força superior para roubar alguma província, preferindo a segurança desta conquista sem importância a um grande êxito - mas buscando constantemente o centro do seu poder, arriscando tudo para ganhar tudo, é que derrotaremos realmente o inimigo.

Ainda assim, não importa qual possa ser o principal aspecto do poder do inimigo - o ponto sobre o qual devem convergir os nossos esforços - a derrota e a destruição das suas forças combatentes continua sendo a melhor maneira de começar e, de qualquer modo, será uma característica muito importante da campanha.

Baseando os nossos comentários na experiência universal, os atos que consideramos mais importantes para a derrota do inimigo são os seguintes:

1. A destruição do seu exército, se for de algum modo importante
2. A tomada da sua capital, se ela não for só o centro da administração, mas também das atividades sociais, profissionais e políticas.
3. A aplicação de um golpe eficaz contra o seu principal aliado, se este for mais poderoso do que ele.

Supusemos até aqui - e isto de uma maneira geral é admissível - que o inimigo seja uma única nação. Mas tendo afirmado que a derrota do inimigo consiste em superar a resistência concentrada no seu centro de gravidade, devemos abandonar esta suposição e examinar o caso em que exista mais de um inimigo para derrotar.

Se dois ou mais Estados unirem-se contra um outro, o resultado ainda será, politicamente falando, *uma única guerra.* Mas esta unidade política é uma questão de intensidade. A questão é saber, portanto, se cada Estado está defendendo um interesse independente e se possui os seus próprios meios independentes para fazer isto, ou se os interesses e as forças da maioria dos aliados estão subordinados aos do líder. Quanto mais for este o caso, mais fácil será considerar todos os nossos oponentes como sendo uma única entidade, portanto muito mais fácil concentrar a nossa principal iniciativa num único grande golpe. Se isto for de algum modo exeqüível, será certamente o meio mais eficaz para chegarmos à vitória.

Eu afirmaria, portanto, como um postulado, que se você deseja conquistar todos os seus inimigos derrotando um deles, esta derrota deve ser o principal propósito da guerra. Neste inimigo nós atacamos o centro de gravidade de todo o conflito.

Existem alguns poucos casos em que esta concepção não se aplica - onde não seria realista reduzir diversos centros de gravidade a um só. Quando não for assim, não existe qualquer alternativa evidente a não ser agir como se existissem duas guerras ou até mais, cada uma com o seu próprio propósito. Isto pressupõe a existência de diversos oponentes independentes e, consequentemente, uma grande superioridade por parte deles. Quando for este o caso, derrotar o inimigo está fora de questão.

Devemos dedicar-nos mais atentamente à seguinte pergunta: quando este propósito é tanto exeqüível quanto adequado?

Para começar, as nossas forças devem ser adequadas:

1. Para conquistar uma vitória decisiva sobre as do inimigo.
2. Para realizar os esforços necessários no sentido de procurar obter a nossa vitória até o ponto em que seja totalmente impossível restabelecer o equilíbrio.

Em seguida, devemos estar certos de que a nossa situação política seja tão firme que este êxito não traga contra nós outros inimigos que possam obrigar-nos a abandonar imediatamente os nossos esforços contra o nosso primeiro oponente.

A França poderia aniquilar a Prússia em 1806, mesmo que isto fizesse com que a Rússia se voltasse contra ela com toda a sua força, uma vez que poderia defender-se contra os russos em solo prussiano. Em 1808, ela poderia fazer o mesmo na Espanha contra a Inglaterra, mas com relação à Áustria, não poderia. Em 1809, a França teve que reduzir consideravelmente as suas forças na Espanha e teria tido que renunciar totalmente àquele país se já não desfrutasse de uma grande vantagem moral e material sobre os austríacos.

Estes três exemplos devem ser cuidadosamente estudados. Podemos vencer a primeira decisão num processo, mas perdê-la num recurso e terminar tendo que pagar também as custas.

Quando estiverem sendo calculados o poderio e a capacidade das forças armadas, o tempo é propenso a ser considerado como constituindo um fator componente da força total numa analogia com a dinâmica. Consequentemente, supõe-se que a metade do esforço, ou a metade do total das forças, poderia realizar em dois anos o mesmo que toda a força poderia fazer em um. Esta suposição, que baseia-se, algumas vezes explicitamente outras implicitamente, no fundamento do planejamento militar, é totalmente falsa.

Como tudo mais na vida, uma operação militar leva tempo para ser realizada. Ninguém pode, obviamente, marchar de Vilna até Moscou numa semana, mas não existe aqui qualquer vestígio da relação recíproca existente entre tempo e energia que encontraríamos na dinâmica.

Os dois beligerantes precisam de tempo. A questão é somente saber qual dos dois pode esperar tirar *determinadas vantagens* deste tempo, tendo em vista a sua própria situação. Se a situação de cada um deles for cuidadosamente avaliada, a resposta será obviamente a seguinte: o lado mais fraco - mas graças às leis da psicologia, e não às da dinâmica. Inveja, ciúmes, ansiedade e algumas vezes até mesmo generosidade, são os defensores naturais do derrotado. Eles conquistarão novos amigos para ele, bem como enfraquecerão e dividirão os seus inimigos. É menos provável, portanto, que o tempo traga vantagens ao vitorioso do que ao derrotado. Existe um outro ponto a termos em mente. Como já mostramos em outro lugar, a exploração de uma vitória inicial exige um grande esforço. Este esforço não só deve ser feito, como também deve ser mantido, como a manutenção de uma casa grande. Províncias inimigas conquistadas podem, evidentemente, trazer riquezas adicionais, mas nem sempre podem ser suficientes para fazer frente aos gastos adicionais. Se não fizerem, a tensão aumentará gradualmente e no fim os recursos poderão ser exauridos. O tempo é, portanto, suficiente para provocar sozinho uma mudança.

Poderiam o dinheiro e os recursos que Bonaparte retirou da Rússia e da Polônia em 1812 fornecer as centenas de milhares de homens de que ele precisava em Moscou para manter ali a sua posição?

Mas se as áreas conquistadas forem suficientemente importantes, e se nelas houver lugares que sejam vitais para as áreas ainda nas mãos do inimigo, o mal se espalhará por si mesmo como um câncer e, se somente isto e nada mais acontecer, o conquistador poderá usufruir da vantagem. O tempo por si só completará o trabalho, desde que não venha qualquer ajuda de fora e que a área que ainda não foi conquistada possa cair sem ser necessário qualquer trabalho a mais. Assim, o tempo pode tornar-se também um fator a favor da força do conquistador, mas só se um contra-ataque dirigido contra ele não for mais possível e se não for concebível uma inversão da situação - quando na realidade este fator não tiver mais valor, uma vez que o principal propósito já terá sido atingido, o auge da crise já terá passado e o inimigo estará, em suma, derrubado.

Esta linha de argumentação destinou-se a mostrar que nenhuma conquista pode ser realizada rápido demais, e que estendê-la por um *período mais longo* do que o mínimo necessário para completá-la *torna-a mais difícil, e não menos*. Se esta afirmativa estiver correta, ocorre também que se a nossa

força em geral for suficiente para tornar certa a conquista, devemos ter também a força para fazer isto numa única operação, e não por etapas. Por "etapas", naturalmente, não queremos dizer excluir as pequenas pausas que são necessárias para reunir novamente as nossas forças, ou que são feitas por razões administrativas.

Esperamos ter deixado claro que na nossa opinião uma guerra ofensiva exige acima de tudo uma decisão rápida e irresistível. Se for assim, teremos provado ser equivocada a idéia *alternativa* de que uma ocupação lenta, presumivelmente sistemática, é mais segura e mais sensata do que a conquista através de um avanço contínuo. Entretanto, mesmo aqueles que nos acompanharam até aqui podem muito provavelmente sentir que as nossas opiniões têm um ar de paradoxo, de contradizer as primeiras impressões e opiniões que estão profundamente enraizadas como um preconceito antigo e que constantemente aparecem impressas. Isto faz com que seja desejável examinar com algum detalhe as objeções apresentadas.

Evidentemente é mais fácil alcançar um objetivo que está mais perto do que um que está mais distante. Mas se o primeiro não atender ao nosso propósito, uma pausa, uma suspensão da atividade, não tornará necessariamente a segunda metade da viagem mais fácil de ser concluída. Um salto curto é certamente mais fácil do que um longo, mas ninguém que esteja querendo atravessar um fosso largo começará saltando até a metade.

Se forem examinadas as idéias em que baseia-se o conceito das assim chamadas operações ofensivas, normalmente encontraremos o seguinte:

1. Tome as fortificações inimigas que estiverem em seu caminho.
2. Acumule as provisões de que você precisa.
3. Fortifique pontos importantes, como *depósitos, pontes, posições estratégicas* e assim por diante.
4. Descanse as suas tropas em alojamentos de inverno e em campos de repouso.
5. Espere pelos reforços do próximo ano.

Se você detiver totalmente uma ofensiva e cessar os movimentos para frente para garantir que todas as medidas acima sejam tomadas, supostamente você adquirirá uma nova base e, em tese, revigorará a sua força como se todo o seu país estivesse logo atrás de você e o vigor do seu exército fosse renovado a cada campanha.

Todos estes propósitos são admiráveis, e sem dúvida poderiam tornar mais fácil a guerra ofensiva, mas não podem fazer com que os seus resultados sejam mais certos. Eles normalmente disfarçam as apreensões por parte do General ou as indecisões por parte do governo. Tentaremos agora mostrar o seu lado negativo.

1. Esperar por reforços é igualmente vantajoso para o outro lado - se não for mais, na nossa opinião. Além disto, um país certamente pode recrutar tantas tropas num ano como em dois, porque o aumento real no segundo ano será muito pequeno em relação ao todo.

2. O inimigo descansará as suas tropas enquanto descansamos a nossa.

3. Fortificar cidades e posições não é tarefa para o exército e, portanto, não é desculpa para interromper as operações.

4. Tendo em vista a maneira pela qual os exércitos são abastecidos hoje em dia, eles precisam mais de depósitos quando estão parados do que quando estão em movimento. Enquanto o avanço prosseguir normalmente os suprimentos inimigos cairão em nossas mãos e compensarão qualquer falta existente em regiões desprovidas.

5. Conquistar uma fortificação inimiga não significa deter a ofensiva. É um meio de fortalecer o avanço e, embora provoque uma aparente interrupção, não é o tipo de caso que temos em mente: não envolve uma interrupção nem uma redução dos esforços. Somente as circunstância podem determinar se o procedimento correto é uma operação de sítio normal, um mero cerco, ou simplesmente manter algumas fortificações sob observação. Mas podemos fazer o comentário genérico de que a resposta a esta questão transforma-se na resposta a uma outra, qual seja, se seria arriscado demais seguir em frente e deixar para trás não mais do que uma força realizando o cerco. Se não for, e se você ainda tiver espaço para desdobrar as suas forças, o procedimento correto é retardar uma operação normal de sítio até que todo o movimento ofensivo esteja concluído. É importante, portanto, não desistir da idéia de proteger rapidamente tudo o que você tomou, temendo que acabe deixando de fazer algo mais importante.

Este avanço adicional não parece, evidentemente, colocar em risco os ganhos já obtidos.

A nossa crença é que este tipo de interrupção, pausa ou suspensão das atividades é incoerente com a natureza da guerra ofensiva. Quando forem inevitáveis, devem ser vistas como um mal necessário, que fazem com que o êxito fique menos certo, e não mais. Na realidade, se quisermos dizer rigorosamente a verdade, quando a fraqueza nos obrigar a parar, uma segunda investida contra o

objetivo torna-se normalmente impossível e, se vier a ser possível, isto mostra que não havia qualquer necessidade de fazermos a parada. Quando um objetivo já estiver além da nossa capacidade desde o início, ele sempre continuará assim.

Isto parece-nos ser de um modo geral o caso. Ao chamar a atenção para isto queremos apenas desfazer a idéia de que o tempo por si só pode trabalhar a favor do atacante. Mas a situação política pode mudar de ano para ano, e somente por causa disto muitas vezes haverá casos aos quais esta generalização não seja aplicável.

Pode parecer que tenhamos esquecido a nossa tese inicial e que só tenhamos analisado a guerra ofensiva, mas não é isto o que ocorre. Certamente um homem que pode visar a derrota total do inimigo raramente recorrerá à defensiva, cujo propósito imediato é a manutenção do que já temos. Mas devemos insistir que a defesa sem um propósito ativo é uma incoerência, tanto na estratégia como na tática, e, consequentemente, devemos repetir que, dentro dos limites das suas forças, um defensor deve sempre procurar passar para o ataque logo que tiver obtido os benefícios da defesa. Portanto, ocorre que dentre os propósitos deste ataque, que deve ser visto como sendo o verdadeiro propósito da defesa, por mais importante ou insignificante que possa ser, deve estar incluída a derrota do inimigo. Existem situações em que o General, embora tenha um grande propósito em mente, ainda prefira começar na defensiva. A campanha de 1812 mostrou que isto não é uma mera abstração. Quando o Imperador Alexandre pegou em armas, pode não ter sonhado que algum dia derrotaria completamente o seu inimigo - como no fim derrotou. Mas teria sido absurda esta idéia? E não teria sido natural de qualquer modo para os russos adotar a defensiva no início da guerra?

CAPÍTULO CINCO

Uma Definição mais Precisa do Propósito Militar: Continuação: *Propósitos Limitados*

Dissemos no último capítulo que a derrota do inimigo, admitindo que ela seja de qualquer modo possível, é o verdadeiro e essencial propósito da atividade militar. Propomos agora considerar o que pode ser feito se as circunstâncias excluírem esta possibilidade.

As condições para derrotar um inimigo pressupõem uma grande superioridade física ou moral, ou então um espírito extremamente audacioso e uma propensão para correr graves riscos. Quando nenhum deste atributos estiver presente, o propósito da atividade militar só pode ser de um dos dois tipos: tomar uma pequena porção, ou uma porção maior, do território inimigo, ou manter a posse do nosso próprio território até que as coisas melhorem. Normalmente este último é o propósito de uma guerra defensiva.

Ao analisar qual a linha de ação correta, é conveniente lembrar a expressão utilizada com relação à última, *esperar até que as coisas melhorem*, o que pressupõe que existam razões para esperar que isto aconteça. Esta probabilidade fundamenta uma "guerra de espera" - isto é, uma guerra defensiva. A ofensiva - que consiste em explorar as vantagens do momento - é recomendável sempre que o futuro proporcionar uma perspectiva melhor para o inimigo do que para nós. Uma terceira possibilidade, talvez a mais comum, surge quando o futuro não parece prometer nada claro para nenhum dos lados e não oferece, portanto, motivos para uma decisão. Neste caso, obviamente a ofensiva deve ser adotada pelo lado que possui a iniciativa política - isto é, o lado que tem um propósito ativo, o propósito pelo

qual entrou em guerra. Se qualquer tempo for perdido sem uma boa razão, aquele que iniciou as ações arcará com o prejuízo.

As razões que acabamos de apresentar para escolher a guerra defensiva ou ofensiva nada têm a ver com o poderio relativo dos dois lados, embora possamos supor que este seja o principal fator a ser considerado. Mas achamos que, se tivesse, o resultado poderia ser uma decisão errada. Ninguém pode dizer que a lógica do nosso raciocínio simples é fraca, mas levará ele na prática a conclusões absurdas? Supondo que um pequeno Estado esteja em conflito com um muito mais poderoso e suponha que a sua posição tornar-se-á mais frágil a cada ano. Se a guerra for inevitável, não deverá ele aproveitar ao máximo as suas oportunidades antes que a sua situação fique ainda pior? Em suma, ele deverá atacar - mas não porque o ataque por si só seja vantajoso (pelo contrário, ele aumentará a disparidade de forças), mas porque o interesse do lado menor é resolver a questão antes que as condições piorem, ou pelo menos obter algumas vantagens de modo que possa prosseguir com os seus esforços. Ninguém deveria considerar absurdo este raciocínio. Mas se o Estado menor estiver totalmente certo de que o inimigo ira atacar, pode e deve permanecer na defensiva, de modo a obter a primeira vantagem. Fazendo isto, ele não ficará em qualquer desvantagem devido à passagem do tempo.

Suponhamos também que uma pequena nação esteja em guerra com uma maior, e que o futuro não ofereça nada que possa influenciar as decisões de qualquer dos lados. Se a iniciativa política estiver com a nação menor, ela deverá tomar a ofensiva militar. Tendo tido a coragem de assumir um papel ativo contra um adversário mais forte, ela deverá fazer algo decisivo - em outras palavras, atacar o inimigo, a menos que ele a ataque primeiro. Esperar seria um absurdo, a menos que o Estado menor tenha mudado a sua decisão política no momento de executar o seu plano de ação. É isto que muitas vezes ocorre, e em parte explica porque o caráter indefinido de algumas guerras deixa um estudioso bastante perplexo.

A nossa análise do propósito limitado afirma que é possível a existência de dois tipos de guerra limitada: a guerra ofensiva com um propósito limitado e a guerra defensiva. Propomo-nos a analisá-las em capítulos separados, mas antes disto existe um outro ponto a ser considerado.

A possibilidade de que um propósito militar possa ser alterado é uma possibilidade que consideramos até aqui como sendo apenas o resultado de debates domésticos, e só consideramos a natureza do propósito político na medida em que ele tenha ou não um conteúdo ativo. Do ponto de vista da guerra propriamente dita, nenhum outro componente da política é de modo algum pertinente. Entretanto, como afirmamos no segundo capítulo do Livro Um (o propósito e os meios na guerra), a

natureza do propósito político, a dimensão das exigências apresentadas por cada um dos lados e a situação política global de cada lado, são todos fatores que na prática devem influenciar decisivamente a condução da guerra. Pretendemos dedicar-lhes, portanto, uma atenção especial nos próximos capítulos.

CAPÍTULO SEIS

A. O Efeito do Propósito Político sobre o Propósito Militar

Um país pode apoiar a causa de outro, mas nunca a levará tão a sério quanto leva a sua própria causa. Será enviada uma força de tamanho razoável para ajudá-lo, mas se as coisas saírem errado a operação será justamente cancelada e o país que a enviou tentará retirar-se com o menor custo possível.

É tradicional na política européia que os Estados façam pactos ofensivos e defensivos para apoio mútuo - embora não a ponto de defender totalmente os interesses e as disputas de outro. Independentemente do propósito da guerra ou da dimensão dos esforços do inimigo, eles prometem antecipadamente uns aos outros contribuir com uma determinada força, normalmente modesta. Um país que faz este tipo de aliança não considera-se deste modo envolvido na guerra propriamente dita contra alguém, pois isto exigiria uma declaração formal e necessitaria de um tratado de paz para terminá-la. Mas nem mesmo isto jamais foi claramente estabelecido, e a prática com relação a esta questão varia.

Tudo isto seria mais metódico e menos um problema teórico se o contingente prometido - dez, vinte ou trinta mil homens - fosse inteiramente colocado à disposição do aliado e este estivesse livre para empregá-lo como desejasse. Ela seria então, de fato, uma força contratada. Mas isto está muito longe de ser o que realmente acontece. Normalmente a força auxiliar opera sob as ordens do seu próprio comandante. Este só depende do seu próprio governo, e o propósito que este estabelece para ele será tão ambíguo quanto os seus intuitos.

Mas mesmo quando ambos os Estados estão decididos a travar uma guerra contra um terceiro, nem sempre dizem, "devemos tratar este país como nosso inimigo comum e destruí-lo, ou seremos destruídos." Longe disto: a questão muitas vezes é mais parecida com um negócio. Tendo em vista os riscos que esperam correr e os benefícios que esperam obter, cada um deles investirá cerda de 30.000 a 40.000 homens e agirá como se isto fosse tudo o que podem perder.

Esta atitude também não é peculiar no caso em que um Estado dá apoio a outro numa questão que não é de grande importância para ele mesmo. Mesmo quando os dois compartilham um grande interesse, a ação é obstruída por restrições diplomáticas e, de um modo geral, os negociadores só prometem um contingente pequeno e limitado, de modo que o resto possa ser mantido à mão para quaisquer fins que as mudanças da política possam exigir.

Esta costumava ser a maneira universal como funcionava uma aliança. Só recentemente o perigo extremo proveniente de Bonaparte, ou o seu próprio poder ilimitado de ofensiva violenta, obrigou as pessoas a agirem de uma maneira lógica. A maneira antiga era um meio termo. Era uma anomalia, uma vez que em essência a guerra e a paz não admitem gradações. Apesar disto, a maneira antiga não era um mero arcaísmo diplomático que a razão pudesse ignorar, mas uma prática profundamente enraizada nas fraquezas e imperfeições da raça humana.

Finalmente, algumas guerras são travadas sem aliados; e as considerações de ordem política também afetarão intensamente a sua condução.

Suponhamos que alguém deseje simplesmente obter uma pequena concessão do inimigo. Este alguém só lutará até que tenha conseguido um modesto *quid pro quo*, e para isto será suficiente um pequeno esforço. O raciocínio do inimigo será muito semelhante. Mas suponhamos que um lado ou o outro ache que avaliou mal a situação e que não é, como havia pensado, ligeiramente mais forte do que o seu inimigo, mas sim mais fraco. Normalmente o dinheiro e os recursos estarão se esgotando e o seu estímulo moral não será suficiente para realizar um esforço maior. Neste caso, ele faz o melhor que pode. Espera que a situação melhore, embora não tenha motivos para ter esta esperança. Enquanto isto, a guerra arrasta-se lentamente como um homem fraco e faminto.

Assim, a interação, o esforço para sobrepujar o inimigo, o desenrolar violento e compulsivo da guerra, tudo cessa por falta de um incentivo real. Nenhum dos dois lados faz mais do que movimentos mínimos e nenhum deles sente-se seriamente ameaçado.

Uma vez admitida esta influência do propósito político sobre a guerra, como deve ser, não há como fazer com que ela cesse. Consequentemente, devemos estar também desejando travar estas

pequeníssimas guerras, que consistem *meramente em ameaçar o inimigo* com *negociações mantidas em reserva.*

Isto representa um problema evidente para qualquer teoria de guerra que pretenda ser totalmente científica. Todos os imperativos inerentes ao conceito de uma guerra parecem dissolver-se e todas as suas bases são ameaçadas. Mas logo surge a solução natural. À medida em que o princípio modificador obtém o domínio das operações militares, ou melhor, à medida em que o incentivo desaparece, o elemento ativo torna-se gradualmente passivo. Cada vez menos coisas acontecem e os princípios orientadores não serão necessários. A arte da guerra se atrofiará, transformando-se em prudência, e a sua principal preocupação será estar certo de que o frágil equilíbrio não seja rompido subitamente a favor do inimigo e que a guerra desanimada e fria não torne-se no final de tudo uma guerra real.

B. A Guerra é um Instrumento da Política

Analisamos até agora a incompatibilidade existente entre a guerra e todos os outros interesses humanos, individuais ou sociais - uma diferença que advém da natureza humana e que portanto nenhuma filosofia pode resolver. Examinamos esta incompatibilidade de diversos ângulos, de modo que nenhum dos seus componentes conflitantes fosse omitido. Devemos procurar agora encontrar a unidade em que estes componentes contraditório associam-se na vida real, o que fazem em parte neutralizando-se uns aos outros. Poderíamos ter pressuposto em primeiro lugar a existência daquela unidade, se não tivesse sido necessário enfatizar com toda a clareza possível as contradições existentes e analisar separadamente os diversos componentes. Esta unidade reside *no conceito de que a guerra é apenas uma extensão da atividade política; que ela não é de modo algum autônoma*.

È perfeitamente sabido, evidentemente, que a única fonte da guerra é a política - as relações entre governos e povos, mas é válido supor que a guerra interrompe aquelas relações e a substitui por uma situação totalmente diferente, não governada por quaisquer leis, a não ser pelas suas próprias.

Afirmamos, pelo contrário, que a guerra é simplesmente a continuação das relações políticas, com o acréscimo de outros meios. Empregamos deliberadamente a expressão “com o acréscimo de outros meios” porque queremos deixar claro também que a guerra por si só não interrompe as relações políticas nem transforma-as em algo totalmente diferente. É essencial que continue a haver estas relações, independentemente dos meios que empregue. As principais linhas ao longo das quais os acontecimentos militares evoluem, e às quais eles estão restritos, são as linhas políticas que continuam durante toda a guerra e durante a paz subsequente. Como poderia ser diferente? As relações políticas entre os povos e entre os seus governos cessam quando não são mais trocadas notas diplomáticas? Não

é a guerra apenas uma outra expressão dos seus pensamentos, uma outra forma de falar ou de escrever? A sua gramática pode ser, na realidade, a sua própria, mas não a sua lógica.

Sendo assim, a guerra não pode ser dissociada da vida política, e sempre que isto ocorre em nossas idéias sobre a guerra, os diversos elos que unem os dois elementos são rompidos e somos deixados com algo fora de propósito e destituído de sentido.

Esta concepção seria inevitável, mesmo se a guerra fosse uma guerra total, o puro elemento do ódio desencadeado. Todos estes fatores que unem-se para fazer a guerra e determinar as suas características notáveis - o poderio dos aliados de cada antagonista, o caráter dos povos e dos seus governos e assim por diante, todos os elementos listados no primeiro capítulo do Livro I - não são todos eles políticos, tão intimamente relacionados com a atividade política que é impossível separar os dois? Mas é ainda mais essencial manter tudo isto em mente ao estudar a verdadeira prática. Veremos então que a guerra não avança inflexivelmente em direção ao absoluto, como exigiria a teoria. Sendo incompleta e contraditória, não pode seguir as suas próprias leis, mas tem que ser tratada como constituindo uma parte de algum outro todo, cujo nome é política.

Ao fazer uso da guerra, a política foge de todas as conclusões rigorosas provenientes da natureza da guerra, pouco se incomoda com as últimas possibilidades e só se preocupa com as probabilidades imediatas. Embora isto introduza um elevado grau de incerteza em toda a questão, transformando-a numa espécie de jogo, cada governo está confiante de que pode sobrepujar o seu oponente, tanto em competência como em sagacidade.

Assim, a política transforma o esmagador elemento destruidor da guerra num mero instrumento. Ela troca a terrível espada de combate, que exige do homem as duas mão e toda a sua força para manejar, e com a qual ele acerta um golpe e nada mais, por um florete mais leve e de manejo mais fácil - algumas vezes apenas uma fina lâmina de metal, para a troca de golpes, fintas e para aparar os golpes.

Assim, as contradições em que a guerra envolve aquela criatura naturalmente tímida, o homem, são resolvidas se esta for a solução que ele decidir aceitar.

Se a guerra é parte da política, esta determinará o seu caráter. À medida em que a política torna-se mais ambiciosa e mais vigorosa, o mesmo acontecerá com a guerra e isto poderá chegar ao ponto em que ela atingirá a sua forma absoluta. Se olharmos para a guerra sob esta luz, não precisamos perder de vista esta forma absoluta: pelo contrário, devemos tê-la constantemente em mente.

A unidade da guerra só reaparece se a guerra for vista desta maneira. Só então poderemos ver que todas as guerras são coisas da *mesma* natureza e somente isto proporcionará os critérios corretos para conceber e julgar os grandes propósitos.

A política não estenderá, evidentemente, a sua influência aos detalhes operacionais. As considerações de ordem política não determinam o posicionamento de guardas nem o emprego de patrulhas. Elas têm maior influência no planejamento da guerra, da campanha e, muitas vezes, até mesmo da batalha.

É por isto que não sentimos qualquer ímpeto de apresentar este ponto de vista logo no início. Ele não seria de muita ajuda na fase de estudo detalhado e poderia perturbar. Mas quando estão sendo estudados os planos para uma guerra, ou para uma campanha, este ponto de vista é indispensável.

Nada é mais importante na vida do que encontrar o ponto de vista correto para ver e julgar os acontecimentos e, em seguida, manter-se fiel a ele. Um ponto, e *somente um*, proporciona uma visão integrada de todos os fenômenos, e somente mantendo-se fiel àquele ponto de vista pode-se evitar contradições.

Se planejar uma guerra torna impossível adotar um ponto de vista duplo ou múltiplo - isto é, utilizar primeiro uma visão militar e, em seguida, uma administrativa, depois uma política e assim por diante - surge a questão de saber se fatalmente será dada à *política* uma precedência sobre tudo mais.

Podemos considerar como tenso sido reconhecido que o propósito da política é unificar e harmonizar todos os aspectos da administração interna, bem como dos valores espirituais e de tudo mais que o filósofo moral possa ter o cuidado de acrescentar. Evidentemente a política nada é por si mesma. É apenas o depositário de todos estes interesses contra outros Estados. Que ela pode errar, servir às ambições, aos interesses privados e à vaidade daqueles que estão no poder, é irrelevante. De modo algum pode a arte da guerra jamais ser vista como sendo a mentora da política, e aqui só podemos tratar a política como sendo a representante de todos os interesses da comunidade.

A única questão é saber, portanto, se quando a guerra está sendo planejada o ponto de vista político deve ceder o seu lugar ao militar (se de algum modo pode ser concebível a existência de um ponto de vista puramente militar). Isto é, deve ele desaparecer totalmente ou subordinar-se, ou deve o ponto de vista político permanecer preponderante e o militar ser subordinado a ele?

Dificilmente podemos conceber que o ponto de vista político deva deixar totalmente de ser levado em conta no início da guerra, a menos que o puro ódio transforme todas as guerras numa luta de vida ou morte. Na realidade, como dissemos, elas não são nada mais do que expressões da própria

política. Subordinar o ponto de vista político ao militar seria absurdo, porque foi a política que criou a guerra. A política é a inteligência norteadora e a guerra apenas o instrumento, não o contrário. Não existe qualquer outra possibilidade, portanto, a não ser subordinar o ponto de vista militar ao político.

Se lembrarmo-nos da natureza da guerra real, se lembrarmo-nos do raciocínio apresentado no Capítulo 3 acima - que *as prováveis características e a forma geral de qualquer guerra deveriam ser avaliadas principalmente à luz dos fatores e das condições políticas* - e que a guerra deve ser muitas vezes (na realidade, poderíamos dizer hoje *normalmente*) concebida como sendo um todo orgânico cujas partes não podem ser separadas, de modo que cada ação individual contribua para o todo e que estas próprias ações têm srcem no conceito central, será então perfeitamente claro e certo que o melhor ponto de vista para a condução da guerra, o ponto de vista que determina as suas principais linhas de ação, só pode ser o da política.

É a partir deste ponto de vista, portanto, que são elaborados os planos, a partir de um molde. As avaliações e a compreensão ficam mais fáceis e mais naturais. As convicções ganham força, os motivos ganham em convicção e a história ganha em sentido.

Ainda a partir deste ponto de vista, não é mais necessário surgir qualquer conflito entre os interesses políticos e militares - de qualquer modo não devido à natureza da situação - e se surgir, não revelará mais do que falta de compreensão. Poder-se ia pensar que a política poderia fazer exigências à guerra que ela não poderia cumprir, mas esta hipótese desafiaria a pressuposição natural e inevitável de que a política conhece o instrumento que pretende utilizar. Se a política compreender corretamente o rumo dos acontecimentos militares, estará total e exclusivamente capacitada a decidir que acontecimentos e que tendências são melhores para os propósitos da guerra.

Em suma, no nível mais elevado, a arte da guerra transforma-se em política - mas uma política conduzida através batalhas em vez do envio de notas diplomáticas.

Podemos verificar agora que a afirmativa de que um grande acontecimento militar, ou o planejamento de um, deve ser uma questão para a opinião *puramente militar* é inaceitável e pode ser danosa. Na realidade, também não é sensato convocar os soldados, como muitos governos fazem quando estão planejando uma guerra, e pedir-lhes *conselhos puramente militares*. Mas faz ainda menos sentido os teóricos afirmarem que todos os recursos militares existentes devem ser postos à disposição do comandante, de modo que com base neles possa elaborar os planos puramente militares para uma guerra ou uma campanha. De qualquer modo, a experiência revela que, apesar da grande diversidade e da evolução da guerra moderna, as suas principais linhas ainda são estabelecidas pelos governos. Em

outras palavras, para que sejamos técnicos com relação a ela, através de um organismo puramente político, e não militar.

É assim que deve ser. Nenhuma grande proposta necessária para a guerra pode ser elaborada ignorando-se os fatores políticos, e quando as pessoas falam, como muitas vezes o fazem, sobre a influência política nociva sobre a administração da guerra, elas não estão realmente dizendo o que querem dizer. A sua desavença deveria ser com a própria política, não com a sua influência. Se a política estiver correta - isto é, se for competente - qualquer efeito intencional que tiver sobre a condução da guerra só poderá ser bom. Se tiver o efeito oposto, a própria política estará equivocada.

As decisões políticas só influenciarão as operações para pior se o político contar com determinados movimentos e ações militares para produzir efeitos que sejam estranhos à sua natureza. Do mesmo modo que um homem que não domina plenamente um idioma estrangeiro deixa algumas vezes de expressar-se corretamente, muitas vezes os políticos transmitem ordens que prejudicam o propósito que pretendiam atingir. Isto aconteceu repetidas vezes, o que demonstra que uma determinada percepção das questões militares é essencial para aqueles que estão encarregados da política global.

Antes de prosseguir, devemos precaver-nos contra uma provável má interpretação. Estamos longe de achar que um Ministro da Guerra, mergulhado em seus arquivos, um engenheiro culto, ou até mesmo um soldado experiente, seria, com base simplesmente na sua experiência pessoal, o melhor orientador da política - pressupondo sempre que o próprio Príncipe não esteja no controle. Longe disto. O que é necessário naquela função é uma inteligência e uma força de caráter marcantes. Ele sempre poderá obter, de um modo ou de outro, as informações militares necessárias. As questões militares e políticas da França nunca estiveram em piores mãos do que quando os irmãos Belle-Isle e o Duque de Choiseul eram os responsáveis - embora todos eles fossem bons soldados.

Para que a guerra esteja em total harmonia com os propósitos políticos, e para que a política seja adequada aos meios existentes para a guerra, a menos que o político e o soldado sejam a mesma pessoa, a única medida sensata é tornar o Comandante-em-Chefe um membro do gabinete, de modo que o gabinete possa participar dos principais aspectos das suas atividades.[1] Mas isto por sua vez só é viável se o gabinete - isto é, o governo - estiver próximo do teatro de operações, de modo que as decisões possam ser tomadas sem que haja uma séria perda de tempo. Foi isto que fez o Imperador Austríaco em

———————

[1] Na primeira edição constava: "so bleibt . . . nur ein gutes Mittel ubrig, namlich den obersten Felhern zum Mitglied des Kabinetz zu machen, damit dasselbe Theil an den Hauptmomenten seines Handelns nehme". Na segunda edição, que surgiu em 1853, a última parte da frase foi alterada para: "damit er in den wichtigsten Momenten an dessen Beratungen und Beschlussen teilnehme". Em sua tradução, feita em 1943, baseada na segunda, ou numa edição ainda posterior. O. J. M. Jolles traduziu corretamente esta alteração como: que ele pode fazer parte dos seus conselhos e decisões em ocasiões importantes." Isto é, evidentemente, uma inversão do sentido srcinal de Clausewitz. Ao escrever que o Comandante-em-Chefe deve tornar-se um membro do gabinete, de modo que o gabinete possa participar dos principais aspectos das suas atividades, Clausewitz ressalta a participação do gabinete nas decisões militares, não a participação do soldado nas decisões políticas.

Das várias centenas de alterações do texto que foram introduzidas na segunda edição de *Da Guerra* e tornaram-se normalmente aceitas, esta é provavelmente a mais importante. Eds.

809, e os monarcas aliados de 1813 a 1815. Este procedimento justificou-se perfeitamente.

O que é altamente perigoso é deixar que qualquer soldado, exceto o Comandante-em-Chefe, exerça influência no gabinete. Muito raramente isto leva a uma ação vigorosa e correta. Os exemplos da França entre 1793 e 1795, quando Carnot dirigia a guerra de Paris, não se aplica de modo algum, porque o terror só pode ser utilizado como uma arma por um governo revolucionário.

Concluamos com algumas observações históricas.

Na última década do Século XVIII, quando ocorreu aquela mudança extraordinária na arte da guerra, quando os melhores exércitos viram parte das suas doutrinas tornarem-se ineficazes e quando ocorreram vitórias militares numa escala que até então havia sido inconcebível, parecia que todos os erros tinham sido erros militares. Tornou-se evidente que a arte da guerra, há muito tempo acostumada a uma estreita gama de possibilidades, havia sido surpreendida por opções que estavam além daquela gama, mas que certamente não iam de encontro à natureza da própria guerra.

Aqueles observadores que tiveram uma visão mais ampla atribuíram a situação à influência geral que a política havia exercido durante séculos sobre a arte da guerra em detrimento desta, transformando-a numa questão meio militar meio política e, muitas vezes, num verdadeiro faz de conta. Os fatos eram de fato como eles os viram, mas eles estavam errados em considerá-los como acontecimentos casuais que poderiam ter sido evitados. Outros pensavam que a chave para tudo estava na influência das políticas que a Áustria, a Prússia, a Inglaterra e os demais países estavam seguindo naquele momento.

Mas será verdade que o verdadeiro choque foi militar e não político? Colocando nos termos da nossa argumentação, terá sido o desastre devido ao efeito da política sobre a guerra, ou será que a própria política estava equivocada ?

Evidentemente os tremendos efeitos da Revolução Francesa no exterior foram causados não tanto pelos novos métodos e conceitos militares, como pelas mudanças radicais ocorridas nas políticas e na administração pelas novas características do governo, pelas alterações nas condições do povo francês e

por coisas semelhantes. Que outros governos não compreenderam estas mudanças, que eles quiseram opor-se às novas e arrasadoras forças com os meios usuais, todos estes foram erros políticos. Teria uma visão puramente militar da guerra permitido que alguém detectasse estes erros e os corrigisse? Não teria. Mesmo se tivesse realmente existido um estrategista sério, capaz de deduzir toda a gama de consequências simplesmente através da natureza dos elementos hostis, e baseado nisto profetizar os seus efeitos finais, teria sido totalmente impossível agir com base em suas suposições.

Somente após haverem os políticos finalmente percebido a natureza das forças que haviam surgido na França e compreendido que novas condições políticas haviam sido agora obtidas na Europa, poderiam eles prever o amplo efeito que tudo isto teria sobre a guerra, e somente desta maneira poderiam eles avaliar as dimensões dos meios que teriam que ser empregados, e como melhor empregá-los.

Em suma, podemos dizer que os vinte anos de triunfo revolucionário foram devidos principalmente às políticas equivocadas dos inimigos da França.

É verdade que estes equívocos só tornaram-se evidentes ao longo das guerras, que frustraram totalmente todas as expectativas políticas que haviam sido depositadas nelas. Mas o problema não foi que os políticos ignoraram as opiniões dos soldados. A arte militar na qual os políticos confiaram fazia parte de um mundo que eles pensavam que fosse real - um ramo da arte de governar da época, uma ferramenta familiar que havia sido utilizada por muitos anos. Mas *aquela* forma de guerra compartilhava evidentemente os erros da política e não poderia, portanto, proporcionar as medidas corretivas. É verdade que a própria guerra sofreu mudanças significativas com relação às suas características e aos seus métodos, mudanças que levaram-na mais para perto da sua forma absoluta. Mas estas mudanças não ocorreram porque o governo francês libertou-se, por assim dizer, dos arreios da política. Elas foram causadas pelas novas condições políticas que a Revolução Francesa criou, tanto na França como na Europa como um todo, condições que colocaram em movimento novos meios e novas forças e que tornaram possível assim que houvesse um grau de energia na guerra que de outro modo teria sido inconcebível.

Ocorre que as transformações sofridas pela arte da guerra resultaram de transformações ocorridas na política. Longe de afirmar que as duas poderiam ser dissociadas uma da outra, estas mudanças são uma prova concreta da sua ligação indissolúvel.

Uma vez mais: a guerra é um instrumento da política. Ela deve manter necessariamente as mesmas características da política e ser medida pelos seus padrões. A condução da guerra, em suas

linhas gerais, é portanto a própria política, que ergue a espada em lugar da caneta, mas por causa disto não deixa de pensar de acordo com as suas próprias leis.

CAPÍTULO SETE

O Propósito Limitado: a Guerra Ofensiva

Mesmo quando não podemos esperar derrotar totalmente o inimigo, ainda é possível existir um propósito direto e ofensivo: a ocupação de parte do seu território.

A finalidade desta conquista é reduzir os seus recursos naturais. Reduzimos assim o seu poderio combatente a aumentamos o nosso. Em decorrência disto, travamos a guerra em parte às suas custas. Além do mais, nas negociações de paz teremos em mãos um trunfo concreto, que podemos conservar ou trocar por outras vantagens.

Esta é uma idéia muito natural para termos com relação ao território conquistado, sendo o seu único inconveniente a necessidade de defender aquele território uma vez que o tenhamos ocupado, o que poderá ser uma fonte de alguma ansiedade.

No capítulo sobre o ponto culminante da vitória[1] tratamos com alguma extensão da maneira pela qual uma ofensiva enfraquece a força do atacante e mostramos como uma situação poderia evoluir de maneira a dar srcem a graves consequências.

Tomar o território inimigo reduzirá o poderio das nossas forças em diversos graus, que serão determinados pela localização do território ocupado. Se fizer fronteira com o nosso - seja como um enclave no interior do nosso território, ou se for vizinho a ele - quanto mais diretamente estiver ele sobre a linha do nosso avanço principal, menos sofrerá o nosso poderio. A Saxônia, na Guerra dos Sete Anos, era uma extensão natural do teatro prussiano e a sua ocupação por Frederico o Grande tornou as suas forças mais fortes, e não mais fracas, pois a Saxôia está mais perto da Silésia do que do Marco, e abrange os dois.

Mesmo a conquista da Silésia em 1740 e em 1741, uma vez concluída, não exigiu um esforço do poderio de Frederico devido à sua forma, à sua localização e ao contorno das suas fronteiras. Enquanto a Saxônia não estivesse em mãos austríacas, a Silésia só oferecia à Áustria uma estreita fronteira, que de qualquer modo ficava no caminho que qualquer dos lados teria que tomar para avançar.

Se, por outro lado, o território tomado for uma faixa de terra, ladeada pelo solo inimigo em

[1] Livro Sete, Capítulo Cinco. Eds.

ambos os lados, se a sua posição não for central e a sua configuração for difícil, a sua ocupação tornar-se-á um ônus tão grande que fará com que uma vitória inimiga não seja tão fácil, mas talvez supérflua. Todas as vezes que os austríacos invadiram Provença saindo da Itália, foram obrigados a desistir sem que houvesse qualquer luta. Em 1744 os franceses agradeceram a Deus por permitir que deixassem a Boêmia sem terem sofrido uma derrota. Frederico, em 1758, achou impossível manter o seu território na Boêmia e na Morávia com a mesma força com que havia lutado tão brilhantemente no ano anterior na Silésia e na Saxônia. São tão comuns os exemplos de exércitos que abandonaram algum território que haviam tomado, só porque a sua conquista os havia enfraquecido demais, que não precisamos dar-nos ao trabalho de mencionar mais nenhum deles.

A questão de saber se devemos esforçar-nos para obter tal conquista torna-se portanto uma questão de saber se temos a certeza de poder mantê-la ou, caso contrário, se uma ocupação temporária (através de uma invasão ou de uma diversão) valerá realmente o custo da operação e, principalmente, se existe algum risco se sermos fortemente contra-atacados e de sermos deixados numa posição perigosa. No capítulo sobre o ponto culminante, ressaltamos como precisavam ser considerados diversos fatores em cada caso específico.

Só faltou dizer uma coisa. Uma ofensiva deste tipo nem sempre é adequada para compensar as perdas sofridas em outro lugar. Enquanto estivermos ocupados ocupando uma área, o inimigo poderá estar fazendo o mesmo em algum outro lugar. Se o nosso plano não for de extrema importância, não obrigará o inimigo a desistir da sua própria conquista. É necessário, portanto, fazer uma análise minuciosa para verificar se vamos ganhar ou perder com aquela ação.

De uma maneira geral a tendência é perder mais com uma ocupação realizada pelo inimigo do que ganhar com a conquista do seu território, mesmo se o valor das duas áreas for idêntico. A razão para isto é que nos será negada toda uma gama de recursos. Mas como isto também ocorrerá com o inimigo, este não deveria ser um motivo para pensar que a manutenção do território seja mais importante do que a conquista. Apesar disto ela é. A manutenção do nosso próprio território é sempre uma questão de preocupação mais direta, e os danos que o nosso Estado sofre só poderão ser compensados e, por assim dizer, neutralizados, se a retaliação prometer oferecer uma vantagem suficiente - isto significa dizer, se os ganhos forem significativamente maiores.

Em função disto tudo, ocorre que um ataque estratégico com um propósito limitado é onerado com a defesa de outros pontos que o próprio ataque não protege - muito mais onerado do que seria se

fosse dirigido contra o coração da nação inimiga. O seu efeito é limitar a dimensão em que as forças podem ser concentradas, tanto no tempo quanto no espaço.

Para que esta concentração seja obtida, pelo menos em termos de tempo, a ofensiva deve ser lançada de todos os pontos possíveis, de uma só vez. Entretanto, o ataque perde a outra vantagem de ser capaz de permanecer aqui e ali na defensiva e de ser poder realizado com uma força muito menor. O resultado final de ter tal propósito limitado é que tudo tende a neutralizar-se. Não podemos empregar toda a nossa força num único grande golpe, desferido de acordo com o nosso principal interesse. O esforço é cada vez mais dispersado, a fricção aumenta em outro lugar e o propósito maior é deixado ao acaso.

É assim que as coisas tendem a acontecer, arrastando o comandante para baixo e frustrando-o cada vez mais. Quanto mais consciente estiver ele dos seus poderes, maior será a sua autoconfiança. Quanto maiores forem as forças que ele comanda, mais ele procurará fugir desta tendência, de modo a dar uma maior importância a um determinado ponto, mesmo que isto só seja possível correndo riscos maiores.

CAPÍTULO OITO

O Propósito Limitado: a Guerra Defensiva

O propósito final de uma guerra defensiva, como já vimos, nunca poderá ser a negação absoluta do combate. Mesmo o lado mais fraco deve ter alguma maneira de fazer com que o inimigo tome conhecimento da sua presença, e algum meio de ameaçá-lo.

Não há dúvida de que em tese podemos procurar atingir o nosso propósito desgastando o inimigo. Se ele tiver um propósito ofensivo, qualquer operação mal sucedida, mesmo que só lhe custe as forças que tomaram parte nela, terá o mesmo efeito que o de uma retirada. Mas as perdas do inimigo não terão sido sofridas em vão: ele manteve o seu território, que era tudo que pretendia fazer. Para o defensor poderia ser dito, portanto, que o seu propósito positivo é manter o que tem. Isto poderia estar correto se estivermos certos de que um determinado número de ataques realmente desgastaria o inimigo e faria com que ele desistisse. Mas não é necessariamente assim. Se considerarmos a exaustão relativa das forças em ambos os lados, o defensor estará em *desvantagem*. O ataque pode enfraquecer, mas somente no sentido de que pode ocorrer um momento em que a situação se inverta. Tendo sido eliminada esta possibilidade, o defensor se enfraquece mais do que o atacante, por dois motivos. Primeiro, de qualquer modo ele é mais fraco, e se as perdas forem as mesmas em ambos os lados ele será o mais duramente atingido. Em segundo lugar, normalmente o inimigo o privará de parte do seu território e dos seus recursos. Em tudo isto não podemos encontrar um motivo para que o atacante desista. Somos levados à conclusão de que se o atacante mantiver os seus esforços enquanto que o seu oponente nada faz, a não ser evitá-los, este último nada poderá fazer para neutralizar o perigo de que mais cedo ou mais tarde um avanço ofensivo venha a ser bem sucedido.

Certamente a exaustão ou, para ser preciso, o cansaço do mais forte muitas vezes ocasionou a paz. O motivo pode ser encontrado na maneira desanimada com que normalmente são travadas as guerras. Este não pode ser, em nenhum sentido científico, o propósito universal de toda a defesa.

Só resta uma hipótese: que o propósito da defesa deva incluir a idéia de esperar - o que é afinal de contas a sua principal característica. A idéia sugere além do mais que a situação pode evoluir, que em si mesma pode melhorar, o que significa dizer que se a melhora não puder ser obtida de dentro - isto é, através de uma pura resistência -, só poderá vir de fora, e uma melhora vinda de fora subentende uma mudança na situação política. Ou outros aliados vêm em auxílio do defensor, ou os aliados do seu inimigo começam a abandoná-lo.

Este será, portanto, o propósito do defensor se a sua falta de força proibir qualquer contra-ataque sério. Mas de acordo com o conceito de defesa que apresentamos, isto nem sempre se aplica. Afirmamos que a defensiva é a forma mais eficaz de guerra e, devido à sua eficácia, pode ser empregada também para executar uma contra-ofensiva em qualquer escala.

Estas duas categorias devem ser mantidas distintas desde o início, pois cada uma exerce o seu efeito sobre a condução da defesa.

Na primeira categoria, o propósito do defensor é manter o seu território inviolado e mantê-lo pelo maior tempo possível. Isto permitirá que ele ganhe tempo, e ganhar tempo é a única maneira pela qual ele poderá atingir o seu propósito. O propósito ofensivo, o máximo que ele pode realizar, aquele que lhe dará o que deseja das negociações de paz, ainda não pode ser incluído no seu plano de operações. Ele tem que permanecer estrategicamente passivo, e o único êxito que pode obter consiste em rechaçar ataques em determinados pontos. Estas pequenas vantagens poderão então ser utilizadas para reforçar outros pontos, pois a pressão pode ser intensa sobre todos eles. Se não tiver possibilidade de fazer isto, seu único benefício será o fato de que o inimigo não o perturbará novamente por algum tempo.

Este tipo de defesa pode incluir pequenas operações ofensivas, sem que elas alterem a sua natureza ou o seu propósito. Elas não devem visar aquisições permanentes, mas a tomada temporária de trunfos que poderão ser devolvidos em data posterior. Podem assumir a forma de incursões ou de diversões, talvez a tomada de uma ou outra fortificação, mas sempre sob a condição de que possam ser retiradas forças suficientes do seu papel defensivo.

A segunda categoria existe quando o defensor já assumiu um propósito ofensivo. Ela adquire então uma característica ativa, que passa para o primeiro plano à medida em que aumenta a dimensão dos contra-ataques viáveis. Dizendo isto de uma outra maneira: quanto mais tiver sido a defensiva escolhida deliberadamente para assegurar que o primeiro embate seja favorável, mais o defensor poderá assumir riscos em colocar armadilhas para o inimigo. Destas armadilhas, a mais ousada e, se funcionar, a mais mortífera, é retirar-se para o interior do país. Este recurso, entretanto, dificilmente poderia ser mais diferente do primeiro tipo de defensiva.

Só precisamos pensar na diferença existente entre a situação de Frederico na Guerra dos Sete Anos e a da Rússia em 1812. Quando eclodiu a guerra, o fato de Frederico estar pronto para ela deu-lhe algumas vantagens. Isto significava que ele poderia conquistar a Saxônia - uma extensão tão natural do seu teatro de guerra que a sua ocupação não exigiria qualquer esforço das suas forças, mas as fortaleceria. Na campanha de 1757, ele procurou continuar e aperfeiçoar a sua ofensiva estratégica, o

que não era impossível, uma vez que os russos e os franceses ainda não tinham chegado à Silésia, ao Marco e à Saxônia. Mas a ofensiva fracassou. Ele foi lançado de volta para a defensiva pelo resto da campanha, abandonando a Boêmia e tendo que expulsar o inimigo da sua própria base de operações. Isto exigiu o emprego do mesmo exército para lidar primeiro com os franceses e, em seguida[1], com os austríacos. Todos os êxitos que obteve deveu à defensiva. .

Em 1758, quando os seus inimigos haviam apertado mais o laço em volta dele e as suas forças estavam ficando numa séria inferioridade numérica, ele ainda planejava realizar uma ofensiva limitada na Morávia. Pretendia tomar Olmutz antes que os seus adversários estivessem no campo de batalha. Ele não esperava mantê-la, menos ainda fazer com que fosse uma base para um novo avanço, mas simplesmente utilizá-la como uma espécie de fortificação avançada, como um *contre-approche* contra os austríacos, destinada a fazer com que passassem o resto da campanha, e possivelmente um segundo ano, tentando retomá-la. Este esforço constituiu-se também num fracasso e Frederico abandonou qualquer idéia de uma ofensiva séria, percebendo que ela iria reduzir ainda mais o seu poderio relativo. Uma posição compacta no centro dos seus territórios, na Silésia e na Saxônia, a exploração das linhas interiores para reforçar rapidamente qualquer ponto que estivesse em perigo, pequenas incursões à medida em que surgissem as oportunidades e, enquanto isto, esperar calmamente os acontecimentos para poupar as suas forças para tempos melhores - estes eram os principais elementos do seu plano. Gradualmente as suas operações tornaram-se mais passivas. Percebendo que até mesmo as vitórias custam caro demais, tentou arranjar-se com menos. A sua única preocupação era ganhar tempo e manter o que tinha. Ele estava cada vez menos querendo ceder terreno e não hesitou em adotar um sistema completo de linha de defesa. Tanto as posições do Príncipe Henry na Saxônia, como as do Rei nas montanhas da Silésia, merecem esta descrição. As suas cartas para o Marquês d´Argens[2] mostram com que intensidade ansiava ele pelos alojamentos de inverno e o quanto esperava ser capaz de tomar posse deles sem sofrer graves perdas enquanto isto.

Censurar Frederico por isto, e ver em seu comportamento sinais de moral baixo, seria ao nosso

[1] A primeira edição omite a expressão *die Franzosen, dann gegen*, que aparece em edições posteriores, e parece ser necessário reforçar o comentário de Clausewitz. Eds.

[2] Autor francês e confidente de Frederico, que residiu na Prússia durante a Guerra dos Sete Anos. Eds.

ver uma avaliação muito superficial. Recursos como os acampamentos entrincheirados em Bunzelwitz, as posições que o Príncipe Henry escolheu na Saxônia e o Rei nas montanhas da Silésia, podem hoje em dia não parecer para nós ser o tipo de medida em que depositaríamos a nossa última esperança - eram teias de aranha táticas que um homem como Bonaparte teria logo eliminado. Mas devemos

lembrar-nos de que os tempos mudaram, que a guerra sofreu uma transformação total e que agora extrai a sua vida de fontes completamente diferentes. Posições que hoje perderam o seu valor poderiam ser eficazes naquela época, e as características gerais do inimigo também constituíam um fator a ser considerado. Os métodos que o próprio Frederico descartou poderiam ser o grau mais elevado de sensatez quando utilizados contra as forças austríacas e russas sob o comando de homens como Daun e Buturlin.

Este ponto de vista foi justificado pelo êxito. Esperando calmamente os acontecimentos, Frederico atingiu o seu propósito e evitou dificuldades que teriam despedaçado as suas forças.

No início da campanha de 1812, o poderio com que os russos enfrentaram os franceses era ainda menos adequado do que o de Frederico no começo da Guerra dos Sete Anos. Mas os russos podiam esperar fortalecerem-se muito ao longo da campanha. No fundo, toda a Europa estava contra Bonaparte. Ele havia esticado os seus recursos até o limite extremo. Na Espanha estava travando uma guerra de desgaste, e as grandes vastidões da Rússia significavam que o poderio de um invasor poderia ser desgastado ao longo de uma retirada de quinhentas milhas. Poderiam acontecer coisas tremendas. Não só um poderoso contra-ataque era uma certeza se a ofensiva francesa fracassasse (e como poderia ela ter êxito se o Czar não iria fazer a paz, nem os seus súditos se iriam rebelar-se contra ele?), mas o contragolpe poderia levar os franceses ao desastre completo. A maior sabedoria jamais poderia ter tramado uma estratégia melhor do que a que os russos utilizaram involuntariamente.

Naquele momento ninguém pensava, e esta idéia teria parecido afetada, mas não há motivo para recusarmo-nos hoje a admitir que ela estava certa. Se quisermos aprender com a história, devemos compreender que o que aconteceu uma vez pode acontecer de novo, e qualquer pessoa que tenha discernimento a respeito destas questões há de concordar que a seqüência de grandes acontecimentos que seguiu-se à marcha sobre Moscou não foi uma mera sucessão de acidentes. Para dizer a verdade, se os russos tivessem sido capazes de organizar qualquer tipo de defesa das suas fronteiras, a estrela da França provavelmente teria deixado de brilhar e provavelmente a sorte os teria abandonado, mas certamente não naquela dimensão colossal e decisiva. Foi um grande êxito, e os russos pagaram um preço em sangue e em riscos que para outros países teria sido ainda mais alto, e que a maioria não teria podido pagar de maneira nenhuma.

Uma grande vitória só pode ser conquistada através de medidas ofensivas destinadas a obter uma *decisão*, jamais simplesmente esperando que as coisas aconteçam. Em suma, mesmo na defesa, somente um grande risco pode trazer uma grande conquista.

CAPÍTULO NOVE

O Plano de uma Guerra Destinada a Levar à Destruição Total do Inimigo

LIVRO OITO

Tendo feito uma exposição mais detalhada sobre os diversos propósitos a que uma guerra pode servir, vamos analisar agora como toda a guerra deve ser planejada com vista às três fases distintas que podem ser adequadas a cada propósito específico. Depois de tudo que dissemos até agora sobre o assunto, podemos identificar dois princípios básicos que fundamentam todo o planejamento estratégico e que servem para orientar todas as demais considerações.

O primeiro princípio é que demos procurar descobrir qual é a essência máxima do poderio inimigo, identificando o menor número possível de fontes e, se possível, uma única. O ataque a estas fontes deve ser condensado no menor número possível de ações - uma vez mais, se possível, numa única. Finalmente, todas as pequenas ações devem ser o mais subordinadas possível à ação principal. Em suma, o primeiro princípio é: agir com a concentração máxima.

O segundo princípio é: agir com a máxima velocidade. Não deverão ser permitidos quaisquer paradas ou desvios sem que haja um bom motivo.

A tarefa de reduzir as fontes do poderio inimigo a um único centro de gravidade dependerá:

1. Da distribuição do poder político do inimigo. Se estiver nas forças armadas de um único governo, normalmente não haverá problema. Se estiver dividido entre exércitos aliados, um dos quais simplesmente agindo sem qualquer interesse especial próprio, dificilmente a tarefa será mais árdua. Mas se estiver dividido entre aliados unidos por um interesse comum, o problema passa a ser a cordialidade da aliança. Já tratamos disto anteriormente.

2. Da situação do teatro de guerra em que os diversos exércitos estão operando. Se todas as forças inimigas estiverem concentradas num único exército, num único teatro de guerra, elas constituem de fato uma unidade e não precisamos estender-nos mais nesta questão. Mas se o inimigo, operando num único teatro, consistir em diversos exércitos aliados, a sua unidade não será tão absoluta. Apesar disto, eles ainda estarão suficientemente integrados para que realizemos um ataque firme contra *um*, para envolver os demais. Se os exércitos operarem em teatros vizinhos, sem que haja qualquer grande barreira natural entre eles, um deles ainda poderá exercer uma influência decisiva sobre os demais, mas com teatros muito afastados uns dos outros, com um território neutro ou cadeias de montanhas entre eles, a influência em questão será duvidosa - na realidade improvável - e se os teatros estiverem localizados em extremidades opostas do país sob ataque e as operações desencadeadas contra ele tiverem, portanto, que seguir através de linhas divergentes, elas quase que deixarão de estar relacionadas umas com as outras.

Se a Prússia fosse atacada simultaneamente pela França e pela Rússia, o efeito sobre a condução das operações seria como se houvesse duas guerras independentes. A sua unidade essencial só poderia tornar-se evidente nas negociações de paz.

Inversamente, na Guerra dos Sete Anos as forças austríacas e saxônicas estavam praticamente fundidas. Compartilhavam a sorte umas das outras, em parte porque, sob o ponto de vista de Frederico, os seus dois teatros estavam na mesma direção, e em parte devido à total falta de independência política da Saxônia.

Por mais numerosos que fossem os inimigos contra os quais Bonaparte teria que lutar em 1813, todos estavam voltados para ele vindo da mesma direção. As suas diversas zonas de operação estavam intimamente ligadas e interagiam intensamente umas sobre as outras. Se ele tivesse sido capaz de concentrar as suas forças num único ponto e destruir o seu principal inimigo, o destino dos demais também teria sido decidido. Se tivesse derrotado o principal exército aliado na Boêmia e avançado para Viena passando por Praga, Blucher não poderia, por maior que fosse a sua determinação, ter permanecido na Saxônia. Ele poderia ter sido chamado para ajudar na Boêmia, e o Príncipe Herdeiro da Suécia certamente não teria a determinação necessária para permanecer no Marco de Brandenburgo.

Se, por outro lado, a Áustria travar uma guerra contra a França, tanto na Itália como no Reno, sempre achará difícil obter uma vitória decisiva nos dois teatros desferido um golpe bem sucedido num deles. Por uma razão: os Alpes são uma barreira grande demais e, além disto, as estradas que vão da Áustria para o Reno e para a Itália seguem em direções divergentes. A França teria uma tarefa um tanto mais fácil. Em qualquer dos casos, as suas linhas de ataque convergiriam sobre Viena e sobre o coração da monarquia austríaca, e uma vitória decisiva num dos teatros certamente também seria decisiva para o outro. Deveríamos acrescentar que se a França desferisse um golpe decisivo contra a Itália, este golpe teria um efeito maior sobre o teatro do Reno do que se ocorresse o contrário. Uma ofensiva lançada a partir da Itália ameaçaria o centro do poder austríaco, enquanto que as operações a partir do Reno só ameaçariam uma das suas alas.

Disto tudo concluímos que o conceito de um poder inimigo separado e associado passa por todos os níveis de operações e, portanto, o efeito que os acontecimentos num determinado teatro terão em outro lugar só poderão ser avaliados em cada caso específico. Só então poderá ser visto até que ponto os diversos centros de gravidade do inimigo podem ser reduzidos a um só.

O princípio de dirigir tudo contra o centro de gravidade do inimigo só admite uma exceção - isto é, quando as operações secundárias parecem ser *excepcionalmente compensadoras*. Mas devemos repetir que somente uma superioridade decisiva pode justificar desviar a força sem arriscar-se demais no teatro principal.

Quando o General Bulow entrou na Holanda em 1814, o fez na suposição de que os seus 30.000 homens não só neutralizariam um número igual de franceses, como também permitiriam que os holandeses e os ingleses colocassem no campo de batalha forças que de outro modo não poderiam ser empregadas.

A primeira tarefa, portanto, ao planejar uma guerra é identificar os centros de gravidade do inimigo e, se possível, reduzí-los a um só.

A segunda tarefa é assegurar que as forças que serão empregadas contra aquele ponto estejam concentradas para realizar uma grande ofensiva.

Nesta situação, podemos defrontar-nos com as seguintes razões para dividir as forças:

1. A disposição srcinal das forças - e, portanto, também a localização geográfica dos Estados atacantes.

Se a concentração acarretar desvios e perda de tempo, e se os riscos de avançar separadamente não foram grandes demais, podemos justificar esta linha de ação. Se for realizada desnecessariamente uma trabalhosa reunião das forças, com uma grande perda de tempo, e o primeiro ataque for feito por conseguinte com um *élan* e uma velocidade menores do que a máxima, isto contrariaria o nosso segundo princípio geral. Isto merecerá uma avaliação especial sempre que houver a possibilidade de surpreender o inimigo.

Esta afirmativa tem um peso ainda maior se o ataque for realizado por aliados que não estejam localizados um atrás do outro, mas sim voltados para o inimigo lado a lado. Se a Prússia e a Áustria estivessem lutando contra a França, fazer com que os dois exércitos iniciassem o seu avanço saindo do mesmo lugar consumiria uma boa quantidade de tempo e de energia. O caminho natural para ir da Prússia ao coração da França é sair do baixo Reno, e para a Áustria é sair do alto Reno. Ocorre que não pode ser feita qualquer junção das forças sem que haja algum sacrifício e, assim, em qualquer situação específica a questão é avaliar se este sacrifício precisa ser feito.

2. Um ataque realizado seguindo através de linhas separadas pode prometer resultados melhores.

Estamos analisando agora um avanço dividido contra um *único* centro, isto significa realizar um ataque *concêntrico*. Um ataque dividido, seguindo através de linhas paralelas ou divergentes, seria considerado uma *operação secundária*, que já analisamos anteriormente.

Tanto na estratégia como na tática, um ataque convergente sempre oferece a promessa de resultados *melhores*, pois se for bem sucedido o inimigo não será só derrotado, como será praticamente eliminado. O ataque convergente sempre é, portanto, o mais promissor, mas como as forças estão divididas e o teatro de operações é aumentado, oferece também um risco maior. Assim como acontece com relação ao ataque e à defesa, a forma mais fraca promete assegurar os maiores êxitos.

Tudo depende, portanto, do atacante sentir-se suficientemente forte para procurar obter esta vantagem.

Em 1757, quando Frederico decidiu invadir a Boêmia, ele dividiu as suas forças entre a Saxônia e a Silésia. Ele tinha dois motivos para fazer isto. O primeiro era que havia sido ali que as suas tropas tinham sido estacionadas para passar o inverno, e uma concentração de forças teria impossibilitado o ataque surpresa. O segundo era que o seu avanço concêntrico ameaçava os dois teatros austríacos no flanco e na retaguarda. O risco que ele corria era que um dos seus exércitos pudesse ser derrotado por uma força superior. Se os austríacos deixassem de perceber isto, teriam que aceitar o combate no centro ou permitir que fossem atacados, exatamente na sua linha de comunicação, por um flanco ou pelo outro, até encontrarem o desastre. Este era o maior êxito que este avanço prometia oferecer ao Rei. Na realidade, os austríacos optaram por uma batalha no centro, mas assumiram posições em Praga, que estava exposta demais a um ataque envolvente, e a sua inação deu ao ataque o tempo de que ele precisava para produzir o seu efeito máximo. O resultado foi que a sua derrota transformou-se numa verdadeira catástrofe - como é provado pelo fato de que o comandante geral e dois terços do exército foram aprisionados em Praga.

Este êxito brilhante obtido no início da campanha foi devido à disposição de arriscar a realização um ataque concêntrico. Quem poderia criticar Frederico por confiar em que a precisão dos seus movimentos, o vigor dos seus Generais e o moral mais elevado do seu exército, em contraste com a estupidez dos austríacos, fossem suficiente para assegurar-lhe o êxito? Seria um erro não considerar estes fatores morais e imaginar que a forma geométrica do ataque tenha sido a causa de tudo. Só temos

que comparar este ataque com a não menos brilhante campanha de 1796 de Bonaparte, quando os austríacos foram punidos de maneira notável pelo seu avanço convergente contra a Itália. Deixando de lado o fator moral, os recursos de que dispunha naquela ocasião o General francês não eram maiores do que os de que dispunham os austríacos em 1757. Eram, na realidade, menores, porque o comandante austríaco, ao contrário de Bonaparte, não tinha um poderio inferior ao do seu inimigo. Se existir portanto um motivo para temer que um avanço dividido e convergente possa dar ao inimigo uma possibilidade de igualar o seu poderio ao nosso utilizando as suas linhas interiores, é melhor não realizá-lo. Se o posicionamento das forças fizer com que seja essencial, ele deverá ser considerado um mal necessário.

Visto sob este ponto de vista, não é possível aprovar a maneira pela qual a França foi invadida em 1814. Os exércitos russos, austríacos e prussianos estavam todos reunidos em Frankfurt, no caminho óbvio e mais direto para o centro de gravidade da França. Foram então divididos de modo que um exército invadisse saindo de Mainz e os outros passassem primeiro através da Suíça. O poderio militar da França naquele momento era tão reduzido que não havia como defender as suas fronteiras. A única razão portanto para fazer uma invasão convergente era que se tudo corresse bem, um dos exércitos tomaria a Alsácia e Lorena, enquanto que Franche-Comté era tomada pelos outros. Valeria esta pequena vantagem o transtorno de marchar através da Suíça? Sabemos muito bem que houve outros motivos igualmente equivocados para que fosse determinada a realização da marcha, mas mencionamos aquele que é mais pertinente à nossa argumentação.

Bonaparte, por outro lado, havia demonstrado através da sua primorosa campanha em 1796 que sabia exatamente como lidar com uma ameaça convergente e, embora tivesse uma grande inferioridade numérica, todos estavam prontos a admitir desde o início que moralmente ele era muito superior. Atrasado ao juntar-se ao seu exército em Chalons e normalmente subestimando os seus oponentes, ele quase conseguiu atacar separadamente os dois exércitos antes que se reunissem, apesar deles serem tão fracos quando os enfrentou em Brienne! Dos 65.000 homens, Blucher só tinha 27.000 com ele, e dos 200.000 do exército principal, só 100.000 estavam disponíveis. Eles não poderiam proporcionar aos franceses uma tarefa mais fácil. Além do mais, desde o momento em que teve início o avanço, os exércitos aliados não desejavam outra coisa a não ser reunir-se novamente.

Após todas estas considerações, achamos que apesar de um ataque realizado ao longo de linhas convergentes seja por si só um meio de obter o êxito, de uma maneira geral ele só deve acontecer em

decorrência da disposição srcinal das forças e raramente se justifica partindo da linha de avanço mais curta e mais simples.

3. O tamanho de um teatro de guerra pode ser um motivo para realizar um avanço com as forças divididas.

Quando um exército inicia um ataque a partir de um determinado ponto e consegue penetrar profundamente em território inimigo, a área que ele domina não é rigidamente limitada pelas estradas que utiliza, mas estende-se a uma certa distância para cada lado. Mas a sua largura dependerá muito (se pudermos empregar esta metáfora) da solidez e da coesão do Estado oponente. Se o país inimigo for um tanto desunido, e se o seu povo for frouxo e tiver esquecido como é a guerra, um invasor vitorioso não terá grandes dificuldades em deixar uma larga faixa de terreno com segurança em sua retaguarda, mas se defrontar-se com um povo valente e leal, a área de segurança se parecerá com um triângulo estreito.

Para evitar este risco, ele deve dar um jeito de avançar com uma frente mais larga, e se o poderio do inimigo estiver concentrado num ponto, o invasor só poderá manter esta largura até que seja feito o contato. Ao aproximar-se da posição inimiga ela terá que ser reduzida. Isto é evidente.

Mas se a própria posição inimiga estender-se ao longo de uma determinada largura, seria sensato estender a nossa na mesma medida. Temos em mente um único teatro de operações, ou diversos adjacentes, e as nossas observações obviamente não serão menos aplicáveis nos casos em que a ofensiva principal resolver automaticamente as questões de menor importância.

Mas poderemos contar *sempre* com isto? Poderemos correr os riscos que surgirão se a influência do objetivo principal sobre os de menor importância não for suficiente? Talvez devamos examinar melhor esta necessidade de que um teatro de operações deva ter uma determinada largura.

Como de costume, é totalmente impossível abranger todos os casos que poderíamos imaginar que viessem a surgir, mas reafirmamos que a decisão a respeito do objetivo principal implicará também numa decisão sobre os de menor importância. Este é o princípio no qual a ação deverá invariavelmente basear-se, a menos que existam razões óbvias para o contrário.

Bonaparte invadiu a Rússia acreditando firmemente que se destruísse o exército principal russo o êxito devastaria também as forças russas que estavam no alto Dwina. O corpo de exército comandado por Oudinot foi tudo que ele deixou inicialmente para enfrentar aquelas forças, mas Wittgenstein atacou e Bonaparte teve então que enviar também para lá o Sexto Corpo do Exército.

Parte das suas forças, por outro lado, haviam sido inicialmente destacadas para lidar com Bagration, mas a retirada do centro do exército russo levou-o de roldão e permitiu que Bonaparte chamasse de volta a força que havia destacado. Se Wittgenstein não tivesse sido obrigado a proteger a segunda capital[1], teria acompanhado também a retirada do exército principal sob o comando de Barclay.

As vitórias de Bonaparte em Ulm e em Regensburgo, em 1805 e em 1809, selaram também o destino da Itália e do Tirol, embora a Itália fosse um teatro um tanto distante e independente. Em 1806, Jena e Auerstadt puseram um fim a qualquer ameaça que pudesse ter surgido na Westfália, em Hesse ou na estrada de Frankfurt.

Entre os diversos fatores que podem influenciar a resistência em pontos secundários, dois são especialmente importantes:

O primeiro é que num país tão vasto e relativamente poderoso como a Rússia, o golpe decisivo sobre o ponto vital pode ser retardado por muito tempo e não há a necessidade de uma rápida concentração de todas as nossas forças.

O segundo fator surge quando diversas fortificações proporcionam uma autonomia incomum a uma área secundária, como por exemplo a Silésia em 1806. Apesar disto, Bonaparte atribuiu muito pouca importância a ela, e embora tivesse que contorná-la em seu avanço para Varsóvia, só destacou o sei irmão Jerome para lidar com ela.

Se parecer provável que em qualquer situação específica o ataque ao objetivo principal não irá abalar os de menor importância, ou se já tiver deixado de fazê-lo; se o inimigo já tiver empregado forças naqueles pontos, será então necessário enviar uma outra força mais adequada para lidar com elas, uma vez que as linhas de comunicação não podem ser deixadas totalmente desprotegidas.

Podemos ser ainda mais prudentes. Podemos exigir que o avanço contra o objetivo principal seja mantido rigorosamente por etapas, com avanços sobre os de menor importância, de modo que sempre

[1] São Petersburgo. Eds.

que o inimigo recusar-se a abandonar outros pontos, o avanço principal cesse.

Esta abordagem não contradiz diretamente o nosso princípio de concentração máxima contra o objetivo principal, mas o espírito no qual ela se baseia é totalmente contrário. Ela imporá uma tal

lentidão ao movimento, uma tal paralisia ao ataque, criará tantas oportunidades para o acaso e desperdiçará tanto tempo que na realidade será totalmente incompatível com uma ofensiva destinada a derrotar o inimigo.

A dificuldade torna-se ainda maior se o inimigo puder retirar as suas forças destes pontos de menor importância ao longo de linhas divergentes. O que seria então da unidade do nosso ataque?

Consequentemente, devemos opor-nos rigorosamente ao princípio que torna o ataque dependente de operações secundárias e, em vez disto, asseverar que uma ofensiva que pretenda provocar a aniquilação do inimigo fracassará se não ousar avançar como uma flecha para o coração do Estado inimigo.

4. A quarta e última razão para avançar com as forças divididas pode ser reduzir os problemas de abastecimento.

Não há dúvida de que é muito mais agradável levar uma pequena força através de uma área próspera do que um poderoso exército através de uma área pobre, mas esta última tarefa não será impossível se foram tomadas medidas adequadas e se o exército estiver acostumado a sofrer privações. A primeira opção não deveria ter portanto tanta influência sobre os planos para justificar que corra-se riscos maiores.

Tratamos agora das razões que justificam dividir as forças e fragmentar uma operação em diversas. Se esta divisão for feita com base numa destas razões, tendo uma idéia clara do seu propósito e após pesar cuidadosamente os prós e os contras, não devemos ousar criticá-la.

Mas quando ocorre o habitual, e o Estado-Maior “adestrado” de um General elabora um plano destes como se fosse uma questão de rotina, e quando todos os diversos teatros de operações têm que ser ocupados como casas num tabuleiro de xadrez, cada um deles com a unidade adequada, antes de ter início o verdadeiro movimento; quando os próprios movimentos são feito com uma pretensa competência para atingir a sua meta através de caminhos e combinações tortuosos; quando exércitos modernos têm que separar-se para exibir a “arte consumada”, voltando duas semanas depois quando surgir o risco máximo, só podemos dizer então que abominamos o afastamento da abordagem direta, simples e fácil, para mergulhar deliberadamente na confusão. Esta estupidez torna-se tão mais provável quanto menos for a guerra comandada pelo próprio Comandante-em-Chefe, da maneira mostrada em nosso capítulo inicial: isto é, como uma única atividade de um indivíduo investido de enormes poderes,

ou, em outras palavras, quanto mais for o plano como um todo arquitetado por um Estado-Maior Geral irrealista, com base nas receitas de uma meia dúzia de amadores.

A terceira parte do nosso primeiro princípio ainda tem que ser analisada, qual seja, manter cada operação secundária o mais subordinadas possível à operação principal.

Se procuramos concentrar todas as ações militares contra um único objetivo e se, na medida do possível, uma *única* operação de vulto for vista como sendo a maneira de conquistá-lo, as ações nos outros pontos em que fazemos contato com os oponentes devem perder parte da sua independência e tornarem-se operações subordinadas à principal. Se absolutamente tudo puder ser concentrado numa única ação, aqueles outros pontos de contato serão completamente neutralizados. Mas raramente isto é possível, de modo que o problema é mantê-las rigorosamente dentro de determinados limites e assegurar-nos de que não retirem demasiada força da operação principal.

Afirmamos, além do mais, que o plano de operações deve ter esta tendência, mesmo quando toda a resistência do inimigo não puder ser reduzida a um único centro de gravidade e quando, como já dissemos uma vez, tiverem que ser travadas simultaneamente duas guerras quase que totalmente separadas. Mesmo então, uma delas deverá ser tratada como a operação *principal*, exigindo o grosso dos recursos e das atividades.

Visto sob este prisma, só é aconselhável operar *ofensivamente* neste teatro principal, e permanecer na defensiva nos outros lugares. Lá, um ataque só será justificado se condições excepcionais o provocarem. Além do mais, a defensiva nos pontos de menor importância deve ser mantida com o poderio mínimo, e devem ser aproveitadas todas as vantagens que esta forma de resistência oferece.

Esta atitude aplica-se com uma intensidade ainda maior a qualquer teatro de operações em que diversos aliados inimigos estejam engajados de tal modo que todos sejam afetados quando o centro de gravidade comum for atacado.

Contra o inimigo que seja o alvo da ofensiva principal não pode haver, portanto, uma defensiva em teatros de operações secundários. Aquela ofensiva consiste no ataque principal e nos ataques secundários, como a situação tornar necessário. Isto elimina toda a necessidade de defender qualquer ponto que a ofensiva não proteger diretamente. O que importa é a decisão principal. Ela compensará qualquer perda. Se as forças forem suficientes para fazer com que seja razoável procurar obter uma grande decisão, então a *possibilidade de fracasso* não poderá mais ser uma desculpa para tentarmos nos

proteger em outros lugares, pois *isto* tornaria muito mais provável uma derrota na batalha decisiva e introduziria assim um elemento de contradição em nossas ações.

Mas embora a operação principal deva ter prioridade sobre as ações secundárias, a mesma prioridade deverá ser também atribuída a todas as suas partes. Normalmente a decisão quanto a que forças de cada teatro devem avançar contra o centro de gravidade comum é tomada com base em razões irrelevantes. Tudo que estamos dizendo é, portanto, que deverá ser feito um *esforço* no sentido de assegurar que a operação principal tenha *precedência* sobre as demais. Quanto mais nos conscientizarmos desta precedência, mais simples tudo será e menos coisas serão deixadas ao acaso.

O segundo princípio é o emprego rápido das nossas forças.

Um dispêndio desnecessário de tempo, qualquer desvio inútil, é uma perda de energia e, portanto, abominável para o pensamento estratégico. É ainda mais importante lembrar que praticamente a única vantagem do ataque está na sua surpresa inicial. Velocidade e ímpeto são os seus componentes mais importantes e normalmente são indispensáveis para que derrotemos o inimigo.

Assim, a teoria exige os caminhos mais curtos para chegar ao objetivo. Discussões intermináveis quanto a movimentar-se para a esquerda ou para a direita, a fazer isto ou aquilo, são ociosas.

Se lembrarmo-nos do que foi dito no capítulo[2] sobre os propósitos do ataque estratégico, e da parte do Capítulo Quatro acima sobre a influência do tempo, acreditamos não ser necessário fazer mais qualquer elaboração para mostrar que deve ser dada a este princípio a prioridade que pedimos para ele.

Bonaparte nunca o esqueceu. Ele sempre preferiu o caminho mais curto entre um exército e outro, ou entre duas capitais.

Agora, o que constitui a operação principal, que consideramos mais importante do que tudo mais, e para a qual exigimos uma execução tão rápida e direta?

Explicamos no Capítulo Quatro o que queríamos dizer com derrota do inimigo, até o ponto em que isto pode ser feito em termos gerais, e não há necessidade de repetir. Qualquer que venha a ser o ato final em qualquer situação específica, o início é invariavelmente o mesmo - a aniquilação das forças armadas do inimigo, o que subentende uma grande vitória e a sua verdadeira destruição. Quando mais cedo pudermos procurar obter esta vitória - isto é, quanto mais próximo das nossas fronteiras - mais

[2] Livro Sete, Capítulo Três. Eds.

fácil será ela. Quanto mais tarde for travada a batalha principal - isto é, quanto mais para dentro do território inimigo - mais *decisivo* será o seu efeito. Aqui, como em qualquer outro lugar, a facilidade do
êxito e a sua magnitude estão na balança.

Consequentemente, a menos que sejamos tão fortes que a vitória seja certa, devemos procurar destruir, se possível, a força principal do inimigo. Dizemos "se possível" porque se isto envolver desvios significativos, tomando a estrada errada e perdendo tempo, pode facilmente revelar-se um erro. Se a força principal do inimigo não estiver na nossa linha de avanço, e se uma outra razão fizer com que seja impossível que procuremos ir ao seu encontro, fatalmente descobriremos isto mais tarde, uma vez que ela não poderá deixar de opor-se finalmente a nós. Portanto, como acabamos de afirmar, a batalha será travada em condições menos favoráveis - uma desvantagem que devemos aceitar. Apesar disto, se vencermos a batalha, a nossa vitória será ainda mais decisiva.

Disto conclui-se que se nesta situação hipotética o exército principal do inimigo estiver sobre a nossa linha de avanço, seria errado contorná-lo deliberadamente, mesmo que a razão para fazermos isto seja tornar mais fácil a nossa vitória. Por outro lado, o que foi dito acima dá a entender que podemos evitar o inimigo desde que sejamos significativamente superiores, de modo a tornar mais decisiva a nossa vitória final.

Estivemos falando sobre uma vitória total - isto é, não apenas uma batalha vencida, mas a derrota completa do inimigo. Uma tal vitória exige um ataque envolvente ou uma batalha com as frentes voltadas para lados opostos, uma vez que qualquer um deles trará sempre um resultado decisivo. É essencial, portanto, que qualquer plano de operações preveja isto, tanto com relação às forças de que necessita, como com relação à direção a ser seguida por elas. Vamos falar mais sobre isto no nosso capítulo sobre o planejamento de uma campanha.[3]

Não é impossível, evidentemente, que uma batalha termine com uma vitória total, mesmo se for travada com frentes paralelas, e a história militar pode apresentar exemplos, mas estes casos são raros e estão ficando cada vez mais raros à medida em que os exércitos aproximam-se uns dos outros em termos de adestramento e de competência. Hoje em dia, vinte e um batalhões não são mais capturados num único povoado, como foram em Blenheim.

Tendo sido obtida uma grande vitória, não deve-se falar de mais nada, de um intervalo para respirar, de rever as posições ou de consolidá-las e assim por diante, mas apenas da perseguição,

[3] Esse capítulo nunca foi escrito. Eds.

avançando novamente sobre o inimigo se for necessário, tomando a sua capital, atacando as suas reservas e tudo mais que possa dar ao seu país alguma ajuda e conforto.

Se a maré da vitória levar-nos para perto das suas fortificações, a questão de sitiá-las ou não dependerá do nosso poderio. Se a nossa superioridade for muito grande, perderemos menos tempo tomando-as o mais cedo que pudermos, mas se não estivermos tão certos de que outros êxitos encontram-se mais adiante, devemos cercá-las com as menor quantidade possível de forças que impossibilitem qualquer pensamento de sitiá-las de maneira regular. A partir do momento em que o sítio a fortificações obrigar-nos a cessar o avanço, a ofensiva terá, por via de regra, atingido o seu ponto culminante. Insistimos em afirmar que a força principal deve continuar avançando rapidamente e mantendo a pressão sobre o inimigo. Já descartamos a idéia de que um avanço contra o objetivo principal deve esperar que ocorram vitórias em pontos de menor importância. Consequentemente, de um modo geral a força principal não deixará mais do que uma estreita faixa de terra em sua retaguarda, que ela pode considerar como sendo sua e que constitui o seu teatro de operações. Isto pode conter o ímpeto na frente, como vimos, e envolve alguns riscos para o atacante. É um problema: poderiam estas tendências não chegar ao ponto em que um novo avanço tenha que cessar? Isto é perfeitamente possível. Mas como já afirmamos que seria um erro tentar evitar desde o início um teatro de operações estreito e, consequentemente, privar o ataque do seu ímpeto, continuamos a afirmar que enquanto o General não houver ainda derrotado o inimigo, enquanto achar-se suficientemente forte para conquistar os seus objetivos, deverá persistir. Ele poderá fazer isto enfrentando um perigo maior, mas os seus êxitos serão bem maiores. Se chegar a um ponto além do qual não ouse ir, se achar que deve estender-se para a direita e para a esquerda para proteger a sua retaguarda, que seja assim: muito provavelmente o seu ataque terá atingido o seu ponto culminante. O seu ímpeto estará exaurido, e se o inimigo ainda estiver intacto não haverá de qualquer modo qualquer futuro neste ataque.

Qualquer coisa que o General fizer para melhorar a sua ofensiva, tomando fortificações, desfiladeiros e províncias, isto ainda significará um avanço lento mas relativo, não mais absoluto. A retirada precipitada do inimigo cessou. Ele pode estar preparando-se para retomar a sua resistência e agora é possível que, embora o atacante ainda esteja melhorando a sua posição, o defensor, ao fazer o mesmo esteja melhorando a cada dia as suas possibilidades. Repetimos, em suma, que uma vez que seja necessário fazer uma pausa, de um modo geral poderá não haver a volta do avanço.

Tudo que a teoria exige é que enquanto o propósito for a derrota do inimigo, o ataque não deve ser interrompido. Se o General desistir deste propósito porque considera grandes demais os riscos dele decorrentes, estará certo em desistir e estender a sua frente. A teoria só o censurará se ele fizer isto para facilitar a derrota do inimigo.

Não somos tão insensatos a ponto de afirmar que a história não contém qualquer exemplo de um Estado que tenha sido levado ao último extremo gradativamente. A tese que propomos não é uma verdade absoluta que não admite exceções, mas simplesmente baseia-se na evolução normal e provável dos acontecimentos. Além disto, devemos verificar se o declínio de um Estado foi o resultado gradual de um processo histórico ou a conseqüência de uma única campanha. Só estamos tratando aqui do último caso, pois só aqui existem forças num estado de tensão tal que, ou superam a carga que existe sobre elas ou correm o perigo de sucumbir a elas. Se o primeiro ano de luta proporcionar uma ligeira vantagem e o segundo aumentá-la, de modo que pouco a pouco nos aproximemos do nosso propósito, o perigo não será muito grave em lugar nenhum, mas exatamente por esta razão estará ainda mais espalhado. Toda pausa entre um êxito e o próximo dará ao inimigo uma nova oportunidade. Um êxito exerce uma pequena influência sobre o próximo, e muitas vezes nenhuma. A influência pode perfeitamente ser adversa, pois ou o inimigo recupera-se e consegue animar-se para oferecer uma maior resistência, ou obtém ajuda de algum outro lugar. Mas quando obtém-se um único ímpeto do início até o fim, a vitória de ontem torna certa a de hoje e um fogo acende o outro. Para todo caso em que um Estado tenha sido levado à ruína através de golpes sucessivos - o que significa que o tempo, o protetor do defensor, passou para o outro lado - quantos mais existem nos quais o tempo arruinou os planos do atacante! Basta mencionar o resultado da Guerra dos Sete Anos, na qual os austríacos procuraram atingir o seu propósito com tal calma, prudência e cuidado que fracassaram totalmente.

À vista disto, não podemos achar que a preocupação em obter um teatro de operações seguro e bem administrado deva andar de mão dadas com o avanço ofensivo e, num certo sentido, compensá-lo. Pelo contrário, consideramos as vantagens que isto dá à ofensiva como sendo males inevitáveis que não deveriam merecer a nossa atenção até que o avanço não prometesse mais qualquer outra esperança.[4]

O exemplo de Bonaparte em 1812, longe de destruir a nossa afirmativa, simplesmente a confirma.

A sua campanha fracassou, não porque ele tenha avançado rápido e longe demais, como acredita-se normalmente, mas porque a única maneira de obter o êxito fracassou. A Rússia não é um país que possa

[4] Adotamos aqui o texto da segunda edição, uma vez que o da primeira parece estar irremediavelmente deturpado.

ser conquistado da maneira convencional - isto quer dizer, ser ocupado - certamente não com o poderio atual dos Estados europeus, e nem mesmo com o meio milhão de homens que Bonaparte mobilizou com esta finalidade. Somente a fragilidade interna, somente o trabalho da desunião, podem levar um país deste tipo à ruína. Para atacar estas fragilidades existentes em sua vida política é necessário avançar até o coração do Estado. Somente se conseguisse chegar com força suficiente a Moscou poderia Bonaparte esperar abalar a fibra do governo e a lealdade e a firmeza do povo. Em Moscou ele esperava encontrar a paz. Aquele era o único propósito racional da guerra que ele podia estabelecer para si mesmo.

Ele avançou com a sua força principal contra a dos russos. Elas recuaram frente a ele passando pelo acampamento de Drissa, e nunca pararam até chegarem a Smolensk. Ele obrigou Bagration a retirar-se também, derrotou os dois exércitos russos e ocupou Moscou. Agiu como sempre havia feito. Foi assim que havia dominado a Europa, e foi a única maneira pela qual poderia ter feito isto. Ninguém que tenha admirado Bonaparte como o maior de todos os comandantes em suas campanhas anteriores poderia senti-se superior a ele com relação a esta.

É lícito avaliar um acontecimento através do seu resultado, pois este é o critério mais sensato. Mas uma avaliação feita apenas com base no resultado não deve ser interpretada como sendo uma prova da sabedoria humana. Descobrir porque uma campanha fracassou não é a mesma coisa que criticá-la, mas se formos além e mostrarmos que as causas do fracasso poderiam e deveriam ter sido vistas e que deveriam ter sido tomadas providências para evitá-las, assumimos o papel de crítico e colocamo-nos acima do General.

Qualquer pessoa que afirme que a campanha de 1812 foi um absurdo devido ao seu enorme fracasso, mas que a teria considerado uma idéia magnífica se tivesse dado certo, revela uma total falta de discernimento.

Suponhamos que Bonaparte tivesse esperado na Lituânia, como a maioria dos seus críticos pensa que deveria ter feito, de modo a assegurar-se com relação às suas fortificações (das quais incidentalmente Riga, localizada num dos lados, é realmente a única. Bobruisk é um pequeno local insignificante), teria se envolvido em reles operações defensivas durante o inverno. Os críticos teriam então sido os primeiros a exclamar, “Este não é mais o velho Bonaparte! Ele nem mesmo forçou a

realização da sua primeira grande batalha - o homem que costumava confirmar as suas conquistas de Estados inimigos através de vitórias sobre as suas últimas defesas, como em Austerlitz e em Friedland. Moscou, a capital do inimigo é uma cidade indefesa - pronta para render-se. Porque deixou ele de tomá-la, deixando-a assim como um ponto de reagrupamento para uma nova resistência? Ele teve a sorte inacreditável de surpreender este gigante distante tão facilmente quanto uma cidade próxima, ou como Frederico esmagou a pequena e vizinha Silésia - e não aproveitou esta vantagem. Ele interrompeu o seu avanço triunfante como se o demônio estivesse em seus calcanhares!". Este é o tipo de conversa que teríamos ouvido, pois esta é a maneira pela qual a maioria dos críticos forma as suas opiniões.

Reafirmamos que a campanha de 1812 fracassou porque o governo russo manteve a sua fibra e o povo continuou leal e firme. A campanha não poderia ter êxito. Bonaparte pode ter errado em ter se engajado nela. Pelo menos o resultado mostra certamente que ele calculou mal, mas afirmamos que se ele desejava conquistar aquele objetivo, não havia, falando de uma maneira geral, outra maneira de conseguir isto.

Estando ansioso para não ficar envolvido numa interminável e dispendiosa guerra defensiva no leste, além da que já estava travando a oeste, Bonaparte tentou utilizar o único recurso de que dispunha - um ataque ousado que pudesse obrigar o seu oponente desmoralizado a fazer a paz. O risco de perder o seu exército tinha que ser aceito. Esta era a aposta do jogo, e o preço as suas grandes esperanças. Pode ter sido culpa sua se o seu exército foi castigado mais severamente do que precisava ter sido, mas a culpa não foi da profundidade em que ele penetrou na Rússia. Esta era a sua intenção, e era inevitável. A sua culpa está em sua demora em iniciar a campanha, nas vidas que desperdiçou através das suas táticas e no seu desprezo pelas questões de abastecimento e pela sua linha de retirada. Por último, ele ficou tempo demais em Moscou.

Não é um argumento muito forte contra nós salientar que os russos conseguiram bloquear o caminho para Beresina na esperança de impedir a sua retirada. A batalha mostrou precisamente como é difícil atingir um propósito destes. As condições eram as piores que se pode imaginar, mas os franceses conseguiram assim mesmo abrir o seu caminho através do combate. Todo este episódio tornou mais profunda a catástrofe, mas não a causou. Em segundo lugar, foi apenas a natureza incomum do terreno que permitiu que os russos conseguissem realizar tanto quanto conseguiram, pois se a estrada principal não atravessasse os charcos de Beresina, com as suas vias de acesso inacessíveis e cobertas de vegetação, teria sido ainda menos viável impedir o avanço do exército francês. Em terceiro lugar, a

única maneira de precaver-se contra aquele risco seria avançar com uma frente que tivesse uma certa largura. Com relação a isto, já contestamos que uma vez que estamos empenhados em avançar pelo centro, deixando exércitos atrás como proteção para os flancos da direita e da esquerda, qualquer revés sofrido por um destes exércitos faria com que retirássemos o nosso centro. Nada mais poderia ser esperado da ofensiva.

Nem pode ser dito que Bonaparte descuidou-se dos seus flancos. Uma força superior enfrentava Wittgenstein. Em Riga havia uma força atacante que, incidentemente, era supérflua e Schwarzenberg no sul possuía 50.000 homens, o que dava-lhe uma superioridade numérica sobre as forças de Tormasov e quase igualava-se as de Chichagov. Além disto, havia Victor com 30.000 homens, como uma reserva central. Mesmo no período mais crítico, em novembro, quando o poderio russo havia aumentado enquanto que o francês já estava muito exaurido, os russos ainda não eram significativamente superiores na retaguarda do exército de Moscou. Wittgenstein, Chichagov e Sacken possuíam ao todo 110.000 homens. Schwarzenberg, Reynier, Victor, Oudinot e St. Cyr juntos ainda possuíam 80.000 homens. O mais cauteloso dos Generais em movimento dificilmente teria dado aos seus flancos uma proteção maior do que esta. Dos 600.000 homens que atravessaram o Niemen em 1812, Bonaparte poderia ter trazido de volta 250.000 em vez dos 50.000 que atravessaram de volta aquele rio sob o comando de Shwarzenberg, Reynier e Macdonald, se não tivesse cometido os erros de que o acusamos, mas a campanha teria sido igualmente um fracasso. Em tese não haveria nada para criticá-lo, pois a perda de mais da metade de um exército numa situação destas não é incomum. Se isto choca-nos tanto, o motivo é simplesmente a dimensão da expedição.

Isto é suficiente com relação à operação principal, à forma que deve assumir e aos riscos que lhe são inseparáveis. Quanto às operações secundárias, ressaltaríamos que todas têm um propósito comum, mas este propósito não pode ser um que paralise as atividades das partes individuais. Se alguém invadisse a França a partir do alto e do médio Reno e a partir da Holanda, tentando reunir as suas forças em Paris e fosse determinado a cada exército que não corresse riscos e que se preservasse o mais intacto possível até chegar ao seu ponto de encontro, chamaríamos este plano de *calamitoso*. Certamente ocorreria um tipo de equilíbrio entre os três e isto provocaria atraso, timidez e hesitação em cada um deles. Seria melhor deixar cada exército livre para desempenhar a sua missão e só insistir numa ação unificada naqueles pontos em que as suas diversas atividades coincidissem naturalmente.

A separação de forças para reunirem-se novamente poucos dias depois é uma característica de quase todas as guerras, mas basicamente não há lógica em fazer isto. Se uma força é destacada, ela

deve saber porque e que *propósito* deve ser atingido. Este propósito não pode consistir simplesmente numa reunião posterior, como se estivessem dançando uma quadrilha.

Assim, se exércitos atacam em diferentes teatros de operações, deve ser dado a cada um deles um objetivo distinto. O que *importa* é que em todos os lugares os exércitos gastem toda a sua energia, não que todos eles obtenham vantagens proporcionais aos seus poderios.

Se um exército achar a sua tarefa demasiadamente difícil porque o esquema defensivo do inimigo não é o que ele esperava, ou se não tiver sorte, as ações dos outros não devem ser alteradas, ou desde o início será improvável que haja um êxito global. Se a maioria deles não obtiver êxito, ou se as operações principais fracassarem, é certo e necessário que os outros sejam afetados. Neste caso foi o próprio plano que deu errado.

Esta regra deve aplicar-se também a exércitos e destacamentos aos quais tenha sido dado srcinalmente um papel defensivo, mas que devido ao seu êxito tenham sido deixados livres para tomarem a ofensiva - a menos que prefiramos transferir as suas unidades supérfluas para o ponto principal da ofensiva. A questão dependerá principalmente da topografia do teatro de operações.

Mas o que é feito da forma geométrica e da unidade de todo o ataque? O que acontece às colunas dos flancos e da retaguarda vizinhas às unidades operacionais? É exatamente este tipo de atitude que estamos especialmente preocupados em combater. Colar uma grande ofensiva num quadrado geométrico é ficar perdido num falso sistema intelectual.

No décimo quinto capítulo do Livro Três, mostramos que o elemento geométrico é menos eficaz na estratégia do que na tática, e neste momento só precisamos reafirmar esta conclusão - que o verdadeiro êxito em determinados pontos, principalmente na ofensiva, merece uma atenção muito maior do que a forma que possa surgir gradualmente das sortes mutáveis do ataque num ou noutro ponto.

De qualquer modo, tendo em vista as vastas áreas das quais ocupa-se a estratégia, as discussões e as decisões que estabelecem o padrão geométrico das partes podem ser adequadamente deixadas a cargo do Comandante-em-Chefe e, assim, nenhum comandante a ele subordinado tem o direito de perguntar o que o seu vizinho está fazendo ou deixando de fazer. Pode ser determinado a ele que simplesmente cumpra as suas ordens. Se ocorrerem sérios transtornos, o comandante supremo ainda poderá corrigí-los. Deste modo é eliminada a objeção às operações separadas - isto é, o ofuscamento das realidades por uma nuvem de temores e de suposições que penetram no verdadeiro desenrolar dos acontecimentos, de modo que todo revés não afeta apenas a parte que o sofreu, mas, de maneira

contagiosa, todo o resto, e é dada uma grande liberdade de ação às fraquezas e antipatias pessoais existentes entre os comandantes subordinados.

Não achamos que seja provável que este ponto de vista pareça paradoxal para aqueles que dedicaram muito tempo e meditação ao estudo da história militar, que aprenderam a distinguir entre as coisas essenciais e não essenciais, e que percebem plenamente a influência das fraquezas humanas.

Como admitirão todos os soldados experientes, é difícil até mesmo do ponto de vista tático obter êxito num ataque realizado com diversas colunas separadas, coordenando tranqüilamente todas as partes. Admitirão também como a mesma coisa deve ser muito mais difícil, ou melhor, como isto é impossível na estratégia, onde os intervalos são muito maiores! Se, portanto, a coordenação tranqüila de todas as partes é um pré-requisito para o êxito, um ataque estratégico deste tipo deve ser totalmente evitado. Mas por um lado, nunca se está totalmente livre para recusá-lo, uma vez que ele pode ser imposto por circunstâncias que não podemos alterar, enquanto que por outro lado, a coordenação tranqüila de todas as partes da ação, do começo até o fim, nem sempre é necessária na tática, muito menos na estratégia. Do ponto de vista estratégico, existem, portanto, mais razões ainda para ignorá-lo, e é muito mais importante insistir em dizer que a cada parte deverá ser atribuída uma tarefa independente.

Devemos acrescentar um comentário importante com relação à divisão adequada do esforço.

Em 1793 e 1794, o principal exército austríaco estava nos Países Baixos, com o exército prussiano no alto Reno. As tropas austríacas marcharam então de Viena para Condé e Valenciennes, atravessando o caminho dos prussianos para Landau, vindos de Berlim. Os austríacos tinham evidentemente as suas províncias belgas para defender, e teriam recebido com satisfação quaisquer conquistas feitas no Flandres francês. Mas aquela preocupação não era uma razão adequada para estas medidas e, após a morte do Príncipe Kaunitz, o Ministro austríaco Thugut determinou que os Países Baixos fossem totalmente abandonadas em prol de uma melhor concentração das suas forças. De fato, a distância da Áustria a Flandres é quase o dobro da sua distância à Alsácia e, numa época em que as tropas eram rigorosamente limitadas e os seus suprimentos tinham que ser pagos em dinheiro, este não era um pequeno fator a ser considerado. Mas Thugut tinha um outro propósito em mente. Ele queria fazer com que a Holanda, a Inglaterra e a Prússia, as nações que tinham o maior interesse da defesa dos Países Baixos e do baixo Reno, se vissem confrontadas com a urgência do perigo e com a necessidade de realizar esforços maiores. Ele avaliou mal, porque naquele momento não havia como fazer com que

o governo prussiano mudasse a sua política, mas estes fatos mostram a influência que as considerações de natureza política tiveram sobre o curso da guerra.

A Prússia nada tinha a defender nem a conquistar na Alsácia. A sua marcha em 1792 para Champagne, através de Lorena, havia sido realizada num espírito de cavaleiros andantes, mas como a situação revelou que aquela operação pouco prometia, ela deu prosseguimento à guerra sem entusiasmo. Se as tropas prussianas estivessem nos Países Baixos, teriam estado muito próximo da Holanda, que elas praticamente consideravam como sendo sua, tendo ocupado-a em 1787. Teriam então protegido o baixo Reno e com ele a parte da Prússia que ficava mais perto do teatro de operações. Através dos seus subsídios, a Prússia mantinha também uma aliança mais estreita com a Inglaterra e teria sido, portanto, menos facilmente envolvida nas tramas das quais tornou-se culpada naquele momento.

Teria sido muito mais eficaz, portanto, se os austríacos tivessem posicionado a sua força principal no alto Reno e os prussianos as suas nos Países Baixos, onde a Áustria só tinha deixado um destacamento modesto.

Se o General Barclay tivesse comandado o exército da Silésia em 1814 em lugar do audacioso Marechal Blucher, e se este tivesse ficado com o exército principal sob o comando de Schwarzenberg, a campanha poderia perfeitamente ter fracassado completamente. Além do mais, se a Silésia, a parte mais poderosa da Rússia, não tivesse sido designada como um teatro de operações para o ousado Laudon, e se ele tivesse permanecido com o exército do Sagrado Império Romano, toda a Guerra dos Sete Anos poderia ter tido um resultado diferente.

Para uma análise mais detalhada da questão, examinemos as principais características das seguintes situações:

A primeira é quando a guerra está sendo travada juntamente com outras nações, que não só são nossas aliadas como também possuem interesses independentes próprios.

A segunda é quando um país aliado vem em nosso auxílio.

A terceira é quando tudo que importa são as personalidades dos comandantes.

Nas duas primeiras situações, a questão é saber se é melhor que as diversas tropas aliadas sejam mescladas, de modo que os exércitos tenham corpos de diferentes nacionalidades, como foi feito em 1813 e 1814, ou se é melhor que sejam mantidas o mais separadas possíveis, de modo que cada uma desempenhe um papel independente. Claramente o primeiro plano é o melhor, mas pressupõe um grau raro de amizade e de interesses comuns. Com as forças integradas desta maneira, os seus governos

acharão muito mais difícil procurar atingir os seus interesses particulares, e quanto ao egoísmo dos seus comandantes, a sua influência perniciosa pode, nestas circunstâncias, revelar-se apenas entre os comandantes subordinados - isto é, no domínio da tática, e ainda menos livremente e com menos impunidade do que se os contingentes nacionais estivessem completamente separados. Nesta última situação, esta influência se estenderá à estratégia, e questões vitais serão afetadas. Mas como dissemos, é exigido dos governos um grau raro de modéstia. A pura necessidade levou todos nesta direção em 1813. Não podemos, entretanto deixar de elogiar o Czar da Rússia. Embora comandasse o maior exército presente no campo de batalha e tivesse a maior participação na inversão da nossa sorte, colocou as suas forças sob o comando de Generais prussianos e austríacos e não teve qualquer pretensão de comandar uma força russa independente.

Se as forças não puderem ser integradas desta maneira, evidentemente é melhor mantê-las totalmente separadas, e não parcialmente. A pior situação de todas decorre invariavelmente quando dois Generais autônomos, de diferentes nacionalidades, compartilham um mesmo teatro, como foi muitas vezes o caso das forças russas, austríacas e Imperiais na Guerra dos Sete Anos. Se as forças estiverem totalmente separadas será mais fácil dividir os encargos. Cada exército só sofrerá então pelos seus. As circunstâncias estimularão cada um deles , portanto, a realizar um esforço maior. Mas quando estiverem em estreito contato uns com os outros e, o que é mais importante, se um deles mostrar que não confia nos outros, estes outros ficarão paralisados.

A separação total não prejudicará na primeira das três situações que delineei, pois normalmente os interesses naturais de cada Estado estabelecerão como devem ser empregadas as suas forças. Pode não ser assim na segunda situação, e neste caso normalmente não haverá outra escolha a não ser colocar as nossas tropas totalmente à disposição do exército aliado, supondo que o tamanho deste último seja de algum modo adequado. Os austríacos fizeram isto no fim da campanha de 1815, como os prussianos haviam feito em 1807.

Quanto às características pessoais dos comandantes, tudo dependerá de cada um deles, mas deve ser feito um comentário de natureza geral. Embora isto seja feito frequentemente, exércitos subordinados a um outro não devem ser postos sob o comando dos homens mais sensatos e mais cautelosos. Aqui, os homens certos são os mais *ousados*, pois devemos insistir novamente que, em operações estratégicas independentes, nada é mais importante do que fazer com que todas as partes façam o melhor e desenvolvam ao máximo as suas capacidades. Mas só poderá ser assegurado que todos realizem o esforço máximo se todos os comandantes forem homens corajosos, ativos e

empolgados, dotados de uma grande energia interior. Uma ponderação calma e objetiva quanto à necessidade de agir raramente será suficiente.

Finalmente, falta ser dito que sempre que possível devem ser atribuídas às tropas e aos comandantes as missões e as áreas adequadas às suas qualidades específicas. Exércitos permanentes, cavalaria abundante, Generais mais velhos, sensatos e prudentes, devem ser empregados em campo aberto. Milícias, recrutas nacionais, populacho apressadamente mobilizado, Generais jovens e ousados, em terrenos arborizados, áreas montanhosas e desfiladeiros, e forças auxiliares em áreas prósperas, onde irão se divertir.

Tudo que dissemos até agora sobre os planos de operações em geral e, principalmente neste capítulo, sobre os planos destinados a obter a derrota total do inimigo, pretendeu ressaltar o seu propósito e, em seguida, apresentar princípios para orientar as medidas operacionais. Desejamos obter uma clara compreensão do que queremos e devemos fazer numa guerra destas. Ressaltaríamos o essencial e o geral, deixando o propósito para o individual e o acidental, mas eliminando tudo que for *arbitrário, impossível de ser comprovado, trivial, artificial ou excessivamente sutil*. Se conseguimos realizar isto, consideramos que a nossa tarefa foi cumprida.

Se alguém ficar chocado por não encontrar nada aqui sobre como ultrapassar um rio, dominar uma área montanhosa a partir das suas elevações, contornar uma posição poderosa ou encontrar a chave para todo um país, este alguém deixou de perceber o nosso propósito. Tememos, além do mais, que ele ainda não tenha entendido os elementos essenciais da guerra.

Em livros anteriores tratamos destes detalhes de uma maneira geral, e chegamos à conclusão de que eles são capazes de ser bem menos importantes do que normalmente se pensa. O papel que eles podem, ou deveriam, desempenhar numa guerra destinada a derrotar o inimigo é ainda menor. Certamente não poderão afetar o plano geral.

A estrutura do comando supremo ocupará um capítulo especial neste livro.[5] Para concluir este capítulo, vamos apresentar um exemplo.

Se a Áustria, a Prússia, a Confederação Alemã, os Países Baixos e a Inglaterra decidissem travar uma guerra contra a França, permanecendo a Rússia neutra - uma situação que o último século e meio tantas vezes tem visto - teriam capacidade suficiente para travar uma guerra ofensiva com o propósito de derrotar totalmente o inimigo. Grande e poderosa como é a França, a maior parte do seu território

[5] Esse capítulo nunca foi escrito. Eds.

poderia perfeitamente ser invadida pelos exércitos inimigos. Paris estaria em mãos inimigas e a própria França ficaria restrita a recursos inadequados, com nenhum outro Estado além da Rússia sendo capaz de dar-lhe um auxílio eficaz. A Espanha fica longe demais e está mal localizada. Os Estados italianos ainda são demasiadamente fracos e instáveis. Sem contar as suas possessões de além mar, os países mencionados possuem 75 milhões de habitantes a quem recorrer, enquanto que a França tem apenas 30 milhões. Numa estimativa conservadora, o exército que poderia ir para o campo de batalha para realizar um ataque sério contra a França poderia ser composto da seguinte maneira:

Áustria	250.000 homens
Prússia	200.000
O resto da Alemanha	150.000
Países Baixos	75.000
Inglaterra	50.000
Total	727.000

Se uma força destas fosse realmente posta no campo de batalha, seria quase que certamente muito superior a qualquer outra que a França conseguisse formar contra ela. Sob o governo de Bonaparte ela nunca formou uma força de poderio comparável. Levando em conta as tropas necessárias para guarnecer as fortificações e os depósitos e para proteger as costas, não pode haver dúvida de que os aliados teriam uma superioridade significativa no teatro principal, e esta superioridade seria a principal consideração em seu plano para provocar um fracasso francês.

O centro de gravidade da França está nas suas forças armadas e em Paris. O propósito aliado deve ser, portanto, derrotar o exército em uma ou mais batalhas de vulto, tomar Paris e empurrar o restante das tropas inimigas para o outro lado do Loire. A região mais vulnerável da França é aquela localizada entre Paris e Bruxelas, onde a fronteira está apenas a 150 milhas da capital. Esta é a área de concentração natural para um grupo de aliados - Inglaterra, Países Baixos, Prússia e Estados da Alemanha do Norte - todos os quais possuem territórios próximos, alguns deles sendo de fato vizinhos. A Áustria e o sul da Alemanha só podem operar convenientemente a partir do alto Reno, e a orientação natural do seu ataque é em direção a Troyes e Paris, possivelmente também em direção a Orleans. As duas linhas de invasão, a que vem dos Países Baixos e a outra que vem do alto Reno, são perfeitamente naturais, curtas e eficazes, e o centro de gravidade do poder da França está localizado onde as duas linhas encontram-se. Toda a força ofensiva deve ser dividida, portanto, entre estes dois pontos.

Somente duas ponderações restringem a simplicidade deste plano.

Os austríacos não irão deixar as suas províncias italianas desprotegidas. Eles desejarão sempre controlar a situação ali e, portanto, nunca deixarão as coisas chegarem a um ponto em que a Itália seja protegida apenas indiretamente pelas forças empenhadas em atacar o coração da França. Sendo a situação da política italiana a que é, esta preocupação austríaca, embora secundária, é real, mas seria um grande erro deixar que o antigo e muitas vezes tentado esquema de atacar o sul da França vindo da Itália seja associado a ela. O poderio austríaco na Itália seria elevado a um nível mais alto do que exigiria apenas a segurança, se a primeira campanha sofresse sérios reveses. Só deveria permanecer na Itália um pequeno número de soldados, e nada mais deveria ser retirado da ofensiva principal para que seja observado o mais importantes de todos os preceitos - *unidade de concepção e concentração de forças*. Poderíamos pegar um fuzil pela ponta da baioneta com a mesma facilidade com que conquista-se a França através do Ródano. Mas mesmo como uma operação complementar, um ataque ao sul da França deveria ser reprovado, porque só poderia estimular novas fontes de resistência. Sempre que uma província afastada é atacada, desperta-se preocupações e atividades que de outro modo teriam permanecido adormecidas. Um ataque ao sul da França a partir da Itália não seria justificado, a menos que seja óbvio que as forças deixadas na Itália sejam maiores do que o exigido pela sua segurança e estejam, portanto, destinadas a ficarem ociosas.

Repetimos portanto que a força a ser mantida na Itália deve ser a menor que as condições permitirem. Ela será suficientemente grande se evitar que os austríacos percam toda a área numa única campanha. Para os efeitos do nosso exemplo, devemos estimá-la em 50.000 homens.

A outra ponderação é a costa da França. A Inglaterra domina o mar. A França deve ser, portanto, extremamente sensível com relação a toda a sua costa do Atlântico, e deve manter algumas forças para defendê-la. Por mais fracas que possam ser as suas defesas costeiras, elas tornam as suas fronteiras três vezes mais extensas e ela deverá, portanto, retirar forças significativas do teatro de guerra. Se a Inglaterra tiver uma tropa de desembarque de 20.000 a 30.000 homens, disponível para ameaçar a França, ela poderia imobilizar talvez duas ou três vezes este número de franceses, e isto envolveria não apenas soldados, mas também dinheiro, canhões, etc., para a esquadra e para as baterias costeiras. Suponhamos que a Inglaterra disponha de 25.000 homens para esta finalidade.

O plano de operações, em seus termos mais simples, seria portanto o seguinte:

Primeiro, reunir nos Países Baixos 200.000 prussianos, 75.000 holandeses, 25.000 ingleses, 50.00 soldados federais da Alemanha do Norte, num total de 350.000 homens.

Destes, 50.000 seriam empregados para guarnecer as fortificações da fronteira, o que deixaria 300.000 livres para avançar sobre Paris e travar uma grande batalha contra os franceses.

Segundo, 200.000 austríacos e 100.000 soldados da Alemanha do Sul seriam reunidos na Renânia. Eles e os holandeses avançariam simultaneamente em direção ao alto Sena, e daí, em direção ao Loire, e visariam também travar uma grande batalha. Os dois avanços poderiam talvez unir-se no Loire.

Isto descreve em linhas gerais os pontos principais. As nossas outras observações são destinadas principalmente a eliminar mal-entendidos, e são as seguintes:

1. A principal preocupação do Comandante-em-Chefe deve ser procurar travar a grande e necessária batalha e fazê-lo com uma tal superioridade numérica e em condições tais que assegure uma vitória decisiva. Tudo deverá ser sacrificado em prol deste propósito, e o menor número possível de homens deverá ser desviado para realizar operações de sítio, de cerco, ocupar guarnições, e coisas semelhantes. Se, como fez Schwarzenberg em 1814, eles abrirem em leque logo que chegarem ao solo inimigo, tudo estará perdido. Em 1814 foi somente a impotência da França que salvou os aliados de um desastre completo nas duas primeiras semanas. O ataque deverá ser feito como uma cunha bem martelada, não como uma bolha que expande-se e estoura.

2. A Suíça deverá ser deixada com liberdade para fazer o que quiser. Se ficar neutra, constituirá um bom *point d'appui* no alto Reno. Se a França atacá-la, deixem que ele se defenda - o que pode fazer muito bem em mais de um aspecto. Nada poderia ser mais insensato do que pensar que a Suíça, por ser o território mais elevado da Europa, deve dominar o rumo geográfico da guerra. Esta influência só poderia existir em determinadas situações muito restritas, que não existem no presente caso.

Enquanto o coração da França estiver sendo atacado, os franceses não poderão organizar uma poderosa ofensiva contra a Itália ou a Suábia, com base na Suíça, e menos ainda poderá a altitude da Suíça ser considerada um fator decisivo. Qualquer vantagem deste tipo de domínio estratégico advém em primeiro lugar, principalmente da defesa, e qualquer que seja a importância que tenha para o ataque, ela só poderá funcionar no primeiro assalto. Se alguém não entende isto é porque não pensou bem na questão. Se num futuro conselho de guerra algum erudito oficial do Estado-Maior de um General apresentar solenemente este tipo de sabedoria, declaramos de antemão que isto é um completo absurdo, e esperamos que algum soldado combatente brigão esteja lá para dar um tiro nele.

3. Dificilmente valerá a pena analisar o espaço entre as duas ofensivas. Com 600.000 homens reunidos a apenas 150 ou 200 milhas de Paris, prontos para atacar no próprio coração da França, será

preciso pensar em proteger o alto Reno - o que significa proteger Berlim, Dresden, Munique e Viena? Não há motivo para fazer isto. Deverão ser protegidas as comunicações laterais? Isto merece alguma atenção, mas poderíamos então logicamente sermos levados a dar a esta proteção a força e a importância de uma outra ofensiva. Então, em vez de avançarmos em duas linhas, o que a localização dos Estados aliados torna inevitável, nos encontraríamos avançando ao longo de três, o que não é necessário. As três poderiam então transformar-se em cinco, ou até mesmo em sete, e toda a lamentável situação começaria novamente.

Cada um dos dois ataques terá o seu próprio objetivo, e não há dúvida de que as forças designadas para realizá-los serão significativamente superiores às do inimigo. Se cada ataque for realizado com determinação, não poderá deixar de beneficiar o outro. Se um deles enfrentar problemas porque o poderio do inimigo não foi igualmente dividido, seria possível confiar no êxito fazendo com que o outro automaticamente repare o dano. Esta é a verdadeira união entre os dois exércitos. Tendo em vista o quanto eles estão afastados, não seria possível haver uma interdependência abrangendo os acontecimentos diários. Nem isto é necessário. Assim, vínculos estreitos, ou melhor, diretos entre os dois têm pouco valor.

O inimigo, atacado bem no âmago do seu ser, não poderá retirar da sua defesa qualquer força digna de menção para romper a cooperação entre as duas ofensivas. O pior que pode acontecer é que o povo, apoiado por grupos de ataque, possa tentar fazer isto e poupar os franceses de terem que desviar as suas forças regulares com esta finalidade. Para enfrentá-los só precisará ser enviado um poderoso destacamento de cavalaria, de 10.000 a 15.000 homens, saindo de Treves e seguindo na direção geral de Rheims. Ele esmagaria qualquer grupo de ataque e poderia acompanhar a força principal. Ele não deverá vigiar fortificações nem sitiá-las, mas contorná-las. Não deverá depender de qualquer base definida, e deverá retirar-se se encontrar uma força superior, indo em qualquer direção que desejar. Nenhum grande mal poderá ocorrer a ele e, mesmo que ocorra, isto não seria um desastre para o todo. Nestas condições, este destacamento poderia ser vantajosamente empregado como um elo entre as duas ofensivas.

4. As duas operações secundárias - o exército austríaco na Itália e a força de desembarque inglesa - podem procurar atingir os seus propósitos ao seu critério. Desde que não fiquem ociosas, a sua existência será justificada, e em nenhuma hipótese qualquer das ofensivas principais poderá depender de qualquer modo delas.

Estamos totalmente convencidos de que deste modo a França poderá ser posta de joelhos e poderá ser-lhe ensinada uma lição sempre que ela decidir assumir novamente aquele comportamento insolente com o qual oprimiu a Europa por duzentos e cinqüenta anos. Somente no lado mais afastado de Paris, somente no Loire, poder-se á fazer com que ela aceite as condições que a paz na Europa exige. Nada mais demonstrará a relação natural existente entre trinta e setenta e cinco milhões. Mas isto certamente não será feito se a França estiver cercada de exércitos de Dunquerque até Gênova, como tem estado a um século e meio enquanto procura atingir cinquenta propósitos diferentes, nenhum deles suficientemente importante para superar a inércia, a fricção e os interesses externos que sempre surgem, principalmente nos exércitos aliados, e que reaparecem eternamente.

Não é provável que o leitor deixe de perceber como este esquema adequa-se pouco à organização temporária dos exércitos federais alemães. Através deste esquema, a parte federal da Alemanha forma o núcleo do poder alemão. A Prússia e a Áustria são assim enfraquecidas e perdem a preponderância que deveriam possuir. Mas um Estado federal é um tipo insatisfatório de núcleo em tempo de guerra, faltando-lhe unidade e vigor, sem ter qualquer maneira racional de escolher o seu comandante, destituído de autoridade e de responsabilidade.

Existem dois centros naturais de poder no *Reich* alemão - a Áustria e a Prússia. É deles o verdadeiro poder de ataque e a sua espada mais forte. Cada um deles é uma monarquia experiente em guerras. Os seus interesses estão claramente definidos. São nações independentes e superiores a todo o resto. Estas linhas naturais, não a idéia equivocada de "unidade", define as linhas que deveria seguir a organização militar alemã. A unidade é de qualquer modo impossível nestas condições, e o homem que sacrifica o possível em busca do impossível é um idiota.

UM COMENTÁRIO

Bernad Brodie

BERNARD BRODIE

Um Guia para a Leitura de *Da Guerra*

Observei em meu ensaio introdutório que muitos podem achar Clausewitz difícil de ser lido e compreendido, muito embora as idéias apresentadas não sejam intrinsecamente difíceis. Os motivos são diversos, sendo o mais importante deles que, seja devido à riqueza de exemplos e de restrições, seja algumas vezes devido a uma organização imperfeita, muitas vezes o fio central do raciocínio é perdido durante a exposição. Além disto, Clausewitz é ocasionalmente metafísico, embora não muitas vezes, e isto aborrece os leitores mais do que precisaria fazê-lo. Além disto, algumas seções longas têm um valor puramente histórico, ou, como afirmam alguns, são obsoletas, enquanto que outras estão impregnadas da maior importância para os tempos atuais, e o leitor pode ser ajudado sendo alertado antecipadamente sobre qual é o que. Finalmente, um leitor não familiarizado com o assunto não tem meios de saber como são característicos os argumentos que o autor apresenta, e pode ser beneficiado por ter esta qualidade mostrada nos lugares adequados. Não desejo melhorar o que já é perfeito, e se algumas vezes sou culpado por um aplauso supérfluo, me corrigirei avisando quais as seções que são relativamente compensadoras.

Em resumo, o propósito principal deste guia é fazer com que o leitor compreenda melhor o texto ao lê-lo pela primeira vez. Se ele achar que não está atingindo este propósito, ou que não está tendo nisto um êxito suficiente para valer o tempo despendido, deverá utilizar a primeira saída , que está tão perto quanto a primeira vírgula, ou o primeiro ponto.

O leitor encontrará a maneira que lhe for mais conveniente para utilizar este guia. Alguns poderão querer lê-lo de ponta a ponta antes de ler o texto. A maioria talvez queira utilizá-lo livro por livro, ou até mesmo em doses menores, juntamente com o texto. Ele pode ajudar também servindo para fazer uma revisão rápida após a leitura do texto, bem como para encontrar trechos lembrados dos quais não pode-se lembrar a exata localização.

Como este guia não é uma sinopse, estamos livres para estendermo-nos em detalhe sobre alguns capítulos ou trechos e passar muito rapidamente por outros, ou pulá-los totalmente, neste último caso sem mencionar necessariamente que estamos fazendo isto. Isto não é porque algumas partes sejam de fato mais importantes ou prendam mais a atenção do que outros, mas também porque alguns capítulos excelentes não oferecem quaisquer armadilhas especiais.

A "Observação" de 10 de Julho de 1827, juntamente com a observação sem data mas claramente posterior que o autor deixou com o seu manuscrito, revela os seus planos não realizados de fazer a sua revisão. No intervalo entre os momentos em que escreveu estes dois papéis, ele rescreveu totalmente o primeiro capítulo do Livro Um, que é o único que ele considerada acabado. Os seus planos para uma outra revisão procuraria fazer principalmente com que duas idéias se sobressaíssem, adquirindo um realce mais nítido através de toda a obra. Estas idéias são (1) a importância de fazer sempre uma distinção entre as respectivas exigências de uma guerra geral e de uma guerra limitada (empregando a terminologia moderna), e (2) a necessidade essencial e que tudo impregna de reconhecer que "*a guerra é simplesmente a continuação da político por outros meios"*. (Os itálicos são de Clausewitz). Percebemos que esta última idéia, embora abordada pelo autor mais cedo em sua carreira, ainda não estava clara em sua mente, porque só foi elaborada nas últimas partes em que ele trabalhou, isto é, no Capítulo Seis do Livro Oito e no primeiro capítulo do Livro Um, totalmente revisto, e também porque ele fala em esperar que um novo aperfeiçoamento do Livro Oito ajude a esclarecer a sua própria mente com relação à esta questão. Possivelmente o Livro Oito, como o vemos agora, tenha recebido alguns destes novos aperfeiçoamentos após ter sido escrita a "Observação" de 1827, mas não estava ainda em sua forma definitiva quando o autor foi para a Silésia em 1830, onde morreria um ano depois, e certamente ainda não estava pronto para espalhar a idéia por toda a obra.

LIVRO UM: DA NATUREZA DA GUERRA

Passamos sem fazer qualquer comentário, do "Prefácio do Autor" para o Livro Um, Capítulo Um, o único capítulo considerado terminado pelo autor. É um dos mais densamente repletos de idéias em toda a obra, e o seu alcance e importância tornam-no uma introdução extremamente abrangente. Para alguns leitores pode ser também um tanto confuso sem uma explicação adequada, que eu tentarei fornecer - em mais detalhes do que farei nos demais capítulos.

O *propósito* da guerra, diz Clausewitz numa afirmativa tríplice, é (a) impor a nossa vontade ao inimigo, e para fazer isto (b) empregamos os *meios* de maior força disponíveis, com (c) o *propósito* de torná-lo impotente. Observamos assim, logo no início, a distinção entre os propósitos militar e político.

Não devemos permitir que o sofrimento causado pela brutalidade da guerra iniba o emprego dos meios, porque "a guerra é uma atividade tão perigosa que os erros provenientes da bondade são os piores". As nações civilizadas podem ter inibições, mas isto é devido às forças sociais que "não fazem

parte da guerra.” E, em seguida: “Introduzir o princípio da moderação na *teoria da própria guerra* levaria sempre a um absurdo lógico” (os itálicos são nossos).

O significado disto ficará um pouco mais claro se observarmos que nestas páginas iniciais Clausewitz está empregando imagens de palavras tornadas moda pelos grandes filósofos alemães, principalmente Kant e Hegel. Eles haviam revivido intensamente a velha escola metafísica que leva o nome um tanto enganoso de “idealismo”. Assim, na linguagem daquela escola, a guerra é simplesmente uma outra forma de ser, que como qualquer outra advém de um padrão, ou de uma “idéia” essencial, na qual possui a sua verdadeira realidade. Para compreender corretamente a guerra, devemos vê-la primeiramente em sua forma “absoluta” ou “ideal”, o que Clausewitz chama de “conceito puro da guerra”. É neste sentido que ele fala da “teoria da guerra em si mesma”, o que nos lembra a famosa expressão de Kant, *das Ding an sich* (“a coisa em si mesma”). Felizmente Clausewitz tinha um temperamento demasiadamente pragmático para perder-se profundamente ou por tempo demais neste tipo de idealismo, mas aqui, quando abre-se a cortina sobre a sua obra prima, este homem que nunca se formou numa universidade, entra usando a toga de acadêmico.

Ainda assim, ele está sendo ao mesmo tempo realista, no sentido normal da palavra. Ele certamente acredita profundamente no que está dizendo. Testemunhou alguns dos piores horrores na longa e assustadora história das guerras, inclusive a desastrosa travessia do rio Berezina pelos franceses em sua retirada de Moscou, que ele viu com os próprios olhos do lado russo e que descreveu com a mais profunda e horrorizada angústia numa carta à sua esposa. Ainda escreveria mais tarde, criticando o General russo, Wittgenstein, que encontrava-se mais perto da cena, que se ele tivesse atacado mais francamente “poderia ter feito com que as perdas francesas fossem muito maiores.” Sendo um homem indubitavelmente sensível, Clausewitz tinha há muito tempo se adaptado, pelo menos intelectualmente, às severas exigências da sua profissão. Estava perfeitamente ciente de que tinha que enrijecer-se emocionalmente para atender a estas exigências, não de uma vez por todas, mas repetidamente, e não perde tempo em impor ao leitor uma obrigação comparável. É digno de nota que ele sente a necessidade de mencionar estas coisas desagradáveis e perturbadoras que outros escritores sobre estratégia não mencionaram.

Nestas páginas iniciais ele refere-se também ligeiramente e de maneira perspicaz ao papel desempenhado na guerra pela paixão, que inevitavelmente destorce a nítida concepção do propósito. “Se a guerra é um ato de força, as emoções não podem deixar de estar envolvidas.” Como o impulso da

argumentação principal da obra será exercido na direção oposta, é necessário esclarecer estas coisas desde o início.

Tendo feito a sua apresentação dos “extremos” da guerra, na qual não deixou de apresentar algumas importantes idéias práticas, ele realiza uma memorável mudança para o terreno que irá ocupar praticamente por todo o resto da obra. Ele dá à Seção Seis o título de “Modificações na Prática”. Quando passamos do mundo abstrato para o real, “toda a coisa parece totalmente diferente.” A guerra, em sua forma abstrata ou “perfeita”, só pode existir no mundo real se determinadas condições forem atendidas, sendo que a mais importante delas é que a guerra deve ser “um ato totalmente isolado, ocorrendo subitamente, e não produzida por acontecimentos anteriores no mundo político.” Mas ele diz, “a guerra nunca é um ato isolado.” Ele observa também que “até mesmo o resultado final de uma guerra não deve ser considerado sempre como sendo o definitivo.” (a sua própria Prússia havia sido praticamente aniquilada como uma potência militar na campanha de Jena de 1806, somente para tornar-se novamente forte nas campanhas de 1813 e 1814, e em Waterloo em 1815, e Clausewitz esteve profundamente envolvido em todos estes acontecimentos).

Como prossegue ele, o propósito político passa para o primeiro plano. Ele é o motivo srcinal para a guerra, agora talvez modificado por atuar num contexto de guerra. Em alguns casos os propósitos políticos e militares são os mesmos, como na conquista de uma província cuja posse pretende-se manter. Em outros casos “será adotado um outro propósito militar, que irá servir ao propósito político e simbolizá-lo nas negociações de paz.” Aqui Clausewitz tem em mente, por exemplo, tomar e manter um território apenas com a finalidade de utilizá-lo como moeda de troca. Mas devemos ser cautelosos ao tomarmos estas decisões; “deve ser dada atenção às características de cada Estado envolvido.” O que induzirá uma nação a ceder fará com que outra resista mais furiosamente.

Segue-se uma análise dos fatores que contribuem para a interrupção das atividades na guerra, onde ele desenvolve um conceito que chama de “princípio da polaridade”, mas que vem a ser exatamente a idéia que para designá-la devemos empregar agora o termo “jogo de soma zero” (isto é, uma disputa na qual os ganhos de um são diretamente proporcionais às perdas do outro). Muitas situações de guerra, ressalta ele, não seguem este padrão. As perdas de um nem sempre são os ganhos do outro. Ele apresenta a idéia, a ser aprimorada mais tarde, de que “a defesa é uma forma de combater mais vigorosa do que o ataque.” Clausewitz faz ainda algumas referências ocasionais ao “Absoluto”, isto é, à forma perfeita ou pura de guerra, mas ressalta cada vez mais e estende-se longamente sobre as qualidades que retiram a guerra daquele domínio do absoluto.

Ele avança agora em direção a uma definição mais precisa de guerra. "Se a guerra fosse uma manifestação total, incontida e absoluta de violência (como exigiria o conceito puro), ela tomaria, por sua própria vontade independente, o lugar da política no momento em que esta surgisse." Na realidade é exatamente isto que muitos dos Generais mais modernos acharam que deveria acontecer. Existe mais do que um vestígio desta idéia na frase do General MacArthur: "Não existe qualquer substituto para a vitória." Esta é também a idéia que Clausewitz sentia habitualmente em sua própria época, mas ele a chama, de maneira absolutamente firme, de "totalmente errada". Ele leva-nos agora para o seu maior e mais famoso preceito, contido nas seguintes palavras: "Se tivermos em mente que a guerra provém de algum propósito político, é natural que a causa primordial da sua existência continue sendo a consideração suprema ao conduzí-la . . . Ela deve adaptar-se aos meios escolhidos para ela, um processo que pode modificá-la radicalmente, embora o propósito político continue a ser a primeira coisa a ser considerada. A política, portanto, impregnará todas as operações militares, e até onde a sua natureza violenta permitir exercerá uma influência contínua sobre elas." Isto leva-o naturalmente à afirmativa que constitui o título da seção seguinte: "A Guerra é Meramente a Continuação da Política por Outros Meios."

Assim, antes de empregar pela primeira vez aquela grande frase, Clausewitz já havia nos dito exatamente o que queria dizer com ela. Ela tem um significado específico, que provavelmente não será corretamente percebido pela pessoa que a tenha simplesmente ouvido como uma citação feita a ele. A concepção é antiga, e apesar disto tem sido sempre desprezada ou recusada. Isto ocorre por diversas razões, sendo uma delas que a guerra desperta paixões, geralmente muito fortes, e outra que os Generais gostam de vencer de maneira decisiva todos os confrontos em que se envolvem, e não gostam de serem contidos por uma autoridade política que imponha-lhes considerações que possam modificar aquele intuito.

Clausewitz admite que o General tem o direito de exigir que os rumos da política não devam ser incompatíveis com os meios que lhe estão sendo dados para empregar. Esta não é uma pequena exigência, acrescenta ele, mas nunca fará mais do que modificar os propósitos políticos. Em seguida afirma novamente: "O propósito político é a meta. A guerra é o meio de atingí-la, e o meio nunca pode ser considerado isoladamente dos seus propósitos."

A tensão existente entre os propósitos políticos e militares, assinala então Clausewitz, é mínima no que podemos chamar agora de uma guerra geral. "Quanto mais poderosos e estimulantes forem os motivos da guerra . . . mais se aproximará ela do seu conceito abstrato . . . mais estreitamente

coincidirão os propósitos militares e políticos da guerra, e mais militar e menos política parecerá ser a guerra." Por outro lado, quando os motivos forem menos intensos, como numa guerra limitada, "o propósito político estará cada vez mais em divergência com o propósito da guerra ideal, e o conflito parecerá ser cada vez mais *político* em suas características." Entretanto, "embora a política seja aparentemente ofuscada num tipo de guerra e, ainda assim fortemente evidente em outro, os dois tipos são igualmente políticos." O motivo para isto é que "entre as contingências para as quais o Estado deve estar preparado, é numa guerra que todos os elementos exigem que a política seja ofuscada pela violência." Ele está descrevendo a guerra total, que hoje em dia seria nuclear, mas a aceitação deste estado de coisas ainda é política.

Clausewitz parece não pretender apenas informar-nos o que é a guerra, mas também obrigar-nos a mantê-la para sempre em nossas mentes. Ele insiste e reitera que a guerra é sempre *um instrumento da política*, porque sabia e hoje nós sabemos, que a prática habitual é mais precisamente deixar que a guerra assuma o controle da política nacional.

Livro Um, Capítulo Dois: Neste capítulo Clausewitz analisa porque algumas guerras são e devem ser mantidas limitadas em sua duração e em seu propósito, bem como em intensidade e meios. Ao lê-lo (e capítulos posteriores) lembramo-nos ironicamente de que Clausewitz tem sido muitas vezes chamado de "apóstolo da guerra total." É provável que esta opinião fique restrita àqueles que nunca tocaram no livro. Entretanto, até mesmo o falecido Coronel Joseph I. Greene, ao escrever um prefácio para uma tradução posterior de *Da Guerra*, atribui a Clausewitz a tese central de que o propósito da guerra é destruir o poder de resistência do inimigo e, em seguida, acrescenta: "Ele testemunhou todo o desenrolar das campanhas de Napoleão e viu que ele travou as suas guerras para vencê-las. Pode ter havido homens ou nações que tenham ido para a guerra com algumas intenções menos importantes em mente. Mas a guerra como um todo não pode ser seriamente analisada com base neste meio termo."[1] Ou o Coronel Greene nunca chegou ao segundo capítulo do livro para o qual estava escrevendo um prefácio (na realidade Clausewitz já havia informado as suas opiniões sobre o assunto no primeiro

[1] Prefácio do Coronel Joseph I. Greene para *Da Guerra*, de Karl von Clausewitz, tradução de O. J. Matthijs Jolles (Nova York: Biblioteca Moderna, 1943), pag. xiii.

Capítulo) ou, mais provavelmente, sendo um leitor descuidado (embora ele tenha alertado contra este descuido), não tenha entendido as suas idéias.

Após iniciar o capítulo com uma breve análise das guerras que *não* possuem um propósito limitado, na qual o autor lembra-nos uma vez mais de que até mesmo a consecução destes propósitos não é necessariamente definitiva (as vitórias de Napoleão são pertinentes aqui, como são as de Hitler), ele prossegue examinando exemplos em que um lado, ou os dois, visavam algo menos do que o desarmamento total do inimigo.

Embora este tipo de conflito não ajuste-se à pura teoria da guerra, muito menos à teoria pura. "em hipótese alguma", diz ele, "deve a teoria elevar-se [o propósito de desarmar o inimigo] ao nível de lei."

De qualquer maneira, o propósito de desarmar totalmente o inimigo é obviamente irrealista em todos aqueles casos em que ele seja significativamente mais forte. Mesmo quando for possível prosseguir na luta, existem motivos para fazer a paz quando, primeiro, a vitória for improvável e, segundo, quando ela tiver um custo inaceitável. Qualquer destes dois que for o motivo, ele não dependerá apenas da força, mas da motivação: "Como a guerra não é um ato de paixão sem sentido, mas é controlada pelo seu propósito político, o valor deste propósito deve determinar os sacrifícios a serem feitos por ele, tanto em *magnitude* como também em *duração*. No momento em que o dispêndio de esforço ultrapassa o valor do propósito político, devemos renunciar a este propósito e a conseqüência deverá ser a paz."

Clausewitz estava evidentemente ciente de que "os propósitos políticos srcinais podem ser significativamente alterados durante o transcurso da guerra e podem, finalmente, mudar totalmente, uma vez que são influenciados pelos acontecimentos e por suas prováveis conseqüências." Ele parece estar rejeitando, entretanto, qualquer sentido de inevitabilidade nestas mudanças básicas, principalmente porque podem advir da própria guerra. Porque admitir até mesmo uma elevada probabilidade de ocorrência deste efeito de realimentação seria destruir a sua alegação básica de que a guerra é o instrumento da política, e não o inverso. Ele está nitidamente indicando a necessidade de haver um controle, tanto sobre as paixões quanto sobre as noções de prestígio.

"Na guerra", diz o nosso autor, "muitos caminhos levam ao êxito, e . . . nem todos eles envolvem a derrota total do oponente." Ele examina quais são estes muitos caminhos, inclusive o desgaste e "meramente esperar passivamente os ataques inimigos", que podem desgastar a determinação de um inimigo que para começar não tenha uma muito grande, e observa que é importante ter sempre em mente as circunstâncias *ad hominem*. "As personalidades dos políticos e dos soldados são fatores tão importantes que na guerra é vital, acima de tudo, não subestimá-las."

Embora o propósito político da guerra possa variar infinitamente, desde a vontade de obter a aniquilação até o cumprimento relutante de uma obrigação decorrente de uma aliança, o *meio* de que ela se utiliza é sempre o mesmo - o combate. As formas de combate são, entretanto, tão amplamente variáveis, indo desde aquela que procura obter a destruição das forças inimigas até a mera resistência passiva. Mas o comandante que prefere qualquer outra estratégia que não a destruição das forças armadas do inimigo "deve assegurar-se primeiro de que o seu oponente não apelará para aquele supremo tribunal . . . ou que o veredicto lhe será desfavorável se o fizer.

Livro Um, Capítulo Três: Já que o autor estará em seguida atribuindo uma grande importância ao talento ou ao gênio do comandante, ele dedica este capítulo anterior a analisar as características do gênio militar. Ele é totalmente diferente do que chamamos de gênio em outras profissões. Por uma razão: a pura coragem física é "o primeiro requisito do soldado." Ela era sem dúvida mais importante em sua época do que na nossa - pensamos em Wellington, constantemente em perigo em Waterloo, ou no velho Blucher, ferido dois dias antes em Ligny quando o seu cavalo foi morto debaixo dele - mas mesmo em nossos dias o comandante supremo chega ao seu posto revelando a sua coragem em combate. De maneira semelhante, o comandante deve tornar-se indiferente ao esforço físico e ao sofrimento dos outros.

Mas a dificuldade está em descrever as qualidades de intelecto necessárias. Clausewitz considera a questão com grande cuidado e conclui que já que um discernimento rápido e intuitivo e determinação são muito mais necessários do que um grande poder de meditação, o que é necessário ter é "uma mente forte, em vez de uma mente brilhante." A reação ao inesperado não precisa ser excepcional, "desde que faça frente à situação." Mas as qualidades de temperamento, tais como as que contribuem para a determinação e a energia em combate, são igualmente essenciais para o gênio do comandante.

Pode haver também algo de auto-revelador em sua insistência em que "de todas as paixões que inspiram o homem em combate" - que lhes dão acima de tudo a necessária energia em combate - "nenhuma . . . é tão poderosa e tão constante quanto o desejo de honra e de fama." As outras emoções, diz ele, podem ser mais comuns e mais veneradas, "mas não são um substituto para uma sede de fama e de honra." Com relação e isto, a introspecção poderia ter levado a melhor sobre o seu discernimento objetivo, pois não há dúvida de que Clausewitz está descrevendo uma sede que o afetava profundamente. Apesar disto, devemos observar que ao tratar desta questão estimulante e não palpável, ele nunca deixou-se resvalar para o romantismo, como muitos outros fizeram.

Ele é curiosamente negativo em relação à qualidade que chamamos de "imaginação". Após ressaltar a importância do que chama de sentimento do terreno e da localização, diz ele: "Atribuímos esta capacidade à imaginação, mas este é quase que o único serviço que a guerra pode exigir desta deusa frívola, que na maioria das questões militares está propensa a fazer mais mal do que bem." Ele deixa à imaginação do leitor a compreensão desta afirmativa um tanto crítica, mas ao recapitular as qualidades do verdadeiro gênio do comandante supremo (logo após mencionar o nome de Bonaparte), ele diz: "O que esta empreitada exige de um certo modo dos mais altos dons intelectuais é um senso de unidade e um poder de avaliação, elevados a um maravilhoso grau de visão que rapidamente percebe e descarta mil possibilidades remotas que uma mente comum teria que esforçar-se para identificar e desgastar-se ao fazê-lo. Apesar disto, mesmo esta extraordinária demonstração de intuição, o olho infalível do próprio gênio, ainda ficariam aquém de possuir uma importância histórica sem as qualidades de caráter e de temperamento que descrevemos." Nem deixou ele de chamar a atenção para a importância de ter o comandante uma total compreensão da política nacional. "Naquele nível, a estratégia e a política se misturam. O Comandante-em-Chefe é simultaneamente um político." E então, no fim, ele identifica o gênio militar com "a mente indagadora e não à criativa, à abordagem abrangente e não à especializada, ao cérebro calmo e não ao nervoso."

Livro Um, Capítulos Quatro a Oito: Estes cinco capítulos, sucintos mas brilhantes, formam uma unidade em que a sua principal preocupação é com aquela característica da guerra que Clausewitz chamava de "fricção" e que ele esclarece principalmente no Capítulo Sete. A fricção é o que tão frequentemente torna difícil e, portanto, precária a execução do que no papel parecia ser tão simples e fácil. É o que faz com que tanta coisa dependa da determinação, bem como da inteligência do comandante.

O Capítulo Quatro, "Dos Perigos da Guerra", lembra em poucos parágrafos os obstáculos ao raciocínio que advém do som dos projetis assobiando em volta da nossa cabeça e da visão de homens sendo mortos e mutilados. Nesta atmosfera, "a luz da razão é refratada de uma maneira bem diferente da que é ocorre num estudo acadêmico."

O Capítulo Cinco fala da fricção que advém do esforço muitas vezes inacreditável realizado na guerra. Trata tanto do esforço que um General pode exigir dos seus soldados, que em marchas forçadas ou em combate estão normalmente cercados de diversas formas de angústia, e dos efeitos do desgaste sofrido por ele e pela sua sensibilidade.

O Capítulo Seis apresenta o elemento que outros chamaram de "névoa da guerra", as eternas impropriedades e imprecisões da inteligência. Clausewitz afirma-nos que "de um modo geral os homens preferem acreditar nas más notícias a acreditar nas boas," e que se um comandante não tiver uma disposição alegre, "é melhor que ele adote como regra suprimir as suas convicções pessoais e dar às suas esperanças, e não aos seus temores, o benefício da dúvida." Perguntamo-nos uma vez mais se Clausewitz está nos dizendo aqui algo sobre si mesmo. Ele não tinha uma "disposição alegre", e talvez por esta razão tenha estado, como oficial antigo, invariavelmente num Estado-Maior e não num cargo de comando.

O Capítulo Sete trata diretamente da questão à qual os três capítulos anteriores estavam levando, "a Fricção na Guerra". Este é um dos seus melhores e mais inspirados capítulos. Na guerra, diz ele, tudo é simples, "as opções estratégicas são tão óbvias que comparado com elas o problema mais simples de alta matemática apresenta uma impressionante dignidade científica." Apesar disto, o que é simples também é difícil. "A atividade na guerra é como um movimento realizado através de um elemento resistente. Assim como o movimento mais simples e natural, o movimento de andar, não pode ser realizado facilmente na água, na guerra é difícil que os esforços normais obtenham até mesmo resultados moderados." Além disto, "toda guerra é rica em episódios singulares. Cada um deles é um mar não cartografado, cheio de arrecifes. O Comandante pode suspeitar da existência dos arrecifes mesmo sem tê-los visto, mas tem que passar por eles no escuro." Embora o seu avanço só possa ser feito em virtude de estar superando grandes dificuldades, "à distância tudo parece estar ocorrendo automaticamente." A resistência é "uma força que a teoria nunca pode definir totalmente" e que torna irrelevante toda teoria precisa. O autor promete voltar frequentemente a esta questão.

O Capítulo Oito, que encerra o Livro Um, trata dos problemas de adquirir durante os tempos de paz uma experiência adequada para todos os postos e graduações, mas principalmente para os comandantes. "É imensamente importante que nenhum soldado . . . deva esperar pela guerra para ficar exposto àqueles aspectos do serviço ativo que o deixarão aturdido e confuso quando defrontar-se pela primeira vez com eles."

É difícil conjeturar se Clausewitz teria expandido consideravelmente os últimos cinco capítulos do Livro Um na revisão que planejava fazer. Cada um deles tem apenas alguns parágrafos, mas cada um deles, exceto talvez o Capítulo Oito que encerra o Livro Um, parecem dizer tudo que precisa ser dito sobre este assunto. Falta ser acrescentado que poucos outros escritores sobre estratégia nem mesmo mencionaram a "fricção" causada pelo perigo e pelas agruras pessoais, embora muitos

estivessem obcecados pelas dificuldades causadas por uma inteligência deficiente. O capítulo dedicado diretamente à questão da fricção é uma verdadeira preciosidade e explica, entre outras coisas, porque Clausewitz era tão avesso a criar máximas e axiomas e às pessoas que faziam isto.

LIVRO DOIS: DA TEORIA DA GUERRA

Quando Clausewitz descreveu, na "Observação" de 10 de Julho de 1827 encontrada com o seu manuscrito após a sua morte, os seis primeiros livros como se existissem naquele momento como sendo "uma massa um tanto disforme que deve ser totalmente revista novamente", ele não estava entregando-se a uma vã auto-depreciação. O padrão pelo qual ele estava se medindo era indubitavelmente elevado, mas não irrealista, porque o vemos realizado na maior parte do Livro Um e, principalmente, no único capítulo que ele considerava terminado. Naquele capítulo e, numa extensão mais modesta, no resto do Livro Um, a estrutura é boa, as idéias são claras mas densamente cheias, sem excesso de verborragia, e fluem de uma para a outra com a maior coerência lógica. Não existe naquelas partes a "grande quantidade de material supérfluo" de que ele fala na "Observação". No Livro Dois, entretanto, como em diversos dos livros que se seguem, vemos um modo diferente de escrever. Ainda estamos muito claramente lidando com um Clausewitz que registrou "os frutos de anos de reflexão sobre a guerra do seu estudo cuidadoso," mas estamos lidando também com um manuscrito inacabado. Ele não é a "massa disforme" de que ele o chamou, mas está menos organizado do que poderia estar e, ocasionalmente, o achamos repetitivo. Indiscutivelmente estas características contribuíram para a dificuldade que algumas pessoas encontraram para ler ou para compreender Clausewitz, e a melhor maneira de superar esta dificuldade é enfrentando francamente a razão para a sua existência.

Livro Dois, Capítulo Um: Este capítulo é, por exemplo, dado a algumas definições e distinções que não fazem com que a argumentação avance. Existem algumas frases bem delineadas que merecem ser citadas, como a que encontra-se no primeiro parágrafo, que diz: "A luta . . . é uma prova de forças morais e físicas, por intermédio destas últimas." Além disto, ele apresenta duas vezes numa linguagem parecida, embora diferente, a diferença existente entre a tática e a estratégia. Em sua primeira tentativa ele chama a tática de "*o estudo do emprego das forças combatentes em combate*" e a estratégia ele descreve como sendo "*o estudo do emprego das batalhas para atingir o propósito da guerra*" (os itálicos são dele).

Livro Dois, Capítulo Dois: Este capítulo, entretanto, torna-se imediatamente mais interessante. Descreve em termos amplos e gerais a natureza insatisfatória dos estudos estratégicos anteriores ao seu. Ele não menciona nomes, mas em diversas ocasiões parece estar falando do grande mestre da guerra de sítio de Luiz XIV, o Marquês de Vauban, do Marechal de Luiz XV, Maurice de Saxe, de Frederico o Grande, do antecessor imediato de Clausewitz, o Conde Dietrich von Bulow e do seu contemporâneo Jomini. Entre estes e outros ele vê diferenças e até mesmo avanços, mas de uma maneira geral acha as suas idéias limitadas, isto é, não levando em conta as "intermináveis complexidades" envolvidas na guerra e referindo-se, também, apenas às questões físicas e à atividade unilateral. É especialmente importante, diz ele, levar em conta o fato de que na guerra "tudo é incerto e os cálculos têm que ser feitos com quantidades variáveis", que "toda ação militar está entremeada de forças e efeitos psicológicos [ou "morais"]" e que a guerra consiste "numa contínua interação de opostos" - de opostos representando além do mais graus muito diferentes de talento.

Devemos, insiste ele, evitar as doutrinas que ousam fornecer um manual para a ação. Na realidade ele acreditava na teoria, mas somente naquela do tipo que revela-se após um longo estudo da história da guerra. A teoria existe, diz ele, para "distinguir exatamente o que à primeira vista parece estar embaralhado." Com uma boa teoria absorvemos novo material e uma nova experiência sem ter que a cada vez que começar do início. Ela é, em outras palavras, a maneira de desenvolver idéias organizando a nossa mente. Este tipo de teoria é útil ao futuro comandante, orientando-o em sua auto-formação, mas não é adequada para acompanhá-lo ao campo de batalha. Em suma, é mais uma questão de treinar a mente do que de enchê-la de teorias.

Se tudo isto parece nebuloso e inviável, deve ser suficiente ressaltar que Clausewitz está descrevendo realmente uma experiência a que muitos foram submetidos, mas que poucos percebem - os efeitos mais sutis da educação da mente. A educação, quase que independentemente do campo de especialização, aumenta indiscutivelmente a nossa sensibilidade intelectual, e uma das maneiras pela qual ela faz isto é ampliando a nossa percepção dos vínculos existentes entre acontecimentos ou idéias afastadas no tempo e nas circunstâncias. Em qualquer campo, a teoria é valiosa até o ponto que desenvolve esta percepção ampliada de uma forma especializada e evita que caiamos em pedantismos ou em dogmas. Clausewitz diz praticamente a mesma coisa: um professor sensato é aquele que "orienta e estimula o desenvolvimento intelectual de um jovem, mas que tem o cuidado de não conduzí-lo pela mão pelo resto da sua vida." Ele não é avesso a princípios e a regras, *se* "a verdade tornar-se espontaneamente cristalina nesses modelos." O que o assusta é o tipo de cristalização imposta.

Ele sugere iniciar uma teoria de guerra estudando a relação existente entre os meios e os fins, primeiro na tática e, em seguida, na estratégia. O propósito de fazer isto é principalmente eliminar as irrelevâncias. A condução da guerra, por exemplo, tem a ver com a utilização de canhões, mas não com como fabricá-los. Semelhantemente, "a estratégia utiliza mapas sem preocupar-se com levantamentos trigonométricos." Esta simplificação das áreas pertinentes explica eventualmente, na opinião de Clausewitz, "porque na guerra, tantas vezes homens cujo campo de atividade anterior era totalmente diferente têm obtido êxito nos postos mais elevados, e até mesmo como comandantes supremos." Clausewitz não fornece-nos nomes, mas poderia estar pensando em Cromwell, em Blake, o comandante naval de Cromwell, e em qualquer número de Reis guerreiros, de Alexandre o Grande até o grande monarca da sua própria Prússia, Frederico II. Este último, até a sua ascensão ao trono, tinha estado muito mais interessado em música e em literatura francesa do que nos assuntos militares. Este espanto com homens que tornaram-se grandes comandantes com o mínimo de preparo coloca Clausewitz perigosamente perto de negar, ou pelo menos de parecer negar, o valor de qualquer tipo de preparo intelectual. Como disse um escritor com relação à sua obra, "o propósito claro destas centenas de páginas de grande erudição é estampar na mente do leitor a futilidade de todo o aprendizado obtido através dos livros."[2] Bem, não é bem assim. Antes do fim deste capítulo, Clausewitz insistiu, primeiro, que "nenhum grande comandante jamais foi um homem de inteligência limitada," e, segundo, que o talento natural, quando existe, deve aperfeiçoar a capacidade de tomar decisões adequadas, o que significa que deve ser "treinado e educado através da reflexão e do estudo."

Livro Dois, Capítulo Três: Clausewitz levanta a questão agora familiar, de se a condução da guerra é uma arte ou uma ciência, e conclui que embora seja mais a primeira do que a última, na realidade não é uma coisa nem outra. Ela é, diz ele, um conflito de interesses, e em seguida compara-a curiosamente a um comércio, que ele chama também de "um conflito de interesses e de atividades"! Ele está expressando evidentemente o puro sentimento mercantilista. Ele não furtou-se a ler a grande obra de Adam Smith, publicada quatro anos antes do seu nascimento. Apesar disto, o seu ponto essencial é

---

[2] Jolles, "Introdução", *Da Guerra*, pag. xxiii.

válido: a guerra não é o uso da vontade orientada para um objeto inanimado (o que supostamente é a sua definição de arte), mas mais precisamente será orientada "para um corpo animado que *reage*." É o

mesmo princípio básico que distingue a moderna teoria dos jogos de uma simples teoria de probabilidades.

Livro Dois, Capítulo Quatro: Após algumas breves definições de termos, Clausewitz afirma que na teoria da guerra "não pode haver qualquer formulação geral que seja suficiente para merecer o nome de lei." Os princípios e regras aplicam-se, entretanto, embora mais à tática do que à estratégia. Eles são úteis para termo-os em mente como apoios, mas não devem ser aplicados dogmaticamente a todas as situações. A rotina também pode ser útil, principalmente com relação aos oficiais modernos, pois os métodos rotineiros "uniformizarão o seu critério e também os protegerão contra esquemas excêntricos e equivocados que constituem a maior ameaça num campo em que a experiência é tão penosamente adquirida." Na falta de uma boa teoria, a rotina afetará até mesmo as grandes decisões dos escalões mais elevados. Embora um grande comandante tenha o direito de ter o seu estilo pessoal, quando outros comandantes imitam aquele estilo podem estar adotando uma rotina sem sentido. Como exemplo Clausewitz oferece a derrota que foi uma experiência amarga para ele. Ele estava presente em Jena, em 1806, quando os comandantes prussianos, seguindo as rotinas táticas de Frederico o Grande, expuseram o seu exército à destruição por Napoleão.

Livro Dois, Capítulo Cinco: Este importante capítulo oferece no início uma ligeira dificuldade adicional à leitura, porque Clausewitz é filosoficamente sofisticado o suficiente para saber que as questões de causa e efeito são mais complexas do que os leigos normalmente supõem. O assunto é a crítica de campanhas ou batalhas passadas, que o autor acha ser uma boa maneira de estudar a teoria militar, em parte porque as idéias teóricas nas quais qualquer crítica tem que basear-se tornam-se mais familiares através de uma aplicação repetida. Entretanto, como a crítica está fundamentalmente interessada em pesquisar claramente as causas e os efeitos, não terá qualquer valor, a não ser que baseie-se numa narrativa precisa e adequadamente abrangente dos acontecimentos que estão sendo estudados. O crítico deve utilizar os seus conceitos teóricos como o soldado deve utilizá-los - como um auxílio ao seu discernimento, não como leis. Clausewitz não deixa de proclamar uma vez mais a idéia de que, já que todas as ações militares destinam-se a produzir determinados fins, "naqueles que envolvem ações de vulto e decisivas a análise deve ser estendida até o *propósito final*, que é realizar a paz."

Em qualquer boa crítica, "coisas que não aconteceram realmente mas que pareceram ser possíveis . . . não podem deixar de serem levadas em conta." O autor toma como exemplo a campanha de 1797

de Bonaparte, passando pela Itália e entrando na Áustria e, de passagem, faz a observação basicamente Clausewitziana de que em 1797, em contraste com a situação que Bonaparte encontrou em Moscou em 1812, "o segredo da eficácia de resistir até o fim ainda não havia sido descoberto." Ele utiliza um outro exemplo, o levantamento do sítio a Mântua em 1796, realizado por Bonaparte para atacar algumas colunas que tentavam libertar a cidade, para mostrar como a tirania da moda pode impedir que a mente das pessoas examine possibilidades alternativas válidas. A tirania do preconceito pode exercer o mesmo efeito, como provado com um outro exemplo retirado da campanha de Bonaparte, esta de 1814.

O principal propósito da crítica que acabamos de descrever não é atribuir elogios ou censuras ao comandante, o que é difícil ou impossível de ser feito com justiça, porque o crítico não pode colocar-se mentalmente na situação do participante. A diferença evidente é que ele conhece o resultado. "Um analista . . . não deve examinar a solução dada por um grande comandante a um problema como se ela fosse uma soma aritmética." Pode ser útil, e até mesmo inevitável, analisar ações ou decisões específicas em termos que dêem a entender um elogio ou uma censura, mas principalmente com relação a um comandante excepcional, o crítico deve evitar insinuar que teria feito melhor.

A diferença entre o desastroso fracasso de Bonaparte na campanha de Moscou em 1812 e os seus êxitos em campanhas anteriores, tais como Austerlitz (1805), Friedland (1807) e Wagram (1809) foi menos uma questão de estratégias inconstantes do que o fato de que nas campanhas anteriores ele avaliou corretamente os seus inimigos, enquanto que na de 1812 não. Isto é provado simplesmente através dos resultados (Clausewitz voltará a este tema no Capítulo Nove do Livro Oito). Apesar disto, na guerra todas as ações visam obter êxitos prováveis, e não certos, e há momentos em que a maior ousadia é o máximo da sensatez.

Clausewitz encerra este capítulo examinando três erros comuns dos críticos. O primeiro ele só expõe após recapitular uma vez mais os erros de utilizar princípios ou regras como se fossem guias rígidos de conduta, e não como auxílios para treinar a mente de um comandante (ou de um crítico). "Nunca devemos desenvolver parâmetros científicos como se fossem um tipo de máquina da verdade." O segundo é o emprego excessivo de jargões, tecnicismos e metáforas, onde o crítico "não sabe mais exatamente o que está pensando e contenta-se com idéias obscuras que não o satisfariam se fossem expressas em linguagem clara." O terceiro é o mal uso, ou o abuso, de exemplos históricos, onde o crítico apresenta fora do contexto três ou quatro pretensos exemplos de tempos e lugares remotos, somente para mostrar a sua erudição. Obscuros e normalmente pelo menos em parte falsos, estes

exemplos só apresentam uma imagem negativa do militar prático a quem supostamente destinavam-se a beneficiar.

A teoria deve deter-se em termos simples e em observações honestas sobre a condução da guerra. Deve evitar afirmativas espúrias e apresentações impróprias de fórmulas científicas e de resumos históricos, e deve aferrar-se ao propósito e nunca separar-se "daqueles que têm que controlar as coisas durante a batalha através da luz da sua inteligência inata." Notamos que Clausewitz, por todas as acusações feitas contra ele de ser excessivamente filosófico, estava determinado a escrever um livro que fosse prático.

Livro Dois, Capítulo Seis: Neste capítulo final do Livro Dois, Clausewitz desenvolve uma questão apresentada negativamente no capítulo anterior, onde ele diz que um dos principais erros mais comuns dos críticos é a sua má utilização de exemplos históricos. Ele propõe demonstrar aqui a sua utilização correta.

"O conhecimento fundamental à arte da guerra", diz ele, "é empírico." Assim, a natureza de uma guerra só é revelada através de exemplos históricos. Podemos estudar os meios, como os efeitos físicos de um tiro disparado pelos canhões, mas isto não nos dirá, como o exemplo histórico o fará, quais as diferenças entre tropas experientes e tropas inexperientes com relação à firmeza com que resistem ao fogo da artilharia. Evidentemente, nem sempre temos uma experiência suficientemente ampla sobre todas as coisas que gostaríamos de saber. A propósito, é interessante que Clausewitz, que não conheceu as rápidas mudanças tecnológicas ocorridas nas ferramentas de guerra, inverta um tanto a idéia que estaríamos hoje inclinados a defender com relação à utilidade dos exemplos históricos para justificar uma mudança dos costumes a que estamos acostumados. Onde os métodos revelaram-se altamente eficazes e tornaram-se portanto moda, diz ele, deveríamos querer ter bons motivos, querendo com isto dizer aqueles que podem ser extraídos da história, para alterá-los. Esta afirmativa parece ultrapassada numa era de armas nucleares - embora possa perfeitamente ser que para mudanças menos drásticas a sua idéia ainda seja válida. Como vimos, na era de navios de guerra de aço com propulsão a vapor, Mahan elaborou um conjunto irrefutável e válido de teorias navais advindas quase que exclusivamente da guerra naval dos dias da vela.

Existem, diz Clausewitz, quatro maneiras diferentes de utilizar os exemplos históricos. A primeira é simplesmente *explicar* uma idéia que de outro modo seria apresentada de uma maneira demasiadamente abstrata, e a segunda é mostrar a *utilização* de uma idéia de modo que possamos ver a

ação de circunstâncias de menor importância, que como tal não seriam incluídas numa formulação geral. Estas duas maneiras têm em comum o fato de que o exemplo histórico não precisa ser totalmente preciso ou autêntico, porque não existe o desejo de *provar* nada. Nestes casos, o exemplo é simplesmente um auxílio à exposição.

Na terceira maneira, deseja-se provar a *possibilidade* da ocorrência de algum fenômeno ou de algum efeito, e na quarta, deseja-se deduzir uma regra ou uma doutrina, onde a prova só pode estar na própria prova histórica. Aqui, precisamos de uma história precisa, mas no terceiro caso um único exemplo pode ser suficiente, enquanto que no quarto as exigências são muito mais rigorosas. No quarto caso só precisamos de um número razoável de exemplos que apoiem a idéia, e de uma ausência ou de uma falta de exemplos contrários a esta idéia e, além do mais, em cada caso "deve-se ter o cuidado de que todos os aspectos referentes à verdade em questão sejam total e minuciosamente apresentados."

O principal problema que existe com a prática comum de tratar superficialmente muitos acontecimentos históricos diferentes, não é tanto que o leitor não saiba o suficiente sobre eles para avaliar o critério do autor, mas que o próprio autor nunca tenha dominado os acontecimentos que menciona. "Esta abordagem superficial e irresponsável da história leva a centenas de idéias errôneas e distorce a teorização." É melhor um único acontecimento, minuciosamente detalhado, do que dez que só sejam mencionados superficialmente. Por esta razão, e por outras semelhantes, também é melhor utilizar acontecimentos retirados da história militar recente, e não da mais remota. Não só a história recente é mais conhecida, como as condições, inclusive as relativas aos armamentos, são também mais semelhantes às atuais. Para Clausewitz isto significa exemplos começando pela Guerra da Sucessão Austríaca (1740 a 1748), que é também a primeira das guerras de Frederico o Grande. Isto abrange apenas cerca de setenta e cinco anos de história militar (que forçosamente termina com Waterloo), mas ele admite que os tempos mais remotos, inclusive a antigüidade, não sejam totalmente excluídos, dependendo do que queiramos extrair daquela história.

Nota-se a preocupação de Clausewitz com a honestidade do processo que está analisando. Aqueles que referem-se superficialmente a acontecimentos remotos na história raramente demonstram "qualquer honestidade de propósito, qualquer tentativa séria de instruir ou de convencer." Mas o que teria Clausewitz achado da maioria dos escritores sobre estratégia, posteriores à Segunda Guerra Mundial, que longe de terem uma excessiva pretensão de conhecer a história militar, não parecem sentir-se despidos pela ausência de qualquer conhecimento daquela história?

LIVRO TRÊS: DA ESTRATÉGIA EM GERAL

Livro Três, Capítulo Um: O autor penetra agora ainda mais no significado mais profundo da estratégia, bem como do gênio militar. O importante é ter em mente o propósito, tanto como participante como como crítico, e ver através de que linha de comportamento e de que dons de visão e de decisão o comandante talentoso atinge o seu propósito.

"Tudo é muito simples na estratégia," afirma uma vez mais Clausewitz, "mas isto não significa que tudo seja muito fácil. Tendo sido estabelecido em função das condições políticas o que pretende-se que uma guerra obtenha e o que ela pode obter, é fácil traçar o rumo. Mas é necessário que haja uma grande força de caráter, bem como uma grande lucidez e firmeza mental, para chegar ao fim resolutamente sem desviar-se, para executar o plano e para não ser tirado do rumo por milhares de fatores perturbadores."

Na campanha de 1760 de Frederico o Grande (na metade da Guerra dos Sete Anos), são as suas marchas e manobras rápidas que são sempre enaltecidas, quando a prova real da sua sensatez está no fato de que "ao buscar atingir um propósito importante com recursos limitados, ele não tentou realizar nada além da sua força." As manobras merecem realmente um elogio, embora não pelos conceitos que revelaram, mas sim pela ousadia, resolução e força de vontade que permitiram que o Rei as realizasse. Estes milagres de execução, diz ele, só podem ser espontaneamente avaliados por aqueles que possuem uma verdadeira experiência em guerras.

Este último pensamento, podemos acrescentar, é a chave para a constante ênfase que Clausewitz atribui à importância da experiência prática, uma ênfase que fez com que alguns daqueles que o interpretaram se questionassem se ele achava que qualquer coisa de valor para a teoria da guerra poderia ser obtida através dos livros! Ele esperava que a maioria dos seus leitores tivesse tido a experiência, e que os demais compreendessem o que estava faltando devido à sua falta. "Aqueles que só conhecem a guerra através dos livros, ou dos quartéis, não podem reconhecer a existência destes fatores que impedem a ação e devemos pedir-lhes que aceitem implicitamente o que lhes falta em experiência."

A tomada de uma cidade ou de uma província pode ter um pequeno valor militar, mas soma-se à pressão exercida sobre o inimigo. Por outro lado, se perdermos de vista o propósito maior, e rendermo-nos à idéia de que províncias tomadas têm valor em si mesmas, podemos ignorar a possibilidade de que a sua posse possa levar mais tarde a nítidas desvantagens. O que é importante não é a vantagem

isolada, mas o balanço final. Clausewitz tinha indubitavelmente em mente diversos exemplos para esta sua observação - como o êxito de Napoleão ao tomar Moscou - mas temos visto também em nossos dias a verdade destas observações. As ilhas e outros territórios tomados pelo Japão após o seu ataque a Pearl Harbour em Dezembro de 1941 passaram a ser uma desvantagem nas etapas posteriores da Segunda Guerra Mundial, quando as suas guarnições foram isoladas e imobilizadas. Mais recentemente, a conquista do Sinai por Israel, na guerra de 1967, resultou numa séria desvantagem na guerra de 1973, pois significava entre outras coisas ter que assumir problemas logísticos adicionais que anteriormente haviam sido unicamente um encargo do inimigo. Além disto, a guerra de 1967 havia lembrado que durante o combate é melhor ter um terrível deserto nas costas do inimigo do que nas nossas. Ao enviar o seu exército através daquele deserto, o Presidente Nasser havia revelado de maneira demasiadamente clara as suas intenções hostis, e quando as suas forças viram-se sob ataque, foi o deserto que as aniquilou.

Livro Três, Capítulos Dois a Sete: O Capítulo Dois, muito sucinto, deve ser interpretado simplesmente como uma rejeição desdenhosa de alguns dos antecessores e contemporâneos de Clausewitz, principalmente von Bulow. O Capítulo Três, "Fatores Morais", volta a expor um tema que Clausewitz enfatiza em toda a sua obra e no qual sabemos que ele não estava só. Ele queixa-se, entretanto, que outros teóricos desprezam aquele tema, e é verdade que os seus contemporâneos, inclusive Jomini, davam ênfase aos "princípios", o que eqüivale a dizer aos procedimentos. Apesar disto, a glória sempre colhida por líderes bem sucedidos na guerra tem sido um reconhecimento expontâneo das qualidades que Clausewitz e outros escritores militares chamaram de "morais" - que, evidentemente, neste sentido nada têm a ver com a ética.

Certamente também, a grande maioria dos escritores sobre estratégia, desde Clausewitz, não deixou de reconhecer a importância desta qualidade, mesmo quando analisando outras coisas - algumas vezes, como no caso de Foch, dando a ela um valor muito maior do que a outras coisas. Ainda assim, não foi a vaidade que fez Wellington exclamar para o seu amigo Thomas Creevey na manhã após Waterloo, que a batalha não teria sido vencida "se eu não estivesse lá." Nem duvidou ele que com um parceiro menos determinado do que Blucher para vir em seu auxílio, ela também não teria sido ganha. Clausewitz havia testemunhado aquela determinação naquela ocasião - ele era então Chefe do Estado-Maior de Thielmann, um dos comandantes de corpos de exército de Blucher - como testemunhou em

muitas outras ocasiões nos dois anos anteriores.[3]

A análise que faz o autor do espírito militar do exército surpreende-nos pela sua modernidade. Em questões psicológicas Clausewitz é sempre o mais penetrante e também o mais ponderado dos observadores. "A eficiência de um exército, diz ele, adquire vida e espírito através do entusiasmo pela causa pela qual ele luta, mas este entusiasmo não é indispensável." Em seguida, após descrever o que é que cria o "verdadeiro espírito militar" e a sua importância, prossegue dizendo, como só Clausewitz entre todos os escritores clássicos sobre estratégia diria: "Ninguém pode afirmar que é impossível travar uma guerra vitoriosa sem estas qualidades. Enfatizamos isto para esclarecer o conceito e para não perder de vista a idéia numa névoa de generalidades e dar a impressão de que no fim o espírito militar é tudo que importa. . . . O espírito de um exército . . . é uma ferramenta *cuja força é mensurável*." (os itálicos são nossos). Por "mensurável" o autor evidentemente não quer dizer que ela possa ser quantificada por números, mas simplesmente que a importância até mesmo das coisas mais importantes pode ser exagerada. . A mesma idéia pode ser apresentada através de um truismo: quando diversas qualidades forem importantes (num exército e em sua liderança), nenhuma delas pode ter toda a importância. Outros escritores, entretanto, não concordam com estes truismos simples.

Só existem duas fontes para o espírito militar: uma é uma série de campanhas vitoriosas, e a segunda, "os freqüentes esforços de um exército, até o limite extremo das suas forças." Este último parece surpreendente, mas "um soldado orgulha-se tanto das dificuldades que superou quanto dos perigos que enfrentou." Estamos ouvindo uma vez mais a voz de uma longa experiência. Clausewitz sabia muito bem o que significava estar em exércitos levados aos limites da sua resistência e que, em virtude tanto dos seus esforços quanto das suas vitórias, podiam "sobreviver às mais violentas tempestades dos contratempos e da derrota." Devemos ter cuidado, diz ele finalmente, "para nunca confundir o verdadeiro espírito de um exército com a sua disposição de ânimo."

No Capítulo Seis, "Coragem", entretanto, ele parece ter dificuldade em chegar a uma conclusão. Ele não tem dúvida de que a coragem é desejável nos escalões mais baixos da hierarquia, onde é

[3] Durante a grande batalha Clausewitz quase foi sacrificado pelo espírito de Blucher e pela visão estratégica do seu Chefe do Estado-Maior, General von Gneisenau, que era amigo e protetor de Clausewitz. Respondendo ao apelo sincero de Wellington por ajuda, Blucher deixou para trás em Wavre, a cerca de quatorze milhas a leste de Waterloo, somente o corpo de exército do General von Thielmann (com Clausewitz) para enfrentar o Marechal Grouchy. Quando este último revelou possuir uma força muito superior, Thielmann pediu ao seu chefe que enviasse reforços urgentes, mas Gneisenau,

aproximando-se então de Waterloo, recusou o pedido com as seguintes palavras: "não importa que ele seja aniquilado, desde que conquistemos uma vitória aqui."

também mais facilmente encontrada. Lá, ela pode ser mantida sob controle, mas enquanto isto, "age como uma mola comprimida, pronta a para ser liberada a qualquer momento." Nos escalões superiores a situação é diferente, e aqui o autor revela uma ambivalência bastante inusitada. Temos obviamente um Clausewitz que está lutando contra o seu próprio temperamento.

Ele sabe o valor da coragem num comandante, mas não pode deixar de querer ver aquela coragem "disciplinada através da reflexão." O resultado é uma série de distinções sutis que dificilmente são práticas, mesmo que sejam significativas - por exemplo, a tríplice distinção entre "coragem", "cuidado deliberado" e "timidez" - e uma outra série de afirmativas que são claramente contraditórias. No cômputo geral ele quer ser visto como sendo a favor da coragem, e faz algumas eloqüentes afirmativas a favor daquela característica. Mas em seguida ele diz: "A coragem guiada por um intelecto excepcional é a marca de um herói. Este tipo de coragem não consiste em desafiar a ordem natural das coisas e em transgredir grosseiramente as leis da probabilidade." É então descrito no que ela consiste, em termos um tanto místicos e em generalidades, uma qualidade normalmente muito mais característica de outros escritores sobre estratégia dos Séculos XIX e XX do que de Clausewitz. No fim, sabemos que ele acredita que "um comandante ilustre sem coragem é algo impensável", e chama também esta qualidade de "o primeiro pré-requisito de um grande líder militar." De qualquer modo é extraordinário que ele seja capaz de pagar este tributo, se bem que um tanto restritamente, a uma qualidade que ele provavelmente sabia que não possuía.

O curto capítulo, "Perseverança" está, entretanto, isento de ambigüidades. O homem que havia tomado parte na campanha russa de 1812 e nas campanhas da Europa Ocidental em 1813, 1814 e 1815, sabia do que estava falando quando disse que "dificilmente existe na guerra um empreendimento que valha a pena, cuja execução não exija esforços, dificuldades e privações ilimitados."

Livro Três, Capítulo Oito: Neste capítulo, "A Superioridade Numérica", estamos claramente de volta ao Clausewitz de estilo seguro. Primeiro ele nos diz o que já sabemos, que muitas vezes um comandante brilhante venceu um combate contra um oponente inferior, mesmo com uma grande inferioridade numérica. Mas, ressalta ele - o que podemos esquecer-nos com demasiada facilidade - existe um limite para que o brilho da liderança possa compensar a inferioridade numérica, pelo menos entre os exércitos europeus que tendem a ser comparáveis com relação a outros aspectos. Assim, os exemplos nos mostram que "até mesmo o comandante mais talentoso achará difícil derrotar um

oponente que tenha duas vezes a sua força." Devemos reconhecer, portanto, que em situações normais, "uma significativa superioridade numérica . . . será suficiente para assegurar a vitória, por mais adversas que sejam as outras circunstâncias." Isto significa que a primeira regra da estratégia deveria ser colocar no campo de batalha o maior exército possível.

Mas porque somos tratados com tal trivialidade? Porque, assegura-nos Clausewitz, em sua época isto não era realmente um lugar comum. Ele nos dá a curiosa informação de que para a maioria dos historiadores militares até o fim do Século XVIII, o efetivo dos exércitos não parecia ser de maior importância. Eles raramente o mencionavam, mesmo quando apresentavam todos os tipos de outros detalhes. Alguns autores pareciam até mesmo acreditar "que existe um certo tamanho ideal para um exército, uma norma ideal, e que qualquer número de soldados além do estabelecido por ela causaria mais problemas do que o valor que pudessem ter." Além disto, sabemos que houve batalhas em que nem todas as forças disponíveis foram empregadas, "porque não foi dada à superioridade numérica a sua devida importância."

Temos assim o duplo princípio de que deve-se operar com as maiores forças possíveis, e que as forças disponíveis devem ser empregadas com tal competência "que, mesmo não havendo uma superioridade absoluta, seja obtida uma relativa no ponto decisivo." Este propósito exige obviamente "cálculos adequados de espaço e de tempo", mas também obviamente estas expressões já haviam tornado-se clichês na época de Clausewitz. "Não fiquemos", diz ele, "desnecessariamente confusos pelo linguajar convencional."

Ele termina então com a avaliação ponderada que lhe é característica. A superioridade numérica é de fundamental importância, mas mesmo este grau de importância é apenas relativo. "O princípio será atendido se empregarmos a maior força possível. A questão de saber se devemos evitar um combate devido à falta de força só pode ser verificada à luz de todas as outras circunstâncias."

Livro Três, Capítulo Nove: Clausewitz está de acordo com todos os outros escritores sobre estratégia com relação ao desejo universal de obter surpresa, mas, apesar disto, ele acha um tanto exagerada a ênfase que normalmente lhe é dada. O motivo para isto é que é muito mais difícil obtê-la do que supõe-se de uma maneira geral. "O princípio é altamente atraente em tese, mas na prática muitas vezes é impedida pelo atrito de toda a máquina." Muitas vezes o seu êxito é devido a circunstâncias favoráveis que estão além do controle do comandante, e normalmente eatá frequentemente à mercê do acaso.

A surpresa é também um recurso tático. “Na estratégia a surpresa torna-se mais viável quanto mais perto do reino da tática ela ocorrer, e mais difícil quanto mais aproximar-se dos níveis mais elevados da política.” Assim, embora a “a surpresa esteja na raiz de todas as operações, sem exceção,” ela “depende, em graus amplamente variáveis, da natureza e das circunstâncias da operação.”

O autor apresenta alguns exemplos para a sua maneira de ver a história militar - que muitas vezes era significativamente diferente da que tinham os historiadores militares da sua época, que tendiam sempre a exagerar os exemplos de surpresa - mas podemos utilizar alguns exemplos da nossa própria época que corroboram o que Clausewitz tinha a dizer sobre o assunto, principalmente com relação à maior facilidade de obter surpresa à medida em que passamos da estratégia para a tática, e também o significado das circunstâncias favoráveis.

Na primavera de 1944, nada era mais óbvio do que o fato de que os aliados britânicos e americanos logo iriam desembarcar na costa norte da França. O Alto Comando Aliado havia se esforçado ao máximo para dissimular as suas intenções, mas era impossível, por muitos meses antes do acontecimento, ocultar o fato de que iria ocorrer a invasão, e os alemães tinham bons motivos para avaliar o momento e o local aproximados (isto é, a costa do Canal e não a costa Atlântica da França). Assim, nos domínios mais elevados da estratégia não houve surpresa. Os aliados obtiveram alguma surpresa na escolha do momento exato para os seus desembarques (senão o Marechal-de-Campo Rommel não estaria longe do seu posto) e também na sua exata localização, mas a surpresa mais importante que foi obtida foi o fato de que os desembarques simultâneos srcinais, realizados na costa da Normandia não eram a diversão que os alemães pensaram que poderia ser, mas sim a verdadeira invasão. Assim, os alemães mantiveram em reserva, por tempo demais, algumas divisões que teriam sido muito mais eficazes se tivessem sido lançadas mais cedo na luta.

O ataque japonês a Pearl Harbour foi na realidade uma grande surpresa, tanto estratégica como tática - mais ainda do que deveria ter sido. O Governo dos Estados Unidos sabia, e os seus comandantes mais antigos no local foram avisados de que a guerra era iminente. Foi considerado provável que os japoneses fossem iniciar a guerra com um súbito ataque a algum lugar, como haviam iniciado a guerra russo-japonesa em 1904 com um ataque surpresa à Esquadra Russa do Extremo Oriente em Port Arthur. Porque então não foram tomadas precauções adequadas, exatamente contra o tipo de ataque que veio a ocorrer? O método tático de ataque foi uma surpresa, embora não devesse ter sido. Um ataque daqueles havia até mesmo sido simulado num exercício da esquadra americana alguns anos antes, mas havia sido efetivamente afastado da mente.

A melhor salvaguarda teria sido manter as principais unidades da esquadra o maior tempo possível no mar, como estavam os navios-aeródromo americanos no dia do ataque (com relação a isto, o acaso trabalhou contra os japoneses). Mas o comandante da esquadra americana e seus auxiliares aparentemente não pensaram em termos de aviões japoneses sobre uma base naval tão afastada do Japão. Assim, mesmo desconsiderando a extraordinária circunstância fortuita de que uma detecção radar de aviões aproximando-se foi ignorada, a confiança japonesa na surpresa era um jogo claramente desesperado que os japoneses venceram.

Da maneira como ocorreu, dificilmente poderiam os japoneses ter inspirado de maneira mais efetiva uma determinação guerreira e uma unidade nos então divididos Estados Unidos. Este foi um preço caro demais a pagar por terem destruído ou inutilizado alguns velho encouraçados que foram, num tempo relativamente curto, reparados ou substituídos - mas estamos agora nos domínios da relação existente entre a estratégia e a política, de que Clausewitz trata em outros capítulos.

Livro Três, Capítulo Dez: Neste curto capítulo, "Dissimulação", ou a utilização de ardis, Clausewitz é uma vez mais extremamente negativo, por razões relacionadas com a economia de guerra. Ele está falando de ardis estratégicos, e não táticos, e acha que o único tipo que tem probabilidade de obter um grande efeito através do despistamento é aquele que não emprega palavras, mas uma força significativa. Mas, diz ele, "é perigoso . . . empregar forças consideráveis durante algum período de tempo, simplesmente para criar uma ilusão. Sempre existe o risco de que nada seja ganho e que as tropas empregadas não estejam disponíveis quando forem realmente necessárias."

Ele parece estabelecer alguma curiosa relação entre a capacidade de enganar na guerra e o caráter do General. Notamos isto, por exemplo, em sua conclusão de "que um discernimento preciso e agudo é um trunfo mais útil para o comandante do que qualquer dom para a dissimulação - embora este último não faça qualquer mal enquanto não for empregado, como é com demasiada freqüência, às custas de qualidades mais essenciais do caráter." Ele parece evidentemente enaltecer a dissimulação quando o comandante for tão fraco que de outro modo não teria qualquer possibilidade.

Embora esta afirmativa seja indiscutivelmente correta, desde que ele esteja falando de empregar forças consideráveis isoladamente para realizar uma diversão, nem todos os ardis têm sido desta natureza. Clausewitz certamente conhecia bem as ocasiões em que Marlborough e Frederico o Grande utilizaram com êxito movimentos de despistamento de exércitos inteiros, bem como outros estratagemas.

Um extraordinário exemplo moderno de um estratagema inteligente e bem sucedido, de acordo com as idéias de Clausewitz, embora provavelmente não inspirado por elas, ocorreu na batalha naval do Golfo de Leyte, em Outubro de 1944. O Almirante Ozawa expôs uma força, atuando como isca ao norte do arquipélago das Filipinas, que atraiu o Almirante Halsey e toda a sua Terceira Esquadra, afastando-a 300 milhas para o sul do estreito através do qual o Almirante Kurita, que já havia sido avistado e atacado, sairia na manhã seguinte. A missão de Ozawa baseava-se aparentemente na esperança de que Halsey estava sujeito a dois clichês que predominavam então na esquadra americana - e ele estava. O primeiro destes clichês, válido nos estágios iniciais da guerra mas agora obsoleto, era a máxima: "a força principal do inimigo está onde estiverem os seus navios-aeródromo." Os navios-aeródromo que Ozawa tinha eram os únicos quatro que ainda restavam na Marinha japonesa e destes, três eram muito pequenos e o quarto não era grande. Os aviões que levavam eram poucos e eram tripulados por pilotos mal adestrados. Além do mais, o Estado-Maior de Halsey tinha as informações necessárias para deduzir estes fatos. A força de Ozawa era, portanto, fraca demais para ser de alguma utilidade, a não ser servir de isca e Ozawa não acreditava que pudesse fazer nem mesmo isto. Os sete poderosos encouraçados e onze cruzadores pesados de Kurita, bem como outros navios, constituíam indiscutivelmente a força principal japonesa.

O outro clichê do qual Halsey foi vítima era aquele contrário a dividir a força na presença do inimigo - o antigo princípio da "concentração de força". Com o seu esmagador poderio ele poderia facilmente ter dividido a sua força, e ainda assim apresentaria um poderio amplamente superior a cada uma das forças comandadas por Ozawa e Kurita, como dois subordinados seus tentaram sugerir que deveria fazer. Kurita passou através do Estreito de São Bernardino e estava em condições de fazer uma devastação nos navios e nas pequena força naval americana que estava protegendo o desembarque em Leyte, mas ele perdeu a sua determinação e no último momento voltou. Assim, apesar do êxito de Ozawa em seu ardil, Halsey escapou de ser punido severamente pelo seu erro, mas o seu preço foi ter deixado de destruir a força de Ozawa (ele havia sido obrigado a inverter o seu rumo antes de alcançá-la), ou a de Kurita.

Livro Três, Capítulos Onze a Treze: A extraordinária brevidade do Capítulo Onze, a "Concentração de Forças no Espaço" dá a entender que havia uma afirmativa inicial que Clausewitz pretendia inserir em sua revisão final, mas é possível também que ele considerasse esta questão tão bem conhecida e acordada que não quis desperdiçar um espaço indevido com ela, mesmo numa versão

acabada. Vemos aqui Clausewitz, normalmente tão desdenhoso dos "princípios da guerra", aceitando um deles sem hesitação, ou sem restringí-lo muito por ser fundamental. A restrição que aparece é, entretanto, extremamente importante. Embora "não exista lei ou estratégia mais simples do que a de *manter as suas forças concentradas*," isto não significa mantê-las concentradas quando existir uma necessidade clara e urgente de proceder de outra maneira - uma questão que ele promete ampliar num capítulo posterior (ele o faz moderadamente em diversos capítulos, mas principalmente no Capítulo Nove do Livro Oito).

O capítulo seguinte, "Unificação de Forças no Tempo", levanta, no nível tático, a questão da importância de manter algumas forças em reserva durante uma batalha. Assim, temos as nossas forças concentradas no campo de batalha, mas não as empregamos todas de uma só vez. Mais tarde, na análise da "economia de forças", veremos que é igualmente importante que façamos com que todas sejam empregadas. Falta clareza à análise feita por Clausewitz da concentração ou unificação de forças no nível estratégico, o que pode ser devido a estar ela inacabada. Ele parece estar dizendo que já que no nível estratégico não existe uma necessidade comparável de manter tropas descansadas em reserva, todas as forças disponíveis devem ser postas em movimento em direção ao objetivo estratégico, desde o início da guerra. O seu pensamento é em parte esclarecido pelo seu exemplo da marcha de Napoleão na Rússia em 1812, onde o autor está aparentemente respondendo às críticas de que entre os erros de Napoleão estava o de empregar um exército grande demais. Clausewitz afirma que era o método de avanço ao longo de uma frente estreita, e não de uma frente ampla, que deveria ser criticado, não o tamanho do exército. Napoleão não poderia saber qual o nível mínimo de forças que seria claramente suficiente, de modo que estava certo em enviar o maior exército que pudesse formar. De qualquer modo, como ressalta o autor num outro capítulo, a força que finalmente chegou a Moscou era muito menor do que a que atravessou o Niemen.

Existe uma certa comparação superficial entre a afirmativa que Clausewitz está fazendo aqui e as críticas feitas por alguns militares com relação à lenta formação das forças americanas no Vietnã após a decisão de março de 1965 de enviar forças combatentes para lá. Dizem os críticos que lá as reservas deveriam ter sido chamadas logo de uma vez, e que o nível máximo de cerca de meio milhão de homens no Vietnã, que só foi atingido em 1968, deveria ter sido atingido muito mais cedo. Esta afirmativa carece de mérito, em parte porque nega implicitamente a legitimidade das restrições impostas pela política interna afetarem a participação dos Estados Unidos no Vietnã, e ainda mais porque não faz qualquer esforço para explicar o que aquela quantidade de homens teria realizado em

1965 que deixou de realizar em 1968. Apesar disto, a idéia de Clausewitz apresentada acima é digna de nota.

O capítulo seguinte, "A Reserva Estratégica", parece no começo ser contraditório com relação ao anterior, mas esta impressão é rapidamente desfeita. Pode haver, diz o autor, algum emprego para a reserva estratégica, mas somente quando pudermos imaginar que venham a ocorrer emergências. Quando é, pode alguém perguntar, que podemos imaginar que elas não venham a ocorrer em tempo de guerra? O autor responde que "a incerteza diminui à medida em que aumenta a distância entre a estratégia e à tática, e praticamente desaparece naquela área da estratégia que toca as raias da política." Uma vez mais o seu pensamento é esclarecido através do seu exemplo - e percebemos uma vez mais como a experiência da derrota de Jena em 1806 marcou-o. Durante aquela campanha, na qual a identidade do inimigo e o seu propósito eram claros e não estavam sujeitos a mudanças, os prussianos mantiveram duas forças consideráveis em reserva, forças estas que nunca viriam o combate.

Livro Três, Capítulo Quatorze: O exemplo de Jena, que acaba de ser apresentado, poderia servir também para ilustrar a tese apresentada no capítulo seguinte e muito breve, "Economia de Força". Vemos uma vez mais que a rejeição de Clausewitz à idéia de que uma teoria de guerra pode basear-se num conjunto de "princípios" de aplicação quase que universal não o impede de incluir aqueles princípios em sua teoria.

O "princípio da economia de força", tratado com alguma extensão por Jomini, continua até hoje a aparecer nas listas padrão de princípios. De maneira significativa, entretanto, normalmente os escritores recentes revelam a sua falta de compreensão da questão, deturpando o significado da palavra "economia", quase que invertendo o que ela srcinalmente pretendia expressar, que não era um emprego restrito ou sovina da força, mas sim o seu emprego eficaz. Na guerra, diz Clausewitz, devemos "assegurar que todas as forças sejam envolvidas . . . que nenhuma parte de toda a força fique ociosa". As forças que não estiverem ocupadas com o inimigo "estarão sendo desperdiçadas, o que é ainda pior do que empregá-las inadequadamente", porque as forças que estiverem sendo empregadas de maneira inadequada estarão pelo menos mantendo ocupadas algumas das forças inimigas e reduzindo o seu poderio global. A maioria dos escritores da nossa época tem interpretado de maneira incorreta a antiga expressão "economia de força", de modo a fazer com que signifique empregar apenas a força mínima necessária para realizar a tarefa - um conceito que só faz sentido para operações de diversão ou de manutenção de território, onde o propósito for aumentar ao máximo a concentração em outro local.

Parece que toda grande guerra apresenta exemplos de violação do princípio da economia de força. Nas batalhas de Ligny e de Quatre Bras, dois dias antes de Waterloo, o Conde D´Erlon, com 20.000 homens, marchou para um lado e para o outro entre os dois campos de batalha devido a uma confusão de ordens e não tomou parte em nenhum dos combates. Napoleão precisava desesperadamente dele em Ligny. Durante a batalha de Waterloo, Wellington nunca chamou de volta o Príncipe Frederico que estava nos Países Baixos com cerca de 17.000 homens que ele havia enviado para uma posição a cerca de dez milhas à sua direita, porque havia esperado srcinalmente que Napoleão viria daquela direção. Napoleão, entretanto, superou-o em termos de desperdiçar tropas, expedindo numa vez mais uma ordem confusa que destacou 33.000 homens, mais tarde reforçados ainda mais, para marchar sob o comando de Grouchy contra Wavre, de onde Blucher e a maioria das suas forças já havia saído para marchar contra Waterloo. O famoso exemplo da Primeira Guerra Mundial foi o de Moltke, destacando dois corpos de exército da sua ala direita, que estavam avançando para o interior da França, para enviá-los para as forças que estavam resistindo contra a incursão russa no leste da Prússia, mas estas forças poderosas ainda estavam em seus trens, deslocando-se através da Alemanha, quando foram travadas as batalhas decisivas no leste, onde sem elas os alemães aniquilaram dois exércitos russos em Tannenburg e nos Lagos Masurian e, no oeste, onde os alemães sentiram a sua ausência, sofrendo a derrota do Marne, que significou o fracasso do Plano Schlieffen. Já apresentamos um exemplo naval da Segunda Guerra Mundial, quando o Almirante Halsey levou a sua poderosa Terceira Esquadra numa corrida de alta velocidade a trezentas milhas para o norte contra Ozawa, mas parou antes de alcançá-lo e voltou para perseguir Kurita, a quem também nunca alcançou. Naquela ocasião a Terceira Esquadra gastou uma grande quantidade de combustível, mas nenhuma munição, e como uma força organizada nunca teve uma outra oportunidade. Alguns destes exemplos aproximam-se mais do aspecto tático do que do estratégico, mas o limite entre os dois não é rígido e, de qualquer modo, o princípio é o mesmo. Existem todos os tipos de maneiras de deixar de fazer com que as nossas forças não sejam plenamente eficazes, e lançar mão de movimentos na direção errada é apenas uma delas.

Livro Três, Capítulos Quinze a Dezoito: O breve capítulo "O Fator Geométrico" é pouco mais do que uma rejeição das idéias de von Bulow, que queria tornar a estratégia "mais científica", analisando-a em termos da geometria. Clausewitz admite que elas podem ter alguma importância para a tática, mas

praticamente nenhuma para a estratégia. “Achamos”, diz ele, “que uma das principais funções de uma teoria abrangente da guerra é expor estas extravagâncias.”

No capítulo que se segue, “A Suspensão do Combate na Guerra”, Clausewitz está elaborando ainda mais o tema que já havia apresentado no capítulo inicial do Livro Um. Como é que a guerra, que basicamente exige um avanço implacável em direção à meta que constitui o seu propósito (pelo menos para o lado que dá início a ela), é marcada tantas vezes pela inatividade? Parte da razão para isto já foi exposta num capítulo anterior - qual seja, a decisão tomada pelo lado mais forte no sentido de adiar a sua ofensiva não faz necessariamente com que seja adequado para o mais fraco passar para a ofensiva - mas existem também outras razões fundamentais. No passado, a ausência de movimento deveu-se principalmente à falta de energia, isto é, aos “grilhões da fragilidade humana”. Com Napoleão, vimos quanta energia era possível conseguir e “se é possível é necessário.”

A principal razão para a falta do requisito energia está relacionada, por um lado, ao medo e à indecisão que são naturais à mente humana quando defronta-se com o risco e, por outro lado, ao maior poderio da defensiva. Tem havido também guerras, entretanto, em que faltou disposição aos dois lados porque não havia o grande incentivo de um interesse. Mas é um grande erro considerar este tipo de falta de empenho como representando “a verdadeira, a autêntica arte da guerra”. Para alguns contemporâneos de Clausewitz, as guerras Napoleônicas já estavam sendo vistas como “brigas rudes, que não podem ensinar nada e que devem ser consideradas como uma volta ao barbarismo.” Aquelas pessoas não sabiam o que era verdadeiramente a guerra. “Pobre do governo que, confiando em políticas indiferentes e numa política militar restrita, enfrentar um inimigo que, como os elementos indomáveis, não conhece qualquer outra lei a não ser a sua própria força!”

O capítulo seguinte leva este raciocínio adiante. Napoleão mostrou ao mundo a verdadeira natureza da guerra, e levou os seus oponentes a elevarem-se ao mesmo nível de decisão. Antes da sua época, os diplomatas costumavam apressar-se para concluir uma paz, por pior que fosse ela, sempre que o seu lado tivesse perdido algumas poucas batalhas, mas a Rússia em 1812 e a Prússia e outras nações em 1813 mostraram “que enorme contribuição a coragem e o temperamento de uma nação podem dar ao conjunto total das suas políticas, ao potencial de guerra e ao seu poder combatente. Agora que os governos tornaram-se conscientes destes recursos, não podemos esperar que eles continuem sem ser utilizados no futuro.” Este é um tema ao qual Clausewitz voltará diversas vezes.

E no último capítulo deste livro, Clausewitz analisa o que pode ser obtido compreendendo-se a natureza dinâmica das mudanças entre a tensão e a inação na guerra. “Qualquer medida tomada numa

situação de tensão será mais importante e apresentará maiores resultados do que se tivesse sido tomada numa situação de equilíbrio." Durante aquele período de enorme tensão, os acontecimentos estavam pressionando no sentido de uma grande decisão que, devido a todas as suas conseqüências, tinha que absorver toda a atenção do comandante [prussiano]." Apesar disto, naquele exato momento os líderes prussianos estavam dissipando as suas energias em planos confusos.

"A situação de crise", diz Clausewitz no fim, "é a verdadeira guerra. O equilíbrio nada mais é do que o seu reflexo."

LIVRO QUATRO: O ENGAJAMENTO

Livro Quatro, Capítulos Um e Dois: Enquanto o Livro Três estava interessado nos "elementos operativos" da guerra, o Livro Quatro diz respeito à "atividade militar essencial", que é o engajamento. Poderíamos dizer que a mudança é da estratégia para a tática, mas é evidente que Clausewitz não separa bruscamente as duas, e de qualquer modo está interessado na análise da guerra, e não apenas da estratégia. Assim, é mais fácil para ele concluir "que uma mudança na natureza da tática automaticamente se refletirá na estratégia," uma opinião que o afasta consideravelmente de Jomini e dos seus seguidores, que gostavam tanto de repetir o axioma de que "os métodos mudam, mas os princípios são imutáveis." Mas já vimos que os princípios que Clausewitz admitia que são pouco afetados por mudanças nos métodos são somente aqueles mais fundamentais, como o princípio da economia e da concentração de forças, cada um dos quais ele era capaz de liquidar em poucos parágrafos. Claramente em sua mente estes conceitos eram apenas os detalhes da estratégia, não a sua essência.

Quando analisamos as mudanças ocorridas mais tarde na estratégia devido ao surgimento do fuzil de carregamento pela culatra, que por permitir que o disparo fosse feito com o atirador deitado aumentou o valor da proteção e, consequentemente, a capacidade de pequenas forças retardarem ou deterem forças maiores; da metralhadora, que levou o processo muito adiante e transformou completamente a Primeira Guerra Mundial; da guerra submarina, que exerceu um efeito comparável nos mares, na mesma guerra, um efeito que Mahan entre muitos outros deixou completamente de prever; e do avião, seja ele baseado num navio-aeródromo ou em terra, que teve um efeito semelhante na Segunda Guerra Mundial (a menção às armas nucleares neste contexto é realmente supérflua), temos que concordar que era Clausewitz quem estava certo com relação a esta questão e admiramo-nos ao ver

que ele foi capaz de ver isto tão claramente, mesmo a partir de mudanças relativamente menores ocorridas na tática durante a sua vida.

Livro Quatro, Capítulos Três e Quatro: O primeiro problema que Clausewitz levanta com relação ao engajamento é a pergunta: O que queremos dizer por derrota do inimigo? A resposta para o engajamento é a mesma que para a guerra, da qual ele constitui uma parte - a destruição das forças inimigas. "Evidentemente um engajamento num ponto pode ser mais valioso do que em outro. . . . É nisto que consiste a estratégia." Apesar disto, ele quer demonstrar desde o início "a predominância do princípio destruidor" - que ele acha que precisa ser demonstrada porque tem havido algumas opiniões contrárias, mantidas a muito tempo a respeito desta questão.

A destruição das forças do inimigo deve ser evidentemente desproporcional de algum modo significativo à destruição das nossas. Clausewitz acha que durante o desenrolar de um engajamento, "as baixas sofridas pelo vencedor . . . raramente apresentam muita diferença em relação às do vencido" - uma das características que pode ter distinguido a sua época da nossa, na qual é maior a probabilidade de haver diferenças significativas com relação aos equipamentos e às táticas. Em sua época, "as perdas realmente incapacitantes, aquelas que o derrotado não compartilha com o vitorioso, só têm início com a sua retirada." É a perseguição e os benefícios dela decorrentes que fazem a diferença.

Durante a batalha as perdas consistem principalmente nos mortos e nos feridos, que o vencedor e o perdedor compartilham de uma maneira razoavelmente igual, mas após a batalha elas consistem principalmente em canhões e prisioneiros, e são bem maiores no lado do perdedor. "É por isto que os canhões e os prisioneiros sempre foram considerados os verdadeiros troféus da vitória. Eles constituem também a sua medida, porque são uma prova evidente da sua dimensão."

A pergunta é então o que faz com que um lado ou o outro passe da batalha para a retirada, expondo-se assim às pesadas punições que a perseguição do inimigo lhe imporá? A perda de terreno e o fracasso em conseguir formar novas reservas podem trazer a convicção da derrota, que significa irrevogavelmente que "a perda do moral revelou-se o principal fator decisivo." A perda do moral torna-se pior através da retirada ou da fuga e da perseguição do inimigo. Mas isto dependerá muito da situação.

Num ponto em sua brilhante e detalhada análise destas questões, que baseia-se principalmente em sua vasta experiência pessoal, Clausewitz observa: "Em qualquer dos lados, nunca as informações

relativas às baixas são precisas, raramente são verdadeiras e na maioria dos casos são deliberadamente falsificadas." Este é um aspecto em que a sua época era diferente da nossa.

Clausewitz estabelece finalmente uma diferença entre o tipo de vitória que representa para o lado derrotado uma perda avaliada e recuperável e aquele tipo mais raro de vitória em grande escala, que resulta na derrocada total das forças principais do inimigo. Como exemplos deste último tipo ele cita a sua inesquecível Jena e também Waterloo (que os prussianos chamam de "Belle-Alliance", numa alusão a uma hospedaria existente próximo ao campo de batalha) e, como exemplo do engajamento em larga escala que terminou com a derrota apenas nominal de um dos lados, cita Borodino, a batalha travada a caminho de Moscou, onde o Marechal Kutzov simplesmente deslocou, não abandonou, a sua posição (e que Tolstoy, em sua *Guerra e Paz*, glorifica como tendo sido uma vitória para Kutzov).

Mais tarde no Século XIX, o oficial francês Ardant du Picq, que perderia a vida em 1870 no comando do seu regimento, levou muito mais adiante as idéias que Clausewitz expressou com relação ao risco de sofrer uma pesada punição ao capitular ao inimigo em combate e passar para a retirada, ou pior ainda, para a fuga. Du Picq chegou às suas conclusões independentemente de estudar as famosas batalhas da antigüidade, nas quais o derrotado sempre parecia sofrer perdas imensamente maiores do que o vitorioso. Ele chegou à conclusão de que era assim porque ao virarem-se para fugir os derrotados apresentavam as suas costas indefesas aos seus oponentes, que os perseguiam e massacravam. Citações das conclusões de du Picq foram introduzidas posteriormente em máximas como "Vencerá aquele que tiver a coragem de avançar". Na virada do século, a escola francesa de Foch e de seus seguidores introduziu estas máximas na doutrina de *l´offensive à outrance* com a qual travaram a Primeira Guerra Mundial - em condições de engajamento imensamente diferentes das encontradas na antigüidade.

Livro Quatro, Capítulos Cinco a Dez: Estes capítulos exigem poucos comentários, sendo suficientemente claros e também não especialmente notáveis. Clausewitz continua a descrever a batalha que era típica do seu tempo, na qual um único dia era suficiente para esgotar as reservas e nas quais o cair da noite proporcionava uma proteção para a retirada do derrotado. A batalha desgasta os dois lados, mas um deles tem a mais a agonia da derrota, que é sem dúvida porque Clausewitz acha que "o resultado de uma grande batalha exerce um efeito psicológico maior sobre o perdedor do que sobre o vencedor."

Livro Quatro, Capítulo Onze: Este capítulo, "A Utilização da Batalha", deve ser analisado à luz de algumas filosofias militares da era pré-Napoleônica, que para Clausewitz parecia ser razoavelmente

recente. O grande Marechal de Saxe, que morreu em 1750, havia escrito em seu "*Mes Rêveries*" publicado postumamente: "Não sou a favor de batalhas campais, principalmente no início de uma guerra, e estou convencido de que um General competente poderia guerrear toda a sua vida sem ser obrigado a travar uma." Frederico o Grande, também, tornou-se em seus últimos anos menos propenso ao ardor ofensivo e às grandes batalhas, que ele achava que deixavam muita coisa por conta do acaso.

Napoleão foi o apóstolo da batalha decisiva, mas a única que travou resultou na sua completa derrocada. Obviamente o que Clausewitz estava lendo e ouvindo dos seus contemporâneos fazia com que temesse a renovada predominância da idéia de que realizar campanhas sem batalhas era "prova de alta competência". Esta linha de pensamento, diz ele, "quase levou-nos ao ponto de considerar . . . a batalha como sendo uma espécie de mal causado por engano."

Ele reconhecia que "a característica da batalha . . . é a matança, e o seu preço é o sangue," e que por este motivo o comandante, como um ser humano, terá aversão a ela. Apesar disto, já que o propósito militar da guerra é destruir as forças do inimigo, a batalha é a única maneira de conseguir fazer isto. É igualmente errado restringir as ações militares a uma série de pequenos engajamentos, pois estes tendem a igualar as perdas e prolongar a questão. Neste capítulo, Clausewitz está justificando não simplesmente o combate continuado, mas a *grande* batalha, do tipo que tende a decidir o resultado da guerra. Nenhum outro fator na guerra pode competir com a batalha em importância, "e a maior competência estratégica será revelada ao criar as condições adequadas para ela, escolhendo o lugar, o momento e a linha de avanço certos, e aproveitando ao máximo os seus resultados."

Livro Quatro, Capítulo Doze: Aqui, Clausewitz se aprofunda numa questão de que já tratou no Capítulo Quatro deste livro, a necessidade imperiosa de perseguir após a vitória, e os motivos pelos quais os Generais tantas vezes deixam de fazer isto.

Um dos principais motivos é o cansaço e a desordem que os vitoriosos compartilham quase que igualmente com os derrotados. Clausewitz, observamos uma vez mais, está mais do que quase que qualquer outro escritor sobre estratégia, ciente da importância da exaustão, da fome e da angústia geral que sofre o soldado - um dos fatores nos quais ele baseia, no Livro Cinco, a sua concepção básica de "fricção". As energias do próprio General foram exauridas pelos esforços físicos e mentais, o que torna-o propenso a ceder aos pedidos de descanso e de recuperação. O que for realizado, diz ele, "será devido à *ambição,* à *energia* do Comandante Supremo e, muito possivelmente, à sua *insensibilidade*."

Além disto, em guerras anteriores, "menores no seu alcance e mais estreitamente circunscritas," foram criadas convenções que restringiram todos os tipos de operações e principalmente a perseguição. "*A simples idéia, a honra* da vitória, parecia ser tudo. . . . Tendo sido obtida uma decisão, parava-se naturalmente de lutar: qualquer derramamento de sangue posterior a isto era considerado desnecessariamente brutal." Mas esta idéia só poderia prevalecer "quando as forças combatentes não fossem consideradas o fator essencial", pois nada é mais claro do que o fato de que durante a perseguição as forças em fuga sofrem de uma maneira desproporcional.

Ao apresentar exemplos retirados da história, Clausewitz faz um desvio característico para explicar porque foi justificada a atitude de Napoleão de *não* perseguir o exército de Kutuzov após a batalha de Borodino. Naquele momento a sua maior preocupação tinha que ser chegar a Moscou sem que o seu exército, já consideravelmente esgotado, sofresse perdas ainda maiores. Mas aquela era uma situação totalmente excepcional.

Também ao indicar uma exceção justificada à regra, Clausewitz, em sua longa análise das diversas formas de perseguição, aproveita a oportunidade para afirmar que num momento daqueles, "o vitorioso não deve ter medo de dividir as suas forças para cercar tudo o que estiver ao alcance do seu exército. . . Ele pode fazer tudo o que quiser até que a situação se altere. Quanto mais ousadia tiver, mais tarde esse momento chegará."

Seus exemplos históricos incluem uma vez mais Jena e Waterloo (Belle-Alliance), sendo esta última uma das perseguições clássicas da história, onde os prussianos cansados, sob o comando de Blucher, substituíram o totalmente exaurido exército anglo-holandês sob o comando de Wellington, e na noite posterior à batalha o exército de Napoleão desintegrou-se. Um exemplo de uma grande oportunidade perdida veio cerca de trinta anos após a morte de Clausewitz, na batalha de Gettysburg, quando depois de três dias de combates Meade permitiu que Lee se retirasse sem pressioná-lo, embora as condições de cheia do Potomac impedissem durante sete dias que este último o atravessasse. Meade seguiu-o, mas embora tendo recebido reforços e sendo muito superior não atacou e Lincoln, atormentado pela fuga de Lee, iniciou novamente a sua busca por um comandante agressivo, voltando-se agora ara o General que havia tomado Vicksburg.

Livro Quatro, Capítulos Treze e Quatorze: Estes capítulos finais do Livro Quatro são bem menos pretensiosos. O Capítulo Treze analisa a estratégia do lado que é obrigado a realizar uma retirada após uma batalha perdida. Em primeiro lugar, toma-se medidas para desengajar antes que todo o seu poder

combatente tenha sido totalmente esgotado, de modo que a retirada possa ser feita de maneira ordeira e que seja cheia de ameaças para o perseguidor. O que é então mais imperioso não é abrir a distância máxima entre nós e o inimigo superior, mas impedir que a retirada torne-e uma debandada. O Capítulo Quatorze é, de uma maneira geral, um alerta contra tentar realizar ataques em larga escala à noite. Eles são excessivamente arriscados e demasiadamente difíceis para executar.

Nestes capítulos, como na realidade em todo o Livro Quatro, o leitor é exortado, mais do que nos três livros anteriores, a fazer uma distinção entre a época de Clausewitz e a nossa, e este fator continuará a caracterizar a obra até chegarmos ao Livro Oito.

LIVRO CINCO: FORÇAS MILITARES

Livro Cinco, Capítulos Um a Cinco: Como o livro anterior e apenas um pouco mais, o Livro Cinco trata de algumas das questões técnicas mais limitadas da guerra e, consequentemente, parecerá um tanto ultrapassado nas questões que aborda. Terá portanto mais interesse para o historiador militar do que para o moderno estudioso da guerra. Ainda assim, como veremos, não deixa de conter trechos históricos de extraordinário interesse para este último.

No Capítulo Três, Clausewitz volta uma vez mais à idéia de que mesmo os melhores Generais raramente obtém uma vitória quando têm inferioridade numérica na batalha. Apesar disto, diz ele, "a guerra nem sempre é o resultado de uma decisão política intencional", e se tivermos que combater com inferioridade numérica, "seria uma teoria de guerra peculiar se ela deixasse de existir exatamente quando houvesse uma extrema necessidade dela." Mas tudo que ele tem a propor neste ponto é a advertência de quanto mais restrita for a força, mais restritos deverão ser os propósitos e menor a duração da guerra. "Se um aumento do vigor estiver associado a uma sensata limitação de propósitos, o resultado é esta associação de golpes brilhantes e de cuidadosas limitações que admiramos nas campanhas de Frederico o Grande."

Capítulo Quatro, "A Relação Existente entre as Armas do Exército", é fascinante por estar o autor tateando naquilo que é uma das maiores evoluções dos estudos militares - que chamamos de "sistemas", ou de análise de "custo-benefício", que é algo relacionado com que os economistas chamam de "utilidade marginal". Admitindo que a infantaria seja a mais versátil e indispensável das armas, apesar disto também precisamos da artilharia e da cavalaria. Surge então a pergunta: qual a proporção relativa ideal? Segue-se uma visão extremamente moderna: "Se pudéssemos comparar o

custo de formar e manter as diversas armas com o serviço que cada uma delas presta em tempo de guerra, terminaríamos com um determinado número que expressaria a equação ideal em termos abstratos." Mas ele acrescenta: "isto é pouco mais do que um jogo de adivinhação." E podemos acrescentar que apesar de alguns avanços interessantes e úteis com relação a áreas mais restritas de decisão, o tipo de problema que Clausewitz apresenta ainda é hoje um jogo de adivinhação. Clausewitz prossegue, entretanto, com a idéia de que o dinheiro é a unidade comum de cálculo na busca da "equação ideal" acima mencionada, aproximando-se assim ainda mais da concepção moderna de análise de custo-benefício:

"Mas, uma vez que . . . não podemos prescindir totalmente de todos os padrões de comparação, . . . usaremos simplesmente o único fator possível de ser determinado: o custo monetário. Para os nossos fins será suficiente afirmar que, de acordo com a experiência comum, um esquadrão de 150 cavalos, um batalhão de 800 homens e uma bateria de oito canhões que utilizam projetis de seis libras custam aproximadamente o mesmo, tanto em relação ao equipamento quanto à manutenção." Infelizmente (como também é verdadeiro hoje) é muito mais difícil chegar-se ao valor do lado da equação correspondente à eficácia. "Poderia ser imaginavelmente possível se a destruição fosse tudo que tivesse que ser medido, mas cada arma tem o seu próprio emprego específico e, assim, uma diferente esfera de ação. "

Em seguida, para aumentar a alegria do teórico moderno, que muitas vezes é um jovem civil tentando convencer um antigo oficial militar que ele tem uma solução melhor para alguns dos problemas que este último tem tendido a resolver através de "um critério militar amadurecido": "As pessoas falam muitas vezes, com relação a isto, das lições da experiência na crença de que a história da guerra fornece elementos para uma resposta definitiva, mas estas são obviamente expressões sem sentido, uma vez que se as investigarmos não poderemos chegar a qualquer base fundamental e convincente, e não merecem ser consideradas numa investigação crítica."

Clausewitz entretanto é persistente, e o resto do Capítulo Quatro é dedicado a uma abordagem cuidadosamente racional daquele problema teórico que, como ele acaba de admitir, desafia todo tipo de solução abrangente . O seu método é tão interessante quanto as suas conclusões, que estão resumidas no fim do capítulo em quatro proposições numeradas. O mais interessante é a sua visão do valor decrescente da cavalaria em relação à infantaria.

O Capítulo Cinco, "A Formação de Batalha do Exército", também está ultrapassado em alguns detalhes, mas é eterno com relação à natureza dos problemas que o autor procura resolver. Aqui, ele se

preocupa com a relação existente entre a tática e a estratégia, principalmente no que se refere a dois problemas: a necessidade de aumentar a flexibilidade de um exército e a conveniência de encurtar a cadeia de comando. Em sua vida ele havia visto mudanças enormes na organização dos exércitos, sendo a tendência no sentido de transformar unidades imensas, difíceis de serem manobradas, em unidades menores, das quais cada uma tinha os seus próprios componentes das três armas - isto é, infantaria, artilharia e cavalaria. Um exército organizado em corpos e divisões é mais facilmente manobrado e suas partes prestam-se mais facilmente a serem destacadas ou a desempenhar tarefas independentes. As perguntas são então: quantos corpos e divisões deve haver, e qual deverá ser o seu tamanho respectivo? Para Clausewitz as respostas são encontradas nas características do problema de comando, e não em qualquer tamanho ideal arbitrário das unidades. O comandante supremo preferiria lidar diretamente com os comandantes de divisão, mas num exército grande ele pode ter que introduzir comandantes de corpos entre ele e os comandantes de divisão para que as divisões e as brigadas que as constituem não tornem-se demasiadamente pesadas e difíceis de manobrar. Assim, a frase chave do capítulo afirma que "o número de subdivisões com o mesmo status deve ser o maior possível e a cadeia de comando a menor possível, sendo que a única restrição a ser feita é que é difícil exercer o comando sobre mais do que oito a dez subdivisões num exército . . ."

Livro Cinco, Capítulos Seis a Treze: Estes capítulos não oferecem muita coisa ao moderno estudioso da guerra, e o próprio Clausewitz desculpa-se no fim do Capítulo Treze por ter apresentado considerações que "são obviamente mais de natureza tática do que estratégica", mas, diz ele, "achamos melhor nos perdermos no campo tático do que correr o risco de não nos fazermos entender." Apesar disto, lembramo-nos de que os dispositivos e acampamentos de que ele fala nos Capítulos Seis a Nove e, ainda mais, das marchas de que tratam os Capítulos Dez a Doze, dão-nos uma idéia de alguns dos problemas de dispositivos e de mobilidade que os exércitos enfrentavam no campo de batalha, até e inclusive nas primeiras batalhas da Primeira Guerra Mundial. Assim, qualquer estudioso da história militar que ainda não esteja familiarizado com estas questões lucrará ao lê-las. Aprendemos aqui, a respeito de marchas forçadas e da reunião das tropas no início das grandes batalhas, o suficiente para entender o que significam estas expressões quando são lançadas por historiadores que muitas vezes nem eles mesmos as entendem totalmente.

Aprendemos também, como sempre, as importantes mudanças que Clausewitz testemunhou em sua época. Apenas uma geração antes da sua, a "artilharia percorria o seu próprio caminho para viajar

por estradas melhores e mais seguras, enquanto que a cavalaria geralmente alternava-se nos flancos para dar a todas as unidades, uma de cada vez, a honra de cavalgar à direita do exército." Observamos também a sensibilidade do autor com relação às conseqüências de mudanças como abrir mão daquela parte do comboio de bagagem que anteriormente transportava as tendas. Isto significou mais mobilidade para o exército, e os cavalos anteriormente utilizados para puxar as carroças podiam puxar mais canhões, ou transportar mais cavalarianos. Entretanto, "a proteção oferecida por uma cobertura de lona barata pode não ser muita, mas ao longo de um período de tempo é um alívio do qual as tropas sentirão falta quando não estiver lá." A diferença é pequena para um dia só, mas ao longo de muitos começa a ter importância, e "o resultado natural será um número maior de baixas devido a doenças."

O mesmo tipo de sensibilidade disciplinada é evidente em suas análises das pesadas perdas sofridas pelo poderio do exército, que inevitavelmente ocorrem após as marchas forçadas que prolongam-se por mais do que uns poucos dias, e algumas vezes até mesmo por um período bastante curto. Após descrever de maneira tocante as condições do soldado que fica doente numa estrada, ou que sofre de uma sede abrasadora e de exaustão causadas por uma marcha realizada no calor do verão, acrescenta: "Nada disto significa que deveria haver menos atividade na guerra. As ferramentas estão lá para serem utilizadas e, evidentemente, a utilização as desgastará. O nosso único propósito é a clareza e a ordem. Somos contra as teorias bombásticas que sustentam que a surpresa mais esmagadora, o movimento mais rápido ou a atividade mais agitada nada custam." Pensamos na execução do Plano Schlieffen em Agosto de 1914 e admiramo-nos com a situação dos reservistas alemães no momento em que andaram, com uma mochila pesando 65 libras em suas costas e um fuzil, através da Bélgica e do nordeste da França até o Marne. Perguntamo-nos também se as suas condições, e as perdas dos exércitos alemães em termos de em soldados que ficaram para trás no momento em que chegaram às suas últimas posições, haviam sido adequadamente levadas em conta naquele Plano. Quantos historiadores levantaram esta questão? Felizmente para os alemães, quando eles enfrentaram os franceses e os britânicos ao longo daquele rio, estes últimos também tinham percorrido grandes distâncias a pé.

A última parte do Capítulo Doze apresenta alguns números impressionantes sobre as perdas sofridas pelas tropas em decorrência das marchas forçadas realizadas durante as campanhas de 1812 e 1813, nas quais Clausewitz tomou parte, adquirindo também um maior interesse devido à sua participação (sob o comando de Thielmann) em sua descrição, na última parte do Capítulo Treze, da

reunião do exército prussiano amplamente disperso na véspera da batalha de Ligny, que antecedeu dois dias à de Waterloo.

Livro Cinco, Capítulo Quatorze: Embora tendo ainda um valor estritamente histórico, este longo capítulo sobre o abastecimento dos exércitos no campo de batalha tem um interesse especial. Ouvimos tanto falar de grandes exércitos vivendo às custas da terra por onde passavam, de deslocarem-se com fome, e de grandes mudanças ocorridas especialmente neste aspecto, que distinguem as campanhas que Clausewitz presenciou daquelas travadas em tempos anteriores, que recebemos com satisfação a oportunidade de aprender alguma coisa sobre isto.

Desde a época de Luiz XIV (que morreu em 1715, apenas um século antes de Waterloo), os exércitos tornaram-se muito grandes. O mais importante é que só recentemente as campanhas de qualquer guerra tornaram-se muito mais estreitamente interligadas e não mais separadas por longos períodos de inatividade. Assim, o antigo sistema de contar com depósitos quando estivessem estacionados e com enormes comboios de carroças durante as campanhas, simplesmente não poderia funcionar. A nova ênfase dada aos deslocamentos rápidos exigia sistemas de requisição que dependiam do movimento. Clausewitz mal refere-se a uma das outras coisas das quais ele dependia - uma certa crueldade com a população estrangeira dos locais por onde passavam os exércitos. Ele fala, entretanto, de um outro tipo de crueldade, a do comandante com relação às suas tropas. “O que pode ser mais comovente,” pergunta ele, “do que a idéia de milhares de soldados mal vestidos, com seus ombros curvados sob o peso de trinta ou quarenta libras de equipamentos, andando com dificuldade por dias a fio sob todos os tipos de condições de tempo e em qualquer tipo de estrada, colocando em perigo continuamente a sua saúde e as suas vidas, sem ter nem mesmo uma casca de pão para alimentá-los? Quando sabe-se com que freqüência isto acontece na guerra, deve-se ficar admirado pelo fato de que o ânimo e a força não esgotem-se mais frequentemente.” Mais tarde ele observa que “um cavalo morrerá de fome antes de um homem.”

No mesmo estado de espírito ele acrescenta: “Se a guerra for travada de acordo com o seu espírito essencial - com a violência desenfreada que está no seu âmago, com a ânsia e a necessidade de batalha e de decisão - a alimentação das tropas, embora importante, é uma questão secundária.” Ele até mesmo cita com aprovação a insistência impaciente de Napoleão, *qu´on ne me parle pas des vivres!* (que não me venham falar dos mantimentos!).

Apesar disto, na frase seguinte ele admite que a última campanha russa "provou que este desprezo pode ir longe demais." Pois é inegável que "que a falta de cuidado com relação aos suprimentos foi responsável por um desgaste sem precedentes do seu exército durante o avanço e pela sua retirada totalmente calamitosa." Napoleão esqueceu-se de "que enorme diferença existe entre uma linha de abastecimento estendendo-se de Vilna até Moscou . . . e uma de Colônia a Paris."

Livro Cinco, Capítulos Quinze e Dezesseis: Estes capítulos mantém uma total relação com o importante capítulo sobre o abastecimento que os antecedem imediatamente. Estão também menos ultrapassados, porque neles afastamo-nos de uma concepção de viver às custas da terra através de requisições, o que é feito hoje por guerrilheiros ou grupos rebeldes. Nestes capítulos, como no anterior, observamos também algo da experiência do autor como oficial de Estado-Maior.

O Capítulo Quinze, "Base de Operações", leva-nos de volta à percepção de que mesmo quando os suprimentos podem ser tomados ou requisitados no local, outros suprimentos militares e soldados para fazer substituições não. Estes só podem ser trazidos de uma base, que torna-se assim uma parte integrante do exército, cuja relação com ele é, na opinião de Clausewitz, comparável à da árvore com as suas raízes. Por outro lado, o exército deve ser móvel (o que a árvore não é), e a base não deve ficar longe demais atrás dele. Nem deve ela ser vulnerável demais a um ataque inimigo, o que quando o exército penetra muito em território inimigo ocasiona obviamente alguns problemas.

O Capítulo Dezesseis, "Linhas de Comunicações", trata da ligação do exército com a sua base. Estas linhas proporcionam os meios de avanço e, também, as linhas de retirada. Os problemas relativos a elas dizem respeito evidentemente às estradas - isto é, à sua extensão, direção e qualidade, mas também ao terreno através do qual passam, às condições e à índole dos habitantes do local e, finalmente, à quantidade de proteção às comunicações que pode ser obtida através de fortificações, quando existirem, e de guarnições. A conseqüência disto é que o exército do inimigo estará sempre em algum lugar à frente do nosso, de modo que a menos que realize operações bem sucedidas de envolvimento dos flancos - ", que sempre foram mais populares nos livros do que no campo de batalha" - a proteção dada aos depósitos estabelecidos ao longo das linhas de comunicação será suficiente se puder enfrentar pequenos destacamentos da força principal do inimigo ou grupos guerrilheiros.

Sem dúvida Clausewitz teriam modificado o seu tom se pudesse ter previsto a marcha de Stonewall Jackson em torno do exército de Pope para destruir o enorme depósito federal de Manassas, nos acontecimentos que levaram à segunda batalha daquele nome.

Livro Cinco, Capítulos Dezessete e Dezoito: Estes dois capítulos, "Geografia e Terreno" e "O Domínio das Elevações", revelam um autor aparentemente menos interessado nas questões de que está tratando do que nos capítulos anteriores. Uma eventual afirmativa notável será uma divagação, como por exemplo: "na guerra, a soma de êxitos isolados é mais decisiva do que o padrão que os une". No Capítulo Dezessete, pouco aprendemos além do fato de que um terreno acidentado causa a fragmentação das forças e, consequentemente, favorece o lado que pode depender mais da iniciativa individual. Ele deve ser, portanto, evitado por forças que fiquem em vantagem quando combatem como uma massa concentrada. Também, que num terreno difícil a infantaria é indiscutivelmente a arma predominante.

O Capítulo Dezoito encontra uma vez mais o autor desmascarando antigas idéias. O terreno elevado é definitivamente uma vantagem, mas muitas vezes esta vantagem é exagerada. "A sua realidade é inegável. Mas quando tudo tiver sido dito e feito, expressões como "uma área dominante", "uma posição protetora" e "a chave para o país" são, na medida em que referem-se à natureza do terreno mais elevado ou mais baixo, em grande parte como granadas inertes, precisando de qualquer núcleo adequado." Após uma renovada ênfase nas qualidades relativas dos exércitos opostos e dos seus comandantes, a sua última frase deste último capítulo do Livro Cinco é: "O terreno só pode desempenhar um papel secundário."

Neste capítulo Clausewitz comete um erro curioso. Entre as vantagens, diz ele de estar num terreno elevado é que "atirar para baixo, considerando todas as relações geométricas envolvidas, é sensivelmente *mais preciso* do que atirar para cima." É totalmente impossível ver como deveria ser assim, com base nos motivos que ele invoca, seja na sua época ou na nossa.

LIVRO SEIS: DEFESA

Livro Seis, Capítulos Um a Quatro: É provável que a concepção de Clausewitz de que a defesa é a *forma mais vigorosa* de guerra seja atualmente tratada com alguma reserva, se não com suspeita, pela maioria dos militares, como aparentemente também foi em sua época. O vemos queixando-se no Capítulo Um de que a sua opinião estava "em choque com a opinião dominante" e, no Capítulo Dois,

da persistência de uma "idéia mais antiga", segundo a qual "uma batalha aceita [isto é, iniciada pelo oponente] é considerada como já estando meio perdida." Num capítulo posterior (Capítulo Dezoito), o veremos falando desdenhosamente "do clamor daqueles cujas emoções obscuras e mentes ainda mais obscuras os induzem a esperar tudo do ataque e do movimento, e cuja idéia de guerra resume-se num hussardo galopando e brandindo a sua espada."

O soldado moderno pode saber, como uma questão de experiência prática, que algumas vezes é necessário assumir uma postura defensiva (e ele pode estar acostumado a ver um "princípio da segurança" incluído entre as diversas relações de "princípios da guerra"), mas ele reluta em glorificar aquela necessidade ocasional com qualquer filosofia que atribua uma *virtude* especial à defensiva. O seu endoutrinamento o induz a ver um monopólio da virtude no outro lado. O propósito deste endoutrinamento é sem dúvida estimular a agressividade estratégica ou tática dos comandantes, pois uma longa experiência leva a crer que de outro modo poucos tenderiam a correr sérios riscos, ou perigos, ou mesmo a realizar um esforço excepcional por iniciativa própria.

A apoteose extraordinária da ofensiva, que marcou o pensamento dos Estados-Maiores Gerais na Primeira Guerra Mundial entre os aliados ocidentais, foi apenas uma forma mais monstruosa de uma convicção muito mais duradoura. A predominância desta escola, expressa nos escritos de Ferdinand Foch entre outros,[4] anteriores à guerra, ocorreu de maneira extremamente trágica durante aquela grande guerra em que as condições táticas tornaram-na tão absurda e grotesca como jamais poderia ter sido. Na época de Clausewitz as condições táticas eram muito diferentes e achamos de fato que a maioria das vantagens que ele atribui à defesa tendem a ser estratégicas, e não táticas.

Supomos que tese proposta nos quatro primeiros capítulos deste livro advenha de uma profunda convicção baseada na experiência pessoal do autor, e ele de fato menciona duas campanhas das quais participou. A campanha de 1812 na Rússia, à qual ele refere-se novamente no Capítulo Três, foi um dos maiores triunfos da estratégia defensiva em toda a história militar. Na campanha de Waterlooo em 1815, também, os aliados (britânicos, holandeses (Belgas) e prussianos confiaram com êxito numa estratégia defensiva. Sabendo que Napoleão estava se aproximando para atacá-los, organizaram e ampliaram o seu poderio enquanto o aguardavam em posições localizadas perto das suas bases, que haviam reconhecido minuciosamente e que eram adequadas às suas necessidades em outros aspectos.

A espera pelo golpe inimigo, diz ele no início deste livro, é o que caracteriza a defensiva. O defensor tem muitas oportunidades de obter uma surpresa tática, mas foi o seu oponente que deslocou-se contra ele, e não o contrário. O propósito da defensiva é preservar, o que é um propósito negativo, e

ocorre portanto "que ela só deve ser utilizada enquanto a nossa fraqueza o exigir, sendo abandonada logo que estivermos suficientemente fortes para procurar atingir um propósito ofensivo." Esta convicção Clausewitz já está transmitindo-nos no Capítulo Um, mas ele insiste em afirmar que o comandante mais fraco adota a defensiva porque o poderio inerente a esta forma de luta tende a compensar a sua fraqueza. Ele apresenta diversas razões estratégicas para isto, a maioria relacionada

[4] O livro mais acessível escrito em inglês é a tradução de Morinni, de *Princípios da Guerra*, de Ferdinand Foch, de 1903 (Nova York: H. K. Fly, 1918). Ver também a minha *Estratégia na Era dos Mísseis* (Gráfica da Universidade de Princeton, 1959), capítulo. 2

com o fato de que normalmente o defensor desfruta de excelentes linhas de comunicação e de retirada, enquanto que o atacante está estendendo as suas e normalmente sofrendo um dispêndio de energia à medida em que avança e, também, que o defensor escolhe como melhor lhe convier o lugar de contato ou do engajamento. O seu argumento retórico final é que se ela não fosse a forma mais vigorosa, nunca haveria qualquer razão para recorrer a ela.

No fim do Capítulo Três, ele admite que existe um "sentimento de superioridade num exército, que provém da percepção de estar tomando a iniciativa" - algo que Foch e outros iriam ressaltar ao extremo - mas rapidamente acrescenta que este sentimento "é logo superado pela disposição de espírito mais genérica e mais forte que um exército extrai das suas vitórias ou das suas derrotas, e pelo talento ou pela incompetência do seu comandante." Ele voltará a esta questão de maneira ainda mais veemente no Capítulo Quinze do Livro Sete.

No Capítulo Cinco, Clausewitz volta a dar mais ênfase e eloquência à afirmativa que já havia feito no primeiro capítulo, de que a defesa deve ser considerada um recurso temporário enquanto preparamos uma base melhor para passar ao ataque. "Uma súbita e vigorosa transição para a ofensiva - a flamejante espada da vingança - é o maior momento para a defesa." Porque então dar tanta importância a esta questão? A resposta vem do contraste entre a sua posição e a de outros autores, principalmente o anteriormente mencionado Foch, que juntamente com os seus colegas construiu uma verdadeira mística da ofensiva, à qual atribuíram todas as vantagens imagináveis, *inclusive um número menor de baixas*. Em seus sucessivos "avanços" mortais, mas infrutíferos, realizados durante toda a Primeira Guerra Mundial, os comandantes aliados nunca conseguiram abandonar a idéia totalmente equivocada de que estavam infligindo mais baixas ao inimigo do que as que estavam sofrendo. Ele e os seus seguidores continuaram a insistir neste ponto, mesmo após a guerra, alguns deles até mesmo recorrendo a adulterar os números para proteger os seus colegas de uma revelação embaraçosa.[5]

Entretanto, fora estas escolas aberrantes, o que distingue Clausewitz da maioria dos seus colegas ao analisar estes assuntos é principalmente uma questão de espírito. Embora ele aceite com toda a convicção a necessidade de passar para a ofensiva, se e quando ela tornar-se viável, ele não quer que a postura defensiva seja menosprezada. Que ela estava realmente sendo menosprezada em sua época, assim como na nossa, fica evidente uma vez mais em sua última frase do Capítulo Cinco: "Assim

[5] Ver "As Verdades Básicas de Paschendaele", de Sir B. H. Liddel Hart, *Jornal da Instituição das Forcas Armadas Unidas* (Londres), 104, 616 (Novembro de 1959): 1 a 7

constituída, a defesa não fará mais uma figura tão lamentável quando comparada ao ataque, e este último não parecerá mais ser tão fácil e infalível como parece ser na imaginação daqueles que só vêm no ataque a coragem, a determinação e a movimentação e na defesa apenas a impotência e a paralisia."

Livro Seis, Capítulos Seis e Sete: O Capítulo Seis estende-se sobre as razões do maior vigor da defensiva, mencionadas nos Capítulos Dois e Três. Em primeiro lugar, pode-se recorrer a determinados tipos de forças, como as milícias, que normalmente não existem nos exércitos regulares. Mas este é apenas um exemplo do fato de que o apoio da população estará mais disponível durante as operações realizadas em seu próprio país, o que é automaticamente imaginado como sendo uma defensiva. Clausewitz cita como um exemplo extraordinário a guerra na Ibéria (1808 a 1814), a assim chamada Guerra Peninsular, na qual praticamente toda a população tornou-se envolvida na luta, fornecendo inúmeros grupos guerrilheiros, tanto na Espanha como em Portugal.

O mais interessante é o seu comentário sobre o apoio dado pelos aliados, num nível mais elevado do que se poderia esperar na defensiva. Haverá alguns Estados que estarão profundamente interessados em manter a integridade de um outro país, simplesmente porque os seus governantes sentem-se mais seguros com a manutenção do *status quo*. Para Clausewitz este apego ao *status quo* explica a ocorrência muitas vezes expontânea de implicações relativas ao equilíbrio de poder. "Se não fosse," diz ele, "por aquele esforço comum no sentido da manutenção do *status quo*, nunca teria sido possível para um número de Estados civilizados coexistir pacificamente durante um período de tempo. . . . O fato de que a Europa como a conhecemos existir há mais de mil anos [ao invés de ter se tornado um Estado unificado], só pode ser explicado pela ação destes interesses gerais." Houve, evidentemente, grandes alterações territoriais, e a Polônia é um exemplo especial de uma nação de tamanho considerável que foi (apenas recentemente, na época de Clausewitz) eliminada como uma entidade política, mas houve

razões especiais e educativas para isto. De qualquer modo, normalmente o defensor poderá contar mais com um auxílio estrangeiro do que o atacante, principalmente se as suas condições políticas e militares forem boas.

No Capítulo Sete o autor amplia uma idéia que já apresentou - que a guerra assume a sua forma e as suas características pelo fato do defensor negar ao atacante a posse de algo que este último normalmente gostaria de ter sem a necessidade de uma guerra. O defensor é assim "o primeiro a realizar um ato que realmente encaixa-se no conceito de guerra". Clausewitz enfatiza neste ponto que só está falando do ponto de vista da teoria. Evidentemente ele sabe muito bem que normalmente o atacante ataca supondo que o seu ato agressivo vá provocar uma reação militar.

Livro Seis, Capítulo Oito: Este capítulo longo e um tanto complicado, "Tipos de Resistência", leva adiante em boa parte as idéias já expressas nos capítulos anteriores deste livro. A Defesa, diz o autor, é composta de duas partes distintas, a espera e a ação. Mas principalmente numa ação defensiva em larga escala, como as que abrangem toda uma campanha ou uma guerra, a espera e a ação não poderão ser separadas em duas fases distintas. A ênfase se alternará entre elas. Clausewitz está empenhado em apresentar duas idéias básicas: (a) a espera, com toda a dinâmica que supõe-se que o termo abranja, como obrigar o inimigo a despender parte do seu poderio em seu avanço, merece o status de um conceito ou de um "princípio" independente - isto é, "uma característica tão fundamental de todas as guerras que é difícil imaginar uma que não a possua" - e (b) os benefícios da espera raramente surgem (se é que alguma vez surgem) sem a ação real ou ameaçada.

Em seguida o autor indica quatro maneiras que o defensor pode escolher para realizar a sua defesa. As três primeiras, entretanto, têm em comum o fato de que ocorrem nas fronteiras do país, ou próximo a elas, enquanto que a quarta tem o defensor retirando-se para o interior do país e resistindo ali. É a quarta que interessa mais a ele, e é evidente que ele tem muito em sua mente dois episódios históricos que menciona, sendo que num deles tomou parte. O primeiro é a campanha de Torres Vedras, em 1810 e 1811, onde Wellington retirou-se, diante do Marechal Massena, para as linhas fortificadas que havia preparado nas montanhas acima de Lisboa. Lá, Massena sitiou-o no fim de uma linha de comunicação que estendia-se por toda a extensão de uma Espanha violentamente hostil, cheia de grupos de guerrilheiros, somente para retirar-se finalmente quando a fome caiu sobre suas tropas. O segundo é o caso épico que ocorreu no ano seguinte, quando a *grande armée* de Napoleão foi para Moscou e sucumbiu à fome e ao frio durante a sua retirada.

Em ambos os casos as forças defensoras, inclusive os guerrilheiros, desempenharam um papel tão importante quanto a distância e o meio ambiente físico hostil para causar a destruição do invasor - tanto nos ataques reais como nas ameaças de ataque. Não fosse assim os exércitos invasores teriam sido perfeitamente capazes de abastecer-se e não seriam obrigados a retirar-se. Além disto, principalmente na Rússia, a retirada que o exército invasor foi finalmente obrigado a realizar foi tornada imensamente mais difícil pela pressa e pela desorganização que resultou dos incessantes ataques russos.

Mas Clausewitz também está pasmo com os casos "em que não há um combate real, mas em que o resultado é afetado pelo fato de que poderia ter havido." Ele analisa a situação em que o invasor, perdendo o seu poderio à medida em que avança, começa a temer que o seu oponente defensor tenha tornado-se taticamente superior, e a sua determinação desaparece. Ele cita diversas situações, mas pensamos também na maneira pela qual os alemães liquidaram o Plano Schlieffen em 1914 e a sua retirada para o Aisne após a batalha no Marne, que nem teve uma ferocidade máxima, nem foi uma nítida vitória tática para os franceses. Devido às suas conseqüências, entretanto, tornou-se o "milagre do Marne."

Livro Seis, Capítulo Nove: Após descrever uma batalha imaginária, com base nas táticas contemporâneas, para mostrar as vantagens que o defensor desfruta e que pode aproveitar se não for flagrantemente inferior - e mostrar assim (contra um pressuposto básico que ele considera predominante em sua época), que o lado que está na defensiva tática não tem necessariamente uma probabilidade de conquistar uma vitória decisiva menor do que o lado que inicia o ataque, Clausewitz passa a explicar porque estas vitórias defensivas raramente ocorreram na história. Na maioria dos casos o defensor ou é nitidamente o mais fraco dos dois, ou pensa que é. Curiosamente ele indica o que *poderia* ter acontecido se Napoleão, que estava na defensiva em Leipzig, tivesse sido vitorioso, mas não faz menção ao que *realmente* aconteceu na grande vitória defensiva em Waterloo. Vimos que o próprio Clausewitz estava na vizinha Wavre no dia daquela batalha, e tomando parte num acalorado combate defensivo contra o Marechal Grouchy. Só podemos perguntar-nos porque ele não menciona o maior destes dois combates, no qual o lado que estava da defensiva até o fim daquele longo dia conquistou uma das vitórias mais decisivas de todos os tempos.

Livro Seis, Capítulos Dez a Quatorze: Os dois capítulos sobre fortificações estão menos ultrapassados do que poderíamos suspeitar pelos seus títulos. Após apresentar a diferença que há entre as funções desempenhadas pelas fortificações medievais e as existentes em sua época, Clausewitz

passa a descrever, no Capítulo Dez, as diversas finalidades que pode ter uma fortificação moderna e, no Capítulo Onze, as coisas que devem ser levadas em consideração na seleção dos locais para as fortificações. Obviamente estas finalidades e as coisas que devem ser levadas em consideração têm variado com o passar do tempo, mas menos do que o leitor poderia imaginar. O Plano Schlieffen, executado em 1914, foi imaginado para contornar o flanco da grande série de cidades francesas fortificadas localizadas na fronteira oriental da França. Em 1940 o ataque alemão realizado através da Bélgica e das Ardenas foi planejado para contornar o flanco da Linha Maginot, que era uma linha fortificada e não uma série de fortificações. Em cada caso o sistema de fortificações canalizou o ataque inimigo, e se os franceses deixaram de obter maiores vantagens deste fato do que as que obtiveram, a culpa não foi toda do projeto das fortificações.

Não há dúvida de que desde a Segunda Guerra Mundial as fortificações tornaram-se menos elaboradas e deixaram de atender a todas as finalidades que Clausewitz apresenta, mas só gradualmente. Tomamos conhecimento frequentemente de falhas nos sistemas de fortificações, inclusive dos exemplos acima mencionados, mas como ressalta Clausewitz, seja em seus efeitos diretos ou indiretos, as fortificações "não tornam impossível o avanço do inimigo; apenas fazem com que ele seja mais perigoso - em outras palavras, menos provável e menos perigoso para o defensor." É uma questão de registro histórico o fato de que esperou-se demais de determinadas fortalezas ou fortificações, mas este registro tem que ser estudado com cuidado antes que se possa julgar a utilidade daqueles sistemas que fracassaram. Os fortes turcos localizados ao longo dos Dardanelos, que ajudaram a impedir a entrada de uma força naval britânica em 1915, exerceram uma importante influência sobre os rumos posteriores da Primeira Guerra Mundial.

O sábio conselho de Clausewitz sobre a utilização de fortificações numa profundidade considerável, e não unicamente ao longo da fronteira, raramente tem sido seguido recentemente, exceto por pequenas nações como a Bélgica - que tem muito pouca profundidade para utilizar - porque as grandes não estão dispostas a admitir para si mesmas ou para outras que um inimigo possa não ser detido em suas fronteiras.

Os Capítulos Doze a Quatorze, sobre posições defensivas e posições nos flancos, tendem a estar mais ultrapassados porque são um tanto mais específicos sobre táticas do que os capítulos sobre fortificações.

Livro Seis, Capítulos Quinze a Dezessete: Nestes três capítulos, "Guerra Defensiva nas Montanhas", Clausewitz revela uma vez mais a sua satisfação em derrubar aquela conclusão óbvia que vem a estar cheia de exceções ou que é totalmente equivocada. Neste caso está a concepção expressa na expressão utilizada por aqueles que "falam de um desfiladeiro tão estreito que um punhado de homens poderia repelir um exército." Clausewitz nega esta impressão de que uma cadeia de montanhas proporciona um terreno favorável para um grande esforço ofensivo, explorando a questão num nível tático e estratégico com uma atenção aos detalhes que indica de sua parte um minucioso estudo do assunto, tanto na literatura histórica como através de uma verificação pessoal. Além do mais, o que ele fala sobre a defesa de montanhas parece ter sido pouco alterado pelas mudanças táticas ocorridas desde a sua época.

A questão principal a ser verificada, diz ele, é "se a resistência na guerra defensiva nas montanhas destina-se a ser *relativa ou absoluta*." Pequenos grupos de homens certamente poderão retardar o avanço de grandes forças do atacante, que é o que ele tem em mente ao utilizar o termo "relativa", mas por "absoluta" ele quer dizer deter totalmente o inimigo ou conquistar uma vitória decisiva contra ele, e de um modo geral as montanhas não são de modo algum adequadas para esta finalidade.

Os problemas são inúmeros para a defesa, problemas que Clausewitz descreve em detalhes. Estão em sua maioria concentrados em torno da extrema passividade dos postos de defesa. O atacante ajusta-se a eles, e não eles ao atacante. Além disto, a localização destes postos normalmente significa que eles só podem ser guarnecidos pela infantaria, que está restrita ao curto alcance das armas portáteis (este fator viria a ser alterado pelas armas modernas, mas apesar disto a idéia geral ainda permanece válida). As forças de defesa não ocupam os cumes, que em montanhas muito elevadas são demasiadamente inacessíveis, mas apenas os vales. As suas posições ali instaladas são isoladas e estão normalmente sujeitas a serem envolvidas.

Uma barreira constituída de montanhas pode ser, entretanto, estrategicamente de grande ajuda para o defensor, desde que ele não posicione a maior parte do seu exército nos desfiladeiros, onde ficará inevitavelmente fragmentado, imóvel e passivo. Na realidade, ele deverá aproveitar ao máximo o que as pequenas forças separadas podem fazer para retardar o inimigo naqueles desfiladeiros, mas deverá concentrar as suas forças principais no campo aberto atrás da barreira. "Não afirmamos", diz ele, "que a Espanha seria mais forte sem os Pirineus, mas sustentamos que um exército espanhol que sentisse que tinha a força necessária para arriscar uma batalha decisiva seria mais sensato se oferecesse

uma resistência concentrada atrás do Ebro, do que se dividisse suas forças pelos quinze desfiladeiros dos Pirineus. Isto não vai eliminar o efeito que os Pirineus exercem sobre a guerra. Acreditamos que o mesmo será verdadeiro para um exército italiano. . . . Ninguém estará disposto a acreditar que um atacante goste de marchar através de um maciço de montanhas como os Alpes e de deixá-lo em sua retaguarda."

Livro Seis, Capítulos Dezoito e Dezenove: Nestes dois longos capítulos sobre a "Defesa de Rios e Riachos", Clausewitz está escrevendo com mais base em sua experiência pessoal direta do que poderia ter escrito com relação às montanhas, e a maneira pela qual trata o assunto torna-se na realidade mais detalhada. As suas conclusões gerais estratégicas são, entretanto, bem semelhantes. Ele nos pede uma vez mais para fazermos uma distinção entre defesa relativa e defesa absoluta. Como as montanhas, os rios podem reforçar uma defesa limitada, "mas a sua característica peculiar é que atuam como uma ferramenta feita de um material duro e quebradiço: ou resistem ao mais intenso dos golpes sem sofrer qualquer mossa, ou a sua capacidade defensiva se despedaça e cessa completamente." Os exemplos históricos de defesas de rios bem sucedidas, acrescenta ele, são razoavelmente raras.

Ele apresenta três fatores determinantes. (a) a largura do rio; (b) os meios disponíveis para atravessá-lo; e (c) o poderio da força defensora. O poderio total do atacante, diz ele, " não é importante neste estágio" porque obviamente ele só poderá fazer inicialmente com que pequenas parcelas da sua força atravessem o rio, e a questão passa a ser se o defensor tem um poderio suficiente para aniquilar estas parcelas antes que tenham conseguido obter uma superioridade local. O fator mais importante aqui é que normalmente não adianta muito concentrar uma grande força para defender um trecho de rio relativamente curto. "Qualquer defesa direta de um rio deve ser sempre estendida até que eqüivalha a um tipo de linha de defesa." O esforço para fazer isto pode absorver grandes forças. Após analisar o problema com alguma profundidade, ele conclui que "a defesa direta de um rio de um modo geral só é adequada para os maiores rios europeus, e somente na metade inferior do seu curso." Por outro lado, como no caso das montanhas, um exército que está avançando está em desvantagem por ter um rio largo em sua retaguarda, porque as suas linhas de comunicação e de retirada poderão ficar restritas a um ou dois pontos de travessia.

Na Segunda Guerra Mundial não há registro de um rio ter constituído uma barreira importante para uma força invasora, exatamente pelas razões que Clausewitz apresenta. O Canal da Mancha, entretanto, foi de grande utilidade para os britânicos durante quatro longos anos, pois os alemães não

dispunham de força nem de meios para atravessá-lo. Por outro lado, os britânicos e seus aliados americanos finalmente o atravessaram, e naquele momento a defesa alemã das praias do canal e o seu fracasso podem ser descritos estrategicamente exatamente nos termos que Clausewitz emprega para a defesa de rios. Os alemães tinham que estender a sua defesa ao longo de toda a extensão do canal, o que significava que eles não tinham força suficiente em cada local para destruir as forças que os aliados começaram a desembarcar em partes selecionadas da costa da Normandia, em 6 de Junho de 1944.

Para analisar um exemplo no extremo oposto, perguntamo-nos como os israelitas permitiram-se pensar que o Canal de Suez, com apenas 200 pés de largura, seria uma barreira significativa para a travessia das tropas egípcias, o que havia notoriamente deixado de ser em Outubro de 1973. Isto revela uma opinião grotescamente depreciativa das possibilidades egípcias, que os rápidos acontecimentos demostraram que precisava sofrer alguma correção.

Livro Seis, Capítulos Vinte a Vinte e Dois: Aqui o autor analisa a defesa de pântanos e de florestas e a defesa de um território por meio de uma linha de fortificações. Elas têm em comum com a defesa de montanhas e de rios o fator da passividade, e também que as manobras da defesa são altamente localizadas e, como afirma o autor (Capítulo Vinte), "sempre existe algo de muito traiçoeiro com relação a uma defesa localizada." Apesar disto, existem também diferenças importantes. Normalmente os pântanos são muito mais largos do que os rios, e também muito mais difíceis de atravessar, principalmente com equipamentos pesados. Por outro lado, se for estabelecido um meio de travessia é muito mais difícil para o oponente demolí-lo do que uma ponte que atravesse um rio. Clausewitz admite finalmente, aparentemente um tanto relutante, que os pântanos e lodaçais "encontram-se entre as linhas de defesa mais poderosas possíveis."

Após dar uma atenção especial e bem considerável ao caso especial dos Países Baixos e dos seus meios de defesa através de áreas alagadas (afinal de contas os Países Baixos fazem fronteira com a Prússia), o autor passa a analisar a defesa de florestas. A defesa direta de uma floresta é arriscada porque o defensor precisa, acima de tudo, ser capaz de enxergar. Ter uma floresta à sua frente é a pior de todas as situações, porque o atacante pode ver sem ser visto, mas ter uma floresta na retaguarda do defensor pode ser uma vantagem na sua retirada.

A defesa através de linhas de defesa pode fazer sentido quando o propósito for resistir a um ligeiro ataque - "ligeiro, ou porque o atacante seria facilmente dissuadido, ou porque a força atacante é muito pequena." Por outro lado, seria verdadeiramente um absurdo "se a força principal, que é

destinada a defender o país, fosse estendida numa longa série de postos defensivos contra o principal exército do inimigo - na realidade, numa linha de defesa. - Seria tão absurdo que deveríamos investigar as circunstâncias que acompanharam e que justificam este fato."

O que Clausewitz não poderia prever, não mais do que os Generais da Europa na véspera disto acontecer, era o tipo de linha de defesa que praticamente caracterizou a Primeira Guerra Mundial, principalmente na frente ocidental. O que fez com que ela viesse a existir foi (a) o tamanho dos exércitos de ambos os lados, muitíssimo maiores do que os que jamais haviam sido mobilizados anteriormente, e (b) o igualmente impressionante aumento do poder de fogo defensivo, principalmente devido à metralhadora. Na Segunda Guerra Mundial a situação tática havia mudado novamente devido ao grande emprego de tanques e de aviões táticos. Uma vez mais o enorme tamanho dos exércitos fez com que as linhas de defesa fossem de certo modo quase que inevitáveis, mas somente durante as pausas entre os principais esforços combatentes, quando as linhas ficavam relativamente estacionárias.

Livro Seis, Capítulos Vinte e Três e Vinte e Quatro: O curto Capítulo Vinte e Três é quase que uma divagação, só sendo digno de nota pelo grande desprezo com que Clausewitz expõe o artificialismo existente entre os seus companheiros teóricos. Neste caso a expressão que lhe desagrada é "a chave para o país", que ele chama de "bruxaria", e o seu significado "obviamente algo misterioso, estando além dos limites da compreensão normal, exigindo os poderes mágicos das ciências ocultas." Além do mais, ele chama a atenção para exemplos em que este conceito foi o responsável por algumas medidas sem sentido. "A verdadeira chave para o país do inimigo," diz ele, "é normalmente o seu exército." Embora admita alguma justificativa para o emprego do termo para significar "uma área que devemos manter antes de arriscar um avanço em território inimigo," ele prefere rejeitar totalmente o conceito.

O extenso capítulo que se segue analisa o problema da defesa estratégica através de operações realizadas contra o flanco de um exército invasor. A questão é apresentada da maneira mais vigorosa ao analisar a campanha a que Clausewitz refere-se quase que imediatamente, a marcha de Napoleão para Moscou em 1812, pois independentemente da experiência pessoal do autor naquela campanha, ela levanta as questões pertinentes da forma mais rigorosa. Como pôde Napoleão levar um exército tão grande a 600 milhas para o interior de um país inimigo, deslocando-se ao longo de uma frente estreita, confiando em que a sua linha de comunicações não seria seriamente ameaçada? E de fato não foi, pelo menos durante o seu avanço. O número de soldados que ele teve que designar para defender as suas

comunicações à medida em que avançava não foi grande - como vimos num capítulo anterior - sendo bem menor do que o número de soldados perdidos simplesmente porque ficaram para trás. (ver Capítulo Doze do Livro Cinco).

Clausewitz parece ter alguma dificuldade em explicar a questão com base em outras razões que não a experiência. Mesmo ao apresentar um caso em que um exército *superior* está tentando realizar operações de ataque ao flanco do seu oponente, ele diz: "Pareceria que este último estaria sendo fortemente pressionado a proteger a sua retaguarda. Isto só seria absolutamente verdadeiro se a guerra fosse tão previsível na prática quanto no papel!" Bem, obviamente não é, mas nesta questão específica, porque não?

Em primeiro lugar, diz-nos ele: "as forças enviadas para operar na retaguarda do inimigo não estarão disponíveis para serem empregadas contra a sua frente." Na situação normal, quando o defensor não tem superioridade, como Kutuzov não tinha ao recuar frente a Napoleão, esta é uma ponderação essencial. Da mesma forma, atacar as linhas de comunicação do inimigo não é uma façanha tão grande, se for feita isoladamente. O que há lá para atacar, e com que propósito? Além disto, se não houver uma boa inteligência, "um grupo enviado para além da ala do inimigo para atacar a sua retaguarda é como um homem numa sala escura com um bando de inimigos."

Isto diz respeito ao inimigo avançando com um grande poderio. Entretanto, quando falta a ele um propósito, ou a capacidade de avançar mais - como era a situação de Napoleão quando chegou a Moscou - a situação muda.

Se o inimigo estiver impedido de avançar mais devido a outra coisa que não seja a nossa própria defesa - não importa o que possa ser - não precisamos mais temer o enfraquecimento das nossas forças enviando destacamentos fortes. Mesmo se o inimigo esperar que nos fará pagar por desferir um ataque, podemos simplesmente ceder algum terreno e desistir da batalha," como fez o exército principal russo à frente de Moscou.

Clausewitz faz uma nítida distinção entre interferir com as comunicações do inimigo, querendo com isto dizer atacar um comboio ocasional ou um mensageiro, e cortar a sua retirada. A primeira ação pode não significar muito quando o inimigo estiver avançando com uma grande força. A última pode não significar muito quando ele não tiver a intenção de realizar uma retirada. Mas quando ele tiver que pensar seriamente em fazer uma retirada, ou já estiver de fato realizando uma, a situação muda drasticamente. O temor de ter a sua retirada cortada, aumentado pelos ataques e pela impossibilidade de receber suprimentos, poderá levar ao desespero ou ao pânico.

Assim, as operações de ataque aos flancos realizadas pela defesa são mais vantajosas mais perto do fim de uma campanha, “quando o ataque tiver gasto a sua força”, e juntamente com uma revolta de guerrilheiros (que Clausewitz chama de “insurreição”). Estes últimos não têm que ser cedidos por um exército ao qual não pertencem.

Alguém poderia perguntar como foi que a situação mudou atualmente. Os ataques à retaguarda do inimigo são em sua maioria realizados por aviões e, em algumas situações, por guerrilheiros, e ainda assim é verdadeiro que, a menos que sejam realizados juntamente com uma grande atividade na frente de batalha, os ataques de “interdição” conseguem obter pouca coisa. Hoje em dia normalmente as forças terrestres que estão avançando fazem isto em frentes muito mais amplas do que na época de Clausewitz, e os ataques aos seus flancos ou à sua retaguarda têm que ser realizados, portanto, por outras forças que não as que elas estão combatendo à sua frente, como no caso da guarnição de Paris, comandada por Gallieni em 1914, e o desembarque de MacArthur em Inchon em 1950. Estes exemplos, entretanto, são raros.

Quando os alemães sob o governo de Hitler invadiram a União Soviética em Junho de 1941, provocando com isto aparentemente uma repetição do desastre sofrido por Napoleão em 1812, atacaram com uma frente ampla dotada de um grande poderio, e o Exército Vermelho, totalmente surpreendido, iniciou os combates próximo às fronteiras, sofrendo tremendas perdas em prisioneiros, bem como em baixas. Os alemães impuseram também um tratamento selvagem às populações dos territórios conquistados, para minimizar através do terror as atividades de guerrilheiros contra as suas comunicações. Embora no fim a tarefa tenha revelado ser excessiva para os alemães e o seu resultado tenha sido um desastre comparável ao de Napoleão, foram necessários quase três anos, e não apenas alguns meses, para que fosse obtido aquele resultado. E, exceto por operações locais de envolvimento, a retaguarda alemã nunca foi seriamente ameaçada.

Um rompimento como de uma frente estreita, como o realizado pelo exército alemão contra os franceses voltados para a floresta das Ardenas em Maio de 1940, deveria, em princípio, ter se revelado vulnerável a um ataque aos seus flancos, mas o exército francês não dispunha de mobilidade, de forças em reserva e, acima de tudo, da determinação necessária para atacar de maneira eficaz. Por outro lado, quando os alemães fizeram a mesma coisa, quase que no mesmo setor, contra o exército americano em Dezembro de 1944 - a chamada Batalha do Bulge - os americanos e os britânicos tinham a força necessária para atacar de maneira decisiva os flancos da profunda saliência alemã, uma força

aumentada quando finalmente o tempo melhorou, através de pesados ataques aéreos. A rápida derrocada da ofensiva alemã só revelou que o seu propósito estava muito além dos seus meios.

Livro Seis, Capítulo Vinte e Cinco: Neste denso capítulo sobre "A Retirada para o Interior do País", Clausewitz analisa em termos um tanto gerais a campanha defensiva russa de 1812, da qual ele extrai a maioria dos seus exemplos. A defesa russa, que não havia sido previamente planejada para ser assim, assumiu a forma "que destrói o inimigo, não tanto através da espada como através dos seus próprios esforços." Ela beneficiou-se do fato de que o poderio do atacante sempre é reduzido à medida em que ele avança, desde que a retirada do defensor, que tanto provoca como obriga que aquele avanço seja realizado, seja suficientemente profunda. É importante que a retirada do defensor não seja realizada após uma dura derrota em combate, pois neste caso é provável que ela seja mais custosa para si mesmo do que para o invasor, e isto significa não aceitar prematuramente o combate. Os russos foram poupados de cometer este erro em 1812, não devido à sua cautela, mas simplesmente porque os franceses eram tão esmagadoramente superiores na parte inicial do seu avanço.

As forças em retirada apropriam-se dos suprimentos locais à medida em que se deslocam, utilizando as pontes, mas destruindo-as ao passarem por elas, e executando o que de um modo geral veio a ser chamada de política de "terra arrasada". Dependendo da diferença srcinalmente existente entre os poderios e de outros fatores, o defensor pode finalmente oferecer o combate com possibilidades muito maiores de êxito. "Na realidade, muitas vezes as condições do invasor ao fim do seu percurso serão tais, que até mesmo uma *vitória* pode obrigá-lo a retirar-se, " se ele tiver esgotado reservas que não poderá receber novamente.

Existem dois inconvenientes principais neste tipo de defesa. O primeiro consiste na perda do seu território para o invasor, cuja importância dependerá do quanto seja rica e populosa a parte temporariamente perdida. O ponto essencial é, entretanto, que "proteger o país de perdas não pode ser o propósito da defesa. O seu propósito deve ser obter uma paz favorável." O segundo inconveniente, e normalmente o mais importante, é psicológico. Normalmente não pode-se esperar que o exército e a população "saibam a diferença entre uma retirada planejada e um tropeço para trás. Menos ainda podem eles estar certos de que um plano é sensato, fundamentado numa previsão de vantagens positivas, ou se foi simplesmente ditado por medo do inimigo." Haverá então os inevitáveis comentários sobre o orgulho e a honra nacionais, exigindo que "um inimigo que invade uma fronteira seja obrigado a pagar uma penalidade com o seu sangue." Estes comentários obrigaram os russos a

aceitar o combate em Borodino, em vez de entregar Moscou sem luta, embora naquele momento a sua inferioridade fosse muito maior. Assim, o maior problema do comandante numa retirada prolongada é manter não apenas o moral da força que está se retirando, mas também o apoio da população e, talvez, também do governo.

Uma invasão de um grande país exige, não apenas uma superioridade numérica com relação ao defensor, mas também uma grande força em números absolutos - "Alguém pode ser capaz de marchar sobre Moscou com 500.000 homens, mas nunca com 50.000" - e isto aumentará o efeito debilitante que uma longa marcha exercerá sobre o invasor. Quanto maior for a quantidade de homens em movimento, mais lentamente eles se deslocarão e, portanto, será perdida a possibilidade de ultrapassar e destruir o exército em retirada. Os problemas de abastecimento e de alojamento serão aumentados e as perdas serão proporcionalmente maiores a cada unidade de distância percorrida.

Clausewitz analisa também detalhadamente até que ponto o exército em retirada pode determinar a direção do movimento do invasor, sendo ele por si mesmo um despistamento e uma ameaça, e chega à conclusão de que muito dependerá das circunstâncias específicas.

O quanto é diferente a situação em nossos dias em comparação com a que Clausewitz observou em 1812? Os tanques motorizados, os canhões e veículos de todos os tipos fizeram evidentemente uma grande diferença, principalmente no que refere-se à velocidade de penetração de uma força invasora, assim como os aviões e as radiocomunicações. Mas nas enormes necessidades de abastecimento, principalmente de combustíveis líquidos, por meio dos quais todas estas coisas se movimentam, há custos que contrabalançam esta vantagem. Contrastando acentuadamente com o movimento pesado e difícil do exército alemão em Agosto de 1944 em seu esforço fracassado de executar o Plano Schlieffen, foi o impetuoso e totalmente bem sucedido rompimento das linhas de defesa francesas na primavera de 1944, mas o ataque de maiores dimensões contra os russos um ano mais tarde finalmente fracassou, como vimos, apesar dos êxitos alemães espetaculares no início, que provocaram tremendas perdas russas. Em Novembro de 1941, o exército alemão estava bem no interior da Rússia, disposto ao longo de uma longa frente, mas já ofegando desesperadamente no fim da sua longa linha de abastecimento, enquanto que os russos estavam trazendo novas tropas da Sibéria e começando a obter êxitos locais. No verão seguinte, os alemães lançaram uma nova e violenta ofensiva, principalmente no sul, mas apesar de alguns meses ansiosos para os russos e para os seus aliados ocidentais, os alemães não conseguiram atingir os seus principais propósitos. Antes do fim do ano de 1942, o seu Sexto Exército já estava cercado em Stalingrado e o desastre era iminente. Clausewitz foi vingado pelos

acontecimentos de 1941 a 1944, numa dimensão que ele dificilmente poderia ter sonhado, embora os russos pudessem ter se saído bem melhor se tivessem seguido as suas advertências contra uma defesa rígida na fronteira. Lições semelhantes foram realçadas em outros locais daquela guerra que, dentre todas as outras, foi a que estendeu-se ao longo da maior extensão e, numa escala bem menor, na Guerra da Coréia, de 1950 a 1953 e, novamente, na Guerra do Vietnã.

Devemos observar também que a maior parte do que é considerado como sendo característico e srcinal a respeito das teorias estratégicas de Mao Tse-Tung, que deu um grande valor ao conceito de "guerra prolongada", é de fato uma exploração dos modos de realizar uma defensiva estratégica semelhante à de Clausewitz. Mao pode de fato ter tido as suas idéias, que permitiram que ele derrotasse as forças mais numerosas e muito mais bem equipadas de Chiang Kai-Shek, a partir da leitura do antigo estrategista chinês Sun Tzu (de quem na realidade há muito o que aprender), e não de Clausewitz. Ou é possível que ele tenha formado as suas idéias simplesmente com base em seu enorme bom senso. Porque não é necessário ter uma profunda visão estratégica para compreender os empregos e a força da defensiva estratégica nas circunstâncias adequadas. É necessário ter, ao contrário, um tipo perverso de ensinamentos para fazer com que uma pessoa zombe em princípio das teorias defensivas.

Livro Seis, Capítulo Vinte e Seis: Neste capítulo, "O Povo em Armas", Clausewitz trata de um fenômeno ocorrido em sua época, que era novo para a Europa - um resultado não tanto da Revolução Francesa, quanto das guerras Napoleônicas. Os temores que outros estão expressando de que, sendo a revolta de guerrilheiros uma "anarquia legalizada, . . . constitui uma ameaça tão grande à ordem social do país quanto ao inimigo," são descabidos para os seus propósitos, mas ele *está* interessado no seu valor militar.

Pela sua própria natureza, a resistência dispersa de grupos guerrilheiros "não se prestará à realização de ações de vulto por estar compactamente comprimida no tempo e no espaço." Entretanto, se lhe for dado tempo suficiente e uma ampla exposição do inimigo aos seus efeitos, "ela corroerá as bases essenciais das forças inimigas.." Por si só a rebelião geral não fará muita coisa, mas dentro da estrutura de uma guerra realizada por um exército regular, os seus efeitos podem ser decisivos.

Clausewitz estabelece então cinco condições nas quais uma rebelião geral pode ser eficaz, todas descrevendo as condições da Guerra Peninsular, que por alguma razão ele não menciona. Apesar da novidade deste tipo de guerra em sua época e, portanto, da falta generalizada de experiência, ele traça claramente as suas características e estabelece as suas necessidades. "Não perde-se muito se um grupo

de rebeldes for derrotado e dispersado - é para isto que ele serve. Mas não devemos deixar que ele seja despedaçado devido ao fato de um número excessivo de homens ter sido morto, ferido ou feito prisioneiro: estas derrotas logo reduziram o ser fervor." Ele reconhece, entretanto, que está simplesmente tateando em busca da verdade. Este tipo de guerra é novo, e "aqueles que foram capazes de observá-la por algum tempo não informaram o suficiente sobre ela." Esta última afirmativa revela que as revoltas populares desempenharam um papel secundário, se é que desempenharam algum, nas campanhas que ele observou pessoalmente, inclusive a da Rússia em 1812, que foi, entre outras coisas, curta demais.

Próximo ao fim do capítulo, o autor aborda uma nova questão, embora a sua análise gire em torno de convocar a guarda nacional após a perda de uma batalha decisiva. "Mesmo após uma derrota," diz ele, "sempre existirá a possibilidade de que possa ser provocada uma mudança da sorte, desenvolvendo novas fontes de força interior, ou através da atenuação natural que todas as ofensivas sofrem com o decorrer do tempo, ou através de um auxílio vindo do exterior. Sempre haverá tempo suficiente para morrer." Em seguida, mais tarde: "Não importa o quanto um país possa ser pequeno e insignificante em comparação ao seu inimigo, ele não deverá deixar de realizar estes últimos esforços, ou concluiremos que o seu espírito está morto." Com relação a isto, pensamos nos Países Baixos, na Bélgica e na Noruega na Segunda Guerra Mundial, e no exemplo oposto de uma França que talvez tenha desistido com demasiada facilidade. Mas pensamos também na França de 1870 e 1871, que depois da derrota decisiva em Sedan, que ocorreu apenas seis semanas após o início da guerra, continuou a lutar, principalmente através da formação das *levées en masse*, até a rendição de Paris cerca de cinco meses depois. Verificar quando uma resistência desesperada é a sensatez máxima ou, pelo contrário, um inútil desperdício de vidas é uma questão que também não pode ser resolvida através de uma fórmula visionária - nem mesmo de Clausewitz.

Livro Seis, Capítulos Vinte e Sete a Trinta: Nesta longa seção, em que quatro capítulos tratam de um único assunto, a defesa de um teatro de operações, Clausewitz não está em seus momentos de melhor inspiração. Isto deve-se em parte ao seu estilo, que ocasionalmente toca as raias do obscuro, e algumas vezes do tedioso, mas é mais devido ao fato de haver ele abordado em capítulos anteriores os seus pontos mais importantes, deixando para estes uma exposição de alguns outros que também merecem ser abordados.

Ele reafirma logo no início o que já havia demonstrado - que é sempre mais importante preservar as nossas forças armadas e destruir as do inimigo, do que agarrar-se à manutenção do território. Embora a perda de território com o correr do tempo vá enfraquecer as nossas possibilidades, normalmente não fará isto “na fase decisiva da guerra.” As forças inimigas, entretanto, nem sempre estarão presentes de uma maneira que torne possível desferir um único e decisivo golpe contra elas. Em primeiro lugar, os invasores podem representar uma coalizão de inimigos invadindo a partir de direções muito diferentes. É perfeitamente correto afirmar que devemos concentrar as nossas forças e atacar sucessivamente as oponentes, mas nem sempre é certo que possamos fazer isto. Poderemos ser obrigados a dividir as nossas forças. Existem outros problemas, mesmo quando não houver vários oponentes, mas apenas um. Ele poderá, por exemplo, desistir de avançar contra uma posição nossa, escolhida da maneira ideal e bem preparada, decidindo em vez disto contornar as nossas forças com uma finalidade diferente. Ou poderá de alguma outra maneira obrigar o defensor a assumir a defensiva tática, apesar deste último preferir travar uma batalha defensiva.

Clausewitz, fugindo um tanto das suas características, apresenta uma longa lista de verificação de possibilidades, oferecendo algumas sugestões para cada uma delas sobre como devem ser tratadas.

Aqui ele está revelando uma vez mais a sua recusa em deixar o seu discernimento ser restringido por algumas fórmulas, por mais meritórias que estas possam ser como proposições de caráter geral. Infelizmente os seus exemplos históricos, retirados com tanta freqüência das campanhas de Frederico o Grande, não ajudarão a esclarecer ao leitor moderno algumas idéias que ele está apresentando. Vimos recentemente algumas ocasiões em que o Comandante-em-Chefe sentiu-se obrigado a recusar o ideal simplista para proteger territórios. O von Moltke mais moço, por exemplo, tem sido quase que unanimemente condenado por comprometer o Plano Schliffen ao reforçar a parte sul da linha que estava voltada para a França e, também, por tomar algumas medidas para precaver-se contra uma penetração exagerada do leste da Prússia pelos russos. Mas os seus motivos não eram fúteis, e temos que examinar cuidadosamente e em detalhes as suas decisões , pesando as circunstâncias existentes naquele momento, para verificar se ele estava errado. Esta seria pelo menos a maneira de proceder de Clausewitz. Semelhantemente, na Segunda Guerra Mundial, Roosevelt e Churchill decidiram corretamente, logo após Pearl Harbor, que deveriam concentrar-se conjuntamente em derrotar primeiro a Alemanha, mas que isto não significava que deveriam deixar que os avanços japoneses no Pacífico e no Sudeste da Ásia prosseguissem sem oposição. A fórmula da “concentração de forças” pode representar o ideal, mas não necessariamente o que é viável ou invariavelmente correto.

LIVRO SETE: O ATAQUE

Livro Sete, Capítulos Um a Sete: A maioria destes capítulos possui um caráter experimental e preliminar. Não só por serem curtos, pois alguns capítulos curtos em outros livros parecem estar totalmente acabados, e na realidade o primeiro capítulo deste livro, que é também o mais curto, diz em seus dois parágrafos tudo o que precisa ser dito através de uma transição entre o livro anterior e este. Mas independentemente da apresentação insatisfatória de algumas das idéias, notamos a maneira taquigráfica com que campanhas que poderiam ser elucidativas são meramente mencionadas no fim do Capítulo Quatro e novamente no Capítulo Sete e, evidentemente, a nota de rodapé de Marie von Clausewitz no fim do Capítulo Cinco torna claro o que de outro modo seria apenas percebido. E lembramos que em sua "Observação" de 1827 o autor refere-se aos capítulos deste livro como sendo apenas um "esboço não acabado".

O autor observa que muito do que teria que ser dito de outro modo sobre o ataque já foi dito ou está subtendido no livro anterior sobre a defesa. Existem algumas características especiais do ataque, entretanto, que não advém diretamente da defesa. Por um motivo: quando o contra-ataque é uma parte *inerente* da defesa, o avanço ofensivo é completo por si mesmo. Embora a necessidade de defesa imponha-se à ofensiva, só faz isto como um "mal necessário", em primeiro lugar porque o avanço ofensivo tem que ser interrompido para períodos de descanso, durante os quais a defesa assume automaticamente o controle e, em segundo lugar, porque a área deixada na retaguarda das forças que estão avançando não são necessariamente protegidas pelo ataque, e podem precisar de uma proteção especial. Em resumo, a defesa é um ônus iminente para o ataque, "o seu pecado srcinal e a sua doença mortal."

Além disto, embora a defesa possa ser realizada através de outros elementos que não as forças combatentes - como fortificações, vantagens oferecidas pelo terreno e até mesmo uma maior probabilidade de obter aliados - normalmente a ofensiva tem que depender somente das forças combatentes.

O assunto do Capítulo Quatro, "A Força Decrescente do Ataque", já foi abordado no livro anterior, embora aqui o autor apresente uma divisão em sete itens, correspondentes às maneiras pelas quais a força total da força invasora pode ser exaurida durante o avanço. O Capítulo Cinco, "O Ponto Culminante do Ataque", simplesmente menciona uma questão que será analisada mais tarde com maior profundidade. O Capítulo Seis, entretanto, "A Destruição das Forças do Inimigo", embora também seja

curto e experimental, apresenta algumas idéias que são tanto novas como importantes. Repetindo a sua própria fórmula de que a destruição das forças do inimigo é o propósito militar, Clausewitz levanta a seguinte questão: O que queremos dizer com "destruição das forças inimigas?" E a que preço? Estas não parecem ser perguntas admiráveis, até que nos lembramos de que poucos outros escritores sobre estratégia pensaram em formulá-las, muito menos tentaram respondê-las. Clausewitz cita quatro maneiras diferentes através das quais podemos ver a questão da "destruição das forças inimigas" e, em seguida, menciona algumas maneiras indiretas de atingir este propósito, como a tomada de uma faixa do território, ou de uma fortificação inimiga. Ele admite que estes meios indiretos normalmente são superestimados, que só são tentadores porque o seu custo é tão pequeno, mas em seguida acrescenta que eles são "obviamente preferíveis a batalhas sem razão de ser." Por "sem razão de ser" ele claramente quer dizer não decisivas, mas travadas com grandes custos. O que é mais óbvio do a necessidade de levar em consideração o custo na busca de obter alguma vantagem, seja ela estratégica ou outra qualquer? Apesar disto, a sua constante presteza em fazer isto é a menor das qualidades que distinguem Clausewitz de praticamente todos os escritores do ramo.

O Capítulo Sete, "A Batalha Ofensiva", apresenta na realidade apenas uma idéia nova e proveitosa - de que "uma peculiaridade existente na maioria das batalhas ofensivas é a dúvida quanto à posição do inimigo," o que torna ainda mais necessário concentrar as nossas forças. É por esta razão que ele insiste em afirmar que é melhor tentar atacar o flanco do inimigo do que envolvê-lo. Isto deixa muita coisa sem ser dita quanto à viabilidade de atacar o flanco de um inimigo cuja posição é conhecida, e que supostamente tenha tomado precauções contra a possibilidade de vir a sofrer este ataque, mas pelo menos indica a aversão de Clausewitz pelos ataques frontais.

Livro Sete, Capítulos Oito a Vinte: Nestes capítulos o tom torna-se menos experimental, mas ainda é superficial, ainda sobrecarregado pelo sentimento do autor de que já que este livro nada mais é do que a contrapartida do anterior, a maior parte do que precisaria ser dito sob os títulos dos diversos capítulos sobre o ataque já foi dito nos capítulos correspondentes sobre a defesa. Entretanto, embora não queira repetir-se indevidamente, parece estar menos preocupado em parecer ocasionalmente contraditório.

Assim, no Capítulo Oito, "Travessia de Rios", poderíamos pensar que ele esqueceu-se do baixo valor que atribuiu anteriormente aos rios para a defesa estratégica. A sua primeira frase afirma: "Um grande rio que corte a linha de ataque é um grande transtorno para o atacante." A contradição é,

entretanto, apenas superficial. Neste ponto ele está falando mais no nível da tática do que da estratégia, e lembramo-nos de que Clausewitz nem sempre tem o cuidado de deixar claro de que nível está tratando naquele momento. Mais tarde ele diz que o rio que está sendo defendido na realidade beneficiará o atacante, "se o defensor cometer o erro de apostar todo o seu futuro nesta defesa." Afinal de contas não há portanto muita contradição. Além disto, Clausewitz está falando novamente, embora de uma maneira um tanto indireta, em termos de uma medida razoável, ou de uma proporção. Assim, embora "travessias de rios como tais, raramente ofereçam grandes dificuldades", provavelmente o atacante terá "receio" de tentá-la, "a menos que uma importante decisão esteja envolvida." No livro anterior ele havia falado da largura do rio e dos meios de travessia disponíveis como sendo fatores importantes a serem considerados. Agora, está falando também do que está em jogo, que uma vez mais é variável. Não corre-se grandes riscos para atingir propósitos modestos.

Nos Capítulos Nove e Dez, o autor está uma vez mais expressando a sua profunda aversão a atacar um inimigo competente que esteja numa forte posição defensiva, ou num acampamento entrincheirado. Não apenas a razão, mas "centenas e milhares de exemplos mostram que um entrincheiramento bem preparado, bem guarnecido e bem defendido *deve ser considerado de uma maneira geral um ponto inexpugnável*." Os "milhares" devem ser certamente um exagero - o que não é comum em Clausewitz - mas revelam como é intensa a sua opinião sobre esta questão. E isto tendo em vista os armamentos da sua época, com mosquetes com carregamento pelo cano, tão lentos para serem recarregados! Os Generais da Primeira Guerra Mundial bem poderiam ter adotado um pouco desta cautela.

Assim como o Capítulo Oito, o Nove, "Ataque a uma Região Montanhosa", é um complemento ao capítulo correspondente do Livro Seis, havendo ainda menos razão aqui para falar de contradição. O Capítulo Doze, "Ataque a Linhas de Defesa", é superficial, assim como curto, mas o capítulo seguinte, "Manobra", é mais interessante. Os estudiosos modernos lêem e ouvem falar tanto sobre exércitos (e forças navais) do Século XVIII manobrando na presença uns dos outros - sendo a manobra uma aparente substituição ou, pelo menos, um adiamento do combate - que não pode deixar de perguntar-se de que se tratava tudo aquilo. Era em grande parte um subproduto dos alcances muito reduzidos do armamento utilizado, de modo que as forças inimigas podiam ficar totalmente à vista umas das outras, e apesar disto não empenhadas de modo algum num combate. O engajamento exigia de um dos lados, ou do outro, a determinação de atacar, o que podia esperar o surgimento de alguma nítida vantagem. Assim, em 1812 Wellington e o Marechal Marmont, em frente a Salamanca, manobraram por três

semanas, um à vista do outro, antes que Wellington percebesse a oportunidade que levou-o a atacar. As forças modernas também manobrarão para obter uma vantagem, mas um oponente que estiver no seu visual estará dentro do alcance das suas armas e, portanto, atirando e procurando se proteger. Clausewitz apresenta cinco possíveis finalidades para a manobra, mas conclui que não podem existir regras de qualquer tipo para determinar o valor da ação, a não ser a posse das mesmas qualidades militares superiores que normalmente determinam o resultado de uma batalha.

O Capítulo Quatorze, "Ataques a Pântanos, Áreas Alagadas e Florestas", praticamente nada acrescenta ao que foi analisado com o mesmo título no livro anterior. O mesmo pode ser dito sobre os dois capítulos que se seguem, relativos ao ataque a um teatro de guerra, exceto que encontramos aqui e ali um comentário que merece uma atenção especial. Por exemplo, no Capítulo Quinze, o autor refere-se novamente à vantagem que é para um exército o conhecimento de que está no lado atacante, mas desta vez ele é ainda mais explícito ao chamar esta vantagem de "modesta" e normalmente "muito superestimada". "Ela tem curta duração e não resistirá ao teste de um grave contratempo." Já observamos (no Capítulo Três do Livro Seis) como esta opinião contrasta com a de românticos como Foch. Há também um parágrafo um tanto confuso sobre se o atacante deve alguma vez dividir as suas forças quando estiver empenhado numa decisão importante. O que parece ser no início como que uma severa imposição contra isto, torna-se em poucas linhas uma permissão para fazê-lo em determinadas situações, principalmente quando as forças inimigas também estiverem divididas. É uma pena que Clausewitz não tivesse dedicado mais espaço a esta questão, sobre a qual existe tanta rigidez. Aprendemos também que em sua época um grande exército avançava sempre numa frente com uma largura correspondente a pelo menos um dia de marcha, de modo que se as suas linhas de comunicação e de retirada não se desviassem muito da perpendicular, a própria frente normalmente proporcionaria a necessária proteção àquelas linhas - um ponto que tanto complementa como esclarece as análises semelhantes apresentadas no Capítulo Vinte e Quatro do Livro Seis. Mais importantes para os tempos modernos são as afirmativas feitas nos últimos parágrafos, uma vez mais com relação à proteção da retaguarda do atacante: " Se tudo depender da pressão de uma importante decisão iminente, o defensor terá uma pequena liberdade de ação para realizar operações auxiliares e geralmente o atacante não estará portanto correndo um grande perigo. Mas logo que o avanço tiver terminado e o atacante passar gradualmente para uma situação de defesa, a proteção da retaguarda adquire uma urgência e uma importância crescentes." Quaisquer que tenham sido as campanhas em que Clausewitz estivesse

pensando quando escreveu estas duas frases, elas aplicam-se igualmente às campanhas da Segunda Guerra Mundial.

O Capítulo Dezesseis é interessante para expor as finalidades - ou a falta delas - que em sua época poderia estar por trás da tomada temporária de uma faixa de território ou de uma fortificação. Poderia ser uma moeda de troca numa conferência de paz, mas poderia igualmente ser realizada em benefício da glória ou da honra, para a obtenção de troféus, "e algumas vezes meramente para satisfazer a ambição de um General." Algumas vezes é apenas uma espécie de treinamento de boxe com um adversário imaginário. "Assim como o atacante, estamos afinal de contas obrigados a fazer alguma coisa!" Uma vez mais, a diferença entre a sua época e a nossa, com relação a isto, seria principalmente uma questão de intensidade.

O Capítulo Dezoito, "Ataque a Comboios", também complementa e ajuda a esclarecer o mistério contido na análise apresentada no Capítulo Vinte e Quatro do Livro Seis. Os comboios que transportam suprimentos para um exército que está penetrando profundamente em território inimigo parecem ser tão vulneráveis, já que as suas escoltas parecem proporcionar uma proteção tão insuficiente, mas, afirma Clausewitz, normalmente é a situação estratégica, e não a tática, que os protege.

O Capítulo Dezenove, "Ataque a um Exército Inimigo em Alojamentos", está totalmente ultrapassado no que poderia aplicar-se a grandes forças, e aparentemente já estava na época de Clausewitz, já que os únicos exemplos adequados que ele oferece são de uma geração anterior. É curioso que ele gaste tantas páginas sobre este assunto e relativamente tão poucas sobre o assunto do capítulo seguinte, "Diversões", que é eterno em eu emprego. Uma diversão bem sucedida, diz ele, deve fazer com que o inimigo empregue mais forças para enfrentá-la do que as que nós utilizamos e deve ser, portanto, vantajosa para o propósito principal. Ele permite, entretanto, que o termo seja estendido para abranger os ataques em que não se pretenda por enquanto realizar um esforço maior em outro lugar, não sendo simplesmente uma dissimulação, mas sim uma operação um tanto limitada e uma fustigação realizada na periferia do poder inimigo, em lugar de uma maior destinada a obter um resultado decisivo. Em todas as guerras importantes podemos encontrar exemplos para os dois significados do termo, inclusive na Segunda Guerra Mundial.

Livro Sete, Capítulo Vinte e Um: Este capítulo por si só merece uma reflexão. Após uma longa série de capítulos ultrapassados, resumidos, ou de algum outro modo insatisfatórios, chegamos

finalmente a um de importância fundamental, que é também o último capítulo deste livro. Este é um capítulo que Clausewitz havia mencionado antes antecipadamente, pois a principal questão de que trata é o que ele chama de "o ponto culminante da vitória." Há momentos em que um exército invasor se fortalece à medida em que avança, mas normalmente o inverso é verdadeiro, por razões que Clausewitz apresenta uma vez mais em linhas gerais, embora tenha na realidade tratado delas em alguns capítulos anteriores, principalmente do Livro Cinco. Observamos na realidade algumas contradições importantes entre este e os capítulos anteriores pertinentes, principalmente com relação ao que ele fala sobre a grande necessidade que tem o exército invasor de proteger a sua retaguarda e os seus flancos, e no que ele deixa de falar aqui, mas que falou antes sobre as perdas devidas ao cansaço e às doenças (ver principalmente o Capítulo Doze do Livro Cinco).

De qualquer maneira, a menos que uma ofensiva provoque a derrocada do defensor, haverá um "ponto culminante" no qual o atacante está perto de perder uma superioridade efetiva. Prosseguir além deste ponto sem ter uma boa possibilidade de obter uma decisão favorável iminente é perigoso. Assim, "qualquer ataque que não leve à paz deve necessariamente terminar como uma defesa." Além disto, é provável que ele venha a ficar numa incômoda posição defensiva. Normalmente são os Generais dotados de uma grande coragem e de um espírito arrojado, normalmente merecedores de tanto crédito, que se excedem e passam dos limites.

Clausewitz chama Napoleão daquele que revolucionou a guerra por levar as suas ofensivas até a vitória completa, mas deixa de mencionar a marcha de 1812 para Moscou, que poderia estar na mente do leitor como o melhor exemplo de um "espírito arrojado" indo longe demais. Aparentemente Clausewitz não acha isto. Como ele ressaltará no último capítulo do Livro Oito, a invasão da Rússia por Napoleão foi inevitavelmente uma obrigação de chegar a Moscou - a menos que o Czar lhe fizesse o favor de aceitar o combate perto da fronteira, o que muito provavelmente não faria, tendo em vista a esmagadora superioridade de Napoleão naquele momento. Como veremos naquele capítulo, o autor atribui o desastre de Napoleão, não a ter ele ido além do "ponto culminante", mas a alguns erros de avaliação fundamentais.

Não fica claro que campanhas modernas Clausewitz aceitaria como servindo de exemplo para a doutrina que apresenta aqui. Incluiriam elas os ataques japoneses no Pacífico ocidental e no sudeste da Ásia, tendo início em Dezembro de 1941? O Japão estava fadado a atingir os limites das suas possibilidades antes que pudesse obter uma decisão contra o seu principal adversário, e a sua estratégia estava errada portanto desde a sua concepção básica - como o Almirante Isoroku Yamamoto tentou

advertir os seus colegas antes que afundassem. De maneira semelhante, a tentativa alemã de conquistar a União Soviética, iniciada em 1941, revelou estar basicamente acima das possibilidades alemãs e, portanto, dificilmente a linha de avanço máximo foi um "ponto culminante da vitória", estando o governo soviético tão nitidamente determinado quanto Alexandre I a não negociar uma paz.

Embora o princípio que Clausewitz está apresentando neste capítulo permaneça indubitavelmente válido atualmente, o seu emprego está fadado a ser afetado por algumas diferenças importantes na maneira pela qual os exércitos operam. Na sua época a infantaria deslocava-se exclusivamente a pé, e em longas marchas forçadas as principais perdas eram devidas a soldados que fiavam para trás, caindo de exaustão e vítimas de doenças. O exército em movimento vivia principalmente às custas da terra, e o comboio de carroças que o servia só precisava levar provisões para uns poucos dias, mais munição suficiente para que não ficasse desarmado por travar uma grande batalha. Assim, os problemas de abastecimento, embora certamente não fossem insignificantes, não eram também a principal causa da queda constante da eficácia em combate à medida em que o exército avançava. Hoje, os problemas de cansaço seriam significativamente reduzidos devido à grande quantidade de veículos a motor, mas os problemas de abastecimento seriam correspondentemente aumentados. Um exército que avança rapidamente pode esgotar temporariamente os seus suprimentos, principalmente de combustíveis líquidos, e a sua capacidade de recuperar o seu ímpeto dependeria significativamente da sua capacidade logística e da vulnerabilidade daquela capacidade a ataques aéreos inimigos, ou outros.

Eisenhower tem sido muitas vezes criticado por deter o seu impetuoso avanço para leste no fim do outono de 1944, em grande parte por temer que os seus tanques ficassem sem combustível, e a pausa permitiu que os alemães, em retirada e desorganizados, pudessem reagrupar-se e restabelecer a sua linha de combate. Mas quando os alemães contra-atacaram nas Ardenas, em Dezembro daquele ano, seus tanques *ficaram* sem combustível e eles viraram presas fáceis para o poder aéreo aliado. Eisenhower agiu da maneira mais segura e pagou um preço por fazer isto, mas este preço foi um seguro contra a catástrofe. Ele recusou-se a ultrapassar o seu "ponto culminante da vitória" e parou para preparar a base para uma nova ofensiva que acabou de fato com a guerra.

LIVRO OITO: PLANOS DE GUERRA

Livro Oito, Capítulos Um e Dois: Com o Livro Oito estamos de volta ao reino do ouro puro. O Livro Sete não estava exatamente vagando no deserto, mas tratava principalmente de coisas específicas e, assim, inevitavelmente ultrapassadas e o próprio Clausewitz parecia estar ansioso para passar

correndo por ele. “Voltamos agora”, diz ele ao iniciar o Livro Oito, “à guerra como um todo, . . . o que significa voltar às idéias apresentadas no Livro Um.” A área crucial em que estamos entrando agora, diz-nos ele, é a principal, “para o qual convergem todos os outros fios deste tecido” - e ele admite entrar nela com alguma hesitação. A hesitação justifica-se pela ousadia do conceito, mas o autor provará a si mesmo, uma vez mais, que está totalmente à altura do desafio. Os livros intervenientes revelaram também a grandeza da sua mente e fizeram com que avançássemos na compreensão, tanto da natureza da guerra como do que distingue Clausewitz de outros escritores que dedicaram-se àquele assunto, mas são principalmente os Livros Um e Oito que asseguram-lhe o lugar de destaque que continua a ocupar e que são os responsáveis por chamar a nossa atenção nos dias de hoje.

Em sua breve introdução ele volta a um assunto de que já tratou no Livro Um, mas que acha que merece mais alguma reflexão. Se não existe um substituto para o talento do comandante, e se uma das marcas do seu talento é a capacidade de ver as coisas de uma maneira simples, porque devemos nós - e ele - estudar a teoria da estratégia e da guerra, o que sempre ameaça arrastar-nos para um “pedantismo melancólico”? Ele tenta uma vez mais ajudar-nos com uma resposta: “A teoria deve lançar uma luz fixa sobre todos os fenômenos, de modo que possamos reconhecer mais facilmente e eliminar as ervas daninhas que sempre nascem da ignorância. Ela deve mostrar como uma coisa está relacionada com outra, e manter separados o que é importante e o que não é importante.” E no que se refere aos seus efeitos sobre o comandante: “A teoria não pode dotar a mente de fórmulas para resolver problemas, nem pode demarcar a trajetória estreita na qual espera-se que esteja a única solução, fincando uma cerca de princípios de cada lado. Mas pode, entretanto, dar à mente uma percepção da grande quantidade de fenômenos e da relação existente entre eles e, em seguida, deixá-la livre para ascender aos mais elevados domínios da ação. Lá, a mente pode utilizar ao máximo os seus talentos natos, reunindo-os todos de modo a compreender o que é certo e verdadeiro - como se fosse uma resposta ao desafio imediato, e não um produto do pensamento.”

O Capítulo Dois volta uma vez mais à diferença existente entre “guerra absoluta e guerra real”, e apresenta em seu primeiro parágrafo um axioma de valor inestimável: “Ninguém dá início a uma guerra - ou melhor, ninguém em sã consciência deveria fazê-lo - sem primeiro ter claro em sua mente o que pretende obter através dela e como pretende conduzí-la.” O que poderia ser mais simples e mais óbvio - a apesar disto, tão desprezado!

Ele prossegue perguntando uma vez mais porque existe uma lacuna tão grande entre o conceito puro de guerra e a forma concreta que normalmente a guerra assume. As suas respostas anteriores a

esta pergunta, reconhece ele, foram apenas parciais. Existe de fato uma vasta série de fatores, forças e condições nas questões nacionais que são afetadas pela guerra. "A lógica cessa neste labirinto, e aqueles homens que normalmente agem, tanto nas questões importantes como nas secundárias, de acordo com as impressões ou sentimentos predominantes, e não de acordo com a lógica rigorosa, dificilmente estão cientes da situação confusa, incoerente e ambígua em que se encontram." Algumas pessoas, inclusive talvez o homem que exerce o comando geral, podem ver claramente o propósito e o que é preciso fazer para alcançá-lo, mas a maioria não. Muitas vezes faltará a energia necessária para superar a oposição destes últimos. Assim, normalmente a guerra (até a época de Clausewitz) tem sido "algo incoerente e incompleto." Os seus contemporâneos teriam se perguntado se algum dia teria havido algum fundamento para o conceito de guerra absoluta se Napoleão não tivesse demonstrado que ela poderia aproximar-se razoavelmente disto.

A pergunta que Clausewitz enfrenta agora é: Será este novo padrão o que existirá no futuro, ou deverá ele, como um teórico, considerar também alguma possibilidade de volta da "incoerência" que afinal de contas caracterizou a maioria das guerras entre Alexandre o Grande e Napoleão? Como dirá ele no capítulo seguinte: "Quando são derrubadas barreiras que de fato só consistem na ignorância do homem sobre o que é possível, não é fácil erguê-las novamente." Por outro lado, seria presunçoso supor que todas as guerras daqui por serão diante do tipo sem restrições. Com relação à guerra do futuro: "Devemos levar em consideração a inércia natural, toda a fricção das suas partes, toda a incongruência, imprecisão e timidez do homem e, finalmente, devemos enfrentar o fato de que a guerra e as suas formas decorrem das idéias, emoções e condições predominantes naquele momento - e, para sermos totalmente honestos, devemos admitir que foi assim, mesmo quando a guerra assumiu o seu estado absoluto sob o comando de Bonaparte."

Clausewitz revelou ser no todo um bom profeta. Aquele futuro em que a sua mente estava tentando penetrar contém guerras que chegam a um grau tão absoluto que o padrão Napoleônico só prenunciou vagamente, mas nem todas elas seriam daquela natureza. Somente pouco antes do momento em que este comentário foi escrito é que os Estados Unidos livraram-se de uma guerra no Vietnã que possuía todos os tipos e intensidades possíveis de incoerência, tanto com relação ao seu propósito quanto ao seu método.

Livro Oito, Capítulo Três: Este longo capítulo não tem título, mas as suas duas partes possuem os seus respectivos cabeçalhos. A Parte A, "A Interdependência das Partes na Guerra", aborda ainda uma

vez mais, a partir de um outro ângulo, a diferença existente entre a guerra absoluta e as modificações consideráveis do absoluto que têm sido observadas na história. A guerra consiste numa grande quantidade de interações e normalmente de toda uma série de engajamentos. Qual é então a relação existente entre estas partes? Quanto mais a guerra aproxima-se do absoluto, mais claro fica que o único resultado que importa é a vitória final. Numa guerra destas o General deve ter com a sua primeira medida "uma idéia clara do propósito para o qual todas as linhas devem convergir."

Entretanto, naquele tipo de guerras que foram tão comuns no Século XVIII e anteriormente, raramente as campanhas e as ações isoladas eram dirigidas no sentido de atingir aquele propósito final. Naquelas guerras era "legítimo procurar obter pequenas vantagens por causa delas mesmas e deixar o futuro para si mesmo." Uma vez mais Napoleão mudou tudo isto, mas temos que verificar de novo se a mudança deve aplicar-se a todos os casos no futuro. Clausewitz conclui que no início de uma guerra "as suas características e o seu alcance devem ser determinados com base nas probabilidades políticas," e se estas probabilidades arrastarem a guerra em direção ao absoluto, torna-se imperativo "não dar o primeiro passo, sem pensar no último."

A Parte B, "A Dimensão do Propósito Militar e do Esforço a Ser Realizado", decorre diretamente da pergunta formulada na Parte A. A guerra absoluta não exige apenas um propósito unificado, mas também um esforço total. Na realidade, entretanto, vemos todos os tipos de fatores que modificam o esforço. Temos que considerar uma vez mais a dimensão das exigências políticas em cada um dos lados, e também o fato de que os comandantes possuem características totalmente diferentes, bem como diferentes graus de poder. Assim, por diversas razões é provável que os dois lados esforcem-se com a mesma intensidade. Surge um dilema, entretanto, decorrente do fato de que "na guerra, um esforço demasiadamente pequeno pode causar não só o fracasso, como também um dano incontestável." Este fator nos pressiona no sentido de realizar o esforço máximo, mas neste caso "seria perdida toda a proporção existente entre a ação e as exigências políticas", o que obviamente seria irracional e, consequentemente, inaceitável. O que é preciso ter então é "a faculdade de utilizar o discernimento para detectar os elementos mais importantes e decisivos na vasta série de fatos e de situações."

A recomendação que segue-se lembra-nos uma vez mais o problema que os Estados Unidos enfrentaram no Vietnã: "Para verificar o quanto dos nossos recursos deve ser mobilizado para a guerra, devemos examinar primeiro o nosso propósito político e o do inimigo. Devemos avaliar a força a situação do Estado oponente. Devemos avaliar a força de caráter e as possibilidades do seu governo e

do seu povo, e fazer o mesmo com relação ao nosso. Finalmente, devemos avaliar as simpatias de outros Estados e o efeito que a guerra pode ter sobre eles.” Clausewitz admite que uma avaliação rápida e correta de todos estes fatores e de suas ramificações “exige claramente a intuição de um gênio.” Mas uma vez mais ele nos adverte de que “a enorme e incomparável importância da guerra, embora não aumente a complexidade e a dificuldade do problema, aumenta o valor da solução correta.”

Em seguida segue-se pelo resto deste capítulo um resumo magistral das importantes alterações sofridas pela guerra deste os tempos de Roma e de Alexandre até a sua época. Clausewitz revela ali a sua ampla e profunda percepção da história política, bem como da militar. É um grande esforço intelectual, sobriamente condensado. Talvez a parte mais notável seja aquela em que o autor descreve as mudanças que ocorreram em sua própria época, na qual ele formula novamente a pergunta: o que significa isto para o futuro? O capítulo termina com o seguinte sumário: “Os propósitos que um beligerante adota e os recursos que emprega devem ser regidos por características específicas da sua própria situação, mas devem estar também de acordo com o espírito da época e com as suas características em geral. Finalmente, devem ser sempre regidos pelas conclusões gerais a serem extraídas da natureza da própria guerra.”

Livro Oito, Capítulos Quatro e Cinco: Estes dois capítulos compartilham um título comum, “Uma Definição mais Precisa do Propósito Militar,” tratando o Capítulo Quatro do que realmente significa “derrotar o inimigo”, e o Capítulo Cinco levantando a questão do que fazer quando a derrota do inimigo parecer estar além dos nossos recursos.

Derrotar o inimigo, diz Clausewitz, normalmente significa destruir o seu exército e, se isto for viável, é sempre “a melhor maneira de começar.” Poderá haver circunstâncias, entretanto, que modifiquem este axioma simples. “Devemos ter em mente as características predominantes dos dois beligerantes. Destas características forma-se um determinado centro de gravidade, o ponto central de todo o poder e de todo o movimento, do qual tudo depende. É contra este ponto que todas as nossas energias devem ser dirigidas.” Assim, algumas vezes tomar a capital do inimigo pode ser mais importante de que destruir o seu exército e, se o inimigo tiver um aliado poderoso, um golpe eficaz contra aquele aliado pode ser mais útil para a consecução do nosso propósito do que lidar com a parte mais fraca. “Se pudermos conquistar todos os nossos inimigos derrotando um deles, esta derrota deve ser o principal propósito da guerra.”

Mas devemos verificar previamente se podemos obter a derrota do inimigo. Fazer isto exige forças adequadas para conquistar uma vitória decisiva sobre as do inimigo e levar a nossa vitória "até o ponto em que seja totalmente impossível restabelecer o equilíbrio." Mas Clausewitz acrescenta também uma exigência política: "Devemos estar certos de que a nossa situação política seja tão firme que este êxito não traga contra nós outros inimigos que possam obrigar-nos a abandonar imediatamente os nossos esforços contra o nosso primeiro oponente."

O autor ressalta a importância do momento. Normalmente o tempo tende a favorecer o lado que sofreu as primeiras derrotas, em parte porque a sua situação pode assustar outros Estados e levá-los a entrar na luta do seu lado. Não haverá também, na melhor das hipóteses, tempo suficiente para extrair alguma vantagem militar dos territórios que foram conquistados. Assim, a conquista deve ser realizada o mais rápido possível, e não avançando por etapas, mas num avanço contínuo.

A insistência de Clausewitz com relação a esta última questão é claramente uma reação contra o tipo de procedimentos altamente padronizados que eram geralmente adotados nos tempos Napoleônicos, e ele afirma que é provável que as pausas sejam pelo menos tão favoráveis para o oponente parcialmente derrotado quanto para nós mesmos. "A nossa crença é, portanto, que qualquer tipo de interrupção, pausa ou suspensão das atividades é incoerente com a natureza da guerra ofensiva. Quando forem inevitáveis, devem ser vistas como um mal necessário, que fazem com que o êxito fique menos certo, e não mais."

Devemos lembrar-nos uma vez mais de que ele está falando de exércitos da sua época. Num lugar ele diz: "Tendo em vista a maneira pela qual os exércitos são abastecidos hoje em dia, eles precisam mais de depósitos quando estão parados do que quando estão em movimento." Esta sua afirmativa teria que ser muito modificada para as guerras recentes, nas quais os exércitos que estão avançando tem sido altamente dependentes de uma torrente contínua de suprimentos, principalmente de combustíveis líquidos. Como vimos através de alguns exemplos da Segunda Guerra Mundial, embora uma pausa no avanço vá ser aproveitada pelo lado que está em retirada, algumas vezes o lado que está na ofensiva é obrigado a fazê-la devido à situação do seu abastecimento, ou outras vezes pela necessidade de ampliar a sua frente ou de consolidar de alguma outra maneira a sua posição. Nem mesmo a derrota da França em 1940 foi conquistada através de um único avanço alemão, mas foi na realidade obtida em duas etapas principais. Assim, a ofensiva ininterrupta deve ser vista como o ideal que hoje em dia deve ser algumas vezes comprometido na prática.

O Capítulo Cinco, com o subtítulo “Propósitos Limitados”, levanta a questão do que deve ser feito se a situação eliminar a possibilidade de derrotar o inimigo. A análise parece basear-se na premissa de que a opção de evitar totalmente a guerra está eliminada. A escolha, diz ele, está entre tomar uma parte do território do inimigo e mantê-la, ou tentar manter o nosso próprio território, “até que as coisas melhorem.” Mas esta última expressão sugere que existam razões para esperar que isto aconteça. A segunda possibilidade é que o futuro ofereça melhores probabilidades ao inimigo do que a nós. Neste caso, afirma Clausewitz, devemos tomar a ofensiva, o que significa “aproveitar as vantagens do momento.” A terceira possibilidade, a mais comum, “surge quando o futuro não parece prometer nada claro para nenhum dos lados e, portanto, não oferece motivos para uma decisão.” Neste caso, a ofensiva deve ser tomada pelo lado que tiver a iniciativa política, o que significa dizer, que tiver um propósito ou um intuito ativo pelo qual foi à guerra.

A segunda das três possibilidades mencionadas encaixa-se no caso da decisão do Japão de ir à guerra contra os Estados Unidos em 1941, não porque os seus líderes pensassem que tivessem os meios necessários para vencer, mas porque achavam que não podiam esperar. O tempo estava contra eles, principalmente devido ao embargo americano ao petróleo, imposto pelo Presidente Roosevelt em 1940, que afetou diretamente as reservas da esquadra japonesa. O resultado do Japão ter aceitado a opção do “agora ou nunca” indica alguma coisa com relação aos perigos oferecidos por esta linha de ação.

Poderíamos observar que Clausewitz está afastando aqui uma questão importante. O fato de que o tempo parece estar do lado do oponente não indica por si só que podemos derrotá-lo agora. É interessante que Lenine, que como Engels estudou Clausewitz, achasse esta questão tão importante. Nas normas dirigidas aos seus seguidores ele recusava repetidas vezes a filosofia do “agora ou nunca”, sempre que o “agora” fosse ainda uma situação desfavorável para uma ação ofensiva.[6] Clausewitz, por outro lado, apoiando a filosofia do “agora ou nunca”, estava em desespero em 1809 porque o seu soberano, Frederick William III, recusou-se, devido à falta de apoio russo, a ir em auxílio da Áustria contra Napoleão nas campanhas que terminaram em Wagram e, dois anos depois, quando o Rei decidiu uma vez mais não combater Napoleão, mas sim aceitar uma aliança restrita com ele antes da invasão da Rússia a ser realizada por ele, Clausewitz explodiu numa carta a um amigo: “Somos obrigados a realizar uma operação sem termos qualquer probabilidade de êxito, quando é impossível fazer qualquer outra coisa.” Por “impossível” ele provavelmente queria dizer “desonroso”, mas possivelmente também “não existe qualquer oportunidade.” Clausewitz deixou em seguida o Exército prussiano para entrar no da Rússia, para tornar-se logo o inimigo nominal do seu próprio Rei. Embora o seu ato pessoal fosse

correto, tendo em vista a sua aversão a Napoleão, a sua atitude sobre o que o Estado prussiano deveria fazer revelava um certo romantismo. A Prússia, com o seu exército reduzido pelos termos do tratado de paz de 1806, não tinha a menor possibilidade de resistir aos exércitos de Napoleão, e a decisão do Rei veio a ser no fim a mais sensata para os interesses do Estado.

Livro Oito, Capítulo Seis: Este importante capítulo está redigido num tom heróico - pelo menos até terminarmos a Parte A, que fornece antecipadamente algumas explicações sobre o que o autor quer

[6] Com relação a esta questão, ver *Um Estudo do Bolchevismo*, de Nathan Leites (Glencoe, Ill.: The Free Press, 1953), pag. 512 a 524.

dizer na Parte B, mas por si só tem pouco significado. Passamos portanto imediatamente à Parte B, com o seu subtítulo sugestivo, "A Guerra como um Instrumento da Política." Temos aqui uma volta à tese apresentada no excelente capítulo de abertura do Livro Um, onde encontramos pela primeira vez a doutrina de que "a guerra é uma continuação da política por outros meios." Temos agora um maior esclarecimento a respeito do significado da famosa expressão, com algumas explicações sobre as suas ramificações. Devemos lembrar-nos, entretanto, de que Clausewitz planejara aperfeiçoar consideravelmente a idéia na revisão que pretendia realizar.

É absolutamente inadmissível, diz ele, a idéia comum de que a guerra interrompe as relações políticas entre os oponentes e as substitui por uma situação totalmente diferente, regida apenas pelas suas leis. A guerra pode ter a sua própria gramática, mas não a sua própria lógica. A lógica é determinada pelo propósito político, e os atos de guerra simplesmente substituem a troca habitual de notas diplomáticas. Se não fosse assim, a guerra seria "algo fora de propósito e desprovido de sentido."

A razão pela qual a guerra não avança inexoravelmente em direção ao absoluto é precisamente que "não pode seguir as suas próprias leis, mas tem que ser tratada como uma parte de algum outro todo, cujo nome é política." Entretanto, se a guerra é parte da política, então a política deve determinar as suas características. Isto não significa que ela vá influenciar os seus detalhes operacionais - "as considerações de ordem política não determinam o posicionamento de guardas nem o emprego de patrulhas" - mas influenciarão "o planejamento da guerra, da campanha e, muitas vezes, até mesmo da batalha." E um pouco mais tarde: "De modo algum pode a arte da guerra jamais ser vista como a mentora da política."

Esta questão é demasiadamente importante para nos preocuparmos com repetições, e Clausewitz continua martelando: "Dificilmente podemos conceber que o ponto de vista político deva deixar

totalmente de ser levado em conta no início da guerra, a menos que o puro ódio transforme todas as guerras numa luta de vida ou morte." E novamente, ". A política é a inteligência norteadora e a guerra apenas o instrumento, não o contrário." O ponto de vista militar deve, portanto, estar *sempre* subordinado ao ponto de vista político.

Evidentemente o político deve compreender a linguagem da guerra, de modo que não a utilize de maneira incorreta. Se isto ocorrer, entretanto, é a política que está errada, não o fato de que a política está influindo na guerra. Mas se o líder político for um homem de inteligência e dotado de força de caráter notável, sempre poderá obter as informações militares de que precisa, "de uma maneira ou de outra." Aparentemente Clausewitz achava que o oposto era improvável, ou de qualquer modo não adequado.

O capítulo termina com a advertência de que as grandes mudanças ocorridas nas guerras da era Napoleônica advieram da "nova vida política que a revolução criou para a Europa, bem como para a França. Foram assim suscitados outros meios e outras forças, que deram à guerra um grau de energia que teria sido inconcebível sem eles." E em seguida: "Ocorre que as transformações sofridas pela arte da guerra resultaram de transformações ocorridas na política."

Este é um capítulo de tirar o fôlego. Clausewitz apresenta os seus argumentos com um fervor que advém da sua convicção de que *nada* do que ele esteve dizendo ao longo de toda a sua obra é mais importante ou mais fundamental - ou tem maiores probabilidades de ser ignorado. A Primeira Guerra Mundial visivelmente não foi travada de acordo com estes preceitos. Mas Clausewitz não nega que a guerra pode tornar-se "algo fora de propósito e desprovido de sentido." Ele só afirma que não deveria ser assim.

Livro Oito, Capítulos Sete e Oito: Estes dois capítulos curtos, tendo o título comum "O Propósito Limitado", estão muito abaixo do nível elevado demonstrado no Capítulo Seis. Por um motivo: eles estão ultrapassados de uma maneira que o anterior não estava. Parece também que Clausewitz não está satisfeito com as premissas que estabelece para estes capítulos, que são basicamente duplas: a premissa expressa de que não possuímos os meios necessários para impor uma derrota decisiva sobre o inimigo, e a premissa implícita de que apesar disto não somos tão flagrantemente inferiores a ele. Nestas condições ainda podemos (Capítulo Sete) tomar ofensivamente uma parte do território do inimigo, reduzindo assim os seus recursos nacionais e mantendo em nossas mãos um trunfo para as negociações de paz. A questão importante neste caso é saber se existe uma boa probabilidade de manter o território

conquistado durante o resto da guerra e, se não, se uma ocupação temporária valeria os custos daquela ocupação. "De uma maneira geral," diz Clausewitz, "a tendência é perder mais com uma ocupação realizada pelo inimigo do que ganhar com a conquista do seu território, mesmo se o valor das duas áreas for idêntico." E o que é mais importante, ao assumir a defensiva numa área maior abrimos mão da iniciativa sem jamais ter tentado desferir um golpe decisivo contra o coração do poder do inimigo. Neste ponto Clausewitz parece estar afastando-se da sua premissa básica, e ele termina este capítulo reafirmando o quanto é nobre estar disposto a assumir grandes riscos.

No Capítulo Oito o autor trata de uma forma de defesa mais passiva estrategicamente, na qual a principal finalidade é ganhar tempo, enquanto mantemos a maior parte possível do nosso território livre das mãos inimigas. Podemos recorrer a rechaçar ataques sempre que ocorrerem, e até mesmo realizar pequenas operações ofensivas sob a forma de incursões ou de diversões, mas somente se o propósito fundamentalmente defensivo não for comprometido. A finalidade de ganhar tempo é esperar que venham a ocorrer mudanças políticas, tais como o desgaste dos esforços do inimigo, ou aliados aderindo ao nosso lado ou abandonando o do inimigo.

Se, entretanto, a ofensiva do inimigo tiver o efeito de reduzir tanto o seu poderio que venhamos a tornar-nos superiores a ele, devemos evidentemente realizar uma contra-ofensiva. Neste ponto Clausewitz passa de exemplos que descrevem a estratégia de Frederico o Grande para uma outra análise da campanha de 1812, e oferece-nos uma observação reveladora: "A maior sabedoria jamais poderia ter tramado uma estratégia melhor do que a que os russos *utilizaram*" (os itálicos são nossos). Durante toda aquela campanha Clausewitz esteve numa boa posição para saber disto.

Ousamos chamar estes capítulos de ultrapassados, em parte porque o próprio Clausewitz já os considerava assim em sua época. Após descrever as bem sucedidas estratégias defensivas de Frederico, ele observa: "Mas devemos lembrar-nos de que os tempos mudaram, que a guerra sofreu uma transformação total e que agora extrai a sua vida de fontes completamente diferentes. Posições que hoje perderam o seu valor poderiam ser eficazes naquela época, e as características gerais do inimigo também constituíam um fator a ser considerado." Esta última observação refere-se à falta de agressividade dos oponentes de Frederico. O exemplo russo, que Clausewitz não considera ultrapassado, refere-se evidentemente a um país muito grande. Como vimos, pela mesma razão não estaria ultrapassado, nem mesmo hoje em dia.

Livro Oito, Capítulo Nove: O último capítulo da obra, e o mais longo, “O Plano de uma Guerra Destinada a Levar à Derrota Total do Inimigo”, volta ao nível monumental do Capítulo Seis. Mas enquanto o Capítulo Seis concentra-se no nível da política, o Capítulo Nove concentra-se no nível da grande estratégia militar. O propósito estabelecido no título do capítulo é claramente mais simpático à mente do autor do que o dos dois capítulos imediatamente anteriores, e encontramos uma síntese das idéias militares consideradas tipicamente Clausewitzianas.

Tendo condenado até aqui, com pouca hesitação, qualquer sujeição a “princípios” como guias inabaláveis para a ação, o autor inicia este capítulo comprazendo-se com a formulação de dois. O primeiro princípio é agir com a máxima concentração de propósitos e de força, e o segundo é agir com a velocidade máxima. Isto não significa que as forças nunca devam ser divididas, tanto no espaço quanto em ralação à sua missão, e Clausewitz prossegue para examinar em profundidade quatro razões fundamentais para dividí-las. Os motivos em cada caso devem ser fortes, a serem avaliados em relação às exigências primordiais para que haja uma concentração. Apesar disto, é típico de Clausewitz analisar as exceções, mesmo às suas regras preferidas.

A decisão contra o objetivo principal afetará também os de menor importância Uma vez mais é provável que haja exceções, mas de qualquer modo, cada operação secundária realizada deve ser mantida o mais subordinada possível à operação principal.

À medida em que ele desenvolve estes pontos, observamos subitamente que Clausewitz está estabelecendo a estrutura intelectual do que quase um século depois viria a ser o famoso Plano Schlieffen. Há momentos, diz ele, em que “duas guerras quase que totalmente separadas têm que ser travadas simultaneamente. Mesmo então, uma delas deve ser tratada como sendo a operação *principal*, exigindo o grosso dos recursos e das atividades. Visto sob este prisma, só é aconselhável operar *ofensivamente* neste teatro principal e permanecer na defensiva nos outros lugares. Lá, um ataque só será justificado se condições excepcionais o provocarem. Além do mais, a defensiva nos pontos de menor importância deve ser mantida com o poderio mínimo, e devem ser aproveitadas todas as vantagens que esta forma de resistência oferece.” Este conceito retrata a divisão das forças alemãs entre as frentes oriental e ocidental em Agosto de 1914 e, também, a divisão de forças ao longo da própria frente ocidental. Mas ele prossegue com relação ao inimigo que é o alvo da ofensiva principal: “O que importa é a decisão principal. Ela compensará qualquer perda. Se as forças forem suficientes para fazer com que seja razoável procurar obter uma grande decisão, então a possibilidade de fracasso não poderá

mais ser uma desculpa para tentarmos proteger-nos em outros lugares. Pois isto faria com que fosse muito mais provável uma derrota na batalha decisiva."

No mesmo estilo ele volta ao seu segundo princípio, que é o da velocidade. "Praticamente a única vantagem do ataque," diz ele, "está na sua surpresa inicial. Velocidade e ímpeto são os seus componentes mais importantes e normalmente são indispensáveis para que derrotemos o inimigo." Uma outra vantagem da velocidade é que ela nos levará rapidamente ao coração do país inimigo, pois embora seja mais fácil obter uma vitória se a batalha for travada próximo às nossas fronteiras, é mais provável que os seus efeitos sejam mais decisivos se for travada bem dentro do território inimigo. E se estamos falando da derrota total do inimigo, "uma vitória destas exige um ataque envolvente ou uma batalha com as frentes voltadas para lados opostos." E, evidentemente, a uma vitória destas deve seguir-se uma perseguição implacável.

Além disto, se a maré da vitória levar-nos para perto das suas fortificações (como na Bélgica em 1914), devemos sitiá-las com as forças mais reduzidas que for possível. "A partir do momento em que o sítio a fortificações obrigar-nos a cessar o avanço, a ofensiva terá, por via de regra, atingido o seu ponto culminante. Insistimos em afirmar, portanto, que a força principal deve continuar avançando rapidamente e mantendo a pressão sobre o inimigo." E, enquanto mantivermos o ímpeto, não devemos preocupar-nos por ser a frente de avanço tão estreita: "Enquanto o General ainda não houver derrotado o inimigo, enquanto achar-se suficientemente forte para conquistar os seus objetivos, deverá persistir. Ele poderá fazer isto enfrentando um perigo maior, mas os seus êxitos serão bem maiores. Se chegar a um ponto além do qual não ouse ir, se achar que deve estender-se para a direita e para a esquerda para proteger a sua retaguarda, que seja assim: muito provavelmente o seu ataque terá atingido o seu ponto culminante. O seu ímpeto estará exaurido e, se o inimigo ainda estiver intacto, não haverá de qualquer modo qualquer futuro neste ataque."

Esta harmonia entre a visão de Clausewitz e a de Schlieffen, que foi apenas apresentada aqui em linhas gerais, é detalhada demais e nitidamente diferente demais das idéias de outros escritores para ser acidental, principalmente uma vez que sabemos que Schlieffen era um entusiástico estudioso de Clausewitz.

Segue-se em seguida uma extraordinária análise da campanha de Napoleão em 1812 na Rússia, cujo fracasso, o autor é obrigado a revelar, não foi devido ao avanço ter sido realizado rápido demais, nem por ter ido longe demais. Nem foi um erro a sua ida a Moscou. "Somente se conseguisse chegar com força suficiente a Moscou poderia Bonaparte esperar abalar a fibra do governo e a lealdade e a

firmeza do povo." A campanha fracassou "porque o governo russo manteve a sua fibra e o povo continuou leal e firme." O resultado mostra que Napoleão avaliou mal. Ele pode ter errado ao arriscar-se a cometer este erro de cálculo, mas a sua avaliação de como o governo e a população reagiriam à sua tomada de Moscou não foi tão previsivelmente errada a ponto de tornar a campanha um absurdo. Se o exército de Napoleão foi castigado de maneira mais rigorosa do que precisava ser, a culpa que pode ser atribuída a ele não está no fato dele ter penetrado demais em território russo. "A sua culpa está em sua demora em iniciar a campanha, nas vidas que desperdiçou através das suas táticas e no seu desprezo pelas questões de abastecimento e pela sua linha de retirada," e por ter ficado tempo demais em Moscou.

Extremamente importante são os critérios através dos quais Clausewitz avalia este e outros acontecimentos: "É lícito avaliar um acontecimento através do seu resultado, pois este é o critério mais sensato. Mas uma avaliação feita com base apenas no resultado não deve ser interpretada como sendo uma prova da sabedoria humana. . . . Qualquer pessoa que afirme que a campanha de 1812 foi um absurdo devido ao seu enorme fracasso, mas que a teria considerado uma idéia magnífica se tivesse dado certo, revela uma total falta de discernimento." Em outras palavras, nunca existe uma única razão para o êxito ou para o fracasso, e uma boa avaliação crítica deve levar em conta as diversas razões importantes para cada um deles.

Este excelente capítulo prossegue com uma análise do ataque a um objetivo comum sendo realizado por dois exércitos amplamente separados, como sendo diferente de um único ataque concentrado. Clausewitz prefere este último tipo de ataque, mas o primeiro "pode ser imposto por circunstâncias que não se pode alterar." O autor está falando evidentemente de uma era que nada conhecia das modernas comunicações eletrônicas, mas a sensatez com que trata o *seu* problema é, entretanto, estimulante. Se forças estiverem operando em teatros diferentes, talvez amplamente separadas, contra um inimigo comum, elas não devem preocupar-se demais em coordenar perfeitamente os seus esforços. "A coordenação tranqüila de todas as partes da ação, do começo até o fim, nem sempre é necessária na tática, muito menos na estratégia." A cada uma das forças deverá ser atribuída, portanto, uma tarefa independente. Na realidade, esta recomendação ainda permanece válida, até mesmo nos tempos modernos.

A propósito, observamos pesarosamente que na campanha prussiana na França, em 1793 - da qual Clausewitz participou como um porta-bandeira de treze anos de idade - "A Prússia nada tinha a defender nem a conquistar na Alsácia." A descoberta de que esta província era uma parte há muito

tempo perdida da Alemanha viria muito mais tarde. Observamos também, talvez com surpresa, que nas campanhas de 1813 e de 1814, o Czar russo não insistiu para que o seu exército operasse independentemente, mas colocou as suas forças, no nível de corpos de exército, sob o comando de comandantes prussianos e austríacos.

A verdadeira peroração do livro não vem no final, mas sim nos poucos parágrafos do sumário sobre os planos destinados a obter a derrota total do inimigo, quando ele diz em parte: "Ressaltaríamos o essencial e o geral, deixando o propósito para o individual e o acidental, mas eliminando tudo que for *arbitrário, impossível de ser comprovado, trivial, artificial ou excessivamente sutil*. . . . Se alguém ficar chocado por não encontrar nada aqui sobre como ultrapassar um rio, dominar uma área montanhosa a partir das suas elevações, contornar uma posição poderosa ou encontrar a chave para todo um país, esse alguém deixou de perceber o nosso propósito. Tememos, além do mais, que ele ainda não tenha entendido os elementos essenciais da guerra. Em livros anteriores tratamos destes detalhes de uma maneira geral, e chegamos à conclusão de que eles são capazes de ser bem menos importantes do que normalmente se pensa."

O plano para alguma futura invasão da França, apresentado a seguir - caso ela venha a "assumir novamente aquele comportamento insolente com o qual oprimiu a Europa por duzentos e cinqüenta anos" - é interessante, nas não tem nenhuma importância real, exceto pelo que fala a respeito de exércitos invadindo separadamente a partir de diferentes teatros, e o parágrafo que lembra-nos o Plano Schlieffen: "O centro de gravidade da França está nas suas forças armadas e em Paris. . . . A região mais vulnerável da França é aquela entre Paris e Bruxelas, onde a fronteira está apenas a 150 milhas da capital."

ÍNDICE

ÍNDICE DE NOMES E LOCAIS